Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Sílvia Regina Viel
Daniel Facciolo Pires
Welton Roberto Silva (Orgs.)

PERCURSOS ACADÊMICOS E COMUNIDADE:
interlocuções de saberes

9 788587 406941

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

CAPES
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAPESP
pibid Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
IC Uni-FACEF

Uni–FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Sílvia Regina Viel
Daniel Facciolo Pires
Welton Roberto Silva (Orgs.)

PERCURSOS ACADÊMICOS E COMUNIDADE: interlocuções de saberes

ISBN 978-85-87406-94-1

FRANCA
2016

ISBN 978-85-87406-94-1

Corpo Diretivo

REITOR
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

VICE-REITOR
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

PRÓ-REITORA ACADÊMICA
Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO
Profª Drª Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO e COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
Prof. Dr. Sílvio Carvalho Neto

ASSESSOR JURÍDICO
Prof. Me. Paulo Sérgio Moreira Guedine

ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL
Profª Ma. Alba V. Penteado Orsolini

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Profª. Drª Marinês Santana Justo Smith

COORDENADORA PEDAGÓGICA
Profª Ma. Regina Helena de Almeida Durigan

COORDENADOR DE MARKETING
Prof. Me. Clésio A. Dourado

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
Profª Drª Bárbara Fadel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Me. Francismar Monteiro

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Prof. Me. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Profª. Ma. Ana Tereza Jacinto Teixeira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Publicidade e Propaganda
Prof. Me. Paulo A. Cinti

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL
Prof. Dr. João B. Comparini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
Prof. Me. Antônio Carlos T. Bettarello

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE LETRAS
Profª Drª Ana Lúcia Furquim de Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MATEMÁTICA
Prof. Drª Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MEDICINA
Profª Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE PSICOLOGIA
Profª Drª Maria Cherubina de Lima Alves

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
Prof. Dr. Daniel F. Pires

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE TURISMO
Profª. Ma. Tatiana I. Yamassaki da Silva

ISBN 978-85-87406-94-1

Comissão Científica

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Hélio Braga Filho (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Regina Helena de Almeida Durigan (Uni-FACEF)
Bárbara Fadel (Uni-FACEF)
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano (Uni-FACEF)
Sílvia Regina Viel (Uni-FACEF)
Lucinda M. de Fátima R. Coelho (Uni-FACEF)
Irma Helena Ferreira Benate Bonfim (Uni-FACEF)
Magaly Gomes Melo (Uni-FACEF)
Maria Cherubina de Lima Alves (Uni-FACEF)
Monica de Oliveira Faleiros (Uni-FACEF)
Adriana Aparecida Silvestre Gera (Uni-FACEF)
Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Sílvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Emerson Rasera (UFU)
Renato Garcia de Castro (UNICAMP)
Pedro Geraldo Tosi (UNESP)
Vânia de Fátima Martino (UNESP)
Lélio Luiz de Oliveira (USP)

Comissão Organizadora

Alfredo José Machado Neto
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
José Alfredo de Pádua Guerra
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Sílvio Carvalho Neto
Regina Helena de Almeida Durigan
Welton Roberto Silva
Noêmia Lopes Toledo
Lucas Antônio Santos
Alba Valéria Penteado Orsolini
Alexandre Manoel Pereira
Rosevane Aparecida Batista

© 2016 dos autores
Direitos de publicação
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca

O51p

Oliveira, Sheila Fernandes Pimenta e et al. (Orgs.)
Percursos acadêmicos e comunidade: interlocuções de saberes. / Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira; Silvia Regina Viel; Daniel Facciolo Pires; Welton Roberto Silva (Orgs.) – Franca (SP): Uni-FACEF, 2016.
1350p.; il.

ISBN: 978-85-87406-94-1

1. Pesquisa cientifica. 2.Metodologia. 3.Multidisplinaridade. 4.Educação. 5.Tencologia. 7.Comunidade. . I.T.

CDD 001.42

TODOS OD DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

ISBN 978-85-87406-94-1

APRESENTAÇÃO

O *Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF* - tem o prazer de apresentar mais uma de suas publicações. Trata-se do livro *Percursos acadêmicos e comunidade*: *interlocuções de saberes*.

O e-book é resultante dos trabalhos apresentados por estudantes e pesquisadores das comunidades acadêmicas interna e externa, por ocasião da realização do **X Fórum de Estudos Multidisciplinares**, ocorrido de 23 a 25 de maio de 2016, nesta IES. O evento, já consolidado nas atividades acadêmicas do *Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca,* aconteceu simultaneamente ao **X Congresso de Iniciação Científica**, ao **V Encontro de Iniciação à Docência** e ao **IV Encontro de Iniciação Tecnológica e Inovação.**

No **X Congresso de Iniciação Científica**, foram apresentados trabalhos que relacionam teoria e prática, e que contribuíram para a reflexão sobre sustentabilidade e desenvolvimento humano, bem como questões envolvendo diversidades, saúde e qualidade de vida.

No **V Encontro de Iniciação à Docência**, as investigações envolveram a preocupação com o fazer pedagógico e permitiram a reflexão sobre a formação de professores e sobre práticas efetivas e inovadoras, nos processos ensino e aprendizagem, principalmente, na educação básica.

No **IV Encontro de Iniciação Tecnológica e Inovação**, houve a contribuição, a partir de textos que discutiram as tecnologias e os impactos delas no cotidiano das pessoas. Além disso, foram tratadas questões de interdisciplinaridade e, ainda, a preocupação de refletir sobre novas práticas sociais desencadeadas pelas condições trazidas pelas inovações.

Dessa forma, na presente publicação, são apresentados capítulos que envolvem as diversas áreas do conhecimento e constituem um relevante passo para o desenvolvimento da pesquisa neste Centro Universitário e para a formação acadêmica dos discentes e do fazer docente, na orientação de investigações, na busca de formas que despertem o interesse crítico e autônomo.

Os capítulos apresentados foram submetidos ao olhar cuidadoso e atento de pesquisadores desta e de outras Instituições, participantes da Comissão Científica, com a preocupação de oferecer, aos leitores, reflexões sobre teorias e práticas da sociedade contemporânea. Salienta-se que o conteúdo apresentado, em cada capítulo, é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Enfim, a leitura dos textos consegue nos impactar não somente pela variedade de conteúdos, mas também pelas implicações e complexidades de sentidos aqui apresentadas.

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Regima Helena de Almeida Durigan

ISBN 978-85-87406-94-1

SUMÁRIO

A APLICAÇÃO DO SISTEMA KANBAN NO SETOR ATACADISTA.....10

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA.....22

A ESCOLA, O TRABALHO: em foco os jovens aprendizes face ao aprender a fazer e aos desenvolvimentos humano e social.....32

A EXPORTAÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL NORTE-AMERICANA: entre o discurso e a prática.....67

A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR COMO MEDIADOR.....83

A INFLUÊNCIA DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DO ENSINO SUPERIOR.....91

A INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA GESTÃO DE MICRO EMPRESAS: limitações e desafios.....99

A INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NO MERCOSUL: o papel do Focem na redução de assimetrias.....116

A INTERDISCIPLINARIDADE E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: elementos fundamentais para a formação profissional.....136

A LITERATURA MARGINAL DOS AUTORES DA PERIFERIA NO CONTEXTO DA LITERATURA BRASILEIRA: investigações preliminares.....145

A NOUVELLE VAGUE EM OS SONHADORES DE BERTOLUCCI.....156

A PERCEPÇÃO DE FAMILIARES SOBRE A RELAÇÃO COM OS FILHOS: uma proposta sociodramática.....168

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA SOBRE CRIANÇAS ENCAMINHADAS PARA UM GRUPO SOCIOEDUCATIVO NA ABORDAGEM PSICODRAMÁTICA.....193

A POESIA MARGINAL: presença de Ana Cristina Cesar.....215

A PROJEÇÃO DO CUIDADOR NO PACIENTE.....235

A REINSERÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO MERCADO DE TRABALHO: dilemas institucionais e sociais à luz da teoria do estigma e da sociedade disciplinar.....241

A REPRESENTAÇÃO DE PACIENTES HOSPITALIZADOS SOBRE A HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR.....255

ABORDAGEM JURÍDICA DO UBER: A (DES)CARACTERIZAÇÃO DE SUA NATUREZA TRABALHISTA NO CONTEXTO JURÍDICO PÁTRIO.....271

ISBN 978-85-87406-94-1

ACESSO À JUSTIÇA, DIREITO DO CONSUMIDOR E MUDANÇA SOCIAL: A TUTELA JURÍDICA AOS CONSUMIDORES SUPERENDIVIDADOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA 288

ANALISE DE DADOS EM BANCO DE DADOS DISTRIBUÍDOS UTILIZANDO A PLATAFORMA HADOOP. 315

ARTE DE SER MULHER: prevenção e enfrentamento da violência doméstica na perspectiva interdisciplinar 330

AS AÇÕES FLEXIBILIZADORAS SOB O RECEITUÁRIO NEOLIBERAL: uma reflexão em torno do desmonte das políticas sociais e os impactos para a classe trabalhadora 343

AS ARTES PLÁSTICAS COMO MODO DE EXPRESSÃO DO MUNDO INTERNO 351

AS CONFIGURAÇÕES VINCULARES DE CRIANÇAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA COM QUEIXAS ESCOLARES 356

AS DIVERSIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR: conflitos que impedem os desenvolvimentos humano e social?: um breve estudo qualitativo 368

AS REPRESENTAÇÕES DO RÉU NO TRIBUNAL DO JÚRI DO INTERIOR: Etnografias de Franca e Ribeirão Preto 383

AS REPRESENTAÇÕES NO CONAR DA CAMPANHA "TODA MULHER É UMA DIVA E TODO HOMEM É DIVAGAR [DEVAGAR]" DA MARCA BOMBRIL 392

CÁLCULO DAS CONSTANTES DE FEIGENBAUM EM ALGUNS MAPAS CAÓTICOS 400

CENTRO SEBRAE DE SUSTENTABILIDADE – UM MODELO DE ENTIDADE SUSTENTÁVEL PARA AS DEMAIS ORGANIZAÇÕES 411

DAS GRANDES ÀS PEQUENAS CIDADES: Um clima de violência planificada 449

DUOLINGO: an aid in the teaching learning process 477

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo sobre o endividamento de jovens universitários e seus conhecimentos em finanças pessoais. 490

EH, CARVOERO!: sequência didática das atividades do poema "Meninos Carvoeiros", de Manuel Bandeira 499

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: um estudo de caso sobre Muhammad Yunus e a criação do Grameen Bank 510

ENTRE O LIRISMO E O DRAMA: uma leitura de "Um cadáver de poeta" de Álvares de Azevedo 530

ENTRE O "SÍTIO" E A CONTEMPORANEIDADE: um perfil do leitor lobatiano – investigações preliminares 539

ISBN 978-85-87406-94-1

ESTRUTURAS UTILIZADAS NAS EDIFICAÇÕES ACIMA DE TRÊS ANDARES NA CIDADE DE FRANCA SP 554

ESTUDO COMPARATIVO DE ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL E NA ESPANHA: um projeto em andamento 574

ESTUDO DE CONCRETO CELULAR PARA TRATAMENTO DE EFLUENTES 586

FAMÍLIA E ESCOLA NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO: silenciados no mundo contemporâneo?: reflexões qualitativas 594

“HOMEM LEGENDA” ENTRA EM AÇÃO: uma análise discursiva do gênero “charge política” 610

IDADE ADULTA E O USO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS: Um estudo exploratório 627

IDENTIFICAÇÕES ARQUETÍPICAS COM CONTOS DE FADAS NA INFÂNCIA... 652

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE BIOMETRIA PARA IDENTIFICAÇÃO E FREQUÊNCIA DE ALUNOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO 660

INTERDISCIPLINARIDADE: contribuições da Psicologia na interface com o Direito e o Serviço Social 684

INVESTIGAÇÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DE MATAS CILIARES NA PORÇÃO PAULisTA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CANOAS – FRANCA-SP 692

Tabela 1: Medidas Estabelecidas pelo Código Florestal 696

INVESTIGAÇÃO DO USO DE SCRUM EM FRANCA E REGIÃO 703

MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO em sala de aula 728

MATURIDADE PARA A ESCOLHA PROFISSIONAL DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO 740

MULTIFRACTAIS NO DIAGNÓSTICO MÉDICO 751

NIETZSCHE VISITA LACAN 758

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: queda de fronteiras e o avanço do profissional contábil 772

O CONTROLE SOCIAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 789

O DUMPING SOCIAL E O DANO SOCIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO 802

O EMPREENDEDORISMO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: UMA REFLEXÃO TEORICA 817

“O ESPELHO”, DE MACHADO DE ASSIS: o jogo de vozes narrativas na construção do sentido 834

ISBN 978-85-87406-94-1

O GÊNERO EPISTOLAR NA POÉTICA CLARICEANA 842

O MENINO E SUA NARRATIVA: uma leitura de “Galinha ao molho pardo” de Fernando Sabino 861

O PAPEL DA INDÚSTRIA DE BASE E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DO SETOR CALÇADISTA: Um estudo da indústria de máquinas de Franca-SP e sua influência nas empresas calçadistas da região 872

O PAPEL DO EMPREENDEDOR NO DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA DO COMÉRCIO ATACADISTA 887

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP E O TRABALHO PRECOCE NAS BANCAS DE PESPONTO EM CALÇADOS 912

O PROJETO DE EXTENSÃO INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA: REFLEXÕES ACERCA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL 923

O SÓLIDO SE ESFUMAÇOU: análise econômica dos anos 2008 a 2015 933

O USO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS ENTRE ESTUDANTES: a perspectiva da Psicologia enquanto atuação docente. 948

OFICINA DA FAMÍLIA FRANCANA: uma análise interdisciplinar sobre a efetivação dos direitos dos idosos 955

Os ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NOS SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: fatores que interatuam nas relações de trabalho e saúde ... 971

OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS: o dito e os fatos de Dilma no biênio 2014-15 - sob a perspectiva de Maquiavel 986

OS SUBSISTEMAS DA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (RH) VISTOS A PARTIR DO CONCEITO DE SOCIEDADE DISCIPLINAR DE MICHEL FOUCAULT 998

OS TRIBUTOS E A SUA INCIDÊNCIA SOBRE AS EMPRESAS NA ÓTICA JURÍDICA 1028

PARA UMA POÉTICA CLARICEANA: Perto do coração selvagem e o fazer literário 1041

PARTICIPAÇÃO E POLÍTICA EXTERNA: um olhar sobre o caso brasileiro 1048

PERSPECTIVAS DE VIDA DE UMA PROFISSIONAL DO SEXO: ampliando olhares sobre a prostituição a partir de um estudo de caso 1063

PESQUISA BIOÉTICA E REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: Os dilemas encontrados frente as diretrizes éticas atuais na região de Franca-SP 1088

PESQUISA-INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR PÚBLICO 1104

ISBN 978-85-87406-94-1

PREVISÃO DO VALOR EXPORTADO TOTAL DO BRASIL PARA CHINA: uma análise econométrica utilizando modelos univariados 1118

PROJETO DE ORIENTAÇÃO SÓCIO-JURÍDICA ITINERANTE 1139

PROJETO POLÍTICA PARA JOVENS 1150

Projeto Social do Hemocentro de Franca: desenvolvimento de uma cultura de doação de sangue 1155

PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS: proposta de modelo para o setor imobiliário da cidade de Franca no período de 2016-2020 1187

QUALIDADE DE VIDA E APOSENTADORIA EM MULHERES 1197

SAÚDE MENTAL: uma reflexão acerca do processo de adoecimento no mundo do trabalho 1210

SISTEMAS INTEGRADOS EM SAÚDE: UM ESTUDO COM OS USUÁRIOS DE UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO 1226

UM ABRAÇO E SEUS SENTIDOS: uma leitura de “O abraço”, de Lygia Bojunga Nunes 1272

UM LEVANTAMENTO TEÓRICO SOBRE A GESTÃO ORGANIZACIONAL DE UMA PROPRIEDADE PRODUTORA DE CAFÉ 1278

UM OLHAR SOCIOLINGUÍSTICO E DISCURSIVO SOBRE OS ARTIGOS DE PASQUALE 1292

UMA LEITURA DE A BELA E A FERA, DE CLARICE LISPECTOR: investigações preliminares 1305

VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA: A Moderna concepção de Infância e o despreparo Institucional do Estado Brasileiro 1317

VOZES EM PERSPECTIVA: Uma leitura da obra As meninas, de Lygia Fagundes Telles – investigações preliminares 1329

ÍNDICE 1335

ISBN 978-85-87406-94-1

A APLICAÇÃO DO SISTEMA KANBAN NO SETOR ATACADISTA

Cecy de Sousa Lucas (Uni-FACEF)
Cyro de Almeida Durigan (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Toyota de Produção, denominado também como *kanban* ou de sistema *just-in-time*, foi desenvolvido na década de 1960. Surgiu como resposta ao elevado nível de complexidade e precisão exigido pelo sistema tradicional de abastecimento (PEINADO, 2007).

Os dois princípios mais importantes do Sistema Toyota de Produção são: a eliminação de desperdícios e a fabricação com qualidade.

O Sistema Toyota tem algumas diretrizes para eliminar os desperdícios tais como: racionalização da força de trabalho, *just in time* e produção flexível. Além disso, para produzir no tempo exato está o sistema *Kanban* (PEINADO, 2007).

O sistema *Kanban* é considerado um sistema simples, informal e de fácil compreensão. Têm seu gerenciamento de forma visual e é realizado pelos próprios funcionários.

Ele é uma ferramenta fundamental no sistema *Just in time* e também na aplicação da produção enxuta. O sistema *Kanban* busca movimentar e fornecer os itens de produção, à medida que vão sendo consumidos.

O *Kanban* gera um ambiente de produção dentro do qual é possível implantar melhorias para a redução dos níveis de estoques.

No centro de distribuição, o atacado apresenta-se como um agente intermediário, um elo fundamental e necessário, - no escoamento da produção industrial. Ele pode minimizar os estoques no processo de abastecimento, gerando uma redução na margem de erro da cadeia logística.

O objetivo desse estudo é mostrar um sistema de controle de estoque adaptado a partir do método *Kanban* para o setor atacadista, com o intuito de facilitar o controle de estoques dos produtos de maneira bem simples e efetiva, bem como promover a racionalização do estoque.

ISBN 978-85-87406-94-1

Os procedimentos metodológicos do artigo são: quanto aos fins uma pesquisa descritiva e explicativa e quanto aos meios, documental, bibliográfica e estudo de caso. O estudo de caso foi realizado mediante observação do funcionamento da Distribuidora Perfranca Franca.

O artigo está estruturado em cinco partes da seguinte forma: na primeira parte é abordado sobre o Sistema Toyota e sobre o Sistema *Kanban*. Já na segunda abordam sobre o comércio atacadista. Posteriormente, tem-se a metodologia do trabalho e o estudo de caso. Nas considerações finais, são discutidos os assuntos abordados.

2. O SISTEMA TOYOTA

O Sistema Toyota de Produção, denominado também como *Kanban* ou de Sistema *Just-in-Time*, foi desenvolvido na década de 1960, tendo como base a eliminação do desperdício, pela *Toyota Motors Company*, sob a coordenação de seu então vice-presidente Taiichi Ohno (PEINADO, 2007; ASSIS, 2010).

O Sistema Toyota de Produção teve sua origem quando os líderes da *Toyota Motors Company* visitaram algumas empresas Ford e General Motors, nos Estados Unidos para observar o sistema de produção das mesmas. Eles observaram que as empresas tinham produção em massa e em grandes volumes e que esse perfil não era adequado para a realidade dos japoneses, visto que a demanda era menor e fragmentada. Após a Segunda Guerra Mundial, o quadro das empresas no Japão agravou ainda mais e a população apresentava pouco poder de compra e, com isso, o país iniciou a entrada no mercado mundial e as empresas tinham que melhorar a produtividade baixando os custos (ASSIS, 2010).

O sistema deu início por conta da precisão e do alto índice de complexidade exigido pelo sistema tradicional de abastecimento. O objetivo é aumentar a produtividade e a eficiência, diminuir o desperdício, como o tempo de espera, superprodução, gargalos de transporte etc., tornar as atividades mais simples e rápidas (PEINADO, 2007).

Os mais importantes princípios do Sistema Toyota de Produção são: a eliminação de desperdícios e a fabricação com qualidade (PORTAL, s.d.).

ISBN 978-85-87406-94-1

A eliminação de desperdícios tem como objetivo diminuir ao máximo as atividades que não faziam parte da produção, e se tratando de fabricar com qualidade ele visa uma produção com zero defeito (PORTAL, s.d.).

O sistema possui dois pilares de sustentação fundamentais que são conceitos do *Just in time* (JIT) e da Autonomação (Jidoka). Ambos os processos foram identificados como elementos importantes da eficácia do Sistema Toyota de Produção, que é produzir apenas o necessário e aumentar a eficiência na linha de produção (PORTAL, s.d.).

Mas, para os japoneses essas duas metodologias não eram suficientes, e com isso desenvolveram outros conceitos como *Kaizen* e o *Kanban*, que tem como finalidade combater os desperdícios de maneira contínua e reduzir os níveis de estoque, respectivamente (PORTAL, s.d.).

O Sistema Toyota tem algumas diretrizes para eliminar os desperdícios tais como: racionalização da força de trabalho, *just in time* e produção flexível. Além disso, para produzir no tempo exato está o sistema *Kanban* (ASSIS, 2010).

2.1. Sistemas *Kanban*

Taiichi-Ohno, ex-vice-presidente da *Toyota Motor Company* e criador do sistema *Kanban*, teve a sua idéia inspirado em observações feitas nos sistemas de abastecimento dos supermercados da América, onde as mercadorias são retiradas apenas quando tem uma necessidade por parte do cliente e são reabastecidas à medida que são consumidas (ASSIS, 2010). O local vazio na prateleira determina visualmente a necessidade de reabastecimento (PEINADO, 2007).

Ohno observou várias atividades do supermercado, e detectou quatro características principais (PEINADO, 2007):

- Os produtos são retirados pelo próprio consumidor;
- Os produtos são distribuídos em prateleiras, sendo aqueles que têm maior saída tem um espaço maior e são colocados em quantidades maiores nas prateleiras, e o inverso também ocorre com quantidades menores;

ISBN 978-85-87406-94-1

- O reabastecimento é feito de acordo com a demanda, ou seja, conforme os produtos vão sendo consumidos, eles são repostos no mesmo local e na mesma quantidade. E isso pode ser detectado através da observação visual, e feito por qualquer funcionário tanto a observação como o reabastecimento;
- Todas as informações estão presentes no cartão.

Em suma, cada produto tem seu local e espaço definido de forma visual.

A palavra *Kanban* é de origem japonesa que significa anotação visível ou sinal, mas convencionou-se como cartão, pois este sistema utiliza cartões para sinalizar ou informar uma necessidade de entrega ou de produção para um determinado item (ASSIS, 2010).

O sistema *Kanban* é considerado um sistema simples, informal e de fácil compreensão, têm seu gerenciamento de forma visual e é realizado pelos próprios funcionários (ASSIS, 2010).

Ele é uma ferramenta primordial no sistema *Just in time* e também na aplicação da produção enxuta (COSTA JUNIOR, 2012). O sistema *Kanban* busca movimentar e fornecer os itens de produção, à medida que vão sendo consumidos, de forma que os processos sejam puxados ou empurrados. Suas principais finalidades são eliminar os desperdícios e reduzir os custos com estoque (PEINADO, 2007).

As condições necessárias para que o sistema funcione em perfeitas condições, é necessário que exista dentro da empresa um ambiente participativo, cooperativo e, principalmente que as empresas e os colaboradores tenham comprometimentos entre si (ASSIS, 2010).

O sistema de controle visual de reposição de estoque pode ser feito de outras maneiras como: através da sinalização por meio das lâmpadas coloridas, pelos próprios contentores/espaços vazios, por sinais sonoros, faixas pintadas no chão, etc. (PEINADO, 2007).

O *Kanban* é uma ferramenta de informação que auxilia a fabricação correta de produtos, controlando as quantidades corretas, indicando o que produzir, quando e o quanto produzir, em todos os estágios de produção. Portanto, constitui-

ISBN 978-85-87406-94-1

se de um sistema físico de controle da movimentação de materiais ou contêiner, que se faz com o uso de cartões (PEINADO, 2007; COSTA JUNIOR, 2012).

Ele é um sistema que não diminui os estoques, apenas limita seu nível a um valor máximo. Para que isso ocorra é necessário a utilização de outras ferramentas (PEINADO, 2007).

O sistema *Kanban* apresenta algumas características como ser de fácil gerenciamento na produção, fácil compreensão por toda a organização, baixo custo para implantar, agilidade na tomada de decisão e autonomia nas decisões (COSTA JUNIOR, 2012).

Além disso, tem algumas vantagens como flexibilidade nas mudanças de mix e de produtos, ao fácil entendimento e compreensão, a organização e a redução de espaços, ajuda evitar desperdícios de produção tais como materiais em processo, estoque etc.(COSTA JUNIOR, 2012).

De acordo com Costa Junior (2012) pode-se diferenciar o sistema *Kanban* em dois tipos de aplicações: o *Kanban* de movimentação ou transferência e o *Kanban* de produção.

> O primeiro funciona no circuito entre cliente e fornecedor e pode se dar entre unidades, plantas ou empresas diferentes. Nesse contexto, a ferramenta possui a função de identificar o material em movimentação, mantendo o circuito de peças sob controle. Geralmente é aplicada quando existem grandes distâncias de movimentação. Já o segundo tipo é utilizado como ordem de produção entre processos e possui a função de gerenciar os estoques e as necessidades dentro da unidade. Por essa razão é aplicado em produtos seriados e em itens de consumo (COSTA JUNIOR, 2012)

O sistema pode ser aplicado em sistemas de produção em série, mas não pode ser usado em empresas, projetos em que os sistemas não são repetitivos ou que são imprevisíveis, o ideal é utilizar em ambientes onde há padronizações de processo (COSTA JUNIOR, 2012).

O *Kanban* gera um ambiente de produção dentro do qual é possível implantar melhorias para a redução dos níveis de estoques. Além disso, é um sistema que ajuda na compreensão das dificuldades, erros existentes perante o mercado por ser um sistema claro (PEINADO, 2007).

ISBN 978-85-87406-94-1

O processo de implantação do sistema *Kanban* em uma organização é um demorado, por conta das diversas mudanças que envolvem desde cultura, paradigmas e conceitos antigos.Os gestores deste segmento acreditam muitas vezes que é um apenas uma metodologia de abastecimento de estoque, e com isso o processo de implantação acaba ocorrendo sozinho (PEINADO, 2007).

Assim, quando implanta um sistema *Kanban* deve associar outros sistemas como, por exemplo, sistema 5S, sistema de qualidade pela norma ISO-9000, sistema de manutenção de maquinas como MPT (manutenção preventiva total), e outros, por que somente o sistema *Kanban* não irá solucionar as dificuldades, ele apenas ajuda na limitação do nível dos estoques, por isso a necessidade de outros sistemas de melhorias para agir de maneira conjunta (PEINADO, 2007).

3. COMÉRCIO ATACADISTA – SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

No setor de distribuição, o atacado apresenta-se como um agente intermediário, um elo fundamental e necessário, - no escoamento da produção industrial, pois é através dele que os pequenos e médios varejistas negociam os produtos que chegam a milhões de lares (SINDI ATACADISTA, s.d.)

O centro de distribuição pode minimizar os estoques no processo de abastecimento, gerando uma redução na margem de erro da cadeia logística.

De acordo com Cobra (1993, p. 298), “atacadista é toda pessoa física ou jurídica que vende a varejista e a outros comerciantes, e/ou a indústrias, instituições e usuários comerciais, mas que não realiza venda em grandes quantidades ao consumidor final”.

Existem alguns princípios, de acordo com o Sindicato Atacadista (s.d.), para os centros de distribuição, tais como:

- O perfil, ou seja, o atacadista deve manter perfis de pedido, atividade, para que caso ocorra algum problema seja fácil identificação.
- Benchmarking, ou seja, deve haver comparação com outros centros de distribuição para que possa aperfeiçoar e permitir fazer novos investimentos

ISBN 978-85-87406-94-1

- A simplificação dos processos de distribuição, ou seja, eliminar o máximo de trabalho possível.
- A informatização de todos os processos para garantir a competitividade da empresa poderá possibilitar a racionalização dos recursos.
- Mecanização, ou seja, implementar e utilizar equipamentos apropriados para garantir melhor distribuição, estocagem etc.
- O layout é importante para simplificar processos, visto que através dele poderá melhorar o fluxo dos processos e melhor aproveitamento do espaço.
- E, por fim, humanização, ou seja, os funcionários devem estar engajados no processo de distribuição.

O setor atacadista/distribuidor se compõe de empresas que percorrem o país e abastecem a população e possui vários desafios e dificuldades, tais como: as precárias estradas, riscos de assaltos e roubo de cargas, manutenção de caminhões, perdas, altos custos operacionais, créditos restritos e o peso da carga tributária, entre outros (ABAD - Revista Distribuição, 2005).

Para atender as necessidades do pequeno varejo, as empresas atacadistas/distribuidoras, adotaram novos e modernos procedimentos na compra e venda de mercadorias, investindo em tecnologia, valorizando informações para atender a evolução do mercado, possibilitando como resultado a diversificação de produtos adequados, preparando o pequeno varejista para o mercado competitivo e a oferecendo diversas condições de financiamento, entre outros serviços (ABAD-Revista de Distribuição 2005).

O setor atacadista possui diversas funções no canal de distribuição, que podem ser: fornecer cobertura do mercado, fazer o contato de vendas, manterem os estoques, fracionar a quantidade de produtos, distribuírem os produtos, oferecer suporte ao cliente, aumentar a eficiência do canal e dar crédito e auxílio financeiro (HSIEN, 2011).

Segundo Kotler (2000) atacadista é a unidade empresarial que compra e vende mercadorias para varejistas ou usuários industriais, institucionais e comerciais.

ISBN 978-85-87406-94-1

Existem, no Brasil, três categorias de comércio de atacado, segundo à ABAD:

- O atacado distribuidor, que entrega a mercadoria diretamente no estabelecimento do varejista, através de estrutura logística que lhe confere vantagens em relação à própria indústria, quando se trata de atender a clientela de pequenos varejistas regionalmente dispersas.
- O atacado de auto-serviço, que funciona como um hipermercado para os pequenos varejistas; e
- O atacado de balcão, a modalidade mais tradicional, que vem perdendo fortemente espaço, tanto no Brasil quanto em outros países.

O setor atacadista é considerado o principal canal de abastecimento do pequeno varejo. É o canal de acesso para a população de baixa renda consumir algo, e também é o canal para locais que não há interesse por parte das empresas do setor. Por isso, as empresas atacadistas têm uma importância no processo de distribuição, principalmente aos bens de consumo de alimentação, higiene e limpeza, entre outros (XAVIER, 2010).

Os atacadistas frequentemente embalam, separam, e classificam fisicamente as mercadorias em lotes, loteando, embalando e distribuindo em lotes menores. Oferecem costumeiramente preços mais baratos por se tratarem de um elo da cadeia do comércio, fornecendo produtos para os comerciantes

4. METODOLOGIA

A pesquisa realizada nesse trabalho, tendo em vista os objetivos almejados e os processos realizados, caracteriza-se, segundo citações apresentadas por Vergara (2000), quanto aos fins: uma pesquisa descritiva, que irá expor algumas características do Sistema Toyota e Sistema *Kanban*, e explicativa que tem como principal objetivo esclarece os fatores que contribuem no controle de estoque.

Quanto aos meios: será uma pesquisa bibliográfica que é um estudo sistematizado baseado em livros, artigos; e será documental que utilizará de documentos privados de uma empresa na qual será feita um estudo de caso.

ISBN 978-85-87406-94-1

Essa metodologia consiste em um importante recurso prático baseada em evidências. Para a coleta de dados foi mediante observação do funcionamento da empresa.

5. ESTUDO DE CASO

A empresa Perfranca, situada na cidade de Franca/SP, atua como comércio atacadista de cosméticos, perfumaria e artigos farmacêuticos. Foi fundada na década de 1990, pelo empreendedor Sebastião, que começou a trabalhar na sua residência sem ajuda de ninguém.

No início, ele buscava mercadorias em São Paulo e as revendia de porta em porta nas farmácias, que sempre foi seu foco principal. Ele carregava seu automóvel de mercadorias e saia vendendo pela cidade, procedimento este que durou algum tempo.

Com o decorrer dos meses e com a evolução do atendimento, número de clientes aumentou. A empresa conta hoje com uma média de 200 clientes/mês, entre eles grandes redes. A partir disso, ele iniciou as compras diretamente com os fornecedores, visto que ele já tinha contato com os mesmos, por conta de sua experiência anterior.

A empresa trabalha com grande variedade de produtos, sendo que existem alguns que apresentam uma alta rotatividade, um alto índice de vendas comparado a outros que tem baixa rotatividade. Deve-se destacar que períodos sazonais interferem muito no fluxo de vendas de alguns itens.

Os pedidos da empresa para os fornecedores, no geral são feitos da seguinte maneira: prepara-se o pedido fazendo o levantamento da quantidade necessária; transmite-se o pedido para o dono e, posteriormente, encaminha-se o pedido para o fornecedor, seja por meio eletrônico ou via telefone.

A identificação da necessidade de pedido é feita através da visita de vendedores que oferecem produtos sem que haja necessidade só para aumentar o estoque ou mesmo observação visual nas prateleiras, e a partir dessa observação faz-se a contagem manual por que muitas das vezes o controle de estoque do computador não esta correto, apresentando falhas.

ISBN 978-85-87406-94-1

O Sistema *Kanban* neste sentido veio para favorecer a empresa, pois identifica apenas o suficiente, evitando o exagero. Mas existem alguns itens que é necessário um estoque maior, por conta do alto giro, e outros por conta do fornecedor demorar nos prazos de entrega.

Um outro aspecto que deve ser citado é que muitas das vezes o sistema de controle de estoque nunca esta correto prejudicando o trabalho do vendedor que depende do mesmo para oferecer e vender para os varejistas. O estoque pode apresentar saldo positivo e na verdade não constar o produto, prejudicando a imagem da empresa, passando uma sensação negativa e de desordem da empresa.

Diante dessas situações, o sistema *Kanban* sendo aplicado na empresa de acordo com as necessidades que a mesma apresenta, irá favorecer neste controle de estoque sinalizando que é preciso repor ou adquirir mercadorias, além disso, esse sistema é de baixo custo, fácil gerenciamento. Ele é um sistema que não reduz estoques, apenas limita seu nível a um valor máximo.

O sistema *Kanban* também favorece pois, por ser uma empresa que trabalha com grande variedade de produtos de vários fabricantes e com um giro muito rápido de estoque de algumas mercadorias, ele ajudará no levantamento de pedidos específicos, direcionados para cada fabricante, agilizando o processo, por que ele tem um papel fundamental no controle de estoque sinalizando quando níveis de estoques estiverem baixos devido as vendas.

CONCLUSÃO

O artigo menciona vários conceitos sobre o sistema Toyota de Produção, sobre o sistema *Kanban* e suas funções, bem como sobre o setor de atacadista/distribuição e a aplicação do sistema *Kanban* no setor atacadista.

Observa-se que o sistema Toyota foi e é ainda muito importante por que tem como objetivo aumentar a produtividade e a eficiência, diminuir o desperdício, como o tempo de espera, superprodução, gargalos de transporte etc., tornar as atividades mais simples e rápidas. Foi a partir dele que surgiram algumas ferramentas tais como *Just in time* e o sistema *Kanban*.

ISBN 978-85-87406-94-1

Além disso, há cada dia as empresas vêm passando por algumas necessidades, dificuldades e isso faz com elas busquem maneiras de reduzir custos, cortar gastos e o sistema *Kanban* se enquadra neste perfil por que ele promove a racionalização de estoques e é de baixo custo.

Pode-se dizer também, que o sistema *Kanban* é bom neste segmento atacadista por que o atacadista é o elo entre o fabricante e o varejista, então o sistema irá puxar os produtos do depósito de acordo com as necessidades do varejista, organizando o transporte entre os dois, evitando o acúmulo desnecessário de mercadorias.

Outro detalhe importante é que o estoque é parte crucial da distribuidora e deve estar correto, por que esta diretamente relacionado com o setor de vendas, e possíveis erros nesse controle podem gerar perda de vendas e prejudicar toda a empresa, e esse método favorecerá.

Portanto, pode-se concluir que a aplicação do sistema *Kanban* no setor de distribuição/atacadista é de grande valia, grande importância.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Vinicius Valverde. **Controle de Estoque com a utilização do Sistema Kanban**. Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da PUC-Rio. Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Set/2010. Rio de Janeiro. Disponível em site: <http://www2.dbd.pucrio.br/pergamum/tesesabertas/0813417_10_cap_03.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO – ABAD. Disponível em: <www.abad.com.br>. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO – ABAD- Revista Distribuição, Ranking 2005. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

COBRA, Marcos. **Marketing Competitivo**. São Paulo: Atlas, 1993

COSTA JUNIOR, Eudes Luiz. **Gestão em processos produtivos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ISBN 978-85-87406-94-1

HSIEN,Huang Wen, Matheus A. Cônsoli e Antônio C. Giulian. **Aspectos sobre a decisão de Canais no Pequeno Varejo: A Escolha entre o Atacado e o Atacarejo**. Rev. Administração. UFSM, Santa Maria, v. 4, n.1, p. 91-104, jan./abr. 2011.

KOTLER, P. **Administração de marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

PEINADO, Jurandir e Alexandre Reis Graeml. **Administração da produção: operações industriais e de serviços**. Curitiba: UnicenP, 2007.750 p.

PORTAL Administração. **Sistema Toyota de Produção**. Disponível em site <http://www.portal-administracao.com/2013/12/sistema-toyota-de-producao.html >. Acesso em 15 de outubro de 2015.

SINDI ATACADISTA. **Sindicato do comércio atacadista do DF. Importância do distribuidor na cadeia de abastecimento**. Disponível em site: <http://www.sindiatacadista.com.br/ ?pagina=institucional&id=2>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

VERGARA, Sylvia H. Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas. 2000.

XAVIER, M. &CASTILLO, R. **As novas formas organizacionais do setor atacadista distribuidor e a logística no território brasileiro.** GEOSUL, Florianópolis, v.25, n.50, p. 39- 58, jul./dez. 2010.

ISBN 978-85-87406-94-1

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA

Adriana Aparecida Silvestre Gera Ribeiro (Uni-FACEF)
Valéria Santiago do Vale (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o desenvolvimento da autonomia é um dos fatores que favorecem a independência em adultos. Sem tal desenvolvimento, a criança pode manter a dependência das figuras parentais e não buscar por atividades que os leve para fora de casa, prolongando assim o convívio familiar (HENRIQUES, JABLONCKI, FÉRES-CARNEIRO, 2004). Essa geração de pessoas com tais características é denominada “geração canguru” (IBGE, 2013). Sendo assim o presente trabalho busca relacionar as atividades realizadas na fase inicial do ensino, ou seja, na Educação Infantil e o desenvolvimento de autonomia, haja visto a importância desta nas fases subsequentes do desenvolvimento.

Compreende-se a palavra autonomia, do grego autós, que significa “si mesmo”, “eu mesmo”, “como o que é capaz de decidir por si mesmo”. Neste caso, compreendido como um fazer por si mesmo, o qual, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação (MEC, 2010), é necessário para que possibilite ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar no desenvolvimento infantil.

Conforme a teoria da psicologia genética não há inteligência inata; a razão, a afetividade e a moral avançam progressivamente em estágios sucessivos, nos quais a criança organiza o pensamento e seu julgamento (ARANHA e MARTINS, 2009). Para que haja esta organização de pensamentos é necessário uma construção progressiva conjunta com professores, logo está atrelada com a educação escolar (formal).

Para a psicologia genética o estágio intuitivo ou simbólico se inicia por volta dos dois anos e se encerra por volta dos cinco anos. Vale lembrar que os estágios podem variar conforme fatores biológicos, psicológicos e sociais (ARANHA e MARTINS, 2009). Este é o momento que começa a lógica infantil e a sua expansão, com a descoberta dos símbolos e a aprendizagem da fala. Neste estágio, o egocentrismo infantil impera, o que significa que a criança age, pensa, sente, a

ISBN 978-85-87406-94-1

partir de si mesma, não se colocando no lugar de terceiros, sendo ela mesmo, o seu próprio ponto de referência. Porém, por volta dos três ou quatro anos, a autonomia passa a ter papel importante ao se iniciar a aceitação de normas e ampliar-se seu convívio social. As crianças passam a se submeter a valores da tradição e a obedecem passivamente aos costumes por conformismo ou temor de punições da sociedade, por isso sendo a idade escolhida para o estudo.

Porém, na perspectiva de Lawrance Kohlberg (apud. ARANHA e MARTINS, 2009) o desenvolvimento lógico não acarretará amadurecimento moral, sendo assim, não necessariamente uma criança que se desenvolve intelectualmente, automaticamente desenvolverá sua autonomia.

Os estágios supervisionados na faculdade podem ser chave na compreensão das diferenças de crianças que se encontram na educação infantil, e como pode ser diferente o modo de trabalhar a autonomia nas escolas. Desde os primeiros anos escolares (ensino infantil – 3 a 5 anos), as crianças já começam a aprender a se alimentar sozinhas, sem se sujarem, e já são ensinadas a cuidar dos próprios materiais e brinquedos e algumas vezes as conversas sobre problemas de convivência são estimuladas, buscando a compreensão da versão das crianças sobre os fatos, logo as crianças já estão adquirindo autonomia, apesar da pouca idade.

O desenvolvimento da autonomia nesta faixa etária será fundamental para os comportamentos esperados no ensino fundamental, como amarrar os sapatos, permanecer maior parte do tempo organizados e limpos, e, quando a autonomia não é bem desenvolvida, há dificuldade encontrada pelos professoras em proceder com os alunos. Assim, pretendemos utilizar 5 turmas de ensino infantil para avaliar o atual estágio de autonomia das crianças e quais as principais dificuldades encontrada pelos professores do ensino infantil e fundamental em relação ás crianças.

Para isso, serão selecionadas salas de Educação Infantil que trabalhem o desenvolvimento da autonomia e que atendam crianças de três a cinco anos de idade, ou seja, crianças que estejam no final da Educação Infantil.

ISBN 978-85-87406-94-1

2. AUTONOMIA

Autonomia se refere à decisão, ao ser livre para executar suas ações, sem depender de outras pessoas. Decorre primeiramente do desenvolvimento da heteronomia infantil, com a introjeção de regras de comportamento e regras morais, sem crítica. Posteriormente, passa pelo exercer funções por si só e mais tarde pelo curso da maturidade na vida, quando independente de outras pessoas, o indivíduo pode progredir em sua vida e tomar suas próprias decisões, mesmo sabendo que podem gerar consequências.

Como já mencionado anteriormente, aqui será utilizado o termo autonomia segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação, onde o termo se refere à possibilidade de ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar no desenvolvimento infantil, que na fase adulta, normalmente, chegará à autonomia plena, onde não mais se limita a autonomia infantil de cuidado e bem estar pessoal, mas também a tomada de decisão, englobando assim o termo em sua origem, de autonomia como “si mesmo” decidir por si mesmo.

2.1. Fases da Autonomia

Para Piaget (apud ARANHA e MARTINS, 2009), a inteligência não é inata, ou seja, a razão, afetividade e moral avançam progressivamente em estágios sucessivos nos quais a criança organiza seu pensamento e julgamento, portanto suas teorias são chamadas de construtivistas, uma vez que em sua visão o saber é construído pela criança, e não imposto de fora.

Em geral, no período de três a quatro anos, a criança inicia uma fase de heteronomia, tornando-se mais sociável, e aprendendo a interiorizar regras e também a temer a transgressão destas, uma vez que isto pode acarretar punição. Esta fase pode persistir em adultos, quando há passividade quanto à costumes e conformismo por temor de reprovação social.

Já Kohlberg (apud ARANHA e MARTINS, 2009) rejeita o paralelismo entre a psicogênese do pensamento lógico e a psicogênese da moralidade, ou seja, o desenvolvimento lógico não provoca automaticamente o amadurecimento moral.

ISBN 978-85-87406-94-1

Admite-se que dependendo do grupo social a que pertença a criança, estas faixas podem variar, e as últimas etapas podem não ser atingidas por todos os adultos, ou seja, não se alcança a autonomia plena.

O pensamento lógico formal apesar de ser condição necessária para vida moral plena, não é suficiente para seu desenvolvimento. Para Kohlberg (apud ARANHA e MARTINS, 2009) a maturidade moral geralmente só pode ser alçada pelo adulto, cerca de dez anos após a adolescência e, assim mesmo, depende de algumas condições, para conviver de modo solidário.

Parte-se do princípio que pais e professores estejam maduros moralmente para auxiliarem as crianças no processo de desenvolvimento moral, e, além disso, que a atmosfera moral do ambiente seja propícia para a mobilidade de um estágio a outro.

Neste sentido o mais alto nível de moralidade exige estruturas lógicas novas e mais complexas do que aquelas do pensamento formal. Kohlberg (apud ARANHA e MARTINS, 2009) distingue assim três níveis de moralidade: o pré-convencional, convencional e pós-convencional, cada um deles compostos de dois estágios.

O primeiro nível se refere ao adentrar lentamente no mundo das normas morais, as autoridades ditam as normas, que são aceitas passivamente, de forma incondicional, a criança obedece a fim de evitar castigos, ou merecer recompensas. No segundo estágios deste nível inicia-se um processo de descentralização, a criança começa a notar que além dela existem outras pessoas aos quais os desejos e interesses devem ser respeitados, a moral continua individualista, e há a busca por estabelecer acordos e trocas.

Seguindo a linha de Durkheim (apud ARANHA e MARTINS, 2009) sobre a autonomia, o sujeito torna a norma exterior, que seria heterônoma em assentimento interior que seria a autonomia, ou seja, quando se compreende que as regras devem ser seguidas, assim como nós conhecemos bem as leis naturais se as respeitamos, a autonomia moral também, podendo assim ser livre de escolha. Esta linha vai de encontro com a ideia prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e o intuito deste trabalho, visando que a autonomia parte da heteronomia, mas não se restringe a ela, a partir do momento que a crianças

ISBN 978-85-87406-94-1

introjeta estas referências e começa a executá-las por si, independente da ajuda de terceiros, inicia-se o processo de autonomia.

Para Durkheim (apud ARANHA e MARTINS, 2009) a moral é laica e a educação é socializar a criança e ajudá-la a assumir os valores da comunidade a qual pertence, seguindo uma tendência sociológica.

Aqui se define autonomia enquanto processo por se iniciar na infância e se tornar cada vez mais complexa até a fase adulta, onde se torna autonomia plena, descrita por Kohlberg como aquela desenvolvida pelo adulto cerca de dez anos após a adolescência, quando os comportamentos morais regulam-se finalmente em princípios, e há então, após o aparecimento de conflitos entre as regras e o sistema, a possibilidade de transgressão de regras por um “bem maior”, que seriam os princípios.

No último nível, no sexto estágio, os valores independem dos grupos e pessoas que os sustentam, pois os princípios racionais e universais de justiça são fins em si mesmos, e precisam ser tratados como tal. Não se trata de se recusar a seguir leis e contratos, mas reconhecer que eles são válidos, não em si, mas porque apoiam algum princípio fundamental.

Este seria o estágio de autonomia plena, que independe de regras, as segue por compreender que existe algo mais importante do que a regra em si que o relaciona, os princípios.

2.2. Autonomia de Decisão e Pensamento

Ao começar a questionar e refletir sobre os objetivos dos mandamentos e proibições, as. crianças começam a buscar mais a justiça do que a obediência, avaliando previamente as regras em relação a justiça, neste estágio de desenvolvimento moral é intitulado por Piaget como autonomia moral. Nesta fase a obrigatoriedade não se deve mais à coação adulta, não depende de orientação externa, já há a compreensão de que a regra é uma lei imposta pelo consentimento mútuo, podendo assim escolher a lealdade, e permitindo-se transforma-la, desde que haja consenso mutuo.

ISBN 978-85-87406-94-1

Nesta etapa há a interiorização de valores, desta forma pode pensar e agir de acordo com a concordância com a regra, em situação de cooperação, com a capacidade de avaliação do contexto, podendo dar novo sentido a regra. Neste estágio a coação possibilita a permanência de crenças e dogmas (PIERETTI, 2010).

As crianças podem ter uma atitude autônoma para algumas regras e heterônomo para o cumprimento de outras, apesar de a autonomia se iniciar após desenvolvimento da heteronomia, não impede que o indivíduo haja de forma flutuante entre as duas durante a fase de autonomia.

O controle externo pode não favorecer o desenvolvimento da moral caso crie relações de constrangimento, pois impede que o desenvolvimento moral da autonomia se desenvolva, como controle interno. É necessário que a criança torne significativa as regras, podendo entender, dar sentido, e então regular sua conduta voluntariamente (PIERETTI, 2010).

Pontua-se aqui que esta autonomia se estende e se modifica ao decorrer do tempo, é o primeiro passo para o desenvolvimento de questionamentos na vida, podendo ser o primeiro passo para o desenvolvimento de uma pré-adolescência e adolescência saudável e pacifica, se for bem elaborada as críticas e debates estarão baseados no coletivo, e a uma ordem democrática de pensamento, levando a menos agressividade, possibilitando um questionamento pacifico. Portanto, na maior fase de críticas, elas poderão se basear no coletivo e não individual, possibilitando maior respeito e menor agressividade, de acordo com os pensamentos aqui estabelecidos, haja visto que já foi pré estabelecido relação de cooperação e respeito mútuo. Por isso a importância destas características a serem desenvolvidas pelos professores.

De acordo com Pereira (2006), a autonomia para Freitag se assemelha a autonomia moral, onde a ação do sujeito só passa a ter um caráter moral quando o princípio norteador da ação é conscientizado como sendo válido, ou seja, é interiorizado, aceito racionalmente, necessário socialmente para o convívio no grupo e seguido livremente de forma individual, os conceitos devem passar pela interiorização, assim se tornando permanente, por processos de aprendizagem.

Pereira (2006) ainda afirma que para Vinha é impossível neutralizar completamente a autoridade do professor, pois este elemento faz parte do processo

ISBN 978-85-87406-94-1

educativo, e assume autoridade quando faz com que os alunos respeitem e cumpram a lei, visando promover justiça, e é o que aqui deseja-se frisar.

3. METODOLOGIA

3.1. Participantes

Participarão da presente pesquisa professores que lecionam na Educação Infantil de uma escola da rede privada da cidade de Franca - SP e que atenda crianças de três a cinco anos e os pais/responsáveis dessas crianças que frequentam esta escola, os quais aceitarem em participar do estudo. Vale salientar que para compor a amostra desta pesquisa serão selecionadas salas que estejam trabalhando com o desenvolvimento de autonomia em suas grades curriculares.

3.2. Instrumentos

Serão utilizados como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada, a qual será gravada para posterior transcrição e que será realizada com as professoras que lecionam na Educação Infantil da referida escola e o questionário do tipo escala Likert de quatro itens, o qual será aplicado nos pais/responsáveis pelas crianças, as quais estudam nas salas selecionadas. O questionário será composto por um conjunto de frases a serem avaliadas pelo participante da pesquisa, manifestando, assim, seu grau de concordância, variando entre discordo plenamente, discordo parcialmente, concordo parcialmente, concordo plenamente, medindo a atitude do sujeito já que cada ponto pode ter uma numeração, possibilitando, então, o cálculo da média de cada conjunto. A utilização de quatro alternativas segue a lógica de que um número par faz com que não haja ponto neutro, sendo assim, não há como a pessoa não se comprometer na escolha das opções.

Vale salientar que tanto a realização da entrevista quanto a aplicação do questionário será realizada conforme a disponibilidade dos participantes.

ISBN 978-85-87406-94-1

3.3. Procedimentos

Primeiramente, será realizado um contato com a escola de Educação Infantil da rede privada de Franca - SP, a fim de esclarecer sobre a presente pesquisa e seus objetivos, bem como as possíveis contribuições para a população estudada.

Após a aceitação da instituição em participar da presente pesquisa e da agente escolar representante da mesma assinar o termo de compromisso, será marcada uma reunião com as professoras e os pais/responsáveis, a fim de que estes autorizem sua participação, ocasião na qual será explicado a estes o procedimento da pesquisa, solicitando que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na mesma ocasião será solicitado aos pais que aceitarem participar da pesquisa que respondam o questionário. Posteriormente, serão realizadas as entrevistas com as professoras, conforme a disponibilidade de cada uma.

As observações serão realizadas em duas horas semanalmente, pretende-se que as entrevistas sejam realizadas uma por semana, por duas horas cada, e o questionário, como mencionado anteriormente, será aplicado a todos os pais em um mesmo horário, espera-se que a duração da explicação da pesquisa e dos questionários dure quatro horas.

A análise dos dados envolvendo um método qualitativo de pesquisa será feita através de levantamento bibliográfico, acoplado a informações obtidas por meio de entrevistas com os professores de Educação Infantil da referida escola.

De acordo com os autores Martins e Bicudo (2005), a metodologia da pesquisa qualitativa deve ser, ao mesmo tempo, de natureza teórica e prática. As teorias que o pesquisador aprende sobre observações empíricas e as experiências por ele vividas devem constituir o seu ponto de partida. Essas duas aprendizagens fornecem a instrumentação para observar e analisar a realidade de modo teórico desde o início. Fornecem recursos para ver os objetos da percepção na sua origem social, histórica e de funcionamento, na sua interdependência e determinação do seu desenvolvimento.

ISBN 978-85-87406-94-1

A análise das entrevistas será realizada de acordo com os quatro passos ou momentos do método da análise qualitativa do fenômeno, propostos por Martins e Bicudo (2005), sendo estes:

1. Ler a descrição, relato ou entrevista do princípio ao fim sem buscar interpretar nada, somente com o objetivo de ter uma noção geral do todo ali expresso;

2. Reler o texto tantas vezes quanto for necessário para discriminar “unidades de significados” que são anotadas diretamente na descrição, sempre que perceber uma mudança psicologicamente sensível de significado da situação para o sujeito. Importante lembrar que as unidades de significado não estão prontas no texto. Existem somente em relação à atitude, disposição e perspectiva do pesquisador;

3. Após discriminar as unidades de significado é preciso transformar as descrições ingênuas feitas pelos sujeitos em uma linguagem psicológica. Nesse passo, o pesquisador vai percorrer as unidades de significado encontradas para expressar o insight psicológico nelas contido, mais diretamente;

4. Sintetizar todas as unidades de significado transformadas em uma descrição consistente da estrutura situada do fenômeno.

Para facilitar a realização desses passos, as entrevistas serão transcritas.

Quanto ao questionário de escala Likert, este será analisado por categorias para posterior quantificação de cada resposta para conversão em porcentagem da população estudada.

Posteriormente, será comparado as respostas do questionário aplicado nos pais com o teor das entrevistas realizadas com as professoras para análise do desenvolvimento da autonomia com o intuito de verificar se há convergência ou divergência das respostas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando, introdução à Filosofia. São Paulo: Editora Moderna, 2009. 479 p.

ISBN 978-85-87406-94-1

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Síntese de Indicadores Sociais,* Brasília: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de população e indicadores sociais, Gerência de Indicadores sociais, 2013.

HENRIQUES, C. R,; JABLONCKI, B.; FÉRES- CARNEIRO, T. A "Geração Canguru". Algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. PSICO, v.35, 2, Rio de Janeiro, 2004, p.195-205

PEREIRA, R. L. *O papel da educação infantil na construção da autonomia moral*: uma revisão da literatura. 2006. 21 f. Monografia (Obtenção do grau de Especialista em Psicologia Clínica: Infância e Família) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, 2006.

PIERETTI, J. B. *Da heteronomia à autonomia*: ambiente escolar e desenvolvimento moral. 2010. 51 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. 5. Ed. São Paulo: Educ/Moraes, 2005.

ISBN 978-85-87406-94-1

A ESCOLA, O TRABALHO: em foco os jovens aprendizes face ao aprender a fazer e aos desenvolvimentos humano e social

Gabriela Barros Ferreira[1] (Uni-FACEF)
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Na nova organização social do mundo contemporâneo e, em especial no Brasil, a inserção no universo de trabalho, ainda nos primeiros anos da adolescência, tornou-se um fator significativo que, a partir do final do século XX e início do século XXI, veio adquirindo novas características, nas quais os empreendedores têm buscado pessoas que possam ser qualificadas e formadas, de acordo com as peculiaridades demandadas pelas empresas. E, por esse motivo, os jovens têm buscado melhores condições de trabalho, que proporcione a eles crescimento profissional e estabilidade financeira.

É, neste contexto histórico-social, que surge a necessidade de aprimorar os conhecimentos relacionados ao *aprender a fazer*[2] dos jovens, os quais, em um futuro próximo, serão inseridos no mercado de trabalho.

Contudo, essa nova realidade mostrou tanto à sociedade quanto ao governo brasileiro que o adolescente de classe menos favorecida, no Brasil, juntamente com a família, vive a polêmica de não ter como conciliar os estudos com o trabalho, visto que, se optar por trabalhar para contribuir com a renda familiar, terá de abdicar dos estudos de qualidade. Diz-se que, ao fazer essa opção, o adolescente não terá uma formação escolar totalmente focada e, consequentemente, terá maiores obstáculos para se desenvolver profissionalmente.

Tendo em vista a situação, o governo brasileiro, em parceria com as empresas de médio e grande portes, pensou em uma maneira de desenvolver simultaneamente o potencial educacional e profissional do jovem e, nesse momento, surge, na sociedade contemporânea, o jovem aprendiz.

[1] Bolsista PIBIC/CNPq
[2] *Aprender a fazer* – preceito de Delors et al (2000), que será retomado minuciosamente no decorrer deste trabalho.

ISBN 978-85-87406-94-1

Assim, o poder legislativo estabeleceu a *Lei da Aprendizagem* (10.097/2000), a qual regulamenta que as empresas de médio e grande portes devem contratar pessoas entre 14 e 24 anos, para trabalhar como jovens aprendizes.

Dessa maneira, diante da problematização apresentada, o problema levantado pela investigação é: quais as contribuições da escola e do trabalho na formação do jovem aprendiz? Para tentar responder à questão, há algumas hipóteses: a) a inserção do jovem no mercado de trabalho, ainda nos primeiros anos da adolescência, possibilita a construção de um indivíduo profissionalmente bem-sucedido; b) a junção de teoria e prática traz ao sujeito competências escolar/técnica/profissional mais consistentes e com maior qualidade; c) por meio da união entre o ambiente escolar e o trabalho, o jovem conquista diferenciais humanos e sociais, além de se preparar para ingressar na vida acadêmica e profissional.

Posto isto, o objetivo geral deste trabalho é refletir sobre as relações da escola e do trabalho na constituição de jovens aprendizes, especificadamente no aprender a fazer, a fim de verificar a contribuição destas instituições para o sujeito. Para atingir esse objetivo geral, parte-se dos objetivos específicos que são: a) relatar, brevemente, um histórico sobre a escola, no Brasil; b) elaborar um breve histórico sobre as questões do trabalho, no Brasil; c) conceituar *escola* e *trabalho*, no contexto brasileiro atual; d) estudar a política pública tratada na *Lei da Aprendizagem* (10.097/2000), que estabelece o jovem aprendiz; e) ouvir os jovens aprendizes e alguns outros jovens que participam ou já participaram do *Programa Jovem Aprendiz*; f) correlacionar as ações da escola e do trabalho aos desenvolvimentos humano e social.

Portanto, essa pesquisa se inicia com um capítulo sobre as teorias que tratam de desenvolvimentos humano e social, as quais se baseiam fundamentalmente nas propostas teóricas de Amartya Sen (2000; 2010), Celso Furtado (1963; 2000), Carlos Geraldo Langoni (1973) e Zygmunt Bauman (1999).

Em seguida, faz-se uma abordagem histórica e bibliográfica acerca dos ambientes da escola e do trabalho, em que se utilizam como bases teóricas Noam Chomsky e Heinz Dieterich (1999) e Jacques Delors (2000), para mostrar a necessidade de adequações e modificações nas metodologias adotadas nas escolas.

ISBN 978-85-87406-94-1

Por este trabalho tratar sobre a questão do surgimento dos jovens aprendizes, apresenta-se uma pesquisa documental sobre as políticas públicas relacionadas ao tema em questão, priorizando a *Lei da Aprendizagem* de 2000.

Por fim, há uma análise dos dados coletados, os quais são abordados em ótica qualitativa, a fim de verificar os resultados da junção entre o mundo da escola e do trabalho na formação tanto educacional, quanto profissional do adolescente.

2. CONCEPÇÕES DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTOS HUMANO E SOCIAL

Para tratar sobre as concepções de *crescimento* e *desenvolvimentos humano* e *social*, deve-se, primeiramente, apontar a concepção de globalização, que permeia o trabalho, inserida no contexto histórico-social do mundo contemporâneo. Além disso, pode-se considerar a globalização como um processo de universalização da sociedade?

Durante muito tempo, as famílias almejavam alcançar a universalidade social e econômica, pois seria um meio de expandir a mudança e promover melhorias em escala mundial, estabelecendo assim, uma ordem em escala global.

No entanto, de acordo com Bauman (1999), não foi esse o processo que ocorreu, mas sim um novo paradigma, o qual se chama comumente de globalização. Esse sistema é de caráter indeterminado, em que não há um núcleo específico e nem as mesmas condições e oportunidades para todos. Aqueles que têm acesso às novas tecnologias e fontes de informação possuem mais possibilidades de participarem ativamente dessa sociedade, em que o sistema predominante é o capitalismo, enquanto aqueles que não têm contato intenso com os conhecimentos tecnológicos encontram-se praticamente excluídos.

O processo de globalização é, na sociedade contemporânea, inevitável a todos os seres humanos. Assim, todas as pessoas são afetadas em menor ou maior grau pelo processo de globalização, no qual os indivíduos têm de se adaptar às novas condições de desenvolvimento humano e social, quando estes são possíveis de emergir.

ISBN 978-85-87406-94-1

E, na sociedade contemporânea, observa-se que o conceito de *desenvolvimento econômico* pode ser visto a partir de dois sentidos distintos:

> O primeiro diz respeito à evolução de um sistema de produção à medida que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. [...] O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 2000, p. 21).

O primeiro sentido refere-se à questão do sistema, à medida que este se torna mais produtivo, aumentando, desta maneira, a produtividade associada à eficácia do trabalho, e até ao crescimento. No entanto, pode-se admitir que a divisão social do trabalho complementaria a eficiência deste, tendo em vista que esta divisão é um horizonte aberto à criatividade humana.

O segundo está relacionado com o grau de satisfação do homem, em que se podem usar critérios objetivos quando se trata de satisfação de necessidades humanas como habitação, vestuário e alimentação; ou critérios que façam referência a um sistema de valores.

Assim sendo, a ideia de desenvolvimento econômico e social está relacionada à eficiência do sistema social de produção, a satisfação de necessidades elementares e também, as aspirações de grupos sociais.

Posto isto, nota-se que durante a evolução do desenvolvimento social, a tecnologia se tornou instrumento fundamental, pois todos podem estar interligados/conectados com várias pessoas simultaneamente. Mas, se por um lado essa tecnologia se mostrou “facilitadora”, por outro lado, ela também é selecionadora e, nesse sentido, a tecnologia tem o “poder” de separar e excluir aqueles que não se adéquam/adaptam a esse espaço cibernético.

Deste modo, observa-se que os indivíduos que não possuem acesso à tecnologia estão automaticamente excluídos seja de forma social, educacional ou profissional e esse fato priva o homem de atingir a satisfação de suas necessidades e suas aspirações sociais e profissionais.

A partir disto, verifica-se que as ideias de Bauman (1999) se conectam com o pensamento de Sen, em que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de

ISBN 978-85-87406-94-1

exercer ponderadamente sua condição de agente" (2000, p.10). Nesse contexto, a liberdade é o ponto norteador para o desenvolvimento humano, no qual há inter-relações entre certas liberdades, nas quais podemos incluir oportunidades econômicas, liberdades políticas e facilidades sociais.

O progresso mundial não é acessível da mesma maneira para todos, pois alguns direitos sociais como: direito ao emprego, alimentação, salário e educação estão distribuídos de forma desigual, em que aqueles que possuem melhores condições econômicas irão dispor das melhores opções, enquanto as pessoas pertencentes às classes menos favorecidas terão de se contentar com as possibilidades que lhes "sobram".

Nesse sentido, Langoni (2016, online), destaca que a educação é relevante neste novo contexto socioeconômico, pois é a partir dela que há a transmissão do "status" familiar, além do mais, o desenvolvimento socioeconômico está diretamente relacionado à estrutura familiar, a qual é responsável pela educação do indivíduo nos primeiros anos, antes do contato formal com a escola.

Desse modo, observa-se que "[...] a concepção de desenvolvimento não é alheia à sua estrutura social, e tampouco à formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica" (FURTADO, 2000, p. 22), ou seja, embora haja a crescente eficácia do sistema de produção, as necessidades da população não estão sendo suficientemente satisfeitas, pois se tem observado uma degradação das condições de vida, mesmo com a introdução de técnicas produtivas mais sofisticadas.

Além desses aspectos mencionados, deve-se ressaltar que, de acordo com Sen (2000), o desenvolvimento como liberdade depende de outros fatores como as disposições sociais, econômicas, e os direitos civis.

Assim, a privação de liberdade e, consequentemente, a falta de desenvolvimentos humano e social, estão inteiramente relacionadas com a carência dos serviços públicos e com a falta assistência social, pois se houvesse um sistema bem planejado, em que todos tivessem acesso à educação, saúde e oportunidades iguais de trabalho, não haveria a violação da liberdade.

ISBN 978-85-87406-94-1

Portanto, “as recompensas do desenvolvimento humano vão muito além da melhora direta da qualidade de vida, e incluem também sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas [...]” (SEN, 2000, p. 171).

Por esse motivo, no mundo globalizado, é impossível falar sobre os *desenvolvimentos humano* e *social,* sem abordar a questão do *desenvolvimento econômico*, cuja reflexão “tem-se concentrado no estudo do processo acumulativo das forças produtivas” (FURTADO, 2000, p. 45). No processo em questão, podemos distinguir dois eixos que são fundamentais:

> *a)* o desenvolvimento das forças produtivas: o aumento da capacidade do sistema de produção concebido em sentido amplo, incluídas a infraestrutura física e a capacidade humana para operá-lo;
>
> *b)* a acumulação fora do sistema de produção: na infraestrutura urbana e residencial, nos bens de consumo duráveis, nos monumentos, templos e casas de diversões, nos sistemas de segurança, no desenvolvimento da capacidade humana não ligada às atividades produtivas (FURTADO, 2000, p. 51).

Os dois eixos citados são distintos, sendo o primeiro a expressão do esforço criador do homem, o qual está relacionado ao aumento da tecnologia das máquinas, e dos sistemas de produção que fazem com que haja a necessidade da adaptação do indivíduo às novas formas de produção e, assim, torna-se necessária a qualificação dos recursos humanos já existentes, a fim de alcançar um comportamento mais racional em que se modifica, principalmente, a divisão social e técnica do trabalho. Enquanto o segundo eixo mencionado é a atividade criadora aplicada à vida social, em que a demanda da economia é o resultado dos novos modelos de produção adotados. Dessa maneira, constata-se que as exigências de produção-consumo estão relacionadas ao contexto histórico-social em que está inserido.

À vista disto, nota-se que a nossa cultura é caracterizada pelos processos diários de mudanças que ocorrem no mundo. Nesse âmbito, pode-se observar que, nas últimas três décadas, a tecnologia tem desempenhado cada vez mais um papel fundamental nas transformações, afetando a sociedade e o universo do trabalho.

A discussão anterior conduz a refletir sobre o trabalho e a maneira como este, relacionado ao ambiente da escola, pode auxiliar nos desenvolvimentos humanos, social e econômico dos jovens.

ISBN 978-85-87406-94-1

3. O MUNDO DA ESCOLA, O MUNDO DO TRABALHO PARA O ADOLESCENTE

Neste capítulo, explicitaremos os papéis da escola e do trabalho para a formação do adolescente como indivíduo social e a maneira como a relação entre esses dois ambientes podem afetar o jovem que busca conciliar o mundo da escola com o mundo do trabalho.

Assim, primeiramente, traz-se à tona os conceitos de educação e escola, trabalho e adolescência, para que, em seguida, possamos analisar as relações entre os dois ambientes – escola e trabalho – na constituição do adolescente tanto como indivíduo profissional e social, como o desenvolvimento do de sua formação escolar.

3.1 Conceitos de Educação e Escola, Trabalho e Adolescência

Na presente discussão, é apresentada a relação entre o ambiente escolar e o ambiente de trabalho, para a constituição do adolescente tanto como indivíduo profissional, quanto para a sua formação pessoal. Para isso, primeiramente, iremos conceituar os termos *escola/educação, trabalho* e *adolescência*.

Trata-se, a seguir, sobre *escola* e *educação*. No Brasil, de acordo com a *Constituição Federal* (1988), a educação é um direito social, o qual deve ser garantido a todos os cidadãos, a qual tem a tríplice função de garantir a realização plena do indivíduo, além de prepará-lo e inseri-lo no Estado Democrático e, ainda, capacitá-lo para que ele seja inserido no mundo do trabalho.

Nesse momento, as diretrizes da escola buscam preparar o jovem para ser um cidadão ativo na sociedade e, devido a esse fato, o trabalho exerce uma nova função na vida do homem, pois é, a partir dele, que será possível a ascensão socioeconômica e melhores condições de vida.

De acordo com Marx (2004), para a sociedade, o trabalho é visto como o instrumento pelo qual se torna possível concretizar os sonhos, atingir suas metas e objetivos, além de ser uma forma de ascensão social e, é a partir dele, que o homem conquista seu espaço e a admiração dos demais membros da sociedade.

ISBN 978-85-87406-94-1

Sendo assim, o trabalho, para os jovens, é parte de sua construção social, pois é, através dele, que o adolescente aprenderá a conviver com outras pessoas, realizando tarefas individuais ou coletivas.

É, a partir da presente concepção, que trazemos à luz uma discussão sobre o diálogo entre jovens e trabalho.

Por esse motivo, buscamos o conceito de *adolescência*, pois os jovens, que, atualmente, estão inseridos no ambiente escolar, irão integrar o mundo do trabalho.

De acordo com Enseisten (2015, online), a adolescência é o período da vida em que há a transição entre a infância e a vida adulta. Essa fase é caracterizada pelas mudanças e desenvolvimentos nos aspectos biológicos e psicológicos, além dos empenhos para atingir os objetivos e as metas impostos pela cultura social.

Os limites cronológicos considerados como o período de adolescência, variam de organização para organização, no Brasil. De acordo com a Organização Nacional das Nações Unidas (ONU), entende-se como *adolescente* o jovem entre 15 e 24 anos, etapa que é utilizada, principalmente, para fins estatísticos e políticos.

Assim, o que se deve considerar é que a adolescência é resultado da construção social do indivíduo, a qual está diretamente ligada à família, pois de acordo com o artigo publicado no site *Adolescência* (2015, online), “os/as adolescentes, em geral, precisam de um período maior de estudos e de capacitação profissional para entrada no mercado de trabalho, o que exige deles e delas um tempo maior de dependência das famílias”.

Portanto, conclui-se que a educação, por meio da escola e o trabalho, são as bases para a formação adolescentes, sendo que estes serão os cidadãos que poderão agir de forma ativa ou passiva, nas mudanças sociais e econômicas.

3.2. Relação entre o Mundo da Escola e o Mundo do Trabalho para o Adolescente

O processo de globalização também causou mudanças na área educacional, pois devido às novas características demandadas tanto no campo

ISBN 978-85-87406-94-1

político, quanto nos âmbitos social e econômico, fizeram com que houvesse a adequação das metodologias educativas para formar jovens preparados para se inserirem no mundo do trabalho. Assim, a escola começou a adotar no ensino o *aprender a fazer*, a fim de conciliar a aprendizagem teórica com a prática efetiva.

Nesse sentido, deve-se atentar para o fato de que, no Brasil, o governo é responsável por garantir educação e saúde de qualidade para todos, no entanto, as pessoas menos favorecidas possuem mais obstáculos, para terem acesso à educação e à saúde de qualidade.

Desse modo, nota-se que o núcleo familiar é relevante, principalmente, para o adolescente, pois todo o suporte emocional e financeiro está relacionado à família. Dessa maneira, podemos afirmar que as famílias que possuem melhores condições financeiras podem destinar parte de sua renda à formação educacional do jovem, enquanto as famílias menos favorecidas necessitam que o adolescente se insira no mundo do trabalho, para que possa contribuir com as despesas do núcleo familiar.

É necessário destacar que, de acordo com o relatório *Tendências Mundiais de Emprego 2014* da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2015, online), o desemprego entre os jovens tem aumentando, sendo que, em 2013, eram mais de setenta e quatro milhões e quinhentos mil jovens, entre catorze e vinte e quatro anos, sem emprego, representando uma taxa de desemprego juvenil de 13,1%, ou seja, mais que o dobro da taxa de desemprego geral de 6%.

Ainda, conforme os dados da OIT (2015, online), no Brasil, em 2014, 50,1% dos jovens participavam ativamente do mercado de trabalho e que, desses indivíduos, 13,9% estavam desempregados. É necessário ressaltar que a taxa de desemprego entre as pessoas dessa faixa etária (14 a 24 anos) aumentou ainda mais, no primeiro semestre de 2015, chegando a 15,8%, isto é, três vezes mais do que a taxa entre adultos.

Assim sendo, nota-se que esse grupo é expressivo não só em quantidade, mas também em termos de transformações nos âmbitos social, político e econômico.

Os jovens têm a capacidade de reconstruir os cenários econômico e social global, dirigindo o foco para as situações problemáticas que estão sendo

ISBN 978-85-87406-94-1

geradas. Por esse motivo, a sociedade está legitimando a desigualdade e a pobreza, que têm, como suas maiores vítimas, os adolescentes.

Por isto, tendo em vista os dados da OIT (2015, online), constata-se que a desigualdade de oportunidades para os jovens de classes sociais diferentes é um fato expressivo, sendo visível essa situação ao observar a questão do desemprego juvenil, na América Latina, em 2011, pois, ao considerar os setores de menor renda, a taxa está acima de 25%, enquanto, nos setores de maior renda, está abaixo de 10%.

Normalmente, este último grupo está desempregado devido à tendência de prolongar os estudos, para ter melhor preparo ao ingressar no mercado de trabalho, ao passo que a tendência entre os mais pobres é a oposta, pois eles se inserem no universo trabalhista o mais cedo possível, mesmo que isso signifique abandonar os estudos. Salienta-se que a taxa de desemprego dos jovens de classes menos favorecidas era quase três vezes maior.

Além da questão do desemprego, há o fato de que os empregos de baixa produtividade, isto é, aqueles que não possuem solidez no mercado de trabalho, parecem ser direcionados aos indivíduos que não foram preparados e qualificados para se inserirem no universo do trabalhista. Assim, nota-se que, para os jovens, além da família, a educação tem destacada significação, pois, ao adquirir êxito educacional, surgirão melhores oportunidades no ramo empregatício.

“Em suma, a educação representa para os países, as famílias e os indivíduos, uma forma de acumulação de grande significância para se contar com oportunidades de desenvolvimento” (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 229).

É, neste momento, que surge a necessidade de conciliar o mundo da escola e do trabalho, pois o jovem que deseja e precisa se inserir no mercado de trabalho deve estar apto e qualificado para as demandas exigidas pelas empresas, portanto, como afirma Delors (2000), o *aprender a fazer* está articulado à questão da vida profissional, pois é, a partir da aprendizagem de práticas rotineiras, que o jovem desenvolverá as bases para obter as competências profissionais exigidas pelos novos processos de produção que surgem diariamente, sendo que, na maioria dos casos, a qualificação requisitada pelas empresas, “trata-se, frequentemente, mais de uma qualificação social do que uma qualificação profissional” (DELORS, 2000, p.

ISBN 978-85-87406-94-1

96), visto que os empregadores buscam por funcionários que estejam capacitados para atender aos problemas contemporâneos, tanto em recursos materiais, quanto humanos. Portanto, atualmente, as empresas buscam por pessoas que estejam capacitadas, ao mesmo tempo, para operar as novas tecnologias e trabalhar de forma eficaz quando inserido em uma equipe.

Constata-se, então, que o cenário do mundo do trabalho tem mudado significativamente nas últimas décadas, principalmente após a Revolução Industrial, pois, de acordo com Mello (1998), foi nesse momento em que começa a se esboçar uma nova divisão internacional do trabalho, na qual surge a estrutura centro-periferia, em que o centro compreende o conjunto das economias industrializadas, aquelas que possuem maior valor agregado, enquanto a periferia abrange a produção de produtos primários, tais como matérias-primas e alimentos.

Por esse motivo, nas últimas décadas, as empresas têm exigido, cada vez mais, pessoas qualificadas e experientes para desempenhar funções específicas e, nesse momento, surge, para o jovem, a necessidade de ingressar no universo de trabalho, ao mesmo tempo, que este busca construir uma formação de qualidade.

Tendo em vista todos esses fatores, o governo brasileiro em parceria com as empresas de médio e grande portes, buscou uma solução e, nesse momento, surge a proposta do jovem aprendiz e a *Lei da Aprendizagem* (10.097/2000), a qual é responsável por regulamentar e fiscalizar a situação desses adolescentes.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E *LEI DA APRENDIZAGEM* (10.097/2000)

4.1. Conceito e Definição de Políticas Públicas

Para tratar sobre políticas públicas, primeiramente, deve-se conceituar o termo e apontar a concepção que permeia este trabalho.

Desse modo, discute-se a da definição de *políticas públicas*. De acordo com Secchi (2013), o termo *política* pode assumir duas conotações principais, que podem ser diferenciadas usando os termos de origem inglesa *politics* e *policy.*

ISBN 978-85-87406-94-1

A expressão *politics* está relacionada à atividade humana ligada ao exercício do poder sobre o homem. Enquanto a segunda acepção do termo *política* pode ser representada pela palavra inglesa *policy,* a qual tem o sentido mais concreto e se correlaciona as orientações para a decisão e ação.

Tendo em vista essas duas definições, nota-se que a expressão *política pública* está vinculada ao segundo sentido da palavra política (*policy*), visto que elas "tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico das decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões" (SECCHI, 2013, p. 1).

Para o autor, a elaboração de uma política pública é a diretriz para solucionar os problemas de ordem pública, por esse motivo, para a implementação de uma nova política pública são necessários dois elementos principais: a intencionalidade pública e resposta a um problema público, isto é, são estabelecidas políticas públicas quando se deve solucionar um problema coletivamente relevante.

Conforme Howlett *et. al.* (2013), para que esse processo ocorra, há duas dimensões: a *dimensão técnica* – que busca identificar a relação entre os objetivos e os instrumentos para lidar com o problema – e a *dimensão política*, porque nem todos os indivíduos responsáveis pelas políticas públicas estão de acordo com o que constitui um problema público. Assim, o órgão responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas é o Estado, que analisa o problema e toma a decisão para efetivação da solução através da implantação de uma política.

4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E A *LEI DA APRENDIZAGEM* (10.097/2000)[3]

No Brasil, conforme o artigo 277 da *Constituição Federal,* é de responsabilidade da família, juntamente com o Estado e com a sociedade, garantir os direitos básicos da criança e do adolescente.

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

[3] A *Lei da Aprendizagem (10.097/2000)* pode ser consultada na íntegra no Anexo A.

ISBN 978-85-87406-94-1

> dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2013, p. 74).

Por esse motivo, é dever do governo brasileiro proporcionar, aos adolescentes, uma formação profissional e educacional de qualidade e sem custos. Para que isso ocorra, é possível a criação programas e políticas públicas, que visem garantir a todos as mesmas oportunidades.

No entanto, os jovens de classes menos favorecidas nem sempre conseguem ter acesso ao aperfeiçoamento de suas habilidades, visto que as suas famílias não têm condições financeiras para mantê-los em tempo integral nos estudos e nas qualificações profissionais, devido à necessidade de que esse jovem trabalhe para contribuir com a renda do núcleo familiar. Ou seja, esses jovens têm de optar entre trabalhar para contribuir com a renda ou permanecer nos estudos integralmente.

Ao constatar-se essa realidade no Brasil, o governo decretou a *Lei da Aprendizagem* (10.097/2000), a qual regulamenta que as empresas de médio e grande portes devem contratar jovens, com idade entre catorze e vinte e quatro anos, em que se prioriza a contratação dos adolescentes entre catorze e dezoito anos, cujas funções conciliem o trabalho com uma formação profissional como aprendizes, de acordo com o que está previsto na *CLT*:

> [...] Art.428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (NR)
> § 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.
> § 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

ISBN 978-85-87406-94-1

> § 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos.
> § 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho (BRASIL, 2015, online).

A *Lei da Aprendizagem* (10.097/2000), a qual altera alguns dispositivos da *CLT*, classifica como *aprendiz* o jovem que esteja devidamente matriculado no Ensino Fundamental ou Médio (caso seja menor de idade ou não tenha concluído o ensino básico) e, que durante o período de contrato de trabalho, é capacitado tanto por uma instituição formadora, quanto por uma empresa, relacionando, assim, teoria e prática. É necessário ressaltar que a idade máxima prevista no artigo mencionado não se aplica aos portadores de necessidades especiais (PNEs).

O contrato de aprendizagem possui condições trabalho especiais, tais como duração máxima de dois anos, em que a jornada diária não ultrapasse seis horas, em que se deve fazer a anotação na Carteira Trabalho e Previdência Privada, garantindo todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Além dos requisitos mencionados, o jovem aprendiz, durante sua jornada de trabalho, deve ser supervisionado e orientado, no que diz respeito às práticas relacionadas ao seu ofício, por um funcionário qualificado da empresa.

Portanto, a *Lei da Aprendizagem* (10.097/2000) não só regulamenta as condições de trabalho do jovem aprendiz, mas também assegura que o indivíduo não tenha uma perda em sua formação educacional e pessoal, visto que, para exercer as funções trabalhistas, o jovem deve, além de manter bom desempenho escolar, ter uma boa conduta, tanto no ambiente do trabalho quanto no da escola. Assim, conforme o decreto 5.598 de 1º de dezembro de 2005:

> Art. 7º A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:
> I – garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental;
> II – horário especial para o exercício das atividades; e
> III – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (BRASIL, 2015, online).

Ao observar o artigo, constata-se que a *Lei da Aprendizagem* (10.097/2000) visa assegurar a todos os jovens brasileiros, especialmente, àqueles

ISBN 978-85-87406-94-1

que se encontram em uma situação financeira menos favorecida, a possibilidade de conciliar a formação educacional de qualidade com a inserção no mercado de trabalho, o que, teoricamente, tem efeitos positivos na formação profissional do adolescente nos âmbitos do *aprender a fazer* e dos desenvolvimentos humano e social.

É necessário destacar que, por se tratar de uma política pública, esse programa está disponível para todos aqueles jovens que se adéquam aos requisitos previstos na *CLT* e se interessam em conciliar o estudo com o trabalho, independentemente da classe econômica.

5. PESQUISA DE CAMPO

Neste capítulo, analisamos a pesquisa de campo, realizada com dez ex-jovens aprendizes, a pesquisa em questão é de cunho qualitativo, por esse motivo, primeiramente, conceituaremos pesquisa qualitativa e os métodos adotados para realizá-la.

Em seguida, caracterizamos o local em que a pesquisa foi realizada, município de Franca, e o objeto da pesquisa, os jovens entre 18 e 26 anos.

Por fim, mostramos os resultados da coleta de dados realizada e a maneira como a vida desses indivíduos pode ser afetada pelo *Programa Jovem Aprendiz.*

Portanto, a seguir veremos a definição e metodologia da pesquisa de campo, com foco qualitativo.

5.1. Metodologia da Pesquisa

No presente trabalho, apresentam-se os primeiros resultados da pesquisa de campo, os quais mostram as perspectivas de dez ex-jovens aprendizes.

Por ser tratar de uma pesquisa pertencente à área de Ciências Sociais Aplicadas e, assim, trabalhar com os seres humanos, em que o observador é parte do objeto observado, pode-se declarar que o a análise dos dados tende a ser de cunho qualitativo e não quantitativo.

ISBN 978-85-87406-94-1

E, nesse sentido, a ciência é capaz de explicar de forma sistemática os dilemas relacionados à sociedade e, consequentemente, ao desenvolvimento social. Como afirma Menga e André (1986, p. 5), tratando-se da área da educação, “cada vez mais se entende o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações”.

Por levar em consideração o contexto social dos pesquisados, a pesquisa qualitativa envolve a coleta de dados descritivos, obtidos através do contato direto entre pesquisador e a situação e/ou grupo de pessoas estudadas, na qual a preocupação é retratar a perspectiva dos participantes e os efeitos delas, no contexto em que estão inseridos.

Tendo em vista os aspectos da pesquisa qualitativa, no presente trabalho, caracterizamos o município de Franca/SP, onde foi realizada a coleta de dados para a pesquisa, e a população do local com a faixa etária entre 18 e 26 anos.

Além disso, apresentamos os resultados de dez entrevistas realizadas com ex-jovens aprendizes, sendo sete delas gravadas e transcritas e três realizadas somente de forma escrita.

As entrevistas são compostas por dez perguntas abertas, as quais podem ser consultadas no Apêndice A.

A análise foi feita a partir das respostas dos ex-jovens aprendizes.

5.2. Características do Local e do Objeto da Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada no município de Franca/SP, o qual se localiza no interior do estado de São Paulo.

De acordo com a Fundação SEADE (online, 2015), a estimativa da população, no ano de 2015, foi aproximadamente de 341 mil habitantes, sendo que cerca de 66 mil habitantes têm idade entre 18 e 29 anos, ou seja quase 20% da população francana.

Ainda, conforme a Fundação, a projeção, para o ano de 2030, é em torno de 356 mil habitantes, sendo 53 mil habitantes com idade entre 18 e 29 anos,

ISBN 978-85-87406-94-1

isto é, aproximadamente 15% da população. Desse modo, observa-se que há uma tendência decrescente dos indivíduos que oscilam entre 19 e 29 anos.

Deve-se ressaltar que, em 2012, no Brasil, conforme o IBGE, 27 mil habitantes possuíam o Ensino Superior completo, ou seja, apenas de 8% da população do município possuíam a formação superior.

É interessante destacar que, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, aproximadamente 56 mil pessoas, entre 19 e 29 anos, estavam inseridas no mercado de trabalho e eram economicamente ativas.

Os dados revelam que 85% dos indivíduos dessa faixa etária trabalham, no entanto, menos de 10% deles conseguem terminar o Ensino Superior. Esse fato nos faz refletir acerca da relação existente entre a continuação dos estudos e a inserção no mundo do trabalho, pois há a hipótese de que a maioria dos jovens abandonam os estudos devido à impossibilidade de conciliá-los com o emprego. Por esse motivo, há a necessidade de programas que viabilizem a formação educacional simultânea à formação profissional do individuo.

Dessa forma, refletimos a seguir, de que maneira o *Programa Jovem Aprendiz* pode influenciar nos âmbitos da escola e do trabalho e observaremos se, a partir dessa política pública, é possível uma mudança significativa nas tendências relacionadas aos estudos e ao emprego, considerando a realidade vivenciada no município em questão.

5.3. Os Jovens Aprendizes e o seu Lugar Social: um percurso no Campo

Neste item, são apresentadas a perspectivas de dez ex-jovens aprendizes, sendo cinco do sexo masculino e cinco do sexo feminino, aos quais chamamos como entrevistado A, B, C, D, E, F, G, H, I e J cujas idades atuais oscilam entre 18 e 26 anos, sendo que participaram do programa enquanto estavam nos primeiros anos da adolescência, entre os 15 e 17 anos.

A partir dessas entrevistas, busca-se verificar a relevância do *Programa Jovem Aprendiz* para os adolescentes que buscam ingressar no mercado de trabalho, sem perder a formação escolar consistente.

ISBN 978-85-87406-94-1

Ao coletar os dados, nota-se o significado do Programa, tanto para a formação profissional e educacional, quanto para os desenvolvimentos humano e social, visto que a política proporciona, simultaneamente, a esse jovem, o ensino de qualidade e o contato com as rotinas do mundo do trabalho, além de exigir, pelo menos, um curso profissionalizante, durante o contrato de trabalho.

Ao observar as respostas sobre a relação com o mercado de trabalho, constata-se que no caso de sete ex-jovens aprendizes, exceto os Entrevistado E, G e H, tiveram como primeiro emprego o programa jovem aprendiz.

De acordo com os Entrevistados A, C e D, iniciar a vida profissional no Programa em questão, é o primeiro passo para que o adolescente possa se desenvolver tanto profissionalmente, quanto como pessoa, visto que:

Entrevistado A	**Entrevistado C**	**Entrevistado D**
“[...] o programa te abre muitas portas, te faz adquirir responsabilidade. É o início para entrar no mercado de trabalho, pois te proporciona a oportunidade de entrar em contato com o trabalho, sem perder a qualidade dos estudos. Tudo que eu aprendi para a minha vida profissional teve inicio com o Programa.”	“[...] foi uma fase que meus conhecimentos em relação ao mercado de trabalho se ampliaram, assim como meu senso crítico, tive a oportunidade de trabalhar, fazer uma capacitação no meu caso foi no SENAC [...]”	“Hoje olhando como tudo começou e vendo onde cheguei até hoje, só tenho a agradecer [...] ao Programa Jovem Aprendiz, pois eu nunca havia trabalhado, não tinha experiência em nada e não sabia fazer absolutamente nada. Graças à oportunidade que eles deram, aprendi uma profissão. Cresci como pessoa e como profissional.”

Dessa maneira, nota-se que entrar no Programa Jovem Aprendiz, proporciona aos indivíduos o contato com o universo do trabalho, mas sem perder o foco da vida escolar. Além disso, o Programa auxilia, de forma decisiva, nas futuras escolhas em relação à carreira que será seguida por esse jovem, pois como afirmam os Entrevistados A, E e F,

ISBN 978-85-87406-94-1

Entrevistado A	Entrevistado E	Entrevistado F
“[...] você vai tendo uma visão do futuro. Então quando eu estava de menor aprendiz eu saiba exatamente o que eu queria lá na frente. Eu queria ter sido formado em Administração como eu sou, eu queria ter ido para banco, como eu fui. Eu fiz exatamente o que eu me programei.”	“Enquanto estive presente na prefeitura eu mudei os meus rumos, eu queria fazer Engenharia Civil e decidi fazer Direito. Estando lá na prefeitura, eu decidi que queria seguir a carreira judiciária, planejei a minha vida a partir do terceiro colegial para passar na faculdade de Direito e passar também num concurso público.”	“[...] eu sempre tive essa vontade de trabalhar, de ser professor, de trabalhar em escola. Então, como eu trabalhava na escola eu já vivia essa rotina, já entendia essa rotina. Foi bom que eu tive essa noção de como é que funcionam as coisas. E hoje, eu trabalho como professor, que é o que eu sempre quis.”

Assim, observa-se que a vivência em um emprego faz o jovem pensar a respeito de sua vida e, a partir disso, este adolescente começa a se planejar e se orientar para atingir os objetivos, além de ajudá-lo na escolha da carreira, visto que ele os coloca em convívio com as rotinas de uma determinada área, a qual a pessoa pode se identificar e optar por continuar ou, então, excluí-la como futura opção de trabalho.

Outro fator interessante mencionado pelos entrevistados é a relação com o supervisor de trabalho, uma vez que, eles auxiliavam os jovens não só nas funções da rotina diária, mas também, na questão de como se comunicar e como se portar em diferentes situações, assim como afirma o Entrevistado A: “Até no modo de eu falar eu fui influenciado e ensinado pelo meu supervisor”, o que se conecta com as falas do Entrevistado E, G e I, quando afirmam que:

ISBN 978-85-87406-94-1

Entrevistado E	Entrevistado G	Entrevistado I
“Os meus chefes eram um tanto quanto atenciosos, [...] eles tiveram uma enorme paciência comigo, sempre me ensinaram, sempre me motivaram e [...] não é que eles me moldaram, mas eles foram me ensinando a como lidar com as situações. [...] sempre tentaram me motivar e me mostrar como eu deveria me portar em várias questões trabalhistas.”	“A gente conversava muito, como a gente via outros professores e funcionários na secretaria, às vezes, acabávamos trocando experiências de como era o dia a dia. Então, acrescentou muito, eu acabei aprendendo muitas coisas.”	“[...] No serviço ela me aconselhava a ser menos tímida, mais pró-ativa, a ter paciência. Ela tinha muita paciência e passava isso para mim também. Ela me dava conselho para tudo, foi como uma mãe mesmo.”

Para os jovens aprendizes, o supervisor não é apenas aquele “chefe” que fiscaliza e ensina as tarefas relacionadas ao serviço, mas é aquele que mostra ao adolescente a maneira mais eficaz de agir, quando inserido no mundo do trabalho.

Além do supervisor, a família tem papel destacado para esses indivíduos, em razão de serem os membros do núcleo familiar os responsáveis por apoiá-los e incentivá-los, pode-se constatar na fala dos Entrevistados B, G e J, no momento em que eles dizem:

Entrevistado B	Entrevistado G	Entrevistado J
“Minha mãe achou interessante, pois eu estava aprendendo um pouco mais sobre o serviço, eu estava trabalhando, eu tinha o meu salário”.	“Minha mãe e meu pai gostaram muito, porque, até então, eu nunca tinha saído de casa para trabalhar e ter o meu próprio dinheiro, então, eles me apoiaram muito quando eu entrei”.	“Eles gostaram, eles sempre incentivaram que eu trabalhasse, que tivesse carteira assinada, mas que não atrapalhasse os meus estudos.”

As famílias dos jovens veem, no Programa, a oportunidade para que o filho inicie a vida profissional logo nos primeiros anos da adolescência, sendo que essa forma de trabalho não exige a abdicação em relação à dedicação escolar ou

ISBN 978-85-87406-94-1

mudança dos estudos para o período noturno. De acordo com os Entrevistados C, E e J:

Entrevistado C	Entrevistado E	Entrevistado J
"[...] família gostava muito, pois não deixei de estudar para trabalhar, e conseguia conciliar os estudos com o trabalho, pelo motivo da carga horária do serviço ser menor".	"[...] Meus pais tiveram muito medo de que eu não quisesse estudar, perdesse o interesse, mas aconteceu justamente o contrário, quando eu comecei a trabalhar, notei que os estudos eram muito mais importantes."	"[...] a carga horária era menor, não ia atrapalhar em nada, então, eu tive apoio deles [os familiares]."

Ao iniciarem a vida profissional, esses jovens passam a contribuir com a renda do núcleo familiar, seja de forma direta como os Entrevistados A, C e H, que contribuíam com as despesas da casa; ou de forma indireta, como os outros entrevistados que apesar de não ajudarem a manter a casa, compravam seus pertences pessoais e sustentavam os seus próprios gastos, aliviando o orçamento da família.

E ainda, a renda oriunda do trabalho pode ser empregada em planos futuros, como afirma o Entrevistado I: "´[...] com o dinheiro do jovem aprendiz eu consegui tirar a minha carta [CNH], paguei a minha formatura comprei minha moto, consegui juntar um pouco para a faculdade [...]".

Em relação à questão escolar, as respostas dos entrevistados nos permitem verificar que o Programa exige nota e frequência escolar e isso faz com que o adolescente não descuide dos estudos, mesmo que sua obrigação não seja única e exclusivamente a escola. Os entrevistados afirmam que, apesar de manterem as notas, havia menos tempo para os estudos, no entanto, eles acreditam que devido à exigência de notas, eles acabaram se dedicando mais do que se dedicariam caso estivessem trabalhando em outro local. Os Entrevistados A, E e I afirmam que:

ISBN 978-85-87406-94-1

Entrevistado A	Entrevistado E	Entrevistado I
“[...] pelo fato de precisar de uma média boa, eu acabei estudando mais do que eu estudaria normalmente, principalmente, estudando à noite, porque à noite é mais solto e eu passaria com média 4, mas o programa exigia 7 e isso me fez estudar mais.”	“Antes de eu ingressar na prefeitura eu era um aluno que tirava notas regulares/boas, quando eu ingressei na prefeitura eu só tirei notas muito boas, eu me tornei um dos melhores da classe, [...] passei a ter uma maior preocupação com o vestibular. Passei a me interessar mais pelos estudos, tirar melhores notas.”	“[...] se eu não estivesse no Jovem Aprendiz, talvez minhas notas não teriam sido tão boas. Eu consegui otimizar meu tempo.”

Nota-se que o Programa desperta a responsabilidade nos jovens, motivando-os a focar nos estudos, para que consigam uma formação educacional consistente.

Outro aspecto interessante é a questão de ser exigida a participação em um curso profissionalizante, visto que, desta maneira, o indivíduo unirá a teoria à prática, assim como afirma o Entrevistado C “[...] colocava em prática tudo que aprendia no curso em relação a comunicação verbal e não verbal [...]”. Todos os participantes da entrevista disseram que o curso se concentrava nas questões de trabalho em equipe e interação através de dinâmicas e projetos, o que visa desenvolver a capacidade do trabalho em conjunto. Assim como está confirmado por Delors (2000), no pilar *Aprender a fazer*.

Ao observar todos os aspectos mencionados, verifica-se que o programa é relevante para a formação profissional e pessoal dos adolescentes, além de ser o passo inicial no mercado de trabalho. De acordo com os Entrevistados D, H e I, essa política pública auxilia no futuro profissional, visto que:

ISBN 978-85-87406-94-1

Entrevistado D	Entrevistado H	Entrevistado I
“[...] em termos profissionais [...] só me ajudou a aprender a trabalhar, a ter uma profissão e a conquistar meu lugar ao sol [...] [...] é um caminho seguro de obter um emprego, pois quem procura seu primeiro emprego encontra muitas dificuldades no caminho, as empresas exigem experiência, mas como ter experiência se ninguém te dá a primeira oportunidade? Com a oportunidade de ser Jovem Aprendiz, você tem a oportunidade de ser lapidado, aprendendo a seguir regras, a trabalhar em equipe e a traçar objetivos para vida profissional.”	“Em termos profissionais me ajudou, pois como a carga horária de um menor aprendiz é menor, sobrava tempo para fazer cursos e a faculdade.”	“Em termos profissionais me auxiliou bastante, porque dizer que eu fui jovem aprendiz por um ano pesa muito e depois ter o estágio conta no currículo, como um a mais e, no mesmo lugar, foi muito bom para mim.”

O *Programa Jovem Aprendiz* viabiliza oportunidades profissionais que simulam garantir estabilidade e melhoria nas condições socioeconômicas do indivíduo, pois, após o vencimento do contrato estabelecido pelo Projeto, o jovem poderá ser efetivado pela empresa em que trabalhou, como foram os casos dos Entrevistados D e I, que:

ISBN 978-85-87406-94-1

Entrevistado D

"Com o termino do contrato de 2 anos fui efetivada como funcionária e continuei trabalhando nessa empresa no mesmo setor, mas dessa vez passei a lançar notas fiscais e a fazer notas para despacho para a filial do Nordeste e remessas de industrialização. Por lá permaneci 5 anos, sendo 2 como aprendiz e 3 como funcionária."

Entrevistado I

"Meu primeiro emprego foi o Jovem Aprendiz pela prefeitura, eu trabalhava lá no Champagnat. Eu fiquei lá por um ano durante o programa e depois eu fui estagiária lá por mais oito meses."

E, caso o jovem não seja contratado, ele já estará apto e qualificado para buscar um emprego que possibilite o crescimento profissional contínuo. Nesse sentido, os Entrevistados A e B contam que:

Entrevistado A

"[...] eu fui indicado para cá [Uni-FACEF] e comecei a trabalhar aqui. Eu fiquei os dois anos, dos 15 aos 17. Ai eu entrei como estagiário, também, no Uni-FACEF, eu fiquei ao todo uns 5 anos aqui [Uni-FACEF]. Depois daqui, me abriu muitas portas ter trabalho aqui esse período e eu tive uma oportunidade de participar de uma seleção do Banco Santander, onde eu fiquei sete anos.
[...]
É a oportunidade que dá, nessa época" que a gente está tão "cru" de mercado e você cria uma visão que você fala, eu posso seguir que eu vou chegar."

Entrevistado B

"Eu [...] fiz alguns contatos dentro do trabalho e, caso eu estivesse cursando uma faculdade, eu poderia continuar no mesmo cargo, mas como um estagiário e, até mesmo depois de ter começado a faculdade, eu poderia voltar lá e conseguir um estágio."

Posto isso, nota-se que a oportunidade de atuar como jovem aprendiz proporciona, aos indivíduos, um percurso que os leva até uma carreira profissional sólida, além de diminuir a evasão escolar devido às exigências de nota e frequência escola do Programa, as quais incentivam os estudos, ainda, solicita que o adolescente participe de cursos profissionalizantes.

ISBN 978-85-87406-94-1

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi apresentar a pesquisa de Iniciação Científica, a qual está em andamento. Essa pesquisa busca verificar a relação entre os mundos do trabalho e da escola e a maneira que estes se relacionam com o *aprender a fazer* e com os desenvolvimentos humano, cujo objeto de estudo são os jovens aprendizes.

Após ser realizada uma pesquisa teórica acerca dos conceitos e concepções de desenvolvimentos humano e social, verifica-se que os ambientes escolares e de trabalho, juntamente, com a família, são os principais responsáveis pela formação e crescimento tanto pessoal quanto profissional dos jovens.

Tendo em vista esse fato, constata-se que o indivíduo, de classe econômica menos favorecida, que teria de optar entre trabalhar ou estudar, tem assegurado o direito de ter um emprego, ao passo que, constrói as qualificações profissionais, devido ao surgimento do *Programa Jovem Aprendiz.*

É relevante destacar que o Programa em questão se trata de uma política pública e, por esse motivo, qualquer jovem que se enquadre nas exigências da *Lei da Aprendizagem* pode participar, independentemente, da sua condição socioeconômica. Assim, o Projeto proporciona a todos os adolescentes brasileiros, a possibilidade de ser inserido no mercado de trabalho, ainda nos anos iniciais da adolescência.

Além disso, há a questão do *networking* (expressão da língua inglesa) que representa uma rede de contatos pessoais, profissionais e comerciais, que ampliam as possibilidades do indivíduo conseguir uma ascensão profissional, realizar bons negócios financeiros e obter informações vantajosas através das pessoas que compõem essa rede de trabalho. Dessa maneira, entende-se que, ao ingressar no mercado de trabalho como jovem aprendiz, o adolescente, que antes era “despercebido” nesse universo trabalhista, passa a desenvolver contato com pessoas que, em um futuro próximo, poderão auxiliá-lo na carreira profissional.

Nesse sentido, nota-se que o *networking* se relaciona com a proposta de Delors (2000), sobre o *aprender a fazer*, pois esse plano de aprendizagem está focado, principalmente, no trabalho em grupo, na maneira de se comunicar e de se

ISBN 978-85-87406-94-1

portar diante das mais diversas situações, além do ensino efetivo sobre como o indivíduo deve elaborar e participar de projetos que acarretaram benefícios profissionais.

Desse modo, constata-se que, se o individuo partir das propostas prescritas no *aprender a fazer*, terá as competências e habilidades demandadas pelo mundo empresarial, além de construir uma rede de contatos de qualidade, em que um dos membros dessa rede pode indicar o jovem para um determinado cargo, quando este estiver disponível.

Portanto, é também através desse projeto, que os jovens têm a oportunidade de traçar uma carreira profissional de sucesso desde cedo, em que tenham garantidos todos os seus direitos, tanto os trabalhistas quanto os direitos de desenvolver uma formação acadêmica, o que, teoricamente, proporciona um futuro estável e sucesso na profissão.

Além disso, deve-se ressaltar que as variantes, como gênero e idade, não influenciam nas perspectivas desses ex-jovens aprendizes, pois todos os ex-participantes do Programa, buscam aperfeiçoar as suas competências e habilidades, a fim de construir melhores condições socioeconômicas e ascender pessoal e profissionalmente.

E, ainda, de acordo com a coleta de dados realizada com esses indivíduos, nota-se que durante a participação no Projeto, houve o relevante diálogo entre a escola e o trabalho, o que possibilitou a essas pessoas o desenvolvimento em relação à comunicação interpessoal, o trabalho em equipe, e a elaboração de projetos que buscam solucionar os problemas cotidianos vivenciados pelo mundo do trabalho.

Um fator destacado na construção dessas competências e habilidades, conforme os ex-jovens aprendizes mencionaram, foi a convivência com os supervisores, pois através do contanto entre diferentes gerações, houve a transmissão de conhecimentos, os quais influenciaram na estruturação dos valores dos jovens.

Dessa maneira, nota-se que o Programa Jovem Aprendiz possibilita o desenvolvimento, tanto social quanto profissional, visto que ele relaciona os ambientes da escola e do trabalho, atingindo os preceitos previstos no *aprender a*

ISBN 978-85-87406-94-1

fazer, proposto por Delors (2000), além de teoricamente garantir estabilidade profissional para os ex-participantes do Projeto.

REFERÊNCIAS

ADOLESCÊNCIA. *Vivendo a adolescência.* Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/adolescencia>. Acesso em 17 mar. 2016, 12:19:50.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BETRAND, Luís Albala (org.) **Cidadania e educação.** Brasília: UNESCO, 1999.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho:** história. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/70-anos-clt/historia>. Acesso em: 29 out. 2015, 16:34:28.

BRASIL. Capitulo IV da proteção do trabalho do menor. In_____: **Consolidação das Leis do Trabalho.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013

BRASIL. Capitulo VII da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. In_____: **Constituição Federal.** 17. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013

BRASIL. **Constituição Federal.** 17. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <http://legislacaoadicional.editorasaraiva.com.br/>. Acesso em 29 out. 2015, 13:19:16

BRASIL. Esplanada dos Ministérios. Secretária da Inspeção do Trabalho (SIT) e Secretária de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Manual da aprendizagem:** o que é preciso saber para contratar um aprendiz. Portal Ministério do Trabalho e Emprego, 2003. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A454D74C101459564521D7BED/manual_aprendizagem_miolo.pdf>. Acesso em 17 jun. 2015, 09:39:18.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** 17. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013

ISBN 978-85-87406-94-1

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Brasília: LTr, 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm >. Acesso em: 18 jun. 2015, 10:31:32.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Brasília: LTr, 2000. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm> Acesso em: 14 set. 2015, 15:23:05.

CAMPOS, Ana Cristina. ***D*esemprego entre jovens é mais do que o dobro da taxa geral.** EBC*,* 20 jan. 2014. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/01/desemprego-entre-jovens-e-mais-do-que-o-dobro-da-taxa-geral> Acesso em: 30 nov. 2015,19:21:43.

CHADE, Jamil. **Desemprego entre jovens no Brasil tem uma das maiores altas no mundo, alerta OIT.** Estadão*,* 08 out. 2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-entre-jovens-no-brasil-tem-uma-das-maiores-altas-no-mundo--alerta-oit,1776709>. Acesso em: 30 nov. 2015, 19:30:24.

CHOMSKY, Noam; DIETERICH, Heinz. **A sociedade global:** educação, mercado e democracia. Blumenau: EDIFURB,1999.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação:** um tesouro a descobrir. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

EISENSTEIN E. **Adolescência: definições, conceitos e critérios.** Adolesc. Saúde. 2005;2(2):6-7. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167>. Acesso em: 17 mar. 2016, 12:14:58.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ISBN 978-85-87406-94-1

GEA, Samanta Antônio. **Desenvolvimento humano e social e políticas públicas:** um estudo sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no município de Franca-SP. 2015, 201 f. (Dissertação em desenvolvimento regional). Centro Universitário de Franca - Uni-FACEF, Franca, 2015

HOWLETT, M. et al. **Políticas públicas:** seus ciclos e subsistemas - uma abordagem integral. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. **Censo demográgico 2010.** Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351620&search=sao-paulo|franca|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 11 abr. 2016, 09:42:58

JOVENS são os que mais sofrem com o desemprego no país. **Associação Brasileira de Tecnologia Educacional.** Disponível em: <http://www.abt-br.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=92%3Adesemprego>. Acesso em 30 nov. 2015, 20:05:22.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil.** Resenha de: MALAN, P.; WELLS, J. Disponível em <http://www.memoria.nemesis.org.br/index.php/ppe/article/viewFile/222/156> Acesso em: 03 mar. 2016, 10:56:49

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil:** uma reafirmação. 1973. (Ensaios econômicos da EPGE) Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/631/000066001.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 mar. 2016, 10:48:42

MENGA, Lüdke; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viaggiani. **A pesquisa qualitativa em psicologia:** fundamentos e recursos básicos. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editoral, 2004.

ISBN 978-85-87406-94-1

MELLO, João C. de. **O capitalismo tardio:** contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10 ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. ***O desafio do conhecimento:*** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

PANORAMA laboral 2014: América Latina y el Caribe. **Organização Internacional doTrabalho.** Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_325664.pdf>. Acesso em 30 nov. 2015, 19:42:35.

SEADE. **Projeções populacionais.** Disponível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>. Acesso em: 11 abr. 2016, 09:03:11

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas.** Conceitos, esquema de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar:** a ética do mundo desenvolvido e os problemas do mundo globalizado. Tradução Bernardo Ajzemberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ISBN 978-85-87406-94-1

ANEXO A

LEI Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 1º Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos." (NR)

"Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos." (NR)

"Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência à escola." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação." (NR) (Vide art. 18 da Lei nº 11.180, de 2005)

"§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica." (AC)*

ISBN 978-85-87406-94-1

"§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora." (AC)

"§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos." (AC)

"§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho." (AC)"

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional." (AC)

"§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz." (NR)

"Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:" (NR)

"I – Escolas Técnicas de Educação;" (AC)

"II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

"§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma

ISBN 978-85-87406-94-1

a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados." (AC)

"§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional." (AC)

"§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo." (AC)

"Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada;"

"c) revogada."

"Parágrafo único." (VETADO)

"Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada." (NR)

"§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica." (NR)

"§ 2º Revogado."

"Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:" (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;" (AC)

"II – falta disciplinar grave;" (AC)

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou" (AC)

ISBN 978-85-87406-94-1

"IV – a pedido do aprendiz." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo." (AC)

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para dois por cento." (AC)

Art. 3º São revogados o art. 80, o § 1º do art. 405, os arts. 436 e 437 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

ISBN 978-85-87406-94-1

APÊNDICE A

Perguntas das entrevistas

1. Relate de forma detalhada a sua relação com o mercado de trabalho, considerando estágios, programa de jovem aprendiz, mercado formal e informal.

2. O que significou ser jovem aprendiz para você? Comente.

3. Que tipo de atividades você exercia quando era um jovem aprendiz? Comente.

4. Qual a sua relação com o seu supervisor quando era um jovem aprendiz? Comente.

5. O que sua família achava de você ser um jovem aprendiz? Comente.

6. Quando você ingressou no programa jovem aprendiz, você passou a contribuir com a renda familiar, direta ou indiretamente? Comente

7. O que a escola achava de você ser um jovem aprendiz? Comente

8. Como eram as suas notas na escola, quando você era um jovem aprendiz? Comente.

9. O fato de ter sido jovem aprendiz te atrapalhou em termos escolares ou profissionais? Comente.

10. Você sugeriria a outros jovens serem jovem aprendiz? Comente.

ISBN 978-85-87406-94-1

A EXPORTAÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL NORTE-AMERICANA: entre o discurso e a prática

Jéser Abilio de Souza (UNESP)
Elizabete Sanches Rocha (UNESP)

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa é de caráter teórico-bibliográfico, de natureza exploratória, e tem se dado por meio do aprimoramento de ideias através da formulação de hipóteses e da explicitação do problema que envolve o contraste existente entre os discursos sobre a exportação da democracia liberal realizados pelos norte-americanos e a manifestação dela na prática.

Em face disso, realizou-se, primeiramente, o levantamento do material bibliográfico a respeito do debate teórico sobre em que consiste uma democracia de acordo com alguns teóricos liberais, tais como Robert Dahl e Joseph Schumpeter. Posteriormente, investigou-se a história dos Estados Unidos e, principalmente, seu modelo de democracia. Assim, buscou-se, por meio das leituras, processar um exame profundo, centrado nos valores, sentimentos, opiniões e costumes democráticos incorporados no comportamento e nas instituições estadunidenses.

Dessa maneira, permitiu-se uma compreensão sobre a estrutura da democracia liberal dos Estados Unidos e suas singularidades, proporcionando uma base teórica para em seguida compreender os discursos realizados durante os mandatos presidenciais de George W. Bush sobre a exportação da democracia liberal, tendo como escopo fundamental entender o contraste existente entre o discurso e a prática.

2. DEMOCRACIA IDEAL E DEMOCRACIA REAL: concepções ideológicas

A visão de democracia tem, ao longo do tempo, sido criada e reinventada em épocas e locais diferentes, sempre que existiram condições adequadas: difusão de ideias e práticas pautadas numa certa relação de igualdade. Além disso, existe uma diferença substancial entre democracia ideal e democracia real, de modo que enquanto a democracia ideal estabelece um modelo de critérios delimitados sobre um sistema democrático perfeito, a democracia real constitui as

ISBN 978-85-87406-94-1

condições existentes nas instituições políticas que contribuem para alcançar os valores ditos como democráticos. Tais pensamentos foram extraídos da obra “Sobre a democracia”, do teórico liberal Robert A. Dahl (2001).

Diante disso, percebe-se que há variações epistemológicas sobre democracia e que o empirismo pode não abranger a totalidade dos valores democráticos, devido às diversas limitações que o mundo impõe, como circunstâncias históricas, culturais, sociais existentes em uma determinada instituição política.

No tocante à democracia ideal, Dahl (2001) evidencia os seguintes critérios norteadores: a) participação efetiva e igualitária de todos os membros; b) igualdade de voto; c) oportunidades de aquisição de entendimento esclarecido sobre as políticas alternativas e suas implicações; d) controle definitivo do planejamento de políticas; e e) plena inclusão dos cidadãos às leis.

Com efeito, tendo tal sistema de governo o interesse na inclinação de seus cidadãos, Dahl (2001) idealiza as enormes vantagens que a democracia pode oferecer, sendo elas: a) evitar a tirania e a corrupção; b) concessão e defesa de direitos e interesses pessoais e essenciais; c) liberdade pessoal mais ampla; d) autodeterminação das pessoas com relação aos seus interesses fundamentais; e) máxima responsabilidade moral; f) desenvolvimento humano mais pleno; g) igualdade política em grau relativamente elevado; e h) busca pela paz e prosperidade, porquanto democracias não travam guerras umas com as outras.

No entanto, é primordial destacar que todas as características acima são mencionadas por um estudioso estadunidense, sendo este o ideal almejado. Outrossim, Dahl, modestamente, deixa claro que atingir esses fins está além da capacidade de qualquer governo, inclusive democrático, já que todos possuem falhas. A respeito disso:

> (...) “nenhum estado jamais possui um governo que estivesse plenamente de acordo com os critérios de um processo democrático. É provável que isso não aconteça. No entanto, (...) esses critérios proporcionam configurações altamente vantajosas para se avaliar as realizações e as potencialidades do governo democrático.” (DAHL, 2001, p. 53-54).

Em “A democracia e seus críticos”, Roberth Dahl proclama que:

> (...) “no mundo real, nenhum sistema satisfará plenamente os critérios para um processo democrático. (...) Creio que qualquer semelhança

ISBN 978-85-87406-94-1

> ficará muito aquém de satisfazer os critérios. Porém, eles servem como padrões com os quais se podem comparar os processos e instituições alternativos a fim de avaliar seus méritos relativos. Os critérios não definem completamente o que pretendemos dizer com uma boa república ou uma boa sociedade. Mas tendo em vista que o processo democrático vale a pena, os critérios nos ajudarão a chegar a juízos que influenciam diretamente o valor ou a virtude relativos dos arranjos políticos". (2012, p. 208).

Verifica-se, ainda, que os critérios da ideal democracia estão apoiados na ideia da igualdade intrínseca. Assim, Dahl (2001, p. 79) acredita que "a igualdade intrínseca seja um princípio razoável que deve fundamentar o governo de um estado", de maneira que, pela lógica democrática e uma argumentação moral, é tanto assegurada uma importância igual para todos os cidadãos, quanto todos são qualificados para participar.

Encerrados tais ideais democráticos, Dahl retrata a real ou verdadeira democracia, isto é, no campo empírico. Em virtude da realidade e demandas que as nações enfrentam, os valores democráticos têm sido reinventados. Tomando como análise os Estados Unidos da América, que possui um vasto território com inúmeros cidadãos e uma enorme complexidade cultural devido às circunstâncias históricas, surgem limitações humanas e estruturais em grande escala.

Desta forma, Dahl sugeriu que as democracias existentes, principalmente as de grande escala, fossem denominadas de poliarquias. Isto porque, tais regimes são míseras aproximações do ideal democrático. No seu livro "Poliarquia", Dahl (2005, p. 27) apresenta as condições necessárias para uma democracia em grande escala, sendo elas: a) liberdade de formar e aderir às organizações; b) liberdade de expressão; c) direito de voto; d) direito de se eleger para cargos políticos; e) direito de disputar apoios e votos; f) oportunidade de informações por meio de fontes alternativas; g) processo eleitoral pautado na liberdade e idoneidade; e h) instituições capazes de garantir que as políticas governamentais se sujeitem às eleições e outras manifestações de preferência.

As poliarquias ou democracias em grande escala, especialmente a dos Estados Unidos, são "regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados", ou seja, "foram substancialmente popularizados e liberalizados" (DAHL, 2005, p. 31). Há, por conseguinte, um amplo processo de competição e abertura para contestação pública.

ISBN 978-85-87406-94-1

Uma interessante observação que o teórico liberal traz é que “a noção de competição e conflito é fundamental para vida e o pensamento políticos norte-americanos” (2005, p. 150). Esta afirmativa que contém propriedades significativas provoca relevantes mudanças no regime democrático. Por exemplo, não é exagero dizer que, contemporaneamente, na ordem capitalista, os Estados Unidos, ao buscarem a satisfação dos seus próprios interesses, que é fortalecer a unidade nacional com a conquista de mercados dentro do sistema internacional, acabam exprimindo uma imagem um tanto não democrática.

3. A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA DEMOCRÁTICA ESTADUNIDENSE

O magistrado francês, Alexis de Toqueville, publicou em 1835 a obra “A democracia na América – Livro 1: Leis e Costumes” e em 1840 “A democracia na América – Livro 2: Sentimentos e Opiniões”. O centro de sua análise foi o estado social dos estadunidenses, contudo, conseguimos extrair notáveis informações sobre as condições objetivas e subjetivas que contribuíram para conceber as raízes da estrutura política democrática dos Estados Unidos.

Podemos notar, portanto, nas obras de Toqueville, alguns fatores que favoreceram a edificação da estrutura democrática norte-americana, que podem ser divididas em quatro grandes grupos: a) circunstâncias particulares e acidentais; b) leis; c) hábitos e costumes; e d) sentimentos e opiniões. Os mencionados grupos compreendem diversas características peculiares da democracia norte-americana.

Com relação ao primeiro grupo, circunstâncias particulares e acidentais, ressaltamos a união íntima entre a política e a religião sob valores democráticos. Como se sabe, muitos emigrantes anglo-saxões que se fixaram nos Estados Unidos trouxeram suas convicções religiosas que não eram aceitas na Inglaterra, sendo, inclusive, perseguidos.

Apesar dos incontáveis cultos cristãos nos Estados Unidos, diferindo em suas doutrinas, todos adoravam Deus e pregavam a mesma moral em nome dele. Toqueville observou (2005), assim, que as diversas vertentes do cristianismo pregavam a mesma linguagem e princípios que fortemente acabaram sendo entrelaçados com os vários temas das teorias democráticas, tais como liberdade, igualdade e independência.

ISBN 978-85-87406-94-1

Toqueville ilustra que a religião no corpo desta sociedade “deve ser considerada pois a primeira de suas instituições políticas” (2005, p. 345), por ser necessária à manutenção das instituições democráticas. O “espírito religioso e o espírito de liberdade” nos Estados Unidos se “encontravam intimamente unidos um ao outro” (2005, p. 347).

Cumpre esclarecer, todavia, que a religião não estava mesclada com a política. Sempre houve uma completa separação entre a Igreja e o Estado, mas havia uma influência dialética entre elas muito duradoura, em razão de compartilharem os mesmos valores. Para vislumbrar como isso foi tão evidente, no plano educacional, as noções elementares sobre doutrina cristã, história de sua pátria e as principais características regidas de sua Constituição foram disseminadas aos cidadãos, consoante Toqueville (2005). Surge, em decorrência disso, um patriotismo extremamente forte.

O patriotismo e a religião foram capazes de fazerem que os cidadãos norte-americanos marchassem em direção a um mesmo objetivo universal: a busca de igualdade, liberdade e independência. À vista disso, o magistrado francês disse que “nos Estados Unidos, o zelo religioso se aquece sem cessar ao pé do fogo do patriotismo” (2005, p. 345). Isso porque o amor à pátria é exaltado também pela devoção religiosa. Nas palavras de Toqueville, o patriotismo “é uma espécie de religião: não raciocina, crê, sente, age” (2005, p. 274).

Desse modo, a religião nos Estados Unidos se reduziu a suas próprias forças, de modo que houvesse uma separação entre o Estado e a Igreja, fazendo com que ela agisse em um ambiente único, mas capaz de percorrer, dominar e influenciar o comportamento político, sem que ninguém pudesse retirá-la. E isso foi suscetível de acontecer graças à associação dos valores democráticos existentes tanto na doutrina cristã e na teoria política.

No que concerne ao segundo grupo, que chamamos de lei, a Constituição dos Estados Unidos repousou em vários princípios democráticos – influenciada grandemente pelos resquícios da Revolução Francesa e o Iluminismo. Entretanto, o território norte-americano era partilhado em colônias, cada uma com sua soberania e suas peculiaridades. A grande estratégia foi o fato de que os norte-americanos conseguiram se unir em 1789, não apenas para instituir um governo

ISBN 978-85-87406-94-1

federal, mas também para que ele próprio tutelasse pelo cumprimento das suas prerrogativas.

Com tal característica, os estadunidenses obtiveram o sucesso em instituir um governo federal com a finalidade de evitar uma instabilidade democrática, mas que ao mesmo tempo conservasse a soberania dos seus estados, havendo uma verdadeira descentralização administrativa. Isso foi um reflexo da demanda estadunidense. Mantiveram a soberania dos diversos estados, visto que as colônias já gozavam de certa independência e liberdade incertas, mas vislumbraram que, por meio de um governo federal, conseguiriam obter melhor sucesso material, como a defesa de invasões ou a vantagem de conquista de mercado.

Sucessivamente, por meio da lei, houve várias maneiras de instrumentalizar os valores democráticos na sociedade e dentro das instituições políticas, como a concessão de direitos iguais a cada cidadão, sufrágio universal, elevado nível de educação cívica e política, liberdade de expressão, soberania do povo, igualdade de condições e tantos outros exemplos.

Nosso objetivo aqui não é mostrar toda a estrutura do regime político, a forma e o sistema de governo, a divisão de poderes, o sistema eleitoral e os partidos políticos dos Estados Unidos. Mas puramente indicar que a positivação das leis contribuiu para enraizar os princípios democráticos, de tal forma que todos os cidadãos norte-americanos têm conhecimento deles e os sentem vivamente no seu íntimo. Toqueville elucida o seguinte sobre isso:

> (...) “depende das leis interessar os homens pelo destino de seu país. Depende das leis despertar e dirigir esse instinto vago da pátria que nunca abandona o coração do homem e, ligando-o aos pensamentos, às paixões, aos hábitos de cada dia, transformá-lo num sentimento refletido e duradouro”. (2005, p. 106).

A partir do momento que a lei conseguiu pautar os valores democráticos, isso acabou repercutindo nas outras esferas, o social e o político. O patriotismo, por exemplo, consiste em uma resposta, sendo que ele foi capaz de fazer com que os cidadãos se dirigissem a um objetivo universal. A partir do momento que os princípios democráticos são assegurados por lei, a pátria se faz sentir por todo o território. Mesmo havendo descentralização administrativa, a União

ISBN 978-85-87406-94-1

foi capaz de fomentar desejos universais para todos os seus membros, dando direito a todos os exigirem.

O terceiro grupo refere-se aos hábitos e costumes. Quando os anglo-saxões emigraram para as antigas colônias norte-americanas, eles já eram portadores de uma educação política e hábitos e costumes de uma aristocracia. Contudo, no solo da Nova Inglaterra, não havia qualquer ideia de superioridade de uns sobre os outros. Todas as antigas colônias tinham entre si o desenvolvimento da liberdade democrática e burguesa.

Desta forma, o estado social de outrora acabou sendo modificado, e os hábitos e os costumes se moldaram conforme as circunstâncias democráticas existentes que se reclamavam. A liberdade de imprensa, por exemplo, modificou os costumes, de modo que todo cidadão acabou possuindo um conhecimento comum sobre politica.

A liberdade de imprensa exerce um formidável poder nos Estados Unidos, porquanto “faz circular a vida política em todas as porções desse vasto território” (TOQUEVILLE, 2005, p. 214). Toqueville (2005) acredita que a imprensa se tornou o elemento capital constitutivo da liberdade, pois “um povo que quer permanecer livre tem pois o direito de exigir que ela seja respeitada a qualquer preço” (2005, p. 222), já que ela provê a formação da opinião pública.

Igualmente, com o propósito de conquistarem objetivos comuns, como maior segurança pública, comércio e indústria, moral e religião, justiça e política, os estadunidenses se habituaram a formar associações para reivindicar seus interesses. Consoante Toqueville (2005, p. 251), “os hábitos da vida privada prolongaram-se na vida pública”.

Na vida privada os norte-americanos gozam de liberdade, independência e igualdade. Porém, paralelamente a isso, as necessidades das pessoas alargam, já que a democracia beneficia o aumento de recursos internos do Estado, a fim de difundir o bem-estar social. As associações, portanto, se tornam o espaço privilegiado onde as pessoas conseguem obter maiores vantagens, que sozinhas não conseguiriam.

Observa-se, à vista disso, que os estadunidenses acabaram se apegando à nação e às suas instituições de uma maneira muito evidente. Além

ISBN 978-85-87406-94-1

disso, desde cedo eles aprendem a reivindicar suas prerrogativas democráticas e a cumprirem com suas obrigações, a desempenharem alguma atividade laboral e mostrarem uma determinação à educação pública. Os costumes e hábitos dos estadunidenses demonstram ser agitados e energéticos, em razão dos esforços que realizam para ascenderem, não apenas em termos simplesmente econômicos, mas inclusive, intelectual, político e cultural. Isto porque o terreno social é movediço e não fixo como numa aristocracia. No tocante a isso, Toqueville profere o seguinte:

> "Nos Estados Unidos, o homem do povo compreendeu a influencia que a prosperidade geral exerce sobre sua felicidade, ideia tão simples e, no entanto, tão pouco conhecida do povo. Além do mais, ele se acostumou a ver essa prosperidade como obra sua. Portanto vê na fortuna pública a sua, e trabalha para o bem de seu Estado não apenas por dever ou por orgulho, mas, quase ousaria dizer, por cupidez" (2005, p. 276).

Todas essas características vistas até agora afluem para o quarto e último grupo: sentimentos e opiniões. A multidão que habita os Estados Unidos mostra possuir grandes desejos de ambição e de se elevar. Em face da propagação de ideais democráticos, surge uma constante necessidade de obtenção do bem-estar. "Todos querem adquirir bens, reputação, poder" (TOQUEVILLE, 2004, p. 303) e isto provoca uma geral inquietude na sociedade norte-americana.

Este fenômeno é discutido por Joseph A. Schumpeter, em "Capitalismo, Socialismo e Democracia", que recrimina a vontade do povo e a cobiça individual. Schumpeter (1961) revela que a agitação social é alimentada quando os padrões de vida rapidamente se elevam e, maiormente, pelo ócio que o sistema capitalista coloca à disposição dos cidadãos.

Por outro lado, a inquietude generalizada, a paixão pela igualdade, o anseio para a obtenção do bem-estar, o amor extremo pela independência e o patriotismo ocasionaram no estadunidense uma eterna veneração de si mesmo. Toqueville explica que:

> O americano, por tomar parte em tudo o que se faz nesse país, crê-se interessado em defender tudo o que é criticado nele, pois não é apenas seu país que atacam então, mas ele mesmo. Por isso vemos seu orgulho nacional recorrer a todos os artifícios e descer a todas as puerilidades da vaidade individual. Não há nada mais incômodo no hábito da vida do que esse patriotismo irritadiço dos americanos. (2005, p. 276).

ISBN 978-85-87406-94-1

Outra questão fundamental a ser apontada é a força da opinião pública que possui um caráter nacional gigantesco. Ela é um poder dominante capaz de mover as massas. No entanto, ela exprime as vontades de uma maioria. Esta maioria delineia um campo em torno do pensamento que se torna um instrumento de poder para disseminar crenças, valores e sentimentos. Ela é o poder dominante e dirigente, por isso os governantes têm enorme cautela ao agirem diante do povo. Não é de se duvidar que os governantes aproveitem da força da opinião pública para influenciar projetos de governo mediante a associação de um ideal democrático e de um desejo material.

Quanto a isso, Schumpeter (1961) explica que os políticos apreciam o discurso que agrada o povo e concedem admiráveis vantagens a ele, com o intuito de se esquivarem de alguma responsabilidade ou, pior, destruir os adversários em nome do povo. Isso ocorreu várias vezes na História norte-americana (como na invasão militar no Iraque e Afeganistão após o ataque de 11 de setembro de 2001). E na constância do sistema capitalista, Schumpeter (1961) entende que a opinião pública tende a se tornar cada vez mais agressiva com relação aos interesses.

Todos estes quatro elementos aqui apresentados, de forma muito concisa, são fatores que contribuíram para edificar a estrutura democrática norte-americana. Tais fatores convergiram, com o decorrer da História, para o fortalecimento do Estado e do governo com projetos que anunciam a democracia como a única forma de obter desenvolvimento humano. Insurge, assim, por intermédio dos Estados Unidos, a propensão de que eles transparecem como o ideal democrático a ser perseguido por todos os outros atores do sistema internacional.

4. CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO DISCURSO

Helena H. Nagamine Brandão, na obra “Introdução à análise de discurso”, explica que o discurso não pode ser compreendido apenas na seara linguística, pois ele possui conhecimentos de caráter extralinguísticos, como as crenças, os valores, o lugar e o tempo histórico em que o discurso é elaborado. Isso porque o discurso só adquire sentido por meio da sua contextualização, que ocorre em dado momento de sua manifestação. Logo, vários elementos de ordem

ISBN 978-85-87406-94-1

extrínseca à língua se encontram na abordagem discursiva de modo que proporcionarão o sentido do discurso.

Conceitualmente, discurso “é o efeito de sentido construído no processo de interlocução” (BRANDÃO, 2004, p. 106), é “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos” (BRANDÃO, 2004, p. 11).

Brandão (2004) demonstra também que o discurso é interativo, isto é, consiste numa operação potencializada através de dois sujeitos: o Eu e o Você. Em face disso, o espaço do discurso é dividido por esses dois sujeitos que estabelecem uma relação por meio do diálogo. Destarte, no processo discursivo o mobilizador comum é a interação constante entre este Eu e este Você, ou seja, o significado que se manifesta no discurso é o produto vivo das forças sociais interativas entre esses dois sujeitos. Brandão, na citada obra, expõe a seguinte proposição teórica de Eni P. Orlandi: “o centro da relação não está (...) nem no *eu* nem no *tu,* mas no espaço discursivo criado entre ambos.” (BRANDÃO, 2004, p. 55).

Pressupõe que em um discurso haja uma ação desempenhada por ambos os sujeitos, por exemplo, o locutor de um discurso tem certa preocupação ao dirigir-se ao leitor ou ouvinte, de maneira que se utiliza de estratégicas discursivas, à medida que este mesmo leitor ou ouvinte pode contra argumentar ou se defender da posição tomada por aquele locutor. À vista disso, é de se afirmar que não existe um discurso neutro, porquanto ele somente se estabelece ideologicamente a partir do momento em que ocorre a interação entre as posições sociais, culturais, políticas, sociais e geográficas dos sujeitos envolvidos nesta atividade comunicativa.

Destaque-se, ainda que, o sujeito ativo do discurso, também denominado de locutor, ao atuar discursivamente acaba agindo sobre o outro, a fim de alterar uma situação. À vista disso, o discurso carrega em si mesmo a fala, as concepções e ideias do outro (ouvinte), já que o objetivo do locutor é atingir o outro. Em consequência, como o intuito do discurso é o de alterar uma situação, se permite dialogar, contestar ou se aliar a outras formações discursivas – estas correspondem ao sistema de relações entre objetos, enunciados, concepções e métodos – para obter um maior impacto na fala.

ISBN 978-85-87406-94-1

Ressalta-se, por conseguinte, que o discurso de alguém nunca será original, pois além dele ser dialógico, ele também é heterogêneo. É dialógico[4] porque proporciona um ambiente de interação com o outro, sendo através desta mesma interação que as representações que se julga ou que se faz do interlocutor são construídas conforme os interesses do locutor. A heterogeneidade do discurso, por sua vez, significa dizer que o discurso é permeado por várias vozes, constituindo uma rede interdiscursiva. A respeito disso, Brandão traz na sua obra o seguinte:

> O sujeito não é um ponto, uma entidade homogênea, mas o resultado de uma estrutura complexa que não se reduz a dualidade especular do sujeito com seu outro, mas se constitui também pela interação com um terceiro elemento: o inconsciente freudiano. Inconsciente que, concebido como a linguagem do desejo (censurado), e o elemento de subversão que provoca a cisão do eu. (2004, p. 67).

Logo, como existe esta pluralidade de vozes em um discurso, o locutor do discurso se forma na relação com o outro, isto é, pela alteridade, de maneira que se institui um sentido como resultado. Assim como da relação com os outros um Eu adquire consciência de si mesmo, o sujeito do discurso se configura mediante o reconhecimento de certa identidade na relação com os demais discursos elaborados, divergindo entre ideologias, comparando perspectivas, etc. É pela interação da ação e reação de ambos, o choque de valores e crenças particulares que cada um carrega, que o sentido se manifesta em um determinado momento.

A materialização do discurso, por seu turno, se dá pelos textos, sendo que estes também carregam na sua produção crenças e valores, aspectos sociais, culturais, históricos e políticos. Em outras palavras, os textos discursivos compreendem toda a gama de conhecimentos linguísticos e extralinguísticos.

[4] Mikhail Mikhailovich Bakhtin na sua obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem” expõe sua teoria da linguagem, sendo o dialogismo o princípio geral que rege o discurso. Em suma, o dialogismo se estabelece nas caracterizações desenvolvidas durante as constâncias da comunicação com o outro, da interação verbal que presume pelo menos dois sujeitos, o locutor e o interlocutor. O real conteúdo da língua não é formado por um sistema abstrato de formas linguísticas, mas pela interação verbal que consubstancia um fenômeno social realizado por meio da enunciação ou das enunciações. De acordo com Bakhtin, “a interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (BAKHTIN, 2006, p. 125). O discurso é componente de uma discussão ideológica, que refuta, ratifica, prenuncia as respostas, declara determinadas objeções a alguma coisa, etc.

ISBN 978-85-87406-94-1

5. A EXPORTAÇÃO DA DEMOCRACIA

O capitalismo é o sistema vigente e dominante no cenário internacional, como bem sabemos. Concorrência, dominação e aquisição de mercado estão dentre seus fins. Somando aos atributos norte-americanos, como o enorme apego a ideais democráticos, os sentimentos profundos de patriotismo, a ânsia para aquisição de melhores condições de bem-estar e a força dominante da opinião pública que pode muito bem ser manipulada por governantes estadunidenses (como casualmente tem ocorrido), a democracia vinculada ao capitalismo tem se tornado uma ferramenta oportunista.

É de se ressaltar que, com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos puderam assegurar como base de sua política externa os princípios democráticos. Isto porque, com a dissolução da União Soviética, a nação norte-americana fincou cabalmente a sua hegemonia no sistema internacional. Como a democracia liberal norte-americana “provou” ser vitoriosa com relação aos valores e princípios comunistas, ocorreu uma universalização de todo o aparato democrático liberal.

Maria Helena de Castro Santos (2010), pesquisadora brasileira, ao analisar diversos discursos dos atores e agentes políticos dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, identificou três princípios pilares da política externa norte-americana, configurando uma verdadeira “missão americana” em prol de uma segurança global, sendo eles: a) Os valores e os princípios da democracia liberal ocidental são universais, isto é, todos os povos do mundo aspiram tornarem-se democráticos. Portanto, a promoção da democracia é para o bem de toda a humanidade; b) As democracias não batalham entre si. Portanto, exportar democracia denota promover a paz mundial. Percebe-se que a democracia se encontra vinculada à ideia de segurança global; e c) A promoção da democracia faz o mundo mais seguro e mais próspero para os Estados Unidos. Assim, a democracia encontra-se ligada à segurança e aos interesses americanos. E a missão americana consiste na seguinte preposição: os estadunidenses estão incumbidos de trazer a liberdade e a democracia para a humanidade.

Observa-se que há uma conciliação entre os princípios democráticos e a missão de transportar a liberdade e a democracia para todo o mundo, a fim de garantir uma segurança global. Entretanto, a determinação destes objetivos da política externa norte-americana possui uma natureza divergentemente dissimulada.

ISBN 978-85-87406-94-1

Esses interesses estratégicos nada mais são do que os interesses capitalistas de um sistema econômico liberal.

Com os ataques ao “World Trade Center” e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001, a política externa norte-americana eclodiu num terreno propício para renovar a exportação da democracia a certos locais do mundo, com a imagem maquiada de garantir paz e estabilidade mundial.

A “missão americana”, portanto, é o entrelaçamento da universalidade dos valores democráticos e a paz democrática, segundo Castro Santos (2010). Levar a liberdade e democracia para toda a humanidade tem sido a justificativa dos Estados Unidos para adotar determinadas ações na política externa.

De acordo com Alain Touraine (1996), autor do livro “O que é democracia?”, a democracia não é apenas um conjunto de garantias institucionais, mas consiste também no reconhecimento da heterogeneidade de crenças, origens, opiniões e projetos. É preciso haver uma cultura democrática.

Ora, as intervenções militares ocorridas no Oriente Médio após o 11 de setembro de 2001, que traziam a mensagem ao mundo de libertar os povos localizados naquelas regiões e impor valores democráticos nas suas estruturas politicas, parece algo totalmente contraditório.

De fato, os Estados Unidos, ao buscar a satisfação dos seus próprios interesses, como o de fortalecer a unidade nacional mediante a conquista de mercados dentro do sistema internacional, acabam exprimindo uma imagem um tanto não democrática ao mundo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apanhado teórico aqui exposto, vimos que há uma diferença considerável entre democracia ideal e democracia real e que, de acordo com alguns estudiosos, como Robert Dahl, nenhum sistema de governo jamais conseguiu se enquadrar integralmente nos critérios do processo democrático.

Em contrapartida, é de se perceber pela análise – mesmo que de maneira concisa –, o quanto o estado social e cultural e as instituições e as leis contribuíram para elevar a estrutura da democracia a um nível tão radical nos

ISBN 978-85-87406-94-1

Estados Unidos, de modo que a política se investe e transborda por todos os lados. Ela, efetivamente, se encontra completamente subordinada a uma rede de sentimentos, costumes e ideias conferida pelos valores e princípios democráticos na vida privada e pública do estadunidense.

Associadamente a isso, determinados eventos na História arquitetaram um sistema internacional hegemonicamente capitalista. Posto isto, é de se concluir que os Estados Unidos com uma política externa economicamente liberal tem se utilizado da "oportunização democrática" através de discursos presidenciais, consubstanciando estes em uma ferramenta para exportar valores e ideais democráticos com o intuito de que seus interesses capitalistas sejam atendidos.

Um exemplo disso foram os discursos presidenciais de George W. Bush após o ataque de 11 de setembro de 2001, que resultaram na invasão militar norte-americana aos territórios do Iraque e Afeganistão, justificada pela "missão americana" de levar democracia a regiões "bárbaras" e destituídas de liberdades. Nota-se, claramente, que há uma formação ideológica capaz de fomentar a crença na opinião pública de que os Estados Unidos não só possuem o direito, mas tem, na verdade, o dever, de agir em nome dos que ainda não atingiram o seu nível de autonomia democrática. Este "fardo do homem branco", atualizado para os moldes contemporâneos e que não se assume discursivamente como sendo colonizador, embora o seja, – como foi o caso das conquistas operadas ao longo do século XIX, por exemplo, pelos países europeus sobre os continentes africano e asiático – opera como uma prática anti-democrática aceita como libertadora e emancipadora, criando um paradoxo conceitual. Na prática, os desdobramentos de tal estratégia tanto discursivo-ideológica quanto bélica se podem perceber no enorme desserviço prestado pela maior potência armamentista do mundo aos países por ela invadidos, em nome da democracia. Os dados estatísticos (que aqui optou-se por não se demonstrar, por não ser este o estágio atual em que se encontra a pesquisa) evidenciam, em análises prévias, que a violência não diminuiu nem no Afeganistão nem no Iraque, a despeito do levante "bélico-democrático" implementado pelos Estados Unidos diante do mundo, como resposta aos ataques sofridos no coração do capitalismo (World Trade Center), em 2001.

Assim é que esta pesquisa, ora em fase inicial, já demonstra a relação intrínseca entre discurso (sempre ideologicamente direcionado) e a construção de

ISBN 978-85-87406-94-1

realidades desejadas (nem sempre correspondentes a anseios de maiorias). Trata-se de uma articulação muito eficiente em termos políticos e, por isso mesmo, amplamente utilizada pelos *policymakers.*

Como a investigação acadêmica continua, espera-se demonstrar mais resultados dos efeitos de sentido provocados pela ação discursivo-ideológica dos governos, especialmente dos Estados Unidos, em nome de um ideal democrático sempre passível de atravessamentos outros que redirecionam os significados do conceito de democracia.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra-Fria:doutrinas e o uso da força. In: **Revista brasileira de política internacional** [online]. 2010, vol. 53, n. 1, pp. 158-191. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000100009&script=sci_abstract>. Acesso em: 30 mar. 2016.

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América – Livro 1: Leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ISBN 978-85-87406-94-1

_____. **A democracia na América – Livro II: Sentimentos e opiniões**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ISBN 978-85-87406-94-1

A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR COMO MEDIADOR

Heloisa Silvestre Chiarelo (Uni-FACEF)
Laís Marques Branquinho (Uni-FACEF)
Júlia Bonattini Martinez[5] (Uni-FACEF)
Irma Helena Ferreira Benate Bonfim(Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se dá devido a experiência obtida pelos pesquisadores com o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) realizado por bolsistas do curso de Psicologia.

As aulas ministradas referentes ao tema deste trabalho, A importância do professor como mediador, foram realizadas em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio localizada na cidade de Franca do interior do Estado de São Paulo.

Esta aula teve participação de alunos do 9º ano, com o intuito de passar aos alunos a importância do professor, sendo este mediador, tanto na educação dos mesmos, quanto na forma deles lidar com o professor, e o quanto este papel influência na vida dessas pessoas.

O termo mediador caracteriza o professor que trabalha com uma atitude e um comportamento que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos.

Essa ideia de professor mediador se deu a partir da década de 70, da “pedagogia progressista”, caracterizada por uma nova relação professor-aluno e pela formação de cidadãos participativos e preocupados com os reais e atuais problemas da sociedade. Esse conceito também está presente na perspectiva da escola cidadã, idealizada por Paulo Freire, na qual o professor deixa de ter um caráter estático e passa a ter um caráter significativo para o aluno. Outro nome relevante para esse assunto é o de Lev Vigotsky, que contribuiu muito com seus

[5] Bolsistas PIBID/Capes

ISBN 978-85-87406-94-1

estudos sobre o desenvolvimento humano e sobre a formação de professores e em reflexões sobre o papel dos professores nas salas de aula.

Foi trabalhado com os alunos, principalmente, a ideia de que o professor como mediador não tem a função de somente transferir o conhecimento e os conteúdos mas sim, de ensinar e instigar os alunos a pensarem, refletirem e construírem seu próprio conhecimento.

Ao final da aula foi realizada uma atividade a qual os alunos deveriam escrever um texto do que o professor representa em sua vida e em sua educação.

1.1. Objetivo

Tendo em vista que o processo de aprendizagem possui muitas vertentes de compreensão teórica sobre a postura e posicionamento do professor a presente pesquisa visa refletir sobre o aprendizado dos alunos frente a postura do professos como mediador numa situação de aprendizagem.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa em que os pesquisadores estão interessados nas experiências, interações entre os participantes. Foi utilizada da pesquisa etnográfica em que o pesquisador participa juntamente com os sujeitos observados, ou seja, realizando uma observação participante (ANGROSINO, 2009).

Segundo Duarte (2016), a pesquisa qualitativa tem um caráter exploratório, que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão.

2.1. Participantes

A sala a qual foi realizado o devido tema foi o 9° ano que continha 40 alunos de diferente condição econômica, diferentes etnias e de idade entre 14 e 15 anos.

ISBN 978-85-87406-94-1

2.2. Local

Este trabalho foi realizado em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio localizada no interior do Estado de São Paulo.

2.3. Instrumento

Foi utilizado como instrumento de mediação da comunicação o filme “Escritores da liberdade”, seguido de espaço para discussão e reflexão do tema.

2.4. Procedimento

O procedimento foi dividido em três etapas

1. Assistir o filme
2. Discussão
3. Elaboração de uma dissertação sobre o tema

Incialmente, durante duas aulas, foi passado o filme intitulado “Escritores da Liberdade”. e a outra aula foi aberta para que os alunos discutissem e levassem suas impressões a respeito dos temas abordados no filme.

Para finalizar o assunto, foi proposto uma atividade a qual os alunos deveriam dissertar um texto de no mínimo 20 linhas ou uma construção criativa com desenhos, poemas, contendo suas próprias conclusões diante dos sentimentos despertados perante os assuntos trabalhados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A ideia do professor como mediador é caracterizada pela formação de cidadãos participativos e preocupados com a transformação e o aperfeiçoamento da sociedade. A função do professor deixa de ser somente de transferidor do conhecimento para exercer o papel de provocar o estudante e ensina-lo a aprender a aprender. Ele deixa de ter um caráter estático e passa a ter um caráter significativo para o aluno.

> Os pedagogos começam a compreender que a tarefa da escola contemporânea não consiste em dar às crianças uma soma de fatos conhecidos, mas em ensiná-las a orientar-se *independentemente* na

ISBN 978-85-87406-94-1

> informação científica e em qualquer outra. Isto significa que a escola deve ensinar os alunos a *pensar,* quer dizer, desenvolver ativamente neles os fundamentos do pensamento contemporâneo para o qual é necessário organizar um ensino que impulsione o desenvolvimento. Chamemos esse ensino de *desenvolvimental.* (Davydov, 1988, p.3).

Ser um mediador significa ter uma atitude e um comportamento que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem e que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos.

> O educador deve atuar como mediador do conhecimento, de forma que os alunos aprendam os saberes escolares em interação com o outro, e não apenas recebam-no passivamente. É dessa forma, que o docente contribuirá para que o aluno desenvolva o senso crítico e possa cada vez mais participar ativamente de sua "prática social" atuando como sujeito em meio a sociedade (BULGRAEN, Vanessa, 2009).

Para o professor como mediador também é de suma importância, para ministrar uma boa aula, que ele esteja seguro em relação ao conteúdo a ser tratado, isto é, que conheça muito bem o assunto de modo a conduzir discussões produtivas e orientar processos de descoberta por parte dos alunos.

> "O docente precisa assumir seu verdadeiro compromisso e encarar o caminho do aprender a ensinar. Evidentemente, ensinar é uma responsabilidade que precisa ser trabalhada e desenvolvida. Um educador precisa sempre, a cada dia, renovar sua forma pedagógica para, da melhor maneira, atender a seus alunos, pois é por meio do comprometimento e da "paixão" pela profissão e pela educação que o educador pode, verdadeiramente, assumir o seu papel e se interessar em realmente aprender a ensinar." (BULGRAEN, Vanessa, 2009).

Para que a educação aconteça, nesse sentindo, é necessário que as informações a serem passadas façam sentido também para os alunos, por isso é preciso que o professor e os alunos se apropriem dos conteúdos e que tanto alunos quanto professores ultrapassem as posições passivas e sejam participantes da ação educativa.

> "Pois o que vocês ensinam não é um deleite para a aula? Se não fosse, vocês não deveriam ensinar. E se é, então é preciso que aqueles que recebem, os seus alunos, sintam prazer igual ao que vocês sentem. Se isso não acontecer, vocês terão fracassado na sua missão." (ALVES, Rubens, 1994)

ISBN 978-85-87406-94-1

Como sugere Freire (1996, p.54) quando afirma “a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos”.

Os professores, em sua prática letiva, aprendem a conviver com suas salas de aula tendo ciência que elas não são iguais. Cada sala de aula é distinta, mesmo se tratando das mesmas séries ou da mesma escola. Cada turma apresenta uma “personalidade”, já que ali se encontram uma série de individualidades, que faz com que o professor desenvolva formas específicas de lidar com ela. Ele também deve estar ciente de que os alunos de cada sala, mesmo tendo a mesma faixa etária, responderão de forma diferente ao mesmo conteúdo trabalhado.

> “Uma “classe” não é um grupo passivo de ouvintes pouco interessados e “dominados” por um professor, mas sim, pelo contrário, um “coletivo”, um grupo de pessoas que, interagindo entre si, têm um único objetivo”. (LEONTIEV, Alexis, 2007)

De fato, a criança precisa ser ouvida para que através de suas palavras e da problematização construída a partir delas, ocorra uma aprendizagem ativa e crítica. Esse espaço de escuta e atenção para com o aluno também possibilita que o professor conheça a realidade de seus alunos, como vivem e se relacionam com o meio, pois isso permite que ele se aproxime de sua classe. Compreendendo seus alunos, o professor tem a possibilidade de atuar e interferir positivamente no processo educacional e na formação desses indivíduos.

O mediador, portanto, não só transfere um determinado conteúdo. Ele mostra aos seus alunos seu valor significativo e sua importância, já que para que a educação realmente aconteça é necessário que as informações e os conhecimentos façam sentido tanto para quem os transmite quanto para quem os recebe, construindo, assim, com eles uma resposta produtiva e um conhecimento que seja significativo para cada um. Desta maneira, os alunos estarão participando efetivamente e de forma ativa de seu processo educativo.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Primeiramente foi passado um filme aos alunos, “Escritores da liberdade”, com o intuito de instigá-los e tocá-los, de alguma maneira, acerca do tema proposto.

ISBN 978-85-87406-94-1

Depois foi proposta uma discussão entre os alunos, para garantirmos a assimilação do assunto por parte destes, onde foram valorizadas as suas opiniões e os sentimentos que o filme gerou em cada um, para que dessa forma fosse construída uma ideia do conceito e características de um professor como mediador.

Na discussão sobre o filme os alunos relataram que o que mais os chamou atenção foi o fato da professora Gruwell querer conhecer mais a respeito de seus alunos, qual é a realidade em que vivem, e se interessar realmente por cada um deles e seus próprios interesses.

Procurar conhecer a realidade em que seus alunos se inserem é de alguma forma buscar conhecer seus alunos e o que eles já sabem, o conhecimento prévio.

O conhecimento prévio é fundamental para a teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, pois se constitui de modo determinante no processo de aprendizagem, destacando o aprendiz, neste caso o aluno, como fator mais importante na determinação do processo de ensino e aprendizagem. (ALEGRO, 2008).

Através do filme os alunos também expuseram suas conclusões a cerca do fato de que os professores não são tão bem respeitados se procurarem este respeito impondo sua autoridade de forma a deixar seus alunos acuados.

Dentro do contexto da abordagem educativa que a professora Gruwell acredita e coloca em prática com seus alunos, esta destaca o conhecimento de seus alunos como um fator importante e determinante no processo de ensino e aprendizagem, o qual oferece uma contribuição fundamental para o reconhecimento do aluno como sujeito que aprende; das possibilidades de mudança por meio do aprendizado; da necessidade de não transformar diferenças sociais, econômicas, culturais e cognitivas em desigualdades escolares. (SILVA, 2007).

Os alunos concluíram e assim, citaram algumas características que para eles são de um bom professor como mediador, dentre as que mais apareceram estão: Não gritar com os alunos no sentindo de ser grosseiro, ouvir a opinião dos alunos e trata-los com a mesma educação que se espera que eles tratem os professores.

ISBN 978-85-87406-94-1

Eles tiveram como ensinamento o fato do professor como mediador ser acima de tudo um facilitador, não devendo impor soluções. A sua principal função é ajudar os alunos, por suas próprias convicções, a chegarem a uma conclusão e construírem seu próprio conhecimento significativo.

Durante a discussão foi também construído com os alunos a ideia de que o papel do professor é também ensiná-los a “pensar” e a questionar o que lhes é passado desenvolvendo, assim, sua criticidade e que eles não somente têm que receber passivamente as informações sem refletir e questionar. Também foi dada uma ênfase de que na organização professor aluno o professor não é o único que sabe, que ele também aprende com seus alunos e que na escola deve ser realizada uma construção do conhecimento formada por ambas as partes, alunos e professores.

5. CONCLUSÃO

Os resultados nos apontaram que através das discussões, da atividade e aulas ministradas, os alunos mostraram interesse e participação, nos dando uma resposta positiva, o qual realizamos uma aprendizagem significativa para com eles, onde eles também tiveram a oportunidade de falar sobre os sentimentos despertados.

Os alunos conseguiram entender a proposta e a mensagem que o filme passava, onde os mesmos discutiram entre si sobre o papel do professor e a importância do mesmo para a formação. Houve opiniões que se divergiram, causando assim um debate entre os alunos onde cada um defendeu seu ponto de vista.

Ao perceber a importância de trabalhar este tema na sala, conseguimos associar esta aula não só com a aula de ciências mais com todas as outras, pois abrangemos de forma geral sobre o papel do professor e sua importância.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. *A alegria de ensinar.* 3 ed. São Paulo: Ars Poetica, 1994. 10 p.

ISBN 978-85-87406-94-1

ALEGRO, R. C. Conhecimento Prévio e Aprendizagem Significativa de Conceitos Históricos no Ensino Médio. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Marília, SP. 2008.

ANGROSINO, Michael, *Etinografia e observação participante*; Tradução José Fonseca. São Paulo: Artmed, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=slUfqvzo3Q8C&oi=fnd&pg=PA7&dq=pesquisa+etnografica&ots=QPs4To_Uz9&sig=hR4w7sL1jJkTlfgAD3sAwBxrxXM#v=onepage&q=pesquisa%20etnografica&f=false. Acesso em: Maio de 2016

BULGRAEN, Vanessa C. *O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento.* Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.4, p. 31-32, ago./dez. 2010. Disponível em: < http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/46/39> Acesso em 5 maio 2016.

DAVYDOV, Vasili. *La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico.* Moscou: Editorial Progreso, 1988.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. Pesquisa quantitativa e qualitativa.

Disponível em: http://monografias.brasilescola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm. Acesso em: Maio de 2016

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 54.

LEONTIEV, Alexis; VYGOTSKY, Lev S.; LURIA, Alexandr Romanovich. *Psicologia e Pedagogia* Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2007. 10 p.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete professor mediador. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/professor-mediador/>. Acesso em: 05 de mai. 2016.

SILVA, P. S. *A relação aluno-professor no processo de ensino aprendizagem*. Revista Espaço da Sophia. São Paulo. Mensal, ano I, nº 07, Outubro. 2007.

ISBN 978-85-87406-94-1

A INFLUÊNCIA DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DO ENSINO SUPERIOR

Rafael Afonso de Paula (Uni-FACEF)
Adriana Aparecida Silvestre Gera Ribeiro (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, as formas tradicionais de compreender e de agir sobre o mundo foram reestruturadas pelas novas possibilidades de ensinar usando o mundo digital. Sendo assim, a tecnologia foi modificando a forma de ensinar, tornando as aulas mais dinâmicas e interessantes, despertando, assim, maior interesse por parte dos aprendizes. Atualmente, a escola não é mais a única fonte onde os alunos podem buscar conhecimento. Na era digital, os alunos levam para a sala de aula muitas novidades e informações pesquisadas na internet e, sendo assim, a internet desempenha um papel fundamental no desenvolvimento educacional das novas gerações. Com a evolução tecnológica, verifica-se uma melhoria na qualidade de aprendizagem, no desenvolvimento de processos e habilidades do pensamento, assim como no desenvolvimento da autonomia, o que favorece a compreensão do aluno sobre a sua responsabilidade na construção do processo ensino-aprendizagem. Portanto, é muito importante que o professor conheça e entenda o funcionamento dessas novas tecnologias para que os mesmos possam auxiliar os alunos a utilizarem essas ferramentas da melhor forma possível. O uso de novas tecnologias no processo ensino-aprendizagem, quando mediado, proporciona uma gama de conhecimento, uma infinita fonte de construção, inclusão social, dentre outras vantagens.

Com tantas inovações e possibilidades individuais de aprendizagem, a desvantagem do uso de novas tecnologias no processo-aprendizagem recai sobre o isolamento social que estas podem acarretar, tornando as pessoas mais distantes e introspectivas. Neste fenômeno, o indivíduo não fica totalmente recluso, porém acaba interagindo com outras pessoas, preferencialmente, através das redes sociais, ou seja, no ambiente virtual, evitando, muitas vezes, se socializar com outras pessoas em ambientes físicos. Sendo as relações sociais um dos pontos principais para a educação, cabe aos professores mediar estas inovações da sociedade para que a afetividade não seja substituída pela tecnologia.

ISBN 978-85-87406-94-1

Partindo dessa ideia, nessa presente pesquisa, serão discutidos os pontos positivos e negativos dessas novas de tecnologias, mais especificamente, no que se refere ao processo ensino-aprendizagem no Ensino Superior. Será realizado um levantamento bibliográfico de autores que discorrem sobre tema. Também será realizada nesse estudo uma pesquisa de campo para coleta de dados junto a professores e alunos do Ensino Superior que fazem uso dessa tecnologia para fins acadêmicos ou de pesquisa.

2. NOVAS TECNOLOGIAS

Hoje a alfabetização não acontece mais somente na escola ou em ambientes restritos, nos quais há recursos para que este processo aconteça. Estamos na era da tecnologia, na qual temos vários recursos para que possamos aprender e interagir. Há várias tecnologias utilizáveis na escolarização das pessoas como, por exemplo, calculadora, projetores, computador e internet. Graças a Internet, temos o mundo virtual a nossa disposição, a nossa espera, pois nela podemos nos comunicar, estudar, pesquisar e dentre outras coisas que são oferecidas por ela. Segundo Demo (2009), “a criança adora a internet, porque lhe parece um mundo livre, sem dono, sem tutor, sem hierarquia, sem professor, sem adultos que impõem instruções” (p. 55).

De acordo com Aguiar (2008), o uso das novas tecnologias permite “ao aprendiz vivenciar experiências, interferir, fomentar e construir o próprio conhecimento” (p. 63). Isso significa que o aluno vai ter uma participação dinâmica através dessa interação com os métodos e meios para organizar a sua própria experiência. O professor passa a exercer o papel de facilitador do processo ensino-aprendizagem, permitindo que o aluno desenvolva suas habilidades e que, no entanto, seja capaz de realizar a atribuição de significados importantes para sua articulação dentro do processo ensino-aprendizagem (AGUIAR, 2008).

Segundo D’ Ambrósio (1996 apud AGUIAR, 2008, p. 64), “estamos entrando na era do que se costuma chamar a “sociedade do conhecimento*”* [...] Será essencial para a escola estimular a aquisição, a organização, a geração e a difusão do conhecimento vivo, integrado nos valores e expectativas da sociedade”. Mas para isso, a tecnologia tem importante papel, pois estamos nessa sociedade moderna,

ISBN 978-85-87406-94-1

sendo a internet um espaço, uma ferramenta que expande o conhecimento por ser um campo livre e aberto de aprendizagem. Segundo D' Ambrósio (1996 apud AGUIAR, 2008, p. 64), "a informática e comunicações dominarão a tecnologia educativa do futuro".

Aguiar (2008) salienta que o uso da tecnologia em sala de aula nos permite "a interatividade entre o aprendiz e o objeto de estudo" (p. 65), tendo um espaço de aprendizado e aperfeiçoamento de suas habilidades em uma participação ativa.

A autora ainda salienta que há a necessidade de implementar o uso de novas tecnologias na educação e isso nos faz repensar sobre a prática pedagógica em sala de aula, já que o aprender não está apenas só centrado no professor, mas também no processo ensino-aprendizagem do aluno, devido a sua participação ativa para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades cognitivas.

Com o aumento das tecnologias de informação e comunicação, a internet também ampliou os processos de educação e comunicação. Isso significa que pode influenciar melhorar, ampliar e facilitar os processos de educação ou aprendizagem seja tanto na modalidade presencial, ou na modalidade à distância (os ambientes virtuais) (KLERING e SCHOROEDER, 2011, p. 44).

A modalidade presencial é a comumente utilizada nos cursos regulares, onde o aluno e professor se encontram em um espaço físico como, por exemplo, a sala de aula. Já a modalidade à distância, o aluno e o professor estão separados fisicamente. Nesse espaço virtual, é onde se encontra a educação e a busca do conhecimento fazendo o uso dessas tecnologias de informação e comunicação (MORAN 2009 apud ALVES, 2011, p. 84).

Segundo Alves (2011), a metodologia da Educação a Distância possui "uma relevância social muito importante" (p. 84). Isso significa que permite o acesso ao sistema a aqueles que não têm acesso ao processo educacional superior por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula. Esta modalidade de educação a distância tem contribuído para a formação de profissionais sem se deslocar de seus municípios (PRETTI 1996 apud ALVES, 2011).

ISBN 978-85-87406-94-1

O desenvolvimento desta modalidade de educação/ensino, segundo a autora, auxilia a "implementar os projetos educacionais mais diversos e para as mais complexas situações". A autora cita, por exemplo, os cursos profissionalizantes, capacitação para o trabalho ou divulgação científica, campanhas de alfabetização e também os estudos formais em todos os níveis e campos do sistema educacional. (LITWIN 2001 apud ALVES, 2011, p.84).

Segundo Dohmem (1967 apud ALVES, 2011, p. 85),

> educação a distância é uma forma sistematicamente organizada de auto-estudo onde o aluno instrui-se a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível através da aplicação de meios de comunicação, capazes de vencer longas distâncias.

Os ambientes virtuais são, segundo Aguiar (2008, p. 67), "consideravelmente, importantes dentro do processo de comunicação entre professores e alunos". O ensino a distância nos proporciona um espaço para entrarmos em contato com a matéria e com o professor/facilitador. Mas para isso "a educação a distância requer a utilização de novas tecnologias como ferramentas de aprendizagem e construção de conhecimento" (AGUIAR, 2008, p. 67).

Demo (2009, p. 56) pontua que:

> os ambientes virtuais de aprendizagem parecem favorecer ostensivamente modos mais flexíveis de formação da mente, que apanham, entre outros horizontes, os de Vygotsky (1989; 1989a), em particular em seu conceito de zona de desenvolvimento proximal: o desafio de o aluno ousar avançar com apoio do professor para encarar novas situações e problemas, construindo, assim, sua autonomia progressiva.

Aguiar (2008) ressalta que no ensino a distância é onde o aluno desenvolve sua forma própria de estudo, mas para que isso ocorra é necessário que o ambiente de aprendizagem esteja adequado, possibilitando, assim que o aluno possa se organizar e compartilhar seus conhecimentos, e adquirir autonomia em sua aprendizagem.

Para Piaget (1972 apud SLOCZINSKI e CHIARAMONTE, 2010, p. 141), "o conhecimento é um fruto de um processo de "construção contínua" que ocorre indefinidamente ao longo da vida, na ação pessoal, em cada realidade, oportunidade, contexto social, cultural e econômico".

ISBN 978-85-87406-94-1

Sloczinski e Chiaramonte (2010, p. 141) ainda pontuam que, “para o construtivista, o conhecimento é uma atividade construída pelo aprendiz e não apenas uma descoberta, pois surge das relações estabelecidas, das ações realizadas e da sua experiência no mundo”.

Segundo Mattar (2013), a criação dos processos internos de desenvolvimento se dá através da interação com amigos, colegas. Estes processos quando são internalizados, tornam-se parte do desenvolvimento independente do aprendiz. Pode-se relacionar esta proposição com o conceito de zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky. Vygotsky (1991 apud MATTAR, 2013, p. 26) ressalta que: “a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de brotos ou flores do desenvolvimento, ao invés de frutos do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente”.

De acordo com Mattar (2013), o conceito da zona desenvolvimento proximal mesmo que tenha sido elaborado antes do desenvolvimento das redes sociais e das novas tecnologias estas digitais que utilizamos hoje em nosso dia-a-dia se mostra, segundo o autor, riquíssimo para fundamentar a aprendizagem em ambientes virtuais.

> A zona de desenvolvimento proximal provê a psicólogos e educadores de um instrumento através do qual se pode entender o curso interno do desenvolvimento. Usando esse método, podemos dar conta não somente dos ciclos e processos de maturação que já foram completados, como também daqueles processos que estão em estado de formação, ou seja, que estão apenas começando a amadurecer e a se desenvolver. Assim, a zona de desenvolvimento proximal permite-nos delinear o futuro imediato da criança e seu estado dinâmico de desenvolvimento, propiciando o acesso não somente ao que já foi atingido através do desenvolvimento, como também àquilo que está em processo de maturação. (VYGOTSKY, 1991, apud MATTAR, 2013, p. 27).

Veremos que graças aos desenvolvimentos de novas tecnologias, esse processo de ensino pode ser tornar mais dinâmico. Nesse processo de aprendizagem de buscar o conhecimento e de levar de uma forma mais dinâmica

ISBN 978-85-87406-94-1

nas aulas e na vida. Os meios virtuais tendem a influenciar os alunos, de conseguir entrar em contato com o professor em busca de tirar dúvidas e buscar conhecimento. E veremos que a distância, não seria um problema graças a esses meios, pois se oferece a disponibilidade de o aluno, fazer um curso ou matéria nesse ambiente virtual.

3. METODOLOGIA

3.1. Amostra

Participarão da presente pesquisa alunos e professores de duas universidades da cidade de Franca – SP, sendo uma particular e uma autarquia municipal.

3.2. Aspectos Éticos

De acordo com resolução nº. 6.497/77, regulamentada pelo Decreto 87.497/82, será firmado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo A), baseado na Resolução nº. 196/06, versão 2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde, o qual deixa claro sobre o sigilo em relação à identificação dos participantes e à garantia de que estes poderão receber esclarecimentos em qualquer etapa do trabalho. Após o consentimento dos participantes serão realizadas as entrevistas semiestruturas, as quais serão agendadas de acordo com a disponibilidade dos participantes, obedecendo-se ao critério de privacidade e sigilo. Vale salientar que as entrevistas serão gravadas para posterior transcrição com o consentimento dos participantes.

3.3. Instrumentos

Será utilizada como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestrutura, a qual será gravada para posterior transcrição. O roteiro de entrevista para professores, assim como o roteiro de entrevista para alunos foram elaborados pelo pesquisador juntamente com a orientadora da presente pesquisa.

ISBN 978-85-87406-94-1

3.4. Coleta de Dados

Após o consentimento do colaborador em participar da pesquisa e a assinatura do termo de consentimento, realizar-se-á a entrevista semiestruturada, a qual será agendada de acordo com a disponibilidade de cada participante.

4. Análise dos Dados

A análise dos dados envolvendo um método qualitativo de pesquisa será feita através de levantamento bibliográfico, acoplado a informações obtidas por meio de entrevistas com os professores de Educação Infantil da referida escola.

De acordo com os autores Martins e Bicudo (2005), a metodologia da pesquisa qualitativa deve ser, ao mesmo tempo, de natureza teórica e prática. As teorias que o pesquisador aprende sobre observações empíricas e as experiências por ele vividas devem constituir o seu ponto de partida. Essas duas aprendizagens fornecem a instrumentação para observar e analisar a realidade de modo teórico desde o início. Fornecem recursos para ver os objetos da percepção na sua origem social, histórica e de funcionamento, na sua interdependência e determinação do seu desenvolvimento.

A análise das entrevistas será realizada de acordo com os quatro passos ou momentos do método da análise qualitativa do fenômeno, propostos por Martins e Bicudo (2005), sendo estes:

1. Ler a descrição, relato ou entrevista do princípio ao fim sem buscar interpretar nada, somente com o objetivo de ter uma noção geral do todo ali expresso;

2. Reler o texto tantas vezes quanto for necessário para discriminar “unidades de significados” que são anotadas diretamente na descrição, sempre que perceber uma mudança psicologicamente sensível de significado da situação para o sujeito. Importante lembrar que as unidades de significado não estão prontas no texto. Existem somente em relação à atitude, disposição e perspectiva do pesquisador;

3. Após discriminar as unidades de significado é preciso transformar as descrições ingênuas feitas pelos sujeitos em uma linguagem

ISBN 978-85-87406-94-1

psicológica. Nesse passo, o pesquisador vai percorrer as unidades de significado encontradas para expressar o insight psicológico nelas contido, mais diretamente;

4. Sintetizar todas as unidades de significado transformadas em uma descrição consistente da estrutura situada do fenômeno.

Para facilitar a realização desses passos, as entrevistas serão transcritas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, E. V. B. As novas tecnologias e o ensino-aprendizagem. Vértices, Campos dos Goytacazes/R.J., v. 10, n. 1/3, p. 63-71, jan./dez. 2008.

ALVES, L. Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, São Paulo, v. 10, p. 83-92, 2011.

DEMO, P. Aprendizagens e novas tecnologias. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, v. 1, n. 1, p. 53-75, ago. 2009.

KLERING, L. R.; SCHOROEDER, C. da S.; Desenvolvimento de um Ambiente Virtual de Aprendizagem à luz do enfoque sistêmico. Revista de Tecnologias de Administração e Contabilidade, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 42-54, Jul./Dez. 2011.

MATTAR, J. Aprendizagem em ambientes virtuais: teorias, cognitivismo e MOOCs. Revista Digital de Tecnologias Cognitivas (TECCOGS), n. 7, p. 22-40, jan.-jun. 2013.

PINHO, D. S; RIBAS, E; LAHM, R. A. Ambiente virtual: uma proposta para construção de material didático. n. 1/9. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo9/artigos/5dDenise.pdf>. Acesso em 10 mar. 2016.

SLOCZINSKI, H.; CHIARAMONTE, M. S. Aprender e desafiar a aprender em ambiente híbrido. In: VALENTINI, C. B.; SOARES, E. M. S. Aprendizagem em ambientes virtuais: compartilhando ideias e construindo cenários, Caxias do Sul/RS: Educs, 2010.

ISBN 978-85-87406-94-1

A INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA GESTÃO DE MICRO EMPRESAS: limitações e desafios.

Mauro José Rodrigues (Uni-FACEF)
Rodrigo Luís Lopes (Uni-FACEF)
Willian Santos de Andrade Carlos (Uni-FACEF)
Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O retorno sobre o investimento, a expansão e a perenidade é o foco principal de toda organização independente do valor do seu ativo, receita bruta ou regime de tributação. As micro empresas (ME's) são hoje uma potência nos quesitos participação no PIB e fomentação do equilíbrio e igualdade social mas, por serem empresas que apresentam baixo grau de investimentos estão sob pressão constante quer por capital limitado, concorrência ou déficit na gestão demonstrando maior vulnerabilidade às oscilações do mercado. A continuidade das instituições bem como a utilização das informações estratégicas são linhas paralelas e diretamente proporcionais e a ideia de se gerir sem informações estratégicas é algo inconcebível e de grande risco gerencial.

A contabilidade nesse contexto apresenta uma estrutura que subsidia a tomada de decisão por parte dos gestores de qualquer empresa independente do seu tamanho, como uma das principais fontes de informações estratégicas deve ser utilizada na gestão dessas instituições, são dados essenciais para a projeção de futuras ações. Estimular a formação de uma inteligência organizacional, implementar uma cultura organizacional e informacional torne-se preponderante para a sobrevivência dessas instituições e torna-las mais eficientes. A mudança de mentalidade dos gestores faz-se necessária diante das novas exigências impostas pela globalização onde a empresa que define estratégias baseada em informações tempestivas e fidedignas apresentam grande chance de êxito.

Para tanto é necessário utilizar os meios disponíveis de pesquisas bibliográficas sobre o assunto e também realizar pesquisa de campo junto as micro empresas e os contadores da cidade de Franca/SP. Esta pesquisa será utilizada para corroborar as conclusões.

Diante do exposto observa-se a estreita relação entre a utilização de informações para gerar projeções, o conhecimento da saúde financeira das

ISBN 978-85-87406-94-1

instituições, sua perenidade e o seu crescimento no mercado onde atuam. A importância da utilização de ferramentas como o Balance Scorecard (BSC) associado às praticas contábeis aplicáveis é sem dúvida de extrema relevância para uma gestão profissional e focada no desempenho da organização e alcance das metas estabelecidas.

A partir deste contexto questiona-se qual o grau de dificuldade em se aplicar os princípios de contabilidade no contexto das MEs pelos profissionais de contabilidade na geração da informação contábil (Demonstrações Contábeis)? E como estas informações contábeis são valorizadas e utilizadas para a eficiência e longevidade das operações das MEs pelos seus gestores?

Diante do proposto o objetivo geral é, conhecer o ambiente das MES no tocante ao relacionamento entre empresa e contador para a transformação de dados administrativos em informação contábil apropriada para tomada decisões no cotidiano das MEs.

Como objetivos específicos com propósito de alcançar o objetivo geral proposto têm-se:

- Apresentar o ambiente das MEs – os aspectos jurídicos para sua constituição, os administrativos para sua manutenção e permanência no mercado e a cultura informacional em relação ao estabelecimento de prioridades no tocante a informações para tomada de decisão.

- Discutir a importância da informação e os princípios da contabilidade na construção da Informação Contábil como controle e meio de mensuração da riqueza patrimonial para geração de conhecimento e apoio gerencial no cotidiano e a formação de uma inteligência estratégica das ME’s.

- Destacar as habilidades necessárias ao profissional da contabilidade em contextos de mercado competitivo e de adoção das normas internacionais de contabilidade.

- Identificar através do estudo de caso**,** perfil do contador, perfil do gestor das MEs; as dificuldades da aplicação dos princípios da contabilidade, nível do acompanhamento prestado pelo contador, relacionamento entre contador e MEs, a cultura informacional de contador e MEs; nível de entendimento e uso da informação contábil para gestão.

ISBN 978-85-87406-94-1

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INFORMACIONAL DAS MICRO EMPRESAS

A participação das micro empresas na economia é representativa e não pode ser ignorada, a riqueza gerada por elas é de extrema importância para a estabilidade econômica do país e segundo o IBGE, o PIB brasileiro em 2014 fechou em R$ 5,52 trilhões. Considerando um cenário igual à 2011, referente a participação das ME's no PIB, não ocorrendo variação nesse percentual de participação o valor chegaria à casa de R$ 1,49 trilhões. Os números impressionam e justificam a importância econômica dessas instituições.

> Em 1985, o IBGE calculou em 21% a participação dos pequenos negócios no PIB brasileiro. Como não havia uma atualização desse indicador desde então, o Sebrae contratou a Fundação Getúlio Vargas para avaliar a evolução das micro e pequenas empresas na economia brasileira, com a mesma metodologia utilizada anteriormente. Em 2001, o percentual cresceu para 23,2% e, em 2011, atingiu 27%. As micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios. (EXAME, 2014).

A função social é outra característica importantíssima e que deve ser levada em consideração: segundo Dal'Bó (2010), essas entidades são responsáveis pela absorção de 52,3% da mão de obra formal. O perfil da mão de obra absorvida pelas ME's segundo pesquisa do SEBRAE (2012) é, jovens entre 30 a 39 anos, com nível de instrução secundário e a faixa salarial entre 1 a 1,5 salários. A atuação como agente fomentador do equilíbrio social é também inquestionável ainda segundo Dal'Bó (2010), " O Brasil está muito bem e a micro e pequena empresa é a principal mola impulsionadora da redução das desigualdades sociais". Diante do exposto vê-se a importância e a harmonia social promovida pelas ME's pois, indivíduos que não se encaixam nos padrões das grandes corporações poderiam estar excluídos do mercado de trabalho ao invés de serem economicamente ativos.

As micro empresas foram instituídas pela Lei Complementar 123/2006 e segundo o Portal Brasil, micro empresa é aquela que fatura até R$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) por ano. O critério do número de empregados é outro parâmetro utilizado para definir uma ME, mas não será utilizado para esse estudo. O formato concebido pelo governo para a tributação destas organizações, tendo como base o faturamento anual, constitui-se em uma estrutura simples, cuja

ISBN 978-85-87406-94-1

principal característica destacada são todos os tributos incluídos em uma única guia com uma alíquota diferenciada e a redução das obrigações acessórias. Atualmente as micro empresas são obrigadas ao envio anual de informações eletronicamente. Com a entrada em vigor do protocolo 91 de 30 de setembro de 2013 a EFD, escrituração fiscal digital passa a ser obrigatória e mensal, o que sinaliza que essas instituições estarão em breve participando dos vários projetos SPED do governo e essa obrigatoriedade passa a valer a partir de 01/01/2016.

Junto à simplicidade fiscal vinculou-se o mito de que as ME's estão dispensadas de ter contabilidade, mas o Código Civil Brasileiro Lei 10.406/2002 art. 1.179 determina que, "O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade [...] e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico". Por meio da ITG 1000 o Conselho Federal de Contabilidade determinou toda a estrutura dos demonstrativos contábeis que serão emitidos no que se refere às micro empresas. A obrigatoriedade da contabilidade pela lei para qualquer instituição é algo pacificado.

Conforme Hendriksen e Breda (2007, p 39), a evolução sofrida pela Contabilidade no século XIII e XIV, na Itália, se deu diante da necessidade de controle por parte das empresas. É inconcebível em pleno século XXI existirem empresas que tentam sobreviver às intempéries do mercado sem utilizar a informação contábil/financeira gerada pela contabilidade para o controle, mensuração e planejamento. Segundo Matias e Júnior (2003, p.6), "[...], a má administração é responsável por mais de 90% dos fracassos". Independente do valor nominal apurado ou do porte de uma instituição a utilização dos relatórios financeiros é essencial para a boa administração da entidade visando a continuidade do negócio.

> [...] são apresentadas principalmente como empresas que habitualmente utilizam-se do trabalho do próprio gestor ou de familiares; não se utilizam do apoio de empresas especializadas como consultorias; exercem uma administração muito informal, pouco especializada, que confunde comumente recursos pessoais e da empresa; possuem uma relação muito forte entre o proprietário e os empregados, cliente e fornecedores; não buscam novos negócios em ambientes incertos, procuram oportunidade em segmentos já estabelecidos e consequentemente de alta competitividade; exigem rápidos retornos aos investimentos realizados; e, por ultimo, possuem dirigentes contumazes na busca de metas econômicas e financeiras, [...] (COLMENERO, 2015, p. 6).

ISBN 978-85-87406-94-1

A simplicidade organizacional, fiscal e o mito da isenção de uma escrita contábil leva muitos gestores das ME's negligenciarem a importância dos demonstrativos financeiros e não estabelecerem estratégias baseadas nas informações geradas pelo seu negócio comprometendo uma tomada de decisões baseada em informações pertinentes ao desempenho da organização.

> Nas pequenas empresas, o tempo que os seus dirigentes dedicam ao planejamento pode até mesmo ser considerado nulo. [...] O planejamento existente costuma ser informal e sigiloso, pois fica na mente do dirigente que acha irrelevante e considera uma perda de tempo discuti-lo ou coloca-lo no papel. [...] a falta de conhecimento de técnicas matemáticas e a tendência do pequeno empresário de confiar mais no seu feeling do que em números [...] (MATIAS LOPES JÚNIOR, 2002, p.54).

As ME's apresentam características bem peculiares, em geral apresentam uma administração pouco profissional com seus gestores focados totalmente na parte operacional do negócio. Essa exclusividade dá-se pelo motivo de que o gestor é o executor das operações da entidade reduzindo o tempo gasto no planejamento e aplicação de estratégias ligadas ao desempenho da empresa. A falta de conhecimento de técnicas matemáticas e de planejamento levam estes gestores a confiar somente em sua intuição. No ambiente das ME's algumas práticas apresentam-se muito nocivas ao desenvolvimento e continuidade do negócio e confrontam diretamente os princípios da Contabilidade como ciência, dentre as mais graves pode-se citar: o princípio da entidade e o princípio do regime de competência o que agrava de forma exponencial a qualidade das informações geradas.

Construindo uma analogia entre o gestor e um general no comando de suas tropas vê-se que o objetivo é o mesmo ou seja, a vitória e a permanência no campo de batalha. Para chegar a esses objetivos uma mente estratégica deve ser implementada e uma cultura organizacional onde a informação é valorizada e tem a importância devida deve fazer parte do dia a dia da administração das ME's.

3. A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO E DA INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL

A tomada de decisão não pode ser subsidiada por intuição, a principal aptidão peculiar ao bom administrador é a capacidade de transformar as informações em ações. Os demonstrativos contábil/financeiros possibilitam gerar

ISBN 978-85-87406-94-1

projeções que podem ser de extrema importância para o alcance das metas estabelecidas, inserido neles estão informações sobre a situação econômica, financeira e patrimonial da instituição que servirão como suporte para as decisões a curto, médio e longo prazo. Ao referir-se à gestão de empresas a primeira palavra a que vem a mente é estratégia, que caracteriza todas as ações tomadas pelo gestor visando a sua sobrevivência e continuidade. Esta palavra está associada à cultura militar e que a séculos é empregada para nomear as ações dos generais no comando de seus exércitos objetivando a vitória em meio a um conflito.

> A palavra vem do grego: stratègós: de stratos (exército) e ago (liderança). O significado original caracterizava a "arte do general", que deixou de estar ao lado do exército para estar à distância, no alto das colinas, de onde podia observar o campo, adquirindo um maior potencial para selecionar a melhor posição e o melhor conjunto de ações para vencer a batalha [...] (DICIONÁRIO ETMOLÓGICO 2016).

Conhecimento, informação, tática e estratégia são hoje palavras presentes no mundo das corporações e negócios. Ter informação e estar em uma posição mais alta que os demais e confere ao seu detentor o poder sobre a situação seja no campo de batalha seja mercado onde atuam as empresas.

> Agora, se as estimações realizadas antes da batalha indicam vitória, é porque os cálculos cuidadosamente realizados mostram que tuas condições são mais favoráveis que as condições do inimigo; se indicam derrota, é porque mostram que as condições favoráveis para a batalha são menores. Com uma avaliação cuidadosa, podes vencer; sem ela, não podes. Menos oportunidades de vitória terá aquele que não realiza cálculos em absoluto (SUN TZU, 2016).

Ao analisar um conflito militar e a luta pelo mercado travado pelas empresas constata-se a inexistência de diferença, exceto pelas baixas, sendo a disputa pela sobrevivência idêntica. Segundo Sun Tzu (2016), é impossível haver vitórias se não houver planejamento, e completando esse pensamento pode-se dizer que, não existe planejamento se não houver informação e não haverá informação se não houver dados. “Os negócios, a exemplo da guerra, são um embate de vontades, dinâmico e acelerado, baseado na moral e nas máquinas, lidando com o uso efetivo e eficaz de recursos escassos [...]” (MCNEILLY, 1998, p. 15). Os conflitos bélicos e o mundo dos negócios confundem-se e neste cenário a produção e a disponibilização dos dados são tão importantes quanto a transformação desses dados em informações. Dados distorcidos gerarão informações distorcidas, o que provocará projeção e estratégia também distorcida diante de uma determinada situação.

ISBN 978-85-87406-94-1

A valorização da informação e a formulação de estratégias devem ser práticas incentivadas e fomentadas dentro das ME's de forma que se tornem parte da cultura da organização. Considerar a informação como um ativo é o primeiro passo para a implantar a visão de uma cultura informacional dentro da instituição. "O benefício econômico futuro embutido em um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade" (CPC 00, 2011, p. 17). A informação é intangível mas o benefício futuro é incontestável, a alavancagem promovida pela informação potencializa os recursos operacionais da entidade o que é um benefício econômico futuro obtido que acarretará um incremento no fluxo de caixa e equivalentes de caixa.

> Sendo a informação o ingrediente vital dos ativos informacionais todos esses atributos pertinentes a ela devem igualmente ser atribuídos aos ativos informacionais, assim como esses atributos podem alavancar outros em conformidade com o contexto das atividades das organizações, da necessidade informacional dos grupos de interesses (SMITH, 2013, p.105).

O conhecimento estratégico é a soma de todas as informações existentes e sua transformação em ação efetiva, e esta informação deve ser considerada como um ativo da instituição. Conforme Kira (2001, p. 36), [...]"a informação constitui a principal matéria prima, um insumo comparável a energia que alimenta um sistema". A construção de uma cultura informacional inicia-se com o processo contínuo de gerar informações e emprega-las no desenvolvimento de estratégias, uma visão a ser implementada em qualquer tipo de empresa com intuito de utilizar de forma eficiente todos os recursos disponíveis e colocando a instituição em posição preeminente no mercado.

"Entende-se que, a partir da geração e atualização de ativos informacionais em intervalos regulares, é possível gerar conhecimento de forma contínua para subsidiar o processo de tomada de decisões na administração financeira das PME". SMITH (2013, p. 19). Concomitantemente a partir do início das operações de uma organização se dará a produção de dados, como esses dados são tratados é o que determinará se as informações geradas serão a base para projeções de ações estratégicas. Esta produção dos dados independe da vontade do gestor pois, dentro da instituição existem diversos setores como: Rh, financeiro, faturamento, produção, fiscal, dentre outros. Todos estes setores produzem um tipo de dado, fazer um link entre esses dados e transforma-los em informações é uma

ISBN 978-85-87406-94-1

decisão do gestor. Nesse ponto se faz presente a cultura organizacional e a cultura informacional determinando o nível de importância dedicado ao tema, a visão do gestor impressa no cerne da entidade é que dita qual o valor as táticas e estratégias terão para o atingimento dos objetivos traçados.

Transformar estes dados em informações objetivas, compreensivas e tempestivas é de suma importância para o sucesso da contabilidade dentro da gestão empresarial e as particularidades devem ser respeitadas pois, cada empresa tem sua especificidade. “Uma empresa sem uma boa contabilidade é como um barco, em alto mar, sem bússola” Marion (2006, p. 26), a ausência de informações torna a instituição passiva aos percalços e frágil quando sob pressão. A sobrevivência não é algo intrínseco ao tamanho ou valor absoluto alcançado pela instituição, a sobrevivência é a necessidade da continuidade de todo negócio.

A necessidade de desenvolver sistemas, assimilar e entender informações presentes no ambiente em que as instituições estão inseridas é um fator preponderante e necessário para o bom desempenho econômico e financeiro. Segundo Tarapanoff (2001, p. 45) “Composta de diversos tipos de informação [...] a inteligência competitiva é um processo sistemático que transforma pedaços esparsos de dados em conhecimento estratégico”. Sem valor é a ação sobre dados desconectados, mesmo que indivíduos inteligentes e com alta performance intelectual estejam trabalhando para uma mesma corporação se não ocorrer o link entre esses dados o resultado não será satisfatório. A sistematização e o compartilhamento é o que permite a evolução dos dados para a informação e da informação para a inteligência estratégica.

Segundo Matarazzo (2007), os dados não provocam reação no leitor ou ouvinte, já a informação provoca reação ou decisão e está ligada ao efeito surpresa. A contabilidade por meio dos relatórios financeiros mostra onde a organização estava, onde ela está e onde estará se os padrões detectados continuarem os mesmos. Com essas informações em mãos os gestores irão modificar, corrigir ou manter o curso traçado. Nessa perspectiva é que a contabilidade trabalha para demonstrar a realidade financeira e econômica da empresa por meio dos relatórios contábil/financeiros, sendo que a qualidade desses relatórios dependerá de dois pontos basilares que são: os dados fornecidos como substrato e o tratamento aplicado aos dados.

ISBN 978-85-87406-94-1

A partir deste contexto que coloca a informação contábil em nível estratégico é relevante destacar que a contabilidade é uma Ciência Social que tem como objeto o estudo e controle do Patrimônio das Entidades, para tanto os princípios da contabilidade se apresentam como normas gerais delimitadoras da aplicação da Ciência Contábil e, portanto, da promoção de informação de qualidade. Um dos benefícios de sua aplicação é a possibilidade de comparabilidade dos registros contábeis dos fatos administrativos de diferentes empresas, tornando informação mais precisa para a correta mensuração da riqueza patrimonial, necessária à arrecadação de impostos, à defesa dos interesses da coletividade e dos próprios sócios e acionistas para tomada de decisões a partir de informações de qualidade.

A importância de uma amplitude maior a ser adotada pela contabilidade é defendida por Kaplan (1997), segundo ele a informação tem um valor maior que os ativos tangíveis. Dentro desse pensamento deduz-se que quanto mais apuradas forem as informações pertencentes a uma instituição maior valor de mercado ela possui. Dentro desse contexto o referendo autor, critica veementemente a situação estática da contabilidade tradicional e aponta um novo rumo a ser tomado pelas instituições e sua proposta é, a junção de uma contabilidade dinâmica e versátil focada no desempenho econômico e financeiro aliado a uma matriz de informações pertinentes ao negócio.

Ainda de acordo com o autor, a integração de processos, valorização do conhecimento dos colaboradores, olhar para o futuro e a aproximação dos clientes e fornecedores são pontos básicos para o sucesso das empresas do século XX mas, mesmo referindo-se ao século XX suas teorias são atuais e totalmente aplicáveis às empresas do século XXI.

Uma contabilidade focada somente em fatos passados não supri a necessidade de informação para subsidiar decisões, outra situação complexa que ocorre no Brasil é um sistema que sobrecarrega os contadores de obrigações tributarias e acessórias desvirtuando o foco principal da contabilidade que é o usuário final, e não somente o governo. As informações de caráter contábil/financeiro são de grande impacto no tocante a longevidade das instituições e seus efeitos podem ser potencializados se juntamente for incorporado à instituição uma ferramenta como o Balanced Sorecard. Quebra de paradigmas e a criação de

ISBN 978-85-87406-94-1

um ambiente favorável à utilização da informação, não somente dentro das grandes corporações, mas também dentro das ME's, terá uma importância singular para instituições do século XXI onde sobreviver no mercado implica ter a melhor estratégia, derrotar o oponente e expandir.

4. O PERFIL DO CONTADOR DO SÉCULO XXI

Nos últimos anos a própria evolução e o embate entre as empresas pela sobrevivência e consequentemente uma fatia maior e mais expressiva do mercado tem compelido o contador a uma mudança de perfil e atitude, o que leva a crer em novos tempos e em uma nova perspectiva do ponto de vista do desempenho da profissão e sua interação com o meio onde atua, pois, novos padrões de qualificação e postura profissional será exigida.

> [...], o profissional da contabilidade deixou de se dedicar exclusivamente à elaboração da documentação contábil exigida pela legislação e passou a assumir um novo papel, o de responsável pelas informações referentes à saúde financeira da empresa [...] (REVISTA CRCSP, 2015, p. 5).

Detentor de informações estratégicas o contador passa a ter uma importância singular no planejamento e a apuração de impostos passa a ser secundária diante da atual conjuntura. A capacidade de analisar dados e transforma-los em informações tornou-se função obrigatória pois, como cientista contábil deve utilizar todo o seu *Know-how e expertise* objetivando colocar a organização para a qual trabalha em posição de vantagem diante do mercado e dos concorrentes. O perfil do profissional contábil da atualidade deve ser: capacitado, proativo, íntegro, comunicativo, compreender a sistemática econômico-financeira, política e social, em nível local, regional e até mesmo internacional. É primordial o entendimento dos aspectos técnicos dos negócios, estando constantemente atualizado e alinhado com as estratégias estruturadas pela empresa para a qual irá prestar os serviços de assessoria e ou consultoria. O julgamento profissional passa ser o grande atributo exigido.

> Esta nova função exige não apenas o domínio completo dos dados contábeis e financeiros e dos softwares necessários para realizar a apuração destas informações, mas também a atuação integrada com todos os setores da empresa, em especial com os cargos mais gerenciais, como o advogado e o administrador. (REVISTA CRCSP, 2015, p. 5).

ISBN 978-85-87406-94-1

A nova postura do profissional o posiciona como responsável pelas informações financeiras e da saúde da instituição, o anteriormente denominado guarda-livros não deve existe mais, o novo profissional é arrojado e detentor de conhecimentos imprescindíveis para a boa gestão e criação de estratégias, visando crescimento e fortalecimento da empresa. A visão predominante deve ser a busca incessante para estar um passo a frente e isso significa a diferença entre a vitória e a derrota no campo de batalha. O gestor de informações, que é o cientista contábil, deve estar atento a todas as nuances que possam apresentar a possibilidade que representa alguma vantagem. Uma visão holística e a capacidade é necessária para um perfeito sincronismo com gestor, o pensamento de um estrategista militar é o ideal para o profissional contábil da atualidade. O efeito surpresa descrito por Matarazzo (2007) tem um ponto de partida principal que são as demonstrações financeiras geradas pela contabilidade baseada em seus princípios científicos e respeitando a particularidade de cada usuário sendo que, agregadas a essas informações tem-se outras pertinentes aos clientes, fornecedores e pessoal interno que representam base para a tomada de decisão.

> O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber o presente e predizer eventos futuros pode ser compreendido como fator preponderante ao sucesso empresarial. (SILVA, 2003, p. 3)

A própria evolução incumbe-se de fazer a seleção natural, a necessidade de evoluir conforme o mercado e a tendência é mais forte que a estagnação, hoje o profissional contábil vê-se em uma encruzilhada onde de um lado é a continuidade de uma filosofia fadada à extinção ou assumir uma posição de vanguarda antecipando e trazendo à tona temas relevantes para as corporações. “O ambiente da era da informação, tanto para as organizações do setor de produção quanto para o setor de serviço, exige novas capacidades para assegurar o sucesso competitivo.” (KAPLAN, 1997, p. 3). Antecipar significa ter o conhecimento de causa, visão, estar a frente, ter domínio e entender a informação produzida, conhecer o mercado onde está inserido, o profissional contábil deve ter conhecimento de mercado, finanças, economia, sistemas de informação e estratégias. Ser um estrategista é conseguir reunir todo esse conhecimento em prol de um único objetivo que é sobreviver e prosperar.

ISBN 978-85-87406-94-1

A transformação começa com a formação acadêmica do curso de Ciências Contábeis com o foco voltado para a produção informações, análise e estruturação de ações estratégicas e não somente em nível micro mas principalmente em nível macro econômico. Sepultar de vez a imagem de um profissional passivo, responsável apenas pelos impostos e preso a fatos do passado no lugar de olhar para o futuro. Conforme Mcneilly (1998), o general deve estar sempre em um campo superior para ter o domínio da situação e ter a capacidade e o discernimento da melhor tática, ao lado desse general devem existir conselheiros e um desses lugares está reservado ao contador. Segundo Smith (2013), enquanto a informação contábil tradicional não agrega valor às ações das instituições, dentro de uma nova ótica da evolução da tecnologia de informação, as áreas que produzem informações devem se adequar a nova realidade fornecendo uma base sólida com informações pertinentes para a tomada de decisão. Nesse sentindo Smith (2013), reforça a necessidade do contador adotar uma nova postura diante de uma nova era de informações inserida hoje no seio da sociedade.

A responsabilidade que está sobre os ombros do cientista contábil é imensa e pode definir o futuro de uma instituição, o sucesso e o fracasso estão diretamente ligados ao empenho e desempenho do profissional. Segundo a Revista CRCSP (2015, p.6), “Os riscos inerentes à atividade Contábil não são poucos e podem trazer consequências prejudiciais para toda a organização quando ela não é desempenhada de forma adequada”. Estar atento aos fatos e circunstâncias, lembrar sempre que não há descanso na guerra travada constantemente pelas empresas e a rapidez de transformação do ambiente pode significar uma mudança completa de estratégia causando a obsolescência das informações de posse da entidade naquele momento.

Dentro do universo das ME’s têm-se outros agravantes sendo que uma delas é o despreparo do gestor focado apenas na atividade operacional e aliado a esse característica a displicência de alguns profissionais contábeis gera uma falta de perspectiva quanto a criação de uma cultura informacional dentro dessas instituições. O contador assimilar os conceitos de cultura organizacional e informacional é decisivo para essa pratica ser difundida dentro das ME’s visto que, ele será o agente de mudança que provocará a metamorfose na forma de pensar dos micro empreendedores.

ISBN 978-85-87406-94-1

Hoje para os gestores das ME's, o contador, muitas vezes pode ser considerado apenas um funcionário do governo, quando sua função se resume apenas em enviar mensalmente a guia para pagamento do imposto devido. Entretanto conforme Hendriksen e Breda (2007), os objetivos do gestor e do contador é que determinam como serão conduzidas as práticas contábeis, sejam financeiras ou fiscais, dependendo do enfoque, os resultados serão diferentes. A necessidade de que este paradigma seja quebrado é imensa, pois como profundo conhecedor do negócio pelo qual está responsável, o profissional tem a obrigação moral de prestar assessória, criando uma cultura informacional e um vínculo direto com o gestor da empresa para a qual ele presta serviço.

Diferentemente das empresas com maior envergadura, as ME's não podem se dar ao luxo de usufruir de uma contabilidade interna onde, o contador sempre presente orienta a melhor ação. Por outro lado o ideal para o contador seria prestar serviço para um número reduzido de clientes podendo assim prestar um serviço diferenciado. No entanto a realidade tanto das ME's quanto dos contadores que prestam serviço de assessoria para as ME's não é a ideal necessitando de uma adaptação de ambas as partes, de um lado os contadores como agentes que implementarão uma cultura voltada à pratica de utilização da informação como base para tomada de decisão e do outro as ME's como usuários da informação, abertas a uma nova realidade onde o valor das informações pode superar o valor dos ativos pois, alavancam e potencializam a capacidade operacional da corporação provocando uma maior inserção no mercado.

O aviltamento de honorários pode ser uma das causas desse fraco desempenho referente à assessoria que deveria ser prestada, há a necessidade de um grande número de clientes dos quais o profissional recebe um pequeno honorário é uma das causas desse frágil vínculo entre empresário e contador. A mudança de cultura é um ponto que acarretará grande dispêndio de energia e recursos e cabe ao profissional contábil criar uma conexão entre as ME's e a informação estratégica. Deve ser considerado como um investimento de longo prazo pois, ao sentir o benefício da aplicação das informações no planejamento de ações futuras da instituição o empresário entenderá o incomensurável valor da construção de estratégias e vinculará a informação contábil ao sucesso alcançado por sua instituição. Como empresário e estrategista o profissional contábil deve possuir uma

ISBN 978-85-87406-94-1

visão voltada para o futuro do seu próprio negócio, ao auxiliar os gestores das empresas para as quais ele presta serviço estará promovendo a longevidade e a continuidade de sua própria instituição.

Neste contexto o contador será o catalisador e ao mesmo tempo o conselheiro do general no campo de batalha, participará não como coadjuvante, mas sim como um dos principais agentes fomentadores do crescimento e do desenvolvimento das ME's e para isso deve estar imbuído de todo conhecimento necessário para atuar como tal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a importância de uma gestão baseada em informações fidedignas e que coloquem a instituição em uma posição de vantagem no mercado. O ato de gerir embasado em informações traz grandes benefícios e mitiga os riscos, sem uma base para subsidiar as decisões o gestor pode ser comparado a um piloto em um avião sem visibilidade e sem instrumentos. Modificar a cultura hoje existente dentro das ME's é importantíssimo e representa a sobrevivência e o crescimento de milhões de instituições que se enquadram nessa característica.

Uma cultura em que a estruturação de procedimentos, a segregação de funções e onde a informação é valorizada e utilizada como diferencial no momento da tomada de decisão, deve ser o novo escopo das ME's no Brasil. Essa mudança de mentalidade trará grandes alterações no mercado, mudará radicalmente a economia das ME's e ratificará a já conhecida excelência dos demonstrativos gerados pela contabilidade e ferramentas como o BSC (Balanced Scorecard). Neste processo o profissional contábil deve assumir uma posição de vanguarda trazendo inovações e soluções pertinentes aos problemas de seus clientes, assumindo também uma posição como estrategista que domina e tem conhecimento suficiente para estabelecer um apoio confiável ao gestor que necessita de uma base sólida para apoiar sua decisão.

Foi realizado um pré teste para confirmar ou não as questões levantadas pela pesquisa bibliográfica, nesse pré teste foi entrevistado o gestor de uma micro empresa do ramo calçadista estabelecida na cidade de Franca e um profissional contábil também estabelecido em Franca. O questionário foi elaborado

ISBN 978-85-87406-94-1

com a supervisão do orientador e buscou abranger todos os temas relevantes abordados na pesquisa.

Diante do resultado verificou-se a corroboração existente entre as questões levantadas pela pesquisa bibliográfica e as respostas dos entrevistados, o qual ficou clara a cultura organizacional e informacional adotada pelas ME's e pelo profissional contábil. De acordo com as respostas a ME é gerida e operada pelo fundador, familiares são a maior parte da mão de obra, o gestor possui conhecimento contábil classificado como baixo, faz planejamento, mas não por meio das informações contábil financeiras confiando somente no seu *feeling*, seu contato com o profissional contábil é mínimo e o contador não participa ou auxilia na estruturação de estratégias. O contador por sua vez em suas respostas deixou clara a dificuldade de se cumprir o princípio contábil da competência e o princípio contábil da entidade, devido a cultura instalada dentro das ME's, o que impacta diretamente na veracidade dos relatórios gerados e remete ao paradigma de uma contabilidade voltada única e exclusivamente a cumprir obrigações legais em detrimento das informações gerencias.

É proposto um modelo em que a instituição se torne o principal usuário das informações, a cultura organizacional seja o pilar para uma estrutura baseada em fatos ao invés de suposições e que se desenvolva uma metodologia focada nas especificidades das ME's atendendo plenamente sua demanda por informações suficientes e adequadas à suas operações.

REFERÊNCIAS

COMITE DE PRONUCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em 13 de mar. de 2016.

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Código civil brasileiro.

BRASIL. Protocolo 91 de 30 de setembro de 2013.

COLMENERO, Márcio Roberto Paz. *O conhecimento organizacional e a cultura nas micro e pequenas empresas* – MPE's. 2015. UMESP.

ISBN 978-85-87406-94-1

DAL`BÓ, Reginaldo André. *A importância das micro e pequenas empresas para a economia*. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/a-importancia-das-micro-e-pequenas-empresas-para-a-economia-do pais/48688/>. Acesso em 21 jun. 2014.

DICIONÁRIO ETMLÓGICO. Disponível em: <http://www.dicionarioetimologico.com.br/estrategia/>. Acesso em 19 de março de 2016.

EXAME.COM. *Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil*. Disponível em: < http://exame.abril.com.br/pme/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil>. Acesso em 14 jun. 2015.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/pt/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2857&busca=1&t=2014-pib-varia-0-1-totaliza-r-5-52-trilhoes>. Acesso em 14 jun. 2015.

KAPLAN, Robert S. Norton, David P. *A estratégia em ação*. 19. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARION, José Carlos. *Contabilidade básica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS, Alberto Borges; LOPES JÚNIOR, Fábio. *Administração financeira nas empresas de pequeno porte.* 1. ed. São Paulo: Manole, 2002.

MCNEILLY, Mark. *Sun Tzu e a arte dos negócios*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/08/simples-nacional-reduz-a-burocracia-e-ajuda-o-empresario>. Acesso em 25 jan. de 2016.

REVISTA CRCSP, São Paulo, 3. ed. dez 2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

SEBRAE. Estudo mostra perfil dos empregados das pequenas empresas. Disponível em:<http://sebraemgcomvoce.com.br/2012/01/31/estudo-mostra-perfil-dos-empregados-das-pequenas-empresas/>. Acesso em 14 de jun. 2015.

SILVA, Lázaro Rosa da; BRITO, Valmir Bezerra de. *O novo código civil para contadores.* 2. ed. São Paulo: IOB, 2003.

SMITH, Marinês Santana Justo. *A cultura informacional como alicerce de gestão contábil nas pequenas e médias empresas*. Universidade Estadual Paulista – UNESP. São Paulo, 2013.

TZU, Sun. *A arte da guerra*. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/artedaguerra.pdf>. Acesso em 15 de Janeiro de 2016.

TARAPANOFF, Kira. *Inteligência organizacional e competitiva*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ISBN 978-85-87406-94-1

A INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NO MERCOSUL: o papel do Focem na redução de assimetrias

Eduardo Cervi Taveira (UNESP)
Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina (UNESP)

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de identificar a contribuição do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) para o processo de integração regional no Mercosul. Atualmente, iniciativas para a integração da infraestrutura na América Latina têm sido intensificadas em um contexto de globalização, promoção da integração regional e da interdependência entre os Estados. Neste cenário, são exemplos de projetos de integração física, energética e de comunicações na região a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul - IIRSA, no âmbito da Unasul, e o FOCEM, como fruto de estratégias do Mercosul. Este último tem como objetivo promover uma mudança estrutural e de competitividade em seus países membros, além de auxiliar as políticas que buscam a coesão social no bloco e a redução de assimetrias.

Com o surgimento e consolidação dos blocos regionais, as políticas de integração ganham destaque na discussão internacional. Entretanto, a efetivação de tais iniciativas pode estar condicionada à ampliação de políticas setoriais que abranjam os diversos setores da sociedade, mas que são mais sensíveis a cenários econômicos adversos ou transformações políticas de seus países-membros. Deste modo, a hipótese a ser averiguada nesta investigação é de que o grau de contribuição da ações integracionistas do FOCEM e dos benefícios para os países e suas populações está relacionado com as alterações dessas conjunturas. Com isso, serão analisados os processos que levaram a tal iniciativa, bem como será investigada a sua efetividade em atingir os objetivos iniciais.

Para tanto, serão identificadas as explicações sobre o que levam os Estados a buscarem a cooperação internacional, recuperando as teorias e os atores que produzem esses processos, com destaque ao contexto de interdependência entre os mesmos. Os motivos histórico-conjunturais que possibilitaram a inserção desse fenômeno na região latino-americana também serão traçados. Ainda, serão apresentadas as perspectivas de análise do regionalismo aberto, forma clássica de

ISBN 978-85-87406-94-1

formação do Mercosul, em que a padronização de tarifas e o mercado comum são priorizadas, em contraposição às mudanças em suas políticas institucionais, decorrente da maior institucionalização das políticas públicas de integração e de uma governança alargada da economia.

Igualmente, será traçada uma análise histórica de formação do Mercosul e de suas alterações de perspectivas em sua trajetória, buscando localizar as decisões que permitiram a formação do fundo FOCEM e a importância desse tipo de política pública em especial para as nações que formam o bloco. Quanto a este tópico, também será demonstrada a dupla função das políticas de infraestrutra para a manutenção da produtividade e também para o desenvolvimento socioeconômico das regiões beneficiadas.

Posteriormente será detalhado o mecanismo de funcionamento do FOCEM e sua estrutura organizacional, bem como serão analisados projetos de iniciativas do Fundo, sua execução e situação atual, através de coleta de dados divulgados pelo organismo, e traçando, neste sentido, o nível geral de efetividade de realização dessas obras.

2. INTEGRAÇÃO REGIONAL

2.1. As Organizações Internacionais no Contexto Atual

O contexto mundial pós II Guerra no século XX possibilitou a criação de diversas organizações internacionais, seja pelos processos de descolonização, pela reconstrução mundial, pelas inovações tecnológicas e o fim de conflitos, como a própria Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e a formação da Comunidade do Carvão e do Aço em 1952 - que originou a União Europeia, principal paradigma para os processos de integração regional.

As recentes mudanças na política mundial alteraram também as pautas defendidas pelas instituições internacionais, já que temas ambientais, tecnológicos, de saúde pública, de segurança cibernética entre outros passaram a ter maior importância, demonstrando que as OIGs estão em construção e transformação contínua.

ISBN 978-85-87406-94-1

A globalização e a consequente interdependência entre as economias também estão inseridas no contexto da quebra da bipolaridade e da simbólica queda do Muro de Berlim. Tais fenômenos possibilitaram as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que ocasionaram uma maior interligação do mundo numa denominada 'Aldeia Global'[6].

Quanto às questões econômicas, as nações passaram a estar cada vez mais dependentes entre si e o isolamento econômico passou a determinar o impedimento à sobrevivência das mesmas, já que "todos os aspetos da economia de um país – indústrias, serviços, níveis de rendimento e emprego, padrões de vidas – estão vinculados às economias dos seus parceiros económico"' (CAETANO, 2014).

A atual interdependência entre os países reflete a evolução política e econômica ao longo do tempo. Esse vínculo torna-se notável na circulação internacionais de bens e serviços, mão-de-obra, empreendimentos, fundos de investimento e tecnologia. (Carbaugh, 2004). Além disso, autores neoliberais defendem que o torna os países interdependentes é a existência de comércio internacional de bens e serviços e de fluxos internacionais de capital e de mão-de-obra. Decerto esse maior grau de dependência pode ser benéfico para as economias, já que alega-se um menor custo de produção com o incentivo à especialização. Entretanto, os efeitos negativos para aquelas outras que não se adaptam a esse sistema tendem a ser fortes.

Entre outros aspectos, esse fenômeno também significou a emergência de um mundo multipolar e de dominância da ideologia neoliberal da economia - com a sistematização da primazia dos mercados enquanto reguladores das relações econômicas, o que leva a críticas quanto ao aumento da desigualdade e da pobreza nas últimas décadas. Também, houve um reforço nas decisões das organizações internacionais, e uma pretendida generalização do modelo democrático enquanto regime político. As distâncias físicas já não possuem grande relevância para as decisões econômicas e as redes entre setores e países tornaram-se mais densas e

[6] O conceito de aldeia global foi criado na década de 60 pelo teórico Marshall McLuhan, e sistematiza os efeitos da comunicação de massa sobre a sociedade contemporânea no mundo todo. Segundo sua teoria, a rapidez dos processos de comunicação bem como o levantamento das barreiras de espaço e tempo tornam as fronteiras culturais, étnicas e geográficas cada vez mais relativizadas, causando uma homogeinização socio-cultural. Desta forma, a padronização do pensamento levaria a ações políticas e sociais similares globalmente (LEVINSON, 2001).

ISBN 978-85-87406-94-1

complexas, incrementando os processos de integração. Exemplos de criação de blocos econômicos regionais surgiram em todo o mundo, como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), entre outras.

As consequências desses processos são bem sensíveis nas relações entre o local e o internacional, que passaram a ter distinções mais ofuscadas, impedindo uma distinção clara entre questões internas e externas aos Estados (Nogueira & Messari 2005). São igualmente notáveis no impacto causado pelo 'globalismo localizado', conceito de Souza Santos (1997), que afirma que até mesmo remotas localidades são sujeitas aos impactos das práticas transnacionais - como destruição maciça dos recursos naturais, exploração comercial de patrimônios culturais e readaptação da agricultura para exportação, as quais reiteradamente tentam se adaptar a tais dinâmicas. Finalmente, os Estados passam a compartilhar a ocupação do cenário internacional com outros atores, ainda que não percam sua centralidade. (Di Sena Júnior, 2003).

2.2. Integração Regional na América Latina

As iniciativas de integração regional na América Latina responderam, tradicionalmente, ao propósito de ampliar as margens de autonomia dos países da região diante dos fenômenos globais (Sanahuja, 2012). Por outro lado, as diversas iniciativas de organizações de segurança lideradas pelos Estados Unidos no continente também figuram entre essas organizações, como tentativa de manter o balanço de poder na região. Nesse sentido, suas principais organizações criadas no imediato pós-Segunda Guerra são a Organização dos Estados Americanos (OEA - 1948), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR - 1948) e a Comissão econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL - 1948), com enfoque na integração econômica e nas políticas de desenvolvimento - estas últimas baseadas no desenvolvimento industrial para a estratégia de substituição de importações e de aumento dos mercados nacionais. Como consequência, alguns acordos foram celebrados para a criação de mercados comuns regionais com base nessas políticas, como o Mercado Comum Centroamericano (MCCA - 1960), a Associação de Livre Comércio da América Latina (ALALC - 1960) e o Pacto Andino (1969).

ISBN 978-85-87406-94-1

A partir da década de 1980, a busca de autonomia nas políticas externas nas nações latino-americanas se intensificou, especialmente pelo descrédito na OEA e no TIAR, vistos como instrumentos da esfera de influência dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e pelo apoio desse mesmo país ao Reino Unido durante a Guerra das Malvinas que trouxe por terra as condições do tratado de assistência recíproca. Posteriormente, surgiram iniciativas fora desse grupo de influência que buscavam um melhor posicionamento no dinâmico contexto pós-Guerra Fria com o estabelecimento do Grupo do Rio (1986), como mecanismo de consulta intergovernamental, Grupo Contadora[7] (1983), e o Acordo de Paz de Esquipulas[8] (1986) (Sanahuja 2012:24).

Nesse novo contexto, portanto, as buscas de integração regional passaram a ser caracterizadas por uma grande racionalidade política e pelas ampliação de temas tratados entre os países, como assuntos de segurança regional, migrações, meio ambiente e temas de convergência conjuntural de políticas externas - nos casos onde interesses nacionais eram percebidos como objetivos comuns.

Essas características trouxeram um dilema desafiador para os Estados, uma vez que o aumento no escopo de temas tratados, chamado 'governança multi-nível', traz também uma relação de conflito na escolha entre a soberania nacional e as iniciativas de integração. Aliado a isso, o regionalismo econômico passou a ser alinhado às políticas do 'Consenso de Washington (1989)', baseado na liberalização e diminuição de barreiras comerciais intra-blocos e com objetivo de promover a eficiência e a competitividade dos mercados internacionalmente, o que insere também a região nos processos de resposta à globalização. O Mercosul (1991) surge, portanto, nesse contexto, através da remoção de barreiras tarifárias e da liberalização da circulação de bens e serviços entre seus países-membros. Contudo, outras perspectivas alertam que esse regionalismo aberto traz consigo a necessidade de uma esquematização integral de instituições e políticas públicas, de infraestrutura, de pesquisa e desenvolvimento e a regulamentação dos mercados

[7] O Grupo Contadora foi formado por México, Panamá, Colômbia e Venezuela e serviu como uma resposta à retomada do intervencionismo norteamericano no continente.

[8] O acordo de Paz de Esquipulas foi uma inciativa do Grupo Contadora que buscava solucionar os conflitos que assolavam os países da América Central e definiu medidas destinadas à reconciliação nacional, o fim das hostilidades e a promoção da democracia.

ISBN 978-85-87406-94-1

para estimular a transferência de tecnologia e tornarem as economias mais competitivas perante o processo de globalização. (CEPAL 1994; BID 2002).

3. MERCOSUL

3.1. Contexto da Criação do Bloco

A segunda metade da década de 1980 foi especialmente conturbada nos aspectos políticos e econômicos, tanto na Argentina como no Brasil. Seus respectivos presidentes Alfosín e Sarney enfrentaram um período de inflação crônica, além de pouca força política em seus governos - o primeiro por ter se elegido na ausência de um candidato forte do movimento peronista que tem maior popularidade, e o segundo por ser um presidente que substituiu o então vencedor das eleições Tancredo Neves que não chegou a assumir. Neste mesmo contexto, a então recente saída desses países de seus regimes ditatoriais denotavam a necessidade de reabertura de suas economias para o novo contexto global. Com isso, esses presidentes iniciaram processos de cooperação através das diretrizes da ALALC e lançaram as bases para os acordos que resultariam na criação do Mercosul, com Tratado de Assunção em 1991.

A formatação do bloco foi marcada por fatores adversos inesperados, a começar pelo contexto diferente da criação de grandes blocos, como a União Europeia que possuía motivos para evitar novos conflitos no pós-Guerra, além da falta de grandes paradigmas de integração na região, do desinteresse de grande parte do empresariado e dos sindicatos e finalmente pela não-adesão do Chile, que juntamente com a Argentina faria um contraponto maior à economia brasileira. Por outro lado, as aproximações geográficas, históricas e culturais do Uruguai e Paraguai com os outros dois países vizinhos fizeram com que esses países se juntassem ao bloco também como fundadores. Com isso, as assimetrias entre membros do órgão se tornaram mais claras ainda, o que pode ser verificado nos dados abaixo.

ISBN 978-85-87406-94-1

TABELA 1: Indicadores Econômicos dos Países do Mercosul em 1991

1991	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
PIB (US$)	189,72 bi	407,3378 bi	6,9844 bi	11,2062 bi
PIB per capita	$5.715,50	$2.663,79	$1.615,48	$3.577,91
População	33,1939 mi	152,9169 mi	4.3234 mi	3,132 mi

Fonte: Banco Mundial. Dados em dólar atualizados (2015).

3.2. Histórico e Mudanças Conjunturais

Os primeiros anos do Mercosul foram marcados pela ênfase na integração comercial entre suas economias e consequentemente pela criação de seus órgãos centrais: o Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão central que reúne os ministros da Economia e Relações Exteriores, além da participação dos chefes de Estado, e é responsável pela criação ou modificação de órgãos e alterações do quadro organizacional bem como conduz a política de tomada de decisões para a criação do Mercado Comum; e o Grupo do Mercado Comum (GMC), responsável pela efetivação e cumprimento das decisões tomadas e a negociação com terceiros em pautas relativas à constituição do Mercado.

O Tratato de Ouro Preto (1994) também serviu para aprimorar a organização institucional do bloco, e criou, assim, a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), que regula a incorporação das diretrizes nos ordenamentos jurídicos internos; a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), que se propôs ser um órgão consultivo dos parlamentos dos Estados-membros e dar celeridade à incorporação de legislações; o Foro Consultivo Econômico e Social que foi submetido ao GMC e a Secretaria Administrativa do Mercosul, responsável pelas questões administrativas e de comunicação dentro e fora do bloco. A ampliação do desenho institucional foi realizada respeitando o caráter intergovernamental do bloco, o que contribuiu para que grande parte das decisões sejam de responsabilidade dos chefes de Estados de seus países.

Contudo, o período imediatamente posterior a esse, situado entre 1998 e 2002, foi caracterizado por uma fase de crise econômica e comercial, com queda no comércio entre os membros do bloco (Coutinho, 2007). Também o PIB dos

ISBN 978-85-87406-94-1

países apresentaram dados ruins - a soma dos quatro produtos internos passou de US$ 1.131.479,90 milhões e, 1997 para US$ 1.117.255,40 milhões em 1999 e a histórica marca de US$ 579.803,50 milhões em 2002 , o que deixou clara a a má conjuntura econômica que a região estava inserida de deterioração macroeconômica, ocasionando até mesmos disputas comerciais intrabloco.

Neste mesmo sentido, a estrutura institucional do Mercosul se manteve funcional durante todo esse período, ainda que com menos deliberações. Por outro lado, um número significante de diretivas da Comissão de Comércio entraram em vigor nesta fase e foram internalizadas pelos países que as haviam formulado, sendo elas 14 normas assinadas no período anterior e 51 normas produzidas pela Comissão, especialmente no triênio 2000 a 2002. Também esse último período foi marcado por esforços e diversas medidas para o fortalecimento institucional do bloco que incluíram decisões sobre acesso aos mercados pelo Conselho, uma maior incorporação das normas do Mercosul nos países, uma melhor eficiência da Secretaria Administrativa, coordenação das políticas macroeconômicas, incentivos aos investimentos que incluíssem a criação de zonas francas e a busca de negociação conjunta com países fora do bloco na tentativa de contornar os contextos econômicos desfavoráveis da época.

A última fase que o Mercosul está inserido começou a partir de 2003, quando houve uma governança mais ampliada dos mecanismos de integração. Com a criação de novos órgãos que buscavam pautas para além do comercial, a mudança estratégica também está relacionada com as trocas de governos dos países nesses anos, que passaram a priorizar agendas como a promoção dos direitos humanos, da democracia, e de outras questões públicas e sociais. Concomitantemente foram criados novos órgãos de promoção de iniciativas dentro do bloco, o que evidencia uma maior preocupação com o alargamento dos temas de delegação do mesmo. A Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM), criada em 2004, buscou auxiliar o CMC e os Chefes de Estados e Ministros, bem como a Presidência rotativa nos diversos assuntos, bem como apresentar novas iniciativas que fossem de interesse do processo de integração, além de ser um articulador entre os outros órgãos da instituição e esses governantes. Neste mesmo ano, foram criados o Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos, a Reunião das Altas Autoridades nas Áreas

ISBN 978-85-87406-94-1

de Direitos Humanos, do Grupo de Alto Nível que estabelecesse uma estratégia comum no bloco para a criação de empregos e o Centro de Promoção do Estado de Direito - reforçando o novo caráter inclusivo de temas relacionados às questões sociais no escopo mercosulino.

Através desse alargamento, as assimetrias entre as nações passou a ser uma questão cada vez mais notória e, na iniciativa de enfrentar tal problema latente, foi criado em 2004 o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), que tem como objetivo de promover a integração de infraestrutura entre os países-membros, em especial nas regiões que carecem desses serviços - os mecanismos e funcionamento do Fundo serão tratados posteriormente.

Já em 2005 foi aprovado pelo CMC o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, que na pratica criava o Parlamento do Mercosul - Parlasul, em dezembro de 2006 e substituiria a CPC, com um primeiro mandato formado por parlamentares dos países e com projetos de eleições diretas para seus futuros representantes. Contudo, pouco avanço foi feito desde sua instalação, especialmente por seu caráter consultivo. Por outro lado, auxilia com a elaboração de relatórios das situações dos direitos humanos de seus Estados[9]. O Mercosul, neste sentido, não alcançou totalmente a concretização de órgãos supranacionais de caráter legislativo, judiciário ou executivo, ainda que algumas delas possuam tais características - a Secretaria Técnica e o Tribunal Permanente de Revisão, uma vez que o Parlasul não possui atualmente autonomia legislativa, apesar de sua possibilidade de maior atribuição de poderes.

No ano seguinte, foram avançadas as propostas de criação do Observatório da Democracia no Mercosul que, entre outras funções, tem objetivo de acompanhar os processos eleitorais na região e acompanhar seu desenvolvimento democrático, e o Instituto Social do Mercosul como órgão técnico de pesquisas dos âmbitos políticos e sociais. Outros fatos a serem destacados desse período recente foram o alinhamento de posição dos quatro países em 69% do total de votações promovidas pela Assembleia Geral da ONU entre 2003 e 2005 e a internalização

[9] Dados do Parlasul obtidos em <http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/8057/2/parlasur/documentos-de-refer%C3%AAncia.html>, acesso em 02/11/2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

nos países de 16 diretrizes elaboradas pelo alto nível do bloco além da incorporação ao bloco, como membro permanente, a Venezuela em 2012.

3.3. As Alterações no Cenário Político Regional e Internacional

As trocas de governos na América do Sul no início dos anos 2000 geraram uma maior expectativa quanto a avanços na integração entre os Estados da região através de suas novas forças políticas. Os grupos que representavam o interesses de faixas sociais minoritárias ganharam força ou assumiram o poder de suas regiões, o que também levou a uma busca pelo maior protagonismo do Estado enquanto gestor interno de políticas sociais e promoção do desenvolvimento. Entretanto, alguns autores pontuam que somente a postura ideológica de tais governos isoladamente não é suficiente para vencer os obstáculos nos processos de integração regional, haja vista que teriam que lidar com fatores estruturais como questões de instabilidade política e econômica interna de cada país - dificuldades de superação da pobreza e o atraso, assim como o descontentamento de setores liberais e conservadores, e outras questões de âmbito internacional (Ramanzini Júnior; Vigevani, 2010). Por outro lado, a implementação de políticas sociais e distributivas foram sistematizadas pelos diversos países da região e a promoção de ações desenvolvimentistas nos vários Estados mostraram uma maior concertação no direcionamento comum de suas políticas.

Após a posse do presidente Lula em 2002, sua primeira visita de Estado foi na Argentina, onde foi sugerida a retomada do Programa de Integração Comercial e Econômica assinado em 1986, e de uma política industrial de financiamento comum. Também foi notável o acordo entre os países em protelar as negociações que criariam a ALCA. Entretanto, negociações para uma real convergência entre esses países perderam força ou não se efetivaram concretamente, demonstrando uma perda de fôlego inicial. Com isso, subsistiram algumas inciativas de atuação conjunta e de aprofundamento das relações, como os esforços de Kirchner e Lula de favorecerem o financiamento de empresas nacionais, tanto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) brasileiro, e o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

ISBN 978-85-87406-94-1

É possível destacar que houve uma continuidade de cooperação entre os países-membros e uma mudança paradigmática que ainda está em construção, ainda que isso não significasse um profundo alargamento de integração pelas dificuldades supracitadas. Tal aprofundamento ocorreu em maior escala em alguns apectos, em especial o institucional. Também é importante sublinhar que a chegada de governos de centro-esquerda na região não ocasionou um consenso automático justamente pelas demandas internas sociais de seus Estados que estavam no topo da agenda política desses governos (Lima, 2006). Igualmente, os projetos nacional-desenvolvimentistas tendem a levar os Estados a uma busca autonomia e reforço de soberania, o que pode por vezes deixar em segundo plano os projetos regionais. Um exemplo na região desta dicotomia foi a nacionalização das petrolíferas na Bolívia em 2006 que ocasionou na saída da Petrobras daquele país.

Quanto ao cenário internacional, a economia chinesa se fortaleceu exponencialmente, nos últimos anos, comparativamente aos Estados Unidos. As guerras no Iraque e no Afeganistão assim como a crise financeira de 2008 acentuaram em alguma medida esse processo, e deram também maior relevância a outras economias, em especial na Ásia. (Goldstein, 2005). Também a restruturação das relações de poder no mundo ocorreu, com maior enfoque em países não centrais (Velasco e Cruz, 2007) , e exemplos como a ascensão do protagonismo da Índia, Africa do Sul, Rússia, além da China e do Brasil, possibilitando uma maior cooperação Sul-Sul, através do Fórum de Diálogo Índia Brasil África do Sul (Ibas) e dos módulo de cooperação Brasil Rússia Índia China e África do Sul (BRICS), e das tentativas de retorno à Organização Mundial do Comércio (OMC), das dinâmicas do Grupo dos 20 (G-20 financeiro) - que mostrou uma força política mais representativa nas medidas perante a crise econômica, demonstram a construção de uma multipolaridade global.

4. FOCEM

A criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) pode ser entendida dentro contexto de mudança de paradigmas dentro do bloco, com a adoção de novos organismos e promoção de agendas sociais. Também está inserida em uma demanda dos países-membros menores, Paraguai e Uruguai, que percebiam pouca participação dentro da agenda de questões da integração. Uma

ISBN 978-85-87406-94-1

resposta concreta às assimetrias intrabloco também se fazia cada vez mais necessária, especialmente com o novo caráter que o bloco havia adquirido.

Dados recentes divulgados pelo Banco Mundial também reforçam esse cenário de disparidades, quando comparados os quatro países. Indicadores de Infraestrutura mostram, por exemplo, que em 2003, somente 3,45% da população paraguaia contava com acesso à internet, enquanto os demais países figuravam entre 16,04% e 19,07%. Já os dados de transporte aéreo mostram que o tamanho das populações pode influenciar as discrepâncias em infraestruturas, quando comparados. No ano de 2012, foram registradas 1 milhão duas mil e seiscentas partidas em território brasileiro, seu maior número para essa série, enquanto Argentina com a segunda população do bloco, obteve 101.716 partidas, Paraguai 6.594 e Uruguai deixou de figurar a série em 2009. Por fim, dados de consumo de energia elétrica per capita também colocam o Paraguai em grande disparidade com os demais países, sendo que seus nacionais consumiram 1.367,89 Kwh em média no ano de 2012, enquanto na Argentina, maior consumidora, este número foi de 2.954,61 Kwh.

Desta forma, em 2004, o FOCEM foi instituído com o objetivo de “financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas e apoiar a estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração” (FOCEM, 2015). Se por um lado a criação do bloco por países com características populacionais, econômicas e de renda discrepantes impossibilitou a votação de suas decisões por proporção à população e renda, por outro trouxe a oportunidade de cooperação para a redução de parte dessas assimetrias. O FOCEM possui um mecanismo redistributivo e é parte de um acordo que prevê que o Brasil e a Argentina arquem com a maior parte dos custos dessas iniciativas e recebam recursos dele de forma proporcionalmente inversa.

As contribuições dos países são através de quotas não-reembolsáveis que totalizarão US$127 milhões por ano com a adesão da Venezuela, que são feitos em aportes semestrais na proporção do PIB de cada país, sendo Brasil responsável por 70% de recursos na atual configuração, Argentina por 27% e Paraguai e Uruguai 1% e 2% respectivamente. O total de recursos de cada país pode ser verificado abaixo:

ISBN 978-85-87406-94-1

TABELA 2: Contribuição dos Países ao FOCEM (com a incorporação da Venezuela)

País	Valor de contribuição ao FOCEM (US$)	Valor recebido do FOCEM (US$)
Argentina	70 milhões	11,545 milhões
Brasil	27 milhões	11,545 milhões
Venezuela	27 milhões	11,55 milhões
Uruguai	2 milhões	36,944 milhões
Paraguai	1 milhão	55,416 milhões
Total	127 milhões	127 milhões

Fonte: Página Brasileira do Mercosul.

O atual destino dos recursos seguem a lógica contrária das doações, fazendo com que desta forma o Paraguai seja destinatário de 48% dos recursos, o Uruguai 32% e Argentina e Brasil[10] recebem 10% anualmente. A Venezuela ainda não inciou o regime de doações, haja vista sua recente adesão ao bloco, o que também a exclui da contemplação de projetos. Desde 2007, os recursos destinados a 39 projetos somam US$1,12 bilhão, sendo US$827 milhões aportados por recursos do Fundo. O valor total de benefício para o maior beneficiário, o Paraguai, somou 609 milhões de dólares durante os sete primeiros anos.

Sua organização institucional conta com um Conselho de Administração, que foi sobreposto pelas funções do Grupo do Mercado Comum (GMC), e atua como instância de avaliação de projetos e prioridades de investimentos. Todos os semestres, a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM) elabora um relatório enviado à instância anterior sobre a gestão e avaliação das execuções, bem como recebe e gerencia a elegibilidade de projetos encaminhados ao FOCEM. Por fim, a instância responsável pelo acompanhamento da execução dos projetos individualmente é a Unidade Técnica

[10] A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP) foi designada na condição de Unidade Técnica Nacional do Brasil para o FOCEM, e tem a função de 'coordenar, internamente, os aspectos relacionados com a formulação, apresentação, avaliação e execução dos projetos financiados por este fundo'.

ISBN 978-85-87406-94-1

FOCEM (UTF), atuando juntamente com suas representações nacionais de cada país, as Unidades Técnicas Nacionais do FOCEM (UTNF), e seu funcionamento está inserido na Secretaria do Mercosul.

A carteira de projetos definidos pelo Fundo inclui investimentos em construção de estradas, linhas de transmissão, moradias, redes de saneamento básico, auxílios a pequenas e médias empresas, reformas de escolas, entre outros projetos infraestruturais, que foram definidos em quatro Programas principias:

I) Programa de Convergência Estrutural: os projetos atribuídos a esse programa estão relacionados ao desenvolvimento e ajustes estruturais das regiões e países menos desenvolvidos e incluem a melhoria das interligações transfronteiriças e dos sistemas de comunicação através da: construção, adequação e modernização de vias de transporte (rodovias, pontes, etc) e de sistemas logísticos transfronteiriços que otimizem o escoamento produtivo e promovam a integração física, a exploração, transporte e distribuição de combustíveis, a geração e distribuição de energia, e a implantação de obras para contenção de água bruta (barragens) e de saneamento ambiental e drenagem;

II) Programa de Desenvolvimento de Competitividade: projetos relacionados à competitividade das atividades produtivas que incluam: processos de reorganização produtiva e trabalhista, projetos de integração de cadeias produtivas e de fortalecimento da institucional que promovam a qualidade da produção (certificações, avaliações e padrões técnicos), e pesquisas científicas e tecnológicas que atuem no desenvolvimento de produtos e processos produtivos.

III) Programa de Coesão Social: neste âmbito os projetos estão relacionados com o desenvolvimento social, em especial nas zonas de fronteira, e atuam nas áreas de interesse comunitário como a saúde, educação, redução da pobreza e do desemprego, a fim de diminuir as taxas de mortalidade e de analfabetismo, e promover o fomento de atividades de economia solidária, qualificação de mão de obra e mitigação da fome.

IV) Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração: estes projetos estão mais direcionados ao fortalecimento institucional do próprio Mercosul e de seu desenvolvimento, para promover o aprofundamento da integração.

ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo um relatório de maio de 2014, o FOCEM havia recebido até aquela data um total de 50 projetos, sendo que 37 estavam em execução, 4 estavam na instância do GMC, 2 estavam em análise técnica e um fora rescindido. Quanto aos países, o Paraguai tem 17 projetos em execução, o Uruguai 10, Argentina e Brasil possuem 3 e ainda existem 4 projetos pluriestatais em execução (com participação de mais de dois países). Na ocasião da divulgação desse relatório também foi reforçada a importância desse tipo de aproximação para corrigir desigualdades e para criar um processo de integração que busque um desenvolvimento justo.

Em relação à execução dos projetos, segundo dados do Ministério da Fazenda do Paraguai, país com o maior destino de todas as inciativas, dentre todos os projetos de financiamento ou que beneficiassem aquele país, encontram-se as mais diversas áreas de políticas. Alguns dos exemplos incluem, Pavimentação asfáltica sobre as rotas 6 e 7, e corredores de integração regional Presidente Franco - Cedrales, Promoção do acesso à água potável e saneamento básico em comunidades em situação de pobreza e extrema pobreza e Desenvolvimento de produtos turísticos competitivos na Rota Turística Integrada Iguaçu - Misiones. Já o principal projeto de execução exclusiva paraguaia - o Projeto de melhoria de estradas de acesso e circulação de Assunção, teve como objetivo aprimorar quatro trechos viários de zonas densamente povoadas e outras rurais intermediárias, com a pavimentação, construção de bueiros, sumidouros, pontes e acostamentos, com objetivo de possiblitar o tráfego seguro e a preservação do pavimento.

Quanto a este último, dados de uma auditoria realizada pela Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores do Mercosul e Associados identificaram falhas de execução financeira, como diferenças entre o custo total do projeto e o custo informado, que foram justificadas pelas autoridades paraguaias como flutuações cambiais e adequações ao projeto, e de pagamento indevido, já que recursos foram utilizados como pagamento de impostos de empresas contratadas. Também duas falhas de execução física foram encontradas, relativas à ‘presença de esgoto sanitário no acostamento do lado direito de um trecho da rodovia, colocando em risco a durabilidade da obra’, justificada como fator alheio à obra, e uma deficiência de ligação entre as pedras do acostamento da rodovia Luque – Aregua – Ruta 2, que foi mitigada com adequações posteriores. Todos

ISBN 978-85-87406-94-1

esses fatores desse caso ilustrado servem de indícios da necessidade de uma maior fiscalização executiva no desenvolvimento de tais projetos.

Igualmente como objeto de análise desse trabalho, foram analisados 16 projetos nas diversas fases de execução que foram entregues ao FOCEM e que contaram com a participação brasileira seja no financiamento, elaboração ou na execução de projetos. O quadro geral das inciativas demonstra que, ainda que nenhuma delas tenha sido finalizada, 8 delas estavam em processo de execução - ou seja, mais da metade. Contudo, é importante destacar que algumas dessas inciativas pertencem a uma primeira linhagem de projetos, sendo uma inciada em 2007, e a maioria criada em 2010. Também indentificam-se três obras em fase de análise pela Unidade Técnica do Focem (UTF), e outras quatro em suas instâncias nacionais.

Também é importante destacar que as obras infraestruturais são as maiores demandantes de recursos, sendo que somente uma - Construção da linha de transmissão de 500 kV Itaipu - Villa Hayes (Paraguai), da substação de Villa Hayes, e ampliação da substação Margem Direita Itaipu - foi responsável por mais de 85% dos recursos geridos pelo país em todo o período. Dentre os outros projetos também nota-se uma forte presença de projetos que contemplam o Programa I do FOCEM, com obras de infraestrutura, ainda que inciativas de pesquisa científica (Programa II) e de implantação de estruturas para a educação e de qualificação profissional (Programa III) também figurem no quadro .

Quanto às entidades executoras, todas fazem parte de instituições públicas ligadas ao governo do Brasil, e inclui-se também Prefeituras Municipais e Governos Estaduais, além de Universidades. E, apesar da grande presença de obras transfronteiriças, todos estes são órgãos brasileiros, haja vista o recorte em iniciativas que contem com a participação financeira ou executiva do Brasil.

Por fim, os valores de contrapartida, ou seja, os montantes que efetivamente foram provenientes dos outros países para a execução destes projetos, são notadamente menores que os alocados pelo Brasil, o que demonstra que o organismo foi eficaz na implementação do seu quesito orientador, onde as maiores economias devem disponibilizar os maiores montantes.

ISBN 978-85-87406-94-1

5. CONCLUSÃO

O grande dinamismo das novas relações entre Estados e de novos atores no ambiente internacional, inseridos dentro de um contexto pós Guerra Fria e de maiores avanços tecnológicos e de comunicação, passaram a transpor as diversas áreas da economia, da política, da cultura e das sociedades. A capacidade desse fenômeno de influenciar as diversas regiões do mundo inevitavelmente impulsionou os países latino-americanos para que também fossem inseridos nesse contexto, ainda que permanecessem com suas características de nações subdesenvolvidas e de pouca experiência democrática.

A busca por inciativas que reduzam as assimetrias na região do Mercosul pode ser vista como uma consequência da nova orientação ideológica que perpassaram os governos da América do Sul neste último período. Porém, os dispositivos que permitiram esse maior aprofundamento na integração e os anseios por uma maior institucionalização do bloco comercial já estavam presentes desde sua fundação.

Decerto essa nova roupagem política trouxe inúmeros avanços para que isso ocorresse, haja vista a criação de inúmeros mecanismos e órgãos que percorressem esses objetivos. Também as disparidades que a região vive, sejam estruturais, como o baixo nível de desenvolvimento infraestrutural ou a persistente primazia de determinados setores econômicos, ou conjunturais, como crises econômicas, demandavam respostas urgentes frente a esses desafios. Contudo, esses mesmos fatores podem ser vistos como os causadores de uma maior lentidão na superação dessas condições.

A criação do FOCEM pode ser entendida dentro dessa noção de enfrentamento aos problemas ocasionados pela desigualdade e igualmente como uma resposta às necessidades socioeconômicas latentes. Seus objetivos de criação e sua própria lógica de organizacional identificam a redução das assimetrias como elemento chave, e os mecanismos de funcionamento demonstram que o Fundo foi efetivo ao promover esse aspecto, uma vez que as maiores nações da região, Brasil e Argentina - e mais recentemente a incorporação da Venezuela, são as que de fato contribuem com os maiores montantes para a gerência do fundo, enquanto que Paraguai e Uruguai, as menores economias e as que possuem regiões com elevado

ISBN 978-85-87406-94-1

grau de subdesenvolvimento, são as que recebem, na prática, o maior volume de recursos para realização de projetos.

O foco do FOCEM em políticas que visem promover a melhora na infraestrutura dessas regiões - através dos diversos projetos em vias, cadeias produtivas, melhoria das condições de moradia e saneamento, auxílio material à educação, de aumento de produtividade e de incentivo científico e tecnológico, realmente está em consonância com as necessidades locais e com as medidas que atingem os efeitos de superação do subdesenvolvimento e da pobreza.

Contudo, projetos de infraestrutura ocasionam uma elevada demanda por recursos financeiros além de um alto grau de elaboração técnica de projetos, em especial os que envolvem a construção de estradas e de pavimentação, pontes, de recuperação de tais vias, de promoção de transporte sobre hidrovias, de distribuição de energia elétrica, através da construção e reparo de linhas de transmissão e de subestações. Na análise foi constatada, por exemplo, que apenas um projeto na carteira de ações promovidas ou financiadas Brasil era responsável por uma enorme parte dos recursos utilizados, o que reforça a características dispendiosa da execução de projetos infraestruturais. Soma-se a isso, o baixo valor que foi definido para contribuições compulsória dos países, sendo que o valor total atualmente arrecadado é de US$100 milhões por ano, o que impossibilita a implementação de projetos de grandes intervenções. Também os fatores de possíveis más-execuções em obras, fortalecem a necessidade da criação ou fortalecimento de mecanismos que previnam possíveis atos fraudulentos nas diversas etapas de suas concretizações.

Levando todos esses aspectos em consideração, é conclusivo que a iniciativa de promover o Fundo de Convergência que aprimorasse as condições infraestruturais intrabloco foi bem sucedida ao identificar as áreas que mais demandam por essas melhorias, e ao buscar soluções que levassem em conta as realidades díspares entre seus membros. Entretanto, a efetiva realização de tais projetos esbarrou na grande demanda histórica por tais recursos, e na baixa captação de montantes financeiros, além dos fatores supracitados, fazendo com que os projetos ainda sejam incipientes e se encontrem, em grande maioria, em fases preliminares de execução, apesar de sua relativa existência prolongada.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

CAETANO, J.M.; VAZ, Elsa. **Relações Económicas Internacionais.** Évora: Universidade de Évora, 2014.

CARBAUGH, Robert. **International Economics.** Boston: Cengage Learning, 2014. p. 1-15.

COUTINHO, Marcelo; RIBEIRO HOFFMANN, Andrea; KFURI, Regina. **Raio-X da Integração Regional**. Observatório Político Sul-Americano - OPSA. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ/UCAM, Maio de 2007.

EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette. **Debates on European Integration:** A Reader. The European Union Series. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006. p.101-395.

ESTADÍSTICAS. Disponível em <http://www.cei.gob.ar/es/estad%C3%ADsticas-0>, acesso em 29/10/2015

FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/integracao-sul-americana-1/focem-fundo-para-a-convergencia-estrutural-e-fortalecimento-institucional-do-mercosul>, acesso em 19/09/2015.

HERZ, Mônica, RIBEIRO HOFFMANN, Andrea. **Organizações Internacionais:** Histórias e Práticas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

KEOHANE, Robert. **International Instituitions**: two approaches. Blackwell Publishing, 2006.

LEVINSON, Paul. **Digital McLuhan:** A Guide to the Information Millennium. Nova York: Routledge, 2001.

LIMA, Maria Regina S. de. **Decisões e indecisões**: Um balanço da política externa no primeiro governo do presidente Lula. *In* Carta Capital. São Paulo: Editora Confiança, 2006. 27 de dezembro.

MERCOSUL financia 37 projetos em regiões menos desenvolvidas do bloco. Disponível em <http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/8462/2/parlasur/mercosul-financia-37-projetos-em-regi%F5es-menos-desenvolvidas-do-bloco.html>, acesso em 30/10/2015.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Funcionalismo e interdependência. In: **Teoria das Relações Internacionais:** correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 74-88

ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES DOS PAÍSES DO MERCOSUL E ASSOCIADOS. **Relatório consolidado auditoria no FOCEM 2010** – Brasília: TCU, 2011. 53 p.

ISBN 978-85-87406-94-1

PIMENTEL, José Vicente de Sá, et al. **A América do Sul e a Integração Regional**. Brasília: FUNAG, 2012.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da ásia-pacífico: a diplomcia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. *In*: BARRETO, Maria Inês; MARIANO, Marcelo Passini; VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais.** São Paulo: EDUC, 2004.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. **Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul**: uma análise considerando a posição do Brasil. Buenos Aires: CLACSO, 2010. Ano XI, Nº 27.

REGULAMENTO Focem. Disponível em <http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=reglamento>, acesso em 15/08/2015.

SANAHUJA, José Antonio. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. *In*: **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe.** Buenos Aires: CRIES, 2012. p.19-63.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. **Trajetórias**: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

ISBN 978-85-87406-94-1

A INTERDISCIPLINARIDADE E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: elementos fundamentais para a formação profissional.

Jordânia Mara Fernandes Faria (UNESP)
Adriana Regina de Almeida (UNESP)

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo traz reflexões sobre a experiência de estágio na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS). Criado para atender ao tripé da Universidade – Ensino, Pesquisa e Extensão é considerado um espaço privilegiado para formação profissional por desenvolver o trabalho na perspectiva interdisciplinar entre as áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia que em contato direto com a realidade, tem-se a oportunidade de desenvolver habilidades e competências profissionais mediadas também pelo diálogo entre os saberes diversos.

Partindo do princípio da construção histórica do viver em sociedade e que suas transformações afetam os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais entre outros, trazendo grandes impactos para a realidade do Ser Humano e de suas relações, é fundamental a construção de um conhecimento que possibilite enxergar para além do aparente, um saber que consiga fazer conexões entre todas as partes envolvidas na realidade. Diante disso, é necessário um conhecimento que supere a visão tradicional em que as disciplinas são dividas e compartimentadas, atuando dessa maneira individualmente sobre a realidade, sua visão parcial e fragmentada poderá dificultar a apreensão real do mundo.

Nesse sentido traremos como elemento diferencial para a compreensão da realidade a interdisciplinaridade, haja vista que esta pode possibilitar uma leitura macro sobre o real, pois tem em seus objetivos a integração entre as áreas do saber buscando dessa forma, compreender a totalidade a partir de uma atitude coletiva entre as disciplinas.

Nessa perspectiva, o artigo inicialmente trará considerações acerca da relação teoria e prática dentro do processo de formação profissional. Em seguida abordaremos brevemente sobre o conceito de interdisciplinaridade, enquanto elemento diferencial no referido processo por possibilitar, ao profissional ainda em formação, o desenvolvimento de posturas e atitudes mais coletivas e colaborativas

ISBN 978-85-87406-94-1

na compreensão das necessidades do ser humano e por fim contextualizar o estágio supervisionado a partir de uma experiência interdisciplinar realizado nos atendimentos da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social.

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO: CONTRIBUIÇÕES DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

A formação profissional constitui um espaço de construção e apreensão dos conhecimentos, das habilidades e competências referentes ao desenvolvimento teórico-prático para o exercício de uma determinada profissão. Assim, o mesmo deve contribuir na preparação de um profissional com um perfil comprometido e responsável para atuar frente à realidade social. Nesse sentido, pode-se dizer que o estágio e a supervisão estão compreendidos dentro da formação profissional como um momento importante que tem como finalidade possibilitar a aprendizagem em seus diversos aspectos para sua atuação profissional.

Considerando a relação teoria-prática como elementos fundamentais no período de formação profissional, Santos (2011) traz importantes reflexões ao caracterizar a teoria como o campo de apreensão das determinações, das leis, das relações e contradições que estão presentes na realidade e que são captados por um movimento do pensamento com intuito de interpretar o real no que diz respeito às ações humanas. Por esta razão possibilita conhecer, apreender a realidade e as correlações de forças que nela estão contidas, contudo não visa a sua transformação, mas contribui para que seja efetivada no âmbito da prática. Logo, a autora ressalta que a prática, diz respeito ao campo “da efetividade da ação” sobre a realidade tendo como finalidade sua transformação em algo previamente idealizado “mesmo que não se tenha consciência dessa finalidade” (p.31), como também dos resultados futuros que nem sempre se concretizam da forma idealizada.

> A teoria se distingue da prática, é ato do pensamento, o qual, todavia, dirige-se para um objeto – produto da prática –, ou seja, a teoria almeja o conhecimento da constituição do concreto, entretanto, esse concreto tem sua gênese na prática, é nela que se expressam as determinações do objeto. Dessa forma, teoria e prática se distinguem ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação de unidade (SANTOS, 2010, p. 27).

ISBN 978-85-87406-94-1

Embora teoria e a prática estejam caracterizadas por uma relação intrínseca em que são consideradas indissociáveis, possuem aspetos diferentes, todavia é a partir de um movimento simultâneo entre ambas que se realizam, nas palavras de Santos (2010, p. 5), “teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da possibilidade e o da segunda o da efetividade”.

Sendo o estágio um ato educativo, portanto parte integrante do processo ensino-aprendizagem, este deve ser um momento propiciador de oportunidades para que haja o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias ao exercício profissional. É de extrema importância que esteja fundamentado nos princípios que norteiam sua realização como, por exemplo, as diretrizes curriculares, lei do estágio e outras. Também é necessário ser um espaço aberto a construção conjunta no que diz respeito à atividade supervisionada, sendo essencial momentos para reflexão sobre o processo ensino/aprendizagem numa perspectiva de compreensão da unidade teoria/prática.

Enquanto um processo fundamental para a formação profissional, o estágio deve ser pensado para além do cumprimento de obrigações e da grade curricular como também da carga horária estabelecida, sendo um espaço de possibilidades ao estagiário, por ser um momento ímpar de integração e diálogo, de maneira que possa garantir uma capacitação de qualidade contribuindo desse modo para a construção de um profissional responsável e de um posicionamento crítico e propositivo frente à realidade social.

3. A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UM ELEMENTO DIFERENCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Inicialmente a interdisciplinaridade surgiu como resposta em razão da necessidade, especialmente no campo das ciências humanas, de uma superação da fragmentação e da especialização do conhecimento em decorrência de uma epistemologia de caráter positivista que possuem em suas bases traços metafísicos, naturalistas e de rigor científico, segundo Severino (2002).

Até então o conhecimento tradicional se dava por meio da divisão das disciplinas, estas que se separavam em diversos compartimentos de maneira que

ISBN 978-85-87406-94-1

cada área de saber se desenvolvia crescentemente de forma especializada e fragmentada, porém essa dicotomia restringia e não propiciava articulação entre as disciplinas. Foi então a partir do sec. XIX que essa forma de organização do saber começou a ser questionada por alguns pesquisadores e planejadores que buscavam por meio das relações de interdependência novas formas de relacionar, aproximar e integrar os conhecimentos, segundo Japiassu (1976).

Contudo ainda hoje não existe um conceito que defina a interdisciplinaridade haja vista os diversos pontos de vista e definições sobre esta temática e que varia conforme a interpretação e experiência particular dos autores.

Tendo em vista a complexidade do Ser Humano e de suas relações na sociedade, torna-se imprescindível no processo de formação profissional, um conhecimento que possibilite compreender a realidade humana em sua totalidade e essência, caso contrário resultará em uma visão parcial, incompleta, incapaz de apreender o real. De acordo com Severino (2002, p.27), “o homem é uma unidade que só pode ser apreendida numa abordagem sintetizadora e nunca mediante uma acumulação de visões parciais”.

Todavia a interdisciplinaridade só é capaz de ser alcançada quando cada especialidade permite-se transcender sua própria especificidade, ou seja, quando há uma predisposição das áreas envolvidas num processo de reflexão e construção coletiva na qual cada um, a partir de sua visão e conhecimento específico, se dispõe, por meio do diálogo e da troca, a uma integração e articulação entre as disciplinas a fim de buscar uma real apreensão da realidade, dessa forma:

> A exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições das outras disciplinas. (JAPIASSU, 1976, p.26).

Para Japiassu (1976) a interdisciplinaridade é caracterizada pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração das disciplinas de um mesmo projeto. É um espaço que não pode ser constituído pela simples soma das disciplinas e nem tampouco pelo resultado dos saberes especializados, mas pela colaboração das disciplinas envolvidas numa atitude de reciprocidade e de um processo interativo. Desse modo:

ISBN 978-85-87406-94-1

> Podemos dizer que nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas ás vezes em que ele conseguir *incorporar* os resultados de várias especialidades, que *tomar de empréstimo* a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los *integrarem* e *convergirem,* depois de terem sido *comparados* e *julgados.* Donde podermos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos. (1976, p. 75)

Para Fazenda (2002) a interdisciplinaridade possibilita novas formas de aproximação com a realidade social como também de compreensão das dimensões sócio culturais das comunidades humanas:

> (...) é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura á compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão. (FAZENDA, 2002, p.11).

Portanto, podemos afirmar que trabalho interdisciplinar se constitui um elemento diferencial e fundamental em qualquer campo de atuação profissional, visto que proporciona uma atitude de troca e reciprocidade entre as áreas envolvidas, essas que se complementam possibilitando novas formas de compreensão e intervenções.

4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O ATENDIMENTO NA UNIDADE CENTRO JURÍDICO SOCIAL

O estágio supervisionado é uma atividade essencial no processo de formação profissional, pois é o momento em que o aluno terá contato direto com a realidade e fará a relação entre teoria-prática. Torna-se um momento enriquecedor que propicia a troca de saberes, experiências e aprendizagem que contribui para a aquisição e o aprofundamento do conhecimento como também para a construção de sua identidade profissional. Segundo a Lei 11.788 de 25 de Setembro de 2008 no seu artigo 1° “O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior”.

ISBN 978-85-87406-94-1

Em especial no que diz respeito ao estágio supervisionado em Serviço Social, os princípios e diretrizes tem como objetivo nortear o projeto pedagógico nos diversos espaços de formação profissional objetivando a preparação e capacitação do aluno para o exercício profissional, no tocante ao trabalho interdisciplinar ao mesmo tempo em que contribui para a formação profissional efetiva uma das prerrogativas contidas no Código de Ética da profissão (2012), conforme Artigo 10° do qual tem como finalidade "d- incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;" como também salienta no seu Artigo 7°:

> d-integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Considerando essa perspectiva e o fato do estágio supervisionado representar um momento único na formação profissional, é que os departamentos dos cursos de Direito e Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Unesp- câmpus Franca se mobilizaram, na década de 90, para a criação da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) enquanto espaço de formação profissional e que fosse possível atender ao tripé da Universidade – Ensino, Pesquisa e Extensão.

Inicialmente era composta pelas áreas de Direito e Serviço Social e posteriormente a Psicologia integrou a composição do atendimento psicosociojurídico que é realizado na instituição a população da comarca de Franca, numa perspectiva interdisciplinar. Esse atendimento objetiva oferecer assistência jurídica as pessoas economicamente necessitadas, estas que não possuem condições financeiras para arcar com as despesas de um processo judicial, sem que haja prejuízo no seu próprio sustento e de sua família, conforme estabelece Lei Federal nº 1.060/50. Dessa maneira tem como propósito proporcionar acesso à justiça e efetivação de direitos.

Neste contexto, a UACJS proporciona aos estagiários um contato direto com a realidade social a partir de uma prática interdisciplinar, em que os conhecimentos específicos das áreas envolvidas se encontram numa relação de troca de saberes e colaboração mútua, para então construir a compreensão dos fatos e posteriormente pensar a atuação profissional que seja capaz de ampliar os

ISBN 978-85-87406-94-1

horizontes da intervenção ao considerar os aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos, emocionais entre outros.

A prática profissional na UACJS é desenvolvida a partir de diversas atividades como: atendimentos individuais aos usuários, reuniões, pesquisas, programas e projetos de extensão entre outros, do qual por meio de uma atuação integrada cada área contribui na apreensão dos elementos que compõem a realidade vivenciada pelos usuários no cotidiano, buscando por meio da reflexão, do diálogo, compartilhar e construir coletivamente alternativas que atendam as necessidades dos mesmos para além do viés legalista e que de fato possam garantir e efetivar o acesso aos direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação profissional constitui um período imprescindível para a capacitação e o desenvolvimento de um profissional competente e preparado para lidar com os desafios e limites da realidade. Cabe ressaltar, que a formação é um processo constante e contínuo isso porque a realidade não é estática, mas dinâmica e complexa exigindo dos profissionais uma compreensão real e completa das relações, determinações e contradições que nela estão presentes.

Quanto ao estágio e a supervisão, são elementos considerados parte integrante e fundamental no processo de ensino-aprendizagem que tem como finalidade possibilitar a construção e o desenvolvimento das competências, habilidades, conhecimentos, comportamento que são adquiridos e/ou transformados para sua atuação profissional. Porém, para que haja uma compreensão da realidade de forma ampla e completa é necessária a conexão e articulação com o conhecimento advindos das diversas áreas do saber, a fim de buscar uma apreensão aprofundada da realidade.

Nesse sentido, apontamos a interdisciplinaridade como uma das alternativas de proposta de trabalho dentro da formação profissional e do estágio supervisionado, pois contribuí significativamente para a construção e aproximação concreta da realidade, isso porque apresenta um olhar diferenciado, de atitudes coletivas e cooperativas entre as áreas do saber, tornando possível uma atuação conjunta que objetiva repensar e criar novas possibilidades, respostas e

ISBN 978-85-87406-94-1

intervenções acerca de um mesmo objeto de análise, contribuindo significativamente para o enriquecimento e aprofundamento do conhecimento.

Certamente uma formação profissional pautada no trabalho interdisciplinar possibilitará a construção de atitudes e posturas de troca, reciprocidade, espera, compreensão e respeito na relação com o outro, tornando o profissional mais colaborativo e disposto a trabalhar em coletivo.

Todas essas características colaboram para que o profissional, ao se inserir no mercado de trabalho, tenha maior facilidade de trabalhar em equipe e com profissionais de outras áreas, sabendo lidar com diversas situações que serão apresentadas na realidade como também os limites e possibilidades de sua área de atuação profissional.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. **A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção**. Rev. Katálysis, vol.15, n°2, Florianópolis July/Dec, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200006 > Acessado em: 18 de Maio. 2016

BRASIL. **Projeto de Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.** Dispõe da definição, classificação e relações de estágio Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm> Acesso em: 17 de Maio. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11- **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Conselho Federal de Serviço Social, 10ª ed , Brasília: 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo, Cortez: 2002.
JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro, Imago: 1976.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; FILHO, Pe. Mario José (Orgs). **Trabalho Interdisciplinar: Construindo Saberes**. Franca-Unesp, FHDSS: 2010.
SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro, Lumen Juris: 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Subsídios para uma reflexão sobre os caminhos da interdisciplinaridade. In: Sá, Janete Liasch Martins de. (org). **Serviço Social e**

ISBN 978-85-87406-94-1

Interdisciplinaridade Dos Fundamentos Filósóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. São Paulo, Cortez: 2002.

THIESEN, Juares da Silva. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. Rev. Bras. Educ. vol.13 n°.39, Rio de Janeiro Sept./Dec. 2008. Disponível em: >http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010> Acesso em: 17. Maio. 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

A LITERATURA MARGINAL DOS AUTORES DA PERIFERIA NO CONTEXTO DA LITERATURA BRASILEIRA: investigações preliminares

Gislaine da S. Fernandes Biagi (Uni-FACEF)
Juliana F. Vieira Campos (Uni-FACEF)
Roberta Santos Carvalho (Uni-FACEF)
Maria Eloísa de Souza Ivan (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

A noção de Literatura tem se modificado ao longo do seu percurso histórico, mas define-se, entre outras, como a arte da escrita de toque poético, épico ou dramático da qual se origina um sistema simbólico de obras ligadas por denominadores comuns, entre eles, língua, temas e imagens. Contemporaneamente, no contexto da Literatura Brasileira, vem surgindo uma nova expressão chamada “Literatura Marginal” vertente aliada aos autores oriundos da periferia das grandes cidades.

Em suas obras, a nova forma desta literatura nasce juntamente com o homem inserido na cultura do seu cotidiano, na realidade, na revolta e etc. Reginaldo Ferreira da Silva, o Ferréz, é um dos escritores responsáveis pela apresentação da Literatura Marginal no contexto da Literatura Brasileira do século XXI. Ferréz já publicou diversos livros, entre os quais estão: *Fortaleza da desilusão* (1997), primeira obra do autor, e *Capão pecado,* lançado em 2000, romance que trata do violento cotidiano do bairro Capão Redondo, sendo uma das obras mais representativas do movimento.

A pista deixada por essas publicações era que, mais do que o perfil sociológico dos participantes ou de um determinado tipo de literatura, as categorias literatura e marginalidade se fundiram, criando uma nova atuação cultural específica, que está relacionada com um conjunto de experiências compartilhadas sobre a marginalidade da periferia, assim estabelecendo um vinculo com o social e a realidade.

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar as investigações preliminares do projeto de pesquisa de nosso artigo a ser concluído no quarto semestre do ano letivo, acerca da Literatura Marginal materializado na obra que é o *corpus* dessa pesquisa, *Capão pecado* (2000), de Reginaldo Ferreira da Silva,

ISBN 978-85-87406-94-1

destacando-se, além da construção discursiva do texto, a construção da personagem Rael como elemento estruturante da narrativa.

A fim de alcançarmos os objetivos propostos, e para uma melhor compreensão do discurso de Ferréz, faz-se necessária uma contextualização do autor e sua obra *Capão pecado* (2000), bem como um paralelo, ainda que sucinto, entre a Literatura Marginal dos poetas dos anos 70 e a Literatura Marginal do século XXI, à qual Ferréz pertence.

A fundamentação teórica desta pesquisa parte da leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Antonio Candido (2000), para falar da Literatura e o social; no que se refere à conceituação e contextualização da Literatura Marginal, bem como dos escritores da periferia, serão utilizadas, sobretudo, as reflexões de Érica Peçanha (2006; 2009); Elizângela Maria dos Santos (2010) e Heloisa Buarque de Hollanda (2015). Sobre a construção da personagem no romance, nos utilizaremos, principalmente, dos apontamentos feitos por Antonio Candido (2004), Reis e Lopes (1988) e Brait (2004). Outras fontes como *websites* também serão utilizadas como suporte desta pesquisa.

2. A LITERATURA MARGINAL: ONTEM E HOJE

Candido define literatura como a produção escrita de toque poético, épico ou dramático, originando um sistema simbólico de obras ligadas por fatores comuns, como línguas temas e imagem (*apud* PEÇANHA, 2006).

Com base nos estudos de Peçanha (2006) registra-se o surgimento no Brasil, na década de 70, de um movimento sócio cultural denominado por “Poesia Marginal” ou “Geração Mimeógrafo”, que atingiu diversas áreas da arte, música, cinema, teatro, artes plásticas e, principalmente, a literatura, mudando, assim, a produção cultural do país na época.

Esse movimento foi nomeado por “Poesia Marginal”, não por pertencer a uma classe social menos favorecida, mas pela forma como professores e jovens de classe média e alta (que formavam esse movimento) com amplo acesso à cultura letrada, mas sem dispor de meios econômicos para patrocinar uma “revolução” estética nos moldes modernistas, se manifestavam contra a ditadura militar.

Ainda segundo Peçanha (2006), a literatura produzida por esses poetas buscava subverter os padrões de qualidade, ordem e bom gosto vigentes, desvinculando-se das produções tidas como “engajadas”, “intelectualizadas” ou

ISBN 978-85-87406-94-1

"populistas". Os textos eram marcados pelo tom irônico, pelo uso da linguagem coloquial e do palavrão e versavam sobre sexo, tóxicos e, ainda, acerca do cotidiano das classes privilegiadas. Os livros, produzidos nas cooperativas ligadas aos próprios grupos, tinham, intencionalmente, características gráficas precárias: eram impressos em papel de qualidade inferior e apresentavam borrões e falhas nas impressões.

Expressar- se contra a ditadura militar não era o único objetivo desses poetas, buscavam também uma forma de divulgar a arte e a cultura brasileira. O principal objetivo da "Geração Mimegrafó" era a substituição dos meios tradicionais de circulação das obras. Rejane Pivetta de Oliveira (2011) comenta que o resultado disso é o surgimento de obras, sobretudo poéticas, produzidas artesanalmente, a partir de um registro espontâneo da linguagem, dando lugar à proliferação de "livrinhos" distribuídos diretamente pelo autor em bares, portas de museus, teatros e cinemas.

2.1. Os Poetas "Marginais" ou Geração Mimeógrafo.

Dentro desse contexto, alguns nomes se destacam e dos principais poetas do período passaremos a uma sintética abordagem. Antônio Carlos Ferreira de Brito, conhecido como Cacaso (1944-1987), foi um dos maiores representantes da Poesia Marginal, sendo uma das vozes que colaborou com o grito de liberdade, o qual o país almejava diante da repressão causada pela ditadura; essa temática expressa em muitos de seus versos, como por exemplo, no Poema *Lar doce lar*, *Minha pátria é minha infância: por isso vivo no exílio*. Cacaso era mineiro nascido em Uberaba, foi escritor, professor, crítico e letrista. Deixou um grande legado para a Literatura Brasileira, com mais de vinte cadernos, alguns em forma de diário, com poemas e ilustrações.poemas, fotos e ilustrações. Algumas de suas obras que merecem destaque: *A palavra cerzida* (1967), *Grupo escolar* (1974), *Beijo na boca* (1975), *Segunda classe* (1975), *Na corda bamba* (1978) e *Mar de mineiro* (1982).

Paulo Leminski Filho (1944-1989) escreveu contos, poemas, haicais, ensaios, biografias, literatura infantojuvenil, traduções e, além disso, realizou parcerias musicais. Publicou seus primeiros poemas na revista concretista *Invenções* e colaborou com outras revistas de vanguarda.

Nascido no Rio de Janeiro, em 1951, "Chacal" é o pseudônimo de Ricardo de Carvalho Duarte, que junto a Cacaso destacou-se como poeta marginal

ISBN 978-85-87406-94-1

na Geração Mimeógrafo. Chacal foi poeta e letrista brasileiro; mimeografou sua obra *Muito Prazer,* em 1971. Outras obras que merecem destaque: *Preço da Passagem* (1972), *América* (1975), *Quampérius* (1977), *Olhos Vermelhos* (1979), *Boca Roxa* (1979), *Tontas Coisas* (1982), *Drops de Abril* (1983), *Comício de Tudo* (1986), *Letra Elétrika* (1994), *Belvedere* (2007).

Torquato Pereira de Araújo Neto (1944-1972) foi um poeta brasileiro, jornalista, letrista de música popular, fez parceria com Gilberto Gil, Caetano Veloso e vários outros, ligado à Contracultura. Torquato atuava como um agente cultural e polemista defensor das manifestações artísticas de vanguarda, como a Tropicália, o cinema marginal e a poesia concreta, circulando no meio cultural efervescente da época, ao lado de amigos como os poetas Décio Pignatari, Augusto e Haroldo de Campos, o cineasta Ivan Cardoso e o artista plástico Hélio Oiticica.

Ana Cristina César (1952-1983) foi poetisa e tradutora brasileira. É considerada um dos principais nomes da geração mimeógrafo da década de 1970, e tem o seu nome muitas vezes vinculado ao movimento de Poesia Marginal. César começou a publicar poemas e textos de prosa poética na década de 1970 em coletâneas, revistas e jornais alternativos. Seus primeiros livros, *Cenas de Abril* e *Correspondência Completa*, foram lançados em edições independentes. Em 1980, publicou *Luvas de Pelica*, escrito na Inglaterra. Em suas obras, Ana Cristina César mantém uma linha tênue entre o ficcional e o autobiográfico. Cometeu suicídio aos trinta e um anos, atirando-se pela janela do apartamento dos pais, no oitavo andar de um edifício.

Hollanda (2015) comenta que a cultura pode ser vista como exemplo de resistência e produção de novos sentidos políticos em países em desenvolvimento, inseridos no contexto da globalização, e que, nesse contexto, a literatura também mostra algumas propostas e mudanças estruturais no sentido de sua criação e divulgação. Nesses casos, a própria noção de cultura e, consequentemente, a de literatura, são forçadas a repensar seus parâmetros e, até mesmo, sua função social. Para completar essa argumentação, nos utilizamos das palavras de Elizangela Maria dos Santos (2010) que declara: “uma literatura não canônica vai surgindo em meio à literatura elitista, não apenas ampliando, mas, sobretudo, modificando o conceito de literatura” a Literatura Marginal dos anos 2000.

ISBN 978-85-87406-94-1

3. A LITERATURA MARGINAL DOS ANOS 2000: OS AUTORES DA PERIFERIA ENTRAM EM CENA[11]

Enquanto o objetivo da "Geração Mimeógrafo" era a substituição dos meios tradicionais de circulação das obras e protestar contra a ditadura, o foco da Literatura Marginal dos anos 2000 é voltado para as questões socioeconômicas.

Conforme Peçanha (2006), a palavra marginal adjetiva aqueles que estão em condição de marginalidade em relação à lei ou à sociedade, possuindo, portanto, sentido ambivalente: assim como se refere, juridicamente, ao indivíduo indolente ou perigoso, ligado ao mundo do crime e da violência; aplica-se, sociologicamente, aos sujeitos vitimados por processos de marginalização social, como pobres, desempregados, migrantes ou membros de minorias étnicas e raciais, tendo como sinônimo, neste último caso, o adjetivo marginalizado.

Para Peçanha (2006), Literatura Marginal designaria os livros que não pertencem aos clássicos da literatura nacional ou universal e não estão nas listas de leituras obrigatórias de vestibulares (Caravita, s.d.). Ou ainda, como nos estudos mais recentes, o emprego da expressão denotaria as obras produzidas por autores pertencentes a minorias sociológicas, como mulheres, homossexuais e negros.

Segundo Piveta (2011), numa acepção estritamente artística, marginais são as produções que afrontam o cânone, rompendo com as normas e os paradigmas estéticos vigentes. Na modernidade, uma certa posição marginal da arte sempre foi a condição aspirada como possibilidade para a criação do novo.

Os principais autores desse movimento contemporâneo estão situados às margens das grandes cidades, ou seja, vem das favelas e periferias. Com uma linguagem informal, e obras com histórias que retratam o dia a dia dos moradores dessa realidade, essas obras vêm desafiando a muitos, e enfrentando, cada vez mais, preconceito por parte de muitos críticos, que não as consideram como parte de nossa literatura; em contra partida, tais obras têm despertado grande interesse de estudiosos e acadêmicos que procuram compreender o projeto estético do movimento.

Os autores que se destacam nessa vertente da Literatura Brasileira são, principalmente, Rodrigo Ciríaco (professor morador de Ermelino Matarazzo,

[11] O subtítulo desta seção faz referência à expressão utilizada por Peçanha (2006)

ISBN 978-85-87406-94-1

Zona Leste da capital paulista) sua principal obra é *Te pego lá fora* publicado na França, em 2014.

Ademiro Alves de Souza, o Sacolinha, que é romancista, contista, cronista e poeta é autor de *Graduado em Marginalidade* e *85 Letras e um Disparo*. Sacolinha ganhava a vida entregando panfletos nos faróis e trabalhando como cobrador de lotação no Metrô Itaquera, motivo que deu origem ao surgimento de seu pseudônimo. Sacolinha obteve com suas obras nada menos que quatro prêmios: Cooperifa, Prêmio Escola Oswaldo de Artes, Universidade Mogi das Cruzes de Melhor interpretação e melhor poesia, Prêmio Davi Capistrano e Prêmio Netinho por seu trabalho com a militância cultural.

Sergio Vaz é outro representante do grupo, fundador da Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa), em 2000; suas principais obras são: *Colecionador de pedras* , *Literatura pão e poesia, Subindo a ladeira mora a noite, A margem do vento, Pensamentos vadios, A poesia dos deuses inferiores, Cooperifa - Antropofagia Periférica.* Em entrevista à revista *iG*, *Sergio Vaz faz o seguinte comentário:* "*Gosto do termo literatura periférica porque diz de onde viemos. Antigamente falavam da gente. Hoje, falamos nós mesmos". Sergio Vaz também trabalha dentro das escolas com seus sete livros publicados, destacando-se Colecionador de pedras, 2007, que marca uma fase em que a periferia grita "temos muito o que dizer" "somos poetas", "somos a poesia" (Sergio Vaz).*

Vaz comenta que o projeto "Poesia contra violência" surgiu para percorrer as escolas públicas do Brasil levando poesia. E completa:

> A visita às escolas é o trabalho mais gratificante a meu ver. Quando chegamos lá os alunos pensam: Opa, não vai ter aula! Na cabeça dele, ele não está tendo aula, mas talvez seja a melhor aula que ele vai ter no dia. É subliminar, não podemos rejeitar isso, é maravilhoso! Quando vejo alguém falar mal de professor, não concordo porque ele é reflexo do péssimo sistema de ensino do Estado. Não podemos falar mal do professor e dizer que tudo que está acontecendo é culpa do professor, o fato é que a criança não está sendo educada porque o Estado não quer que eduque. Para dar aula à noite na quebrada tem que ser macho. A gente tem que aprender a bater em quem realmente precisa apanhar (VAZ, 2016, *online)*.

Wesley Barbosa é autor de O diabo na mesa dos fundos, 2015, o quinto livro publicado pela editora Selo do Povo, do escritor Ferréz. O autor nasceu em Itapecerica da Serra divisa com São Paulo, tem 25 anos e começou a escrever na infância. Barbosa divulga e publica seus textos, poemas e contos em seu blog

ISBN 978-85-87406-94-1

desde 2009. O autor faz parte do encontro de Literatura Marginal desde maio de 2014, onde começou a divulgar no microfone seus primeiros trabalhos.

Gilvan Conceição, mais conhecido pelas ruas como Mano Hostil, tem como sua principal obra *762 Dias de Angústi*a, 2011, que retrata a experiência que teve ao visitar o filho em alguns presídios do Brasil.

Alessandro Buzo iniciou como escritor em 2000 com a obra *O Trem*, baseado em fatos reais, que originou a música "O Trem" do grupo RZO. Lançou mais quatro livros: *Suburbano convicto, O cotidiano do Itaim Paulista* (2004), *Guerreira* (2007), *Toda Brisa Tem Seu Dia de Ventania* e *Favela Toma Conta.*

E, finalmente, talvez o mais notável nome e fundador da Literatura Marginal Brasileira, Reginaldo Ferreira da Silva, o Ferréz. Ferréz é morador da favela Capão Redondo em São Paulo, e além de romancista é também contista e poeta.

É autor de diversas obras. Em 1997, lançou o seu primeiro livro *Fortaleza da Desilusão* que reúne poemas, influenciados pelo movimento concretista. Em 2000, publica *Capão Pecado,* um romance que trata do violento cotidiano do bairro Capão Redondo; publicou, ainda, *Manual prático do ódio* (2003) e *Deus foi almoçar* (2012).

Por ser o autor de maior representatividade dentro desse novo contexto da Literatura Marginal, Ferréz foi o autor escolhido para trabalharmos com essa nova vertente da literária, que surge no contexto da Literatura Brasileira e dentro de sua produção, escolhemos a obra *Capão pecado*, (2000), para compor o corpus de nossa pesquisa.

3.1. Reginaldo Ferreira da Silva, ou, Simplesmente Ferréz: o Autor e sua Trajetória

Ferréz começou aos doze anos escrevendo contos, versos, poesias e letras de músicas, voltada ao Hip-hop. Decidiu que seu nome artístico, Ferréz, homenagearia dois grandes heróis: Virgulino Ferreira (Ferre), ou Lampião e Zumbi dos Palmares (Z), que assim como ele, lutaram pelas minorias. É fundador do grupo 1DASUL, (o nome remete a ideia de que todos são um, pela mesma luta e pelo mesmo ideal: dignidade das periferias), que promove eventos e ações culturais na região do Capão Redondo. Cria e lança em 2001, a *Revista Literatura Marginal*, em

ISBN 978-85-87406-94-1

parceria com a “Caros Amigos”, acarretando o surgimento do selo literário L.M. Em 2003, lança o livro *Manual prático do ódio* que expandiu em âmbito internacional. Em 2005, lança seu primeiro livro infantil *Amanhecer Esmeralda*. Com a frase: “Neste novo livro, tento mostrar as duas caras de São Paulo: a que dorme e a que não consegue dormir…”, o autor lança o seu primeiro livro de contos, *Ninguém é inocente em São Paulo* (2006).

Em 2006, Ferréz também ganhou o prêmio Hútuz (ciência e comportamento) pelo livro *Manual Prático do Ódio* e o 1º Prêmio Cooperifa (pelo conjunto da obra e pelo projeto Literatura Marginal); e em 2007, *Ninguém é inocente em São Paulo*, é indicado ao prêmio Jabuti e finalista do prêmio Portugal Telecom na categoria Contos. No ano de 2011, Ferréz e Rodrigo Ciríaco foram convidados para fazer parte da delegação brasileira do Salão do Livro de Paris. Durante esse período, aproveitaram para vender seus livros em diferentes partes da cidade, visitaram colégios e trocaram experiências com alunos de bairros pobres. Nessa visita não perderam tempo e fizeram um verdadeiro trabalho de marketing realizado com contato direto com o publico.

Ferréz comenta, durante uma entrevista a revista *iG*, acerca de um dos seus projetos: a Ong Interferência. O autor diz que ao perceber a quantidade de crianças que ficavam ociosas pelas ruas do bairro, foi motivado a fundar, há cinco anos, a “Ong Interferência”, que atualmente atende 65 crianças e adolescentes no contra turno escolar com atividades que trabalham a autonomia mirando o protagonismo social. Ferréz diz:

> Vendo tantas crianças na porta dos bares na minha quebrada, sempre tive vontade de mudar o jogo. Hoje, o lugar se chama INTERFERÊNCIA, onde cada criança entra, estuda, pinta, sorri, e depois ela mesma limpa para a próxima: é meu maior projeto como ser humano. Quando alguém vem me agradecer por estar fazendo isso, eu sinceramente não entendo, pois sou eu que estou recebendo abraços e sorrisos todos os dias, e isso é o maior pagamento do mundo (FERRÉZ, 2016, *online)*.

A obra *Capão pecado*, 2000, como já dito, é sua obra de destaque e *corpus* de nossa pesquisa. *Capão pecado* refere-se à história do personagem Rael, protagonista que compõe o romance, embora ele contenha em seus capítulos a passagem de outros personagens que em nada se relacionam com a história do protagonista. Esses personagens figuram o cotidiano de indivíduos mais ou menos típicos da comunidade do autor, e em nada agregam, alteram ou perturbam a narrativa sobre a personagem principal. Há, também, um dialogismo evidente na

ISBN 978-85-87406-94-1

obra, uma vez que Ferréz destaca, no corpo do texto, contribuições de outros autores, com letras de música, ensaios etc.

O personagem Rael é um garoto muito pobre que ainda criança muda-se com a família para o bairro do Capão Redondo; cresce entre vários grupos de amigos, sendo que alguns desses amigos são mortos vitimas de traficantes, outros de confronto com a polícia, alguns roubam motos e outros matam por dinheiro ou "apenas para ouvir o barulho do corpo caindo ao chão". Todos têm algo em comum: a miséria em que vivem, a juventude e algo que torna a vida deles muito difícil, a violência constante na comunidade. Quando já adulto, Rael começa a trabalhar numa padaria e com seu salário ajuda a mãe, que é diarista.

Como ganhava pouco, muda de emprego e lá conhece Paula. Eles se apaixonam, e esse passa a ser o motivo pelo qual Rael deseja uma vida melhor. Porém, o romance entre Rael e Paula é conturbado, pois ela é namorada de seu melhor amigo, Matcherros, que ao saber do relacionamento entre ambos, passa a considerá-lo um traidor. Rael e Paula, entretanto, resolvem ficar juntos e têm um filho. Pouco tempo depois, Paula se envolve com outro homem e desaparece ao mesmo tempo em que o marido é despedido. Rael descobre que Paula o traiu, e decide matar seu amante. O protagonista é então preso.

Sobre a obra, Peçanha (2006) comenta que o romance não foi saudado como acontecimento literário, tampouco foi lançado sob o aval de algum crítico renomado, mas movimentou o interesse da imprensa que buscou evidenciar mais os aspectos sociológicos relacionados à produção do que as características estilísticas da obra.

O discurso de *Capão pecado* é composto por uma linguagem informal, carregado de palavrões, gírias e conotações sexual. A linguagem fácil e rápida se aproxima da fala desenvolvida no cotidiano das pessoas que vivem nesse ambiente, assumindo o papel de voz coletiva da periferia, e fugindo aos padrões considerados cultos. A respeito da linguagem Ferréz diz que tem muito a proteger e a mostrar, como por exemplo, o vocabulário próprio do contexto em que vivem, destacando-o como muito precioso, principalmente num país colonizado até os dias de hoje, onde a maioria não tem representatividade cultural e social (FERRÉZ, *apud* Rocio Vogler 2013).

Supõe-se que essa linguagem seja um dos maiores fatores pelo qual a critica não aceita esse estilo literário como Literatura. Na tentativa de mostra para a

ISBN 978-85-87406-94-1

crítica a literariedade nessa nova vertente, Ferréz lança, em 2005, o livro *Literatura marginal, talentos da escrita periférica*.

Bianca do Rocio Vogler (2013) comenta que, já no início da obra, o autor deixa claro qual é de fato a intenção dos autores da periferia, com a seguinte citação: “A capoeira não vem mais, agora reagimos com a palavra, porque pouca coisa mudou, principalmente para nós. [...] Cala a boca, negro e pobre aqui não tem vez! Cala a boca! Cala a boca uma porra, agora a gente fala, agora a gente canta, e na moral agora a gente escreve” (FERRÉZ, 2005, p. 9).

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As considerações deste artigo preliminar são ainda parciais, posto que não há ainda resultados efetivos a serem demonstrados na leitura analítica da obra *Capão pecado*, de Ferréz, que forma nosso *corpus*; até este momento, houve um caminho percorrido o qual procurou responder parte dos questionamentos propostos por esta pesquisa.

Os resultados finais serão apresentados oportunamente

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A.*et all.* **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade:** estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº 26. Brasília, julho-dezembro de 2005.

ESCALDARIA Produções. **Biografia de Ferréz**. Disponível em: <https://escaldariaproducoes.wordpress.com/2010/10/26/biografia-de-ferrez/>. Acesso em: 29 de agosto de 2015.

FERRÉZ. **Capão pecado**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

_____. **Literatura marginal**: talentos da escrita periférica. São Paulo: Agir, 2005.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Literatura Marginal**. Disponível em: < http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/literatura-marginal/>. Acesso em: 29 de agosto de 2015.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do**. Literatura Marginal**: os escritores da periferia entram em cena. 2006, 211 f. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social).

ISBN 978-85-87406-94-1

Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, São Paulo, 2006.

_____. **Vozes marginais na literatura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

OLIVEIRA, Rejane P. de. **Literatura marginal***:* questionamentos à teoria literária. Juiz de Fora: Ipotesi, v.15, n. 2, p. 31-39, jul./dez. 2011. Edição Especial.

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1998.

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre**: crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

SANTOS, Elizangela Maria dos. **A marginalidade na performática literatura contemporânea**. Anais do II Seminário Nacional Literatura e Cultura, v. 2, São Cristóvão: GELIC, 2010. ISSN 2175-4128.

TODA MATÉRIA: Literatura. **Poesia Marginal***.* Disponível em: < http://www.todamateria.com.br/poesia-marginal/>. Acesso em: 29 de agosto de 2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

A NOUVELLE VAGUE EM OS SONHADORES DE BERTOLUCCI

Murilo Fagundes Mendes (Uni-FACEF)
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Em tempos de *blockbusters* e filmes com grande teor comercial, o cinema de arte, ou cinema de autor, acaba por perder a sua visibilidade, exceto pela exibição em festivais de filmes independentes e afins. A divergência entre os dois gêneros não é algo atual e os aspectos que distanciam um do outro perduram por décadas.

O cinema de autor é caracterizado pelas produções que têm o diretor como a peça máxima e fundamental da obra. Nas obras, o aspecto mais importante para sua construção é a percepção do diretor e como ele pretende dialogar com o telespectador. Essa perspectiva do diretor pode ser apresentada da maneira que ele melhor considerar, tornando, por muitas vezes, a narrativa dos filmes abstratas, particulares e não lineares. O que importa é o compromisso com a Sétima Arte em sua forma mais autêntica, sem a influência de questões comerciais.

A forma desse cinema de autor é construída através da Politique de Auters (ou Politica de Autor), por diversos diretores franceses, destacando François Truffaut e Jean-Luc Godard, no final da década de 1950 e começo da década de 1960. Podemos entender na Politica de Autor, a essencialidade do diretor em um filme e a fidelidade que ele deve ter com a arte, tornando o filme sua obra íntima, e não, mero material lucrativo.

A Teoria de Autor foi sustentada por Truffaut e seus colegas, também críticos da revista *Cahiers Du Cinema*, através das ideias e produções que se assemelhavam das do diretor francês, nos aspecto fundamental que caracterizava essa nova leva de jovens diretores e da forma como eles reinventavam o cinema.

Dentre nomes como François Truffaut, Jean-Luc Goddard, André Bazin e muitos outros que colaboravam para a contribuição desse fenômeno do cinema francês, que mais tarde influenciaria a forma de fazer cinema de diretores de várias partes do mundo, em várias épocas diferentes, surgia a *Nouvelle Vague.* Em tradução literal, a Nova Onda, o que expressa perfeitamente o que estava

ISBN 978-85-87406-94-1

acontecendo na França, no começo da década de 1960: jovens realizadores davam um frescor ao cinema, lutando contra alguns padrões comerciais.

A *Nouvelle Vague* deixou uma marca na história do cinema, influenciando diversos outros movimentos ao redor do mundo e motivando diretores ao decorrer da história e produtores contemporâneos, permanecendo viva através de referências, elementos e conceitos advindos da época.

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é analisar o filme *Os Sonhadores*, de Bertolucci, no aspecto que tange à *Nouvelle Vague*, destacando a influência, o movimento e o autor. A pesquisa parte de dois caminhos.

Inicialmente, é feita uma pesquisa bibliográfica que esclarece a história, as características e os principais diretores da *Nouvelle Vague*, na perspectiva de Manevy (2006). Também, é apresentado um contexto sobre a obra de Bertolucci, na perspectiva de Di Camargo Jr (2009).

Em um segundo momento, é analisado o filme *Os Sonhadores*, em categorias semânticas que permitem observar a influência do movimento em produções contemporâneas.

A pesquisa mostra-se relevante, porque ajuda a esclarecer que a produção cinematográfica ainda pode estar permeada por questões emocionais.

2. A NOUVELLE VAGUE E SEUS PERSONAGENS

França, final da década de 1950, período pós-guerra. O cinema necessitava de uma reinvenção. Eis que surge, pelas mãos de jovens cineastas e críticos, a *Nouvelle Vague*. De acordo com Manevy (2006, p. 221), a rede de filmes, artigos e cineclubes do movimento francês criaram uma nova forma de filmar e proporcionaram condições para que houvesse uma redefinição de padrões, tornando possível, assim, uma ruptura com o cinema de estúdio francês. Manevy esclarece que há, na época, uma observação autocrítica que se opõe, ao que ele chama de, “vulgaridade de comércio”.

São usadas nessas obras, técnicas que, até então, eram atribuídas aos documentários, como por exemplo, a estética de fragmentos (onde é usada parte de

ISBN 978-85-87406-94-1

cenas alternadas entre si), a incorporação do acaso, a valorização do cenário e outros aspectos que podemos identificar em filmes documentais.

Não se pode falar em *Nouvelle Vague*, sem citar importantes nomes para o movimento, como os diretores e críticos Jean Luc-Goddard e François Truffaut, e também, o crítico, André Bazin. Em *A História do Cinema Mundial*, Manevy (2006) disserta sobre a formação dos jovens diretores, que mais tarde se tornariam essenciais para a consolidação do movimento cinematográfico, dizendo que, por volta de 1947, "Godard e Truffaut eram adolescentes descobrindo nas cavernas e nas estreitas escadas das salas de cinema parisienses um tipo de militância apaixonada pelo cinema" (MANEVY, 2006, p. 226). Essa paixão dos futuros diretores era, então, a cinefilia.

Logo, Manevy introduz Bazin neste contexto de ascensão da *Nouvelle Vague*. Segundo o autor, André Bazin era responsável por um agitado cineclube e por uma serie de artigos que são capítulos decisivos da teoria cinematográfica.

Manevy declara Bazin como o crítico de cinema mais influente da época, e também, discorre sobre a relação patriarcal dele e do jovem Truffaut: "Truffaut era um jovem com diversos problemas familiares e financeiros. Bazin, como crítico e professor, adota intelectualmente Truffaut, e por tabela, a geração de que este fazia parte" (MANEVY, 2006, p. 230). Mais tarde, Bazin veio a discordar de algumas ideias de seus pupilos, mas nunca fez qualquer movimento para interditá-los, até porque, a paixão incondicional pelo cinema os unia.

Manevy analisa o ponto de vista de Bazin em relação aos autores de cinema e os estúdios hollywoodianos:

> Bazin acredita que o cinema é "impuro" e entra na era dos roteiristas. Para ele, o mérito das grandes obras de Hollywood está justamente no modo de produção coletivo, não no talento pontual dos autores. Bazin acreditava que um grande diretor pode realizar filmes menores e bons filmes podem surgir de maus autores, em razão do "gênio do sistema" que está por trás. Essa é outra questão de discórdia com a "politica de autores": o modo de produção pode ser tão ou mais importante que a escolha autoral dos diretores. E nisso, Godard, reconheceria anos mais tarde, Bazin estava certo (MANEVY, 2006, 233).

Para entender melhor esse estágio em que a *Nouvelle Vague* se firmava e constituía os seus conceitos e ideias, é importante entender também a relação dos jovens críticos franceses com os filmes e diretores americanos. "Na

ISBN 978-85-87406-94-1

formação intelectual da Nouvelle Vague, a paixão crítica pelo cinema americano clássico foi tão fundamental como o interesse pela literatura e pintura modernas" (MANEVY, 2006, p. 226).

Mais tarde, alguns conceitos dessa arte seriam reproduzidos pelos autores da *Nouvelle Vague*, como a descontinuidade, a incorporação do acaso e da realidade documental e a valorização da montagem. Manevy destaca que, naturalmente, o interesse dos diretores franceses pelas produções americanas era, exclusivamente, pelos clássicos dos diretores que, de certa forma, driblavam o sistema e se impunham como artistas coerentes.

Manevy explica que, em relação aos cineastas franceses, salvo alguns admirados pelos jovens diretores, Truffaut faz uma forte crítica em relação as suas obras, em especial as de René Clément, Yves Allengret, Cristian Jaque e Dellanoy. O artigo seria editado por Bazin ao longo de meses. Ele temia o impacto que ele teria na sociedade e discordava do diretor francês em alguns aspectos. Truffaut criticava as adaptações extremamente fieis de clássicos da literatura para o cinema, que não traíam as obras originais, mas, sim, a "moral do cinema". "O argumento de Truffaut contra as adaptações consistia em afirmar que os diretores do cinema de qualidade se tornavam meros funcionários dos roteiristas" (MANEVY, 2006, p. 236).

Ainda em *A História do Cinema Mundial*, Manevy destaca alguns dos principais e primeiros filmes da *Nouvelle Vague*, como *Os Incompreendidos* (1959) de Truffaut e *Acossado* (1960) de Godard, e também, as características que esses e outros filmes do movimento compartilhavam.

> A noção de identidade aplica-se à *Nouvelle Vague* sem grande rigidez, compreendendo a soma de certos traços distintos, com certa orientação comum. Não se trata de um só aspecto que une todos os filmes e realizadores (MANEVY, 2006, p. 244).

Dentre esses aspectos, Manevy destaca a escolha de locações em Paris (como museus e bares) e as ruas e avenidas da cidade, o que trazia aos filmes uma característica documental; a intromissão referencial de arquivos de filmes, programas de televisão, quadrinhos, pinturas e materiais documentais; características técnicas como a voz *over* e o *flashback*; a narrativa não convencional das tramas e a introdução de novos atores, abalando assim, o sistema de beldades que reinava no cinema.

ISBN 978-85-87406-94-1

Para finalizar a análise sobre *a Nouvelle Vague*, naturalmente, Manevy discute sobre o seu fim, dizendo que, apesar do sucesso dos primeiros filmes do movimento, principalmente os de Truffaut e Godard, nem todos os filmes posteriores teriam a mesma força e sentido de ruptura. Ainda que Godard continue realizando filme até os dias atuais, as coisas pioraram quando Truffaut faleceu na década de 1980.

> A sobrevivência de Godard num cenário francamente adverso para um cineasta sem clara vocação comercial não foi a regra para todos os 150 jovens que começaram a realizar filmes nos primeiros anos do movimento. A dificuldade financeira bateria à porta de todos, incluindo os principais realizadores. Os segundos longas-metragens de Godard e Truffaut seriam retumbantes fracassos e o fantasma do financiamento os perseguiria desde então. Truffaut resolveu o impasse cedendo a temas mais comerciais, a um certo tipo de adaptação literária. Godard procurou financiamento em televisões estrangeiras, trabalhou por encomenda e reduziu radicalmente os custos de seus filmes, cada vez mais experimentais (MANEVY, 2006, p. 248).

Manevy ainda defende que a *Nouvelle Vague* teve duas fases. Segundo o autor, na primeira, um dos principais articulistas foi Truffaut e, na segunda, o mais inventivo dos cineastas foi Godard. O último suspiro da *Nouvelle Vague* pode ser metaforizado pela morte de Truffaut, que claramente, queria seguir um caminho mais comercial, o que incluía Hollywood em seus planos. Planos que não foram concretizados.

Manevy finaliza dizendo que o fim da *Nouvelle Vague* não significou o fim do cinema moderno europeu, e que ainda, influenciou muitos outros movimentos ao redor do mundo, como O *Nuevo Cine* Latino-americano, o Cinema Novo Brasileiro, o Cinema Marginal brasileiro, o Cinema Novo português, japonês, alemão e muitos outros focos de renovação que inspiraram a linguagem da onda francesa.

3. BERTOLUCCI, *OS SONHADORES* E A *NOUVELLE VAGUE*

Em *Os Sonhadores*, obra de 2003, Bertolucci faz uma homenagem ao cinema, incluindo cinema francês da década de 1960, através de impecáveis referências. Em *Os Sonhadores de Bernardo Bertolucci Analisado. Um Olhar Bakhtiniano em Cinema*, Di Camargo Jr (2009) faz uma análise da obra, alegando que, no longa-metragem, o diretor faz uso da intertextualidade, e também, destaca Mikhail Bakhtin, que através das suas teorias, fez surgir um novo campo de conhecimento no campo literário, que passa a adentrar o território do cinema.

ISBN 978-85-87406-94-1

> No longa, o jogo de referências – objetos, cenas, falas, musicas, trechos de filmes, situações – constitui os personagens, o Maio de 1968 e o cinema em si, e amplifica sem lhe roubar o foco, a trama de alcova protagonizada por um belo e bizarro triângulo amoroso encampado pelos loucos pela grande tela, Matthew (Michael Pitt), Isabelle (Eva Green) e Theo (Louis Garrel) (DI CAMARGO JR, 2009, p. 1).

Di Camargo Jr. faz um paralelo entre *Os Sonhadores* de 2003 e O *Ultimo Tango em Paris* de 1972, ambos de Bertolucci, dizendo que, apesar do intervalo de 32 anos entre os filmes, os elementos necessários para tornar o cinema sua arma pessoal são os mesmos: um apartamento vazio, personagens que criam suas próprias leis, música e uma câmera que parece ter vida própria.

Enquanto *O Último Tango em Paris*, filme que foi considerado obsceno na época, por testar os limites da sexualidade no cinema, retrata Marlon Brando e Maria Schneider como os amantes Paul e Jeanne, e o traído interpretado por Jean Pierre Leaud (ator fetiche de François Truffaut, que no filme de Bertolucci é quase uma caricatura de um diretor da *Nouvelle Vague*), em, *Os Sonhadores,* é nos mostrado os jovens protagonistas, que exploram, ao mesmo tempo, o sexo e o cinema.

Os jovens se conhecem através das manifestações de maio de 1968 contra a expulsão de Henri Langlois, da Cinemateca Francesa. Aqui podemos observar mais uma conexão entre a obra de Bertolucci e a *Nouvelle Vague*, já que a Cinemateca Francesa pode ser considerada a mãe dos jovens que inventaram *A Nova Onda Francesa*, o que torna Langlois, peça importante para o movimento.

> A *Cinemateque Française*, Meca dos cinéfilos, é citada no filme. Criada por Henri Langlois e Georges Franju nos anos 1930, se constituiu em ponto de convergência de nomes como Godard, François Truffaut, Eric Rohmer e Claude Chabrol, criadores, no final dos anos 1950, da Nouvelle vague, movimento que desprezava certa cinematografia francesa conformista e agregava influências americanas. Os sonhadores encena os protestos pelo afastamento do excêntrico Langlois do comanado da instituição por André Malraux, ministro da Cultura de Charles de Gaull, em fevereiro de 1968 (DI CAMARGO JR, 2009, p. 7).

Existem inúmeras referências a *Nouvelle Vague* e à história do cinema em *Os Sonhadores*. Di Camargo Jr faz a análise de diversas cenas em que esse fenômeno acontece, em que se destaca as que remetem a *Nouvelle Vague,* de forma direta ou indireta, incluindo as cenas e citações do filme, a fim de destacar, a influência que o movimento e os seus autores tiveram na composição da obra de Bertolucci.

ISBN 978-85-87406-94-1

Neste primeiro momento, o autor destaca a obra de Godard que é referenciado no longa: “Os cartazes colados a paredes homenageiam Jean-Luc Godard (*A Chinesa*, 1967) e Nicholas Ray (*Amargo Triunfo*, 1957), um dos diretores americanos que inspiraram a Nouvelle Vague.” (DI CAMARGO JR, 2009, p. 7).

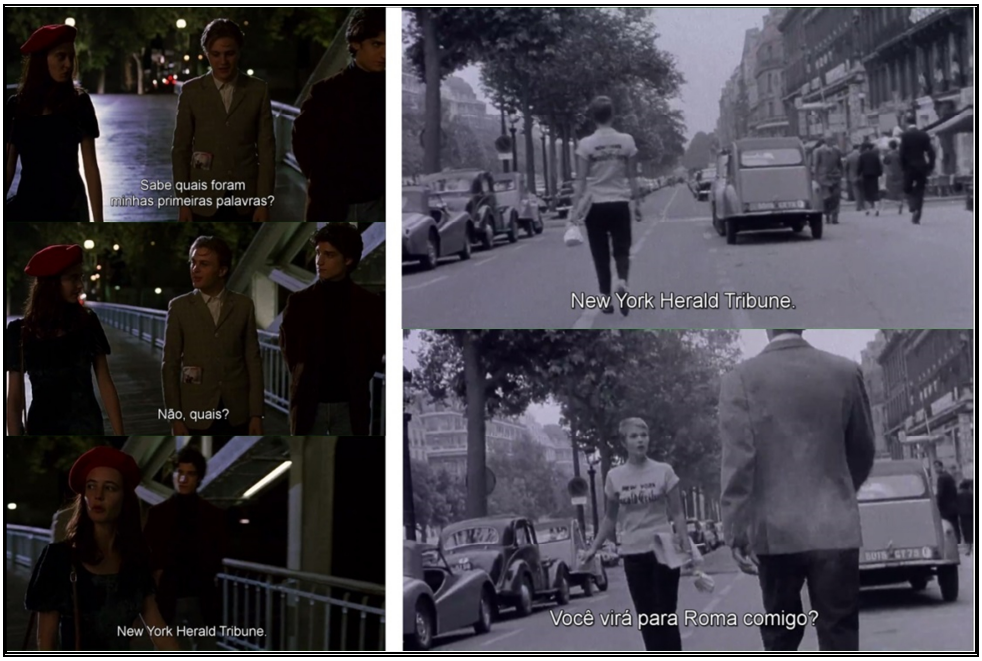
FIGURA 1 – Cena de Os Sonhadores em que é possível ver o pôster de A *Chinesa* de Godard**.**



Fonte: DI CAMARGO JR, 2009

Segundo Di Camargo Jr, “Jean-Luc Godard é o cineasta mais homenageado do filme. A cena em que se apregoa o *New York Herald Tribune* alude a *O Acossado* (1959)” (DI CAMARGO JR, 2009, p. 7).

FIGURA 2 – Cena em que se é feita uma alusão à outra cena de *O Acossado*, de Godard.



Fonte: DI CAMARGO JR, 2009

Di Camargo Jr destaca que Godard é referência a Bertolucci porque, para ele, a língua francesa era o idioma oficial do cinema. “Os protagonistas

ISBN 978-85-87406-94-1

homenageiam o diretor ao tentar quebrar o recorde estabelecido pelos personagens de seu Bande à Part (1964), percorrendo o Louvre em disparada" (DI CAMARGO JR, 2009, p. 7).

FIGURA 3 – Jean Pierre Léaud, importante personagem da Nouvelle Vague, em Os Sonhadores, interpretando ele mesmo



. Fonte: DI CAMARGO JR, 2009

Em determinado momento, Di Camargo Jr enfatiza personagens reais das manifestações de 68 que interpretam eles mesmos na obra de Bertolucci:

> Jean-Pierre Léaud, o ator que encarnou o mítico personagem do cinema francês Antoine Doinel a partir dos 15 anos em Os Incompreendidos (1959) filme deTruffaut e marco zero da Nouvelle Vague, aparece em cena original de 1968 lendo um panfleto contra o afastamento de Langlois assinado por Godard e refaz a cena como ficção, mais de 30 anos depois (DI CAMARGO JR, 2009, p. 7).

ISBN 978-85-87406-94-1

FIGURA 4 – Jean Pierre Léaud, importante personagem da Nouvelle Vague, em *Os Sonhadores*, interpretando ele mesmo.

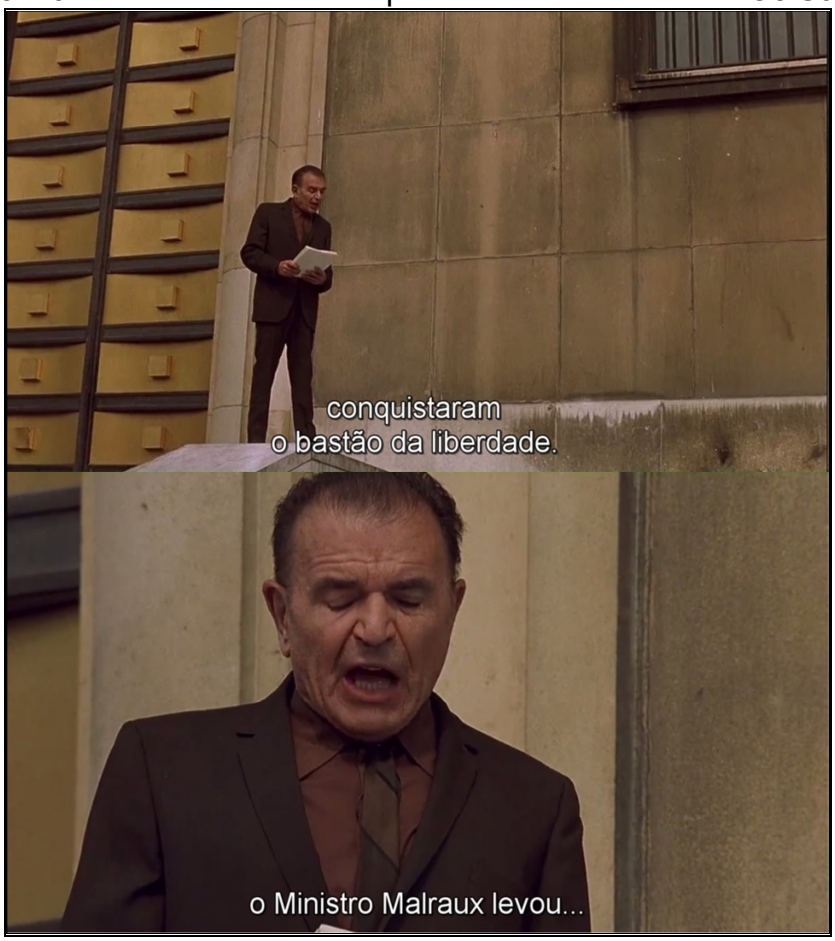


Fonte: DI CAMARGO JR, 2009

Outro ator que empresta a sua identidade e o que ele representa no filme é Jean-Pierre Kalfon: “Outro ator histórico, Jean-Pierre Kalfon, que atuou em *De Repente, num Domingo* (1983), despedida do mesmo Truffaut, também interpreta a si mesmo nos protestos no filme de Bertolucci” (DI CAMARGO JR, 2009, p. 7).

ISBN 978-85-87406-94-1

FIGURA 5 – Jean Pierre Kalfon interpretando a si mesmo em *Os Sonhadores*



Fonte: DI CAMARGO JR, 2009

Como o próprio Di Camargo Jr enfatiza, é impossível listar todas as referências e citações que remetem a *Nouvelle Vague* e ao cinema em geral, uma vez que são diversas. Entretanto, através da análise e do entendimento de como Bertolucci resgata elementos do cinema clássico, em especial, da *Nouvelle Vague* e das manifestações de 68, que de certa forma, estão relacionadas ao movimento e os seus personagens, é possível identificar a influência que a *Nova Onda* e seus personagens têm sobre a obra de 2009 e sobre seu diretor.

4. CONCLUSÃO

Como podemos observar, a *Nouvelle Vague* foi um marco para o cinema mundial e foi essencial para a criação do cinema de autor, que se torna sinônimo do Cinema de Arte, cinema esse, que vai ao desencontro com os conceitos e com os valores do cinema comercial, que é visto por muitos, como uma forma de

ISBN 978-85-87406-94-1

desrespeito a Sétima Arte, já que, na maioria dos casos, esses filmes procuram ser atrativos, simplesmente, para vender. Não é valorizado o diálogo entre a obra e o telespectador, e muito menos, a proposta de instigar o mesmo através do filme.

Apesar de a *Nouvelle Vague* ter influenciado diversos outros movimentos ao redor do mundo, não só os autores declaradamente parte desses movimentos são inspirados pelos criadores da *Nova Onda*. É possível dizer que todo diretor que está disposto a fazer Cinema de Autor e resolve criar obras que, de certa forma, independem, exclusivamente, de aspectos comerciais, são automaticamente, inspirados pelos conceitos da tão discutida Teoria de Autor, e também, daqueles que a introduziram em meados de 1960.

Podemos observar muitos diretores da contemporaneidade que prezam o cinema como forma de arte, ainda que, tenham um grande conhecimento das teorias técnicas audiovisuais. Um os diretores que torna possível que a Politica de Autor, o cinema autoral e as ideias outrora discutidas na *Nouvelle Vague* permaneçam vivas é Bernardo Bertolucci, visto que, o diretor que é conhecido em Hollywood e é o criador de diversos sucessos de bilheteria, ainda faz com que os aspectos artísticos e propostas que instiguem o telespectador façam parte de suas obras, tornando o êxito dessas, mera consequência de sua forma de fazer cinema.

Essa influência da *Nouvelle Vague* sobre Bertolucci se torna ainda mais clara se analisarmos sua obra *Os Sonhadores* que, apesar de ser lançada em 2003, faz questão de homenagear o movimento, não só pela forma como o longa-metragem é gravado, que em muitos aspectos, assemelha-se à narrativa de diversos autores da época, mas também, pelas cenas, citações e referências desses autores que são incluídas no filme.

Bertolucci é só mais um exemplo de como a *Nouvelle Vague* foi importante para a história do cinema e para os diretores de diversas épocas. Se hoje podemos apreciar um filme que diverge das produções do cinema de massa, em que é possível observar um maior teor artístico e honestidade com as ideias primárias de seus diretores e o que ele quer propor ao seu público, muito devemos ao movimento e aos seus criadores.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

ACOSSADO. Direção: Jean-Luc Godard. Autor: Jean-Luc Godard. Produção: Jean-Luc Godard. Produção: Jean-Luc Godard. Roteiro: Jean-Luc Godard. 1960 (90 min., son., p&b).

DI CARMARGO JR, Ivo. *Os sonhadores de Bernardo Bertolucci analisado*: um olhar bakhtiniano em cinema. Maringá: UEM, 2009.

MANEVY. Nouvelle vague. IN: MASCARELLO, Fernando (Org.). *História do cinema mundial*. Campinas: Papirus, 2006.

OS INCOMPREENDIDOS. Direção: François Truffaut. Autor: François Truffaut. Produção: François Truffaut. Roteiro: François Truffaut e Marcel Moussy. Cocinor, 1959. (99 min., son., p&b).

OS SONHADORES. Direção: Bernardo Bertolucci. Autor: Bernardo Bertolucci. Produção: Bernardo Bertolucci. Roteiro: Gilbert Adair. 2003 (114 min., son., cor.)

ISBN 978-85-87406-94-1

A PERCEPÇÃO DE FAMILIARES SOBRE A RELAÇÃO COM OS FILHOS: uma proposta sociodramática

Laís Pimenta Ferreira[12] (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Para os autores Wagner e Saraiva (2013) e Ribeiro (2004), a relação família-escola vem se deteriorando; hoje o que vemos é a questão da judicialização no ambiente escolar, ou seja, o diálogo entre família e escola está se tornando escasso. Entende-se que a ponte entre a família e a escola é a criança; nesse sentido, propôs-se fazer uma pesquisa em grupo sociodramático para verificar a relação das famílias com seus filhos que têm queixa escolar e promover reflexões sobre a relação entre pais e filhos.

Um dos dados mais apontados pelos professores, no que se refere aos aspectos que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, é a participação das famílias. Se verificarmos a produção e as pesquisas referentes à história da educação no Brasil, é possível constatar que essa aproximação e preocupação com a relação família-escola não é recente. Desde o início do século XX, a preocupação em aproximar as famílias da instituição escolar já existia.

No intuito de compreender as atuais ações voltadas para a valorização das relações entre a família e a escola, Ribeiro (2004), em sua pesquisa, teve o objetivo de verificar quando e como esse discurso começa a penetrar no campo educacional brasileiro, como essas práticas de aproximação são empreendidas pelos educadores e quais eram os objetivos.

O que prevalecia nesse tipo de relação não era a preocupação em propiciar uma verdadeira integração entre educadores e pais, de modo que ambos trabalhassem em conjunto na educação das crianças. O objetivo maior era civilizar, instruir e normalizar os padrões familiares para o progresso do país. A família era o meio mais eficaz para garantir a implementação e a propagação das novas políticas de saúde e educação.

[12] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

A relação das famílias com as escolas se originou em uma época de mudanças no contexto social e educativo e foi nesse momento da história da educação brasileira que o discurso sobre a relação família e escola se estendeu para as décadas seguintes.

Uma das consequências dessa lógica de civilizar, instruir e normalizar as relações, é a questão da medicalização em excesso no ambiente escolar. Com o objetivo de compreender acerca das teorizações da sociedade disciplinar e de controle, postuladas por Foucault e Deleuze, respectivamente, para pensar a atual sociedade e como ela engendra mecanismos que servem a uma lógica medicalizante, Cruz e Cardoso (s/d) fizeram uma pesquisa de iniciação científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Os autores contextualizam que

> [...] a sociedade disciplinar, teorizada por Foucault, surge no século XVIII a partir da expansão do capitalismo e da industrialização. Ela irrompe através das instituições disciplinares que são características do século XVIII e XIX, e tem seu ápice no início do século XX. As instituições características dessa Sociedade Disciplinar eram os asilos psiquiátricos, penitenciárias, casas de correção, estabelecimentos de educação vigiada, os hospitais, etc. E, além de disciplinar, tinha como atuação marcar os indivíduos: Afirmar quem era louco – não louco; perigoso – inofensivo; normal – anormal. E, ainda, determinar o lugar onde o indivíduo deveria estar de forma a exercer poder sobre ele. As disciplinas, segundo Foucault, tornam-se fórmulas gerais de dominação. (FOUCAULT apud CHRISPINO, A; CHRISPINO, R. S. P. 2008, s/p)

O exercício do poder disciplinar sobre o indivíduo tinha, em suma, um objetivo: a produção dos corpos dóceis. A produção do corpo para produção.

Em relação à medicalização da infância, o mecanismo disciplinar apresenta um aspecto importante: a escola tornou-se o lugar privilegiado de seleção das crianças passíveis de medicalização de modo que esta instituição está sendo inteiramente penetrada pelo saber médico.

Todo o “ser criança” é reduzido a uma caracterização individual, que reduz sua singularidade, e a coloca em uma multiplicidade a priori: um transtorno específico que a faz pertencer ao grupo que possui este diagnóstico.

Assim, o controle se dá efetivamente, docilizando a criança para o trabalho escolar imposto, de modo que seu comportamento, aprendizagem e subjetividade sejam modulados.

ISBN 978-85-87406-94-1

Neste trabalho, os autores objetivaram construir uma reflexão acerca da sociedade atual em que vivemos e como esta serve a uma lógica medicalizante que atua, principalmente, sobre a infância escolarizada a partir de mecanismos de disciplina e controle.

Assim, este trabalho consistiu em uma investigação teórica e crítica para se pensar a atual banalização dos diagnósticos e a ideia de que este saber não pode ser apresentado como possuidor de toda a verdade sobre a subjetividade humana.

Meira (2012) também analisou criticamente o processo crescente de medicalização da vida cotidiana e suas expressões contemporâneas no campo da educação escolar à luz dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, buscando desvelar o processo de produção dos fenômenos do não aprender e não se comportar na escola, bem como os fatores que determinam sua identificação por profissionais da saúde e da educação como sintomas de doenças e transtornos. Dentre as muitas disfunções comumente associadas ao desempenho escolar de crianças na atualidade, são destacados e analisados o TDAH e o TOD.

> Em consonância com Moysés (2001), entendemos por medicalização o processo por meio do qual são deslocados para o campo médico problemas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos. Desse modo, fenômenos de origem social e política são convertidos em questões biológicas, próprias de cada indivíduo. (MEIRA, 2012, s/p)

Ainda, para Meira (2012), esse processo de medicalização e patologização exige um trabalho intelectual crítico e o desenvolvimento de novos posicionamentos de psicólogos, educadores e profissionais da saúde em relação à sociedade, à educação e ao desenvolvimento humano. Segundo ela,

> A medicalização constitui-se em um desdobramento inevitável do processo de patologização dos problemas educacionais que tem servido como justificativa para a manutenção da exclusão de grandes contingentes de crianças pobres que, embora permaneçam nas escolas por longos períodos de tempo, nunca chegam a se apropriar de fato dos conteúdos escolares. (MEIRA, 2012, s/p)

Portanto, a posição da Psicologia deve ser a de se comprometer de fato com o rompimento com a patologização, tomando como objeto de ação e reflexão o encontro entre os alunos e a educação, contribuindo para que a escola cumpra seu papel social. E essa é uma tarefa que envolve uma atitude de

ISBN 978-85-87406-94-1

permanente avaliação crítica da realidade e a articulação de elaborações teóricas que se constituam em indicativos para a organização consciente e deliberada de ações com vistas à garantia de condições que permitam o máximo desenvolvimento possível dos indivíduos.

Wagner e Saraiva (2013), estudaram a perspectiva da escola e da família sobre as vicissitudes dessa relação a partir dos depoimentos de pais e professores de Ensino Fundamental. Foram realizados dois grupos focais: um com professores de Ensino Fundamental (dez participantes) e outro com pais de alunos (sete participantes) que frequentam a mesma etapa de escolarização.

O grupo de professores contou com a participação de dez docentes das redes pública e privada de escolas de Porto Alegre. Quatro delas trabalhavam na rede particular exclusivamente, cinco, na rede pública no momento do grupo e uma, na rede pública e particular simultaneamente. Entretanto, quase todas as participantes já haviam tido experiência com a rede pública e privada em algum momento de suas carreiras. As idades das participantes variaram dos 26 aos 53 anos, todas possuíam curso superior e o tempo de formadas variava de 4 a 24 anos. Aproximadamente metade do grupo trabalhava cerca de 20 horas semanais, enquanto a outra metade trabalhava de 40 a 44 horas.

Já o grupo focal com os pais contou com a participação de sete mães, com idades que variavam entre 36 e 49 anos e cujos filhos estavam no Ensino Fundamental de escolas públicas ou privadas de Porto Alegre. Seis mães eram casadas e uma, solteira. Os filhos passavam de quatro a cinco horas na escola, o equivalente a um turno diário.

Quanto aos procedimentos e instrumentos, os grupos focais tiveram caráter exploratório para poder identificar necessidades, expectativas, promover *insights* e possibilitar o debate e a troca de experiências entre os participantes. A elaboração de um roteiro prévio a cada grupo teve por objetivo fornecer um *input* ao debate, propondo questões abertas a serem pensadas em conjunto. Ambos os roteiros abordaram a temática da relação família-escola de forma a conhecer como cada grupo de participantes entendia, percebia e vivenciava esta relação, assim como também investigar as demandas da família que aparecem na prática docente dos professores e a maneira como as famílias recebem as demandas da escola, com as quais têm de lidar. O conjunto de opiniões foi gravado

ISBN 978-85-87406-94-1

em áudio e vídeo e juntamente com um questionário de dados sócio demográficos, que foi preenchido pelos docentes e pais antes do início dos grupos, constituíram o corpo efetivo das informações a partir do qual se realizou a Análise de Conteúdo.

As informações foram analisadas a partir dos eixos temáticos que surgiram na condução da discussão dos grupos com a utilização da técnica da Análise de Conteúdo. A análise partiu, portanto, do estabelecimento de unidades temáticas de relevância extraídas do corpo do texto a partir dos roteiros temáticos preestabelecidos. No grupo focal com os docentes, abordaram-se os seguintes temas: Demandas das famílias que aparecem na prática docente; Situações que demandam interação com as famílias; Percepção do professor sobre a família e sobre seu papel. O grupo focal com mães abordou os seguintes temas: O envolvimento da família com a escola dos filhos; A comunicação com a escola; Dificuldades Percebidas na Relação Famíla-Escola, Mercantilização da Educação.

A família e a escola, na fala dos participantes, aparecem em lados opostos, num jogo de culpabilidades mútuas, atribuições equivocadas e simplificadas dos episódios com que lidam no seu cotidiano frente à tarefa de educar.

Nessa perspectiva, tanto as mães entrevistadas como as professoras, tiveram uma crítica bastante aguçada, enfatizando os aspectos negativos, muitas vezes em detrimento dos positivos, na interação que estabelecem, no caso, a família com a escola e a escola com a família. Mais especificamente, a caracterização das famílias feita pelas professoras descreve, eminentemente, problemáticas relativas à estrutura e ao funcionamento dos núcleos que reverberam na prática docente e no espaço escolar. Somado a isso, a ideia de que há famílias muito difíceis e que justamente essas são aquelas que não participam e "não gostam" da escola, reforça o isolamento de tais núcleos, fazendo que com que estes, por descrição, necessitados de apoio e atenção, fiquem ainda mais desamparados pela escola. Por outro lado, são atribuídos àqueles núcleos familiares que cumprem as expectativas desejadas no que se refere aos critérios de estrutura e configuração, os méritos do êxito de seus filhos. Nesse sentido há uma evidente simplificação da explicação do fenômeno, isso é, se há fracasso, a família é a responsável, se há sucesso, também.

Frente a essa realidade que tem regulado tal relação, os autores acharam que seria necessário trabalhar o corpo docente na compreensão sistêmica

ISBN 978-85-87406-94-1

desse fenômeno, identificando os aspectos que, a partir das expectativas, se retroalimentam e perpetuam as dificuldades na aproximação da família com a escola, independente das suas características de configuração e estrutura. Frente a tão complexas demandas, família e escola parecem ter compreensões distintas: a família parece esperar que a escola seja capaz de suprir as mais diversas necessidades de seus filhos e a escola, por sua vez, considera as famílias pouco competentes no exercício de seu papel e, por isso, pensam que derivam à escola.

Diante disso, as autoras problematizaram: Há verdadeiramente uma falha no exercício da educação familiar ou as expectativas dos pais quanto ao que a escola possa dar e ensinar a seus filhos estão sobrevalorizadas? Talvez o desafio seja o de redimensionar tais expectativas a fim de superar o jogo de culpabilidades que tem permeado essa relação.

Pode-se perceber que a maximização da função educativa da escola aparece naquilo que foi nomeado de clientelismo. Isso é, a escola aparece como o lugar onde tudo deve funcionar a fim de atender as demandas e expectativas das famílias e, se isso não ocorrer, aparecem estratégias coercitivas de ordem econômica, moral e ética a fim de manter a escola nesse lugar: o de atender as expectativas e favorecer o desenvolvimento pleno das crianças e jovens. Provavelmente, essa dinâmica que caracteriza atualmente as relações entre a família e a escola esteja baseada em concepções educativas equivocadas que confundem excelência com benevolência.

Dessa maneira, revelam-se algumas incoerências no discurso das mães que falam de suas angústias frente às cobranças de desempenho de seus filhos, mencionando, inclusive, uma relação mercantilista que a escola estabelece com o filho/aluno visando à sua aprovação em exames nacionais, tais como o ENEM, sem que o foco seja a educação integral do sujeito. Entretanto, esse mesmo grupo também revela uma preocupação específica com o resultado do filho na escola, isso é, que ele de conta dos conteúdos, que passe de ano, que seja classificado, referindo muita ansiedade no acompanhamento desse processo. Assim, observa-se que as mães têm teorias de como a escola deveria funcionar, entretanto, na prática, quando se referem a seus filhos e suas experiências, essas teorias não são as que balizam suas atitudes educativas.

ISBN 978-85-87406-94-1

As conclusões das autoras remetem a uma realidade perfilada por fronteiras difusas entre família e escola, revelando dificuldades que obstruem essa relação e convergem para um jogo de culpabilidades mútuas. Discute-se a possibilidade de otimização dessa relação a partir de estratégias conjuntas sistemáticas que contemplem docentes e pais, retoma-se a importância de desenvolver a tarefa educativa de forma conjunta, tendo sempre o aluno como foco e prioridade nesse processo.

Ribeiro (2004) também analisou a relação família- escola e seu objetivo foi o de levantar as percepções dos pais sobre a escola, os professores e o significado da educação formal, verificando as semelhanças e diferenças entre suas representações e vivências, no âmbito da relação com a escola.

Partiu-se da abordagem etnográfica, na qual é fundamental que se conheça o contexto mais amplo onde se inserem os participantes da pesquisa. Fez-se necessário investigar também: A) O contexto sócio-histórico das famílias entrevistadas; B) O contexto geral da escola, identificando as práticas instituídas e instituintes presentes no seu cotidiano.

Participaram da pesquisa os agentes escolares de uma escola pública do interior do estado de São Paulo, vinte e dois responsáveis por alunos de 3ª e 4ª séries, selecionados a partir de um questionário estruturado aplicado aos professores, que apontaram pais que cumprem e aqueles que não cumprem com o que é deles esperado pela escola. Buscou-se obter uma amostra abrangente, que contivesse pais de ambos os grupos.

A coleta de dados aconteceu em três etapas. Primeiro teve-se a fase exploratória, em que foi realizada a observação participante na escola, incluindo conversas informais com agentes escolares, entrevistas estruturadas com dez professores, entrevistas semi-estruturadas com diretora e vice-diretora e consultas a documentos da escola. Segundo, foram feitas entrevistas individuais, semi-estruturadas, com 22 pais de alunos de 3ª e 4ª séries em suas residências. Na primeira etapa da entrevista buscou-se fazer a contextualização, sendo abordados os seguintes aspectos: história da família e local de origem dos pais; constituição familiar (número de pessoas, onde e como vivem); ocupação profissional dos membros da família e escolaridade dos pais; a seguir, focou-se o tema da pesquisa, abordando questões sobre: a escola, a professora do(a) filho(a) e a escolaridade.

ISBN 978-85-87406-94-1

Foram confeccionados três cartões temáticos para serem apresentados aos entrevistados, um a um, sendo solicitado a eles que pensassem sobre o assunto, deixando vir à mente tudo que lembravam a respeito do tema. Em seguida, a pesquisadora anotava as palavras-chave trazidas por eles e pedia que fossem explicadas detalhadamente.

Por último, foram realizados grupos focais com os pais para compreender suas vivências, mais do que representações. Observou-se, neste estudo, que o conhecimento propagado pela escola é visto e vivido pelos pais como superior ao seu, o que parece levá-los a pensar que não possuem os requisitos necessários para tornar seus questionamentos legítimos. Eles se colocam, na maioria das vezes, de forma submissa e não questionadora, mesmo diante dos descompassos entre as exigências da escola e sua realidade, tecendo, nessas situações, justificativas para suas dificuldades. Quando os filhos apresentam problemas de aprendizagem ou comportamento, a pressão na relação com a escola parece aumentar a tal ponto de a desistência ser a reação comum.

Um aspecto interessante foi observado neste estudo: os pais que se mostraram acríticos na entrevista individual parecem ser aqueles mais elogiados. Os pais que se justificaram muito, apresentando um discurso mais defensivo, provavelmente são aqueles que introjetam as críticas da escola.

As mães elogiadas tinham um perfil parecido: eram colaborativas e disponíveis. A pesquisadora entende então, que esse parece ser o modelo de atuação valorizado pela escola e esperado de todos os pais.

Um outro aspecto observado pela pesquisadora em relação à punição no ambiente escolar, é que esta é realizada a partir de processos sutis, não sendo mais um castigo físico, mas privações ligeiras, ou até pequenas humilhações. Esse castigo disciplinar tende a levar o sujeito a exercitar ou buscar o arrependimento, assumindo uma função corretiva, visando reduzir desvios e promover a docilidade, a subordinação e a homogeinização. A partir das disciplinas, pode-se dizer que as instituições passam a funcionar como pequenos tribunais, cuja função é normalizar, o que é conseguido através da utilização que elas fazem dos indivíduos. Esta situação compactua com a visão de Chrispino e Chrispino (2008), que ressaltaram a questão da docilização dos corpos crescente nas escolas, com vistas a disciplinar e

ISBN 978-85-87406-94-1

controlar de modo que seu comportamento, aprendizagem e subjetividade sejam modulados.

A pesquisadora chegou à conclusão, neste estudo, de que a relação entre família e escola no geral se mostra ineficaz. Logo, a fórmula família-escola, da maneira como vem sendo empregada na realidade, acaba perpetuando a dinâmica de exclusão das classes populares (ou parte delas) da escola pública. Além disso, para a autora, a assimetria na relação família-escola é ao mesmo tempo negada, mas também utilizada na manutenção das relações tais como estão acontecendo na realidade institucional. Ao negar essa assimetria, a escola termina assumindo seu local de poder, estabelecendo uma relação estereotipada com os pais, sem conseguir, no entanto, uma aliança eficaz.

Foi verificado que a ajuda dos pais parece ser cobrada de forma mais intensa quando o filho não aprende ou se comporta mal. Alguns pais mostraram sentirem-se envergonhados diante dessa situação e, para resolvê-la, apontaram que só conhecem um método: bater nos filhos. Quando se convencem de que não conseguiram melhora, alguns deles encontraram como alternativa tirar o filho da escola. Alguns entrevistados se queixaram de que nem isso podem mais fazer porque "seriam presos". Esse aspecto revela o sentimento de impotência que esses pais vivem ao serem cobrados pela escola. Sua reação, então, ao invés de promover ajuda, parece ser somente aumentar a pressão sobre os filhos.

Portanto, essa situação gera consequências negativas para as crianças: foi observado que tendo sido esgotados os recursos que os pais conhecem para responder às exigências da escola, eles passam a culpar os filhos por não cumprirem suas expectativas, o que usualmente gera conflitos também na relação familiar. Assim, quando a criança efetivamente fracassa na escola, especialmente aquelas provenientes das famílias cujos pais já se sentem excluídos, sua possibilidade de inclusão social fica muito pequena. Isso porque nos dois ambientes onde ela passa a maior parte do tempo, constituindo sua matriz social, a relação passa a ser predominantemente conflituosa.

A partir dos resultados deste estudo, concluiu-se que existe um modelo idealizado de família que é cultuado e exigido pela escola e, ao mesmo tempo, os pais entrevistados mostraram tentar se encaixar nele e verificou-se que o que é desejável à escola é igualmente à maioria das famílias; estas possuem um modelo

ISBN 978-85-87406-94-1

idealizado, que é cultuado e exigido pela escola, ao mesmo tempo, que os entrevistados mostraram tentar se encaixar nele.

A escola, por sua vez, parece se relacionar com as famílias prioritariamente no sentido de uma exigência de complementaridade, com relação a suas expectativas e através da atribuição de responsabilidade aos alunos, por suas próprias dificuldades. Não parece haver um movimento sistemático no sentido de se buscar compreender a realidade vivida pelos alunos e suas famílias. Assim, a escola complementa, através da assunção de um papel social estereotipado, em que a hierarquização do saber é mantida, a postura submissa e não verdadeiramente participativa dos pais.

Sabe-se que, à família, cabe o papel de cuidar e educar bem as crianças e à escola cabe cuidar da educação formal (sistemática) e promover o desenvolvimento físico, social, intelectual, emocional, moral e afetivo dos alunos, entretanto, os papeis se entrecruzam.

A autora, com o objetivo de promover um aprofundamento dos dados já obtidos, realizou entrevistas em grupo focal com os pais entrevistados no Centro Comunitário do bairro. O tema investigado foi “A escola do(a) filho(a).”

A análise das entrevistas em grupo focal seguiu os seguintes passos: 1°) Foram delineadas as etapas da sessão: Aquecimento, desenvolvimento e comentários. 2°) Dentro de cada uma delas buscou-se identificar os projetos grupais que ocorreram, identificando seus momentos. 3°) Em seguida buscou-se identificar dentro de cada projeto, as unidades sociométricas que se articulavam entre si, de forma harmônica ou contraditória. 4°) Por fim, foi realizada uma análise de conteúdo, onde se levantou os temas discutidos em cada momento. Foi feita uma análise sociométrica e temática, sendo que os resultados obtidos no projeto de intervenção foi que a integração família-escola não parece atingir os objetivos que dela se espera e, diante disso, os resultados do atual estudo apontaram duas questões a serem trabalhadas numa possível intervenção na instituição.

> A primeira delas seria no sentido de facilitar a desalienação dos pais, ou seja, criar condições para que suas vivências emerjam e sejam elaboradas, para que eles possam construir um panorama sobre o que necessitam verdadeiramente da escola. A outra via de trabalho na instituição seria no sentido de facilitar o movimento instituinte, com vistas a desnaturalizar as práticas hegemônicas e promover uma abertura dos papéis sociais cristalizados. Acredita-se que assim os agentes escolares poderiam se

ISBN 978-85-87406-94-1

> aproximar mais da população que atendem, o que facilitaria a criação de estratégias efetivas para a resolução das dificuldades vividas no cotidiano escolar. (RIBEIRO, 2004, p. 256)

Atualmente, o que se vê na escola, é a questão da judicialização das relações escolares, que se caracteriza pela ação da Justiça no universo da escola e das relações escolares, resultando em condenações das mais variadas, o que revela que os atores principais da educação não estão sabendo lidar com todas as variáveis que caracterizam as relações escolares (CHRISPINO; CHRISPINO, 2008). Outra medida que vem sendo bastante tomada pela escola é a medicalização, como dito anteriormente.

Guarido (2007) pontua que a medicalização em larga escala das crianças nos tempos atuais pode estar negando os conflitos, negando-os como inerentes à subjetividade e ao encontro humano. E que o discurso pedagógico não deve contribuir para a manutenção desse tipo de recurso, devendo ser objeto constante de crítica em direção à possibilidade de que o lugar do ato educativo seja redefinido. Atualmente, o discurso médico difundido na mídia se apresenta de forma marcante, naturalizando o sofrimento da criança e seus “problemas de aprendizado”, sendo comum que professores e coordenadores professem diagnósticos diante da observação de certos comportamentos das crianças, especialmente de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), e as encaminhem para avaliação psiquiátrica, neurológica e/ou psicológica.

Ou seja, atualmente a relação família-escola tem se dado, muitas vezes, através do remédio e/ou da justiça, o que não transforma de fato a realidade.

Como uma tentativa de reaproximar a população e a escola, propõe-se promover a criação de estratégias para uma maior aproximação entre essas duas instâncias através do vínculo que a prática psicodramática pode proporcionar.

Ribeiro (2004) coloca, partindo de uma perspectiva psicodramática, que somente com o contexto grupal construído é que o grupo pode funcionar de forma a facilitar a expressão de conteúdos latentes, presentes nas vivências dos indivíduos. “Para tanto, é necessário que haja um bom aquecimento, além da flexibilização das questões sociométricas, antes que se entre no tema propriamente dito” (RIBEIRO, 2004, p. 256). Desta forma,

ISBN 978-85-87406-94-1

> o grupo parece ser um recurso importante, podendo ser utilizado não somente para a investigação das vivências dos atores sociais, mas também para produzir mudanças, visando a abertura dos participantes a um novo posicionamento diante da realidade. Pode emergir, então, o sujeito espontâneo, capaz de criar novas possibilidades de existência (RIBEIRO, 2004, p. 257).

Ribeiro (2004), em sua pesquisa, na fase de intervenção, buscou identificar os limites do envolvimento da escola com as famílias e, ao mesmo tempo, promover a criação de estratégias para uma maior aproximação entre essas duas instâncias.

Paulo Bareicha (1999) ressalta a necessidade de se resgatar o humanismo na educação como ideal de luta contra a massificação, a multiplicação da miséria e a perda dos valores humanos essenciais, aponta ainda que o psicodrama pode ser utilizado como meio de comunicação, integração e expressão de grandes grupos. Dentro ou fora das escolas ele pode trabalhar o drama coletivo; de modo geral, os métodos sociátricos utilizados na educação são: o *role playing*, o sociodrama, os jogos dramáticos, o jornal vivo, o teatro espontâneo e o método educacional psicodramático. Podendo ser utilizado para se trabalhar os problemas de relacionamento em sala de aula, entre a equipe pedagógica, para o treinamento de papéis profissionais, para que um espaço de experimentação livre e espontâneo seja criado etc.

Dentro da proposta psicodramática, Silva (2005) se propôs a realizar uma investigação a respeito de um modelo de atuação em Psicologia Escolar desenvolvido em um estágio profissionalizante do curso de Psicologia, chamado Grupos de Desenvolvimento e Aprendizagem (GDA). A proposta inicial da pesquisa unia o projeto à arte e foi guiada pelas seguintes perguntas:

> um trabalho de Psicologia Escolar, baseado em atividades com música, literatura e artes visuais, pode colaborar para o desenvolvimento de crianças que fracassaram em seu processo de escolarização? Se utilizarmos as mesmas atividades com as professoras e os pais, eles podem inserir-se efetivamente no processo de desenvolvimento das crianças? Seria possível incentivar o interesse por músicas, histórias, reproduções de obras de arte e, ao mesmo tempo, proporcionar reflexões sobre a própria vida, a fim de promover mudanças que possibilitem uma ruptura na situação vivenciada pelas crianças na escola, abarcando todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem? (SILVA apud MAZZUCHELLI, 2010, p. 359)

ISBN 978-85-87406-94-1

A pesquisa de Silva foi realizada em uma escola pública de Uberlândia (MG). Foram organizados grupos - um deles composto por crianças com dificuldades de aprendizagem; um outro formado por professoras e um terceiro por mães. Todos eles foram coordenados por quatro estagiários de psicologia - que desenvolveram atividades com música, literatura e artes visuais.

A autora iniciou o processo investigativo tendo como objetivo a superação do fracasso escolar pelas crianças, seus pais e suas professoras. Os grupos foram organizados a partir da análise institucional realizada pela pesquisadora, que contou com momentos de observação nas salas de aula e entrevistas com os educadores, funcionários e pais dos alunos.

Silva (2004) buscou analisar a criança dentro do contexto em que estava inserida e onde a queixa aparecia, entendendo que as condições concretas de vida da criança, presentes e passadas, determinam o seu psiquismo. Assim, ela procurou conhecer as crianças em suas relações no contexto escolar, na família e em situações propostas pelos estagiários no decorrer do processo.

Os encontros dos grupos, realizados ao longo de um ano letivo, foram gravados em vídeo e em áudio, analisados a partir de um enfoque microgenético de falas, gestos e ações de todos os envolvidos no processo, que é uma forma de construção dos dados que permite um relato minucioso das situações investigadas, enfatizando os detalhes, enfocando as relações intersubjetivas e as condições sociais de produção dos acontecimentos. Foram constatadas mudanças nos participantes dos grupos realizados no espaço escolar.

Chechia e Souza (2003) apontam que o trabalho com os pais questiona a culpabilização do aluno e percepção de múltiplos determinantes das dificuldades escolares, identificando as possibilidades de apoio da família ao aluno e discute a importância da família no contexto escolar, garantindo seu direito a uma educação de qualidade.

As *Referências Técnicas para Atuação do Psicólogo na Educação Básica* (2013, p. 21) ressaltam a necessidade do psicólogo trabalhar com todos os atores escolares, desempenhando intervenções de trabalho que busquem dar conta das múltiplas demandas e das especificidades da população atendida (alunos, familiares, equipes, professores e, por vezes, a comunidade). Uma perspectiva

ISBN 978-85-87406-94-1

crítica entende as dificuldades escolares como decorrentes das práticas sociais e escolares que o produzem. Nessa perspectiva, a (o) psicóloga (o) avança na compreensão desse processo quando o analisa a partir de condições histórico-sociais determinadas. Sua superação depende de ação que envolva os diferentes aspectos do processo de escolarização: relações familiares, grupos de amigos, práticas institucionais e contexto social.

Ainda segundo as *Referências Técnicas para Atuação do Psicólogo na Educação Básica* (2013, p. 56), com pais, familiares ou responsáveis, a (o) psicóloga (o) pode refletir sobre o papel social da escola e da família, assim como sobre as problemáticas que atravessam a vida de pais e filhos. Frente a possíveis dificuldades escolares, a discussão coletiva pode facultar novas ideias e ações favorecedoras de uma prática compartilhada que contribua para a qualidade do processo ensino e aprendizagem. Ainda, as (os) psicólogas (os) podem desenvolver ações que busquem o enfrentamento de situações naturalizadas no contexto escolar, superando explicações que culpabilizam ora estudantes, ora familiares, ora professores.

> Desse modo, é importante que a (o) psicóloga (o) inserida em contextos educativos desenvolva grupos de trabalhos com professores, estudantes, familiares, equipe técnica, gestores e funcionários possibilitando que a temática do preconceito seja abordada, promovendo a reflexão coletiva sobre barreiras atitudinais e arquitetônicas presentes no cotidiano escolar e suas formas de enfrentamento. (REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p. 56).

Dessa forma, como verificado na literatura, Wagner e Saraiva (2013) e Ribeiro (2004), a relação família-escola precisa ser repensada. A atual pesquisa propõe, então, uma pesquisa em grupo sociodramático para verificar a relação das famílias com seus filhos e promover reflexões sobre a relação entre pais e filhos. Além disso, a atual pesquisa pretende medir eventuais transformações decorrentes das intervenções grupais no trabalho feito com as crianças simultaneamente ao grupo de pais. O sociodrama será utilizado no grupo de pais, pois é adequado à pesquisa qualitativa no contexto grupal, já que é um momento em que as três dimensões do comportamento são abarcadas numa mesma ocasião, são elas: a dimensão do comportamento compreendido em ambiente real, em condições artificiais e diante de questionamentos sobre a subjetividade do informante (GUNTHER apud NERY, COSTA E CONCEIÇÃO, 2006).

ISBN 978-85-87406-94-1

Nery, Costa e Conceição (2007) propõem e defendem o sociodrama como um método para a pesquisa qualitativa em Psicologia clínica, de modo que a interação grupal seja o foco da investigação. O sociodrama surgiu do teatro espontâneo, criado por Moreno, no início do século XX. Trata-se de um dos métodos sociátricos para pesquisar e tratar os grupos e as relações intergrupais, seus conflitos e sofrimentos. O sociodrama é um método de pesquisa, que busca compreender os processos grupais e intervir em uma de suas situações-problema, por meio da ação / comunicação das pessoas. Os procedimentos sociodramáticos enfatizam a vivência do drama, ou seja, a dramatização de cenas pelos participantes ou as interações de papéis sociais relativas a questão proposta. O efeito terapêutico surge da catarse de integração dos papéis sociais que são representados em ação dramática.

> A pesquisa-ação se fundamenta epistemologicamente, tal qual a socionomia, nos grupos, nas comunidades e na dimensão relacional, esta pesquisa, que surgiu da contribuição da teoria do campo de Lewin, privilegia a influencia mútua dos participantes para a tomada de decisões no grupo. Algumas das funções do pesquisador são: constatar o problema do grupo em crise, intervir para que a coletividade amplie seu conhecimento e contribuir para a busca de resoluções. (NERY; COSTA; CONCEIÇÃO, 2007, p. 306)

Alguns autores apontam para a possibilidade de que as dimensões de ação social e pesquisa social possam estar em complementariedade. Nesse sentido, Nery, Costa e Conceição (2007) apontam os métodos sociátricos como coerentes e viáveis para uma ação que se desenvolve prioritariamente em grupos.

Foi realizada então uma pesquisa cujo objetivo foi verificar a percepção de famílias sobre a relação com os filhos indicados por uma escola pública com queixas escolares. Os objetivos específicos foram: promover reflexões sobre a relação das famílias com os filhos que tem queixas escolares e avaliar possíveis transformações decorrentes das intervenções grupais com as crianças, na perspectiva dos familiares. Buscou-se ainda, compreender como o grupo sociodramático foi vivido pelos pais e se ocorreram mudanças e criação de estratégias relacionais.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se trata de uma pesquisa exploratória qualitativa.

ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo Minayo e Sanches (1993), a metodologia qualitativa procura enfocar a dimensão social como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem comum ou a “fala” como a matéria-prima desta abordagem, a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais.

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, propondo um envolvimento com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores sociais, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 243 - 244).

GUNTHER (apud NERY; COSTA; CONCEIÇÃO, 2006), em artigo sobre a pesquisa qualitativa e quantitativa, aponta que o comportamento deve ser compreendido em ambiente real, ou em condições artificiais ou diante de questionamentos sobre a subjetividade do informante. As autoras apontam que o psicodrama/sociodrama é um momento em que as três dimensões são abarcadas numa mesma ocasião.

> A coleta de informações e a análise dos resultados do sociodrama são deveras trabalhosa, pois na tentativa de serem captados os significados presentes nas interações e na dinâmica interacional, usam-se filmadoras, gravadores e o registro do evento realizado pela unidade funcional. (NERY, COSTA E CONCEIÇÃO 2006, p. 310).

Os autores Monteiro, Merengué e Brito (2006) explicam a pesquisa qualitativa atrelada ao psicodrama, afirmando que o objeto de pesquisa com o psicodrama são as relações. A pesquisa incide sobre as relações objetivas e ou imaginárias do indivíduo consigo mesmo, do indivíduo com o grupo, do grupo, do grupo com outro grupo.

Ao investigar relações, não se perde de vista aquela entre pesquisador e pesquisado. A formulação da questão orientadora da pesquisa está atravessada pela subjetividade de quem pergunta. O conteúdo da pesquisa científica é aquilo que aquele indivíduo ou grupo apresentam naquele momento e lugar, podendo produzir surpresa ou decepção, como os autores colocam.

A sociometria é um dos ramos da socionomia e se propõe a fazer justamente no que está implícito, ou seja, medir as relações sociais. Com o advento da sociometria, foi exigido do investigador uma co-experiência cada vez mais

ISBN 978-85-87406-94-1

intensiva com os participantes de uma experiência social por meio da ação e da interação, do teatro, não o teatro como uma convencional conserva cultural, mas como um experimento na pesquisa da espontaneidade. Moreno enfatiza a intensidade da troca e da imersão do pesquisador, coisa que jamais se poderia conseguir como observador.

> Os resultados surgidos na dramatização interessam como produto (o que) e como processo (como). Antes de mais nada, entretanto, trata-se de uma construçao coletiva, na qual pesquisador e pesquisados, em diferentes papeis, tomam a investigação nas mãos como criadores. O enquadre é mantido – o planejamento do projeto, a discussão de todo o plano com o indivíduo/grupo, a produção dramática (aquecimento, dramatização, compartilhamento, retomada do projeto ao final) e a posterior reflexão sobre o resultado – buscando alguma verdade. (MONTEIRO, MERENGUÉ E BRITO, 2006, p 81).

O projeto moreniano busca constantemente a explicitação do inconsciente individual-grupal.

2.1. Participantes e Coleta de Dados

A escola, situada em um bairro periférico da cidade de Franca-SP, indicou 35 alunos de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 10 anos, para participarem, semanalmente, das atividades psicodramáticas com o objetivo de potencializar o aprendizado e a criatividade dos alunos por meio do lúdico. Estas atividades foram realizadas na escola de arte, situada a uma quadra da escola dos alunos, e duraram uma hora e meia cada sessão. Ao todo, foram realizadas 10 sessões durante um semestre.

As famílias dessas crianças receberam convite para participarem do grupo de pais pela pesquisadora, que ocorreria simultaneamente ao de crianças. Ocorreram 4 sociodramas de família em formato aberto, ou seja, a cada sessão compareceu um número variável de familiares, e nem sempre os mesmos.

Na última etapa da pesquisa, a pesquisadora foi até as casas das famílias que mais participaram dos grupos para fazer uma avaliação que possibilitou fazer o levantamento das percepções das famílias concernente ao trabalho realizado com as crianças e as mudanças percebidas nos sociodramas de famílias. Foi questionado sobre como foi a vivência no grupo de pais para eles, o que impactou, mudou, transformou na relação pais e filhos. O objetivo desta entrevista final foi

ISBN 978-85-87406-94-1

verificar possíveis mudanças na percepção dos pais sobre os filhos e também verificar onde o sociodrama gerou mudanças e quais as demandas que ainda existem para o psicólogo poder atuar atendendo às reais necessidades das famílias. Desta forma, os três eixos trabalhados foram: 1) Impressões sobre o trabalho realizado com crianças; 2) Impressões sobre o grupo de família e 3) Possíveis mudanças pessoais, dos filhos e na relação pais e filhos.

Participaram dessa etapa quatro mães..

TABELA 1 – Nomes das Participantes Entrevistadas*

Cristiane
Regina
Josefa
Clara

Fonte: Elaborado pelas autoras
* Nomes fictícios

TABELA 2 – Participantes e Sessões*

Nomes dos participantes*	Número de sessões em que compareceram
Fabiano	1
Rogério	1
Rosa	1
Cristiane	2
Regina	4
Clara	3
Josefa	1
Márcia	1
José	1

Fonte: Elaborado pelas autoras
* Nomes fictícios

Desta forma, foi realizada uma análise de conteúdo segundo os moldes propostos por Minayo, onde os segmentos de relatos são separados e classificados de acordo com seu conteúdo, depois de repetidas leituras dos diários de campo das visitas às casas das famílias.

ISBN 978-85-87406-94-1

3. RESULTADOS PARCIAIS

Serão apresentados inicialmente as discussões dos sociodramas propostos.

3.1. Sociodrama 1

O primeiro grupo foi feito com os pais e os filhos juntos, aconteceu em um sábado e contou com a participação de 17 famílias, sendo alguns pais e algumas mães. Começamos numa grande roda com os pais enquanto as crianças foram brincar com outros estagiários. No meio da roda colocamos uma cesta de laranjas que tinha o objetivo de que os pais se sentissem a vontade, sendo utilizada então como um recurso de aquecimento inespecífico.

Apresentamos o projeto de pesquisa aos pais presentes. Fizemos um círculo e pedimos que cada um se apresentasse; os pais falaram sobre as principais demandas dos filhos e as expectativas para o projeto das crianças.

Algumas mães falaram que foi um “presente dos céus” esse projeto, pois acreditam que vai ajudar muito seus filhos. Várias mães apontaram a que seus filhos são muito retraídos e que o projeto vai ajudá-los a se expressarem melhor. Outra demanda que apareceu bastante foi a questão da perda, algumas crianças do grupo perderam seus pais e isso afetou a vida delas comprometendo principalmente no âmbito social. Durante a conversa as pessoas foram se soltando e pegando as laranjas para descascar e chupar.

Após isso, foi a hora da brincadeira de cooperação dos pais com os filhos. Cada família segurava um pedaço de TNT e tinham que correr para algum dos quatro cantos da chácara para se protegerem dos pegadores. A brincadeira durou dez minutos e tirou muitas risadas de pais e de filhos.

Ao final desta brincadeira, fomos servir o lanche e o suco. Fizemos uma grande roda no final para agradecer e as crianças falaram o que pretendiam vivenciar no espaço. Várias crianças disseram que foi engraçado, que foi “bom e diferente” brincar com os pais, que queriam voltar para subir nas árvore e fazer churrasco ali. Dessa forma, pudemos perceber que as crianças gostaram muito da experiência.

ISBN 978-85-87406-94-1

3.2. Sociodrama 2

O segundo encontro foi marcado somente para os pais, ocorreu no dia 19 de outubro, segunda feira, durante a oficina com as crianças, ou seja, enquanto as crianças estavam nos grupos com os estagiários, os pais participavam do grupo de pais. Compareceram 1 pai e 5 mães. Explicamos o objetivo de os pais terem sido chamados e o objetivo do nosso trabalho de pesquisa. Dissemos qual era a função da psicologia escolar e que o psicólogo ajuda a potencializar as crianças, a descobrir o que ela tem de bom, pois todos tem algo de positivo e ajuda os professores a melhorarem suas relações com as crianças. Com os pais, a ideia é ter um espaço de reflexão, pois na educação às vezes ficamos perdidos sem saber o que fazer, então a ideia é trocar experiências e aprender juntos. Dissemos que ali seria um espaço para os pais poderem expressar o que sentem e pensam, buscando criar um clima de confiança entre os pais. Explicamos que como estamos ligados à universidade, tudo o que fazemos aqui vamos fazendo pesquisa junto, porque vamos testando o que da certo, o que da errado, pra ver o que funciona, e que desta forma gostaríamos de pedir a permissão dos pais para podermos utilizar em pesquisa os dados falados com sigilo, sem expor ninguém.

Começamos com um aquecimento pedindo que cada um se apresentasse e dissesse o que mais chamou atenção ali naquela sala (que tinha muitas pinturas feitas pelas crianças, artes, frases, fantasias etc). Após isso, dissemos sobre a importância do autocuidado também, que aquele momento seria para eles se autoconhecerem e um momento dos pais. Fizemos um exercício de respiração para que ficassem mais à vontade. No centro da roda haviam vários tocos de madeira de diversas formas. Pedimos que os pais pegassem um “toco” que os representasse e esclarecessem o porquê. Alguns pais começaram a falar sobre a dificuldade de seus filhos na escola. Rosa é avó de Diego (todos os nomes são fictícios) e disse que ele tem problemas por ser negro, disse que ele tem dificuldade com sua autoimagem e tem autoestima baixa, por isso não gosta de ir à escola. Roberto disse que seu filho Robson tem problemas na escola porque é gordinho, não consegue correr e se sente diferente por causa disso.

Depois, distribuímos pranchetas para que os pais pegassem mais tocos que representasse a família. Dissemos: “Vamos posicionar nas pranchetas, como se fosse tirar uma foto da família com os toquinhos. Fazer uma foto de família.

ISBN 978-85-87406-94-1

Quem tá do lado de quem...". Quando eles terminaram, foram apresentando suas famílias e dizendo o porque das posições. Explicamos que desta forma, vamos tomando consciência dos vínculos da nossa família.

Após essas reflexões, Daniela (orientadora da pesquisa e co-diretora do grupo) pediu disse que seria interessante olhar as fotos novamente e perceber se gostariam de mudar um pouco para ficar mais confortável. Cada um voltou a falar o que mudou e porque, houve uma mãe que teve dificuldade em mudar, mas os outros perceberam como estava pesado antes e após a mudança foi possível distribuir o peso.

Refletimos que pequenas mudanças são necessárias para promover o bem-estar, será que seriam possíveis essas transformações?

Ao final, pedimos para os pais assinarem os termos de consentimento livre e esclarecido e informamos que haveria mais dois sociodramas para os pais.

3.3. Sociodrama 3

O próximo encontro aconteceu dia 26 de outubro e compareceram seis pais. Como havia pais diferentes dos outro encontros, explicamos novamente os objetivos e sobre o termo de pesquisa.

O aquecimento foi feito com bexigas em que todos deveriam encher a sua bexiga e jogar para cima, sem deixar nenhuma bexiga cair no chão. Foi colocada uma música de circo. Quando as pessoas fecharam os olhos, sorriam, lembrando automaticamente de coisas boas na infância, como foi compartilhado depois. No primeiro momento, perguntamos como era a vida deles na escola, todos disseram coisas positivas.

Neste segundo momento a proposta foi de pensar nos filhos, fazer um exercício de se pôr no lugar deles, como é para eles ir para a escola, alegre, triste, difícil, fácil... Tentar achar se tem algum ponto na vida deles que está difícil...

Falaram muito sobre as dificuldades de relacionamento interpessoal das crianças na escola. Surgiram primordialmente dois assuntos: que momentos bons com os filhos são importantes em que saem do papel de pai e mãe. E também que o "não e sim" são importantes na educação.

ISBN 978-85-87406-94-1

3.4. Sociodrama 4

O último sociodrama contou com a participação de 4 mães. Sendo que uma delas era a primeira vez que compareceu ao grupo – Dona Josefa, mãe do Arthur. Refizemos o contrato.

Pedimos que as mães se sentassem confortavelmente e que fizessem um raio X de seu corpo, que observassem em seus corpos, os pontos doloridos, pesados. Distribuímos folhas e giz de cera para pintar da cor que representasse cada parte do corpo. E depois poderiam compartilhar.

Algumas falaram que estão bem mas outras conseguiram visualizar onde está dolorido, cansado ou tranquilo. Josefa fala que não sabe como não esta dormindo ali, pois o ambiente é calmo e os remédios que ela toma são fortes, dão sono, ela fala que leva o Arthur na escola e dorme ate quatro horas. Josefa tem depressão e problemas psiquiátricos, seu filho tem dificuldades na escola em relação ao comportamento.

Após essa conversa inicial Daniela pediu que os pais se levantassem e caminhassem no espaço, observando seu caminhar. “Deixe vir na sua mente qual filho te preocupa neste momento. Vamos tentar nos tornar esse nosso filho, como ele é, como ele anda. Parem e lembrem uma cena, uma situação. Vejam se é possível vir à cabeça uma cena com ele ou com ela. Sintam agora como se vocês fossem seus filhos. Vocês não são vocês, vocês são seus filhos. Agora estou conversando com os filhos de vocês, me contem o que esta acontecendo com vocês.”

Duas mães, Josefa e Clara não conseguiram entrar no papel, mas mesmo assim foi possível chegar a dor central de seus filhos. Josefa disse que ficou aliviada com aquele grupo, que devia ter vindo nos outros. “A dor no peito que eu sentia foi embora, devia ter vindo antes, mas eu só dormia, antes não conseguia vir. Foi muito bom estar aqui.” Clara se emocionou ao entrar em contato com a dor de seu filho, que tem um medo profundo de ficar sozinho.

As outras duas mães entraram no lugar de seus filhos e disseram que foi maravilhoso poder perceber de fato o que seus filhos sentem, Cristiane disse que se colocar no lugar dos outros é essencial. “Agora percebo como posso ajudar melhor a minha filha”, a filha dela está no 5º ano e chupa o dedo desde que perdeu o

ISBN 978-85-87406-94-1

pai, e ela compreendeu que o seu dedo está sendo o recurso que ela tem no momento para suportar a dor da perda. Cristiane fala que participar dos grupos “foi um crescimento e hoje aprendi a me colocar no lugar da minha filhota foi ótimo”.

Está sendo realizada uma análise de conteúdo das falas dos pais durante os sociodramas e também das entrevistas com as quatro mães. Após a finalização da análise estes resultados serão apresentados em publicação posterior.

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como a pesquisa se encontra em andamento, até o momento foi possível observar que o sociodrama tem ajudado as famílias e as crianças a promoverem encontro através da troca de papéis, colocando-se no lugar do outro para encontrar soluções mais saudáveis. Como o sociodrama é um método de pesquisa que busca compreender os processos grupais e intervir em uma de suas situações-problema, por meio da ação/comunicação das pessoas, os procedimentos sociodramáticos enfatizam a vivência do drama ou as interações de papéis sociais relativas a questão proposta. O efeito terapêutico surge da catarse de integração dos papéis sociais que são representados em ação dramática.

Cristiane, por exemplo, quando se colocou no lugar de sua filha em uma das sessões sociodramáticas, afirma que foi possível compreender melhor o sofrimento da filha e desta forma, buscar as soluções mais adequadas.

As queixas mais frequentes sobre as crianças são: agitação, timidez, falta de concentração, luto/perdas, dificuldade em aprender, dificuldade de socialização na escola, dificuldade em lidar com as diferenças, competitividade exacerbada e baixa auto-estima.

Nos grupos dos pais, foi possível constatar que as crianças valorizam as brincadeiras com os pais e sentem a falta de tempo ou motivação dos pais para atender as demandas dos filhos. Foi possível despertar neles a valorização dos pequenos momentos com os filhos.

Desta maneira, o grupo sociodramático parece ter ajudado às famílias a refletirem sobre as questões trazidas pelos seus filhos e sobre a relação com eles, auxiliando-os a encontrarem algumas soluções.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

BAREICHA,P. Psicodrama, teatro e educação: em busca de conexões. Linhas Críticas, v.4,n.7-8, jul/98 a jun/99

CAMPOS, A. R. família e escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em educação - campus do Gragoatá, são domingos. Niterói, RJ. 2011

CHECHIA, A.K. A.; SOUZA, M. P. R Queixa escolar e atuação profissional: apontamentos para a formação de psicólogos In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M (ORGS) Psicologia Escolar: Teorias Críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 105-135.

CHRISPINO, A; CHRISPINO, R. S. P. A judicialização das relações escolares e a responsabilidade civil dos educadores. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n58, p.9-30, jan./mar. 2008. Disponível em <http://www.scientificcircle.com/pt/87795/judicializacao-relacoes-escolares-responsabilidade-civil/>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação do psicólogo na educação básica. Brasília. março/2013

CRUZ, M.G.A; CARDOSO, H.R. (s/d). A medicalização da educação como efeito histórico de uma sociedade mista de disciplina e controle. Unesp, Assis. Disponível em http://seminario.medicalizacao.org.br/trabalhos_completos.pdf

GUARIDO. Renata. **A medicalização do sofrimento psíquico**: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. Universidade de São Paulo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.1, p. 151-161, jan./abr. 2007

MAZZUCHELLI. D. S. R. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP.** Volume 14, Número 2, Julho/Dezembro de 2010: 359-360

MEIRA.M.E.M. Para uma crítica da medicalização na educação. Psicol. Esc. Educ. vol.16 no.1 Maringá Jan./June 2012

Millan, B. (1976) O jogo do esconderijo: terapia em questão. São Paulo: Novos Umbrais.

MINAYO,M.C.S.; SANCHES,O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?Cad. Saúde Públ.,v.9, n.3,Rio de Janeiro,jul/set, 1993.

MONTEIRO, A.M; MERENGUÉ, D; BRITO,V. **Pesquisa Qualitativa e Psicodrama**. São Paulo: Ágora, 2006

NERY, M.P; COSTA, L.F; CONCEIÇÃO,M.I.G. O sociodrama como método de pesquisa qualitativa. Paidéia, 2006, 16 (35) , 305 -313.

ISBN 978-85-87406-94-1

RIBEIRO, D. F. Os bastidores da relação família e escola. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP – Departamento de Psicologia. Ribeirão Preto, 2004.

SARAIVA.L.A; WAGNER.A. A Relação Família-Escola sob a ótica de Professores e Pais de crianças que frequentam o Ensino Fundamental. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. vol.21 no.81 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2013

SILVA, S. M. C. da (2005). Psicologia Escolar e Arte: uma proposta para a formação e a atuação profissional. Campinas, SP: Alínea: Uberlândia, MG: EDUFU.

SILVA, S. M. C. Arte e educação - na confluência das áreas, a formação do psicólogo escolar. Pro-Posições, v. 15, n. 2 (44) - maio/ago. 2004.

ISBN 978-85-87406-94-1

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA SOBRE CRIANÇAS ENCAMINHADAS PARA UM GRUPO SOCIOEDUCATIVO NA ABORDAGEM PSICODRAMÁTICA

Eliene de Andrade Pimentel[13] (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Angélica Gomes (USP)

1. INTRODUÇÃO

As bases teóricas e ideológicas que fundamentaram a ampliação do sistema público de ensino foram influenciadas pelo pensamento liberal, baseado em ideias de uma “escola para uma sociedade democrática” e pela necessidade da implantação da “escola única”. Dessa forma os cursos de formação de professores, inspiraram-se igualmente neste ideário liberal. Durante muito tempo os currículos nas escolas de educação eram compostos por questões de natureza humana. (BRANDÃO, 1982)

Os currículos dos cursos oferecidos para os futuros professores compunham as disciplinas baseadas em “compêndios” e “receituários”, com princípios pedagógicos generalizados que dificilmente fundamentavam a percepção crítica da realidade. Nessa formação pedagógica, era superficial o manuseio dos compêndios utilizados com frequências nos cursos (BRANDÃO, 1982).

Segundo Kohan (2004), este tipo de formação faz com que saibamos muito sobre as crianças: as estudamos e orientamos, dividimos e as separamos, antecipamos e as classificamos.

No entanto, segundo Machado (2000), algumas ideias, como por exemplo, a falta, a anormalidade, a doença e a carência, dominam a visão, a respeito das crianças. Essas ideias ganharam “vida própria”, pois os discursos a respeito das crianças ocorrem no dia-a-dia da escola e se baseiam em: distúrbio de aprendizagem, desnutrição e família muito pobre.

Segundo Abramowicz e Levcovitz (2005), existem muitas produções educacionais que descrevem o cotidiano escolar, e dentro encontram-se investigações sobre as crianças excluídas: as negras, as gordas, as pobres, as

[13] Bolsista IC-Uni-FACEF

ISBN 978-85-87406-94-1

sujas, as feias, as deficientes etc. A escola funciona como uma maquinaria que produz um povo. Seu processo de subjetivação pressupõe a necessidade de aprender, sentado e calado e para isto ocorrer é necessário que a criança copie, além da escola valorizar determinado jeito da criança de ser, brincar, falar e pensar.

Faz-se necessário então, conhecer as crianças, indo além das imagens e ideias construídas socialmente ao longo do tempo, desconstruídos fundamentos e concepções já existentes. Os adultos adotam práticas e modos de pensar em relação às crianças, nos espaços institucionais, na escola, na cidade com suas rotinas, tempos e valores, uniformizando os tempos livres ou a dinâmica lúdica da infância, lhes atribuindo uma infinidade de artefatos, afazeres e equipamentos que supostamente são de interesse das necessidades das crianças (MARTINS e BRETAS, 2007).

Segundo Libório e Neves (2010), é essencial atentar-se para as interações que são construídas na escola, ainda levar em consideração “a transformação da realidade de práticas desestimulantes, tediosas e promotoras de fracasso escolar, em práticas mobilizadoras de aprendizagem gratificante, fecunda e comprometida com o sucesso escolar” (LIBÓRIO e NEVES, 2010, p. 162).

Se o processo de aprendizagem é considerado social, segundo os autores, tornam-se essenciais às interações e procedimentos de ensino. Afeta a relação professor-aluno, exercendo influencia no processo ensino aprendizagem: “o que se fala, como se fala, em que momento e por quê; da mesma maneira que, o que se faz, como se faz, em que momento e por que se faz” (LIBÓRIO e NEVES, 2010, p. 170).

Também os alunos podem ser afetados pelo professor e seu comportamento, pois este exprime “suas intenções, crenças, valores, sentimentos e desejos” (LIBÓRIO e NEVES, 2010, p. 170).

A relação ensino-aprendizagem é uma relação recíproca, destacando-se o papel do dirigente, do professor e da atividade dos alunos e não simples transmissão de conhecimento, em que professor ensina e aluno aprende. As relações entre aluno e professor envolvem comportamentos que estão intimamente relacionados. O aluno pode ter opinião, participação e tomar decisões e não é apenas um depósito de conhecimentos que memoriza (SILVA e NAVARRO, 2012).

ISBN 978-85-87406-94-1

Silva e Navarro (2012) apontam que a postura pedagógica dialética é importante para a geração de conhecimento que deve estar presente no ato de ensinar, pois o diálogo pode ser motivo de riqueza de alegria, que só ocorre quando os interlocutores têm voz ativa sem limites ou imposição.

Diante desse cenário, a atual pesquisa, ainda em andamento, foi realizada com professoras e alunos no contexto da sala de aula. Contou com a participação de aproximadamente 50 crianças que foram atendidas por 21 estudantes do 4º ano de Psicologia do Uni-FACEF, (cada dupla ou trio de estudantes atenderam cinco crianças, agrupadas de acordo com a série escolar, idade e sexo). Por meio de entrevistas individuais buscou-se compreender os motivos dos encaminhamentos e as percepções das professoras diante das eventuais mudanças das crianças que participaram do processo de grupo socioeducativo. Procurou-se compreender o contexto das salas de aulas, por meio de observação participante, enfocando-se a relação professor-aluno e aluno-aluno na dinâmica das aulas.

Foram realizadas 12 sessões com as crianças, semanalmente, com duração de 1h30. As sessões foram realizadas em três etapas: 1) o aquecimento (jogos e brincadeiras), 2) o desenvolvimento (dramatizações e jogos lúdicos a partir de temas trazidos pelos alunos). Em algumas sessões foram pré-estabelecidos temas que permitiram conhecer as crianças em suas relações no contexto escolar e familiar, 3) e o compartilhar (trocas de ideias, opiniões sobre os sentimentos e conteúdos vivenciados). A última sessão foi caracterizada como uma sessão de avaliação que possibilitou o levantamento das opiniões das crianças concernente ao trabalho realizado e as mudanças percebidas por elas. As intervenções ocorreram na Oficina de Arte Lua Nova, localizada próximo à escola pública onde as crianças estudavam. Durante a pesquisa, os estudantes de Psicologia foram supervisionados pela orientadora deste estudo.

Primeiramente foi estabelecido o contato com a direção de uma escola municipal localizada na periferia da cidade de Franca para a apresentação do projeto. A escola (direção) indicou crianças para participarem da intervenção. As crianças indicadas cursavam o Ensino Fundamental (1º ao 5ª ano), sendo assim, as idades variaram entre 6 e 10 anos. Logo após, foram realizadas visitas domiciliares as casas das crianças para apresentação do projeto aos pais e a permissão para

ISBN 978-85-87406-94-1

participação de seus filhos na pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2. PRÁTICA PEDAGÓGICA E INTERAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Para Gazzola, Arboit e Pacheco (2014), professor e alunos podem igualmente crescer, um enquanto ensina e aprende e vice-versa. Inclusive “o aluno tem autonomia para pensar, refletir, discutir, ter opiniões próprias, participar, decidir o que quer e o que não quer” (GAZZOLLA, ARBOIT e PACHECO, 2014, p. s/p). Dessa forma, a partir das experiências do aluno, o professor escuta e o respeita, sendo um mediador, e do processo de aprendizagem, um orientador.

Os autores afirmam ainda que a aprendizagem torna-se efetiva quando o conteúdo proposto pelo professor há conexão com a realidade social dos alunos. Também faz parte do aprendizado, o incentivo do professor, sendo que “o mesmo agirá como mediador, onde o conhecimento será construído em aula, e fora dela” (GAZZOLLA, ARBOIT e PACHECO, 2014, p. s/p). Para que o aluno perceba que seu aprendizado é agradável, o professor deve estimular os alunos, através de pesquisas e investigação. O crescimento e desenvolvimento de uma pessoa ocorre se haver abertura para novos conhecimentos, com inclinação para mudar e tornar ampla sua opinião, que não são conclusas, sendo a aprendizagem um processo continuado.

Os autores afirmam que o conhecimento do mundo exterior e a falta da busca pelo autoconhecimento, foram direções tomadas pela educação. A escola tem que incentivar o pensamento divergente e a imaginação, preparando e consentindo aos alunos que vivam eficientemente no mundo que está continuamente e rapidamente alterando, possibilitando o autoconhecimento, direcionado para o desenvolvimento do potencial criativo de cada aluno, para que conviva com suas necessidades e desejos.

Libório e Neves (2010) realizaram um estudo com 226 alunos da quinta série (ensino fundamental), com idades entre 10 e 15 anos e oito professores de uma Escola Pública de Ensino do Distrito Federal, com idades entre 40 anos, com curso superior completo, com mais de 10 anos de experiência em sala de aula. Os instrumentos utilizados pelas pesquisadoras foram: Escala sobre Clima para

ISBN 978-85-87406-94-1

Criatividade em Sala de Aula, entrevistas individuais semiestruturadas realizadas com os professores e observações em sala de aula. Concluíram através deste estudo que

> As interações que se caracterizem como de sintonia, cooperação e até de domínio, em oposição às de desconsideração, podem se constituir como um fator potencializador para um clima mais favorável à criatividade em sala de aula (LIBÓRIO e NEVES, 2010, p. 182).

A partir da conclusão desse estudo, ressalta-se a importância da relação professor aluno para o estabelecimento de um clima favorável à criatividade, favorencendo o desenvolvimento do potencial dos alunos e a aprendizagem.

Segundo Gaulke (2012), um dos desafios dos professores é administrar o tempo de falar e calar-se para que assim possa se criar e revelar enigmas. Mas alunos e professores devem associar-se ao administrar seus desejos e ao desvendar enigmas. Esta associação pode ser mediada de diversas formas. Ao contrário, dar respostas velozmente, destruindo o desejo rudimentar, é fácil. Diferente de converter a pergunta em enigma para que juntamente com a colaboração do professor e outras crianças, seja descoberto.

3. A AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Segundo Silva e Santos (2009), no processo ensino-aprendizagem, a partir da interação entre os indivíduos, acontece a troca de fatores subjetivos.

Os autores afirmam que a aprendizagem interativa propicia para o desenvolvimento. Pode-se construir autoestima baixa ou elevada, por conseguinte, interferir no desejo do aluno de aprender ou construir o conhecimento. A natureza e qualidade da relação professor- aluno em sala, constitui-se como fator determinante no processo de aprendizagem. Assim, para a construção do conhecimento, as trocas interpessoais são relevantes.

A criança, para os autores tem a sensação de ser amada, amando a si própria, distinguindo-se do outro, tornando-se autônoma e aprende que ser amada pelo outro é prazeroso a partir do reconhecimento do outro para suas próprias ações. O autoreconhecimento se desenvolve quando o indivíduo tem boa autoestima, proporcionado a si mesmo o que é bom, porque se ama. Dessa forma,

ISBN 978-85-87406-94-1

em relação aos pais e professores na vida de seus filhos e alunos respectivamente: “não deveriam, no entanto, esperar pela ocorrência dos comportamentos desejáveis, mas participar direta e ativamente do processo de modelagem e instalação de tais repertórios comportamentais” (SILVA e SANTOS, 2009, p. 299).

Ainda os autores enfatizam que é através de contingências sociais reforçadoras positivas, que se desenvolve a autoestima. Esta está ligada “à possibilidade de a pessoa sentir-se livre, de sentir-se amada, de tomar iniciativas e de apresentar criatividade” (SILVA e SANTOS, 2009, p. 299). Diferentemente, as punições e contingências coercitivas ou intensas não cooperam para o desenvolvimento da autoestima.

Os autores ainda afirmam que em relação ao aluno, a postura do professor é essencial para a construção de uma boa autoestima, levando em consideração ao modo que lida com o comportamento apropriado ou inapropriado da criança.

Segundo Pereira e Gonçalves (2010), em relação ao aluno, se seu esforço foi incentivado e respeitado, consequentemente expõe sentimentos de prazer, sucesso e na sala de aula apresenta êxito. Ao contrário, alunos pouco beneficiados intelectualmente, manifestando, concernente a si próprio e ao outro, sentimento de inferioridade, são consequências de atitudes desestimulantes. Dessa forma a afetividade, na vida do aluno é essencial.

De acordo com os autores é essencial para construção do processo de aprendizagem, a confiança colocada no professor. Para o aluno, quando é expressada a afetividade, “resulta em experiências positivas, trazendo benefícios na aprendizagem” (PEREIRA E GONÇALVES, p. 13, 2010).

O afeto está no ato de carinho e principalmente no olhar confiante do professor relativo a aprendizagem do aluno, favorecedor entre um e outro de confiança e harmonia e pontuam que os alunos têm que sentirem acolhidos dentro de seus limites no decorrer do processo de construção de conhecimento, pois torna-se árduo distanciar-se dos pais e não estão prontas para ingressar na escola, sendo o afeto do professor, para o aluno interagir no meio escolar, importante. Igualmente o professor tem que se sentir acolhido e considerado. Assim sendo “a necessidade de afeto do aluno e do professor se entrelaça numa relação recíproca que evolui

ISBN 978-85-87406-94-1

durante o ano letivo. Mas no decorrer desse período as necessidades afetivas se modificam e tornando-se cognitivas" (PEREIRA e GONÇAVES, 2010, p. 13).

Relacionado ao exposto acima, para Mello e Rubio (2013), o relacionamento do professor e do aluno, quando é bom e se baseia em respeito e afago, propicia que o professor seja um mediador, pois é ponderado, para que possa intervir nos conflitos que ocorrem em sala de aula. Nestas circunstâncias, uma pessoa, quando recebe afeto, passa a defrontar os problemas, sendo mais solidária e centrada.

Segundo Mello e Rubio (2013), a afetividade na relação entre professor e aluno é mais visível quando a criança começa a frequentar a escola. Ainda a afetividade se relaciona com a qualidade das interações e relações entre indivíduos, mesmo sendo subjetiva.

As diversas formas de atuar, para os autores acima, tanto do professor quanto do aluno, a mediação, o trabalho pedagógico e a forma do docente de se relacionar com o aluno, são construções das interações dentro da sala de aula. A comunicação afetiva pode ocorrer através da modéstia na fala e na gesticulação. "A afetividade não se limita a carinho físico, muitas vezes se dá em forma de elogios superficiais, ouvir o aluno, dar importância às suas ideias" (MELLO e RUBIO, 2013, p. 06).

Ainda pontuam, concernente as crianças, para que estas na escola se adaptem, desenvolvam-se e se sintam seguras, é necessário que ocorra a afetividade, sendo "pequenos gestos como sorrir, escutar, refletir, respeitar", entre outros. A relação professor-aluno, na educação infantil, acontece em todos momentos, sendo contínua. Dessa forma, ocorre, através da contiguidade afetiva entre ambos, "interação com objetos e a construção do conhecimento". (MELLO e RUBIO, 2013, p. 07).

Segundo Mello e Rubio (2013), para os alunos é de suma importância, para que tenha progressão na vida, que se estabeleça confiança, sendo que o professor é o mediador do processo ensino-aprendizagem. O professor também ascende quando, para o aluno, consegue transmitir seus conteúdos sem castigos, calmamente. O professor tem que estar apto para construir, se dedicar aos alunos, vibrando com suas conquistas.

ISBN 978-85-87406-94-1

Relacionado ao exposto acima para Guiotti (2011), no início da fase escolar, a criança apresenta uma mescla de emoções e expectativas. Desde a mais pouca idade traz consigo sua vivência histórica e familiar. A criança tem que se sentir amada, acolhida e segura na escola, por ser um novo local para ela.

De acordo com Guiotti (2011), na formação escolar e integral da criança, por esta ser complexa, munida de razão e afeto, é fundamental levar em consideração a afetividade, sendo este essencial para o acontecimento da aprendizagem, sendo a base da inteligência humana.

A autora realizou uma pesquisa em uma Escola Classe (educação Infantil e Ensino Fundamenta I) com objetivo “discutir a importância da afetividade na relação professor-aluno dentro do contexto escolar da Educação Infantil” (GUIOTTI, 2011, p. 5). A metodologia utilizada foi qualitativa e a coleta de dados foi através da entrevista estruturada. Os participantes foram quatro professoras da Educação Infantil (39 a 49 anos) com tempo de experiência entre 12 a 17 anos.

A conclusão foi que as professoras consideram, na relação professor aluno, que a afetividade é importante no processo ensino aprendizagem.

> Este pensamento se justifica pelo fato de que uma das questões levantadas pelas professoras é a preocupação com a diversidade encontrada em sala de aula. De acordo com as educadoras, existem muitas dificuldades para se adequar à diversidade na sala de aula, mas nada que os sentimentos como o amor, carinho não sejam capazes de superar as barreiras (GUIOTTI, 2011, p. 18).

Também para o processo ensino-aprendizagem, a afetividade é fundamental, sendo que a sua ausência traz prejuízos para os sonhos e desejos do futuro do aluno, além de causar decorrências e traumas irreversíveis. Para as professoras do estudo, devido ao aumento excessivo da quantidade de alunos dentro da sala, o vínculo afetivo na inter-relação professor-aluno fica dificultado.

Segundo Brust (2009), no fim dos anos iniciais do ensino fundamental, as crianças precisam de proximidade com um adulto. O professor para a aprendizagem é essencial, sendo que a afetividade influencia este processo. Ao contrário se o professor não tem sensibilidade e disponibilidade para perceber e ajudar o aluno que apresenta problemas, este último não sentirá merecedor de estima e consideração. Assim, o professor tem que levar em consideração que “atitudes inadequadas como gritos, atitudes ríspidas, grosserias, palavrões,

ISBN 978-85-87406-94-1

empurrões, podem revelar problemas com a autoestima", (BRUST, 2009, p. 25) considerando a reação dos alunos.

Em um estudo realizado pela pesquisadora, cuja participação foi de um total de 22 alunos de 3º e 4º anos do ensino fundamental, com objetivo de "compreender a relação afetiva entre professor e aluno no processo de aprendizagem de crianças no final dos anos iniciais do ensino fundamental" (BRUST, 2009, p. 32), através de pesquisa bibliográfica e de caráter investigativo exploratório (questionários com perguntas objetivas e subjetivas), com informações sobre questões sociais, econômicas e culturais, para melhor compreender o ambiente cognitivo e afetivo dos alunos, concluiu-se:

> Que a afetividade manifestada na relação entre professor e aluno constitui elemento inseparável no processo de construção do conhecimento, uma vez que a qualidade da interação pedagógica vai conferir um sentido afetivo para o objeto de conhecimento (BRUST, 2009, p. 37).

A partir da conclusão do estudo destaca-se a importância da afetividade. Esta na relação professor-aluno influencia no processo ensino-aprendizagem.

4. A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA SALA DE AULA

Cantarelli e Dani (2012) realizaram uma pesquisa qualitativa, através do estudo de caso, sendo um dos instrumentos da investigação a observação e entrevistas com uma professora e seus vinte e um alunos com idades entre sete e nove anos, do terceiro ano do Ensino Fundamental de uma escola estadual de educação básica. O estudo tem como objetivo abordar "a linguagem como forma de violência na relação professor-aluno em sala de aula" (CANTARELLI e DANI, 2012, p. 03).

Os autores apontam que a função do professor, elucidada por meio de sua linguagem pode, para seus alunos, ser determinante de seu desenvolvimento intelectual, social e afetivo. Assim, a linguagem usada pelo professor pode ser um modo de violência para com os alunos. Se a linguagem usada pelo professor for compreendida como violência, independente se foi intencional ou não, gera nos alunos marcas que os seguem durante a sua vida.

ISBN 978-85-87406-94-1

No estudo, as pesquisadoras observaram na sala de aula que apesar do espaço físico e material didático propiciarem um trabalho cooperativo, o trabalho da professora era realizado de maneira tradicional, privilegiando o segundo modo de ensinar.

Segundo Cantarelli e Dani (2012), o professor utiliza a troca de lugares como recurso de poder e força, oposto ao diálogo, a resolução de conflitos e a reflexão do comportamento do aluno. As autoras, através das aulas observadas, perceberam que os alunos que conversavam e se levantavam anteriormente, mesmo em lugares diferentes, prosseguiam com as mesmas ações. A criança por ter energia e disposição procura extravasar e por isso estar silenciosa e sentada em apenas um local é difícil para ela. Dessa forma, não mudará o comportamento das crianças só pela atitude de trocá-las de lugar.

Também em seu estudo a linguagem usada pelos professores, com os alunos, ocasiona marcas. As recordações positivas e negativas ficam na memória. Nos resultados do estudo os professores, enquanto alunos, lembram-se das marcas deixadas neles pelos seus próprios professores. Dessa forma, os professores, quando não refletem a respeito da sua maneira de agir, pensar e fazer tomam para si o papel que era de seus professores, repetindo com os seus alunos, a forma como foram tratados (CANTARELLI e DANI, 2012, p. 13).

Para as autoras têm muitos significados o comportamento de crianças e adolescentes, sendo prejudicial o autoritarismo “que faz com que o professor puna e recompense seu aluno por comportamentos e atitudes estabelecidas como impróprias, principalmente para os espaços educacionais” (CANTARELLI e DANI, 2012, p. 15).

5. ATRIBUIÇÃO DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS NA SALA DE AULA EM RELAÇÃO A APRENDIZAGEM ÀS FAMÍLIAS E CRIANÇAS

Carvalho (2012) realizou uma pesquisa com objetivo de estudar situações de fracasso escolar. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com 14 professores de uma escola Municipal, que atuam nas primeiras séries do Ensino Fundamental. Após efetuou-se coletas de dados através de observação à docência dos professores. Os dados foram analisados através da metodologia análise de

ISBN 978-85-87406-94-1

conteúdo. O estudo procurou identificar a concepção dos professores concernente a dificuldade de aprendizagem, o índice de alunos considerados com dificuldade de aprendizagem, o trabalho realizado com esses alunos e o que é oferecido pela escola, para esses alunos.

Através de seu estudo, afirma que concernente a dificuldade de aprendizagem, os professores têm concepções relacionadas ao:

> *Ritmo* de cada criança em desempenhar as tarefas determinadas por ele; está relacionado também à atuação da *família* que não participa da educação dos filhos, que não ajuda na resolução das tarefas de casa; e ainda, está relacionada às *deficiências culturais* da criança, causadas pela classe social de origem, pela necessidade dos pais em trabalhar, ou ainda, por pertencerem a famílias fora da estrutura padrão (moram somente com o pai ou com a mãe, são criados pelos avós, ou os pais têm problemas emocionais que transferem para os filhos). (CARVALHO, 2012, p. 06).

Segundo a autora, os professores responsabilizam principalmente a família:

> Acusando os pais de não participarem da vida escolar das crianças, de não ajudarem nas tarefas de casa, não participarem de reuniões, nem atenderem aos chamados da escola. Que fazem reuniões com os pais, que eles se comprometem a acompanhar os filhos, mas que depois não cumprem com o que foi combinado com os professores, deixando seus filhos sozinhos nos estudos realizados em casa. (CARVALHO, 2012, p. 06).

A autora pontua que os professores, na pesquisa, julgam somente os elementos externos como causadores das dificuldades no processo de aprendizagem, não colocando a si próprios no processo de aprendizagem dos alunos. Dessa forma distanciam seu trabalho como agente da produção de desigualdades escolares.

Afirma também que o professor é incumbido por uma série, pelo currículo e um programa a ser executado. Dessa forma, para os professores esta organização é motivo para as dificuldades de aprendizagem. No estudo, para os professores:

> Os problemas apontados são causados por uma aprendizagem deficiente que ocorreu na série anterior, ou porque a família não proporcionara os estímulos necessários a uma aprendizagem favorável ao nível e ritmo da turma atual. O problema está na criança que não veio pronta para os conteúdos específicos da série que frequenta (CARVALHO, 2012, p. 06).

ISBN 978-85-87406-94-1

Os professores, no estudo, afirmaram que são feitos trabalhos de recuperação, reforço e atendimento psicológico, para crianças as quais são diagnosticadas com dificuldades de aprendizagem. Portanto não sofrendo modificações em seus planejamentos, pois há cobrança de diversas instâncias, para que possa provar o conteúdo oferecido, tendo programa a ser executado e quantidade de conteúdo a ser ministrados, tornando sua autonomia frágil.

Segundo Carvalho (2012) para os professores, o amadurecimento ao conteúdo estudado durante o ano é relativo à dificuldade de aprendizagem da criança. Sendo a aula de reforço utilizada para resolução da dificuldade de aprendizagem.

6. JUSTIFICATIVA

De acordo com Machado (2000), algumas ideias dominam as queixas, a respeito das crianças que são encaminhadas pelas escolas para avaliação psicológica e se baseiam em: distúrbio de aprendizagem, desnutrição e família muito pobre. Para Martins e Bretas (2007), conhecer as crianças, é ir além das imagens e ideias construídas socialmente ao longo do tempo, é desconstruir os fundamentos e concepções já existentes. É preciso refletir as relações de ensino aprendizagem que ocorrem na interação da sala de aula, entre alunos e professores, principalmente no que diz respeito à estrutura dos ambientes de aprendizagem (atividades) e à dinâmica das interações sociais no contexto educativo (TACCA e BRANCO, 2008).

Devido a isto, fez-se necessário compreender quais são os motivos pelos quais os professores encaminham as crianças e como é o relacionamento e a dinâmica em sala de aula, entre professor-aluno e aluno-aluno, que podem ser indicadores de tal encaminhamento.

7. OBJETIVOS

7.1. Objetivo Geral:

Verificar a percepção dos professores sobre as crianças encaminhadas pela escola e os motivos do encaminhamento.

ISBN 978-85-87406-94-1

7.2. Objetivos específicos:

A) Compreender motivos pelos quais os professores indicam as crianças.

B) Verificar a percepção dos professores acerca das eventuais mudanças decorrentes das intervenções realizadas com as crianças.

C) Verificar como se dá a relação professor-aluno e aluno-aluno dentro da sala de aula.

8. METODOLOGIA

A estratégia metodológica utilizada no presente trabalho se caracterizou como uma pesquisa do tipo etnográfico, de natureza qualitativa. Teve como um dos métodos e instrumentos de coletas de dados: entrevistas com professores e a observação participante em sala de aula.

Segundo Minayo (1994) a pesquisa qualitativa trabalha em um nível mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, respondendo a questões particulares e preocupando-se com a realidade de forma não quantificável, aprofundando no mundo dos significados das ações e relações humanas. “Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, 1994, p. 22).

A pesquisa de tipo etnográfico descreve a cultura de um grupo social, já os estudiosos da educação preocupam-se com o processo educativo. Tem-se feito uma adaptação da etnografia à educação (ANDRÉ, 1995).

Dessa forma, André (1995), cita algumas situações, onde um trabalho pode ser caracterizado como do tipo etnográfico em educação. “Em primeiro lugar quando ele faz uso das técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, ou seja, a observação participante, a entrevista intensiva e a análise de documentos” (André, 1995, p. 28).

A segunda característica está relacionada ao princípio da interação constante entre o pesquisador e objeto pesquisado (ANDRÉ, 1995).

ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo a autora, outra característica na pesquisa etnográfica “é a ênfase no processo, naquilo que está ocorrendo e não no produto ou nos resultados finais” (ANDRÉ, 1995, p. 29).

A preocupação com o significado, com a maneira singular com que as pessoas vêem a si, suas experiências e o mundo é outra característica citada pela autora (ANDRÉ, 1994).

A pesquisa etnográfica envolve um trabalho de campo. O período em que o pesquisador mantém contato com a situação estudada, pode variar entre semanas, meses ou anos. A descrição e a indução é outra característica relacionada a pesquisa etnográfica. Esta ainda busca:

> A formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teorias e não sua testagem. Para isso faz uso de um plano de trabalho aberto e flexível, em que os focos da investigação vão sendo constantemente revistos, as técnicas de coleta, reavaliadas, os instrumentos, reformulados e os fundamentos teóricos, repensados (ANDRÉ, 1995, p. 30).

Na pesquisa, a entrevista é aberta, isto significa que questões novas serão levantadas pelo entrevistador e entrevistado. Inicialmente tudo o que está sendo dito é de interesse e é importante para o pesquisador, pois as informações colhidas ajudam na compreensão de quem está sendo entrevistado (do grupo que pertence e da lógica de sua cultura). As entrevistas costumam ser longas e podem ser realizadas em vários encontros, com várias horas de duração, em diferentes horas e locais. O pesquisador escuta. Pode apontar contradições, ambiguidades e fazer esclarecimentos durante a entrevista, mas sem julgar o discurso, atitudes e escolhas do entrevistado (TRAVANCAS, 2005, p. 102 e 103).

Segundo Travancas (2005), o termo observação participante significa que o cientista social não está presente no grupo de forma ingenuamente. O cientista deve observar e saber que está sendo observado, pois estar presente pode alterar a rotina do grupo ou o desenrolar de um ritual. “Isso não quer dizer que ele também não deva ou não possa participar” (TRAVANCAS, 2005, p. 103). Não existem regras nem códigos que obrigue um comportamento. Este dependerá da sensibilidade do pesquisador.

ISBN 978-85-87406-94-1

Participantes: A pesquisa realizada contou com a participação de 8 professoras, do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, de uma escola municipal localizada na periferia da cidade de Franca-SP.

Coleta de dados: A coleta de dados consistiu em duas fases, sendo elas: **a fase 1:** consistiu em uma observação participante. A pesquisadora acompanhou as aulas de 1º ao 5º ano, das respectivas professoras das crianças encaminhadas, buscando observar o processo ensino-aprendizagem, a dinâmica da sala de aula e as relações professor-aluno e aluno-aluno. Os dados obtidos durante a observação participante foram registrados em diários de campos para posterior análise.

A **fase 2:** consistiu em entrevistas individuais realizadas pela pesquisadora com as professoras que indicaram crianças para atendimento psicológico com vistas a verificar as queixas e se na sua perspectiva houveram mudanças nas crianças que participaram do processo de grupo socioeducativo na abordagem psicodinâmica.

Análise de dados: Utilizou-se na presente pesquisa a análise de conteúdo, que de acordo com Minayo (1996), apresenta duas funções na aplicação desta técnica, sendo a primeira a verificação de hipóteses ou questões e a segunda é a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Ambas as funções se complementam.

9. ANÁLISE PARCIAL DOS DADOS

As professoras entrevistadas indicam os alunos para atendimento devido a problemas emocionais dos alunos, como a insegurança, a violência, inclusive a “preguiça”. Outro motivo do encaminhamento das crianças está relacionado à dificuldade de aprendizagem. Constatou-se também que problemas de saúde são motivos de encaminhamento das crianças.

“A Maria (nome fictício) ela é uma menina ela é muito insegura”.

ISBN 978-85-87406-94-1

"só que o João (nome fictício) também há necessidade de se auto afirmar em todo momento, chamar atenção em todo momento."

"A Juliana (nome fictício), ela é uma menina assim, tudo o que você propõe pra ela, ela reclama, morre de preguiça sabe."

"O Marcos (nome fictício) porque ele tem um problema, ele teve um problema sério de adaptação na escola, ele tem um pouco de dificuldade auditiva, o irmão dele, é... é o Leonardo (nome fictício) se sabe, tava lá também né."

"e o Lucas é difícil. O Lucas ele é uma criança que, assim tem problemas de aprendizagem, dificuldades com a aprendizagem. A construção da aprendizagem dele é mais lenta"

Os motivos dos encaminhamentos e as queixas estão mais voltados principalmente para a família, consideradas como ausentes da vida escolar dos filhos: não comparecem em reuniões, fazem tudo pelos filhos entre outras queixas. Em uma pesquisa realizada por Carvalho (2012), os professores julgam somente os elementos externos como causadores das dificuldades no processo de aprendizagem, não colocando a si próprios no processo de aprendizagem dos alunos. Dessa forma distanciam seu trabalho como agente da produção de desigualdades escolares.

"Então Esse é o motivo, porque ele tem vários problemas, inclusive a família, acho que a família ai também precisava, e ele fala igualzinho o pai dele. Ah... eu nu... nunca conversei..."

Nas observações realizadas em sala de aula, pela pesquisadora, um dos objetivos foi observar o relacionamento entre professor-aluno e aluno-aluno. Percebeu-se que há afetividade. Além da afetividade observou-se que uma das

ISBN 978-85-87406-94-1

professoras, através da fala, chamava atenção da criança, com freqüência, corrigindo-o.

Em alguns momentos a professora demonstrava afeto com seus alunos, inclusive abraçou Marcio (nome fictício), passou a mão na cabeça de uma aluna. (Professora Marta, 2º ano);

Diogo (nome fictício) virou para o lado e conversou com outra criança, mostrando dois pequenos lápis, em voz baixa e a professora disse: "Diogo (nome fictício)!". Chamou atenção de Diogo (nome fictício), várias vezes, para que ele sentasse direito, por ele não ter levado lápis de cor, e para que ele virasse para frente. A professora perguntava para algumas crianças: "com a professora Marta (nome fictício) também é assim?". E repetia com frequência: "Olha a cadeira", "arruma o corpinho". Ainda falava "Diogo (nome fictício) senta na cadeira, Eduardo (nome fictício) senta na cadeira?".

Nas observações em sala de aula, também observou-se a relação aluno-aluno. Notou-se em uma das salas violência na fala de algumas crianças. Na entrevista com professoras, suas percepções concernentes a alguns alunos na relação aluno-aluno, aparecem na forma de agressividade entre as crianças e em outras falas a criança se relaciona bem com as outras.

Marina (nome fictício) disse: "professora não achei". Então um dos alunos respondeu: "eu achei". Marina (nome fictício) responde de volta: "Ah é?" Em outro momento Marina (nome fictício) repetiu a professora: "Professora não tô achando, já li três vezes". Outro aluno disse: "Nossa tá muito fácil". Ela respondeu: "Dá licença, não tô falando com você. O aluno respondeu de volta: "passa". A professora interferiu na conversa e disse para ambos: "olha a educação".

ISBN 978-85-87406-94-1

"empurra, ele empurra, ele cutuca, no refeitório ele começa dar chute embaixo da mesa. Só que os meninos já sabem né? Os meninos me contam,dai eu faço ele sentar em outro lugar sozinho, aqui ele fica mais separado dos outros"

e se... o Paulo (nome fictício) se relaciona bem com todos, O Guilherme (nome fictício) também, porque é... os meninos que vão até ele, é mais os meninos que vão até ele do que ele busca [...]O Paulo (nome fictício) não, o Paulo (nome fictício) tem um espírito de liderança, na hora de brincar [...] liderar ali, "o vamo fazer assim, que vo... sabe, vamo construir desse jeito".

Em relação as mudanças dos alunos na percepção das professoras, posterior ao atendimento, algumas notaram mudanças concernente as crianças, nos relacionamentos familiares e aprendizagem. Outras professoras ressaltaram a importância do atendimento e resultados positivos. Uma das professoras entrevistadas ressalta a importância de psicólogos e outros profissionais dentro da escola, para um trabalho conjunto com o professor.

"Então eu não sei te fala sinceramente [...] Foi pouco tempo também, umas vezes por semana. Eu só sei te falar uma coisa, que eles gostam muito, isso eu sei te falar, que eles gostam muito de ir pra lá, principalmente o Pedro (nome fictício)."

"percebi. Eles vinham sempre assim com novidades, eu achei muito legal. O Rafael (nome fictício) relatou brincadeiras"

"O Paulo (nome fictício) ele melhorou bastante, é... a produção textual dele se você olhar inicial e a final, nossa ficou, assim ele... evoluiu de uma forma bem consistente mesmo de aprendizagem. O Paulo (nome fictício) já não tem dificuldade, não demonstra dificuldade de aprendizagem, era só algumas coisas pra ser ajustadas né."

ISBN 978-85-87406-94-1

É é, o trabalho acho que alguns pais ou pelo menos, da Maria (nome fictício), a mãe, gostou bastante, sentiu a diferença em casa...”

“*Porque, por exemplo, esse ano a gente teve apoio de vocês. Parece que alguns desenvolveram bem. Que é o que deveria te é, em escola. Todo um núcleo, não precisa se uma escola, mas naquele núcleo de seis escolas, ter um psicólogo que acompanhasse e um assistente social que acompanhasse essas crianças do começo até o fim e criando vínculo com elas, criando... pra ter essa ajuda, pra gente.”*

Segundo algumas professoras, posterior ao atendimento, não foram notadas mudanças, devido ao tempo de atendimento. Outros professores notaram mudanças na aprendizagem, afetividade. Também reconheceram que os alunos gostaram de participar dos atendimentos.

“Porque, por exemplo, esse ano a gente teve apoio de vocês. Parece que alguns desenvolveram bem.”

“a atividade assim, a ajuda do psicólogo e tanto do assistente social seria de extrema funda.. é fundamental, tenho certeza disso. É fundamental essa essa visão, esse tratamento entendeu?”

“Foi pouco tempo também, umas vezes por semana. Eu só sei te falar uma coisa, que eles gostam muito, isso eu sei te falar, que eles gostam muito de ir pra lá, principalmente o Pedro (nome fictício).”

10. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A presente pesquisa encontra-se em andamento. Foi possível observar que o trabalho do psicólogo e de outros profissionais em conjunto com a escola é

ISBN 978-85-87406-94-1

importante para uma visão do aluno de forma mais ampla, abarcando não apenas o cognitivo, mas os aspectos relacionais e afetivos da relação professor-aluno.

Percebeu-se também a culpa colocada, pelos professores, em fatores externos, como o aluno e principalmente a família, tirando de si a responsabilidade de suas ações dentro da sala de aula.

Foi possível observar através da fala e das observações em sala de aula a violência verbal e física.

Também foi possível perceber que os atendimentos proporcionaram aos alunos, segundo as professoras, mudanças na família, comportamento, afetividade ou aprendizagem das crianças. Mesmo as professoras que não perceberam mudanças decorrentes dos atendimentos, trouxeram que os alunos gostaram de frequentar o espaço em que foi realizado os atendimentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; LEVCOVITZ, Diana. Tal infância, qual criança? IN: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉIRO, Valter Roberto. (Orgs.). **Afirmando diferenças:** montando o quebra cabeça da diversidade na escola. 3. ed. Campinas: Papirus, 2005.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. de. **Etnografia da prática escolar.** 13. ed. Campinas: Papirus, 2007.

BRANCO, Angela Uchoa; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. Processos de significação na relação professor-alunos: uma perspectiva sociocultural construtivista. **Estudos de psicologia**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 39-48, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n1/05.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.

BRANDÃO, Zaia. A formação dos professores e a questão da educação das crianças das camadas populares. **Temas em debate**, São Paulo, v. 40, p. 54-57, fev. 1982. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/593.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.

BRUST, Josiane Regina. A influência da afetividade no processo de aprendizagem de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/JOSIANE%20REGINA%20BRUST.pdf>. Acesso em: 12 e jan 2015.

CANTARELLI, Juliana Mezomo; DANI, LúciaSaleteCelich. A linguagem como forma de violência na relação professor-aluno em sala de aula. **Revista de educação do**

ISBN 978-85-87406-94-1

IDEAU, Alto Uruguai, v. 7, p. 1-18, jun. 2012. Disponível em: < http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/135_1.pdf). Acesso em: 20 jan. 2016.

CARVALHO, Maria Goretti Quintiliano. O trabalho pedagógico e as crianças com dificuldades de aprendizagem. IX Anped Sul, 2012, p. 1-14. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Alfabetizacao,_Leitura_e_Escrita/Trabalho/04_59_40_378-6591-1-PB.pdf. Acesso em: 17 dez. 2015.

GAULKE, AlvineGenz. A relação pedagógica na educação infantil. IX Anped Sul, 2012, p. 2-14. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_e_Infancia/Trabalho/07_36_12_1600-6698-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.

GAZZOLA, Janaíne Souza; ARBOIT, AnilceAngela; PACHECO, Luci Mary Duso. A relação professor x aluno: uma possível ressignificação através da metodologia docente.In: VI FIPED Fórum internacional de pedagogia, Rio Grande do Sul, 2014, Rio Grande do Sul, p. [s/p].

GONÇALVES, Renata; PEREIRA, Maria José de Araújo. Afetividade: Caminho para a aprendizagem. **Revista Alcance**, 2010, p. 12-18. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/alcance/article/view/669/625>. Acesso em: 17 de dez. 2015.

GUIOTTI, LILIAN FRADIQUE. **Educação infantil: a importância da afetividade na relação professor-aluno na percepção de educadores.** 2011. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

KOHAN, Walter Omar. Apontamentos filosóficos para uma (nova) política e uma (também nova) educação da infância. [S.l.]. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_walter_kohan.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.

LIBÓRIO, Ana Clara Oliveira; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. Interações sociais e clima para criatividade em sala de aula. Aletheia, 2010, p. 169-183. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n31/n31a14.pdf.>. Acesso em: 20 fev. 2016.

MACHADO, Adriana Marcondes. Avaliação Psicológica na Educação: mudanças necessárias. IN: TANAMACHI Elenita de Rício; PROENÇA Marilene; ROCHA Marisa Lopes da (Orgs.). **Psicologia e educação:** desafios teóricos práticos. 2. ed. São Paulo: Casa do psicólogo, 2000.

MARTINS, Maria Cristina; BRETAS, Silvana Aparecida. O que dizem as crianças sobre sua escola? O debate teórico técnico-metodológico da pesquisa
com crianças na rede pública de educação infantil. [S.l.] Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT07-4328--Int.pdf> Acesso em: 30 mai. 2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

MELLO, Tágides; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. A importância da afetividade na relação professor/aluno no processo de ensino/aprendizagem na educação Infantil. Revista Eletrônica Saberes da Educação, São Roque, v. 4, 2013, p. 1-11. Disponível em: <http://www.facsaoroque.br/novo/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Tagides.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.(Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes,1994.

SILVA, Ormenzina Garcia da; NAVARRO, Elaine Cristina. A relação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem. **Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar**, [S.I.], v. 3, n. 8, p. 95-100, 2012. Disponível em: <http://www.univar.edu.br/revista/index.php/interdisciplinar/article/view/82>. Acesso em: 7 mai. 2015.

SILVA, Thaís Coutinho de Souza; SANTOS, Marilane. O cotidiano da sala de aula: a influência do discurso docente na aprendizagem e na construção de sujeitos. Revista da católica, v. 1, n. 2, p. 292-306, 2009. Disponível em: < http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/23-POS-GRADUACAO-03.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2016.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. IN: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ISBN 978-85-87406-94-1

A POESIA MARGINAL: presença de Ana Cristina Cesar

Breno Carrijo (Uni-FACEF)
Bruna Cristina De Freitas (Uni-FACEF)
Camila Oliveira Pereira (Uni-FACEF)
Monica de Oliveira Faleiros (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema para esta pesquisa deve-se a um interesse antigo de aprofundar o conhecimento tanto acerca da obra da poetisa, tradutora e professora Ana Cristina Cesar, quanto acerca de sua relação com a época e o contexto sociocultural em que se encontrava o país, quando a sua obra foi produzida. A obra de Ana Cristina é considerada um dos maiores expoentes da literatura produzida na década de 70, chamada por muitos estudiosos de "Vanguarda Marginal". Esta produção literária desenvolveu-se na época da ditadura militar no Brasil.

Com isso, nosso objetivo é realizar um estudo sobre a "Poesia Marginal" que envolva tanto seu contexto de produção, como também suas características formais e de conteúdo para que se possa apresentar uma leitura dos poemas "Psicografia", "Flores dos Mais" e "Poesia", escritos no período de 1975 a 1979 – os dois primeiros publicados, pela primeira vez, na coletânea *26 Poetas Hoje*, e o último em *Inéditos e Dispersos*, em 1985, pela Editora Brasiliense. A escolha desses poemas está assentada no interesse em observar tanto suas relações intertextuais e interdiscursivas com textos da tradição literária, quanto às reflexões sobre o fazer poético presentes nesses textos, e se neles se manifesta a busca de uma nova maneira de fazer poesia. Nessa medida, buscamos estabelecer um paralelo entre esse momento e a época do Modernismo brasileiro, sobretudo em relação à geração de 1922 e à da poesia concretista, marcadas por experimentalismos formais e temáticos, para pensar como a produção de Ana Cristina César dialoga com essas tendências.

Fundamentamos os estudos para a pesquisa em textos básicos, e sendo assim, esta pesquisa tem caráter bibliográfico e fundamenta-se a partir dos estudos de Heloísa Buarque de Holanda, no prefácio e posfácio do já citado *26 Poetas Hoje* sobre a Poesia Marginal, seu contexto e características. Para análise

ISBN 978-85-87406-94-1

dos poemas, fundamentaremos na obra *O Estudo Analítico do Poema* de Antonio Candido; *O Arco e a Lira de* Octávio Paz; *Versos, Sons, Ritmos* de Norma Goldstein. Utilizaremos a obra de João Luiz Lafetá, *1930: A crítica e o Modernismo* para discussão acerca do projeto estético e ideológico do Modernismo. Buscando fundamentar o caráter dialógico dos textos, utilizaremos *A Metalinguagem* de Samira Chalhub e "Interdiscursividade e intertextualidade"de José Luiz Fiorin, presente no livro *Bakhtin: Outros Conceitos-chave*.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO: "Tempos de Chumbo"

É a partir do movimento Tropicalista (1967-68), que surgem manifestações artísticas alternativas lideradas por jovens que vão modificar de forma considerável o cenário cultural do país, entre eles, a chamada Poesia Marginal, nosso objeto de estudo. Com isso, cabe a nós fazermos uma apresentação sobre o contexto histórico e político em que se encontrava o país na época, e ter como princípio que as circunstâncias foram fundamentais na definição e fomentação dessas experiências artísticas que surgiram.

Essas manifestações se desenvolveram a partir das consequências causadas na sociedade pelas atitudes políticas tomadas em decorrência da implantação do golpe militar em 31/03/1964 que foi instaurado "aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia" (FAUSTO, 2015, p. 397) do governo, do até então presidente da república, João Goulart, em que propostas e tomadas de medida de cunho comunista se alargavam e tomavam apoio de boa parte da população.

Fatos importantes contribuíram para que se chegasse à intervenção militar, temos, por exemplo, em 19 de março a primeira de uma série de manifestações populares, a chamada "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que se contrapunha, principalmente, ao discurso em comício realizado por João Goulart seis dias antes (13/03/1964) no qual foram assinados dois decretos. Foi estabelecida a transferência do controle de cinco refinarias de petróleo operantes no país à União, autorizou-se a desapropriação de terras, declarou-se que seriam realizadas reformas de base, e que se estabeleceriam mudanças financeiras, agrárias, administrativas e tributárias, além da implementação da taxa sobre grandes

ISBN 978-85-87406-94-1

fortunas. Empresários, vários setores políticos, além de fiéis e integrantes da Igreja Católica, reuniram-se em protesto contra as ideias de esquerda sobre as quais Jango estava engajando o seu governo. Segundo registros, essas manifestações levaram às ruas, em média, 500 mil pessoas. (FAUSTO, 2015)

Outro fator importante e que causou grande influência nos acontecimentos políticos foi a publicação de editorias com duras e claras oposições ao governo de Jango durante os três dias que antecederam o emblemático 31 de março, no influente jornal carioca Correio da Manhã. A começarem pelos títulos: “Chega” (28/03), “Basta” (29/03) e “Fora” (30/03).

Na noite de 1º de abril, com a viagem de Jango de Brasília a Porto Alegre, há a declaração de Auro Moura Andrade, presidente do Senado, de que o cargo de Presidente da República estava vago. Nesse momento, ocorre o fim da experiência democrática no Brasil, que estava em curso desde 1945. O governo do país passa a ser liderado por Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), que, um ano antes, havia sido nomeado como chefe de Estado-Maior do Exército pelo próprio João Goulart. (FAUSTO, 2015)

A partir de então, iniciam-se as intervenções militares na constituição do país, através de decretos, nomeados como Atos Institucionais (AI), “justificados como decorrência ‘do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções’”. (FAUSTO, 2015, p. 397)

2.1. O Fio da Navalha: os Atos Institucionais; o Recrudescimento da Censura.

O primeiro Ato foi baixado em 9 de abril de 1964, que, dentre as suas principais medidas, tinha o objetivo de reduzir o campo de ação do Congresso, e, consequentemente, aumentar a liberdade de decisões e o poder do Executivo. Em 17 de outubro de 1965, foi baixado o segundo Ato, por meio do qual ficou decretado que a eleição para vice e presidente da República seria realizada a partir de votação nominal, em sessão pública, dessa maneira, evitou-se o voto secreto. As eleições seriam definidas a partir da maioria absoluta do Congresso; decretou-se, também, nesse Ato a extinção dos partidos políticos existentes sob a justificativa de que o sistema multipartidário vigente na época era um dos principais fatores responsáveis

ISBN 978-85-87406-94-1

pela crise política. Forçou-se a organização de apenas dois partidos: Aliança Renovadora Nacional, conhecida como ARENA, no qual ficaram os partidários do governo; e Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, que reuniu a oposição. (FAUSTO, 2015)

Em fevereiro de 1966, o AI-3 é baixado, estabelecendo, além de outras determinações, menos impactantes, o princípio da eleição indireta para governadores de estados por meio das Assembleias estaduais. (FAUSTO, 2015, P. 404). Nove meses depois, houve o fechamento do congresso, e, em 1967, instaurou-se o AI-4, que determinou a sua reabertura para aprovação de novo texto constitucional. Todos esses atos tinham prazo de vigência, característica que não se apresentará no que é considerado o mais notável de todos os Atos, o AI-5.(FAUSTO, 2015)

Em 13 de dezembro de 1968, entrou em vigor o quinto Ato Institucional. Castelo Branco deixara o poder em março de 1967, sucedido por Artur da Costa e Silva. Determinou-se que o Presidente da República teria o poder de intervir nas decisões estaduais e municipais, ignorando as limitações previstas em Constituição, cassar mandatos, demitir ou aposentar servidores públicos, suspender direitos políticos, suspender direito de voto nas eleições sindicais, proibir manifestações e atividades de caráter político. A partir do Ministério da Justiça podia-se proibir frequentação de determinados lugares pelos cidadãos, bem como a implementação da chamada “liberdade vigiada” e a imposição do domicílio determinado. No décimo artigo desse Ato foi extinta a garantia do *habeas corpus* em casos de crimes que fossem considerados políticos. (FAUSTO, 2015)

Esse Ato Institucional se sobrepunha à Constituição de 24 de janeiro de 1967 que, além de outras determinações, decretou o recrudescimento da censura, a qual se estendia a todos esses âmbitos da produção artística da época.

A censura já incidia sobre o universo musical de forma efetiva, com intervenções dentro das principais gravadoras do país, em que eram feitas escolhas prévias das músicas que os artistas deveriam executar em apresentações abertas ao público, por exemplo. Já no mundo literário, a censura passou a influenciar principalmente na escolha de títulos e na temática das obras que seriam publicadas.

ISBN 978-85-87406-94-1

2.2. Acordes Dissonantes pelos Cinco Mil Alto Falantes: o Tropicalismo e a Contracultura

O aceleramento na modernização foi estimulado no país através do regime militar, bem como de uma crescente dependência do capital monopolista internacional. O ressurgimento ideólogico se deu a partir da convivência com essa modernização econômica, e com isso, houve o "ressurgimento ideológico de valores arcaicos da direita que assumira o poder". (CESAR, 1999, p. 213)

Novos compositores surgiram, e com eles uma nova forma de fazer e pensar a música. Suas produções tinham uma tendencia "participante", voltada aos acontecimentos políticos, surge, então, o estilo musical chamado de "canção protesto", que tem por definição denunciar explicitamente questões sociais da classe média que eram afetadas com as decisões do poder. (CESAR, 1999)

Preocupados em preservar a autencidade da música popular brasileira, houve nesse momento um debate sobre como se realizá-la descartando o uso de elementos que eram definidores do rock, e das guitarras elétricas, que no momento, eram discriminados, por serem vistos como parte de um "imperialismo", principalmente, de países de lingua inglesa, que estava influenciando e descaracterizando outras culturas no mundo.

Além do desencadeamento dos acontecimentos políticos no âmbito nacional, apresentados anteriormente neste artigo, há nesse momento outros acontecimentos que caracterizaram a produção musical brasileira nessa fase: segundo Ana Cristina Cesar[14], foi a desconfiança dos "mitos nacionalistas, do discurso militante de esquerda, percebendo os impasses do momento cultural brasileiro e recebendo informações dos movimentos culturais e políticos da juventude que explodiam nos EUA e na Europa – os *hippies*, o cinema de Godard, os Beatles, a canção de Bob Dylan, maio de 68 na França [...]" (CESAR, 1999, p. 214) que se desempenhou uma produção musical que não seria relevante apenas nesse contexto, "mas para toda produção cultural da época, com consequências que vem até nossos dias". (CESAR, 1999, p. 213)

[14] Ana Cristina Cesar, além das poesias, escreveu ensaios sobre a época e sobre a arte deste tempo. Utilizamos seu texto "Literatura Marginal e o Comportamento Desviante", trabalho de mestrado entregue em 8 de junho de 1979, na Escola de Comunicação da UFRJ, na disciplina "Comunicação e Direito", ministrada pela professora Ester Kosovski.

ISBN 978-85-87406-94-1

Com questionamentos do tipo, surge um grupo de artistas jovens que iniciam uma nova fase na música popular brasileira. Entre os nomes incluem-se artistar, principalmente baianos, tais como, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Torquato Neto, Tom Zé, entre outros, cuja forma ou maneira de fazer arte se aproxima, conversa e "completa" os trabalhos realizados por outros grupos de artistas das artes plásticas, cinema, teatro, bem como do mundo literário. No III Festival de Música popular Brasileira foi apresentada, em 1967, a canção "Alegria, Alegria", composta por Caetano Veloso, que causou intensa polêmica. O som das guitarras elétricas e a letra construída em fragmentos, "como que acolhendo a realidade urbano-industrial da modernização brasileira" (CESAR, 1999, p. 214). Encontramos em sua letra um dos principais traços que vão marcar o tropicalismo. Indicada, por exemplo, através dos versos "ela nem sabe, até pensei/ em cantar na televisão", uma atração pelos canais de comunicação em massa; em "por entre fotos e nomes/ sem livros e sem fuzil/ sem fome e sem telefone/ no coração do Brasil", "uma crítica à *intelligentsia* de esquerda" (CESAR, 1999, p. 214), e afirmação de um comportamento desviante e livre pode ser encontrado nos primeiros versos: "Caminhando contra o vento/ sem lenço e sem documento". (CESAR, 1999)

Ana Cristina Cesar destaca a maneira como os jovens se portavam na sociedade, fala do uso de "cabelos longos, roupas extravagantes, atitudes inesperadas" (CESAR, 1999, p. 214) assim, "a crítica política dos jovens baianos passa a ter uma dimensão de recusa de padrões de bom comportamento, seja ela artística ou existencial" (CESAR, 1999, p. 214), com isso, surge também um novo comportamento quanto à prática revolucionária, em que os aspectos existências e de comportamento passam a ser vistos não somente como questões de personalidade, mas também como mais uma maneira de protesto e também como característica importante para compreensão das obras produzidas, nesse caso, as apresentações e composições musicais. A partir daí temos o esboço do que seria a fórmula para a Geração Marginal: "arte=vida". (SOUZA, 2008, p. 24)

Outras produções culturais surgiram, em outros segmentos, seguindo o mesmo teor ideológico e contextual do que ocorreu na música. No teatro, temos a encenação de *O rei da Vela,* escrita em 1933 por Oswald de Andrade, e que ficou mais de 30 anos no ostracismo até ser encenada pelo *Grupo Oficina*, a peça foi dirigida por José Celso Martinez Corrêa em 67. (LIMA, 2013) No cinema, a produção

ISBN 978-85-87406-94-1

de *Terra em Transe* de Gláuber Rocha, nome que Ana Cristina Cesar inscreveu em uma de suas prosas-poéticas intitulada “ainda faço pauta:” de *Inéditos e dispersos,* 1985: “*a propósito de Gláuber*: O século do cinema” - também de 1967. Nas artes plásticas, segundo Favaretto (2008), as mostras de Hélio Oiticica foram fundamentais para a definição da marginalidade no meio artístico, e, ainda, para cunhar o termo “Tropicália”, nome da Obra-ambiência montada em uma exposição no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em 1967, pouco tempo depois, esse nome seria utilizado em uma das composições de Caetano Veloso, e só depois disso, passa a ser utilizada para nomear essa fase de experimentalismo artístico. Em 1969,quando tentou definir a obra realizada em 67, disse:

> Tropicália é um tipo de labirinto fechado, sem caminhos alternativos para a saída. Quando você entra nele não há teto, nos espaços que o espectador circula há elementos táteis. Na medida em que você vai avançando, os sons que você ouve vindos de fora (vozes e todos os tipos de som) se revelam como tendo sua origem num receptor de televisão que está colocado ali perto. É extraordinário a percepção das imagens que se tem: quando você se senta numa banqueta, as imagens de televisão chegam como se estivessem sentadas à sua volta. Eu quis, neste penetrável, fazer um exercício de imagens em todas as suas formas: as estruturas geométricas fixas (se parece com uma casa japonesa-mondrianesca), as imagens táteis, a sensação de caminhada em terreno difícil (no chão ha três tipos de coisas: sacos com areia, areia, cascalho e tapetes na parte escura, numa sucessão de uma parte a outra) e a imagem televisiva. [...]
>
> Eu criei um tipo de cena tropical, com plantas, areias, cascalhos. O problema da imagem é colocado aqui objetivamente, mas desde que é um problema universal, eu também propus este problema num contexto que é tipicamente nacional, tropical e brasileiro. Eu quis acentuar a nova linguagem com elementos brasileiros, numa tentativa extremamente ambiciosa em criar uma linguagem que poderia ser nossa, característica nossa, na qual poderíamos nos colocar contra uma imagética internacional da pop e pop art, na qual uma boa parte dos nossos artistas tem sucumbido. (OITICICA, 1969, online)

Veremos de que maneira a canção “Tropicália” se aproxima da proposta apresentada por Oiticica no âmbito das artes plásticas. Em seus versos lemos:

> O monumento não tem porta/ a entrada é uma rua antiga estreita e torta/ e no joelho uma criança sorridente feia e morta/ estende a mão [...] no pátio interno há uma piscina/ com água azul de amaralina/ coqueiro brisa e fala nordestina e faróis [...] emite acordes dissonantes/ pelos cinco mil alto-falantes/ senhoras e senhores ele põe os olhos grandes sobre mim [...]/ O monumento é bem moderno/ não disse nada do modelo do meu terno/ que tudo mais vá pro inferno meu bem [...] (VELOSO, 1967, online)

ISBN 978-85-87406-94-1

Caetano hiperdimensiona o esboço do roteiro da obra-ambiência de Oiticica representando o Brasil-nação como um enorme monumento. A canção remete a elementos integrantes da natureza brasileira como vemos em “com água azul de amaralina”. No início da canção temos a leitura de uma parte da carta de Pero Vaz de Caminha, ao fundo, sons de chocalhos colocando em pauta a tradição indígena e ainda o som dos gorjeios de pássaros remetendo a floresta tropical.

> Ao contrário da proposta da esquerda nacionalista, que atuava no sentido da superação histórica dos nossos males de origem e dos elementos arcaicos da nação (como o subdesenvolvimento sócio-econômico), o tropicalismo nascia expondo estes elementos de forma ritualizada. A ritualização paródica operada nas obras e discursos dos eventos e personagens que vão convergir, em 1968, sob o nome de tropicalismo, pôde assumir dois significados: por um lado, se afasta da crença da superação histórica dos nossos arcaísmos, provocando no espectador a estranheza diante de todos os discursos nacionalistas. Neste sentido, afirma o Brasil como absurdo, como imagem atemporal, estática e sem saída. “Por outro, ao justapor elementos diversos e fragmentados da cultura brasileira, o tropicalismo retoma a antropofagia, na qual as contradições são catalogadas e explicitadas, numa operação desmistificadora, crítica e transformadora”. (NAPOLITANO; VILAÇA, 1998, online)

O Tropicalismo é tido como a expressão de uma crise. Segundo Ana Cristina Cesar, “é uma opção estética que inclui um projeto de vida em que o comportamento passa a ser o elemento crítico.” (CESAR, 1999, p. 214) A necessidade de se revolucionar o corpo e o comportamento é revalorizada.

Tem-se 1968 como data do fim do movimento Tropicalista. O último concerto do grupo Mutante, com Caetano Veloso e Gilberto Gil, ocorreu na boate carioca *Sucata*, a apresentação teve como pano de fundo uma das obras do artista Helio Oiticica, a bandeira com a inscrição: “*Seja Marginal, seja herói*”, em que se tem a imagem de um famoso traficante da época, o Cara-de-Cavalo, que foi brutalmente assassinado pela polícia. Essa atitude foi tida pelo governo militar como desrespeito à bandeira nacional, além disso, Caetano foi acusado de cantar o *Hino Nacional* inserindo versos ofensivos às Forças Armadas. Isto tudo serviria de pretexto político para que os militares suspendessem a apresentação, prendessem Caetano Veloso e Gilberto Gil e os exilassem no Reino Unido. Esse episódio é tido como fim do movimento (CALADO, 1997).

No momento em que a permanência do regime de restrição promovia a dúvida, inquietação, e a crise da intelectualidade, é a subversão de valores, as

ISBN 978-85-87406-94-1

preocupações com o erotismo, o corpo e as drogas, que aparecem como demonstração de insatisfação. É a subversão da ordem do cotidiano que marca os traços que serão decisivamente definidores das tendências literárias marginais. (CESAR, 1999)

2.3. A Contracultura:

É nesse mesmo período em que chega ao Brasil a informação sobre a contracultura, que põe em debate as questões relacionadas ao rock, aos circuitos alternativos, à psicanálise, ao uso de drogas, aos discos piratas e aos jornais *undergrounds*, por exemplo. Esses temas são "articulados, enquanto traços de um comportamento desviante, a um progressivo desinteresse pela política." (CESAR, 1999, p. 216) Esses elementos são divulgados e difundidos com o surgimento de uma "imprensa alternativa" no país, através de jornais como: *Pasquim*(RJ), *Presença* (RJ), *Flor do Mal* (RJ), *Navilouca* (BA), *Bondinho*(SP),*Verbo Encantado* (BA), entre outros, os quais "procuraram romper com o princípio da prática jornalística estabelecido pela grande imprensa." (CESAR, 1999, p. 215)

Essas produções têm como principal característica o rompimento tido com o princípio da prática jornalística que estava estabelecido pela imprensa "oficial". Abre-se mão da neutralidade da linguagem e do tom objetivo, levando em consideração a subjetividade e impressões cotidianas. Ana Cristina Cesar destaca o jornal *Pasquim*, e atribui a ele o papel de "tribuna" das informações sobre a contracultura. A página produzida por Luiz Carlos Maciel, *Underground, na qual o* "materialismo dialético aparece ao lado das drogas, da psicanálise, das novidades nova-iorquinas, do 'desbunde' tropical". (CESAR, 1999, p. 215) É da edição de verão de 1969 o artigo destacado por Ana Cristina como o "precursor", conhecido como o "guru da contracultura, Maciel, no texto, segundo Cesar, "faz recomendações sobre o tipo de comportamento 'por dentro' a ser adotado nas rodas intelectuais que frequentavam a praia de Ipanema". (CESAR, 1999, p. 215) Reproduzimos, aqui, o excerto mencionado por ACC, com alguns recortes:

> Se a conversa for sobre psicanálise, pode ser contra, sem medo. No dia seguinte você conta ao seu analista e ele próprio saberá compreender. Ele é tão bacana, não é? Diga, portanto, que a psicanálise é uma invenção do século passado, que não tem mais sentido no mundo de hoje.

ISBN 978-85-87406-94-1

> Quando lhe perguntarem por uma alternativa válida […] responda com simplicidade que são as drogas alucinógenas.[…]
>
> Você deve referir-se à maconha, principalmente, como se fosse coca-cola, tratando-a carinhosamente por "fumo", para revelar seu grau de intimidade. […]
>
> [...]Prefira filosofar sobre a inutilidade histórica do teatro. Condene o cinema à mesma sina. Diga até que Godard já acabou e que a única coisa que existe é o "underground". (MACIEL *apud* CESAR, 1999, p. 215).

O texto simboliza a valorização da "mudança de vida", em que o engajamento político é substituído pela função libertadora, que é atribuída ao uso de tóxicos e à psicanálise. Os temas políticos são substituídos pelo tema da liberdade, da procura da "autenticidade". É apoiada no trabalho realizado por Gilberto Velho em sua tese de douramento em antropologia, que Ana Cristina Cesar faz um paralelo entre a observação tida na análise realizada por Velho, ao que era veiculado e expresso nos jornais alternativos: "é nessa linha que aparece uma noção fundamental para esse grupo: não existe possibilidade de uma revolução ou transformações individuais. Em outras palavras, o desvio em nível estrutural só é possível a partir do desvio em nível comportamental." (CESAR, 1999, p. 216)

O universo da contracultura aliado ao uso de substâncias alucinógenas passa a ser um novo nível de contestação política, mesmo que haja uma tendência a rejeitar aquilo que é tido como atitude de contestação de cunho esquerdista. Até porque há, nesse momento,a identificação desse grupo com as minorias: negros, *hippies*, homossexuais, "marginal de morro, pivete, Madame Satã (símbolo de integração marginal/homossexual), cultos afro-brasileiros, etc.",(CESAR, 1999, p. 217) ao invés do que seria uma identificação comum de esquerda, isso é, com o "povo" ou o "proletariado revolucionário".

A ambiguidade apresentada por esse "desvio pós-tropicalista", destaca Cesar, está na relação entre a valorização da marginalidade urbana, a permissividade do uso de tóxicos, "a atitude festiva" e a liberação erótica, e, por outro lado, na retomada e valorização da cultura consagrada, o rigor nas técnicas utilizadas, e o surgimento de uma concepção que valorizava "o bom acabamento dos produtos culturais" (CESAR, 1999, p. 217). Com isso, essa marginalização passa a ser tomada não como saída alternativa, mas sim como ameaça ao sistema: agressão e transgressão; pois o uso das drogas, "a bissexualidade, o

ISBN 978-85-87406-94-1

comportamento 'exótico' são vividos e sentidos como gestos perigosos, ilegais e, portanto assumidos como contestação de caráter político" (CESAR, 1999, p. 217).

3. SOBRE A AUTORA: "*A.C., TEMEROSA, ROSA, AZUL-CELESTE*" [15]

Ana Cristina Cruz Cesar nasceu em 02/06/1952, no Rio de Janeiro. Sua mãe era professora e seu pai, um importante sociólogo e jornalista. Desde muito jovem, Ana Cristina recitava poemas para sua mãe. Seu primeiro texto foi publicado aos 7 anos, no *Suplemento Literário* do jornal *Tribuna da Imprensa*. Em 1969, aos 17 anos, fez um intercambio em Londres, onde tomou contato com a literatura inglesa. Retornou ao Brasil aos dezenove anos de idade, ingressou no curso de Letras, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, formando-se em 1975. Foi em 1979 que concluiu o mestrado em comunicação pela UFRJ, e nesse mesmo ano publicou os livros *Cenas de Abril* e *Correspondência Completa,* com recursos próprios realizando, ela mesma, a arte das capas. No ano seguinte, retornou à Inglaterra, onde realizou mestrado emTeoria e Prática de Tradução Literária, pela Universidade de Essex; nesse ínterim, Ana C. escreveu *Luvas de Pelica* (1980), livro que publicou ao retornar ao Brasil. Ministrou aulas e atuou em áreas da televisão e jornalismo. Publicou seu último livro em vida pela Editora Brasiliense, *A Teus Pés (1982)*. Suicidou-se em 29 de outubro de 1983, ao se jogar do décimo terceiro andar no apartamento de seus pais (SISCAR, 2011).

As poesias de Ana Cristina Cesar, de acordo com Serpa (2009), valorizam o coloquialismo, fazem culto ao instante último, interligando arte e vida, dando ênfase ao tempo presente, eliminando a ideia de futuro. Em tom predominantemente confessional, os textos da autora dão a ideia de intimidade. Com frases fragmentadas, trechos curtos, sua escrita vai desde cartas a destinatários imaginários a páginas de diários, como também trechos que lembram bilhetes e até mesmo pequenas anotações pessoais. A autora cria um jogo de linguagem, em que encontramos desde o uso de intertextualidade explícita, criação de neologismos, apresentação de informações aleatórias sobre a intimidade do eu-

[15] Dedicatória do poema "instruções de bordo" (*Cenas de Abril,* 1979) em que a poetisa dedica o texto a ela mesma.

ISBN 978-85-87406-94-1

lírico, bem como o ocultamento de algumas delas, dando a entender que, em seus escritos escondem-se segredos, que não serão revelados (SERPA, 2009).

Encontramos em sua obra reflexões sobre o desenrolar da escrita literária, com forte presença de metalinguagem, portanto. Ana Cristina criou um estilo muito próprio, combinou o popular com a literatura *cult*, permeou o universal o e íntimo, colocou em pauta assuntos pertinentes ao universo masculino e feminino, além de ter exposto a sexualidade e falar abertamente sobre o seu corpo. Há, em sua obra, um transbordamento de delicadeza e subjetividade.

4. MARGINALIDADE POÉTICA – CARACTERÍSTICAS DA POESIA ESCRITA

É por ter se passado a adotar o sistema de valores gerados pelo movimento da contracultura, a rejeitar o sistema, além da descrença gerada em torno dos acontecimentos políticos, ainda sob o fio incisivo das determinações do Ai-5, que faziam recortes na forma como a vida social era levada, bem como os desanimadores acontecimentos no quadro internacional, como a invasão da antiga Tchecoslováquia pelos países membros do Pacto de Varsóvia, e a censura de Cuba – como exemplifica Cesar. Neste período, ainda, em que o sistema marxista mostra-se insustentável, os indivíduos passam a desconfiar de toda forma de autoritarismo, e a loucura é tida como perspectiva no rompimento com a "lógica racionalizante de esquerda e direita" (CESAR, 1999, p. 217) Sendo assim, temos, nesse momento, uma nova visão sobre os aspectos da escrita. A loucura deixa de ser apenas uma atitude "literária" e passa a ser encarada de forma diferente como foi por tanto tempo na história da literatura brasileira, segundo Cesar (1999). Nesse momento, há a "radicalização do uso de tóxicos e da exacerbação das experiências sensoriais e emocionais", época em que "surge um grande número de casos de internamento, desintegrações e até suicídios". (CESAR, 1999, p. 217)

É apontada, como marco dessa geração, a morte do compositor e poeta Torquato Neto, que se matou um dia depois de seu aniversário de 28 anos. Autor de *Últimos Dias de Paupérrima* - "pense-se nas ressonâncias apocalípticas do título" (CESAR, 1999, p. 218). Obra que, segundo Ana Cristina Cesar foi lida como uma espécie de bíblia pelas gerações seguintes. "Tanto a densidade da transcrição de suas vivências de limite quanto à avidez com que o livro foi lido e relido

ISBN 978-85-87406-94-1

demonstram a força e a presença dos temas da loucura e da morte no momento"(CESAR, 1999, p. 218).

COGITO

eu sou como eu sou
pronome
pessoal intransferível
do homem que iniciei
na medida do impossível

eu sou como eu sou
agora
sem grandes segredos dantes
sem novos secretos dentes
nesta hora

eu sou como eu sou
presente
desferrolhado indecente
feito um pedaço de mim

eu sou como eu sou
vidente
e vivo tranqüilamente
todas as horas do fim.
(TORQUATO NETO *apud* CESAR, 1999 p. 269)

Ana Cristina Cesar aponta a publicação *Navilouca* (1972) como a mais importante do grupo pós-tropicalismo, a organização é de Torquato Neto e Wally Sailormoon e "reúne textos literários de diversos poetas, além de contribuições de artistas plásticos, músicos e cineastas" (Cesar, 1999, p. 219). A produção levanta questionamentos "em várias frentes", e se diversifica pela maneira como os apresenta ao público. "A valorização da técnica e do moderno integram-se num sentido anárquico de subversão" (CESAR, 1999, p. 219). Em edição única, e tiragem reduzida, a revista apresenta a preocupação com uma "nova sensibilidade", e a recusa a elementos formais acadêmicos e "institucionais da realidade" Percebemos uma nova busca, uma mudança na linguagem e no comportamento, a "recusa das relações dadas como prontas", era preciso "viajar, tornar-se, mutante [...]" (CESAR, 1999, p. 219).

ISBN 978-85-87406-94-1

Para além da publicação de jornais, e tomados como os primeiros exemplares do que podemos propriamente chamar de Poesia Marginal, temos, em 1971, a publicação de dois folhetins mimeografados *Travessa Bartalha,* de Charles Peixoto e *Muito Prazer, Ricardo,* de Chacal. Em 1972, publica-se *Me segura qu'eu vou dar um troço,* de Waly Salomão e é dessa mesma época o já citado livro de Torquato Neto. O cunho "marginal" foi atribuído a esses autores/poetas tanto por estarem às margens da vida política do país, como também por estarem à margem do mercado editorial da época. Seus textos caracterizam-se por apresentar linguagem informal, humor, palavras de baixo calão (o que não tem por objetivo assustar o leitor, mas sim, fazer com que essas expressões fossem vistas como parte do cotidiano) e tudo isso poderia ser considerado como mera irreverência ou superficialidade, não fosse pela crítica que eles (os textos) colocavam em pauta, envolvendo questões fundamentais como a denúncia à imposição de artifícios, que dificultava a livre expressão e a forte repressão exercida pelos órgãos do governo que controlavam as áreas da educação, da arte e principalmente do meio universitário, áreas nas quais esses autores estavam inseridos.

A produção de poemas-minuto, tipo de construção usada por Oswald de Andrade, é tida como uma paixão prosaica "nas condições de produção poética em fins dos anos 70 no Rio de Janeiro".(SUSSEKIND, 2007, p. 18) Tendência para a qual Ana Cristina Cesar chamou atenção, dessa vez por meio de poesia:

> **a lei do grupo**
>
> "todos os meus amigos
> estão fazendo poemas-bobagens ou poemas minutos"
> (CESAR, 2013, p. 333)

Süssekind (2013) destaca que, apesar desse tipo de construção ser recorrente nas obras de autores da Geração Marginal, ela não é muito produzida por ACC, foram poucos os textos produzidos "Para ir de encontro às leis do grupo"[16].

O uso de versos brancos e livres é recorrente, rimas quebradas, por exemplo, cada autor desenvolveu, à sua maneira, com seu conhecimento e

[16] Título de mais um, dos poucos, poemas desse tipo que encontramos na sua obra.

ISBN 978-85-87406-94-1

habilidade artística, poesias que captavam o cotidiano em meio aos acontecimentos políticos. Com o intuito de não se deixar calar diante das artimanhas do governo, a Geração Marginal desenvolveu uma poesia que, segundo Heloisa Buarque de Holanda contém "fortes traços anti-literários que se chocavam com o experimentalismo erudito das vanguardas daquele momento." [17] (HOLLANDA, 2008, *online*).

A dificuldade de se publicar as suas obras, em grandes editoras, fez com que cada autor passasse a "realizar" o livro, ou seja, seu trabalho não se limitava somente à escrita, esses escritores desenvolviam capas, e eles próprios faziam as cópias, utilizando o mimeógrafo, e é daí que vem a origem de mais um dos termos utilizados para designar os autores dessa geração como "Geração Mimeógrafo". Alguns deles, como Chacal, faziam somente as cópias dos poemas em folhas soltas e as agrupava em envelopes. Esses escritos passavam de mão em mão o que, de certa maneira, provocava a aproximação entre autor e leitor, assim agregando a esse tipo de literatura certo grau de intimidade. Pode-se dizer que, no decorrer da década de 70, houve, no universo literário, uma "desierarquização do espaço nobre da poesia – tanto em seus aspectos materiais gráficos quanto no plano do discurso". (HOLLANDA, 2007, p. 10)

Esses são os textos considerados precursores do movimento chamado Vanguarda Marginal. A partir de 1973, essas e outras produções independentes, começam a ser analisadas em encontros realizados em universidades, como os ocorridos na PUC RJ (Expoesia I), e em Curitiba (Expoesia II). Em 1974, realiza-se no MAM RJ, o PoemAção, evento que durou três dias, no qual ocorreram debates e

[17] Um breve panorama sobre as obras de maior destaque literário publicadas durante a ditadura militar, através das grandes editoras, obra as quais a produção em estudo, ficou "à margem": no da morte de Manuel Bandeira, 1968: publicou-se *A máquina extraviada*, José J. Veiga e *Um poeta na cidade e no tempo*, de Moacyr Félix. No teatro, ocorre a primeira encenação de *Roda Viva*, de autoria de Chico Buarque de Holanda. Em 1969, Ferreira Gullar publica *Vanguarda e subdesenvolvimento*, *Estas estórias*, de Guimarães Rosa, *A guerra conjugal*, Dalton Trevisan e *Lúcia McCartney* de Rubem Fonseca. No ano seguinte destaca-se a publicação de *O risco do bordado*, Autran Trevisan. De 1971, Antônio Callado, Érico Veríssimo publicam, respectivamente, *Bar Don Juan* e *Incidente em Antares*, é do mesmo ano as publicações de *Os sobreviventes*, de Cassiano Ricardo e *Sargento Getúlio* de João Ubaldo Ribeiro. Em 1972, Jorge Amado publica *Teresa Batista cansada de guerra*, e Pedro Nava publica *Baú de ossos*. Depois, em 1973, Lígia Fagundes Telles publica *As meninas*. Nos anos seguintes ainda teremos autores como: Inácio Loyola de Brandão, *Zero* (1975) e do mesmo ano *Leão de Chácara*, livro de contos de João Antônio, na poesia, João Cabral de Melo Neto com *Museu de tudo;* e já em 1977 *A hora da estrela,* de Clarice Lispector, no mesmo ano de sua morte, e, um ano depois, *Um sopro de vida (1978).*

ISBN 978-85-87406-94-1

mostras com um grande público. Tais acontecimentos foram fundamentais para que a poesia marginal ganhasse atenção em meio à cena poética da época.

Só com a publicação de *26 Poetas Hoje,* livro organizado e prefaciado pela professora Heloísa Buarque de Hollanda, em 1976, é que autores e obras desse período ganharam destaque e reconhecimento no universo das publicações oficiais. Esta obra reúne parte dos escritos dos mais significativos autores dessa chamada geração marginal, que haviam publicado seus textos anos antes. Participam com textos os seguintes autores: Francisco Alvim, Carlos Saldanha, Antonio Carlos de Brito, Roberto Piva, Torquato Neto, José Carlos Capinan, Roberto Schwarz, Zulmira Ribeiro Tavares, Afonso Henriques Neto, Vera Pedrosa, Antonio Carlos Secchin, Flávio Aguiar, Geraldo Eduardo Carneiro, João Carlos Pádua, Luiz Olavo Fontes, Eudoro Augusto, Waly Sailormoon, Ricardo G. Ramos, Leomar Fróes, Isabel Câmara, Chacal, Charles, Bernardo Vilhena, Leila Miccolis, Adauto de Souza Santos e Ana Cristina Cesar.

É nessa antologia organizada por Heloisa Buarque de Hollanda, que ACC tem seus textos publicados pela primeira vez em livro. Até então, seus poemas haviam sido publicados apenas em jornais e revistas literárias alternativas.

Segundo Marchi (2009) a produção poética de Ana Cristina Cesar segue, até certo ponto, duas linhas distintas. Temos de um lado, um conjunto de textos construídos como uma espécie de montagem de temas e situações cotidianas, na forma de cartas, diários, anotações; e de outro, “textos formalmente mais trabalhados e herméticos, que não privilegiam a significação direta e a trivialidade dos fatos do dia-a-dia”. (MARCHI, 2009, p. 391) Percebemos a sua prosa poética como mais próxima da momentaneidade da poesia marginal.

Em depoimento dado pela própria Ana Cristina para Messeder Pereira (autor do livro *Retrato de Época: Poesia Marginal, anos 70*, um trabalho de análise e discussão da poesia escrita nos anos 70), Ana C. fala sobre a influência e papel de liderança que o professor universitário e poeta Cacaso exerceu sobre o grupo dos marginais, mencionando a crítica feita por ele à sua poesia:

> Me lembro de uma frase típica do Cacaso [...] (ele) era ‘bom leitor’, o ‘classificador’ e, uma vez, eu li (pra ele) um poema que eu tinha adorado fazer [...] e o Cacaso olhou com olho comprido [...] leu esse poema e disse assim: “É muito bonito, mas não se entende [...] o leitor está excluído”. [...] Aí eu mostrei também o meu livro pro

ISBN 978-85-87406-94-1

> Cacaso e (ele) imediatamente... quer dizer, aqueles 'diários' da antologia eram dois textos de um livro de cinqüenta poemas... (e ele disse): "Legal, mas o melhor são os diários, porque se entende... São de comunicação fácil, falam do cotidiano". (CESAR *apud* PEREIRA, 1981, p. 229)

Em um artigo intitulado "Singular e anônimo", o autor Silviano Santiago considera ingênua a oposição feita por Cacaso, alegando que a linguagem poética nunca exclui o leitor, ao contrário, "é este que pode ou não se adequar aos pressupostos do poema, decidindo assim, se fará parte ou se se excluirá voluntariamente da leitura". (MARCHI, 2009, p. 391) Além disso, Santiago considera que os chamados "textos fáceis" são, muitas vezes, redutores e se esgotam facilmente, pois "não conseguem impulsionar a linguagem ao infinito da travessia" (SANTIAGO *apud* MARCHI, 2009, p. 392).

Os dois tipos de textos referidos no depoimento são encontrados na antologia *26 poetas hoje.* "Simulacro de uma solidão", "Arpejos" e "Jornal íntimo", são os textos que Cacaso considera mais "fáceis" e, portanto, mais próximos do leitor. Como ilustração, segue trechos de cada um dos textos:

> "30 de agosto. Hoje roí cinco unhas até o sabugo e encontrei no cinema, vendo Charles Chaplin e rindo às gargalhas, de chinelos de couro, um menino claro. Usei a toalha alheia e fui ao ginecologista." – *Simulacros de uma solidão* (CESAR, 2011, p. 139)
>
> *"2.* Ontem na recepção virei inadvertidamente a cabeça contra o beijo de saudação de Antônia. Senti na nuca o bafo do susto. Não havia como desfazer o engano. Sorrimos o resto da noite. Falo o tempo todo em mim. Não deixo Antônia abrir a boca de lagarta beijando para sempre o ar. Na saída nos beijamos de acordo, dos dois lados. Aguardo crise aguda de remorsos." – *Arpejos* (CESAR, 2001, p. 143)
>
> *"27 de junho. Célia sonhou que eu a espancava até quebrar seus dentes. Passei a tarde toda obnublada. Datilografei até sentir câimbras. Seriam culpas suaves. Blinder diz que o diário é um artifício, que não sou sincera porque desejo secretamente que o leiam. Tomo banho de luar."* – *Jornal Íntimo* (CESAR, 2001, p. 145 - 146)

Ainda que a fragmentação das construções dos textos apresentados causem "um certo tipo de obscurantismo de significação" (MARCHI, 2009, p. 392), são os que se aproximariam do estilo da poesia do grupo marginal, colocando em pauta considerações sobre os acontecimentos do dia-a-dia, expondo intimidades, o que nos permite fazer "da leitura do poema a expressão de uma vida poética" (MARCHI, 2009, p. 392).

ISBN 978-85-87406-94-1

Os demais textos de Ana Cristina, presentes na antologia são bastante distintos: a temática é o trabalho com a escrita e o processo de elaboração de textos poéticos, e não mais temas corriqueiros e momentâneos. (MARCHI, 2009). Além do poema “Algazarra”, temos “Psicografia” e “Flores dos Mais”.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho trata-se da descrição de nossa pesquisa que está em andamento, cujo objetivo é realizar um estudo sobre Ana Cristina César e a “Poesia Marginal” que envolva tanto seu contexto de produção, como também suas características formais e de conteúdo para que se possa apresentar uma leitura dos poemas “Psicografia”, “Flores dos Mais” e “Poesia”, escritos por ela no período de 1975 a 1979 – os dois primeiros publicados, pela primeira vez, na coletânea *26 Poetas Hoje*, e o último em *Inéditos e Dispersos*, em 1985, pela Editora Brasiliense.

Até agora, voltamo-nos para o estudo sobre o contexto em que se insere a obra de Ana Cristina César, bem como para a investigação sobre alguma fortuna crítica, cujos resultados apresentamos neste momento. Nossas próximas abordagens, ainda em processo, referem-se à leitura e análise dos textos do corpus proposto, tendo em vista suas relações intertextuais e interdiscursivas com textos da tradição literária, e também a presença de reflexões sobre o fazer poético e a busca de uma nova maneira de fazer poesia. Nessa medida, buscamos estabelecer um paralelo entre esse momento e a época do Modernismo brasileiro, sobretudo em relação à geração de 1922 e à da poesia concretista, marcadas por experimentalismos formais e temáticos, para pensar como a produção de Ana Cristina César dialoga com essas tendências.

REFERÊNCIAS

BOSI,Viviana. Posfácio. In:CESAR, Ana Cristina.**Poética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CESAR, Ana Cristina. **Crítica e Tradução**. São Paulo: Ática, 1999.

_____.**Poética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ISBN 978-85-87406-94-1

CUNHA, Arnaldo Marques. Tropicalismo na arte brasileira (década de 1960). Disponível em:<http://www.raulmendessilva.com.br/brasilarte/temas/tropicalismo.html>. Acesso em 20 set. 2015.

FAVARETTO, Celso. “Inconformismo Estético, inconformismo social, Hélio Oiticica” in BRAGA, P. (Org.) **Fios Soltos:** a arte de Hélio Oiticica. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FIORIN, José Luiz.Interdiscursividade e intertextualidade. In:BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin:** outros conceitos-chave.São Paulo:Contexto, 2005.

GOLDSTEIN, Norma Seltzer. **Versos, sons, ritmos**. São Paulo: Editora Ática, 2007

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **26 Poetas hoje**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007

_____.Poesia Marginal. Disponível em:<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/a-poesia-marginal/>,acesso em 25 set. 2015.

LAFETÁ, João Luiz. **1930:** A crítica e o Modernismo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

LIMA, Bruna Della Torre de Carvalho. **Desventuras da subversão**: Oswald de Andrade, o Teatro Oficina e os dois momentos de O Rei da Vela. Disponível em: <http://www.revistaproa.com.br/04/?page_id=237> Acesso em 06 de abril 2016.

NAPOLITANO, Marcos e VILLAÇA, Mariana Martins. **Tropicalismo:** As Relíquias do Brasil em Debate. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100003> Acesso em 07 de abril 2016.

MARCHI, Tatiane. **Ana Cristina Cesar e a Poesia Marginal**. Língua e Literatura e Ensino – Vol. IV. Disponível em: <revistas.iel.unicamp.br/index.php/lle/article/view/762> Acesso em 15 de abril 2016.

PAZ, Octavio. **O Arco e a Lira** - O poema, a revelação poética. Poesia e história. Tradução de Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosacnaify, 2012.

SANTIAGO, Silviano. **Nas Malhas da Letra:** ensaios. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SERPA, Armindo Silva de. **Lições sobre asas e abismos**:uma leitura da poesia deAna Cristina Cesar, 2009. Disponível em:<www.revistas.usp.br/comueduc/article/viewFile/44906/48535>. Acesso em 02 out. 2015.

SISCAR, Marcos. **Ciranda da Poesia** –Ana Cristina Cesar. Rio de Janeiro: EdUerj, 2011.

ISBN 978-85-87406-94-1

SOUZA, Carlos Eduardo Siqueira Ferreira de. **A lírica fragmentária de Ana Cristina Cesar:** autobiografismo e montagem. São Paulo: Educ (Editora PUC-SP), 2008.

SÜSSEKIND, Flora. **Até segunda ordem não me risque nada:** os cadernos, rascunhos e a poesias em vozes de Ana Cristina Cesar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1995.

ISBN 978-85-87406-94-1

A PROJEÇÃO DO CUIDADOR NO PACIENTE

Nelyken Alves de Souza Cruvinel (uni-FACEF)
Antônio Cezar Peron(Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O projeto de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – apresentado tem como objetivo encontrar relações entre a projeção do cuidador, sendo esse conhecido ou um ente familiar, no paciente em frente a doença física.

Segundo Ross (1969), sabe-se que como não conseguimos rejeitar a morte tentamos dominá-la pelo desafio, fazendo várias ações que nos façam sentirmos imunes contra a morte. E nos agrada a ideia de pensar que matamos mais inimigos em comparação com nossas taxas e esperamos que isso seja verdade, projetando o nosso desejo infantil de onipotência e imortalidade. Se todos temos medo da morte devemos então lançarmos dessa defesa que pode nos levar a destruição. A falta de resignação e dignidade nos provocam sintomas da decrescente incapacidade de enfrentar a morte trazendo assim, um aumento nas guerras, tumultos e do indicie de criminalidade. Uma das formas de lidar com a morte seria tentando compreender a nossa própria morte, encarando de forma menos racional e com menos temor esse acontecimento que é inevitável, evitando quando possível projetar “faltas” nossas nos pacientes.

Um dos papéis importante nessa etapa de ressignificação da morte, seria o da religião, mas com essa transição que vivemos no tempo atual, percebemos que antigamente havia um número maior de pessoas que acreditavam em Deus, tornando o sofrimento e o nascimento algo mais comum, antes havia um porquê e uma recompensa desse sofrimento vivido. Atualmente não se encontra muito sentido no sofrimento, nos levando a tentar dominar esse sofrimento de alguma maneira.

Cada vez mais as pessoas buscam serem “mantidas vivas”, essas pessoas tendem a ter um alto grau de rejeição o que se torna necessário para evitar enfrentar a morte como parte da realidade.

Só será capaz de haver uma mudança quando começarmos a refletirmos a nossa própria morte, o que deve ser feito a nível individual, todos nós

ISBN 978-85-87406-94-1

fugimos para não encarar essa situação, mas em algum momento teremos que encará-la, se pudéssemos admitir nossa própria morte, concretizaríamos muitas coisas, entre elas a mais importante, o bem-estar de nossos pacientes, das famílias e talvez de todo o país.

Diante de todas essas questões e formas de lidar perante o paciente adoecido fisicamente, psicologicamente ou até mesmo frente a morte, o tema suscitou o meu interesse.

Dessa forma, o estudo tem como objetivo identificar a projeção dos cuidadores acerca dos pacientes com condições de adoecimentos físicos ou psíquicos. Para isso, serão selecionados alguns cuidadores, podendo ser esses, técnicos de enfermagem, cuidadores de idosos, parentes próximos ou algum membro da equipe hospitalar para responder um questionário semi- estruturado, onde também haverá uma entrevista antes da coleta desses dados para ver as relações dos mesmos.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Identificar como ocorre projeção do cuidador e analisar suas consequências no paciente.

2.2. Objetivo Específico

Identificar as consequências, negativas ou positivas se houver, da projeção no paciente do cuidador.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Devemos ressaltar importância da angustia no sofrimento perante a doença ou morte. Para Santos (1991), a angustia, sinaliza uma certeza que se trata do desejo do outro, ela liga todas as subjetividades. Observamos essa angustia no paciente com a morte iminente e no cuidador, alguns nomeando isso no discurso,

ISBN 978-85-87406-94-1

outras apenas projetando. O ideal seria despertar um questionamento com os sujeitos, o cuidador e o paciente doente acerca da morte.

A equipe tem dificuldades e o psicanalista inserido no contexto tem que saber trabalhar a culpa com os pacientes

> "Temos observado que tanto os profissionais como os familiares tentam de alguma forma minimizar esta situação mobilizadora de angústia, pois, como sabemos, não há nada de que angustie mais do que ver o outro angustiado. A angustia estaria relacionado a uma fragilidade, a um não dar conta frente às situações de limite do real. " (MOURA, 1999 p. 130)

O sintoma acompanha o paciente todo o tempo do tratamento nos remetendo uma ideia de algo ruim, porém ele faz parte de uma manifestação inconsciente que sem intencionalidade se converte em sintomas que na maioria das vezes se torna um sofrimento físico.

> Sabemos, comumente, que o sintoma é um distúrbio que causa sofrimento e remete a um estado doentio do qual constitui a expressão. Mas, em psicanálise, o sintoma nos surge de maneira diferente de um distúrbio que causa sofrimento: ele é, acima de tudo, um malestar que se impõe a nós, além de nós, e nos interpela. Um malestar que descrevemos com palavras singulares e metáforas inesperadas. Mas, quer seja um sofrimento, quer uma palavra singular para dizer o sofrimento, o sintoma é, antes de mais nada, um ato involuntário, produzido além de qualquer intencionalidade e de qualquer saber consciente. É um ato que menos remete a um estado doentio do que a um processo chamado inconsciente. O sintoma é, para nós, uma manifestação do inconsciente. (NASIO, 1992, P. 13)

4. METODOLOGIA

A metodologia consiste numa fundamentação teórica feita por uma pesquisa que será realizada primeiramente por um levantamento bibliográfico acerca do tema abordado, sendo realizada de forma coerente com os resultados obtidos ao longo da pesquisa de campo.

A fim de fornecer um maior conhecimento do tema que será abordado, do ponto de vista inicial da pesquisa, optou-se por fazer uso da pesquisa exploratória, que de acordo com Minayo (1994), tende a fornecer maior conhecimento sobre o tema ou problema da pesquisa, apropriado para os primeiros estágios de investigação sendo esses a familiarização, conhecimento e compreensão dos dados.

ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo Prodanov e Freitas (2013) esse tipo de pesquisa, na sua fase preliminar, visa delimitar o tema, orientar a fixação dos objetivos e podendo formular novas hipóteses ou podendo dar um novo enfoque no assunto. Essa pesquisa, pode ter um planejamento flexível o que permite novos ângulos e aspectos, geralmente é feito levantamento bibliográfico, entrevistas com quem teve experiências práticas com o problema pesquisado, analise de alguns exemplos que estimulem a compreensão.

Para tanto, optou-se por usar o método qualitativo, permitindo-se um aprofundamento maior enquanto aos sujeitos, possibilitando assim um estudo de características apresentados pelos mesmos. Segundo Demo (2012), o intuito não é buscar algum tipo de tratado acerca da problemática metodológica, mas uma argumentação que corrobore com a pesquisa qualitativa.

> A informação qualitativa tona-se mais nítida: refere-se àquela ostensivamente interpretada e que lida com sujeito-objeto, não com mero objeto de análise. Não conseguimos comunicar sem sermos parte do processo comunicativo, como sujeito e como-sujeito-objeto. A comunicação se faz pelo que há implícito do que pelo que é dito explicitamente. (DEMO, 2012. P.29.)

Para compor essa pesquisa, serão selecionados alguns cuidadores de pacientes com condições de adoecimentos físicos ou psíquicos, que tem um contato direto com os mesmos.

O instrumento utilizado para a coleta de dados será a entrevista semi-estruturada com os cuidadores dos pacientes.

Inicialmente será distribuído aos participantes o TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido para a realização da pesquisa e mediante a aprovação será iniciado o estudo.

5. PLANO PROVISÓRIO DE TRABALHO

O trabalho será estruturado da seguinte forma:

- Introdução
- Capítulo 1 – A projeção do paciente
- Capítulo 2 – A projeção do cuidador ou sujeitos próximos

ISBN 978-85-87406-94-1

- Capítulo 3 – Consequências da projeção do cuidador
- Capítulo 4 – Metodologia
- Capítulo 5 – Desenvolvimento da Pesquisa
- Capítulo 6 – Análise e Discussão dos dados
- Considerações Finais

6. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	FEV	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET.	OUT.
Elaboração do projeto								
Pesquisa bibliográfica								
Leituras e elaboração de resumos								
Revisão bibliográfica complementar								
Coleta de dados								
Discussão de dados								
Redação da monografia								
Revisão								
Entrega final								
Apresentação								

Fonte: Elaborado pelos autores

ISBN 978-85-87406-94-1

7. REFERÊNCIAS

COELHO DOS SANTOS, T. A angústia na clínica da histeria e da neurose obsessiva. Disponivel em: http://www.isepol.com/bibliotecavirtual/3angustia.pdf. Acesso em: 31.01.2016.

DEMO, PEDRO*. Pesquisa e informação qualitativa:* Aportes Metodológicos. 5 ed., Campinas: Papirus, 2012.

KUBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a Morte e o Morrer*. 3 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1987

NASIO, J. D. *Cinco Lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed., Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1996.

MOURA, Marisa decat de. (org.) *Psicanálise e Hospital*: A criança e sua dor. Rio de Janeiro: Reviver, 1999.

PRODANOV, C. C., Cesar de freitas. E. *Metodologia do Trabalho Cientifico:* Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed., Novo Hamburgo-RS: Feevale, 2013.

ISBN 978-85-87406-94-1

A REINSERÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO MERCADO DE TRABALHO: dilemas institucionais e sociais à luz da teoria do estigma e da sociedade disciplinar

Vinícius de Carvalho Carreira (Unesp-Bauru)
Mário Lázaro Camargo (Unesp-Bauru)

1. INTRODUÇÃO

Mesmo em um mundo multicultural, onde é possível encontrar desde culturas globalizadas até comunidades isoladas há séculos, alguns conceitos parecem fundamentais para a constituição e subsistência de qualquer sociedade, sendo inerentes à própria natureza social do ser humano. Entre esses conceitos, dois merecem destaque: trabalho e punição.

Desde a alvorada da sociedade, estes conceitos se fizeram presentes. Seja entre os povos antigos, ou mesmo entre os agrupamentos paleolíticos, as pesquisas indicam que havia divisão de obrigações e penalidades para os transgressores (BLAINEY, 2000). Antes mesmo da legislação do império romano, o Pentateuco, posteriormente incorporado à Bíblia, determinava a importância do trabalho (BARKER, 2003). O novo testamento mantém a mesma lógica, como se nota em 2 Tessalonicenses 3:6-10:

> Irmãos, em nome do nosso Senhor Jesus Cristo nós ordenamos que se afastem de todo irmão que vive ociosamente e não conforme a tradição que vocês receberam de nós. Pois vocês mesmos sabem como devem seguir o nosso exemplo, porque não vivemos ociosamente quando estivemos entre vocês, nem comemos coisa alguma à custa de ninguém. Ao contrário, trabalhamos arduamente e com fadiga, dia e noite, para não sermos pesados a nenhum de vocês, não porque não tivéssemos tal direito, mas para que nos tornássemos um modelo para ser imitado por vocês. Quando ainda estávamos com vocês, nós ordenamos isto: Se alguém não quiser trabalhar, também não coma (BARKER et al., 2003, p. 2062-2063).

Com a instituição dos sistemas legais, certas condutas humanas passaram a ser consideradas desviantes, sobretudo por diferirem, ora pouco, ora muito, do padrão comportamental socialmente estabelecido. A partir de tal processo desenvolveram-se e institucionalizaram-se, quase que paralelamente, as práticas de vigilância, controle e punição até hoje postas em prática.

Do ponto de vista social, punição e trabalho apresentam natureza antagônica. Enquanto este é a representação da ordem, da norma, da expectativa

ISBN 978-85-87406-94-1

sobre os indivíduos, aquela se manifesta como consequência do caos, do desvio da norma, por vezes marcando o indivíduo, gerando o que Goffmann (1988) denomina como estigma – conceito que será abordado mais a frente.

A esta conduta desviante, em especial na literatura relacionada ao Direito, dá-se o nome de crime ou contravenção penal. Ao longo dos séculos, a maneira de lidar com os criminosos foi sendo alterada: a sempre lembrada Lei de Talião, famosa pela máxima “olho por olho, dente por dente”, já há muito foi abandonada pela sociedade ocidental. Hodiernamente, no Brasil, as penas aplicáveis estão previstas no artigo 32 do Código Penal, consistindo em privação de liberdade ou restrição de direitos - tais como limitação de final de semana ou restrição à prática de determinadas condutas - além da imposição de multa.

Como exemplo, vale destacar que ainda vigora a Lei de Contravenções Penais, que prevê em seu artigo 59 a contravenção de “vadiagem”, definida como o ato de entregar-se alguém, habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência” (BRASIL, 1941). Tal conduta é punível com prisão por até três meses, que pode ser evitada com a aquisição de renda.

Note-se que é penalizada a simples escolha de não trabalhar, ressaltando o quanto este desvio da norma é socialmente incômodo; o sujeito não causa qualquer dano materialmente notável, mas, ainda assim, ao menos na letra da lei, é expurgado do convívio em sociedade.

Situações como estas chamaram a atenção de Foucault (1999), que, em seus estudos sobre relações de poder, analisou com profundidade a dinâmica da punição e da normalização. Através dessas pesquisas, foi possível identificar um processo denominado por ele como “docilização”, que consiste na adequação do sujeito aos ditames sociais. Nas palavras do autor,

> é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser utilizado e aperfeiçoado. [...] Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições e obrigações (FOUCAULT, 1997, p. 109).

Essa sujeição pode ser entendida como a necessidade de ocupação de um papel útil na sociedade, leia-se, o exercício de um trabalho que seja útil ao grupo

ISBN 978-85-87406-94-1

e, ao mesmo tempo, permita ao indivíduo a obtenção de meios para o próprio sustento. Por isso, o simples fato de adotar rotina alheia a tal necessidade já dá causa à exclusão social.

Por outro lado, a existência de sujeitos que resistem à docilização não é impeditivo das relações sociais, ao contrário; a criminalidade é uma das forças motrizes que justificam a necessidade de forjar os corpos dóceis. Como explica o autor,

> a delinquência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo e perigoso como uma sociedade sem delinquência. Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinquente? Você fala de um ganho prodigioso. Esta instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isto. Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinquentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinquentes? (FOUCAULT, 1985, p. 79).

Embora sob a ótica social, na visão de Foucault, a criminalidade seja útil e necessária, sob o prisma do indivíduo trata-se de um triste círculo vicioso. Isso porque, como ensina Goffman (2008a), a sociedade forma uma imagem estereotipada do egresso do sistema prisional, tomando-o por perigoso – pessoa cuja presença não é desejada. Esta imagem é denominada estigma.

Ainda que o cárcere tenha de fato sido apto para modificar a identidade do sujeito - ou que tenha sido significativo no sentido de contribuir para tal mudança - de tal forma que este não retorne à criminalidade, o estigma por ele carregado representará verdadeira “identidade virtual”, a qual, por vezes, se sobreporá à real, trazendo consigo consequências indesejadas.

2. VIGIAR, PUNIR E ESTIGMATIZAR

Em suas obras, Foucault (1997) argumenta que a vida em sociedade só é possível através de um sistema rígido de regras e relações de poder, aos quais os sujeitos devem se submeter. Para tanto, os indivíduos precisam passar por um processo denominado pelo autor como “docilização do corpo”. Um corpo dócil é aquele que pode ser manipulado, adaptado aos ditames do poder e adequado aos

ISBN 978-85-87406-94-1

interesses dos governantes; portanto, um corpo processado e adequadamente resultante da intenção vigente e atuante na sociedade disciplinar.

Inicialmente, a submissão dos corpos se dava de forma repressiva, com punições exemplares de determinados sujeitos que agiam de forma contrária aos interesses da sociedade (FOUCAULT, 1997). Através de castigos físicos e suplícios, as pessoas eram punidas pelas transgressões – e a publicidade das punições, por vezes realizadas em praça pública e com hora marcada, mantinha os demais indivíduos em constante autovigilância.

Tal sistema perdurou por séculos, até que as práticas punitivas passaram a ser mal vistas pela sociedade. Esta mudança de paradigma levou à substituição dos suplícios públicos pelas prisões – locais institucionalizados para a produção do suplício, ou seja, punição. Desta forma, embora não mais na forma de castigos, o controle sobre o corpo do indivíduo permanece através da restrição da liberdade (BENELLI, 2004).

As penitenciárias podem se amoldar ao conceito de instituição total, definido por Goffman (1968) como

> um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (p. 11).

As instituições totais não se limitam aos presídios. Conventos, quartéis, colégios e manicômios também se enquadram na definição, e todas servem ao mesmo propósito de docilização dos corpos. A diferença é que, enquanto nos colégios, conventos e quartéis o objetivo é moldar o sujeito a determinadas normas sociais, nos manicômios e prisões a busca é, também, pela segregação do indivíduo que não foi docilizado – o chamado desviante (GOFFMAN, 2008a).

Ocorre que, com o aumento crescente da população – inclusive carcerária, a manutenção do sistema repressivo tornou-se dispendiosa. O encarecimento levou à adoção de outro instrumento, este de natureza preventiva: a vigilância (FOUCAULT, 1985). O sistema funciona com base no panóptico, apresentado por Foucault (1997) como uma instituição prisional hipotética na qual os vigias têm visão integral de todas as celas, mas o detento não sabe quando está sendo vigiado. Por não saber se está ou não sendo observado, o prisioneiro segue

ISBN 978-85-87406-94-1

as regras para não assumir o risco de ser pego em eventual transgressão e, consequentemente, punido.

Um bom exemplo da lógica do panoptismo pode ser verificada, nos dias de hoje, nos radares de controle de velocidade nas vias públicas: ainda que seja sabido que os radares possam não estar ligados a todo momento, os motoristas ainda assim reduzem a velocidade para não correr o risco de, justamente quando se permitirem correr um pouco mais, encontrarem o sistema ativo e serem multados por isso. As câmeras de vigilância presentes nas portas comerciais, edifício públicos e privados, metrôs, ônibus e outros, que, por vezes, são meros simulacros, funcionam da mesma forma. É esse efeito controlador que fundamenta desde os inspetores de corredor em escolas até as rondas policiais – sendo o motivo da autorização para que estas portem armas e sirvam como braço armado do poder, do Estado.

A combinação dos sistemas preventivo e repressivo funciona da seguinte maneira: o indivíduo é docilizado através dos colégios, quartéis e conventos, sendo mantido sob controle através do sistema de vigilância. Caso haja transgressões, o sujeito é submetido ao sistema repressivo, sendo separado da sociedade e inserido nas instituições totais – manicômios ou presídios, conforme a natureza da transgressão.

Mesmo no século XXI, o Código Penal Brasileiro ainda prevê em seu artigo 96, I, a “Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico” ao sujeito dotado de, segundo o artigo 26, “doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado”. Tal internação, denominada medida de segurança, é aplicada ao final do processo em substituição à prisão, conforme determina o artigo 386, parágrafo único, III, do Código de Processo Penal. Isto revela que a lógica identificada por Foucault (1997) há décadas, mas que foi implementada séculos atrás, ainda se aplica às relações sociais contemporâneas – a despeito das discussões, movimentos e já implementadas mudanças relativas a reforma psiquiátrica.

Diante desse sistema, parece que, na prisão, haverá nova tentativa de tornar dócil o corpo do detento, para que se amolde aos ditames sociais e, assim, torne-se um membro útil à sociedade. Entretanto, se fosse este o caso, a lógica que embasa o sistema de vigilância e punição seria quebrada: sem os desviantes, não subsiste razão para manter o sistema preventivo, o que também retira da sociedade

ISBN 978-85-87406-94-1

disciplinar a justificativa para manter agentes armados; além disso, o sistema repressivo é custoso demais para ser mantido sozinho. Nesse cenário haveria um colapso nas relações de poder, as mesmas que deram origem ao sistema num primeiro momento. Em síntese, a criminalidade é útil e necessária para manutenção da ordem social (FOUCAULT, 1985).

A solução para tal entrave é que a prisão não seja capaz de docilizar o sujeito, ou, se o fizer, que algo externo à instituição impulsione o indivíduo de volta ao desvio, mantendo-o na criminalidade. É aí que o estigma se faz presente.

Omote (2004) explica que o termo “estigma” é originário da Grécia e representava marcas físicas gravadas no sujeito considerado de baixo *status* social. Ao longo da história, o termo também serviu para identificar desde graças divinas recebidas pelo indivíduo até sintomas de doenças.

> Na atualidade, a palavra estigma é utilizada com um sentido semelhante ao original, porém refere-se à própria condição social de desgraça e descrédito, e não mais à evidência corporal de inferioridade moral. É uma marca social, uma mancha ou mácula social, como alguns preferem. Trata-se, portanto, da marca social de inferioridade social. Esse descrédito social resulta de julgamentos mais ou menos consensuais das pessoas da comunidade na qual ocorre esse fenômeno (OMOTE, 2004, p. 294).

Além da origem curiosamente semelhante à do sistema repressivo (FOUCAULT, 1997), que originalmente era realizado através de suplícios posteriormente substituídos pela restrição da liberdade, o estigma guarda outra semelhança: outrora se constituía como marca no corpo físico, mas atualmente se manifesta como mancha na imagem social, na identidade do sujeito. Como explica Goffman (2008a, p. 14-15), um indivíduo estigmatizado que

> poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. [...] Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.

ISBN 978-85-87406-94-1

É graças ao estigma que o indivíduo egresso do sistema prisional acaba, por vezes, cometendo novos delitos e retornando às penitenciárias. Desde o ingresso do indivíduo (GOFFMAN, 2008b), a prisão cria um estigma no prisioneiro, marcando-o socialmente como alguém que é perigoso e que deve ser evitado. Mesmo entre os próprios detentos, bem como entre eles e os trabalhadores dos presídios – agentes penitenciários, carcereiros, entre outros - existe discriminação e opressão no trato social. Então, ao ser libertado do sistema, o egresso passa a ser visto pelos demais membros da sociedade como alguém que está na iminência de agir de forma ilícita, posto que já agiu assim no passado.

Este preconceito ostentado contra os egressos torna difícil a recolocação no mercado de trabalho. Não bastasse, a falta de labor, por si só, forma outro estigma sobre o indivíduo: desocupado, vadio, entre outros adjetivos igualmente pejorativos. Essas marcas tornam a subsistência tão difícil que, na maior parte das vezes, não resta alternativa ao sujeito que não se valer do crime para sobreviver.

3. O RETORNO AO MERCADO DE TRABALHO

A análise apresentada do sistema prisional revela uma realidade quase perversa, parecendo, por vezes, obra de mentes doentias que buscam se manter no poder às custas de seres humanos. Felizmente, não deve ser este o caso. É mais plausível supor que as nuances do sistema “vigilância, punição e estigmatização” foram moldadas pelo progresso das sociedades; afinal, sem uma mente superior agindo ativamente para manter o sistema, é possível conceber saídas que facilitem a inclusão do egresso do sistema prisional ao menos no mercado de trabalho.

A primeira opção que vem à mente é o próprio trabalho. A legislação brasileira atribui valor excepcional ao labor, o qual é obrigação do detento e critério para a obtenção de diversos benefícios, tais como progressão de regime e livramento condicional (MARCÃO, 2009). Esse entrelaçamento entre execução de pena e trabalho não está presente somente na legislação, mas também tem balizado a própria jurisprudência.

Em decisão recente, a sexta turma do Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão em favor da concessão de benefício prisional para sentenciado,

ISBN 978-85-87406-94-1

reconhecendo que a lei deve ser interpretada à luz da realidade, observando o estigma dos egressos. Nas palavras do Ministro,

> a comprovação de trabalho ou a possibilidade imediata de fazê-lo deve ser interpretada com temperamento, pois a realidade mostra que, estando a pessoa presa, raramente possui ela condições de, desde logo, comprovar a existência de proposta efetiva de emprego ou de demonstrar estar trabalhando (SISTEMA..., 2015, p. 01).

Outro ponto que merece destaque é o instituto da remição de penas, previsto no artigo 126 da Lei de Execução Penal, que permite a redução de um dia de pena para cada três dias de trabalho – excluído trabalho eventual. Mirabete (*apud* MARCÃO, 2009, p. 64) define a remição como

> um direito do condenado em reduzir pelo trabalho prisional o tempo de duração da pena privativa de liberdade cumprida em regime fechado ou semi-aberto. Trata-se de um meio de abreviar ou extinguir parte da pena. Oferece-se ao preso um estímulo para corrigir-se, abreviando o tempo de cumprimento da sanção para que possa passar ao regime de liberdade condicional ou à liberdade definitiva. [..] [A remição] reeduca o delinquente, prepara-o para sua reincorporação à sociedade, proporciona-lhe meios para reabilitar-se diante de si mesmo e da sociedade, disciplina sua vontade, favorece a sua família e sobretudo abrevia a condenação, condicionando esta ao próprio esforço do apenado.

A remição de penas se revela como um dos benefícios mais inteligentes disponíveis durante a execução penal. Através dele, o prisioneiro é capaz de reduzir ativamente sua pena através do seu próprio esforço, ao mesmo tempo em que adquire capacitação para realizar trabalho quando estiver liberto – o que pode garantir sua subsistência sem que precise se valer de meios ilícitos.

Recentemente, a Lei Federal nº. 12.433/11 passou a permitir a remição não somente pelo trabalho, mas também pelo estudo. Para cada doze horas de frequência escolar, divididas em pelo menos três dias, investidas em atividades de ensino fundamental, médio ou superior, ainda que profissionalizante ou de requalificação profissional, a pena será reduzida em um dia – sendo que a conclusão de tais cursos ainda garante um aumento de um terço no tempo efetivamente estudado.

A permissão para que o estudo reduza a pena tornou o instituto da remição ainda mais eficaz. Isso porque a disponibilidade de trabalho no sistema prisional é bastante limitada, sendo que, em geral, são possíveis atividades simples

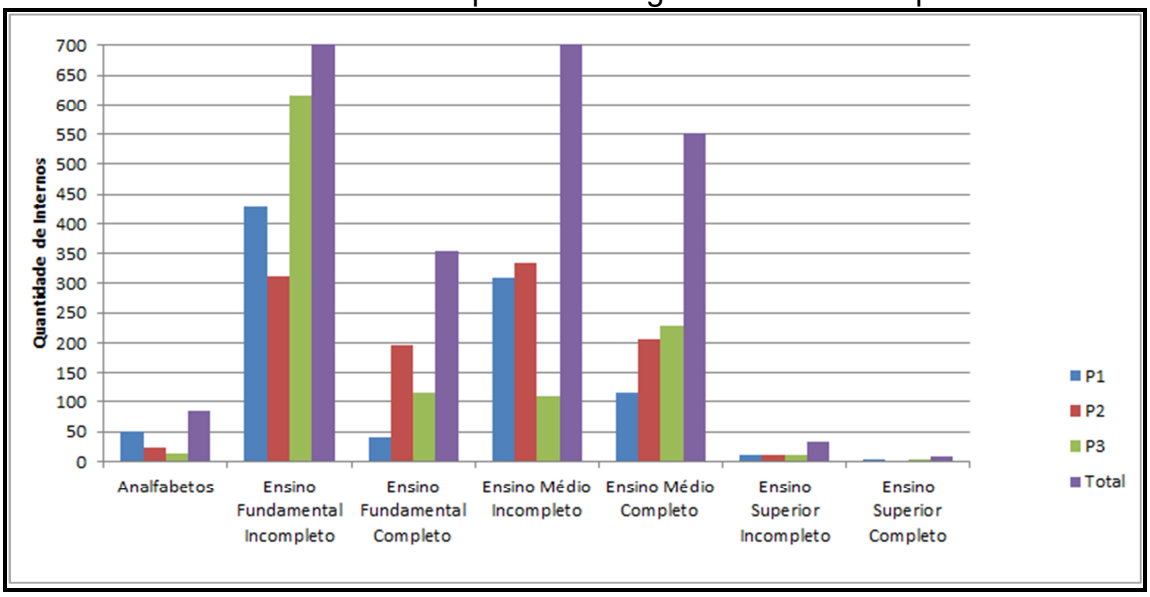
ISBN 978-85-87406-94-1

que representam pequeno nicho de mercado para os egressos. Diferentemente, os cursos permitem ao indivíduo obter qualificação para realização de atividades diversas, adequadas às suas aptidões pessoais, facilitando em muito a colocação no mercado de trabalho. Além disso, em eventual seleção, o currículo enriquecido pelos cursos pode até mesmo contrapor o estigma.

Ao menos na teoria, a capacitação dos prisioneiros através de trabalho e estudo durante o cárcere se apresentam como as melhores alternativas para permitir ao sujeito, quando egresso, a inserção no mercado de trabalho. Com isso em mente, foi realizada pesquisa em três centros de progressão penitenciária (CPP) do interior do Centro-Oeste Paulista, todos de regime semiaberto, em busca de dados concretos acerca das consequências do estudo durante o cumprimento de pena (CARREIRA et al., 2014). Os estabelecimentos serão doravante denominados, genericamente, de “P1”, “P2” e “P3”.

Os resultados apresentados no Gráfico 1 indicam que a maioria dos internos das três instituições apresentam ensino fundamental ou médio incompleto, enquanto que a quantidade que alcançou o nível superior, seja completo ou incompleto, é ínfima. Tais dados, se analisados de forma isolada, fazem parecer que há, de fato, alguma relação entre baixa escolaridade e criminalidade.

Gráfico 1: População carcerária estudada e situação em relação à formação acadêmica dos mesmos quando do ingresso no sistema prisional.

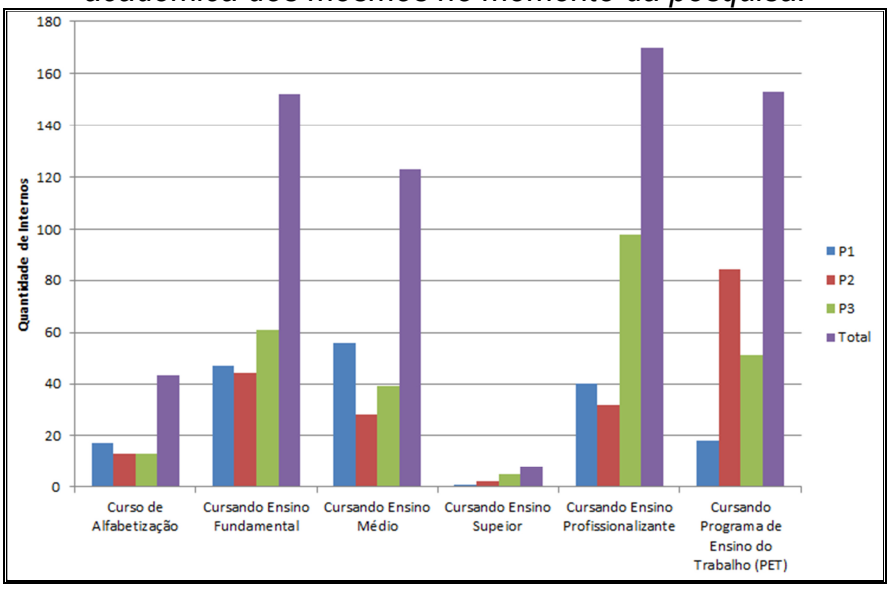


Fonte: in loco.

ISBN 978-85-87406-94-1

Por outro lado, há considerável quantidade de internos em vias de concluir o ensino fundamental e médio, superada apenas pela de alunos de cursos profissionalizantes e de ensino para o trabalho (PET) – como se nota no Gráfico 2. Curiosamente, estes cursos se apresentam como alternativas mais céleres para obtenção da qualificação demandada pelo mercado de trabalho, dado ao curto período de duração em comparação ao ensino superior.

Gráfico 2: *População carcerária estudada e situação em relação à formação acadêmica dos mesmos no momento da pesquisa.*



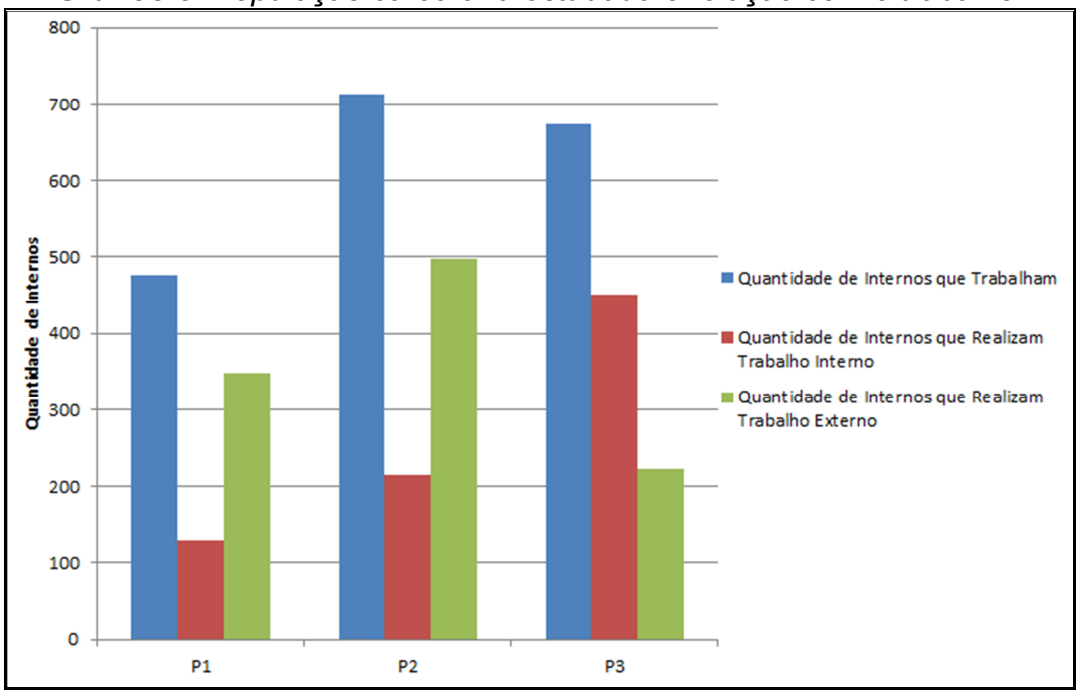
Fonte: in loco.

Essa aparente busca ativa por qualificação é indicativo de que, ao menos nas unidades pesquisadas, existe a consciência de que a capacitação profissional pode tornar menos difícil a reinserção no mercado de trabalho após o cumprimento da pena. Além disso, tal constatação se opõe ao estigma de que os detentos se entregam ao ócio enquanto aguardam a libertação para retornarem à criminalidade; ao contrário, muitos buscam fugir do crime através da qualificação para o exercício de ocupação lícita.

O estigma do ócio prisional também é refutado através da análise dos números referentes ao exercício de atividade laboral. Como se nota na Gráfico 3, a quantidade de internos que trabalham é substancial, especialmente considerando que a média populacional dos três estabelecimentos é de, aproximadamente, mil residentes.

ISBN 978-85-87406-94-1

***Gráfico 3**: População carcerária estudada e relação com o trabalho.*



Fonte: in loco.

É importante destacar que a discrepância na quantidade de postos de trabalho interno e externo da P1 e P2 em comparação com a P3 pode ter raízes históricas: enquanto esta foi concebida como estabelecimento de regime semiaberto, aquelas foram projetados para o regime fechado, vindo a ser adaptadas para o modelo atual no ano de 2006. Por isso, a criação de postos de trabalho interno é dificultada pela estrutura física.

Outro ponto que merece destaque é o projeto de manutenção de cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) conduzido pela P3. A iniciativa pretende fomentar o ingresso em cursos de ensino superior com vistas a maior qualificação para o mercado de trabalho.

Segundo informações prestadas pelo próprio estabelecimento, o objetivo do projeto é que os internos obtenham pontuação suficiente no ENEM para serem aptos a ingressar em programas como PROUNI e SISU, permitindo assim a frequência a curso superior e melhor preparação para o retorno ao mercado de trabalho. Outra pretensão é permitir aos sentenciados que não concluíram o ensino médio a obtenção de certificação substitutiva através do Exame.

Foram disponibilizados dados referentes ao ano de 2011, ocasião em

ISBN 978-85-87406-94-1

que sessenta e dois internos participaram do curso e prestaram ENEM. Destes, 22,58% obtiveram a certificação de conclusão do ensino médio e 87,10% obtiveram média para participar do PROUNI; entre os aprovados, 36,60% iniciaram um curso superior.

A existência e sucesso de projetos como o da P3 revelam a busca pela quebra do paradigma vigente - tanto pelos próprios sentenciados quanto por organizações, inclusive estatais. O grande obstáculo, ao que parece, é realmente a difícil superação do estigma.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a criminalidade é útil para as relações de poder, constituindo-se como uma de suas forças motrizes. O sistema vigente é incapaz de administrar todos os sujeitos inseridos na sociedade, motivo pelo qual é adotado um padrão normal. Aqueles que não se adequam à norma são segregados através dos instrumentos punitivos, permitindo o funcionamento adequado do sistema.

Ocorre que a Constituição Federal, em seu art. 5º, XLVII, proíbe penas de caráter perpétuo e de morte, motivo pelo qual os internos do sistema prisional precisam ser libertos. Todavia, o estigma por eles carregado garante a dificuldade de inclusão social, cuja consequência, na maioria das vezes, é o retorno ao sistema prisional, reiniciando o processo de segregação através da criminalidade. E este círculo vicioso, aos olhos de um observador alienado no seio social, se apresenta como situação tão complexa que parece solucionável.

Felizmente, tanto o Poder Judiciário quanto o Legislativo, entre outras instituições e organizações, parecem sensíveis a esta realidade. Através da redução do rigor necessário para a obtenção de benefícios prisionais e da elaboração de legislações que fomentam a qualificação para o mercado através de estudo e trabalho – métodos com fortes indícios de eficácia contra o estigma prisional - aliados a projetos inteligentes como aquele mantido pela P3, parece ser possível superar a complexidade da inserção de egressos prisionais no mercado de trabalho.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

BARKER, K. et al. **Bíblia de estudo NVI**. São Paulo: Vida, 2003

BENELLI, S. J. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar**. Estudos de psicologia**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-252, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2004000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 20 maio 2016.

BLAINEY, G. **Uma breve história do mundo**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Fundamento Educacional, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acessado em: 20 maio 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 2.848**, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acessado em: 20 maio 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 3.688**, de 03 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>. Acessado em: 20 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº. 7.210**, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acessado em: 20 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº. 12.433**, de 29 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm>. Acessado em: 20 maio 2016.

CARREIRA, V. C. et al. A reinserção de ex-detentos no mercado de trabalho. **Anais do I Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho do Centro Oeste Paulista: formação e práticas profissionais**. 2014. Disponível em: <http://www.congressopot.com.br/anais>. Acessado em: 20 maio 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Geral, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOFFMAN, E. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. São Paulo: LTC, 2008a.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008b.

MARCÃO, R. **Curso de Execução Penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ISBN 978-85-87406-94-1

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão**. Revista brasileira de educação especial**, Marília, n. 3, vol. 10, p. 287-308, set/dez. 2004.

SISTEMA prisional: STJ reconhece que progressão para regime aberto não depende de proposta de emprego. In: **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/noticias/noticias/Sistema-prisional:-STJ-reconhece-que-progress%C3%A3o-para-regime-aberto-n%C3%A3o-depende-de-proposta-de-emprego>. Acessado em: 20 maio 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

A REPRESENTAÇÃO DE PACIENTES HOSPITALIZADOS SOBRE A HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR

Diego Garcia Ferreira (Uni-FACEF)
Maria de Fátima Aveiro Colares (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

A terminologia da palavra Humanização tem sua origem do francês: humaniser ETIM humanizar + ção, expressão esta que significa ato ou efeito de humanizar(-se), de tornar(-se) benévolo ou mais sociável. Essa nomenclatura foi dada simbolicamente pela semelhança entre as veias da área da saúde humana, O termo humanização vem aparecendo na primeira década do século XXI com bastante frequência na literatura de saúde, e isso parece ser uma consequência das recentes recomendações do Ministério da Saúde que propõe uma Política Nacional de Humanização, o termo Humanizar refere-se a condição de tornar humano, dar condição humana ao outro e tornar afável (FERREIRA 1988).

Segundo Pessini L. (ANO 2001) O cuidado humanizado implica, por parte do cuidador, a compreensão do significado da vida, a capacidade de perceber e compreender a si mesmo e ao outro, situado no mundo e sujeito de sua própria história. O autor afirma que profissionais de saúde devem compartilhar com seus pacientes as experiências e vivências que estas estão relacionadas ao cuidar e complementam que exercer na prática o re-situar das questões pessoais num quadro ético, em que o cuidar se vincula à compreensão da pessoa em sua peculiaridade e em sua originalidade de ser. Estas observações evidenciam semelhança entre o que se sugere como sendo cuidado, visto como uma identidade do humano e que possibilita a existência do ser.

Uma citação que pareceu bastante esclarecedora é que:

> "as definições de humanização convergem para um sentido único, ou seja, que humanização, humanidade e humanizar são tornar humano, dar condições humanas, agir com a bondade natural. E quando pensadas com relação à qualificação de uma conduta ou um cuidado, isso parece de uma forma redundante, pois não se pode admitir que um ser humano seja tratado de alguma outra maneira, senão aquela condizente com sua natureza"(Oliveira ME, Zampieri. 2001).

ISBN 978-85-87406-94-1

Quando surgiram no mundo ocidental por volta do século V, os hospitais não eram lugares onde pessoas iam buscar a cura propriamente dita mesmo porque a medicina não tinham mesmo porque a medicina não possuía recursos para curar todas as doenças assim quando as pessoas procuravam atendimento hospitalar iam em busca de cuidados paliativos para o sofrimento da doença e sobre tudo procuravam atenção e conforto na hora da dor.

Segundo CHERUBIN (2002), a arte de curar doenças era exercida na moradia do doente. A origem dos hospitais é muito mais recente e configura o aperfeiçoamento gradativo da própria civilização. O homem aos poucos descobriu que vivendo em comunidade e compartilhando necessidades e aspirações, sua realização seria rápida, fácil e aperfeiçoada. O hospital, portanto representa uma vitória sobre o egoísmo e o triunfo do altruísmo.

O desenvolvimento tecnológico na ciência e na medicina modifica a relação dos indivíduos com a instituição hospitalar, alguns aspectos subjetivos do paciente tais como suas emoções suas crenças e valores vão ficando para segundo plano apenas para a sua doença que pode ser explicada pela ciência recebe atenção dos atos médicos, nesse contexto um atendimento hospitalar se torna meramente técnico, ou seja, desumanizado. Um atendimento Hospitalar desumanizado significa destituir o paciente do seu caráter de individuo é enxergar apenas a sua doença deixando de lado seus sentimentos, medos e anseios.

Para Rios (2009) a humanização se firma no respeito e no valor que se dá ao ser humano, constituindo um processo que visa à modificação das práticas hospitalares, por meio da construção coletiva de compromissos que visem melhorias ao trabalhador e ao usuário. Assim, por se tratar de uma construção coletiva, a busca pela humanização envolve não somente o paciente e o trabalhador, mas também todos os envolvidos no processo de adoecimento inclusive a família do paciente. O conceito de saúde normalmente é compreendido somente como o bem estar físico de uma pessoa deixando de lado como questões subjetivas nos aspectos mentais e sociais, no entanto levar em consideração só o lado físico é realizar o tratamento de uma forma superficial. É comum relacionarmos o tratamento de doenças apenas com a realização de exames clínicos a ingestão de remédios e outros procedimentos médicos, no entanto estudos desenvolvidos na área da saúde indicam que não é só o fator remédio que contribuem para a cura do paciente, os

ISBN 978-85-87406-94-1

aspectos emotivos e psíquicos devem ser levados em consideração. A Politica Nacional de Humanização instituída pelo ministério da Saúde em 2003 propõe um conjunto de ações integradas que visam transformar um padrão de assistência aos usuários de hospitais públicos do Brasil de forma a melhorar a qualidade e eficácia dos serviços prestados, entre os resultados previstos estão a valorização do trabalhador da saúde a garantia dos direitos dos usuários e a atendimento acolhedor. Um dos requisitos básicos para que a humanização hospitalar se efetive de fato é que os profissionais da saúde se coloquem no lugar do paciente de modo a entender as suas necessidades. Todavia mostra-se relevante no contexto atual uma revisão das praticas cotidianas, com ênfase na criação de espaço de trabalho menos humano e automático que valorizam a dignidade do trabalhador em hospitais e seus usuários, estudos já comprovaram que as situações desumanizantes presentes nas instituições de saúde fazem parte do contexto da civilização moderna considerando-se que o desenvolvimento tecnológico vem dificultando as relações humanas, tornando-as frias, objetivas e individualistas ao ramo de procedimento técnico da área da saúde deixando menos humano.

Segundo Correa (1991) “pela técnica, o homem projeta e realiza coisas impossíveis no campo da física, eletrônica, medicina. Com isto modifica-se a relação homem-mundo. Torna-se direta. Deixa de ser concreta e torna-se indireta. Deixa de ser concreta e passa a ser abstrata, pois, o calculo, os aparelhos tomam conta. Daí o risco do relacionamento homem-homem também se torna calculista, de aparelho, formula, frio, pouco humano” (Casate & Correa, 2005). No passado a saúde era definida como uma condição de ausência de determinada doença. Atualmente, o ser humano saudável é apreciado em uma dimensão maior, que o afeta em seu estado físico, mental, social e espiritual, ou seja, para definirmos um homem saudável devemos ter um olhar para o todo do indivíduo, não somente para determinada doença, mas ele em sua totalidade (MEZZOMO 2003)

Segundo Jeammet, Reynaud e Consoli (2000)

> Humanização é o desejo de levar em consideração as necessidades verdadeiras do paciente, não sendo-única mente materiais, mas também psicológicas e de personalidade do doente. Outro aspecto é reintroduzir o humano no funcionamento do hospital, não reduzindo o paciente ao papel de uma usina de órgãos danificados, podendo desta forma possibilitar que cada paciente continuem vivendo como ser humano.

ISBN 978-85-87406-94-1

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR

A psicologia no contexto hospitalar vem se modificando, dentro das várias perspectivas teóricas e de forma mais sistêmica e coordenada do saber, buscando promover atividades curativas e de prevenção, diminui o sofrimento que a hospitalização e a doença causam ao sujeito, dentro dos limites institucionais regido por regras, condutas, rotinas e demais atividades que seguem uma determinada ordem, limitando, assim, suas possibilidades de atuação (CAMPOS, 1995).

Segundo Simonetti (2006) “a Psicologia Hospitalar é o campo de tratamento dos aspectos psicológicos em torno do adoecimento visando à minimização do sofrimento provocado pela hospitalização”.

De acordo com o autor, o psicólogo hospitalar protagoniza sua atuação, ao nível de comunicação, reforçando o trabalho estrutural e de adaptação do paciente e familiar ao enfrentamento da doença ao ato humano. Deste modo, a atuação deve se direcionar em nível de apoio, atenção, compreensão, suporte ao tratamento, clarificação dos sentimentos, esclarecimentos sobre a doença e fortalecimento dos vínculos familiares. Portanto, a atuação do psicólogo é permeada por uma multiplicidade de solicitações como: preparação do paciente para procedimentos cirúrgicos (pré e pós-operatório), exames, auxílio ao enfrentamento da doença e seu tratamento, atenção aos transtornos mentais associados à patologia, tornando o paciente ativo no seu processo de adoecimento e hospitalização. Além dos aspetos psicológicos que se encontra a doença, os psicólogos deparam-se com diversas manifestações psíquicas da subjetividade humana, tais como: sentimentos, desejos, pensamentos, comportamentos, fantasias, lembranças, estilos de vida, e o modo de adoecimentos que é intrínseco de cada ser.

Dessa forma, a postura acolhedora dos psicólogos é primordial para que se estabeleça o acolhimento e a humanização da assistência. É necessário que demonstre não só os conhecimentos técnicos e científicos, mas, também, habilidade e sensibilidade ao lidar com situações de sobrecarga emocional, o que requer solidariedade. Usar tais ferramentas seria responsabilizar-se pelo outro, pelo cuidado humanizado (OLIVEIRA et al., 2010).

ISBN 978-85-87406-94-1

Acolher significa receber, recepcionar e, também, aceitar o outro como sujeito de direitos e desejos e como corresponsável pela produção da saúde, tanto na perspectiva individual como do ponto de vista coletivo (HENNINGTON, 2005).

A terminologia da palavra Humanização tem sua origem do francês: humaniser ETIM humanizar + ção, expressão esta que significa ato ou efeito de humanizar(-se), de tornar(-se) benévolo ou mais sociável. Essa nomenclatura foi dada simbolicamente pela semelhança entre as veias da área da saúde humana, O termo humanização vem aparecendo na primeira década do século XXI com bastante frequência na literatura de saúde, e isso parece ser uma consequência das recentes recomendações do Ministério da Saúde que propõe uma Política Nacional de Humanização.

Segundo Pessini L. O cuidado humanizado implica, por parte do cuidador, a compreensão do significado da vida, a capacidade de perceber e compreender a si mesmo e ao outro, situado no mundo e sujeito de sua própria história O autor afirma que profissionais de saúde devem compartilhar com seus pacientes as experiências e vivências que estas estão relacionadas ao cuidar e complementam que exercer na prática o re-situar das questões pessoais num quadro ético, em que o cuidar se vincula à compreensão da pessoa em sua peculiaridade e em sua originalidade de ser. Estas observações evidenciam semelhança entre o que se sugere como sendo cuidado, visto como uma identidade do humano e que possibilita a existência do ser.

Uma citação que pareceu bastante esclarecedora é que:

> "as definições de humanização convergem para um sentido único, ou seja, que humanização, humanidade e humanizar são tornar humano, dar condições humanas, agir com a bondade natural. E quando pensadas com relação à qualificação de uma conduta ou um cuidado, isso parece de uma forma redundante, pois não se pode admitir que um ser humano seja tratado de alguma outra maneira, senão aquela condizente com sua natureza"(Oliveira ME, Zampieri. 2001).

Segundo Erdmann, Bettinelli e Waskievicz (2003) afirmam que o grande desafio dos profissionais da saúde é o de cuidar do ser humano na sua totalidade, nas dimensões físicas, psíquicas e sociais. E é pensando nessas concepções de estado de saúde que atualmente se vê uma abordagem de trabalho mais humana, que contempla o indivíduo em suas diversas dimensões. O cuidado

ISBN 978-85-87406-94-1

da dor e do sofrimento é a chave para o resgate da dignidade do ser humano neste contexto crítico onde o ato de humanizar é de extremo cuidado, e é um dos objetivos da Medicina desde tempos atuais. A problemática da dor e do sofrimento não é pura e simplesmente uma questão técnica: estamos frente a uma das questões éticas contemporâneas de primeira grandeza e que precisa ser vista e enfrentada nas suas dimensões física, psí-quica, social e espiritual.

A presença e participação dos familiares no processo de atendimento confortam e tranquilizam o paciente, além de permitir que o paciente se sinta mais protegido, dentro de um ambiente estranho, principalmente, quando se trata de idosos ou crianças. A interação da família, também, com a equipe de saúde possibilita um enriquecimento dos dados sobre o paciente e, consequentemente, melhor resultado para ele e maior retorno profissional (BRASIL, 2010).

Na visão de Mattos (2005), a disponibilidade dos psicólogos hospitalares em atentar para as diversas necessidades é fundamental para a integralidade da atenção, podendo assim, contribuir para a melhoria das condições de saúde da população e evitar procedimentos desnecessários diante da construção social das necessidades de saúde.

3. PSICOLOGIA DA SAUDE X PSICOLOGIA HOSPITALAR

Segundo Spink (2007) a Psicologia da saúde, campo em construção em nosso país, poderia subsidiar as reflexões e pesquisas dos psicólogos que desejam efetivamente não apenas dialogar com o SUS, mas também contribuir para sua consolidação como um serviço universal, de qualidade e com controle social qualificado. Spink (1992), em um trabalho pioneiro, afirmava, no início da década de 90, que havia uma ausência de reflexões sobre o processo saúde/doença, sobre a configuração dos serviços de saúde e das profissões que atuam nesse contexto, como também sobre as políticas públicas de saúde e sobre as suas implicações em relação aos usuários. A autora propôs um modelo que descrevia as linhas de investigação pertinentes à explicação do processo saúde/doença, destacando três dimensões: a compreensão da doença como fenômeno coletivo, a construção do saber leigo e a interface entre o saber oficial e a representação da doença que prevalece ao longo do tempo e em diferentes grupos. Recentemente, Spink e Matta

ISBN 978-85-87406-94-1

(2007) discutiram os desafios da prática psicológica no contexto do SUS. Uma questão citada pelos autores foi a da humanização. De acordo com eles,

> Os programas de humanização hospitalar que... resultaram na Política Nacional de Humanização apontam a necessidade de toda política e ação de saúde dever ter como eixo a humanização... Muitos psicólogos têm construído sua inserção nas unidades de saúde, contudo, muitas vezes, sem articulações com os princípios e diretrizes do SUS. Humanizar, no sentido proposto pelo Ministério da Saúde, é mais que reorganizar os espaços sanitários,é reorganizar os processos de trabalho, formar e qualificar trabalhadores, garantir os direitos e a cidadania dos usuários por meio do controle e da participação popular, é instituir práticas fundadas na integralidade. (p. 47 Spink e Matta 2007)

A área Hospitalar é mais uma das áreas de atuação da psicologia, caracterizada por atuações em instituições de saúde, com atendimentos e prestação de serviços. O Psicólogo Hospitalar também pode atuar em instituições de ensino, visando um aperfeiçoamento ou a especialização de profissionais nesta área. De acordo com Simonetti (2004) “a Psicologia hospitalar é o campo de entendimento e tratamento dos aspectos psicológicos em torno do adoecimento” – aquele que se dá quando o sujeito humano, carregado de subjetividade, esbarra em um "real", de natureza patológica, denominado "doença". (SIMONETTI, 2004)

Segundo Angerami-Camon (2010) o psicólogo hospitalar atende não só aos pacientes, como também a família, a comunidade no qual o psicólogo atua, membros da equipe multidisciplinar e administrativa, mas tudo visando o bem estar físico/emocional do paciente. Oferece e desenvolve atendimento e diferentes atividades, para diferentes níveis de tratamento, mas tendo como foco o acompanhamento e avaliação dos processos psíquicos do paciente que tem que enfrentar um procedimento médico, visando a promoção e recuperação do paciente em nível físico, emocional e psicológico.

O psicólogo não deve diagnosticar a doença, mas sim o que a doença faz o paciente sentir. No entanto, isso tudo não quer dizer que o diagnóstico médico não seja importante - ele é. Pois o diagnóstico médico traz informações imprescindíveis sobre a evolução clínica do paciente e o seu prognóstico, fornecendo condições para o trabalho futuro do psicólogo hospitalar. Assim, fica estabelecido que "a psicologia hospitalar não trata apenas das doenças com causas psíquicas, classicamente denominadas "psicossomáticas", mas sim dos aspectos psicológicos de toda e qualquer doença", uma vez que é factível que "toda doença

ISBN 978-85-87406-94-1

encontra-se repleta de subjetividade, e por isso pode se beneficiar do trabalho da psicologia hospitalar" (SIMONETTI, 2004, p. 15).

A principal função do psicólogo hospitalar é ficar atento em como o paciente reage frente à doença, como a sua vida psíquica e social podem interferir no tratamento, ainda como se estabelecem as interações entre o paciente, a família e a equipe de saúde. (ISMAEL, 2005)

O Psicólogo Hospitalar serve como um mediador em várias relações nas quais o paciente esta presente, como médico/paciente, família/paciente, paciente/paciente. Como também na questão do paciente e sua relação com a doença em si, o processo hospitalização e observar as manifestações emocionais que aparecem a partir deste momento. (RODRIGUEZ-MARÍN, 2003)

E afinal de contas, qual o objetivo da Psicologia Hospitalar? Ela visa trabalhar os pacientes, como também seus familiares, com qualquer faixa etária, em sofrimento psíquico por conta da doença, da internação e do tratamento. Como já foi dito ela não se limita apenas a assistência, ela também vai para a educação e para a pesquisa. Na questão da educação ela visa um aperfeiçoamento profissional de outros profissionais de nível médio ou superior, quanto na pesquisa é tentar desenvolver novas maneiras pesquisas científica na área da saúde, bem como sua publicação.

A psicologia ao ser inserida no hospital reviveu seus próprios postulados adquirindo conceitos e questionamentos que fizeram dela um novo escoramento na busca de compreensão da existência humana. Assim, por exemplo, não mais é possível pensar-se em um curso de graduação em psicologia no qual questões como morte, saúde pública, hospitalização e outras temáticas que em princípio eram pertinentes apenas à psicologia hospitalar, não tenham prioridade ou não sejam exigidas como necessárias para a formação do psicólogo.

A atuação do psicólogo no contexto hospitalar, ao menos no Brasil é uma das temáticas mais revestidas de polêmicas quando se evocam discussões sobre o papel da Psicologia na realidade institucional. A formação acadêmica do psicólogo é falha em relação aos subsídios teóricos que possam embasá-lo na prática institucional. Essa formação acadêmica, sedimentada em outros modelos de

ISBN 978-85-87406-94-1

atuação, não prevê o instrumental teórico necessário para uma atuação nessa realidade. (ANGERAMI-CAMON, 1984)

O psicólogo especialista em psicologia hospitalar tem sua função centrada nos âmbitos secundário e terciário de atenção de saúde, atuando em instituições de saúde e realizando atividade como: atendimento psicoterapêutico, grupos, grupos de psicoprofilaxia, atendimentos em ambulatórios, unidade de terapia intensiva, pronto atendimento, enfermarias em geral, psicomotricidade no contexto hospitalar.

Rodriguez-Marín (2003) sintetiza as seis tarefas básicas do psicólogo que trabalha em hospital, função de coordenação: relativa as atividades com os funcionários do hospital, função de ajuda à adaptação: em que o psicólogo intervém na qualidade do processo de adaptação e recuperação do paciente internado, função de interconsulta: atua como consultor, ajudando outros profissionais a lidarem com o paciente, função de enlace: intervenção, através do delineamento e execução de programas junto com outros profissionais, para modificar ou instalar comportamentos adequados dos pacientes, função assistencial direta: atua diretamente com o paciente. Função de gestão de recursos humanos para aprimorar os serviços dos profissionais da organização.

A psicologia Hospitalar tem como objetivo principal a minimização do sofrimento provocado pela hospitalização. Se outros objetivos forem alcançados a partir da atuação do psicólogo com o paciente hospitalizado- inerente aos objetivos da própria psicoterapia antes citados, trata-se de simples acréscimo ao processo em si. O psicólogo precisa ter muito claro que sua atuação no contexto hospitalar não é psicoterápica, dentro dos moldes do chamado setting terapêutico. Como minimização do sofrimento provado pela hospitalização, também é necessário abranger não apenas a hospitalização em si, em termos específicos da patologia que eventualmente tenha originado a hospitalização, mas principalmente as sequelas e decorrências emocionais dessa hospitalização. (ANGERAMI-CAMON, 2010)

É importante ressaltar que a psicologia hospitalar, não possui setting tão definido e preciso como no processo psicoterápico. Nos casos de atendimentos realizados em enfermarias, muitas vezes o processo é interrompido pelo pessoal de

ISBN 978-85-87406-94-1

base do hospital, para procedimentos. O atendimento então deverá ocorrer levando em conta todas essas variáveis. (CASTRO, 2004)

Outro ponto crucial do psicólogo hospitalar é entender o que o adoecer significa para a sociedade e como o paciente interioriza esse adoecimento, para Pitta (1990). o adoecer nesta sociedade é, consequentemente, deixar de produzir e, portanto, de ser, é vergonhoso, logo, deve ser ocultado e excluído, até porque dificulta que outros, familiares e amigos, também produzam. O hospital perfaz este papel, recuperando quando possível e desenvolvendo sempre, com ou sem culpa, o doente à sua situação anterior. Se um acidente de percurso acontece, administra o evento desmoralizador, deixando que o mito da continuidade da produção transcorra silenciosa e discretamente.

O psicólogo assim não pode ser um profissional que despreze essas variáveis, deve-se revestir de instrumentos no processo de humanização do hospital na medida em que traz em seu bojo de atuação a condição de análise das relações interpessoais. Conjuntamente com o enfoque da humanização do atendimento em saúde, a interdisciplinaridade é uma das bases da tarefa do psicólogo que adentra ao hospital, pois partindo do pressuposto de que o ser doente deve ser considerado biopsicossocial. “Essas três esferas interdepende e inter-relacionam-se à outra, mantendo o ser doente, intercâmbios contínuos com o meio em que vive, num constante esforço de adaptação à sua nova condição de doente. (CHIATTONE, 2003).

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Diante do exposto, o interesse pela temática desta pesquisa parte de minha experiência adquirida no período de estágio em Psicologia realizado em duas Unidades Hospitalares na cidade de Franca – SP, onde se pôde observar que a hospitalização pode ocasionar no paciente e família medo, insegurança, sofrimento, entre outros sentimentos. Na maioria das vezes, desencadeia sofrimento emocional vinculado ao medo da morte, da invalidez, do desconhecido, da solidão como, também, depressão e angústia, e que apesar disso, a família ainda continua na sala de espera, recebendo informações superficiais (CALDEIRA, 2014). Dessa maneira, percebe-se a necessidade de um atendimento humanizado ao paciente e que o

ISBN 978-85-87406-94-1

fornecimento de informações precisas e compreensíveis e a provisão de suporte psicológico e de orientação a todos os membros da família tornam-se fundamental neste momento do adoecimento (WAIDNAN; ELSEN, 2004).

A decisão de tomar como objeto de estudo experiências de ações com objetivos humanizados, insere o papel do psicólogo em um processo de escuta diferenciada, podendo buscar nas intervenções uma alternativa de prevenção e promoção de saúde do paciente e dos familiares envolvidos.

Desta forma, este estudo pretende buscar conhecimentos sobre a importância de medidas preventivas na estratégia de saúde, mais especialmente a área hospitalar. Com relação ao acolhimento desses pacientes, espera-se que o embasamento na literatura possa sensibilizar maior número de profissionais, quanto a importância da reavaliação do seu processo de trabalho, evidenciando os avanços conquistados e os desafios a serem superados.

O acompanhamento e observação de pacientes nesse cenário instigou a necessidade de conhecer e compreender como os mesmos vivenciam essa trajetória e quais os recursos adaptativos e psicológicos são utilizados para o enfrentamento da doença e da razão do estado humano assim enxergando uma falta de contexto de humanização dentro da instituição hospitalar. Considerou-se, portanto a importância e relevância dessa investigação no sentido de atribuir fontes de reflexão acerca do tema. Na sequência são apresentados os objetivos do estudo.

4.1. Objetivo Geral

Conhecer a percepção de pacientes hospitalizados frente ao processo de humanização hospitalar.

4.2. Objetivos Específicos

- Compreender a visão de pacientes hospitalizados sobre o tema da humanização
- Identificar, a partir do paciente hospitalizado qual o conhecimento que ele possui sobre as ações de humanização em um ambiente hospitalar
- Identificar os processos psicológicos vivenciados durante a doença e a importância de atividades humanizadas para a minimização dos sintomas;

ISBN 978-85-87406-94-1

- Averiguar junto ao paciente hospitalizado se ele possui conhecimento de quais profissionais trabalham com humanização hospitalar

5. METODOLOGIA

5.1. Pesquisa qualitativa

O presente estudo terá como referencial metodológico a pesquisa qualitativa.

Esta abordagem, não emprega instrumentos estatísticos como base do processo de analise, ou seja, não pretende enumerar ou medir. A abordagem qualitativa se classifica como mais adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Em geral as investigações qualitativas têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Esses estudos podem descrever a complexidade de determinado problema, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, e num nível mais profundo entender as particularidades do comportamento dos indivíduos. O método qualitativo é a tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados. Tal método tem seu interesse na busca de valores subjetivos, na contextualização dos dados e nos motivos de cada resposta (RICHARDSON, 1999).

A pesquisa de cunho exploratório é considerada fonte rica e importante para as primeiras etapas de investigação, como a familiarização, conhecimento e compreensão dos dados, que se dá por seu caráter objetivo de fornecer maior conhecimento sobre o tema ou problema da pesquisa. (MINAYO, 1996)

Segundo Neves (1996), o foco da pesquisa qualitativa é amplo, obtendo dados descritivos mediante o contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo, buscando compreender os fenômenos, através da perspectiva do participante.

ISBN 978-85-87406-94-1

5.2. Recrutamento e Seleção dos Particpantes

No presente estudo estima-se a participação de 10 pacientes. Os critérios para a seleção dos mesmos levarão em conta as seguintes questões:

1- Inicialmente o setor de Psicologia da Instituição será consultado sobre a possibilidade de averiguação dos prontuários e também sobre a escolha de participantes que estejam internados no período da coleta de dados.

2- Consideraremos o critério de amostra por conveniência, ou seja, serão incluídos no estudo os pacientes que na ocasião da coleta de dados estiverem hospitalizados.

3- Serão incluídos pacientes maiores de 18 anos, que estejam hospitalizados, independente da patologia, nas enfermarias do Hospital, disponibilizadas pelo Setor de Psicologia, que estejam conscientes e em plena autonomia de suas decisões.

4- Os pacientes, após selecionados, serão abordados em seus leitos e serão convidados a participar do estudo. Caso aceitem serão convidados a irem a um lugar mais reservado para realizar a entrevista. Caso não queiram sua decisão será devidamente respeitada.

5.3. Local e Coleta dos Dados

O estudo poderá ser desenvolvido na própria instituição respeitando os horários de trabalho dos funcionários e pacientes. Assim todas as etapas deste estudo estão sendo previstas para serem realizadas na própria instituição hospitalar, em local reservado se possível.

5.4. Instrumentos Utilizados

Para o desenvolvimento da pesquisa será utilizada a técnica de entrevista semiestruturada. Para isso foi elaborado um roteiro de entrevista que abordará questões relacionadas a: aspectos psicológicos envolvidos no processo de hospitalização, a humanização hospitalar, mecanismos de enfrentamento da doença, mudança de rotina, sonhos, planejamento de vida antes e após estar

ISBN 978-85-87406-94-1

internado no hospital, possibilitando conhecer os momentos de dificuldade e os recursos internos durante esse processo.

5.5. Análises dos Resultados

O presente estudo se caracteriza por uma pesquisa de investigação qualitativa. Para isso os dados serão analisados segundo os pressupostos dessa abordagem de investigação. As entrevistas serão gravadas com a anuência dos participantes e depois serão transcritas literalmente. Os dados serão analisados e depois desenvolvidos o levantamento de categorias temáticas sobre os temas abordados.

5.6. Aspectos Éticos

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, o presente estudo obedeceu à resolução 466/12 adotada pelo Ministério da Saúde. Antes de iniciar a coleta de dados, será lido e esclarecido para o participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), com esclarecimentos sobre o estudo e a ciência sobre autonomia e anonimato. O projeto será apresentado ao comitê de ética em pesquisa da Santa Casa.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

A tabela a seguir apresenta o plano de ação e as etapas propostas para a execução desta pesquisa:

Tabela 1: Cronograma da pesquisa.

N°	Etapas da pesquisa	Período do ano
01	Levantamento bibliográfico	Fevereiro a Março/ 2016
02	Estudo do material selecionado	Março a Junho/ 2016
03	Submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da instituição Santa Casa de Franca	Agosto/ 2016
04	Início da coleta de dados	Setembro/ 2016
05	Ordenação e análise dos dados	Setembro/ 2016
06	Elaboração de relatório e conclusão da pesquisa	Outubro/ 2016

Fonte: Elaborado pelo autor

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, L. M. A. C. et al. **Grupo de suporte como estratégia para acolhimento de familiares de pacientes em Unidade de Terapia Intensiva.** Rev Esc Enferm USP, v. 44, n. 2, p.429-36, 2010.

SIMONETTI, A. (2006). **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. 2ª ed. São Paulo: Casa do psicólogo.

WAIDMAN, M. A. P.; ELSEN, I. **Família e necessidades... revendo estudos**. Acta Scientiarum. Health Sciences, v. 26, n. 1, p. 147-157, 2004.

ANGERAMI-CAMON, V. A. (org). **Psicologia Hospitalar: teoria e prática.** Pioneira: São Paulo, 2010

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições, 70, p. 78, 1979.

CASTRO, E. K. **Psicologia da Saúde x Psicologia Hospitalar: Definições e Possibilidade de Inserção Profissional, Psicologia Ciência e Profissão**: Rio Grande do Sul, 2004.

CHIATTONE, H.B. C. Uma vida para o câncer**.** In: **O doente, a psicologia e o hospital**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning. 1996

CHIATTONE. H. B. de C. **Prática Hospitalar**. In: Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar, São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia da Saúde e Hospitalar, 2003, p. 20 – 32.

ISMAEL, S.M.C. *(*org). ***A* prática psicológica e a sua interface com as doenças.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MUYLAERT, M, A. **Corpoafecto:** o psicólogo no hospital geral. São Paulo: Escura, 1995.

PITTA, A. **Hospital, Dor e Morte como Ofício** .Hucitec: São Paulo, 1990.

SEBASTIANI, R. W.; CHIATTONE, H. B. C. **Curso de introdução em psicologia hospitalar.** São Paulo: Nêmeton, 1991.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ISBN 978-85-87406-94-1

ANEXO A

Roteiro de entrevista

1ª parte: dados sócios demográficos

Idade:

Sexo:

Cidade:

Procedência:

Estado civil:

Escolaridade:

Trabalho:

Religião:

2ª parte: Sobe Humanização Hospitalar

1- Tempo de internação
2- Historia e compreensão da doença
3- Dificuldades durante a hospitalização
4- Conhecimento sobre o tema “Humanização Hospitalar”
5- O que pensa, o que sabe e o que acha sobre humanização hospitalar
6- Como define a humanização hospitalar
7- Conhecimento sobre quais os profissionais dentro da instituição hospitalar podem desenvolver ações de humanização

ISBN 978-85-87406-94-1

ABORDAGEM JURÍDICA DO UBER: A (DES)CARACTERIZAÇÃO DE SUA NATUREZA TRABALHISTA NO CONTEXTO JURÍDICO PÁTRIO

Murilo Martins (UNESP)
Fabiano Carvalho (UNESP)
Victor Hugo de Almeida (UNESP)

1. INTRODUÇÃO

A industrialização do Vale do Silício, nos Estado Unidos, no início da década de 1990, somada, dentre outros fatores, ao surgimento de grandes corporações como Google e Apple, desencadeou o surgimento de uma nova perspectiva social e econômica. Segundo Manuel Castells (1999), esses acontecimentos transformaram o cenário social, alterando, principalmente, o capitalismo que, após sofrer profunda reestruturação, reforçou as bases do capital frente ao trabalho.

Denominada por Manuel Castells como sociedade informacional, essa nova ordem tem como cerne a informação e o modo como as pessoas com ela interagem. Segundo Castells (1999), a economia informacional altera os espaços urbanos e o modo como a sociedade interage com as cidades. Com o advento de novas problemáticas, como o aumento de fluxo de veículos e a alteração do *layout* das cidades (CASTELLS, 1999), novas soluções são propostas pelo mercado em resposta a demandas latentes da sociedade.

Essa nova forma de se organizar tem alterado a interação entre pessoas, tanto nas redes virtuais como nas relações sociais e de trabalho. Diante disso, surgiram diversas empresas de tecnologia, sobretudo no Vale do Silício, com novas propostas de interação e soluções para diversas atividades da vida humana.

Uma dessas propostas, a Uber, criada em 2009 por Garrett Camp e Travis Kalanick, nasceu a partir do conceito de economia colaborativa e propôs a mudança da forma de utilização dos meios de transportes (CHOKKATTU; CROOK, 2014), aliando as facilidade e flexibilidade nessa recente forma de organização do trabalho. Trata-se de um serviço personalizado, cuja prestação é feita por motoristas trajando roupas sociais ou esporte fino, em veículos geralmente mais confortáveis do que aqueles conduzidos por taxistas (MELLO; DANTAS, 2015).

ISBN 978-85-87406-94-1

No Brasil, ainda são singulares as pesquisas direcionadas para a discussão dos impactos da atuação dessas empresas, de modo a investigar como esse modelo de economia de compartilhamento pode afetar o universo do trabalho e importar ou não em flexibilização dos direitos trabalhistas. Por um lado, esse ideal de economia de compartilhamento serve como atrativo para o consumidor, justamente por conjugar economia e qualidade; porém, conforme ressalta Asher-Schapiro (2014), sob o pretexto de inovação e progresso, empresas removem as proteções trabalhistas, reduzindo salários e insultando as regulamentações governamentais através de um esquema de transferência dos riscos da atividade para os trabalhadores.

Desta feita, o objetivo do presente artigo é examinar a natureza da relação de trabalho no sistema Uber, contextualizando-o na perspectiva do ordenamento jurídico pátrio, de modo a clarear os direitos e deveres dos protagonistas dessa relação.

Diante disso, adotou-se, como método de procedimento, o levantamento de dados por meio da técnica de pesquisa bibliográfica em materiais já publicados (doutrinas, legislação, artigos, jurisprudência, notícias disponibilizadas em sítios eletrônicos, etc.) e, como método de abordagem, o dedutivo e o comparativo, a fim de se lançar luzes para a compreensão do fenômeno jurídico Uber, bem como seus impactos nos direitos trabalhistas.

2. O SURGIMENTO DO UBER NO CONTEXTO DA *SHARING ECONOMY*

A concepção de um mercado livre – em que cada agente pudesse atuar em prol de seus próprios interesses – projeta-se nas decisões de uma sociedade pautada pelo livre comércio e concorrência, consolidando o liberalismo econômico do século XIX no mundo contemporâneo (SOUTO MAIOR, 2011).

Desta feita, a partir da internacionalização da economia impulsionada pelo processo de globalização, confere-se nova reestruturação do modelo produtivo inaugurado pela Revolução Industrial, impactando severamente no universo do trabalho.

Essas reestruturações do processo produtivo trilharam diversas fases clássicas, pontuadas, por exemplo, pelo Fordismo, Taylorismo e Toyotismo. A

ISBN 978-85-87406-94-1

potencialização do trabalho por novos meios de produção, que visavam ao corte de gastos e à redução de direitos trabalhistas, manteve-se em voga na sociedade do século XX (DELGADO, 2015).

Com o início do século XXI, descortina-se uma nova fase capitalista: a Revolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação, impulsionada pelo surgimento dos computadores e da rede mundial – *Internacional-Networking* ou, simplesmente, InterNet). Tais inovações invadiram o cotidiano social, penetrando em todas as esferas da sociedade e imiscuindo, principalmente, naquilo que move a sociedade do capital: o trabalho.

As possibilidades de novas formas de interação oriundas da sofisticação tecnológica, como, por exemplo, por meio de redes móveis e *smartphones*, permitem o surgimento de novas formas de trabalho, por vezes, mais flexíveis e eficientes. Assim sendo, se antes se demandava a presença física do trabalhador para exercer o ofício, atualmente é possível que o trabalhador o faça a distância, por meio da rede mundial de computadores.

Ademais, as novas tecnologias influenciaram o modo como a sociedade interage com os bens de consumo e serviços produzidos pelo mercado. Nesse contexto, surge a denominada *sharing economy* ou econômica colaborativa, cujo fenômeno pressupõe o consumo colaborativo por meio de atividades de compartilhamento, troca ou aluguel de recursos sem a efetiva posse (ALT; PUSCHMANN, 2016).

A economia de compartilhamento se conecta a realidade da nova geração, denominada *millennials*. Abandona-se a ideia de conquista e posse de bens, privilegiando o consumo imediato, ou seja, a fruição dos mais variados produtos fornecidos pelo capitalismo (REBELL, 2015).

Atenta a essa recente tendência, a indústria da tecnologia criou produtos e soluções para essa nova realidade, como, por exemplo, o Netflix e o Spotify, cujos serviços reproduzem filmes e músicas sem a necessidade da compra de mídias, bastando apenas a contratação do serviço e o pagamento de mensalidade; AirBnB, para que pessoas de diversos países ofereçam suas casas como moradia para viajantes; e, principalmente, a Uber, cujo serviço, ao permitir que

ISBN 978-85-87406-94-1

qualquer pessoa utilize seu carro para compartilhar caronas, tem gerado conflitos em vários países,.

Justifica-se a opção desta abordagem pela Uber, como exemplo de sistema de *sharing economy*, haja vista ser a que melhor se aproveitou das invenções propostas pela economia colaborativa. Alicerceada nos princípios do livre mercado e da concorrência, a empresa passou a atuar em um ramo já existente, qual seja, de taxis, oferecendo uma alternativa ao sistema.

Com características da nova era digital, a Uber, que se considera apenas uma empresa de tecnologia e não de transporte, criou e impulsionou um ramo de trabalho até então inexistente: a prestação de serviços de motorista por aplicativo. Aliando os princípios de livre mercado e concorrência à noção de compartilhamento da *sharing economy*, a Uber criou um mercado aparentemente novo, cujas inovações refletiram não apenas nas relações sociais, mas, também, no conteúdo jurídico no qual se encontra imerso.

3. ENTENDENDO O UBER

Para se entender o Uber é necessário contemplar seus dois segmentos: a empresa UBER e o aplicativo de celular por ela disponibilizado.

Quanto ao aplicativo, trata-se de um sistema virtual, cujo objetivo é conectar usuários passageiros à motoristas parceiros em um sistema similar ao prestado pelos taxistas, ou seja, para o deslocamento urbano.

O modelo de serviços prestado pela empresa Uber é composto por três polos: (1) o usuário típico, que utiliza os serviços para se locomover; (2) o motorista parceiro, um usuário que possui veículo para o fornecimento de caronas e; (3) o aplicativo, um sistema que conecta os outros dois polos, baseados na distância que um se encontra do outro, isto é, o sistema aleatoriamente conecta um usuário típico a um motorista parceiro, baseado na distância que um se encontra do outro, visando diminuir o tempo para que ambos se encontrem.

O ponto chave da questão é que a empresa não se considera uma prestadora de serviços, mas apenas uma empresa de tecnologia, cujo produto, a plataforma tecnológica Uber, é utilizada por usuários ao troco de uma porcentagem

ISBN 978-85-87406-94-1

das viagens efetivadas pelo sistema. Frisa a empresa não empregar motoristas, tampouco possuir frota (PARCEIROSBR, 2015).

Para a utilização do sistema, basta que o motorista parceiro conecte-se ao aplicativo para receber chamadas de usuários típicos para viagens, encerrando suas atividades com o desligamento da plataforma, cujo funcionamento é ininterrupto, ou seja, todos os dias e a qualquer hora. Tal sistema, além de garantir certa flexibilidade ao motorista parceiro, também importa em autonomia, ao passo que permite ao trabalhador definir dias e horários de trabalho, conforme sua disponibilidade.

A cada corrida realizada é calculado o valor devido ao motorista parceiro, com base na categoria em que se encontra inscrito e na distância percorrida. Cada categoria possui taxas diferentes, sendo duas as principais categorias: Uber X e Uber Black (UBER, 2016a)

A categoria do Uber X se caracteriza como mais popular e acessível para usuários típicos, além de garantir maior flexibilidade e menor grau de exigências ao motorista parceiro. De modo diverso, o Uber Black é enquadrado como categoria de luxo, impondo ao motorista parceiro veículos e trajes específicos, como, por exemplo, carros na cor preta e uso de terno pelo motorista (UBER, 2016b)

A porcentagem sobre as viagens realizadas devida a empresa Uber varia de acordo com a categoria, oscilando entre vinte e trinta por cento do valor da viagem. Ao final do trajeto, o motorista e o usuário são notificados do valor final, que é automaticamente debitado da conta do usuário típico e transferido à empresa. Após descontar sua porcentagem e outras taxas, a Uber repassa ao motorista parceiro o valor a ele devido. Dessa forma, a somatória do valor das viagens realizadas na semana é depositada em uma única parcela semanal, direto na conta bancária do motorista (PEDRO, 2015).

Para ser um motorista parceiro da Uber, poucos são os documentos necessários: documento pessoal; Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com a seguinte observação “exerce atividade remunerada”; e atestado de antecedentes criminais. O condutor deverá ter pelo menos 21 anos de idade (PARCEIROSBR, 2015). Ademais, são requisitados documentos do veículo, incluindo Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), que não precisa estar em nome do

ISBN 978-85-87406-94-1

condutor, podendo, inclusive, ser de propriedade de pessoa jurídica; e comprovante de licenciamento na categoria particular.

Ainda, deve o motorista parceiro quitar o seguro de acidentes pessoais, com cobertura mínima de cinquenta mil reais por passageiro/ocupante, por morte ou invalidez para, no mínimo, cinco passageiros ocupantes (PARCEIROSBR, 2015).

A Uber ainda específica algumas políticas e regras para o motorista parceiro se manter habilitado na plataforma. O descumprimento de tais regras pode culminar no desligamento do parceiro do sistema, que não mais poderá utilizá-lo (UBER, 2016c). Algumas dessas regras incluem a proibição do motorista realizar viagens previamente combinadas com usuários, aceitar pagamentos em dinheiro em qualquer situação, recusar animais de serviço (cães guias, por exemplo), assediar passageiros ou mesmo utilizar câmeras de gravação dentro do veículo. Também é proibido ao motorista solicitar boa avaliação junto a Uber para o passageiro, ao final da corrida, ou permanecer online na plataforma quando não estiver disponível para iniciar uma corrida imediatamente (PARCEIROSBR, 2015).

A proibição quanto à solicitação de boa avaliação é de extrema relevância, haja vista ser tal elemento o pivô do funcionamento da plataforma, uma vez que é por meio desse mecanismo que a empresa exerce uma espécie de controle de qualidade da prestação.

Certo é que as avaliações funcionam como uma via de mão dupla, sendo tanto o motorista avaliado como o usuário que solicita a corrida. Ao final da viagem, ambos devem avaliar um ao outro acerca da experiência da viagem, dando estrelas que variam numa escala de 1 a 5.

Com base nessas avaliações, o sistema gera uma nota média das últimas viagens realizadas, devendo o motorista possuir uma média superior a 4,6 estrelas para poder se manter no serviço (MOTORISTA, 2015). Uma média inferior ao estipulado pode ocasionar o desligamento do motorista parceiro do sistema Uber.

ISBN 978-85-87406-94-1

4. PRINCIPAIS PROBLEMAS JURÍDICOS DO UBER

A Uber chegou no Brasil em 2014, com o lançamento dos seus serviços na cidade de São Paulo (APP, 2014). Em vários locais do mundo em que a plataforma foi lançada foram noticiadas várias tensões.

A legalidade dos serviços no Brasil é questionada principalmente pelos sindicatos de taxistas, que consideram o Uber uma atividade ilegal, sob a justificativa de que o meio em que atuam seria exclusivo dos taxistas, conforme legislação brasileira. Sobre o assunto, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) entendeu pela ilegalidade, em análise preliminar realizada na época do lançamento da plataforma, caracterizando o UBER como serviço clandestino, por ser transporte remunerado e pago sem autorização do poder público competente, conforme dispõe a Resolução nº 4.287, de 13 de março de 2014 da ANTT (HONORATO, 2014).

Após o início das atividades da empresa, esclareceu a ANTT que a regulação dos serviços Uber deveria ser realizada pelos municípios onde tal empresa atua, uma vez que a competência da agência é interestadual (CRONEMBERGER; HAJE, 2015).

Por seu turno, a empresa Uber defende a legalidade dos seus serviços prestados no território nacional. O entendimento perpassa pela noção de que as atividades desempenhadas pela Uber e seus motoristas parceiros estão garantidas, primordialmente, pela Constituição Federal; pela Lei nº 12.587/2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana; e pela Lei nº 12.965/14, que institui o Marco Civil da Internet no Brasil (PARCEIROSBR, 2015).

A liberdade de exercício das atividades pautada na Constituição Brasileira decorre de princípios constitucionais. A Constituição, ao proteger as liberdades de iniciativa, de concorrência e do exercício de qualquer trabalho, garante que o transporte individual no Brasil não seja monopólio exercido apenas pelos taxistas.

Além dos princípios constitucionais, a empresa UBER defende que o transporte individual privado, espécie considerada como a desempenhada pelos seus motoristas parceiros, está expressamente previsto na Lei nº 12.587/2012, ao distinguir, em seu art. 3º, as naturezas pública e privada do transporte individual de passageiros. Quanto ao Marco Civil da Internet do Brasil (Lei nº 12.965/2014), esse

ISBN 978-85-87406-94-1

regramento garante, em seu artigo 3º, inciso VIII, a liberdade dos modelos de negócio na internet. Sob esses fundamentos, o serviço prestado pela Uber estaria no campo da legalidade, por respeitar a legislação vigente e os princípios constitucionais.

Todavia, essa interpretação é contestada tanto por juristas como por taxistas interessados na regulação do Uber, os quais acreditam que a atividade desempenhada pela empresa adentra as competências dos taxistas definidas em lei federal. Nessa linha, para Eros Grau, em parecer acerca da legalidade do Uber, a Lei 12.468 de 2011, que regulamenta a profissão do taxista, expõe claramente que a modalidade de transporte de passageiros ofertada pela Uber somente pode ser admitida pelo taxista profissional (ROVER, 2015).

Tais questões acerca da legalidade dos serviços da Uber, no entanto, ainda não foram analisadas no âmbito federal, cabendo a cada cidade propor soluções para o conflito em debate. Na cidade de São Paulo, por exemplo, o aplicativo Uber foi recentemente regulado por meio de decreto municipal (DECRETO, 2016). A regulamentação, entretanto, acirrou ainda mais a disputa existente entre os taxistas e a empresa Uber, gerando inúmeros protestos pela cidade (RIBEIRO; VEIGA, 2016).

Com a regulamentação dos serviços prestados pela empresa, outra questão deve e precisa ser debatida, qual seja, a relação de trabalho existente entre a Uber e os motoristas usuários de sua plataforma. Trata-se de questão pouco discutida, em decorrência de problemas mais emergentes como a análise da legalidade dos serviços. Contudo, é de extrema importância a caracterização da natureza jurídica dessa relação de trabalho, tendo em vista que o modelo adotado pela empresa é inovador e concebe indícios de exploração de direitos trabalhistas.

Esses indícios decorrem, principalmente, dos entendimentos emanados de outros países nos quais a empresa atua, em especial os Estados Unidos, seu país de origem. Com o amadurecimento dos serviços, o número de reclamações acerca de abusos de direitos trabalhistas por parte da empresa, culminou em uma ação de motoristas da Califórnia/EUA, requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício com a Uber, cuja demanda fora julgada procedente, considerando empregados os motoristas da empresa com base na legislação do Estado americano (MOTORISTA, 2015).

ISBN 978-85-87406-94-1

Analisar este modo esta relação de trabalho sob a ótica da legislação vigente no Brasil é de suma importância para a compreensão dos impactos que tais serviços podem operar na seara trabalhista.

5. A NATUREZA DA RELAÇÃO TRABALHISTA ENTRE UBER E SEUS MOTORISTAS PARCEIROS

Inicialmente, é importante destacar a diferença entre relação de emprego e relação de trabalho. A relação de trabalho é "termo genérico que se refere a toda modalidade de contratação de trabalho humano" (DELGADO, 2007a, p. 285), enquanto a relação de emprego é apenas uma das modalidades de relação de trabalho.

Para a análise da existência de relação de trabalho entre a empresa Uber – tomadora de serviços – e seus motoristas parceiros, é necessário identificar as potenciais relações que possam existir. Partindo da relação de emprego estritamente considerada, conforme definido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os requisitos exigidos para a caraterização do vínculo empregatício aparentam estarem presentes na relação analisada.

Para a caracterização da relação de emprego é preciso a presença de cinco requisitos definidos na CLT, quais sejam, a prestação de trabalho por pessoa física, com pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação da atividade ao poder diretivo do empregador, conforme se extrai dos artigos 2º e 3º da CLT.

A pessoalidade diz respeito a quem é contratado para exercer determinada atividade, não podendo se fazer substituir, por se tratar de um contrato *intuitu personae*. No caso da Uber, o motorista que se inscreve para utilizar o seus sistemas, não pode se fazer substituir por outro, pois, para o acesso e utilização, o sistema requer dados pessoais do motorista e de registro do veículo. Essa exigência não pode ser facilmente burlada, uma vez que, ao requisitar uma corrida pelo aplicativo, o usuário padrão recebe os dados tanto do motorista como do veículo e é alertado para notificar a empresa caso os dados não estejam de acordo com a realidade. Resta, portanto, claramente configurada a pessoalidade.

ISBN 978-85-87406-94-1

Quanto a não eventualidade, esclarece Cassar (2014, p. 261) se tratar da “necessidade permanente, isto é, de não ser o trabalho esporádico ou descontínuo”. O motorista nem sempre tem o Uber como fonte única de trabalho e tampouco está obrigado a se ativar para a empresa todos os dias ou em jornadas de trabalho pré-fixadas, usufruindo, portanto, de certa flexibilidade. Dessa forma, dependendo do caso, a habitualidade pode ou não se configurar, sobretudo porque pode o motorista utilizar-se do serviço apenas uma única vez, sem consequências para nenhum dos lados.

A onerosidade significa vantagens recíprocas para o tomador de serviços, que recebe o trabalho, e o empregado, que recebe o efetivo pagamento pelos serviços realizados. A onerosidade “pode se configurar tanto no plano subjetivo, da intenção de contraprestação, quanto no objetivo, isto é, pagamento pelo empregador de parcelas dirigidas a remunerar o empregado” (DELGADO, 2007a, p. 299).

Na relação existente, o Uber repassa aos motoristas os valores referentes ao trabalho prestado, retendo uma porcentagem de cada viagem (20% do valor de motoristas do UberBlack e 25% do UberX). A onerosidade se configura, portanto, pois o motorista é remunerado pelos seus serviços e, essa remuneração não é integral, retendo a empresa parte dos valores auferidos pelo trabalhador.

Já a subordinação, ou dependência hierárquica, diz respeito à submissão da atividade laboral prestada pelo empregado em favor do empregador, cujo ofício deve sujeitar-se a regras, orientações e normas estabelecidas (CASSAR, 2014). Apesar de exercer uma espécie de controle de qualidade, a empresa Uber não determina a jornada de trabalho, nem mesmo a obrigatoriedade de prestá-lo, podendo o motorista trabalhar quando, onde e como quiser, seguindo apenas o código de conduta da empresa. Como existe certa autonomia e, no entendimento de Godinho (2007a, p. 334), “autonomia e subordinação são conceitos antitéticos, contraditórios”, a subordinação não se configuraria, descaracterizando a existência de relação de emprego entre motoristas do Uber e a empresa.

No entanto, existem, ainda, outras formas de subordinação no entendimento da doutrina: a parassubordinação e a subordinação estrutural. A parassubordinação diz respeito à coordenação do trabalho, sem a necessidade de subordinação no sentido clássico, ou seja, a coordenação do trabalho por parte do

ISBN 978-85-87406-94-1

empregador com a inserção do empregado no contexto organizacional daquele. (CASSAR, 2014 apud ALVES, 2004, p. 252).

A subordinação estrutural, entretanto, é um dos fundamentos doutrinários empregados para a configuração da relação do Uber com seus motoristas como uma relação de emprego. É também conhecida por subordinação integrativa; trata-se de modalidade na qual o empregado se insere dentro da "dinâmica do tomador de seus serviços, independentemente de receber (ou não) suas ordens diretas, mas acolhendo, estruturalmente, sua dinâmica de organização e funcionamento" (DELGADO, 2007b, p. 37).

O motorista da Uber não tem como realizar suas atividades sem a plataforma fornecida pela empresa. Ao se inserir na estrutura do tomador de serviços, tornando-se dependente da dinâmica de organização da empresa, resta evidente a subordinação estrutural.

Conquanto se caracterize a subordinação estrutural, persiste a questão do risco do negócio. Vólia Bomfim Cassar define três aspectos a serem analisados para o entendimento do risco do negócio do empregador: "a) a forma de ajuste da contraprestação; b) a possibilidade de assumirem os danos causados ao tomador; c) o investimento no serviço ou negócio" (CASSAR, 2014, p. 264).

No caso em análise, a forma de contraprestação é por meio de porcentagem de cada viagem realizada pelo motorista e existe a responsabilidade dos danos causados ao tomador serem repassados ao trabalhador, uma vez que os valores são depositados na conta do motorista após a exclusão das taxas da Uber. Quando ao investimento no serviço ou negócio, deve o motorista possuir veículo próprio, além de arcar com outras despesas, como, por exemplo, manutenção e combustível. Esse último requisito, por si só, caracteriza o risco da atividade assumido pelo trabalhador, o que afastaria, desse modo, a relação de emprego.

A relação de emprego, no entanto, não é a única forma de relação de trabalho. Conforme já elucidado, há outras espécies de trabalho que se diferenciam da relação de emprego, pela falta de um ou mais requisitos caracterizadores, como é o caso do trabalho eventual, avulso e autônomo.

O trabalho eventual é umas das figuras que mais se assemelha ao empregado típico. Conforme explica Maurício Godinho Delgado (2007a, p. 339), "o

ISBN 978-85-87406-94-1

trabalho eventual tende a reunir os principais pressupostos da relação empregatícia, com exceção da habitualidade". Nesta relação de trabalho, Maurício Godinho Delgado (2007a, p. 340) conclui que "se trata de um trabalho com descontinuidade, pluralidade variável de tomadores de serviços, curta duração e concernente a evento certo, determinado e episódico".

Já a relação de trabalho avulsa, no entendimento de Godinho (2007a, p. 341), diz respeito ao "trabalhador que oferece sua força de trabalho, por curtos períodos de tempo a distintos tomadores de serviço, sem a necessidade de se fixar a qualquer um deles especificamente". O que diferencia o trabalhador avulso do eventual, recai no fato de que a oferta da sua força de trabalho, no mercado específico que atua, se dá por intermédio da respectiva entidade de classe, estando o trabalhador sindicalizado ou não, conforme aduz claramente a Portaria nº 3.107 de 7 de abril de 1971, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

A última categoria a ser analisada é que a mais se aproxima da relação existente entre a Uber e os motoristas parceiros da empresa, o trabalho autônomo. A relação de trabalho autônoma é um das mais importantes relações para se entender a caracterização do Uber no ordenamento jurídico nacional, uma vez que tal categoria também é aplicável aos taxistas, ramo que está diretamente em conflito com o trabalho realizado pela empresa Uber, devido a suas similaridades de atuação.

Conforme elucida Vólia Bomfim Cassar (2014, p. 276), "o trabalhador autônomo é aquele que explora seu ofício ou profissão com habitualidade (repetição), por sua conta e risco próprio". Em contraposição a Cassar, Maurício Godinho Delgado (2007a, p. 334) não identifica nesta figura a presença de subordinação e pessoalidade entre o trabalhador e o tomador de serviços, pois considera que "a subordinação é o critério chave da relação de trabalho autônoma em virtude da ausência da direção empresarial quanto ao modo de concretização cotidiana de seus serviços". O que se enquadraria nesta relação de trabalho é o conceito de autonomia, na qual a direção central da forma de prestação de serviços recai no trabalhador.

Conforme explicitado anteriormente, o Uber não determina jornada de trabalho, podendo o motorista ativar-se quando, quanto e onde desejar,

ISBN 978-85-87406-94-1

podendo, inclusive, recusar corridas. Dessa forma, a relação existente entre a empresa Uber e seus motoristas aparenta ser uma relação de trabalho autônoma.

A possibilidade de definir a forma como prestará seus serviços, contudo, não é plena. A empresa Uber delimita algumas condições como vestuário adequado (não impõe a utilização de uniforme, mas sim a utilização de traje esporte fino ou social); métodos de recebimento pelos serviços prestados (apenas por meio do aplicativo da empresa); e a necessidade (leia-se dependência) da utilização do aplicativo fornecido pela empresa para a prestação do trabalho. Essas características, conforme já apontado, compõem a subordinação estrutural.

A presença de indícios de subordinação poderia afastar a caracterização dessa relação jurídica como trabalho autônomo. No entanto, também se entende que até mesmo no trabalho autônomo pode existir subordinação, embora mitigada, conforme ocorre no caso de representantes comerciais (CASSAR, 2014). Desta feita, a principal diferença entre empregados e trabalhadores autônomos residiria no fato de que, na relação de trabalho autônoma, é o trabalhador quem assume os riscos da atividade.

Na relação entre a empresa Uber e os motoristas parceiros, confere-se que os riscos são suportados, a princípio, pelos motoristas. Isso porque, para ser um motorista parceiro, o usuário deve possuir um carro nas condições requisitadas pela empresa e realizar sua manutenção por conta própria, uma vez que a empresa Uber não fornece combustível, tampouco manutenção veicular. Além disso, a Uber impõe aos motoristas a contratação de seguro específico, para cobrir eventuais danos causados pela prestação.

Dessa forma, ao assumir os riscos, a atividade desempenhada pelos motoristas do Uber aproxima-se consideravelmente dos serviços desempenhados por taxistas, os quais assumem os riscos de seu negócio e não possuem condições de garantir clientela suficiente para cobrir os gastos com a manutenção da atividade. Contribui também para o entendimento de que os motoristas da Uber assumem os riscos da atividade, o fato de que não existe qualquer garantia de salário, sendo o motorista remunerado de acordo com o número de viagens realizadas.

ISBN 978-85-87406-94-1

Nesse contexto, sobra insatisfações. Diante da impossibilidade de discutirem cláusulas contratuais relacionadas à parceria com a empresa, em 28 de março de 2016, motoristas da UBER deflagraram greve contra a empresa, paralisando suas atividades (LEAL, 2016). Pleiteavam a revisão das taxas que a Uber praticava e dos valores das viagens, cujas importâncias são pré-determinadas pela empresa e, de acordo com os grevistas, eram suficientes para a cobertura dos gastos com a manutenção da atividade.

Não bastasse, diante da novidade dessa prestação e por não se enquadrarem na categoria de taxista, os motoristas da Uber não possuem sindicato profissional para defender seus interesses, situação que os torna vulneráveis a explorações no contexto do trabalho.

6. CONCLUSÃO

Apesar de presentes os requisitos essenciais, quais sejam, pessoa física, pessoalidade, subordinação, não eventualidade e onerosidade, a questão do risco da atividade afastaria a possibilidade de caracterização de relação de emprego entre a empresa Uber e motoristas parceiros, tratando-se, pois, de trabalho autônomo.

Nota-se, contudo, que, ao se analisar a relação jurídica em questão, a caracterização como trabalho autônomo não aparenta ser a melhor decisão. O modelo de trabalho da Uber comporta a possibilidade de se impingir abusos aos motoristas, como, por exemplo, jornadas excessivas, diante da inexistência de limitação da duração do trabalho, o que pode culminar em precarização das condições laborais e em riscos aos consumidores do serviço, em situações de fadiga do motorista pelo excesso de trabalho.

Ademais, atribuir o risco da atividade apenas a esses trabalhadores somente agrava essa situação, pois, apesar de essa não ser a proposta inicial da empresa, muitos motoristas parceiros dependem exclusivamente da UBER como única fonte de renda a garantir o próprio sustento. Diante da novidade dessa prestação e por não se enquadrarem na categoria de taxista, os motoristas da Uber não possuem sindicato profissional para defender seus interesses, situação que os torna vulneráveis a explorações no contexto do trabalho.

ISBN 978-85-87406-94-1

Avaliada em torno de 68 bilhões de dólares, a empresa UBER, em cinco anos, superou empresas como Ford e GM (CHEN, 2015). O modelo de prestação adotado é claramente vantajoso para a empresa e desvantajoso para seus motoristas, em razão desses trabalhadores não possuírem condições, individuais e coletivas (de classe), para pleitear melhores condições de trabalho.

Diante desse cenário, se afastada a caracterização da relação de emprego pelos tribunais ou pelo legislador, reconhecendo-se, portanto, tratar-se de relação de trabalho autônomo, entende-se pela necessidade de se regulamentar a atividade, visando ao equacionamento igualitário dos riscos a ela intrínsecos, tal como fora feito em relação ao representante comercial (espécie de trabalho autônomo), através da Lei nº 4.886/1965.

Qualquer entendimento contrário poderá culminar na flexibilização dessa relação de trabalho, favorecendo a precarização da prestação laboral e a imposição de elevados encargos aos trabalhadores, em detrimento dos primados fundamentais da Constituição Federal de 1988, incluindo os valores sociais do trabalho e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ALT, Rainer; PUSCHMANN, Thomas.Sharing Economy, Business & Information Systems Engineering. **Bus Inf Syst Eng**, v. 58, n. 1, p. 93-99, fev. 2016. Disponível em: <http://aisel.aisnet.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1369&context=bise>. Acesso em: 9 maio 2016.

APP de caronas sensação nos EUA, Uber chega a São Paulo. **G1**, Rio de Janeiro, 27 jun. 2014. Disponível em: <http://glo.bo/1mDV5Rw>. Acesso em: 10 maio 2016.

ASHER-SCHAPIRO, Avi. **Against Sharing**, 2014. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2014/09/against-sharing>. Acesso em: 17 out. 2015.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 10 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHEN, Liyan. At $68 Billion Valuation, Uber Will Be Bigger Than GM, Ford, and Honda. **Forbes**, Jersey City, 4 dez. 2015. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/liyanchen/2015/12/04/at-68-billion-valuation-Uber-will-be-bigger-than-gm-ford-and-honda/#4329a4075858>. Acesso em: 12 maio 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

CHOKKATTU, Julian; CROOK, Jordan. **A brief history of Uber.** Techcrunch, 14 ago. 2014. Disponível em: <http://techcrunch.com/gallery/a-brief-history-of-Uber>. Acesso em: 4 nov. 2015.

CRONEMBERGER, Daniella; HAJE, Lara. **Regulação da Uber deve ser feita por municípios, afirma ANTT.** 2015. Agência Câmara Notícias. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRANSPORTE-E-TRANSITO/490558-REGULACAO-DA-UBER-DEVE-SER-FEITA-POR-MUNICIPIOS,-AFIRMA-ANTT.html>. Acesso em: 9 maio 2016.

DECRETO municipal regulamenta transporte individual de passageiros. **Prefeitura de São Paulo**, 2016. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/transportes/noticias/?p=216945>. Acesso em: 12 maio 2016.

DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego:** entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015.

_____. **Curso de direito do trabalho.** 6 ed. São Paulo: LTr, 2007a.

_____. Direitos fundamentais na relação de trabalho. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, n. 2, 2007b. Disponível em: <http://www.fdv.br/publicacoes/periodicos/revistadireitosegarantiasfundamentais/n2/1.pdf>. Acesso em: 7 maio 2016.

HONORATO, Renata. Carona paga é ilegal, diz agência reguladora sobre appUber. **Veja**, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/carona-paga-e-ilegal-diz-agencia-reguladora-sobre-app-Uber>. Acesso em: 10 maio 2016.

LEAL, Ubiratan. Greve expõe fragilidade trabalhista de motoristas do Uber**. Outra cidade**, São Paulo, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://outracidade.com.br/greve-expoe-fragilidade-trabalhista-de-motoristas-do-Uber/>. Acesso em: 12 maio 2016.

MELLO, Kathia; DANTAS, Carolina. Uber X Táxi. **G1**, São Paulo, 17 jun. 2015. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/sao-paulo/2015/Uber-x-taxi/>. Acesso em: 7 fev. 2016.

MOTORISTA do Uber é funcionário, conclui comissão nos EUA. **G1**, São Paulo, 17 jun. 2015. Disponível em: <http://glo.bo/1GfUuuF>. Acesso em: 11 maio 2016.

PARCEIROSBR. Apresenta informações acerca do funcionamento da empresa UBER. 2015. Disponível em: <http://www.parceirosbr.com/>. Acesso em: 8 maio 2016.

PEDRO. Como se tornar um motorista parceiro da Uber. **Uber Newsroom**, 2015. Disponível em: <https://newsroom.Uber.com/brazil/como-se-tornar-um-motorista-parceiro-da-Uber/>. Acesso em: 11 maio 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

REBELL, Bobbi. Millennials Will Outgrow the Sharing Economy. **Time**, 14 jul. 2015. Disponível em: <http://time.com/money/3957652/sharing-economy-millennials/>. Acesso em: 22 set. 2015.

RIBEIRO, Bruno; VEIGA, Edison. **Haddad regula Uber e taxistas ameaçam bloquear aeroportos e rodoviárias.** O Estado de São Paulo, São Paulo, 10 maio 2016. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,com-decreto--haddad-libera-Uber-em-sao-paulo,10000050160>. Acesso em: 12 de maio 2016.

ROVER, Tadeu. Serviço oferecido pela Uber é exclusivo de taxistas, diz Eros Grau. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 15 dez. 2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-dez-15/servico-oferecido-Uber-exclusivo-taxistas-eros-grau>. Acesso em: 15 maio 2016.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de direito do trabalho:** teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2011. v. 1.

UBER. Apresenta informações sobre dúvidas do funcionamento do serviço para motoristas parceiros. 2016a. Disponível em: <https://help.Uber.com/pt_BR/partners>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. Apresenta informações sobre o Uber na cidade de São Paulo. 2016b. Disponível em: < https://www.Uber.com/cities/sao-paulo>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. Código de conduta. 2016c. Disponível em: <https://www.Uber.com/legal/other/code-of-conduct/>. Acesso em: 12 maio 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

ACESSO À JUSTIÇA, DIREITO DO CONSUMIDOR E MUDANÇA SOCIAL: A TUTELA JURÍDICA AOS CONSUMIDORES SUPERENDIVIDADOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA[18]

Dayana Moura Dezena (UNESP-Franca)
Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP-Franca)

1. INTRODUÇÃO

O conceito teórico de acesso à justiça evoluiu, tornando-se um processo social, jurídico e também um dever do Estado de garantir acesso igualitário, democrático e justo. Os direitos humanos exerceram uma contribuição fundamental para transformar conceitos e concepções de acesso à justiça, pautando-se, essencialmente, na dignidade da pessoa humana. Dessa maneira, emergiu a necessidade de reconhecer direitos e deveres sociais do Estado, da sociedade, das associações e também os indivíduos.

Haja vista o acesso à justiça como direito fundamental e direito humano básico, o ponto crucial é que não basta garantir direitos, mas sim torná-los efetivos e passíveis de acesso igualitário. Essas novas concepções vão além da busca pela garantia de um acesso efetivo à justiça; elas trazem consigo a tentativa de afirmar novos direitos substantivos, tais como os direitos dos consumidores.

Há uma série de obstáculos e paradigmas de estrutura, recursos, viabilidade e ônus da Justiça a serem superados. As barreiras entre o acesso formal e efetivo à Justiça vão desde o ônus da justiça até a desigualdade formal e material dos cidadãos de tomarem conhecimento de seus direitos e buscar a tutela dos mesmos.

No plano dos direitos coletivos, há maior evidência para a atuação dos movimentos sociais. Nesse aspecto, cabe ressaltar um importante ponto de discrepância que aflige o direito do consumidor: os interesses difusos dos consumidores não possuem grupos organizados que exerçam pressão no sistema para reivindicar efetivação desses direitos. Essa condição contrapõe-se, por exemplo, ao movimento social dos trabalhadores, no qual há organização com potencial de exercer pressão e coletivizar demandas. A origem do movimento de tutela coletiva dos direitos dos consumidores é atribuída a *Consumers Union* norte-

[18] Pesquisa realizada com o apoio da FAPESP. Processo n° 2015/19311-1

ISBN 978-85-87406-94-1

americana em 1930. Já na Europa nos anos 60, começaram a surgir diversas associações de defesa dos consumidores em países como Suécia, Holanda, França e Inglaterra.

A transformação fulcral da visão do consumo foi superar a ideia liberal de que o consumidor está em um mercado equilibrado. Essa é uma virada histórica que garantiu avanços na proteção dos consumidores e seus interesses difusos. Eles passam então a ser considerados, impreterivelmente, a parte mais fraca da relação de consumo.

A massificação do consumo nas últimas décadas engendrou, por sua vez, o surgimento e difusão dos chamados contratos de adesão. Com efeito, o desequilíbrio das partes em uma relação de consumo ultrapassa o plano da concretização daquela relação, ou seja, para resolver eventuais conflitos é preciso acesso à justiça, seja na esfera administrativa ou judiciária, e esse acesso também pode ser desigual. O questionamento atinge, sobretudo, a questão de informações e conscientização dos consumidores em casos de superendividamento.

Destarte, os direitos individuais e coletivos dos consumidores em situação de superendividamento exigem um estudo direcionado. Assim, o presente trabalho se propõe a apresentar algumas discussões primordiais sobre os principais aspectos do superendividamento, seus efeitos e causas, bem como as medidas cabíveis e alguns dados vislumbrados. O objetivo é propor uma reflexão acerca da afetividade da tutela fornecida aos casos de superendividamento e o possível impacto social que a essa tutela é capaz de produzir.

2. A TUTELA JURÍDICA EM FACE DO SUPERENDIVIDAMENTO

A princípio, é necessário compreender a dimensão do acesso à justiça no direito do consumidor, tendo em vista que a defesa do consumidor só foi consolidada no Brasil com a Constituição de 1988 (PASQUALOTTO, 2009, p. 66). A proteção constitucional do direito consumidor atribuiu a ele o caráter de direito humano fundamental, conforme art. 5°, inciso XXXII e art. 170, inciso V do Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Em termos históricos, o reconhecimento do consumidor enquanto sujeito de direitos especiais, no Brasil, é recente. Assim sendo, a busca pela tutela

ISBN 978-85-87406-94-1

de direitos e garantias inerentes aos consumidores exigiu que o acesso à justiça acompanhasse cada vez mais as demandas consumeristas.

A relação privada entre consumidor e fornecedor, partes de um negócio jurídico, não mais podia estar imune à tutela estatal específica. Com a promulgação do Código de Defesa do Consumidor em 1990, o direito do consumidor, além da tutela civil constitucional, passa a ter uma regulamentação específica que prevê expressamente garantias básicas como a hipossuficiência do consumidor nas relações de consumo. O reconhecidamente do consumidor como parte mais fraca da relação jurídica tem com base o desequilíbrio nato das relações de consumo gerado pelas próprias condições e dinâmicas do mercado, onde visivelmente o consumidor está em posição de desvantagem seja ela técnica, econômica ou de outras ordens.

Além da noção de hipossuficiência do consumidor, entre em cena discussões acerca do mínimo existencial de consumo, que corresponderia ao mínimo que o um cidadão precisa consumir para viver com dignidade. A noção de mínimo existencial é muito cara em se tratando de superendividamento, à medida que é necessário problematizar até que ponto um consumidor pode ter a sua renda familiar de subsistência comprometida para saldar dívidas.

Portanto, a efetivação dos direitos do consumidor, mais precisamente dos direitos dos consumidores em situação de superendividamento, não pode ser realizada sem o acesso à justiça, o qual deve ser compreendido em termos amplos e não apenas ao que tange o Poder Judiciário.

Cappelletti e Garth, referenciais teóricos em matérias de acesso à justiça, compreendem-no como uma série de ações e meios que possibilitam um acesso igualitário e a obtenção de resultados individuais e socialmente justos. (CAPPELLETTI, GARTH, 1988, p.8). Os autores, que de forma precursora se debruçaram sobre análise empírica do fenômeno do acesso à justiça, por meio da coleta de dados do chamado *Florence Project*, concluem a importância de medidas que visem equilibrar a parte potencialmente mais frágil e de instituir, além dos meios judiciários, meios alternativos de acesso à justiça.

Em se tratando de Direito do Consumidor, os órgão de Proteção e Defesa do Consumidor são essenciais no desempenho deste papel, ainda mais por

ISBN 978-85-87406-94-1

ser uma forma gratuita e democrática de obter tutela jurídica, o que vai ao encontro de outra medida fundamental para efetivação do acesso à justiça: que as desigualdades sociais não reduzam a capacidade de acessar a justiça.

2.1. Impacto Global do Superendividamento

A doutrina conceituada superendividamento como a impossibilidade global do devedor, pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo, excluindo dívidas com o Fisco ou de Alimentos (LIMA, 2014, p. 9).

O fenômeno jurídico e social do superendividamento começou a incidir fortemente nos países emergentes, tal como Brasil, nos anos 90. Dessa forma, o Direito é chamado a agir e dar uma resposta justa e eficaz para tal problema de ordem econômica e social. A demanda por uma tutela jurídica em face do superendividamento foi ficando mais intensa.

Por outro lado, a ausência de uma tutela reguladora eficaz e democrática não assegura a preservação da dignidade humana, a qual é desamparada quando não há mecanismos de reinserção social em casos de superendividamento. A falta de mecanismos específicos e de dispositivos legais que visam tutelar os direitos dos consumidores em situação de hipervulnerabilidade social em razão do superendividamento, como bem explicita Karen Rick “alimenta o fenômeno na ‘naturalização da desigualdade’ social brasileira” (BERTONCELO, 2015, p. 23).

Com a crise econômica e financeira de 2008, o superendividamento tomou proporções de destaque internacional. O reconhecimento das consequências e impactos do superendividamento tanto para estabilidade financeira internacional quanto para o desenvolvimento econômico, como aponta Cláudia Lima Marques (apud LIMA, 2014, p. 12), motivou grandes instituições como o Banco Mundial a pesquisar pelo mundo legislações que previssem mecanismos de prevenção e tratamento do superendividamento. Dentre os países subdesenvolvidos, de baixa e média renda, mais da metade não possuíam sistema de insolvência para pessoa física. Diante dessa nova realidade de crédito e de consumo, países como Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra, Alemanha,

ISBN 978-85-87406-94-1

Bélgica, Luxemburgo criaram inovações legislativas, processos extrajudiciais de renegociação de dívidas e mecanismos de tratamento do superendividamento. A crise de 2008, portanto, trouxe à tona a necessidade de debater a regularização de crédito sustentável.

Historicamente, as dívidas eram uma das formas de relações fundadas na violência. Nessa época, o adimplemento das dívidas estava relacionado às penas corporais. Assim, o dano ao credor equivalia a pena que o devedor deveria sofrer. Esse papel foi sendo alterado ao longo do desenvolvimento histórico, deixando de guardar relação com os efeitos corporais, e passando relacionar-se com os efeitos subjetivos e psicológicos. As relações de consumo adquiriram um viés humanista, pautado na preocupação com dignidade humana e a liberdade. Nesse processo histórico de desenvolvimento do papel das dívidas na condição humana e a forma como as relações de consumo eram reconhecidas, foi primordial o reconhecimento do indivíduo como consumidor, como figura essencial na cadeia econômica. O reconhecimento do indivíduo enquanto consumidor faz com que ele seja reconhecido como sujeito de direitos.

Zygmunt Bauman argumenta que, antes, estar abaixo ou acima dos padrões de consumo era interpretado como uma falha pessoal, essa ideia era carregada de um julgamento ético. Hoje, segundo o autor, essa visão foi substituída pela visão de que o “consumo é o fim em si mesmo e, portanto, autoimpulsionador” (BAUMAN, apud BERTONCELLO, 2015, p. 33). Assumir o modo como a economia capitalista globalizada afeta as relações de consumo é primordial para compreender o superendividamento como fenômeno social e econômico. Da perspectiva autoimpulsionadora referida por Bauman, o endividamento é um reflexo ou uma consequência própria do tipo de economia e de mercado que se vivencia atualmente.

Clarissa Costa Lima afirma “O superendividamento é a outra face da democratização do crédito” (2014, p. 25). Não se pode negar a contribuição, inclusive para inclusão social, que a democratização do crédito proporcionou. Contudo, é preciso questionar: essa democratização foi feita de forma responsável?

A abertura e o acesso facilitado ao crédito é um fenômeno recente. Atualmente, fazer um empréstimo, comprar a prazo, obter uma prestação seja ela

ISBN 978-85-87406-94-1

qual for e pagá-la posteriormente são atos comuns e corriqueiros da vida, mas nem sempre foi assim. Adquirir quantia monetária ou outro tipo de empréstimo era visto de forma extremamente pejorativa. A concessão de crédito se dava apenas em casos de extrema necessidade como aquisição de moradia, pagar despesas médica e de educação.

A democratização de crédito marcada pela facilidade de adquirir empréstimos e contrair dívidas advém com o aumento do potencial de compra da população. Milhões de brasileiros que saíram de linha de extrema pobreza e passaram a integrar a classe média. Entre 2003 e 2009, estima-se que 29 milhões de brasileiros integram a popularmente chamada classe C e passam a ter acesso a novos bens de consumo e de crédito. (LIMA, 2014, p. 25).

Certamente, o mercado financeiro voltou-se com especial interesse para esses milhões de consumidores potencialmente dispostos a adquirir bens e crédito. Apesar das contribuições positivas da abertura do crédito, um dos principais problemas é a falta de regulação acerca da concessão de crédito. Isso permite que ela seja feira de forma inescrupulosa, fazendo dos consumidores alvos e reféns das cláusulas impostas pelo fornecedor de crédito. Ademais, os créditos são concedidos sem uma análise real da capacidade de pagamento e sem a devida orientação dos riscos e ônus de obter crédito.

Não obstante o consumo, assim como o crédito, seja uma forma de inclusão social importante na sociedade contemporânea, é necessário problematizar quem faz parte da denominada "nova classe média", a qual tem, segundo alguns autores, ascendido socialmente através do consumo. Jessé de Sousa, em suas obras, analisa a constituição do que ele chama de “ralé brasileira” (SOUZA, 2009), uma classe que se encontra à margem do universo do trabalho formal – e dos direitos –, e busca uma interpretação crítica acerca da como a chamada classe C ascendeu socialmente (SOUZA, 2012) – com a tese de que essa ascensão social se deu em razão do consumo e carece, portanto, de outros aspectos de uma efetiva ascensão e desenvolvimento, tal como o aspecto cultural e educacional.

ISBN 978-85-87406-94-1

2.2. Causas e Efeitos do Superendividamento

Estudiosos do fenômeno do superendividamento apontam alguns fatores objetivos e subjetivos para sua ocorrência. Um desses fatores é justamente o excesso de crédito e a concessão irresponsável. Bancos e financeiras deixando de cumprir com deveres de lealdade e boa-fé, concedem crédito a quem não dispõe de capacidade de reembolso.

Há distintas teorias que pretendem explicar esses fatores. A Teoria do Controle do Impulso busca identificar o fator subjetivo para o superendividamento, ou seja, que diz respeito à vontade do consumidor. A teoria prega o fator comportamental, ou seja, o consumo impulsivo e descontrolado de bens de consumo duráveis e não duráveis. A Teoria da Heurística Incompleta, por sua vez, defende que os consumidores tendem a não se preocupar de fato com os riscos do crédito (LIMA, 2014, p.36). Além desses, outros fatores claramente contribuem para o superendividamento como a falta de informação e de educação financeira e a expansão do cartão de crédito.

A problemática em torno do cartão de crédito já é um alerta para os consumidores. Não são raras as situações de aumento do limite do cartão de crédito sem autorização. Com limites altos o consumidor vai se endividamento progressivamente, iludido pela falsa sensação de disponibilidade de renda que o acesso ao crédito fornece. Os juros altos e o acumulo das mais variadas taxas resultam em uma dívida de montantes incontroláveis.

Outro tipo de crédito capaz de iludir facilmente o consumidor é o crédito consignado, onde o valor já é descontado dos benefícios previdenciários do consumidor, de forma a comprometer facilmente a renda familiar de subsistência sem que o consumidor tenha noção disso. Discute-se se o empréstimo consignado contraria a princípio da impenhorabilidade salarial. Empréstimos eletrônicos e publicidade agressiva também contribuem para o agravamento da problemática do crédito de forma desregulada.

Pesquisas ao redor do mundo demonstraram que a maioria das causas de superendividamento está ligada às mudanças na vida do consumidor, que são os chamados "acidentes de vida", que impedem ou dificultam o pagamento e controle das dívidas. Tais acidentes decorrem da redução da renda,

ISBN 978-85-87406-94-1

do divórcio, de doenças e, principalmente desemprego. Identificar as causas do superendividamento é fundamental para elaboração de mecanismos e instrumentos eficazes de prevenção e tratamento do superendividado. No atual contexto de crise econômica e financeira, onde, segundo fontes jornalísticas, o desemprego chegou à maior taxa já avaliada pelo IBGE (Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística). Há mais de 10,4 milhões de cidadãos desempregados, uma taxa de 10,2% da população (JORNAL DA GLOBO, 2016). Tal realidade reflete não apenas as causas do superendividamento, mas também indica quais mecanismos seriam hábeis para prevenção e tratamento das situações de superendividamento no país, uma vez que o Brasil não possui tais mecanismos regulamentos, e ainda há muita discussão sobre quais seriam medidas cabíveis e úteis para um sistema pátrio de tratamento da insolvência civil.

No que tange os efeitos do superendividamento, eles afetam tanto o plano individual do sujeito superendividado, quanto o plano coletivo da sociedade como um todo, pois os reflexos para mercado e para a estabilidade financeira são grandes, como já demonstrou a crise de 2008.

No plano individual, a dívida que supera patrimônio do devedor pode causar isolamento e marginalização. Os reflexos são os diversos: reflexos familiares (brigas, tensão, estresse); redução ou morte do poder de compra; endividamento de despesas básicas pra sobrevivência (água, luz, despesas com saúde e educação); reflexos no trabalho, como a redução da produtividade; reflexos sociais (exclusão, pobreza); reflexos psicológicos, como depressão, baixa autoestima, alcoolismo, pessimismo, relatados casos de suicídio. No Japão 1.660 pessoas possuem a morte ligada á insolvência em 1991, e na Rússia, por exemplo, a insolvência está ligada à criminalidade (LIMA, 2014, p. 41-42).

3. PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDAMENTO

O tratamento do superendividamento, através de mecanismos específicos, não diz respeito apenas a interesses econômicos. Ele é essencial para evitar a exclusão social e exige a atuação do Poder Público, seja em forma de políticas públicas ou de legislação específicas. O Brasil ainda não possui regulamentação específica, contando apenas com o Projeto de Lei 283/2012 – que

ISBN 978-85-87406-94-1

propõe dispositivos específicos para tratamento do superendividamento a serem acrescentados no Código de Defesa do Consumidor.

A falta de mecanismos específicos e previsão de legal torna incerto e desestruturado o tratamento do superendividamento no país. O que se percebe é a iniciativa de alguns órgãos, por meio de políticas públicas locais, em aplicar alguns mecanismos na tentativa de reequilibrar as relações de consumo entre credores e superendividados. Como exemplo desse tipo de iniciativa, a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON- Franca realizou entre os dias 28 de março 01 de abril um "Mutirão do Superendividamento"[19], onde propostas de renegociação de dívidas foram enviadas paras as respectivas instituições financeiras com base na renda disponível do consumidor superendividado; ou seja, viabilizando uma renegociação de dívidas adequada à realidade social do consumidor, afinal as propostas de renegociação apresentadas pelos bancos, em geral, são inexequíveis para o consumidor e incoerentes com a sua realidade social e financeira.

3.1. Teorias Justificadoras da Falência Civil e Modelos Aplicáveis à Luz do Direito Comparado

O superendividamento torna-se uma preocupação internacional especialmente após a crise de 2008. Respostas legislativas, princípios e práticas internacionais começaram a surgir em diversos países. Com destaque para o que é defendido pela OECD (Organisation for Economic Cooperation and Development), que traz os princípios de honestidade, equidade, proteção do consumidor de serviços financeiros como base para relações de consumo de crédito. A International Law Association Resolução 04/2012 expressa a necessidade de proteção, fixação

[19] O "Mutirão do Superendividamento" foi uma iniciativa da Fundação PROCON de Franca-SP. A semana do mutirão foi destinada a atender consumidores em situação de superendividamento. Em apenas cinco dias, a iniciativa atraiu mais de quinhentos consumidores de Franca e região. Foram feitas uma série de perguntas objetivas aos consumidores, tais como: informações pessoais (nome, endereço, ocupação); instituição credora; montante da dívida; renda familiar mensal; despesa familiar mensais; se consumidor está ou não negativado. Com tais informações um relatório padrão foi preenchido para cada consumidor. Posteriormente, tal relatório foi enviado para as instituições credoras, em sua maioria bancos e financeiras, a fim de conquistar uma renegociação plausível e adequada à realidade social do consumidor. Os relatórios gerados permitem ainda a identificação do perfil do consumidor, bem como a sua renda disponível para pagar parcela da dívida, resguardado o mínimo existencial para que a renda do consumidor destinada ao pagamento de despesas básicas da vida não seja comprometida. A amostra de alguns desses relatórios encontram-se em apêndice.

ISBN 978-85-87406-94-1

de princípios gerais: vulnerabilidade, proteção mais favorável ao consumidor, justiça contratual, crédito responsável e participação dos grupos e associações de consumidor (LIMA, 2014, p. 44- 45).

O Mercosul possui o Comitê de Defesa do Consumidor, que tem se debruçado sobre possíveis soluções para o endividamento. Em encontro realizado em 2009, algumas medidas foram adotadas: criação do Observatório Mercosul sobre Crédito e Superendividamento; criação de Laboratório para integrar políticas públicas e ações de prevenção e tratamento do superendividamento; criação de fóruns de debates de direito comparado. A Consumers International possui modelo de lei de insolvência familiar, pautando pela reintegração social do consumidor, servindo de guia para os países da América Latina (LIMA, 2014, p. 58).

Cabe lembrar que proposições exclusivamente preventivas não são suficientes para evitar o superendividamento, medidas de tratamento também são necessárias. Mesmo informados, consumidores podem subestimar os risco do crédito e a chance de acontecer os chamados acidentes da vida, como desemprego – tornando imperativo que o sistema jurídico possua mecanismos de tratamento e não apenas de prevenção. Não é dispensável, contudo, a educação financeira, pelo contrário, ela é indispensável, sem ela riscos são ainda maiores. Mas apenas a educação financeira e a orientação do consumidor não bastam como medida ao tratamento do superendividamento. Há outros fatores envolvidos que podem influenciar na decisão do consumidor de contrair crédito, além dos fatores mencionados acima.

Uma das medidas de tratamento é a falência civil, falência do consumidor pessoa física. Nela as chances do credor receber é, em tese, maior que numa execução isolada. A falência enquanto processo coletivo proporciona a distribuição mais justa dos recursos do devedor. Para o devedor a falência também tem suas vantagens, uma vez que é capaz de regularizar sua dívida. No Brasil, a falência e a recuperação judicial são institutos jurídicos do direito empresarial, regulados por lei própria (Lei n° 11.101 de 09 de fevereiro de 2005). O direito falimentar se aplica, portanto, aos empresários aqueles que possuem condição de empresário ou sociedade empresária.

Pensando nisso, a exemplos de alguns países que possuem a falência civil da pessoa física, é preciso estabelecer modelos de recomeço e de

ISBN 978-85-87406-94-1

renegociação de dívidas que possam ser aplicados no sistema brasileiro. Há modelos que são chamados de *fresh start*, por meio do qual o devedor tem bens disponíveis liquidados para saldar suas dívidas.

Dentre as teorias justificadoras da falência, algumas defendem o perdão de dívida como forma, inclusive, de proteger o credor de um comportamento impulsivo e aquele que subestima os riscos, assim como defende Thomas H. Jackson na Teoria da Heurística Incompleta A teoria, que se embasa também em evidências comportamentais dos consumidores, parte do pressuposto de que os consumidores são suscetíveis de não controlar seus impulsos (JACKSON *apud* LIMA, 2014, p. 61). Assim sendo, uma lei de falência que regulamentasse prazos de reflexão, valor mínimo de reembolsos em caso de insolvência, limite máximo de juros, planos de pagamento, revisão de dívidas e outros mecanismos de controle, seria capaz de proteger o consumidor quando este for adquirir um crédito.

Os sistemas liberais admitem inclusive o perdão da dívida, ficando as obrigações extintas. Uma vez que esses mecanismos não estão regulamentados ou legalmente previstos, o consumidor fica ainda mais vulnerável em meio ao mercado financeiro e de crédito, afinal não dispõe de mecanismos que lhe assegure melhor controle da aquisição de um crédito ou mecanismo de tratamento e prevenção em caso de superendividamento. Seria necessário, então, que medidas como prazo de reflexão, limite de juros e valor mínimo de reembolso.

A Teoria da Heurística Incompleta, apesar da aplicabilidade em alguns casos, não explica situações em que o consumidor se endivida com despesas básicas da vida, ou em razão de eventos inesperados. Outros estudiosos embasam a teoria do perdão das dívidas na necessidade de recuperar esse consumidor para o mercado de consumo, como é o caso do sistema americano. Teorias mais humanistas pautam-se no aspecto moral da relação entre credores e devedores, considerando a dignidade humana e não apenas os benefícios do mercado. Por outro lado, o argumento de que as pessoas assumem o risco mais facilmente se estão asseguradas de alguma forma é utilizado por aqueles que são contra a falência civil da pessoa física, pois o consumidor estaria de certa forma mais despreocupado em assumir uma dívida, pois sabe que, caso

ISBN 978-85-87406-94-1

não consiga pagá-la, poderá recorrer à falência. Assim, a falência poderia estimular a utilização de crédito.

O Código de Falência Americano, um sistema predominantemente liberal, sofreu reformas a fim de restringir e tornar mais rigoroso o acesso dos consumidores ao procedimento da falência. Havia uma crítica à legislação do país no sentido de que ela estimulava o endividamento por proporcionar facilmente o perdão das dívidas (BERTONCELLO, 2015, p. 59). Apesar dessas considerações, estudos não apontam relação entre a ausência de sistema de falência e uma prevenção ao superendividamento. Ao contrário, o número de endividados cresce a cada dia em países que não possuem esse sistema. Assim sendo, não é possível fazer essa correlação direta entre a falência da pessoa física e o estímulo ao endividamento.

Pensar no suposto risco moral de forma isolada é incoerente, pois há uma série de fatores que influenciam a decisão de adquirir um crédito. Em inúmeros casos estudados pelos juristas que se debruçam sobre o tema, o fator da necessidade é bastante forte. Pessoas que não veem alternativas para cobrir as despesas de sua vida ou adquirir determinados bens úteis à sua vida senão através de um empréstimo ou um financiamento. Não se pode descartar a grande influência das próprias instituições bancárias e financeiras e também da mídia publicitária. São veiculadas diariamente nos grandes veículos de comunicação, propagandas e campanhas voltadas para públicos específicos, inclusive, de maior vulnerabilidade, como idosos no caso dos tão criticados empréstimos consignados.

Se por um lado há o argumento de que um sistema de falência poderia estimular o endividamento, por outro as instituições também seriam estimuladas a fornecer crédito de uma maneira mais responsável. Além disso, a falência não é um simples privilégio, é um processo que desgasta o devedor e pode até estigmatizá-lo.

A legislação europeia, como a existente na França e na Bélgica, preconiza o crédito responsável, com amplo acesso a informações e orientações. Na sociedade americana, a falência da pessoa física é menos estigmatizada que na Europa. No Japão, ela ainda está associada à vergonha e culpa pessoal. Nos Estados Unidos, a mídia também contribui para livrar o estigma, uma vez que

ISBN 978-85-87406-94-1

advogados, juntamente com a opinião pública, fazem propaganda do processo de falência, enquanto no Japão esse tipo de propaganda é proibido.

O sistema jurídico francês é uma das principais inspirações para implantação de mecanismos de tratamento do superendividamento no Brasil. Desde 1804 o Código Civil francês prevê o prazo de graça, que nada mais é do que uma exceção à forma obrigatória dos contratos (LIMA, 2014, p. 75). Esse tipo de dispositivo é o embrião do tratamento jurídico do superendividamento, à medida que autoriza o juiz a intervir nos contratos em caso de inadimplência e dificuldade de pagamento.

No Código Europeu dos Contratos há possibilidade de dilação do cumprimento do contrato concedido pelo juiz por motivos que sejam considerados razoáveis (LIMA, 2014, p. 76). O Direito belga conta com um procedimento especial de suspensão das obrigações do devedor de crédito e a possibilidade de consumidores em situações financeiras fragilizadas pleitearem ao juiz facilidades de pagamentos.

Os acidentes da vida, como desemprego podem ser considerados força social maior da força obrigatória dos contratos, justificando o direito do consumidor de redução ou parcelamento de juros. Mesmo que o consumidor não tenha se endividado pelos chamados acidentes da vida, isso não significa que não estava de boa-fé. Olhando superficialmente para o fenômeno do superendividamento, um consumidor pode estar endividado pela sua impulsividade, irresponsabilidade em ter contraído o crédito. A causa direta à primeira vista pode levar ao entendimento de culpa do devedor, afinal se não ganha o suficiente como pôde contrair determinado empréstimo? Contudo, o um olhar superficial não é capaz de identificar causas mais profundas de uma situação de superendividamento, o que também não permite que uma real proposta de tratamento do superendividamento seja feita, pois para isso é preciso um olhar global sobre o fenômeno, apurando suas causas originárias que podem ser de ordem social ou sociocultural.

De acordo com a análise de Luiz Edson Fachin (*apud* LIMA, 2014, P. 76), “os limites da função social passam a ser o sentido orientador da liberdade de contratar, pilar e espelho da sociedade brasileira contemporânea, superando o ciclo histórico do individualismo exacerbado”. Nesse sentido, o direito contratual

ISBN 978-85-87406-94-1

moderno se opõe a regras absolutas e visa um processo de humanização das relações. O superendividamento, que coloca em risco direitos fundamentais de moradia, propriedade, vida, requer um olhar do direito sobre essa perspectiva humanizada e contemporânea, relativizando o absolutismo de regras como a *pacta sunt servada.* Há necessidade de rever ou modificar um contrato, ainda que o contrato fora celebrado livremente pelas partes por meio da autonomia da liberdade de contratar, a fim de equilibrar a relação de consumo e livrar o lado enfraquecido da marginalização social.

Segundo a teoria que defende falência como instrumento de distribuição do risco, os credores teriam melhor controle dos riscos e maior capacidade técnica de controlar a incidência dos inadimplementos por meio de estatísticas de inadimplemento e investigação do crédito, por exemplo. A Jurisprudência, por sua vez, já argumentou que há risco de aumento dos juros, dificuldade de acesso ao crédito e elevação do chamado "risco Brasil", uma vez que as instituições repassariam para a taxa de juros o risco de o consumidor entrar em processo falência. Em contrapartia, a falência é capaz de funcionar como um instrumento de amenização dos efeitos do superendividamento, reduzindo de seus efeitos, reabilitando civilmente o consumidor e movimentando a economia.

Há dois modelos principais que podem ser usados como base para aplicação no Brasil. O primeiro deles é o modelo *Fresh Start*, típico de países de *Common Law*, onde há concessão de perdão ao devedor de boa-fé, idôneo, em troca de patrimônio disponível, caso haja. O interessante desse modelo é que ele afasta a ideia de culpabilização do devedor, atribuindo o *fresh start* a necessidade do próprio mercado, ou seja, falha no mercado e não na pessoa do devedor. Outra característica apontada é que tal modelo não se fundamenta em argumentos de ordem social, mas sim de ordem econômica. O objetivo é estimular o consumidor a continuar ativo, movimentando a economia de consumo. Também se considera a medida mais extrema, pois admite o perdão, ou seja, permite que o credor não receba seu crédito em prol do bem maior da sociedade, que está no fato de reabilitar o devedor para o consumo.

Já o modelo europeu é pautado nos planos de pagamento e reeducação financeira do devedor. Diferentemente do modelo americano, a falha é atribuída ao consumidor devedor, haja vista a reeducação financeira para

ISBN 978-85-87406-94-1

conscientizar e orientar sobre a responsabilidade pelo pagamento de dívidas. A dívida é saudada por intermédio de um plano de pagamento. Não obstante, na França, onde não é admitido o perdão, passou a aceitá-lo em casos em que a situação financeira e social de consumidor estiver seriamente comprometida, havendo incapacidade absoluta de pagamento.

O legislador americano, contudo, foi restringindo o *fresh start*, de 9 para 19 tipos de dívidas que não podem ser perdoadas, tais como as dívidas fraudulentas, de impostos, dívidas em decorrência da identidade do credor. A partir de 2005, passou-se a exigir teste de capacidade de reembolso. O Canadá seguiu uma linha semelhante. O objetivo é averiguar bens ou renda disponível que possa ser usada para pagar os credores, ao menos parcialmente, criando, assim, uma cultura de responsabilidade.

As pesquisas e estudos realizados por estudiosos do tema, como Cláudia Lima Marques, viabilizaram o Projeto de Lei 283/2012. O projeto visa prevenir o superendividamento, promover acesso responsável ao crédito e educação financeira do consumidor, evitar exclusão social, preservação do mínimo existencial com base nos princípio da boa fé, função social do crédito e deveres de cooperação e solidariedade. Todavia, o projeto não conta com sistema formal de falência. A inovação do PL 283 é a perspectiva de conciliação global, incentivando a abordagem coletiva.

A jurisprudência nacional é relutante em aceitar a impossibilidade subjetiva de pagamento das dívidas, a exemplo do desemprego, que para alguns, como Claudia Lima Marques, deveria ser motivo suficiente para revisão dos contratos e para que o Poder Judiciário atuasse positivamente para o reestabelecimento do equilíbrio contratual, a exemplo do que ocorre na Europa. A Jurisprudência ainda é pautada na obrigatoriedade dos contratos e teoria da imprevisão, nos princípios da *pacta sut servanda* e da autonomia da vontade (LIMA, 2014, p. 134). O Superior Tribunal de Justiça não costuma revisar juros remuneratórios e eles não sofrem limitação da Lei da Usura[20].

[20] Decreto Lei 22.626/33. Súmula 596/STF dispõe: “As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional”.

ISBN 978-85-87406-94-1

O procedimento de execução coletiva contra devedor insolvente no sistema brasileiro é inadequado para solucionar casos de superendividamento, pois não abrange questões sociais. O consumidor retoma sua capacidade civil após cinco anos, ou seja, um processo que dura dez 10 exclui o consumidor do mercado de consumo e de crédito por 15 anos.

Resta evidente que o Brasil necessita de reais mecanismos que lidem com a problemática das relações de crédito exponencialmente desequilibradas pelo superendividamento. Cássio Cavalli e Rafael Ferreira (2015, p.125) atentam para a importância de construir as matrizes das instituições de insolvência pessoal no Brasil. Essa matriz de equivalentes funcionais da falência pessoal, segundo os autores, deve conter variáveis como: quanto paga; quem rever; quem pode dar ordem de *discharge*[21]*;* tempo até *discharge*; proteção de bens presentes; proteção de bens futuros; prazo para pagamento; *stay laws*[22]; prazo para limpar cadastro de crédito (CAVALLI; FERREIRA, 2015, p. 129). Reforça- se, ainda, que as variáveis supramencionadas não representam um rol taxativo. Afinal, diante de uma relação complexa, na qual há interesses e direitos de ordem econômica e social, as variáveis devem ser analisadas de forma minuciosa, a fim de alcançar um procedimento eficaz e efetivo na tutela dos direitos do consumidor superendividado. Por meio de sistematizações como essas, é possível pensar em um sistema de insolvência pessoal no Brasil.

4. DADOS E RESULTADOS EMPÍRICOS OBTIDOS

Tendo em vista o reconhecimento do superendividamento enquanto fenômeno social, econômico e jurídico, resta claro que o Direito não pode se escusar de fornecer uma resposta a tais situações. Para isso os diversos meios de acesso à justiça são fundamentais.

O sistema jurídico pátrio carece de sistematizações para lidar com a insolvência do consumidor e, mesmo que se tenha como base o sistema europeu e americano, a aplicação de tais sistemas não pode ser feita sem a devida

[21] Corresponde determinação que autoriza a liberação das dívidas do devedor de forma total ou parcial.
[22] Corresponde à suspensão de ações de execuções individuais para que o processo de execução concursal possa formar o concurso de credores

ISBN 978-85-87406-94-1

adequação à realidade social brasileira. Por conseguinte, os estudos empíricos e a análise de casos são essenciais para se pensar tanto em instrumentos de tratamentos e prevenção do superendividamento quando em medidas de efetivar o fornecimento dessa tutela jurídica aos superendividados.

Alguns autores tem se dedicado ao estudo no tema no Brasil e ao redor do mundo, realizando importantes estudos empíricos, o que tem permitido um avanço sobre o tem no país. É caso da grande referencial em matéria de direito do consumidor Cláudia Lima Marques. Em um de seus trabalhos- “Sugestões para uma lei sobro o tratamento do superendividamento de pessoa físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul” (MARQUES, 2006, p. 255) – contém análise de 100 casos de superendividamento no Rio Grande do Sul, com base nos dados coletados na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. Dentre os resultados quase 50% dos consumidores superendividados eram trabalhadores autônomos ou liberais, sendo 11% aposentados e 10% desempregados. A grande maioria desses consumidores sustenta uma família de três a quatro pessoas. (MARQUES, 2006, p. 301). A pesquisa demonstrou ainda que 70% são consumidores superendividados passivos, ou seja, suas dívidas decorrem de um acidente de vida (desemprego, morte, nascimento de filhos, doença). As duas maiores incidência nos casos em questão foram desemprego (36,2%) e doença e acidentes (19,5%) (MARQUES, 2006, p. 302).

Estudos recentes, publicados em 2015, produtos de pesquisas no Centro de Pesquisas em Direito e Economia da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas do Rio de janeiro, sob coordenação do Professor Antônio José Maristello Porto, trazem diversos aspectos do superendividamento no Brasil (2015, p. 71). Em um dos trabalhos, intitulado “O Superendividamento brasileiro: uma análise introdutória e uma nova base de dados” (PORTO; BUTELLI, 2015, p. 11), é possível visualizar dados bastante interessantes coletados a partir das informações disponíveis no Banco Central do Brasil.

Chama atenção o descompasso entre o crescimento a renda e o aumento das transações de crédito, no período de 2004 a 2012. Enquanto os valores dos salários nesse período aumento 328%, o total de valores emprestados a título de crédito pessoal, no mesmo período, aumentou em 850% (PORTO;

ISBN 978-85-87406-94-1

BUTELLI, 2015, p. 14). Outro dado impactante evidencia o cenário do superendividamento no Brasil após a crise de 2008: em dezembro de 2005, 18,39% da renda das famílias estava comprometido com o pagamento de dívida; em dezembro de 2013 esse número ultrapassou 45% (PORTO; BUTELLI, 2015, p. 14). Nota-se que ao longo dos anos o endividamento das famílias foi crescendo progressivamente.

Além da formação de uma base de dados, o estudo de casos e a realização de entrevistas permitem que outros indicadores sejam revelados, tal como as principais causas do superendividamento e credores, o perfil do consumidor superendividado. Vale ressaltar que esse perfil para ser diverso conforme a região do país em estudos.

Káren Rick D. Bertoncello, em obra publicada sob coordenação de Cláudia Lima Marques e Antonio Herman Benjamin, propõe o estudo de casos, como base nas fontes colhidas através do Observatório do Crédito e Superendividamento do Consumidor da UFRGS/MJ, com intuito de averiguar a ideia de que a falência é um fenômeno da classe média. Em suas palavras:

> Essa assertiva originada da doutrina norte-americana inspira a análise proposta neste capítulo, notadamente em virtude da reiterada veiculação na mídia nacional no tocante ao aumento do poder aquisitivo da população brasileira. Sobre isso, deparamo-nos, ainda, com muitos questionamentos, que, por razões metodológicas, poderíamos de forma resumir: 1) quem é atualmente a população integrante da classe média; 2) nosso ordenamento jurídico é apto a proteger o mínimo existencial do consumidor, pessoa física e superendividado; 3) quem e como poderá concretizar o mínimo existencial no Brasil (BERTONCELLO, 2015, p. 88).

4.1. Resultados Obtidos Pesquisa Empírica no Município de Franca

A contribuição que as pesquisas e estudos supramencionados têm agregado ao tema no país é inegável. Todavia, as pesquisas, sobretudo, empírica ainda são incipientes. O estudo empírico possibilita identificação de importantes indicadores como a demanda por crédito conforme a faixa de renda, qualidade do crédito, frequência de superendividamento conforme a renda, ocupação dos consumidores superendividados, a composição familiar desses consumidores, a faixa etária dos endividados, entre muitos outros. Assim sendo, o perfil do consumidor superendividado pode ser detectado, bem como as necessidades desses consumidores que serão tuteladas juridicamente.

ISBN 978-85-87406-94-1

Produto de pesquisa em andamento fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, o presente trabalho conta com alguns dados empíricos coletados na primeira etapa do desenvolvimento. As pesquisas empíricas locais são de suma importância, pois reunidas é possível ter um parâmetro global e nacional do superendividamento sem ignorar as diversidades existentes em cada localidade. O município de Franca/SP possui especial relevância empírica metodológica devido a sua realidade social.

A cidade do interior de São Paulo encontra na indústria de calçados e setores afins o destaque que movimenta a economia e gerando empregos. O Relatório Anual de Informações Social do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) mostrou que em 2011 as fábricas do ramo calçadista empregavam diretamente aproximadamente 21 mil trabalhadores, o que representava 6% da mão de obra ativa do setor em questão em todo o território nacional. No mesmo período, a produção anual correspondia a 4,5% da produção nacional e 7,7% do faturamento total das exportações de calçados realizadas pelo Brasil (BARBOSA, 2013, p. 32). Ademais, Franca é possível alta instabilidade do emprego no seu polo calçadista e, conforme estudos mencionados anteriormente, o desemprego é uma das causas de superendividamento. Os reflexos dessa variação nos níveis de renda da população local comprometem a capacidade de consumo. A situação de hipossuficiência e fragilidade do consumidor perante o crédito é agravada pela sua condição social instável e, por vezes, mais baixa. Segundo dados de um estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas em 2011, acerca do poder aquisitivo do trabalhador, Franca ocupava a 103ª posição no ranking do estado e 396ª com renda média mensal de R$ 871,11 (BARBOSA, 2013, p. 81).

A primeira etapa da pesquisa empírica em questão consistiu em um levantamento de dados realizado junto ao Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON do município de Franca/SP. Para tanto foram utilizados dois recortes temporais: um deles de 2007 a 2013, a fim de enfrentar dados referentes ao contexto de pós-crise de 2008; e outro de 2014 a 2016 com objetivo de traçar um parâmetro atual que também está inserido num contexto de crise econômica.

A coleta dos dados referentes ao período de 2008 a 2013 foi feita por meio do acesso ao sistema SIGA (Sistema Integrado de Gestão Administrativa),

ISBN 978-85-87406-94-1

sistema que a essa época era utilizado pelos Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, onde ficam registrados todos os atendimentos realizados. Assim sendo, foram geradas estatísticas do número de casos correspondentes registrados em cada período selecionado. Com relação aos dados datados a partir de 2014, a coleta está sendo realizada por meio do acesso ao sistema SINDEC (Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor do Ministério as Justiça). O sistema, portanto, foi substituído e atualmente é mais completo e possui uma base de informações extremamente rica.

A diversidade de relatórios e estatística que são formados também é mais vasta. A fim de esclarecimentos metodológicos, no SINDEC, alguns dados são gerados em forma de relatório. O tipo de relatório gerado denomina-se Relatório Analítico - Controle Geral de Atendimentos. E possui os seguintes quesitos: Período; Meio de Consumo; Forma de Atendimento; Tipo de atendimento; Área; Assunto; Problema; Situação; Técnico. Dentro de cada um desses quesitos há os campos de filtragem.

O quesito área possui os seguintes campos de filtragem: Alimentos; Assuntos Financeiros; Fiscalização; Habitação; Produtos; Saúde; Serviços Essenciais; Serviços. Para selecionar os casos de superendividamento foi selecionado Assuntos Financeiros. No quesito assunto também foram selecionados os campos de filtragem que indicam casos relacionados ao superendividamento, tais como: Banco Comercial; Cartão de Crédito; Cartão de Loja; Empresa de cobrança; Estabelecimento/ Loja- Compra a Prazo; Financeira.

Por último, dentro do quesito Problema são esses os principais campos de filtragem utilizados: Antecipação de Financiamento; Cálculo de antecipação de prestação; Calculo de encargos na cobrança de cheques; Cálculo de prestação em atraso; Cálculo de prestação/taxa de juros; CET- divulgação inadequada, não divulgação de peças publicitárias; Cobrança indevida; Cobrança vexatória/ difamatória; Consumidor negativado indevidamente nos serviços de proteção ao crédito; Contrato (não cumprimento, alteração, transferência, irregularidade, rescisão); Crédito consignado; Desistência de Consórcio; Falha bancária; Falha bancária em transações eletrônicas; Publicidade abusiva; Publicidade enganosa; Acesso ao serviço (onerosidade, problema ao menu, indisponibilidade, não acessibilidade a deficientes).; Resolução de demandas

ISBN 978-85-87406-94-1

(ausência de resposta, excesso de prazo, não suspensão imediata da cobrança); Tarifa de cartão de crédito cobrança indevida (anuidade, 2ª via); Tarifa bancária - cobrança não autorizada; Tarifas bancárias – divulgação inadequada, não divulgação na agência ou no sitio da Internet.

Os relatórios gerados por meio do SINDEC, ou seja, os relativos aos casos mais recentes, fornecem, além dos dados quantitativos acerca do número de casos, a listagem de todos os casos correspondentes. Assim sendo, o acesso a essa listagem viabiliza a seleção de uma amostra para realizar uma análise aprofundada do caso.

Decorrida a breve explanação metodológica, segue abaixo estatísticas geradas na primeira etapa empírica.

Tabela 1- Número de casos: estatística de problema

Período 01/01 a 31/12	Cobrança indevida	Cobrança indevida/abusiva	Cálculo de prestação em atraso
2007	519	406	39
2008	2.142	1.048	171
2009	3.459	734	175
2010	3.342	766	236
2011	4.715	1.060	194
2012	5.261	1.358	261
2013	2.116	2.116	301

Fonte: SIGA- PROCON Franca/SP

Tabela 2- Estatística geral de problema mais reclamados no período de 01/01/2008 a 31/12/2012

Problema	Número de casos
1° lugar: cobrança indevida	18.924
2° lugar: antecipação de financiamento	8.793
3° lugar: cobrança indevida/ abusiva	4. 969
4° lugar: garantia (abrangência, cobertura)	4.432

Fonte: SIGA- PROCON Franca/SP

ISBN 978-85-87406-94-1

Observa-se que o aumento do número de casos ligados a problemas financeiros cresceu progressivamente ao longo do período destacado. Apenas em quarto lugar, no ranking de assuntos mais reclamados, aparece um problema relacionado a produtos.

Tabela 3- Estatística Assuntos mais reclamados no período de 01/01/2008 a 31/12/2012

Descrição do assunto	Número de casos
1° lugar: Financeira	17.895
2° lugar: Banco Comercial	7.486
3° lugar: Cartão de Crédito	4.849
4° lugar: Telefonia celular	2.983

Fonte: SIGA- PROCON Franca/SP

Novamente, a estatística de assunto confirma, as três primeiras posições ocupadas com vantagem estão relacionadas às principais figuras do fenômeno do superendividamento: a financeira, responsável pela concessão de financiamentos; os bancos comerciais que além de fornecer crédito, também oferece demais serviços financeiros ao consumidor; e o cartão de crédito que representa um dos elementos mais característicos das situações de superendividamento no país.

Tabela 4- Estatística assuntos mais reclamados no período de 01/01/2014 a 17/03/2016

Descrição do assunto	Número de casos
Financeira	2599
Cartão de Crédito	1802
Banco Comercial	1729

Fonte: SINDEC- PROCON Franca/SP

ISBN 978-85-87406-94-1

Tabela 5- Estatística problemas mais reclamados no período de 01/01/2014 a 07/04/2016

Descrição do assunto	Número de casos
Cobrança indevida	2660
Antecipação de Financiamento	1484
Cálculo de Prestação em atraso	472

Fonte: SINDEC- PROCON Franca/SP

As estatísticas recentes reforçam os resultados e em pouco mais de dois anos o número de casos já é elevado.

5. PESPECTIVA DE MUDANÇA SOCIAL

Por estar ligada a questões cotidianas, que afetam a realidade econômica das famílias brasileiras, a tutela jurídica dirigida ao superendividamento pode ser potencial instrumento de mudança social. A convergência entre defesa dos direitos do consumidor e acesso à justiça compõe o substrato necessário à tutela e prevenção do fenômeno do superendividamento.

Ao propor a discussão acerca da possibilidade do direito provocar emancipação social, Boaventura de Sousa Santos faz menção a diversos conflitos da sociedade os quais se relacionam ao direito à medida que este é chamado a atuar, seja por meio de regulamentação ou, de igual modo, por meio de decisões judiciais e extrajudiciais. O mercado de consumo é uma fonte de conflito, afinal há uma gama diversificada de interesses envolvidos. O que o sociólogo português denomina turbulência das escalas dos fenômenos, dos conflitos e das relações de uma sociedade gera reações de questionamento (SANTOS, 2003, p. 14), ou seja, a situação precisa ser refletida, repensada e determinadas medidas clamam por efetivação. Deste modo, análises e proposições críticas acerca do fenômeno do sobreendividamento podem vir a contribuir para a reconstrução da tensão entre regulação social e emancipação social discutida por Santos.

Uma vez que a realidade social de inúmeros cidadãos está vinculada às suas relações com capital, materializadas no mercado de consumo – situação intensificada mediante o crédito e o superendividamento –, a atuação dos movimentos e organizações por intermédio do direito pode configurar a emancipação social.

ISBN 978-85-87406-94-1

A perspectiva de proteção dos consumidores superendividados se dá no sentido de viabilizar os interesses desses sujeitos para garantir que não permaneçam excluídos socialmente em razão do superendividamento. O potencial emancipatório desta proteção está na possibilidade de alterar a realidade social de um consumidor acometido, por exemplo, por taxas de juros que não pode suportar. Todavia, na prática, devido à complexidade e divergência dos interesses econômicos não é possível afirmar de forma una que tais emancipações sociais estão ocorrendo. Por essa razão, se faz tão necessário a pesquisa do fenômeno do superendividamento e a tutela que o direito virtualmente tenha promovido – assim como os meios fornecidos para tal.

6. CONCLUSÃO

Com efeito, o acesso à justiça não está somente na prestação da tutela jurisdicional, mas é, sobretudo, fundamentalmente a educação e informação do consumidor – a fim de que tenha consciência de seus direitos e deveres, bem como saiba onde buscar proteção. Diante do exposto, conclui-se que por meio de estudos em direito comparado e pesquisas empíricas desenvolvidas no país, é possível realizar proposições sobre prevenção e tratamento do superendividamento tanto legislativas quando procedimentais.

O reflexo econômico e social que o direito do consumidor emana advém de sua própria natureza. A promoção de um consumo mais justo e solidário em meio ao mercado capitalista e uma sociedade de desigualdade social é uma das pretensões do tratamento do superendividamento. Dessa forma, o direito do consumidor desempenha um papel indispensável ao caráter universal e coletivo de interesses da sociedade, afinal, todos de alguma forma podem ser caracterizados como consumidores e essa qualidade lhes garante o mínimo para se viver. No caso das proporções evidenciadas atualmente pelo superendividamento, não poderia, portanto, um interesse de natureza indiscutivelmente coletiva estar desprotegido pelo direito. O que demonstra que o tutela jurídica aos consumidores em situação de superendividamento ainda tem muito que conquistar e evoluir.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

ALLEMAR, Aguinaldo. **Tutela Estatal & Relação de Jurídica de Consumo**: intervenção do estado na economia.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Atuação Pública e Eficiência Coletiva em Arranjos Produtivos Locais**- O caso do Pólo Industrial de Franca-SP. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciência Humanas e Sociais Câmpus Franca. 2013.

BAUMAN,Zygmunt. **A vida a crédito**. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. **O mal-estar da pós modernidade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Antonio Herman V; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de Direito do Consumidor**. 6ª ed, revista atualiza e ampliada. São Paulo: Revista do Tribunais, 2015.

BERTONCELLO, Káren Rick. **O superendividamento do consumido**r – mínino existencial casos completos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BOLADE, Geisianne Aparecida. **O Superendividamento do Consumidor como um Problema Jurídico-Social**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano III, nº 8, p. 180-209, jul/dez. 2012, ISSN 2175-7119.

CAMPANHOLO, Tarcisio; FONTES, Gustavo Gastardelli O.; SILVA, Aline Alves. **A riqueza na base da pirâmide: inclusão social pelo consumo e novos mercados.** Revista da Católica, Urberlâncdia, v. 2, n. 3, p. 6-20, 2010. Disponível em: http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/01-Admin.pdf.

CAPPELLETTI, Mauro, GARTH Bryant. **Acesso à justiça**. 1988.

CASADO, Márcio Mello. **Proteção do Consumidor de Crédito Bancário e Financeiro.**

ESCOLA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Prevenção e tratamento do superendividamento.** Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/Caderno_Superendividamento.pdf.

ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA TRABALHISTA DA PARAÍBA. **Acesso coletivo à justiça como instrumento para efetivação dos direitos humanos: por uma nova mentalidade**. Revista Esmat13, 2009.Disponível em: http://www.amatra13.org.br/arquivos/revista/2.pdf.

FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ISBN 978-85-87406-94-1

FONSECA NETO, Ubirajara da. **Curso de direito processual civil: tutela e o fenômeno do acesso à justiça.**

G1. **Desemprego chega à maior taxa da série histórica do IBGE.** Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/04/desemprego-no-brasil-chega-maior-taxa-da-serie-historica-do-ibge.html. Acesso em 10 de maior 2016.

GIANCOLI, Bruno. **O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito**.

GOMES, Domingos Taciano Lepri. **Da sedimentação da identidade jurisdicional no Brasil, em face dos mecanismos de acesso à justiça.**

HARZHEIM, Eliane. **Contrato de adesão**: controle judicial dos contratos de consumo. INTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMDIOR. **Superendidamento no Brasil**- programa de estudo sobre crédito e superendividamentos dos consumidores nos **países do Mercosul**. Programa Estudos sobre crédito e superendividamento dos consumidores dos países do Mercosul, 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/20100420/Relatorio_Idec_Superendivida mento_CI_FINAL.pdf.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Acesso à justiça: um olhar retrospectivo.** Revista Estudos Históricos, n18, 1996. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25477-25479-1-PB.pdf.>

_____. **Através do espelho***:* ensaios sobre sociologia do direito. Rio de Janeiro: IDES, Letra Capital.

LEITÃO MARQUES, Maria M. et al. **O endividamento dos consumidores**. Lisboa: Almedina, 2000.

LEITE, Marcello Alvarenga. **O Superendividamento do Consumidor de Crédito.** Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/11/normatividadejuridica_150.pdf.>

LIMA, Ana Flávia Amorin. **Superendividamento passivo do consumidor brasileiro como hipóteses de revisão judicial dos contratos de crédito**. Goiânia, 2009. Disponível em: http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=797.

LIMA, Clarissa de Lima. **O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, José Reinaldo. **Crédito ao consumidor e superendividamento**: uma problemática geral. Revista Informação legislativa, v. 33, n 129, p. 109-115, jan./mar, 1996.

ISBN 978-85-87406-94-1

LYRA, Marcos Mendes. **Controle das cláusulas abusivas nos contratos de consumo**. MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor.**

_____. Direitos do Consumidor Endividado.

MELLO, Flávio Citro Vieira. **A proteção do sobre-endividado no Brasil à luz do direito comparado.** Revista Luso-Brasileira de Direito de Consumo, vol. 1, n.2, junho, 2011. Disponível em: http://www.bonijuris.com.br/bonijuris/arquivos/finalizada_p011.pdf.

PASQUALOTTO, Adalberto. **Fundamentalidade e efetividade da defesa do consumidor.** Direitos Fundamentais e Justiça, n 9, out./dez., 2009. Disponível em: http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/09_artigo_04.pdf.

PERIN JÚNIOR, Elcio. **A globalização e o direito do consumidor.**

PORTO, Antônio José Maristrello; et all. Org. **Superendividamento no Brasil**. Curitiba: Afiliada, 2015.

Revisão dos Contratos com base no Superendividamento. Disponível em: https://www.jurua.com.br/bv/conteudo.asp?id=22490#imprimir.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Poderá ser o direito emancipatório?**

_____. Introdução à sociologia da administração da Justiça.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora.** 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin; SONCIN, Juliano Miqueletti. **O endividamento do consumidor brasileiro e a ofensa a dignidade humana**. Actio Revista de Estudos Jurídicos. v.1, n 25, jan/jun, 2015. ISSN: 2447-0384. Disponível em: http://www.actiorevista.com.br/index.php/actiorevista/article/viewFile/21/34.

ISBN 978-85-87406-94-1

ANALISE DE DADOS EM BANCO DE DADOS DISTRIBUÍDOS UTILIZANDO A PLATAFORMA HADOOP.

Jorge de Souza Faleiros Filho[23] (Uni-FACEF)
Daniel Facciolo Pires (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

È difícil definir nos dias de hoje qual o bem mais valioso que nossa era, mas sem duvida se não fosse pela informação e o conhecimento gerado pelas mesmas nos certamente não estaríamos neste estagio de desenvolvimento que nos encontramos hoje. Informação é obtida através do agrupamento e processamento de dados através de um método que por sua vez o resultado é armazenado e mantido para futuras referencias gerando assim o conhecimento, nossa sociedade se desenvolveu a tal ponto fomos obrigados a delegar a maquinas o processamento e armazenamento de dados que geramos diariamente, dados que podem gerar informações valiosas, portanto não devem ser descartados, mas os mesmos ocupam um imenso espaço e um alto poder de processamento por parte das maquinas que os armazenam nos obrigando a distribuir essas tarefas entre vários computadores e desenvolvendo sistemas para administrar essas divisões.

Os sistemas de banco de dados evoluiu muito com o passar dos anos, passamos de sistemas locais e limitados para sistemas distribuídos e com muito mais poder de processamento mas ao mesmo tempo muito mais complexos, agora estamos em uma fase que precisamos novamente adaptar e desenvolver novas maneiras de analisar os dados que estão cada vez maiores e mais diversos nosso objetivo nesta artigo é melhorar o conhecimento sobre estes novos métodos de analise para que esta adaptação ocorra de maneira orgânica e bem fundamentada .

2. BANCO DE DADOS DISTRIBUÍDOS

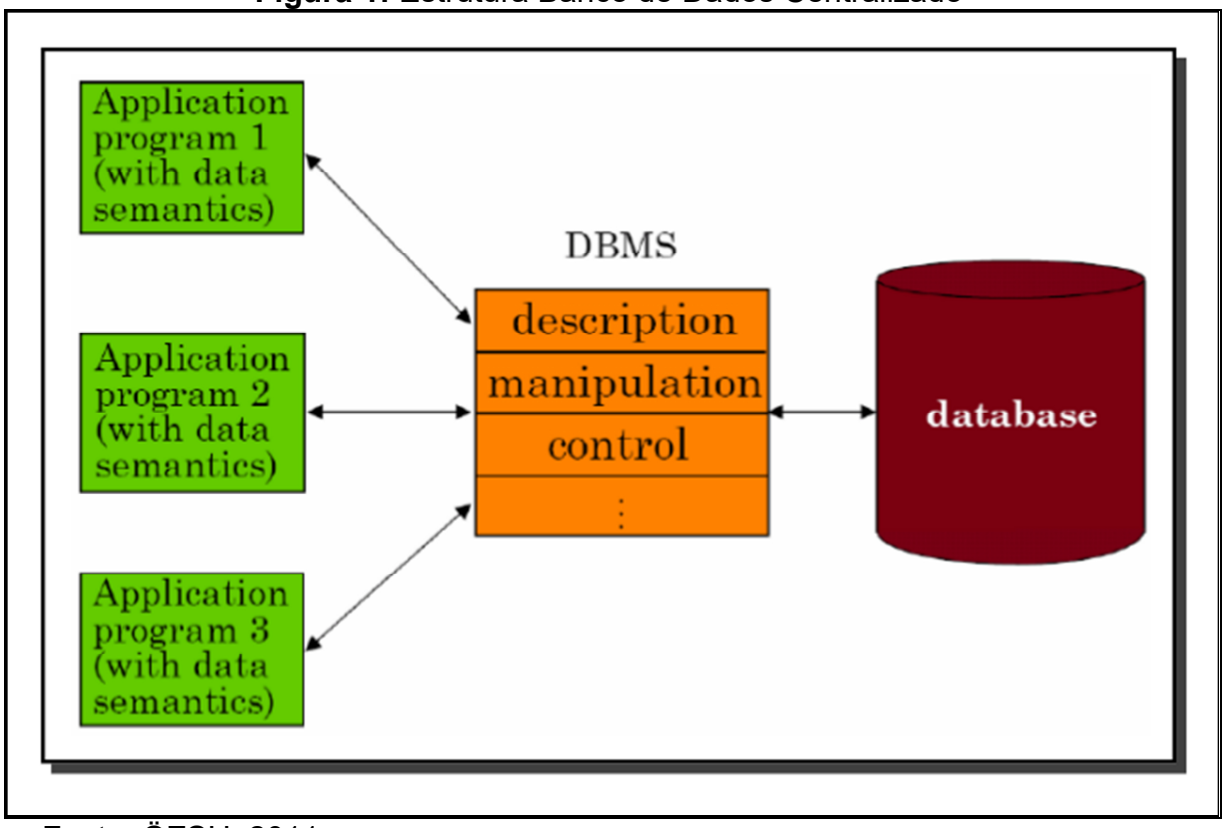
Um SBDD (sistema de banco de dados distribuídos) é a junção dos sistemas de banco de dados centralizados com a rede de computadores, pois é isso que eles são, váriosBDCs (Banco de dados centralizado) interligados por uma rede seja ela local ou não e que podem se comunicar entre si compartilhando parcelas de dados e

[23] Bolsista PIBITI/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

os processando localmente. Desde o começo da década de 80 quando o modelo de banco de dados relacional foi proposto tinha-se uma estrutura para processamento dos dados firmada da seguinte forma.[1]

Figura 1: Estrutura Banco de Dados Centralizado



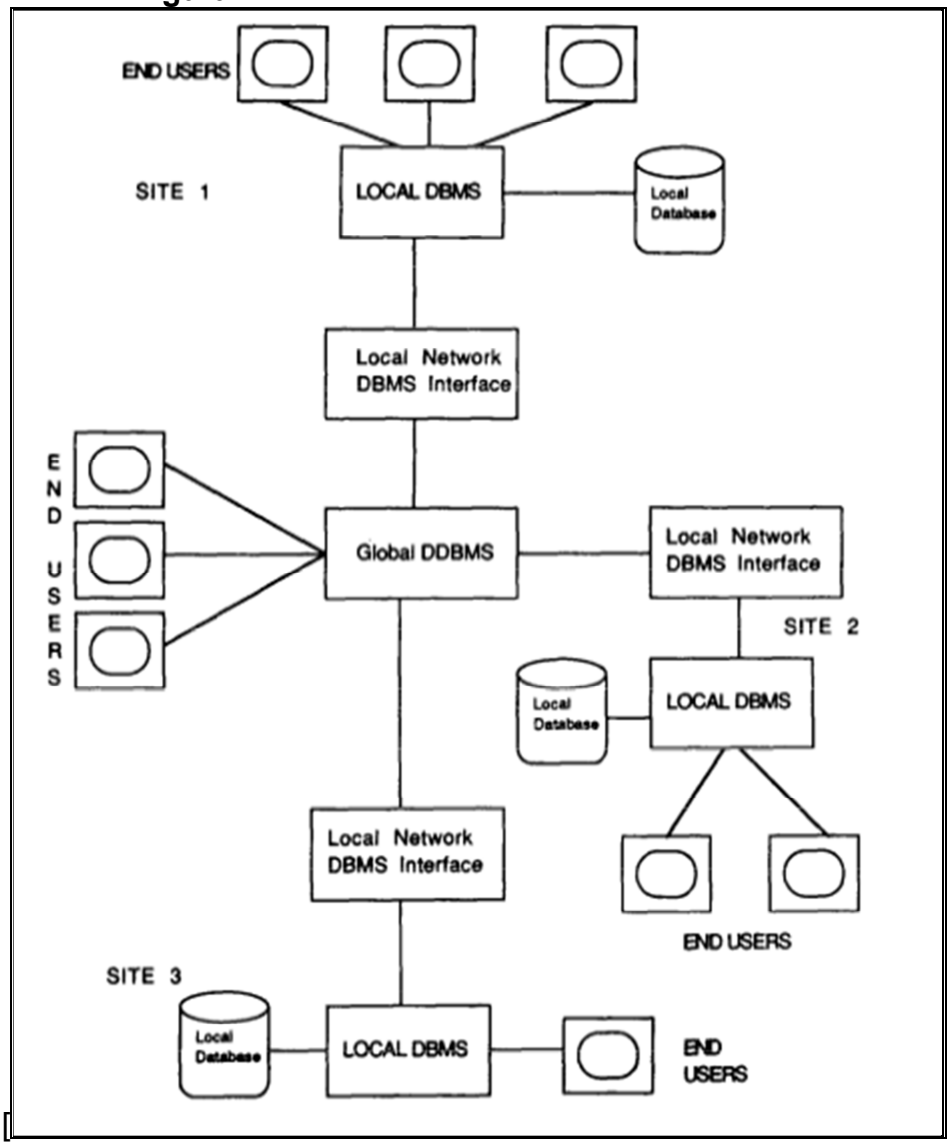
Fonte: ÖZSU, 2011

Como vemos na (Figura 1) os dados eram armazenados em um servidor de banco de dados e conforme a aplicação do usuário requisitava o próprio servidor realizava todo o processamento e isso ocorria para todos os usuários que fizessem o mesmo, este modelo funcionou e ainda funciona muito bem para locais onde o processamento e o armazenamento de dados são considerados baixo ou médio, ou seja aqueles locais onde um equipamento consegue satisfazer os requisitos para que sua utilização continue viável e atenda a demanda de processamento, armazenamento e custo-benefício do usuário, já em modelos de banco de dados distribuídos o modo como os dados são processados difere bastante, pois deixamos de acessar somente um local e passamos a acessar uma interface que gerencia um grande numero de computadores que armazenam e

ISBN 978-85-87406-94-1

processam blocos da base de dados (Figura 2) e cabe ao gerenciador do sistema organizar a distribuição do processamento e unir todos os blocos de resultados enviados pelos diferentes nodes (computadores) e mostrar ao requerente do trabalho um resultado completo. [2]

Figura 2: Estrutura Banco de Dados Distribuído



Fonte: [2]

3. O QUE SIGNIFICA SER DISTRIBUÍDO

A distribuição de um sistema de banco de dados não esta relacionada somente a fragmentação e distribuição da base de dados pelos diferentes nodes, para que um SBDD possa ser considerado distribuído ele precisa também distribuir o processamento dos dados para que cada node possa processar a sua parcela

ISBN 978-85-87406-94-1

localmente, ele precisa distribuir o controle para que cada node possa ter autonomia de alocação dos dados e processamento e por fim ele precisa distribuir as funções para que cada maquina possa realizar sua função no sistema.[1]

3.1. Premissas de um SBDD

Para que um banco de dados possa ser caracterizado como distribuído ele precisa atender duas características segundo [2]

- Subpacotes da base de dados são criados e distribuídos para vários outros computadores que podem ou não estar geograficamente no mesmo lugar. É concedido poder de acesso suficiente para acessar e manipular todos os subpacotes

- Todos os computadores são conectados através de uma rede e todos são gerenciados através de um SGBDD. Usuário não é informado do processo de distribuição.

Tendo em vista estas características devemos ressaltar que um SBDD possui vários problemas que um banco de dados centralizado não necessitaria tratar. A arquitetura de um SBDD possui como objetivo mínimo a não interferência nos dados ou nas configurações dos sistemas de gerenciamento dos bancos de dados locais e ao mesmo tempo abstraindo do usuário a localização física dos dados.

São diversos os problemas enfrentados pelos modelos distribuídos, a variação das configurações de um sistema para outro, a comunicação entre os sistemas, problemas globais de concorrência de transações, tratamento e correção de erros, um catalogo de todos os dados contidos no sistema e seus endereços e por fim um diretório global onde todas as queries possam ser recebidas, divididas em subqueries e enviadas aos seus devidos nodes para processamento da parcela da base de dados que esta armazenada neles.

3.2. Heterogeneidade

A heterogeneidade de um banco de dados é a capacidade do mesmo de lidar com diferentes tipos de tecnologia sendo elas parte da infraestrutura do sistema que pode possuir maquinas diferentes umas das outras, dos protocolos de transmissão

ISBN 978-85-87406-94-1

da rede que podem ser próprios ou genéricos, dos SGBDs locais, das linguagens logicas que por padrão é o SQL mas para cada sistema a linguagem possui algumas variações, dos modelos de dados, dos modelos lógicos e dos tipos de dados. [1]

3.3. Transparência de um BDD

Podemos classificar um BDD em dois tipos baseados em como é o seu nível de transparência para com o usuário final, quanto menos transparente é a arquitetura do sistema mais o usuário tem controle sobre como seu requerimento vai transitar pela rede, os sistemas podem ser heterogêneos ou não. Sistemas ditos multidatabase possuem uma arquitetura que requer do usuário a especificação do local onde os blocos de dados estão sendo mantidos e uma característica importante desse tipo de modelo é que suas queries são transmitidas na integra do modelo global para o modelo local do banco de dados ao qual o usuário especificou e estes sistemas possibilitam que cada node possa trabalhar muito mais facilmente de forma autônoma. Por outro lado existem os sistemas chamado integrados que se preocupam com a transparência do sistema ao usuário fornecendo a eles uma interface parecida com a de um sistema local, abstraindo a localização física dos blocos da base de dados e cuidando de todo o processo de transação pelo sistema.[1] [2]

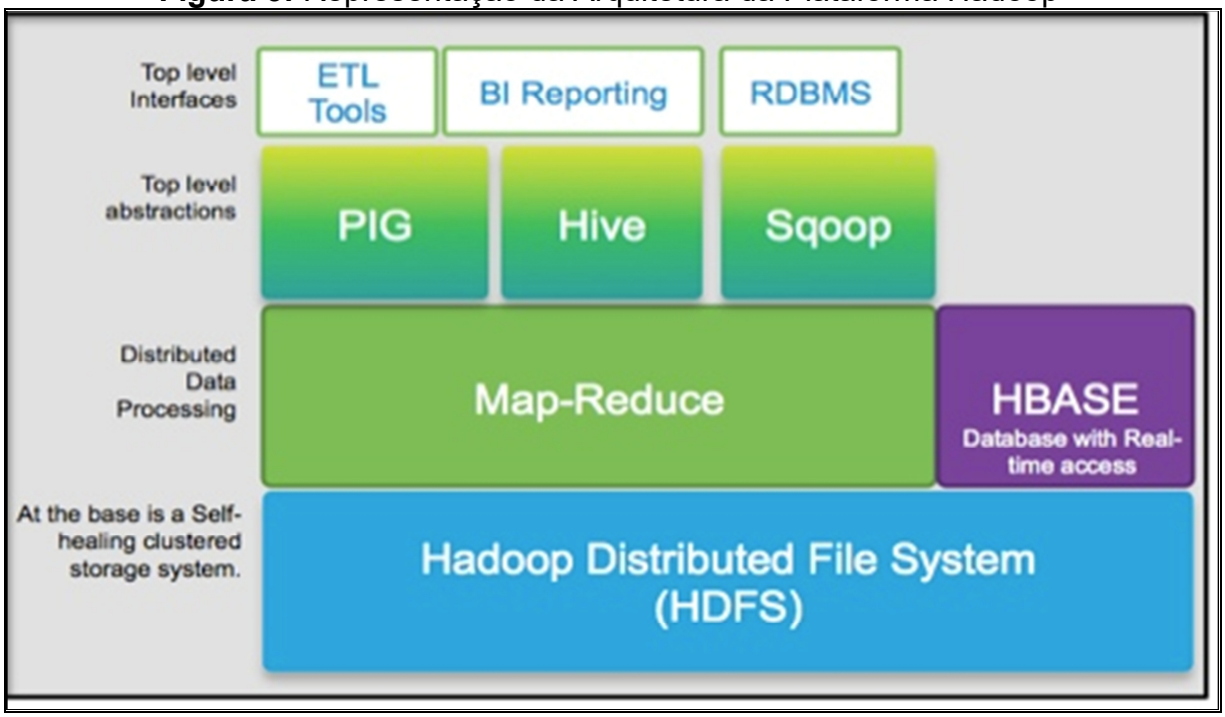
O Hadoop

Vimos ate agora que um banco de dados distribuído precisa distribuir seus dados através de varias maquinas criando subpacotes e os alocando através da rede, vimos também que ele pode ou não se adaptar a diferentes tipos de maquinas, sistemas e dados e além disso tudo ele deve manter o usuário longe de toda as configurações de fragmentação e alocamento dos dados, estas características estão todas presentes no HDFS (Hadoop Distributed file system) que é o sistema de armazenamento e gerenciamento de dados da plataforma Hadoop mas possuindo algumas diferenças que serão mostradas mais a frente, diferentemente dos sistemas de banco de dados distribuídos convencionais que realiza, o processamento das queries no próprio sistema de gerenciamento o processamento dos dados do Hadoop é feito por outra aplicação chamada

ISBN 978-85-87406-94-1

MapReduce que será apresentada de forma mais detalhada mais a frente neste artigo.A arquitetura da plataforma possui vários sistemas diferentes como pode ser observado na Figura 3 mas só abordaremos aqui os dois principais sistemas, HDFS e o MapReduce

Figura 3: Representação da Arquitetura da Plataforma Hadoop



Fonte: http://blogs.cisco.com/wp-content/uploads/Hadoop_Arc.jpg

4. HDFS

O HDFS é o sistema base de toda a plataforma Hadoop, responsável por receber, fragmentar, distribuir os dados ele é o coração de toda a plataforma, responsável por armazenar pacotes de dados, sua arquitetura foi desenvolvida baseada no GFS (Google File System) desenvolvido pela Google em 2003[3] e tem como características principais o armazenamento e gerenciamento de pacotes de dados muito grandes sejam eles estruturados ou desestruturados e otimizado para o uso do MapReduce como sistema de analise de dados.

ISBN 978-85-87406-94-1

4.1. Arquitetura

Por mais parecido que o HDFS possa parecer com os demais sistemas distribuídos ele possui algumas característicasúnicas, sua arquitetura foi projetada para que fosse altamente tolerante a falhas e que funcionasse em computadores comuns em vez de servidores de alta desempenhoalém de fornecer uma alta taxa de transferência para aplicações, a arquitetura do HDFS é montada encima de dois tipos de maquinas com funções bem especificas no Namenode e o Datanode que serão mais bem explicados mais a frente por enquanto vamos nos focar nas características especificas do HDFS como sua tolerância a falhas, heterogeneidade.

4.2. Alta Tolerância a Falhas

Hadoop é uma plataforma feita para que fosse facilmente escalonavel e devido a isso se acaba conseguindo um sistemas com centenas ou milhares de maquinas que praticamente em quase sua totalidade são maquinas comuns com uma baixa taxa de confiabilidade dos componentes, estatisticamente sempre haverá maquinas que apresentarão defeito, pensando nisso o sistema foi projetado para que possa se recuperar rapidamente das falhas, isso é feito através de alguns métodos que são ativados dependendo dos tipos de falhas que ocorram, todos os nodes do sistema enviam periodicamente sinais de seu estado atual, seja ele em espera ou trabalhando em alguma tarefa ao qual foi designado, quando o sistema para de receber este sinal por um tempo aquele node é marcado como inativo e todos os trabalhos que foram designados a ele são designados para outro node ativo e as parcelas dos conjuntos de dados que foram alocadas nele são copiadas para diferentes nodes para que o fator de replicação possa ser balanceado novamente.[4]

4.3. Um Sistema Heterogêneo e Transparente

Duas das principais premissas da plataforma são conseguir analisar dados sejam eles estruturados (planilhas, tabelas, xml e etc.) ou desestruturados (LOGs, vídeos, imagens, áudios e etc.) e que seja transparente ao usuário para que

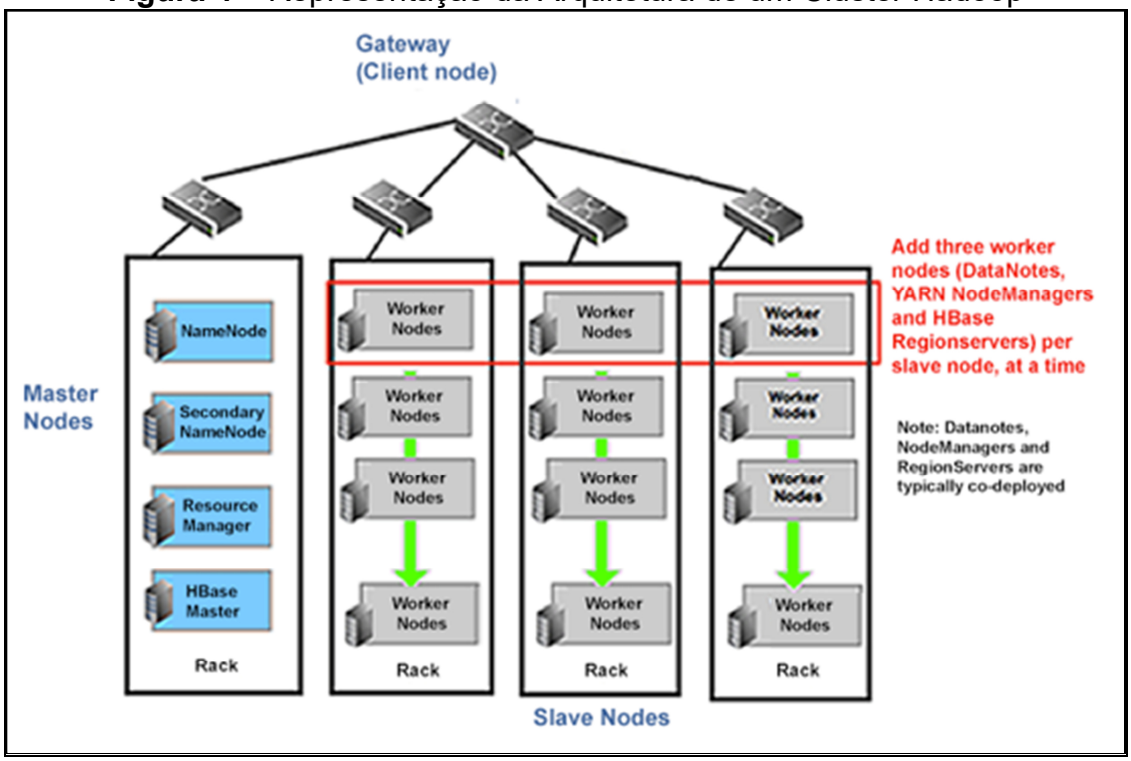
ISBN 978-85-87406-94-1

isso fosse possível o sistema deveria aceitar os mais diversos tipos de dados e se comunicar com as mais diferentes plataformas e aplicações e mostrasse ao usuário um simples sistema de gerenciamento de arquivo e seus diretórios, isso deu ao sistema uma grande adaptabilidade e uma interação com o usuário muito mais orgânica e intuitiva já que ele seria poupado de ter que adaptar o sistema cada vez que fosse mudar de plataforma.[4]

4.4. Namenode e Datanode

Como já mencionado anteriormente o Namenode é um dos tipos de maquinas que fazem parte do HDFS sua responsabilidade é de armazenar os metadados do cluster (conjunto de maquinas sob o sistema), que são os arquivos especificando o estado de cada node, quais blocos de quais arquivos estão armazenados neles, verificar se o fator de replicação esta balanceado e atribuir os trabalhos e as correções de erros através do sistema. A maquina responsável por esta função é a única em todo o cluster que se recomenda que possua uma confiabilidade maior pois devido a sua função ela se torna um ponto de falha critico por isso é recomendável possuir outro*Namenode* de backup.[4]

Figura 4 – Representação da Arquitetura de um Cluster Hadoop



Fonte: http://pivotalhd.docs.pivotal.io/docs/01-RawContent/Getting-Started/PHD2_Typical_Cluster_Topology.png

ISBN 978-85-87406-94-1

Na Figura 4 podemos ver como é a infraestrutura do cluster e como é muito semelhante à de outros bancos de dados distribuídos. Os datanodes (worknodes) são responsáveis pelo armazenamento e processamento dos blocos de dados, eles são os "trabalhadores" do cluster, sendo garantido a eles a autonomia de alocação e processamento dos dados localmente.

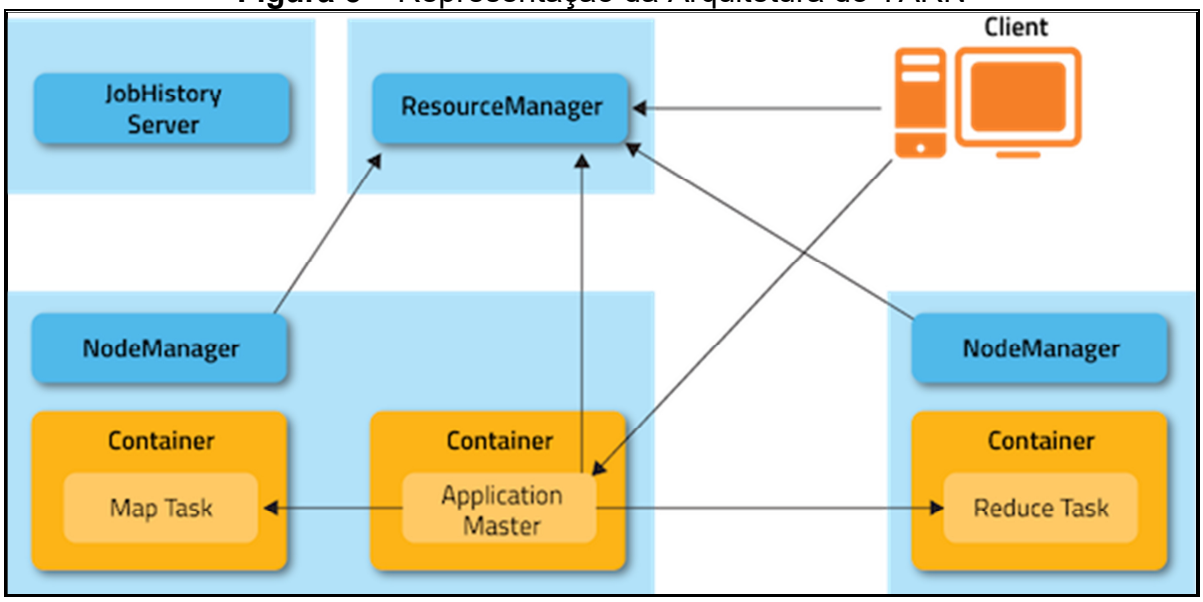
HDFS é feito em linguagem Java sendo possível utilizado em qualquer maquina que possa ser instalada uma JVM (*Java virtual Machine*) e geralmente estas maquinas possuem sistema operacional GNU/Linux [5].

4.5. Yarn

Como em todo sistema distribuídoa gestão de recursos é um fator que interfere muito no tempo de realização do trabalho, na plataforma Hadoop o responsável por essa gerencia é o YARN (*YetAnother Resource Negotioator*), com o trabalho de programar os trabalhos nos nodes e designar cada trabalho para cada node de acordo com as capacidades físicas da maquina e a sua disponibilidade.

Funcionando como uma camada entre o HDFS e o MapReduce o YARN coleta informações de todos os nodes do cluster (CPU, RAM, Espaço livre de HD , etc.) periodicamente e define para cada node a sua parcela do trabalho, essa analise e coleta é feita através de dois componentes *o Resource Manager* e o *Node Manager* como mostrado na Figura 5.

Figura 5 – Representação da Arquitetura do YARN



Fonte: http://blog.cloudera.com/wp-content/uploads/2013/11/mr21.png

ISBN 978-85-87406-94-1

Em todo o cluster existe somente um *Resource Manager*, ele é responsável pelo processamento dos dados enviados pelos nodes e pela designação dos trabalhos, já o node manager é instalado em todos os computadores, ele fica responsável pela monitoração do node e envio de sinais periódicos ao *Resource manager* reportando se a maquina se encontra ocupada ou em espera juntamente com os dados físicos da maquina.

4.6. Hadoop MapReduce

O MapReduce é uma das aplicações da plataforma Hadoop desenvolvida para rodar sobre o HDFS com a tarefa de analisar os dados independentemente de tamanho, formato ou se são ou não estruturado, assim como o HDFS o Hadoop MapReduce foi desenvolvido em Java para melhor portabilidade e suas aplicações devem ser escritas nesta mesma linguagem. O Hadoop MapReduce é uma plataforma que se baseia no conceito de MapReduce proposto pela Google [7] em 2004 e sua abordagem é a de dividir a analise em uma fase de pré-processamento onde serão filtrados os dados relevantes a analise chamada de map e outra responsável pela analise em si onde os resultados já pré-tratados vão ser analisados e reduzidos a um conjunto de dados onde dependendo do tipo de analise feita pela aplicação os dados possam ser transformado em informação para o usuário esta ultima etapa é chamada de reduce. As aplicações de map e reduce podem ser escritas tanto em Java como em Ruby ou em Python através do *Hadoop Streaming* mas é mais bem aplicada em analise em documentos de texto.

4.7. Map e Reduce

A analise neste sistema é feita em duas etapas, a primeira fase chamada map e a segunda chamada reduce, ambas são representadas na aplicação na forma de duas funções de mesmo nome que trabalham através de uma par de chaves de entrada e uma par de chaves para a saída.[4,6,7]

A primeira chave da função de map é o index (numero da linha) dos dados que são inserido e a segunda são os dados brutos que serão processados e relacionados a primeira chave. Apos a entrada dos dados a tarefa da função map é agrupar os dados tendo como referencia um atributo cujo outros dados também

ISBN 978-85-87406-94-1

tenham em comum fazendo assim uma filtragem para que somente dados relevantes passem para a próxima fase, o par de chaves de saída da função de map é formado pelas variações do atributo de referencia na primeira chave e na segunda os dados que foram considerados relevantes e relacionados a primeira chave.[4,6,7]

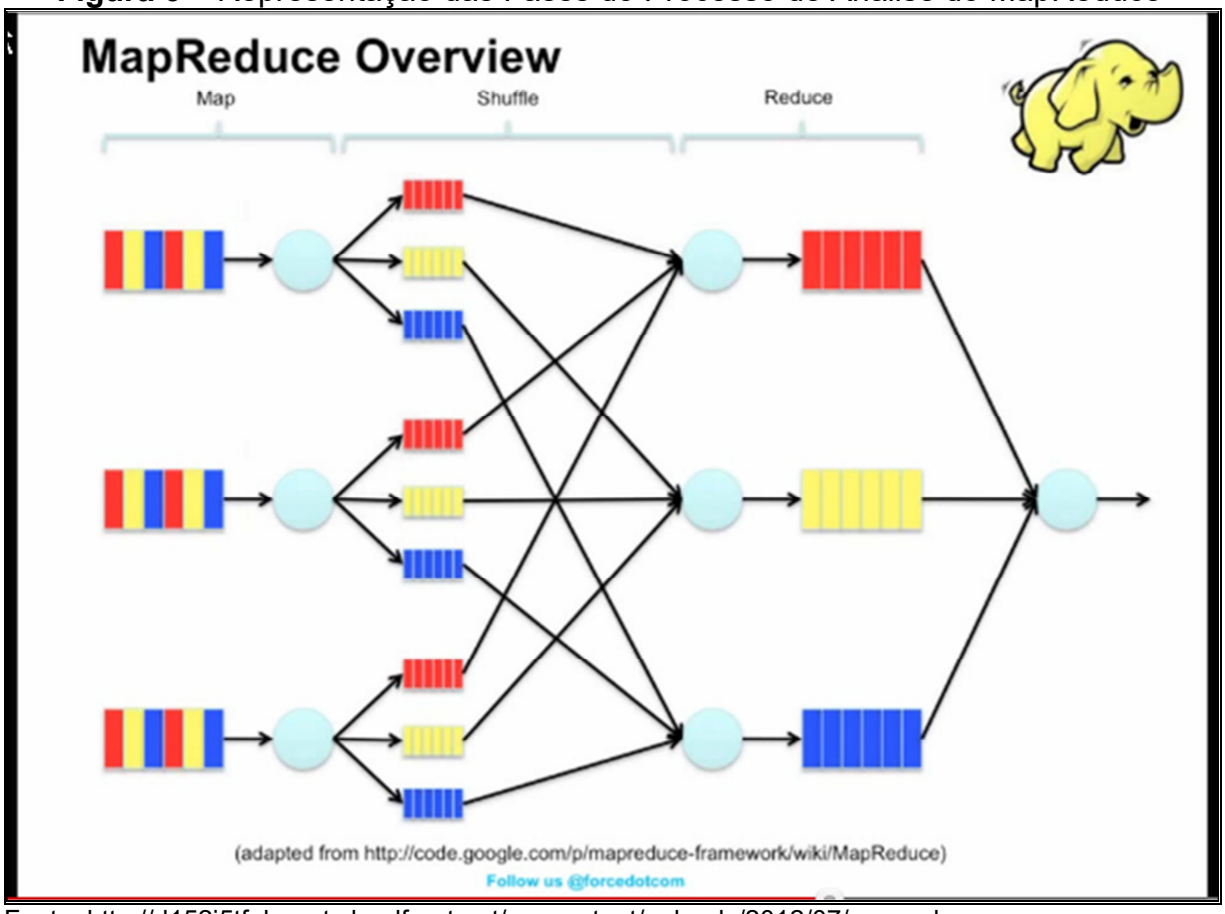
A segunda fase é onde a real transformação de dados em informação acontece, como os dados de entrada da função reduce são os dados de saída da função map, agora só é preciso aplicar o algoritmo desenvolvido pelo programador para extrair a informação dos dados.[4,6,7]

O objetivo desta abordagem de duas fases é justamente não sobrecarregar o sistema, a primeira fase lida com uma quantidade de dados muito maior por isso se o seu algoritmo fosse complexo isto iria demandar um alto custo de processamento da maquina aumentando o tempo de execução do trabalho e utilizando os recursos da maquina de forma ineficiente, mas com a função somente de filtrar, o sistema é capaz de otimizar o processamento da maquina executando a parte mais dispendiosa de processamento que é a aplicação do algoritmo para extrair informação em uma quantidade de dados muito menor que a original.[7]

Para arquivos que mesmo após a fase de map ainda possuem uma saída muito grande de dados existe uma terceira fase chamada de Shuffle que é executada entre a primeira e a segunda fase e que aplica a função reduce em cada bloco de saída da função map para diminuir ainda mais a quantidade de dados que serão enviados para a ultima fase de processamento, como pode ser visto na Figura 6 que exemplifica todas as etapas do processo [4]

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 6 – Representação das Fases do Processo de Analise do MapReduce



Fonte: http://d152j5tfobgaot.cloudfront.net/wp-content/uploads/2012/07/mapreduce.png

4.8. Como funciona o processo de analise

Segundo [4] todo o processo feito pelo Hadoop MapReduce pode ser colocado nestas cinco entidades independentes:

O cliente que envia o trabalho.

O *Resource manager* do YARN que coordena a alocação de recursos do cluster.

O *Resource manager* do YARN que inicializa e monitora os computadores no cluster.

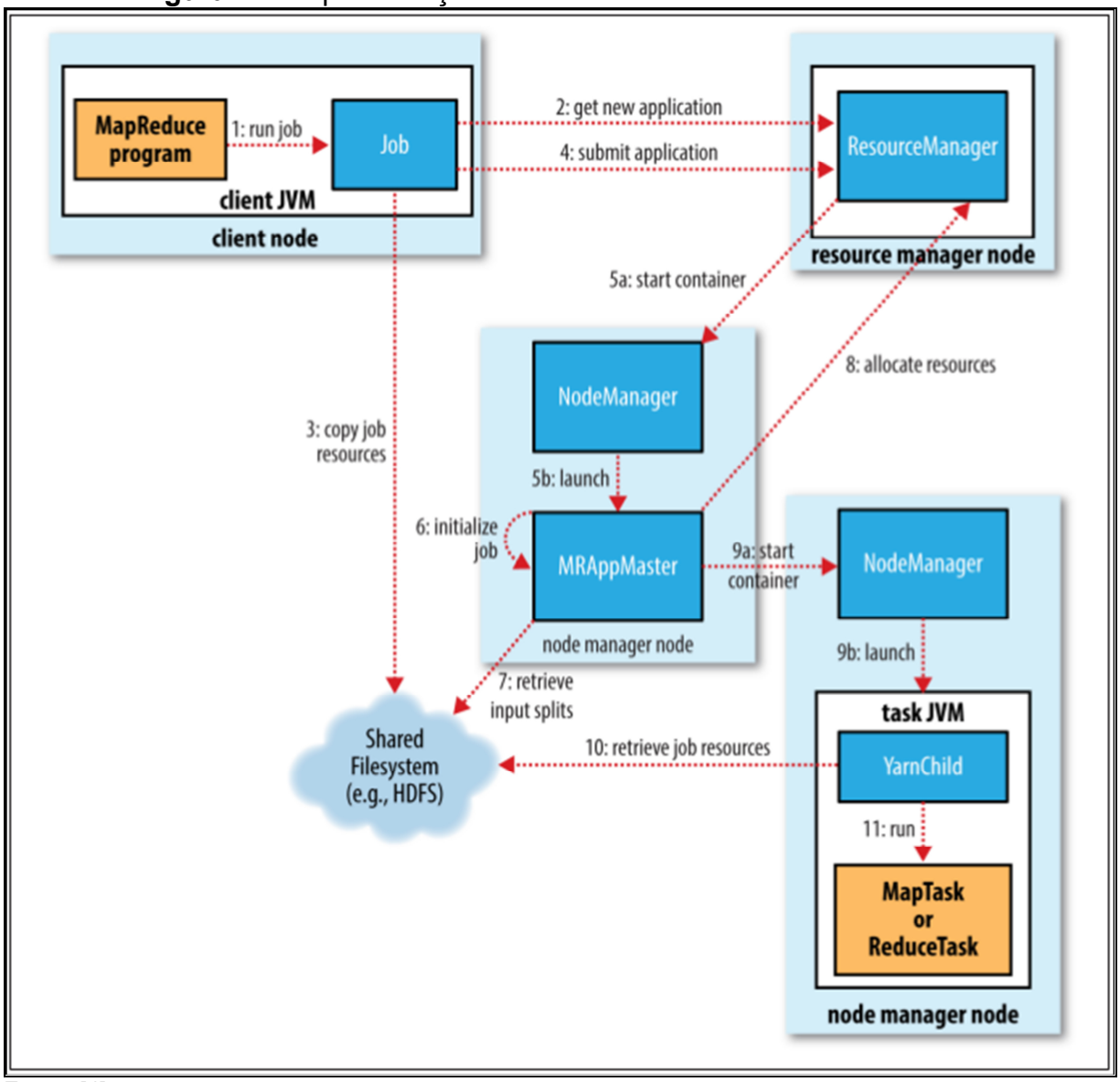
O *Application Master* que coordena as funções de *map* e *reduce* do trabalho enviado em todas as maquinas cujo*Resource manager* havia designado previamente para a execução das tarefas de *map* e *reduce*.

O HDFS que tem a tarefa de compartilhar os dados e os trabalhos entre as entidades.

ISBN 978-85-87406-94-1

Pela Figura 7 podemos ver a sequencia que o trabalho segue pelo Hadoop MapReduce e o YARN:

Figura 7 – Representação do Processo de Analise com o YARN



Fonte: [4]

Através do node do cliente o trabalho é inicializado e enviado para o *Resource Manager* para que possa ser definido um ID e verificar se os caminhos de entrada e saída existem, quando ID do trabalho é definido, copias do trabalho com o ID, o arquivo JAR, o arquivo de configuração e o arquivo de recursos necessários para rodar o trabalho são copiadas para o HDFS e replicadas, após isso o trabalho esta pronto para ser executado e é novamente enviado para o *Resource manager*

ISBN 978-85-87406-94-1

onde agora o node que seráresponsável por ser o *Application master* do trabalho será definido, o trabalho segue para o *Application master* onde será checado se precisa de mais recursos ou se ele pode ser executado nele mesmo, caso o trabalho seja grande o *Application master* faz uma requisição para o *Resource manager* por novos recursos e assim que os consegue já emite a ordem para os Node managers que executam uma classe chamada *YarnChild* para que busque o pacote do trabalho no HDFS pelo seu ID junto com seu arquivo de configurações e de recursos e comece a executar a tarefa de *map* ou *reduce*. Todo o trabalho de coordenação e união das funções e resultados do trabalho é feita pelo *Application master*.[4]

Resultados parciais

Até o momento da escrita deste artigo e se baseando em todos os artigos e livros lidos é que após a descoberta de formas de analisar os dados desestruturados as analises passaram a ser muito mais dinâmicas e a gerar muito mais conhecimento afinal antes não era possível, os algoritmos se tornaram mais complexos mas ao mesmo tempo os processos de controle de processamento se tornaram mais inteligentes sendo capazes de manter o cluster ativo a todo custo. Por outro lado é um método de analise de muito divergente dos que são hoje considerados empresariais, sistemas de analise como Hadoop estão muitas vezes servindo para auxiliar sistemas mais fundamentados como Data mining.

5. CONCLUSÃO

Podemos concluir com este trabalho que conforme o tempo passa e nossa necessidade por informação cresce e nossos métodos de analise também necessitam crescer e se adaptar, nós começamos analisando dados em computadores locais muito limitados pelo meio físico, com o surgimento das redes nós passamos a olhar mais adiante conectando nossos computadores e criando um sistema que em vez de fazer tudo sozinho divide as tarefas e distribui o armazenamento quebrando em parte a barreira física, mas ai chegou a era da informação onde quantidades inimagináveis de dados com e sem estrutura são criados a cada dia e se tornando uma fonte inesgotável de informações mas difíceis de coletar, com o proposito de coletar estas informações foi criado o Hadoop e

ISBN 978-85-87406-94-1

através dele podemos hoje ter significantes avanços em todas as áreas de conhecimento.

REFERENCIAS

[1]ÖZSU, M. Tamer; VALDURIEZ, Patrick. Principles of distributed database systems. Springer Science & Business Media, 2011.

[2]RAM, Sudha; CHASTAIN, Clark L. Architecture of distributed data base systems. Journal of Systems and Software, v. 10, n. 2, p. 77-95, 1989.

[3]GHEMAWAT, Sanjay; GOBIOFF, Howard; LEUNG, Shun-Tak. The Google file system. In: ACM SIGOPS operating systems review. ACM, 2003. p. 29-43.

[4]WHITE, Tom. Hadoop: The definitive guide. " O'Reilly Media, Inc.", 2012.

[5]BORTHAKUR, Dhruba. HDFS architecture guide. HADOOP APACHE PROJECT http://hadoop. apache. org/common/docs/current/hdfs design. pdf, 2008.

[6]DITTRICH, Jens; QUIANÉ-RUIZ, Jorge-Arnulfo. Efficient big data processing in Hadoop MapReduce. Proceedings of the VLDB Endowment, v. 5, n. 12, p. 2014-2015, 2012.

[7]DEAN, Jeffrey; GHEMAWAT, Sanjay. MapReduce: simplified data processing on large clusters. Communications of the ACM, v. 51, n. 1, p. 107-113, 2008.

ISBN 978-85-87406-94-1

ARTE DE SER MULHER: prevenção e enfrentamento da violência doméstica na perspectiva interdisciplinar

Adriana Regina de Almeida (UNESP)
Isabella Carvalho Oliveira (UNESP)
Kelly Cristina Canela (UNESP)
Natyéllen Casimiro de Moraes (UNESP)
Tânia Cristina da Silva (UNI-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Em sua origem, o termo violência diz respeito à noção de força, uso da superioridade física sobre o outro. De causalidade complexa, o fenômeno relaciona-se a costumes e normas sociais que podem aprová-lo ou desaprová-lo, de acordo com épocas, locais e circunstâncias. Classificada pela Organização Mundial da Saúde conforme suas manifestações empíricas (física, psicológica, sexual, negligência ou abandono), a violência pode ser direcionada para si mesmo (autoinfligida); pode ocorrer em âmbito macrossocial, à chamada violência coletiva; e também acontecer circunscrita à esfera das relações interpessoais: contexto intrafamiliar e comunitário (Minayo, 2005).

De acordo com a Declaração das Nações Unidas, de 1949, sobre a Violência Contra a Mulher, aprovada pela Conferência de Viena em 1993, a violência se constitui em “[...] todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade.” (ADEODATO, 2006, p.2).

A violência exercida contra a mulher é um fenômeno universal que persiste em todos os países do mundo. As vítimas dessa violência conhecem, frequentemente, bem seus autores. A violência doméstica, em particular, continua sendo terrivelmente comum e é aceita como normal em várias sociedades do mundo (OMS, 2005). Recebe esta denominação por ocorrer dentro de seu próprio lar, sendo que o agressor é geralmente alguém que mantém ou já manteve relações com a vítima, sendo possível também que seja alguém até mesmo de seu laço familiar.

ISBN 978-85-87406-94-1

A violência doméstica representa toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família (SALIBA et al., 2007).

Numa perspectiva interdisciplinar com a integração das áreas do Direito, Serviço Social e da Psicologia, o presente artigo busca fomentar discussões da dimensão da complexidade da violência doméstica, iniciando com reflexões sobre a questão de gênero numa sociedade historicamente conduzida pela ideologia patriarcal e que configura um cenário que pode fomentar a violência em suas mais diversas formas. Considerando a existência de legislação especifica sobre a violência contra a mulher, o projeto de extensão Arte de ser mulher objetiva trabalhar a temática por meio de oficinas com mulheres e também com crianças e adolescentes, divulgando e esclarecendo os direitos das mulheres e oferecer orientações ás mesmas, numa possível busca de prevenção.

Muitas vezes quando a situação já faz parte de um âmbito violento, ou seja, quando a violência já está instalada na vida dessas mulheres faz-se possível uma orientação de conscientização e empoderamento para que as mesmas se conscientizem de que existem medidas protetivas para proteger sua integridade física.

2. SOCIEDADE PATRIARCAL

A busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres é um debate muito constante dentro da nossa sociedade, visto que, ainda enfrentamos muitas resistências sobre a temática da igualdade de gênero, pois a sociedade é historicamente patriarcal. E nessa sociedade patriarcal entendia-se que o marido era proprietário da mulher, ou seja, exercia total poder sobre a mesma fazendo o que bem quisesse com ela. O feminismo enquanto movimento social trouxe historicamente esse debate sobre igualdade.

Durante o período patriarcal que se estima ter mais de 2.500 anos, a mulher era vista como a mais frágil e de pouca capacidade racional e, por isso, deveria ser dominada, pois ela não conseguiria se proteger sem a figura do homem, no caso, o seu esposo. Essa argumentação é embasada na biologia, que via na figura da mulher, comportamentos excessivos de emotividade que irritavam os

ISBN 978-85-87406-94-1

esposos e culminava na violência, entretanto toda esta justificativa é totalmente infundada, pois é a naturalização da violência de gênero que a passa a mulher de vítima a culpada pela própria violência sofrida e está culpabilização da vítima irá perpassa até a sociedade contemporânea.

Na atual sociedade em que vivemos e que somos seres sociais que se constroem historicamente e socialmente, a questão de gênero está intrinsecamente relacionada à violência contra a mulher, pois dentro dessa sociedade patriarcal e machista, o papel da mulher é o do cuidado da casa e dos filhos e o do homem é o do provimento material – trabalho. E como proprietário da esposa – sociedade patriarcal – o homem poderia fazer o que quisesse com ela, inclusive praticar qualquer forma de violência que como dito era justificada pelo "desequilíbrio emocional" das mulheres e, além disso, ela devia lealdade ao marido e qualquer forma de enfrentamento era motivo do marido exercer seu poder hierárquico que em sua maioria culminava na violência contra a esposa.

2.1. Capitalismo e Hierarquia: Inferioridade da Mulher nos Postos de Trabalho

O aumento do número de mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos não mudou o papel atribuído socialmente do cuidado da casa e dos filhos, a mulher inserida no mercado enquanto mão de obra mais barata para o sistema de produção capitalista passa a ter jornadas duplas ou até triplas, pois depois de um dia cansativo de trabalho ela ainda precisa cuidar da casa e dos filhos. Essa concepção do papel da mulher está tão enraizada que se perpassa historicamente de uma geração para a outra.

O sistema capitalista legitima ainda mais a dominação do homem pela mulher, pois em seu ambiente de trabalho o homem é explorado pelo seu superior (hierarquia) e ao chegar em casa ele reproduz essa concepção, pois passa de dominado a dominador, exercendo sobre a mulher seu poder construído historicamente e socialmente. E o mercado beneficia-se dessa dominação sobre a mulher, pois ao contratar uma mulher paga-se um salário inferior que se tivesse contrato um homem para o mesmo cargo devido à herança patriarcal que temos em nossa sociedade que coloca a mulher como inferior.

ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo o relatório Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar os direitos – divulgado em abril de 2015 pela ONU (Organização das nações Unidas) os salários recebidos pelas mulheres de todo o mundo são 24% inferiores aos recebidos pelos homens e outras pesquisas ainda mostram que as mulheres levaram 80 anos até ter os mesmos salários que os dos homens.

3. VIOLÊNCIA

A violência foi definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) como o "uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações".

No Brasil, o termo associado ao conceito de gênero, começou a ser usado no final dos anos 70 e difundiu-se rapidamente em função das mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres e impunidade dos agressores, frequentemente os próprios maridos, comumente absolvidos em nome da "defesa da honra" (Grossi, 1998).

A violência já faz parte de nosso social há algumas décadas, sendo que antigamente a mesma era vista como uma "punição merecida", mulheres eram espancadas muitas vezes porque não atendiam às expectativas de seus maridos, e em outros casos é valido citar também a escravidão, um grande exemplo de violência das décadas passadas que muitas vezes ainda perduram atualmente. Nesse sentido, Araújo (2013, s.p.) reitera que a violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia. Expressa uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência.

Muitas vezes a violência é vista apenas como algo físico, visível e corporal, descartando os diversos outros tipos de violência, como por exemplo: a violência psicológica, moral, sexual e patrimonial dentre vários outros tipos que possam vir a trazer prejuízos para o indivíduo.

ISBN 978-85-87406-94-1

3.1. Violência Psicológica

Segundo Braun (2002), a violência psicológica costuma se apresentar associada a outras formas de violência e pode ser percebida também através de situações de negligência no cuidado com o outro.

A violência psicológica é a forma mais subjetiva de agressão, pois não precisa necessariamente ser acompanhada de uma agressão física corporal, sendo que esta pode vir a causar crenças de desvalorização, danos a auto-estima, desenvolvimento e principalmente á identidade da pessoa.

Este tipo de violência pode acontecer de várias formas, por exemplo: quando o homem quer determinar o jeito como a mulher se veste, pensa ou se expressa; quando há críticas sobre qualquer coisa, determinando “certo” ou “errado”; exposição em situações humilhantes, xingamentos, e pode incluir também críticas ofensivas, dentre várias outras formas. Muitas vezes pode acontecer da mulher não notar que está prestes a sofrer este tipo de violência, pois na maioria das vezes no início o agressor não emite comportamentos ou verbalizações agressivas, mascarando com ciúmes leves e até mesmo rotulados como “bonitinhos”.

3.2. Violência Moral

A violência moral é muito comum e é expressa por difamação, calúnia ou injúria por parte do agressor, o mesmo pode vir á atribuir fatos irreais da vítima, ofendendo a dignidade ou reputação da mesma.

3.3. Violência Sexual

A Violência sexual entendida como a ação que obriga a vítima a manter relações sexuais sem vontade própria, usando da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal.

ISBN 978-85-87406-94-1

3.4. Violência Patrimonial

A Violência patrimonial é o ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores.

3.5. Violência Física

A violência física é expressa pela agressão física corporal, sendo esta a mais comum e infelizmente a mais praticada contra a mulher.

3.6. Violência Doméstica

A violência doméstica sendo o principal enfoque do presente trabalho representa toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família (SALIBA et al., 2007).

Nesse sentido é possível constatar que a violência doméstica pode abranger todos os tipos de violência, sendo exercida dentro do próprio ambiente familiar da vítima.

4. MEDIDAS PROTETIVAS

4.1. A atuação da Legislação Brasileira em Relação à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Segundo o que consta no art. 226 da Constituição Federal em vigor, a família tem especial proteção do Estado, de modo que este deve assistir cada um de seus membros através de mecanismos que controlem a violência dentro das relações familiares. Deste modo, a lei traz que:

> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
>
> § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

ISBN 978-85-87406-94-1

Assim, tendo isto em vista, a Lei n. 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada para conferir uma especial proteção à mulher, num contexto de violência doméstica e familiar, uma vez que, dentro da sociedade patriarcal e machista em que as mulheres se encontram inseridas, percebeu-se a insuficiência da proteção existente à mulher na legislação e, portanto, a necessidade dessa proteção especial.

Deste modo, em seu art. 8º, a lei traz as medidas integradas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher listando um rol de diversas diretrizes a serem postas em prática pelas políticas públicas para uma ação integrada antes de instaurada a violência. Assim, dentre as várias diretrizes vale a ressaltar a promoção de estudos e pesquisas com a perspectiva de gênero e etnia, a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres nas Delegacias de Atendimento à Mulher, a promoção de campanhas educativas, a capacitação dos profissionais dos órgãos de polícia, entre outras.

Apesar de muitas vezes a Lei Maria da Penha ser vista com olhos de conquista pela sociedade, sua eficácia não deve deixar de ser questionada, vez que dentre todas essas medidas de prevenção, poucas podem ser observadas sendo efetivas na prática. Merece especial destaque a questão da capacitação policial e do atendimento na Delegacia de Atendimento à Mulher.

Na lei ora mencionada, em seus arts. 10,11 e 12 é trazido como deve ser realizado o atendimento pela autoridade policial competente e as providências a serem tomadas em caso de iminência ou prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ocorre que, apesar de todas as providências descritas na lei, diversos relatos de mulheres que buscaram o atendimento nestas delegacias demonstram diversas falhas no sistema de proteção. Tais providências podem ser observadas no seguinte artigo:

> Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:
> I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;
> II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

ISBN 978-85-87406-94-1

> III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
> IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
> V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Primeiramente, em diversas delegacias o atendimento é realizado por homens, fato que faz com que muitas não se sintam à vontade de relatar sua história e fazer a denúncia por se sentirem constrangidas. Em segundo lugar, para aquelas que desejam registrar a ocorrência, apesar do constrangimento já dito, e dar prosseguimento ao feito, diversos obstáculos são encontrados de maneira a desestimularem essas pessoas. Assim, são questionadas quanto à veracidade dos fatos ou quanto à importância deles, as provas são ditas insuficientes, humilhações e comentários maldosos são feitos, entre outros relatos. E, por fim, quando conseguem lavrar o boletim de ocorrência, ficam desprotegidas, apesar de todo o aparato legal existente.

Por outro lado, as principais inovações trazidas pela lei foram as medidas protetivas de urgência e a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Assim, uma vez que as mulheres conseguem realizar a denúncia, as medidas protetivas de urgência funcionam como medidas cautelares com caráter preventivo e punitivo. Em primeiro lugar, tem-se as medidas que obrigam o agressor, de fundamental importância pois agem no sentido de proteger a vítima através de algumas restrições impostas a ele. Vale ressaltar algumas dessas restrições trazidas pela lei, como a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, o afastamento do lar, a proibição de aproximação, a proibição de contato, dentre outras.

Em seguida, a lei traz as medidas dirigidas à ofendida, que visam o encaminhamento da vítima à programas de atendimento ou proteção, o afastamento do lar, a recondução ao domicílio após afastamento do agressor, a proteção do patrimônio e até mesmo a prisão preventiva do agressor.

No entanto, deve-se analisar a eficácia dessas medidas também na prática, uma vez que diversas problemáticas são encontradas em relação a elas. Ocorre que o Estado encontra grandes dificuldades em aplicar e fiscalizar as

ISBN 978-85-87406-94-1

medidas protetivas de urgência e há dados que comprovam que mais da metade dos pedidos de medidas protetivas de urgência são negados pelo juiz, restando a aquelas que foram negadas nenhum tipo de medida protetiva. Ademais, ainda quando são concedidos os pedidos, a vítima tem que esperar o prazo máximo de 48 horas para ter seu pedido atendido, fato que, em muitos casos, a espera pode acarretar na morte dessa pessoa.

Por fim, fatos também comprovam que quando o pedido de urgência da vítima é negado, ela fica totalmente desprotegida e desamparada, desistindo do prosseguimento da ação.

Deste modo, apesar de o Brasil ser considerado avançado na proteção da mulher a nível internacional devido à promulgação da Lei Maria da Penha, a eficácia da lei ainda se mostra insuficiente, sendo encontradas diversas falhas na fiscalização e aplicação pelo Estado das medidas protetivas previstas.

Assim, faz-se muito importante também a atuação na sociedade por outras frentes além do caminho judicial, através da realização de um trabalho de base, como a conscientização e a realização de estudos em escolas, universidades e nas comunidades de modo a problematizar a existência do machismo que leva a esses casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Também se faz importante o acolhimento através de outros mecanismos dessas vítimas que muitas vezes não conseguiram ser atendidas e socorridas pelas vias judiciais. Visando essa forma de atuação na sociedade, tem-se a importância do projeto “A arte de ser mulher” a ser tratado no subtópico seguinte.

4.2. A Atuação do Projeto A Arte de Ser Mulher: prevenção e enfrentamento da violência doméstica na perspectiva interdisciplinar

Neste sentido, o projeto “A Arte de Ser Mulher: prevenção e enfrentamento da violência doméstica na perspectiva interdisciplinar” pode ser considerada uma frente de atuação na sociedade por via diversa que a judicial, assim, atua no sentido de conscientização, empoderamento, prevenção, orientação e acolhimento das mulheres atendidas pelo grupo.

Deste modo, em relação à conscientização, consta no projeto a elaboração de cartilhas populares de modo a esclarecer os direitos da mulher, de

ISBN 978-85-87406-94-1

maneira que elas entendam seus direitos e como elas podem ter acesso a eles, através de uma linguagem de fácil acesso ao público-alvo, visto que, o conhecimento em relação à Lei Maria da Penha e ao atendimento nas delegacias especializadas para a mulher ainda não é geral.

No sentido do empoderamento e também da conscientização, o grupo se propõe a realizar oficinas com mulheres para que elas possam se expressar, tanto trocando suas experiências, quanto suas expectativas, de modo que, a partir de uma construção coletiva elas possam se empoderar e se conscientizar de que as situações enfrentadas por elas não são isoladas e individuais. No ano de 2015, esse trabalho foi realizado com as mulheres no espaço do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Norte, em parceria com este centro, pois, foi constatado por meio de dados colhidos na unidade que era a região de Franca com a maior demanda por este tipo de atendimento.

Além disso, tais oficinas também tem caráter de acolhimento e orientação, vez que observou-se que muitas das mulheres que procuraram o atendimento já haviam sofrido algum tipo de violência. Assim, por se tratar de um trabalho interdisciplinar, pois agrega os campos do Direito, Serviço Social e Psicologia, orientações psicossociojurídicas são feitas e, quando necessário, encaminhamentos com a finalidade de possibilitar o acesso efetivo a mecanismos de garantia e consolidação da cidadania.

Por fim, oficinas com crianças e adolescentes também fazem parte do trabalho proposto no projeto, visando tratar a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher com estudantes de ensino fundamental e médio num caráter preventivo. Desde cedo trabalhando as questões relativas aos direitos das mulheres e problematizando a sociedade patriarcal e machista.

5. CONCLUSÃO

A violência doméstica como foi estudada pelo presente artigo está inserida em nossa sociedade há muitos anos devido à herança patriarcal que deixou vestígios ainda hoje. Nessa sociedade patriarcal, a violência doméstica era praticada com a justificativa de “correção necessária” as mulheres que enfrentavam seus maridos ou não atendiam ao “ideal” de mulher para a época.

ISBN 978-85-87406-94-1

Identificamos alguns tipos violência como: a psicológica, a moral, a sexual, a patrimonial, entretanto o projeto trabalha diretamente com as mulheres vítimas de violência doméstica e pudemos perceber com a pesquisa teórica realizada que as mulheres muitas vezes têm dificuldade de identificar a violência psicológica e moral, pois acreditam que o termo violência é somente designado quando acontece a agressão física.

Atualmente, a legislação que ampara as mulheres vítimas de violência doméstica é a Lei Maria da Penha que em sua criação demonstrou avanço do Brasil frente a outros países, entretanto na prática ela é dificultada, a começar pela falta de preparado dos policiais em atender as mulheres vítimas de violência e, além disso, os atendimentos na Delegacia de Atendimento à Mulher são feitos, na maioria das vezes, por homens e as vítimas podem não se sentirem confortável para dar o depoimento, pois se sentem envergonhadas de estarem ali.

Em suma, o projeto A arte de ser mulher desenvolve um trabalho interdisciplinar com o Direito, o Serviço Social e a Psicologia que buscam atuar no sentido de conscientização, prevenção, orientação e acolhimento as mulheres por meio de cartilhas que esclareçam seus direitos e oficinas, nas quais elas podem partilhar sua vivência com outras mulheres e assim, perceberem que a sua situação individual é a de muitas outras mulheres também.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros.** Revista de Saúde Pública, v. 39, n. 1, fev. 2005 (online). Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.
A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo. Capa · Suzana *Braun*. Editora AGE Ltda, 2002, 102 p.

ARAÚJO, M. F. **Gênero e violência contra a mulher: perigoso jogo de poder e dominação.** Universidade Estadual Paulista (UNESP). Assis - São Paulo – (Brasil). Revista Eletrônica Internacional de La Union Latinoamericana de Entidades de Psicologia, 2013. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/23020192.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

AZEVEDO, M. A. (1985) **Mulheres espancadas: a violência denunciada.** Rio de Janeiro: Cortez.

ISBN 978-85-87406-94-1

BRASIL, **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso: 15 maio 2016.

CAMPOS, A. C. **Desigualdade de gênero:** Mulheres ainda têm salários 24% inferiores dos homens. Disponível em: < http://www.revistaforum.com.br/2015/04/27/desigualdade-de-genero-mulheres-ainda-tem-salarios-24-inferiores-aos-dos-homens/>. Acesso em: 18 maio 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República, 1988.

CUNHA, B. M. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado:** perspectivas de combate à violência de gênero. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça:** a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 1ª. ed. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 2008.

GROSSI, M.P.(1998) **"Rimando Amor e Dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-Conjugal".** Em Pedro, J.M. & Grossi, M.P. (orgs.) Masculino, Feminino, Plural. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres.

MINAYO, M. C. S. (2005). **Violência: um problema para a saúde dos brasileiros.** In: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros (pp.10-41). Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v63n1/v63n1a10.pdf>. Acesso em: 19 maio 2016.

OLIVEIRA. A. P. G., CALVALCANTI, V. R. S. **Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n1/04.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

OMS - Organização Mundial de Saúde. **Estudo multipaís da OMS sobre a saúde da mulher e da violência doméstica contra a mulher.** Suíça: OMS. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-leonora-rezende.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

PORTELA, Thayse Viana. **A (in) eficácia das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha.** Novembro. 2011. Faculdade Católica de Brasília. Disponível em: <http:// repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/2219/1/Thayse%20Viana%20Portela.pdf>. Acesso: 13 maio 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

PRATEANO, Vanessa. **Exemplar, Lei Maria da Penha padece de falta de estrutura.** Junho. 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1264265>. Acesso: 13 maio 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 2001. 120 p.

SALIBA O, GARBIN CAS, GARBIN AJI, Dossi AP. **Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica.** Rev Saúde Pública. [Internet]. 2007 [cited 2009 jun 26];41(3):472-7 Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-leonora-rezende.pdf> Acesso em: 16 maio 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

AS AÇÕES FLEXIBILIZADORAS SOB O RECEITUÁRIO NEOLIBERAL: uma reflexão em torno do desmonte das políticas sociais e os impactos para a classe trabalhadora

Bianca Barbosa do Vale[24] (UNESP – Franca/SP)
Élica Batista dos Santos (UNESP – Franca/SP)
Larissa Cristina Bedo (UNESP- Franca/SP)
Tahina Tatila Silva (UNESP- Franca/SP)
Edvânia Angela de Souza Lourenço (UNESP- Franca/SP)

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado é fruto de uma reflexão teórica acerca do conjunto de ações de cunho flexibilizador sob a perspectiva neoliberal e seus rebatimentos no âmbito das políticas sociais e para com a classe-que-vive-do-trabalho[25]. Entende-se que a organização do trabalho sob o modo de produção capitalista possui em seu cerne um alto nível de exploração que tem como finalidade promover o processo de acumulação e extração de mais-valia[26] em detrimento daqueles que vendem sua força de trabalho.

Essa reflexão objetiva assim, estudar as mudanças no mundo do trabalho, com vistas a compreender os respectivos impactos nos direitos sociais e entender porque há uma valorização da área econômica em detrimento do social na atual sociabilidade. Estes que por sua vez foram historicamente conquistados pela classe trabalhadora através de movimentos e lutas, vêm sofrendo com as ações de austeridade e derruição de direitos. Trata-se de um estudo bibliográfico sob uma perspectiva crítica, por isso, optou-se pelo método materialista histórico dialético, a fim de conceber tais reflexões em uma ótica da totalidade, ou seja, apesar de realizar um recorte para aprofundamento do tema em foco, pretende-se também fazer um breve resgate histórico. Assim alguns elementos fazem-se necessários para compreender a disseminação do receituário neoliberal como a organização do

[24] Bolsista PIBIC/Cnpq
[25] Essa expressão é utilizada por Ricardo Antunes em sua obra "Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho" e tem como objetivo conferir o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser, ou seja, ao contrario de outros autores que defendem o fim das classes sociais, do trabalho e da classe trabalhadora, sendo assim a expressão "classe-que-vive-do-trabalho" compreende em seu sentido mais amplo a contemporaneidade e amplitude do ser social que trabalha.
[26] Vide MARX, Karl. **O Capital:** O processo de produção do capital**,** 15ªed., Livro I, vol. I e II Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 1996.

ISBN 978-85-87406-94-1

trabalho sob a ótica do capital, os modelos produtivos, a adoção de métodos de tecnologia e gestão que marcam o processo de flexibilização, terceirização da produção e do trabalho, o processo de reestruturação produtiva subjacente as ações de viés neoliberal e ao desmonte das políticas públicas sociais.

Considerando o exposto esse estudo divide-se em duas seções, sendo o primeiro deles uma breve reflexão em torno da organização do trabalho sob a ótica do capital e em um segundo momento, pretende-se compreender como o receituário neoliberal e as mudanças no mundo do trabalho têm rebatimentos para as políticas sociais e conseqüentemente para a classe trabalhadora.

2. O TRABALHO NO CAPITALISMO: OS MODELOS ECONÔMICOS, AS TÉCNICAS E OS MECANISMOS DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Antunes (2004) salienta a imanência do trabalho ao homem, sem ele não seria possível a reprodução da vida cotidiana, contudo, o autor enfatiza o duplo sentido do trabalho. Uma relação um tanto quanto paradoxal, pois, se por um lado precisamos do trabalho e de seu potencial emancipador, por outro sob a ótica do capital há uma conversão, o trabalho essencial para a reprodução da vida humana passa a ser árduo, penoso, podendo ora libertar, emancipar, ora escravizar, alienar e subordinar.

O sentido estritamente técnico de vislumbrar a organização do trabalho foi incorporado pelo modo de produção capitalista em que o “O cerne essencial e finalidade intrínseca da ordem de reprodução social metabólica do capital é a *produção de mais-valia*” (ALVES, 2007 P.16). No entanto, com a evolução dos sistemas de comércio e do aparato institucional criam-se novas exigências de precisão nos prazos, metas e de qualidade dos produtos. Esses apontamentos são preponderantes para entendermos os modelos de organização da produção.

Ao final do século XIX Federick Taylor ficou conhecido como “pai” da administração científica do trabalho. Segundo Pinto (2013) Taylor tinha a convicção de que quanto maior a produtividade maior seriam os lucros e para ele se houvesse uma subdivisão das atividades produtivas, o resultado seria o tempo “real” gasto para realizar as operações. A ideia central dessa organização é a chamada divisão

ISBN 978-85-87406-94-1

técnica do trabalho, uma especialização de determinada função, uma forma de otimização da produção. O Fordismo, formulado por Henry Ford mescla-se com o Taylorismo. A ideia básica era padronizar os produtos e a fabricação em larga escala, ou seja, a produção em série. Segundo Pinto (2013) a linha de montagem fordista constituía-se de dois elementos essenciais: um mecanismo de transferência com trilhos ou esteiras, e um conjunto de postos de trabalho lado a lado com mecanismos que permitisse o acesso as ferramentas.

A ideia fundamental no sistema taylorista/fordista é a elevação da especialização das atividades de trabalho, em um processo cuja intervenção criativa dos trabalhadores é praticamente inexistente. De outro lado, essas transformações no mundo do trabalho possibilitaram uma produtividade altíssima que teve rebatimentos aliados a outros fatores na Crise Internacional de 1929[27].

A partir dos anos de 1970 tem-se a necessidade de repensar as estruturas organizacionais e de escoamento de produção, todo processo de ordem econômica para Pinto (2013) instaura a reestruturação produtiva. Ou seja, passa a vigorar um conjunto de ações flexibilizadoras que teve rebatimentos econômicos, sociais e principalmente no desmonte das políticas públicas sociais. No que se refere aos trabalhadores há um processo de derruição das regulações protetoras de direitos básicos.

O mais polêmico e ousado sistema de organização do trabalho para Pinto (2013) é o Toyotismo, que tem como fundamento o que se chama de empresa ‘enxuta’, ou seja, opera com um número reduzido de trabalhadores, sendo que aqueles que permanecem trabalhando passam a exercer várias funções, operam várias máquinas o que caracteriza a chamada polivalência. Para Alves (1999) no toyotismo há “[…] um novo tipo de captura da subjetividade operária pela produção do capital que consideramos como o nexo essencial da série de protocolos

[27] Período que ficou conhecido como a grande depressão, uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano com a queda da Bolsa de Nova York. A crise alastrou-se tendo rebatimentos em todo o mundo. Segundo Behring (2011) esta crise antes de tudo precisa ser compreendida dentro dos longos ciclos de expansão e depressão, há assim uma estagnação do emprego e da produtividade, o que impulsiona uma forte capacidade ociosa na indústria. Com a abundância de capitais e uma escassez nos lucros aumenta-se o desemprego e há uma queda no consumo, a solução nesse sentido se deram no sentido de estimular o consumo e reativar o emprego (BEHRING. 2011, p.69-70).

ISBN 978-85-87406-94-1

organizacionais do toyotismo, tais como a “autonomação” e “auto –ativação”, *just-in-time*/ *kanban*, etc.” (ALVES. 1999, p.103).

O trabalho assim, “É a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ANTUNES, 2004, p.13). O processo de reestruturação produtiva deve ser apreendido sob a perspectiva de totalidade, elementos como a organização do trabalho, os modelos produtivos, a adoção de métodos de tecnologia e gestão, marcando o processo de flexibilização e terceirização da produção, subjacente ao receituário neoliberal e ao desmonte das políticas públicas sociais.

Esses fatores são de extrema importância para compreender os retrocessos e as violações de direitos, que segundo Fernandes (2008) é em momentos de crises (elementos este que é constitutivo do sistema capitalista) que estes se fazem mais presentes, como o aumento do desemprego, das desigualdades sociais e da precarização das relações sociais, além de haver um recrudescimento da exposição precoce ao trabalho, a flexibilização do trabalho entre outros direitos que são diretamente cerceados frente à lógica de exploração capitalista.

3. O RECEITUÁRIO NEOLIBERAL E OS IMPACTOS PARA A CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO.

Para Alves (1999) a "mundialização do capital" é, antes de tudo, decorrente de determinações políticas. Nesse sentido é importante considerar concomitantemente o político e o econômico com vistas a compreender a natureza da mundialização do capital. No capitalismo o que há segundo Alves (1999) é um modelo de acumulação rentista, ou seja, uma acumulação com um alto nível de lucro e que modifica substancialmente as relações de força política entre capital e o trabalho.

Segundo Netto (1995) o neoliberalismo surge na década de 1970 com intuito de responder a crise e ao mesmo tempo realizar fortes criticas ao modelo keynesiano adotado principalmente pelos países escandinavos e de capitalismo central e que ficou conhecido como Welfare State ou Estado de Bem-estar-Social. Com o neoliberalismo tem-se uma valorização do econômico em detrimento do

ISBN 978-85-87406-94-1

social, se sob o Estado de Bem Estar Social havia maior provisão publica frente aos direitos sociais e maior intervenção do Estado no mercado, sob o neoliberalismo tem-se um Estado mínimo e que centraliza seus esforços somente para maximização do capital, que podem ser observados em ações como a privatização, terceirização e flexibilização do trabalho entre outros.

Nesse sentido “a proposta neoliberal global resume-se em exigir cada vez mais um maior mercado com um menor Estado” (Novelo, 2002 p.68), assim o Estado segundo o autor passa a exercer a função única de regulamentador e administrador. É nesse momento que a ideologia da "globalização" subjacente às políticas neoliberais - é colocada como nova direção do capital sendo esta considerada como uma saída para a crise da década de 1970. Segundo Alves (1999) aliado a esse cenário há simultaneamente um desenvolvimento da ideologia do "progresso técnico", que cultua as novas tecnologias que serão utilizadas pelas corporações transnacionais, através do novo complexo de reestruturação produtiva, esta que por sua vez modifica as relações com os trabalhadores e as organizações sindicais, ou seja, tem rebatimentos diretos para a classe trabalhadora.

Desse modo Alves (1999) enfatiza que o complexo de reestruturação produtiva e, principalmente, as políticas neoliberais, que se desenvolvem a partir dos anos 80 e mais precisamente no Brasil tem mais impactos na década de 90, possuíam como objetivo claro destruir as organizações sindicais, ou melhor, todas as instituições e relações sociais que colocavam obstáculos à lógica da valorização do capital. No Brasil há impactos com a disseminação do neoliberalismo e com a reestruturação produtiva:

> A década de 90 provocou no Brasil uma série de transformações na ação e organização sindicais, decorrentes sobretudo do impacto estrutural das mudanças econômicas, com o aprofundamento da implantação de medidas de cariz neoliberal, com desregulamentação de amplos setores sociopolíticos: a abertura econômica, timidamente iniciada pelos militares, adquiriu enorme amplitude; o mundo do trabalho experienciou processos de reestruturação inspirados em novos modelos de produção flexível, como o toyotismo, em graus diversos dependente do setor produtivo; ampliou-se a precariedade do mundo do trabalho, através de mudanças na legislação nacional com vistas a facilitar a legalização de terceirizações e contratos temporários de trabalho; direitos sociais foram reduzidos, atacando-se sistematicamente a previdência social e setores ainda fortes do movimento sindical, como o funcionalismo público federal, com a privatização em larga escala de setores estratégicos da economia (mineradoras, indústrias de base, telecomunicações, energia) ou ainda com a desnacionalização ou abertura de capital (petróleo,

ISBN 978-85-87406-94-1

> transportes, bancos), ocasionando ainda, como efeito, o aumento da rotatividade no trabalho e do desemprego; por fim, a ação sindical, que na década anterior apresentou grande capacidade de combate, passou a uma etapa de resistência e defensividade, com efeitos também sobre suas teses e modelos de organização.(OLIVEIRA, 2013 p.175)

Em linhas gerais, diante do exposto, é possível compreender a disseminação do receituário neoliberal, a organização do trabalho sob a ótica do capital, os modelos produtivos, a adoção de métodos de tecnologia e gestão que marcam o processo de flexibilização, terceirização da produção e do trabalho, o processo de reestruturação produtiva subjacente as ações de viés neoliberal e ao desmonte das políticas públicas sociais e os impactos para a classe trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se propôs, como objetivo geral, refletir ou incitar uma reflexão sobre as diversas ações provenientes de um receituário neoliberal e as suas devidas consequências para as políticas sociais e os impactos para a classe que-vive-do-trabalho. Assim sendo diante das reflexões apresentadas ao longo do trabalho, é tácito dizer que com a implementação do modo de produção capitalista e o próprio sistema econômico de acumulação e exploração de mão de obra, a fim de gerar lucros e riquezas para os detentores do capital, refletiram diretamente na forma de como os indivíduos se relacionassem em tais sociedades. O sistema capitalista com seu modo exacerbado de exploração do homem pelo homem cria varias tensões entre as classes, gerando conflitos nas relações sociais. Qualquer organização social ou sindical que pudesse proporcionar ao trabalhador emancipação humana era e ainda é duramente repreendida e punida pelos braços opressores e militarizados do Estado.

Mas toda a repressão por parte do Estado não fora capaz de frear o avanço do proletariado em busca de seus direitos, perante as condições sub-humanas as quais eram obrigados a passar sob o comando do capital. No Brasil a medida para conter a fúria da classe trabalhadora se dá mais precisamente na década de 30 no governo de Getúlio Vargas, mas só em 1943 que as legislações trabalhistas são de fato regulamentadas. A regulamentação da CLT (consolidação das leis do trabalho), não tinha um caráter humanístico ou benevolente surgiram

ISBN 978-85-87406-94-1

apenas para o controle social e foi de extrema importância para os rumos econômicos que o país passaria principalmente pós 70 com a implantação de politicas neoliberais que chegava ainda mais a carne dos trabalhadores, mas que agora era respaldado pelo Estado que os garantia “direitos”.

Percebe-se que o trabalho inserido numa ótica capitalista perde todo o seu sentido como transformador e dinamizador da natureza em que vivemos em prol das necessidades humanas e para a reprodução da vida humana, o próprio sentido de necessidade humana é também alterado conforme os domínios foram instaurados e em conformidade com o aumento do consumismo. As pessoas passaram não só a necessidade de comer e vestir, mas passaram e ainda tem a necessidade de consumir, sendo esta uma coisa imposta as sociedades, as necessidades essenciais para a sobrevivência da espécie humana passou a ser algo comprável e de domínio do mercado. O trabalho foi modificado a partir do momento que a necessidades foram sendo mudadas, ou seja, todo o sentido inicial proposto para o trabalho, foi sendo gradativamente substituído pela exploração, segmentação, alienação do modo de produção capitalista vigente, cada vez mais com a finalidade de flexibilização e precarização do trabalho. Por fim, como fora visto, o trabalho sob um receituário neoliberal intensifica toda a exploração com os rebatimentos e impactos que agridem ainda mais os direitos sociais, trazendo uma focalização as políticas sociais, já que a prioridade é a ordem econômica em detrimento do social.

No cenário atual, além da tamanha flexibilização e focalização na seguridade social, podemos notar também o grande retrocesso no âmbito dos direitos sociais já conquistados. As políticas neoliberais, os cortes e os reajustes tem gerado um ataque explicito a seguridade social brasileira no âmbito da previdência, saúde e assistência. Na previdência podemos reparar, de forma bem intensa, as diversas propostas e reformas, vemos na saúde um debate em torno da sua universalidade e a assistência social vem sofrendo com a dura redução dos benefícios, ou seja, é notável o fere cada vez grande ataque a seguridade social brasileira , na tentativa de reduzir e cercear mais direitos que foram historicamente construídos e conquistados pela classe trabalhadora.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERENCIAS

ALVES, G. O Que é a Mundialização do Capital. **Trabalho e Mundialização do capital** - A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. Editora Praxis, 1999.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2ª Ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete.**Política social**: fundamentos e historia. 9ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, Ângela Cristina Puzzi. **O trabalho do adolescente como aprendiz na cidade de Campinas, Estado de São Paulo – SP**. Ribeirão Preto, SP, 2008. Tese de doutorado.

LAURELL, Asa Cristina. (Org). **Estados e Políticas sociais no Liberalismo.** 3ºed. São Paulo. Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 2º ed. São Paulo. Cortez. 1995.

OLIVEIRA, Tito Flavio Bellini Nogueira de. **Uma nova ofensiva do capital?** impactos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva na ação sindical e no setor calçadista de Franca. Franca: 2013.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3ªed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

ISBN 978-85-87406-94-1

AS ARTES PLÁSTICAS COMO MODO DE EXPRESSÃO DO MUNDO INTERNO

Lucas Gomes Freitas (uni-FACEF)
Maria Luisa Casillo Jardim Maran (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Desde a pré-história, o homem sempre criou elementos que o ajudassem a superar as suas necessidades e a vencer desafios. Existem produções do homem que representam os seus sentimentos, algo que a utilidade pública muitas vezes não consegue questionar, somente considera sua beleza, são as obras de arte.

A arte se encontra relacionada à cultura dos mais diversos povos existentes. Desde os primórdios da humanidade ela atravessa os tempos, criando o passado e recriando o presente. Ela está presente a nossa volta e com ela compomos a história de uma sociedade, sendo uma necessidade do homem de comunicar e refletir sobre as questões sociais e culturais na sociedade.

Usando a máxima de Paul Cézanne(1861) de que a “natureza está no interior” e pela ênfase expressionista na subjetividade, não é de se espantar que o inconsciente freudiano seja alcançado à condição de fonte temática e formal para a criação artística. O artista aspira uma espécie de auto liberação e através de sua obra ele partilha com os outros indivíduos que sofrem com a mesma restrição inevitável a seus desejos. É desta forma que o artista daria forma a suas fantasias narcísicas e eróticas, encontrando na arte diversos componentes para tal liberação, assim a arte e a Psicanálise caminham juntas.

A criação artística se assemelha à neurose, dado que Freud mostra que a neurose é universal na medida em que o conflito é fundador do psiquismo e a saída que a criação oferece para o conflito é semelhante ao sintoma, porém diferente deste pela ilusão artística que ela convoca.Freud frisa a capacidade que a arte teria de reconciliar o homem, que sacrifica seus desejos em prol da civilização, com a cultura, tornando fortes seus laços de pertencimento.

Sigmund Freud conceituou o termo sublimação em 1905 para dar conta de um tipo particular de atividade humana (criação literária, artística, intelectual) que

ISBN 978-85-87406-94-1

não tem nenhuma relação aparente com a sexualidade, mas que extrai sua força da pulsão sexual, na medida em que se desloca para um alvo não sexual, investindo objetos socialmente valorizados. (ROUDINESCO, 1944)

Freud adotou o termo sublimação, mais nietzschiano, oriundo do romantismo alemão, para definir um dos princípios de elevação estética comum a todos os homens, mas do qual, a seu ver, só eram plenamente dotados os criadores e os artistas.

Com a introdução da noção do narcisismo e com a última teoria do aparelho psíquico é adiantada outra ideia. A transformação de uma atividade sexual numa atividade sublimada (atividades ambas dirigidas para objetos exteriores, independentes) necessitaria de um tempo intermédio, a retração da libido para o ego, que torna possível a dessexualização. Neste sentido Freud, em O Ego e o Id(Das Ichund das Es, 1923), fala da energia do ego como de uma energia dessexualizada e sublimada, susceptível de ser deslocada para atividades não sexuais. Se esta energia de deslocamento é libido dessexualizada, estamos no direito de lhe chamar também sublimada, porque, servindo para instituir este conjunto unificado que caracteriza o ego ou a tendência deste, ela harmonizar-se-ia sempre com a intenção principal do Eros, que é unir e ligar. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1983)

Peres e Medeiros (2011) discorrem em Cartas a Vincent que a Psicanálise, enquanto fazer criador, não se limita apenas em desvendar o que se encontra esquecido, mas sim em dar existência a algo que não teria vida sem esse gesto de criação: a psicanálise enquanto um fazer com a arte.

Assim, segundo Novalis (1909), já dizia que onde o mundo interior e o exterior se tocam se encontra o centro da alma. Ou seja, quando se pode traduzir, sublimar um impulso, o organismo entra em equilíbrio, sendo este o centro.

A arte evoca ao ser humano um tipo de experiência na qual ele tem a possibilidade de traduzir seu mundo interno, em figuras, tornando-o modo visível, eternizado.

> “No canto, na dane nas velhas pantomimas, os afetos vividos estariam em conexão bastante forte com os movimentos do corpo, gerando-se ao mesmo tempo (ou quase ao mesmo tempo...). Mas nas artes figurais (e, de modo agudo, na pintura mais estilizada ou abstrata), amplia-se o hiato. Entre a imagem fixada na tela e o gesto

ISBN 978-85-87406-94-1

> da mão que a executou houve mais que o pathos do pintor, houve a sua ótica, o seu modo de olhar, que denuncia uma presença historicizada do ser humano junto á natureza e aos objetos. Por mais estranhamente onírica que seja uma figura (penso nas intervenções surrealistas de Max Ernst e Miró), ela é, no seu realizar-se plástico, a afirmação de que o pintor não se contenta em sonhar e devanear, mas enfrenta uma instância que o fascina e o transcende- o mundo, a alteridade."(BOSI, 2009, p. 54)

Pensar arte enquanto trajeto constituinte, pensar arte a partir de um território livre, onde aquele que cria se permite, ousa, se depara com uma nova realidade, capaz de ser reinventada. Explorar esse mundo constitui tarefa difícil, pois suscita algo transformador para aquele que se aventura.

Diante do exposto, a realização deste trabalho poderá contribuir para a identificação de questões relacionadas ao funcionamento psíquico, uma vez que através da arte o artista consegue sublimar seus impulsos, sendo a arte um modo de satisfação dos impulsos contribuindo para a saúde mental do indivíduo.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Explorar a arte como modo de expressão do mundo interno de artistas;

2.2. Objetivos Específicos

1. Conhecer a trajetória profissional de artistas;

2. Verificar de que maneira os artistas observam a transposição dos próprios sentimentos para uma obra de arte.

3. Verificar se os artistas relacionam as obras de arte à expressão de seu mundo interno e possibilidade de satisfação de impulsos;

ISBN 978-85-87406-94-1

3. METODOLOGIA

3.1. Amostra

A pesquisa será realizada com três artistas plásticos, de ambos os sexos, com vivencia no mundo da arte há mais de 10 anos, residentes na cidade de Franca-SP.

3.2. Coleta de dados

Para a coleta de dados será utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado. O roteiro semiestruturado será composto por questões que abordarão dados pessoais do participante e temas como: trajetória profissional, rotina artística, tempo dedicado às artes, compreensão pessoal sobre como ocorre a transposição de sentimentos para uma obra de arte, bem como sobre a possibilidade de produção artística como modo de expressão do mundo interno. As entrevistas serão gravadas e transcritas na íntegra.

3.3. Análise de dados

Os relatos dos participantes, coletados através das entrevistas, serão analisados a partir de uma abordagem qualitativa, baseada na proposta de Alves e Silva (1992), considerando a vivência do artista e suas produções como forma de expressão de seu mundo interno.

3.4. Aspectos Éticos

O presente projeto de pesquisa, por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, deverá ser inserido na denominada Plataforma Brasil e analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Uni-FACEF, para análise e aprovação, para que se dê inicio à coleta de dados.

Antes da realização entrevista, será entregue uma Carta de Apresentação da pesquisa, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos artistas participantes, os quais terão esclarecimento do anonimato e

ISBN 978-85-87406-94-1

sigilo das informações obtidas, dos objetivos da pesquisa, da possibilidade de não continuarem a participação se houver necessidade e também que os dados coletados serão usados para a realização de um trabalho científico. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será realizada pelos participantes, devendo ser assinada e duas vias, ficando uma com o participante e a outra com o pesquisador.

REFERÊNCIAS

BERGER, J. **Modos de Ver.** Rio de Janeiro: Racco, 1999.

BOSI, A. **Reflexões sobre a Arte.** 7 ed. São Paulo: Editora Ática, 2009.

CRUXÊN, O. S. **A Sublimação.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FILHO, D. B. **Pequena História da Arte.**6 ed. Campinas-SP: Papirus, 1995.

FISCHER, E. **A necessidade da Arte.** 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da Psicanálise.** 7 ed. Paris: Martins Fontes, 1983.

PERES, C.; MEDEIROS, M. P. **Cartas a Vincent.** Psicanálise & Barroco v.9, n.2: 66-81, dez.2011.

RIVERA, T.**Arte e Psicanálise** v.13, p 16, 2005.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

ISBN 978-85-87406-94-1

AS CONFIGURAÇÕES VINCULARES DE CRIANÇAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA COM QUEIXAS ESCOLARES

Bettina Menezes dos Santos[28] (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Sempre se falou a respeito das queixas de dificuldades escolares das crianças nas escolas, mas raramente procurou-se olhar esse problema por outros ângulos que não fossem a visão dominante da sociedade capitalista. Com isso observamos uma parceria enfraquecida entre a família e a escola. O que vemos são crianças cada vez mais massacradas pela obrigação de aprender e as famílias trazendo uma realidade estereotipada para escola, que por sua vez exige um ideal de família inviável para aquela sociedade.

A partir de estudos feitos acerca da família, escola e criança, na pesquisa de Ribeiro (2004) sobre os bastidores da relação família-escola conseguimos ter uma perspectiva dos problemas e conflitos existentes nessa relação. A escola não consegue de fato entrar em contato com a realidade de muitas famílias e ajudar a encontrar caminhos para as dificuldades. As famílias por sua vez, sentem vergonha, se culpabilizam e trazem para escola uma realidade estereotipada. Percebe-se essa culpabilização presente nos diálogos das famílias entrevistadas.

> Observou-se também um discurso predominantemente reprodutor da visão hegemônica da escola, pelo menos na entrevista individual. Essas mães só fizeram relatos sobre experiências negativas no contexto grupal. Observou-se em seus relatos a culpabilização de "outras" famílias pelo insucesso escolar dos filhos, discurso que provavelmente revela o desejo de se diferenciarem dos pais criticados pela escola, assegurando assim sua posição de "incluídas". (RIBEIRO, 2004, p.236)

As famílias muitas vezes bombardeadas pelos seus "erros", não se sentem confortáveis em falar de suas angústias e dificuldades, reprimem seus sentimentos em função de caracterizar as escolas como um lugar bom e adequado para seus filhos. Verificou-se ainda que ao invés do diálogo se ampliar as relações hoje estão cada vez mais mediadas pelas instâncias judiciais, ou seja, a subjetividade capitalística toma conta das relações, e a mudança não acontece.

[28] Bolsista PIBIC/Cnpq

ISBN 978-85-87406-94-1

> Na Educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade. Quando um educador se recusa a assumir tal autoridade frente a uma criança, vemos um dos sinais mais seguros da crise na Educação. Nesse sentido, a mobilização do Judiciário e do aparato extrajudicial que gravita em torno da relação família-escola remete a uma das faces mais negativas do fenômeno da judicialização, que é a da conversão daquele poder em um substituto de outras instâncias societais (...) (PINHO, RIBEIRO & SOUZA, 2009, p.253).

Vivemos em uma sociedade pautada na vida adulta e na vida profissional, o que norteia nossa jornada desde criança. O espaço “ser criança” está cada vez mais tímido e retraído. E a partir do momento que se perde a espontaneidade perde-se junto o desejo.

> O problema das relações e dos vínculos, principalmente para aqueles que se dedicam à educação de crianças e jovens, é um labirinto em busca de saídas ou soluções desejáveis, tendo em vista a formação. Para tanto, o universo da relação, do vínculo precisa ser revisitado para a reconstrução da escola como espaço de aprendizagem, diversidade, interação e, por que não dizer, de prazer? O trabalho docente é uma atividade que traz a marca das relações humanas; nesse ambiente,(...)podem tanto ocorrer vínculos saudáveis de aceitação quanto de anulação simbólica ou concreta do outro. Para uma intervenção competente na educação, é importante compreender (...) que os processos interativos são fundamentais para a aprendizagem, para o crescimento pessoal e para a própria humanização do ato educativo. (RAMOS, s.n, p.77)

A criança vive uma pressão de todos os lados. Na escola, é preciso tirar boas notas e ser disciplinado para ser considerado um bom aluno, e também claro, para não desonrar o nome da escola e estragar o prestígio social que esta recebe. Dentro de casa a criança precisa dar conta dos deveres de casa, estudar sem reclamar e ter um bom comportamento para ser considerado um bom filho. Observamos a necessidade de a criança estruturar-se dentro de um padrão. Porém, segundo Rubem Alves (2004) apud RAMOS, toda experiência de aprendizagem inicia-se com uma experiência afetiva, reproduzindo esse sistema, não conseguiremos evolução alguma, pois o afeto não coaduna com práticas escolares autoritárias e excludentes.

> Acredito que a escola, para recuperar-se como espaço de crescimento intelectual e desenvolvimento humano, como ambiente fomentador de encontro de mentes e corações – no qual o autoritarismo, a discriminação, a agressividade, o desrespeito e a opressão não sejam modos costumeiros de viver, mas, fragilidades e erros ocasionais da convivência – deve proporcionar espaço à racionalidade, à emoção e à ludicidade, como possibilidade de pensar e conviver na atmosfera do vínculo amoroso.(RAMOS,s.n, p.83)

ISBN 978-85-87406-94-1

Notamos o quanto as configurações vinculares estão fragilizadas na escola, um estudo com famílias de baixa renda, procurou investigar o nível de afetividade e conflito das mesmas, e também a relação com os problemas escolares da criança. Mostrando assim, o que encontramos na literatura, de que a vivência da afetividade e as configurações vinculares no contexto familiar têm implicações sobre a produção da identidade de crianças e adolescentes. (CASTILHO, 2013, p.93)

Desse estudo participaram 59 mães e as respectivas professoras das crianças. Como instrumento a pesquisa, considerou as seguintes definições: a afetividade como uma série de emoções positivas existentes no relacionamento, como: amoroso, carinhoso, alegre, entre outros. E o conflito marcado pelas emoções negativas, podendo gerar estresse, agressividade, tensão.

A pesquisa traz como resultado que, quanto maior o grau de conflito entre os pais, maiores foram os problemas de comportamentos das crianças, independente da configuração familiar (ROHENKOHL, LEOPOLDO, 2012, p.439). Portanto verifica-se a importância do mapeamento dessas configurações vinculares, pois: É no ambiente familiar também que a criança aprende a lidar com os conflitos, a controlar suas emoções, a demonstrar os diferentes sentimentos que permeiam as relações e a lidar com a vida e com suas adversidades. Portanto para um ambiente mais harmônico é preciso cuidar do vínculo Ramos (s.n, p.78) descreve que isso:

> (...)exige um estado de sensibilidade e predisposição para o educador acolher, sustentar e confrontar de forma amorosa, permitindo, desse modo, a expressão criativa, espontânea para o educando ser, aprender e viver a plenitude da experiência na relação. Para romper com esse círculo vicioso de insatisfação, de distância e indiferença, que permeia a relação professores e estudantes, portanto deve-se cuidar da relação, construir vínculos mais sintônicos que permitam a convivência e o aprendizado como funções fundamentais da escola.

Nota-se que tem se dado grande importância a um bom desempenho escolar, porém há uma série de variáveis que interferem significativamente nesse processo. O aprender da criança se resumiu ao cumprimento e reprodução de tarefas, o desejo perdeu sua importância e espaço, o que nos leva a questionar que sujeito está sendo construído a partir dessas instâncias e quais as consequências disso na sua vida.

ISBN 978-85-87406-94-1

> As teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, as concepções de infância e de normalidade, no mais das vezes, levam a interpretações que criam expectativas de que os alunos se adaptem aos critérios e modelos da escola (ou da normalidade) que, por sua vez, também está profundamente marcada por demandas sociais e econômicas específicas (como sucesso na profissão, lógica do mercado, valores morais, certas imagens de felicidade, consumo, etc.). Conceitos como diferenças individuais e dificuldades de aprendizagem lançam um olhar sobre processos individuais e subjetivos, mas não oferecem esclarecimentos sobre a instituição social da escola (DAZZANI, 2010, p.367).

Devemos avaliar as diversas variáveis que possam estar interferindo no rendimento escolar de uma criança. Com isso a teoria psicodramática será essencial na sustentação da presente pesquisa, pois, sua perspectiva, nos faz considerar as diversas variáveis que possam estar interferindo no rendimento escolar de uma criança, e avaliá-lo integralmente.

> Para a abordagem moreniana, um problema nunca ocorre por acaso, há um contexto, nunca é isolado, mas é sempre plural (problemas), nunca é individual, mas é sempre coletivo (nosso). Cuidar dele não é tarefa simples (mas complexa), exigindo uma atitude ao mesmo tempo terapêutica (cuidar e curar), pedagógica (educar e prevenir) e artística (compor e exibir). (BAREICHA, 1999, p.132).

A partir do entendimento do funcionamento dessa relação família-escola, observamos a importância do estabelecimento de um bom vínculo para a resolução assertiva dos problemas e para a compreensão dos mesmos. A família e a escola são a chave de construção de vínculos da criança, portanto torna-se preciso mapear os laços afetivos que ela de fato estabelece via essas instituições sociais e suas influências na vida da criança.

> Os laços afetivos, estruturados e consolidados tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada. Nesse processo, os estágios diferenciados de desenvolvimento, característicos dos membros da família e também dos segmentos distintos da escola, constituem fatores essenciais na direção de provocar mudanças quando entra na escola, um maior grau de autonomia e independência comparado ao que tinha em casa, o que amplia seu repertório social e círculo de relacionamento. (DESSEN, POLONIA, 2007, p.27)

A criança reproduzirá comportamentos das suas referências identitárias, pois seu comportamento é modelado em parte pelos relacionamentos

ISBN 978-85-87406-94-1

que estabelece. O que nos leva a refletir sobre as redes de apoio da criança para lidar com os conflitos e o insucesso escolar.

Segundo Ferreira e Marturano apud (DESSEN, POLONIA, 2007, p.28):

> Um outro aspecto a ser destacado nas pesquisas e programas é a formação das redes sociais de apoio. Deve-se, então, caracterizar as dimensões distintas de envolvimento, seja na família ou na escola, e descrever como e quando essa rede de relações e apoio à pessoa em desenvolvimento pode ser utilizada. Na família, há o reconhecimento do papel dos pais, irmãos e outras pessoas que convivem com a criança ou adolescente e sua contribuição para o desenvolvimento geral e acadêmico. Na escola, destacam- se os professores e os pares, uma vez que estes se envolvem cotidianamente em atividades programadas e realizam intervenções importantes que afetam o processo de ensino e aprendizagem. Considerando que as redes de apoio são constituídas pela diversidade de interações entre as pessoas, são estas que permitem a construção de repertórios para lidar com as adversidades e problemas surgidos, possibilitando sua superação com sucesso.

A família é uma das principais instâncias que interferem no desenvolvimento da criança, pois é nesse ambiente familiar que os indivíduos têm suas primeiras experiências de socialização, onde serão transmitidos crenças e valores, onde cria-se as primeiras referências identitárias e suas primeiras percepções de como lidar e agir diante dos problemas ou de determinada situação. Consequentemente ela trará esses aspectos para a sua vida particular e na modelação da sua subjetividade.

Dessen e Polonia (2007) cita vários autores para dizer que os laços afetivos formados dentro da família desencadeiam um desenvolvimento saudável e uma melhor adaptação do indivíduo nos diferentes ambientes que participa. Porém a insatisfação familiar e a incongruência nas atitudes dos pais em relação à criança podem dificultar sua interação social, mostrando assim que a família pode trazer aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento e construção da criança.

Iremos nos deparar com uma grande diversidade cultural dessas famílias, pois cada uma tem um jeito singular de transmitir esses valores e crenças. É preciso que observemos essas famílias com um olhar aberto sem julgamento, pois é através desse olhar que estaremos o mais próximo possível de cada realidade.

Volling e Elins (apud DESSEN, POLONIA, 2007, p.24) mostraram que:

> O estresse parental, a insatisfação familiar e a incongruência nas atitudes dos pais em relação à criança geram problemas de

ISBN 978-85-87406-94-1

> ajustamento e dificuldades de interação social. As figuras parentais exercem grande influência na construção dos vínculos afetivos, da auto-estima, autoconceito e, também, constroem modelos de relações que são transferidos para outros contextos e momentos de interação social.

Setton (2002, pg.27) em sua pesquisa acrescenta que as formações das socializações atuais são fruto de múltiplas referencias identitárias, acrescentando um terceiro fator, a mídia, que considera tão importante quanto a família e a escola para a formação do indivíduo.

> Ou seja, a educação no mundo moderno não conta apenas com a participação da escola e da família. Outras instituições, como a mídia, despontam como parceiras de uma ação pedagógica. Para o bem ou para o mal, a cultura de massa está presente em nossas vidas, transmitindo valores e padrões de conduta, socializando muitas gerações. Em uma situação de modernidade, faz-se necessário problematizar as relações de interação, conflitivas ou harmoniosas, entre os espaços socializadores e agentes socializados (SETTON, 2002, p.109).

As queixas em dificuldades escolares de algumas crianças estão presentes na maioria das escolas e por se tratar de um problema tão frequente e exacerbado observamos até aqui o quanto os vínculos que a criança estabelece nas diferentes instâncias socializadoras e as suas experiências podem influenciar nos comportamentos da criança. Para Souza 2003, a queixa precisa ser problematizada, ou seja, mudar o olhar com que se enxerga essa realidade, tirar o foco da queixa manifesta e dar espaço para expressão dos conflitos, refletir sobre os vínculos. Só assim será possível promover um desenvolvimento nessa área. Portanto a presente pesquisa visou investigar os vínculos afetivos na perspectiva da criança para uma melhor compreensão do que está subtendido nas queixas escolares trazidas.

1.1. Objetivo Geral

Compreender as configurações vinculares de crianças com queixas escolares.

.

1.2. Objetivos Específicos

-Mapear os laços afetivos da criança na sociedade, na escola e na família.

-Verificar novas possíveis referências vinculares das crianças.

ISBN 978-85-87406-94-1

2. METODOLOGIA

2.1. Tipo de pesquisa:

Segundo Minayo (1994) a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Na presente pesquisa pretende-se uma visão ampla do fenômeno e uma maior aproximação do pesquisador com a realidade estudada, portanto deve-se considerar todos os detalhes observados e isso só será possível através da pesquisa qualitativa. De acordo com Brito, Merengué e Monteiro (2006), o psicodrama é um excelente recurso de pesquisa dentro da epistemologia qualitativa, podem ser utilizadas dramatizações, jogos dramáticos, oficinas lúdicas, como meio de pesquisar o universo da criança.

2.2. Participantes da pesquisa

Participaram da pesquisa 35 crianças de cinco a doze anos, de uma escola pública, divididas por faixa etária, em seis grupos. A escolha das crianças se deu por indicação da escola.

3. ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

A pesquisa buscou investigar os vínculos afetivos da criança através de três eixos temáticos que foram trabalhados em 10 oficinas lúdicas propostas através do roteiro a seguir:

Eixo temático 1: Eu no mundo

Eixo temático 2: Eu na minha família

Eixo temático 3: Eu na minha escola

ISBN 978-85-87406-94-1

As oficinas lúdicas, conduzidas na proposta psicodramática foram escolhidas como estratégia de coleta de dados, pois: as pesquisas que tomam a criança como sujeito competente, ou um agente, enfocam não apenas como elas são construídas pelos processos de socialização, mas como elas os constroem e os re-constroem, como compreendem e interpretam suas experiências a partir do lugar em que se encontram (CASTRO, 2008, pg.26).

A inserção da pesquisadora na escola se deu devido ao estágio obrigatório na área escolar de Psicologia no ano de 2015, sendo assim foi entregue um termo de anuência à diretora para que a mesma autorizasse a utilização dos dados coletados durante a realização do estágio em psicologia escolar, para utilização na pesquisa.

Foram realizadas 10 sessões com cada grupo, supervisionados pela professora e orientadora do projeto Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro, contando com a colaboração de uma psicopedagoga psicodramatista coordenadora da Oficina de Arte Lua Nova (onde aconteceram os encontros, situada ao lado da escola municipal) que acrescentou com as suas experiências e conhecimentos, durante as supervisões acontecidas no final de cada encontro.

As oficinas lúdicas foram conduzidas por 21 estagiários (sendo a pesquisadora um desses estagiários) do quarto ano de psicologia e, pela orientadora da pesquisa. Os estagiários estavam cumprindo um estágio obrigatório na área de escolar da grade do curso de Psicologia do Uni-FACEF.

Foi entregue também aos demais estagiários, um termo de consentimento para a autorização da utilização dos diários de campo e, transcrições feitas por cada um durante o acontecimento do estágio.

Foram fornecidos pela escola municipal à pesquisadora responsável pela pesquisa, os telefones de contato dos familiares responsáveis pelas crianças participantes do projeto, para que assim seja assinado pelos pais ou responsáveis o termo de consentimento para a participação das crianças na pesquisa.

ISBN 978-85-87406-94-1

4. ANÁLISE DOS DADOS

Está sendo realizada uma análise de conteúdo segundo os moldes propostos por Minayo (1994) com as transcrições das oficinas lúdicas. Na análise de conteúdo segundo a autora abrange-se as fases de organização do material a ser analisado, a aplicação do mesmo, e por fim a tentativa de desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto, voltando-se para as ideologias, tendências e outras determinações dos fenômenos analisados. Através da análise de conteúdo o pesquisador consegue compreender melhor a realidade dos participantes da pesquisa.

Segundo Minayo (1994) a análise e interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa. Portanto através da análise qualitativa dos dados o pesquisador conseguirá uma melhor compreensão da realidade dos participantes da pesquisa.

Para a análise dos dados estão sendo feitas leituras dos diários de campo, e criação de categorias, selecionadas por similaridade e por diferença, até formarem um corpo de categorias. Em seguida será realizado uma filtragem desses dados até chegar ao formato final.

5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.

A análise parcial dos dados revela que os vínculos mais trazidos pelas crianças, foram os vínculos na família, sendo eles tanto positivos como negativos. Pode-se dizer que o tema mais trazido, foi o modo de vinculação com a figura paterna, que se mostraram essencialmente negativos. As crianças mais velhas trazem de forma mais intensiva esses vínculos, do que as mais novas. Na escola prevalecem os modos de vinculação negativos, as crianças trouxeram temas como: professora brava e bullying. No eixo temático “eu no mundo” a mídia se mostrou um importante fator de vinculação das crianças com o mundo, nas atividades de dramatizações, com as crianças mais novas principalmente, é possível observar o quanto a mídia está presente na vida das crianças.

Com o passar das intervenções observou-se o desenvolvimento de vínculos com a natureza e com o grupo. No decorrer do processo, eles se tornaram importantes referências identitárias para as crianças. As crianças sentiam-se

ISBN 978-85-87406-94-1

pertencentes ao grupo, mostrando evolução nos comportamentos devido ao vínculo criado.

Portanto, até o momento, foi possível observar que as crianças trouxeram modos de vinculação tanto positivos, como negativos, e aliando a literatura observamos uma necessidade de fortalecimento desses vínculos portencializadores, pois fica claro o quanto que as relações vinculares do individuo interferem no seu jeito de ser e estar no mundo.

REFERÊNCIAS

ANDRIATTE Leia Aparecida Siqueira Aparecida Malandrini, Um estudo observacional sobre o vínculo afetivo de bebês abrigados em instituições (O) Boletim de Iniciação Científica em Psicologia – 2001, 2(1): 8-25, Acesso em: http://www.mackenzie.com.br/

BAREICHA, Paulo. Psicodrama, teatro e educação: em busca de conexões.**Linhas Críticas**, v. 4, n. 7-8, p. 121-136, 1999.

BLATNER, ADAM. **Uma Visao Global Do Psicodrama Fundamentos Historicos, Teoricos E Praticos**. Editora Agora, 1996.

BRITO, Valéria; MERENGUÉ Devanir; MONTEIRO, André Maurício. Pesquisa **Qualitativa e Psicodrama**, São Paulo: Àgora, 2006.

CASTILHO Sabrina Simões: Relações afetivas e processos identitários de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional: uma pesquisa com oficinas de grupo, São João del-Rei PPGPSI-UFSJ 2013, Acesso em: http://www.ufsj.edu.br/

CASTRO Elisa Kern de; ROHENKOHL Lia Mara Inês Albertoni**;** Afetividade, Conflito Familiar e Problemas de Comportamento em Pré- Escolares de Famílias de Baixa Renda: Visão de Mães e Professoras, **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2012, 32 (2), 438-451.

CONTRO, L. Veredas da pesquisa psicodramática: entre a pesquisa-ação crítica e a pesquisa-intervenção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, vol. 17, n. 2, São Paulo, 2009.

DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schimit. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 1, n. 4, p. 107-112, 2004.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília ,v. 30, n. 2, jun. 2010 .

ISBN 978-85-87406-94-1

DE SOUZA, Tatiana Sampaio. Análise do Projeto de Proteção a Jovens em Território Vulnerável: vínculos e reconhecimento. **Sociedade e Cultura**, v. 16, n. 2, 2014.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

DE VASCONCELOS, Alexandra Alves et al. A presença do diálogo na relação professor-aluno. 2005.

DUTRA, N. S; PEIXOTO, K. M; SILVA, D. L; ALBERGARIA, M.T.A.Oficinas lúdicas e o resgate do sucesso escolar. **Revista Ciência em Extensão**, v.10, n.2, p.84-94, agosto. 2014. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/971>. Acesso em 17de maio. 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. In **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004.
MINAYO, Maria Cecília de Souza.(Org.) et al. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade Petrópolis, RJ: Vozes,1994.

LEPSCH, M.P. A escola como agente facilitador da espontaneidade: como a socionomia pode contribuir na preservação do sujeito que inicia a sociabilização. **Outras Palavras**.v.10, n.2, p 126-145, dezembro. 2014. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao5/article/view/440>. Acesso em 17 maio. 2016

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Secretaria Nacional de Assistência Social Departamento de Proteção Social Básica: **MDS**, Brasília, 2013.

Pesquisa e Intervenção na infância e juventude, NAU editora, Rio de Janeiro 2008, Lucia Rabello de Castro, Vera Lopes Besset.

PESSOA, MARIA EULINA PESSO MARIA EULINA; DE CARV, A. DE CARV A.; CARVALHO, D. E. Modos de educação, gênero e relações escola–família. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004.

PINHO, Gabriela Salomão Alves. Quem cabe na escola?–Instituições de ensino e as práticas de exclusão. **Mnemosine**, v. 5, n. 2, 2009.

PETRILLI, Silvia Regina Antunes. Psicodrama com crianças: raízes, transformações, perspectivas. In: **Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Psicodrama, Costa do Sauípe**. 2002.

RAMOS, Antonia Lucia Leite **Vínculo na prática educativa escolar: um estudo com base na ludicidade e no sociodrama.**[s.n]

ISBN 978-85-87406-94-1

RAMOS, Anne Carolina. A construção social da infância: idade, gênero e identidade infantis. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, 2014.

RESSEL, Lúcia Beatriz et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa.**Texto e Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 779, 2008.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. Os bastidores da relação família-escola. 2004.

SAYÃO, Deborah Thomé. A Construção de Identidade e papéis de gênero na infância: articulando temas para pensar o trabalho pedagógico da Educação Física Infantil. **Pensar a prática**, v. 5, p. 1-14, 2006.

ISBN 978-85-87406-94-1

AS DIVERSIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR: conflitos que impedem os desenvolvimentos humano e social?: um breve estudo qualitativo

Carlos Roberto Bitar Neto[29] (Uni-FACEF)
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Ao discutirmos inclusão escolar surgem muitas questões como: o que poderíamos dizer sobre as diversidades na escola? Essas diversidades, podem estar sofrendo algum tipo de violência dentro das escolas, e assim atrapalhar os desenvolvimentos humano e social? Essas pessoas podem estar sendo vítimas porque são "diferentes"? Qual é a função da escola? Poderá existir uma inclusão nas escolas? Quando haverá um respeito por essas diversidades?

A proposta de uma Escola Inclusiva tem o interesse em incluir as diversidades, sendo elas de religião ou etnia ou racial etc. E, assim, com proposta de inclusão, poderia haver uma diminuição no índice de violência ao incluir o estudante "diferente"?. A educação é um meio de conhecimento, pois ela tem o dever de motivar o estudante a aprender mais, além de instigar a criança ou o adolescente a descobrir.

Ainda a educação tem por missão transmitir conhecimento sobre a diversidade humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta.

Passando a descobrir o outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e por dar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo, a educação, seja ela dada pela família, pela comunidade ou pela escola, deve antes de tudo ajudá-los a descobrir-se a si mesmos. Só então poderão, verdadeiramente, por-se no lugar dos outros, e compreender as suas reações. Desenvolver esta atitude de empatia, na escola, é muito útil para os comportamentos sociais ao longo da vida. Ensinando, por exemplo, aos jovens a adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos, podem-se evitar incompreensões geradas de ódio e violência entre adultos.

[29] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

Mais do que preparar as crianças para uma dada sociedade, o problema será, então, fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam compreender o mundo que as rodeia e comportarem nele como atores responsáveis, justos e felizes. Mais do que nunca, a educação perece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam, para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto o possível, donos do seu próprio destino.

A diversidade das personalidades, a autonomia e o espírito de iniciativa, até mesmo o gosto pela provocação, são os suportes da criatividade e da inovação, aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros é, sem dúvida, um dos maiores desafios da educação (DELORS, 2000).

O mundo atual tem se constituído como um mundo de violência, que se opõe à paz, demandada para o progresso da humanidade. Poderemos conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de resolver de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento sobre os outros, das suas culturas, da sua espiritualidade? O que fazer para melhorar a situação?

A violência dentro das escolas não é necessariamente física, mas, em muitos casos, pode ser verbal, como por exemplo apelidos ofensivos colocados em uma criança, ou adolescente. A violência física ou verbal pode ser denominada como bullying.

Diante do contexto apresentado, o problema da presente pesquisa é: passados 15 anos do século XXI, como podem ser observadas as relações interpessoais na escola, tendo em vista a proposta de respeito às diversidades no final do século XX? Pode-se afirmar que a relevância da pesquisa é a formação profissional deste pesquisador enquanto estudante de Licenciatura. Há, ainda, relevância social, no sentido de trazer à tona discussões sobre as relações interpessoais do mundo contemporâneo, especificadamente na escola, em questões que envolvem os desenvolvimentos humano e social.

O objetivo do trabalho é discutir concepções teóricas sobre diversidades no contexto escolar (social, racial, religioso, de gêneros, etária

ISBN 978-85-87406-94-1

etc.), para verificar os conflitos que restringem os desenvolvimentos humano e social,

Os objetivos específicos da investigação são:

a) estudar o histórico sobre diversidades no contexto escolar;
b) correlacionar concepções sobre diversidade, em âmbito teórico, e adotar um conceito para a presente pesquisa;
c) estabelecer discussões sobre convivência e desenvolvimentos humano e social;
d) ouvir as comunidades escolares, por meio de pesquisa de campo, para refletir, sobre as diversidades, no espaço da instituição.

Para a elaboração da pesquisa, inicialmente, será realizada uma pesquisa bibliográfica, acerca da teoria sobre educação inclusiva, como forma de observar como conflitos relacionados à violência têm interpelado a escola.

Em seguida, será feito um estudo sobre os tipos de diversidades e como estas têm sido recepcionadas nas escolas no Brasil. Nesse sentido, serão apresentados números de casos sobre violência, os tipos de violência, inclusão e diversidades, em especial, dentro das escolas.

Em um momento seguinte, será realizada uma pesquisa de campo, a fim de ouvir as comunidades escolares, através de entrevistas.

Por fim, com a sustentação teórica e com os olhares das comunidades escolares, será feita uma análise de abordagem qualitativa, para verificar como os conflitos de relações constituem o contexto escolar e as novas formas de convivência entre os estudantes.

2. UMA ESCOLA INCLUSIVA

O objetivo deste capítulo é traçar um perfil histórico e conduzir discussões sobre uma escola inclusiva. Quando tratamos de uma sociedade inclusiva, pensamos naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que aprendemos a conviver,

ISBN 978-85-87406-94-1

contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos.

Isso implica uma sociedade, onde cada um é responsável pela própria qualidade de vida e também a do outro, mesmo quando esse outro seja muito diferente de nós.

Ter origens, raças, etnias, religiões, sexualidade etc. Não vai fazer você ou o outro ser estranho, o mundo não é homogêneo, uma coisa só, cada ser um humano tem a sua diferença, mesmo que existam gostos ou pensamento iguais, mesmo assim elas serão diferentes. O mundo e o ser humano estão sempre em constante mudança, e com essa mudança temos que evoluir o que pensamos sobre essas pessoas que são rotulados como sendo "diferentes".

Uma opinião diferente pode nos fazer crescer. Um caminho diferente pode nos fazer mudar. Uma atitude diferente pode nos fazer evoluir. A diferença sempre é positiva.

O que poderíamos dizer sobre essas diversidades no contexto escolar? Essa diversidade, ou melhor, dizendo as pessoas que, são diferentes, podem estar sofrendo algum tipo de violência dentro das salas de aula? As perguntas são muitas que é as respostas para essas várias perguntas são simples e clara Inclusão Escolar, incluir ao invés de excluir. A escola como meio de construção de conhecimentos e valores, tem o dever de motivar essa inclusão escolar, ensinar a respeitar essas pessoas e as diversidades que podem existir dentro de sala.

Conforme Heredo (2011, p.15), a questão da inclusão escolar chegou recentemente ao Brasil, por isso, ainda é um fato sobre o qual ainda predominam incertezas.

Primeiramente, a questão da inclusão apareceu em formas de leis, documentos e decretos que garantem o direito da criança a educação, sendo ela do gênero feminino, sendo ela negra etc. Em seguida, essas leis foram ganhando espaço no meio acadêmico, em discussões, os olhares voltaram para esse assunto a Inclusão Escolar, Violências (Preconceito), entre

ISBN 978-85-87406-94-1

outros assuntos polêmicos, assim discutindo e construindo conceitos sobre uma escola inclusiva, e, por fim, atingindo a instituição escolar.

Conforme Aranha (2004), Escola Inclusiva é aquela que garante qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um, de acordo com suas potencialidades e necessidades. O assunto divide a opinião de pais, educadores, gestores e demais profissionais da educação.

O principal fundamento da escola inclusiva é o de ensino básico, contexto em que as crianças devem aprender juntas, independentemente de qualquer dificuldade ou diferença que elas possam ter. A escola inclusiva deve reconhecer suas diversas necessidades, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade a todos, oferecendo um auxílio extra, para obter uma educação efetiva. Os diretores de escolas de ensino básico têm o dever de promover atitudes positivas, através da comunidade e entre os professores de classes. São necessárias capacitações constantes, que possam garantir uma educação de qualidade.

A educação inclusiva se apoia na premissa de que é preciso olhar para o aluno de forma individualizada e colaborativa, contemplando suas habilidades e dificuldades no aprendizado em grupo. Isso não significa reduzir as expectativas da turma ou deixar de avaliar os estudantes: as metas de conquista do conhecimento são estabelecidas em consonância com o potencial de cada criança. "A escola deve ser um lugar de encontro, de igualdade, de desenvolvimento. Para isso precisamos construir um espaço-tempo de gestão que acolha as diferenças existentes no mundo", defende a pedagoga Carla

Mauch, coordenadora-geral da associação Mais Diferenças, instituição que atua como consultoria na implementação de práticas e políticas inclusivas.

A proposta da Educação Inclusiva beneficia todos os envolvidos: os demais alunos aprendem que a sociedade é repleta de diversidade e conseguem, assim, adquire valores de vida melhor; a presença dessas diversidades na sala de aula faz com que todos percebam que há trinta alunos diferentes entre si, e não um que é diferente dos outros. E as diversidades ganham o respeito, e a violência diminui.

ISBN 978-85-87406-94-1

A busca por uma sociedade igualitária, em que os homens possam ter o direito da liberdade de expressão e de crença, onde possam desfrutar de condição de viverem bem com igualdade para todos, originou a elaboração da *Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).*

Esta Declaração representou um marco na história dos direitos e das garantias individuais e coletivas do homem no Brasil e no mundo. O que ficou ali tutelado foi adotado na condição de princípios fundamentais a serem considerados quando da elaboração da *Constituição Federal de 1988.*

O Art. 5° da Constituição e seus 78 incisos, fundamento do ordenamento jurídico brasileiro, legitimam a busca por uma sociedade igualitária, idealizada na referida declaração. Afirmando que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade”.

Em obediência a esses princípios, a Constituição dispõe sobre o direito à educação e a forma pela qual ela deve ser ministrada, intimando o Estado e a família o dever de garantir aos cidadãos brasileiros o ensino.

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida a incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Quando são postas à prova, essas garantias legais, face à comunidade, da escola e do aluno, constatamos que o direito que garante o acesso escolar não é o mesmo que garante o ensino de qualidade, ou que a “escola para todos” não é a “escola de todos”. As desigualdades sociais vividas pela população promovem essa diferença, em que a proposta da inclusão tenta reduzir ao estabelecer que os governos devam priorizar uma educação de qualidade, que promova o desenvolvimento pleno de seus educandos.

Em 1990, a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* já recomendava medidas que garantissem “a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo” (1990). Mas, foi em 1994, com a *Declaração de Salamanca*, na Espanha, que o projeto de escola inclusiva foi mais precisamente delineado.

ISBN 978-85-87406-94-1

Com a Conferência que originou este documento, o enfoque sobre o sistema educacional mudou, ocasionando uma atualização no ordenamento jurídico brasileiro por meio de emendas que modificaram o texto constitucional e possibilitaram inserções, na política educacional e que constam na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)*, no *Plano Nacional de Educação Básica (2001)*.

Em síntese, as leis garantem o direito aos alunos com necessidades educacionais especiais de serem atendidos pelo ensino regular na rede pública. Ressaltando que a escola deve dar o apoio necessário a esses educandos.

Interroga Carvalho (2013, p .7): Qual o lugar da educação escolar na vida de uma pessoa? A tentativa de responde a essa questão impele à identificação de possibilidades/ impossibilidades materializadas nas condições de vida de cada pessoa. Mas e se a pergunta fosse: Qual lugar a educação escolar deveria ter na vida de uma pessoa? Temos então um foco diferente, uma pergunta com respostas que abrem múltiplas perspectivas.

Eu, educador, posso contribuir para a atribuição, na vida de alguém, de um lugar especial à educação escolar? Com a universalização da escola básica, houve a possibilidade de conhecer a riqueza e a adversidade da população brasileira, assim como a diversidade que tal população está inserida.

Surpresos, os educadores, pareciam desconhecer a multiplicidade de características dos nossos alunos, das pessoas que constituem nossa sociedade. Intrigantemente, essas pessoas sempre compuseram a população de nosso país, mas as escolas pareciam invisíveis ou mesmo inexistentes.

> Seja por pressão de diferentes grupos sociais, seja por necessidades de demonstração de eficiência diante de agências multilaterais, por compromissos ou acordos internacionais, segmentos populacionais passaram a ser foco de atenção e preocupação de políticas e ações das administrações federal, estaduais ou municipais e de práticas escolares (CARVALHO, 2013, p.7)

Por isso, o que antes nos parecia invisível hoje arrebatadamente se faz presente, muitas vezes com uma força descomunal e nos cobra ação.

ISBN 978-85-87406-94-1

Encontram-se muitos desafios nessa empreitada. Inúmeros trabalhos acadêmicos, há anos, denunciam os limites da escolaridade imposta à nossa população. Diante da "naturalização" das repetências das exclusões e das invisibilidades, há a possibilidades de indignação e de enfrentamento ao hegemonicamente "natural". Há possibilidade da construção de uma escola que não trate os alunos com diferença, o que é efeito de desigualdades.

> A inclusão tem muitas faces, e ela pode ser abordada de vários pontos de vista, uma vez que este movimento em prol da inclusão social implica a instituição de mecanismos que alteram modos de relação social entre segmentos distintos da sociedade. Ao afirmamos que a inclusão tem muitas faces, nós nos apoiamos no fato de que múltiplos são os contextos e os sujeitos nela envolvidos assim como as possibilidades de abordá-la (PADILHA E OLIVEIRA 2013, p. 9).

Na área da educação, em geral, a inclusão tem se referido a movimentos institucionais no âmbito de ordenamento legal, da organização escolar e das práticas educativas, dando possiblidades para inserir e permanecer, os grupos excluídos do espaço escolar, seja eles por aspectos sociais, culturais etc. Dessa forma, criam as discussões que visam à implementação de uma política de educação inclusiva.

A obra *Desafios da Educação Especial*, editada pela *Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação em 1994*, a institucionalização da educação especial no Brasil, existe há três décadas. A partir da década de 1970, o governo federal deu início a um processo de centralização administrativa e coordenação política (BRASIL, 1994, online).

A *Declaração de Salamanca*, de 1994, propõe que pessoas com necessidades educativas especiais sejam matriculadas em escola regular, sedimentando assim o propósito da inclusão, que é a democratização do ensino, com o objetivo de promover o desenvolvimento, progressivo e contínuo da cidadania. No território brasileiro, os pressupostos da *Declaração de Salamanca* foram efetivados por meio da nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996) (Amaral, 2001, p. 12).*

ISBN 978-85-87406-94-1

2.1 O Professor na Educação Inclusiva

Para Levy (2012, p.134), o papel do professor na educação inclusiva, a cada dia, vem se tornando uma tarefa árdua. Os professores enfrentam todo tipo de adversidades, desde baixos salários, falta de recursos, até a violência em sala de aula. Esses fatores incidem diretamente sobre a qualidade de seu trabalho e em sua saúde física e mental. O movimento de inclusão de alunos com necessidades especiais, nas salas de aula, vem agravando esse quadro, pois o professor, diante de demandas às quais nem sempre consegue responder, ou por lhe faltarem recursos, ou por não estar capacitado para isso, sente-se sobrecarregado, incapaz e adoece.

A associação entre as condições de trabalho e a ocorrência de doenças físicas e mentais em profissionais de educação vem sendo estudada desde a segunda metade do século XX, como a SÍNDROME DE BURNOUT e os adoecimentos progressivos dos professores.

> No entanto, todos os problemas elencados não justificam, nem poderiam justificar, qualquer argumento contra o processo inclusivo. Em uma sociedade democrática, solidária e fraterna, não pé mais tolerável que a qualquer ser humano, seja ele índio, pobre, negro, com deficiência etc., seja vetado acesso aos bens públicos. A inclusão é um fato e não há como retroceder (LEVY, 2012 p. 134).

Com as mudanças sociais, políticas, econômicas ocorridas nas últimas décadas, tudo mudou, alterando significativamente o sistema educativo e o perfil. A profissão professor significava possuir uma identidade carregada de orgulho profissional de total prestígio na sociedade.

Conforme Esteve (1999), as mudanças sociais determinantes para o aumento das tensões sofridas pelos professores foram:

- A modificação do papel do professor e dos agentes tradicionais de integração social;
- As mudanças sócias em torno de da figura;
- A incerteza acerca dos objetivos do sistema educacional e da longevidade ou utilidade de conhecimento;
- Deterioração da imagem do professor.

ISBN 978-85-87406-94-1

Neste sentido, o professor é diariamente desafiado a corresponder às novas expectativas projetadas sobre ele, apesar da carência de recursos materiais, das renovações pedagógicas e da escassez de material didático, componentes de um quadro gerado pela crise econômica e pelos cortes orçamentários. Quanto aos professores que atuam com alunos com necessidades educativas especiais, os problemas se intensificam (AMADO, 2000).

Em 1904, foi desenvolvida a primeira escola desta modalidade – Escola de Crianças Anormais – no Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro. Franco da Rocha, criou o serviço de menores, dando início ao primeiro, núcleo de classes especiais no estado. Em 1925, Tiago Wurth funda a escola Pestalozzi e, em seguida, surgem a Pestalozzi – Canoas (1826), a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1935) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – RJ (1952).

Mas, foi somente na década de 1990, que os princípios da educação inclusiva ganharam destaque no panorama da educação com ênfase para dois eventos importantes: *Conferência Mundial de Educação para Todos (1990)* e a *Declaração de Salamanca (1994)*, contribuindo para a implicação das discussões, e no avanço de pesquisas e a busca de alternativas (FACION, 2002).

Os discursos de acessibilidades estabelecidos pelas políticas de educação passaram a constituir as práticas institucionais e promoveu segundo Krawczyk e Vieira (2005), profundas transformações nos objetivos, nas funções do sistema educacional do Brasil, o que repercutiu num processo crescente de defasagem das condições de trabalho docente.

Neste contexto, o professor vem extrapolando o seu caráter de mediador no processo de conhecimento do aluno, ampliando a sua missão além da sala de aula, a fim de garantir relação entre escola e comunidade. O professor deve ensinar e participar gestão e do planejamento escolar, o que significando uma dedicação maior, a qual se estende à família e à comunidade.

ISBN 978-85-87406-94-1

As dificuldades que os professores do ensino regular apontam são: a eficácia da metodologia aplicada; a falta de recursos e de infraestrutura; as péssimas condições de trabalho; os limites da formação profissional; o despreparo para ensinar seus alunos.

Ercolin (2003) aponta a existência de leis as quais obrigam que novos prédios sejam construídos de acordo com normas adequadas ao acesso de todos, como, por exemplo, com disponibilidade de rampas e banheiros adaptados. De modo geral, a formação desses profissionais deixa a desejar, pois mesmo com a obrigatoriedade do curso superior para o magistério, nota-se que o professor aplica, em sua prática diária, muito pouco do que aprende.

É fundamental a participação do professor. O êxito de sua atividade é determinado pelas suas condições de trabalho, formação, competência pedagógica, habilidades e avaliações periódicas das estratégias metodológicas utilizadas. Esses elementos devem ser levados em consideração para o sucesso da Inclusão.

3. DIVERSIDADE NA ESCOLA

A estranheza deriva da exposição do que todos esperavam que se mantivesse oculto e restrito à vida privada do estudante. Esse estudante que desafia normas pressupostas e as coloca em discussão. Além da exposição do que parecia confinado ao silêncio e ao segredo, quando um jovem ou uma jovem demostra atitudes ou anseios diferentes dos colegas a estranheza emerge pelo rompimento dos padrões hegemônicos da masculinidade e feminilidade.

Esses fatos não são produtos da biologia, mas socialmente criados. A divisão dos gêneros por cores, por exemplo, o cor-de-rosa que já foi uma cor masculina até que a ascensão do Império britânico tornasse o azul dos uniformes da Marinha que adotamos até hoje como símbolo de masculinidade.

Muito do que nós associamos simbolicamente ao masculino ou ao feminino é convenção e passível de mudança em contextos sociais novos e mais igualitário. Outro exemplo desse processo de mudança é a forma como as

ISBN 978-85-87406-94-1

mulheres vêm adotando profissões que no passado eram consideradas eminentemente masculinas.

> Não é possível refazer este País, democratizá-lo, humaniza-lo, torna-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, oferecendo a vida, destruindo os sonhos, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. (FREIRE)

Entretanto, essas diferenças simbólicas, esse estranhamento com o outro que não é considerado “normal”, podem causar conflitos dentro de sala de aula. Conforme Nunes (2011, p. 16), a escola é palco de uma diversidade de conflitos, pois nela convivem variadas idades, origens, etnias, condições socioeconômicas e culturais. Assim sendo, todas as escolas devem estar preparadas para o enfrentamento da heterogeneidade, das diferenças e das tensões próprias do relacionamento escolar que, muitas vezes, podem gerar, desarmonia e até desordem.

Diante esses conflitos, a escola poderia propor alguma prática para restaurar a paz na escola, atividades que fazem os alunos interagir entre eles, trabalhar em grupo. Com essas práticas o aluno da diversidade e o aluno considerado “normal” podem se entender.

A escola é por definição um espaço de interação que se associa a saber, a conhecimento, a desenvolvimento humano, a convívio e à construção de relações psicoafectivas e sociais. Como sistema aberto, a escola modifica-se com a sociedade, refletindo as vivências e a cultura desta e contribuindo igualmente para mudanças significativas nas comunidades de inserção. No que diz respeito à violência, a escola por um lado reflete os comportamentos agressivos da comunidade e por outro contribui para o seu aparecimento (Malta et al., 2010).

Os comportamentos agressivos em contexto escolar constituem um problema, provavelmente tão antigo quanto a própria escola. A sua persistência ao longo dos tempos deve-se provavelmente ao facto de serem entendidos como naturais, estarem inscritos num padrão normal de interação e as suas consequências serem desvalorizadas (Leonardo, 2007). Este problema é particularmente grave quando se prolonga por largos períodos e as vítimas e

ISBN 978-85-87406-94-1

observadores, se remetem ao silêncio, permitindo o seu perpetuar, com consequências terríveis, a nível do bem-estar e (Carvalhosa 2011), que em casos extremos podem mesmo ser a morte (Almeida & Barrio, 2002).

Os estudos que foram desenvolvidos por Olweus, chamaram a atenção para um fenômeno, ligados a esses comportamentos agressivos, o bullying. Este é a forma mais grave de comportamento agressivo, por ser intencional, repetitivo, persistente no tempo e sempre com o objetivo de fazer mal a alguém (Olweus,1993; Marques, Neto, Angulo & Pereira, 2001; Matos & Gonçalves 2009). Inclui todas as formas de violência física e/ou psicológica, repetidas e efetuadas por um indivíduo ou um grupo sobre outro que não é capaz de se defender a si próprio (Houbre, Tarquinio & Thuillier, 2006).

As formas de violência podem ser física como bater, empurrar, roubar, brincar de forma violenta, danificar objetos e usar armas; o verbal ou psicológico que engloba chamar nomes, arreliar ou pegar com alguém, ser sarcástico, insultuoso ou injurioso, fazer caretas e ameaçar; e por fim, e menos difícil de identificar, onde inclui comportamentos de exclusão ou rejeição de alguém de um grupo com o objetivo de o isolar socialmente.

Silva et al. (2011) quando dizem que pelo risco que os comportamentos agressivos têm para os intervenientes, sobretudo na forma de *bullying*, constituem um problema de saúde pública. Assim, identificados os comportamentos e algumas variáveis com eles associadas, o desafio que se coloca é o de implementar estratégias com impacto positivo na qualidade de interação das crianças e adolescentes nas escolas e orientadas para as formas mais eficazes de prevenir e diminuir o *bullying*. Acreditamos ser possível através de uma intervenção multiprofissional dificultar as dinâmicas de *bullying* e prevenir a consolidação dos padrões inter-relacionais agressivos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *Afirmando diferenças:* montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papirus, 2015. 108 p.

ISBN 978-85-87406-94-1

ALMEIDA, A., & BARRIO, C. (2002). *A vitimização entre companheiros em contexto escolar*. In C. MACHADO, & R. A. GONÇALVEZ (Coords.), *Violência e vítimas de crimes* (Vol.2, pp. 169-197). Coimbra: Quarteto.

CARVALHO, Marília Pinto de (Org.). *Diferenças e desigualdades na escola.* Campinas: Papirus, 2013. 192 p.

CARVALHOSA, S. F. (2011). *Um modelo ecológico para a prevenção do bullying nas escolas*. In A. G. BARBOSA, L. M. LOURENÇO, & B. PEREIRA (Coords.), *Bullying conhecer e intervir* (pp. 95-110). Juiz de Fora: UFJF.

FACION, José Raimundo (Org.). *Inclusão Escolar e suas Implicações.* Curitiba: InterSaberes, 2012. 211p.

HOUBRE, B., TARQUINIO, C., THUILLER, I. (2006). Bullying among students and its consequences on health. *European Journal of Psychology of education*, 21 (2), 183-208.

LEONARDO, J. (2007) *Bullying escolar: Abordagem descritiva de um fenómeno emergente. Infância e Juventude*, (4), 9-82

MATOS, M. G., & GONÇALVES, S. M. P. (2009). Bullying nas escolas: Comportamentos e perceções. *Psicologia, Saúde & Doença*, 10 (1), 3-15

MALTA, D. C., SILVA, M. A. I., MELLO, F. C. M, MONTEIRO, R. A. SARDINHA,
L. M. V., CRESPO, C., CARVALHO, M. G. O., SILVA, M. M. A., & PORTO, D. L.
(2010). *Bullying nas escolas brasileiras: Resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar* (PeNSE), 2009. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15 (supl. 2), 3065 3076.

MARQUES, A. R., NETO, C., ANGULO, J. C., & PEREIRA, B. (2001). *Um olhar sobre o recreio, espaço de jogo, aprendizagem e alegria mas também de conflito e medo.* In A. ESTRELA, & J. FERREIRA (Eds.), *Atas do XI colóquio: Indiscipline et violence à l'ecole* (pp.552-560). Lisboa: Universidade de Lisboa.

NUNES, Antônio Ozório. *Como restaurar a paz nas escolas:* um guia para educadores. São Paulo: Contexto, 2011. 137 p.

OLWEUS, D. (1993). *Bullying at school. What we know and what we can do*. Oxford,UK: Blackwell

PADILHA, Anna Maria Lunardi; Oliveira, Ivone Martins de (Orgs.). *Educação para todos:* As muitas faces da inclusão escolar. Campinas: Papirus, 2014. 190 p.

SENNA, Luiz Antonio Gomes (Org.). *Letramento:* princípios e processos. Curitiba: InterSaberes, 2012. 377p.

ISBN 978-85-87406-94-1

SILVIA, A. N., Oliveira, J. C., LAMAS, K. A., & Barbosa, A. G. (2011). Pesquisas sobre Bullying no Brasil. In A. G. Barbosa, L. M. Lourenço, & B. Pereira (Coords.), *Bullying conhecer e intervir* (pp. 11-31). Juiz de Fora: UFJ

ISBN 978-85-87406-94-1

AS REPRESENTAÇÕES DO RÉU NO TRIBUNAL DO JÚRI DO INTERIOR: Etnografias de Franca e Ribeirão Preto

José Arthur Fernandes Gentile[30] (UNESP)
Ana Gabriela Mendes Braga (UNESP)

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere em "projeto guarda-chuva", mais amplo e ainda em construção, de análise das diversas personagens do sistema de justiça criminal, partindo-se de uma perspectiva empírica, e compõe a linha de pesquisa[31] em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESP, pela Profa. Dra. Ana Gabriela Mendes Braga. Ademais, faz parte do projeto de pesquisa[32] que atualmente desenvolve no regime de RDIDP.

O referido "projeto guarda-chuva" possui formato que permite que recortes sejam feitos a partir do mesmo objeto, ensejando a realização de pesquisas paralelas e complementares acerca do tema proposto, como é o caso da presente. De modo que será possível e recomendável que outros pesquisadores agreguem novos olhares ao conhecimento produzido.

A análise do lugar do réu no sistema de justiça criminal, propondo-se a refletir em que medida ele atua enquanto sujeito das práticas e rituais penais (em que momentos lhe é permitido falar, desde que lugar, com que trajes, como é nomeado, entre outros), é o que se pretende analisar com a presente pesquisa. Nos interessa discutir a participação do réu no espaço da justiça, em especial em uma sessão de julgamento do Júri, cujo caráter ritual e teatral amplifica o jogo de cena, analisando como essa participação se dá no cenário de sessões de julgamento do Júri no interior paulista.

[30] Bolsista ICBS – PROPe/UNESP
[31] Instituições, discursos, personagens e gêneros: cidadania no sistema de justiça criminal.
[32] A produção da subjetividade pelo Direito Penal: uma análise da participação da ré e do réu no ritual judiciário.

ISBN 978-85-87406-94-1

1.1. Objeto e Objetivos

Segundo Garapon (1999, p. 104), "O ritual judiciário perfila a personagem do acusado em contraponto aos actores profissionais; é um homem só, posto nu e ignorante, mas ainda assim uma personagem central."

Ainda que o objeto da presente pesquisa seja o Tribunal do Júri, não discutiremos a legitimidade desta instituição, aspectos processuais, tampouco a questão da representatividade - temas frequentemente abordados na literatura jurídica. Ao mesmo tempo em que há uma discussão teórica a respeito do júri representar ou não uma instituição de efetivação da democracia, há pouco material produzido sobre o funcionamento concreto da justiça, acerca dos procedimentos, bastidores, “acordos”, jurados, os quais escapam à racionalidade legal.

Pretendemos analisar a produção da subjetividade do acusado no Júri, as práticas e discursos produzidos nas sessões de julgamento, e, nesse sentido, seguimos a proposta de Schritzmeyer:

> Tampouco pretendo sugerir alguma resolução para a celeuma de se o júri deve ou não permanecer no ordenamento jurídico brasileiro, pois, por meio dessas frentes, o material social em análise consistiria em discursos produzidos *sobre* o júri e o que me interessa é analisar discursos produzidos *no* júri. (SCHRITZMEYER, 2007, p. 3)

Nesse sentido, a abordagem empírica- *em* um campo jurídico e não *sobre* o campo jurídico- é uma ferramenta de fundamental importância para a compreensão das formas de produção do direito, e para um alinhamento entre teoria e prática jurídica do sistema de justiça criminal.

Partimos da hipótese de que no tribunal de Júri brasileiro, e no processo criminal de forma geral, o acusado é um protagonista-figurante, sem voz. Não obstante ser colocado como protagonista do ato que motivou o processo, durante o julgamento, só lhe é permitida a fala no interrogatório, e ainda assim, uma fala pautada, não dada à divagação, limitada e entrecortada pelo magistrado (ou ainda pela acusação ou defesa). Ao ocupar um espaço periférico na cena, no canto, cercado por policiais, muitas vezes algemado e uniformizado, sua expressão corporal também é limitada- logo resta, ao acusado, o papel de figurante nessa grande cena.

A segunda hipótese é a de que as representações do acusado no Júri variam de acordo com suas características individuais, tais como cor, gênero e

ISBN 978-85-87406-94-1

classe social, e de sua situação jurídica: quem o defende (defensoria pública, dativo ou constituído), se tem envolvimento anterior com o sistema de justiça, se está preso provisoriamente.

A terceira e última hipótese da qual partimos é a de que a produção da subjetividade do acusado no Júri sofre influência do cenário interiorano, na medida das familiaridades que as personagens deste ritual (magistrado, promotor, defensor, jurado, réu, vítima) demonstram entre si.

São dois os objetivos gerais da presente pesquisa: discutir o papel do réu no ritual do Tribunal do Júri e as representações dele construídas durante as sessões de julgamento de acordo com o caso ou o processado; e analisar a influência do cenário interiorano na construção de suas representações. Para tanto, buscaremos especificamente:

i) Identificar os tempos e espaços de fala do acusado durante a sessão de julgamento;

ii) mapear que estratégias discursivas e quais representações são utilizadas pelos atores de justiça ao se referir ao acusado;

iii) analisar a interação das personagens e dos demais elementos (cenário, figurino, tempo, bastidores, plateia) que compõem o ritual judiciário;

iv) identificar nos discursos e interações marcas que apontem, ou não, familiaridades e/ou empatias entre os personagens e se eventuais familiaridades e/ou empatias são decorrentes do contexto cultural, social e político interiorano.

2. MATERIAL E METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como de natureza teórica e empírica, objetivando uma melhor aproximação com a complexidade do objeto de estudo. Desse modo, seu desenvolvimento está previsto para ocorrer em duas etapas distintas.

ISBN 978-85-87406-94-1

A primeira, de cunho teórico-dedutivo, constará da revisão teórica da literatura acerca do ritual judiciário, da construção da figura do réu e das particularidades do sistema de justiça interiorano. Buscará reunir os autores e pesquisas acerca do problema investigado, numa tentativa de conhecer publicações existentes sobre o tema e os aspectos que já foram abordados pela literatura nacional e estrangeira.

Nesse sentido, como ponto de partida, para compreender o Tribunal do Júri brasileiro desde uma perspectiva etnográfica, a presente pesquisa se inspira na já clássica análise de Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer acerca do Júri, especialmente na obra *Jogo, Ritual e Teatro: um estudo antropológico do Tribunal de Júri* (2013) e no artigo *Etnografia dissonante dos Tribunais do Júri* (2007). Ademais, será utilizado como alicerce teórico da presente pesquisa as produções do jurista e antropólogo francês Antoine Garapon, em especial a obra: *Bem julgar: ensaio sobre o ritual judiciário* (1999).

Centrar-se-á na análise específica de um dos "atores judiciários" da cena de Garapon: o acusado. Porém, tendo em vista que a interação social produzida no julgamento se dá pela conjunção de todos os elementos que compõem o ritual, os demais atores e elementos, serão objeto de análise, ainda que indiretamente.

Ademais das contribuições de Schritzmeyer e Garapon, servirão de norte à presente pesquisa as já consagradas ideias de Michel Foucault, especialmente as presentes nas obras *"As verdades e as formas jurídicas"* e o dossiê *"Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão"*, ambas de 1973, bem como as concepções de campo jurídico do sociólogo francês Pierre Bourdieu, presentes em sua obra "*La economía de los bienes simbólicos"* e as contribuições do capixaba João Baptista Herkenhoff, em sua obra *"A função judiciária no interior"*, acerca das peculiaridades da prestação jurisdicional interiorana.

Na segunda etapa, realizaremos a pesquisa de campo, de abordagem qualitativa com utilização do método etnográfico. A metodologia qualitativa tenta capturar a vida social tal como experimentada pelos participantes, e não se limita às hipóteses pré-formuladas pelo pesquisador ou às categorias analíticas por ele criadas. Assim, o desenho da pesquisa molda-se ao desenvolvimento da própria

ISBN 978-85-87406-94-1

pesquisa, e a coleta de dados interfere diretamente na maneira de interpretá-los, atendendo ao objetivo de conhecer e analisar as produções discursivas e práticas produzidas no exercício da justiça.

Já a escolha pela etnografia, dentro da abordagem qualitativa, se deu por ser um método que permite apreender o campo além das palavras, observar minúcias e sutilezas da realidade observada. Na dinâmica do júri, as personagens, os silêncios, as ausências, os gestos, as lágrimas, tom de voz, vestimentas, público comunicam mais do que os discursos jurídicos. Ao mesmo tempo, esse é o desafio da produção do texto etnográfico do júri: como um julgamento ritual, teatralizado, não é “passível de ser fixado e transmitido em palavras escritas” (SCHRITZMEYER, 2013, p. 217). Por fim, o auxílio de entrevistas semi-dirigidas, as quais seguirão roteiro de perguntas básicas somadas a perguntas específicas a depender das respostas dos entrevistados, aos jurados dispensados de sessões plenárias do Tribunal do Júri nos servirá à identificação de eventuais familiaridades e/ou empatias existentes entre os atores (magistrado, promotor de justiça, defensor, réu, vítima) e os referidos jurados. Buscamos a utilização das supracitadas entrevistas como forma de complementar a análise etnográfica de marcas discursivas que apontem familiaridades dos atores da justiça criminal entre si e, assim, trazer mais luz às peculiaridades do contexto espacial interiorano no qual o ritual do Tribunal do Júri se desenvolve.

Cabe ressaltar que os jurados que escolhemos para as entrevistas semi-estruturadas serão os sorteados e dispensados das sessões plenárias, por motivos referentes às particularidades do campo, vez que, por esse se tratar do Tribunal do Júri, o qual tende a realizar sessões de duração estendida de tempo, entrevistas com os jurados sorteados e escolhidos para compor o corpo de jurados poderiam se tornar cansativas para todos os envolvidos, prejudicando os resultados a serem obtidos. De outro lado, esclarece-se, desde já, que o fato de os jurados não terem participado da sessão de julgamento não influenciará nos resultados obtidos, tendo em vista que o roteiro de perguntas buscará dados para análise da última hipótese do presente estudo- as peculiaridades do recorte espacial- desvinculados de sessões plenárias específicas, complementando os dados referentes a esta hipótese obtidos nas etnografias.

ISBN 978-85-87406-94-1

Além da análise mais geral do julgamento, de forma a atentar às especificidades de cada sessão, reiteramos que serão identificadas algumas variáveis do acusado e do caso: tal como cor, gênero, classe social, e de sua situação jurídica: quem o defende (defensoria pública, dativo ou constituído), se tem envolvimento anterior com o sistema de justiça, se está preso provisoriamente, além do contexto crime e relação com a vítima.

Serão etnografadas sessões do Tribunal do Júri das cidades de Franca e Ribeirão Preto, comarcas e regiões administrativas vizinhas localizadas no interior paulista. As sessões de julgamento serão etnografadas periodicamente ao longo do primeiro e segundo semestres de 2016, totalizando aproximadamente 8 (oito) sessões.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa teve início em março de 2016. Durante os três primeiros meses fizemos uma revisão bibliográfica que nos respaldou tanto de aportes teóricos como metodológicos e que serão apresentados a seguir.

A experiência do julgamento é composta por uma série de elementos, que determinam e são determinantes na forma de se fazer justiça. Garapon analisa em profundidade alguns deles, tais como espaço, tempo, vestimenta, atores, gesto, discurso.

Na obra *Bem julgar: ensaio sobre o ritual judiciário,* Garapon analisa o ato de julgar enquanto materialização real e concreta da lei e do ideal de justiça. Segundo o autor, a cerimônia do julgamento recria o mundo por meio de símbolos, e oferece aos seus participantes apenas uma parte do mundo, uma reconstrução da realidade na sala de audiências e no processo. Para o jurista francês, o processo é concebido enquanto experiência estética da justiça. A procura filosófica de um "justo *in abstracto*" contrasta com a busca do "bem julgar" que "obriga a uma inserção *in concreto* na experiência do acto de julgar. Experiência que, a bem dizer, é tão social, pessoal e política, quanto jurídica" (GARAPON, 1999, p. 19).

Conforme a concepção do sociólogo francês Pierre Bourdieu, o campo jurídico é composto por articulações de instituições e práticas através das quais se produz o direito. A constituição de um campo não é determinada por uma estrutura

ISBN 978-85-87406-94-1

rígida de posições, mas é produto de uma luta: o "campo é um jogo no qual as próprias regras estão em jogo" (BOURDIEU, 2000, p. 29). Está em disputa no campo jurídico o capital simbólico que permite interpretar o direito, lutas simbólicas de dizer o direito.

As representações do mundo social feitas pelos seus agentes e a disputa cotidiana de percepções e verdades acerca daquele espaço são também criadoras e re-criadoras do campo, nas palavras do autor:

> *El espacio social, en efecto, no es solamente un objeto de percepción dentro del cual los individuos o las instituciones estén caracterizadas de manera fija por la combinación de un cierto número de propiedades y por la ocupación de una posición determinada dentro de un sistema de clasificación; es también un juego de luchas entre los agentes por imponer su construcción y su representación del mundo social, sus categorías de percepción y de clasificación, y por ello por actuar sobre el mundo social*. (BOURDIEU, 2000, p. 30)

Nesse sentido, o acusado disputa no processo o tipo representação que os outros atores fazem dele no decorrer do processo. De tal forma que é ele, o acusado, que vive mais agudamente o trágico do processo, que segundo Garapon (1999, p. 20) consiste no fato do sistema de justiça criminal "querer o bem e acabar por praticar o mal".

Ao mesmo tempo em que o processo representa uma garantia do indivíduo contra o arbítrio estatal, é inevitável a violência física e simbólica sofrida ao entrar nas engrenagens do sistema de justiça. Esse dilema é interpretado por Garapon como o drama da justiça: "embora o processo seja o teatro natural da justiça pode ser também o seu túmulo" (GARAPON, 1999, p. 213)

A situação é agravada quando os acusados, e de maneira mais aguda as acusadas, respondem ao processo presos provisoriamente. Nesse caso, não só o processo traz sérios impactos à subjetividade do acusado, mas sobretudo, a experiência de estar confinado em uma unidade prisional provisória.

O sistema de justiça criminal exerce seu controle de forma seletiva e violenta, privilegia o ingresso nos seus espaços de algumas pessoas, ou classes de pessoas; fazendo muitas vezes com que o único contato do indivíduo com a justiça e com o poder público seja por meio da polícia, do acusador ou do juiz que o condena.

ISBN 978-85-87406-94-1

A auto-determinação do sujeito frente às engenharias do poder e às expectativas sociais parece ser a única liberdade para Michel Foucault. O sujeito, para Foucault, é alguém preso à sua própria identidade pela ação do poder e do saber. Ele se constrói a partir de mecanismos de normalização, que estão sempre atrelados a um saber que o justifica (FOUCAULT, 2005).

Esta pesquisa se aproxima do dossiê Rivière a medida que pretende compreender a produção da subjetividade do acusado pelo Direito Penal e saberes correlatos, ao mesmo tempo em que dá voz ao acusado para falar em nome próprio.

A construção da verdade e da subjetividade dos envolvidos consiste em um processo de interação social moldado pelo ritual judiciário, o qual será definidor dos papéis a serem ocupados pelos atores do sistema de justiça criminal.

Por fim, a pesquisa de campo, com acompanhamento das sessões do Tribunal de Júri, começou em maio de 2016. Desde esse momento foram etnografados 2 (dois) julgamentos na cidade de Ribeirão Preto. Nos próximos meses, seguiremos com o trabalho de campo nessa cidade, bem como em Franca, elaborando estudo proveniente de nossas análises.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *La economía de los bienes simbólicos*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. *Kafka: entre o brilho da justiça e a beleza dos acusados.* Revista Liberdades, v.n. 3, p.135 - 143, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

_____ . *Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. RJ, Graal, 1987.

_____ . *Sujeito e o poder*. In: Rabinow, Paul e Dreyfus, Hubert. *Michel Foucault, Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GARAPON, Antoine. *Bem Julgar: Ensaio sobre o ritual judiciário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

HERKENHOFF, João Baptista. *A função judiciária no interior.* São Paulo: Resenha Universitária, 1977.

ISBN 978-85-87406-94-1

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Etnografia dissonante dos tribunais do júri.* Tempo Social, Brasil, v. 19, n. 2, p. 111-129, nov. 2007. ISSN 1809-4554.

_____ . Jogo*, Ritual e Teatro: um estudo antropológico do Tribunal de Júri.* São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2013.

ISBN 978-85-87406-94-1

AS REPRESENTAÇÕES NO CONAR DA CAMPANHA "TODA MULHER É UMA DIVA E TODO HOMEM É DIVAGAR [DEVAGAR]" DA MARCA BOMBRIL

Luis Fernando Costa Veiga da Silveira (Uni-FACEF)
Matheus Souza de Paula (Uni-FACEF)
Donaldo de Assis Borges (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Na história da publicidade vemos claramente a evolução em questão de processos digitais e de mídias, porém vemos que os conceitos e as ideias que podem ser consideradas liberais ficam ainda presas aos estereótipos. E na sociedade essa evolução para uma igualdade maior entre gêneros e raças tem uma evolução um pouco maior.

Segundo Sampaio (1999:37) "A propaganda é um instrumento de extraordinária força no meio ambiente onde vivemos e sua influência sobre a vida das pessoas, dos grupos, das comunidades e da sociedade tem-se revelado cada dia maior". Com isso vemos que a propaganda pode influenciar ainda mais nessas diferenças.

No *case* que usaremos como exemplo, a publicidade da marca Bombril, é apresentado por mulheres, na publicidade as mulheres sempre tem sido mostradas como mães, esposas, sexo frágil e donas de casa,além das imposições que recebem, como: padrões de beleza, vestuário, corpo perfeito e o tipo de cabelo.

As publicidades da Bombril, que são sobre produtos de limpeza, não se distanciam muito desses estereótipos, pois em toda a sua história ou são representadas por um ator, se direcionando as mulheres ou por mulheres que acabam se enquadrando nestes modelos citados como o correto pela publicidade atual.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 1 – Publicidade da Bombril com um Ator.



Figura 1 – Campanha “Toda Mulher é uma DIVA e todo Homem é Divagar [devagar]”



2. BOMBRIL: “TODA MULHER É DIVA E TODO HOMEM É DIVAGAR [DEVAGAR]”

A publicidade que foi veiculada em agosto de 2015, em redes de televisão abertas e também em canais fechados. Em *take* único, observamos Monica Iozzi, Ivete Sangalo e Dani Calabresa em uma mesa com todos os produtos da Bombril e, de fundo, em destaque o logotipo da Bombril em uma cortina vermelha.

A marca Bombril, já é conhecida em todo o território brasileiro, tanto que o nome da marca já substitui o nome do produto de lã de aço. E a promessa

ISBN 978-85-87406-94-1

básica é de higienização e facilidade, dando ao público alvo mais comodidade e mais rapidez na hora da limpeza doméstica.

> “Uma marca passa a significar não apenas um produto ou serviço, mas incorporaum conjunto de valores e atributos tangíveis e intangíveis relevantespara o consumidor e que contribuem para diferenciá-lo daquelas que lhe sãosimilares”. (PINHO, 1990, p. 43)

A escolha das garotas propaganda foi feita por representarem, nos dias de hoje, mulheres independentes ligadas à simpatia e ao humor. Conforme a imagem 2, podemos ver que elas estão usando vestidos de festa, bem maquiadas e cabelos penteados, assim, parecendo divas cinematográficas.

3. REPRESENTAÇÕES NO CONAR

A campanha teve início de circulação a partir de agosto de 2015 nos canais de TV abertos e fechados.

Ocorre que, centenas de consumidores do sexo masculino sentiram-se ofendidos com esta nova campanha da Bombril, na qual a cantora Ivete Sangalo e as humoristas Dani Calabresa e Mônica Iozzi fazem uma comparação entre homens e mulheres. Deste, treze entraram com representação perante o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar). No totalo Conar recebeu 118 queixas de consumidores vindas de todo o país.

No comercial, as garotas-propaganda da marca dizem que "Toda brasileira é uma diva". "A gente arrasa. Arrasa no trabalho, faz sucesso o dia todo e ainda deixa a casa brilhando", afirma Ivete. Na sequência, elas comparam as mulheres com os homens. "Ixe, esses daí nem com todos os produtos da Bombril para ajudar na casa", dizendo que não dá nem para comparar o serviço delas com o serviço que eles fazem. Então, Dani Calabresa diz que dá para comparar sim: "Toda mulher é uma diva, e todo homem é 'divagar' [devagar]".

O Conar informou que decidiu abrir um processo para julgar o caso após ter recebido, em duas semanas, 13 queixas de homens que reclamaram de "discriminação de gênero" e consideraram a campanha uma "ofensa à figura masculina".

ISBN 978-85-87406-94-1

Embora tenham sido homens a grande parte dos autores das reclamações enviadas ao Conar, mulheres também criticaram a campanha nas redes sociais, classificando o comercial de "machista" na verdade, por reforçar a imagem que é a mulher quem cuida da casa. Inclusive uma das queixas foi embasada em tal argumento.

Em resposta, a Bombril alegou que a campanha foi estrategicamente desenvolvida para valorizar o protagonismo feminino; que o vídeo "usa uma linguagem bem-humorada para ressaltar o valor da mulher na sociedade brasileira e tem a intenção de provocar os homens a participarem da divisão das tarefas domésticas, não tendo a intenção de ofender os homens ao fazer uma brincadeira com a palavra diva".

A propaganda da Bombril foi julgada no mês de setembro de 2015 e o Conar decidiu arquivar, por unanimidade.

Ressalta-se que em 2011 o Conar julgou um caso semelhante envolvendo uma propaganda da Bombril e a empresa foi absolvida. No filme em questão, Marisa Orth, Dani Calabresa e Monica Iozzi comparavam os homens a cachorros, sugerindo que eles fossem adestrados.

4. DEMONSTRAÇÃO DA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DE TAIS REPRESENTAÇÕES

Uma das novidades dos últimos quarenta anos, nos quais recrudesceu (aumentou, fortaleceu, veio a tona) a segunda onda feminista do século XX, foi o avanço da produção acadêmica feminista no mundo e a emergência de fundamentos teóricos para interpretar a histórica discriminação das mulheres.

> “O conceito gênero é um dos principais instrumental teórico utilizado pela produção acadêmica feminista é definido por uma de suas mais relevantes teóricas Joan Scott como ‘Gênero é a organização social da diferença social’” (1992,1994).

Hoje, quando se fala no papel da mulher na sociedade moderna, resgata-se toda uma trajetória de lutas em busca do reconhecimento da sua capacidade de participação na vida pública e, contestam-se, incessantemente, os

ISBN 978-85-87406-94-1

estereótipos, inculcados há séculos, de mulher relegada ao ambiente doméstico e subalterna à figura do pai e do marido.

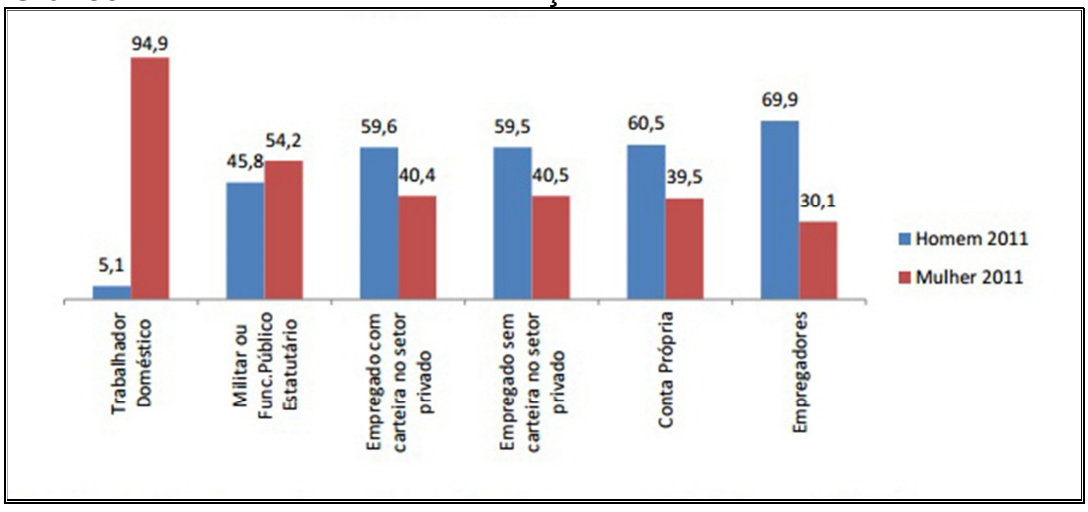
A marca Bombril não vende apenas produtos de limpeza. Esse tipo de propaganda vende a ideologia que uma mulher para ser uma boa mulher (uma boa dona de casa), ela precisa usar os produtos de limpeza da determinada marca.

Claramente percebe-se a potencialidade da utilização do gênero textual publicidade para aguçamento da criticidade, à medida que se constroem e desconstroem os estereótipos criados em textos pela representação da mulher na publicidade brasileira, em especial, nos comerciais da empresa de produtos de limpeza Bombril.

Segundo os Indicadores Sociais de 2009 do IBGE, quase 90% das mulheres que trabalham fora declararam que cuidam também dos afazeres domésticos, contra 46,1% dos homens na mesma situação. A diferença continua no tempo que os entrevistados disseram dedicar a essas tarefas: enquanto os homens gastam em média 9,2 horas por semana, as mulheres comprometem 20,9 horas semanais. A carga horária feminina de afazeres domésticos equivale a ter um segundo emprego de meio período. Sem receber nada a mais por isso.

Nos serviços domésticos predomina a mão de obra feminina (94,9%). A presença das mulheres na população não economicamente ativa é de 63,9%.

Gráfico 1 – Demonstrativo da Presença da Mulher no Trabalho Doméstico.



ISBN 978-85-87406-94-1

A publicitária Thaís Fabris acha positivo que os homens tenham se manifestado contra a peça, que considera, na realidade, machista. Diz ela, que é diretora de criação e idealizadora da 65/10 (meia cinco dez), empresa de ativismo criativo que visa melhorar a representação da mulher na publicidade.

Em 2013 a Agência Meia Cinco Dez, o Instituto Patrícia Galvão e o Instituto Data Popular realizaram uma pesquisa de campo, da qual se chegou ao resultado que: 65% das mulheres não se identificam com a forma como são retratadas pelas propagandas. Thaís explica que abrir uma apuração contra o comercial não é um posicionamento específico do Conar, pois o órgão é obrigado a investigar depois de receber determinado número de denúncias. Além disso, especificamente no caso abordado, a publicitária acredita que não é possível haver “discriminação de gênero contra homens” na sociedade atual.

“É difícil falar de discriminação contra os homens, historicamente eles (configuram no papel de) são o opressor e não o oprimido. Vivemos em uma sociedade patriarcal em que os homens são o gênero dominante há muitos anos. Por isso, falar em opressão do homem é complicado, não rola, você não tem toda uma sociedade reforçando estereótipos e fazendo isso ser perigoso para homens, como é o caso das mulheres, que são mortas pelo machismo.”

As mulheres formam um grupo minoritário, historicamente excluído, mas que, vem se emancipando. No caso da campanha “A mulher é diva e o homem é divagar”, a própria Bombril tenta se pôr a favor dessa emancipação das mulheres ao expor a posição da mulher como uma diva.

5. CONCLUSÃO

A marca Bombril não vende apenas produtos de limpeza. Esse tipo de propaganda vende a ideologia que uma mulher para ser uma boa mulher (uma boa dona de casa), ela precisa usar os produtos de limpeza da determinada marca.

Entretanto, o que parece um elogio nem sempre é. Na realidade é um reforço dos estereótipos.

ISBN 978-85-87406-94-1

A Bombril por meio de sua publicidade reforça que a mulher que é responsável pelo trabalho doméstico e supostamente só será bem feito se for feito por elas.

É a “glamourização” do acúmulo de papéis, que ocorre porque as mulheres agora têm acesso ao mercado de trabalho, mas ainda não têm a divisão de tarefas em casa. Esta realidade as deixa estressadas e esgotadas fisicamente; e reforçar isso só aumenta a cobrança para que elas deem conta de tudo. E dar conta de tudo é impossível.

REFERÊNCIAS:

CHARAUDEAU, P. Discurso das mídias. Trad.: Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

Conar abre investigação contra propaganda da Bombril por debochar de homens. Disponível em:<http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/comportamento/conar-abre-investigacao-contra-propaganda-da-bombril-por-debochar-de-homens/>. Acesso em: XX de maio de 2016.

Conar arquiva representação da campanha “BOMBRIL – TODA BRASILEIRA É UMA DIVA”. Disponível em:<http://blogmarketingdigital.com.br/conar-arquiva-representacao-da-campanha-bombril-toda-brasileira-e-uma-diva/>. Acesso em: XX de maio de 2016.

Diálogos Pertinentes – Revista Científica de Letras • Franca (SP) • v. 8 • n. 1 • p. 25-47 • jul./dez. 2012.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 8 de março de 2012 – Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas.

'Indignados', homens reclamam de propaganda da Bombril no Conar. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/ofendidos-homens-reclamam-de-propaganda-da-bombril-no-conar>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

Mulheres evoluídas: uma leitura semiótica da campanha da Bombril. Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/638>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

Parece elogio, mas não é. Disponível em: <https://medium.com/@6510/parece-elogio-mas-n%C3%A3o-%C3%A9-29a999889028#.npoea1rsv>. Acesso em XX de maio de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

Pesquisa da consultoria 65/10 apresenta tendências para mercado publicitário. Disponível em: <http://propmark.com.br/mercado/abc-traz-a-revolucao-delas-report-sobre-o-perfil-da-mulher>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

PINHO, J. B. Propaganda institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas. São Paulo: Summus, 1990, p. 15-31.

Por que feminismo? Disponível em: <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2014/12/08/por-que-feminismo/>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

Revista Philologus, Ano 21, N° 63 – Supl.: Anais da X CNLF. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2015.

Salário das mulheres permanece 28% inferior aos dos homens nos últimos três anos. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2096>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

CÁLCULO DAS CONSTANTES DE FEIGENBAUM EM ALGUNS MAPAS CAÓTICOS

Wesley Alves de Melo (Uni-FACEF)
Antônio Carlos da Silva Filho (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Os sistemas iterativos unidimensionais são comuns nas aplicações da matemática. Matematicamente, tais situações podem ser colocadas através da seguinte expressão geral:

$$x_{N+1} = f\left(x_N\right) \quad (1)$$

Nestes casos, partindo de um único valor inicial $x = x_0$ (conhecido como semente), calcula-se, sucessivamente (recursivamente), x_1, x_2, x_3, etc.

A função *f(x)* mais simples é a linear, que tem a seguinte forma:

$$f(x) = \lambda x$$

Se um sistema se desenvolve de acordo com esta lei, os comportamentos dinâmicos são relativamente simples. No caso de λ ser positivo,deduz-se que:

$$x_N = \lambda^N x_0$$

A interpretação deste resultado é simples: A função linear diz que este sistema tende a zero (ser f(x) representar uma população, isto significa que ela vai tender à extinção se λ for um número entre *0* e *1*; ou que vai crescer indefinidamente, se λ for um número maior do que *1*). O primeiro caso é compreensível (pode acontecer), mas o segundo não (qualquer população tem seus

ISBN 978-85-87406-94-1

limites de crescimento aqui na Terra). Isto implica que precisamos de outra classe de funções e elas são chamadas – por exclusão – de funções não lineares. Pegando o caso acima como exemplo, uma modificação simples como a que se segue no parâmetro λ transforma f(x) em uma função não linear:

$$\lambda \rightarrow \lambda (1 - b x)$$

onde *b* também é uma constante positiva. Chamando a população máxima de "1", chegamos à seguinte expressão para *f(x)*:

$$f (x) = \lambda x (1 - x) \quad (2)$$

O matemático belga P. F. Verhulstestudou uma versão diferencial desta equação cerca de 150 anos atrás (BOYER, 1996). A versão discreta é conhecida como Mapeamento Logístico e nela $x = x_n$ e $f(x) = x_{n+1}$.

O Mapeamento Logístico é um dos mais simples sistemas exaustivamente estudados na literatura científica (no fundo, é uma função do segundo grau), pois exibe comportamento caótico e atinge este comportamento através de um caminho conhecido como "rota de bifurcações de período".

2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A definição de Caos é feita com o auxílio de condições auxiliares. Primeiramente, Caos é definido como um sinal com características dos sinais aleatórios, mas isto é apenas aparente. Na verdade, as soluções caóticas são geradas por um processo determinista, que satisfaz às seguintes propriedades adicionais (de GRAUWE, 1993):

(i) Exibe sensibilidade às condições iniciais;

(ii) Ë aperiódico;

ISBN 978-85-87406-94-1

(iii) É associado a um atrator estranho;

(iv) Tem um espectro de potências de Fourier contínuo e de banda larga;

(v) Tem pelo menos um expoente de Liapunov positivo.

O estudo dos sistemas caóticos começou com Poincaré, no final do século XIX, ao estudar a estabilidade do sistema solar. Mas a ausência de computadores para fazer a enorme quantidade de cálculos envolvida nestes trabalhos fez com que a área permanecesse praticamente sem desenvolvimento algum até a década de 60, já no século XX. Em 1963, o matemático e meteorologista Edward Lorenz redescobriu esta linha de trabalho enquanto trabalhava como os incipientes computadores em previsão do tempo.

Na década seguinte, o matemático americano James York cunhou o nome de “Caos” para estas soluções e estudou algumas de suas propriedades. Nesta mesma década (70´s) o físico Mitchell Feigenbaum, trabalhando em Los Alamos, estudou propriedades da rota com bifurcações de período em sistemas simples e acabou descobrindo as duas constantes que levam o seu nome.

As constantes de Feigenbaum aparecem quando se consideram as mudanças na dinâmica do sistema em estudo em função de algum parâmetro que caracteriza o sistema. Chamando a este parâmetro genericamente de “r”, podemos defini-las como:

$$\delta = \lim_{n \to \infty} \frac{r_{n-1} - r_{n-2}}{r_n - r_{n-1}}$$

onde os “r_n“ são os valores do parâmetro “r” na enésima duplicação de período, e:

$$\alpha = \lim_{n \to \infty} \frac{janela_{n-1}}{janela_n}$$

ISBN 978-85-87406-94-1

onde "janela$_n$" é a razão entre a largura (no eixo dos "y") da janela "n-1" e a sub-janela "n".

O principal sistema que foi analisado neste trabalho é o seguinte sistema unidimensional (FERRARA, 1994):

(a) O Mapa Logístico: $x_{i+1} = r\,x_i\left(1 - x_i\right)$; $0 \le r \le 4$; $0 \le x_i \le 1$

Para este sistema, foi construído programas para construir os diagramas de bifurcação e calcular as razões respectivas. Trabalhamos até atingir uma certa precisão nos resultados.

3. OBJETIVOS

Foram obtidos analiticamente as constantes de Feigenbaum em um mapa determinista discreto unidimensional e, além disso, desenvolvidos algoritmos que calculam estas constantes computacionalmente.

4. METODOLOGIA

Este é um trabalho que reúne elementos da matemática aplicada. Assim, vale-se do método lógico-dedutivo característico da matemática, pois centra-se na obtenção de certas propriedades de algumas soluções de Sistemas Dinâmicos a partir de princípios gerais. Além disso, tem uma natureza também exploratória, feita através de simulações no computador.

5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

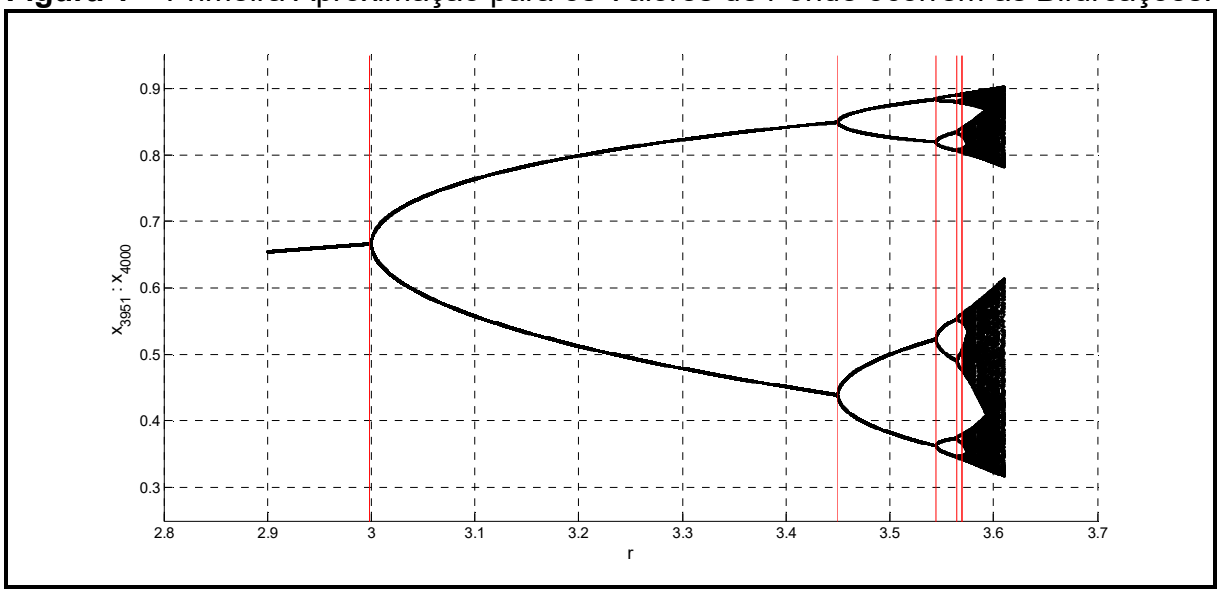
O cálculo das Constantes de Feigenbaum para o Mapa Logístico foi realizado interativamente: a cada etapa, refinamos a precisão nos cálculos, baseados no comportamento na etapa anterior. O Mapa Logístico, já definido anteriormente, é:

ISBN 978-85-87406-94-1

$$x_{i+1} = r\,x_i\left(1 - x_i\right) \;; \quad 0 \le r \le 4 \;;\; 0 \le x_i \le 1$$

A estratégia foi a seguinte: fizemos uma primeira varredura no parâmetro “r” para determinar uma primeira aproximação para os valores de “r” onde ocorrem as primeiras bifurcações. O resultado pode ser observado na figura 1:

Figura 1 – Primeira Aproximação para os Valores de r onde ocorrem as Bifurcações.



Assim, podemos observar que o primeiro valor ocorre ao redor de r=3. Os primeiros valores encontrados são:

2,99

3,44

3,54

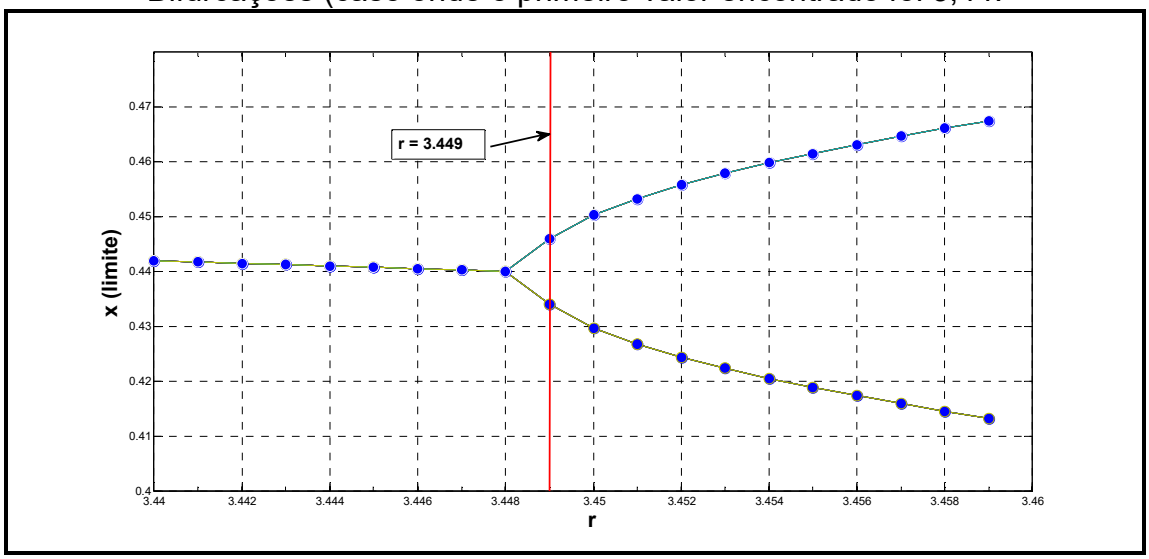
3,56

Fazemos, então, sucessivos “zooms” ao redor dos valores de “r” a fim de refinarmos o valor do parâmetro, escrevendo-o com várias casas decimais. Por

ISBN 978-85-87406-94-1

exemplo, uma aproximação melhor para o r=3,44, a partir do primeiro gráfico, pode ser vista na figura 2:

Figura 2 – Segunda Aproximação para os Valores de r onde Ocorrem as Bifurcações (caso onde o primeiro valor encontrado foi 3,44.



Prosseguindo, obtivemos os seguintes valores, com precisão até a sexta casa decimal (onde “delta” é a Primeira Constante de Feigenbaum):

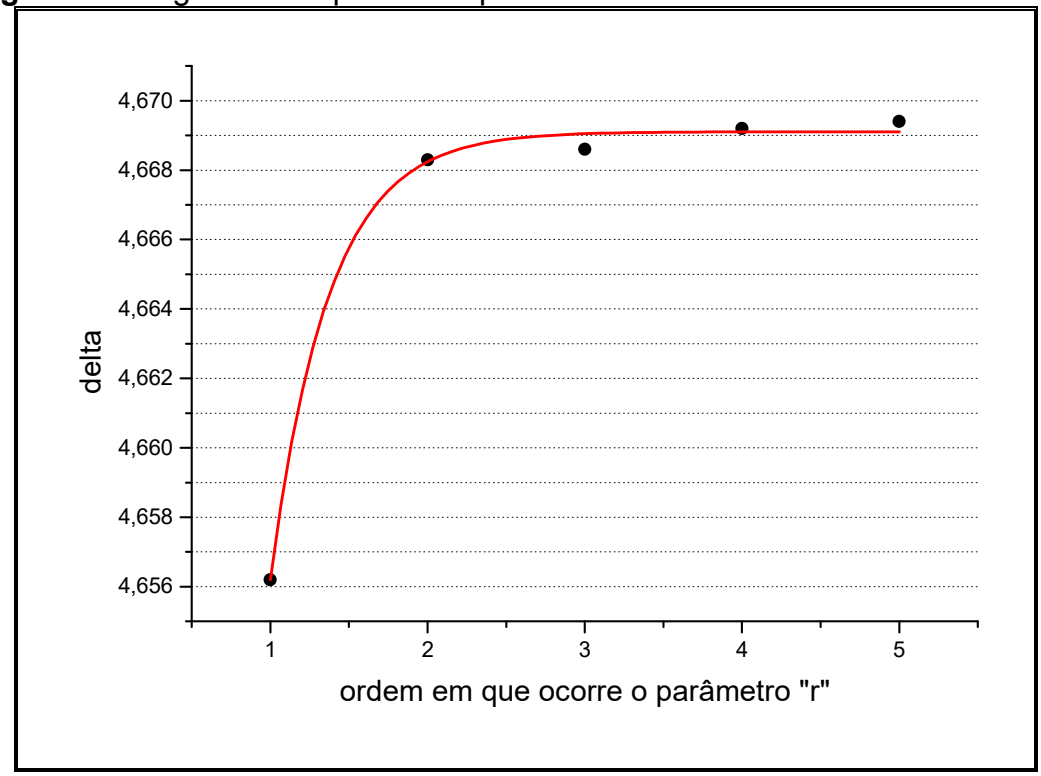
Tabela 1. Valores do Parâmetro “r” onde Ocorrem as Bifurcações e os valores Correspondentes da Primeira Constante de Feigenbaum

Período da bifurcação	Parâmetro “r” onde ocorre a bifurcação	delta
2	3,000000	
4	3,449489	
8	3,544090	4,7514
16	3,564407	4,6562
32	3,568759	4,6683
64	3,569691	4,6686
128	3,569891	4,6692
256	3,569934	4,6694

A seguir, calculamos o valor assintótico para esta pequena série temporal, assumindo uma regressão exponencial nos seus valores (onde desprezamos o primeiro valor, por ser um transiente):

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 3 – Regressão Exponencial para Calcular o Valor Assintótico de Delta.



A regressão foi feita com a seguinte equação:

$$y = y_0 + a*\exp(-(x-x_0)/b)$$

onde:

$y_0 = 4{,}66911$

$a = -0{,}0129$

$x_0 = 1$

$b = 0{,}36995$

Assim, o valor que encontramos é:

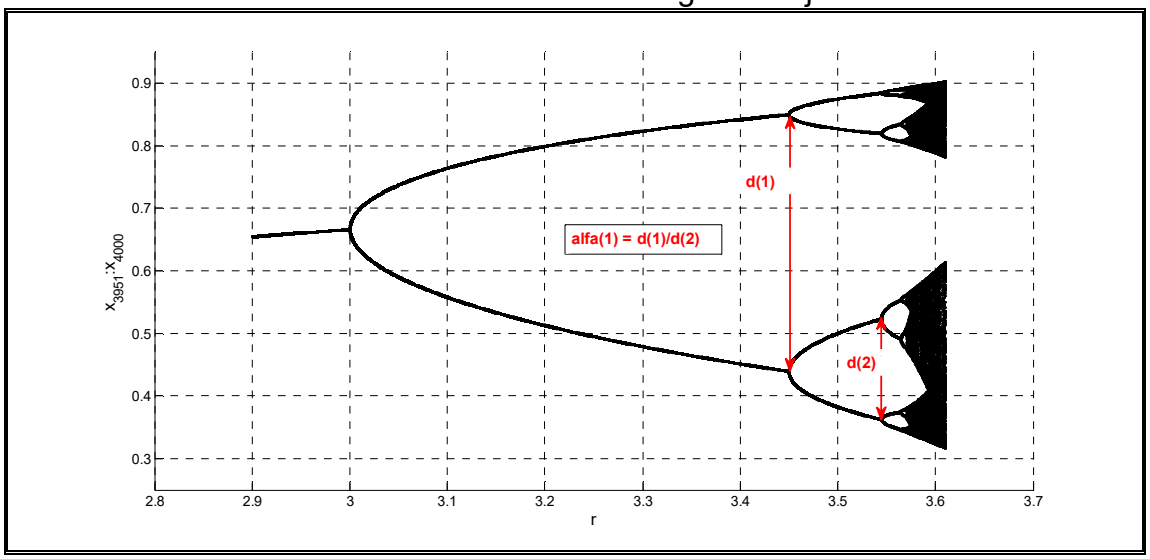
$$\text{delta} = 4{,}66911$$

ISBN 978-85-87406-94-1

valor que é bem próximo do divulgado na literatura, 4,66920, o que implica um erro de 0,002%.

Já para a segunda Constante de Feigenbaum (alfa), o cálculo foi feito a partir dos valores de “r” encontrados nos pontos de bifurcação. Fez-se a iteração (um milhão de vezes) do mapa para o valor de “r” sendo considerado e, a partir dos valores assintóticos os tamanhos das janelas no eixo “y” foram calculados e, a seguir, as razões entre dois destes valores adjacentes. As larguras das janelas são calculadas da maneira exibida na figura 4:

Figura 4 – Larguras das janelas. A segunda Constante de Feigenbaum é o Limite das Razões entre duas Larguras Adjacentes



.

A tabela 2 exibe os primeiros valores encontrados:

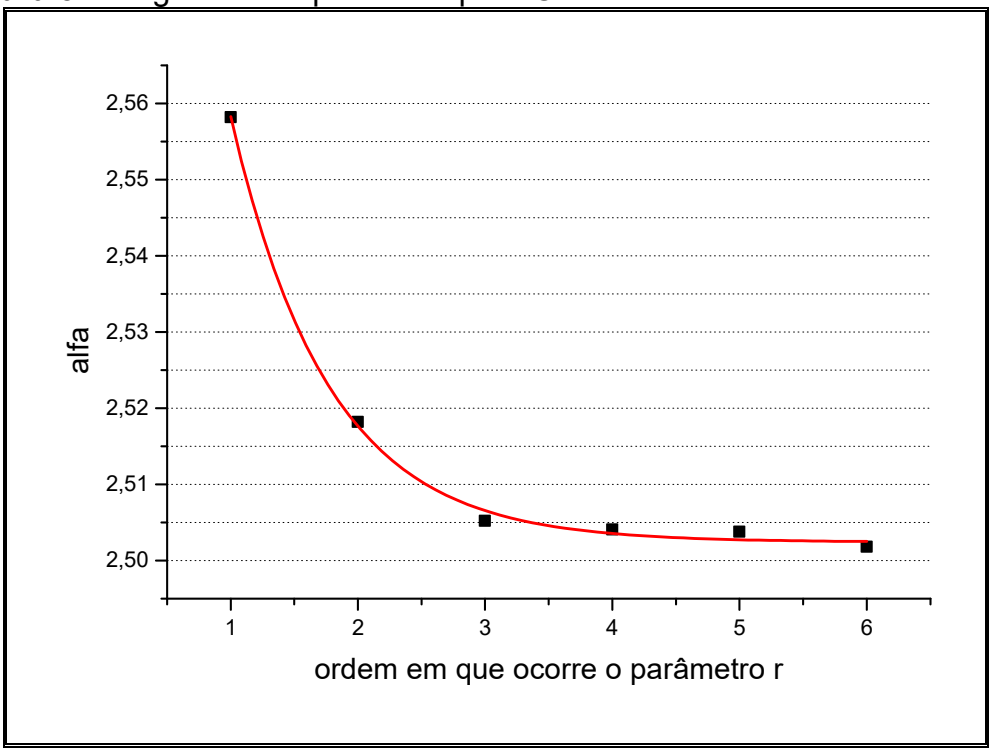
ISBN 978-85-87406-94-1

Tabela 2 – Valores do parâmetro “r” onde ocorrem as bifurcações e os valores correspondentes da Segunda Constante de Feigenbaum

Período da bifurcação	Parâmetro “r” onde ocorre a bifurcação	delta
2	3,000000	
4	3,449489	
8	3,544090	2,5582
16	3,564407	2,5182
32	3,568759	2,5052
64	3,569691	2,5041
128	3,569891	2,5038
256	3,569934	2,5018

A seguir, calculamos o valor assintótico para esta pequena série temporal, assumindo uma regressão exponencial nos seus valores:

Figura 5 – Regressão Exponencial para Calcular o Valor Assintótico de Alfa.



A regressão foi feita com a seguinte equação:

ISBN 978-85-87406-94-1

$$y = y_0 + a*\exp(-(x-x_0)/b)$$

onde:

$$y_0 = 2{,}50243$$

$$a = 0{,}05583$$

$$x_0 = 1$$

$$b = 0{,}7687$$

Assim, o valor que encontramos é:

$$\text{alfa} = 2{,}50243$$

valor que é bem próximo do divulgado na literatura, 2,50290, o que implica um erro de 0,02%.

6. CONCLUSÃO

As Constantes de Feigenbaum surgem nos sistemas caóticos que experimentam a via de bifurcações com duplicação de período para atingir o caos. A sua existência caracteriza o comportamento de escala destes sistemas: os valores do parâmetro que caracteriza o sistema nos pontos de bifurcação estão em uma sequência tal que, conhecido um deles e o tamanho do intervalo entre ele e o seu antecessor, o próximo pode ser encontrado a partir da primeira constante de Feigenbaum vezes o tamanho daquele intervalo, somando-se este número ao último valor do parâmetro. Este trabalho construiu algoritmos e programas capazes de calcular os valores das duas constantes de Feigenbaum para o Mapa Logístico.

REFERÊNCIAS

BOYER, Carl B.*História da Matemática*.São Paulo: Editora Edgar Blucher Ltda./Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 496 p.

ISBN 978-85-87406-94-1

DE GRAUWE, P., DEWACHTER, H. e EMBRECHTS, M. *Exchange Rate Theory*. Oxford: BlackwellPublishers, 1993. 328 p.

FERRARA, N. F. e DO PRADO, C. P. C. *Caos – Uma Introdução*. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1994.402 p.

HANSELMAN, Duane; LITTLEFIELD, Bruce.*Matlab 6 – CursoCompleto*. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 676 p.

MONTEIRO, Luiz Henrique Alves. *Sistemas Dinâmicos*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2002. 527 p.

SCHUSTER, H. G. *Deterministic Chaos: an introduction*. Weinheim, VCH Verlagsgesellschaft, 1989. 367 p.

ISBN 978-85-87406-94-1

CENTRO SEBRAE DE SUSTENTABILIDADE – UM MODELO DE ENTIDADE SUSTENTÁVEL PARA AS DEMAIS ORGANIZAÇÕES

Lesliê Aparecida Oliveira[33] (Uni-FACEF)
Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

É de longo tempo que o indivíduo vem intervindo no meio ambiente, acarretando em modificações negativas. Desde o surgimento do homem até a sua evolução atual, o ser humano sempre buscou e retirou recursos naturais para inová-los conforme a sua necessidade. Mas, ao passar do tempo, a sociedade e principalmente as empresas utilizam meios que atualmente vem agredindo altamente o nosso planeta, colocando o futuro em risco.

Através de alguns fatos históricos, como a intensa produção industrial apresentado pelo Leonardo Boff (2002-2008), no qual houve o vasto desmatamento dos territórios europeus, em união com a construção de navios para as grandes viagens, é que finalmente pensaram na necessidade de controlar para não destruir os recursos naturais. Além disso, outro fato marcante foi apresentado em 1962 no livro Primavera Silenciosa (Silent Spring) pela escritora norte americana Rachel Louis Carson, no qual relatou a contaminação do meio ambiente por resíduos tóxicos, algo que era desconhecido pela população. Por meio desses e outros acontecimentos ocasionaram a oficialização, pela ONU (Organização das Nações Unidas), da preocupação ambiental e na adoção mundial de políticas públicas de sustentabilidade.

A partir da ideia de sustentabilidade é que buscou analisar o seu objetivo centrado nas organizações, conhecido assim como gestão sustentável.

Atualmente a gestão sustentável está sendo considerado algo de grande valor e é tratado como um grande meio inovador e diferencial no mercado, no qual os consumidores conscientes, além de procurar por produtos ou serviços de qualidade, buscam por empresas que os produzem voltados a preocupação ambiental.

[33] Bolsista IC – Uni-FACEF

ISBN 978-85-87406-94-1

O presente trabalho compromete-se ao tratar a respeito da sustentabilidade, da gestão sustentável e da adoção de dicas e inovações ambientais com a colaboração de um modelo de entidade conhecido como Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS). Além disso, a autora organizou princípios sustentáveis para alguns agronegócios baseado nas aplicações dos modelos apresentados pelo CSS, para mostrar que qualquer tipo de empresa pode inserir sustentabilidade, proporcionando competitividade e sobrevivência no mercado.

Foram adotadas pesquisas bibliográficas de assuntos que focam a sustentabilidade; o aprofundamento sobre o tema (pesquisa qualitativa); o conhecimento em um tema que é pouco explorado com a adoção de estudo de caso, ao trabalhar com entrevista sendo a entrevistada especialista no assunto (pesquisa exploratória); a pesquisa de campo através da visita técnica ao CSS em Cuiabá – MT, desenvolvendo procedimentos metodológicos com questionários apresentados durante a entrevista e; além disso, enviando outros tipos de questionários às empresas escolhidas, mostrando a colaboração do CSS como modelo de entidade sustentável.

2. SUSTENTABILIDADE

Segundo o site *Significados*, a palavra sustentável tem origem no latim *sustentare*, que significa sustentar, conservar e apoiar. Ela é composta de três aspectos que relacionam entre si: econômico, ambiental e social, também conhecidos como *triple bottom line, em português,* tripé da sustentabilidade (ELKINGTON, 2001).

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 8 – Triple Bottom Line (Tripé da Sustentabilidade)



Fonte: <http://www.teitelbaum.com.br/consultoria/producao-limpa.php>

O conceito de triple bottom line foi criado em 1990 pelo cofundador da organização não governamental SustainAbility, John Elkington, no qual para ser uma organização sustentável é necessário ser financeiramente acessível, socialmente justo e responsavelmente ambiental. Um das suas principais metas é mostrar que não se trata só das questões financeiras da empresa, mas sim sobre o caráter econômico, ambiental e social, tendo em mente um futuro com visões amplas (CREDIDIO, 2008).

O aspecto econômico engloba a economia formal e as atividades informais que exercem afazeres para os indivíduos e grupos, aumentando assim a renda monetária e a padronização de vida desses indivíduos (ELKINGTON, 2001). Ele é um dos tripés que mais impactam as empresas, sendo elas pequenas ou grandes. Mas ela tem que estar interligadas ao ambiental e social.

O aspecto ambiental induz as organizações a analisarem como o consumo desenfreado de matérias primas pode causar impactos em suas atividades. Desse modo, esse aspecto contribui para a integração da administração ambiental na atividade habitual da empresa.

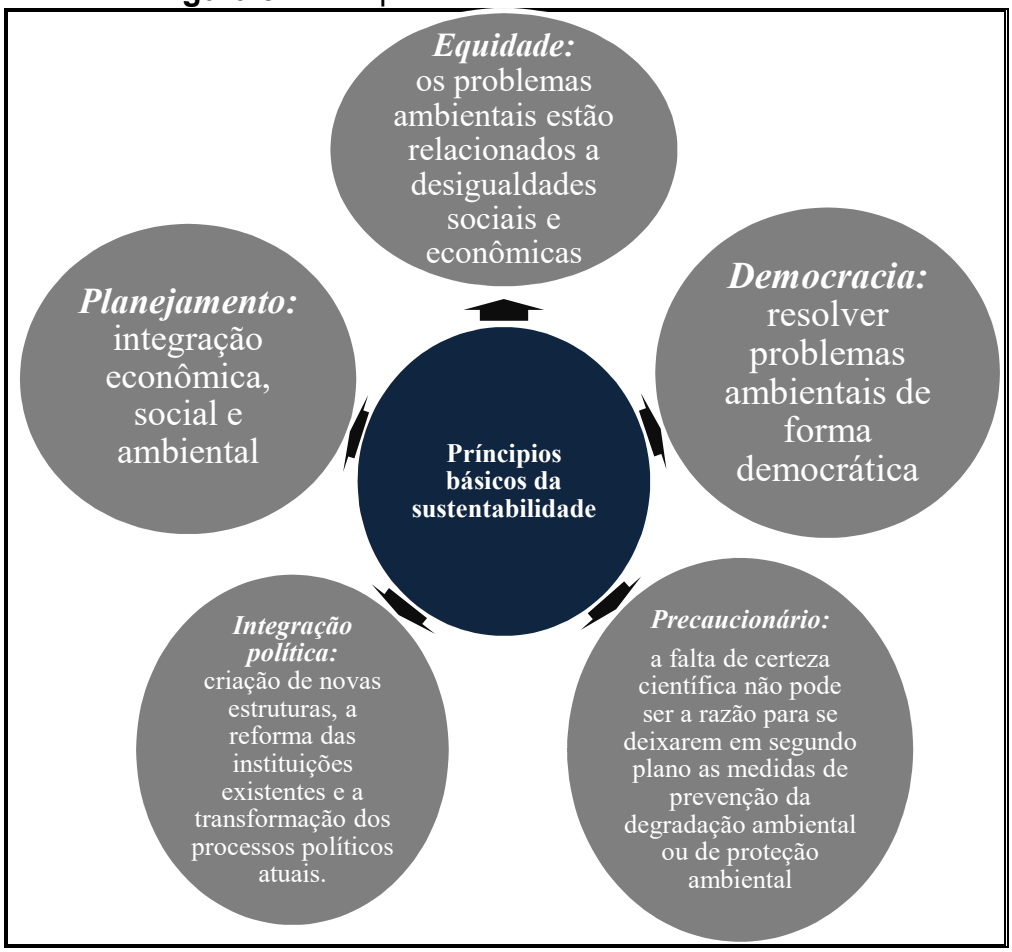
O aspecto social está associado às qualidades do homem através de suas habilidades, dedicações e experiências, incorporando o ambiente externo e principalmente o interno (pessoal) de uma organização.

ISBN 978-85-87406-94-1

A ideia da sustentabilidade decorre por um processo de transformações que engloba esses aspectos e também políticas públicas, no qual se trata de planejamentos e programas através da necessidade da sociedade e das empresas. Utilizar os recursos naturais de forma inteligente para que se mantenha o futuro, relacionando diretamente o desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente é o princípio sustentável.

Os fundamentos essenciais da sustentabilidade são estabelecidos pela a equidade, à democracia, o precaucionário, a integração política e o planejamento (CLARO, CLARO e AMANCIO, 2005, p. 3).

Figura 9- Princípios Básicos da Sustentabilidade.



Fonte: Elaborado pela autora

O conceito de sustentabilidade possui quase três séculos. Devido à intensa produção industrial houve o vasto desmatamento dos territórios europeus, em união com a construção de navios para as grandes viagens.

ISBN 978-85-87406-94-1

Nesse contexto surgiu a necessidade de controlar para não destruir os recursos naturais (BOFF, 2002-2008).

Em 1713 surgiu a expressão *nachhaltendes wirtschaften*, que significa: administração sustentável. Traduzido pelos ingleses como a produção sustentável. A expressão veio de Carl Von Carlowitz, um alemão considerado o pai da sustentabilidade (BOFF, 2002-2008).

Rachel Louise Carson (SALLUM, 2012), bióloga, escritora e ecologista norte-americana, publicou em 1962 o livro *Silent Spring*, em português, Primavera Silenciosa, no qual ela denunciou pela primeira vez ao público que desconhecia a contaminação do meio ambiente por resíduos tóxicos decorrentes do uso de pesticidas químicos, como o DDT (Diclorodifeniltricloroetano). Devido às acentuadas atividades industriais, a denúncia serviu como princípio para a divulgação do conhecimento dos resultados de contaminação de solos, ar e águas superficiais e subterrâneas. Segundo o site *The Club of Rome*, no final da década 60, um grupo formado de intelectuais conhecidos como o Clube de Roma discutiu o argumento da incompatibilidade entre o vigorante paradigma de desenvolvimento e o meio ambiente, no qual levantaram a hipótese de que, se os países subdesenvolvidos passassem a optar níveis de consumo dos recursos naturais idênticos aos dos países desenvolvidos, o planeta seguiria para a tragédia.

Através desses estudos, houve em 1971 uma publicação de um relatório realizado por cientistas. Conhecido por *Limites do Crescimento* (*The Club of Rome*), o relato previa que caso permanecessem os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o crescimento exponencial da economia mundial abalaria os fundamentos naturais da vida e seus limites seriam atingidos em menos de cem anos.

Isso ocasionou em 1972, a I Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento organizada pela ONU, no qual oficializou a preocupação ambiental e a necessidade de uma instalação mundial de políticas públicas de sustentabilidade, e em 1977 a I Conferência Mundial de Educação Ambiental (LEAL, 2009, p. 4).

ISBN 978-85-87406-94-1

Com a industrialização capitalista, o consumismo teve destaque como um grande vilão da destruição ambiental do planeta e, através disso, foi feito nessa conferência uma manifestação em prol da restauração do meio ambiente, para garantir a sobrevivência de todas as espécies.

Além dessas conferências, várias outras têm sido organizadas, mostrando a urgência para a implantação do modelo de sustentabilidade em escala mundial.

3. GESTÃO SUSTENTÁVEL

A gestão sustentável é conceituada como

> uma administração da utilização dos recursos naturais através de ações ou medidas econômicas, investimentos e procedimentos jurídicos, no qual tem o objetivo de manter ou recuperar a qualidade dos recursos e o desenvolvimento social (CAMPOS apud OLIVEIRA e SOAVINSKI, 2013, p. 7).

Enquanto para Balkema (2002), o serviço prestado e/ou o produto fabricado para obter lucro na empresa, deve ser direcionado, além dos objetivos da organização, ao bem estar social e ambiental.

Já para Rabelo (2008), relata que a gestão sustentável deve ser voltada principalmente ao cuidados ambientais, além de mostrar a comunidade ligada a organização seus valores éticos e culturais.

Portanto, a gestão sustentável surgiu da necessidade do ser humano de relacionar-se com o meio ambiental do planeta, organizando melhor suas múltiplas formas de convivência através da utilização do desenvolvimento tecnológico, como forma de aperfeiçoar os recursos, e estando conscientes com a responsabilidade ambiental.

Para o ambiente organizacional,

> A sustentabilidade pode ser interpretada pela satisfação das necessidades dos indivíduos do cenário atual sem afetar as gerações futuras, isto porque, as práticas ambientais tornaram-se cada vez mais presentes nas entidades organizacionais (AMÂNCIO e CLARO, 2008 apud Revista Hórus, 2011).

ISBN 978-85-87406-94-1

Além disso, trata-se de uma construção inovadora para a negociação com o mercado, da expectativa do empreendimento envolvendo a questão econômico-financeira e da construção de bons relacionamentos para a comunidade (IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2007, p.15).

Para Leal (2009, p. 5) a gestão nas organizações sustentáveis se baseia em atividades de que atendam algo economicamente viável, além de se manterem competitivas no mercado.

Através da realização de ações que não agridem o meio ambiente, também vão promover para todos os envolvidos nas empresas (*stakeholders*) uma boa qualidade de vida e bem-estar, com seus produtos e serviços oferecidos.

Além disso, buscar uma melhoria da imagem da organização colabora para o seu posicionamento como sustentável no mercado.

Para manter a sustentabilidade dentro de uma empresa deve haver um equilíbrio entre a sua competitividade no mercado, o relacionamento com o meio ambiente e seu comportamento em função da responsabilidade social.

Figura 10 – Equilíbrio de uma organização sustentável



Fonte: Elaborado pela autora.

ISBN 978-85-87406-94-1

Já na Cartilha do CSS – Gestão Sustentável nas Empresas, os negócios precisam visar o lucro, porém, as empresas que cuidam das suas obrigações ambientais e têm práticas de gestão sustentável, ao reduzir seus custos, elas conquistam novos consumidores pela sua responsabilidade social, já que atualmente o consumidor, tem disposição a pagar por atitudes positivas em relação à proteção ambiental.

Geralmente a sociedade condena as indústrias e, principalmente as agroindústrias por serem as grandes poluidoras do meio ambiente, ao lidarem com recursos naturais, consumismo de água e energia, emissão de poeiras e gases tóxicos, e o surgimento de impurezas com complexos tratamentos. Porém, qualquer atividade humana está envolvida com os aspectos ambientais.

Os setores organizacionais que possuem grande responsabilidade ambiental são o comércio e serviços por serem consumidores, essencialmente vendedores e repassadores de produtos industrializados. Por possuírem essa responsabilidade, podem colaborar com o desenvolvimento, por exemplo, de programas que visam à conservação de energia e água ou da reutilização de embalagens com o objetivo de melhorar seu desempenho ambiental.

Ao optar pela implantação do sistema de gestão sustentável, as organizações não devem buscar apenas os benefícios financeiros, devem analisar os riscos de não gerenciar adequadamente seus aspectos ambientais. O objetivo essencial é que as empresas façam do seu desempenho ambiental um fator diferencial do mercado e de seus concorrentes.

3.1. Vantagens

Ao adotar práticas sustentáveis nas organizações, além de contribuir com o meio ambiente, gera aspectos positivos (principalmente na imagem empresarial) e colabora com o bem estar da comunidade, evitando desperdícios práticos.

▪ *Ecoeficiência*

ISBN 978-85-87406-94-1

Adotar a ecoeficiência, no qual visa “produzir mais com menos”, como ferramenta na construção da sustentabilidade na empresa lhe garante uma produção de qualidade, diminuindo a quantidade de matéria-prima e recursos minerais que será utilizado, além de tornarem a organização e toda a comunidade mais sustentáveis.

O Word Business Council for Sustainable Development (WBCSD) - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - tem como definição de que

> A ecoeficiência atinge-se através da disponibilização de bens e serviços a preços competitivos, que, por um lado, satisfaçam as necessidades humanas e contribuam para a qualidade de vida e, por outro, reduzam progressivamente o impacto ecológico e a intensidade de utilização de recursos ao longo do ciclo de vida, até atingirem um nível, que, pelo menos, seja compatível com a capacidade de renovação estimada para o planeta Terra (WBCSD, 2000, p. 7).

O objetivo central da WBCSD era fazer com que as empresas adotassem a ecoeficiência e utilizassem suas medidas em busca da sustentabilidade econômica e ambiental. (BIDWELL e VERFAILLIE apud SANTOS, 2007, p. 21)

Através de uma combinação do desempenho ambiental e econômico, a ecoeficiência cria e promove valores com impactos ambientais menores. Ela é alcançada através da competição dos preços de produtos e serviços de modo a satisfazer as necessidades humanas e melhorar sua qualidade de vida.

A ecoeficiência também pode ser entendida como um modelo de equação ligando a economia e a ecologia. Nela é apresentada a capacidade entre os aspectos econômicos e ecológicos para assim calcular as suas múltiplas relações variadas das necessidades de cada gerente de negócios (DENES apud SANTOS, 2007, p.19).

$$Ecoeficiência: \frac{Valor\ do\ produto\ ou\ serviço}{Influência\ ambiental}$$

ISBN 978-85-87406-94-1

A tabela a seguir mostra os componentes básicos para a adoção da ecoeficiência como implementação sustentável nas organizações.

Tabela 1– Práticas Básicas para a Implementação da Ecoeficiência.

IMPLEMENTAÇÃO DA ECOEFICIÊNCIA – PRÁTICAS BÁSICAS	
1)	Redução do consumo de materiais com bens e serviços;
2)	Redução do consumo de energia com bens e serviços;
3)	Redução da emissão de substâncias tóxicas;
4)	Intensificação da reciclagem de materiais;
5)	Maximização do uso sustentável de recursos renováveis;
6)	Prolongamento da durabilidade dos produtos;
7)	Agregação de valor aos bens e serviços.

▪ *Competitividade*

De acordo com Young (2007, p.7), o bom desempenho da organização que aplica a sustentabilidade em sua atividade garante o reconhecimento público da liderança empresarial em áreas estratégicas econômicas, ambientais e sociais, facilitando sua atuação no mercado atual.

Além disso, trás benefícios de produtividade, no momento em que a empresa deixa o lucro de ser o seu objetivo e incorpora temas sociais em sua atividade. Isso ocasiona a maior identificação que os próprios empregados sentem perante a essa nova adoção.

A competitividade sustentável depende da capacidade de absorver e gerar novas tecnologias com redução ou sem interferência ambiental. Atualmente o diferencial de competitividade se dará através da inovação aplicada na empresa.

Os ganhos de competitividade proporcionarão melhores condições para o crescimento da economia nacional e para a vida da população.

Já para Fernandes e Cândido (2009, p. 72), a relação da competitividade beneficia a sustentabilidade em várias dimensões: na dimensão social através da geração de emprego, melhorando a qualidade de vida da sociedade; na dimensão demográfica com o crescimento da população

ISBN 978-85-87406-94-1

equilibrada; na dimensão político-institucional por meio da proporção de força da área, alavancando a economia; na dimensão econômica através da renda e geração de emprego, intensificando o comportamento macroeconômico e financeiro; na dimensão ambiental com o uso adequado dos recursos naturais e de processos produtivos para minimizar os impactos ambientais; e na dimensão cultural por meio da valorização do produto e/ou serviço prestado.

Outras vantagens

Além da competitividade diferenciada e da ecoeficiência, adotar a gestão sustentável nas organizações as torna mais "bem vista" (marketing) para consumidores conscientes e dispostos a pagar por produtos de boa qualidade e que não agridem o meio ambiente.

Para CONCISA (Congresso de Ciências Sociais Aplicadas, 2009, p. 4) o comprometimento das empresas com o meio ambiental além de criar inúmeras oportunidades de empreendimento, mantém uma segurança para a longevidade de bons negócios.

A seguir, os gráficos representam os benefícios da gestão sustentável nos setores econômico e estratégico.

Econômico

Tabela 2 – Vantagens Econômicas

Economia de Custos	Incremento de Receita
Redução do consumo de água, energia e outros insumos;	Aumento da contribuição marginal de "produtos verdes", que podem ser vendidos a preços mais altos;
Reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes;	Aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e à menor concorrência;
Redução de multas e penalidades por poluição;	Linhas de novos produtos para novos mercados;
Redução de custos com descarte correto de resíduos;	Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.
Redução do custo final do produto.	

Fonte: Cagnin (1999, apud KRAEMER, 2009).

ISBN 978-85-87406-94-1

Estratégico

Tabela 2 – Vantagens Estratégicas.

Melhoria da imagem institucional;
Renovação da carteira de produtos;
Aumento da eficiência e produtividade;
Alto comprometimento do pessoal;
Melhoria nas relações de trabalho;
Melhoria da criatividade para novos desafios;
Melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas;
Acesso assegurado ao mercado externo;
Melhor adequação aos padrões ambientais.

Fonte: Cagnin (1999, apud KRAEMER, 2009).

Conforme Ricart, Rodrigues e Sánchez (2005, p. 24-41 apud JÚNIOR e GOMES, 2010, p. 64), adotar vantagens estratégicas nessa gestão acarreta em crescimento dos ganhos com custos eficientes, obtenção dos recursos estratégicos e sua aprendizagem.

3.2. Desvantagens

As aplicações estratégicas de gestão sustentável possuem também aspectos negativos. Entre eles, o que se pode resultar em pressões externas, no qual as organizações enxergam que essas estratégias trarão custos adicionais, fazendo assim com que permaneçam em seus “níveis de conforto” ou até diminuindo (FAUCHEUX, NICOLAI e O’CONNOR, 1998 apud JÚNIOR e GOMES, p. 65). Além disso, a pesquisa feita pelo site EXAME (Isaac Edington, 2013), os acionistas e as ONGs são os que menos influenciam as empresas para tomar medidas de gestão sustentável.

ISBN 978-85-87406-94-1

4. SEBRAE

De acordo com o site do Sebrae, essa entidade é caracterizada por ser privada e sem fins lucrativos, estimulando o empreendedorismo, possibilitando a competitividade, promovendo e capacitando o desenvolvimento, principalmente de uma maneira sustentável, como suporte as microempresas do país.

A responsabilidade do Sebrae está no direcionamento de estratégias no sistema, através de orientações e preferências na atuação.

Ele atende a todos que sonham em abrir seu próprio negócio, quem já possui sua organização e procura crescer cada vez mais, quem busca soluções para a empresa que está consolidada no mercado, quem requer incentivo e cooperação entre empresas e empreendedores para uma união forte e competitiva, e aqueles que pretendem enxergar as vantagens de se ter um negócio formalizado. Atualmente no Brasil temos quase 65 milhões de empresas, sendo que 99% são de pequeno porte.

Essa entidade possui diversas soluções para atender de modo individual ou coletivo, entre eles a utilização de informações de boa qualidade como pesquisas, artigos, publicações, notícias e muito mais, para que a empresa se atualize com o que vem ocorrendo no mundo dos negócios; a consultoria que serve para a análise do andamento da empresa do indivíduo; os cursos que ele oferece, além de palestras presenciais ou à distância, atendendo ao público que busca a ampliação, a criação, as noções básicas de empreendedorismo e até a gestão do seu próprio negócio; e as premiações que valorizam, incentivam e estimulam os pequenos negócios, no qual é reconhecida e divulgada pelo Sebrae sua visão empreendedora.

Através do seu foco no empreendedorismo e em meios sustentáveis principalmente nos pequenos negócios, a atuação do Sebrae é encontrado: na educação empreendedora; na capacidade dos empresários e empreendedores; na criação de um ambiente mais favorável através da inter-relação de políticas públicas; na busca de novos mercados, tecnologia, inovação e uma orientação aos serviços financeiros.

ISBN 978-85-87406-94-1

Seus meios utilizados para solucionar os problemas das organizações que o buscam são as informações, a consultoria, os cursos, as publicações. Contam também com as premiações como incentivo.

Informações: pesquisa, artigos, publicações e notícias para empresas de diferentes setores;

Consultoria: analisam os negócios da empresa;

Cursos: ensinam noções básicas de gestão e empreendedorismo;

Publicações: através de temas variados que envolvem empreendedorismo com dicas para quem deseja abrir ou tem seu próprio negócio;

Premiações: divulga para todo o país no qual valoriza e incentiva no crescimento do negócio (CHAIBEN, PORTO e GRANEMANN, 2015).

4.1. Centro Sebrae de Sustentabilidade

Conforme relata o site do Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS), ele é uma entidade referente ao Sistema Sebrae localizado em Cuiabá (MT), que possui como missão de gerir e disseminar conhecimentos, soluções e práticas inovadoras e sustentáveis aplicáveis aos pequenos negócios e contribuir com o tema na gestão do Sistema Sebrae. A série histórica do CSS é desde o ano de sua criação em 2011 até 2015.

Informações dadas pela funcionária Isabela Fonseca Rios referente à entidade:

▪ Visitas ao Centro Sebrae de Sustentabilidade – 30.922 total.

▪ Países visitantes: Alemanha, Suécia, Inglaterra, Suíça, França, Espanha, Portugal, África do Sul, Estados Unidos, Canadá, Chile, Bolívia, Colômbia, Coréia do Sul.

▪ Número de Palestras: 159 palestras.

▪ Conteúdos disponibilizados: 283 conteúdos (infográficos, cartilhas, vídeos aulas, vídeos empresariais, manuais entre outros).

ISBN 978-85-87406-94-1

▪ Acesso ao site: 744 mil acessos.

▪ Acesso ao canal do youtube: 930.152 minutos assistidos.

Adotando as medidas sustentáveis, a construção do prédio possui uma eficiência energética e conforto ambiental, com destaques em baixo consumo de energia e de refrigeração, do aproveitamento da iluminação natural, da comodidade térmica, da utilização de equipamentos eficientes, do uso de água de chuva no sistema de abastecimento e manutenção, da integração e preservação da vegetação nativa e das condições do terreno.

Como demonstrado na cartilha do CSS (Balanço de Atividades), no ano de 2014, a entidade recebeu prêmios nacionais e internacionais. Entre eles, estão:

▪ QualiEsco – destaque Eficiência Energética 2014 – no qual o projeto desenvolvido foi colocado em prática 29 meses, mostrando que houve uma redução de consumo de energia elétrica e na emissão de CO_2.

▪ International Solid Waste Association (ISWA) PublicationAward 2014 – concorrendo com o Guia Prático para Sustentabilidade nos Pequenos Negócios – e classificando em terceiro lugar ao apresentar meios para o desenvolvimento territorial e o incentivo na criação inovadora de negócios sustentáveis.

▪ Prêmio Fecomercio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) de Sustentabilidade – categoria Entidade Empresarial – no qual trouxe a utilização de métodos inovadores para a sua seleção, apresentando o projeto voltado à gestão sustentável nos pequenos negócios.

4.2. CSS – Um modelo de Entidade Sustentável para as Demais Organizações

Atualmente, pode-se dizer que o Centro Sebrae de Sustentabilidade vem-se mostrando como modelo para as empresas que buscam crescimento e sucesso na empresa, demonstrando de forma prática como adotar medidas sustentáveis. Entre várias organizações dadas como

ISBN 978-85-87406-94-1

modelos no próprio site da fundação, foram escolhidas algumas: Bombons Finos da Amazônia, Papel Semente e Água Pura, para serem apresentas nesse relatório.

4.2.1. Bombons Finos da Amazônia

Segundo a página do site da CSS, Negócios de Sucesso (p. 3), como o estado do Amazonas possui grandes riquezas naturais e aproveitando as frutas da região (como o cupuaçu e a castanha) para ampliar a produção de doces e balas, o empresário Jorge Alberto Coelho da Silva inaugurou seu próprio negócio, em 1998.

Através do crescimento da empresa, Jorge aprimorou com diversidades em seu portfólio de produtos, incluindo novas fabricações de tipos de doces e balas e utilizando o artesanato característico da região para o design de seus produtos como canoas, barcos indígenas, cascas de frutas, fibras e sementes. Como retratado no site da Bombons Finos da Amazônia, o objetivo da organização é privilegiar as comunidades indígenas, as ribeirinhas e os artesãos da região, ou seja, valorizar a cultura amazônica.

Isso acarretou traços positivos dentro da Bombons Finos da Amazônia e da comunidade, como a criação de novos projetos e a consciência nas atividades da empresa.

Sua produção é feita em uma agroindústria própria, localizada na cidade de Presidente Figueiredo (Amazônia).

Na utilização do cupuaçu, a casca é o resíduo extraído no processo produtivo. Aquelas que não são destinadas à fabricação de embalagens, se transformam em adubo orgânico ao serem passadas em um triturador. Esse adubo é presente na própria plantação.

Além dessa medida sustentável, a empresa busca por novos métodos sustentáveis para colaborar cada vez mais com o crescimento e sucesso de seu negócio, como a implantação de placas para captação de energia solar.

ISBN 978-85-87406-94-1

O auxílio do Sebrae no Amazonas para a empresa foi de maneira estratégica desde a obtenção de matéria prima (produtos regionais), até ao treinamento, cursos e assessorias.

Além disso, houve o incentivo do Sebrae Amazonas para a participação da Bombons Finos da Amazônia em feiras, no qual ela aprimorou seu conhecimento aos produtos existentes no mercado e apresentaram o que estavam produzindo, além de adaptarem o produto às regiões. O CSS apresentou o caso da empresa no Congresso Internacional de Sustentabilidade no ano de 2015.

4.2.2. Papel Semente

A empresa Papel Semente (Négocios de Sucesso, p. 13) foi criada em maio de 2009 pela empresária Andréa Carvalho, ao adotar inovação e sustentabilidade nos papéis reciclados. Conforme o seu site, ela busca a conservação ambiental e o crescimento social e econômico.

Na página **Quem Somos**, é relatado como missão da organização

> desenvolver produtos com responsabilidade socioambiental que despertem alegria e encantamento e incentivem o consumo consciente na sociedade", como visão "tornar-se uma empresa referência em sustentabilidade, tendo como base princípios da responsabilidade ambiental, social e econômica (SEMENTE, Papel.),

e como seus valores:

> amor pelo que fazemos, respeito por todas as formas de vida, inovação todos os dias em todas as ações, melhoria contínua das pessoas, dos processos e do produto, satisfação dos clientes nossa razão de existir (SEMENTE, Papel.).

Na produção, a empresa utiliza como diferencial um papel artesanal e ecológico, no qual é inserido sementes de flores (cravo francês, boca de leão e mosquitinho); gourmet (rúcula e agrião); chás (camomila e erva-doce); ou árvore (angico vermelho da Mata Atlântica), durante seu processo de fabricação.

ISBN 978-85-87406-94-1

Os produtos da empresa Papel Semente são encomendados pela clientela. Após a sua utilização, são plantados ao invés de serem jogados no lixo. Do papel plantado, brotam-se flores, verduras e até ervas medicinais.

4.2.3. Água Pura

Como constado na página *Negócios de Sucesso* do CSS, a empresa Água Pura trabalha com projetos de tratamento de águas e efluentes. Porém, a partir de 2006, inovou-se com a instalação de sistemas de reuso da água. A tecnologia relatada em *A Empresa* (site Água Pura) é utilizada na organização como forma de possibilitar a redução dos custos, com o objetivo de enquadrar a utilidade da água adequadamente e principalmente de reutilizar a água em até 94%.

Para as empresas que utilizam maior quantidade de água, essa nova instalação na Água Pura é de grande vantagem, por gerar economia nos recursos financeiros, além da preservação ambiental.

O reuso de água tem se mostrado uma boa solução para organizações de recursos hídricos, principalmente quando a uma queda na produção e na qualidade da água.

A Garantia que a empresa trás é de um desenvolvimento sustentável e responsável, pela redução da geração de resíduos, por possibilitar uma compreensão na economia financeira e pelo descarte de recursos hídricos.

5. PRODUTOS DO CSS

Para as organizações, o Centro Sebrae de Sustentabilidade fornece para os empresários conteúdos que possam estimular a adotar praticas sustentáveis. O centro tem atualmente o espaço interativo e disponibiliza em seu site conteúdos como cartilhas, infográficos, vídeos, entre outros produtos:

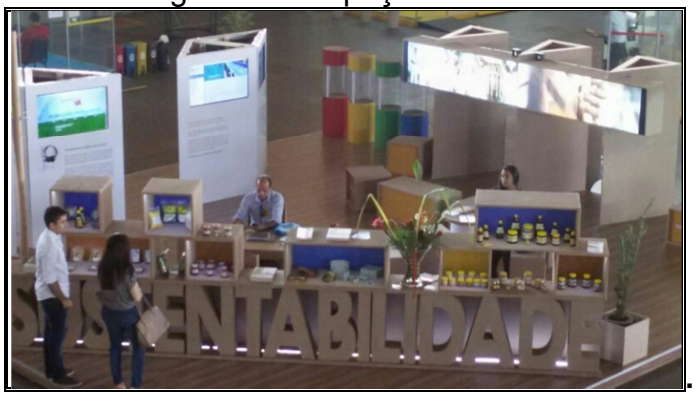
ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 11– Espaço Interativo



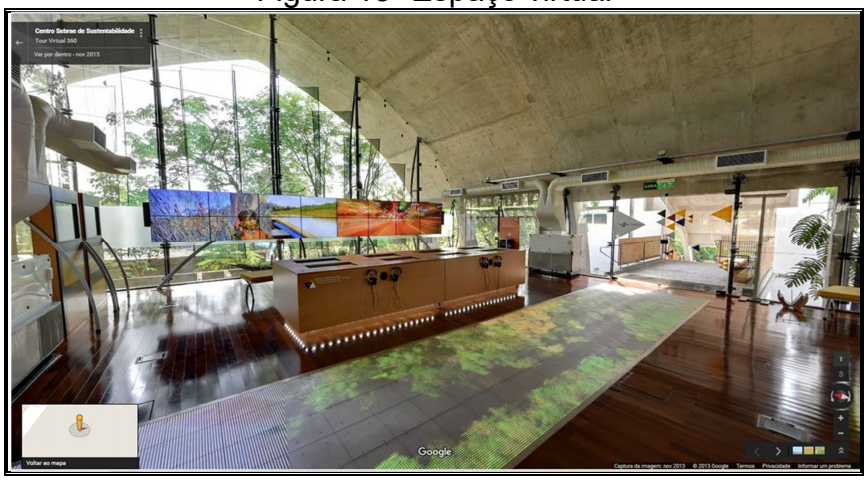
.Fonte: Colaboração do CSS.

Figura 12– Espaço Itinerante



Fonte: Colaboração do CSS.

Figura 13- Espaço virtual



Fonte: Google Maps.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 14– Dimensões da sustentabilidade



Fonte: Colaboração do CSS.

Figura 15 – Vídeos de Casos de Sucesso



Fonte: Youtube.

Figura 16– Eventos internacionais



Fonte: Colaboração do CSS

Figura 17– Conferência Ethos 2015



Fonte**:** Colaboração do CSS.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 18– Cartilhas



Fonte: Colaboração do CSS.

6. OBJETIVOS DA PESQUISA

6.1. Objetivos Gerais

Apresentar o desenvolvimento sustentável que o Centro Sebrae de Sustentabilidade dispõe como modelo de entidade sustentável para as demais organizações, aplicando métodos sustentáveis desde a concepção do prédio CSS até os dias atuais, que utiliza medidas totalmente adequadas oferecendo subsídios para o alcance da sustentabilidade empresarial, incluindo a variável ambiental e responsabilidade social.

6.2. Objetivos específicos

- Organizar princípios sustentáveis para alguns agronegócios baseado nas aplicações dos modelos apresentados pelo Sebrae;
- Apresentar o desenvolvimento sustentável através do Centro Sebrae de Sustentabilidade;
- Mostrar o funcionamento desse modelo de entidade sustentável e os aspectos que trazem para as demais organizações.

ISBN 978-85-87406-94-1

7. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no decorrer dessa iniciação científica é a pesquisa teórica no qual faz uma análise das teorias e conceitos apresentados, explicitando a pesquisa descritiva que está sendo levantada pela autora; a pesquisa qualitativa que se preocupa no aprofundamento do tema escolhido pela pesquisadora, ou seja, a sustentabilidade nas organizações; e a pesquisa exploratória, permitindo o conhecimento amplo entre a pesquisadora e o tema de sua autoria que é pouco explorado e, desse modo, assume a forma de estudo de caso ao introduzir fontes como entrevistas com pessoas experientes no assunto tratado.

Além disso, foi utilizado a pesquisa de campo, que trouxe coletas de dados através da visita realizada no CSS em Cuiabá (MT) e a interpretação com base no tema escolhido.

O procedimento métodologico utilizado foi o levantamento de questionário (**ver** Anexo A) enviado para o Centro Sebrae de Sustentabilidade e outro (**ver** Anexo B) para as empresas escolhidas, com o objetivo de ampliar a ideia para a Iniciação Científica; a visita técnica ao Centro Sebrae em Cuiabá (MT), compreendendo desde a sua estrutura até o seu papel como modelo de entidade para as demais organizações; e a análise dos dados obtidos, organizando-os em métodos para aplicar nos agronegócios de maneira sustentável.

7.1. Limitações da Pesquisa

Durante o levantamento do questionário para as três empresas que foram escolhidas, Água Pura foi a única em que retorno efetivamente com sucesso. Com isso, a avaliação das empresas perante ao trabalho do CSS foi comprometido e não será abordada.

ISBN 978-85-87406-94-1

7.2. A Visita

No mês de fevereiro de 2016 foi realizada a visita técnica ao CSS em Cuiabá - MT. A responsável pela orientação ao local, Isabela Fonseca Rios, colaborou frente ao Centro Sebrae com conhecimentos a respeito de sua atuação para as demais organizações, respondendo a um questionário apresentado durante a visita.

Figura 19 – Isabela Fonseca Rios: Visita ao CSS



Fonte: a autora.

Logo após a entrevista, ela apresentou a estrutura do CSS.

O prédio foi construido baseado na cultura indígena Xingu, da casa Yawalapiti.

> A construção proporciona grande conforto térmico e reduz o consumo de energia elétrica com ar condicionado. O vão entre as cascas permite ainda a entrada da água de chuva para resfriamento do ambiente e ainda para ser coletada em reservatórios para reaproveitamento e reutilização nos banheiros e manutenção do prédio e irrigação dos jardins (COMINI, 2015).

Figura 20– Maquete da casa Yawalapiti



Fonte: Google Maps

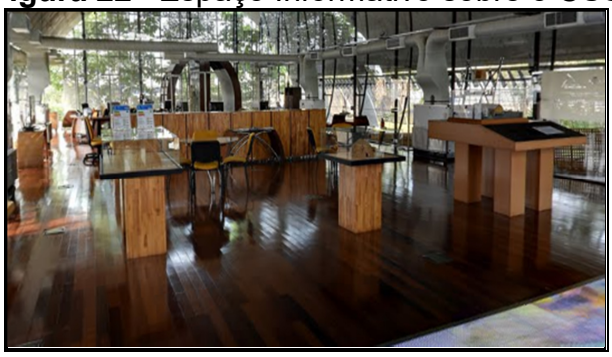
ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 21– Maquete do CSS



Fonte**:** Google Maps.

Figura 22– Espaço Informativo sobre o CSS



Fonte:Google Maps

Figura 23- Área de apresentação das Maquetes



Fonte: Google Maps.

Segundo Isabela, o prédio possui instalações de canos com o intuito de reutilzar a água da chuva para a irrigação das plantas.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 24- Cultivo de Plantas.



Fonte: Elaborado pela Autora

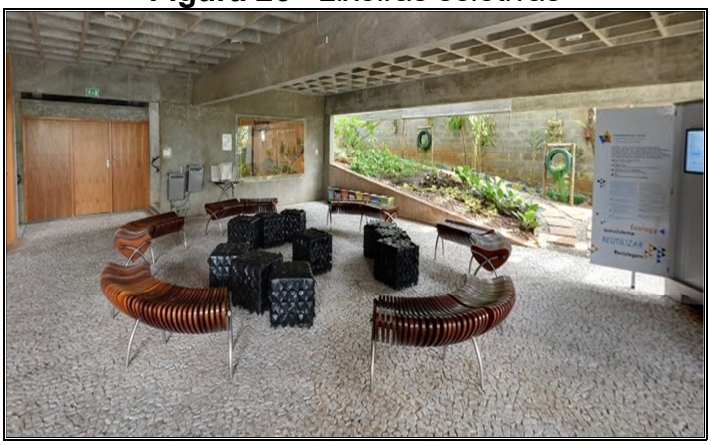
Figura 25- Canos que reaproveitam a água da chuva.



Fonte: Elaborado pela Autora

No espaço para reuniões com os visitantes, encontra-se a implementação das lixeiras seletivas.

Figura 26– Lixeiras seletivas



Fonte: Elaborado pela autora

ISBN 978-85-87406-94-1

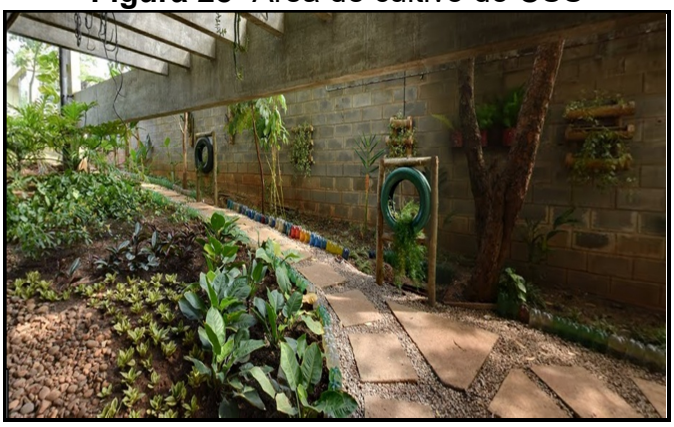
Figura 27– Espaço para reuniões



Fonte: Elaborado pela Autora

Também é encontrado no Centro Sebrae a reutilização de materiais como pneus e garrafas pets para o cultivo das plantas.

Figura 28- Área de cultivo do CSS



Fonte: Google Maps

Figura 29– Planta com vaso feito de pneu



Fonte: Google Maps

ISBN 978-85-87406-94-1

Além disso, o CSS adotou o processo de compostagem no qual é reaproveitado os materiais orgânicos gerados no local, em um composto de nutrientes conhecido como húmus (solo rico em matéria orgânica), no qual é utilizado para o paisagismo das instalações.

Figura 30- Área de compostagem



Fonte: Google Maps.

8. ANÁLISE DOS DADOS INFORMATIVOS

Com base nas respostas de Isabela, foi observado que a definição de sustentabilidade para o CSS não é só voltada ao verde, ela abrange várias áreas até as mais básicas, no qual parte da rotina de cada indivíduo: economizar em ações mínimas que fazem toda a diferença como em banhos, fechar bem a torneira ou deixar o mínimo de luzes acesas durante o dia, aproveitando a luz natural.

Segundo Isabela, para a adoção de uma gestão sustentável nas empresas dificilmente buscam sustentabilidade pensando no meio ambiental, mas sim em algo que reduza seus gastos e, principalmente, dêem lucros através dos métodos sustentáveis propostos para elas. Um exemplo disso é a Lavanderia Alba, no qual procuraram o CSS e receberam total apoio, dando início na construção de projeto de reuso de água e, reduzindo assim 75% do seu consumo, gerando uma economia de R$ 10.000,00 por mês.

Conforme a entrevista, ela também informou que as características de uma produção sustentável dependem do tipo de empresa.

ISBN 978-85-87406-94-1

Cada empresa adota uma produção sustentável específica para o seu ramo de negócio.

Nota-se também que a educação é fundamental para a sustentabilidade, pois, através da busca em ser ético, fará com que alcance o objetivo da empresa, além de ter uma qualidade de vida melhor. Com isso enquadra-se o conceito de fazer a diferença ao meio ambiente e a comunidade (stakeholders).

Além da educação, orientar o consumidor é essencial para buscar um consumo sustentável. De acordo com a entrevistada, as orientações são mostradas através da cartilha Produção e Consumo elaborado pelo CSS.

Figura 31 – Cartilha Produção e Consumo

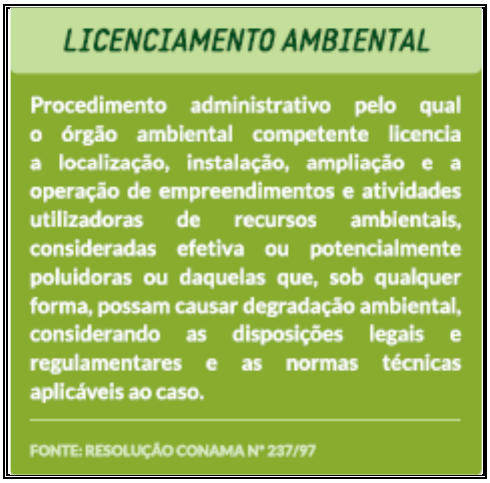


Fonte: <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.98c8ec93a7cfda8f73042f20a27fe1ca/?vgnextoid=0588aecab15fe410VgnVCM1000004f00210aRCRD>.

Tratando de fiscalização, a Isabela afirmou que isso também se aplica para as empresas sustentáveis, através do Licenciamento Ambiental, no qual seu conceito é relatado na cartilha.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 32- Cartilha Licenciamento Ambiental



Fonte: <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.98c8ec93a7cfda8f73042f20a27fe1ca/?vgnextoid=0898aecab15fe410VgnVCM1000004f00210aRCRD>.

O papel da CSS para as demais empresas, traçado pela Isabela, é auxiliar através de projetos, para o empresário que busca o seu trabalho. Cabe a ele optar a adoção ou não do projeto proposto. Se a empresa buscar mudanças a partir de sua estrutura interna junto dos seus stakeholders, notará os problemas que ela enfrenta e correrá atrás das soluções que envolvam o bem em um todo (social, econômico e ambiental). E ao tornar-se uma empresa sustentável de sucesso, será um exemplo, como na página do CSS *Negócios de Sucesso*, para que as demais se inspirem.

9. RESULTADOS

Observou-se que o trabalho do Centro Sebrae de Sustentabilidade, além de servir como auxílio através dos seus projetos propostos para as demais empresas, ele busca reunir o sucesso das empresas que procuram o Sebrae localizado em sua região.

Assim, nota-se que qualquer tipo de empresa pode tornar-se sustentável, porém cabe o empresário optar por essa mudança. Geralmente, através da entrevista feita com a Isabela, percebeu-se que as organizações procuram aplicar a sustentabilidade quando possuem dificuldades financeiras. Solucionar esses problemas adotando medidas de reutilização, eficiência ou que apresentem custos baixos (em alguns casos), são propostas das quais as

ISBN 978-85-87406-94-1

empresas buscam adotar, além de proporcionar um diferencial no mercado e, finalmente adotar a medida de preservação frente ao meio ambiente.

Outro ponto importante é que muitas vezes para as empresas poderem adotar a sustentabilidade é necessário um investimento inicial alto, cujo no futuro dará bons resultados que, além de estabilizar o seu gasto e buscar o lucro desejado, melhorará a qualidade do produto, podendo receber um maior preço de mercado e ser bastante procurado pelos consumidores, que atualmente buscam por produtos que prezam a sustentabilidade.

9.1. Aplicações do CSS em Empresas Agrícolas

Para a aplicação de medidas sustentáveis, foram escolhidos os funcionamentos de agronegócios, mostrando como o CSS serve de inspiração para qualquer tipo de empresa a tornar-se um “Negócio de Sucesso”.

Em hortifrutigranjeiros, no qual é feito o cultivo das mais variadas plantações, os métodos que envolvem a sustentabilidade auxiliado pelo Centro Sebrae são:

- **Cultivo hidropônico:** nesse tipo de cultivo as plantas não crescem fixadas no solo, mas sim na água. As vantagens são: crescimento rápido das plantas, maior segurança contra as pragas, fácil cultivo no qual não está sujeita ao clima e pode ser adotado em pequenas áreas, e a maior produtividade.
- **Sistema de gotejamento:** funciona como um duto no qual passa ao longo das raízes da plantas, utilizando a água necessária para o crescimento. Esse sistema reduz 50% do desperdício de água.
- **Biodigestor = energia:** tem o papel fundamental em transformar os dejetos em uma fermentação, no qual pode ser usada como instrumento de energia, pela queima de gás metano ocasionada. Um exemplo disso é a utilização dessa energia para a climatização em granjas.
- **Adubo de compostagem:** através dos restos das hortaliças que não foram vendidos ou não possuem uma boa qualidade para vender, podem ser aproveitados no processo de uma compostagem, sendo transformados em adubo orgânico, no qual não agride o solo e, além de

ISBN 978-85-87406-94-1

ser um material utilizado para o cultivo, também poderá optar em vender.

Em negócios de piscicultura, no qual é trabalhada a criação de peixes, algumas das medidas sustentáveis que podem ser aplicadas na empresa são:

- **Água da chuva:** a sua utilização além de ser uma forma viável é fundamental para essa área de agronegócio, pois gera uma boa redução de gastos.
- **Rações de maior digestibilidade:** rações de origem vegetal e que possuem a digestibilidade alta contribui para a redução de fezes dos peixes e, consequentemente para a redução de poluição nos viveiros que estão sendo criados.
- **Viveiro sem desperdício:** manter o oxigênio com nível equilibrado e o cuidado com a água são formas importantes para a redução do desperdício de peixes e principalmente da ração consumida por eles.
- **Espécies regionais:** a adoção de peixes regionais se torna de grande vantagem por serem espécies que estão adaptados as condições locais sem preocupar-se com alterações, além disso, no caso de fuga, não possuem impacto negativo ao meio ambiente.

Em um agronegócio de suinocultura, no qual é trabalhado com criação suína, alguns dos principais métodos de sustentabilidade que o CSS colaborou em apresentar são:

- **Captação água da chuva:** a construção de cisternas colabora para o aproveitamento da água da chuva, no qual é captada na cobertura das edificações instaladas no local em que se trabalha o sistema produtivo dos suínos.
- **Biodigestor:** assim como em um agronegócio hortifrutigranjeiro, o biodigestor contribui através dos resíduos dos abates dos animais e das sobras de seus alimentos nos quais são transformados em gás metano e assim, gerando a energia. A queima desse gás é utilizada para a climatização e, o líquido restante pode ser utilizado como biofertilizante.

ISBN 978-85-87406-94-1

- **Compostagem:** os dejetos dos suínos podem ser visto como uma alternativa de reaproveitamento, ao gerar um composto orgânico e servir como um adubo orgânico. Isso acarreta em duas alternativas: pode ser empregada no negócio como forma de diminuir os custos, ou gerando lucro com a venda desse tipo de produto.
- **Estratégia verde = diminuição de odores:** adotar estratégias como implantação de barreiras verdes ou cortinas vegetais, além de ser um método sustentável essencial, eliminará ou odores causados pelos dejetos suínos encontrados no sistema de tratamento ou em pocilgas.

Já em agroindústria que visam na produção de leite, as medidas sustentáveis sugeridas pelo CSS, que podem ser adotadas na empresa são:

- **Higienização para os colaboradores:** a adoção de procedimentos de higienização como forma de treinamento para os colaboradores envolvidos na fabricação colabora para a qualidade do produto de modo que aumente a sua produtividade e assim, diminuirá os gastos com perdas de produtos que possam estar contaminados ou com a higienização inadequada.
- **Redução do consumo de energia:** a utilização da energia é essencial para o funcionamento da empresa, seja na iluminação do ambiente de trabalho, na refrigeração do leite, na contribuição de máquinas no processo produtivo e entre outras formas. Adotar métodos sustentáveis como a aplicação de iluminação natural no ambiente organizacional, ou buscar outras fontes de energias renováveis para o processo da refrigeração ou no funcionamento das máquinas trará benefícios para o agronegócio e principalmente para o meio ambiente.
- **Sistemas produtivos de pastagens:** sistemas como o agrosilvopastoril, que é um sistema que busca a integração das lavouras para os espaços dos animais adotando pastagens e outras espécies florestais, fornecedores que adotam esse tipo de sistema auxilia para a rotação das pastagens colaborando contra o desmatamento. Esse meio deve ser priorizado para a agroindústria de leite.

ISBN 978-85-87406-94-1

10. CONCLUSÃO

A sustentabilidade é de extrema importância e por isso foi escolhido como tema dessa iniciação, alertando aos leitores como o meio ambiente passa por grandes problemas colocando em risco o nosso futuro.

Foi escolhido pela autora adoções de medidas sustentáveis em agronegócios e citados como exemplo para concluir que qualquer tipo de empresa tem capacidade de inserir a sustentabilidade no seu negócio.

Como muitas empresas não sabem por onde começar a inserir adequadamente práticas sustentáveis, o Centro Sebrae de Sustentabilidade dispõe múltiplos métodos para as organizações estarem bem informadas e adotarem planejamentos que visam a sustentabilidade, e assim, tornando-se inovadoras no mercado atual.

Procurar por entidades como o Sebrae ou até mesmo o CSS que possui amplo e específico conhecimento a respeito do desenvolvimento sustentável, auxiliando as empresas a adotar práticas que visam a sustentabilidade, é um grande passo para mudar e melhorar a sua sobrevivência no mercado.

Infelizmente, a maioria das empresas que procuram pelo Centro Sebrae para adotar medidas sustentáveis possuem como motivo principal reduzir gastos, na busca de que seu lucro melhore. Trabalhar com palestras em várias regiões convidando principalmente os empresários é uma alternativa que pode colaborar para a mudança de visão da comunidade, mostrando que a sustentabilidade tem que ser pensada em conjunto: para a melhoria ambiental, social e econômica, e não somente visando à redução dos gastos e a busca do aumento do lucro.

Além disso, notamos o quanto o Centro Sebrae se preocupa com o meio ambiente, desde adotar medidas sustentáveis na arquitetura inspirada na casa indígena Yawalapiti, até na sua estrutura, como exemplo suas grandes janelas que permitem que a luz natural seja utilizada a favor do prédio, reduzindo o consumo de energia elétrica. Isso dá a oportunidade para que qualquer tipo de empresa acredite o quanto a sustentabilidade faz a diferença

ISBN 978-85-87406-94-1

desde adotar práticas voltadas nesse assunto na vida pessoal, até adotá-las dentro do ambiente de cada organização.

REFERÊNCIAS

AMANCIO e CLARO apud SANTOS, Gerliane et al. Sustentabilidade com foco nos negócios: um diferencial competitivo nas empresas. Revista Hórus. Página 72, 2011.

BALKEMA, A. J. et al. Indicators for the sustainability assessment of waste water treatment systems. Urban Water. Page 153 -161, 2002.

BIDWELL e VERFAILLE apud SANTOS, Marise Keller dos. Eco-eficiência e avaliação de sistemas integrados de gestão. Página 21, 2007.

BOFF, Leornado. História da sustentabilidade, ano 2002-2008.

CAGNIN apud KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Gestão ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável. Janela na web, 2009. Disponível em: < http://www.janelanaweb.com/digitais/kraemer7.html>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.

CAMPOS apud OLIVEIRA, Andreia Dias de Carvalho de; SOAVINSKI, Elza RumikoWagatsuma. Como expandir mercado minimizando o impacto ambiental. Enfoque Sobre uma Companhia de Bebidas. Página 7, 2013.

CARSON, Rachel. Silent Spring. Houghton Mifflin, ano 1962.

CARTILHA licenciamento ambiental. Centro Sebrae de Sustentabilidade. Disponível em: < http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.98c8ec93a7cfda8f73042f20a27fe1ca/?vgnextoid=0898aecab15fe410VgnVCM1000004f00210aRCRD>. Acesso em: 13 de agosto de 2015.

CARTILHA produção e consumo responsável. Centro Sebrae de Sustentabilidade. Disponível em: <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.98c8ec93a7cfda8f73042f20a27fe1ca/?vgnextoid=0588aecab15fe410VgnVCM1000004f00210aRCRD>. Acesso em: 13 de agosto de 2015.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMANCIO, Robson. Entendemos Sustentabilidade em sua Plenitude? Análise de Fatores que Influenciam a Interpretação do Conceito, página 3, 2005.

CREDIDIO, Fernando. Revista Filantropia. 2008. Disponível em: <http://www.institutofilantropia.org.br/component/k2/item/1607-triple_bottom_line_o_tripe_da_sustentabilidade>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

DENES apud SANTOS, Marise Keller dos. Eco-eficiência e avaliação de sistemas integrados de gestão. Página 19, 2007.

EDINGTON, Isaac. Confira as tendências da gestão sustentável. Exame, 2013. Disponível em: < http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/blog-do-management/2013/05/06/confira-as-tendencias-da-gestao-sustentavel/>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

ELKINGTON, John. A teoria dos três pilares. São Paulo: Markron Books, 2001.

FAUCHEUX, NICOLAI e O'CONNOR apud JÚNIOR, Silvio Figueiredo Gomes. GOMES, André Raeli. As vantagens da sustentabilidade empresarial. Página 65, 2010.

FERNANDES, Pedro de Araújo Amorim. CANDIDO, Gesinaldo Ataíde. Da sustentabilidade à competitividade: um caminho viável? Página 72, 2009.

FINOS, Bombons. Sustentabilidade. Bombons finos da Amazônia. Disponível em: < http://www.bombonsfinos.com.br/#!sustentabilidade/nyg5d>. Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

IBGC. Guia de sustentabilidade para as empresas. Cadernos de governança corporativa. Página 15, 2007.

III CONCISA. Os Desafios e as Vantagens da Responsabilidade Socioambiental na Sustentabilidade das Empresas. Página 4, 2009.

LEAL, Carlos Eduardo. A Era das organizações sustentáveis. Página 4, 2009.

LEAL, Carlos Eduardo. A Era das organizações sustentáveis. Página 5, 2009.

PURA, Água. A empresa. Água pura projetos para o uso racional da água. Disponível em: < http://www.aguapuraonline.com.br/index.php/a-empresa/>. Acesso em: 22 de novembro de 2015.

RABELO, L.S.; LIMA, P.V.P. S. Indicadores de Sustentabilidade: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável. Revista Eletrônica do Prodema. p. 55 - 76, 2008.

RICART, RODRIGUES e SÁNCHEZ apud JÚNIOR, Silvio Figueiredo Gomes. GOMES, André Raeli. As vantagens da sustentabilidade empresarial. Página 64, 2010.

SALLUM, Alexandre. Revista Ecológico. 2012. Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=42&secao=536&mat=565> . Acesso em: 02 de março de 2016.

SEBRAE. Água Pura projetos para o uso racional da água. Disponível em: <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.23dec8f3abd1fb4f73042f20a27fe1ca/?vgnextoid=0ef59e0e6d53d310VgnVCM100

ISBN 978-85-87406-94-1

000b072010aRCRD&vgnextfmt=default>. Acesso em: 13 de novembro de 2015.

SEBRAE. Bombons Finos da Amazônia. Disponível em: http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.23dec8f3abd1fb4f73042f20a27fe1ca/?vgnextoid=443aa2775db83410VgnVCM100000b072010aRCRD&vgnextfmt=default>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

SEBRAE. Cartilha Balanço de Atividades. 2014. Disponível em: <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.98c8ec93a7cfda8f73042f20a27fe1ca/?vgnextoid=f528e55628a3c410VgnVCM1000003e74010aRCRD>. Acesso em: 7 de novembro de 2015.

SEBRAE. Cartilha Gestão Sustentável nas Empresas, 2ª edição. Disponível em: <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.98c8ec93a7cfda8f73042f20a27fe1ca/?vgnextoid=4858aecab15fe410VgnVCM1000004f00210aRCRD>. Acesso em 28 de outubro de 2015.

SEBRAE. Nosso trabalho. Centro Sebrae de sustentabilidade. Disponível em; <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.bf35977534e040d1ff704330a27fe1ca/?vgnextoid=e475249ae28e5310VgnVCM1000002af71eacRCRD&vgnextfmt=default>. Acesso em: 5 de novembro de 2015.

SEBRAE. O que fazemos. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>. Acesso em 5 de novembro de 2015.
SEBRAE. Papel Semente. Disponível em: http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.23dec8f3abd1fb4f73042f20a27fe1ca/?vgnextoid=f3a2584195a6d310VgnVCM100000b072010aRCRD&vgnextfmt=default>. Acesso em 13 de novembro de 2015.

SEMENTE, Papel. Quem somos. Disponível em: <http://www.papelsemente.com.br/quem-somos>. Acesso em: 13 de novembro de 2015.

Significado de Sustentabilidade. Significados. Disponível em: <http://www.significados.com.br/sustentabilidade/>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

THE Club of Rome. Disponível em: <http://www.clubofrome.org/?p=4764>. Acesso em 24 de outubro de 2015.
TRIPÉ da sustentabilidade. Joal Teitelbaum. Disponível em: < http://www.teitelbaum.com.br/consultoria/producao-limpa.php> . Acesso em: 15 de setembro de 2015.

WBCSD. Manual do formando. A ecoeficiência na vida das empresas. Página 7, 2000.

ISBN 978-85-87406-94-1

Wikipédia. Rachel Carson. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Rachel_Carson>. Acessoem 22 de outubro de 2015.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Sustentabilidade e Competitividade: o Papel das Empresas. Página 7, 2007.

ANEXO A

Questionário:

1- Para o CSS, qual a melhor definição de sustentabilidade?

2- O que seria adotar sustentabilidade em uma empresa?

3- Quais são as características de uma produção sustentável?

4- Como o CSS atua para auxiliar as empresas?

5- Qual a importância da educação dentro da sustentabilidade?

6- Algumas orientações em relação ao consumidor para um consumo sustentável?

7- Como funciona o Licenciamento Ambiental?

8- Existe algum tipo de fiscalização para as empresas sustentáveis?

9- Como uma empresa pode se tornar um exemplo, como mostrado em “Negócios de Sucesso”?

ANEXO B

Questionário:

1- Qual é a influência que o Centro Sebrae de Sustentabilidade tem para a (empresa destinatária)?

2- O que o Centro Sebrae de Sustentabilidade mostrou para que a (empresa destinatária) caminhasse até o sucesso?

ISBN 978-85-87406-94-1

3- Quais dicas que o Centro Sebrae de Sustentabilidade exibiu para a melhoria da (empresa destinatária)?

4- Qual a opinião da (empresa destinatária) sobre esse modelo de entidade sustentável que o Centro Sebrae Sustentabilidade é para as demais organizações?

5- Com a colaboração do Centro Sebrae Sustentabilidade, no que a (empresa destinatária) melhorou?

,

ISBN 978-85-87406-94-1

DAS GRANDES ÀS PEQUENAS CIDADES: Um clima de violência planificada

Alex Eugênio Altrão de Morais (Uni-FACEF)
Hélio Braga Filho (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O quadro econômico e social mundial tem proporcionado muitas mudanças na sociedade. A violência é um fenômeno que vem acompanhando essa parcela de seres vivos há séculos, fruto da busca de poder e ascensão de algumas pessoas, em conjunto com as desigualdades oriundas da má distribuição de renda e as imensas privações de um grupo exclusivo de indivíduos.

O contexto histórico de violência passa de poucas e algumas ameaças simplesmente como forma de amedrontar uma única pessoa para situações complexas e de grande repercussão mundial que assusta e certamente estimula o preconceito existente para com as populações que vivem em aglomerações desumanas ou então as chamadas favelas.

Em busca de conceituar um fenômeno tão extenso como a violência, o professor Marcelo Lopes de Souza (2005), escreveu o artigo nomeado *Clima de Guerra Civil? Violência e medo das grandes cidades brasileiras.* Este trabalho embasou o presente artigo, como forma de ressaltar a expressiva parcela violenta do Brasil.

Autenticado pela base de dados com aumentos significativos dos números de uma vertente do fenômeno, os homicídios, constata-se a forte influencia que os números “sobem” em passos galopantes caracterizando um clima de fobia aos habitantes.

O presente artigo compreende um estudo bibliográfico, com definições coerentes de conceitos atrelados ao fenômeno da violência. Posteriormente utiliza-se de dados estatísticos da vertente de homicídios para expressar as consequências em todos os centros urbanos. Ainda complementa com dados de operações policias militares e civis em situação de trabalho ou em períodos oportunos de disfarces nos seus tempos livres bem como em trabalhos programados.

ISBN 978-85-87406-94-1

O artigo versa no primeiro capítulo o conceito do termo violência, seguido pelo breve histórico do fenômeno, apontando claramente que as ações ocorrem a muitos séculos atrás, partindo da criação e origem dos seres humanos.

Comentando no segundo período o neologismo abordado pelo professor Marcelo (2005), que origina de palavras gregas expressando a cidade do medo. Em seguida no terceiro capítulo, utiliza-se o apanhado geral da violência no Brasil, alegando o falso senso comum dos estados com maiores casos de homicídios.

No quarto período retrata-se a violência em inúmeros ambientes sociais, enfatizando o complexo desmembramento existente entre os condomínio fechados e as favelas. Reforçando o contingente violento da sociedade da classe média. Bem como, o quinto capítulo realiza uma análise critica do real motivo de casos violentos nas proximidades arcaicas, favelas, e aquelas que se deslocam para os grandes centros urbanos de aglomeração populacional, como arrastões e roubos relâmpagos.

Completando o sexto capítulo uma passagem da discussão para a convivência com o fenômeno, apontando ainda no sétimo capítulo uma abordagem de transformação do conceito social da violência para um conceito político, abordado muitas vezes em campanhas políticas sem resoluções concretas.

Finalizando o ultimo capítulo abordando um estudo dos números absolutos e das taxas de homicídios a cada cem mil habitantes nas cidades de Batatais e Franca localizadas no interior de São Paulo.

2. ORIGEM DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA

Partindo de uma análise conceitual, o termo violência no dicionário significa: “qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa” (MICHAELIS,2008). Empregar, portanto, a violência em nosso vocábulo estamos nos referindo a uma ação de agressividade contra a vontade de um ser comum, ou seja, uma forma intencional de cometer um ato que resulte no espanto, medo, ameaça, traumas psicológicos ou físicos, e até mesmo a morte de um outro ser.

ISBN 978-85-87406-94-1

A violência existe desde os tempos em que surgiu o homem, por volta da era da pedra lascada, no qual os seres humanos ali existentes passaram a criar armas para lutas e caças de animais e outras tribos semelhantes.

Ocorre, no entanto, a aglomeração de tribos em busca de formar o que se conhece hoje como cidades. As cidades originam da formulação e aceitação dos seres humanos que não vivem sozinhos e que todos os seres vivos necessitam de uma ajuda de seu próximo. Contudo há também, a indispensabilidade de conviver em modo que todos tem os direitos e os deveres com os próximos e com o habitat em que vivem.

Os tempos se passam e a história continua no decorrer de desenvolvimentos na humanidade. As grandes aglomerações de pessoas passam a ser de cunho rurais. Assim, as famílias detentoras de propriedades particulares abrigavam em suas dependências outras famílias que muitas vezes em troca de abrigo forneciam trabalhos aos donos.

Por volta do final do século XVIII e início do século XIX, os territórios europeus já se familiarizavam com as determinações geográficas das extensões territoriais. Mais adiante em meados do último, introduz no mundo a primeira teoria de crescimento e desenvolvimento produtivo, a revolução industrial. Esse processo deu brechas para um novo método de aglomerações de pessoas (MAGALHÃES, 1991).

O sistema conhecido como êxodo rural, consiste na emigração da população do meio rural para o meio urbano em busca de qualificação e trabalho nos novos ciclos produtivos da época.

> É justamente o crescimento dos núcleos urbanos que determina a radical modificação no modo de vida rural [...]. As cidades surgiram, assim, como a forma residencial adotada pelos membros da sociedade que não precisavam se dedicar diretamente às atividades produtivas agrícolas. (PIRES, 1985, p. 16).

Ao modo que as pessoas começaram a sair de suas casas nos meios rurais, em busca de trabalho nas cidades, houve a necessidade de construir residências, as quais pudessem abrigar este novo contingente populacional. Este grupo não contava com recursos financeiros cabíveis e não tinha condições de adquirir residências nas grandes cidades próximo ao aparato produtivo.

ISBN 978-85-87406-94-1

Existindo a imposição que os trabalhadores morassem nas proximidades das aglomerações urbanas e produtivas, estas pessoas buscaram por conta própria a construção de “tendas” ou “barracos de madeira” que pudessem lhes servir como casa ou pelo menos um abrigo. Segundo o ditado popular “Casa própria é tesouro, não se paga nem com ouro”, a partir do ditado pode-se notar que a busca por um “teto” mesmo que irregular era uma vontade de todos.

Como uma forma de aglomeração os trabalhadores foram se juntando em morros, buracos, ou em qualquer ponto em que viam a possibilidade de se instalar. Estes locais foram mais tarde nomeados como favelas, ou seja, grupos de pessoas que se juntam e podem ser vistos como bairros de regiões metropolitanas ou em regiões de grande aparato produtivo em outras cidades grandes.

> Historicamente, o eixo paradigmático da representação das favelas é a ausência. Nesta perspectiva, a favela é definida pelo que não seria ou pelo que não teria. Nesse caso, é apreendido, em geral, como um espaço destituído de infraestrutura urbana - água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem arruamento; globalmente miserável; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral. Enfim, expressão do caos. Outro elemento peculiar da representação usual das favelas é sua homogeneização. Presentes em diferentes sítios geográficos - em planícies, em morros, às margens de rios e lagoas – e reunindo algumas centenas de moradores até alguns milhares, possuindo diferentes equipamentos e mobiliários urbanos, sendo constituídas por casas e/ou apartamentos, com diferentes níveis de violência e presença do poder público, com variadas características socioambientais, as favelas constituem-se como territórios que se exprimem em paisagens consideravelmente diversificada. A homogeneidade, no entanto, é a tônica quando se trata de identificar esse espaço popular. (SILVA, 2009, p. 16).

Se tornou comum a comparação e as conclusões de haver um conjunto de casas nas condições de favelas e concomitantemente a violência. Desta forma no decorrer dos tempos as afirmações se tornaram corriqueiras de modo a trazer a tona o fenômeno de violência principalmente em grandes cidades e regiões metropolitanas do mundo como um todo, pois é neste modelo de cidade que apresenta grande parte dos conjuntos de favelas.

Vale ressaltar que inúmeras favelas, não só brasileiras como em todos os países, abrigam uma quantia da população que ultrapassa o valor total de moradores de outras cidades independentes do país.

Essas questões apontadas não significam que em pequenas cidades, vilas, ou mesmo bairros de luxo não se familiarizam com as ações pertinentes a violência.

ISBN 978-85-87406-94-1

> A violência urbana existe em todos os tipos de sociedade e desenvolveu-se a partir do fenômeno da metropolização, que concentrou grandes contingentes populacionais em torno de um mesmo núcleo de produção e serviços. O problema tende a agravar-se, segundo as diferentes organizações sociais, dependendo ainda da intensidade da crise que uma determinada sociedade pode atravessar, acirrando as contradições, distribuindo de forma desigual bens e oportunidades e promovendo o rompimento de valores básicos ao ser humano. (PIRES, 1985, p. 16).

De fato, a violência passou a ser assunto corriqueiro nos quatro cantos do mundo. Falar deste fenômeno hoje nos remete a uma lista de atentados de modo a atormentar os ideais de todos os habitantes no mundo. Como exemplo conhecido de todos, o atentado às torres gêmeas no Estados Unidos em 2001, a morte da criança Isabela Nardoni em 2008, o caso da Eliza Samudio em 2010, dentre outros que podemos citar muito antes dos anos 2000 que marcaram a vida de todos ao passo do medo e espanto dos limites da capacidade do ser humano.

3. O CONCEITO DE FOBÓPOLE

Das palavras gregas *phóbos* (que significa medo) e *pólis* (cidade) o escritor Marcelo Lopes de Souza, cria um neologismo para expressar a real situação das cidades ao redor do mundo. A “cidade do medo” se torna para ele um conceito que reflete bem o que vem ocorrendo na civilização do mundo. Aponta ainda o autor que a questão do medo e das violências urbanas não é um fenômeno recente da história. Como foi abordado anteriormente, a violência está presente em toda a criação do seres vivos, inclusive e principalmente nos seres humanos.

Como exposto por volta do século XIX, estávamos acostumados a uma tranquilidade quando caminhava-se em cidades pequenas e até mesmo em grandes centros urbanos. Há poucas décadas, um roubo sem agressão física, ou mesmo o simples surrupiar de uma carteira, já era motivo de indignação e falatório, um assassinato na época era motivo para grande divulgação pela imprensa com um sentimento ligado ao terror da vida em sociedade.

Segundo o professor Marcelo, no mundo todo e não só no Brasil, parece que o medo é um traço cada vez mais marcante da vida contemporânea. Em alguns lugares o medo se associa principalmente à criminalidade “ordinária”, enquanto em outros também se vincula ao terrorismo ou à violência de raiz religiosa ou étnica.

ISBN 978-85-87406-94-1

Nesses países, os problemas de uma sociedade tecnológica combinam-se com as carências e os nós não desatados de nações onde ainda há fome e desnutrição, onde as disparidades sociais são aviltantes, onde uma enormidade de imóveis mantidos vazios por razões especulativas contrasta com o crescimento e a proliferação de favelas, de loteamentos irregulares e da população de rua. É nas cidades de um país assim que as necessidades de fome se aproximam das necessidades de segurança. Ou seja, o “EU TENHO FOME” se iguala a “EU TENHO MEDO” nas fobópoles.

4. A VIOLÊNCIA URBANA NAS ÁREAS METROPOLITANAS BRASILEIRAS

O padrão de ocupação dos espaços brasileiros ao longo do período de colonização passaram a se localizar mediante as áreas rurais do país, posto que até então a economia geral igualava-se as demais colônias de exploração naquele tempo (FURTADO, 2007).

Segundo Prado (2006) a divisão em propriedades rurais baseando na economia agrícola, pecuária e de exploração da terra perpetuou pela extensão total do território ao longo dos séculos XI a XIX, esse processo ligou-se ao desenvolvimento da abolição da escravatura, persuadindo a interação empregatícia e assalariada em meio ao ultimo século.

Posteriormente o processo de crescimento e implementação de novas tecnologias para facilidade na produção como forma de adquirir uma parcela expressiva no mercado, bem como precaver o atendimento do mercado interno e externo, houve a necessidade de industrialização espontânea para o processo produtivo, posto que de imediato esse processo rapidamente representou no deslocamento populacional e remodelamento das sociedades urbanas e rurais.

Esse processo conhecido popularmente como êxodo rural caracterizou uma nova etapa da sociedade brasileira, devido às altas taxas populacionais que vieram a deslocar-se do campo para as cidades em busca de trabalho e pontos de melhores condições de vida, como já foi dito.

De acordo com Grostein (2001), a concentração informal das massas isoladas de pessoas aos arredores dos pontos industrializados no ambiente urbano

ISBN 978-85-87406-94-1

pressupunha a existência de descontroles sociais, colocando ênfase nas situações desumanas que a população em seu deslocamento poderiam absorver durante suas vidas.

Estas condições de vulnerabilidade social, desemprego e inúmeras carências, no que tange os serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico e habitação caracterizam experimentos de altos níveis de privações discutidos por Sen (2010).

Desta forma as rápidas mudanças ocorridas em meio ao século XX, o século do milagre econômico (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI, 2008), estariam vinculadas à industrialização e urbanização incontroláveis. Segundo Souza (2005) um ambiente propício e favorável à proliferação da criminalidade e da violência, pois propicia uma oferta grande de oportunidades criminosas e uma demanda maior ainda desenvolvida pelas condições desfavoráveis que se encontrava essa parcela da população.

Desta maneira no caso especifico brasileiro, a violência urbana se caracteriza no medo próximo ao alcance de todos. Cada cidadão ou mesmo amigos já foram atingidos por esta violência que vem transformando as cidades brasileiras, não só as capitais estaduais que contam com um aparato grandioso no número de habitantes, mas também nas pequenas cidades do interior dos Estados.

As ameaças já se incorporaram ao cotidiano de todos, condicionando uma mudança nos hábitos de viver, conviver, trabalhar, passear e vem tornando as pessoas vítimas permanentes de um perigo cada vez mais próximo e real.

Tão aventurado é aquele que suspeita de altos índices de violência nas maiores cidades e principais capitais do país. São Paulo e Rio de Janeiro deixou de ser um problema único para dividir os relatos de violência com as outras unidades da federação. Quando se leva em conta as ocorrências e números reais de um dado importante usado neste trabalho, os homicídios, as capitais do sudeste somado aos dados totais dos estados são desbancados pela Bahia, por exemplo.

Ainda segundo Souza (2005), o alarme de cidades violentas atingindo pelo Rio e por São Paulo são em grande parte apenas discursos de mídia capazes de concentrar a atenção para um ponto de pequena escala se comparado a população total dos estados.

ISBN 978-85-87406-94-1

Como se vê posteriormente nos dados propostos nas tabelas a seguir, os estados brasileiros passaram por uma modificação representativa das taxas de homicídios para cada cem mil habitantes, quando mostram-se os números nos anos de 2007 e logo após 7 anos no ano de 2014.

Em primeiro momento, vale a pena apontar que esta taxa de homicídio é calculado de forma singular, todos os cálculos parte do valor absoluto da variável, dividido pela população total da localidade estudada, e posteriormente aponta o produto do resultado por 100.000 habitantes.

No primeiro ano os Estados de Alagoas e Espirito Santo, representavam uma taxa de homicídio de 58,5 e 54,1 respectivamente, se enquadrando neste cálculo os dois estados com números mais elevados das taxas. Já no final dos dados em 2014, os dados de Alagoas ainda continuam altos com taxas de 61,9, contudo, o Espirito Santo dá lugar para o Estado do Ceará como o segundo maior na representação da taxa que aponta o montante de 48,6.

Esta análise simboliza ainda que os estados vivem de formas singulares, pois enquanto alguns apontam quedas nas taxas, outros tantos ainda aumentam estes números. Desta forma, é notório expor que os estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espirito Santo, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, tiveram quedas nas taxas, enquanto que os outros tiveram um aumento na mesma. Isso significa que em termos absolutos certamente os estados acima citados também tiveram sua redução, como serão apontados adiante.

Ainda, completa-se que o Estado do Piauí, foi o que mais aumentou sua taxa de homicídio a cada cem mil habitantes, enquanto que o estado do Pernambuco foi o que apresentou sua maior queda, embora no início logo em 2007 o estado se enquadrava entre os três com o maior montante representativo nas taxas citadas.

ISBN 978-85-87406-94-1

Tabela 1 -Taxa de Homicídios a cada 100 mil Habitantes por Estado/Região

Região	Estado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2007/2014
Sul	Paraná	27,5	26,7	29,2	31,4	29,3	29,6	23,4	22,7	-17%
	Rio Grande do Sul	14,1	15,2	15,0	15,5	16,0	19,3	17,1	20,9	48%
	Santa Catarina	10,0	11,3	11,9	8,1	11,7	11,7	10,6	11,3	13%
Média		**17,2**	**17,7**	**18,7**	**18,3**	**19,0**	**20,2**	**17,0**	**18,3**	**6%**
Sudeste	São Paulo	11,7	10,8	11,0	10,5	10,1	12,4	10,9	10,3	-12%
	Rio de Janeiro	35,0	33,0	33,2	27,6	24,9	25,1	29,0	30,0	-14%
	Minas Gerais	14,3	11,1	10,0	14,7	18,4	19,8	19,9	19,1	34%
	Espírito Santo	54,1	56,7	57,9	46,3	41,1	46,4	40,7	39,4	-27%
Média		**28,8**	**27,9**	**28,0**	**24,8**	**23,6**	**25,9**	**25,1**	**24,7**	**-14%**
Centro Oeste	Goiás	21,7	24,1	25,4	16,3	16,4	39,4	40,1	39,5	82%
	Mato Grosso	29,0	25,2	27,0	28,7	30,7	30,4	32,1	40,2	39%
	Mato Grosso do Sul	24,5	19,6	18,3	18,4	17,5	22,7	20,7	22,6	-8%
	Distrito Federal	23,3	25,3	29,0	25,6	17,0	30,9	25,3	24,1	3%
Média		**24,6**	**23,6**	**24,9**	**22,3**	**20,4**	**30,9**	**29,6**	**31,6**	**28%**
Nordeste	Maranhão	15,5	15,7	18,3	15,3	18,5	22,3	23,9	28,5	84%
	Piauí	9,5	9,7	8,6	7,7	10,9	15,5	15,9	21,4	125%
	Ceará	22,2	22,5	25,9	31,3	30,7	41,5	47,9	48,6	119%
	Rio Grande do Norte	22,6	16,4	15,0	25,5	28,2	11,4	38,1	46,9	108%
	Pernambuco	49,9	48,5	42,6	36,9	36,7	35,3	31,9	35,7	-28%
	Paraíba	16,8	22,6	31,2	38,2	43,1	39,7	38,2	37,5	123%
	Sergipe	25,1	25,8	27,5	30,4	32,1	38,0	40,1	45,0	79%
	Alagoas	58,5	66,2	47,7	68,2	74,5	64,4	65,2	61,9	6%
	Bahia	24,8	28,6	31,3	32,4	38,5	41,5	36,2	37,4	51%
Média		**27,2**	**28,4**	**27,6**	**31,8**	**34,8**	**34,4**	**37,5**	**40,3**	**48%**
Norte	Amazonas	15,8	20,7	22,9	26,3	29,2	30,2	23,9	24,1	53%
	Roraima	11,6	11,1	13,3	17,8	11,7	13,6	20,3	14,5	25%
	Amapá	18,4	19,1	14,0	3,9	3,4	23,5	30,6	31,0	68%

ISBN 978-85-87406-94-1

	Pará	31,1	39,8	36,0	44,5	37,9	39,0	40,0	40,3	30%
	Tocantins	14,9	17,1	18,7	18,4	18,3	21,3	19,6	21,8	46%
	Rondônia	22,9	29,3	33,4	35,1	25,3	30,4	27,2	28,8	26%
	Acre	23,9		27,2	24,9	18,4	23,3	25,5	24,2	1%
Média		**19,8**	**22,9**	**23,6**	**24,4**	**20,6**	**25,9**	**26,7**	**26,4**	**33%**
Brasil		**24,0**	**25,1**	**25,2**	**25,9**	**25,6**	**28,8**	**29,4**	**30,7**	**28%**

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base no Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Os dados a seguir, representam os números absolutos de cada estado, os quais apresentam oscilações constantes de quedas e aumentos condizentes com as taxas de homicídios já tratadas. Embora em números absolutos outros estados caem na explicação, pois a taxa leva em conta a população total de cada um.

Nesta variável, os estados que apresentaram em 2007 os maiores números de casos de homicídios foram Rio de Janeiro seguido de São Paulo, com 5.504 e 4.877 casos respectivamente. Esta colocação se repete em 2014 no caso do Rio de Janeiro, contudo esse é desbancado pelo estado da Bahia que apresentou 5.663 casos de homicídios e o Rio 4.942.

As variações entre 2007 e 2014 também são iguais as discutidas com as taxas de homicídios, alguns estados representam baixas significativas e outras aumentos incondicionais. As baixas são conhecidas pelos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espirito Santo e Pernambuco.

É importante mencionar que a totalidade das altas são explicadasprincipalmente pelo descaso com a educação, segurança e saúde da nação brasileira como um todo, especialmente nas grandes regiões do norte e centro oeste do pais que não evidenciou nenhuma alteração negativa desses números.

Além disso ainda a tabela a seguir aponta que o Estado da Paraíba conheceu as variações percentuais mais altas de todos os estados nacionais com cerca de 142% de aumento, enquanto que a queda mais acentuada devido a retração de casos absolutos foi apontado pelo estado de Pernambuco com cerca de 23% de baixas.

ISBN 978-85-87406-94-1

Tabela 2 -Números Absolutos de Homicídios por Estado/Região

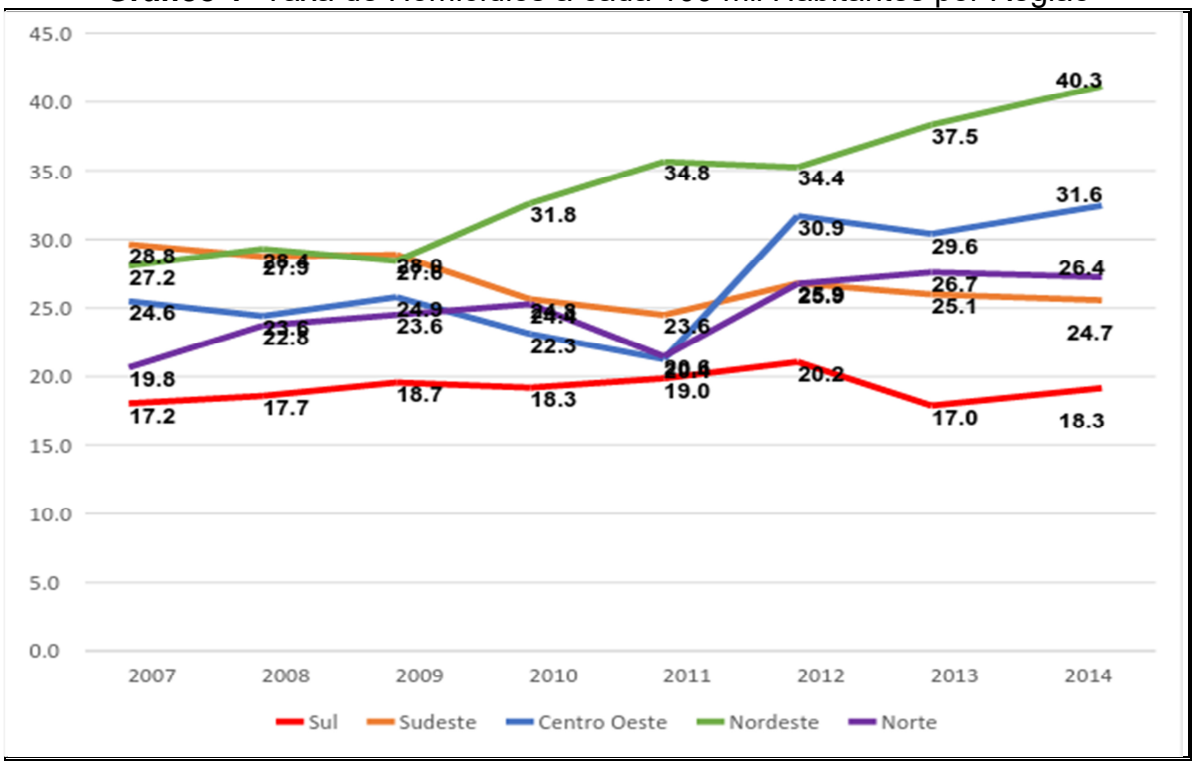
Região	Estado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2007/2014
Sul	Paraná	2.933	2.831	3.119	3.276	3.085	3.135	2.572	2.515	-14%
	Rio Grande do Sul	1.557	1.646	1.638	1.650	1.717	1.987	1.914	2.342	50%
	Santa Catarina	607	685	731	270	741	721	704	762	26%
Média		**1.699**	**1.721**	**1.829**	**1.732**	**1.848**	**1.948**	**1.730**	**1.873**	**10%**
Sudeste	São Paulo	4.877	4.426	4.559	4.321	4.193	4.836	4.739	4.526	-7%
	Rio de Janeiro	5.504	5.235	5.318	4.418	4.009	3.814	4.745	4.942	-10%
	Minas Gerais	2.812	2.194	1.998	2.396	3.630	3.924	4.095	3.958	41%
	Espírito Santo	1.903	1.958	765	551	1.457	985	1.564	1.529	-20%
Média		**3.774**	**3.453**	**3.160**	**2.922**	**3.322**	**3.390**	**3.786**	**3.739**	**-1%**
Centro Oeste	Goiás	1.269	1.407	1.506	978	998	1.297	2.583	2.575	103%
	Mato Grosso	844	746	811	866	944	933	1.022	1.297	54%
	Mato Grosso do Sul	571	459	432	348	433	374	535	593	4%
	Distrito Federal	567	654	757	636	704	787	707	688	21%
Média		**813**	**817**	**877**	**707**	**770**	**848**	**1.212**	**1.288**	**59%**
Nordeste	Maranhão	974	988	1.164	1.006	1.229	1.458	1.595	1.902	95%
	Piauí	290	303	269	240	341	479	506	685	136%
	Ceará	1.847	1.903	2.212	2.641	2.623	3.492	4.209	4.297	133%
	Rio Grande do Norte	697	510	646	808	901	957	1.287	1.599	129%
	Pernambuco	4.285	4.235	3.751	3.201	3.251	3.063	2.941	3.316	-23%
	Paraíba	612	844	1.176	1.438	1.633	1.476	1.495	1.478	142%
	Sergipe	511	516	556	700	671	803	880	999	95%
	Alagoas	1.806	2.070	1.506	2.127	2.342	2.048	2.152	2.056	14%
	Bahia	3.497	4.143	4.581	4.442	5.431	5.462	5.440	5.663	62%
Média		**1.613**	**1.724**	**1.762**	**1.845**	**2.047**	**2.138**	**2.278**	**2.444**	**51%**
Norte	Amazonas	536	691	776	770	1.033	1.012	909	934	74%
	Roraima	48	46	56	67	54	62	99	72	50%
	Amapá	117	117	88	26	23	69	225	233	99%
	Pará	2.251	2.916	2.675	2.517	2.914	3.051	3.187	3.257	45%
	Tocantins	203	219	242	255	256	296	290	327	61%
	Rondônia	364	437	503	548	399	400	470	504	38%
	Acre	168	179	188	195	137	173	198	191	14%
Média		**527**	**658**	**647**	**625**	**688**	**723**	**768**	**788**	**50%**
Brasil		**41650**	**42358**	**42023**	**40691**	**45149**	**47094**	**51063**	**53240**	**28%**

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base no Fórum Brasileiro de Segurança Pública

ISBN 978-85-87406-94-1

Completando a análise de dados do presente trabalho, cabe representar as taxas de homicídios a cada cem mil habitantes por grandes regiões de estados em um gráfico para mostrar as alterações existentes entre estes números. A situação encontrada perante esta última análise é aumentos significativos em todas as regiões, excluindo apenas uma delas, as que concentram o eixo tecnológico de maior destaque no país o Sudeste de São Paulo e Rio de Janeiro.

Gráfico 1 -Taxa de Homicídios a cada 100 mil Habitantes por Região



Fonte: Elaborado pelo Autor com Base no Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os dados acima apontam o que vem acontecendo em todas as regiões com situações consolidadas de aumentos incontroláveis em boa parte do país, posto que a população depara-se cada vez mais com as situações violentas nas ruas se aproximando de todos.

As regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul, começaram com as taxas em 2007 em patamares variando de 17 a 29 pontos, com oscilações importantes ao longo dos anos providenciando um aumento significativo das taxas, fechando o ano de 2014, com os pontos de 40,3 para o Nordeste, 31,6 para o Centro Oeste, 26,4 para o Norte e 18,3 para o Sul.

ISBN 978-85-87406-94-1

Diferente deste cenário, a região Sudeste consegue diminuir esta taxa começando em 2007 com pontos de 28,8 e finalizando o ano de 2014 com 24,7 pontos. Esta região respalda-se na contramão do comum brasileiro, para demonstrar que os investimentos, mesmo que falhos e não consistes nos setores de segurança, educação, saúde, habitação e condições de bem-estar representam de certa forma na solução primária da redução de casos violentos ocasionados em todos os estados.

5. DO ARCAICO AO MODERNO – LUXO VS. FAVELAS

A *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial* usada como forma de conceituar o que vem ocorrendo desde a criação das chamadas cidades, remete-se à “separação” da população. A ideia de hiato entre as classes sociais de todos os países, transforma a conjuntura social em relativa disparidade e diferenciação entre as pessoas.

Como argumenta o professor Marcelo (2005), a consolidação da expressão “mito da marginalidade”, que tenta por meio de falsas conclusões caracterizar e formalizar um perfil da sociedade favelada (assim utilizado no argumento), na visão do senso comum da classe média e das elites, como “marginais sociais”. Na visão conservadora, os moradores de favelas seriam economicamente parasitários (pois vivem “às custas da sociedade”), culturalmente desajustados (pois muitos deles, recém-chegados do campo, vivenciariam pouco a cidade e não se adaptariam muito bem à vida urbana) e politicamente perigosos (porque potencialmente subversivos, ou passíveis de apoiarem o “comunismo”).

A cada dia que se passa, a falta de “escolha” de jovens adolescentes das regiões periféricas das cidades, sejam elas de qual porte forem, fazem com que aumente a violência entre as próprias regiões, as quais se atacam para conquistar espaço e vantagens sobre um determinado grupo de pessoas.

Com este cenário conturbado, seguido de fatos policiais divulgados pela centralização do poder em que a mídia tem se faz coexistente na sociedade áreas de grandes luxos e aquelas que tem privações quase totais de certos pontos necessários para o bem-estar social.

ISBN 978-85-87406-94-1

> Viver em um condomínio protegido por muros, câmeras de TV e vigilantes armados, quase autossuficiente em matéria de comércio e serviços, passa a ser a forma encontrada por uma parcela crescente dos mais aquinhoados para poder permanecer dentro de uma cidade que lhes parece mais e mais ameaçadora- e, na sua visão, ameaçada pelas favelas, esquecendo ou não querendo saber que a violência que extravasa as favelas e atinge o "asfalto" é alimentada, em última instância, por criminosos que não são pobres nem moram em casas toscas em encostas de morros. (SOUZA, 2005, p.115)

O ângulo situado pelo cenário mencionado de forma a desenvolver condomínios que realmente "separam" as famílias periféricas daquelas que tampouco surgem de um grupo seleto de habitantes certamente não fora a melhor opção de diminuição dos casos de violência dos países.

Além de apontar a corriqueira solução inviável, antes de mais nada, segundo a Lei nº6.766/1979 que ressalva da impossibilidade de parcelar o uso do solo urbano de forma a estabelecer uma privação do direito de ir e vir garantido pela constituição de 1988, a constituição social, os constantes loteamentos fechados podem ser tidos como ilegais.

Aponta Souza (2005) ainda que, a própria conjuntura e cultura da classe média se transformou, levando os jovens que nascem e crescem dentro dos complexos de "condomínios fechados" a buscar, como forma de "diversão", as perturbações contra a vida alheia nos condôminos. Assim, os loteamentos fechados não conseguem por natureza deixar os atos de violência do lado de fora dos muros.

6. A INGOVERNABILIDADE DO PAÍS

Segundo Souza (2005), a ingovernabilidade vem a ser o esquecimento de autoridades do Estado que propõe um trabalho junto a sociedade como um todo.

O principal ato de ingovernabilidade apontado pela grande mídia tendenciosa brasileira, se faz valer da parcela da sociedade que compreende o grupo de moradores de favelas em todo o país. Como forma de expressar esta razão este seguimento de comunicação efetiva e globalmente conhecida mostra em suas telas cenários cada vez mais horrendos da vida desta população.

Queima de ônibus no meio da rua das grandes cidades brasileiras, arrastões de roubos em grandes aglomerações próximo a morros e encostas pouco policiadas, tráfico de drogas, consumo contínuo de produtos ilícitos ao meio do dia,

ISBN 978-85-87406-94-1

confrontos diretos entre grupos dominantes, são ações que levam a pensar numa forma de desprezar os “favelados”.

Longe da realidade, as pessoas que estão distantes, certamente julgarão de todas as formas possíveis aquelas que como forma de ser ouvidas, realizam atos bárbaros aos olhos daqueles que não se aproxima da violência. Vale ressaltar que uma análise crítica de certos atentados deve ser realizada, pois ninguém melhor que os próprios “favelados” para saber qual o motivo para ter tanta violência dentro e aos redores de favelas.

> [...] a imprensa e o Estado costumam caracterizar tais explosões de fúria e indignação como “provas” de que os favelados são manipulados por traficantes, os quais exigiriam que eles queimassem ônibus e fechassem ruas como uma “manobra de despistamento” para evitar uma intervenção da polícia. Com isso, reforça-se na opinião pública o preconceito segundo o qual os favelados são “perigosos”, “não prestam”, pois são “coniventes com os bandidos”. (SOUZA, 2005, p. 120).

Desta forma, é conveniente apontar que as ações omitidas pelas mídias conhecidas, se reflete as atitudes de bases policiais que procuram se aproveitar da simplicidade que grande parte das famílias moradoras de comunidades apresenta. Subir para o meio do “morro” mediante ataques e contra ataques armados usando o artefato de serem autoridades reporta certamente a origem de ataques violentos como os citados acima.

Portanto, cabe uma identificação de atos corruptos infiltrados em função de absolver certas vantagens de funcionários públicos da segurança mediante invasões em meio de favelas das grandes cidades.

> A “ingovernabilidade” dos governos começa “de cima”, entre as próprias elites governantes, as quais são historicamente alheias à sorte dos descendentes das senzalas e dos pobres em geral, tolerando-os e tolerando suas favelas, basicamente, por causa da dificuldade econômica (e também política, já que os favelados votam…)de remover todas elas para bem longe- e, em parte, porque é útil ter não muito longe reservatórios de mão-de-obra barata para ser utilizada em serviços domésticos, de portaria e outros. Além do mais, a “ingovernabilidade”, quase sempre imputada aos pobres e somente a eles, é também e acima de tudo uma “ingovernabilidade” de uma parcela do próprio Estado e das próprias elites. (SOUZA, 2005, p. 122)

É evidente que a população moradora de grupos de favelas se convertem a aceitação mais fácil por parte de grandiosos traficantes e comandantes do território, do que uma aceitação das condições expostas pela segurança

ISBN 978-85-87406-94-1

nacional. Afinal grande parte dos traficantes nascem, crescem e ganham com seu carisma a sociedade por completo.

Já os policiais e o Estado como um todo, tornam-se na visão humilde dos “favelados” uma forma de ameaça a tranquilidade da comunidade. A visão conturbada com origem de nada mais, nada menos que atentados que a segurança planeja contra o grupo, deixando certamente grande rastro de violência a cada passo que se dá dentro do território das favelas.

Como se vê na tabela abaixo, a qual expressa em números absolutos o fator policial em todos os estados, pode-se observar que as atividades vem trazendo estratégias um pouco perturbadas. Os dados vão desde 2011, ano em que o total de pessoas mortas por policiais somam-se cerca de 1.205 pessoas, e terminam no ano de 2014, exibindo um total de 3.022 pessoas que vieram a falecer nas ações desta categoria de segurança. É importante evidenciar que a variação atinge um aumento real de aproximadamente 150,78%

Estes números de forma implícita, representam que as ações de policiais vem aumentando, deixando rastros de sangue por onde passam como é apresentado pelas citações anteriores que ocasionalmente refletem nas ações incontroladas de ingovernabilidade estatal e policial.

Os dados de policiais militares são extraordinariamente absurdos, embora esta classe de profissionais tenham acesso em todas as localidades independente de região ou cidades. São tidos os principais causadores de conflitos armados entre a população “favelada” e o Estado, mostrando o ponto inicial dos casos violentos contra a sociedade nas cidades brasileiras.

ISBN 978-85-87406-94-1

Tabela 3 – Ação de policiais nos estados brasileiros

**	Pessoas mortas em confronto com Policiais Civis em serviço				Pessoas mortas em confronto com Policiais Militares em serviço				Pessoas mortas por Policiais Civis fora de serviço				Pessoas mortas por Policiais Militares fora de serviço				TOTAL			
	Ns. Absolutos				Ns. Absolutos				Ns. Absolutos				Ns. Absolutos				Ns. Absolutos			
	11	12	13	14	11	12	13	14	11	12	13	14	11	12	13	14	11	12	13	14
BRA	103	97	124	71	1053	1306	1156	1576	8	6	64	38	41	41	324	315	1205	1450	2203	3022
AC	-	-	-	-	2	4	2	2	-	-	-	-	-	1	-	-	2	5	2	2
AL	-	-	6	4	2	26	20	58	-	-	-	-	-	-	3	7	2	26	31	77
AP	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	4	25
AM	1	-	1	2	3	5	5	23	1	-	-	1	1	4	1	3	6	9	7	29
BA	60	60	61	-	224	284	234	-	-	-	18	-	3	-	-	-	287	344	313	278
CE	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	41	53
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	3	6
ES	1	1	3	2	4	5	16	17	-	-	2	3	1	-	4	13	6	6	25	35
GO	-	-	1	1	6	17	55	79	-	-	4	3	2	1	20	13	8	18	80	96
MA	-	-	2	4	1	11	22	49	-	-	-	2	-	1	1	2	1	12	25	57
MT	-	-	-	-	10	7	7	8	1	-	-	-	6	3	-	1	17	10	7	9
MS	-	-	6	1	-	3	24	24	-	-	-	-	-	1	4	5	-	4	34	30
MG	-	-	4	5	-	-	46	99	-	-	3	2	-	-	9	15	-	-	62	121
PA	8	5	11	12	70	44	103	147	-	-	3	-	-	-	35	-	78	49	152	159
PB	2	-	1	1	7	7	14	19	-	-	-	-	-	3	-	-	9	10	15	20
PR	-	2	4	6	147	165	166	178	-	-	3	2	-	-	5	14	147	167	178	200
PE	-	1	-	-	24	31	-	-	5	2	-	1	17	10	4	3	46	44	44	29
PI	-	2	1	2	7	2	5	11	-	-	1	-	-	-	4	9	7	4	11	22
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	416	584
RN	-	-	-	-	21	21	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	21	21	2	-
RS	4	-	3	7	36	67	42	55	-	-	-	-	-	-	-	-	40	67	45	62
RO	-	-	1	-	2	4	10	11	-	1	-	1	1	1	1	-	3	6	12	12
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SC	2	9	7	11	41	41	43	86	1	2	-	-	4	5	-	-	48	57	50	97
SP	23	17	12	13	438	546	341	699	-	1	28	23	6	10	233	230	467	574	614	965
SE	1	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	29	43
TO	1	-	-	-	2	7	1	11	-	-	-	-	-	1	-	-	3	8	1	11

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base em: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Ouvidoria de Polícia da Bahia; Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

** Acre, AC; Alagoas, AL; Amapá, AP; Amazonas, AM; Bahia, BA; Ceará, CE; Distrito Federal, DF; Espírito Santo, ES; Goiás, GO; Maranhão, MA; Mato Grosso, MT; Mato Grosso do Sul, MS; Minas Gerais, MG; Pará, PA; Paraíba, PB; Paraná, PR; Pernambuco, PE; Piauí, PI; Rio de Janeiro, RJ; Rio Grande do Norte, RN; Rio Grande do Sul, RS; Rondônia, RO; Roraima, RR; Santa Catarina, SC; São Paulo, SP; Sergipe, SE; Tocantins, TO; Brasil, BRA.

ISBN 978-85-87406-94-1

E mais uma vez fica clara a aceitação amigável dos “favelados” com os traficantes e não com a segurança nacional. Contudo é importante mencionar que aquela preocupação extraordinária com os teores da violência divulgada pelas mídias nacionais certamente atingem uma repercussão relativamente rápida devido as sedes instaladas nas grandes cidades.

Esse processo reflete no que chama-se de pré-conceito de uma determinada parcela da população, partindo de uma alegação tendenciosa da mídia, capaz de proliferar idealismos de “separação” em duas classes de populações aquelas que tem recursos ilimitados e os “favelados”, como já foi dito anteriormente.

7. COMO ENFRENTAR O PROBLEMA

Mesmo sendo algo que deixa as pessoas chocadas, a população em geral não cobra de seus governantes e nem acompanha com tanto vigor o crescimento dos índices de criminalidade de sua cidade, estado ou país, assim como mantém-se informada sobre a alta da inflação ou do dólar, por exemplo. (DIMENSTEIN apud SOUZA, 2005, p. 129).

Além da “falta de interesse” da população em acompanhar esses dados em relação a outros indicadores, alia-se também interesses maiores por trás da política de nosso país que ocasionam em demissões de pessoas que tem competência comprovada para, pelo menos amenizar os problemas relacionados à segurança por qual passamos. O professor Marcelo cita Luiz Eduardo Soares como exemplo.

> [...] o cientista social Luiz Eduardo Soares [...], tenha sido, por razões nitidamente menores e de modo torpe, duas vezes imolado no altar da mediocridade política: em 2000, quando, após pouco mais de uma ano de bem-sucedida experiência de redesenho da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, foi demitido pelo então governador Anthony Garotinho, e em 2003, quando, após menos de um ano à frente da Secretaria Nacional de Segurança Pública (vinculada ao Ministério da Justiça), motivos mesquinhos e intrigas palacianas forçaram a sua demissão. (SOUZA, 2005, p. 130)

Há quem diga que o problema está na distribuição da renda, à medida que houver uma redistribuição da renda e reformas sociais que reduzirão a pobreza, o problema da violência será controlado, já que esse último está vinculado ao desemprego e à privação material. Por outro lado, estão aqueles que acreditam que

ISBN 978-85-87406-94-1

o fator social não influencia na violência, eles acreditam que há violência porque as instituições em geral falham: a polícia, o Judiciário, as leis, o sistema prisional, etc. Há ainda aqueles que enfatizam a cultura como fator principal para a violência: consumismo, hedonismo, individualismo, etc.

> [...] insisto em que o grande problema dos três enfoques caracterizados nos parágrafos anteriores não é que estariam totalmente errados, mas sim que cada um deles realça exageradamente apenas um aspecto de uma problemática que é demasiado complexa para ser explicada à base de interpretações monocausuais. (SOUZA, 2005, p. 132)

As situações expostas pelas análises anteriores compreende no que certamente reflete na aceitação dos fatores concretos que correlacionam ambos os casos pertencentes as explicações do fenômeno violento conhecido, não só no Brasil, mais no mundo como um todo.

8. A PASSAGEM DO FENÔMENO SOCIAL PARA O POLÍTICO

A violência, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, se tornou um fenômeno de condições extremamente alarmantes, passou a ser um tema que deixou de ser discutido somente em páginas policiais e passou a figurar as propagandas políticas, ou seja, se tornou um tema político. Muitas pessoas ficam alheias a discussões sobre esse tema, justamente por acharem que é algo perdido, que não existe solução.

Souza (2005) imagina que o que se pode fazer com relação à violência, depende do grau de ambição que se tenha em mente.

> Se o objetivo for eliminar a criminalidade violenta no Brasil e no mundo de uma vez por todas, a única resposta que me parece apropriada é: muitíssimo provavelmente, esse é um objetivo quimérico, inalcançável e, afinal, tolo e ardiloso. [...] Entre anjos, se anjos existissem, talvez reinasse a eterna e perfeita harmonia celestial; mas o Paraíso Terreno não existe, e, como sugestivamente mostra o mito bíblico, pouco tempo depois da expulsão de Adão e Eva do Paraíso presencia-se o primeiro homicídio, quando Caim, filho de Adão e Eva, mata, por inveja e ciúme, seu irmão Abel. (SOUZA, 2005, p. 136)

Qualquer relacionamento interpessoal está sujeito a ter desentendimentos, que pode ser ocasionado tanto por questões como o tráfico de drogas, prostituição, falta de oportunidades, ou seja, assuntos frequentemente associados à própria violência, quanto para questões fúteis como uma pequena

ISBN 978-85-87406-94-1

discussão no trânsito, um encontrão em uma festa, uma comunicação mal entendida, ou seja, ações que de uma hora para outra ocasionam um ato de violência que pode terminar em assassinato e se tornar mais uma contribuição para o aumento das taxas de homicídio. Tem o mesmo peso e mesma consequência que aquele assassinato ocasionado por meses ou anos de conflito por uma parte do morro: menos uma vida.

> Se o objetivo for eliminar a criminalidade violenta motivada por razões socioeconômicas (e não primariamente religiosas, étnicas ou outras), então é óbvio que uma mudança significativa só poderá vir a reboque de uma transformação radical das instituições sociais existentes, a começar pelo modo de produção capitalista e pela "democracia" representativa. (SOUZA, 2005, p. 138)

O capitalismo possui muitos prós e contras, e um desses contras é justamente ocasionar desigualdades. A população menos favorecida geralmente não tem boas oportunidades de emprego, ocasionando inúmeras privações, desencadeando raiva, ódio ou até mesmo desespero, seja para poder ter algo que essa pessoa jamais conseguiria, mesmo que trabalhasse honestamente por toda sua vida, seja para se alimentar ou alimentar seus filhos.

A "democracia" representativa na qual o autor se refere, significa a subordinação que a população tem para com os governantes (por isso as aspas em tom irônico, é uma falsa democracia), Souza (2005) chega a dizer que estes recebem quase que um cheque em branco de seus eleitores.

Se houvesse menos desigualdades, obviamente, os crimes motivados por motivos torpes não seriam impedidos, uma vez que essas motivações nada tem a ver com questões relacionadas a desigualdades sociais, mas ajudaria a diminuir crimes relacionados ao tráfico por um jovem que só entrou nessa vida por não ter outras perspectivas futuras, por exemplo.

Para acabar com o clima de guerra civil que existe em grandes cidades, ou fobópoles, deve-se "combinar medidas institucionais e reformas sociais" (SOUZA, 2005, p.139), que é impedido no Brasil por questões externas, como a dívida externa, e por questões internas, como a corrupção por exemplo (outro tipo de violência, essa contra os eleitores).

O grande problema é que em "fobópoles", não se trata mais de evitar um grande clima de medo e fragmentações sócio espaciais, mais sim de reverter um

ISBN 978-85-87406-94-1

quadro que já é bastante crítico. Para as classes mais altas nada se altera, pois continuarão se fechando em seus “mini fortes” e exigindo mais ações das polícias, independentemente de que ações forem. Se nada disso resolver, poderão fazer como disse o ex-ministro Mário Henrique Simonsen: “pegar um avião e se mandar do país”.

> A cobrança, a pressão organizada e a exigência propositiva terão de vir “de baixo” - exatamente daqueles que não podem lançar mão da “solução aeroporto”, e aos quais só resta ficar e lutar”. (SOUZA, 2005, p. 140)

Embora a população especifique a necessidade de aprimoramento declinante partindo de cargos superiores, o qual é dever dos governantes estipularem as soluções para o fenômeno. Souza (2005) menciona o inevitável, apontando da necessidade de pressões repetitivas sob a meia dúzia de escolhidos pelo povo na democracia eleitoreira.

Apesar das determinações deste processo eleitoral, compreenderem em estipular um dever do empossado de estabelecer ações que representam a vontade da maioria, os mesmo sem aquele ponto de cobrança deixam de lado suas determinações sociais, para enaltecer suas prioridades individuais e familiares.

9. A VIOLÊNCIA EM DOIS MUNICÍPIOS PAULISTAS

De fato o fenômeno da violência é preocupante em todo o território nacional, e não só nas grandes metrópoles e capitais dos estados. O presente trabalho, examina a situação de homicídios em dois municípios do interior paulista, o principal estado do país, conhecido por muitos, de locomotiva da economia nacional.

Desta forma utiliza-se nesta análise os municípios de Batatais e Franca, ambos localizados no nordeste do estado. Vale a pena para iniciar este estudo uma apresentação formal e simples de ambos, abordando de forma coesa, alguns pontos econômicos e sociais.

Em primeiro momento, baseado com dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a cidade de Batatais localizada cerca de 355 km da capital do estado, apresenta uma população estimada para 2015 de 60.589 habitantes, pertencendo a mesorregião de Ribeirão Preto uma das principais

ISBN 978-85-87406-94-1

mesorregiões do estado. A cidade conta ainda com Índice de Desenvolvimento Humano calculado em 2010 no patamar alto com o valor de 0,761.

A área da unidade territorial é de cerca de 849.526 Km², estabelecendo com este montante cerca de R$ 23.236,62 (vinte e três mil e duzentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos) de PIB *per capita* a preços correntes em 2013, conta com 14 estabelecimentos de saúde publica vinculado ao Sistema Único de Saúde, bem como 26 escolas de ensino fundamental, 13 escolas de ensino médio, 22 escolas de ensino pré-escolar e 2 universidades e instituições de ensino técnicos, enquadrando-se nos sistemas privados e públicos de ensino.

Em segundo momento, levando em conta a cidade de Franca, o município se encontra cerca de 401 Km de distancia da capital paulista. Bem como Batatais, a cidade de Franca pertence a Mesorregião de Ribeirão Preto, e conta com a população estimada de 342.112 habitantes para o ano de 2015. A cidade se enquadra no patamar alto de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal com o coeficiente de 0,780 no ano de 2010.

Esse município apresenta uma área total de 607.333 km², estabelecendo um total de PIB *per capita* a preços correntes no ano de 2013, de aproximadamente R$ 21.804,85 (vinte e um mil e oitocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos). Conta com 52 estabelecimentos de atendimento pelo Sistema Único de Saúde, assim como 112 escolas de ensino fundamental, 48 escolas de ensino médio, 110 escolas de ensino pré-escolar e 12 universidades e instituições de ensino técnico, ambas em sistemas públicos e privados de ensino.

As cidades embora sejam menores em população, apresentam também casos de homicídios, o que fica claro que independente do porte das cidades os casos se repetem incondicionalmente não poupando nenhum habitante nacional desse fenômeno violento que cerca a todos em seus passos.

Diante disto a cidade de Batatais representa uma taxa de homicídio oscilante bem como os números absolutos girando em torno de 1 a 12 casos por ano. Nota-se no entanto que os anos que os números foram altos ocorreram certos pontos de violências intensas nas dependências municipais.

ISBN 978-85-87406-94-1

Bem como é interessante frisar, como menciona Souza (2005)que a situação violenta das cidades pequenas, revoga as ideias concretas de exclusividade deste fenômeno nas grandes aglomerações populacionais.

Tabela 4 -Taxa a cada 100 mil Pessoas e os Números Absolutos de Homicídios em Batatais – SP

Ano	Taxa a Cada 100 mil Hab.	Total - Homicídios Dolosos*
1999	3,85	-
2000	3,8	-
2001	5,63	3
2002	20,41	11
2003	5,51	3
2004	14,55	8
2005	12,49	7
2006	5,4	3
2007	1,77	1
2008	0	0
2009	1,73	1
2010	6,88	4
2011	3,41	2
2012	3,39	2
2013	3,37	2
2014	1,67	1
2015	-	1

Fonte: Elaborado pelo Autor, com Base em: Secretaria de Segurança Pública – SP
* os dados representados por um traço (-), não foram divulgados pela secretaria de segurança pública de São Paulo.

Em 2007, a cidade de Batatais contava com apenas um homicídio em termos absolutos, já com a taxa por cem mil habitantes o montante totalizava cerca de 1,77. No ano de 2014 o valor absoluto também compreendia em um homicídio, entretanto a taxa caiu para 1,67, posto que o contingente populacional aumentou significativamente.

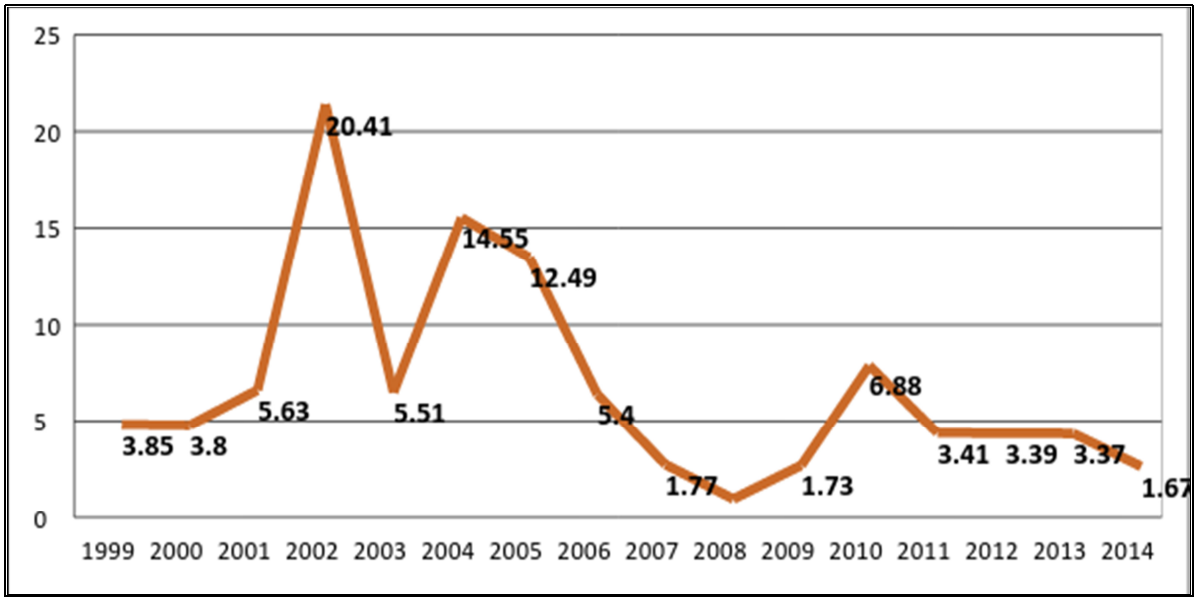
Antes da data expressa na primeira análise os anos de 2001 a 2006 representaram os piores anos para a sociedade batataense que foi telespectadora

ISBN 978-85-87406-94-1

de vários casos de homicídios, de certa forma crê-se que também é um período de grande ameaça ao bem-estar e segurança da pequena cidade.

Esse ponto de oscilação constante para os casos na cidade, são de melhor visualização no gráfico a seguir, bem como mostra a estabilidade encontrada a partir de 2011 conhecida pela solidez no crescimento populacional no mesmo período.

Gráfico 2 -Taxa de Homicídios a cada 100 mil Hab. – Batatais



Fonte: Elaborado pelo Autor com Base em: Secretaria de Segurança Pública – SP

Quando inicia a análise na cidade de Franca, a situação começa a se estabilizar devido o porte médio da cidade. Em termos absolutos, o montante apresenta uma variação em torno de 17 a 29 casos de homicídios. Diferente de Batatais, o porte da cidade relembra o aspecto regionalde grande aglomeração populacional, apresentando a “separação” da sociedade discutida por Souza (2005).

Nos anos de 2001 a 2006 os números variaram de 15 a 29 casos de homicídios, e com taxas em torno de 5,1 a 9,64 mediante cada cem mil habitantes. Já nos anos de 2007 a 2014 as variações ocorre expressamente entre 17 a 20 casos de homicídios, com taxas a cada cem mil variando entre 2,80 e 6,34.

ISBN 978-85-87406-94-1

Tabela 5 -Taxa a cada 100 mil pessoas e os números absolutos de homicídios em Franca – SP

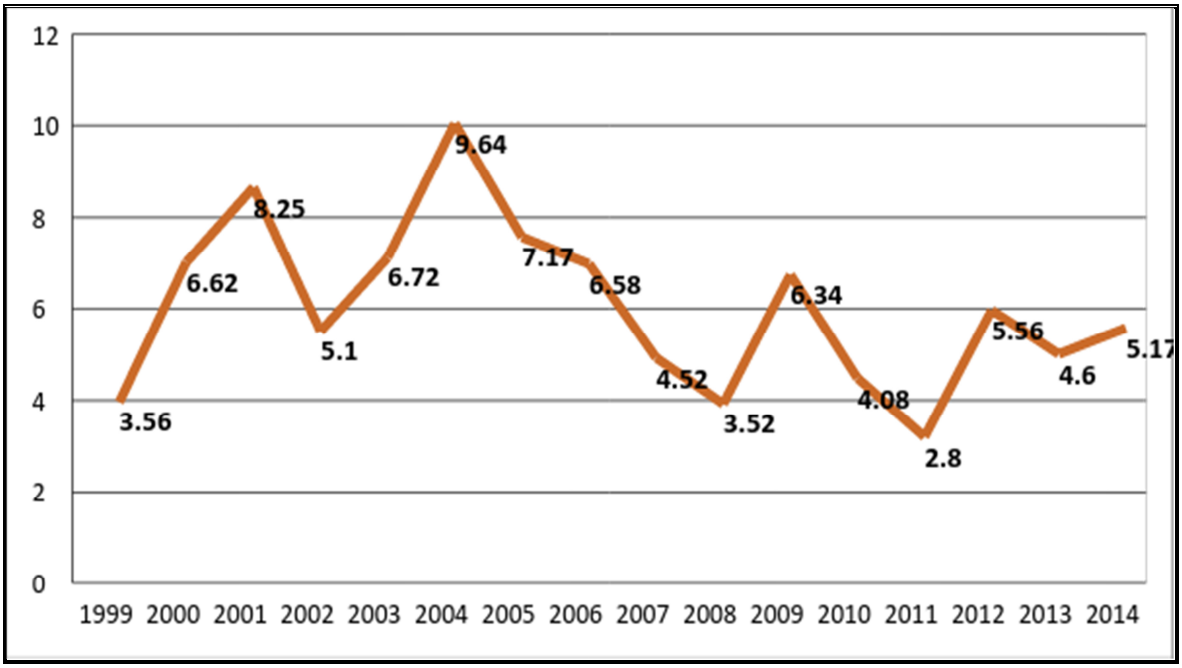
Ano	Taxa a Cada 100 mil Hab.	Total - Homicídios Dolosos*
1999	3,56	-
2000	6,62	-
2001	8,25	24
2002	5,1	15
2003	6,72	20
2004	9,64	29
2005	7,17	22
2006	6,58	20
2007	4,52	14
2008	3,52	11
2009	6,34	20
2010	4,08	13
2011	2,8	9
2012	5,56	18
2013	4,6	15
2014	5,17	17
2015	-	17

Fonte: Elaborado eplo Autor com Base em: Secretaria de Segurança Pública – SP
*os dados representados por um traço (-), não foram divulgados pela secretaria de segurança pública de São Paulo.

A cidade de Franca exibiu certa estabilidade nos dados das taxas de homicídios, devido à harmonia existente nos montantes absolutos desta variável bem como alterações excepcionalmente de pouca exposição no total urbano e rural da população municipal.

ISBN 978-85-87406-94-1

Gráfico 3 -Taxa de Homicídios a cada 100 mil Hab. – Franca



Fonte: Secretaria de Segurança Pública – SP

10.CONCLUSÃO

O fenômeno da violência passa por um processo constante de permanência em todas as regiões do mundo. Isso reflete muito o processo de condições deploráveis encontradas em certos centros de aglomeração de pessoas.

O estabelecimento de privações aos serviços públicos encontrados em todos as localidades reflete no aspecto da chamada “separação” das classes sociais que certamente proporciona nos desentendimentos entre a população. Esse cenário encontrado na sociedade brasileira deve-se ao processo desordenado de urbanização e industrialização, que porventura propõe a criação das chamadas favelas em torno dos pontos urbanos, principalmente em localidades próximas a morros e encostas muitas vezes ilegais.

Esse aglomerado de pessoas sofrem por um prejulgamento social apontando-os como marginais e muitas vezes responsáveis por todos os problemas encontrados entre as sociedades, tais como incêndios de ônibus, tiroteios em bairros de alta classe, roubos, perturbações, dentro outros listados por varias redes da mídia comunicativa.

ISBN 978-85-87406-94-1

É importante frisar a existência pertinente aos casos de violência em todas as localidades nacionais. Embora ocorra a construção de “pequenos fortes”, apelido dados por muitos aos condomínios fechados, as pessoas que moram nestes locais não conseguem deixar de fora os atos de vandalismos pertinentes aos jovens moradores do próprio aglomerado.

Bem como, vale ressaltar a amplificação e desconcentração dos pontos violentos singularmente apontados dentro dos grandes centros urbanos, pois esse fenômeno passou por várias modificações que impulsionou-o a ganhar espaços nas pequenas cidades do interior dos estados.

Portanto esse processo passou a atormentar a tranquilidade que existia nos interiores dos estados nacionais. Sem contar que ao ponto de estudo efetivo da pré análise de grandes centros exclui o eixo tecnológico do sudeste como o principal responsável pelos altos índices de homicídios nacionais, deixando esse cargo a outros estados mais focados às grandes regiões do Norte e Nordeste, adentrando ao interior do território nacional.

É notório elencar as necessidades de investimentos públicos para ocasionar a redução desse fenômeno no território nacional. Crê-se que há a perseverança nos investimentos educacionais, para mostrar o discernimento à população deixando claro as tendências estipuladas pelas mídias e entes queridos, somados ao reformulamento da prevenção de segurança nacional, deixando claro a indispensabilidade de utilização de recursos mais amenos ao controle policial nos bairros periféricos e detentores de situações violentas.

Além disso, buscar estimulações a criação de postos de trabalhos por todo o país, garantido a obtenção de recursos monetários, como forma de aproximar a população, excluindo a discriminação entre as classes, e , finalmente, realocar recursos destinados a habitação, garantindo o acesso ao saneamento básico, saúde e o mínimo de condições para o bem-estar social das populações periféricas.

REFERÊNCIAS

DIMENSTEIN, Gilberto. **Soltem os animais.** Folha Online, São Paulo, 11 abr. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd110404.htm>. Acesso em: 14 out. 2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GROSTEIN, Marta Dora. **Metrópole e Expansão Urbana:** a Persistência de Processos Insustentáveis. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, 2001. Disponível em: < http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/MartaGrostein.pdf>. Acesso em: 01 de abr. de 2016.

LIMA, Luiz Henrique Matheus. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros -** Seção Três Lagoas - MS. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/download/411/212>. Acesso em: 13 out. 2015.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B.B. de. **História Econômica.** 12 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

MICHAELIS. **Dicionário escolar língua portuguesa.** 3 ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

PIRES, Cecília. **A violência no Brasil.** 1 ed.São Paulo: Ed. Moderna, 1985

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 364.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta, ver. tec. Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 461.

SILVA, Jailson de Souza e (org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf>. Acesso em: 03 de out. de 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Clima de guerra civil?** Violência e medo nas grandes cidades brasileiras. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (org.). Que país é esse?:pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005. cap. 3, p.101-140.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973):** uma análise empírica. Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, Jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>. Acesso em 07 de mar. de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

DUOLINGO: an aid in the teaching learning process

Luciana Souza Montanheri (Uni-FACEF)
Márcia Helena Venâncio Faleiros (Uni-FACEF)

1. INTRODUCTION

The United States power and influence around the world is the reason why English has become a lingua franca, which is the language that two speakers from different nationalities use to communicate. That is the reason why English is present everywhere: in airports, international conferences, product's labels, etc.

Due to these reasons people are seeking the English learning. As technology has increased, new methods and approaches of teaching have been introduced in the teaching-learning process, so the student can have an efficient and up-to-date learning.

The objective of this research is to analyze the Duolingo platform, which is a free website or app that can be used anywhere that has internet connection to verify its effectiveness as an aid in the teaching-learning process, according to the users' opinion.

Based on authors such as Harmer (2004), Brown (2001), Dudeney; Hockly (2008) and others we will discuss some aspects that guide and assist the teaching-learning process. First of all we will deal with the importance of English around the world and the reasons why it became a lingua franca. Then we are going to talk about how technology has been increasing and being introduced in the language teaching.

Later on it is discussed the connection of technology and some different methods of teaching English and finally the Duolingo platform will be introduced, and then a questionnaire focusing on the student's perception of the platform will be analyzed.

2. ENGLISH IS ESSENTIAL

The globalization has affected the society, especially communication and international business. It is seen as a process of expansion of economic

ISBN 978-85-87406-94-1

hegemony, political and occidental culture into other nations. Due to The United States economic power, English has become the language people around the globe use to communicate for many reasons.

According to Crystal (2010) the reasons are related to historical, cultural and economic factors and also the power of the people who speak it.

> In the case of English, the language has spread as a result of a combination of a political/military power (The British Empire), scientific/technological power (The Industrial Revolution), economic power (pounds and later dollars), and cultural power (broadcasting, travel, films, pop songs, internet […] (CRYSTAL, 2010, p. 10).

Harmer (2004) says that the economic power of The United States and its commerce around the world have been an important factor in the propagation of their language, although there are others potent economic blocks around the world, "[…] the spread of international commerce has taken English along with it" (HARMER, 2004, p. 3)

Due to these facts English has become the most spoken language around the world, which is the reason why it is considered a lingua franca: a language that two speakers of different nationalities use to communicate (HARMER, 2004). Although English native speakers are not the majority, it is operated by many people in Europe Union as well as their own languages.

> There is no doubt that it is and will remain a vital linguistic tool for many business people, academics, tourists and citizens of the world who wish to communicate easily across nationalities for many years to come (HARMER, 2004, p. 2).

Therefore, English is the language used in international conferences, tourist attractions, on the internet and other means of communication. "A língua inglesa se encontra profundamente como a língua padrão mundial, fazendo parte da revolução global das comunicações." [34] (GRADDOL apud RAJAGONAPALAN, 2005, p. 135).

To follow and be part of the global revolution, people have to speak English, consequently, the English teaching-learning is vital nowadays as stated by Lacoste (2005).

[34] The quotes will be kept in the original language to maintain authenticity.

ISBN 978-85-87406-94-1

When we think about the teaching-learning process we keep in mind learning preferences and among them technology, especially Internet is what counts more. This is what the next topic will be about.

3. TECHNOLOGY IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS

The spread of English has affected the entire world. As it was mentioned before the use of English is required everywhere, so most people have got to learn it somehow to get a good job, apply for a respectable college, and travel around the world, among other reasons. It can be really tough for some students to learn another language or adapt to another culture, where they "[…] are trained to fulfill the demands of local and international job markets […]" (ZACCHI, 2003, p. 40). English students must have a pleasant learning, where they can absorb the language and enjoy the process without getting bored or doing it just as an obligation.

Technology has evolved significantly over the years and it has been inserted in the English teaching as a motivational tool, which makes the learning process more attractive and even fun. Computers are a great source of technology in the language teaching, it can be used for many reasons such as: searching the internet, watching videos, playing educational games, etc. The most useful tool students access when using the computer is the internet. There is no doubt it is really useful in the teaching-learning process, once students are able to access many books, dictionaries, as well as websites that are especially created for the English learning. It can be used not only by students but also by the teachers. According to Rutter; Villar (2000) the Internet provides the teachers to get interesting materials for the classes on the web and also send lessons by email. Students have many benefits, they can solve grammar exercises, receive lessons by email, etc.

In this era of technology and internet people ask what is going to happen with the English teaching, what is the teacher's role in that era?

> After the internet, we need to ask ourselves if we can still teach our students all they need to know, or whether our efforts should be more directed at guiding them through the learning process and teaching them how to learn. Like it or not we are missionaries of a new era, one in which virtually limitless information will be available to everyone who dares venture onto the information Superhighway (RUTTER;VILLAR,2000, p. 51).

ISBN 978-85-87406-94-1

This powerful piece of technology has many advantages and facilities that can provide students a real condition and active learning, although the internet does not have the structure of a traditional course book. As Rutter; Villar (2000) points out, it has great supplementary material to assist the learning process, thus teachers better prepare themselves to make a good use of those resources, activate students' curiosity and guide them by teaching how to use the accessible information and also encourage them to learn on their own and feel motivated by doing it.

Besides the benefits we have already mentioned, technology motivates students and motivation is also a very important factor in the language learning process, what helps the students want to learn, dedicate and succeed in the process. Harmer (2004) defines motivation as some power that makes people want to do things to achieve a goal.

There are two types of motivation, which is the extrinsic motivation, that comes from the outside and the intrinsic motivation that comes from inside. The English learning process by using the internet as a tool fits in the intrinsic motivation, where the students find the activities enjoyable, challenging and exciting. Therefore, the student's behavior is motivated by an internal desire to learn a new language for their own sake.

Harmer (2004) says that the teacher has an important role in the student’s motivation. If students are in a happy and attractive environment, they might want to learn. Classes must be interesting and attract student’s attention, so they keep motivated. “We need to provide them with a variety of subjects and exercises to keep them engaged "(HARMER, 2004, p. 54).

Other indispensable tool for successful learning as Cardoso (2010) affirms is learner autonomy, which is the capacity to take charge of one's own learning and self-assessment.

> Moreover, self-assessment encourages an enhancement of one's self-knowledge, self-esteem and self-consciousness, which play important roles in the learning process. Teachers and learners will hopefully share responsibility for either success or failure, and take the wheel of the course hand-in- hand (CARDOSO, 2010, p. 30).

Learning autonomy is very important for students who study at home by themselves to complement school activities, by doing some research on the web or

ISBN 978-85-87406-94-1

course books and by doing some supplementary exercises to improve their skills. It is clear nowadays the importance of English in all areas of knowledge. However, it was not always like this. The English teaching has been through some different methodologies and approaches throughout the years. This is the content of the next topic.

4. THE TECHNOLOGY AND THE METHODS AND APPROACHES IN THE LANGUAGE TEACHING

The English teaching has been through many methodologies and approaches during the years, such as the Grammar Translation Method, the Direct Method, the Audiolingual Method, the cognitive code learning methodology, etc. Two of these methods will be detailed, as they will base the online tool that will be analyzed in the article. Brown (2001, p. 16) describes method as “A generalized set of classroom specifications for accomplishing linguistic objectives”. One of the methods used in the teaching process is the Grammar Translation Method, before called as the Classical Method. Brown (2001) says that this method is focused on grammar rules, vocabulary memorization, texts translation, etc. The Grammar translation method consists in translating sentences from English into someone’s mother tongue. It remains popular because "it requires few specialized skills on the part of teachers. Tests of grammar rules and of translations are easy to construct and can be objectively scored" (BROWN, 2001, p.19).

As Brown (2001) relates, when The World War 2 broke out the time was proper for a language teaching revolution as Americans had to “[...] become orally proficient in the languages of both allies and their enemies" (BROWN, 2001, p. 22). There emerges the Army Specialized Training Program, colloquially called Army Method, later known as Audiolingual method. "Characteristic of these courses was a great deal of oral activity-pronunciation and pattern drills and conversation practice with virtually none of the grammar and translation found in traditional classes" (BROWN, 2001, p. 23). Brown (2001) have also summed up characteristics of the Audiolingual Method (ALM) based on a list adapted from Prator & Celse - Murcia1979 that consists in teaching using very little of the mother tongue, repetitive drills to teach structural patterns, dependence on mimicry, memorization of set

ISBN 978-85-87406-94-1

phrases, over learning, new material present in dialogue and also the use of visual aids, tapes and language labs, among other characteristics.

As mentioned above, the technology has always been an aid in the teaching process by the use of language labs, videos, etc. It has been present in language teaching for years and it is always innovating to assist the language-learning process. Dudeney; Hockly (2008) states that the use of technology is becoming increasingly important due to the accessibility and the fact that young learners are growing up with it . "For these learners the use of technology is a way to bring the outside world into the classroom" (Dudeney; Hockly, 2008, p. 7).

The internet is providing teachers and students countless sources of information and useful materials to assist the language learning process, which is very motivating, as they can find interesting websites that contain dictionaries, games, grammar exercises, etc. As Larsen-Freeman; Anderson (2011, p. 199) affirm “There are two main ways to think about technology for language learning: technology as providing teaching resources and technology as providing enhanced learning experiences”. Larsen-Freeman; Anderson (2011) also point out that the internet provides teachers resources, by offering great and authentic material for those who know how to surf the web and it also provides enhanced learning experiences, once learners have great access to the target language. “As a result, it has the potential to change where and when learning takes place” (LARSEN-FREEMAN; ANDERSON, 2011, p. 199).

Another learning approach that appeared in the early 1980s and we can still check out on many CD-Rooms for English teaching, as Dudeney; Hokly (2008) mentions is the CALL (Computer Assisted Language Learning), which are programs that “[…] can even adapt to diverse learners by analyzing their input and providing customized feedback and remedial exercises suited to their proficiency" (LARSEN-FREEMAN; ANDERSON, 2011, p. 200). The Call program approach is very similar to the platform we are going to analyze.

The next topic is about an online tool created to help students to develop their skills in the English language.

ISBN 978-85-87406-94-1

4.1. Duolingo

Duolingo is a totally free website for language learning. It works like a game, the user accumulates points every module that is advanced and is able to translate sentences sent by the website contributors. It is an addicting and fun way to learn and very relaxing. This platform can be used anywhere, through the website and the app that is very simple to download to your mobile phone.

According to the Duolingo website instructions, when you start doing the platform exercises you should choose a language, as the platform offers five different languages to Portuguese speakers. Then you set a goal of learning, which is the level of study you will have a day: casual (5 min), regular (10 min), strong (15 min), insane (25 min). After that, you create your profile: just insert your name, e-mail and password. Later on, set other preferences, such as use of sounds and connection to Facebook for sharing your data in the social network. Then it is time to set your level of language knowledge. If you do not speak any English, starting from the basics is the best option, but if you know some English, you can take a test to find out what your proficiency level of the language is. To do so you need to translate a few sentences. After the test, you will release the traditional lessons. Choose one to start doing the exercises. There are questions in which you should correlate images to their respective words, others to translate, etc. If you keep giving the correct answers, you will move on to release new questions. When finished, you will have a small report showing how your performance was. The better you are, the more content you will unlock for future lessons.

According to Petit; Santos (2013) The Duolingo course has the characteristic of the main teaching methodology dated from the nineteenth century, which is the translation of texts. The Duolingo didactic proposal integrates principles of gamification. The Duolingo integrates three principles: the lives (heart) system, the points and competition, which give greater motivation and commitment to people who are executing the task. If the answer you give on the platform is wrong, you lose a heart (life). When three hearts are lost, you have to start over.

Duolingo also includes an option to practice with a stopwatch. Learners are given 30 seconds to answer 20 questions. If the issues are made within time, you win 20 points. The full course teaches more than two thousand words.

ISBN 978-85-87406-94-1

According to some information on the Duolingo website, an independent study conducted by professors Roumen Vesselinov, PhD from New York University and John Grego, PhD from the University of Southern California, it was found that 34 hours in Duolingo were equivalent to reading and writing skills acquired in the first half of a university, which is equivalent to over 130 hours. The same study showed that users of Rosetta Stone software took between 55-60 hours to learn the same content. Duolingo was selected by Apple as the iPhone App of the Year in 2013, by Google as the Best of the Best for Android in 2013 and 2014, and by TechCrunch as the Best Startup of Education. It was created by crowdsourcing pioneer Luis von Ahn, PhD, and Severin Hacker, PhD. With over 100 million users, and in just two years, Duolingo has become the most popular way to learn languages online.

To confirm the benefits of Duolingo, a questionnaire was designed to investigate its efficiency and how users find it a useful tool in the learning process, which will be better explained on the next topic.

4.2. Questionnaire Analysis

The aim of this research is to investigate how the approach used by Duolingo can assist the English learning as a useful tool and verify why it became so popular nowadays. To do so, a questionnaire was designed (see Appendix A) with nine questions about how the platform is being used and what they find interesting about it. Ten people were interviewed.

The first question was about how long they have been using or used Duolingo. The answers were between one week to nine months.

The second question was about which level they were at. Five of them are at the basic level, two at the advanced level, one of them does not remember his level and the others are at the intermediate level.

When asked if they use the app or the website to do the lessons, the responses were balanced, as three of them use the app, another three use the website and three others use both of them. Only one did not mention which method was used. As Dudeney; Hockly (2008) stated the use of technology is becoming

ISBN 978-85-87406-94-1

increasingly important due to the accessibility. Users access it either by the website or by the app on their mobile phone.

Then it was asked how often they make use of the platform, four of them are using it daily, three are using it weekly, around three or four times a week. One of them has stopped and the other two are using it sometimes, because of lack of time. Therefore, as we can see they use it whenever they have some time, the technology provides that opportunity to change where and learning takes place as stated by Larsen-Freeman; Anderson (2011), as the platform can be accessed anytime and anywhere.

The following question was if they were accomplishing their established goal. Seven said yes and the other three said no, two of them because lack of time and the other one has stopped accessing the platform. The ones that are reaching their goal might be motivated as the platform offers variety of exercises, which according to Harmer (2004) keep students engaged.

The sixth question was about what kinds of lessons are more motivating. Four alternatives were given and most of the learners have chosen the sentence translation as the most motivating one, which matches Brown's (2011) opinion when he says that it is easy to translate sentences and they are objectively scored. The second most motivating lesson is the sentence repetition, which fits the characteristics of the Audiolingual method mentioned by Brown (2011), in which the emphasis is on repetition of sentences over awareness of grammar structures. By repeating, students memorize and learn the language.

The next question is related to what they find more motivating about doing the suggested lessons. There were a wide range of answers. One said that it is the methodology what motivates more and another two agree saying that the lessons are dynamic and of easy comprehension. Three of them feel motivated by the fact that they want to learn the language, and one of these three adds that the easy access to the platform anytime counts a lot. Another two say that new challenges are what motivate them. One of them says that there is no charge and it is motivating in his opinion and another one feels motivated by the fact that his learning is increasing every day. As we can see technology motivates students and motivation is a very important factor in the language learning process, it helps students want to learn, dedicate and succeed in the process. According to Harmer (2004), motivation is the

ISBN 978-85-87406-94-1

power that guides people to achieve a goal. Rutter; Villar (2000) also add the fact that the internet provides interesting materials for teachers and students.

The eighth question approaches if in their opinion there is any lesson that is not available on the platform and could be inserted to improve their learning. Six of the students did not have a proper answer. Three of them mentioned that conversation exercises would improve their learning and one of them suggested video classes for visual learning.

The last question was if they would recommend the Duolingo platform and why. All of them agreed that they would recommend it. The answers were that the platform is easy to access, of easy comprehension, with fun exercises to be done, interactive and productive for those willing to learn a new language, the repetition is helpful for an effective learning and also that it has great potential.

We are again, here, conducted to the importance of drills repetition of the Audiolingual method mentioned by Brown (2001) and also to Rutter; Villar (2000) who say that after the internet the teachers' job is not only to teach students, but also to direct them how to learn as we are, nowadays, missionaries.

5. CONCLUSION

The aim of the research was to verify the effectiveness of the Duolingo platform as an aid in the teaching-learning process.

The bibliographical research has shown the importance of English nowadays and some methods that have been introduced in the English teaching throughout the years. By the questionnaire analysis, we concluded that the Duolingo platform is indeed supporting the learning process. Although, it cannot be used as the only learning method, because it does not develop the four English skills we need to speak English: reading, writing, speaking, listening. Speaking and listening will only be part of it when the student have achieved a good command of the language as there is a chat with native speakers. It focuses on the grammar and the sentences translation, with less emphasis on speech.

ISBN 978-85-87406-94-1

However, as the questionnaire answers have shown, the Duolingo platform is very motivating. It is challenging because of its game aspect, it is easy to access and it is of easy comprehension.

The platform can be used as a supplementary material. Besides going to a regular school, students can also do the Duolingo lessons at home to improve their English skills and feel stimulated, as it is a fun and challenging way to learn.

BIBLIOGRAPHY

BROWN, Douglas H. A “Methodical” history of language teaching. In: _____Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy. New York: Longman, 2001. cap. 2, p. 13-37.

CARDOSO, W. Learner autonomy and self-assessment: indispensable tools for successful learning. *New Routes*, n.42 September. 2010. Available on <http://www.disal.com.br/newR/nr42/nrlogin.asp?anterior=nr42&A1=7535814510341824141739&A2=C&Tipo_Loja=>. Access on 5th May. 2015.

CRYSTAL, D. Interview with David Crystal by Jack Scholes. *New Routes*, n. 41 may. 2010. Available on <http://www.disal.com.br/newR/nr41/nrlogin.asp?anterior=nr41&A1=7460841319787234217729&A2=C&Tipo_Loja =>. Access on 10th April. 2015.

DUDENEY, GAVIN; Hockly Nicky. Technology in the classroom. In: _____. *How to teach English with technology*. Pearson: Longman, 2008, cap. 1, p. 7-14.

DUOLINGO website. Available on <https://www.duolingo.com/info>. Access on 8th August. 2015.

HARMER, Jeremy. The world of English. In: _____. *The practice of English language teaching*. 3. ed. Harlow: Longman, 2004. cap. 1, p. 1-4.

_____. Describing Learners. In: _____. *The practice of English language teaching*. 3. ed. Harlow: Longman, 2004. cap. 3, p. 51-54.

LACOSTE, Y. Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês. In: LACOSTE, Y; RAJAGOPALAN, K. (Orgs). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 7-11.

Larsen-Freeman, Diane; Anderson, Martin, D. Emerging Uses of Technology in Language Teaching and Learning. In: _____ .*Teaching & Principles in language teaching*. Oxford: Oxford 2011, cap. 14, p. 199-217.

Petit, T; Santos, L G. A aprendizagem não formal da língua estrangeira usando o smartphone: por que voltamos a metodologias do século XIX? 5° Simpósio Hipertexto e tecnologias na educação, 2013. Avaiable on

ISBN 978-85-87406-94-1

<http://www.nehte.com.br/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2013/A%20aprendizagem%20n%C3%A3o%20formal%20da%20l%C3%ADngua%20estrangeira%20usando%20o%20smartphone%20-%20por%20qu%C3%AA%20voltamos%20a%20metodologias%20do%20s%C3%A9culo%20XIX.pdf>. Access on 25th August. 2015.

RAJAGOPALAN, K. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: LACOSTE, Y; RAJAGOPALAN, K. (Orgs). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 135-159.

RUTTER, C; VILLAR, H. Speaker's Corner. English teachers- the new missionaries. *New Routes* n.10, July. 2000. Available on <http://www.disal.com.br/newR/nr10/nrlogin.asp?anterior=nr10&A1=7535872619575137015116&A2=C&Tipo_Loja=>. Access on 17th May. 2015.

ZACCHI, J, V. Speakers Corner. One planet, different words. *New Routes* n. 21, p. 40, September. 2003. Available on <http://www.disal.com.br/newR/nr21/nrlogin.asp?anterior=nr21&A1=7604014441854494914953&A2=C&Tipo_Loja=>. Access on 20th June. 2015.

APPENDIX A

Duolingo Questionnaire

1. Há quanto tempo usa ou usou o Duolingo?

   _____

2. Em qual estágio você está ou parou?

   _____

3. Você faz as lições utilizando o site ou o aplicativo?

   _____

4. Com qual frequência você faz uso da plataforma?

   _____

5. Você está cumprindo sua meta estabelecida?

   ( ) Sim

   ( ) Não e Por que?

ISBN 978-85-87406-94-1

_____

6. Quais das lições propostas te motivam mais?
   ( ) Tradução / Versão de frases
   ( ) Repetição de frase
   ( ) Montagem de pares de palavras (português/ inglês)
   ( ) Ordenação de palavras nas frases
7. O que mais te motiva a fazer as lições propostas?

   _____

   _____
8. Há alguma outra lição que não se encontra na plataforma e poderia ser inserida para melhorar sua aprendizagem?

   _____

   _____
9. Você indicaria o Duolingo?
   ( ) Sim e Por que?
   ( ) Não e Por que?

   _____

   _____

ISBN 978-85-87406-94-1

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo sobre o endividamento de jovens universitários e seus conhecimentos em finanças pessoais.

Cairo Freitas Arruda (Uni-FACEF)
André Luis Centofante Alves (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O tema Educação Financeira, até a década de 1990, centrava-se apenas em dicas de investimentos de especialistas dentro do mercado financeiro, de como preservar ou multiplicar seus recursos através da compra de títulos públicos, ações das empresas, entre outros. Foi com o surgimento do Plano Real, em 1994, que a Educação Financeira ganhou tratamento mais aprofundado e específico, a partir da estabilização na economia brasileira, apresentando queda na inflação, que contribuiu para o aumento do poder aquisitivo das famílias, a expansão da bancarização e a disseminação do crédito por diversos setores da economia.

A partir deste período, iniciou-se a facilidade ao crédito, do qual as famílias deixaram de poupar para consumir futuramente, passando a financiar e adiantar seus desejos e anseios.

A mídia teve e continua a ter um papel fundamental em atrair e induzir as pessoas ao consumo com essa facilidade de comprar no crédito, grande parte dos consumidores não possuem o controle do seu orçamento familiar, esquecendo-se de pensarem em possíveis ocorrências a longo prazo, incidentes ou mesmo a perda total da fonte de renda (desemprego) que resulta na inadimplência temporária ou permanente.

Com isso, a inadimplência começou a crescer e o mercado de crédito que estava evoluindo sofreu um abalo.

Assim, as empresas concedentes de crédito começaram a recorrer a Educação Financeira, buscando por soluções para a diminuição da inadimplência. Por outro lado, a população em geral não sabe administrar seu dinheiro de forma eficaz para aumentá-lo e nem mesmo sabe gastá-lo, por falta de conhecimento financeiro, ou despreparo familiar, cultural ou social.

ISBN 978-85-87406-94-1

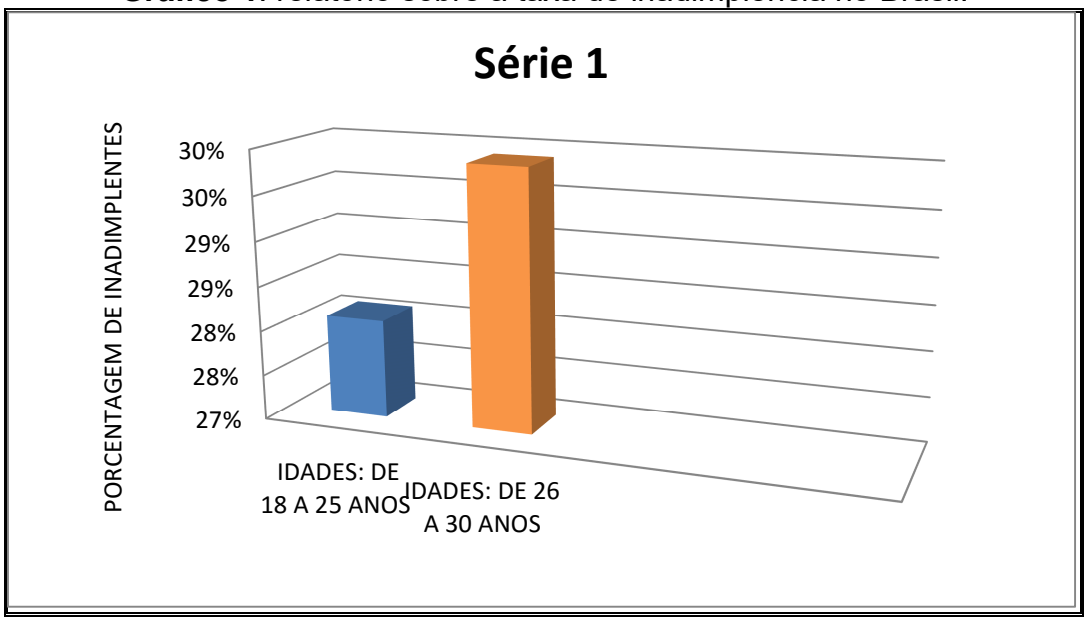
Desde o ano de 2005, em face do fenômeno da explosão de crédito no Brasil, acompanhado por forte apelo publicitário e a ausência da exigência de garantias ou limites para a concessão do crédito, o aumento das situações de superendividamento vem atingindo radicalmente jovens e famílias. São consumidores inadimplentes que fazem alto comprometimento de sua renda mensal, dificultando o pagamento das dívidas contraídas pelo excesso de desejos e anseios ilimitados.

O presente estudo tem como objetivo analisar a deficiência dos jovens entrevistados em relação ao assunto, facilitar seu conhecimento sobre a gestão de finanças e evitar endividamento futuro, sendo o principal foco deste estudo a educação financeira, já que vai contribuir para os jovens tomarem decisões mais acertadas nos diferentes momentos do seu cotidiano, tanto para poupar, através de um planejamento financeiro, como para consumir, por exemplo, a utilização do cartão de crédito de forma correta.

2. Educação Financeira

Em uma publicação recente, a Serasa Experian divulgou um relatório sobre a taxa de inadimplência no Brasil, e este mostra que dos jovens na faixa etária de 18 e 25 anos 28,1% estão inadimplentes, e dos adultos com idades entre 26 e 30 anos essa porcentagem sobe para 29,9%.

Gráfico 1: relatório sobre a taxa de inadimplência no Brasil.



ISBN 978-85-87406-94-1

Fonte: Dados Primários

Essa notícia, além de valiosa é preocupante, mostra despreparo e o quanto está desenfreado o consumismo entre os jovens, além, sobretudo da falta de Educação Financeira.

Tal Informação remete à necessidade da Educação Financeira que se mostra eminentemente relevante, principalmente para os jovens. É claro que a distribuição desse conteúdo se reforçaria muito mais se fosse repassado pelas instituições de ensino, pois são elas as responsáveis pela educação referente ao conhecimento, e também na formação de cidadãos. Em países desenvolvidos esses assuntos já são tratados e explorados desde as primeiras séries da escola, porém não é o que acontece no Brasil e em países emergentes.

> Segundo Reinaldo Domingos, presidente da DSOP Educação Financeira (29/09/2015), "[...] O número de famílias brasileiras endividadas alcançou seu maior nível do ano em agosto: 62,7%, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Se por um lado a população adulta é a grande protagonista dessa história, por outro, as crianças devem ser o foco, educando-as financeiramente para a formação de uma sociedade mais consciente e sustentável num futuro próximo".

A partir de certa idade os jovens começam a trabalhar, receber seus salários, e devido a isso, automaticamente, ocorre um aumento significativo à busca pelo consumo, que se não for consciente, se tornará desenfreado e prejudicial. É nessa fase também que através da liberação do crédito o alto consumo pode se tornar danoso, pois se começa a gastar mais do que se ganha, e isso acaba resultando em novas consequências. E por não ter o conhecimento necessário nem saber fazer qualquer planejamento financeiro, muitos jovens como mostrado acima, começam a contrair dívidas e se desestruturam financeiramente.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Portaria nº 723 de 2012, exige que as instituições que oferecem Programas de Aprendizagem Profissional, elaborem-nos com conceitos de Educação Financeira, consumo, informações sobre o mercado e o mundo do trabalho. Segundo profissionais da DSOP Educação Financeira. Os resultados que observaram apontam grande diferença entre o jovem profissional educado

ISBN 978-85-87406-94-1

financeiramente e o que não tem a oportunidade de trabalhar esse tema. O primeiro tem mais foco, e o mais importante, tem a ascensão profissional muito maior. E esse, sem dúvida nenhuma, é o caminho para a formação de uma sociedade mais consciente e sustentável.

A educação financeira tem o objetivo de promover um conhecimento básico sobre finanças pessoais, com o intuito de fazer com que as pessoas possam melhorar a gestão do seu dinheiro. Dentre vários tópicos que se podem relacionar estes conhecimentos, estão: como elaborar ou acompanhar o orçamento pessoal ou familiar, como comprar consciente, poupar, investir, ou seja, de um modo geral, como saber usar o seu dinheiro da melhor forma fazendo com que ele seja suficiente para você manter o seu orçamento pessoal ou familiar, além de se prevenir para o futuro poupando-o.

Quando se consegue controlar o orçamento, começam a abrir outras portas para que se utilize de melhor forma seu dinheiro, dentre elas podemos citar: poupança, investimentos e sonhos.

Em relação à poupança, ela tem o significado de soma, pois quanto mais dinheiro se guarda, mais dinheiro se tem, você está fazendo os juros somarem seu dinheiro, e não subtraindo que é o caso de quem não se controla com cartões e taxas bancárias e ao invés de receber juros, os paga.

Depois da poupança, entramos na casa dos investimentos. Quanto mais dinheiro você guardar, surgirão oportunidades de investimentos melhores e mais rentáveis, e com isso você cada dia mais aumentará os seus lucros, potencializando assim seu poder de compra, seus créditos, seus bens e suas rendas.

Por último, porém não menos importantes, chegamos à parte dos sonhos. Os sonhos são os motivadores da vida, não se constrói nada sem eles, pois são a força do homem, são o que os faz levantar cedo e trabalhar e/ou estudar até a madrugada, todos os esforços da raça humana pode se resumir em sonhos, alguns alcançáveis, outros não, como: uma viagem, compra de um carro novo, casa própria, etc.

ISBN 978-85-87406-94-1

3. NÃO É FÁCIL CONTROLAR SEU DINHEIRO

Quando ainda jovem, manter controle do dinheiro parece tarefa difícil, improvável, tendo em vista a transição da fase jovem para a adulta, início do curso superior, primeiro trabalho ou estágio, o salário do jovem costuma ser baixo, e ele tem de controlar e se contentar com isso, pois se não o fizer, com certeza se complicará financeiramente. Pela falta de conhecimento, o pensamento em planejamento financeiro, acumular capital ou ser superavitário quase não existe, pois nem sempre há um controle sobre o consumo, esses que por muitas vezes são completamente desnecessários, mas devido à necessidade de manter ou estar em um padrão que a sociedade e a mídia muitas vezes impõe, e que geralmente custa muito caro, então gasta-se deliberadamente, não pensando que o pior ainda está por vir. Vive-se em um mundo capitalista, e esse termo pode se juntar ao de consumista, pois nesse caso um tem relação ao outro. Todos os dias são lançadas coisas novas, sejam elas roupas, acessórios, aparelhos eletrônicos, veículos, etc. Tudo isso devido aos desejos e anseios ilimitados dos seres humanos, e para que esses desejos se realizem é preciso que se tenha dinheiro para comprar, e é isso que muitas vezes acontece com os jovens, eles tem não tem muito dinheiro, não tem planejamento, por tanto recorrem ao crédito para continuar consumindo, e o grande problema é quando não se consegue pagar o crédito, pois devido ao mau planejamento o dinheiro já está todo comprometido, e esse ciclo muitas vezes é prejudicial pois no Brasil, os juros recorrentes de atrasos de cartão de crédito ou do uso do cheque especial (crédito de socorro liberado pelo banco) são exorbitantes, chegam a mais de 400% segundo dados do mês de Outubro de 2015 demonstrados pelo Banco Central.

O primeiro passo para um controle financeiro pessoal é fazer uma análise da sua situação, depois de pagar todas as contas quanto te sobra? Se não sobra, quais gastos você pode eliminar para que sobre um pouco de dinheiro? Como é o seu consumo? O que é supérfluo? Quanto necessita usar do crédito durante o mês para conseguir se manter?

É muito importante que reflita sobre essas questões para que possa começar a compreender sua vida financeira.

ISBN 978-85-87406-94-1

4. OS JUROS BRASILEIROS SÃO EXORBITANTES

Os juros médios cobrados por bancos nas operações com cartão de crédito estão em um crescimento assustador, segundo dados do Banco Central publicados no dia 23/10/2015, em Agosto desse ano a taxa chegou a 403,05 % ao ano.

Sobre o Cheque especial, os juros também estão sempre crescentes nos últimos anos, no relatório conta que eles estão na casa dos 253,02% ao ano, o maior patamar desde setembro de 1995, quando chegou a atingir 271,46, ainda segundo o Banco Central.

Com relação ao crédito pessoal e financiamentos em geral, a taxa pode chegar a 120,9% ao ano.

O aumento dos juros bancários acompanha a alta da taxa básica da economia, fixada pelo Banco Central a cada 45 dias para tentar conter as pressões inflacionárias.

> De acordo com o site Globo.com (23/09/2015), "[...] Desde outubro do ano passado, o BC vem subindo os juros ininterruptamente. Naquele momento, a taxa estava em 11% ao ano. No fim de maio, já havia avançado para 14,25% ao ano, um aumento de 3,25 pontos percentuais. Os números mostram que os bancos elevaram suas taxas de juros ao consumidor de maneira mais intensa".

Esse aumento generalizado das taxas de juros bancários deve se ao acompanhamento pelos bancos do aumento da taxa de juros básicos da economia, a Selic, que é fixada a cada 45 dias pelo Banco Central, com o intuito de tentar conter a inflação.

Desde o fim de 2014, após as eleições presidenciais, essa taxa vem sendo aumentada em todas as reuniões do Comitê de política econômica Copom.

A taxa recente, Abril de 2016 está na casa dos 14,25%.

Com isso, os bancos tendem a acompanhar a Selic, porém aumentando exorbitantemente as taxas cobradas aos usuários de créditos e cartões.

ISBN 978-85-87406-94-1

Esse aumento generalizado é extremamente prejudicial à população, pois o valor do dinheiro fica cada dia mais caro, e quem precisa de crédito para se financiar de certa forma, fica cada vez mais pobre, ou endividado, pois está pagando muito caro pela utilização do crédito, e essa conta fica ainda mais cara, quase impossível de ser paga, quando a fatura do cartão, ou o boleto do financiamento não é pago.

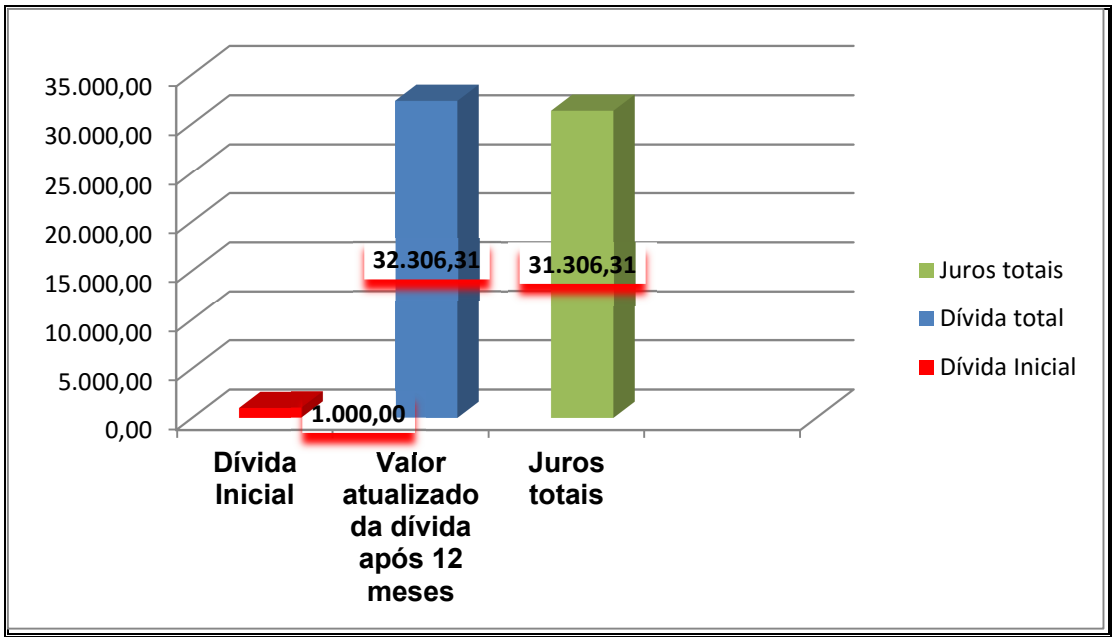
Com uma demonstração simples veja como fica quase impossível pagar essa conta:

Suponhamos que em Janeiro de 2015 você gastou R$ 1.00,00 em seu cartão de crédito, porém por algum fator externo você não pode pagar essa fatura. Em janeiro de 2016 você recebeu um aumento, um dinheiro extra e decide pagar aquela conta de um ano atrás, veja qual o valor que estará devendo:

Dívida (cartão de crédito): R$ 1.00,00 juros: 403,05% ao ano ou 33,59% ao mês, tempo da dívida: 12 meses (1 ano), valor atual da dívida: R$ 32.306,31.

Veja como são abusivos os juros cobrados pelos bancos nesses casos, você terá de pagar R$ 31.306,31 reais de juros, porém gastou somente R$ 1.000,00.

Gráfico 2



Fonte: dados primários

ISBN 978-85-87406-94-1

Por esse e vários outros motivos é importante manter o controle sobre suas finanças

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo isso que foi citado, só é possível com a Educação Financeira, pois através dela, pode-se fazer escolhas mais conscientes, ter mais responsabilidade ao lidar com as finanças, conseguir proporcionar coisas que se deseja, e, além disso, ter mais prazer em tudo o que se faz, em trabalhar, estar e passear com a família, cuidar da saúde, garantindo assim um futuro melhor e uma vida mais prazerosa.

> Os adultos estão a tornar-se máquinas de trabalhar, e as crianças, máquinas de consumir. Estamos a perder a singeleza, a ingenuidade e a leveza de ser. A educação, embora esteja numa crise sem precedentes, é a nossa grande esperança. (Cury, Augusto)

Trata-se este estudo de pesquisa em andamento a ser concluída em 2017 quando da finalização do Trabalho de Conclusão de Curso.

Por hora, pode se inferir que no Brasil, o estudo e a valorização da Educação Financeira são muito precários, realizados apenas por estudantes de nível superior, ou por pessoas que procuram por conta própria algum curso especializado no assunto, do contrário, não há interesse de grande parte da população, principalmente dos jovens, talvez pelo fato de desconhecerem os benefícios que esse conhecimento pode trazer, e também pela falta de divulgação e disseminação do assunto.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. 199p.

CAVALLAZI, Fernanda Regina Cruz Pessi. **Inadimplência:** perfil do inadimplente e análise dos fatores causadores no financiamento de informática. Disponível em: <http://tcc.bu.ufs.br/contabeis300585>. Acesso em 05 maio 2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

PEREIRA, Glória Maria Garcia. **A energia do dinheiro**. 6. ed. São Paulo: Editora Gente, 2001. 213p.

RODRIGUES, Luis Fernando. **Gestão da inadimplência educacional**. 1. ed. Cotia: Alabama, 2004. 197p.

Globo.com. **Juro do cartão de crédito passa de 400% ao ano; do cheque vai 253%.**
Disponível em:
<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/09/juro-do-cartao-de-credito-passa-de-400-ao-ano-do-cheque-vai-253.html>. Acesso em 07 novembro 2015.

Segs.com.br. **8 motivos para inserir a educação financeira nas escolas** .
Disponível em:
<http://www.segs.com.br/economia/61084-8-motivos-para-inserir-a-educacao-financeira-nas-escolas.html>. Acesso em 8 novembro 2015 .

Dinheirointeligente.com. **Educação Financeira.**
Disponível em:
<http://www.dinheirointeligente.com.br/website/artigo.asp?cod=1741&idi=1&id=19318 >. Acesso em 26 de Novembro 2015

Dsop.com.br. **Educação Financeira.**
Disponível em:
<http://www.dsop.com.br/inicio/26-noticias/dsop-nas-escolas/3605-e-hora-de-ensinar-educacao-financeira-na-escola> Acesso em 26 abril 2016

ISBN 978-85-87406-94-1

EH, CARVOERO!: sequência didática das atividades do poema "Meninos Carvoeiros", de Manuel Bandeira

Ariane Guimarães Ricardo (Uni-FACEF)
Bianca Faleiros da Silva (Uni-FACEF)
Camila de Sousa Marques[35] (Uni-FACEF)
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar a sequência didática sobre as atividades elaboradas para leitura do poema "Meninos Carvoeiros", presente na obra *O ritmo dissoluto*, de Manuel Bandeira, desenvolvidas com os alunos de sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental das escolas estaduais atendidas pelo PIBID/CAPES-Uni-FACEF.

O propósito desta atividade é trabalhar o tema "criança" a partir do olhar sensível do autor em relação ao cotidiano e às questões sociais explícitas no poema, como o trabalho infantil e, por consequência, a perda da infância. A renovação estética da época é abordada de acordo com o nível de escolaridade dos alunos para que se torne possível a compreensão dos recursos linguísticos empregados neste poema.

Introduzimos a obra de Manuel Bandeira para trabalharmos os recursos linguísticos que criam o movimento do poema e sua significação, como o emprego dos substantivos e adjetivos de forma a precisar os detalhes da situação comentada e a marcação temporal que torna essa recordação atual no momento da enunciação.

Como referencial teórico, adotamos os estudos de Moura (2001), Campos (1992) e Mello e Souza (1993), no que se refere às obras de Manuel Bandeira, em especial*, O ritmo dissoluto*. Questões sociais, como a incidência do trabalho infantil e as leis que vigoram em proteção à criança a ao adolescente também são apresentadas e discutidas pelo grupo em um momento de reflexão para a realização das posteriores atividades e produção de texto individual com enfoque sobre o tema trabalho infantil.

[35] Bolsistas PIBID/Capes

ISBN 978-85-87406-94-1

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi proposto que cada grupo de bolsistas realizasse uma aula de apresentação do poeta Manuel Bandeira, focalizando os momentos marcantes de sua vida como seu diagnóstico de tuberculose que, desde a sua juventude, influenciou grande parte de sua poesia, além das recordações de sua terra natal, sempre presentes em suas obras, e seu olhar voltado às particularidades do ser e dos espaços por ele recordados e comentados.

Em sala de aula, após o primeiro contato de aproximação e sensibilização das crianças para com o poeta e sua obra, apresentamos o poema “Meninos Carvoeiros” – material principal do nosso projeto – para iniciarmos o processo de análise e interpretação, com atividades e reflexões sobre a questão do trabalho infantil, e, por último, a produção textual sobre o tema.

2. MANUEL BANDEIRA: VIDA E OBRA

De acordo com Moura (2001), Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho nasceu no Recife no dia 19 de abril de 1886. Fez diversas mudanças com sua família, até se instalar no Rio do Janeiro onde iniciou seus estudos no Externato do Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II). No final do ano de 1904, o autor foi diagnosticado com tuberculose, o que mudou completamente sua vida.

Sob a influência de Apollinaire, Charles Cros e Mac-Fionna Leod, escreveu, em 1912, seus primeiros versos livres. Em 1917, publicou seu primeiro livro, *A cinza das horas*, numa edição de 200 exemplares custeada pelo autor. Em 1919, publicou seu segundo livro, *Carnaval*, em edição também custeada por ele.

Bandeira não participou da Semana de Arte Moderna, realizada em fevereiro de 1922 em São Paulo, no Teatro Municipal. Na ocasião, porém, Ronald de Carvalho leu seu poema "*Os sapos*", da obra *Carnaval.*

Em 1924, publicou *Poesias*, que reúne *A cinza das horas, Carnaval* e um novo livro, *O ritmo dissoluto.* Em 1930, publicou *Libertinagem*, no ano de 1954, publicou *Itinerário de Pasárgada* e *De poetas e de poesia*.

ISBN 978-85-87406-94-1

Bandeira também marcou sua carreira com a tradução de várias obras de grande importância na literatura mundial.

O poeta comemorou seus 80 anos em 1966, recebendo muitas homenagens. A Editora José Olympio realizou em sua sede uma festa em que participaram mais de mil pessoas e lançaram os volumes *Estrela da vida inteira* (poesias completas e traduções de poesia) e *Andorinha andorinha (*seleção de textos em prosa, organizada por Carlos Drummond de Andrade*)*.

No dia 13 de outubro de 1968, às 12 horas e 50 minutos, morreu o poeta Manuel Bandeira, no Hospital Samaritano, em Botafogo, e foi sepultado no Mausoléu da Academia Brasileira de Letras, no Cemitério São João Batista.

2.1. O ritmo dissoluto

O próprio título do livro nos remete à ideia de um desregramento, de uma dissolução, uma libertação. O próprio poeta classifica a obra como uma transição de sua vida artística em seu comentário, no *Itinerário de Pasárgada:*

> A mim me parece evidente que *O Ritmo Dissoluto* é um livro de transição entre dois momentos de minha poesia. Transição para quê? Para a afirmação poética dentro da qual cheguei, tanto no verso livre quanto nos versos metrificados e rimados, isso do ponto de vista da forma; e na expressão das minhas ideias e dos meus sentimentos, do ponto de vista do fundo, à completa liberdade de movimentos, liberdade de que cheguei a abusar no livro seguinte, a que por isso mesmo chamei *Libertinagem*. (BANDEIRA, 1986, p.71).

Observa-se, na obra, um olhar voltado aos personagens mais humildes, como os meninos carvoeiros, protagonistas do poema escolhido para nossas atividades. O tempo sempre contínuo se comunica com maior nitidez e torna sua obra atemporal, assim como a transformação de seus versos, agora livres, condizendo com essa nova perspectiva que surgiu anos antes e que o poeta colaborou para sua formatação. O estilo, desprendido e inovador, modificou não somente a estética dos seus poemas, mas também seu conteúdo, o que antes era a exteriorização de suas angústias se tornou versos de nostalgia, lembranças de sua terra, sua família, sua vida de outrora.

ISBN 978-85-87406-94-1

3. EXPLORANDO O POEMA “MENINOS CARVOEIROS”

Inicialmente, transcrevemos a seguir o poema “Meninos carvoeiros”:

> Os meninos carvoeiros
> Passam a caminho da cidade.
> - Eh, carvoero!
> E vão tocando os animais com um relho enorme.
>
> Os burros são magrinhos e velhos.
> Cada um leva seis sacos de carvão de lenha.
> A aniagem é toda remendada.
> Os carvões caem.
>
> (Pela boca da noite vem uma velhinha que os recolhe,
> dobrando-se com um gemido.)
>
> - Eh, carvoero!
> Só mesmo estas crianças raquíticas
> Vão bem com estes burrinhos descadeirados.
> A madrugada ingênua parece feita para eles...
> Pequenina, ingênua miséria!
> Adoráveis carvoeirinhos que trabalhais como se
> brincásseis!
>
> - Eh, carvoero!
>
> Quando voltam, vêm mordendo num pão encarvoado,
> Encarapitados nas alimárias,
> Apostando corrida,
> Dançando, bamboleando nas cangalhas como
> espantalhos desamparados.
> (BANDEIRA, p. 24, 2014).

O poema “Meninos Carvoeiros”, de Manuel Bandeira, trata de uma narração com um grito de liberdade, os versos são livres, sem rimas e métricas, porém há ritmo e lirismo presentes, construídos com personagens específicos, os meninos e os burros. Aborda a questão do trabalho infantil no Brasil, a representação da pobreza por meio da exploração no trabalho de crianças e a troca da aprendizagem escolar pelo serviço brutal nas carvoarias, gerando indignação.

Encontramos no texto as expressões “carvoeiro” e “carvoero”, esta última que, muito além de marca da oralidade, demonstra a fala das pessoas e contrapõe com a escrita, rotulando-as. Ora empregado como substantivo, como em

ISBN 978-85-87406-94-1

“Eh, carvoero!”, ora como adjetivo (“Os meninos carvoeiros”) enfatiza a descrição feita sobre os personagens do poema, ou seja, os meninos.

Para auxiliar a compreensão dos alunos acerca desse recurso utilizado pelo poeta, elaboramos a seguinte atividade[36]:

> 3) Observe as expressões do texto, transcritas abaixo:
> Os meninos carvoeiros
> -Eh, carvoero!
> a)Na primeira expressão, “carvoeiro” está caracterizando qual palavra?
> b)Em qual dessas expressões há um chamado?
> c)Explique por que, nessas expressões, a mesma palavra está escrita de maneiras diferentes.

Para a construção do sentido do poema, Bandeira utiliza adjetivos que denotam um valor negativo aos substantivos a que estão selecionados. Segue abaixo a atividade desenvolvida:

> 4) Observe que os adjetivos, no poema caracterizam seres, ideias, coisas e manifestações da natureza, que são os SUBSTANTIVOS. Então, com a ajuda de seus professores identifique, nos versos abaixo, os ADJETIVOS e os SUBSTANTIVOS:
>
> | VERSOS DO POEMA | SUBSTANTIVO | ADJETIVO(S) |
> |---|---|---|
> | Os meninos carvoeiros | | |
> | Os burros são magrinhos e velhos. | | |
> | A aniagem é toda remendada. | | |
> | Só mesmo estas crianças raquíticas
Vão bem com estes burrinhos descadeirados.
Quando voltam, vêm mordendo num pão encarvoado,
[...] como espantalhos desamparados. | | |
>
> 5) Observe , agora, a lista de substantivos e adjetivos que você obteve e pense: qual é ideia comum entre os adjetivos?

Como é possível verificar pelas atividades acima, os adjetivos "magrinhos e velhos", "remendada", "raquíticas", "descadeirados", "encarvoados" e

[36]Todas as atividades que, daqui por diante, são apresentadas, foram elaboradas pelos integrantes do subprojeto de Letras-PIBID-Uni-FACEF, ou seja, pelas coordenadoras de área Monica de Oliveira Faleiros e Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano e pelos bolsistas de Iniciação à Docência.

ISBN 978-85-87406-94-1

"desamparados" modificam não somente os substantivos a que estão relacionados, mas podem caracterizar os outros substantivos. Essa organização linguística evidencia a ideia de que todo o universo dessas crianças carvoeiras é marcado pela degradação e pela injustiça social ocasionada por meio do trabalho infantil.

Em contraste com os adjetivos negativos acima mencionados, há o adjetivo “adoráveis”, que aparece de forma topicalizada, reforçando o substantivo “carvoeirinhos”. Assim, é reiterado o sentido de ingenuidade e pureza das crianças, pois os meninos carvoeiros são descritos como crianças inocentes que carregam tudo como se fosse uma brincadeira.

Como reforço dessa ideia, foram conjugados verbos em 2ª pessoa do plural no verso “Adoráveis carvoeirinhos que trabalhais como se brincásseis!”. Habitualmente utilizada em documentos e literatura sacra, aqui o poeta nos mostra a sacralização dessas crianças a partir de seu sofrimento: seres puros que carregam todos os sofrimentos da vida sem perder a alegria e a inocência da infância.

Para a compreensão desses recursos e dos efeitos de sentido produzidos, desenvolvemos as seguintes atividades:

> 6) Há, no entanto, a seguinte ocorrência, em um verso:
> **Adoráveis** carvoeirinhos que trabalhais como se brincásseis!
> a) Por que o adjetivo “adoráveis” se destaca e se diferencia de todos os outros?
>
> “Você já usou algum verbo na segunda pessoa do plural (vós)? Aqui no Brasil quase não usamos esta forma, pois quando nos referimos à pessoa com quem se fala, em nosso discurso, não usamos a segunda pessoa (tu e vós, mais empregados pelos portugueses) usamos a terceira pessoa com o pronome de tratamento “você” e “vocês”. Hoje em dia, provavelmente, você só vê essa flexão verbal nos textos bíblicos ou nas orações, quando estabelecemos um “diálogo” com Deus, que, então, é “vós”, por exemplo:
> “Pai nosso que estais no céu,
> Santificado seja o Vosso nome[...]”.
>
> b) Nos versos acima, a segunda pessoa do plural foi empregada em: “trabalhais” e “brincásseis”. Assim, explique por que o poeta utilizou formas tão incomuns em seu texto poético.

Na terceira estrofe do poema, encontramos os versos: “A madrugada ingênua parece feita para eles... / Pequenina, ingênua miséria!”. Observamos que o poeta faz essa associação de sentidos para reforçar a imagem dessas crianças, que, desde tão cedo exercem funções que seriam degradantes até mesmo para um adulto, porém, mesmo assim, não perdem a inocência da infância. Como vimos em

ISBN 978-85-87406-94-1

outros versos, elas conseguem por meio da ingenuidade infantil, transformar o trabalho árduo em brincadeira e se divertir mesmo em uma situação miserável.

A atividade transcrita a seguir foi proposta para que os alunos pudessem compreender essas ideias:

> 9) Explique, com suas palavras, as surpreendentes associações de sentido que o poeta construiu nos versos
>
> "A madrugada ingênua parece feita para eles... / Pequenina, ingênua miséria!" e também que sentimentos essa "maneira de dizer" provocou em você.

4. NAS MÃOS, UM CARVÃO

Para dar início à discussão sobre a incidência do trabalho infantil e as leis que vigoram em proteção à criança a ao adolescente, apresentamos o seguinte texto aos alunos:

> Brasil não vai alcançar a meta da ONU para a eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016. A declaração é da secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Oliveira. No Dia Internacional contra o Trabalho Infantil, observado neste 12 de junho, a ONU indica que iniciativas de combate à prática estão perdendo força, no mundo inteiro. Estima-se que mais de 215 milhões de crianças trabalhem no mundo inteiro. Mais da metade delas estão sujeitas às piores formas de exploração, incluindo condições brutais de trabalho e prostituição. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, OIT, apenas uma em cada cinco crianças é paga, e muitas delas exercem tarefas perigosas. A relatora especial da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, Gulnara Shahinian, disse que em partes do mundo crianças começam a trabalhar aos três anos de idade. A especialista afirmou que "os impactos desses abusos não são somente imediatos, mas têm também repercussões graves ao longo do tempo, para as vítimas, e seus próprios filhos futuros (BRASIL, online, 2016).

Em seguida, realizamos uma discussão com os discentes sobre o tema, levando mais informações sobre o assunto, por exemplo, que o problema se manifesta no trabalho pesado do campo, no emaranhado de serviços das zonas urbanas, nas casas das famílias que exploram o trabalho infantil doméstico. Além do mais, alguns desses "empregos" são taxados categoricamente pela OIT como as "piores formas de trabalho infantil", entre eles, está a mão de obra infantil nas carvoarias.

Todo o ciclo de fabricação do carvão vegetal implica alto risco aos empregados envolvidos: corte de madeira, transporte da lenha até a porta do forno e

ISBN 978-85-87406-94-1

seu abastecimento, acendimento do fogo, vigilância do cozimento, retirada do carvão, etc. Dessa forma, o trabalhador é submetido, ao longo de todo esse processo, a gases tóxicos, fuligem, cinzas, pó e altas temperaturas, o que pode lhe causar problemas como desidratação, queimaduras, lesões musculares graves, fraturas ou cortes em caso de acidente. A presença de uma criança nesse ambiente é totalmente inadequada.

A persistência desse problema tem sua raiz na pobreza, na falta de oportunidades de trabalho decente para adultos e na incapacidade de assegurar que todas as crianças frequentem a escola até a idade mínima para admissão ao emprego.

Após essas discussões sobre o tema, foram feitas as observações a partir do poema "Meninos Carvoeiros", com reflexões baseadas nas seguintes questões: Se o trabalho infantil é proibido, por que ainda existe? Como deve ser a vida dessas crianças, que ao invés de brincar, trabalham? Como serão seus pais? Como deve ser o lugar onde elas vivem? Você já viu ou ficou sabendo de algum lugar que usava a mão de obra infantil? O que poderíamos fazer para ajudar essas crianças? Qual seria uma solução para acabar de uma vez por todas com essa situação?

Foi proposta aos alunos uma produção textual em que narrassem a história de uma criança vítima do trabalho infantil, mas que conseguiu ajuda e superou as dificuldades.

5. EH, CARVOERO!

Considerando que uma fotografia é um texto e, nesse sentido, numa perspectiva de análise semiótica, apresenta plano de expressão e plano de conteúdo, analisamos junto às crianças algumas imagens sobre o trabalho escravo, assim como fotografias de Sebastião Salgado retiradas do livro *Terra*. A título de exemplo, apresentamos uma de nossas leituras de textos imagéticos desenvolvidas em sala de aula, como sequência das atividades do poema.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 1-Meninos Carvoeiros



Fonte:CARVOARIAS, 2016, online.

De acordo com Barros (2003, p.210),

> [...] em muitos textos, o plano de expressão faz mais do que apenas expressar o conteúdo, ele cria novas relações com o conteúdo, como acontece nos textos poéticos de quaisquer tipos (poesia e outros textos literários, pellet, pintura, etc). Nesses casos, deve o analista procurar estabelecer as relações novas que se construíram entre expressões e conteúdo e os sentidos e a simbolização delas decorrentes.

Desse modo, podemos estabelecer uma correlação entre a expressão e o conteúdo dessa fotografia:

Plano de expressão: verticalidade, cores preta e cinza

Plano de conteúdo: trabalho pesado das carvoarias

Ao trabalhar com as imagens dos “meninos carvoeiros”, destacamos a posição em que se encontram os pés das crianças e os carvões. Ambos aparecem na vertical, dando um sentido de continuidade, junção, união com o trabalho pesado. Observamos que as mãos e pés são pequenos condizendo com cada parte do carvão que aparece na fotografia. A cor é única, ou seja, as cores preta e cinza estão presentes nos carvões e na sujeira dos membros infantis que, em meio à fumaça e a resíduos que a hulha solta, se encardem.

A fotografia figurativiza os meninos carvoeiros como crianças sofridas, cujos direitos ao estudo e a uma vida social digna não são respeitados. Por extensão, é possível pensar nas crianças pobres que se alimentam mal e, mesmo

ISBN 978-85-87406-94-1

assim, nunca perdem a essência de ser criança, como o poeta registrou em seu poema: "quando voltam, vêm mordendo num pão encarvoado".

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta atividade, abordamos a leitura de um texto literário específico – o poema – que, por sua configuração exige uma análise que contemple a relação entre os recursos linguísticos e a construção de efeitos de sentido que levam à reflexão sobre o universo da criança, em especial, o trabalho infantil nas carvoarias.

A partir de nosso conhecimento sobre as características da obra *O ritmo dissoluto,* de Manuel Bandeira, elaboramos questões que contemplam os recursos da língua utilizados pelo autor para a constituição da uma descrição num gênero literário como o poema.

Para tanto, buscamos, ao longo das atividades, fazer com que as crianças refletissem, entre outros recursos, sobre o emprego dos substantivos e adjetivos e de sua organização no decorrer do texto, dando enfoque, inclusive, no jogo com a palavra "ingênua" e suas mudanças de sentido.

Com o propósito de ampliar o repertório de textos dos alunos, introduzimos a leitura de imagens a fim de orientarmos para a compreensão do plano de expressão que constrói, no plano de conteúdo, novos sentidos e novas relações. Também trouxemos para discussão e reflexão sobre o trabalho infantil um texto jornalístico sobre a meta da ONU de erradicação dessas formas de trabalho no Brasil.

Desse modo, desenvolvemos com as crianças a possibilidade de olhar além da atemporalidade do poema, isto é, olhar para a situação precária que há anos atinge milhares de crianças em todo o mundo e que, muitas vezes, não observamos. Com essa atividade, além do contato com a obra literária, a criança foi levada a refletir sobre o tema, sobre o que o poeta registrou e o porquê de levantar essa questão. Introduzimos a literatura junto às notícias atuais com o mesmo conteúdo temático e procuramos despertar nas crianças uma posição crítica frente às injustiças e diferenças que impossibilitam as crianças de vivenciarem a fase infantil como deveria ser.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Manuel. *O ritmo dissoluto*. Rio de Janeiro. Global, 2014.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz (Org.) *Introdução à linguística*:II princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. p. 187-219.

BRASIL não alcançara meta da ONU sobre trabalho infantil. Disponível em:<http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/brasil-nao-alcancara-meta-da-onu-sobre-trabalho-infantil>. Acesso em 15 de abril de 2016.

CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem & outras metas*: ensaios de teoria e crítica literária. São Paulo. Perspectiva, 2006, p. 109-116.

CANDIDO, A.; MELLO E SOUZA, G. Introdução. In: BANDEIRA, M. *Estrela da vida inteira*. 25.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p.3-17.

CARVOARIASrepresentam o trabalho infantil em uma de suas mais degradantes formas. Disponível em: <http://www.dmtemdebate.com.br/carvoarias-representam-o-trabalho-infantil-em-uma-de-suas-mais-degradantes-formas>. Acesso em 15 de abril de 2016

MOURA, Murilo Marcondes de. *Manuel Bandeira*. São Paulo. Publifolha, 2001, p. 21-38.

ISBN 978-85-87406-94-1

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: um estudo de caso sobre Muhammad Yunus e a criação do Grameen Bank

Mariana Junqueira Munhoz (Uni-FACEF)
André Luis Centofante Alves (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o mundo está enfrentando vários problemas sociais, econômicos e ambientais que degradam toda uma sociedade. O empreendedorismo social tem sido inspirado pela vontade de mudar o mundo, de ajudar as pessoas, de solucionar os grandes desafios negligenciados pelo governo e pela sociedade, como por exemplo as desigualdades sociais e a degradação ambiental.

O objetivo principal é conhecer e analisar o empreendedorismo social, apresentando como estudo de caso o empreendedor Muhammad Yunus e o Grameen Bank, banco de microcrédito direcionado à resolução dos problemas sociais, em especial na redução dos índices de pobreza em Bangladesh.

A escolha do tema justifica-se pela importância que os empreendedores sociais têm em uma sociedade, e os impactos que podem ser gerados. Esses empreendedores podem mudar o cenário de desigualdade econômica e social no mundo.

Esse artigo encontra-se dividido em quatro partes. A primeira parte aborda o conceito e a história do empreendedorismo, com isso, define quem é o empreendedor, explica o processo empreendedor e a importância do empreendedorismo no crescimento econômico e no desenvolvimento social.

Na segunda parte aborda sobre o empreendedorismo social, o empreendedor social, e a importância do tema no mundo em que vivemos hoje.

O terceiro aborda a metodologia utilizada para atingir o objetivo principal. E o quarto refere-se ao estudo de caso, explica a trajetória de Muhammad Yunus e seu empreendimento social o Grameen Bank, e analisa seus impactos na comunidade de Bangladesh.

ISBN 978-85-87406-94-1

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Empreendedorismo

Empreendedorismo é quando se cria algo novo e diferente, ou se transforma algo que já existe. É inovar agregando valor a um produto, serviço ou processo. Segundo o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) (2014, p. 7), "[...] entende-se como empreendedorismo qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente".

Segundo Hisrich e Peters (2004), uma definição concisa e aceita internacionalmente ainda não surgiu. A teoria do empreendedorismo se desenvolveu, em grande parte, paralelamente com o desenvolvimento do termo. O termo empreendedor vem da palavra "entrepreneur", que é francesa e literalmente traduzida significa "aquele que está entre" ou "intermediário".

O que melhor representa o espírito empreendedor segundo Dornelas (2001), é a conceituação de Joseph Schumpeter (1949), que afirma que "o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais".

De acordo com Drucker (1987, p. 20), "o surgimento da economia empreendedora é um evento tanto cultural e psicológico, quanto econômico ou tecnológico. Contudo, sejam quais tenham sido as causas os efeitos estão acima de todos os de ordem econômica".

> A definição de empreendedor evoluiu com o decorrer do tempo, à medida que a estrutura econômica mundial mudava e tornava-se mais complexa. Desde seu início, na Idade Média, quando era usada para se referir a ocupações específicas, a noção de empreendedor foi refinada e ampliada, passando a incluir conceitos relacionados com a pessoa, em vez de com sua ocupação. Os riscos, a inovação e a criação de riqueza são exemplos dos critérios que foram desenvolvidos à medida que evoluía o estudo da criação de novos negócios (HISRICH; PETERS, 2004, p. 43).

Segundo Bárcia (2014), nos anos 1970, Peter Drucker ressaltou a relevância do empreendedorismo para a evolução econômica e social do mundo. E

ISBN 978-85-87406-94-1

em 2008 ele ressaltou a importância dos empreendedores na identificação e utilização das oportunidades oferecidas pelo mercado.

O estudo do empreendedorismo ainda é recente, porém existe muita literatura acerca deste tema, pois o papel do empreendedor sempre foi fundamental na sociedade. O momento atual pode ser chamado de a era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade (DORNELAS, 2001).

2.2. O Empreendedor

O empreendedor é aquele que cria um novo negócio ou inova dentro de um negócio que já existe, portanto, não precisa abrir um novo negócio para ser empreendedor.

De acordo com o SEBRAE (2011, p. 16):

> O empreendedor é alguém que sofre influências do meio em que vive e consegue transformá-las em soluções empreendedoras. Por isso se diz que o empreendedor é um agente de mudança e que existem ambientes mais empreendedores que outros.

Não é considerado empreendedor aquele que apenas gerencia o negócio, ou seja, que adquire uma empresa mas não introduz nenhuma inovação, tanto no processo de produção ou de venda ou na forma de tratar os clientes (DOLABELA, 2008).

Dornelas (2001, p. 19) relata que:

> Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado.

É importante dizer que de acordo com a revista Exame (2014, online), o comportamento empreendedor pode existir em várias pessoas, independente da atividade dela, mas nem todas as pessoas são ou podem se tornar empreendedoras.

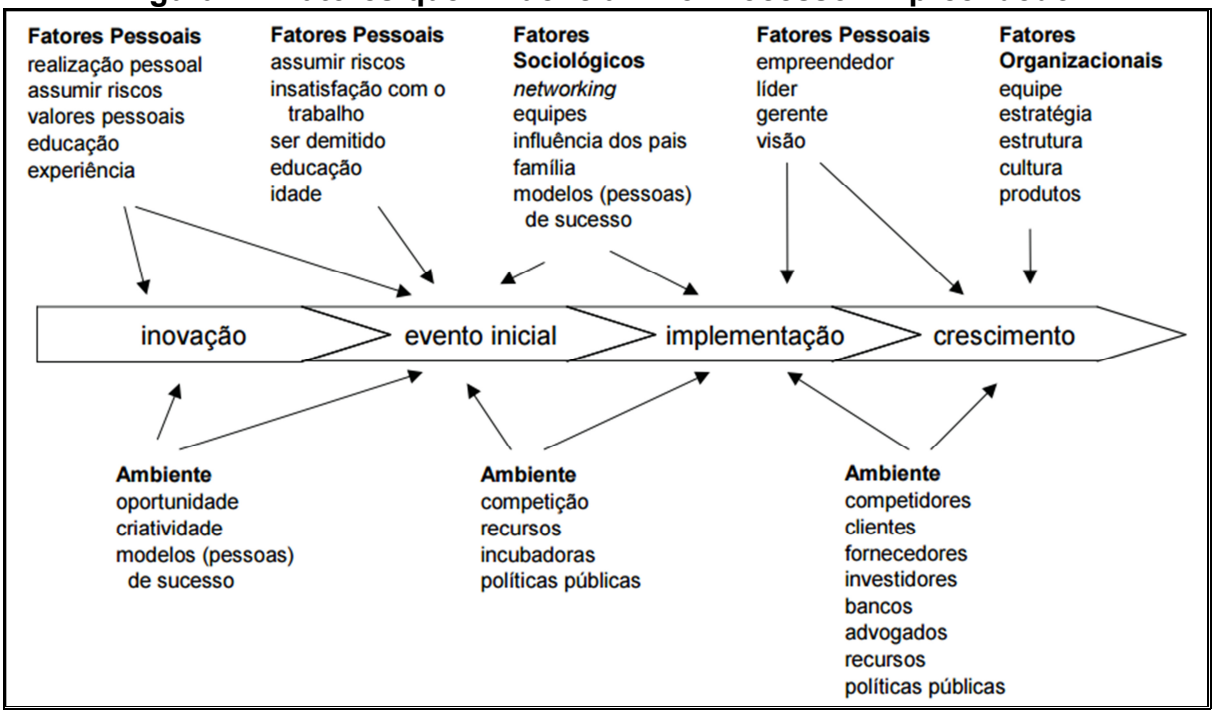
ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo Morais (2000), alguns indivíduos nascem empreendedores, outros precisam se esforçar bastante para se tornar um, mas nem todos os que se esforçam conseguem chegar lá. Vale ressaltar também que as pessoas com espírito empreendedor são diferentes umas das outras, pois existem diferentes tipos de empreendedores.

Para Dornelas (2007), são oito os tipos de empreendedores: o empreendedor nato, o herdeiro, o que aprende (inesperado), o serial (cria novos negócios), o corporativo, por necessidade, o normal (planejado) e o empreendedor social.

Todo empreendedor passa por um processo empreendedor, que é toda a ação de criação da empresa, desde a identificação da oportunidade até a sua gestão. A decisão de se tornar empreendedor advém de vários fatores externos, ambientais, sociais, a aptidões pessoais ou a todos esses fatores em conjunto como podemos ver na figura a seguir.

Figura 1 – Fatores que Influenciam no Processo Empreendedor.



Fonte: Dornelas, 2008, p. 31.

O processo empreendedor de acordo com Hisrich e Peters (2004) é, “processo através do qual um novo empreendimento é criado por um empreendedor”. Esse processo se inicia então, quando um desses fatores mencionados acima, possibilita a iniciação de um negócio novo.

ISBN 978-85-87406-94-1

> O empreendedor passa pelo processo empreendedor, que envolve encontrar, avaliar e desenvolver oportunidades para a criação de um novo empreendimento. Cada passo é essencial para o sucesso final da nova empresa e está intimamente relacionado com os demais passos (DORNELAS, 2008, p. 29).

Segundo Hisrich e Peters (2004), são quatro as fases do processo empreendedor como podemos ver no quadro a seguir:

Quadro 1 – Fases do Processo Empreendedor

Identificação e avaliação da oportunidade	Desenvolvimento do plano de negócio	Determinação dos recursos necessários	Administração da empresa
Criação e dimensão da oportunidade	Título Sumário	Recursos existentes do empreendedor	Estilo administrativo
Valor real e percebido da oportunidade	Resumo executivo	Ausência de recursos e fornecedores disponíveis	Variáveis-chave para o sucesso
Risco e retornos da oportunidade	1.0 Descrição do negócio	Acesso aos recursos necessários	Identificação de problemas existentes e potenciais
Oportunidade versus habilidades e objetivos pessoais	2.0 Descrição do setor 3.0 Plano de marketing		Implementação de sistemas de controle
Situação competitiva	4.0 Plano financeiro 5.0 Plano de produção 6.0 Plano de organização 7.0 Plano operacional 8.0 Resumo Apêndices (anexos)		

Fonte: HISRICH; PETERS, 2004, p. 55.

Mesmo que essas fases ocorram progressivamente, elas não são tratadas de forma isoladas ou uma fase tem que estar completa para se passar para a próxima (HISRICH; PETERS, 2004).

ISBN 978-85-87406-94-1

2.3. A Importância do Empreendedorismo

A criação de empresas é indispensável para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Segundo Dolabela (2008, p. 29), "[...] o empreendedorismo não é ainda uma ciência, embora esteja entre as áreas em que mais se pesquisa e publica".

De acordo com Franco (2001) apud Dolabela (2008), crescimento econômico e desenvolvimento social é diferente. O crescimento econômico é representado pelo Produto Interno Bruto (PIB), que é o crescimento da produção de bens e serviços, já o desenvolvimento social significa que a riqueza é distribuída, ou seja, que a riqueza gerada pelo crescimento econômico é distribuída para as pessoas. O desenvolvimento social inclui o desenvolvimento sustentável. Portanto, o crescimento econômico não será suficiente se não for sustentável, pois o crescimento está relacionado com o capital humano, social, empresarial, natural e aquele vinculado a renda, bens e serviços.

O sonho que o empreendedor busca realizar encontra dificuldades na prática, pois socialmente é perigoso sonhar, já que comunidades que sonham possuem maior poder de construir o futuro e não se deixam dominar (DOLABELA, 2008).

Ainda de acordo com Dolabela (2008, p. 27):

> A união das forças políticas, sociais, religiosas, econômicas da comunidade é essencial para o desenvolvimento econômico. Todo projeto que visa ao bem-estar coletivo deve ter a cooperação das três esferas: governo, iniciativa privada e terceiro setor. Qualquer separação significa necessariamente diminuição do poder da comunidade como um todo.

Na próxima parte será discorrido sobre o empreendedorismo social, o empreendedor social e a importância desse perfil empreendedor para o mundo.

3. EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O empreendedorismo social é um termo muito recente e que ainda vem se desenvolvendo conceitualmente.

Segundo Dornelas (2007), O empreendedor social tem o sonho e desejo de mudar e melhorar o mundo para as pessoas, criando oportunidades para

ISBN 978-85-87406-94-1

aqueles que não têm acesso a elas. Têm um papel social muito importante atendendo às necessidades da sociedade não atendidas pelo poder público. Com isso, seu foco não é ganhar dinheiro, mas sim contribuir para o desenvolvimento das pessoas, e se realizam por isso.

De acordo com Yunus (2008), é muito importante o conceito de empreendedorismo social pois retrata o desejo das pessoas de resolver os problemas que não são tratados com a devida importância e urgência que merecem, e Empreendedorismo Social para Yunus (2008, p. 45), é "[...] de maneira geral, qualquer iniciativa inovadora de ajudar as pessoas", podendo ser lucrativa ou não.

> O empreendedorismo social é a criação de novas empresas que utilizarão mecanismos de mercado para resolver problemas socioambientais. Dele nascem os negócios sociais que não têm clientes comuns, e sim clientes-beneficiários. Negócios sociais resolvem problemas por meio dos lucros que obtêm" (CARDOSO, 2015, p. 16).

Portanto, é possível dizer que o empreendedorismo social é buscar conjuntamente lucro e transformação social. Não obstante, há muitas teorias divergentes sobre o conceito de empreendedorismo social. Muitos dizem que não tem como um empreendimento social visar ao benefício social e ao lucro conjuntamente. No entanto, muitos dizem que é possível trazer mudanças sociais na sociedade através do empreendedorismo social lucrativo, até porque esses empreendedores precisam sobreviver desse empreendimento. Além do mais, o lucro contribui para a sustentabilidade do negócio.

> Frequentemente, confunde-se empreendedorismo social com voluntariado. Importa desde já clarificar o conceito. Poder-se-á dizer que o empreendedorismo social configura numa realidade híbrida, ou seja, não terá necessariamente como objetivo maximizar o lucro mas também não significa necessariamente que abdique deste (ALMEIDA, 2012, p. 46).

De acordo com Oliveira (2003) apud Bose (2012, p. 35), "[...] o empreendedorismo social emerge como uma dentre várias propostas de enfrentamento à pobreza e expressões da questão social face ao contexto da sociedade globalizada".

Alves (2015, p. 93) afirma que:

> [...] o empreendedorismo social se distingue do empreendedorismo de negócios por dois motivos: primeiro, ele não gera bens e serviços

ISBN 978-85-87406-94-1

> para comercialização, mas, para resolver problemas sociais; segundo porque se direciona às demandas sociais, e não aos negócios. Tanto a comunidade quanto o mercado tem demandas, mas, enquanto o empreendedorismo de negócios produz bens e serviços para o mercado, visando o lucro financeiro, o empreendedorismo social produz bens e serviços para a coletividade cujos resultados podem ser medidos de acordo com o impacto social.

A grande diferença entre o empreendedorismo de negócios e o empreendedorismo social, que se pode observar, é que o primeiro focaliza no retorno financeiro, já o segundo focaliza no retorno social. Hartigan e Elkington (2009, p. 04) afirma que, os empreendedores sociais, "[...] objetivam melhorar a qualidade de vida das populações marginalizadas em termos de pobreza, saúde ou educação e tentam atingir uma alavancagem maior do que a filantropia e as organizações não-governamentais".

Não obstante, há muitas teorias divergentes sobre o conceito de empreendedorismo social, que gera diferentes modelos de empreendimentos sociais (sem fins lucrativos, híbridos e empresa social). Muitos dizem que não tem como um empreendimento social visar ao benefício social e ao lucro conjuntamente. No entanto, muitos dizem que é possível trazer mudanças sociais na sociedade através do empreendedorismo social lucrativo, pois o lucro contribui para a sustentabilidade do negócio (HARTIGAN e ELKINGTON, 2009).

3.1. O empreendedor Social

Muitos empreendedores sociais são taxados como malucos, pois buscam soluções a problemas que antes não se imaginavam ser possíveis de solucionar, nos lugares mais improváveis (HARTIGAN e ELKINGTON, 2009).

Para Alves (2015, p. 93), "[...] os empreendedores sociais são aqueles que encontram soluções para os problemas sociais, inovam com o intuito de atender às demandas existentes".

Ashoka (2011) apud Bose (2012, p. 36), afirma que:

> O empreendedor social aponta tendências e traz soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais, seja por enxergar um problema que ainda não é reconhecido pela sociedade e/ou por vê-lo por meio de uma perspectiva diferenciada. Por meio da sua atuação, ele (a) acelera o processo de mudanças e inspira outros atores a se engajarem em torno de uma causa comum.

ISBN 978-85-87406-94-1

O empreendedor social, para Cardoso (2015, p. 16), é "[...] o indivíduo que encontra problemas na sociedade e cria uma organização lucrativa para resolvê-los".

No entanto, o lucro não é o foco do empreendedor social, mas sim o meio que permitirá novos investimentos. O foco é a solução dos grandes problemas enfrentados pela sociedade atual.

Os empreendedores sociais, segundo Alves (2015, p. 93), "[...] são aqueles que nem dão o peixe e nem ensinam a pescar, mas, reinventam a indústria da pesca". Eles dão os recursos e condições necessários para as pessoas trabalharem, se desenvolverem e se auto sustentarem. De acordo com Sousa (2014, p. 161), "Trata-se de incluir pessoas sem renda ao processo produtivo e criativo".

3.2. A Importância do Empreendedorismo social

As consequências advindas do sistema econômico atual, que repercute no aumento das desigualdades sociais e degradação ambiental, mostra a importância de encontrar uma solução a esses desafios, com o objetivo de gerar valor social, ambiental e econômico.

Afim de provar a importância do empreendedorismo social, podemos citar alguns benefícios desse empreendedorismo aplicado em comunidades locais, mencionados por Melo Neto (2002, p. 41) apud Alves (2015, p. 95):

- Aumento do nível de conhecimento da comunidade local com relação aos recursos existentes, capacidades e competências disponíveis em seu meio;

- Aumento do nível de consciência da comunidade com relação ao seu próprio desenvolvimento;

- Mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas em sua autoestima;

- Aumento da participação dos membros da comunidade em ações empreendedoras locais;

ISBN 978-85-87406-94-1

- Aumento do sentimento de conexão das pessoas com a sua cidade, terra e cultura;

- Estímulo ao surgimento de novas ideias que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento;

- Transformação da população em proprietária e operadora dos empreendimentos locais;

- Inclusão social na comunidade;

- Busca de maior autossuficiência pelos membros da comunidade local;

- Melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Enfim, o empreendedor social possui capacidade em gerar inovações sociais e econômicas, o que pode mudar o cenário de desigualdade no mundo, por isso é grande a importância do tema e o incentivo da prática desse tipo de empreendedorismo.

4. METODOLOGIA

Este artigo tem como objetivo principal conhecer e analisar o empreendedorismo social, apresentando como estudo de caso o empreendedor Muhammad Yunus e o Grameen Bank, banco de microcrédito direcionado à resolução dos problemas sociais, em especial na redução dos índices de pobreza em Bangladesh.

Os procedimentos metodológico utilizados para a elaboração desse artigo foi, de acordo com Vergara (2000), quanto aos fins: descritiva pois descreve características do empreendedor social e sua contribuição para o desenvolvimento social, exploratória pois há escassez de pesquisa sobre o tema por ainda ser recente, e explicativa pois esclarece as ações de Muhammad Yunus com o Grameen Bank que influenciaram no desenvolvimento social e econômico da população de Chittagong em Bangladesh, justificando e explicando seus principais motivos e ações. E quanto aos meios: bibliográfica, feitos através de pesquisas por meio de materiais publicados em revistas, livros, redes eletrônicas, teses, artigos, monografias relacionados ao tema; e ex post facto por tratar-se de um estudo de

ISBN 978-85-87406-94-1

caso do Grameen Bank, sendo portanto, um fato que já ocorreu e que não pode ser mudado ou manipulado.

Este estudo mostra a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento de uma sociedade, e mostra principalmente a importância do empreendedorismo social para a solução inovadora de problemas da sociedade.

5. ESTUDO DE CASO

5.1. Muhammad Yunus

Prêmio Nobel da Paz de 2006, conhecido como o pai do microcrédito e um dos pioneiros do empreendedorismo social. Muhammad Yunus nasceu em 1940 na aldeia de Bathua, em Chittagong no Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo. Sem contar ainda, das inúmeras catástrofes naturais que ocorrem periodicamente no país, mas o pior de tudo é a subnutrição e à pobreza estrutural (YUNUS, 2008).

Segundo Spiegel (2010), Yunus é filho de ourives e foi criado em uma boa posição social, não sentindo diretamente a pobreza que vive seu país. Frequentou a escola mais renomada de Chittagong, formou-se em Economia, lecionou Teoria Econômica na Universidade de Chittagong, depois fez doutorado na Universidade Vanderbilt em Nashville (Tennessee). Em 1972 foi nomeado professor na Universidade de Chittagong.

Em suas aulas ele ensinava teorias econômicas, no entanto, era aquelas teorias aplicadas no Ocidente e na camada mais alta da sociedade de seu país, como exemplo de progresso econômico.

> De repente, percebi a vacuidade da maioria das teorias diante de um terrível panorama de fome e pobreza. Eu queria urgentemente fazer alguma coisa para ajudar as pessoas ao meu redor a chegar ao final de mais um dia com um pouco mais de esperança (YUNUS, 2008).

Incomodado com a realidade confrontada fora do campus, que era muito diferente daquele que ele passava em aula, decidiu abandonar o campus e pesquisar com seus alunos o que acontecia na pequena aldeia de Jobra, um povoado nas imediações, em que as pessoas viviam em condições de miséria.

ISBN 978-85-87406-94-1

Decidiu então, descobrir a verdadeira economia, aquela vivida pelas pessoas ao seu redor, ele queria compreender a realidade do pobre (SPIEGEL, 2010). Sua trajetória para a criação do Grameen Bank será explicado no próximo capítulo.

> Muhammad Yunus foi um dos poucos que conseguiu, com as próprias forças, levar ao conhecimento mundial uma inovação como o Banco Grameen. Com sua crença, vida e ação, Yunus não almeja apenas que seu movimento Grameen seja conhecido em todo o mundo. Seu grande interesse é que ele seja realidade também em iniciativas semelhantes para um mundo livre da pobreza (SPIEGEL, 2010, p. 82).

5.2. Grameen Bank

Com o estudo realizado inicialmente na aldeia de Jobra, Yunus ficou incomodado com a situação que se deparou, de extrema pobreza e de difícil acesso ao crédito pela população pobre, em que as pessoas lutavam pela sobrevivência.

> Aproximando-se das famílias, começou a perceber como funcionava a economia doméstica naqueles lares e chegou a uma triste constatação: a de que cada trabalhador ganhava no final de uma longa e extenuante jornada, em média, o equivalente a dois centavos de dólar. O grosso da produção ficava todo nas mãos dos intermediários, que obviamente pagavam muito menos do que o valor de mercado. Era exatamente esse sistema de produção que estava, havia décadas, gerando a pobreza de uma população quase inteira (NASCIMENTO, 2011, p.23).

Após a constatação do quão pouco era necessário para romper com esse sistema de pobreza que, segundo Yunus (2008, p. 115), “[...] me levou a tentar abrir as portas dos bancos aos pobres. Como não consegui, idealizei outro tipo de sistema bancário, que ajudou milhões de mulheres”

Muhammad Yunus é um banqueiro incomum, considerado o “banqueiro dos pobres”, pois enquanto os bancos tradicionais negam créditos aos pobres por eles não terem garantia de bens materiais suficiente, ele apenas empresta dinheiro aos pobres pois diz que “possuem uma garantia muito melhor: sua vontade de sobreviver comprovada pelo destino”, com isso ele foi considerado um louco pelos bancos (SPIEGEL, 2010). Ele observou como os bancos funcionavam, e fez exatamente o contrário.

Ele decidiu emprestar o valor necessário para os moradores da aldeia, para que eles não dependessem mais dos intermediários (agiotas), para que eles

ISBN 978-85-87406-94-1

devolvessem o valor emprestado assim que eles tivessem condições para isso. E foi a partir disso que surgiu a ideia de uma banco para os pobres com o microcrédito (SPIEGEL, 2010).

De acordo com Pandya e Shell (2005), em 1976 houve o início informal do projeto Grameen Bank e em 1983 obtém, como banco privado independente, a aprovação formal do governo.

O banco Grameen conta com o fator de garantia, “vontade de sobreviver” em que Yunus decidiu focar nos miseráveis, e em fatores de segurança na hora de emprestar o dinheiro, que são: mulher, grupo, transparência (com confiança), simplicidade, variedade, ética e consequência. Cada um desses fatores, exceto o fator consequência, segundo Spiegel (2010, p. 50), “[...] na verdade é a exata inversão de qualquer princípio que se cristalizou na tradição secular do sistema bancário”.

Segundo Spiegel (2010), Yunus dá preferência na concessão de crédito para as mulheres, pois ele identificou que elas utilizam o dinheiro primeiramente para os filhos e depois para a casa, ao contrário dos homens que costumam beneficiar primeiro eles mesmos.

De acordo com Spiegel (2010, p. 31), “O Banco Grameen alcança um índice de restituição de mais de noventa e nove por cento, superando, assim, de longe, todos os bancos comerciais”. Segundo Nastri Neto (2013), o grande segredo desse alto índice, se dá devido ao sistema de grupos de membros do Grameen. Eles reúnem um grupo de tomadores que ficam moralmente responsáveis pelo pagamento, o que resulta em controle mútuo, colaborativo e eficiente.

Para Yunus, segundo Spiegel (2010, p. 56), “[...] geramos pessoas autônomas, que trabalham no lugar onde vivem e, na sua maioria, conseguem expandir toda uma região”.

> Há mais de 2.567 filiais cruzando toda Bangladesh. Os tomadores de empréstimo não são considerados clientes, mas são membros, parte de uma família. Eles são donos do banco, com mais de 97% na participação de ações. Sentimento de empoderamento, os pobres se tornaram banqueiros. Os outros 3% pertencem ao governo de Bangladesh (NASTRI NETO, 2013, p. 11).

ISBN 978-85-87406-94-1

No entanto, o sistema do banco enfrenta um problema com as instituições filantrópicas, de acordo com Spiegel (2010, p. 66), “os sistemas de microcrédito se estabelecem com maior dificuldade: “[...] em regiões empesteadas de instituições filantrópicas!”.

Muitas instituições filantrópicas tentam iniciar e conduzir projetos de microcrédito mas com taxas de juros baixos, mas com o tempo, percebem que as taxas de juros subsidiadas levam a uma cilada, pois insistem nas pessoas uma mentalidade de dependência. Muitos criticam o Grameen por cobrar taxas de juros considerada elevada comparada as taxas padrões do Ocidente, no entanto, as taxas em Bangladesh são bem mais altas (SPIEGEL, 2010).

Para Yunus, segundo Spiegel (2010, p. 75):

> [...] faz mais sentido integrar as pessoas na marcha normal da economia, de onde até agora estavam excluídas, do que criar para elas, fora disso, um mundo próprio de assistência social, de dependência financeira e social mantido por longo prazo.

O Grameen, de acordo com Yunus (2008, p. 65):

> [...] expandiu-se e alcançou um número cada vez maior de pessoas. Hoje, o Grameen concede empréstimos para mais de sete milhões de pobres, dos quais 97% são mulheres, 78 mil aldeias de Bangladesh. Desde que abriu, o banco concedeu empréstimos que totalizam o equivalente a seis bilhões de dólares. O Banco Grameen sempre obtém lucro, assim como qualquer banco bem administrado. Financeiramente, é autônomo e não recebe dinheiro de doadores desde 1995.

De acordo com Nastri Neto (2013), o significado do nome Grameen, no idioma local, é "O Banco da Vila". E a marca do Grameen Bank é uma flecha (de crescimento) orientada para cima, com as cores de Bangladesh (vermelho e verde), aliando os valores nacionais com conceitos de liberdade e inovação.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 2 – Logo Grameen Bank



Fonte: Catálise Social (online), 2013.

5.3. Os impactos Gerados pelo Grameen

Foram muitos os impactos gerados pelo Grameen Bank, e que foram muito além de simplesmente reduzir a pobreza em Bangladesh. Spiegel (2010, p.59) afirma que, "O Grameen desencadeou efeitos de desenvolvimento muito diversificados e marcadamente positivos; a longo prazo, indicam o caminho para fora da armadilha da pobreza". Segundo Yunus (2008, p. 65), "[...] de acordo com uma pesquisa interna, 64% dos tomadores de empréstimo que estiveram conosco durante cinco anos ou mais cruzaram a linha da pobreza".

> Existe um número total de pessoas deste impacto, que gira em torno de 50 milhões apenas em Bangladesh. Em 30 anos, já foram US$14 bilhões em empréstimos sem nenhuma garantia, sendo que existe 98% de taxa de retorno (NASTRI NETO, 2013, p. 26).

O primeiro impacto gerado pelo Grameen que podemos citar, é a oportunidade, esperanças e condições proporcionado aos pobres de se desenvolverem, com a concessão de crédito; numa sociedade em que as culturas dos bancos é não conceder empréstimos aos pobres por falta de garantias.

Nastri Neto (2013, p. 09) afirma que:

> Mais de 100 000 mendigos pararam de mendigar nos últimos anos e se juntaram ao Grameen para iniciar pequenos negócios porta-a-porta, como a venda de legumes e frutas. [...] com esforços do Grameen, as pessoas aqui estão tendo uma nova dimensão, pouco a pouco.

O banco impactou nas mulheres tomadoras de crédito em vários aspectos de suas vidas, além de dar condições de serem empreendedoras, abriu a

ISBN 978-85-87406-94-1

mente delas para reconhecer tal capacidade, de reconhecer que são capazes e que não precisam ser dependentes de seus maridos, aprenderam a olhar para si com outros olhos. Com o microcrédito elas aprenderam como a transformação de uma condição simples influencia a vida, elas foram capazes de melhorar suas condições de vida, com a família, povoado, entre outros. Elas se tornaram cidadãs ativas (SPIEGEL, 2010).

Essas mulheres, por conta das diretrizes do banco que devem ser seguidas, valorizam a educação, se preocupam e lutam para que seus filhos frequentem as escolas para que eles sejam melhores instruídos. De acordo com Yunus (2008, p. 73), “Hoje em dia, o Banco Grameen premia os filhos de seus tomadores de empréstimos com mais de 30 mil bolsas de estudo por ano”.

> Em meados da década de 80 surgiram as 16 diretrizes, que consistem em um conjunto de regras e compromissos sociais, que deverão ser seguidos por todas as famílias participantes que devem ser aprendidas e praticadas por todos os membros do banco, aumentando o nível de escolaridade e qualidade de vida futura dos atendidos pelo banco (PAULA, 2015, p. 23)

Yunus (2008, p. 73), afirma que:

> [...] o Banco Grameen é muito mais do que uma instituição financeira. Estamos criando uma geração completamente nova, que estará bem preparada para tirar sua família da pobreza. E o Banco Grameen é uma ferramenta para que isso seja feito.

O microcrédito movimenta a economia da parcela da população rejeitada pela sociedade, os pobres. Assim que muitos se movimentarem, haverá grandes realizações e mudanças no cenário atual. Esse crédito é um instrumento para transformar vidas.

> Alguns números interessantes de Bangladesh: redução de pobreza na taxa de 1,8% ao ano, sendo que em 2010 cerca de 30% da população era pobre; 7% de trabalho infantil (menor número dos países da região, em vias de ser eliminado); 90% de inscrições de crianças em escolas básicas; 22% da força de trabalho é composta por mulheres; má nutrição entre mães gira em torno de 40%; 160 milhões de habitantes no tamanho do estado de São Paulo, sendo que a população dobrou em 35 anos; Cerca de 3.3 em termos de taxa de fertilidade, caindo pela metade nos últimos 30 anos e se tornando um caso de sucesso global (NASTRI NETO, 2013, p. 30).

ISBN 978-85-87406-94-1

Através dos créditos para negócios, se fortaleceu o empreendimento e houve aumento da renda das famílias de Bangladesh, o que resultou na melhoria da qualidade de vida de toda a família (BARONE et al, 2002).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo, é possível afirmar que o empreendedorismo social é muito importante na resolução de problemas sociais, visando a solução dessas questões até então negligenciadas pelo governo e pela sociedade, sem tornar as pessoas dependentes do negócio.

Com a identificação da pobreza estrutural que Bangladesh vivia, Muhammad Yunus decidiu conhecer sobre a real situação dos pobres de uma aldeia, nas imediações da Universidade em que ele dava aula, para conseguir entender como ele poderia ajudá-los. Ele criou então o Grameen Bank, o qual não só conseguiu reduzir a pobreza de Bangladesh, como melhorou a qualidade de vida de toda a família do tomador de crédito com o aumento da renda, e gerou vários outros impactos positivos para sua comunidade.

Com o Grameen Bank ficou claro que o microcrédito ajuda de forma eficiente na redução da pobreza, e que ninguém sabe melhor do que os pobres o que eles necessitam e do que precisam fazer para, que com sucesso, se tornarem financeiramente independentes e empreendedores autônomos.

O Grameen é o primeiro grande empreendimento social mas lucrativo, dos mais pobres em todo o mundo. É pelos impactos positivos, especialmente nas situações de pobreza, que fez o empreendedorismo social através do microcrédito ser amplamente reconhecido.

Dada a importância do tema, torna se necessário o desenvolvimento de estudos aprofundados sobre os modelos de empreendimentos sociais, esclarecendo as diversas linhas de estudo a respeito do tema e seus impactos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nuno. In: FÉLIX, Sérgio; ALVES, Leopoldina; SIRGHI, Victoria (Orgs.). *Oportunidades de negócio no turismo e na indústria no mar*. Portugal: AIRO, 2012.

ISBN 978-85-87406-94-1

cap. 6.1. p. 45-54. Disponível em: < http://www.igfse.pt/upload/docs/2015/ManualEmpreendedorismoSocial.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

ALVES, André Luis Centofante. *Gestão de organizações não governamentais.* 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

BÁRCIA, Marcelo. *Empreendedorismo: disciplina a distância.* 1. ed. Rio de Janeiro: UVA, 2014.

BARONE, Francisco Marcelo et al. *Introdução ao microcrédito.* Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>. Acesso em 18 abr. 2016.

BOSE, Monica. *Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local.* 2012, 198 f. (Tese Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-27032013-170655/pt-br.php>. Acesso em 14 mar. 2016.

CARDOSO, Gabriel. *Mude, você, o mundo!.* São Caetano do Sul, SP: Lura Editorial, 2015. 127 p.

CATÁLISE SOCIAL. *Grameen bank*. 25 mar. 2013. Disponível em: <http://catalisesocial.com/cases/grameen-bank/>. Acesso em 25 mar. 2016.

DOLABELA, Fernando. *O segredo de luisa.* 1. ed. São Paulo: Cultura Editores, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo na prática*: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, Peter F. *Inovação e espírito empreendedor:* (entrepeneurship) prática e princípios. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1987. 342 p.

EXAME. *Os 9 tipos de empreendedores mais comuns no brasil*. 24 mar. 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/os-9-tipos-de-empreendedores-mais-comuns-no-brasil>. Acesso em: 04 abr. 2015.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, GEM. Empreendedorismo no brasil: relatório executivo. Global Report, 2014. Disponível em: < http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_relat%C3%B3rio%20executivo.pdf>. Acesso em 19 fev. 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

HARTIGAN, Pamela; ELKINGTON, John. *Empreendedores sociais:* o exemplo incomum das pessoas que estão transformando o mundo. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 242 p.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. *Empreendedorismo.* Tradução de Lene Belon Ribeiro. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MORAIS, C. *Atitudes de empreendedores*. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2000. 114 p.

NASCIMENTO, Arilsom Martins do. *Moeda palma e o desenvolvimento sustentável do conjunto palmeiras através da economia solidária.* 2011, 131 f. (Dissertação em Economia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6213/1/2011_dissert_amnascimento.pdf >. Acesso em 12 abr. 2016.

NASTRI NETO, Orlando. *Bangladesh – diário de bordo:* um brasileiro e suas experiências de estágio do grameen bank. 2013, 36 f. (Relatório em Administração de Empresas). FEA-RP/USP, Ribeirão Preto, 2013. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/236314/mod_resource/content/1/f_Di%C3%A1rio%20de%20Bordo%20no%20Grameen%20Bank%20-%20Orlando%20Nastri%20Neto.pdf>. Acesso em 22 abr. 2016.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta. *Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos*: compilação e discussão das normas da ABNT. 4. ed. Uni-Facef, Franca, 2014.

PANDYA, Mukul; SHELL, Robbie. *Liderança duradoura*. Tradução Werner Loeffler. 1. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

PAULA, Natália Oliveira de. *O programa nacional de microcrédito produtivo orientado e sua diferenciação do projeto banco grameen* – uma análise comparativa dos dois modelos. 2015, 71 f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnólogo em Processos Gerenciais). Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia, Caraguatatuba, 2015. Disponível em: <http://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/natalia_oliveira_de_paula_2015.pdf>. Acesso em 20 mar. 2016.

SEBRAE. *Empreendedorismo.* São Paulo: Sebrae/SP, 2011. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/ebook_empreendedorismo.pdf>. Acesso em 20 mar. 2016.

SPIEGEL, Peter. *Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres:* sua vida, visão e atuação. Tradução Siomara Fernandes Costa. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2010. 149 p.

SOUSA, Amanda Cristina da Silva; LIMA, Dayane Batista da Silva; ALVES, Flávia Cristina Guidoni. Empreendedorismo: estudo de caso Grupo Stick Fran. *Fórum de Administração,* Franca (SP), v. 1, n. 6, p. 9-205, 2014.

ISBN 978-85-87406-94-1

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração.* 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

YUNUS, Muhammad. *Um mundo sem pobreza:* a empresa social e o futuro do capitalismo. Tradução Juliana A. Saad e Henrique Amat Rêgo Monteiro. 1. ed. São Paulo: Ática, 2008. Disponível em: <http://facef.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788508119943/pages/5>. Acesso em 19 abr. 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

ENTRE O LIRISMO E O DRAMA: uma leitura de “Um cadáver de poeta” de Álvares de Azevedo

Ana Rita Coelho Cavalcante (Uni-FACEF)
Julia de Andrade Guagneli (Uni-FACEF)
LauanyStefaniGadini (Uni-FACEF)
Monica de Oliveira Faleiros(Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Manuel Antônio Álvares de Azevedo é um dos poetas mais importantes do Romantismo brasileiro, famoso pelas lendas que o envolvem, entre elas a de que, provavelmente, tenha feito parte da sociedade Epicuréia, sociedade secreta que promovia orgias famosas. Contudo, foram sua originalidade e irreverência que despertaram nosso interesse para a realização desta pesquisa, este autor nos encanta pela maneira como utiliza da subjetividade, principalmente em*Lira dos Vinte Anos*, em que se pode observar, na segunda parte, o escape aos clichês românticos, no que diz respeito tanto à temática nacionalista vigente, quanto o sentimentalismo exacerbado.

O propósito deste trabalho é contextualizar a obra de Álvares de Azevedo no Romantismo e no contexto da Literatura romântica brasileira, observando como sua obra dialoga com uma literatura que tinha o propósito de construir uma identidade nacional e romper com a tradição. Além disso, pretende-se estudar a obra de Álvares de Azevedo de modo geral observando o que diz Candido sobre a presença de “Ariel” e “Caliban”.

Tudo isso, com objetivo de apresentar uma leitura do poema “Um cadáver de poeta” que leve em conta a mistura de gêneros, as características do autor, sua “face” satânica, irônica, crítica e inconformada, além da melancolia, da tristeza e da morbidez.

Ademais, iremos caracterizar e analisar os elementos que estruturam o poema, como a sonoridade, a rima, o ritmo, o metro, o verso, o grotesco e o sublime. Através disto, podemos compreender, interpretar e analisar as estruturas do texto poético.

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico e será fundamentada tanto a partir dos estudos de Onofrio (2004), sobre o Romantismo, como da abordagem histórica e crítica feitas por Candido (2006), Bosi (2004) e Cunha (1998) sobre a

ISBN 978-85-87406-94-1

obra de Álvares de Azevedo; para tratar da mistura de gêneros no período romântico, estudaremos o prefácio de Cromwell, de Victor Hugo; além disso, a fim de fundamentar nossa análise do poema, utilizaremos as propostas de Goldstein (2004) e Candido (2004).

A partir desses estudos, esta pesquisa buscará responder às seguintes questões: Como contextualizar a obra de Álvares de Azevedo no Romantismo e no contexto da Literatura Romântica brasileira? Como sua obra dialoga com uma literatura que tinha o propósito de construir uma identidade nacional e romper com a tradição?O que diz Candido sobre a presença de “Ariel” e “Caliban” na *Lira dos Vinte Anos*?O que leva em conta a mistura de gêneros presente no poema “Um cadáver de poeta”?Quais são os elementos que estruturam o poema?

A fim de realizar esse percurso, iniciaremos os estudos sobre o Romantismo, o contexto brasileiro e a obra de Álvares de Azevedo. A seguir, estudaremos a obra *Lira dos Vinte Anos* para explicar a relação que o poema “Um cadáver de poeta” estabelece com ela e então, por último, acreditamos ser possível apresentar uma leitura interpretativa do *corpus* que leve em conta tanto sua estrutura como texto literário quanto seu contexto.

2. SOBRE O ROMANTISMO E A OBRA DE ÁLVARES DE AZEVEDO

2.1. Romantismo

A época literária em que se insere o autor, o Romantismo, originou-se na Alemanha e na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, e dominou o Ocidente até a primeira metade do século XIX. Nesse período, estava acontecendo a primeira Revolução Industrial e com ela o surgimento do terceiro estado, a Revolução francesa e a Declaração universaldos direitos do homem e do cidadão.

Com isso, o Romantismo não foi apenas um movimento literário, mas também, social, histórico e cultural. Ele questionava o imperialismo, os dogmas religiosos, a supremacia das classes dominantes e as regras do Classicismo.

A citação que melhor ilustra o que foi falado acima:

ISBN 978-85-87406-94-1

> [..] O Romantismo, enquanto visão de mundo foi uma reação aos valores éticos e intelectuais ilustrados e clássicos, assim como aos fatos históricos mais marcantes da virada do século XVIII para o XIX: a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e a política napoleônica. Nesse sentido, a visão de mundo romântica surge mais como uma reação ao novo do que como a proposição de algo novo. Todo valor que ela elege é sempre em oposição a outro que pretende negar. À razão, o Romantismo opôs o sentimento, à mente o coração, à ciência a arte e a poesia, ao materialismo o espiritualismo, à objetividade a subjetividade, à filosofia ilustrada o cristianismo, ao corpo e à matéria o espírito, ao dia a noite, ao preciso o impreciso, ao equilíbrio a expansão e o entusiasmo, à vida social ampla a comunhão restrita de gênios e eleitos, aos valores universais os particulares e exóticos, ao estático e permanente o movimento, ao estável o instável, etc.[..] (RONCARI, 2014, p.297)

Além disso, tem como característica a liberdade de criação, a subjetividade, a supervalorização do amor, a idealização da mulher, além de abranger temas como o amor e a pátria, a natureza e a religião, o povo e o passado que se espalham por toda a história das literaturas, em favor da liberdade de sentir, de viver e de se expressar.

2.2. Romantismo no Brasil

O romantismo no Brasil teve início no ano de 1836, com a publicação do livro *Suspiros Poéticos e Saudades,* de Gonçalves e Magalhães (1811-1882). Conforme Bosi (2004), a poesia romântica foi dividida em três gerações, sendo a primeira da década de 60, que tem como principais expoentes, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Araújo Porto Alegre e que é considerada indianista ou nacionalista, pois exalta a natureza, cria um herói na figura de índio, além de ser marcada pelo sentimentalismo e a religiosidade. A segunda geração romântica, ou ultrarromântica, tem como representantes: Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire e Fagundes Varela, e suas características são o individualismo, o egocentrismo, o negativismo, a dúvida, a desilusão, o tédio e os sentimentos relacionados à fuga da realidade. A terceira geração romântica, ou condoreira, tem como principal representante Castro Alves, cuja poesia é caracterizada por ser social e libertária.

Álvares de Azevedo nos encanta e nos leva a ver como a sua obra teve grande influência para o início de uma literatura puramente brasileira conforme fala Candido no texto “Álvares de Azevedo, ou Ariel e Caliban”.

ISBN 978-85-87406-94-1

Ademais, propõe uma abordagem e uma outra maneira de expressar-se. Assim, a sua obra torna-se questionadora da realidade e vincula a tradição romântica brasileira à tradição romântica portuguesa. Também aborda a depressão como sendo autodestrutiva e questiona o leitor para ver como ele lida com essa realidade.

Sendo assim, o *corpus* de nossa pesquisa é a obra de Álvares de Azevedo, nosso interesse volta-se para o estudo mais específico da segunda geração romântica, que segundo Alfredo Bosi:

> [...] fez-se íntima na poesia dos estudantes boêmios que se entregam ao *spleen*de Byron e ao *mal dusiecle*de Musset, vivendo na província uma existência doentia e artificial, desgarrada de qualquer projeto histórico e perdida no próprio narcisismo.(BOSI,2004,p.100)

Como os poetas ultrarromânticos viviam em uma "geração perdida", sendo assim levaram ao exagero as normas e ideias preconizadas pelo Romantismo dentre elas a exaltação da subjetividade, do idealismo amoroso, o sarcasmo, a ironia, o dualismo, a morbidez, o tédio constante, o saudosismo e a liberdade criativa. Com isso, o autor cria o cenário da ironia romântica em sua obra.

2.3. Álvares de Azevedo e a Obra *Lira dos Vinte Anos*

Álvares de Azevedo (1831-1852) foi um poeta de grande destaque para a segunda geração romântica, pois sua poesia tem como características o sentimentalismo, a morbidez e o pessimismo que teve no poeta inglês Byron, sua maior influência.

A *Lira dos Vinte Anos* é o trabalho mais conhecido de Álvares de Azevedo. Como dissemos, a obra é dividida em três partes, sendo que a primeira e a segunda parte contêm um prefácio. A primeira parte é composta por 33 poemas que vão de "No Mar" até "Lembrança de Morrer". A segunda parte é formada por 19 poemas, além do prefácio já mencionado. Os poemas começam por "Um cadáver de poeta" e vão até "Minha desgraça". A terceira parte inicia-se com textos que vão de "Meu desejo"a "Página rota" e está tematicamente ligada à primeira parte. Com isso, pode-se perceber, na verdade, uma divisão em duas partes, que configuram as duas faces da poética do autor: uma sonhadora e idealista e a outra, que responde à primeira, marcada pelo traço da descrença e da desilusão, expressas por meio da

ISBN 978-85-87406-94-1

ironia e da paródia, o que, conforme dissemos, aproxima o poeta das tendências divergente típicas da literatura romântica.

O poeta, na primeira parte da *Lira dos Vinte Anos* trata de assuntos sentimentais e confessionais marcados por uma nota de profunda ingenuidade e de idealização das experiências amorosas e humanas. Na segunda parte da obra, a poesia é mais prosaica, avessa os êxtases sentimentais e ingênuos da primeira, estabelecendo um confronto entre o ideal e o real. Além disso, o mundo rotineiro burguês aparece ridicularizado e questionado na poesia da segunda parte da lira:

> Cuidado, leitor, ao voltar esta página! Aqui dissipa-se o mundo visionário e platônico. Vamos entrar num mundo novo, terra fantástica,[...] A razão é simples. É que a unidade deste livro funda-se numa binomia. Duas almas que moram nas cavernas de um cérebro pouco mais ou menos de poeta escreveram este livro, verdadeira medalha de duas faces. (AZEVEDO,2009, p.30)

Nesse contexto, o poema “Um cadáver de poeta”, *corpus* desta pesquisa, torna-se exemplar desta segunda parte da *Lira dos Vinte Anos*, pois revela a mistura de gêneros, a liberdade criadora que é marcada pela atitude crítica e irônica, estabelecendo diferenças entre “os poetas” colocando o “verdadeiro” e autêntico poeta romântico à margem, da estrada e da sociedade. Além disso, utiliza de uma linguagem sarcástica e também irônica consagrada a Satã (Caliban) que se contrapõe à serenidade do anjo (Ariel), que reflete o mundo de sonhos e idealizações. Com isso, percebe-se que a obra *Lira dos Vinte Anos* está relacionada em especial à peça “A Tempestade” de Willian Shakespeare, por lançar mão de suas personagens “Ariel” e “Caliban” que correspondem ao “espirito angélico” e ao “espírito satânico”, encarnando as duas faces exploradas pelo autor na primeira e na segunda partes do livro.

O poema que analisaremos tem um arranjo que descreve o universo burguês materialista em que não há espaço para sensibilidade e para a poesia, criando a imagem do poeta solitário e incompreendido, de sensibilidade mórbida e escapista, além de uma figura feminina frágil, fria e pálida, enfatizando as características dos poetas ultrarromânticos.

O poema “Um cadáver de poeta” apresenta ainda uma discussão literária, que toca na questão dualista que caracterizam as duas faces do autor. Além disso, observa-se a presença de diferentes gêneros em sua composição,

ISBN 978-85-87406-94-1

principalmente o dramático e o lírico. O poema divide-se em sete partes, e as duas primeiras funcionam como uma espécie de prólogo, expondo, por meio do eu lírico, a situação do drama: um poeta, sem dinheiro para comer e só no mundo, morreu na rua, sem que ninguém cuidasse de seu corpo.

Assim, para abordarmos com maior propriedade a questão da variedade de gêneros, acreditamos ser importante para este estudo as considerações que fazopoeta francês Victor Hugo, no prefácio de sua obra *Cromwell: Do grotesco e do sublime*, de que passaremos a tratar.

2.4. Sobre os Gêneros na Literatura Romântica

O Romantismo tem a representação de uma realidade interior em que o disforme e o feio podem ser bonitos. O poeta tem a liberdade criadora em que abole qualquer norma estética, que é este preceito que fundamenta a mistura de gêneros literários que se assenta no rompimento com os preceitos formais clássicos. Com isso, a arte romântica se caracteriza por esse modo de ver o mundo: a partir do "eu/poeta", que pode mostrar-se desencantado, uma vez que a realidade é algo insatisfatório e se choca com os ideais sonhados. Assim, segundo Karl Mannheim:

> O romantismo expressa os sentimentos dos descontentes com as novas estruturas: a nobreza, que já caiu e a pequena burguesia que ainda que ainda não subiu: de onde as atitudes saudosistas, ou reivindicatórias que pontuam todo o movimento. (MANNHEIM *apud* BOSI, 2004, p.91)

Ao realizar a leitura do livro do prefácio de Cromwell, *Do grotesco e do sublime* de Victor Hugopercebemos o quanto ele é fundamental para se ter uma melhor compreensão da estética romântica, e principalmente o quanto ele nos auxilia para um entendimento mais amplo da obra romântica, mais especificamente da obra de Álvares de Azevedo, principalmente ao analisar o poema "Um cadáver de Poeta".

Victor Hugo faz uma ilustração que nos mostra claramente como é caracterizada as oposições como: o belo e o feio, o sublime e o grotesco, desse modo conseguimos entender como esse jogo de ideias contrárias ocorrem nas obras literárias. Como podemos ver na seguinte citação:

> [...] Sentirá que tudo na criação não é humanamente belo, que o feio existe ao lado do belo, o disforme perto do gracioso, o grotesco do

ISBN 978-85-87406-94-1

> reverso do sublime, o mal com o bem, a sombra com a luz. Perguntar-se-á se a razão estreita e relativa do artista deve ter ganho de causa sobre a razão infinita, absoluta, do criador; se cabe ao homem retificar Deus; se uma natureza mutilada será mais bela; se a arte possui o direito de desdobrar; por assim dizer; o homem, a vida, a criação; se cada coisa andará melhor; quando lhe for tirado o músculo e a mola; se, enfim, meio de ser harmonioso é ser incompleto[...] (HUGO,2004, p.26)

Além disso, outros pontos abordados por ele neste Prefácio é a rejeição às regras, a recusa de imitação e a liberdade na arte. Com isso, os autores teriam uma obra mais complexa.

Um trecho da obra que mais se destacou na leitura do Prefácio para exemplificar o que foi dito anteriormente está na seguinte citação:

> [...] Somente diremos aqui que, como objetivo junto do sublime, como meio de contraste, o grotesco é, segundo nossa opinião, a mais rica fonte que a natureza pode abrir a arte [...] O sublime sobre o sublime dificilmente produz um contraste, e tem-se necessidade de descansar de tudo, até do belo. Parece ao contrário que o grotesco é um termo de comparação, um ponto de partida, de partida, de onde os elevamos para o belo com uma percepção mais fresca e mais excitada.[...] (HUGO, 2004, p.33)

Aqui nota-se o que é sublime e o que é grotesco, o qual facilita o entendimento e como esses termos caracterizam a obra. O sublime é sutil e não produz contraste, enquanto o grotesco é complexo e comparativo. Na obra literária a união desses dois estilos a enriquecem, pois um necessita do outro para coexistir.

Outro ponto importante e intrigante nesta obra é que ele cita todos os gêneros literários, por exemplo, a ode, assim levanta questionamentos e descrições sobre eles, levando o leitor a uma melhor compreensão sobre o novo modelo literário que estava surgindo que é o Romantismo.

Algo que nos chamou a atenção foi a seguinte frase: [...] A antiguidade não teria feito *A bela e a fera*(HUGO, 2004, p. 39). Com isso, chegamos à conclusão de que na antiguidade, como havia uma predominância do belo, era impossível se pensar em realizar um conto como este que mistura o belo e o feio, o grotesco e o sublime.

Além disso, podemos perceber ao longo do prefácio de *Cromwell*a defesa do drama romântico, que, segundo Hugo, poderia ser uma nova forma de poesia em que os modernos deveriam superar as velhas manifestações clássicas,

ISBN 978-85-87406-94-1

que surgiu as formas de arte poética ou melhor as três idades do mundo. A partir da seguinte citação:

> [...] Assim, para reunirmos rapidamente os fatos que observamos até aqui, a poesia tem três idades, das quais, cada uma corresponde a uma época da sociedade: a ode, a epopeia, o drama. Os tempos primitivos são líricos, os tempos antigos são épicos e os tempos modernos são dramáticos. A ode canta a eternidades, a epopeia soleniza a história, o drama pinta a vida [...] (HUGO, 2004, p. 40).

Contudo, a obra dramática, que ele defende, é um espelho em que se se reflete a natureza, ou seja, a sua liberdade, a sua arte de criar:

> [...]É, pois, preciso que o drama seja um espelho de concentração que longe de enfraquecê-los, reúna e condense os raios corantes, que faça de um vislumbre uma luz, de uma luz uma chama. Só então o drama é arte (HUGO, 2004, p. 69).

Assim, a natureza e a verdade se transformam no que podem para convencer-se dos poucos obstáculos que a natureza de nossa poesia opõe à livre expressão de tudo que é verdadeiro.

Enfim, exemplificando tudo o que relatamos anteriormente e o seu drama romântico, afirma Victor Hugo:

> [...] Se tivéssemos o direito de dizer qual poderia ser, em nosso gosto, o estilo do drama, quereríamos um verso livre, franco, leal, que ousasse tudo dizer sem hipocrisia, tudo exprimir sem rebuscamento e passasse com um movimento natural da comédia à tragédia, do sublime ao grotesco; alternadamente positivo e poético, ao mesmo tempo artístico e inspirado, profundo e repentino, amplo e verdadeiro [...](HUGO, 2004, p.77)

3. CONCLUSÃO

Como dissemos anteriormente, o objetivo deste artigo é apresentar o projeto de pesquisa que estamos desenvolvendo com o intuito de, ao final deste estudo, propor uma leitura do poema “Um cadáver de Poeta”, de Álvares de Azevedo, que integra a segunda parte da obra *Lira dos vinte anos*, tendo em vista os seguintes aspectos: sua composição a partir da combinação de vários gêneros, suas características estruturais como a sonoridade, a rima, o ritmo, o metro, o verso, sua contextualização quanto à obra de Álvares de Azevedo e do Romantismo brasileiro, observando como sua obra dialoga com uma literatura que tinha o propósito de construir uma identidade nacional e romper com a tradição e, ainda, sua “face”

ISBN 978-85-87406-94-1

satânica, irônica, crítica e inconformada, além da melancolia, da tristeza e da morbidez.

Até agora, realizamos estudos sobre o autor e a obra, em diálogo com o contexto da literatura romântica brasileira por meio de estudos críticos como os de Alfredo Bosi e de Antonio Candido e, além disso, pesquisamos os aspectos que envolvem as reflexões sobre os gêneros literários, principalmente em Victor Hugo "Do grotesco ao sublime", para aplicar à análise do texto em questão. Assim, a próxima etapa desta pesquisa será voltada para a efetiva exploração do texto do poema a partir de que, acreditamos, chegaremos à proposta de leitura prometida.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2ª ed. Universidade de São Paulo: Cultrix, 2004.

CANDIDO, A. **Álvares de Azevedo ou Ariel e Caliban**. In:_____. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos. São Paulo: Associação Editorial Humanista, 2006.

_____. **O estudo analítico do poema**. São Paulo: Associação Editorial Humanista, 2006.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Literatura Ocidental**: autores e obras fundamentais. São Paulo: Cultrix, 2004.

HUGO, Victor. **Do grotesco e do sublime:** tradução do prefácio de Cromwell. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MARCÍLIO, Fernando. ***Lira dos Vinte Anos***. Disponível em: <http://educacao.globo.com/literatura/assunto/resumos-de-livros/lira-dos-vinte-anos.html.> Acesso em: 15 de out. 2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

ENTRE O "SÍTIO" E A CONTEMPORANEIDADE: um perfil do leitor lobatiano – investigações preliminares

Daniela Cristina da Silva (Uni-FACEF)
Franciely Godoi Hencizo (Uni-FACEF)
Sarah Maria Ferreira (Uni-FACEF)
Maria Eloísa de Souza Ivan (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

José Monteiro Lobato é umas das figuras responsáveis pelo lugar de destaque que hoje é ocupado pela literatura infantojuvenil brasileira. Apesar da vasta lista de profissões exercidas pelo escritor, advogado, fazendeiro, diplomata, empresário e tradutor, é do Monteiro Lobato criador d' *O Sítio do Picapau Amarelo* que todos nós nos lembramos. Dentro do contexto da Literatura Brasileira, Lobato pertence ao Pré-Modernismo, momento que marca a transição entre o Simbolismo e o movimento Modernista Brasileiro.

Autor de, no mínimo, três dezenas de livros, Lobato escreveu grande parte desta monumental obra dirigida ao público infantojuvenil. Emília, Pedrinho, Visconde de Sabugosa, Cuca, Saci Pererê, Dona Benta, Marquês de Rabicó e Narizinho são alguns dos personagens que povoam os escritos de Lobato e as lembranças de todos nós, extrapolando, em larga medida, o campo da escrita impressa, sendo adaptadas também para o teatro, a televisão e o cinema.

Reinações de Narizinho (1931) foi sua obra de estreia no cenário infantojuvenil. Este livro é uma coleção de histórias, as quais podem ser lidas no conjunto ou saboreadas uma a uma, como afirmam Camargos e Sacchetta (2008). Considerada uma obra antológica dentro do contexto lobatiano foi a escolhida para compor o *corpus* de nossa pesquisa. Contudo, ainda que seja feito um estudo da obra como um todo, privilegiamos a leitura interpretativa de dois contos, a saber, "O Sítio do Picapau Amarelo" e "O casamento de Narizinho".

Assim, diante do exposto, dizemos que o objetivo deste trabalho é apresentar as investigações preliminares do projeto de pesquisa de nosso artigo a ser concluído no quarto semestre letivo, acerca dos contos "O Sítio do Picapau Amarelo" e "O casamento de Narizinho", da obra acima referenciada, destacando-se em que medida a literatura lobatiana, dirigida ao público infantojuvenil da contemporaneidade, ajuda na formação do leitor de iniciante a leitor crítico.

ISBN 978-85-87406-94-1

Para tanto, apresentaremos, ainda que de modo sucinto, a evolução histórica do gênero infantojuvenil no contexto da Literatura Infantojuvenil Brasileira e Monteiro Lobato neste contexto. Também um estudo sobre a formação do leitor dentro desse contexto completa os nossos propósitos. A fim de alcançarmos o objetivo proposto e melhor compreendermos o discurso lobatiano e sua interação com o leitor nossa fundamentação teórica tem como base a leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Ceccantini e Pereira (2008), Martha (2006), Lajolo e Ceccantini (2009); Bosi (1994); Lajolo e Zilberman (2004); Lajolo (2003) e Carvalho (1992). Acrescentamos, ainda, que outras fontes poderão ser utilizadas, na medida em que iluminarem os propósitos desta pesquisa.

2. LITERATURA INFANTOJUVENIL: UM GÊNERO E SEU PERCURSO

De acordo com Zilberman (2003) a ascensão da burguesia e a decadência da aristocracia revelavam que gêneros clássicos como a epopeia e a tragédia também se viram abalados, havendo a necessidade de criar um novo estilo de textos que reacendesse o gosto pela leitura. Nesse contexto, os contos que conhecemos como pertencentes à literatura infantojuvenil foram direcionados ao público adulto, sendo que esses contos e fábulas tinham como uma de suas características estruturais a moral, com a intenção de ensinar algo ao leitor, sendo que alguns deles, com finais não tão felizes, chegavam a ser macabros.

Esses contos passaram, então, por adaptações para que se tornassem adequados ao novo público que surgia: as crianças e adolescentes. Assim, surge a literatura infantil; seu nascimento contém características próprias, pois é decorrente dessa ascensão da família burguesa, do novo status concedido à infância e à família e da reorganização da escola. Em consequência disso, vinculam-se aspectos particulares dessa estrutura, uma vez que são convocadas para cumprir uma missão, já que a aproximação entre instituição e gênero literário não é desinteressada, pois os primeiros textos escritos para crianças foram elaborados por pedagogos e professores com o marcante intuito educativo. A esse respeito, Zilberman (2003) explica que dessa combinação – pedagogia/texto – não é possível ver na literatura infantil um reconhecimento de valor estético, ou seja, quando um texto funciona como uma espécie de “manual de instrução” perde sua literariedade.

ISBN 978-85-87406-94-1

Lajolo e Zilberman (2004) afirmam que Literatura Infantojuvenil, por muitas vezes, fora considerada como subliteratura, não possuindo valor literário. Desde a publicação da primeira obra do gênero, o livro *Contos da Mamãe Gansa*, escrito por Charles Perrault e publicado em 1697, é conhecida a polêmica em torno do gênero, pois Perrault recusa-se a assinar essa primeira edição, uma vez que já era um poeta renomado na corte francesa e escrever uma obra popular significava fazer uma concessão a que ele não poderia permitir-se, como membro da Academia Francesa de Letras. O poeta atribuiu, então, a seu filho, Pierre Darmancourt, a autoria do livro. E, se no século XVII, já se verifica um interesse especial pela criança, provocando a edição dos primeiros tratados de pedagogia, escritos pelos protestantes ingleses e franceses, o século XVIII assiste à passagem completa da infância ao centro das considerações.

Contudo, ainda de acordo com as estudiosas, para legitimá-la foi necessário promover, em primeiro lugar, o benefício maior desse esforço conjunto: a criança, pois ela passa a deter um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro) ou novos ramos da ciência (a psicologia infantil, a pedagogia ou a pediatria) de que ela é destinada. Todavia, a função que lhe cabe desempenhar é apenas de natureza simbólica, pois se trata antes de assumir uma imagem perante a sociedade, a de alvo da atenção e interesse dos adultos, do que a de exercer uma atividade econômica ou comunitariamente produtiva, da qual adviesse alguma importância política e reivindicatória.

A segunda instituição convocada a colaborar para a solidificação política e ideológica da burguesia é a escola. Tendo sido facultativa, e mesmo dispensável até o século XVIII, a escolarização converte-se aos poucos, em uma atividade compulsória das crianças, bem como a frequência às salas de aula, seu destino natural. Os laços entre a literatura e a escola começam desde esse ponto: a habilitação da criança para o consumo de obras impressas. Isto aciona um circuito que coloca a literatura, de um lado, como intermediária entre a criança e a sociedade de consumo que se impõe aos poucos; e, de outro, como caudatária da ação da escola, a quem cabe promover e estimular como condição de viabilizar sua própria circulação.

ISBN 978-85-87406-94-1

Esboça-se, aos poucos, a relevância da literatura infantil e de seu estudo. O interesse que desperta provém de sua natureza desmistificadora, porque se dobra a exigências diversas e revela, ao mesmo tempo, em que medida a propalada autonomia da literatura não passa de um esforço notável por superar condicionamentos externos – de cunho social e caráter mercadológico – que a sujeita de várias maneiras.

A partir de sua consolidação como gênero literário, revela-se como arte da palavra, apresentando caráter universalizante, que dialoga com o homem de todos os tempos e espaços, possibilitando ao leitor o diálogo necessário para seu alargamento de horizontes e uma nova consciência de mundo, com um melhor entendimento do outro e de si mesmo.

2.1. Literatura Infantojuvenil no Brasil: o leitor em construção

De acordo com Carvalho (1992), no que se refere ao contexto brasileiro, foi tardio o início da Literatura Infantojuvenil entre nós, mas não apenas no Brasil, como também no mundo, só tardiamente foi feito algo com atenção voltada para a criança ou para a juventude.

Conforme já dito, a criança e o adolescente eram apenas partes de uma engrenagem social que não lhes dirigia o olhar e, no Brasil, não foi diferente para o que se refere à leitura destinada às crianças e aos adolescentes; eram apenas normas a serem compridas, normas estas regidas pela sociedade adulta. A criança não tinha voz, não podia se expressar; a criança e o adolescente eram vistos somente como o futuro adulto e, com isso, o processo educacional era voltado para a fase seguinte, e não pensado para se respeitar cada fase da vida, como deveria ser.

Segundo Carvalho (1992), a literatura que a criança lia, era a literatura destinada ao adulto, liam-se aquelas que continham um pouco de fantasia. Não se conhecia o gosto da criança e, consequentemente, a criança não se reconhecia na história, pois os temas não falavam de seus desejos e vontades, de seu cotidiano. Entre nós, o que era chamado de literatura infantil não passava de textos que revelavam a educação como motivo principal, enfim, que visavam à preparação da criança para o ingresso no mundo adulto, à recepção de lições de civilidade que

ISBN 978-85-87406-94-1

complementariam as lições recebidas nas escolas e os castigos recebidos em casa. Pelos livros destinados às escolas primárias é possível ter uma ideia do que seria a nossa literatura infantil, pois era frequente até a identificação entre literatura infantil e literatura escolar, como no caso de livros de Olavo Bilac e Coelho Neto, porém não podemos culpar nossos autores, pois eles não tinham conhecimento, nem motivação e, provavelmente, nem abertura para elaborarem uma literatura destinada para tal público, ou seja, os pequenos com grandes curiosidades.

Contudo, para Carvalho (1992), Monteiro Lobato, com sua lucidez, percebeu logo que não poderia destinar às crianças livros que não falassem a sua linguagem, isto é, sem um conteúdo que se relacionasse ao seu universo espiritual. Lobato percebeu os caminhos equivocados para os quais a literatura infantil brasileira estava caminhando e seguiu seu caminho, voltado literalmente para as crianças, buscando proporcionar momentos de alegria a elas em suas leituras. Assim, o universo das personagens de Lobato está constituído por momentos de lazer ou por motivos de conhecimento, que estão sempre a aguçar a atividade das crianças; e o escritor acaba por integrar nesses motivos de aprendizado, os próprios conhecimentos que são impostos às crianças nos bancos escolares, mas transformados no que realmente poderia representar para as crianças a revelação de uma parcela do mundo, libertando o leitor do caráter bestialógico dos livros didáticos que acumulam de tal modo nomes e descrições de coisas da natureza e da civilização, que acabam perdendo o sentido.

Carvalho (1992) refere-se a Lobato como um adaptador do seu universo à vida mental da criança, lembrando-se de que a criança tem o desejo de questionar, indagar, conhecer, saber; que ela apresenta uma insaciável curiosidade e que arrefece a sua sede de conhecimento justamente quando o adulto ou a escola começam a fazê-la conhecer o que ela não perguntou e, assim, barrar a sua corrida de encontro aos fatos e coisas do mundo.

Lobato se utiliza de uma linguagem de fácil acesso, intencionalmente, voltada aos menores, utilizando - se de personagens de fácil absorção, como por exemplo uma boneca falante, um sabugo de milho, e claro os animais que falam. Dentro desse mundo criado por Lobato, a criança não se sente estranha, pois ele sempre relatou suas próprias vivências, fazendo com que suas narrativas ganhassem ainda mais vida.

ISBN 978-85-87406-94-1

Enfim, veja como for, Monteiro Lobato descobriu o caminho que o torna um dos nomes mais respeitáveis e queridos entre nós. Acordamos com Coelho (2000) quando a estudiosa afirma que um dos grandes achados de Lobato foi mostrar o maravilhoso como possível de ser vivido por qualquer um, pois misturando o imaginário com o cotidiano real, o autor mostra, como possíveis, aventuras que normalmente só podiam existir no mundo da fantasia. Encantando crianças de todas as idades, Lobato foi o precursor de nossa literatura infantil, abrindo os caminhos para a produção literária infantojuvenil contemporânea, que corresponde a uma fase inovadora a partir dos anos 60.

Coelho (2000) nos apresenta uma visão panorâmica das obras criativas, ou, para usar as palavras da autora, das que apresentam valor literário original, distribuindo-as em duas grandes áreas: a do questionamento e a da representação. Geralmente, as que se integram na primeira área são classificadas como obras inovadoras e as da segunda área, de obras continuadoras.

O valor literário de cada livro não depende, obviamente, do simples fato de ele pertencer a uma ou à outra diretriz, mas sim da coerência interna entre a visão de mundo que o alimenta e as soluções estilísticas e estruturais escolhidas pelo autor, tendo em vista o momento em que escreve.

O fato de os livros para crianças serem produzidos dentro de um sistema editorial mais moderno implica regularidade de lançamento e agenciamento de todos os recursos disponíveis para criação e manutenção de um público fiel. Como consequência, alguns escritores lançam vários livros por ano, perfazendo dezenas e dezenas de títulos que independentemente da qualidade garantem seu consumo graças à obrigatoriedade da leitura e agressividade das editoras.

Ao lado destas, porém, inspiradas pela necessidade de produção industrial, outras soluções seguem também na esteira lobatiana, tal como o reforço da produção por series, isto é, grupos de obras que repetem, ao longo de vários títulos, personagens e/ou cenários. Depois de Lobato, que não abandona o sítio de Dona Benta nem seus netos e moradores, vários escritores contemporâneos repetem figuras e ambientes, fazendo sua obra correr o risco de redundância e aproximando-se perigosamente da cultura de massa.

ISBN 978-85-87406-94-1

Enfim, ainda conforme Coelho (2000), o que hoje define a contemporaneidade de uma literatura é sua intenção de estimular a consciência crítica do leitor; leva-lo a desenvolver sua própria expressividade verbal ou sua criatividade latente; dinamizar sua capacidade de observação e reflexão em face do mundo que o rodeia; e torna-lo consciente da complexa realidade em transformação que é a sociedade, em que ele deve atuar quando chegar a sua vez de participar ativamente do processo em curso. E é para a importância da leitura no processo de formação do leitor que encaminhamos nossas reflexões.

2.2. A Leitura e o Leitor Dentro de um Contexto de Tradição e Renovação

Segundo Martins (1988), aprendemos a ler a partir do nosso contexto pessoal, tendo que valorizá-lo para poder ir além dele, pois, segundo a autora, esse é o recado de Sartre, em seu relato autobiográfico, no qual apresenta uma perspectiva mais realista, mas não menos fascinante da iniciação à leitura.

Os primeiros contatos que temos com a leitura da palavra escrita é através da escola, esta por sua vez, oferece livros que nem sempre são “agradáveis”, pois a prioridade da escola é o pedagógico. Os livros são estritamente de conteúdo didático e, consequentemente, a literatura que os compõe era restrita a ensinar.

Martins (1988) comenta que saber ler textos escritos e escrever, ainda hoje, é algo a que não se tem acesso em todas as camadas sociais, pois o analfabetismo persiste mesmo em países em desenvolvimento, e se nos reportarmos a tempos mais remotos vemos que entre os antigos era privilégio de poucos. O aprendizado se baseava em disciplina rígida, por meio de método analítico caracterizado pelo progresso passo a passo: primeiro, decorar o alfabeto; depois, soletrar; por fim, decodificar palavras isoladas, frases, até chegar a textos contínuos. O mesmo método sendo aplicado para a escrita.

Apesar de séculos de civilização, quando nos referimos à leitura compreensiva e interpretativa vemos que as coisas não são muito diferentes. Muitos educadores não conseguiram superar a prática formalista e mecânica, evidenciando-se uma realidade em que para a maioria dos educandos, aprender a ler se resume a decorar signos linguísticos e por mais que se camuflem com métodos sofisticados e

ISBN 978-85-87406-94-1

supostamente desalienantes, a relação do leitor com o texto ainda se revela incômoda.

Leffa (1996) comenta que pode-se definir restritamente o processo da leitura, contrastando-se duas definições antagônicas: (a) ler é extrair significado do texto e (b) ler é atribuir significado ao texto.

Para o ensaísta a acepção de que ler é atribuir significado, põe a origem do significado não no texto, mas no leitor. O mesmo texto pode provocar em cada leitor e mesmo em cada leitura uma visão diferente da realidade. A visão da realidade provocada pela presença do texto depende da bagagem de experiências prévias que o leitor traz para a leitura.

Ainda conforme Leffa (1996) o texto não contém a realidade, reflete apenas segmentos da realidade, entremeados de inúmeras lacunas, que o leitor vai preenchendo com o conhecimento prévio que possui do mundo. A qualidade do ato da leitura não é medida pela qualidade intrínseca do texto, mas pela qualidade da reação do leitor. A riqueza da leitura não está necessariamente nas grandes obras clássicas, mas na experiência do leitor ao processar o texto. O significado não está na mensagem do texto, mas na série de acontecimentos que o texto desencadeia na mente do leitor.

Enfim, apesar das dificuldades encontradas na relação quanto ao modo de ler a literatura, o leitor contemporâneo busca identidade e voz, e a forma que mais atrai esse leitor é quando sua realidade é retratada, ou seja, quando a história retrata suas vivências ou até mesmo seu cotidiano.

Descobrir se o leitor da contemporaneidade ainda se identifica com o texto lobatiano é um percurso que se encontra em processo nessa pesquisa, por isso, passamos a apresentar a seção três e que se contextualiza autor e obra.

3. MONTEIRO LOBATO VIDA E OBRA.

Monteiro Lobato (1882-1948) nasceu em Taubaté, São Paulo, no dia 18 de abril de 1882. Era filho de José Bento Marcondes Lobato e Olímpia Monteiro Lobato. Alfabetizado pela mãe, logo despertou o gosto pela leitura, lendo todos os livros infantis da biblioteca de seu avô o Visconde de Tremembé. Desde menino, já

ISBN 978-85-87406-94-1

mostrava seu temperamento irrequieto, escandalizou a sociedade quando se recusou a fazer a primeira comunhão. Fez o curso secundário em Taubaté. Com treze anos, foi estudar em São Paulo, no Instituto de Ciências e Letras, se preparando para a faculdade de Direito.

Registrado com o nome de José Renato Monteiro Lobato, resolve mudar de nome, pois queria usar uma bengala, que era de seu pai, que havia falecido no dia 13 de junho de 1898. A bengala tinha as iniciais J.B.M.L gravadas no topo do castão, então mudou de nome, passando a se chamar José Bento Monteiro Lobato, assim as suas iniciais ficavam iguais às do pai.

Ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital, formando-se em 1904. Nesse mesmo ano, voltou para Taubaté. Prestou concurso para a Promotoria Pública, assumindo o cargo na cidade de Areias, no Vale do Parnaíba, no ano de 1907. Ficou em Areias até 1911, quando mudou-se para Taubaté, para a fazenda Buquira, deixada como herança pelo seu avô.

Monteiro Lobato casou-se com Maria Pureza da Natividade, em 28 de março de 1908. Com ela teve quatro filhos. Paralelamente ao cargo de Promotor, escrevia para vários jornais e revistas, fazia desenhos e caricaturas. No dia 12 de novembro de 1912, o jornal O Estado de São Paulo publicou uma carta sua enviada à redação, intitulada "Velha Praga", em que destaca a ignorância do caboclo, criticando as queimadas e explicando que a miséria tornava incapaz o desenvolvimento da agricultura na região. Sua carta foi publicada e causou grande polêmica. Mais tarde, publica novo artigo *Urupês*, onde aparece pela primeira vez o personagem "Jeca Tatu".

Em 1917, vende a fazenda e vai morar em Caçapava, onde funda a revista *Paraíba*. Nos 12 números publicados, teve como colaboradores Coelho Neto, Olavo Bilac, Cassiano Ricardo entre outras importantes figuras da literatura. Muda-se para São Paulo, onde colabora para a *Revista do Brasil.* Entusiasmado, compra a revista, transformando-se em editor. Publica em 1918, seu primeiro livro *Urupês,* que esgota sucessivas tiragens. Transforma a Revista em centro de cultura e a editora numa rede de distribuição com mais de mil representantes.

No contexto da Literatura Brasileira, Lobato pertence ao Pré-Modernismo, momento que marca a transição entre o Simbolismo e o movimento

ISBN 978-85-87406-94-1

Modernista. Bosi (1994) destaca sua tendência acentuada para uma concepção racionalista e pragmática do homem, assumindo posição ambivalente dentro do Pré-Modernismo. Diante de seu estilo tradicionalista, Lobato não aceita tão bem as exposições das obras da *Semana de Arte Moderna*, estas que são obras projetadas, e com intenções de provocar aqueles que estiveram presentes na *Semana 22*, como também ficou mundialmente conhecida.

Para expressar sua opinião, utilizou – se dá forma lobatiana, forma essa, que sempre envolvia uma caneta e um papel... publicou, então, no dia 20 de dezembro de 1917, no jornal *O Estado de São Paulo*, um artigo intitulado "Paranoia ou Mistificação?", em que critica a exposição de Anita Malfatti, pintora paulista recém chegada da Europa. Estava criada uma polêmica, que acabou se transformando em estopim do movimento Modernista. Essa afirmação pode-se justificar por meio das palavras de Bosi (1994) creio que se pode chamar pré-modernista (no sentido forte de premonição dos temas vivos em 22) tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade sócio e cultural. O romance de Lima Barreto e de Graça Aranha, ao largo ensaísmo social de Euclides, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manuel Bonfim, e à vivência brasileira de Monteiro Lobato o papel histórico de mover as aguas estagnadas da *belle époque,* revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional. Parece justo deslocar a posição desses escritores: do período realista, em que nasceram e se formaram, para o momento anterior ao Modernismo.

> Este, visto apenas como estouro futurista surrealista, nada lhes deve (nem sequer a Graça Aranha, a crer nos testemunhos dos homens da “Semana”); mas, considerando na sua totalidade, enquanto crítica ao Brasil arcaico, negação de odo academismo e ruptura com a República Velha, desenvolve a problemática daqueles, como o fara, ainda mais exemplarmente, a literatura dos anos 30 (BOSI, 1994, p. 307).

Lobato exerceu na cultura nacional um papel que transcende de muito a sua inclusão entre os contistas regionalistas. Ele foi, antes de tudo, um intelectual participante que empunhou a bandeira do progresso social e mental de nossa gente. E esse pendor para a militância foi-se acentuando no decorrer da sua produção literária, de tal sorte que às primeiras obras narrativas *Urupês, Cidades mortas* e *Negrinha,* logo se seguiram livros de ficção científica à Orwell e a Huxley, de polêmica econômica e social, que desembocariam, por fim, na originalíssima fusão de fantasia e pedagogia que representa a sua literatura juvenil.

ISBN 978-85-87406-94-1

Moralista e doutrinador aguerrido, acentuadas tendências para uma concepção racionalista e pragmática do homem, Lobato assumiu posição ambivalente dentro do Pré-Modernismo. Na medida em que a cultura do imediato pós – guerra refletia o aprofundamento de um filão nacionalista, o criador do Jeca mantinha bravamente a vanguarda.

De acordo com Bosi (2004), essa mesma nota moralista e didática afastava-o do Modernismo de 22, ou ao menos das correntes irracionalistas que lhe permeavam a estética. Lobato sentiria a vida toda, em nome do bom senso e da razão, total repulsa pelos “ismos” que definiram as grandes aventuras e as grandes conquistas da arte novecentistas: Futurismo, Cubismo, Expressionismo, Surrealismo, Abstracionismo...

A indicação dos limites da arte lobatiana parece colidir com a relevância da figura humana que vive na história brasileira onde já assumiu um papel simbólico. Utilizando as palavras de Bosi (2004), a verdade, porém, é que Lobato tem um tipo de personalidade cuja direção básica não era a estética. Compreendê-la em sua natureza específica, sem confundir os planos, é sempre a mais honesta das formas de lembrá-la.

Conforme já atestado ao longo desta pesquisa, Lobato foi também o precursor da Literatura Infantil no contexto da Literatura Brasileira, portanto, passamos à apresentação do autor dentro deste contexto, bem como da obra *Reinações de Narizinho* (1931), *corpus* desta pesquisa.

3.1. Lobato Dentro do Universo Infantojuvenil

Como escritor literário, Lobato destacou-se no gênero "conto". O universo retratado, em geral, são os vilarejos decadentes e as populações do Vale do Parnaíba, quando da crise do plantio do café. Em seu livro *Urupês*, que foi sua estreia na literatura, Lobato criou a figura do "Jeca Tatu", símbolo do caipira brasileiro. As histórias do *Sítio do Picapau Amarelo*, e seus habitantes, Emília, Dona Benta, Pedrinho, Tia Anastácia, Narizinho, Rabicó e tantos outros, misturam a realidade e a fantasia usando uma linguagem coloquial e acessível (LAJOLO, 2000).

Entre o vasto número de obras de Lobato, destacaremos, como *corpus* de nossa pesquisa, o livro que foi o pioneiro no gênero infantojuvenil, livro este

ISBN 978-85-87406-94-1

intitulado *Reinações de Narizinho* (1931). Este livro é uma coleção de histórias as quais podem ser lidas num conjunto ou saboreadas uma a uma, como afirmam Camargos e Sacchetta (2008).

A princípio, Lobato não pensou em escrever um livro, pois não se encontrava seguro, já que seria um novo público, pois a literatura do autor destinava-se a adultos. Ele iniciou sua escrita destinada aos pequenos por meio de contos, devido a aceitação das crianças e conselhos de um amigo íntimo, Godofredo Rangel (1884-1951), amigo este que se correspondeu com Lobato por quase 40 anos. Lobato resolveu, então, reunir todos os contos escritos ao público infantojuvenil e publicá-los. Esses contos reunidos formam *Reinações de Narizinho* (1931) *corpus* de nossa pesquisa.

O leitor é capaz de imaginar seu efeito, pois até hoje sua obra é viva e continua impulsionando os mais diferentes leitores e leituras; há várias edições da obra, contudo, para esta pesquisa, evidenciaremos a edição de 2007, publicada pela Editora Globo, em que a obra é apresentada em dois volumes, no qual o primeiro reúne seis contos, sendo eles: “Narizinho arrebitado”, “O Sitio do Picapau Amarelo”, “O Marques de Rabicó”, “O casamento de Narizinho”, “Aventuras do Príncipe” e “O Gato Felix”. Já no segundo volume, encontramos cinco contos, sendo eles, “Cara de Coruja”, “O Irmão do Pinóquio”, “O Circo de Cavalinhos”, “Pena de Papagaio” e o “ O Pó de Pirlimpimpim”.

Como salientamos anteriormente, Lobato sempre manteve a preocupação de expor uma crítica social por meio de seus textos. Mas como colocar uma crítica no meio de uma obra infantojuvenil? Com um pouco do pó de pirlimpimpim, pó este, que na mente de Lobato vinha de uma fonte inesgotável, surge, então, Emília, boneca de pano que ganha vida após tomar as pílulas do Dr. Caramujo e desatina a fala não parando mais.

Emília é retratada como uma boneca comum, feita por Dona Benta que só tinha a intenção de presentear sua neta Narizinho. Contudo, orientando-nos pelas reflexões de Dias (*online*), com um olhar mais atento e ouvidos a postos, percebemos que Emília é uma espécie de *alter ego* de Lobato, pois a boneca está sempre atenta aos mínimos detalhes, ela é esperta e sabichona, um pouco teimosa às vezes, mas acaba sempre tendo razão. Emília faz críticas de certa forma até meio abstratas, que, se não observarmos com bastante atenção, não as encontramos.

ISBN 978-85-87406-94-1

Emília é uma das várias personagens que figuram no livro e do qual destacaremos dois contos: “O Sítio do Pica Pau Amarelo” e “O casamento de Narizinho”. Narizinho é a neta de Dona Benta e prima de Pedrinho. Menina doce, carinhosa e inteligente, adora a vida no Sítio. Gosta de subir em árvores e de estar em companhia de Emília, sua boneca de pano. Seu nome completo é Lúcia Encerrabodes de Oliveira. Pedrinho é primo de Narizinho e neto de Dona Benta, Pedrinho vive na cidade. É corajoso, esperto e tem espírito de líder. Gosta de passar suas férias no Sítio e sempre fica triste quando elas chegam ao fim. Seu nome completo é Pedro Encerrabodes de Oliveira. Visconde de Sabugosa é o cientista extremamente inteligente do Sítio. Erudito e atrapalhado, vive na biblioteca entre os livros, pesquisando e estudando sobre vários assuntos ou então fica em seu laboratório, localizado no porão da casa de Dona Benta, onde dá margem à sua criatividade para construir invenções.

Dona Benta, avó de Pedrinho e Narizinho, é dona do Sítio do Picapau Amarelo. Contando histórias e estimulando a criatividade e imaginação das crianças, Dona Benta alimenta a curiosidade de seus netos e da boneca Emília. Mora no interior, mas sabe de tudo que acontece no mundo. Tio Barnabé, humilde e boa gente, toma conta do Sítio. É um velho que sabe de todos os mistérios do mato. Cuida das galinhas e da Vaca Mocha. Está sempre fumando um cachimbo, que o Saci adora esconder. Tia Nastácia, cozinheira de mão cheia, além de alimentar a turma do Sítio com seus quitutes, alimenta a imaginação das crianças com suas histórias. Tia Nastácia é a faz-tudo do Sítio, mas a turma também a ajuda cooperando nas tarefas domésticas. Foi quem costurou a boneca de pano Emília e a recheou com macelinha, toda noite a turma do Sítio fica escutando suas histórias e comendo suas rosquinhas de polvilho.

Príncipe Escamado é o príncipe do Reino das Águas Claras, é um peixe que quase se casou com Narizinho mas, no meio da cerimônia, Rabicó comeu a rosquinha que lhe serviria de coroa. Doutor Caramujo, médico do Reino das Águas Claras, é um caramujo, tem várias pílulas em sua valise de médico que curam qualquer doença. Foi ele quem fez Emília falar, dando a ela a Pílula Falante. Major Agarra e Não Larga Mais, sapão rajado que toma conta do portão do Reino das Águas Claras, mas sempre acaba dormindo em serviço. Dona Aranha, costureira do Reino das Águas Claras, foi quem fez o vestido de casamento de Narizinho e que

ISBN 978-85-87406-94-1

também fez os vestidos para o casamento de algumas princesas dos contos de fadas. Rabicó, o comilão da turma é o animal de estimação de Narizinho, leitão guloso e covarde está sempre atrás de comida, mas morre de medo da Tia Nastácia, que não vê a hora de colocá-lo na panela.

Como descrevem Camargos e Sacchetta (2008), Lobato sempre respeitou a inteligência das crianças e dos jovens, comum nos dias de hoje, essa atitude era impensável na sua época, foi ele quem ensinou como todo mundo podia sair ganhando com o diálogo. Toda criança adora o espaço de liberdade e imaginação que O Sítio representa. A importância de Monteiro Lobato, figura central e pioneira no crescimento da indústria do livro, pois foi a partir de seus projetos que nasceu a primeira editora no Brasil, não é apenas o precursor da Literatura Infantil Brasileira, mas é também o homem sensível, que nas palavras de Carvalho (1992), cria esse mundo de pequenos incidentes mas que deixa aberto largo horizonte à imaginação. Reconhecer se o autor ainda estabelece diálogo com o leitor da contemporaneidade, que nasceu sob o signo da era digital é o percurso que ainda está em fase de elaboração e que será oportunamente apresentado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de; MARTHA, Alice Áurea Penteado (Org.). **Territórios da leitura:** da literatura aos leitores. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2006.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. Apresentação. In_____: **Reinações de Narizinho**. São Paulo: Editora Globo, 2008. p. 06 – 09

CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. Com a palavra o leitor infantil. In_____: CECCANTINI, João Luís C. T. (Org.). **Leitura e literatura infanto-juvenil**: memória de Gramado. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2004.

CARVALHO, Fernando. A Literatura Infantil na Literatura Brasileira. **Itinerários**. Araraquara, 1992, v.4, p. 85-96.

DIAS, Maicon Alves. Emília e Miss Jane: a representação feminina nas obras de Monteiro Lobato. In_____: **II Colóquio da Pós-Graduação em Letras**. Assis:

ISBN 978-85-87406-94-1

Unesp – Campus de Assis. Disponível em: www.assis.unesp.br/coloquioletras. Acesso em 25.03.2016.

LEFFA, Vilson J. **Aspectos da Leitura:** uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996. Disponível em: http://www.ufrgs.br/textecc/traducao/teorias/files/aspectos_leitura.pdf. Acesso em 13.05.2016.

LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato:** um brasileiro sob medida. São Paulo: Moderna, 2003.

LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís. **Monteiro Lobato**: livro a livro. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira**: História & histórias. 6. ed. São Paulo: Ática, 2004.

MARTHA, Alice Áurea. Lobato, o caçador de leitores. In_____: CECCANTINI, João Luís; PEREIRA, Rony Farto (Org.). **Narrativas juvenis**: outros modos de ler. São Paulo: Editora Unesp, Assis, SP: ANEP, 2008.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MONTEIRO, Lobato. **Reinações de Narizinho**. São Paulo: Editora Globo, 2008, v.1.

SALES, José Batista de. Monteiro Lobato na escola do século XXI: a presença do escritor nas aulas de literatura, em Mato Grosso do Sul. In_____: AGUIAR, Vera Teixeira de; MARTHA, Alice Áurea Penteado (Org.). **Territórios da leitura**: da literatura aos leitores. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2006.

ISBN 978-85-87406-94-1

ESTRUTURAS UTILIZADAS NAS EDIFICAÇÕES ACIMA DE TRÊS ANDARES NA CIDADE DE FRANCA SP

Talisson Luis Alves da Silva[37] (Uni-FACEF)
Thales Jati Gilberto (Uni-FACEF)
Thalisa Maria Jati Gilberto (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Castro (2015) em todos os ramos da economia, o que mais tem capacidade de elevar a taxa de crescimento do produto, do emprego e da renda no curto e médio prazo é a construção civil. Dada a sua capacidade de absorção de grande contingente de mão de obra com pouca ou sem nenhuma formação pode ajudar a diminuir significativamente as taxas de desemprego em momentos de crises econômicas. Assim o conhecimento dos tipos de construção e suas nuances ajudam o desenvolvimento econômico de cidades como cita Oliveira (2012). Com base nesta fundamentação teórica, o objetivo deste trabalho é estudar os tipos de estruturas utilizadas nas edificações acima de três andares na cidade de Franca/SP, e por meio de métodos estatísticos quantificar e qualificar os dados, afim de identificar as razões que levam as empresas empenhadas na área da elaboração e edificação de projetos, a escolher determinados sistemas estruturais, estabelecer vantagens e desvantagens para os tipos de estruturas comumente utilizados na construção e contribuir com os estudos sobre os diversos sistemas estruturais.

2. METODOLOGIA

A fundamentação teórica deste trabalho abrange os tópicos importantes e necessários para compreensão do tema proposto e dos processos construtivos abordados. A revisão bibliográfica está embasada em livros, trabalhos de autores renomados, busca em base de dados, periódicos e artigos científicos.

A pesquisa de campo foi realizada com o auxílio da Prefeitura Municipal de Franca, que forneceu uma relação das construtoras e escritórios de construtoras da cidade. Trezentos e cinquenta oito razões sociais do setor da construção civil foram contatadas, das quais, vinte e cinco empresas que se encaixaram nas restrições do trabalho foram entrevistadas através de um formulário

[37] Bolsista PIBITI/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

elaborado na plataforma "*Google Docs*" (apêndice A) e enviado as empresas, foi possível quantificar e qualificar as estruturas utilizadas nas edificações acima de três pavimentos.

3. A Construção Civil no Brasil

Para a construção de uma mesma edificação e transmissão de seus esforços de peso próprio e cargas de utilização para as fundações no terreno, pode-se adotar vários tipos de estruturas, que embora tecnicamente tenham a mesma finalidade, tem em seus conceitos várias vantagens e desvantagens que a trazem com indicação para determinadas obras (SOUZA E RODRIGUES, 2012).

Em grandes edifícios e obras de engenharia civil que demandam altos carregamentos permanentes nas estruturas, se torna de suma importância o desenvolvimento constante dos métodos construtivos. A necessidade de avanços estruturais, arquitetônicos e as qualidades oferecidas pelos sistemas estruturais, em conjunto com questões econômicas, justificam os progressos obtidos até então, neste capítulo será abordado de forma sucinta a contextualização e avanços dos tipos estruturais.

Os principais tipos adotados no Brasil são as estruturas de concreto, madeira, metálicas e de alvenaria estrutural (também conhecidas como alvenarias autoportantes), havendo também as estruturas mistas que utilizam mais de um tipo de estrutura para melhorar seu desempenho técnico e econômico (SOUZA E RODRIGUES, 2012).

3.1. As Estruturas de Concreto Armado no Brasil

Segundo LOTURCO (2008), as escolas de engenharias brasileiras têm acento grande conhecimento sobre as estruturas de concreto armado, devido a diversos fatores como economia, e recursos naturais que criou um cenário que contribuiu com o desenvolvimento de diversas tecnologias e metodologias para fabricação e aplicação do concreto. Historicamente o concreto armado no Brasil começou a ser utilizado em 1904 no Rio de Janeiro.

ISBN 978-85-87406-94-1

Afirma LOTURCO (2008), que a evolução do concreto armado se deu pela qualidade atingida dos materiais utilizados para sua fabricação, do cimento, aço, pela descoberta de métodos que otimizam a qualidade do concreto (moagem do cimento e outros), e os aditivos, se adaptando a todas necessidades econômicas e estruturais do país.

De acordo com Botelho e Marchetti (2013) as estruturas de concreto são as mais utilizadas no Brasil, que apresenta ótima cultura técnica sobre o tema. São estruturas constituídas de lajes, vigas, pilares e blocos de um material do tipo compósito. Como vantagens apresentam ótima adequação a projetos, mas podem demandar muito desperdício de formas e um elevado peso próprio.

3.2. As Estruturas Metálicas no Brasil

As estruturas metálicas são muito utilizadas em outros países como os Estados Unidos, mas esbarram no maior custo e na necessidade de projetos mais detalhados que culturalmente não são adotados no Brasil. Possibilitam uma obra rápida e limpa, com elementos que podem ser reaproveitados e reciclados facilmente no final da vida útil da obra (PORTAL METÁLICA, 2015).

Faleiros, Junior e Santana (2012), analisaram que a demanda por estruturas metálicas está em ascensão, embora os seus custos sejam elevados em comparação aos sistemas estruturais convencionais na data atual. Esse crescimento procede em relação a racionalização e redução de custos que gradativamente vem acontecendo com as estruturas metálicas.

3.3. As Estruturas de Madeira no Brasil

Para Souza e Rodrigues (2008), embora a madeira seja um dos materiais mais antigos utilizados pelo homem em edificações, tenha um vasto campo de aplicação e tenha boas qualidades estruturais, atualmente há um preconceito em relação a sua utilização como material estrutural, e por não haver conhecimento adequado a seu respeito, pela falta de projetos específicos e também por conta da cultura da construção civil brasileira.

ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo Calil Jr (2010), estruturas de madeira são pouco utilizadas no Brasil, pois necessitam de utilizar madeiras de florestas sustentáveis. Culturalmente também não são muito adotadas em construções de elevado carregamento, sendo sua utilização mais voltada a uma estética específica do elemento de madeira. Entre as espécies de madeiras utilizadas no Brasil, Sousa e Rodrigues (2008) destacam: Peroba Rosa, Ipê, Eucalipto, Pinho, Jatobá, Maçaranduba, Garapa, Cumaru, Aroeira e Itaúba.

3.4. A Alvenaria Estrutural no Brasil

Conforme Sidney (2006), os estudos da alvenaria estrutural no Brasil se tiveram em São Paulo no fim da década de 60 e em Porto Alegre nos anos 80. O início da Alvenaria Estrutural Armada se deu no ano de 1966, com a construção de um conjunto habitacional em São Paulo, chamado de “Central Parque da Lapa”, este edifício foi fundado com 4 pavimentos em blocos de concreto. Outro fato importante para a alvenaria estrutural foi a introdução dos blocos cerâmicos na década de 80.

A estrutura com alvenaria estrutural, onde as paredes têm a capacidade de receber os carregamentos e os levarem até as fundações são muito utilizadas em edifícios de médio e baixo padrão, pois sua execução diminui drasticamente o uso de formas de madeira e diminui a mão de obra de construção. Adequa-se principalmente em edifícios residenciais de até 15 andares e com vãos de laje de até seis metros (SOUZA E RODRIGUES, 2012).

Para Sidney (2006), “No Brasil, apesar das características sócio-econômicas serem favoráveis para o pleno desenvolvimento da Alvenaria Estrutural, pouco tem sido feito em termos de pesquisas [...]”.

3.5. Estruturas de Concreto Protendido no Brasil

Segundo Veríssimo e Júnior (1998), a primeira obra no Brasil que utilizou o concreto protendido, foi a ponte do galeão, construída no Rio de Janeiro em 1948, utilizando o sistema “*Freyssinet*”, onde todas as necessidades da obra foram importadas da França, desde o projeto até os aços utilizados para protensão. Em 1952 a companhia Siderúrgica Belgo-Mineira iniciou a fabricação do aço de

ISBN 978-85-87406-94-1

protensão, em seguida, surge a segunda obra de concreto protendido do país, a ponte de Juazeiro, que foi feita com aço brasileiro.

Por ser um sistema estrutural caro, as estruturas de concreto protendido são utilizadas em casos específicos em que é necessário vencer grandes vãos ou como elementos estruturais adequados a outros sistemas estruturais.

3.6. Estruturas Mistas de Aço e Concreto no Brasil

Conforme Alva e Malite (2005), o desenvolvimento da construção mista está relacionada ao avanço do concreto armado e das estruturas metálicas. As primeiras construções utilizando estruturas mistas no início do século utilizaram o concreto afim de revestir o aço contra o fogo e corrosão, e embora os elementos de concreto desempenhassem uma função estrutural, sua contribuição portante era ignorada. O avanço do concreto armado, dos conectores e reconhecimento dos pilares metálicos e/ou das paredes portantes como bons elementos de contraventamento, contribuíram para o progresso e a utilização das estruturas mistas como sistemas estruturais.

Segundo Alva e Malite (2005), as primeiras construções mistas aconteceram entre os anos de 1950 e 1960, a partir de então, com o aumento da produção do aço estrutural no Brasil e pela busca de novas soluções arquitetônicas, as estruturas mistas foram extensivamente empregadas. A primeira norma brasileira foi publicada em 1986, pela NBR-8800: “Projeto e Execução de Estruturas de Aço de Edifícios”.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo serão abordados os tópicos e definições essenciais para revisão bibliográfica e compreensão dos sistemas estruturais que são abordados no trabalho.

ISBN 978-85-87406-94-1

4.1. Sistemas Estruturais – Verticais e Horizontais

Segundo Corrêa (1991, apud CAMARGO, 2012), a definição do sistema estrutural da construção é uma questão delicada do projeto, em que o engenheiro responsável terá que decidir como será a composição das estruturas e suas respectivas funções de acordo com as necessidades estruturais do projeto. Entre os vários tipos de estruturas, há dois grupos que as distinguem, sendo os sistemas estruturais verticais (pórticos, pilares, paredes e núcleos) e horizontais (associação de lajes e vigas).

As funções básicas dos subsistemas horizontais são:

-Receber as tensões e forças gravitacionais e conduzi-las para os elementos verticais; e

-Transmitir as ações laterais entre os diversos subsistemas verticais

E as funções básicas dos subsistemas verticais (pilares e colunas):

-Suportar os subsistemas horizontais, as tensões e as ações gravitacionais e transmiti-las às fundações; e

- Em união com os subsistemas horizontais, os subsistemas verticais tem a função de resistir as ações laterais.

Todos os sistemas estruturas referidos a seguir podem compor um sistema estrutural por meio subsistemas verticais e horizontais.

4.1.1. Subsistemas Horizontais – Lajes e Vigas

Os subsistemas horizontais (lajes e vigas) são os elementos estruturais que ficam dispostos horizontalmente. Numa edificação tem a finalidade de receber as diversas tensões, forças gravitacionais, e ações laterais, e transmiti-las as vigas, que por sua vez, tem a função de conduzi-las aos pilares/colunas.

4.1.2. Subsistemas Verticais – Pilares e Colunas

ISBN 978-85-87406-94-1

Genericamente, os subsistemas verticais são estruturas dispostas verticalmente e tem a finalidade suportar os subsistemas horizontais, e transmitir as ações recebidas a fundação.

4.2. Estruturas de Concreto Armado Moldadas no Local

Segundo Souza e Rodrigues (2008), o concreto armado é resultado da colocação de barras de aço no interior do concreto. Essas estruturas são posicionadas no interior da fôrma e antes do lançamento do concreto plástico (logo após o preparo). A utilização das barras de aço se justifica pela excelente resistência a tração do aço, tendo como resultado final um material estrutural que pode resistir solidariamente aos esforços de compressão e tração.

Em seu estudo, Souza e Rodrigues (2008, p. 19), caracterizam algumas das vantagens da utilização do concreto armado:

> - São materiais econômicos e abundantes no planeta;
> - É de fácil moldagem, permitindo adoção das mais variadas formas;
> - Emprego extensivo de mão-de-obra não qualificada e equipamentos simples;
> - Elevada resistência à ação do fogo;
> - Elevada resistência ao desgaste mecânico
> - Grande estabilidade, sob ação de intempéries, dispensando trabalhos de manutenção;
> - Aumento da resistência à ruptura com o tempo (SOUZA e RODRIGUES, 2008, p.19).

Comenta Souza e Rodrigues (2008), que a principal desvantagem do concreto armado como estrutura é seu elevado peso específico, que oneram as solicitações de peso próprio da estrutura e que impede os subsistemas horizontais de vencer grandes vãos.

Além do concreto e do aço utilizado para a produção de estruturas de concreto armado moldado no local, é necessário a utilização de formas que atendam a diversos critérios que possibilitem a concretagem.

4.3. Estruturas de Concreto Protendido

Segundo Assis e Bittencourt (2002), a protensão redireciona uma quantidade de trabalho do concreto para o sentido das compressões, onde o material se desempenha melhor (considerando que a resistência a tração do

ISBN 978-85-87406-94-1

concreto é da ordem de 10% de sua resistência a compressão), mas gera a necessidade do uso de armaduras em forma de cabos tracionados e ancorados, empregando aços de alta resistência e trabalhando com tensões elevadas. Correntemente, se utiliza em concreto protendido resistências de concreto duas a três vezes maiores que as empregadas em concreto armado. Por sua vez, os aços de protensão têm resistências da ordem de quatro a cinco vezes as dos aços convencionais. “A utilização desses elementos conjuntos permite que o concreto resista aos esforços de compressão e o aço resista aos esforços de tração, como é o caso das vigas mistas e do concreto armado [...]” (VERÍSSIMO e JUNIOR, 1998).

Afirma Veríssimo e Junior (2002), que a aplicação do concreto protendido na construção é infinito, uma vez que é possível inventar modos diferentes de utilizar a protensão, como por exemplo em lajes, pisos, vigas, pilares, plataformas marítimas de exploração de gás ou petróleo, pontes estaiadas, tirantes de ancoragem protendidos, entre outros. Embora seja estruturalmente mais eficiente que as demais, o concreto protendido é dispendioso para a obra.

4.4. Estruturas de Madeira

Afirma Souza e Rodrigues (2008), “a madeira apresenta um comportamento estrutural bastante apreciável, pois possui resistência mecânica tanto a esforços de tração como a compressão, além de resistência a tração na flexão e tem resistência a choques e cargas dinâmicas absorvendo impactos [...]”.

Estruturalmente, em edificações destaca-se a utilização da madeira em estacas, estruturas pesadas, vigamentos, vigas, pilares.

Souza e Rodrigues (2008), apontam as vantagens das estruturas de madeira, algumas delas são:

- Pode ser reempregada várias vezes;

- Possui elevada resistência em relação a sua baixa massa específica;

- Tem custo relativamente baixo;

- Facilidade de trabalho e união das peças.

As desvantagens citadas são:

ISBN 978-85-87406-94-1

- Por vezes possui formas que limitam sua utilização;

- Possui composição bastante heterogênea e anisotrópica;

- Relativamente venerável ao ataque de insetos e agentes externos de uma forma geral;

- Possui variações transversais e longitudinais devido a variação da umidade;

- É um material combustível.

Uma questão tratada por vários autores é a homogeneidade da madeira, que influencia diretamente em suas propriedades, principalmente na utilização da madeira estrutural. “A madeira é um material que não possui homogeneidade e tem muitas variações. Ademais, há diversas espécies com propriedades distintas. Desta forma, é necessário o conhecimento das características para o melhor aproveitamento possível do material [...]” (SOUSA E RODRIGUES, 2008). Para as questões de classificação da madeira, a NBR 7190/97 determina os procedimentos necessários para classificação e caracterização das espécies, além da parte normativa.

4.5. Alvenaria Estrutural

“A alvenaria estrutural é um sistema estrutural que consiste no uso de paredes como principal estrutura de suporte da edificação, sendo dimensionada a partir de cálculos racionais” (SOUSA e RODRIGUES, 2008, p. 82).

A alvenaria estrutural tem diversas classificações, dependendo do seu emprego, método construtivo e materiais utilizados. Camacho (2006), classificou em seu artigo as diversas aplicações da alvenaria estrutural:

- Alvenaria estrutural armada: Os elementos resistentes (blocos ou tijolos), em seus espaços vazados são preenchidos por graute, que envolvem uma armadura de aço passiva e disposta verticalmente.

- Alvenaria estrutural não armada: Na alvenaria estrutural não armada, os reforços metálicos passivos são colocados apenas em locais afim de prevenir a edificação de patologias.

ISBN 978-85-87406-94-1

- Alvenaria estrutural parcialmente armada: Em um mesmo processo construtivo alguns elementos resistentes (blocos ou tijolos) são acrescidos de concreto armado e outros permanecem não armados. Este método é aplicado dependendo da necessidade estrutural.

- Alvenaria estrutural protendida: No elemento resistente contém uma armadura ativa de aço.

No caso da alvenaria estrutural, as unidades (blocos ou tijolos) utilizadas representam a parte mais importante do processo construtivo, devido a estas unidades suportarem as tensões de compressão e determinarem as técnicas de coordenação modular utilizadas (compatibilização dos elementos). Os tipos de unidades utilizadas podem ser blocos, tijolos, sílico-calcáreos e outros, estes são vazados ou maciços, e a sua composição pode ser de concreto ou cerâmica.

A utilização deste processo construtivo tem várias vantagens, inclusive em edificações de baixo e médio padrão (pois a alvenaria estrutural limita o projeto arquitetônico das edificações). Para Camacho, são as seguintes:

-Redução de custos;

-Menor diversidade de materiais empregados;

-Redução da diversidade de mão-de-obra especializada;

-Maior rapidez na execução; e

-Robustez estrutural.

Como principal desvantagem, Camacho cita a limitação arquitetônica que a alvenaria estrutural possibilita ao projeto. Sousa e Rodrigues (2008), apontam outro inconveniente da alvenaria estrutural, a produção e execução de um projeto minucioso, já que alterações póstumas a finalização da obra são inviáveis por não poder mexer ou modificar nos painéis, que é a estrutura portante neste caso, e se alterada, o sistema estrutural é comprometido.

4.6. Estruturas Mistas de Aço e Concreto

Saúde e Raimundo (2006), definem que o método de produção das estruturas mistas de aço e concreto decorre da fabricação do concreto sobre uma

ISBN 978-85-87406-94-1

chapa de aço perfilada, onde o concreto é lançado de forma que envolve uma armadura de aço. O enrijecimento destes materiais da origem a um único material, que interage com uma viga suporte de aço, através de conectores.

De modo genérico, este processo pode ser definido como estruturas em que os perfis de aço trabalham em conjunto com elementos estruturais constituídos de concreto e unidos por conectores, afim de aproveitar as melhores propriedades de cada um dos materiais.

Os conectores são classificados como flexíveis e rígidos. Este material deve ter a características de resistir as diversas tensões aplicadas em sua superfície quando aplicado a estrutura, afim de garantir a interação entre o aço e a laje de concreto armado.

A estrutura mista é um processo construtivo que tem rápido prazo de execução, pois quase todos os materiais utilizados são pré-fabricados, e a sua produção não necessita de formas. Saúde e Raimundo (2006), citam como inconvenientes deste processo a necessidade de mão de obra com nível de especializada, o detalhamento dos aspectos construtivos e a resistência do aço sob ação do fogo.

4.7. Estruturas Metálicas

As estruturas metálicas que compõem um sistema estrutural de um edifício, comumente são subsistemas verticais e horizontais, pilares e vigas, respectivamente. Os perfis convencionalmente oferecidos para colunas de edificações, são em perfis tipo “I” laminados ou soldados, “Tubulares” e “Seção caixão”, e os perfis de vigas para edificações são do tipo “I” laminados ou soldados, suas características variam em função do fornecedor e de acordo com a utilização.

Sousa e Rodrigues (2008), relatam que embora o aço estrutural seja denso, apresenta um peso específico menor que, por exemplo, do concreto armado, e por ter resistência nos diversos estados de tensão, tem a capacidade de vencer grandes vãos. Além disso, nos sistemas estruturais em que o aço é utilizado, o processo de implantação de reforços ou modificação é simplificado, já que os elementos podem ser desmontados e substituídos com facilidade em relação a

ISBN 978-85-87406-94-1

outras estruturas. Outra característica estrutural importante do aço é a sua boa resistência a choque e vibrações.

Embora as estruturas metálicas apresentem exímia resistência portante, quando selecionado para compor o sistema estrutural do edifício, alguns cuidados devem ser tomados na elaboração do projeto e na execução. Sousa e Rodrigues (2008), citam como desvantagens a necessidade de mão-de-obra e equipamentos especializados para montagem, a limitação de fornecimento dos perfis estruturais e a necessidade de tratamento contra oxidação. Outros inconvenientes da estrutura metálica é a alteração da sua resistência mecânica contra altas temperaturas (por exemplo, um incêndio), podendo ocasionar o colapso da estrutura e o alto custo. A estrutura metálica ainda pode onerar o custo de uma obra e não é indicada sua utilização pequenas obras.

Depois de utilizado, o aço estrutural pode ser reutilizado. Caso não seja reaproveitado, pode ser reciclado. Segundo Gervásio (2006), seus benefícios ambientais estão coadunados a reciclagem, porém, seu potencial de reciclagem depende do seu processo produtivo.

5. ESTRUTURAS ENCONTRADAS EM FRANCA - SP

Dentre as trezentas e cinquenta e oito empresas cadastradas como atuantes no ramo da “Construção de edifícios” pela prefeitura do município, foram obtidos vinte e cinco respostas de construtoras e engenheiros que já realizaram projetos ou edificações de edifícios acima de três pavimentos.

De todas as empresas que participaram da pesquisa, foram identificados a utilização de quatro tipos de sistemas estruturais, a alvenaria estrutural, o concreto armado, as estruturas mistas e as estruturas metálicas.

6. ANÁLISE DE DADOS

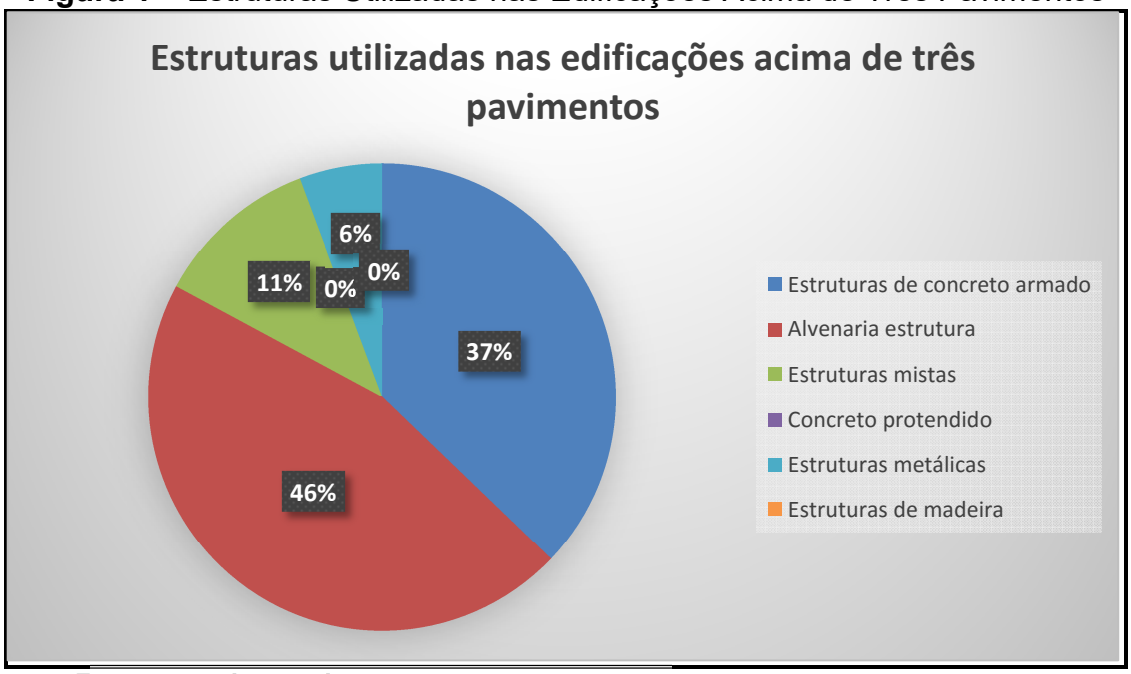
A pesquisa revelou que a estrutura mais utilizada nas construções acima de três pavimentos, em Franca, é a alvenaria estrutural. Segundo análise dos dados, embora este sistema estrutural não possibilite a construção de edifícios comerciais ou de alto padrão (devido à sua dificuldade de vencer grandes vãos),

ISBN 978-85-87406-94-1

alguns fatores determinantes para a escolha do tipo estrutural utilizado na edificação, justificam seus altos níveis de emprego. A alvenaria portante foi classificada pelos entrevistados como um sistema que permite que a obra tenha um menor custo, se comparado a outras estruturas, pouca diversidade de mão de obra especializada, um bom prazo para finalização da obra e consegue atender as necessidades estruturais dos edifícios de até dezesseis andares sem complicações. Em relação a execução da obra, foi observado que o método construtivo da alvenaria estrutural proporciona boa eficácia nos processos de limpeza e evita desperdícios.

Conforme a figura 1, é ilustrado o sistema mais utilizado nas edificações de alto carregamento permanente.

Figura 1 – Estruturas Utilizadas nas Edificações Acima de Três Pavimentos



Fonte: ALVES, T. L. S.

As estruturas de concreto armado também compõem parte significativa na situação estudada. A pesquisa revelou que os seus atributos relacionados a sua utilização, são devidos ao seu custo benefício em relação a carga do projeto e execução. Conforme os dados obtidos, o concreto armado foi avaliado como uma estrutura que proporciona grande estabilidade e que tem um simples método construtivo, proporcionando uma quantidade abundante de mão de obra no mercado da construção civil.

ISBN 978-85-87406-94-1

Embora as estruturas metálicas apresentem boas propriedades portantes nos variados estados de tensão e tenha baixo peso específico em relação as estruturas de concreto, representam apenas 6% dos sistemas estruturais avaliados. Seu emprego está associado as necessidades estruturais e prazo. Os elementos estruturais de aço têm elevado custo, o que pode onerar a obra e não é viável para todas as edificações acima de três pavimentos. No município, atualmente, a utilização do aço se destaca em coberturas.

Conforme diagnóstico dos dados, as estruturas mistas são adequadas aos projetos vide necessidade estrutural, onde a combinação do aço e do concreto são fundamentais, afim de potencializar o sistema estrutural. A estrutura mista pode atingir um excelente custo benefício para a obra, tendo em vista que, podem vencer vãos médios e elevados, dispensando outros métodos construtivos mais caros.

A pesquisa indicou 0% de utilização estruturas de madeira e das estruturas de concreto protendido. No caso das estruturas de madeira, a averiguação dos dados demonstrou que sua utilização nas edificações se torna inviável devido à falta de tradição regional deste elemento, o que torna de difícil a disponibilidade de um material de qualidade, certificado pelos órgãos ambientais, com pouca variabilidade nas propriedades estruturais e de bom custo. Outra adversidade para aplicação da madeira como elemento estrutural no município, é a necessidade de mão de obra especializada. Por outro lado, a não utilização concreto protendido no mercado de Franca, se justifica principalmente pelo seu difícil processo de fabricação, elevado custo e pela falta de demanda, pois as edificações da cidade não exigem grandes necessidades portantes, ficando restrita às raras obras de arte executadas.

7. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com base neste trabalho, foi observado que as estruturas adotadas na construção de edifícios acima de três pavimentos, em sua maioria, são de alvenaria estrutural ou concreto armado. As expectativas futuras é que esses sistemas continuem sendo utilizados com bastante intensidade, tendo em vista que, quando comparados a outros tipos estruturais, tem menor custo, maior facilidade na obtenção de mão de obra e a oferta dos vários produtos que envolvem a produção

ISBN 978-85-87406-94-1

destes elementos estruturais é alta na região. Segundo a pesquisa, estes sistemas satisfazem as necessidades estruturais das obras que têm sido projetadas e executas no município, fator determinante para prevalência destes tipos estruturais quando conciliados aos seus diversos atributos.

A perspectiva para as estruturas de concreto protendido, de aço e mistas, é que sua ascensão aconteça em função de necessidades estruturais que poderão surgir, num cenário em que as edificações do município tem maior imposição contra vãos médios e grandes.

A complexidade que envolve as estruturas de madeira, acontece por conta da escassa disponibilidade de um material de qualidade, certificado por órgãos ambientais e com pouca variabilidade nas propriedades estruturais, consequência da falta de tradição regional deste elemento e de conhecimento adequado, acarretando sua inutilização.

REFERÊNCIAS

ALVA, G.M.S.; MALITE, M. Comportamento estrutural e dimensionamento de elementos mistos aço-concreto. *Universidade de São Paulo*. Departamento de Engenharia de Estruturas da EESC-USP – Cadernos de Engenharia de Estruturas de São Carlos, v. 7, n. 25, p. 51-84, 2005.

ARAÚJO, D.; GOMES G.; RUAS, J.A. Tipos de Estruturas em Construção Civil**.** *Instituto de ciência, engenharia e tecnologia – ICET* – Teófilo Otoni/MG. Trabalho de Conclusão de Curso. 2012.

ASSIS, S.W.; BITTENCOURT, N.T. Utilização de recursos multimídia no ensino de concreto armado e protendido. *Departamento de engenharia de estruturas e fundações da escola politécnica da universidade de São Paulo*. São Paulo, set./out. 2002.

BRITO, L. D. Recomendações para o projeto e construção de estruturas com peças roliças de madeira de reflorestamento. *Universidade de São Paulo*, Departamento de Engenharia de Estruturas da Escola de Engenharia de São Carlos. Dissertação de Mestrado. São Carlos, abr./ maio. 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18134/tde-14072010-085613/en.php>. Acesso em 4 de set. de 2015.

BOTELHO, MANOEL HENRIQUE CAMPOS; MARCHETTI, OSVALDEMAR. *Concreto Armado - Eu Te Amo*. Vol. I - 7ª Ed. Editora Blusher. São Paulo SP. 2013.

CALIL JR, C. Manual de projeto e construção de estruturas com peças roliças de madeira de reflorestamento. *Universidade de São Paulo*, Escola de engenharia de

ISBN 978-85-87406-94-1

São Carlos, Departamento de engenharia de estruturas - Lamem - laboratório de madeiras e de estruturas de madeira, Notas de Aula. São Carlos SP. 2010.

CAMACHO, J. S. Projeto de Edifícios de Alvenaria Estrutural. *UNESP, "Júlio de Mesquita Filho",* NEPAE – Núcleo de Ensino e Pesquisa da Alvenaria Estrutural. Ilha Solteira SP, 2006. Disponível em: <http://www.nepae.feis.unesp.br/Apostilas/Projeto%20de%20edificios%20de%20alvenaria%20estrutural.pdf>. Acesso em 31 de ago. de 2015.

CAMARGO, M. E. R. Contribuição ao estudo da estabilidade de edifícios de andares múltiplos em aço. *Escola de engenharia de São Carlos da universidade de São Paulo*. Dissertação Mestrado, São Carlos SP, 2012. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18134/tde-23102012-095939/publico/2012ME_RafaelEclacheMoreiraDeCamargo.pdf >. Acesso em 27 de nov. de 2015.

CASTRO, F. A força e a importância da construção civil na economia brasileira**.** *Amapá Digital*. Disponível em: < http://www.amapadigital.net/francisco_castro_view.php?ID=1415>. Acesso em 20 jun. 2015.

GERVÁSIO, M. Sustentabilidade do aço e das estruturas metálicas. *Portal Construmetal*. Disponível em: <http://www.construmetal.com.br/2008/downloads/PDFs/27_Helena_Gervasio.pdf>. Acesso em 15 de out. de 2015.

IGLESIA, T.B. Sistemas construtivos em concreto pré-moldado. *Universidade Anhembi Morumbi*. Dissertação da graduação. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://engenharia.anhembi.br/tcc-06/civil-33.pdf>. Acesso em: 4 de set. de 2015. Acesso em 10 de out. 2015.

INABA, R. Construções Metálicas: O uso do Aço na Construção Civil**.** *Portal Metálica na Construção Civil*. Disponível em: < http://wwwo.metalica.com.br/construcoes-metalicas-o-uso-do-aco-na-construcao-civil >. Acesso em 19 jun. 2015.

JOSÉ, G. et al. Madeira – Uso sustentável na construção civil. *IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.* São Paulo, fev./mar. 2009. Disponível em: < http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/10757/Livro_Madeira-uso-sustentavel-constru%C3%A7ao-civil.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 26 de set. 2015.

KATAOKA, M.N.. Estudo da Continuidade em Ligações Laje-Viga-Pilar em Estruturas Pré-Moldadas de Concreto. *Universidade Federal de São Carlos*. Programa de Pós-Graduação em Construção Civil. São Carlos SP, 2007. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/7/TDE-2007-03-16T06:46:54Z-1370/Publico/DissMNK.pdf>. Acesso em 19 de out. de 2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

LOTURCO, B. Sinônimo de Construção. *Téchne*, ago.2008. Disponível em: http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/137/sinonimo-de-construcao-como-o-brasil-tornou-se-referencia-mundial-287574-1.aspx >. Acesso em 14 nov. 2015.

NEVES, L. C.; LIMA, L. R. O. Concepção e construção de uma estrutura metálica para reforço de um edifício de pequeno porte. *Congresso de construção metálica e mista*, 2009. Disponível em: < http://www.labciv.eng.uerj.br/rm4/files/cmm_2005.pdf >. Acesso em 19 de out. 2015.

OLIVEIRA D.F., OLIVEIRA E.A.. O papel da indústria da construção civil na organização do espaço e do desenvolvimento regional. *The 4th International Congress on University-Industry Cooperation*, Taubaté/SP, 2012.

Serra, S.M.B.; Ferreira, M.de A.; Pigozzo, B. N. Evolução dos Pré-fabricados de Concreto. *Núcleo de Estudos e Tecnologia em Pré-moldados (NET-PRÉ),* Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos, 1º Encontro Nacional de Pesquisa-Projeto-Produção em pré-moldado, nov./dez. 2005. Disponível em: <http://www.set.eesc.usp.br/1enpppcpm/cd/conteudo/trab_pdf/164.pdf>. Acesso em 06 de out. de 2015.

SOUZA, M.F.S; RODRIGUES, R.B. Sistemas estruturais de edificações e exemplos. *Universidade estadual de campinas*. Faculdade de Engenharia Civil Arquitetura e Urbanismo – FEC - UNICAMP.Departamento de Estruturas – DES. Campinas SP. Iniciação Científica, 2008.

VERÍSSIMO, S. G.; CÉSAR JR, C. L. K. Concreto Protendido – Fundamentos Básicos. *Universidade federal de Viçosa* - Departamento de Engenharia Civil. Viçosa MG, out./nov, 1998. Disponível em: < http://wwwp.feb.unesp.br/lutt/Concreto%20Protendido/CP-vol1.pdf>. Acesso em 25 de jan. de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

APÊNDICE A

Formulário utilizado pesquisa de campo

ESTRUTURAS UTILIZADAS NAS EDIFICAÇÕES EM FRANCA/SP

*Obrigatório

1- Nome da empresa (opcional)

2- A empresa atua no mercado de construção de edifícios desde (opcional):

3- Quantidade de funcionários (opcional)

4- Quais os tipos de estruturas utilizadas nas construções de edifícios acima de três andares *
(Alvenaria estrutural; estruturas mistas, estruturas de madeira, estruturas metálicas, estruturas de concreto, ou outras)

5- Quais os motivos para a escolha e utilização dessa(s) estrutura(s) referida(s)? *

6- O método construtivo utilizado se justifica pela facilidade de obtenção dos elementos, mão-de-obra e custo favorável em relação aos demais. *

- Não concordo totalmente
- Não concordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

ISBN 978-85-87406-94-1

7- O concreto armado é um elemento estrutural que atende as exigências estruturais dos edifícios e por ser de fácil moldagem, ter um emprego extensivo de mão-de-obra não qualificada, grande estabilidade, o torna um bom elemento estrutural. *

- Não concordo totalmente
- Não concordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

8- A mão de obra pra estrutura de concreto armada é a mais abundante no mercado, comparando com mãos-de-obra de outros tipos de estruturas. *

- Não concordo totalmente
- Não concordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

9- As estruturas metálicas são boas alternativas na composição estrutural de um edifício e sempre que possível são empregadas, por apresentar boas propriedades, como boa ductibilidade, alta resistência a compreensão e tração, boa durabilidade (se utilizado de maneira correta e com os devidos cuidados), e possibilidade de vencer grandes vãos, entre outros. *

- Não concordo totalmente
- Não concordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

10- As estruturas metálicas são mais caras que as demais e as utilizo somente em obras em que a rapidez de entrega é primordial. *

- Não concordo totalmente
- Não concordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

11- A alvenaria estrutural é um bom método construtivo por possibilitar a construção um menor custo, uma menor diversidade de mão de obra especializada, bom prazo para finalização da obra, e atender as exigências estruturais de edifícios de até 16 andares sem complicações, entre outros. *

- Não concordo totalmente
- Não concordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

ISBN 978-85-87406-94-1

12- A alvenaria estrutural é um bom método, porém não possibilita a construção de edifícios de alto padrão ou comerciais devido à dificuldade de estabelecer grandes vãos. *

- Não concordo totalmente
- Não concordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

13- A utilização de estruturas de madeira nas edificações se torna inviável devido ao seu custo. *

- Não concordo totalmente
- Não concordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

14- A utilização de estruturas de madeira nas edificações se torna inviável devido à falta de tradição regional deste elemento, o que torna de difícil a disponibilidade de um material de qualidade, certificado pelos órgãos ambientais, com pouca variabilidade nas propriedades estruturais e de bom custo. *

- Não concordo totalmente
- Não concordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

15- A utilização de estruturas de madeira nas edificações se torna complexa devido à falta de mão de obra especializada. *

- Não concordo totalmente
- Não concordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Powered by Google Forms

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.
Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

ISBN 978-85-87406-94-1

ESTUDO COMPARATIVO DE ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL E NA ESPANHA: um projeto em andamento

Laiane Pereira de Aquino (Uni-FACEF)
Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O professor é uma das principais chaves na construção do futuro. Através da sua atuação é possível explorar a personalidade e individualidade dos ensinandos. Os professores representam o grupo da população que mais influência tem nas atitudes, ideias e aspirações de uma nação (NYERERE,1966, apud. FLORES, 2015, p. 98, tradução nossa).

Alguns fatores, como a formação, as condições de trabalho, a remuneração e a valorização, podem influenciar diretamente na atuação e motivação dos docentes.

No Brasil, ainda que adequado as normas em relação a formação, questiona-se a preparação dos professores para lidar com a realidade da educação. É necessário melhor capacitação destes profissionais para lidar com os problemas enfrentados cotidianamente. Além disso, as condições de trabalho muitas vezes não são favoráveis à atuação dos professores, visto que muitas vezes na rede pública, a demanda de alunos é muito maior do que o professor pode atender e a infraestrutura das escolas também não são adequadas.

A valorização e remuneração dos professores brasileiros também seria outro dilema, pois existem diversos questionamentos sobre a baixa remuneração destes em relação a outras profissões que exigem o mesmo nível de formação.

A Espanha enfrenta alto desejo de mudança no sistema educacional. Boa parte da sociedade tem em vista que o prestigio dos professores tem grande influência sobre a autoridade destes e na qualidade do ensino.

“[...] os professores deve-se **valoriza-los em sua justa medida**, tal como corresponde, dando-lhe os meios adequados para garantir suas

ISBN 978-85-87406-94-1

possibilidades de êxito e preservar sua autoridade profissional." (FLORES 2015, p. 98, tradução nossa, grifo do autor)

Neste sentindo, tomando em conta os aspectos que envolvem a educação e atuação dos docentes no Brasil e na Espanha, esse trabalho busca compreender como é atuação dos professores em ambos países, conhecendo suas experiências pessoais, desafios e perspectivas sobre essa profissão

1.1. Trabalho docente no Brasil

O Brasil, característico de país em desenvolvimento, apresenta imensas deficiências no sistema educacional. Essas deficiências estão relacionadas desde o contexto histórico da educação no país que envolve o início do processo de alfabetização através dos jesuítas, simultânea a escravidão que foi abolida tardiamente, à atuação do governo na educação contemporânea. Entre essas duas vertentes existe uma série de razões pelas quais não se consegue solucionar diversos problemas do sistema educacional atual.

O trabalho docente no Brasil está muito atingido por essas questões sistêmicas. Alguns aspectos importantes devem ser considerados em relação a atuação dos professores no Brasil, como a formação docente, as condições de trabalho e baixa remuneração e falta de motivação e prestigio.

Atualmente, a maioria dos professores tem curso superior, visto que também existem leis que exigem este tipo de formação, associando-a a incentivos a longo prazo. Deve-se ter uma formação pedagógica para lecionar no ensino fundamental, formação em uma matéria especifica para lecionar em tal, no ensino fundamental II e ensino médio. Relacionando com os contextos histórico do Brasil e de outras países europeus, Schwartzman (2005, p.23) coloca que:

> o Brasil não elaborou um sistema próprio para formação do professor, como em outros países, e a tentativa de desenvolvê-lo como parte do sistema universitário regular não funcionou muito bem. A formação do professor ficou isolada, relegada ao segmento de menor prestigio das instituições de ensino superior e à iniciativa privada, sem a elaboração de sólidos programas de pós-graduação e pesquisa, como existentes para as ciências naturais e as sociais mais acadêmicas [...]

ISBN 978-85-87406-94-1

Em meio a tantos dilemas encontrados dentro da atuação educacional, há questionamentos em relação a formação do professor e a sua capacidade de lidar com a realidade da educação atual. Existem muitos conflitos e problemas cotidianos que ultrapassam a formação teórica e processos didáticos, supõe-se que os docentes devem estar prontos para lidar com essas variáveis quando na realidade essa preparação não acontece. Possivelmente, um dos desafios seja desenvolver habilidades que acompanhem a realidade, tendências e processos educacionais.

Sabemos que o cotidiano dentro da escola também é um dilema. No ensino público, frequentemente, a demanda de alunos é muito maior do que o professor pode atender, as condições das salas de aulas não são adequadas e questões como material escolar, tempo do aluno dentro da escola e motivação dos mesmos, envolvem as condições de trabalho dos docentes.

> Em pesquisa sobre os salários dos professores evidenciou-se, após análise de estudos que abordam a remuneração do docente no Brasil, incluindo os que questionam a existência de baixos salários docentes, que os professores brasileiros podem ser, de fato, considerados mal remunerados, sobretudo se atentarmos aos valores recebidos por esses profissionais em comparação a outras profissões para as quais também se exige formação em nível superior e, também, se levarmos em conta a importância do papel social do professor. (BARBOSA, 2012, p. 386)

Considerando que melhores salários tornam a profissão mais atrativa, pode-se entender o fato da profissão docente não estar atraindo tantos alunos da nova geração Segundo Barbosa (2012 apud. GATTI et al.,2010) estudantes apontam a questão salarial como sendo a segunda principal causa considerada na escolha profissional docente, seguida da falta de identificação pessoal.

> [...] ao estudarem o abandono do magistério por parte de professores da rede pública paulista, concluíram que a baixa remuneração é o fator mais alegado por esses profissionais como motivo para abandonarem a carreira docente. As autoras também destacaram que a baixa remuneração foi, muitas vezes, apontada pelos professores como associada a fatores como falta de condições de trabalho, necessidade de buscar empregos mais rentáveis, falta de perspectiva profissional e desencanto com a profissão. (BARBOSA, 2012 apud, LAPO, BUENO, 2003)

A baixa remuneração traz consequências ao nível reduzido de poder aquisitivo desses profissionais, que acabam sendo privados também de

ISBN 978-85-87406-94-1

bens culturais que enriqueçam seu aprimoramento e atualização profissional. O professor tem sido exposto ao sentimento de pertença a uma categoria desvalorizada (BARBOSA, 2012)

Considerando os aspectos apresentados anteriormente, podemos notar que a atuação docente está relacionada a uma série de contextos socioculturais. Há dilemas no início da formação, nas condições atuais de trabalho, na baixa remuneração e consequentemente no prestigio e valorização desses profissionais. Sem dúvidas, mesmo com tantas dificuldades em sua atuação, os professores são uma das chaves mais importantes para formação e mudanças socioculturais no Brasil.

1.2. Trabalho docente na Espanha

O sistema educacional espanhol foi regido pela Igreja Católica por muitas décadas. Em 1857, com a chamada Lei de Moyano, se consolida o sistema educativo liberal e dá início a estabilidade do desenvolvimento da instrução pública, na tentativa de solucionar o grande problema de analfabetismo vivido pelo país em tal época. Atualmente o sistema educacional é regulamentado pela Lei Organica 2/2006.

Os resultados de aprendizagem espanhola são baixos comparados a outros países europeus, porém nas ultimas 4 décadas, a Espanha tem tentado diversas mudanças que movem educadores, pedagogos e políticos a buscar uma maneira de adequar o ensino as diferentes etapas de desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos.

Os professores do ensino primário precisam de formação especifica da matéria que lecionam e professores de ensino secundário também precisam de formação especifica, e conseguem formação pedagógica em cursos relativamente curtos.

> Para atrair os melhores profissionais à docência, os governos não somente tem que pagar a eles bons salários, como também proporciona-los um ambiente no qual os professores de disponham de autonomia para trabalhar e tenham um papel relevante dentro da escola, assim como uma formação inicial e continua de qualidade (PARANORAMA DE LA EDUCACION OCDE, 2014)

ISBN 978-85-87406-94-1

Um estudo feito com a sociedade espanhola sobre o prestigio dos professores releva que a maioria das pessoas concordam que se aumentasse o prestigio dos professores, aumentaria a autoridades destes e consequentemente o ensino funcionaria melhor. No mesmo estudo, a maioria também considera que quanto menor o prestigio, menor a dedicação dos professores à profissão. O desejo de melhorar o prestigio dos professores são alguns dos artigos das últimas leis educativas na Espanha

De acordo com o Panorama da Educação, os salários médios dos professores na Espanha são superiores ao do conjunto de países da OCDE (Organización para a Cooperación y Desarrollo económico) e comparados aos salários em outras ocupações que requerem o mesmo nível de formação.

Levando em conta os aspectos apresentados acima, podemos compreender que apesar de enfrentar problemas no sistema educacional, os professores na Espanha ocupam um lugar favorável na sociedade, visto que são relativamente bem remunerados e valorizados.

1.3. Justificativa

O professor é uma das chaves principais para as mudanças no mundo, é através dele que se pode promover a individualidade de cada ensinando, que sequentemente vai contribuir para construção do futuro. Considerando o papel tão importante dessa profissão, essa pesquisa tem o objetivo de compreender a atuação dos professores no Brasil e na Espanha, considerando as diferenças culturais e de condições de trabalho em ambos países

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é compreender as experiências e atuação de docentes no Brasil e na Espanha

ISBN 978-85-87406-94-1

2.2. Objetivo Especifico

- Compreender a experiência dos professores desde sua formação.
- Investigar sobre os principais desafios encontrados na docência.
- Investigar as condições de trabalho nos dois países.
- Investigar a percepção dos docentes em relação a sua remuneração e valorização financeira e social.
- Refletir e relacionar os dados obtidos com os dados sobre a educação dos países envolvidos

3. METODOLOGIA

3.1. Opção Metológica

O presente trabalho tem como fundamento o método de pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2010), o método qualitativo é usado no estudo da história, das relações, das representações, crenças, percepções e opiniões, produtos das interpretações que os indivíduos fazem a respeito do mundo e do modo em que vivem.

> Diferentemente da pesquisa quantitativa, a qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que estuda. Uma ideia mais geral sobre tal pesquisa é que ela não se preocupa com generalizações, princípios e leis. A generalização é abandonada e o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados (MARTINS, BICUDO, 2005, p. 25).

A pesquisa qualitativa permite maior flexibilidade ao pesquisador e aos entrevistados, sendo que o primeiro deve se atentar ao discurso, de modo que possa aprofunda-lo ao longo da entrevista, e o entrevistado pode falar livremente sobre o tema em questão, suas lembranças, sentimentos e pontos de vista, enriquecendo os conteúdos e detalhes do trabalho

ISBN 978-85-87406-94-1

3.2. Participantes

Participarão da pesquisa 5 professores espanhóis e 5 professores brasileiros, assim selecionados: os da Espanha são docentes, de ensino primário, com os quais a investigadora conviveu em seu período de estudos e estágios naquele país. Os do Brasil, professores do Ensino Fundamental com os quais também a pesquisadora teve contato durante seus estágios de prática de ensino, obrigatórios no Curso de Psicologia. Acrescenta-se que os critérios de seleção para os participantes incluem professores que lecionem em escolas públicas e atendam a crianças de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental. Como critério de exclusão, não devem participar desse estudo professores que lecionem no Ensino infantil, como também de 6º a 9º ano do Ensino fundamental e exclusivamente no setor privado. Não estão excluídos professores que trabalhem simultaneamente no setor público e privado.

3.3. Instrumentos

O instrumento utilizado será um roteiro aplicado em uma entrevista semi-dirigida, sendo que esta, permite que os indivíduos falem tanto os tópicos almejados, quanto questões introduzidas por eles mesmos durante a entrevista. O pesquisador pode interromper para fazer perguntas que esclareçam lacunas e orientem o assunto para outra direção pertinente ao estudo

3.4. Coleta de Dados

Os processos para a realização das entrevistas serão os mesmos em ambos países. Primeiramente a pesquisadora realizará o contato inicial com os participantes e após consentimento destes, a mesma explicará os objetivos da pesquisa e apresentará o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que possa ser assinado.

Posteriormente aos participantes assinarem o termo, será marcado a data de encontro para a realização da entrevista, sendo que esta, será realizada preferencialmente em lugares tranquilos que resguarde a privacidade das informações que o participante irá fornecer à pesquisadora. O horário será

ISBN 978-85-87406-94-1

marcado de acordo com a flexibilidade disponível dos entrevistados e da pesquisadora. Há possibilidade de mais uma sessão, de acordo com a necessidade da pesquisadora, dos participantes e das informações a serem coletadas.

Ainda sobre a coleta de dados com professores espanhóis, no período em que a pesquisadora esteve estudando e estagiando na Espanha, conviveu com vários docentes e, com alguns deles, foram realizadas entrevistas em caráter não estruturado e com objetivos exploratórios.

Cinco desses professores serão agora entrevistados para um aprofundamento, agora com roteiro pré-estabelecido. A pesquisadora pretende um retorno a Málaga em final de maio ou início de junho. Caso não se concretize a viagem, as entrevistas serão feitas via telefone, e a documentação via e-mail

3.5. Análise de Dados

Após a coleta de dados das entrevistas, as mesmas serão transcritas e analisadas de acordo com dados que se tem sobre a educação no Brasil e na Espanha e comparadas entre si.

Os dados serão analisados, discutidos e relacionados com todo conteúdo teórico exposto neste trabalho, podendo assim compreender as questões que envolvem a experiência docente no Brasil e na Espanha

4. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Este estudo será realizado de acordo com as disposições da resolução número 466/12 do Ministério da Saúde sobre pesquisas envolvendo seres humanos, os seguintes cuidados serão tomados:

- O pesquisador será responsável pela integridade e bem estar dos participantes da pesquisa e obterá seu consentimento livre e esclarecido, tratando-os sempre com dignidade, respeitando-os em sua autonomia e defendendo-os em sua vulnerabilidade.
- Ele também ponderará sobre os riscos e benefícios de estudo, garantindo que os danos previsíveis serão evitados, observando sempre

ISBN 978-85-87406-94-1

a relevância social da pesquisa em termos dos benefícios e vantagens para a sociedade.

- Prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros;
- Prestar informações em linguagem clara e acessível, utilizando-se das estratégias mais apropriadas à cultura, faixa etária, condição socioeconômica e autonomia dos convidados a participar

Destaca-se ainda que se o participante demostrar interesse pelos resultados obtidos neste estudo, será apresentado a ele um resumo dos principais resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. Implicações dos baixos salários para o trabalho dos professores brasileiros. **Revista Educação e Politicas em Debate**, Araras, v. 2, n. 2, jul.-dez. 2012

FLORES, A. C. **La educación: chaves de um problema.** Málaga: Imagraf, 2015

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas.** Campinas, v. 31, n. 113, out.-dez. 2010. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos.** 5ª ed. São Paulo: Centuuro, 2005

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. **Panorama de la educación indicadores de la OCDE 2014.** Madrid, 2014. Disponível em < http://www.mecd.gob.es/dctm/inee/indicadores-educativos/panorama2014/panorama-de-la-educacion-2014informe-espanol-05-sep-.pdf?documentId=0901e72b81a722ac> Acesso em 23 nov. 2015

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, v. 14, n. 40, jan.-abril. 2009.

ISBN 978-85-87406-94-1

Semana Monográfica de la Educación, 18. **La educación en España situación y desafíos**. Fundación Santillan.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005

APÊNDICE A

ENTREVISTAS COM PROFESSORES NO BRASIL

ENTREVISTA

Idade:

Sexo:

Nacionalidade:

Tempo de trabalho:

Formação

Com que idade começou a formação?

Qual a formação em especifico?

Cursos realizados ao longo da carreira

Atuação profissional

Quando conseguiu o primeiro trabalho como professor? Como foi?

Trabalha/ou sempre com a mesma série? Se não, com quais?

Condições de trabalho em cada um.

Pontos positivos e negativos de cada trabalho

Maiores desafios encontrados enquanto professor

Remuneração e Valorização

Você acredita que os professores são bem remunerados no Brasil?

Seu salário oferece uma boa qualidade de vida?

Acredita que a sua profissão é valorizada no Brasil?

ISBN 978-85-87406-94-1

Se sente valorizado pelos alunos? E pelos pais?

Conhece algo sobre remuneração e valorização dos professores em outros países? Acredita que a docência seja valorizada neles?

Crenças

Qual papel do professor na educação? E no mundo?

Está satisfeito com a sua profissão? Tem orgulho em ser professor?

Indicaria a profissão a um jovem na busca pela escolha profissional?

Qual opinião sobre o sistema educacional?

Quais seriam as possíveis mudanças para melhorar a educação?

Quais são as perspectiva sobre o futuro da educação?

APÊNDICE B

ENTREVISTAS COM PROFESSORES NA ESPANHA

ENTREVISTA

Edad:

Sexo:

Nacionalidad:

Tiempo de servicio:

Graduación:

¿A qué edad inició sus estudios de graduación?

¿Cuál es su graduación específica? ¿En qué se graduó?

¿Qué cursos hizo a lo largo de su carrera?

Actuación profesional:

¿Cuándo consiguió su primer trabajo como profesor y como ocurrió?

¿Trabaja o trabajó siempre con el mismo grado o nivel? Si no fuera así, ¿Con qué grados trabaja?

ISBN 978-85-87406-94-1

¿Cuáles son sus condiciones de trabajo con cada uno?

Cite puntos positivos y negativos de cada trabajo.

¿Cuáles fueron los mayores desafíos encontrados en su labor de profesor?

Remuneración y valorización:

¿Piensa que los profesores son bien remunerados en España?

¿Su sueldo le permite una buena calidad de vida?

¿Le parece que su profesión es valorizada en España?

¿Se siente reconocido por sus alumnos y por sus padres?

¿Sabe algo sobre remuneración y reconocimiento al valor de los profesores en otros países? ¿Cree que la docencia se valoriza en esos lugares?

Creencias:

¿Cuál es el papel del profesor en la educación? ¿Y en el mundo?

¿Está satisfecho con su profesión? ¿Se siente orgulloso de ser profesor?

¿Le recomendaría esta profesión a un joven que esté en proceso de escoger una carrera?

¿Cuál es su opinión sobre el sistema educacional?

¿Cuáles serían los posibles cambios para mejorar la educación?

¿Cuáles son las perspectivas sobre el futuro de la educación?

ISBN 978-85-87406-94-1

ESTUDO DE CONCRETO CELULAR PARA TRATAMENTO DE EFLUENTES

Victor de Souza Lucas[38] (Uni-FACEF)
Thales Jati Gilberto (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O crescimento populacional humano, aliado aos desenvolvimentos tecnológicos e industriais são os principais motivos da poluição global, gerando grande preocupação nesse último século, (Alana Marielle, 2015, pag. 13).

Este trabalho descreve as características e reações do concreto celular dosado parcialmente com argilomineral Bentonita (argila coloidal do tipo montimorilonita) em sua forma industrializada, sendo capaz de adsorver corantes e materiais pesados devido a sua elevada capacidade de troca catiônica, isso ocorre pela propriedade da argila de inchamento em meio aquoso, o que proporciona um aumento no espaçamento basal, e o aumento da área superficial da argila, assim aumentando sua capacidade de adsorção, e facilidade de troca catiônica, (Albarnaz**,** 2009), capacitando o objetivo de utilização do concreto para tratamento de efluentes. O método do estudo consiste na análise experimental de quatro tipos de amostras de concreto seguindo o traço primário em massa 1: 1,63: 2,94: 0,49, separando dois corpos de prova para cada amostra, com seu tempo de cura 28 dias.

Os materiais utilizados para a fabricação do concreto foram betoneira, pá, pedra, areia, água, cimento, Bentonia, aditivo Master Air 900 Basf, balde, balança, recipientes para organizar cada material, haste de adensamento, molde cilíndrico 10cm x 20cm. Os passos utilizados consistem na limpeza de todo material, pesagem e separação, logo após é adicionado a pedra e metade da água total com a betoneira ligada deixando bater por um minuto, próximo passo foram adicionados o cimento e a metade da água restante, logo em seguida, a areia e o restante da água batendo entre 3 e 4 minutos. Para as amostras que contém Bentonita e/ou aditivo, adiciona-se a areia à Bentonia e o aditivo é adicionado após todos os materiais já terem sido colocados na betoneira. O modo de preparo dos corpos de prova é feito de acordo com a normal ABNT NBR

[38] Bolsista PIBITI/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

5738:2003, Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos-de-prova. (ABNT, 2003)

2. AMOSTRA I

Foi preparado um concreto convencional respectivo ao traço, com 3000 gramas de cimento, 4890 gramas de pedra, 8820 gramas de areia e 1047 gramas de água. Sua característica consiste em uma aparência normal de concreto, tendo resistência de compressão 19, 15 MPa.

Figura 33 – Corpos de Prova Amostra I;



Fonte: Elaborada pelo autor.

3. AMOSTRA II

Foi preparado um concreto com a adição da argilomineral Bentonita, substituindo 10% da quantidade de areia com base no traço principal, ficando 3000 gramas de cimento, 4890 g de pedra, 7938 gramas de areia, 1470 g de

ISBN 978-85-87406-94-1

água, 882 gramas de argilomineral. Os resultados obtidos foram de um concreto bastante argamassado (Figura 2), com uma massa elevada comparada a amostra I e com grande queda em sua resistência, sendo 8,65 Mpa. Nota-se que os corpos de prova têm uma característica densa, porém desagregada como representado da figura 3.

Figura 34 - Característica argamassada Amostra II



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 35 – Corpos de Prova Amostra II



Fonte: Elaborada pelo autor

ISBN 978-85-87406-94-1

4. AMOSTRA III

Foi preparado um concreto com aditivo incorporador de ar Master Air 900 Basf, para a obtenção de concreto celular, utilizado 1% do peso específico do cimento, com base no traço principal, ficando 2000 gramas de comento, 3230 gramas de pedra, 5880 de areia, 980 gramas de água, 20 gramas de aditivo. O resultado da amostra é de característica bem leve, fácil de trabalhar e poroso (figura 4; figura 5)**,** sua densidade é bem abaixo da amostra I e II, porém sua resistência a compressão cai drasticamente, sendo de 4,70 MPa aproximadamente.

Figura 36 – Concreto Celular feito com aditivo Amostra III



Fonte: Elaborada pelo autor.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 37 – Corpos de Prova Amostra III



Fonte: elaborada pelo autor.

5. AMOSTRA IV

A amostra IV, consiste em ter um concreto celular dosado com argilomineral, com menos 10% de areia para substituição de argilomineral, mais 1% do peso do cimento em aditivo Master Air 900, com base no traço primário, sendo 2000 gramas de cimento, 3230 gramas de pedra, 5292 gramas de areia, 588 de argilomineral, 20 gramas de aditivo e 980 gramas de água, nota-se que neste traço foi adicionado mais água. Os resultados da amostra IV mostra um concreto bastante seco, onde a bentonia adsorve grande parte d'água, e incorpora nos poros do concreto celular, fazendo que o agregado fique aderido nas pedras, formando uma característica de "bolas" (figura 6). Perante a esse resultado, foi adicionado metade da água já posta, parcialmente, até chegar em um aspecto trabalhável como representa a figura 7.

.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 38 – Concreto Celular Dosado com Bentonita;



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 39 – Concreto Celular dosado com Bentonita com adição de água (490 gramas)



Fonte: Elaborada pelo autor.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 40 – Corpos de Prova amostra IV;



Fonte: Elaborada pelo autor.

6. ANÁLISE

Na tabela 1 reúne todos os resultados detalhados obtidos de cada amostra:

Tabela 1 – Resultados das Análises do Concreto

	Amostra I		Amostra II		Amostra III		Amostra IV	
	Corpo I	Corpo II	Corpo I	Corpo II	Corpo I	Corpo II	Corpo I	Corpo II
Massa (g)	3403,9	3434,9	3652	3720,7	2736,2	2746,6	3416,8	3400,1
Raio (cm)	5	5	5	5	5	5	5	5
Altura (cm)	19,6	19,8	19,7	20	19,6	19,6	20	19,9
Volume (cm³)	1539,38	1555,088	1547,234	1570,796	1539,38	1539,38	1570,796	1562,942
Densidade	2,211	2,209	2,360	2,369	1,777	1,784	2,175	2,175
Resistência (KN)	150,4	144,6	46,57	67,98	30,51	36,9	81,87	48,96
Área corpo (m²)	0,007854	0,007854	0,007854	0,007854	0,007854	0,007854	0,007854	0,007854
Tensão (Mpa)	19,14952	18,41104	5,929477	8,655482	3,884654	4,698254	10,42401	6,233781

Fonte: Elaborado pelo Autor

ISBN 978-85-87406-94-1

7. RESULTADOS DA ANÁLISE:

1. A Bentonita aumenta a densidade (massa específica), anulando inclusive o efeito do aditivo para concreto celular.

2. A Bentonita diminui a resistência a compressão no concreto normal e aumentou no concreto com aditivo. Provavelmente porque preencheu os vazios.

3. O concreto só com aditivo diminuiu a massa especifica e a resistência.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a fabricação do concreto celular utilizando o incorporador de ar foi eficiente, gerando um concreto leve e poroso. Após a adição da argila, anula-se a eficiência do concreto celular, pois a argila ocupa os poros criados pelo incorporador de ar, inibindo o aumento eficaz da passagem de água sobre o concreto para melhor adsorção de poluentes, além de deixá-lo mais denso.

Para o uso do concreto celular dosado com argila, pode-se desconsiderar uma alta resistência a compressão, sendo os valores obtidos passiveis de utilização.

REFERÊNCIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: 5738 Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos-de-prova**. Rio de Janeiro, 2003.

ALBARNAZ, L. D.; DANI, N.; FORMOSO, M. L. L.; MEXIAS , A.; LISBOA, **A. *A jazida de Bentonita de Bañados de Medina****, Melo Uruguai. Geologia, Mineralogia e aplicações industriais.* Pesquisas em Geociências, 36 (3): 263-281, set./dez. 2009.
ISHIKAWA, P.H., **Utilização do resíduo de britagem de rocha e de pó de alumínio reciclado na produção de concreto celular.** FATEC SP. Disponível em: < http://bt.fatecsp.br/system/articles/253/original/01.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.
KLUCZKOVSKI, ALANA MARIELLE R. G. **Introdução ao Estudo da Poluição dos Ecossistemas**. InterSaberes, 2015.

AGRADECIMENTOS: PIBITI/CNPq, Uni-FACEF, SOLOCON, BASF.

ISBN 978-85-87406-94-1

FAMÍLIA E ESCOLA NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO: silenciados no mundo contemporâneo?: reflexões qualitativas

Bruna Cristina da Silva (Uni-FACEF)
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, discutimos o compartilhamento de funções entre *família* e *escola* e seu vínculo com a formação de cidadãos. Ambas são responsáveis pela orientação e construção de conhecimentos resultantes do intercambio de cultura, modificando formas de funcionamento social, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, a *família* e a *escola* emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos cognitivos e emocionais de cada indivíduo, atuando como propulsoras ou inibidoras do conhecimento e crescimento, tanto mental, como social, psicológico e físico do estudante.

Neste artigo, o ambiente familiar e educacional é descrito como contexto importante para o desenvolvimento humano, porem essa relação enfrenta diversos desafios relacionados com o papel e responsabilidade que cada instituição possui como parte integral da educação individual. Escola e família são eixos fundamentais no processo de desenvolvimento do ser humano, porém, ainda sim, há divergências no papel que cada um deve desempenhar dentro do projeto educacional.

A sociedade passa por constantes mudanças, sendo cada vez mais complexa e abrangente, apresentando diversidades que antes eram coibidas ou silenciadas. Essas novas configurações familiares geram interpretações, nos diferentes contextos frequentados pelas famílias, sendo a escola um deles. A entrada da criança no contexto escolar é, a principio, para a formação e o contato com outras crianças, dando acesso ao desenvolvimento humano e social. Sendo assim, sua inclusão provoca uma transformação no seu cotidiano, porque entra num novo contexto social, o que impactará a família, que a acompanhará, ou não, com a participação daqueles que cuidam dessa criança, no cotidiano escolar e que possuem participação mais assídua

ISBN 978-85-87406-94-1

na vida dela, destacando em especial, sua interação no contexto escolar, uma vez que os pais, por algum motivo, não podem participar.

O ser humano, desde o inicio, encontra-se em processo de aprendizagem e socialização, a partir de suas vivências. A partir de interações com indivíduos, passa a estabelecer relações sociais e afetivas que irão dar rumo à sua trajetória e processo histórico. A família torna-se um instrumento fundamental na formação de cada individuo, sendo primordial a sua participação nos desenvolvimentos social e humano. A família é a origem da aprendizagem humana, com suas próprias práticas culturais e modelos de relação interpessoal, tanto como construção individual, como construção coletiva. É, por meio das interações, familiares que se concretizam as transformações na sociedade que futuramente afetarão as relações familiares caracterizando, assim, um processo de influencias que estão presentes em longo prazo. Os acontecimentos ocorridos na família auxiliam a formação de competências, de ações e reações e de resolução de problemas coletivos ou pessoais e essas vivências integram o que cada ser humano é, interferem o modo que agirão futuramente.

A escola é uma instituição fundamental para o indivíduo e sua constituição, assim como para o desenvolvimento e sustento da sociedade e da humanidade. Como parte da sociedade, não apenas reflete as transformações atuais, mas também tem que lidar com as diferentes demandas do mundo globalizado. Uma de suas tarefas mais importantes é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos vindos de uma sociedade turbulenta, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Tanto a família, como a escola, devem assumir o compromisso de educar moralmente e socialmente as crianças e adolescentes para que haja o devido desenvolvimento. Porém, é observado que há uma discordância sobre o quanto cabe a um ou ao outro fazê-la, sendo comum uma cobrança tanto da família como da escola sobre a responsabilidade de ambos como parte fundamental da educação sistemática. Por um lado, a família concede a responsabilidade da formação e educação dos filhos à escola, principalmente pela falta de tempo com estes; e, por outro, a escola torna-se responsável

ISBN 978-85-87406-94-1

apenas por desenvolver as competências intelectuais, dando à família a responsabilidade de educá-los moralmente.

2. CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: ALGUMAS REFLEXÕES

Se observado o senso comum, para a maioria das pessoas, o nome *família* só passa a ter significado e importância a partir do momento em que o casal tem seu primeiro filho. Contudo, a noção contemporânea de família é bem mais ampla do que apenas pai, mãe e filhos consanguíneos:

> [...] a família não é passível de conceituação, mas tão somente de descrições: ou seja, é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta um agrupamento humano (OSÓRIO, 1996, p. 14).

No imaginário coletivo, estão fixadas ideias com relação às expectativas familiares e como essa união funciona. A maior expectativa é de que ela produza cuidados, aprendizado, afeto, vínculos relacionais de pertencimento capazes de promover melhor qualidade de vida aos seus membros e total inclusão à sociedade em que vivem (CARVALHO, 2000, p. 13). As quais são qualidades que cada um espera para o seu desenvolvimento.

> Podemos citar como funções principais da família: função sexual, reprodutiva, econômica e educacional [...]. A função educacional é responsável pela transmissão, à criança, dos valores e padrões culturais da sociedade. A família é a primeira agência que socializa a criança (OLIVEIRA, 2003, p.65).

A princípio, a introdução do indivíduo no conjunto da sociedade faz se por intermédio da família, que se encarrega de sua socialização. A socialização é, assim, o processo através do qual o indivíduo incorpora os padrões sociais de sua cultura e aprende a comportar-se e a conviver com as demais pessoas (DIAS, 1995, p 11). Porém, essas expectativas são possibilidades, não garantias. A família pode ser introduzida, tanto num contexto fortalecedor, quanto esfacelador de suas possibilidades e potencialidades.

> Pai e mãe sentem-se esmaecidos, confusos, ambivalentes quanto aos seus papéis e quanto aos valores a serem transmitidos aos filhos. A exposição a que estamos submetidos pela avalanche das

ISBN 978-85-87406-94-1

> transformações sociais, culturais e econômicas acaba por alterar os códigos e valores que são usados na formulação que possamos fazer de nós mesmos e da família (CORRÊA, 2000, p. 130)

A família tem sido o referencial explicativo para o desenvolvimento emocional de um indivíduo. A descoberta de que os anos iniciais da vida de alguém são cruciais para o desenvolvimento emocional focalizou a família como um centro produtor, tanto de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, equilibradas e felizes, como de pessoas inseguras, desequilibradas ou com desvios comportamentais.

A família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos que descendem um do outro, sendo, dessa forma, organizada em uma estrutura hierarquizada, centrada no principio da dominação patriarcal.

Entre os tipos históricos e existentes de famílias, a grande família patriarcal se aproxima mais da construção da família institucional, com sua combinação de vigorosas regras por parte de costumes e religião e também por parte de subordinação praticamente total dos indivíduos à autoridade do tronco patriarcal.

A família patriarcal é autoritária e autocrática, com o poder nas mãos do chefe de família e com a subordinação da mulher, dos filhos varões, das mulheres dos filhos e dos filhos destes. Ao contrário da família democrática que esta fundada na igualdade entre marido e mulher, no consenso entre ambos em tomar decisões e na cresceste participação dos filhos (BELTRÃO, 1973, p. 40).

O fato de a paternidade ter sido reconduzida nessa função autoritária não impediu porem, que se sujeitasse a todo tipo de situação. A imagem do pai dominador cedeu lugar progressivamente à representação de uma paternidade ética (ROUDINESCO, 2002, p. 38). Desconstrói-se assim, pouco a pouco, a ideia de que o pai é um ser supremo e só a ele se deve respeito.

O fator predominante dessa mudança não foi ideológico, embora o movimento feminista tenha nascido com a ideologia liberal (BELTRÃO, 1973, p.

ISBN 978-85-87406-94-1

94). O trabalho profissional da mulher, nas zonas industriais e urbanas, na fase de secundarização dos processos históricos de desenvolvimento decorrente da revolução industrial, e a frequência obrigatória e efetiva, constituem fatores estruturais da promoção social da mulher moderna, contribuindo, assim, para o seu crescimento e reivindicação de direitos perante a sociedade:

> As mulheres eram impelidas a trabalharem nas fábricas pela necessidade econômica da família operária, mas maridos e patrões consideravam tal trabalho como provisório e delas exigiam também a consecução das tarefas domésticas, de forma que a dupla jornada de trabalho formava o espaço de suas vidas de modo compulsório (PAOLI, 1994, p. 20).

A partir do século XX, quando a mulher se viu obrigada a trabalhar, ela se dedicou e, desde então, mostra suas competências e habilidades no mercado de trabalho. Até os dias de hoje, as mulheres enfrentam maiores dificuldades, pois são mães, esposas e mantedoras do lar e continuam lutando pelos mesmos salários e benefícios. Nota-se a competência da mulher, pois ela tem saído para buscar um aperfeiçoamento e, por esse motivo, tem se destacado no mercado. Temos exemplos de mulheres presidindo organizações, coordenando grandes operações e até mesmo governando países. Nos anos 80, surgia no país uma consciência mais ampla sobre a discriminação das mulheres. Há um aumento do número de organizações de mulheres vinculadas ao movimento popular. Em todos os cantos, surgem organizações de mulheres, que se identificam como mulheres e que buscam ampliar os horizontes de sua participação social. Nos grandes centros, onde a atuação do movimento feminista era maior, as organizações de mulheres desenvolvem-se com mais facilidade e se abrem mais para discussões sobre a sexualidade: denunciam e combatem a violência contra a mulher, enfrentam, de forma mais aberta, as contradições de seu papel familiar.

As mudanças que vêm acontecendo no amor, no casamento e na sexualidade, ao longo da modernidade, resultaram em transformações radicais na intimidade e na vida pessoal dos indivíduos. No modelo dito “tradicional”, homens e mulheres tinham lugares e funções bem definidas. O pai, que trabalhava fora, dirigia o carro e passeava com a família nos finais de semana era o provedor que detinha um poder inquestionável. Os cuidados da casa, a

ISBN 978-85-87406-94-1

preocupação comida, a faxina, enfim, o necessário para que o bem-estar de todos fosse o melhor possível, eram garantidos pela mãe. Neste arranjo, todos pareciam felizes e tudo concordava com uma ordem imutável. Unidos para sempre, “para o melhor e para o pior”, pelos laços sagrados do matrimônio, as desavenças do casal não constituíam ameaças à estabilidade do lar. Até hoje, este modelo é defendido por muitos como o único capaz de sustentar a ordem social e de produzir subjetivações sadias.

A partir dessas mudanças, é possível observar que, no decorrer da história do homem, que a família, nem sempre é formada por pai, mãe e filhos, pois as estruturas familiares variam, de acordo com as diferentes classes sociais de uma mesma sociedade. Daí a importância da estrutura familiar na formação do individuo, muitas vezes, a estrutura familiar não permite aos indivíduos terem uma boa educação, ora por conflitos familiares, ora por nível de renda, construindo assim uma desigualdade na formação de uma criança.

3. ESCOLA E FAMÍLIA: ELOS INDISSOCIÁVEIS

A escola é uma das mais importantes instituições da sociedade, pois a maioria dos indivíduos passa pelo menos um período de tempo inserido nesse contexto. É uma das principais bases para a formação social do indivíduo, além da educação das disciplinas e seus conteúdos, é através dela que também são repassados os valores sociais, morais e éticos. Essa instituição funciona de forma organizada, seus atores são alunos, professores, equipe pedagógica, funcionários administrativos e de apoio, essas pessoas têm horários a serem cumpridos, metas a alcançarem, um sistema de avaliação e uma ordem estrutural hierárquica, mas todos inseridos dentro do mesmo contexto.

A Lei 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 aponta em seu artigo 1º:

> A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

ISBN 978-85-87406-94-1

Partindo dos princípios da Constituição Federal Brasileira (2003), é evidente que as duas instituições devem trabalhar de forma cooperativa, num processo de colaboração:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2003, p.122).

Educar não é algo estático e fixo, e sim o resultado de uma transformação constante, impulsionada por tensões, conflitos e esperanças. Assim, educar é aperfeiçoar. A educação deve levar o ser humano ao desenvolvimento de suas potencialidades, tanto intelectuais, quanto físicas e morais:

> Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (DESSEN; POLONIA; 2007, p. 22).

A família transfere para a escola o aprendizado de vida em sociedade. A escola recebe a incumbência de ensinar os filhos a respeitarem as obrigações do tempo e do espaço, as regras que permitem viver em comunidade, de forma harmoniosa. A instituição escolar passa a intervir, cada vez mais, nas decisões que envolvem o futuro dos filhos, principalmente em relação ao profissionalismo.

Nota-se, nos seguintes artigos da Constituição Federal (2003), o papel que a família deve desempenhar na criação e educação de seus membros:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. [...]
>
> Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (BRASIL, 2003).

ISBN 978-85-87406-94-1

A permanência dos indivíduos na escola e seus devidos rendimentos escolares ainda serão consequência da estrutura familiar de cada um. Se a família não estiver cumprindo a sua função provedora e formadora, cabe às instituições da sociedade e poder público subsidiar, apoiar e incentivar as famílias para que as crianças se tornem competentes. Cabe, às entidades, dentre elas a escola, desenvolver trabalhos voltados ao atendimento de famílias de baixa renda e melhor direcionamento para as crianças.

> Quando esta existe, é inadequada, pois não corresponde às suas necessidades e demandas para oferecer o suporte básico para que a família cumpra, de forma integral, suas funções enquanto principal agente de socialização dos seus membros, crianças e adolescentes principalmente (KALOUSTIAN, 1998, p. 13).

Assim, torna-se indispensável o encaminhamento das crianças à escola, porém, é necessário que a escola lhes ofereça atributos atraentes e que superem as expectativas dos pais com relação a essa instituição. A escola tem que criar e, através disso, cativar as crianças, de maneira que os pais percebam que a escola não somente proporciona diversão, mas também o desenvolvimento adequado ao longo da vida de seus filhos.

> Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, 1999, p. 26)

Escola e Família juntas podem possibilitar uma melhoria na educação, através de um trabalho direcionado para vivências, economia, educação; pois são nesses ambientes que os indivíduos constroem o seu modo de ser e as inúmeras experiências vividas na família e na escola, para que haja contribuição para a formação integral. Para que a família e a escola possam agir, é necessária educação para ambas as partes, pois a educação está ligada ao desenvolvimento politico e econômico, portanto é necessário crescer e depois se desenvolver. Assim, a família e a escola unidas e com apoio econômico, poderão dar melhores condições aos estudantes. Em uma sociedade om diversos tipos de classes sociais, a integração não pode ser restrita à família e à escola, mas também às entidades governamentais,

ISBN 978-85-87406-94-1

facilitando o desenvolvimento do estudante, pois a educação é responsabilidade não só da família e da escola, mas de toda sociedade.

4. VOZES DA FAMÍLIA, VOZES DA ESCOLA: PESQUISA DE CAMPO

A fim de entender se a família e a escola têm evidenciado suas funções e reconhecem a importância do estabelecimento de um diálogo conjunto, foi realizado um estudo junto aos pais, estudantes e professores para entender e analisar melhor como a questão é constituída atualmente.

A pesquisa foi realizada com 02 professores, 03 pais e 04 estudantes. Os professores escolhidos lecionam nos níveis de ensino fundamental II e ensino médio. O critério utilizado na escolha de pais foi que os pais tivessem filhos em idade escolar e frequentassem a escola. A escolha dos estudantes foi baseada em estudantes que atualmente participam da vida escolar no ensino fundamental II e ensino médio.

O instrumento da coleta de dados foi uma entrevista para os pais, professores e alunos, planejada a partir de um roteiro de entrevista (Conforme Apêndices A, B e C) sobre as questões em pauta.

Atualmente nem pais, nem professores estão contentes com o atual sistema de educação. O corpo docente exige mais atenção e desempenho familiar com relação ao indivíduo, enquanto os pais reclamam do nível do ensino.

Para esclarecer essas questões, foram usados depoimentos que se seguem. Os depoimentos foram analisados em função do roteiro de entrevista. (Apêndice A)

A primeira questão feita aos entrevistados foi sobre o papel da família na formação de um estudante:

> Para mim, os pais são a base do desenvolvimento da criança. Os pais devem acompanhar a formação escolar dos filhos, pois se você deixar só por conta da criança e da escola, a criança não leva a sério (P. 1 e 2, Apêndice A).
>
> O papel dos pais na formação geral dos filhos é de auxiliá-los sempre que houver dificuldade em relação ao aprendizado escolar e instruí-los sobre a importância da escola (P. 1 e 2, Apêndice B).

ISBN 978-85-87406-94-1

> A família é muito importante, porque quando eu precisar de algo é a família que vai me ajudar, e é bom quando a família ajuda na escola também (P. 1 e 2, Apêndice C).

Os depoimentos mostram que ambas as entidades, escolar e familiar, se preocupam com a participação da família no desenvolvimento de um estudante.

Um dos pais entrevistados encaminha seu depoimento no sentido de dividir responsabilidades entre a família e a escola:

> Eu acho que o papel dos pais é trabalhar junto com a escola, quando percebe que o filho tem dificuldade e acompanhar e ajudar nesse processo bem de perto. Não é só ajudar na lição, e sim estimular o filho a sempre crescer (P. 2, Apêndice B).

O depoimento aponta para a preocupação em trabalhar em conjunto com a escola, apesar desse fato, os pais não definem com precisão qual seria seu papel na formação do estudante.

É necessário que os pais considerem a parceria entre a família e a escola e percebam que, através de um diálogo em conjunto, conseguirão chegar as reais dificuldades do estudante.

Com relação à responsabilidade da escola na formação do estudante, na fala dos pais aparecem duas visões:

> Eu acho que a função da escola é educacional, de leitura e escrita e principalmente português e matemática que é o básico (P 6 e 7, Apêndice B).
>
> É principalmente ensinar a ler e a escrever (P 6 e 7, Apêndice B).

A visão condiz com o fato de que a escola é apenas transmissora de conhecimentos, com função de promover aprendizagens técnicas.

A segunda é uma visão mais ampla que responsabiliza a escola de fornecer conhecimentos básicos de leitura e escrita, e como isso o ajuda a se tornar um cidadão:

> A escola deve passar conhecimento, mas além de conhecimentos, deve formar o cidadão; preparar a criança lá fora (P 6 e 7, Apêndice B).

ISBN 978-85-87406-94-1

Portanto, os pais se dividem quando analisam a responsabilidade da escola na formação dos filhos; alguns não consideram que a escola possa ser uma fonte de conhecimento para uma formação mais ampla. Outros disseram que a escola, além de transmitir essas noções, volta-se também à formação do estudante enquanto cidadão.

Quanto à questão relacionada se a escola em que os filhos estudam corresponde às expectativas, relatos mostram:

> Ah, eu gostaria que a escola que meu filho estuda fosse melhor, tivesse professores mais dedicados, que passem conhecimento, mas eles não tão formando a escola como deveria (P. 7, Apêndice B).

Observa-se que os pais esperam que a escola possibilite, ao aluno, elaborar sua visão de mundo e também desenvolva a capacidade para o dialogo. Portanto, a escola não corresponde às expectativas dos pais. Eles esperam que, além do aprendizado, os alunos também estejam melhor preparados para o convívio no mundo.

Quando se pergunta, aos professores, se os pais vêm correspondendo as suas expectativas, relatam:

> Na maioria não. Os pais jogam muito a responsabilidade para a escola, não cumprem, muitas vezes, nem mesmo seu papel de acompanhamento e incentivo. (P. 2, Apêndice A)
>
> Bem, acontece é que os pais não demonstram muito interesse e esperam que a escola resolva todos os problemas (P. 2, Apêndice A).

Assim, o descompromisso familiar e uma estrutura educacional inadequada, geram dificuldades no processo educacional.

Em relação à questão referente à existência ou não de um canal de dialogo entre a família e a escola, pais e professores relatam apenas a existência de uma reunião de pais e mestres, sempre referentes à temática nota e disciplina:

> O canal de conversa são as reuniões onde a professora fala como o filho da gente tá indo, não tem outra ocasião pra eu ir na escola não (P.3, Apêndice A).
>
> As reuniões são um espaço que geralmente usamos pra falar sobre notas e disciplina (P.3, Apêndice A).

ISBN 978-85-87406-94-1

As reuniões de pais e mestres poderiam ser mais bem aproveitadas, constituindo um espaço de aproximação entre a família e a escola, num ambiente de superação e construção de ideias.

Realmente, é necessário que a escola se torne mais atraente ao aluno e ofereça, para os professores, condições de trabalho e acesso a outros conhecimentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi estudar e analisar as funções entre *família* e *escola* e seu vínculo com a formação de cidadãos como responsáveis pela orientação e construção de conhecimentos, resultantes do intercâmbio de cultura, modificando formas de funcionamento social, de acordo com as expectativas de cada ambiente.

Constata-se que, apesar das mudanças ocorridas na sociedade, a família, mesmo com diferentes estruturas, desempenha as mesmas funções de transmissão de conhecimento pessoal dentro do círculo familiar. Porém em algumas ocasiões como o desequilíbrio familiar, perde suas funções sociais, transferindo-as para a escola que adquire funções formativas.

É necessário um acompanhamento dos pais, junto às escolas. E a escola se inteirar dos assuntos das crianças com os pais. Se ocorrer interesse dos pais em relação ao desenvolvimento dos estudantes, o incentivo escolar pode crescer gradativamente. Quando a escola esta realizando um investimento em si, se torna qualificada e é nesse momento que o apoio familiar é indispensável.

Pode-se observar que tanto os pais, quanto os professores apontam para caminhos no sentido de uma aproximação entre a família e a escola, no entanto, apresentam dificuldade no sentido de iniciar esse diálogo conjunto. Por meio dos dados podemos constatar que as famílias se relacionam pouco com a escola. Essa participação ocorre através de reuniões ou algum evento promovido pela escola. A família não opina, nem é chamada em outras ocasiões na escola.

ISBN 978-85-87406-94-1

Nesse sentido, a família e a escola teriam de estabelecer um diálogo, visto que o mesmo facilitaria a formação de um cidadão crítico e consciente. Para tanto, é preciso que professores, família, comunidade, tenham claro que a escola, por sua complexidade, precisa contar com o envolvimento de todos. Família e escola precisam criar uma ação coletiva, fortalecida para garantir o bem-estar de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13-7-1990. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada até 01.01.2003. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

CAMPOS, Alexandra Resende. **Família e escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro.** 2010. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v. 19 n. 2/Alexandra_Campos.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

CORRÊA, A. I. G. (2000). **O adolescente e seus pais. In: Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões: O Adolescente e a Modernidade.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2007, vol.17, n.36, pp. 21-32. ISSN 0103-863X. Disponível em: . Acesso em: 30 abril 2016.

FERREIRA, Cintia Aparecida. **As Percepções da Escola Frente às Novas Configurações Familiares.** 2013. Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/as-percepcoes-da-escola-frente-as-novas-configuracoes-familiares>. Acesso em: 18 jun.

FREITAS, Ivete Abbade**. Família e Escola: A Parceria Necessária na Educação Infantil. Presidente Prudente**. Unoeste, 2006.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3.ed. São Paulo: Cortez,1999.

GALLO, Silvio; **Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar.** In: O sentido da Escola. ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (orgs.)
KALOUSTIAN, SÍLVIO MANOUG. **Família brasileira, a base de tudo**. 03.ed. São Paulo: Calçadense, 1998.

ISBN 978-85-87406-94-1

LACERDA, M.B. **Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado.** Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. 2010. 117 p. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Alana Paula de. **Relação entre escola, família e educação moral:** um levantamento BIBLIOGRÁFICO. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2915/386>. Acesso em: 19 março. 2016.

OLIVEIRA, PÉRSIO SANTOS DE. **Introdução à sociologia da educação**. 03.ed. São Paulo: Ática, 2003.

OSÓRIO, L.C. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1996.

PAOLI, M. C. **A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil**. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 17- 41, jan./jun. 1994.

PAROLIN, Isabel. **Relação Família e Escola:** Revista atividades e experiências. Positivo, 2008.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A Família Em Desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SOARES, Jiane Martins. **Família e escola: parceiras no processo educacional da criança.** 2010. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/educacaoetecnologia/ARTIGO-FAMILIA-ESCOLA-.pdf>. Acesso em: 17 abril. 2016.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista com professores

A fim de que fosse possível manter contato direto com as entidades principais do foco de nossa pesquisa, formulamos questões, direcionadas aos professores, pais e estudantes:

Roteiro de pesquisa de campo, entrevista com professores:

1 – O que você considera como família? Explique.

2 – Como você vê a participação da família na escola atualmente? Explique.

ISBN 978-85-87406-94-1

3 – Os pais são convidados a comparecer na escola? Quantas vezes ao ano? Comente.

4 – Os filhos tem orgulho ao convidar os pais para participar de atividades na escola? Comente.

5 – A escola busca acatar as sugestões e os pedidos dos pais? Comente.

6 – Que valores a escola tem procurado discutir e construir com os estudantes? Comente.

7 – Como seria uma parceria ideal entre escola e família?

8 - Tem alguma sugestão? Comente.

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista com pais

Roteiro de pesquisa de campo, entrevista com pais:

1 – O que é família para você?

2 – Como você vê a participação da família na escola atualmente? Explique.

3 – Você é convidada para participar de atividades na escola de seu filho(a)?

Quando? Quantas vezes ao ano? Comente.

4 – O seu filho(a) tem orgulho em convida-lo a participar de atividades com feira de ciências, festa junina promovidas pela escola? Comente

5 – A escola de seu filho acata as sugestões e os pedidos dos pais?

6 – A escola tem discutido valores condizentes com os valores da sua família?

7 – A educação escolar tem contribuído para a formação ética e cidadã do seu filho? Comente.

8 – Como seria uma participação mais intensa na escola de seu filho? Comente.

9 – Tem mais alguma sugestão?

ISBN 978-85-87406-94-1

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista com estudantes

Roteiro de pesquisa de campo, entrevista com estudantes:

1 – O que é família para você? Comente

2 – Sua família participa das atividades da escola? Quando? Quantas vezes por ano? Comente

3 – Você gosta de ver sua família na escola? Por quê?

4 – Quais os principais comentários dos seus pais depois que eles chegam da sua escola? Comente

5 – Os valores que você aprende na escola são condizentes com aqueles que a sua família acha importante? Explique.

6 – Você gostaria que a sua família participasse mais da escola? Quando?

7 – A sua escola recebe bem a sua família? E escola gosta de receber seus pais? Como você percebe isto?

ISBN 978-85-87406-94-1

"HOMEM LEGENDA" ENTRA EM AÇÃO: uma análise discursiva do gênero "charge política"

Glauco Rodrigues Marquete[39] (Uni-FACEF)
Ana Lúcia Furquim Campos - Toscano (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Em período de eleições, é comum os políticos realizarem suas campanhas por meio de ações que visam adquirir o maior número de votos, como comícios, visitas a áreas, muitas vezes, esquecidas por eles próprios, tudo isso para serem eleitos. A mídia tem um papel importante nesse período, por causa da influência que exerce sobre a sociedade, pois os veículos de comunicação usam de diferentes métodos para levar até a população as notícias e o andamento das eleições, seja por meio da internet, jornal, revista etc.

Além de todas as notícias que são repassadas à sociedade, os veículos midiáticos utilizam alguns dos diversos gêneros discursivos para noticiar e discutir os acontecimentos do cotidiano. Dentre esses enunciados, há as charges que, em período de campanha eleitoral, têm grande influência nas discussões políticas, visto que, por meio do humor, apresentam um tom de crítica e de ironia. Assim, a partir dessas observações, levantamos as seguintes questões em nossa pesquisa: Quais as ideologias e valores sociais enunciados? Quais as vozes sociais presentes nas charges e como elas são veiculadas? Como se constituem o(s) conteúdo(s) temático(s), o estilo, concebido, aqui, como escolhas de recursos verbo-visuais? Como é a construção do humor e da crítica nesses enunciados?

Em vista disso, o objetivo deste trabalho, que é parte de nossa pesquisa de iniciação científica ainda em desenvolvimento, é analisar como se constitui o gênero discursivo "charge política", ou seja, buscamos compreender as escolhas dos recursos verbo-visuais, suas temáticas e composição estrutural para a veiculação de valores sociais e de ideologias que refletem a realidade, mas também a refratam contribuindo, assim, para a construção de sentidos que circulam na sociedade.

Para tanto, utilizamos as reflexões sobre gêneros discursivos, concebidos pelo Círculo de Mikhail Bakhtin, assim como os estudos de seus

[39] Bolsista IC – Uni-FACEF

ISBN 978-85-87406-94-1

comentadores, como Brait (2008), Machado (2008) e Miotello (2008). A respeito do gênero charge, pautamo-nos nas pesquisas de Flores (2002), Gutierre (2007) e Silva (2010), a fim de compreendermos sua constituição e construção de sentidos.

Quanto ao nosso *corpus*, analisamos, neste trabalho, duas charges denominadas "Homem legenda", do chargista Adão Iturrusgarai, publicadas no jornal *Folha de S.Paulo.*

2. GÊNEROS DO DISCURSO, DIALOGISMO E IDEOLOGIA: uma breve discussão

Na sociedade, qualquer atividade ocorre por meio do uso da linguagem, ou seja, as diversas maneiras de emprego da linguagem estão relacionadas aos diferentes campos de atividade humana. Portanto, a utilização da língua apresenta-se por meio de enunciados orais e escritos, concretos e únicos (BAKHTIN, 2011) e atendem as esferas de atividade humana. Os enunciados, considerados relativamente estáveis, são constituídos por conteúdo temático, estilo e estrutura composicional. Primeiramente, há o tema que deve estar de acordo com a respectiva finalidade de determinada área de atividade. O estilo, por sua vez, são escolhas lexicais, gramaticais e recursos fraseológicos. A estrutura composicional unida ao conteúdo (tema) e ao estilo de linguagem revela a organização do enunciado que compõe determinado gênero. A respeito da riqueza de gêneros, Bakhtin (2011, p.262) afirma que

> A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo.

Dessa forma, há uma variedade de gêneros, pois os enunciados são transmitidos a todo o momento, portanto, fazem parte da vida humana atendendo às necessidades do dia-a-dia.

Em estudos anteriores, a clássica teoria dos gêneros era baseada nas formas poéticas. Em suas reflexões, Aristóteles evidencia a classificação dos gêneros como obras advindas da voz e também de representação mimética. Dessa forma, há três gêneros literários: as poesias de primeira voz, a lírica, a de segunda

ISBN 978-85-87406-94-1

voz, a épica, e de terceira voz, o drama. Essa classificação é considerada rígida e também carregada de purismos, ou seja, seguem um padrão, não havendo gêneros poéticos híbridos.

Anteriormente a Aristóteles, Platão propõe outro método de classificação, a forma binária. As obras, para ele, são representações de juízos de valor, assim, para o gênero sério há duas vertentes, a epopeia e a tragédia, para o burlesco outras duas, a comédia e a sátira. Consequentemente, Platão modifica as estruturas estabelecidas criando a divisão tripartida. Ao gênero mimético equivalem a tragédia e a comédia; ao narrativo o ditirambo e, por último, a poesia lírica que são o misto e a epopeia.

Os estudos de Bakhtin influenciaram as novas classificações de gênero, não apenas no campo da poética, mas também nas diversas áreas. Dessa maneira, foi possível mudar esse panorama de classificação. Machado (2008, p.152) estudiosa de suas reflexões, comenta que

> A partir dos estudos de Mikhail Bakhtin foi possível mudar a rota dos estudos sobre os gêneros: além das formações poéticas, Bakhtin afirma a necessidade de um exame circunstanciado não apenas da retórica mas, sobretudo, das práticas prosaicas que diferentes usos da linguagem fazem do discurso, oferecendo-o como manifestação de pluralidade.

Essa nova classificação dos gêneros feita a partir das reflexões de Bakhtin ocorreu devido aos seus estudos literários, especificamente o romance que foi seu grande foco de análise. Segundo o pensador russo, por meio da prosificação da cultura letrada, ocorreu um choque estrutural nas correntes clássicas pelo fato de a prosa propiciar o hibridismo das formas, ou seja, permitir que gêneros se confundam e se confrontem. O romance, como objeto de estudo, possibilita a verificação da representação da voz na cultura dos homens. Assim, observa-se no romance as várias vozes, juízos de valor, a interação comunicativa que o romance proporciona, não evidenciando somente os processos dialógicos existentes nas obras, mas também a combinação de outros gêneros.

Bakhtin propõe a divisão dos gêneros entre primários e secundários. Os primários (simples) se formam por meio da comunicação cotidiana, que acontece de forma mais simples. Os secundários (complexos) estabelecem-se, por exemplo, nos romances, drama, um trabalho científico, etc. São complexos pelo fato de

ISBN 978-85-87406-94-1

dependerem de maior elaboração, porém nada impede que os gêneros primários estejam inseridos nos secundários ou vice-versa.

Os gêneros discursivos, como já mencionado, possuem três elementos (tema, estilo e estrutura composicional). O estilo, por exemplo, realiza-se pelas escolhas linguísticas que se apresentam nos gêneros, por isso é comum saber e diferenciar uma conversa cotidiana de uma audiência em um tribunal. De acordo com Bakhtin (2011, p. 265), “todo estilo está indissoluvelmente ligado ao enunciado e as formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso.” Por essa perspectiva, evidencia-se que um enunciado apresenta o estilo de determinado gênero discursivo.

Por outro lado, o estilo pode ser individual pelo fato de apresentar em seus aspectos estruturais, a individualidade do falante ou de quem escreve, mas nem todos os gêneros são possíveis se obter marcas de individualidade. Por exemplo, há enunciados padronizados, como um documento oficial, ordens militares.

Os gêneros que possuem maior tendência à individualidade são os enunciados artístico-literários, que permitem maior liberdade de criação e de trabalho com a linguagem.

O estilo deve ser considerado na relação do “eu” com o “outro”. Considerando as afirmações de Bakhtin em que o enunciado é um elo na cadeia discursiva, apresenta-se a ideia de corrente entre os enunciados ditos e/ou escritos, ou seja, os enunciados produzem ecos que percorrem os tempos e influenciam gerações seguintes. Dessa forma, compreende-se que um estilo, mesmo que apresente características específicas, sofre influências desses enunciados anteriores, destruindo ou renovando um gênero, daí sua relativa estabilidade. Pode se entender que os gêneros são extremamente dialógicos, pois eles podem se modificar, renovar ou mesmo se adaptar ao tempo em que esteja inserido.

Brait (2008, p.80), sobre estilo, afirma

> Focalizado sob uma dimensão bastante espacial, diferenciada, coerente com a “teoria dialógica” como um todo, estilo se apresenta como um dos conceitos centrais para se perceber, a contrapelo, o que significa, no conjunto das reflexões bakhtinianas, dialogismo, ou seja, esse elemento constitutivo da linguagem, esse princípio que a rege a produção e a compreensão dos sentidos, essa fronteira em que eu/outro se interdefinem, se interpenetram, sem se fundirem ou se confundirem.

ISBN 978-85-87406-94-1

Entende-se, portanto, que o estilo é construído pela alteridade, isto é, pelo confronto de ideias, juízo de valor e visões de mundo.

Brait, ao discutir sobre o estilo bakhtiniano, cita reflexões sobre essa categoria discursiva propostas por Bakhtin e Voloshinov no texto *Discurso na vida e discurso na arte* a respeito do dito "O estilo é o homem", de George Louis Buffon:

> "O estilo é o homem", dizem; mas poderíamos dizer: o estilo é pelo menos duas pessoas ou, mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social na forma do seu representante autorizado, o ouvinte – o participante constante na fala interior e exterior de uma pessoa. (BAKHTIN; VOLOSHINOV apud BRAIT, 2005, p.83)

Para exemplificar essas concepções de estilo, na esfera jornalística é comum vermos nas capas dos jornais, ou mesmo em revistas, o texto em relação direta ou indireta com as imagens. Nota-se que, dessa forma, o jornal possui um estilo de se fazer uma reportagem. Brait amplia o conceito de recursos linguísticos para verbo-visuais a fim de analisar tanto o enunciado verbal quanto não verbal.

Podemos atentar para os novos gêneros que surgem de acordo com a evolução tecnológica, como os enunciados presentes em ambientes virtuais, entre eles, o twitter, facebook, entre outros. Esses veículos digitais são novos gêneros advindos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Os gêneros discursivos não podem ser pensados fora da relação espácio-temporal, ou seja, as relações dialógicas existentes podem alterar esses gêneros de acordo com o tempo e suas necessidades. A esse conceito, Bakhtin denomina de cronotopo. Machado (2008, p.159), acerca das relações de espaço-tempo, afirma que

> O cronotopo trata das conexões essenciais de relações temporais e espaciais assimiladas artisticamente na literatura. Enquanto o espaço é social, o tempo é sempre histórico. Isso significa que tanto na experiência quanto na representação estética o tempo é organizado por convenções. Os gêneros surgem dentro de algumas tradições com as quais se relacionam de algum modo, permitindo a reconstrução da imagem espácio-temporal da representação estética que orienta o uso da linguagem: 'o gênero vive do presente mas recorda o seu passado, o seu começo' afirma Bakhtin. A teoria do cronotopo nos faz entender que o gênero tem uma existência cultural, eliminando, portanto, o nascimento original e a morte definitiva
>
> .

ISBN 978-85-87406-94-1

Os gêneros, nesse sentido, são dialógicos, pois nascem, evoluem, desenvolvem-se e também se transformam com o decorrer do tempo em determinado espaço.

Alguns gêneros também se modificam devido às relações dialógicas e à existência de novos suportes. Antigamente eram comuns os jornais impressos, hoje, com o avanço tecnológico, temos outras formas de acessar os jornais, como a internet que disponibiliza uma versão online para as pessoas que preferem estar informadas sobre os acontecimentos cotidianos de forma virtual.

Os enunciados exigem uma atitude responsiva ativa, ou seja, o indivíduo, quando recebe as informações, não age passivamente, pelo contrário ele atende às expectativas do locutor, proporcionando a resposta de diversas formas: concordando, discordando, confrontando e/ou completando os enunciados. Mesmo que o locutor enuncie algo e o interlocutor não responda, o silêncio do interlocutor é uma atitude responsiva, pois o silêncio pode ser considerado um ato de resposta. Sobre a atitude responsiva ativa do falante, Bakhtin (2011, p.271) afirma que

> [...]o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante.

Os enunciados que produzimos são essencialmente ideológicos, pois refletem e refratam a realidade expondo valorações e posições sociais. Miotello (2008, p.168) sobre as reflexões bakhtinianas a respeito de ideologia, afirma que

> Bakhtin e seus companheiros de Círculo não trabalham, portanto, a questão da ideologia como algo pronto e já dado, ou vivendo apenas na consciência individual do homem, mas inserem essa questão no conjunto de todas as outras discussões filosóficas, que eles tratam de forma concreta e dialética, como a questão da constituição dos signos, ou a questão da constituição da subjetividade. Bakhtin mesmo alerta que não aceita ser medíocre dialeticamente, e por isso vai construir o conceito no movimento, sempre se dando entre a instabilidade e a estabilidade, e não na estabilização que vem pela aceitação da primazia do sistema e da estrutura; vai construir o conceito na concretude do acontecimento, e não na perspectiva idealista.

ISBN 978-85-87406-94-1

Bakhtin contesta o marxismo oficial que compreende a ideologia como falsa consciência, como se fosse uma espécie de maquiagem da realidade social. Assim, concebe duas formas de ideologia, a oficial que é entendida como que de relativa dominância, especificando somente uma condição de produção de mundo. Por outro lado, há a ideologia do cotidiano, fundada na relação dos encontros casuais entre os indivíduos.

Nesse sentido, Miotello (2008, p.169) observa que

> De um lado, a ideologia oficial, como estrutura ou conteúdo, relativamente estável; de outro, a ideologia do cotidiano, como acontecimento, relativamente instável; e ambas formando o contexto ideológico completo e único, em relação recíproca, sem perder de vista o processo global de produção e reprodução social. De um lado é possível, por exemplo, ouvir alguém dizer em um ônibus: “Cara, estou desempregado há seis meses”; de outro, os meios de comunicação afirmando: “Aprovação do presidente cai mais dez pontos” ou “Todos os indicadores econômicos apresentam melhora no semestre”; e compreender essas afirmações em relação dialética, não em relação causal.

Tudo que está presente no mundo recebe carga ideológica. Por exemplo, as pessoas, no cotidiano, associam algum objeto com um conteúdo ideológico: um soldado do exército somente é considerado como tal, quando está trajado devidamente e com sua patente à vista, ou seja, é o valor perante à instituição, um objeto que historicamente recebeu essa carga ideológica para considerar-se um símbolo militar. Concluindo a questão da ideologia Miotello (2008, p.175) afirma que

> O sujeito é uma função das forças sociais. O eu individualizado e biográfico é quebrado pela função do outro social. Os índices de valor, adequados a cada nova situação social, negociados nas relações interpessoais, preenchem por completo as relações Homem x Mundo e as relações Eu x Outro.

Consequentemente, a essa afirmação identifica-se que a interação proveniente dos indivíduos e suas trocas de experiências e valoração simbólica, fortalecem ainda mais o conceito de ideologia apresentado por Bakhtin. As relações do indivíduo com o mundo é uma forma de se obter pontos de vista e também posicionamentos perante os acontecimentos no mundo.

ISBN 978-85-87406-94-1

3. O GÊNERO CHARGE: sua constituição estilística e construção de sentido irônico

As charges são veiculadas em jornais ou revistas, acompanhadas ou não de notícias e têm por objetivo criticar ou ironizar alguém ou algum acontecimento do cotidiano. Flores (2002, p.10) a respeito da importância das charges na sociedade, ressalta que

> [...]a importância da charge enquanto texto [...] se define pelo uso híbrido da linguagem. As formas perceptíveis na charge se materializam por meio da escrita e do desenho, sendo a síntese olho-ouvido resultante do vestígio que testemunha e registra a concorrência de signos sociolinguísticos, culturais, ideológicos, presentes a um só tempo nesse tipo de produto cultural. O componente linguístico é co-responsável, juntamente com os componentes gráfico e imagético, pelo grau de informatividade e poder argumentativo, persuasivo da mensagem.

O uso híbrido da linguagem se caracteriza pelos recursos verbo-visuais para a construção de sentido da charge. Assim, a compreensão desses enunciados depende das escolhas linguísticas e imagéticas ligadas aos elementos argumentativos e persuasivos. Uma das características da charge são os diversos sentidos que podem provocar as vozes que se confrontam ou se fundem, havendo, dessa maneira, uma atitude responsiva ativa. De acordo com Flores (2002, p.10)

> A importância da charge enquanto texto decorre não só do valor como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas, também, como espelho do imaginário de época e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista, ideologias em circulação.

A charge, geralmente, está em relação direta com o momento da enunciação. Em vista disso, há veiculação de ideologias e valores sociais, exigindo, assim, conhecimento do leitor. Por exemplo, há diversas charges do período das “Diretas já”, mas somente quem possui conhecimento prévio desse acontecimento, é capaz de entender o contexto.

Por meio de seus conteúdos temáticos, o enunciador provoca seu leitor que pode rejeitar, opor-se ou concordar com a veiculação das ideias apresentadas. Como é um enunciado relacionado a fatos do cotidiano, propicia aos indivíduos a reflexão e o diagnóstico de determinado assunto. Para Flores (2002, p.11)

ISBN 978-85-87406-94-1

> Sua temática em geral, versa sobre o cotidiano – questões sociais que afligem, irritam, desgostam, confundem. Essas questões focalizam os universos de referência do público, expondo testemunhos, registrando perplexidades, apontando falhas, satirizando pontos de vista, desvelando motivações ocultas. Introduzindo questionamentos. Por natureza é polêmica.

Uma das questões, muitas vezes, discutidas pelos chargistas é a política, pois, no Brasil, um tema que se destaca, com frequência, são os escândalos ocorridos no cenário brasileiro. Dessa maneira, a charge, por apresentar as polêmicas dos acontecimentos, é uma forma de combate dos problemas de uma nação, pois, por meio do humor, reflete e refrata a sociedade, criticando e levando à reflexão do leitor.

Em relação à estrutura composicional, é comum haver um narrador e falas do(s) personagem (ens). A respeito da relação autor, personagem e leitor, Flores (2002, p.14) afirma que

> A gênese do narrador se dá com a da própria charge, sendo ele (narrador) responsável pelo jogo interativo com o leitor, incumbindo-se de compor o texto, distribuir desenho e escrita, estabelecer os graus de participação de cada linguagem, tipificar e definir personagens, enfim dar voz, expressão e personalidade a suas criações. Ao narrador cabe estabelecer vínculos entre texto e contexto, sendo sua existência totalmente dependente da publicação da matéria.

Ainda de acordo com Flores (2002, p.15) “o autor não se manifesta diretamente, a não ser através de sua assinatura (rubrica) ou da escrita do seu nome em algum ponto da charge, misturando-se ao todo textual”.

4. IRONIA: um recurso linguístico na construção da charge

Como já mencionado, os recursos linguísticos que levam à construção de sentidos irônicos são importantes para a constituição da charge, principalmente por permitirem um tom crítico a esse enunciado.

As concepções sobre ironia iniciam-se desde os tempos de Aristóteles cuja abordagem sobre o assunto ocorre de maneira tradicional, ou seja, o filósofo entende a ironia como algo que é de natureza dos seres humanos, aflorando, de maneira especial, em determinados tipos de pessoa. Para isso, é necessário utilizar os recursos da língua para criar a ambiguidade, característica do discurso irônico.

ISBN 978-85-87406-94-1

Na literatura, o teórico Friedrich Schlegel afirma que a ironia é um elemento que proporciona ao autor de determinada obra a liberdade de criação possibilitando provocar fatos irônicos e ambíguos que chamem a atenção dos leitores.

De acordo com Brait (1996, p.34)

> [...]a ironia romântica pode ser traduzida como 'o meio que a arte tem para auto-representar', como articulação entre filosofia e arte, poesia e filosofia, na medida em que não estabelece fronteiras entre princípio filosófico e estilo literário. Além desse aspecto caracterizador dos demais acima destacados, há ainda outros a serem sublinhados: a ideia de contradição, de duplicidade como traço essencial a um modo de discurso dialeticamente articulado; o distanciamento entre o que é dito e o que o enunciador pretende que seja entendido; a expectativa da existência de um leitor capaz de captar a ambiguidade propositalmente contraditória desse discurso.

A partir dessas concepções literárias e filosóficas a respeito da ironia, é possível encontrar os aspectos característicos e estruturais do discurso irônico que causam no leitor um incômodo, ou seja, observar o que é dito e entender o discurso indireto do que foi proferido.

Outro filósofo citado por Brait é Henri Bergson, que utiliza do conceito interferência de séries e, mesmo não sendo um mecanismo exclusivo para provocar a ironia, é de grande importância aos estudos em questão. Para Bergson, (apud BRAIT, 1996, p.41) "a interferência de dois sistemas de ideias na mesma frase é fonte inesgotável de efeitos engraçados". Isso acontece devido a dois fatos simultâneos que estabelecem conexões e provocam o duplo sentido na interpretação de determinado fato.

Embora Bergson seja filósofo, trata a ironia como fenômeno da língua. Dessa forma, Brait (1996, p.42) comenta que

> [...]o conceito de interferência de séries ('dois sistemas de ideias presentes numa mesma frase') poderia, numa certa medida, ser interpretado sob as categorias que a análise do discurso denomina 'formações ideológicas' e 'formações discursivas', que são aprendidas (descritas e analisadas) por meio de formas linguísticas necessariamente presentes em um discurso.

Para demonstrar essa afirmação, Brait exemplifica analisando capas dos jornais que exercem uma interferência de séries, por haver a articulação de dois segmentos de linguagem, ou seja, texto-imagem e que estão distribuídos de forma

ISBN 978-85-87406-94-1

que se articulem e produzam um sentido irônico na capa do jornal. A manchete do jornal estabelece conexões com a imagem da notícia e também com as notícias secundárias que estão presentes na capa, mas nada impede que os leitores do jornal procurem o sentido dos segmentos textuais de forma singular.

Há também a concepção de ironia baseada nos estudos psicanalíticos de Freud, que não leva em conta apenas o processo em que acontece a ironia, mas também o ouvinte, observando aspectos que envolvem o inconsciente do receptor. Acerca da posição irônica estabelecida por Freud, Brait (1996, p.55) afirma que

> Para delinear uma definição do discurso irônico, procura demonstrar que o ironista diz o contrário do que quer sugerir, mas insere na mensagem um sinal que, de certa forma, previne o interlocutor de suas intenções. Sugere, também, que o receptor da mensagem não só está pronto para decodificar o contrário do que é dito, como extrai seu prazer justamente do fato de a ironia lhe inspirar um esforço de contradição, de cuja inutilidade ele logo se dá conta.

O discurso irônico diz o contrário de algo por meio da contradição. O sujeito que recebe o discurso tem que estar preparado intelectualmente para receber tais informações e codificá-las, pelo fato de a construção do enunciado gerar o duplo sentido, dizer algo implicitamente.

A pragmática também se manteve atenta às considerações sobre ironia. Catherine Kerbrat-Orecchioni, em suas reflexões, observa diversos aspectos pertencentes à construção desse fenômeno de linguagem, como: o ilocutório, o linguístico e o actancial.

O ilocutório é um ato que se destaca na ironia, possível devido à atividade dupla que o discurso irônico apresenta, “pois descreve uma ação presente do locutor e, por meio da enunciação, tem por função realizar uma ação” (BRAIT, 1996, p.62).

A respeito do componente linguístico, é trabalhada a diferenciação entre mentira e ironia. A estratégia analítica permite estabelecer o prosseguimento do discurso irônico em que o significante do enunciado esconde dois significados. O que diferencia a mentira da ironia é a presença de um índice nesse último, que sinaliza a ironia, permitindo seu entendimento ao processo comunicativo. Ao contrário da ironia, a mentira pretende com seu discurso somente enganar o receptor da comunicação.

ISBN 978-85-87406-94-1

O terceiro componente é o actancial que apresenta o processo irônico como aquele que envolve no processo discursivo um agressor e um agredido articulados por um terceiro, é evidenciado da seguinte forma um ouvinte, o alvo da ironia e a vítima do discurso.

Orecchioni introduz dois conceitos de ironia: o referencial e o verbal. A ironia referencial possui dois actantes em relação conjunta. O actante (A^1) é o que recebe a ironia, alguma situação ou comportamento de alguém. O actante (A^2) é o elemento que percebe a ironia de determinada situação. Um exemplo pode ser explicitado em uma charge com conteúdo político, um personagem da política está envolvido em alguma situação ou comportamento inadequado, sendo esse o actante (A^1). O actante (A^2) é o leitor que observa a charge e procura a ironia presente na charge.

A ironia verbal possui três actantes atuando hierarquicamente, o actante (A^1) apresenta um discurso irônico para um receptor, o actante (A^2), para ter como alvo o actante (A^3). Em textos humorísticos, como as piadas, é comum apresentar essa estrutura para o entendimento do humor por parte do receptor, pois um enunciador conta a piada para um receptor, consequentemente, o discurso atrelado entre os dois atinge um terceiro personagem.

5. Homem Legenda: uma análise discursiva de charges políticas

Como proposto nesse trabalho serão apresentadas, a seguir, análises de duas charges intituladas Homem-legenda, de Adão Iturrusgarai, publicadas no jornal *Folha de São Paulo*, em 1º de agosto de 2010, a fim de refletirmos sobre a construção de sentido empreendida nesse gênero.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 1: Homem-Legenda



Fonte**:** *Folha de São Paulo,*online, 12 abr. 2016.

Na estrutura composicional dessa charge, a imagem é emoldurada por dois enunciados. O primeiro – “Homem-legenda ataca nas eleições” - assemelha-se a uma manchete, que configura um título alusivo a uma notícia publicada no jornal. Também pode ser considerado um bordão, por se tratar de um enunciado produzido à exaustão que, por extensão de sentido, é utilizada para obter um efeito cômico ou emocional (HOUAISS, 2007). O segundo enunciado – “começando pelos meus filhos, meu genro, minha nora, meu cunhado...” - completa a fala do político de que ser for eleito, “todo cidadão vai ter um emprego”.

É justamente esse recorte que causa o humor da charge, assim como a crítica. A surpresa provocada leva o enunciatário a refletir sobre o jogo de interesses dos políticos e sua verdadeira preocupação: seu bem-estar e de sua família, utilizando-se de um discurso já gasto pelo uso para “esconder” seu verdadeiro intuito como político, pois o discurso irônico diz o contrário de algo por meio da contradição, ou seja, há um duplo sentido, principalmente no enunciado “todo cidadão vai ter um emprego”.

ISBN 978-85-87406-94-1

As escolhas linguísticas e os recursos visuais relacionam-se e contextualizam toda a charge. O enunciado do personagem revela todo o clichê político que permeia a sociedade, com suas promessas falsas e, portanto, esvaziadas de sentido; em contrapartida a fala do enunciador revela o tom de crítica ao retratar a realidade dos acontecimentos sociais, representando, assim, a voz da população e sua indignação.

Também é importante observar o termo “homem-legenda”. Como recurso linguístico, a utilização de uma palavra composta por justaposição, caracteriza o político como aquele que só age e diz o que convém à legenda de seu partido no período das eleições.

A segunda charge, como já é sabido, também revela em sua estrutura composicional recursos verbo-visuais que caracterizam o estilo da charge, contribuindo, dessa maneira, para o efeito de sentido da crítica provocada pelo humor.

Figura 2: Homem Legenda



Fonte: *Folha de São Paulo,* online, 12 abr. 2016.

Nessa charge, observamos dois homens um do lado do outro, em segundo plano há um outro personagem, caracterizado pela distância entre os dois

ISBN 978-85-87406-94-1

primeiros, além de um cartaz de propaganda política colada na parede. Nota-se na estrutura composicional que existe a relação verbo-visual, sendo essas escolhas linguísticas e imagéticas, feitas pelo chargista, essenciais para se obter o efeito cômico.

Dessa forma, o enunciado que caracteriza o narrador revela o sentido oposto do que é dito, visto que, no retângulo, apresenta o seguinte enunciado " ...no cartaz você parece muito mais HONESTO". A troca de uma palavra destrói o primeiro sentido identificado, a palavra "HONESTO" toda escrita em caixa alta dá o tom da crítica, como um grito de protesto perante a realidade política de nosso país. Como vimos, o emprego dos recursos linguísticos que, nesse caso, ocorre por meio da troca de adjetivos provoca a ironia desvelada, mostrada ao leitor.

Essa charge também revela um fato corriqueiro não somente na política, mas em diversas esferas de atividade, a questão da sociedade apenas observar a aparência das pessoas e não suas atitudes. Na política alguns cidadãos, às vezes, votam em políticos somente pela aparência e não por seus projetos e seu histórico na vida pública. Portanto a charge evidencia que não se pode votar somente pelas aparências, mas também analisar as propostas que são oferecidas pelos governantes.

Dessa maneira, esse enunciado configura o sentido de que as aparências enganam, ou seja, "nem tudo que nós vemos, é o que realmente é", despertando no leitor sentimentos diversos, como surpresa, polêmica, oposição, revolta e/ou contradição, veiculando, assim, outros juízos de valor, que demonstram o confronto das várias vozes circulantes em nossa sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho, foram apresentadas as reflexões bakhtinianas para a compreensão dos gêneros discursivos no que se refere à temática, estilo e estrutura composicional, especificamente, a charge política. Assim, de acordo com a problemática de nossa pesquisa, buscamos analisar as características que constituem a charge, como também entender as ideologias, valores e vozes sociais veiculados nos enunciados por meio da ironia.

ISBN 978-85-87406-94-1

Primeiramente, a charge vem aliada a uma notícia, portanto, o leitor deve estar contextualizado com os acontecimentos para ler efetivamente as informações presentes, pois, sem o conhecimento prévio de tal fato, a compreensão fica bastante comprometida. É necessário também identificar os enunciados e as imagens, para o estabelecimento de conexões entre as duas formas discursivas. Como as charges têm como principal característica o humor, o leitor precisa desvendar o duplo sentido construído para o entendimento da crítica veiculada.

Verificamos, desse modo, que as charges políticas transmitem ao leitor ideologias e valores sociais ambíguos, como a maneira que os políticos governam, suas condutas nem sempre éticas e honestas em contraposição a concepções que levam em consideração o respeito ao voto da população que os elege como seus representantes. Para tanto, a ironia é utilizada como um recurso linguístico que desfere a indignação do enunciador que, por extensão, passa a ser de todos que lêem a charge e a compreendem.

Dessa forma, conclui-se que as charges têm significativo valor social, pois carregam grande carga ideológica exercendo uma função importante para os leitores de jornais ao possibilitarem um olhar atento sobre os acontecimentos. Assim, de uma forma humorística, desvelam, por meio de um estilo marcado pelos recursos verbo-visuais, por uma estrutura composicional específica e por temáticas relacionadas à política brasileira, as mazelas de nossa pátria promovidas por políticos nem sempre escrupulosos e éticos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRAIT, Beth. Estilo.In: _____ (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 79-102.

FARACO, Carlos Alberto. A ideologia no/do Círculo de Bakhtin. In: PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa (Orgs.). **Círculo de Bakhtin**: pensamento interacional. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 167-182. (Série Bakhtin: Inclassificável, v. 3)

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

ISBN 978-85-87406-94-1

FLORES, Onici. **A leitura da charge**. Canoas: ULBRA, 2002.

GUTIERRE, Maria Madalena Borges. O humor negro em charges impressas: trajetórias do sentido. **Entretextos**, Londrina, v. 7, n. 1, jan./dez. 2007

ITURRUSGARAI, Adão. Homem-legenda. **Folha de S. Paulo**. Disponível em:<http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em 12 abr.2016.

MACHADO, Irene. Gêneros do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007.p.151-166.

MIOTELLO, Vlademir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007. p.167-190.

SILVA, Daíne C; COSTA-HUBES, Terezinha da Conceição. **Análise da charge**: enquanto gênero discursivo. Disponível em:< http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisnel/CD_IISnell/pages/simposios/simposio%2006/ANALISE%20DA%20CHARGE%20ENQUANTO%20GENERO%20DO%20DISCURSO.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

IDADE ADULTA E O USO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS: Um estudo exploratório

Marina Gotardo Ribeiro[40] (Uni-FACEF)
Irma Helena Ferreira Benate Bomfim (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco a fase adulta relacionada ao uso de entorpecentes. Seus objetivos são: explorar quais são as drogas mais procuradas pelos participantes desta pesquisa; compreender os principais motivos para a sua utilização; conhecer os efeitos que estas substâncias causam na vida pessoal e interpessoal desses indivíduos; a significação das drogas para os participantes desta pesquisa; e por fim perceber a frequência em que os casos de uso de substâncias se estendem da juventude para a vida adulta.

Segundo Papalia e Olds (2000) a fase adulta pode ser dividida em três partes: o início da idade adulta, a meia idade e a terceira idade. Definimos como objeto de estudo as duas últimas que são compreendidas entre trinta e cinco anos até o final da vida.

O Ministério da justiça (2014) afirma que “é no período compreendido entre a adolescência e a fase jovem da idade adulta que ocorrem os maiores níveis de experimentação e problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas”. Desta forma, é importante focar no prolongamento deste uso no decorrer da vida adulta, onde o sujeito pode trazer consigo hábitos e vícios criados e já estabelecidos anteriormente que podem ou não permear por toda sua vida.

> O início do uso de substâncias, em geral, acontece na adolescência. Sabe-se que os jovens, apesar do pouco tempo de uso de substâncias, passam muito rapidamente de um estágio de consumo para outro, além de fazerem uso de múltiplas substâncias. Por outro lado, uma grande parcela deles diminui significativamente o consumo no início da idade adulta, para adequar-se às expectativas e obrigações da maturidade, como trabalho, casamento e filhos. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA,2014)

[40] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

Atualmente, a toxicomania é um preocupante caso de saúde pública. Como dito acima, a maioria dos casos são iniciados na fase da adolescência, onde o sujeito se encontra mais vulnerável para a utilização de tal. Porém, é necessário trabalhar com a população adulta também. Como já dito, muitos deles se desvinculam da droga pelo fato de terem que assumir responsabilidades, porém, outros, trazem hábitos criados na juventude ou mesmo iniciam o uso nesta fase. Por serem adultos, esses sujeitos não sofrem menos ou merecem menos atenção, ao contrário, precisam de um maior entendimento, focando em sua saúde, seus sentimentos, suas potencialidades, a fim de trazer uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, é fundamental o trabalho interdisciplinar.

O conhecimento da forma como entram em contato com a droga é importante para trabalhos de prevenção, assim como a utilização em si é foco do trabalho de reabilitação.

Este estudo é fruto do interesse da pesquisadora em ampliar os conhecimentos a respeito deste tema, em continuação a pesquisa “O JOVEM E O USO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS: um estudo exploratório”, um trabalho que gerou bons frutos e que despertou mais desejo na pesquisadora em dar continuidade nesta abordagem.

2. O SURGIMENTO DAS DROGAS: UMA VIAGEM HISTÓRICA

O uso da droga acompanha a história do homem desde a antiguidade. Segundo o Ministério da Justiça (2014) o uso de maconha com propósitos medicinais data de 2.700 a.C. Nesta época os hindus já faziam o uso da cannabis e a consideravam como sagrada. Segundo Taylor (apud Instituto Social Morumbi, 1971) a maconha foi rotulada nesta época como “Libertador do pecado”.

De acordo com Shmidt (1980) na idade média, por volta do século XI surgiu na Pérsia uma seita, cujos membros praticavam terríveis crimes sob o efeito da planta. O líder dessa seita chamava-se Hassan e seus seguidores eram conhecidos como *aschinchin*, ou seja, alguém sobre a influência do haxixe. *Aschinchin* derivou a palavra *assassin*, ou assassino.

ISBN 978-85-87406-94-1

A maconha também já era utilizada na Europa com o intento medicinal, durante os séculos XVIII e XIX. Foi trazida para o Brasil pelos escravos africanos e difundida também entre os indígenas, a princípio era utilizada como remédio e para fins recreativos, nas rodas de conversa e nos finais de tarde. Nos Estados Unidos, ela já era conhecida pelos índios quando os mexicanos a levaram para aquele país.

Segundo Laranjeira, Jungerman e Dunn (2003) a maconha começou a ser usada como medicamento na China a 3.000 anos no tratamento de constipação intestinal, malária, dores reumáticas e doenças femininas, recomendada para melhorar o sono e estimular o apetite. Posteriormente na Índia sua capacidade de produzir euforia foi descoberta e a planta passou a ser usada para reduzir a febre, curar doenças venéreas e como analgésico. Só no início do século XX que a maconha perdeu sua utilidade medicamentosa com a descoberta das drogas sintéticas, muito mais seguras e eficazes. Assim a cannabis passou a ser usada como droga de abuso.

O álcool (substâncias depressora), por sua vez, pode ser considerado como a droga mais antiga. Há indícios de seu uso segundo Aratangy (2009) no período paleolítico, há cerca de 30.000 anos e mais tarde começou a ser utilizado no Brasil, no início de sua colonização.

As bebidas alcoólicas desde sempre foram utilizadas principalmente em reuniões sociais, permitindo a desinibição das pessoas que a bebiam e ainda bebem. Porém, é importante dizer, que usada em doses elevadas, seu efeito pode ser tão devastador a ponto de deixar quem o bebe inconsciente, ou mesmo levar à morte por intoxicação. Essa droga, pode ser facilmente encontrada por toda parte do mundo.

A cocaína (princípio ativo que se extrai da planta coca), segundo o Instituto Social Morumbi (1971) foi utilizado desde muito tempo pelos indígenas desde o norte da Argentina até próximo da América Central e Vale do amazonas. Para os Incas a coca teria uma natureza divina e era utilizada como estimulante. Na época pré-inca, a mastigação da folha da coca abrangia vastas regiões: na América central, parte da Venezuela, algumas regiões amazônicas e regiões que hoje pertence a Colombia, Equador, Peru, Bolívia,

ISBN 978-85-87406-94-1

Argentina. Durante o Império dos Incas, a mastigação da folha de coca era restrita as classes superiores.

Os estudos sobre o uso da cocaína segundo Laranjeira, Jungerman e Dunn (2003) se iniciou com seu isolamento químico em 1882 feito por um alemão chamado Albert Newman. Desde então, a substância passou a ser usada como medicamento. De acordo com Sadock e Sadock (2007) em 1887, Sigmund Freud fez um estudo dos efeitos farmacológicos gerais da cocaína e por um período foi viciado na droga.

Ainda de acordo com o Laranjeira, Jungerman e Dunn (2003) com o consumo da cocaína difundido no século XX, a literatura médica começou a questionar a substância relacionando uma enorme variedade de complicações dentre elas os problemas mentais, a dependência e a morte. Sendo assim vários países criaram leis proibindo seu uso.

Durante a década dos anos 60 a cocaína passou a ser usada pela elite econômica, já nos anos 80 graças ao aumento da oferta da droga o cenário mudou e as demais classes econômicas passaram a fazem seu uso também. Nos dias atuais a utilização dessa substância não se restringe apenas ao ato de mastigar a folha de coca mas também de inalar, injetar e fumar na forma de crack.

A mistura denominada Crack, que tem como componente principal a cocaína, foi criada na década de 80 nos Estados Unidos da América.

> O crack, uma forma de cocaína de uso relativamente recente em nosso país, teve os primeiros registros científicos de seu consumo no início dos anos noventa, portanto há pouco mais de vinte anos. Ela não é uma droga diferente da cocaína, mas a própria cocaína preparada para consumo por via inalatória (fumada). A rapidez e intensidade de seus efeitos, que se devem à intensa absorção da cocaína existente na fumaça no nível dos pulmões, são fatores que favorecem a dependência dessa droga. (Ministério da Justiça, 2014)

Albert Hofmann, pesquisador suíço, em 1943 descobriu acidentalmente o LSD-25 quando estava à procura de um estimulante da circulação sanguínea. Os efeitos alucinógenos do LSD-25 são: transformações na percepção mental (as cores mais reluzentes, os sons mais intensos),

ISBN 978-85-87406-94-1

alucinações (os objetos se movimentando e ganhando vida), sinestesia (fusão dos sentidos, ex: “ver um som”, “ouvir uma cor”) e perda da discriminação de tempo e espaço. Segundo o ministério da Justiça (2014) os efeitos físicos do LSD podem ser descritos por aumento da frequência cardíaca, dilatação da pupila, sudorese (excesso de suor), náuseas e vômitos.

O LSD ou “Doce” é apresentado segundo Bucher (1993) na forma de pedacinhos de papel embebidos no ácido lisérgico. O uso da substância é capaz de produzir psicose aguda no indivíduo o que também pode leva-lo a agressividade, tentativa de homicídio e suicídio. Segundo o Ministério da Justiça (2014) os efeitos dependem do indivíduo, da situação de uso, da quantidade ingerida e do estado de humor em que o usuário se encontra.

A substância 3,4-Metilenodioxianfetamina (MDMA) mais conhecida como ecstasy ou na gíria “bala”, é uma droga sintética que segundo Sadock e Sadock (2007) é derivada da metanfetamina que passou a ser usado em 1980. Apesar de seu uso ser um pouco mais tarde, essa droga foi sintetizada e patenteada em 1914. Quando ainda era legalmente aceito, o MDMA foi utilizado por vários psiquiatras como auxiliar na psicoterapia. Após estudos, os cientistas perceberam que a substância havia causado várias mortes por superdosagem e que poderia causar a destruição do sistema nervoso central. Desta forma o MDMA passou a ser ilegal. Entretanto até hoje é muito usado em festa grandes como é o caso das raves.

Segundo Longenecker (2002 apud VASCONCELOS et al., 2007) o tabaco é originário da América do Sul, onde por muitos séculos, antes mesmo da chegada de Cristovo Colombo, era cultivado pela população indígena que fumava as folhas durante rituais. O extrato da folha também era utilizado como inseticida. Mais tarde Jean Nicot, famoso estudioso Francês propagou o uso dessa substância na França que segundo ele tinha poderes coradouros.

Longenecker (2002 apud VASCONCELOS et al., 2007) relata que após estudos foram constatados casos de doenças e mortes relacionados ao uso do cigarro. Apesar de tantas evidencias do mal que esta substância provoca no organismo, ela ainda é aceita como droga legal no Brasil.

ISBN 978-85-87406-94-1

Como se nota a droga acompanha a história do homem desde a muito tempo em diferentes contextos. Uma das épocas marcantes que relaciona as substâncias psicoativas com a humanidade é a geração do pós guerra onde os valores foram modificados em todo o mundo, tendo como elemento básico a música, o sexo e as drogas. Os hippies pertencentes desta época procuravam nas drogas a porta da “percepção” ou “libertação”.

Essa utilização permeia até os dias atuais onde a droga é frequentemente utilizada em festas, bares, confraternizações familiares e profissionais e em alguns casos mais graves, cotidianamente. Sendo assim, é de grande importância a observação do jovem e do adulto contemporâneo e se possível e necessário a realização de intervenções para que haja uma melhor qualidade de vida entre eles.

Foi por esse motivo que segundo Kerr-Corrêa e Maximiano (2013) o governo decidiu criar em 1998 o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) com o intuito de reduzir a demanda e a oferta das drogas e coordenar a Política Nacional Antidrogas integrando Governo e Sociedade. A Lei n°. 11.343/2006 prescreveu medidas para a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Com essa lei, usuário e traficante passaram a ser tratados de forma diferente, já que até então ambos poderiam ser encarcerados caso fossem pegos com porte de drogas.

O usuário dependente não deve ser privado de sua liberdade mas sim ser inserido em programas de reabilitação e reflexão sobre seu próprio consumo.

Apesar das leis criadas para a prevenção do uso dessas substâncias muitos jovens e adultos ainda quebram as regras e se embriagam nos efeitos dos entorpecentes. Desta forma, mesmo com leis, informação e programas que tratam deste assunto a droga ainda é considerado um grande problema de saúde pública que necessita de atenção.

3. SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: CARACTERISTICAS E EFEITOS

ISBN 978-85-87406-94-1

O Míni dicionário Aurélio (2009, p. 330) define droga como: 1. Qualquer composto químico de uso médico, diagnóstico, terapêutico ou preventivo. 2. Substância cujo uso pode levar a dependência. 3. Substância entorpecente, alucinógena, excitante.

Entre as drogas mais conhecidas e comercializadas em nossa sociedade estão: maconha, álcool, nicotina, cocaína, crack, LSD e o Ecstasy. Essas substâncias estão presentes em muitas regiões do mundo, independentemente da situação socioeconômica e de sua legalidade, afetando o comportamento de seus usuários. Além dessas substâncias estão os anabolizantes, os remédios em geral vendidos em drogarias, os vários tipos de cogumelos e os solventes e inalantes.

Os efeitos provocados por uma droga depende de vários fatores além de suas propriedades químicas. Pois, cada indivíduo tem suas particularidades. De acordo com Aratangy (2009), quando se fala do efeito de uma droga, trata do efeito médio, que é o efeito que a droga teria caso todos os usuários fossem iguais.

Segundo o Instituto Social Morumbi (1971) a planta “maconha” pode assim se classificar em pertencente à família das “moráceas”, subfamília das cannaboides” do gênero “cannabis”, da espécie “sativa”.

J. Hasselmann e Oscar Ribeiro (apud Instituto Social Morumbi, 1971) explicam que a substancia tóxica da Cannabis Sativa está contida na fração solúvel em solventes orgânicos a qual se apresenta como uma resina. Esta resina contém mais de quatrocentos substâncias químicas diferentes e nem todas identificadas.

O princípio ativo da maconha, responsável pelo efeito alucinógeno dessa droga, é de acordo com Aratangy (2009) delta-9-tetra-hidro-canabinol, mas conhecido pela sigla THC.

Esta substância pode ser usada comendo, bebendo, mascando, aspirando sob a forma de pó, como rapé e engolindo sob a forma de pílulas e pastilhas.

ISBN 978-85-87406-94-1

No caso do cigarro feito de maconha, logo que fumado, a droga passa imediatamente para a corrente sanguínea, atingindo os centros cerebrais em poucos minutos. Seus efeitos, de acordo com Aratangy (2009), dependem de várias circunstâncias, como a quantidade que se usa, da forma de preparação, da via pela qual é consumida, da sensibilidade de quem usa, das condições em que é usada e do significado que a experiência tem. Seus efeitos físicos são: ligeira taquicardia, secura na boca, vermelhidão nos olhos, dilatação das pupilas, estreitamento palpebral e descoordenação motora. E ainda podem ter alucinações visuais e sensibilidade aumentada dos sentidos.

Os sujeitos que fazem o uso da substância podem ter diferentes atitudes, uns ficam inertes, outros ficam extremamente agitados, cantando, correndo, gritando, dançando, outros ficam furiosos e se tornam perigosos.

As consequências do uso continuo da maconha é explicada por Aratangy (2009), que afirma que a longo prazo a maconha pode provocar uma redução das defesas imunológicas, o que deixa o organismo mais vulnerável a todos os tipos de infecções. A diminuição do hormônio testosterona, também faz parte dessas consequências. Isso não significa que o sujeito passará a falar fino, mas pode provocar uma redução da taxa de espermatozoides, com consequente diminuição da fertilidade.

> O uso regular de maconha, por períodos muito longos, está associado com ansiedade, paranoia, pânico, depressão; Prejuízo da memória e da habilidade de resolver problemas; Redução da testosterona (redução transitória da fertilidade masculina); Pressão arterial alta; Asma, bronquite; Psicose entre as pessoas com histórico familiar de esquizofrenia. O uso de maconha na adolescência aumenta a probabilidade de sintomas psicóticos após os 26 anos de idade; Doença do coração e doenças crônicas obstrutivas das vias aéreas; Cânceres (propriedades carcinogênicas são superiores às do tabaco); Problemas de atenção e motivação (síndrome amotivacional); Prejuízo na memória/concentração: compromete desempenho de tarefas complexas e rendimento intelectual. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014)

Quanto a dependência do uso desse entorpecente, a afirmação pode ser questionável, pois, de acordo com Aratangy (2009), a interrupção do uso não provoca síndrome de abstinência. O que indica que o apego pela droga é mais por fenômenos psicológicos do que fisiológicos.

ISBN 978-85-87406-94-1

Já no que se refere ao álcool, o Ministério da Justiça (2014 p. 44) afirma: “o uso abusivo de álcool é um grave problema de saúde pública, responsável por grande número de doenças, sendo associado a muitos acidentes e episódios de violência, além de levar muitas pessoas a se tornarem dependentes.”

Aratangy (2009) explica que o suco de qualquer fruta ou caule que contenha açúcar, se deixado ao ar livre, sofre a ação de microrganismos que digerem o açúcar, por um processo chamado fermentação, cujo resíduo químico é o álcool. Isto é, o álcool é uma espécie de sobra do açúcar que os fermentos destruíram.

> Por volta do século IX foi criado o processo de destilação, pelo qual se obtêm bebidas de dosagem alcóolicas mais elevada. A destilação consiste em aquecer a bebida produzida por fermentação até que ela ferva e se transforme em vapor. Em seguida esse vapor é resfriado, para que se torne novamente líquido. Como o álcool ferve a uma temperatura mais baixa do que a água (isto é, ele ferve antes), o vapor que se forma no início da fervura de um vinho contém mais álcool do que a água. Quando esse vapor é resfriado, o liquido resultante tem uma concentração de álcool mais alta do que a mistura original. É assim que se produzem as bebidas destiladas, como o conhaque ou o uísque. (ARATANGY, 2009)

O álcool é considerado substância euforizante, pois, dilata os vasos sanguíneos da pele, dando a impressão de calor. Este promove a desinibição do sujeito em reuniões sociais, fazendo assim com que se sinta mais à vontade para expressar suas ideias. Por isso, esta substância é muito encontrada em comemorações ou festas em gerais.

Assim como a maconha os efeitos do álcool dependem do sujeito que o ingere. Alguns podem torna-se sentimentais, outros mais expansivos com tendência a enfrentar aventuras, outros mais agressivos, inconvenientes e desordeiros. Conforme o Ministério da Justiça (2014) em doses altas, a visão pode ficar “dupla” ou borrada, há diminuição da resposta a estímulos, sonolência, vômitos e insuficiência respiratória, podendo chegar à anestesia, coma e morte.

Segundo Aratangy (2009) a primeira região a ser atingida é a do centro responsável pelo pensamento abstrato, comportamento voluntário e censura. Assim, com esse centro deprimido, a pessoa se sente mais solta,

ISBN 978-85-87406-94-1

menos inibida, mais confiante e menos crítica. Qualquer sentimento e emoção pode ser expresso após a primeira dose de álcool, tanto o riso quanto o choro ou medo.

De acordo com o Ministério da Justiça (2014) a molécula do álcool atinge facilmente todos os órgãos e tecidos, causando várias doenças em quem faz o uso abusivo do mesmo. Seus efeitos nocivos são: distúrbios neurológicos graves, alterações de memória, arritmias cardíacas agudas, aumento da pressão arterial, hipertensão com risco consequente de infarto, gastrite, úlceras, cânceres de boca, de esôfago, de laringe e de faringe, esteatose hepática, hepatite, cirrose hepática e pancreatite aguda.

O fígado é um dos órgãos mais afetados pelo consumo de álcool, sendo a cirrose hepática um dos problemas mais graves.

Como já dito, o álcool pode causar dependência, da qual a pessoa que dispõe dessa condição é intitulado alcoólatra.

> O termo alcoólatra confere uma identidade e impõe um estigma, que anula todas as outras identidades do sujeito, tornando-o tão somente aquilo que ele faz e que é socialmente condenado, não por fazê-lo, mas pelo modo como o faz. Em outros termos, não é a bebida em si, mas aquela pessoa que bebe mal, isto é, de modo abusivo, desregrado, que a leva à condição de ser socialmente identificada popularmente como “alcoólatra”, ou seja, quem “idolatra”, “adora” e se tornou dependente do álcool. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014)

Já o termo alcoolista, ainda segundo o Ministério da Justiça, não reduz a pessoa a uma condição, como a de alcoólatra, mas a identificaria como uma pessoa que tem como característica uma afinidade com alguma coisa, com alguma ideia.

> O sinal de que a pessoa está perdendo o controle da bebida é quando o sujeito não tem mais o poder de decidir a hora de parar. A dependência pode ser definida poeticamente como a “perda da liberdade de escolha”, isto é, a pessoa não escolhe mais se vai beber e o quanto vai ingerir. Ela perdeu o controle sobre essa decisão Algumas atitudes que podem servir de alerta para essa possível dependência é beber sozinho ou escondido, ou então beber logo pela manhã. Esses sinais são sintomas de dependência e devem ser levados a sério. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014)

Quanto mais o sujeito faz o uso do álcool mais ele se torna tolerante a este, sendo necessário aumentar o consumo para obter os mesmos

ISBN 978-85-87406-94-1

efeitos iniciais. De acordo com o Mistério da Justiça (2014) a dependência ocorre com o uso regular de álcool e pode se desenvolver após anos de uso contínuo, porém quanto mais jovem é a pessoa menor será o tempo necessário para que se instale a dependência.

A cocaína segundo Sadock e Sadock (2007) é um alcaloide retirado da folha de um arbusto tropical denominado Erythroxylon coca. Essa substância é comumente utilizada para obter efeitos estimulantes. Segundo o Instituto Social Morumbi (1971), o arbusto possui folhas ovais ou elípticas, membranáceas com 2 a 4 centímetros de comprimento, flores brancas e pequenas que se formam em cimeiras curtas e das quais resultam atraentes frutos vermelhos.

Sua utilização pode ser através da mastigação da folha, inalação do pó pelo nariz, injeção subcutânea e fumada na forma de crack. Segundo o Instituto Social Morumbi (1971) e Sadock e Sadock (2007) os efeitos comportamentais da cocaína são: sensação de euforia, percepção de melhora em tarefas mentais e físicas, agitação, alegria, maior autoestima, desaparecimento da sensação de cansaço, fome e frio, irritabilidade, julgamento prejudicado, comportamento sexual impulsivo, agressividade, aumento generalizado em atividades psicomotoras, delírio e em alguns casos alucinações. O Ministério da Justiça (2014) explica que quando usada sob forma de pó, ela deve ultrapassar a mucosa do nariz até chegar aos vasos sanguíneos. Quando é injetada ou fumada, chega ao cérebro muito mais rápido, pois cai direto nos vasos sanguíneos e é daí impulsionada do coração para o cérebro.

> Delírios paranoides e alucinações podem ocorrer em até 50% de todas as pessoas que usam cocaína. A ocorrência desses sintomas psicóticos dependem da dose, da duração do uso e da sensibilidade à substância. Os delírios paranoides são os efeitos psicóticos mais frequentes. As alucinações auditivas também são comuns; as visuais e táteis podem ser menos recorrentes do que os delírios paranoides. A sensação de ter insetos caminhando sob a pele (formigamento) é associado ao uso de cocaína. Os transtornos psicóticos podem desenvolver comportamento sexual inadequado e geralmente bizarro ou homicida ou outros atos violentos relacionados ao conteúdo dos delírios paranoides ou das alucinações. (SADOCK & SADOCK, 2007)

ISBN 978-85-87406-94-1

Sadock & Sadock (2007) explica que após o desaparecimento desses efeitos, acontece um estado de depressão muito forte e acentuado que pode ser sentido por disforia, anedonia, ansiedade, irritabilidade, fadiga, hipersonolência e às vezes agitação. Desta forma o usuário busca doses constantes da substância para manter a sensação de intoxicação.

A cocaína causa dependência fisiológica e psicológica sendo que na última pode ser desenvolvida após um único uso.

Devido a forma do uso da droga, o usuário quase sempre desenvolver congestão nasal que pode ser observada pela tentativa de soluciona-la com descongestionantes, o uso da substância a longo prazo pode causar até perfuração do septo nasal.

Sadock & Sadock (2007) relatam que doses elevadas de cocaína estão associadas a convulsões, depressão respiratória, doenças cerebrovasculares e infarto do miocárdio que levam a morte.

O crack é uma forma de uso da cocaína. Laranjeira, Jungerman e Dunn (2003) define o crack, também conhecido como “pedra”, como cocaína em pó misturada com água e bicarbonato de sódio. Essa mistura é aquecida fazendo com que a água evapore e crie pedras parecidas com as de açúcar que variam entre as cores branca e marrom. Essas pedras são colocadas num tipo de cachimbo que são aquecidos com fogo. É impossível fumar a cocaína em pó, pois ela desmancha sem virar fumaça.

> Quando a droga é fumada, isso faz com que grande quantidade de moléculas de cocaína atinja o cérebro quase imediatamente após o uso, produzindo um efeito explosivo, descrito pelos usuários como uma sensação de prazer intenso. Isso acontece porque a fumaça vai para os pulmões, que são altamente vascularizados, levando rapidamente a droga ao cérebro. A droga é, então, velozmente eliminada do organismo, produzindo uma súbita interrupção da sensação de bem-estar seguida, imediatamente, por imenso desprazer e enorme vontade de reutilizar a droga. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014)

Os efeitos causados pelo crack são semelhantes ao da cocaína pura, segundo o Ministério da Justiça (2014) eles são: aceleração do coração, aumento da pressão arterial, agitação psicomotora, dilatação das pupilas, aumento da temperatura do corpo, sudorese, tremor muscular, sensação de

ISBN 978-85-87406-94-1

euforia, aumento da autoestima, indiferença à dor e ao cansaço, sensação de estar alerta especialmente a estímulos visuais, auditivos e ao toque. Os usuários também podem apresentar tonturas e ideias de perseguição. O uso do crack também pode diminuir temporariamente a necessidade de comer e dormir, e consequentemente seus usuários entram em processo de emagrecimento e desgaste físico.

Além de causar efeitos muito mais rápido e intenso que a cocaína, o crack é também bem mais barato, o que propicia uma quantidade maior de pessoas viciadas na mistura do que na substância pura.

Segundo o Instituto Social Morumbi (1971) o Dr. Albert Hoffman foi quem descobriu o LSD-25. Sadock & Sadock (2007) afirma que esta substância é o mais famoso alucinógeno e que tem como efeito característico a perda de contato com a realidade. Os alucinógenos em geral não causam dependência fisiológica ou sintomas de abstinência, entretanto pode surgir uma dependência psicológica.

De acordo com o Ministério da Justiça (2014) o LDS é um líquido claro e a forma mais comum de ser encontrado é em papel absorvente impregnado com o a substância, com figuras e desenhos. A sua absorção é rápida e os efeitos surgem após 20 a 60 minutos, com pico de ação após 3 horas. Os efeitos são: aumento da frequência cardíaca, midríase, sudorese, náuseas e vômitos e duram de acordo com a dose consumida, podendo durar de 6 a 8 horas. Segundo o Ministério da Justiça (2007) o LSD-25 tem poucos efeitos sobre outras partes do corpo.

Ainda conforme o Ministério da Justiça (2007) o LSD-25 é utilizado habitualmente por via oral, embora possa ser misturado ocasionalmente com tabaco e fumado. Alguns microgramas são suficientes para produzir alucinações no ser humano.

> Enquanto alguns indivíduos experimentam um estado de excitação e atividade, outros se tornam quietos e passivos. Sentimentos de euforia e excitação (“boa viagem”) alternam-se com episódios de depressão, ilusões assustadoras e sensação de pânico (“má viagem”). (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007)

ISBN 978-85-87406-94-1

O LSD-25, de acordo com o Ministério da Justiça (2007), causa distorção da percepção, sendo comum o sujeito ver cores destorcidas, formatos e contornos. Além de sinestesias, ou seja, estímulos olfativos e táteis parecem visíveis e cores podem ser ouvidas. Além de alucinações, esta substância também causa delírios, ou seja, falso juízo da realidade.

Na atualidade essa droga é comumente consumida em festas *raves*, que duram muitas horas ou até mesmo dias, festas essas que requer muita energia para ser gasta.

O perigo desta substância não está exatamente na intoxicação que ela pode causar, mas sim na perda de realidade que esta pessoa vivência, podendo fazer mal a si mesmo ou ao próximo por falta de consciência.

O ecstasy é o nome popular da MDMA (metilenodioxometanfetamina). De acordo com o Ministério da Justiça (2014) essa substância é um derivado anfetamínico sintético de efeitos mistos, estimulantes e perturbadores que segundo Souza et. al. (2003) tem como principal via de administração a oral, porém ainda existem as vias inalatória, retal e em forma de cigarros. As apresentações farmacêuticas de administração oral mais comuns são comprimidos, tabletes e cápsulas gelatinosas ou não.

Ainda segundo o Ministério da Justiça (2014) ao ser ingerido, o comprimido de ecstasy se desintegra facilmente no estômago. Uma vez dissolvidas, as moléculas são absorvidas no estômago e no intestino, passando para a corrente sanguínea. Atingem o fígado, sendo parte metabolizada (inativada), e o restante é levado para o coração. Daí são bombeados para o cérebro e outros órgãos

Assim como o LSD-25, o ecstasy é considerado como um alucinógeno e seus principais efeitos segundo o Ministério da Justiça (2014) são:

> Comprometimento do pensamento, humor e memória; Ansiedade e percepções alteradas (menos intensas que o LSD); Sentimentos de cordialidade e empatia; Efeitos reforçadores e estimulantes; Redução do apetite; Frequência cardíaca e pressão arterial aumentadas; Sudorese e boca seca; Fadiga e espasmos musculares; Descontrole da temperatura (geralmente ocorre

ISBN 978-85-87406-94-1

> hipertermia em função do ambiente e da agitação motora); Bruxismo (ranger de dentes). (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014)

De acordo com Souza et. Al. (2003) os efeitos do uso do ecstasy são alucinações visuais, distorções cognitivas, delírios, percepção alterada do tempo, redução da capacidade de atenção e cefaleia.

Muito utilizado, assim como o LDS-25 em festas, principalmente em “Raves”, já que essas duas drogas são estimulantes e dão a quem usa uma sensação de maior energia.

O solvente é definido pelo dicionário Mini Aurélio (2009, p. 748) como líquido capaz de dissolver outra substância; e Inalante aquilo que se absorve com o hálito ou aspira.

De acordo com o Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID [2008?] inalante é um solvente com características de ser uma substância facilmente volátil e que pode ser inalada, isto é, pode ser introduzida no organismo através da aspiração pelo nariz ou boca. Nem todo solvente é inalante, por exemplo, a água é um solvente, entretanto não pode ser inalada, pois é pouco volátil (não se evapora facilmente).

Segundo o Ministério da Justiça (2007) um dos inalantes muito utilizados no Brasil é o “loló” ou “cheirinho” que é um preparado clandestino que tem como componentes clorofórmio de éter. Esta mistura é utilizada apenas como droga de abuso.

Ainda de acordo com o Ministério da Justiça (2007) o lança-perfume é outro inalante muito utilizado. Consiste em um líquido formado pelas substâncias cloreto de etila ou cloretina, que vem em tubos e que normalmente se usa no carnaval. Sua fabricação é proibida no Brasil.

Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID [2008?] após a inalação de um solvente a pessoa sente inicialmente uma estimulação que é seguida por uma depressão, sendo este efeito o mais importante. Mas pode também ter sensações estranhas, chegando até a alucinações.

ISBN 978-85-87406-94-1

Ainda de acordo com o Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID [2008?] o uso de solventes traz os seguinte efeitos: euforia, agitação, tonturas e perturbações auditivas e visuais, podendo aparecer também náuseas, espirros, tosse, salivação intensa e o rosto avermelhado.

De acordo com o Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID [2008?] o tabaco é uma planta cujo nome cientifico é *Nicotiana tabacum*, da qual é extraída uma substância chamada nicotina, seu princípio ativo.

Conforme o Ministério da Justiça (2014) explica, além da nicotina, o tabaco contém mais de quatro mil substâncias, algumas das quais associadas ao desenvolvimento de cânceres. Essas substâncias também estimulam o sistema de recompensa do cérebro e induz dependência intensa e rápida

Segundo o Ministério da Justiça (2014) a forma mais comum para o consumo de nicotina é pelos cigarros, as outras formas são através de charutos, cachimbos e narguilé.

Assim como o Álcool, o tabaco é consumido mundialmente em grande quantidade e por ser uma droga lícita e seus efeitos não gerarem comportamentos inconvenientes, seu uso é socialmente aceito.

Durante algum tempo, a mídia exibia propagandas que incentivavam o uso do tabaco, entretanto, essa exposição foi proibida.

Segundo Silva (2009) o principal alvo destas propagandas eram as crianças e os adolescentes, que se encontram em uma fase onde a capacidade de ponderar as escolhas e as vontades é pequena.

De acordo com Gigliotti e Presman (2006) os efeitos gerados pelo uso do tabaco são: prazer momentâneo, melhor desempenho cognitivo, maior controle sobre a excitabilidade e sobre as emoções negativas. Segundo o Ministério da Justiça (2014) a nicotina produz alguns efeitos semelhantes aos demais estimulantes, como a sensação de bem-estar, porém de forma mais branda do que a euforia provocada pelos outros estimulantes, como a cocaína.

ISBN 978-85-87406-94-1

4. A CONEXÃO COM AS DROGAS

O período que se compreende adolescência e a fase jovem adulta são entre todas as etapas as mais vulneráveis para o problema de uso de drogas. Em ambas, esse fator de risco se dá por variadas características próprias de cada fase, por influências do meio social, de sua personalidade e de aspectos familiares.

Na fase de adulto jovem e na fase denominada como meia-idade, o sujeito pode trazer com ele hábitos adquiridos na fase anterior ou mesmo buscar a sensação prazerosa em meio a tantas novas responsabilidades.

Da meia-idade em diante é comum surgir vários problemas de saúde e consequentemente são medicados a fim de sanar os sintomas existentes. Esse costume deve ser observado atentamente, pois, nesta fase, os casos de dependência não são raros, já que essas substâncias são receitadas de forma correta, mas podem ser utilizadas de forma inadequada. Sendo assim, ocorre tanto o uso de drogas abusivas, quanto o abuso de medicamentos receitados com finalidades positivas.

De acordo com Bee (1997 p. 388) a vida adulta pode ser dividida em três partes, que são: início da vida adulta (20 aos 40 anos), vida adulta intermediária (40 aos 65 anos) e final da vida adulta (65 anos até a morte). Por essa divisão, Bee (1997) define o período “jovem adulto” como a fase entre os 20 e 40 anos.

É nesse período que a dependência e submissão aos pais se extingue e o sujeito passa a fazer suas próprias escolhas e se responsabilizar por elas. Assim, o sujeito se encontra em mais um período de mudança, por sinal, menos radical que a fase da adolescência, porém, não menos importante. Em sua grande maioria, os jovens adultos, estão sob grande pressão e estresse ligadas a: emprego, relações amorosas, construção de famílias, posição cívica, além de todas as responsabilidades que carregam com seu status de adulto.

ISBN 978-85-87406-94-1

Fatores como hereditariedade, fuga, dificuldades ligada a personalidade do indivíduo (autoestima, autoconfiança, etc.) também podem influenciar no uso ou na dependência de drogas.

Segundo Bee (1997, p. 398) estudos realizados em vários países desenvolvidos mostram que o risco de transtornos emocionais de qualquer tipo, é maior entre 25 e 44 anos e menor na meia idade. Esse padrão vale para, depressão, perturbações ligadas a ansiedade, abuso de substâncias e esquizofrenia.

Assim, como na adolescência, o problema do uso de drogas deve ser preocupante, principalmente quando for percebido que o sujeito está deixando esse fator influenciar na qualidade de seu trabalho, suas relações (familiares e sociais), seu bem-estar físico e moral e sua vida financeira. É nesse contexto, que deverá ser feito uma intervenção de uma equipe multidisciplinar a fim de diminuir ou cessar os danos.

De acordo com Papalia e Olds (2000) o fumo, a dieta, o uso de drogas e exercícios continuam a afetar a saúde na meia idade. Quanto ao fumo, Papalia e Olds (2000) demonstram que com o passar dos anos a quantidade de cigarros que mulheres e homens fumam durante o dia, tendem a aumentar.

Assim, podemos confirmar que vícios já estabelecidos na juventude podem ser aumentados em sua frequência e quantidade com o passar do tempo, ou seja, é possível que hábitos pré-estabelecidos, como o uso de drogas, sejam trazidos para a fase da meia-idade.

Tanto os vícios herdados de fases anteriores, quanto o uso de medicamentos pelo surgimento de problemas de saúde, devem ser observados, já que ambos podem trazer danos à saúde.

5. PSICOLOGIA EM AÇÃO: NA BUSCA DA PROMOÇÃO DE SAÚDE

De acordo com o Ministério da Justiça (2014) indivíduos que iniciam precocemente o consumo de substâncias psicotrópicas tendem a apresentar maiores níveis de problemas relacionados ao uso e apresentam

ISBN 978-85-87406-94-1

maiores chances de desenvolver transtornos psiquiátricos. Neste contexto, podemos perceber a importância do trabalho do psicólogo nos casos de drogadicção, no contexto de prevenção, no abuso dessas substâncias de fato e no prognóstico.

A droga na maioria dos casos traz implicações no relacionamento família e social, o que também pode ser uma fator problemático na vida intrapsíquica desses sujeito.

No sentido de prevenção, o psicólogo junto a uma equipe multidisciplinar, pode levar a locais onde os jovens frequentam (escolas, cursos técnicos, universidades), programas que informem estes sujeitos sobre as implicações do uso desta, como por exemplo: 1) o que é a droga e quais seus diferentes tipos; 2) o que estas substâncias causam fisicamente e psicologicamente no ser humano; 3) os riscos do uso dessas drogas.

No uso propriamente da droga o psicólogo pode auxiliar de variadas formas. Algumas delas são: no âmbito clínico, em programas de reabilitação, em clínicas de recuperação, entre outras formas. Esse assunto também pode ser trabalhado com diferentes abordagens (psicanalítica, psicologia cognitiva comportamental, etc.).

Na abordagem clínica, a forma trabalhar o assunto, dependerá da abordagem teórica da qual o profissional está vinculado. O psicanalista por exemplo pode fornecer informações para que este compreenda o que esta droga está lhe causando; compreender motivos inconscientes para o uso de tal; perceber mecanismos de defesa que podem influenciar neste uso ou na permanência desse vício (sem tirar a importância do funcionamento orgânico).

Outra forma muito eficaz é a abordagem de psicologia cognitiva comportamental, onde o paciente será submetido a várias técnicas que consistem em extinguir o comportamento indesejado do sujeito (o uso de drogas). Na maioria das clínicas de reabilitação é esta abordagem que prevalece. As técnicas são aplicadas da seguinte maneira: os internos devem seguir regras, caso essas regras sejam cumpridas, o paciente é reforçado de alguma forma (a visita de um familiar, ligação para alguém querido), caso não

ISBN 978-85-87406-94-1

sejam cumpridas ele sofre algumas restrições (não poderão receber visitas durante um mês).

No trabalho de prognóstico, o psicólogo irá atuar nas possíveis implicações que a droga trouxe para o sujeito, tanto no âmbito social, quanto no pessoal e também na saúde dele. A droga pode desencadear vários quadros de transtornos, já que se relaciona diretamente com composições químicas ligadas ao cérebro.

6. METODOLOGIA

Este estudo foi fundamentado no método qualitativo, afim de conhecer teoricamente os motivos pelos quais os adultos se interessam pelo uso de drogas. Este método tem base em fundamentos teóricos, permitindo assim, conhecer processos sociais ainda pouco conhecidos e propiciar a criação e revisão de novas teorias e abordagens. Segundo Minayo (2010) ele também se caracteriza pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimentos até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo. Por isso é também utilizada para a elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos variáveis e tipologia.

A psicologia se beneficia muito desta técnica, que é muito usada pelas ciências sociais. Neste contexto, o pesquisador é o instrumento fundamental para o método qualitativo, já que estando em contato direto com o sujeito e seu local de vivência, pode observar e interpretar segundo suas percepções, que são baseadas em conteúdos teóricos.

Foram realizadas entrevistas com dez participantes de ambos os sexos, com idades iguais ou superiores a trinta e cinco anos. Seria necessário que os participantes já tivessem feito uso de algum tipo de droga ilícitas ou lícita pelo menos uma vez. Esses participantes foram encontrados nas instituições AMAFEM - (Associação Mão Amiga Feminino) e NAREV (Núcleo de Apoio e Recuperação da Vida).

ISBN 978-85-87406-94-1

Como instrumentos de pesquisa foi usado o Roteiro de entrevista semiestruturada, que segundo Minayo (2010) “é uma lista de temas que desdobram os indicadores qualitativos de uma investigação”, afim de orientar a pesquisadora. Nessa modalidade de abordagem os tópicos do roteiro funcionam como lembretes e permitem flexibilidade na conversa, sendo assim, os entrevistados tiveram liberdade de escolher entre falar ou não sobre determinados tópicos, como também puderam completar com informações que considerem importantes. Era necessário que a entrevista despertasse e possibilitasse as várias narrativas da vivencia do sujeito; também foi utilizado a técnica do Desenho Temático-Estória como instrumento. Segundo Tsu & Borges (apud CAPARELLI, 2014) o sujeito faz o desenho e conta a história deste baseada em sua produção gráfica. O desenho e a história funcionam como mecanismos facilitares para acesso aos conteúdos inconscientes. Esta técnica tem um caráter projetivo, que a partir da sua interpretação dos dados pode perceber significados ocultos no conteúdo. Para execução desta técnica foram utilizado papel sulfite, borracha, lápis grafite 2B e uma caixa lápis colorido de 12 cores. Quando permitido foi feito o uso do gravador, tanto para a entrevista, quanto para o Desenho-Temático, a fim de uma melhor compreensão e análise de dados.

A entrevista e a técnica de desenho temático foram feitas de forma individual. Inicialmente foram realizada a transcrição de cada entrevista e transformadas em narrativas. Na narração as emoções são transformadas em palavras, e segundo Bomfim (2014) são essas narrações que dão corpo às emoções, tornando-as visíveis. Assim foram aprendidos vários sentidos, tanto de quem fez o relato como do ouvinte.

Nesse trabalho a narrativa foi utilizada como objeto de análise, ou seja, foi utilizada como forma de descrever os conteúdos das entrevistas que foram realizadas. Desta forma será feita uma análise qualitativa dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas e dos desenhos propostos, com a finalidade de interpretar e entender os principais motivos do uso de drogas e toda contextualização e significação apresentadas por esses adultos. Serão construídas categorias temáticas que auxiliaram na organização, apresentação e discussão dos dados. Categorias essas que se dividem em: 1)

ISBN 978-85-87406-94-1

Entorpecentes e seus efeitos; 2) Visão sobre seu próprio uso; 3) Condições emocionais do entrevistado; 4) Desenho Temático-Estória. E finalmente será feita uma síntese final privilegiando os pontos centrais obtidos neste estudo.

7. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os resultados desta pesquisa não puderam aparecer neste artigo, pois ainda não foram finalizados. Entretanto, com o trabalho já lido foram criadas categorias que guiam a análise dos dados obtidos da seguinte forma:

A primeira categoria, denominada como “Entorpecentes e seus efeitos”, irá abordar quais drogas os entrevistados utilizaram, os efeitos que estas substâncias causaram neles, os locais onde usaram e com quem, desta forma poderá ser comparada a literatura com a descrição feitas pelos participantes.

A segunda categoria que leva como título “Visão sobre o próprio uso” tem como objetivo identificar a percepção que a pessoa tem das drogas e do uso destas, os motivos pelos quais ela acredita ter se interessado pela substâncias e

Na terceira categoria denominado como “Condições emocionais”, será identificado as emoções, as condições psíquicas do sujeito que o levaram de fato a utilizar a droga ou as condições que ele se encontra hoje.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. G. **A importância do** conhecimento **científico no combate ao uso nocivo de tabaco, álcool e drogas ilícitas**. SCIELO. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832008000700001&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2014

ARATANGY, L. R. **Doces Venenos: conversar e desconversas sobre drogas.** São Paulo: Ed. Olho d’ Água, 2009.

BOMFIM, I. H. F. B. **Narrativas Maternas: um estudo transcultural com mães brasileiras e francesas**. 338 f. Tese em Psicologia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Ribeirão Preto, 2014.

ISBN 978-85-87406-94-1

BUCHER, R. **A droga à luz da razão.** São Paulo: Governo de São Paulo, 1993.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia e desenvolvimento humano**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS – CEBRID – UNIFESP- EPM. **Solventes ou Inalantes**. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/quest_drogas/solventes.htm>. Acesso em: 18 mai. 2015.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CONAD. Conselho Nacional de Políticas sobre drogas. **CONAD publica normas e procedimentos para o uso da Ayahuasca.** Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/CONAD/conteudo/web/noticia/ler_noticia.php?id_noticia=103708>. Acessado em 10 mar. 2015

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução 466/12 - Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos.** 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 18 nov. 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, G.H.; JORGE, A.R.C.; FONTELES, M.M.F.; SOUSA, F.C.F.; VIANA, G. S. B.; VASCONCELOS, S.M.M. **Nicotina e Tabagismo.** Disponível em: <http://www.fisfar.ufc.br/pesmed/index.php/repm/article/viewFile/169/163>. Acesso em 27 mar. 2015.

FERREIRA, A. B. H. **Míni Aurélio: o dicionário da língua portuguesa.** 7 ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FROTA, A. M. M. C. **Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção.** Disponível em: http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a13.pdf Acesso em: 24 abril 2015

GIGLIOTTI, A. P.; PRESMAN, S. **Atualização no tratamento do Tabagismo**. Rio de Janeiro: ABP Saúde, 2006.

INSTITUTO SOCIAL MORUMBI. **Entorpecentes: estudos sobre tóxicos e toxicomania**. São Paulo: Edições Loyola, 1971.

KERR-CORRÊA, F.; MAXIMIANO, V. A. Z. **Capacitação para comunidades terapêuticas – Conhecer para cuidar melhor: Curso para líderes,**

ISBN 978-85-87406-94-1

voluntários, profissionais e gestores de comunidades terapêuticas. Brasília: Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2013.

LARANJEIRA, R.; JUNGERMAN, F.; DUNN, J. **Drogas: maconha, cocaína e crack**. 4. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000300006&script=sci_arttext.> Acesso em: 29 abril 2015.

MARQUES, A. C. P. R.; CRUZ, M. S. **O adolescente e o uso de drogas**. Disponível em: <http://w7ww.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600009&lang=pt>. Acesso em 19 jun. 2014.

MESQUITA, F. **A perspectiva da redução de danos.** Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4746-A-perspectiva-da-reduo-de-danos> Acesso em: 1 maio 2015.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Detecção do uso e diagnóstico da dependência de substâncias psicoativas.** 6 ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Efeitos das substâncias psicoativas** 6 ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **LSD – 25. Disponível em: <**http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11296&rastro=INFORMA%C3%87%C3%95ES+SOBRE+DROGAS%2FTipos+de+drogas/LSD-25#definicao**> Acesso em: 4 mai. 2015**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil.** 6 ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014.

NETTO, S. P. **Psicologia da adolescência.** 6 ed. São Paulo: Pioneira, 1977.
OLIVEIRA, S. F. P. **Estrutura e formatação de trabalhos acadêmico: compilação e discussão das normas da ABNT.** 4 ed. Franca: Revista e Ampliada.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Porto Alegre: Artmed, 1993
PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento Humano** 7.Ed. Porto Alegre: Artmed, 2000

PINSKY, I.; ZALESKI, M.; LARANJEIRA, R. **Primeiro Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira.**

ISBN 978-85-87406-94-1

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462010000300003&lang=pt>. Acesso em 18 jun. 2014

PINSY, I.; BESSA, M. A. (Org.) **Adolescência e droga.** São Paulo: Editora Contexto, 2004.

ROCHA, R. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 12. Ed. São Paulo: Scipione, 2005.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica.** 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SCHMIDT, I. **A ilusão das drogas: um estudo sobre a maconha, LSD e anfetaminas.** São Paulo: Casa publicadora brasileira, 1980.

SOUZA, C. B. **Adolescência e álcool: Uma reflexão sobre a família e o consumo de álcool na perspectiva de adolescentes.** (Iniciação Cientifica em Psicologia) Centro Universitário de Franca, Franca 2011.

SOUZA, L. M. V.; HOSHI, L.; LIMA, L. F.; SANTIAGO, M. M.; ALVES, M. P. R.; MENDONÇA, L. O.; PEIXOTO, M.; ALVES, T. C. A.; PONDÉ, M. P.; Revisão Toxicológica e Tratamento da Intoxicação pelo Êxtase. Disponível em: <http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2003/RN%2011%2001/Pages%20from%20RN%2011%2001-2.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2015.

SOUZA, L. S.; CECCHIN, R. Ética e redução de danos. **Rio Grande do Sul. Disponível em: <**http://www.ufrgs.br/e-psico/etica/temas_atuais/reducao-de-danos-texto.html> Acesso em: 29 Abr. 2015.

WEISER, K. S.; WEISER, M.; DAVIDSON, M. **Uso de maconha na adolescência e risco de esquizofrenia.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000300003&lang=pt>. Acesso em 18 jun. 2014.

ISBN 978-85-87406-94-1

IDENTIFICAÇÕES ARQUETÍPICAS COM CONTOS DE FADAS NA INFÂNCIA

Maria Carolina Gimenes (Uni-FACFEF)
Maria Cherubina de Lima Alves (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Os contos de fadas suscitam nas crianças um mundo de fantasias, sonhos e imaginação, onde tudo é possível. Porém, além disso, eles possuem grande influência na formação e no desenvolvimento psíquico, pois apresentam conteúdos simbólicos que são ligados aos dilemas que o homem apresenta ao longo do seu amadurecimento emocional. Silveira (1981) diz que os contos de fadas encenam os dramas da alma com materiais pertencentes a todos os homens em comum.

Os contos trazem, em sua maioria, problemas ligados à realidade da criança, como pobreza, carência, ansiedade, perda de uma pessoa querida ou conflitos familiares. Dilemas que muitas vezes a criança é incapaz de expressar em palavras e acaba internalizando. Bettelheim (1980, p. 19) comenta que "[...] o conto de fadas oferece soluções sob formas que a criança pode apreender no seu nível de compreensão". Os contos podem solucionar esses problemas através da fantasia, estimulando a imaginação e a compreensão da criança, que vive em um mundo onde ainda não consegue imaginar soluções realistas.

Através da simbologia e da fantasia presente nos contos, a criança se identifica com a história ou com alguma personagem, relacionando-os com seus dilemas pessoais. Essas identificações, muitas vezes não se dão somente com o herói ou com o vilão. No mundo ocidental de hoje, por exemplo, é muito comum ver meninas que se identificam e querem ser como princesas (mulheres meigas que esperam por príncipes encantados), mas também existem garotas que buscam ser heroínas (mulheres que desbravam e enfrentam perigos). A criança se projeta nesses personagens, buscando ser aquilo que os personagens são. Sobre isso, Bettelheim (1980, p. 18) diz que "[...] as escolhas das crianças são baseadas não tanto sobre o certo *versus* o errado, mas sobre quem desperta sua simpatia e quem desperta sua antipatia."

ISBN 978-85-87406-94-1

Considerando a forte influência cultural, esse trabalho tem como objetivo apresentar aspectos que fundamentam a relação dos contos de fadas e o desenvolvimento infantil.

2. METODOLOGIA

Nesse trabalho foi feito um levantamento bibliográfico que buscou compreender aspectos dos contos de fadas sob a ótica junguiana. Esse levantamento bibliográfico ocorreu através de um levantamento de literaturas clássicas que abordam esse tema. A pesquisa ocorreu na biblioteca do Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca. Primeiramente, fez-se uma busca por monografias que tinham como tema contos de fadas e a psicologia junguiana. Após essa busca, foi feita uma comparação das referências bibliográficas dos trabalhos para avaliar quais autores apareciam com maior frequência. Dentre os autores que mais apareceram nos trabalhos, estão: Jung, Von Franz, Betthelheim e Santos.

3. A PERSONALIDADE SOB A ÓTICA JUNGUIANA

Jung teorizou sobre algumas estruturas da psique pertencentes a todos os seres humanos. Ele escreveu sobre o inconsciente, dividindo-o em inconsciente pessoal e inconsciente coletivo. Jung (2011) descreve que o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e, no entanto, desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos.

O inconsciente coletivo, que é a camada mais profunda da psique, representa, segundo Santos (2008), a sedimentação da experiência multimilenar e é, portanto, uma figuração do mundo, isso é, configura-se no inconsciente coletivo, uma representação de mundo que é comum a toda a humanidade. Jung (2011) explica que os conteúdos do inconsciente coletivo, diferentemente do inconsciente pessoal, nunca estiveram na consciência e, portanto, não foram adquiridos individualmente, deste modo devem sua existência à hereditariedade.

Os conteúdos da camada mais profunda da psique, o inconsciente coletivo, são chamados de arquétipos, que para Stein (2006, p.83) são "[...] como uma combinação de padrões e forças universalmente predominantes".

ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo Stein (2006), a noção que Jung cria sobre os arquétipos tem origem em suas obras escritas entre 1909 e 1912. Nessa época, embora Jung ainda colaborasse com Freud, já estava investigando mitologia e escrevendo "Psicologia do Inconsciente".

Na obra "Psicologia do Inconsciente", Jung estudou as fantasias de uma paciente, Frank Miller, e a partir disso começou a se distanciar da teoria da libido de Freud. Jung percebeu que as fantasias da paciente iam além da questão sexual proposta por Freud. Reuniu então, diversos mitos e contos de fadas, vindos de diferentes lugares do mundo para interpretar as imagens da paciente Frank Miller. Stein (2006, p.86) diz que Jung ficou impressionado com os surpreendentes paralelos que surgiram, e "[...] seu espírito procurou encontrar uma explicação de porque essa mulher tinha espontaneamente produzido imagens e temas semelhantes aos da mitologia egípcia, de tribos da Austrália e de povos nativos das Américas".

Jung então ligou os fatos da paciente e assim compreendeu a existência de uma camada coletiva do inconsciente. Nessa camada coletiva, existe um material que não foi colocado ali por repressão da consciência. O material existente no inconsciente coletivo, Jung nomeou de arquétipos. O arquétipo, como explica Jung (1980, p.62) "[...] é uma espécie de aptidão para reproduzir constantemente as mesmas ideias míticas." Assim, os arquétipos são como imagens universais, experiências vividas por toda a humanidade, que constantemente se repetem.

Os arquétipos são, como diz Santos (2008), como formas de conteúdos vazios que serão preenchidos através da contextualização social e psíquica individual. Ou seja, eles são como estruturas vazias, que só serão preenchidas quando o indivíduo as integrar com suas representações pessoais, através de suas vivências.

Silveira (2003) diz que, independente da origem do arquétipo, ele funciona como um nódulo de concentração de energia psíquica. Quando essa energia, que está em um estado potencial, toma forma, se tem a imagem arquetípica.

ISBN 978-85-87406-94-1

A noção de arquétipo nos assegura sobre a existência de um fundamento psíquico comum a toda a humanidade. Através dessa teoria é possível compreender aparecimentos de temas semelhantes, até idênticos, em épocas e lugares remotos. Temas que se repetem nas artes, filosofia, mitos e contos de fadas.

As pessoas podem se identificar com alguns personagens ou acontecimentos históricos e isso se expressa no inconsciente. Por isso, para compreender o propósito de um personagem de contos de fadas, é imprescindível que se compreenda o conceito de arquétipos, porque cada personagem de uma história expressa uma função arquetípica diferente.

As imagens arquetípicas em si, não são hereditárias, mas a hereditariedade estaria na capacidade de ter essas imagens. Santos (2008) ressalta que Jung destacou alguns arquétipos que são vistos, por exemplo, nas imagens da Grande Mãe, do Herói, da Criança Divina, do Velho Sábio, do *Puer Aeternus* e do *Trickster*.

Esses arquétipos se referem a uma imagem interna, e atuam na psique da pessoa de forma simbólica, e não literal. Eles possuem traços essenciais que se manifestam nas mais diversas formas e apresentam características próprias, ou seja, uma extensa variedade de símbolos pode ser associada a um dado arquétipo (SANTOS, 2008).

O inconsciente se manifesta por meio de símbolos, sejam eles sonhos, identificações ou fantasias, e o símbolo é uma forma complexa que contém imagens arquetípicas. Santos (2008) explica que os conteúdos simbólicos que passam do inconsciente para o consciente vão ganhando significações a partir da tomada de consciência do indivíduo, ou seja, quando ele consegue, por meio de lembranças, decifrar, interpretar, ter *insights* e compreender os símbolos.

4. OS ARQUÉTIPOS E OS CONTOS DE FADAS

Jung (2008) diz que os arquétipos são materiais comuns nas histórias de diversas culturas e diferentes épocas, que estão no nosso universo psíquico e que estão armazenados no inconsciente coletivo, porém eles se expressam em manifestações culturais ao longo da história da humanidade. Um exemplo de expressão de imagens arquetípicas é o conto de fadas.

ISBN 978-85-87406-94-1

Nos contos de fadas, os arquétipos podem funcionar como funções. Vemos personagens que tem determinadas funcionalidades, e cada uma delas podem ser relacionadas a diferentes arquétipos. Isso mostra como o personagem, durante o decorrer da história executa diversas funções temporariamente, desempenhando assim vários arquétipos.

Ocorre muitas vezes, uma falsa percepção de que, um personagem, dentro de uma história, sempre desempenhará um mesmo arquétipo, sendo imutável. Porém, uma única personagem manifesta vários arquétipos, assemelhando-se assim aos seres humanos. O herói, por exemplo, nem sempre irá representar o arquétipo de herói, mas percorre a história reunindo e incorporando várias facetas de personalidade, podendo, por exemplo, por vezes estar no papel inclusive da pessoa que precisa de ajuda.

Von Franz (1990) explica que os contos de fadas são a expressão mais pura e mais simples dos processos psíquicos do inconsciente coletivo, pois eles representam os arquétipos na sua forma mais simples, plena e concisa. Por representarem essa forma pura, as imagens arquetípicas fornecem os melhores sinais para a compreensão dos processos que ocorrem na psique coletiva.

Von Franz (1990) comenta que chegou a conclusão de que todos os contos de fadas tentam descrever apenas um fato psíquico, que Jung chama de Self. O Self é a totalidade psíquica de um individuo e também o centro regulador do inconsciente coletivo. Cada pessoa de diferentes origens terá sua forma de experimentar essa realidade psíquica.

Os mais diversos contos de fadas irão fornecer aspectos de diferentes fases dessa experiência psíquica. Alguns se fixaram mais em lidar com a experiência da sombra, enquanto outros apresentaram mais aspectos sobre *anima* e *animus* ou sobre persona. Porém, não há diferenças de valores nesses diferentes contos, pois tudo representa arquétipo, e os arquétipos são em essência, um aspecto do inconsciente coletivo.

Na Psicologia junguiana, sombra é a personificação de alguns aspectos inconscientes da personalidade. Santos (2008, p.59) explica que a sombra “[...] é uma unidade complexa dotada de vitalidade autônoma". A sombra retrata o lado escuro, não vivido, e que é reprimido da personalidade. No entanto, a sombra

ISBN 978-85-87406-94-1

não possui apenas aspectos negativos, mas sim também aspectos que impulsionam o ser humano a criatividade e resoluções, quando já não se tem mais recursos conscientes (SANTOS, 2008).

O conceito de *anima*/*animus* retrata a imagem da alma de uma individualidade, masculina ou feminina. A *anima* retrata a figura de caráter feminino que compensa a consciência masculina, enquanto o *animus* é a figura compensadora na consciência feminina, que tem caráter masculino. Já a persona se trata de arquétipo associado ao comportamento humano que permite o contato com o mundo externo. É uma maneira de adaptação, onde a pessoa se afasta da sua essência, em detrimento da sua imagem ideal. (SANTOS, 2008)

Jung explicou que uma imagem arquetípica vai além de ser apenas um pensamento padrão, mas ela é, também, uma experiência emocional. A imagem arquetípica só poderá ter vida e significação se ela tiver um valor emocional e afetivo para o indivíduo. Além disso, Jung considerou importante estudar os contos de fadas, pois para ele, nos contos, existe um material consciente culturalmente muito menos especifico, então, consequentemente, eles oferecem uma imagem mais clara das estruturas psíquicas (VON FRANZ, 1990).

Von Franz (1990) explica que as histórias arquetípicas se originam, frequentemente, nas experiências individuais, através do aparecimento de algum conteúdo inconsciente. Nas sociedades primitivas, praticamente nenhum segredo era guardado, então essa experiência individual era sempre comentada e isso acabava sendo ampliado por outros temas folclóricos existentes que a completavam. As histórias se desenvolvem e se ampliam, enriquecendo-se através do acréscimo de temas arquetípicos.

Para Von Franz (1990, p.31), "[...] tais invasões do inconsciente coletivo no campo de experiências de um único individuo, provavelmente, de tempos em tempos criam novos núcleos de histórias e mantém vivos os materiais já existentes." Esses eventos psicológicos, que em primeiro lugar atingem um individuo, são o ponto de partida e o fator que mantém vivos os temas míticos.

ISBN 978-85-87406-94-1

5. CONCLUSÕES

Através do levantamento bibliográfico realizado, pode-se concluir que os contos de fadas possuem uma grande importância para o desenvolvimento psíquico e social das pessoas. Além disso, tem significativa relevância no desenvolvimento da criança, pois podem atuar em diversas funções que auxiliam esse desenvolvimento.

Através do encantamento, da magia e da fantasia presente nos contos de fadas, é que as crianças se prendem e se identificam com essas histórias. Nesse sentido, mostra-se de extrema importância estudar os contos de fadas na psicologia, pois, através dessa identificação, a criança se imagina nas histórias dos contos e dessa forma ela transpõe situações da sua realidade cotidiana.

Por isso, é de extrema relevância a realização de estudos que visem explorar e buscar reflexões sobre os contos de fadas e suas implicações na infância, uma vez que a internalização de exemplos e outros conteúdos, feita pelas crianças através desse processo, pode refletir em aspectos da personalidade e do comportamento das mesmas. Von Franz (1990) defende que os contos de fadas são a expressão mais pura e simples dos processos psíquicos do inconsciente coletivo. Consequentemente, o valor deles para a investigação cientifica do inconsciente é extremamente alto.

Será dada a continuidade no trabalho do presente artigo com a realização de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, como trabalho de conclusão de curso, para a obtenção do diploma em psicologia. O estudo em questão buscará compreender aspectos que influenciam nas identificações de crianças com diferentes personagens de contos de fadas, além de analisar a influência dos contos de fadas nos comportamentos das crianças e a importância dos contos como instrumento do desenvolvimento emocional da criança.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COELHO, Nelly N. **O conto de fadas**: símbolos, mitos, arquétipos. São Paulo: DCL, 2003.

ISBN 978-85-87406-94-1

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. O. C., vol. IX/1. Tradução: Maria Luiza Appy, Dora Mariana R. Ferrreira da Silva. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Psicologia do inconsciente**. O. C., vol. VII/1. Tradução de Maria Luiza Appy. Petrópolis, Vozes, 1980.

_____. **O homem e seus símbolos**. Tradução de Maria Lúcia Pinho. 2 ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SANTOS, Sandra Regina. **Jung:** um caminhar pela psicologia analítica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.

SILVEIRA, Nise. **Jung:** vida e obra. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

STEIN, Murray. **Jung:** O mapa da alma: uma introdução. Tradução de Álvaro Cabral. 5 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VON FRANZ, Marie-Louise. **A interpretação dos contos de fada.** Tradução de Maria Elci Spaccaquerche Barbosa. São Paulo: Paulus, 1990.

ISBN 978-85-87406-94-1

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE BIOMETRIA PARA IDENTIFICAÇÃO E FREQUÊNCIA DE ALUNOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Igor Mello Gonçalves da Silva[41] (UNI-FACEF)
Daniel Facciolo Pires (UNI-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Em Sistemas de Informação, segurança é uma palavra de extrema importância. Na informática, há vários meios de segurança, alguns muito seguros, outros não, com fins que vão desde proteger um ambiente computacional com senha, até a proteção de algo concreto, como por exemplo uma casa enquanto seus proprietários estão fora. Ao se tratar de segurança, seu conceito abrange serviços como Privacidade -apenas pessoas autorizadas podem utilizar a informação-, Autenticação -precisa-se saber se a pessoa é realmente quem é- , Integridade -a informação, uma vez reproduzida, não pode ser alterada- , Disponibilidade -se a informação esta disponível no momento-, Acesso -apenas pessoas autorizadas podem acessar a informação- e Não-Repúdio -a pessoa dona da informação não pode negar que a informação seja dela.(GADIS RIBEIRO, SILVA ZABADAL & FREITAG, 2007).

A sociedade atual é altamente dependente da tecnologia da informação, que proporciona maiores facilidades e conforto a diversas atividades do ser humano (GADIS RIBEIRO, SILVA ZABADAL & FREITAG, 2007.). Tudo começou com a disseminação da computação no meio corporativo em meados da década de 50. No final da década de 90 a maioria das empresas já possuíam algum tipo de SIG. (MARIA VINHAIS GUTIERRES & VIEIRA MACHADO ALEXANDRE, 2005). Porém, segundo fontes, ao avaliar o segmento educacional foi possível visualizar a carência em determinadas áreas de automatização de tarefas(SANTOS, RODRIGUES SANTOS & WERNECK, 2009).Levando em conta que o segmento educacional, seja ele público ou privado, ainda tenha tarefas que podem ser automatizadas a fim de gerar um beneficio para as atividades diárias, será que a automatização de certos tipos de tarefas, como a frequência escolar, fariam alguma diferença?

[41] Bolsista IC – Uni-FACEF

ISBN 978-85-87406-94-1

Como a utilização da biometria em sistemas computacionais permitem com que a própria pessoa se torne sua senha, vale a pena investigar se o uso dessa tecnologia é realmente melhor outro método de identificação de pessoas. Assim chegamos a proposta desse artigo, que basicamente é avaliar a automatização de atividades como a frequência escolar e a segurança por meio da biometria.

Quanto a biometria, ela já é de praxe utilizada em atividades como ponto de funcionários. Mas por que esta tecnologia não é usada frequentemente em outras atividades que requerem o uso de segurança da informação e identificação de pessoas? Como por exemplo uma frequência escolar? Assim verificaremos as vantagens e diversas aplicações dessa tecnologia na educação.

No desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizados noticias sobre o tema e vários artigos que tratam de temas que vão desde a informatização das empresas até a utilização da biometria como forma de segurança e sua aplicação em uma instituição de ensino. Também foi realizada uma pesquisa de campo em escolas Estaduais, para conhecer as situações destas instituições que não possuem um sistema biométrico para gerenciamento do fluxo de pessoas e realização de frequência, e Autoescolas, pois essas possuem a identificação biométrica por impressão digital para controle de frequência de alunos nas aulas teóricas de direção, permitindo a análise da eficácia dessa tecnologia, e propor um novo sistema baseado na biometria para principalmente gerenciar a frequência escolar de alunos e o fluxo de pessoas na instituição, verificando a opinião do gestor escolar sobre a implantação de tal sistema.

1.1. O Problema e Questão de Pesquisa

Como dito por Rodrigues A.de Souza, Duarte, & Cuzin(2012) a frequência tradicional de alunos realizada por professores é um método ultrapassado. Em média, em uma sala com uns 70 alunos, professores demoram de 4 a 5 minutos por aula em uma única frequência. Em caso de disciplinas ministradas duas vezes por semana, sendo estas com carga total de 80 horas, são duas frequências por semana. Levando em conta que um semestre possui 20 semanas letivas, multiplicando 20 por 5 minutos(duração da chamada), é fácil verificar que há uma perca de 100 minutos por semestre para disciplinas de 40 horas, e em

ISBN 978-85-87406-94-1

disciplinas de 80 horas, multiplicando 20 por 10(duração de duas frequências por semana) o resultado é de 200 minutos perdidos. Esse total é perdido por semestre, esse tempo perdido por parte da lista de presença podia ser revertido em outras atividades acadêmicas.

Assim começamos a ver os benefícios que tal sistema traria. O tempo gasto nesse processo, deveria ser usado para que o aluno tivesse mais tempo para absolvição dos conteúdos ministrados, e para que o professor tivesse mais tempo para ministração e preparação das matérias. Também deve-se salientar que a realização de uma chamada oral pelo professor não é garantia de que a frequência será feita de forma eficiente, devido ao fato de que um aluno pode simplesmente não estar atento ou presente no momento da chamada, ou ainda, alunos podem usar de má fé e simplesmente responder a chamada no lugar de um colega de classe. Ainda há o método da folha, em que o professor simplesmente entrega uma folha para que ela seja assinada por todos os alunos da classe. Esse método também é falho, pois é possível que a grafia do estudante não contribua para compreensão, também que a folha seja perdida, visto que os dados nela ainda deverão ser passados manualmente para o sistema, ou seja, está sujeita a erros humanos, como sua realização as pressas em uma planilha do computador, facilitaria um erro digital que poderia atribuir presença para um aluno ausente e ausência para um presente, ou ainda fechar a planilha sem salvar, não tendo ausências nem presenças. O Sistema biométrico permitiria que ao entrar na sala de aula, o aluno seja identificado por meio de suas características biológicas, sendo esse o método mais eficaz e ágil para contabilização de sua chamada.

Além disso, outro problema que poderia ser resolvido pela biometria, é o gerenciamento de segurança dentro da instituição. Por exemplo, um sistema biométrico nas portas da instituição poderia monitorar o fluxo de pessoas de forma a barrar não autorizados, ativar alarmes, automatizando meios de segurança para instituição.

1.2. Objetivo do Trabalho

Objetivo Geral: Verificar os impactos da biometria e suas variadas formas de aplicação na segurança da informação, verificando suas vantagens em

ISBN 978-85-87406-94-1

relação a métodos manuais, coletando opiniões de pessoas da área da educação a respeito do sistema e analisar os impactos de um sistema biométrico em instituições que já possuem tal sistema.

Objetivo Específico: Propor a implantação de um sistema biométrico nas portas das salas de aulas de instituições de ensino de Franca-SP para realização de frequência escolar e gerenciamento do fluxo de pessoas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A origem da palavra biometria vem do grego *biometron*, sendo que bio significa vida e metron medida. Trata-se do método de reconhecer os indivíduos através de suas características biológicas e de comportamento. As formas usadas para se conferir as características de cada pessoa se chama identificação biométrica. (*Vitor Guglinski, 2013)*

"Os sistemas informatizados vêm embutindo recursos de reconhecimento biométrico para aumentar a confiabilidade no seu uso, evitando acessos indevidos à informação." (JOSÉ & MARCIO, 2015, p.2).

A biometria, por usar características físicas para identificação de pessoas, gera maior segurança ao sistema desenvolvido. (ANDRÉ, SANTOS, & WERNECK, 2009)

Em fontes pesquisadas pode-se ver diversas aplicações que incluem a biometria como uma solução, como uma aplicação que tem o professor responsável de gerenciar observações, matéria ministrada e incluir a frequência, tendo a biometria como meio de autenticação para entrar nos módulos do sistema (André, Santos, & Werneck, 2009). Ou ainda, um módulo de biometria é utilizado para alimentar a tabela de frequência do alunos, através de impressão digital(Barros da Silva, Karina & RENATO COUTINHO PINHEIRO, CARLOS, 2009). José & Marco(s.d) ressaltam em seu artigo a importância da foto como reconhecimento biométrico, como pôde ser visto em uma aplicação chamada WebCamBiblio, com um recurso implementado que se conecta com a webcam de um usuário para tirar fotos, armazena-las no servidor e exibi-las no browser do cliente .Também há fontes que descrevem o desenvolvimento de uma pesquisa e a implementação de um sistema de biometria que realiza autenticação de usuários através do uso de

ISBN 978-85-87406-94-1

assinaturas manuscritas em um tablete, essas assinaturas são ajustadas por um módulo de pré-processamento, e processadas através de autenticação das assinaturas por Redes Neurais Artificiais(Heinen & Osorio, 2012.).

Um programa pode registrar num cartão magnético a entrada e saída de alunos e professores através das catracas eletrônicas. Alguns colégios e universidades tem, em lugar do cartão eletrônico, um controle biométrico que registra e confere as digitais de cada membro da escola. O próximo passo seria o do controle através da íris dos olhos, mas isso só chegará as escolas quando for mais barato.(Manuel Moran, 2003). A tecnologia biométrica mais utilizada atualmente é a por impressão digital. No Supremo Tribunal em Brasília, o trabalho de automação com a Biometria controlando os acessos aos documentos e identificando os usuários, levou a Suprema Corte a obter a certificação ISO 9002, que concentrava-se em normas de garantia de qualidade de processos de produção, instalação e serviços, e trouxe ao setor a praticidade necessária no controle de acessos e nas restrições a documentos. A biometria dará fim a fraudes, pois eliminaria por exemplo as cronagens de cartões magnéticos. Segundo especialistas, geografia da mão e do rosto e dinâmica de assinatura podem ser excelentes formas de autenticação(Carone Slabi Conti, Matilde, 2003)

Ainda, a biometria pode ser aplicada a outras tarefas, como um Sistema de Controle de Horário de Aula utilizando leitores Biométricos, que gere e garante a presença de professores em sala de aula no horário correto, gerando relatórios detalhados com as informações e seus históricos de presença.(Soeiro, Bezerra, CANEIRO, NETO, BEZERRA FILHO & COSTA DA SILVA, 2016).

No campo da ficção posso citar filmes como 2001: Uma odisseia no espaço(1968) e Blade Rynner- O caçador de Andróides(1982) que antecipam o uso de sistemas de reconhecimento de voz, retina e impressão digital. (CUNHA, 2008).

Quanto a Controle de Frequência, a biometria pode colaborar dando maior agilidade e efetividade na realização desse processo. Algumas instituições já utilizam um sistema biométrico para controlar frequência de seus alunos, como o Detran de São Paulo, e a Universidade de Alfenas, em Minas Gerais.

ISBN 978-85-87406-94-1

Atualmente, nas escolas de Franca-SP, a realização da frequência escolar é feita manualmente e de forma oral, e um sistema de biometria para gerenciar dessa atividade ainda não é realidade.

Possíveis rejeições a Biometria

Alguns obstáculos de ordem ética e social podem impedir que certos típicos de identificação biométrica possam ser implementados.

“O uso de tais sistemas pode resultar na diminuição ou perda de privacidade e pode haver fatores que resultem em rejeição desses sistemas por parte dos usuários.”(Tailer, Silas & Pardo de Carvalho, Alan, s.d).

A biometria pode ser rejeitada pelo motivo de violações de privacidade, autonomia do individuo, integridade corporal, redução do anonimato, rastreamento, uso dos dados contra os propósitos originais(desvios de funções), higiene e objeções religiosas.

Segundo pesquisa desenvolvida por Silas & Carvalho(s.d.), a amostra não demonstrou objeções ao uso da biometria quanto ao desvio de função para um bem social, rastreamento, receio de danos físicos, rejeição por questões de higiene dos equipamentos e religiosa, demonstrando apenas uma rejeição por questões de utilização da biometria para direcionar propaganda para determinadas pessoas. Porém, como os próprios autores disseram, deve-se haver outras pesquisas para saber as causas desses resultados, uma vez que a privacidade tem sido cada vez mais valorizada pelos indivíduos, pode ser que esse resultado haja alguma relação com o grau de escolaridade, faixa etária ou ocupação profissional(Tailer, Silas & Pardo de Carvalho, Alan, s.d).

Algoritmos Biométricos e Aspectos Computacionais

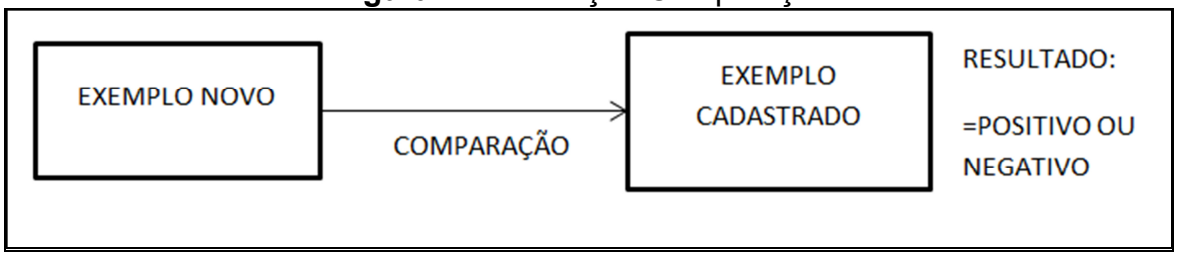
> “Os sistemas biométricos funcionam todos de maneira parecida, independente da característica humana utilizada para identificação. Seu procedimento operacional consiste em captura, extração, comparação e combinação ou não-combinação” (CALABAIDE JUNIOR, MIGUEL, 2006)

Segundo Calabaide(2006), na captura, são capturados padrões do individuo, na Extração, o sistema extraí atributos do individuo e os converte em códigos matemáticos, gerando o template biométrico do individuo, na Comparação, é feita a verificação com a captura de um novo exemplo e a comparação com um

ISBN 978-85-87406-94-1

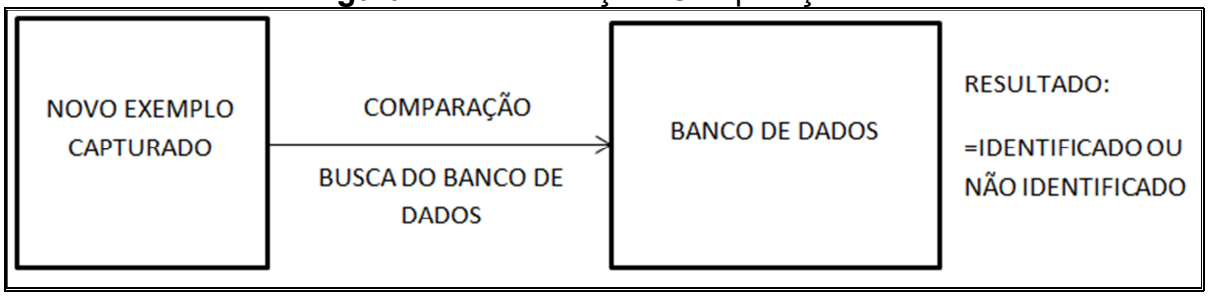
template armazenado e a identificação, comparando a amostra capturada com vários outros templates armazenados no sistema, até que seja encontrado seu correspondente. E finalmente na Combinação, há o resultado se os dados comparados se combinam, para que a pessoa seja autenticada ou não.

Figura 1- Verificação-Comparação 1:1



Fonte: Baseada Em Calabaide Junior(2012)

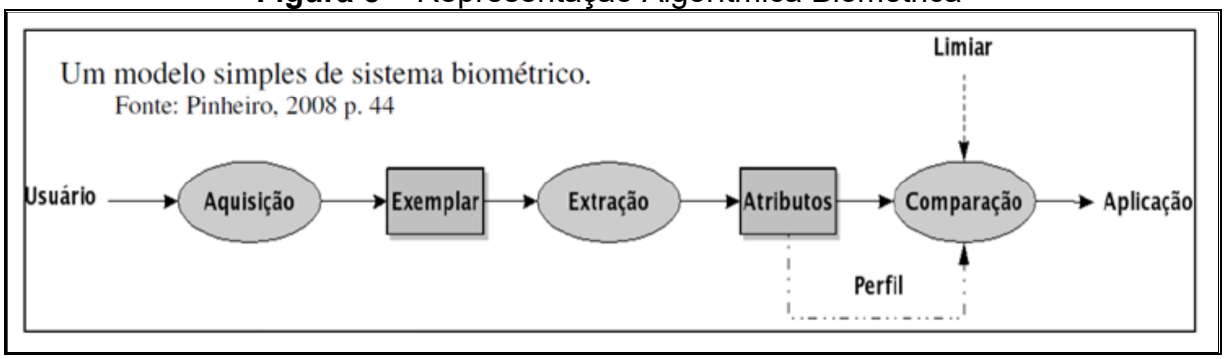
Figura 2 – Identificação- Comparação 1:N



Fonte: Baseada Em Calabaide Junior(2012)

O processo de identificação requer a comparação do novo exemplo capturado com os templates no banco de dados um a um e isso pode fazer esse processo demorar devido a um maior tempo de processamento.

Figura 3 – Representação Algorítmica Biométrica



Fonte: Sanches, Marcelino & Grandinetti(2015)

ISBN 978-85-87406-94-1

Porém, conforme Sanchez, Marcelino & Grandinetti(2015), pode-se usar o algoritmo de busca linear dentro de um universo menor de leitura de informações biométricas através de informações de ambiente já registradas no sistema, como numa escola em que há a filtragem de templates por uma base intermediaria com os alunos de uma turma específica, após o docente colher a biometria.

3. METODOLOGIA

Neste trabalho, foi realizada também uma pesquisa de campo com o objetivo de conhecer a situação das instituições publicas de franca, propor o sistema como uma melhoria e verificar a opinião de gestores e professores. Foram feitos questionários com perguntas abertas para serem respondidas por gestores e professores de escolas, por tanto, uma pesquisa de caráter qualitativo, em que no final os dados serão analisados de forma a observar os valores, as experiências e as opiniões dos participantes. O método realizado na pesquisa de campo feita toma como base o artigo de Faria Shiose, Marcos dos Santos, Vicente Da Silva & Vinicius Doria Calvosa(2012). A seguir será apresentado qual o método utilizado para se realizar a pesquisa de campo

Para realização do campo, foram selecionadas 3 escolas estaduais da rede pública e 3 Autoescolas de Franca-SP por critério de proximidade em relação a casa e a faculdade do pesquisador, e também por critério de indicação do Orientador deste pesquisador . O campo realizado serve para conhecer aspectos das Escolas Estaduais de Franca, considerando que ambas estão inseridas no mesmo sistema de gestão, se reportando a Secretária da Educação do Estado. Assim, a seleção de 3 instituições no município serve de espaço amostral devido a padronização. Da mesma forma estão as Autoescolas, inseridas em um mesmo Sistema de Gestão, se reportando ao Detran-SP. A pesquisa com os questionários nas instituições estaduais tiveram o objetivo de identificar se há carências tecnológicas nessas e depois propor o sistema biométrico. Já nas Autoescolas, a intenção foi verificar os impactos do sistema biométrico do Detran-SP, utilizado para frequência de alunos.

ISBN 978-85-87406-94-1

Foi visado a comparação dos benefícios da implantação de um sistema biométrico para controle de frequência escolar de alunos, e também para gerenciamento de credencias e de fluxo de pessoas.

Para coleta de dados na pesquisa de campo foram utilizados 4 questionários de pesquisa. O questionário 1 foi aplicado para gestores das escolas estaduais, o questionário 2, para professores das escolas estaduais, o questionário 3, para gestores de autoescolas, e finalmente o questionário 4, para instrutores de autoescolas. Por meio do artigo de Faria Shiose, Marcos dos Santos, Vicente Da Silva & Vinicius Doria Calvosa(2012), foi inferido o que poderiam ser dificuldades relevantes para este artigo e com base nisso foram elaborados os questionários. A seguir os questionários descritos em etapas:

Questionário 1 – Gestores de Escolas que não Possuem o Sistema Biométrico

Etapa	Objetivo	Questões
Primeira	Verificar se a escola possui dados dos alunos organizados e ainda verificar qual a capacidade da escola, em questão da quantidade de alunos e das suas divisões por classes, verificando também se há uma exorbitante ou não quantidade de alunos dentro de uma sala.	1 e 2
Segunda	Conhecer a situação da escola quanto aos métodos empregados nos processos e a tecnologia vigente na instituição.	3 a 6
Terceira	Checar aspectos de segurança da instituição	7 a 9
Quarta	Identificar as dificuldades da instituição em relação aos processos atuais e ainda checar o ponto de vista da entrevistada em relação as tecnologias.	10 a 14
Quinta	Propor o sistema que é objeto de pesquisa no trabalho.	15 a 18

Questionário 2 – Professores de Escolas que não Possuem o Sistema Biométrico

Etapa	Objetivo	Questões
Primeira	Verificar se os professores se os professores fazem suas tarefas manualmente, utilizando papéis simplesmente	1
Segunda	Identificar as dificuldades que podem ser resolvidas pelo sistema biométrico proposto	2 a 5
Terceira	Propor o sistema biométrico	6 a 10

ISBN 978-85-87406-94-1

Questionário 3 – Gestores de Autoescolas que Possuem um Sistema Biométrico

Etapa	Objetivo	Questões
Primeira	Conhecer o sistema da instituição.	1 a 3
Segunda	Identificar vantagens do sistema biométrico em relação ao anterior	4 a 8
Terceira	Ver se o sistema é aprovado pelo usuário e se ele recomenda o sistema para instituições que não possuem um sistema biométrico, assim como quais as dificuldades de implanta-lo	9 e 10

QUESTIONÁRIO 4-Instrutores de Autoescolas que possuem um sistema biométrico

Etapa	Objetivo	Questões
Primeira	Ver se o sistema é benéfico para o professor e quais problemas são resolvidos através dele.	1 a 3
Segunda	Comparar o sistema com métodos manuais	4 a 8
Terceira	Ver se o professor aprova o sistema	9

4. SISTEMA PROPOSTO

O Sistema proposto seria instalado nas portas das salas e laboratórios da instituição. Teria o leitor biométrico ao lado da porta das salas e laboratórios da instituição. Na frequência escolar, o professor abriria a frequência no começo de sua aula passando a digital, e depois os alunos passariam para validar sua presença.

Foi também pensado na possibilidade de um sensor de movimentos junto com o sistema biométrico que poderia também ajudar no a evitar fraudes e a controlar o fluxo de pessoas para barrar não autorizados, por exemplo. Isso poderia funcionar se, por exemplo, a pessoa passasse pela porta sem pressionar seu polegar no leitor biométrico, o sensor de movimentos a detectaria e dispararia o alarme, que só pararia se a pessoa pressionasse seu polegar no leitor biométrico. Se a pessoa pressionar seu polegar no leitor biométrico e o polegar for reconhecido, ao passar pela porta o alarme não apitaria, caso não for reconhecido o alarme apitaria do mesmo jeito. Isso ajudaria a controlar o fluxo de pessoas na instituição, para que haja uma maior segurança. Quanto as fraudes, por exemplo, se o aluno apenas passa a digital para obter a presença, mas não fica na aula, tendo presença mesmo estando ausente, como resolver isso sistematicamente? Uma solução seria, havendo dois leitores biométricos nas portas, um do lado de fora e outro do lado de dentro. Para que o alarme não apite, um aluno ao sair da sala teria que passar sua

ISBN 978-85-87406-94-1

digital do lado de dentro e ao passar sua digital poderia ser identificado que ele saiu da sala e para que ele venha a ser identificado como presente novamente, teria de passar a digital no leitor biométrico do lado de fora da sala e em seguida entrar e passar novamente no lado de dentro. Assim o sistema poderia interpretar esses movimentos(passar a digital do lado de fora e em seguida do lado de dentro) como atribuição de presença, e a passagem da digital uma única vez(seja de qualquer lado), como evidencia de que o aluno não esta presente. Ou senão o aluno poderia simplesmente passar pela porta, mas o alarme o denunciaria. Com isso, talvez o professor nem precise abrir a frequência, pois o próprio sistema é que ficaria a cargo disso.

Isso é claro, são apenas possibilidades e jeitos de tratar problemas e automatizar as tarefas, sem considerar fatores como custo e dificuldades de adaptação, mas essas possibilidades foram consideradas para realização do questionário de pesquisa.

5. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Para se realizar a pesquisa, os questionários foram levados até as instituições para que gestores e professores pudessem responde-lo e darem sua opinião sobre o sistema biométrico proposto. A seguir será apresentado os questionários com suas análises.

Questionário 1 – Respostas

Questionário 1	Resposta Escola 1	Resposta Escola 2	Resposta Escola 3
1-Quantos alunos há na escola?	790 nos 3 períodos	850 alunos	480
2-Quantos alunos há em média por classe?	33 por sala	De 30 a 35 no máximo	30
3-A escola possui um Banco de Dados?	Sim. Possui o sistema Prodesp, que é uma empresa vinculada á secretária de	Não. Apenas a secretaria da Educação. Há um sistema interno que todas as escolas podem	sim

ISBN 978-85-87406-94-1

	Governo do Estado de São Paulo	acessar, mas quem comanda esse sistema é a Diretoria de Ensino da Região de Franca	
4-Cada aluno tem suas informações gravadas num banco de dados?	Sim. O sistema possui os dados de todos os alunos da instituição registrados.	sim	sim
5-Os formulários para preenchimento de declarações, históricos e fichas de alunos são padronizados e recebidos da Secretaria da Educação.	Sim, todos os documentos são padronizados.	SIM	Não, somente modelos
6-Há dificuldade de se saber quantos alunos vieram no dia para que sejam preparadas atividades como a merenda escolar?	Não, porque há acompanhamento diário da chamada pelos agentes.	NÃO	não
7-Todos os dados dos alunos da instituição podem ser facilmente acessados?	Apenas por pessoal autorizado.	Não, somente alguns dados podem ser vistos e alterados, outros precisam de autorização da Diretoria de Ensino de Franca	sim
8-As provas e trabalhos de alunos são armazenados no sistema e podem ser acessadas pelos mesmos e por professores através de autenticação?	Não	Trabalhos e provas ficam com os próprios alunos. Eles entregam, os professores corrigem e devolvem para o alunos	com a coordenação
9-Há um jeito instantâneo de saber que o aluno saiu da sala de aula?	Sim, pelos professores e agentes de organização.	sim	sim

ISBN 978-85-87406-94-1

10-Professores gostariam de ter mais tempo para a ministração/preparação de aulas?	Apenas para preparar aulas.	sim	não
11-Quanto tempo em estimativa se demora para realizar uma frequência escolar?	5 minutos	5 minutos	5 minutos
12-)Quanto a tecnologia presente atualmente na unidade, no que ela auxilia e no que ela deixa a desejar?	Fica a desejar quanto a qualidade do equipamento	Auxilia muito, mas tem poucos computadores no laboratório de informática	Deixa a desejar na sala de informática, referente a falta de equipamentos
13-)Para você o trabalho manual é eficiente?	É eficiente	SIM	sim, mas muito demorado
14-)Há dificuldade na realização de chamadas de alunos? Se sim, quais?	Por alguns profissionais, quando há muito barulho.	Não	não
15-)Você acha benéfico ou desnecessário a implantação de um sistema de autenticação nas portas e/ou catracas para monitorar o fluxo de pessoas e barrar não autorizados?	Benéfico- aumentaria a segurança a segurança, diminuiria documentos manuscritos, aumentaria confiabilidade dos país	BENÉFICO	benéfico
16-)O que você acha da migração dos processos manuais para processos como a implantação de um sistema biométrico para controle de frequência e identificação de alunos?	Interessante	ÓTIMO	bom, vai facilitar o trabalho

ISBN 978-85-87406-94-1

17-)Quais as vantagens em relação ao sistema atual na instituição da implantação de um sistema de biometria capaz de gerar a frequência todos os dias, diários de classes, fichas, relatórios e gerenciar e controlar o fluxo de pessoas, contendo informações precisas e em tempo real?	Rapidez e segurança.	Seria mais seguro e rápido, ótimo.	vai facilitar o trabalho e será fidedigna sem margem de erro
18-)Caso a secretaria da Educação apoie e decida implantar tal sistema, você seria a favor?	Sim	SIM	sim

Fonte: Elaborado pelos Autores

As escolas possuem uma quantidade que podemos considerar adequada. São em média 32 alunos por classe com números muito próximos uma da outra. Porém deve-se considerar que nessa média uma sala pode ter mais de 40 alunos e outra menos de 30, o que faz diferença na quantidade de tempo em que se leva para realização de uma frequência.

A Tecnologia vigente nas instituições é padronizada. As escolas se reportam ao Sistema Prodesp da secretária da Educação, ao qual podem ter acesso aos dados referentes à suas instituições e alunos e também a documentos padronizados. A frequência é realizada de forma normal e não há dificuldades em se saber quantos alunos vieram ao total para preparação de atividades como merenda escolar, por que há o acompanhamento dos agentes. Nisso podemos nos perguntar se o sistema biométrico proposto ajudaria a melhorar esse processo.

Quanto às dificuldades, dois entrevistados responderam que os professores gostariam de mais tempo para preparação/ministração de aulas, enquanto um respondeu não. São 5 minutos para realização de uma frequência, quantidade de tempo até mesmo superior comparando com o artigo de RODRIGUES A. DE SOUZA(2012), pelo menor número de alunos. Todas reclamaram dos equipamentos de informática, dois por falta de equipamentos e um pela qualidade desses. Além

ISBN 978-85-87406-94-1

disso, todos os entrevistados consideram trabalho manual eficiente, o que pode ser um viés para ir contra o uso de tecnologias. Quanto à dificuldade na realização de chamadas, isso não ficou evidente em suas respostas, pois dois responderam não e apenas um respondeu sim, quando há muito barulho.

Quanto ao sistema biométrico, todos aprovaram e disseram ser benéfico à instituição.

Questionário 2 – Respostas

Questionário 2	**Resposta Professor 1**	**Resposta Professor 2**
1-Onde são armazenadas trabalhos e provas?	Com os próprios alunos. Professores recolhem, corrigem e devolvem aos alunos	No armário do professor(dependendo do caso, no prontuário do aluno)
2-Há um jeito instantâneo de saber que o aluno saiu da sala de aula?	sim	instantâneo, não
3-Gostaria de ter mais tempo para preparação de conteúdos?	SIM	sim
4-Em quanto tempo em média é realizada uma chamada?	5 MINUTOS	menos de 5 minutos
5-Há dificuldade na realização de chamadas de alunos? Se sim quais?	Não	não
6-Se houvesse um sistema capaz de realizar a frequência dos alunos e armazenar dados pertinentes a estes(como notas, comportamento, histórico escolar e quantidade de presenças) para serem exibidos em tempo real por qualquer funcionário autorizado, o que isso influenciaria nas suas atividades?	Seriam mais rápidos, mais eficientes e mostrariam maior resultado	em nada
7-Você concorda que a utilização da biometria é	sim	sim

ISBN 978-85-87406-94-1

mais segura e eficiente do que a utilização de um método manual para realização de frequência/ponto/identificação de pessoas?		
8-Para você o trabalho manual é eficiente?	sim	não
9-Esse tipo de sistema seria bom para suas atividades tendo em vista ganho de tempo? Quais as vantagens?	sim, ganho de tempo	Seria bom somente com a abolição do manual. Fazer os dois(como já existe a possibilidade) é perca de tempo.
10-O que você acha da migração dos processos manuais para processos como a implantação de um sistema biométrico para controle de frequência e identificação de alunos?	ótimo	boa, caso seja abolida o manual

Fonte: Elaborado pelos Autores

Os dois professores entrevistados deram respostas diferentes em relação a pergunta 2, talvez por questão de interpretação. Enquanto um simplesmente diz que há um jeito instantâneo de ver que o aluno saiu da sala, outro diz que não instantaneamente. Se um aluno sair da sala, conforme dito por uma entrevistada, os agentes podem identificar o aluno, algumas vezes instantaneamente, outras vezes não. Ai cabe a pergunta, será que o sistema proposto realizaria essa função melhor?

Quanto ao sistema proposto, pode-se verificar que um professor entrevistado respondeu que esse sistema não faria diferença em suas atividades, mas concorda que o sistema biométrico é mais eficiente que o manual, inclusive diz que o manual não é eficiente e diz que o sistema biométrico seria bom caso o manual seja abolido. Talvez estivesse interpretando que mesmo com esse sistema tivesse que realizar a chamada como é feita atualmente. Já outro apesar de achar o

ISBN 978-85-87406-94-1

trabalho manual eficiente, concorda plenamente com a superioridade do sistema biométrico.

Questionário 3 – Respostas

Questionário 3	Resposta Gestor Auto-Escola Escola 1	Resposta Gestor Auto-Escola Escola 2	Resposta Gestor Auto-Escola Escola 3
1-Atualmente, que tipo de sistema a instituição utiliza para gerenciar seus dados?	Usamos um gerenciador que foi criado de acordo com nossas necessidades que funciona em rede na empresa	Sistema E-CNH-SP. Funciona de forma a integrar as atividades junto ao Detran, além de seu módulo biométrico que faz a frequência de alunos.	Utilizamos o sistema do Detran, é utilizado o sistema biométrico para realização de frequência.
2-No sistema, pode ter acesso a todos os dados da instituição facilmente?	sim	sim	Informação sim, solução não.
3-O sistema biométrico instalado na instituição, supri quais necessidades?	O sistema biométrico é utilizado para registrar entrada e saída de alunos junto ao Detran-SP	Cadastra o aluno junto ao Detran, faz frequência biometria, retira Laudo, marca aulas teóricas e práticas, retira certificado	As do Departamento Estadual de Trânsito e as dos detentores de uma empresa que não tem concorrência e, portanto ambos não dão muita atenção as nossas necessidades, bem como as do cidadão/aluno.
4-)Como era feita a autenticação/frequência/ ponto das pessoas que usufruem do sistema antes dele ser implementado?	Ela(a frequência) é feita de acordo com aulas ministradas. Acho que deveria ser manualmente.	Antigamente era feita com código de cada aluno. Os códigos eram enviados por aulas frequentadas	Manualmente.

ISBN 978-85-87406-94-1

5-)Antes da instalação do sistema, a instituição apresentava algumas dificuldades, como por exemplo inconsistência dos dados, ou demora no processo?	acho que seria menos eficiente na realização da frequência, e para manter os dados integrados junto ao Detran.	NÃO	Não. E normalmente prejudica o cidadão/aluno
6-)Você considera o método anterior de autenticação/frequência/ ponto inferior ao método atual?	Não tenho a informação, acho que seria menos eficiente.	Não sei se posso dizer inferior, mas possuía poucas informações	Não.
7-)Quais as vantagens/desvantagens que você vê na utilização do sistema atual em relação ao modelo anterior?	É mais eficiente .	Vantagens: possui todos os dados dos alunos e dos instrutores. Desvantagens: se o sistema estiver fora do ar não tem como fazer nada	Não há vantagens para nós. Quanto as desvantagens, instabilidade para começar. E normalmente prejudica o cidadão/aluno.
8-)Você considera soluções manuais tão eficientes quanto soluções tecnológicas?	Não, de acordo com fluxo que temos, as soluções tecnológicas são bem mais eficientes.	Sim	Sim e não. É preciso avaliar a real necessidade e o motivo. E o suporte deve ser mais “simpático” e eficiente.
9-)Você recomenda a implantação de um sist4ema parecido em instituições que não possuem tal sistema?	sim	Sim	Tomando como o exemplo o nosso caso, não.
10-)Quais as dificuldades e qual o investimento necessário para que uma instituição implante tal sistema?	As dificuldades são de achar um sistema que se adeque realmente as necessidades.	A dificuldade é que não é repassado para as demais instituições	Dificuldades são as mudança e adequação as necessidades, no nosso caso, o problema maior é

ISBN 978-85-87406-94-1

	Quanto ao custo, não possuo estas informações.	o modo como resolvem, ou não resolvem os problemas que sempre acontecem, pois não há uma perfeição, uma ordem que será alcançada sem problemas. Quedas de internet, problemas internos e toda sorte de outros possíveis problemas que podem e irão acontecer, o aluno fica com falta e tem que repor esta aula depois.

Ambas as Autoescolas se reportam ao sistema E-CNH-SP do Detran, que funciona de forma a integrar suas atividades junto ao Detran-sp. O sistema biométrico instalado em ambas serve para realizar a frequência biométrica dos alunos, marcar aulas e retirar laudos e certificados. Todas as atividades são feitas junto ao DETRAN, de forma que este venha verificar se as autoescolas estão cumprindo com suas tarefas. Há de se destacar uma certa insatisfação com o terceiro entrevistado.

Os entrevistados não têm muitas informações de como era antes da instalação do sistema, apenas um consegue responder esta questão. O segundo entrevistado diz que o sistema anterior possuía poucas informações, o que o torna inferior de certa forma, e o terceiro entrevistado nega a superioridade do sistema e ainda diz que o sistema prejudica o aluno, e apenas um diz que acha que o sistema é mais eficiente, O segundo entrevistado diz que as vantagens do sistema estão no acesso aos dados dos alunos e instrutores e as desvantagens aparecem quando o sistema está fora do ar e não da pra fazer nada. É por ai que podemos entender a insatisfação do terceiro entrevistado, visto que ele cita que o suporte precisa ser

ISBN 978-85-87406-94-1

mais eficiente e a instabilidade do sistema. O terceiro entrevistado mostra a insatisfação com o Detran, visto que o sistema apresenta quedas e o Detran não resolve seus problemas. Assim o aluno é prejudicado pelo sistema, o que acaba recaindo sobre eles as reclamações. Assim vemos que um sistema biométrico precisa estar em pleno funcionamento e ter uma boa equipe de suporte, pois falhas no sistema podem acontecer e prejudicar o trabalho dos funcionários.

Quanto a indicação do sistema e as dificuldades de implantação deste, 2 entrevistados disseram que recomendam o sistema, mas o terceiro entrevistado não recomenda. Foram citadas dificuldades da adequação do sistema as necessidades dos funcionários e a integração com outras instituições. A insatisfação do terceiro entrevistado tem de ser levadas em conta. Assim é visto que se um sistema biométrico não for bem gerenciado, pode trazer problemas ao invés de resolver.

Questionário 4 – Respostas

Questionário 4	**Resposta Professor 1**	**Resposta Professor 2**
1-Se não houvesse o sistema atual, o que isso influenciaria nas suas atividades?	Menos confiabilidade do cliente, dificuldade na organização dos clientes.	Em nada, a não ser pelo fato de que não teríamos tantos problemas.
2-Se não houvesse o sistema atual, isso ruim para suas atividades tendo em vista fatores como o tempo das aulas e preparação de conteúdos?	Não seria ruim, mas seria confuso para manter organizado.	Não, fora os problemas
3-Para acessar o sistema você utiliza biometria como senha? Você armazena dados no sistema?	Primeiramente para entrar no sistema é exigido um cartão com seus dados e colocamos uma senha. A biometria é só no momento de abrir as aulas e no fechamento delas.	Não é relevante, é apenas controle. Controle não nosso e sim do Detran.
4-Na aula o sistema ajuda a monitorar perfeitamente quem está frequentando as aulas?	Sim, tanto o dia e hora do começo e termino da aula	Sim.
5-Você considera trabalho	Sim.	Não

ISBN 978-85-87406-94-1

manual eficiente?		
6-Na sua visão, o sistema é benéfico?	Muito, pela organização das aulas e para o aluno que pode fiscalizar	Um mau necessário? Talvez. Quando não confiam em seu método de controle. E por acaso, se por força maior não for possível recolher dados biométricos, o órgão ou entidade responsável pelo armazenamento dos dados deveriam aceitar/acreditar/dar importância as nossas afirmações
7-Você concorda que a utilização da biometria é mais segura e eficiente do que a utilização de um método manual para realização de frequência/ponto/identificação de pessoas?	Concordo	Sim.
8-Há alguma desvantagem na utilização do sistema em relação a um método manual?	Não.	Apenas em parte. Para os fins aos quais somos obrigados a utilizar, não.
9-Você recomenda a implantação de um sistema parecido em instituições que não possuem tal sistema?	Recomendaria	Depende da instituição, no nosso caso o problema é que o sistema é em partes inconsistente e acaba prejudicando os alunos

Os entrevistados diferem de opiniões. Vale frisar que o segundo entrevistado é da mesma autoescola do terceiro entrevistado do questionário anterior, que apresentou grandes queixas ao sistema. Um diz que o sistema ajuda na organização e confiabilidade do sistema, outro diz que apenas traz problemas. O sistema biométrico das instituições é utilizado no abrir e fechar das aulas. Assim vemos que o segundo entrevistado não respondeu a pergunta fielmente, pois ele utiliza o sistema e focou-se apenas na parte dos problemas, o que é compreensível.

As vantagens do sistema em relação a um método manual foram citadas que o sistema ajuda a monitorar perfeitamente quem está frequentando as

ISBN 978-85-87406-94-1

aulas. O sistema é benéfico em relação a frequência, uma objeção do segundo entrevistado foi que quando não é possível a realização da biometria, o Detran deveria confiar na utilização de um método manual, vendo assim que a insatisfação dele em relação ao sistema pode estar no seu suporte ruim, visto que ao ficar fora do ar, acaba prejudicando o aluno por não poder realizar a frequência. Ambos concordam que sistemas biométricos são mais eficientes para realização da frequência.

O primeiro entrevistado aprova e recomenda o sistema, enquanto o segundo, devido aos problemas de suporte, acaba dizendo que o sistema é em partes inconsistente e prejudica os alunos.

6. CONCLUSÃO

Tecnologias que utilizam a biometria, tem se tornado os recursos mais solicitados de identificação de pessoas, devido a segurança e sua eficácia. Como pesquisado nas fontes, com a biometria, você é sua senha, fazendo com que a identificação de pessoas seja feita de maneira segura, diferente de quando são utilizadas senhas criptografadas e cartões para registro de identificação, pois senhas criptografadas podem ser esquecidas e ambos podem cair em mãos erradas. Em instituições de ensino, a utilização da biometria vem a gerar muitas vantagens, como o ganho do tempo do professor na preparação dos conteúdos, maior precisão e segurança dos dados, maior segurança a instituição, maior confiabilidade das pessoas, controle e automatização de tarefas. A pesquisa de campo realizada, buscou primeiramente verificar quais problemas e dificuldades a biometria poderia resolver para que o sistema elaborado no artigo pudesse ser proposto e avaliado pelos entrevistados. Em um segundo momento foram entrevistados gestores e professores de instituições que já possuem um sistema biométrico para verificar quais os impactos desse sistema nas instituições

Conforme visto, apenas um de dez entrevistados não concordou que o sistema biométrico é mais eficiente que um sistema manual de frequência e ainda está inferido que esta discordância se deve ao mau suporte e funcionamento que tem o sistema. Por isso é bom salientar que qualquer sistema deve ser bem gerenciado, se não pode se tornar um problema, assim como vemos com as

ISBN 978-85-87406-94-1

respostas do questionário referentes às autoescolas, o não funcionamento do sistema acarreta em deixar as tarefas paradas.

Com as pesquisas teóricas e a concordância dos entrevistados que um sistema biométrico é mais eficiente na pesquisa de campo, foi percebido as grandes vantagens que um sistema biométrico pode trazer para as instituições de ensino sendo maior organização, rapidez, segurança e controle, tornando esse tipo de sistema uma opção necessária para se substituir métodos ultrapassados.

REFERÊNCIAS

SILVA, K. B. da, & COUTINHO Pinheiro, C. R. (2009). Sistema Web para Controle de Atividades Educacionais. IESAM. Disponível em: http://www3.iesam-pa.edu.br/ojs/index.php/computacao/article/viewArticle/234 =.
Acesso em 09/09/2015.

DAVID, J., & BELO, M. (s.d.). Prospecção e Implantação de Tecnologia de Identificação. Disponível em:
https://mbelo.files.wordpress.com/2010/01/artigo_biometria_visual.pdf=. Acesso em 09/09/2015.

MORAN, J. M. (22 de Agosto de 2008). Gestão inovadora da escola com tecnologias. Disponível em:
http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/Site/documentos/espaco-virtual/espaco-edu-com-tec/artigos/gestao%20inovadora%20da%20escola%20com%20tecnologias.pdf =. Acesso em 09/09/2015.

VINHAIS Gutierrez, R. M., & Machado Alexandre, P. V. (Março de 2005). Complexo Eletrônico: Sistemas Integrados de Gestão. BNDES Setorial. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3344 =. Acesso em 09/09/2015.

FARIA, Alessandro de Oliveira. Biometria: Processamento de imagens capturadas em leitores de impressão digital. Disponível em: <http://www.linhadecodigo.com.br/artigo/1162/biometria-processamento-de-imagens-capturadas-em-leitores-de-impressao-digital.aspx >. Acesso em: 13 mar. 2012.

CHEMELLO, Emiliano. Ciência Forense: Impressões Digitais. Caxias do Sul, 2006. p.3. Disponível em:
< http://www.quimica.net/emiliano/artigos/2006dez_forense1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2012.
ALECRIM, Emerson. Introdução à Biometria. 2005. Disponível em: <http://www.infowester.com/biometria.php >. Acesso em 02 mar. 2012.

HEINEN, Milton Roberto; OSÓRIO, Fernando Santos. Biometria Comportamental: Pesquisa e desenvolvimento de um sistema de autenticação de usuários utilizando

ISBN 978-85-87406-94-1

assinaturas manuscritas. INFOCOMP Journal of Computer Science, v. 3, n. 2, p. 32-37, 2004.

SHIOSE, S. F., dos Santos, L. M., da Silva, D. V., Araujo, J. B., & Calvosa, M. V. D. SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO: ALTERNATIVA CONTEMPORÂNEA EFICAZ DE GERENCIAMENTO E PLANEJAMENTO PARA INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO.

SLAIBI CONTI, M.. A BIOMETRIA E A SEGURANÇA DE DADOS. REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS, América do Norte, 0, abr. 2012. Disponível em: http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=4pesquisa3&page=article&op=view&path%5B%5D=529&path%5B%5D=367. Acesso em: 14 Dez. 2015.

RIBEIRO, Vinicius Gadis, Jorge Rodolfo Silva Zabadal, and Victor H. Freitag. "QUAL É O CUSTO DO EMPREGO DAS TECNOLOGIAS DE SEGURANÇA NO MUNDO VIRTUAL?." Perspectivas Contemporâneas 2.2 (2007).

SANCHEZ, Marcos Paulo, Marcio Abud Marcelino, and Francisco José Grandinetti. "ESTUDO DA IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA POR IMPRESSÃO DIGITAL." *Revista Ciências Exatas* 21.2 (2015).

SOEIRO, Renan Rabelo, et al. "SISTEMA DE CONTROLE DE HORÁRIOS DE AULA UTILIZANDO LEITORES BIOMÉTRICOS."

CALABAIDE Junior, Miguel. “Biometria- Um Estudo Comparativo de Algoritmos de Reconhecimento de Impressões Digitais”. SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA INSTITUTO SUPERIOR TUPY (2006).Acesso em 20.05.2016.

CUNHA, Rodrigo. "Com a biometria, a senha somos nós." *Ciência e Cultura*60.1 (2008): 6-7.

GUGLINSKI, Vitor . “LEITURA SEQUENCIAL DE IMPRESSÕES DIGITAIS - diminuição de fraudes em sistemas biométricos”.2013.

ISBN 978-85-87406-94-1

INTERDISCIPLINARIDADE: contribuições da Psicologia na interface com o Direito e o Serviço Social

Lívia Costa Piantino (Uni-FACEF)
Aniely Cristina Romualdino (Uni-FACEF)
Tânia Cristina da Silva (Uni-FACEF)
Claudia Mazzer Rodrigues Palucci (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O trabalho interdisciplinar visa a obter a construção e a integração de diferentes áreas do conhecimento teórico e prático. Considerando-se que a Psicologia, o Serviço Social e o Direito são áreas que trabalham conjuntamente em contextos diversos, o presente artigo pretende abordar as interlocuções entre estas disciplinas.

O Serviço Social atua no âmbito das desigualdades sociais, direitos humanos e justiça social, sendo estes elementos fundamentais para a prática social. O Direito contribui com a organização das relações entre indivíduos e grupos na sociedade por meio das normas jurídicas. Em vista disso, acredita-se que a Psicologia possa contribuir de forma significativa para com essas áreas, favorecendo a compreensão dos indivíduos e suas demandas em uma perspectiva de totalidade.

Portanto, considera-se relevante promover reflexões acerca das possibilidades interdisciplinares entre Psicologia, Direito e Serviço Social, na direção da produção de saberes e práticas. Para tanto, pretende-se apresentar reflexões sobre a questão da interdisciplinaridade, as especificidades e os pontos de encontro entre as três áreas, destacando-se particularmente a Psicologia Social e Jurídica enquanto campos do saber psicológico que podem favorecer interfaces com as disciplinas em questão. Propõe-se também a apresentação do trabalho desenvolvido na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Unesp de Franca, com a finalidade de exemplificar a relevância e os desafios do trabalho interdisciplinar.

2. A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Interdisciplinaridade é o processo de ligação entre as disciplinas, o qual proporciona uma influência mútua entre as áreas. E para que a mesma ocorra, não

ISBN 978-85-87406-94-1

se trata de um processo de exclusão das especificidades das disciplinas, mas sim de comunicação entre elas, permitindo assim um processo de construção e de complementaridade.

> A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. (BRASIL,1999, p. 89)

Historicamente, a partir de movimentos estudantis, que tinham como objetivo deixar de lado o positivismo, e a consequente fragmentação do conhecimento, começou a surgir o conceito de interdisciplinaridade. O movimento interdisciplinar surgiu na Europa, mais especificamente na França e na Itália em meados da década de 1960, época em que surgiam movimentos estudantis que colocavam em discussão a necessidade de um novo estatuto para a universidade e para a escola (FAZENDA, 1994, p. 18). Esse movimento chegou ao Brasil ainda na década de 1960, já abordando temas de mudança e construção de novos paradigmas de ciência, o que interferiria nas grades escolares e seus currículos.

Segundo Thiesen (2008), no Brasil, o conceito de interdisciplinaridade chegou pelo estudo da obra de Georges Gusdorf, que afirmava ser a totalidade uma categoria básica das reflexões desta nova perspectiva teórica, a qual seguiu, inicialmente, dois enfoques: o epistemológico, iniciado pelo pensamento de Hilton Japiassú, primeiro autor de produção significativa sobre a temática; e o enfoque pedagógico, de acordo com as discussões de Ivani Fazenda. No campo da epistemologia tomava-se como alvo de estudo o conhecimento em sua produção, reconstrução e socialização; a ciência e seus paradigmas; e o método como mediação entre sujeito e realidade. Pelo viés pedagógico, as discussões giravam em torno de questões curriculares e de aprendizagem escolar.

Quando se fala em disciplinas, áreas do conhecimento, instantaneamente é pensado em especificidade, ou seja, essas disciplinas separadamente, específicas. A educação sofre resquícios da visão positivista, que fragmenta e impossibilita o entendimento do todo. O conhecimento sofre redução e fragmentação, e assim as disciplinas se tornam especialidades, sem que haja diálogo entre elas.

ISBN 978-85-87406-94-1

A interdisciplinaridade se desdobra para uma mudança de olhares, passando a não ver somente conteúdos distintos, mas a interação entre eles e como um pode integralizar o outro, proporcionando uma visão sistêmica.

Para Japiassu (1976, p.74): “A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”.

> Tendo em vista essas reflexões a interdisciplinaridade se realiza como uma forma de ver e sentir o mundo, de estar no mundo, de perceber, de entender as múltiplas implicações que se realizam, ao analisar um acontecimento, um aspecto da natureza, isto é, os fenômenos na dimensão social, natural ou cultural. É ser capaz de ver e entender o mundo de forma holística, em sua rede infinita de relações, em sua complexidade. (FORTES Clarissa apud 2015, p.9)

Considerando-se a relevância de conhecimentos e atuações interdisciplinares, este artigo traz uma visão voltada para o conjunto, para o interacional, articulando as áreas da Psicologia, do Direito e do Serviço Social, e ressaltando a necessidade das inter-relações entre elas.

3. A PSICOLOGIA NA INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL

A Psicologia encontra-se vinculada ao campo das Ciências Sociais, Humanas e também das Ciências da Saúde, sendo que suas raízes do conhecimento podem ser situadas na Filosofia, Sociologia e Biologia. Com o passar do tempo, vários pensadores expandiram seu olhar, fazendo com que essa ciência não estudasse o psiquismo do indivíduo isoladamente, mas sim em seu meio social e cultural.

Atualmente, é possível encontrar várias abordagens psicológicas que não tratam o sujeito em sua individualidade, mas em sua totalidade. Um exemplo a se citar são os grupos terapêuticos, que anteriormente tratavam os integrantes do grupo individualmente, e hoje tratam o grupo de um modo coletivo a partir das experiências de seus integrantes.

O viver em grupos permite o confronto entre as pessoas e cada um vai construindo o seu "eu" neste processo de interação, através de constatações de diferenças e semelhanças entre si e os outros. É neste processo que se

ISBN 978-85-87406-94-1

desenvolvem a individualidade, a identidade social e a consciência de si mesmo (LANE, 1981, p. 16).

A partir disso surge a Psicologia Social, a qual não estuda somente o psíquico, mas também o meio em que o indivíduo se encontra e como o mesmo se organiza.

> A Psicologia Social estuda a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para continuidade da sociedade. [...] a grande preocupação atual da Psicologia Social é conhecer como o homem se insere neste processo histórico, não apenas em como ele é determinado, mas principalmente, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade em que vive (LANE, 1985, p. 10).

O Serviço Social, por sua vez, em sete décadas de existência no Brasil e no mundo, ampliou e vem ampliando o seu raio ocupacional para todos os espaços e recantos onde a questão social eclode com repercussões no campo dos direitos, no universo da família, do trabalho e do “não trabalho”, da saúde, da educação, dos idosos, da criança e dos adolescentes, de grupos étnicos que enfrentam a investida avassaladora do preconceito, da expropriação da terra, questões ambientais resultantes da socialização do ônus do setor produtivo, da discriminação a indivíduos homossexuais, entre outras formas de violação dos direitos.

Partindo dessa perspectiva, o Serviço Social atua no âmbito das desigualdades sociais, em suas mais diversas formas de expressão, na busca de transformações sociais.

Observa-se que a Psicologia Social e o Serviço Social possuem uma ação recíproca no sentido de possibilitar o atendimento dos anseios e necessidades da população, podendo se favorecer de um trabalho interdisciplinar em que os princípios dos direitos humanos e da justiça social são elementos fundamentais.

É interessante, portanto, pensar sobre as possibilidades de construções teóricas e metodológicas que resultem da capacidade de diálogo das áreas em questão, na direção da construção de práticas interdisciplinares, uma vez que a Psicologia, mais especificamente a Psicologia Social, e o Serviço Social, com seus respectivos objetos de estudo, a saber, a natureza social do fenômeno psicológico e as expressões da questão social, encontram-se fortemente vinculadas,

ISBN 978-85-87406-94-1

permitindo uma melhor compreensão acerca da realidade social (BAREMBLITT, 1992).

4. A PSICOLOGIA E SUAS INTERLOCUÇÕES COM O DIREITO

As primeiras aproximações entre as áreas do Direito e da Psicologia se deram no âmbito do contexto penal. A Psicologia, então denominada Forense, referia-se às intervenções relacionadas à avaliação psicológica de acusados que pudessem apresentar transtornos mentais (LAGO et al, 2009).

A partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, e do Núcleo de Atendimento às Famílias (NAF) em 1997, as possibilidades de atuação do profissional de Psicologia foram se ampliando (LAGO at al, 2009).

Com estas aberturas no meio judiciário, a Psicologia foi aos poucos se estabelecendo neste contexto, o que não foi uma tarefa fácil para o psicólogo, visto que se trata de ambiente com procedimentos e vocabulário bastante específicos, muito distintos do mundo psicológico, solicitando um esforço deste profissional para se apropriar de tais aspectos e assim conseguir uma comunicação que se faça verdadeiramente eficaz e produtiva.

Além desta questão, os profissionais psicólogos tiveram ainda que alargar a sua atuação, não se restringindo mais à perícia criminal, recriando a sua presença neste meio.

> Seu trabalho tem sido, igualmente, o de informar, apoiar, acompanhar e dar orientação pertinente a cada caso atendido nos diversos âmbitos do sistema Judiciário. Há uma preocupação, praticamente inexistente antes, com a promoção de saúde mental dos que estão envolvidos em causas junto à Justiça, como também de criar condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização (MAIA, 2015).

A expansão de seus conhecimentos e práticas exigiu a concepção de uma denominação também mais abrangente para a área, podendo ser chamada de Psicologia Jurídica.

> Assim, a palavra “jurídica” torna-se mais abrangente por referir-se aos procedimentos ocorridos nos tribunais, bem como àqueles que são fruto da decisão judicial ou ainda àqueles que são de interesse do jurídico ou do Direito (FRANÇA, 2004, p. 74).

ISBN 978-85-87406-94-1

Os psicólogos jurídicos passaram a implementar formas de intervenção que contemplassem temas como cidadania, direitos humanos e saúde mental. Deste modo, o trabalho do psicólogo jurídico, na atualidade, diz respeito a um trabalho institucional e também de promoção de saúde, e exige deste uma vasta gama de conhecimentos que ultrapassam a questão psicopatológica e penal, e buscam dar visibilidade ao indivíduo existente por trás de um processo jurídico e oferecer a ele condições de se manter psicologicamente mais saudável diante de vivências possivelmente dolorosas.

O trabalho do psicólogo nestas questões é comumente desvalorizado, pois, as pessoas que estão em processo judicial solicitam uma resolução prática, objetiva e rápida de seus problemas, recorrendo à uma instância maior que lhe dê respaldo e lhe assegure seus direitos. É necessário, portanto, que o psicólogo tenha clareza de seu papel nesta situação, e consiga elucidar os aspectos subjetivos do problema apresentado em forma de demanda judicial (MAIA,2015).

Sendo assim, ressalta-se que a vinculação entre o Direito e a Psicologia apresenta fundamental importância, uma vez que possibilita práticas mais humanas e eficazes.

5. A UNIDADE AUXILIAR CENTRO JURÍDICO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PSICOSSOCIOJURÍDICA

Na prática profissional, a interdisciplinaridade vem se constituindo como um importante desafio a ser enfrentado, com a finalidade de promover serviços de melhor qualidade. Com o objetivo de exemplificar a relevância da busca por uma atuação interdisciplinar, apresenta-se a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Faculdade Ciências Humanas e Sociais da UNESP – Campus de Franca/SP.

Fundada em 1990 por iniciativa de docentes do Direito e do Serviço Social, e inaugurada em 1992, a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social oferece atendimento psicossociojurídico à população da comarca de Franca-SP. O acesso à assistência jurídica na unidade é definida pela hipossuficência financeira, ou seja, a população atendida encontra-se necessariamente em situação de vulnerabilidade social.

ISBN 978-85-87406-94-1

Além do atendimento psicossojurídico, a unidade também é campo de estágio para discentes de cursos de graduação em Direito, Serviço Social e Psicologia, e desenvolve projetos de extensão com a finalidade de informar a comunidade sobre seus direitos e deveres como cidadãos. Tais projetos de extensão abordam as temáticas: direitos da pessoa idosa, direitos previdenciários, direitos da mulher, família e mediação familiar.

As demandas da população que busca atendimento na unidade apresentam uma realidade complexa, exigindo a busca incessante pelo estabelecimento de uma atuação interdisciplinar. O desafio consiste na interação, reunião e troca dos saberes das três áreas atuantes na unidade, com a finalidade de possibilitar a compreensão da realidade social apresentada sem fragmentá-la.

A vivência da interdisciplinaridade tem sido considerada fundamental nesse contexto, tanto para o oferecimento de um atendimento mais adequado às demandas trazidas pelos usuários, como para o favorecimento de uma formação profissional mais consistente e humana.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo coloca em destaque a relevância da interdisciplinaridade e as possibilidades de contribuição da Psicologia, abordando as especificidades da ciência psicológica quando das suas aproximações ao Serviço Social e ao Direito. A Psicologia, em trabalho articulado com o Direito e o Serviço Social, possibilita que sejam também contempladas as demandas psicológicas, subjacentes às demandas jurídicas e sociais, evitando-se, assim, a judicialização de conflitos subjetivos e oferecendo outras formas de tratamento das questões.

A atuação interdisciplinar em contexto social e jurídico, como se dá na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, possibilita benefícios para as três áreas, em um movimento de reciprocidade. Ressalta-se, portanto, a importância do estabelecimento de diálogos entre os saberes, com a finalidade de complementaridade e de construção de práticas mais adequadas e humanas, e não reducionistas e parciais, de modo a possibilitar uma visão ampliada que, de fato, favoreça a efetivação do acesso aos direitos e da cidadania.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, Gregório. Compêndio de análise institucional e outras correntes – teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992

BORGES, Suselaine Faciroli. **Acesso à justiça**: desafios para o Serviço Social . Franca : UNESP, 2006.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Anotações sobre a Psicologia jurídica. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 32, p. 194-205, 2012 .

FAZENDA, Ivani. **Práticas interdisciplinares na escola**. (ORG.) coordenadora-2 ed. São Paulo: Cortez,1993.

FORTES, Clarissa Corrêa. **Interdisciplinaridade: origem, conceito e valor.** 2015. Disponível em < http://www.pos.ajes.edu.br/arquivos/referencial_20120517101423.pdf > Acesso 20/05/2016

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito.** Petrópolis: Vozes, 1995.

LAGO, Vivian de Medeiros et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de psicologia**. Campinas: vl. 26, p. 483- 491, 2009.

LANE, Silvia T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985. Disponível em < http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3257/Psicologia%20Social%20e%20Servi%C3%A7o%20Social.pdf?sequence=1 > Acesso 20/05/16

MAIA, Camila Yamaoka Mariz. **A trajetória da psicologia jurídica** / Camila Yamaoka Mariz Maia. – Cabedelo, PB: [s.n], 2015.

MAURER LANE, Sílvia T. **O que é Psicologia Social**. 1ª. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1981 Disponível em < http://www.webartigos.com/artigos/psicologia-e-servico-social-um-dialogo-inter-e-transdisciplinar/86454/ > Acesso 20/05/2016

OSORIO, L. C. **Grupoterapias: abordagens atuais.** Porto Alegre: Artmed, 2007. 176 p.

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2004 Disponível em < http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3257/Psicologia%20Social%20e%20Servi%C3%A7o%20Social.pdf?sequence=1 > Acesso em 20/05/2016

ISBN 978-85-87406-94-1

INVESTIGAÇÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DE MATAS CILIARES NA PORÇÃO PAULisTA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CANOAS – FRANCA-SP

Felipe Souza Gregorutti[42] (Uni-FACEF)
João Baptista Comparini (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

No futuro, os recursos hídricos globais tenderão a sofrer cada vez mais pressão. A demanda pela água está crescendo, e, ao mesmo tempo, espera-se que as mudanças climáticas ameacem a sua disponibilidade (UNESCO, 2012).

O Brasil é considerado um país com grande disponibilidade de água contando com, aproximadamente, 12% da água doce de todo o planeta. No entanto, a distribuição das fontes de água no território nacional não ocorre de forma equitativa, havendo regiões com superávit e, outras, com dificuldades para suprimento da demanda.

A cidade de Franca, por características decorrentes de sua localização geográfica e regime de chuvas, aliada a seu porte em termos populacionais, acaba por demandar soluções complexas e de custos cada vez mais elevados para o abastecimento público de água. Dessa forma, a proteção e a recuperação dos mananciais já utilizados são essenciais para o suprimento de água atual e futuro da cidade (SABESP, 2010).

Neste projeto de pesquisa, propõe-se investigar a necessidade de recomposição de matas ciliares na porção paulista da bacia hidrográfica do rio Canoas, em Franca-SP.

As matas ciliares são de grande importância para a proteção dos mananciais, e, sua ausência ou insuficiência, faz com que a água da chuva escorra na superfície do solo, não permitindo sua infiltração e armazenamento. Com isso, há uma redução da vazão de nascentes, e, consequentemente, de córregos, riachos e rios. É uma proteção natural contra o assoreamento e redução da disponibilidade; sem as mesmas, o processo erosivo nas margens transporta os solos para dentro dos rios, podendo tornar as águas barrentas, contaminadas, sem condições de uso,

[42] Bolsista IC – Uni-FACEF

ISBN 978-85-87406-94-1

além de dificultar a utilização dos cursos d'agua para navegação, devido ao grande acúmulo de material sedimentado no fundo.

Tendo em vista a importância do rio Canoas para o abastecimento público da cidade de Franca, propõe-se investigar a necessidade de recomposição de matas ciliares em suas margens e nas de seus afluentes, utilizando-se de ferramentas como o QGIS, software livre de Sistema de Informações Geográficas e imagens de satélite de alta resolução.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi inicialmente realizada uma busca na literatura, mais especificamente, a respeito da importância da recomposição de matas ciliares para os corpos d´água e legislação afeta ao tema, de forma a buscar-se o equacionamento para o problema proposto.

Concomitantemente, com a utilização de um software livre denominado Q-GIS, foi realizada a avaliação de imagens de satélite da bacia hidrográfica do Rio Canoas, disponibilizadas por órgão oficial, a fim de localizar e identificar as áreas que necessitam de recomposição com matas ciliares.

Por fim, foi realizada a estimativa da quantidade de árvores a ser plantada às margens do Rio Canoas e de seus afluentes localizados na porção paulista da bacia, fazendo-se, também, através da utilização de informações da literatura pesquisada, a indicação das espécies de árvores adequadas à região.

O projeto ainda prevê, antes de sua conclusão, a realização de visita em campo a alguns locais da bacia, para visualização, em escala real, da situação da cobertura vegetal em locais identificados nas imagens de satélite analisadas.

3. CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DAS MATAS CILIARES

Denomina-se como mata ciliar todo tipo de cobertura vegetal nativa, que se encontra às margens de rios, igarapés, lagos, represas, entre outros. O nome mata ciliar vem do fato de serem tão importantes para a proteção de rios e lagos, como são os cílios para nossos olhos:

ISBN 978-85-87406-94-1

> As matas ciliares estão presentes em todos os biomas brasileiros, do cerrado à Amazônia, passando pela Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga e Pampa, funcionando como uma esponja. A vegetação retém a água da chuva, liberando-a gradativamente para o lençol freático e o corpo d'água; sua existência torna-se fundamental para a qualidade da água dos rios e para a recarga dos aquíferos (SÃO PAULO, 2014, p. 7).

Apesar do alto índice de desmatamento, as matas ciliares se tornam grandes corredores ecológicos quando encontradas próximas a regiões de florestas e fazendas, pois os animais da região conseguem se locomover, o que também facilita a disseminação de sementes, ou seja:

> Corredores Ecológicos são áreas que unem os remanescentes florestais possibilitando o livre trânsito de animais e a dispersão de sementes das espécies vegetais. Isso permite o fluxo gênico entre as espécies da fauna e flora e a conservação dos recursos hídricos e do solo, além de contribuir para o equilíbrio do clima e da paisagem. Os corredores podem unir Unidades de Conservação, Reservas Particulares, Reservas Legais, áreas de Preservação Permanente ou quaisquer outras áreas naturais (PARANÁ, 2015).

Um dos aspectos mais importantes da preservação ou recomposição das matas ciliares é a sua atuação na retenção do solo, fazendo com que, caso haja a ocorrência de chuvas intensas, não ocorram deslizamentos de solo nas encostas dos rios.

A falta de preservação de matas ciliares pode implicar em diversas consequências prejudiciais, como:

Escassez da Água

A ausência da mata ciliar faz com que a água da chuva escoe sobre a superfície, não permitindo sua infiltração e armazenamento no lençol freático. Com isso, reduzem-se as nascentes, os córregos, os rios e os riachos.

Erosão e Assoreamento

A mata ciliar é uma proteção natural contra o assoreamento. Sem ela, a erosão das margens leva terra para dentro do rio, tornando-o barrento e dificultando a entrada da luz solar.

Pragas na Lavoura

A ausência ou a redução da mata ciliar pode provocar o aparecimento de pragas e doenças na lavoura e outros prejuízos econômicos às propriedades rurais.

Qualidade da Água

A mata ciliar reduz o assoreamento dos rios, deixa a água mais limpa, facilitando a vida aquática.

ISBN 978-85-87406-94-1

Impede a Formação de Corredores Naturais

Essas áreas naturais possibilitam que as espécies, tanto da flora, quanto da fauna, possam se deslocar, reproduzir e garantir a biodiversidade da região (PARANÁ, 2015).

Na região sudeste, há diversos tipos de vegetação nas áreas de matas ciliares. Na figura abaixo, é ilustrado um dos tipos de mata ciliar encontrada na região sudeste, na qual é possível observar a vegetação rasteira e suas árvores, formando o que se denomina de galerias.

Figura 1 - Exemplo de Mata Ciliar na Região Sudeste



Fonte: (ECOPLANTAR, 2016).

Em vista da importância das matas ciliares, é imprescindível sua preservação, ou, recuperação nos locais onde foram degradadas.

3.1. O Que Diz o Código Florestal Brasileiro

Devido à grande importância das matas ciliares, sua proteção e preservação devem atender a regras estabelecidas em lei, mais especificamente, no Código Florestal Brasileiro, conforme segue.

O Código Florestal Brasileiro foi criado pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Após algumas décadas, o código passou a ser regulado pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Mas, em outubro do mesmo ano, ele foi alterado pela Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Independentemente de suas alterações, nele são estabelecidos limites de uso da propriedade, que deve respeitar

ISBN 978-85-87406-94-1

a vegetação existente na terra, considerada bem de interesse comum a todos os habitantes do Brasil (PARANÁ, 2015).

No que diz respeito às matas ciliares, o código florestal impõe algumas condições relacionadas à sua proteção e preservação.

Segundo o Código Florestal Brasileiro deve-se manter intocada, e caso esteja degradada deve-se prever a imediata recuperação, toda a vegetação natural (arbórea ou não) presente ao longo das margens dos rios, e ao redor de nascentes e de reservatórios, deve ser preservada. De acordo com esta lei, a largura da faixa de mata ciliar a ser preservada está relacionada com a largura do curso d'água (PARANÁ, 2015).

De acordo com o artigo 2° desta lei, a largura da faixa de mata ciliar a ser preservada está relacionada com a largura do curso d'água. A tabela a seguir, apresenta as dimensões das faixas de mata ciliar em relação à largura dos rios, lagos, ou represas.

Tabela 1: Medidas Estabelecidas pelo Código Florestal

Situação	**Largura Mínima da Faixa**
Rios com menos de 10 m de largura	30 m em cada margem
Rios com 10 a 50 m de largura	50 m em cada margem
Rios com 50 a 200 m de largura	100 m em cada margem
Rios com 200 a 600 m de largura	200 m em cada margem
Rios com largura superior a 600 m	500 m em cada margem
Nascentes	Raio de 50 m
Lagos ou reservatórios em áreas urbanas	30 m ao redor do espelho d'água
Lagos ou reservatórios em zona rural, com área menor que 20 há	50 m ao redor do espelho d'água
Lagos ou reservatórios em zona rural, com área igual ou superior a 20 há	100 m ao redor do espelho d'água
Represas de hidrelétricas	100 m ao redor do espelho d'água

Fonte: (ÁRVORES BRASIL, 2016)

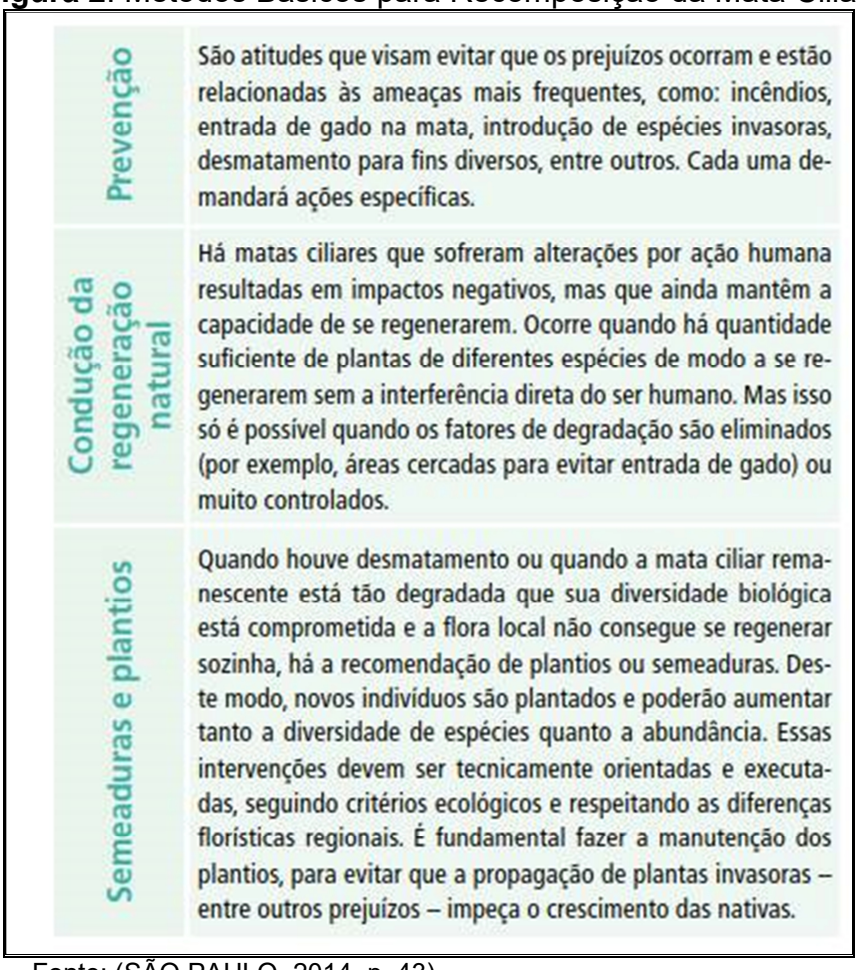
ISBN 978-85-87406-94-1

Sendo assim, fica sob a responsabilidade do proprietário da área em que o corpo d'agua está inserido, a manutenção ou recomposição das matas ciliares, nas faixas marginais definidas no código florestal.

4. MÉTODOS DE RECOMPOSIÇÃO DE MATA CILIAR

Três métodos são apontados para a manutenção e recomposição das matas ciliares: prevenir, para que não haja desgaste na mata; a sua regeneração natural; e, em último caso, a sua reconstituição através do plantio, com a seleção de espécies de plantas para a região a ser recomposta. A figura a seguir descreve, resumidamente, esses métodos básicos recomendados.

Figura 2: Métodos Básicos para Recomposição da Mata Ciliar.



Prevenção	São atitudes que visam evitar que os prejuízos ocorram e estão relacionadas às ameaças mais frequentes, como: incêndios, entrada de gado na mata, introdução de espécies invasoras, desmatamento para fins diversos, entre outros. Cada uma demandará ações específicas.
Condução da regeneração natural	Há matas ciliares que sofreram alterações por ação humana resultadas em impactos negativos, mas que ainda mantêm a capacidade de se regenerarem. Ocorre quando há quantidade suficiente de plantas de diferentes espécies de modo a se regenerarem sem a interferência direta do ser humano. Mas isso só é possível quando os fatores de degradação são eliminados (por exemplo, áreas cercadas para evitar entrada de gado) ou muito controlados.
Semeaduras e plantios	Quando houve desmatamento ou quando a mata ciliar remanescente está tão degradada que sua diversidade biológica está comprometida e a flora local não consegue se regenerar sozinha, há a recomendação de plantios ou semeaduras. Deste modo, novos indivíduos são plantados e poderão aumentar tanto a diversidade de espécies quanto a abundância. Essas intervenções devem ser tecnicamente orientadas e executadas, seguindo critérios ecológicos e respeitando as diferenças florísticas regionais. É fundamental fazer a manutenção dos plantios, para evitar que a propagação de plantas invasoras – entre outros prejuízos – impeça o crescimento das nativas.

Fonte: (SÃO PAULO, 2014, p. 43)

O primeiro diz respeito a atitudes de prevenção, como forma de evitar incêndios e outras ameaças que possam prejudicar a mata ciliar existente e sua funcionalidade.

ISBN 978-85-87406-94-1

O segundo método, é a condução da regeneração natural, que resulta em uma reconstituição da mata que foi prejudicada através de uma ação humana ou não.

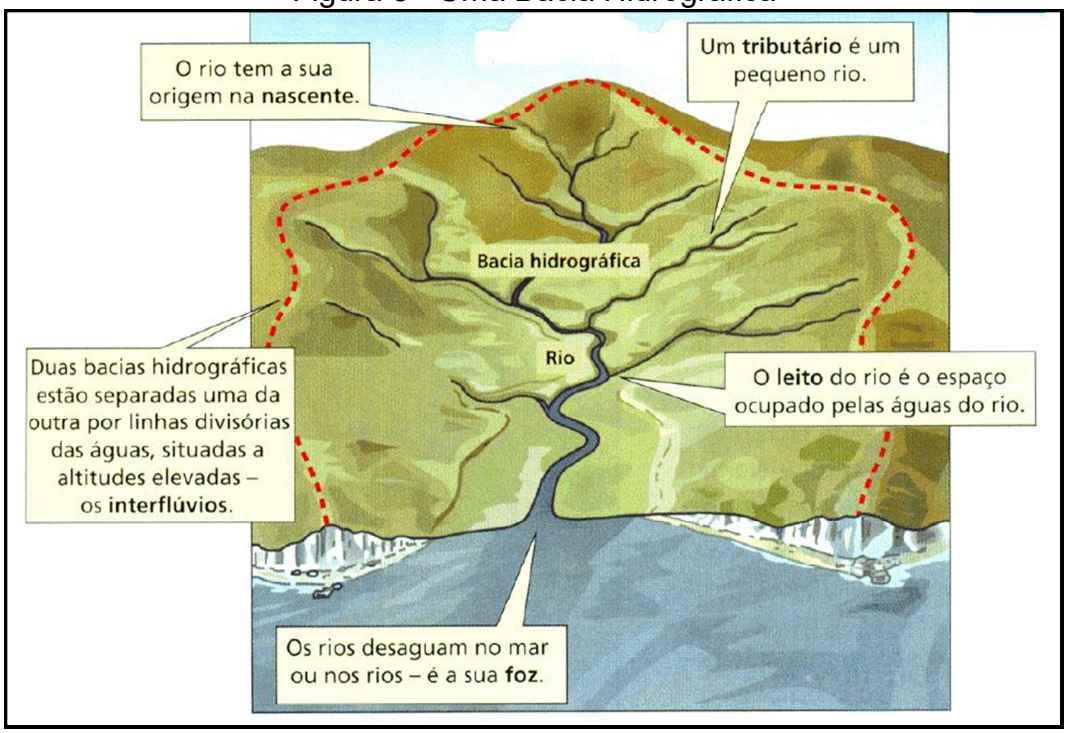
Por último, a atuação para a recomposição das matas ocorre através de semeaduras e plantios.

Do que foi exposto, é possível verificar-se o quão importante são as matas ciliares e o quanto é necessária sua preservação ou recomposição, pelos efeitos ambientais positivos e mitigação de danos aos corpos d´água.

5. A IMPORTÂNCIA DO RIO CANOAS PARA O ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DA CIDADE DE FRANCA

Para falar sobre a importância da bacia hidrográfica do Rio Canoas para a cidade de Franca, é necessário, primeiramente, definir-se o significado de bacia hidrográfica: uma área territorial na qual a água escoa para um único ponto de saída, conhecido como seção de controle. Sendo que todos os corpos d´água que nascem nas cabeceiras de uma bacia fluem para a seção de controle, também conhecida como exutório ou foz da bacia, conforme pode ser observado na figura a seguir.

Figura **3** - Uma Bacia Hidrográfica



Fonte: (NOWATZKI, 2016).

ISBN 978-85-87406-94-1

O município de Franca se localiza na região nordeste do estado de São Paulo, a uma distância de 400 km da capital paulista. Por ser um dos municípios mais altos do estado de São Paulo, com aproximadamente 996 m de altitude, a captação de água para o abastecimento público sempre foi motivo de muitos estudos e investimentos, pois, por se tratar de uma cidade localizada em um planalto, seus afluentes mais próximos para captação, além de distantes da área urbana, estão localizados em cotas bastante inferiores.

Em virtude da acelerada urbanização verificada no município, e as dificuldades na captação de água para abastecimento em mananciais próximos, "*A situação do abastecimento de água da cidade na década de 70 era totalmente caótica. Os mananciais supridores eram pequenos córregos no entorno da cidade cujo aproveitamento datava do início da década de 50 e o Ribeirão Pouso Alegre, o de maior porte, cujo sistema foi implantado no início da década de 60. Em 1980 a população urbana era de 143.125 habitantes, o que demandava uma capacidade de produção de água da ordem de 400 l/s. No entanto, a capacidade máxima era de 300 l/s ficando reduzida a 150 l/s nos períodos de estiagem. Ou seja, vivia-se uma situação insustentável*" (SABESP, 2010).

A solução para a época era a implantação e construção do Sistema de Produção de Água do Rio Canoas, pois esse era o manancial mais próximo da cidade que seria capaz de fornecer a vazão necessária para suprir as necessidades.

O sistema foi implantado entre os anos de 1979 e 1983, entrando em operação em 1984. Algumas características do sistema de produção de água do Rio Canoas, para abastecimento de Franca, são:

- Manancial: Rio Canoas;
- Ponto de captação: imediatamente a jusante da foz do Ribeirão do Onça;
- Distância até o centro de distribuição: 14,7 km;
- Altura geométrica em relação ao centro de distribuição: 340 m;
- Potência total instalada (equipamentos de bombeamento): 9.300 CV (SABESP, 2010).

Dadas as dificuldades de obtenção de água em mananciais no município, diversos mecanismos foram instituídos, legais ou administrativos, visando à proteção do Rio Canoas para o abastecimento da cidade de Franca. Dentre eles,

ISBN 978-85-87406-94-1

cabe destacar as leis municipais que tratam das possibilidades de parcelamento do solo na bacia hidrográfica e outras questões, impedindo sua ocupação desenfreada e desordenada em vista do cenário de urbanização acelerada (Lei nº 4.240/92 e Lei nº 4.420/94).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema relativo à recomposição de matas ciliares, como visto, é de grande importância e abrangência. Não somente no que se refere a questões ligadas à quantidade e de qualidade das águas de mananciais para suprimento das demandas, mas também, na manutenção da navegabilidade dos rios, na preservação da fauna por meio de sua função de formação de corredores ecológicos, dentre outras.

No caso específico deste projeto, as matas ciliares na bacia do Rio Canoas revestem-se de enorme importância, tendo em vista a função deste manancial para o abastecimento público de água, atual e futuro, da cidade de Franca.

Dessa forma, o diagnóstico da situação atual no que diz respeito à identificação das áreas onde a recuperação das matas ciliares se faz necessária nas margens dos corpos d´água da bacia do Rio Canoas, bem como, a estimativa da quantidade de árvores e serem respostas, constituem um primeiro passo objetivo na direção de viabilizar, ao longo do tempo, a implantação das medidas necessárias à proteção deste importante curso d´água.

REFERÊNCIAS

ÁRVORES BRASIL. Disponível em http://www.arvoresbrasil.com.br/?pg=reflorestamento_mata_ciliar>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016, às 18h.

BACIAS HIDROGRÁFICAS. Disponível em <https://engenhariacivilfsp.files.wordpress.com/2014/03/baciashidrograficas.pdf>. Acessado em 05 de setembro de 2015, às 12h03.

ECOPLANTAR. MATAS CILIARES. Disponível em <https://ecoplantar.wordpress.com/2011/03/14/a-importancia-das-matas-ciliares/>. Acessado em 10 de março de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

NOWATZKI, A. BACIAS HIDROGRÁFICAS. Disponível em <*http://professoralexeinowatzki.webnode.com.br/hidrologia/bacias-hidrograficas/*>. *Acessado em 04 de fevereiro de 2016.*

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; GONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, M.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sutentável. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei no. 9.433. de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm. Acessado em 3 de novembro de 2015,às 17h33.

CPT. Código Florestal Brasileiro – Cadastro. 2016. Disponível em: <http://www.cpt.com.br/codigo-florestal/codigo-florestal-brasileiro-do-cadastro-ambiental-rural>. Acessado em 10 de fevereiro de 2015, às 10h.

FILHO, Jugurta Lisboa; IOCHPE, Cirano. Introdução a Sistemas de Informações Geográficas com Ênfase em Banco de Dados. 10ª Escuela de Ciencias Informáticas, Departamento de Computación, Universidad de Buenos Aires, Argentina, 1996.

FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih; FERREIRA, Natália Bonora Vidrih. Gabriel Luis. Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XIII, 2006, Bauru. Anais... Bauru: 2006.

PARANÁ. Programa Mata Ciliar – Perguntas Frequentes, 2015. Disponível em < http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=220> . Acessado em 12 de fevereiro de 2015, às 22h.

PORTAL EDUCAÇÃO. Disponível em <http://www.educacao.cc/ambiental/agua-no-brasil-e-no-mundo/>. Acessado em 6 de dezembro de 2015 às 13h.

QGISBrasil. Disponível em <http://qgisbrasil.org>. Acessado em 26 de março de 2016 às 20h30.

SABESP. Relatório de solicitação de outorga - Sistema Produtor do Rio Canoas. Franca, 2010.

SÃO PAULO. Secretaria do meio ambiente. Cadernos de Educação ambiental: matas ciliares. 2ª edição. 2014.

SEBRAE. SOFTWARE. Disponível em < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/O-que-é-software-livre-e-

ISBN 978-85-87406-94-1

quais-as-vantagens-em-usá–lo-na-sua-empresa>. Acessado em 20 de março de 2016.

Secretária do estado do meio ambiente e de recursos hídricos. Disponível em <http://www.semarh.se.gov.br/comitesbacias/modules/tinyd0/index.php?id=23>. Acessado em 5 de dezembro de 2015 às 12h08.

UNESCO. Relatório mundial das nações unidas sobre o desenvolvimento dos recursos hídricos 4. United Nations World Water Assessment Programme. 2012.

ISBN 978-85-87406-94-1

INVESTIGAÇÃO DO USO DE SCRUM EM FRANCA E REGIÃO

Arthur Emiliano de Queiroz[43] (Uni-FACEF)
Daniel Facciolo Pires (uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO.

SCRUM é um modelo de desenvolvimento de software ágil utilizado para o auxilio da gerencia e equipe de desenvolvimento. Sua estrutura é dividida em pequenas equipes trabalhando de forma independente, porém mantendo sua intensidade de forma a realizar pequenas entregas do produto final em curtos períodos de tempo. O termo *SCRUM* vem da formação de *Rugby*, que é feita toda vez que o jogo recomeça unindo toda a equipe e passando as novas táticas para que as jogadas possam ser executadas com sucesso, como mostra *Margaret Rouse* em seu artigo.

> Scrum is an agile software development model based on multiple small teams working in an intensive and interdependent manner. The term is named for the scrum (or scrummage) formation in rugby, which is used to restart the game after an event that causes play to stop, such as an infringement. (ROUSE, 2007, online).

Segundo *Margaret Rouse*, o *SCRUM* emprega processos de tomada de decisões em tempo real, a partir de eventos e informações fundamentados em ocorrências atuais da empresa ou projeto, tornando-se um framework adaptável, para a organização ou produto, visando manter o desempenho e qualidade necessária, por seguir as regras e estruturas de formações de equipes, comportamentos diários e entregas parciais, possibilitando que as equipes trabalhem juntas de forma constante e focando no interesse em comum da organização.

> Scrum employs real-time decision-making processes based on actual events and information. This requires well-trained and specialized teams capable of self-management, communication and decision-making. The teams in the organization work together while constantly focusing on their common interests. (ROUSE, 2007, online).

Esta pesquisa tratou de realizar um estudo sobre o *SCRUM* para adquirir conhecimento sobre a área e permitir a aplicação de um questionário em

[43] Bolsista IC – Uni-FACEF

ISBN 978-85-87406-94-1

empresas de desenvolvimento de software em Franca e região para melhorar a compreensão de como estas organizações trabalham diariamente e alcançam conclusões utilizando como base seu desempenho, número de funcionários e *framework,* comparando estes dados com os dados já existentes que foram previamente relatados em obras e periódicos.

Através da resposta do questionário, do estudo teórico de metodologias de desenvolvimento e gerência foi possível entender como estas empresas estão trabalhando e comparar seu desempenho em vários quesitos como seu tamanho, se elas já utilizaram *SCRUM* alguma vez e quais os resultados alcançados.

No final desta pesquisa foi possível compreender como o *SCRUM* funciona na teoria e como ele é aplicado em empresas de desenvolvimento de software de Franca e região conforme a realidade em que essas empresas trabalham, assim como a obtenção de dados opostos quanto a quais outros métodos estão sendo utilizados no lugar de ou em conjunto com o *SCRUM*, possibilitando então um breve estudo sobre as vantagens, desvantagens e funcionamento destes métodos, pois outras metodologias além do *SCRUM* também são válidas e trazem resultados para as empresas que as utilizam.

Dados como estes são valiosos já que permitiram um entendimento das empresas e organizações de Franca e região com uma visão mais prática de como os *frameworks* estão sendo usados para desenvolvimento de software nesta região e ao mesmo tempo coletando dados relevantes para pesquisas futuras.

1.1. Justificativa.

A justificativa desta investigação foi poder estudar e entender quais as empresas de Franca e região que estão utilizando o *SCRUM* para desenvolver software ou quais outras metodologias e entender quais resultados atingem, assim tendo uma visão real de como essa localidade esta realizando seu trabalho de criação de software em conjunto com os diversos *frameworks* que existem no mercado.

Estes dados e conclusões coletadas da investigação possuem valor já que é possível analisar elementos reais com base em valores práticos coletados de empresas que utilizam estes *frameworks* para trabalho diário e dependem dos

ISBN 978-85-87406-94-1

mesmos para auxiliar seu processo de desenvolvimento de software, além de empregar especialistas para garantir a aplicação destas regras e ao mesmo tempo esperando conseguir de seus profissionais máximo desempenho em seu trabalho cotidiano.

1.2. Objetivos da Pesquisa.

O primeiro objetivo desta pesquisa foi realizar uma investigação de teor teórico sobre a metodologia de desenvolvimento e gerência de software *SCRUM* podendo conhecer afundo seus processos e regras, além de permitir a compreensão de suas vantagens e desvantagens, de modo a entendermos melhor como este *framework* pode ser aplicado diariamente para melhorar o desempenho de equipes de desenvolvimento de software em seu trabalho.

Uma das etapas desta pesquisa foi a elaboração e aplicação de um questionário em empresas de desenvolvimento de software em Franca e região que realizou uma coleta de dados para que então os mesmos pudessem ser analisados e processados na conclusão, estudando o tamanho da empresa, se eles usam *SCRUM* e que tipo de desempenho eles alcançam com o método de desenvolvimento de software atual mesmo que não fosse o *SCRUM.*

Com os dados coletados foi possível realizar uma tabulação dos mesmos para que no futuro uma análise mais profunda pudesse ser realizada, já que nas informações coletadas temos dados suficientes para analisar metodologias diferentes de *SCRUM* e estudar as vantagens e desvantagens das mesmas.

1.3. Problemas de Pesquisa

O *SCRUM* é um *framework* de desenvolvimento de software que conta com regras e uma formação ágil composta de *dailys* e *Sprints* e uma estrutura de equipes leve que precisa ser seguida para que a empresa possa usufruir de suas vantagens: precisa-se de um *SCRUM Master* experiente e um *Product Owner* que compreenda a importância de seu papel.

No entanto é possível constatar que na realidade algumas empresas apenas aparentam utilizar *SCRUM*, falhando em manter sua estrutura, fazendo suas

ISBN 978-85-87406-94-1

dailys de forma equívoca, com equipes pesadas com muitos integrantes, ignorando os tempos da estrutura, ou até mesmo pulando etapas e sem seguir a formação hierárquica de equipes necessária para que o projeto ocorra com o máximo de eficiência.

> Doing Scrum, or Pretending to Do Scrum?
> Scrum's relentless reality checks expose dysfunctional constraints in individuals, teams, and organizations. Many people claiming to do Scrum modify the parts that require breaking through organizational impediments and end up robbing themselves of most of the benefits. (JAMES, 2014, online).

Entretanto quando estes mesmos *frameworks,* que foram projetados para auxiliar o desenvolvimento de software e deixa-los mais adequados e rápidos, ao serem aplicados de forma incorreta impactam em prazos, qualidade e preços do projeto, afetando todos os envolvidos de forma drástica, podendo chegar ao potencial de cortes de projetos onde algumas de suas partes ou etapas podem canceladas, criando um risco real de a proposta original não ser concluída: o projeto deixa de possuir um começo, um meio e um final realistas.

2. METODOLOGIA UTILIZADA.

Inicialmente, foram realizadas pesquisas bibliográficas em artigos de periódicos e de anais de congressos para estudar de forma significativa os conceitos e benefícios do *SCRUM*.

Foi criado um formulário com perguntas que foram distribuídas em empresas em Franca e região sobre o tema de *SCRUM* e metodologias de desenvolvimento de software e gerência, assim como suas vantagens e se seu uso ocorre. Os dados das respostas dos formulários foram compilados para permitir novas analises e conclusões detalhadas. Portanto neste trabalho foram utilizados dois métodos de pesquisa: metodologia qualitativa e por fim, a metodologia quantitativa.

2.1. Métodos Qualitativos.

A pesquisa qualitativa é primariamente um formato exploratório de investigação utilizada para obtermos: razões, opiniões e motivações. Fornece visões

ISBN 978-85-87406-94-1

sobre o problema ou ajuda a desenvolver ideias ou hipóteses para o potencial da investigação quantitativa. A pesquisa qualitativa também é usada para descobrir tendências sobre pensamentos ou opiniões e mergulhar de forma mais profunda no problema. Os métodos de coleta de dados qualitativos variam de técnicas não estruturadas ou semiestruturadas. Alguns métodos comuns incluem grupos focais, entrevistas individuais além de poder conter participações especiais e observações ou agentes observadores. O tamanho da amostra é tipicamente pequeno e os entrevistados são selecionados para cumprir uma determinada quota.

> Qualitative Research is primarily exploratory research. It is used to gain an understanding of underlying reasons, opinions, and motivations. It provides insights into the problem or helps to develop ideas or hypotheses for potential quantitative research. Qualitative Research is also used to uncover trends in thought and opinions, and dive deeper into the problem. Qualitative data collection methods vary using unstructured or semi-structured techniques. Some common methods include focus groups (group discussions), individual interviews, and participation/observations. The sample size is typically small, and respondents are selected to fulfill a given quota. (Susan, Online, 2011).

Durante esta pesquisa, este método de pesquisa foi utilizado de forma exploratória, desenvolvendo novas ideias e hipóteses sobre o tema, auxiliando tanto durante a pesquisa quanto durante a criação do questionário, onde foi necessária a aplicação do conhecimento que foi adquirido durante a pesquisa para montar e qualificar os dados obtidos do questionário.

2.2. Métodos Quantitativos.

A pesquisa Quantitativa é usada para quantificar problemas, por meio da geração e coleta de dados numéricos ou dados que possam ser transformados em estatísticas utilizáveis. Esta metodologia é usada para quantificar atitudes, opiniões, comportamentos e outras variáveis definidas, e generalizar resultados a partir de uma amostra da população maior. A pesquisa Quantitativa usa dados mensuráveis para formular fatos e descobrir padrões em pesquisa. Métodos de coleta de dados quantitativos são muito mais estruturados do que os métodos de coleta de dados qualitativos. Métodos de coleta de dados quantitativos incluem variadas formas de pesquisas, como por exemplo: pesquisas on-line, pesquisas de

ISBN 978-85-87406-94-1

papel, pesquisas móveis e pesquisas face a face, entrevistas, estudos longitudinais, interceptores de site, surveys on-line de opiniões e observações sistemáticas.

> Quantitative Research is used to quantify the problem by way of generating numerical data or data that can be transformed into useable statistics. It is used to quantify attitudes, opinions, behaviors, and other defined variables – and generalize results from a larger sample population. Quantitative Research uses measurable data to formulate facts and uncover patterns in research. Quantitative data collection methods are much more structured than Qualitative data collection methods. Quantitative data collection methods include various forms of surveys – online surveys, paper surveys, mobile surveys and kiosk surveys, face-to-face interviews, telephone interviews, longitudinal studies, website interceptors, online polls, and systematic observations. (Susan, Online, 2011).

Com a utilização deste método de pesquisa, foi desenvolvido um questionário online para avaliar o uso do SCRUM nas empresas de desenvolvimento de software em franca e região e então, os resultados deste questionário foram quantificados através do uso desta metodologia para que dados obtidos se tornassem resultados matemáticos e mensuráveis passando então a serem dados estatísticos utilizáveis para a pesquisa, tanto no momento, quanto no futuro para realizarmos outras conclusões com outros métodos de pesquisa.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

3.1. Scrum.

O *SCRUM* trata-se de um *Framework* de gestão leve, estruturado e objetivo. Leve, pois dispõe de equipes de cinco a sete pessoas, sendo que cada equipe é organizada utilizando papeis definidos como: *SCRUM master*, *product owner* e desenvolvedores, assim como esta equipe segue rotinas para encontros diários chamados de *Daily*, em que cada pessoa deve decorrer sobre o que fez no dia anterior e o que fará naquele dia além de relatar problemas e impedimentos que podem existir em suas tarefas.

O *SCRUM* é uma metodologia que segue o costume de seguir uma interface para relatar problemas, ou tarefas de cada desenvolvedor usando ferramentas como *Kanban* e organizadores de trabalho online. É curto de forma a

ISBN 978-85-87406-94-1

trabalhar com maior eficiência utilizando tamanhos fixos de uma a duas semanas e medindo seu progresso usando Sprint ou corridas, que visam construir neste período de tempo, de no máximo um mês, um produto incrementável, funcional e que foi testado seguindo padrões do cliente ou *product owner* e mantendo um alto nível de qualidade, assim como mostra o autor do artigo e cartão de referência de *SCRUM Michael James*.

> A Management Framework
>
> Scrum is a management framework for incremental product development using one or more cross-functional, self-organizing teams of about seven people each.
>
> It provides a structure of roles, meetings, rules, and artifacts. Teams are responsible for creating and adapting their processes within this framework.
>
> Scrum uses fixed-length iterations, called Sprints, which are typically 1-2 weeks long (never more than 30 days). Scrum teams attempt to build a potentially shippable (properly tested) product increment every iteration. (JAMES, 2014, online).

Para o uso adequado de um Framework como o de *SCRUM* é necessário seguir os passos como os apresentados por *Margaret Rouse* no guia essencial de *SCRUM*, que são:

- Inicialmente apontar um gestor de projeto chamado de *SCRUM Master.*
- Definir e priorizar as tarefas a serem feitas.
- Encontros diários entre as equipes já que mais de uma equipe pode estar envolvida no mesmo projeto utilizando a mesma metodologia e o mesmo *SCRUM master* conhecido também como *SCRUM* de *SCRUM*.
- Execução do projeto em seções curtas e frequentes de trabalho, porem de alta intensidade.
- Abertura para construir criticismo e ideias para melhora dentro do projeto e equipe.

> The scrum concept was introduced by Hirotaka Takeuchi and Ikujiro Nonaka in a 1986 article in The Harvard Business Review, "The New New Product Development Game" The original context was manufacturing. Jeff Sutherland, John Scumniotales and Jeff McKenna are credited with adopting, implementing and documenting the model for software development at Easel Corporation in 1993. In 1995, Ken Schwaber presented an influential white paper at OOPSLA, "SCRUM Development Process."(ROUSE, 2007, online).

ISBN 978-85-87406-94-1

3.2. Papéis de *SCRUM.*

No *SCRUM* existem papéis que são bem definidos e estruturados, cada pessoa é responsável por sua função e tem a sua importância assim como estão submetidas a sua rotina diária que devem seguir de *SCRUM* porem estas equipes devem manter um total de sete membros.

Product owner.

O *Product Owner* precisa ser uma única pessoa responsável por maximizar o retorno do investimento inicial, ou seja, conseguir lucros e resultado financeiro a partir do seu investimento inicial, responsável pela visão do produto, prioriza e ajusta os objetivos da equipe, é o juiz final de discussões, e decide se o produto está pronto para o envio, deve aceitar ou recusar novos atributos, dentre outras obrigações, como é apresentado no cartão de referencias de *SCRUM* por *Michael James*.

> Product Owner
> Single person responsible for maximizing the return on investment (ROI) of the development effort
> Responsible for product vision
> Constantly re-prioritizes the Product Backlog, adjusting any longterm expectations such as release plans
> Final arbiter of requirements questions
> Accepts or rejects each product increment
> Decides whether to ship
> Decides whether to continue development
> Considers stakeholder interests
> May contribute as a team member. (JAMES, 2014, online).

3.3. SCRUM Equipe de Desenvolvimento.

A equipe de desenvolvimento *SCRUM* é uma equipe que precisa ter domínio em vários tipos de habilidades, como testes, ser auto-organizada, sem dependência exterior, autonomia independente de como é seu compromisso, intensamente colaborativo, e um numero de membros entre três e sete no total assim como mostra *Michael James* em seu trabalho.

> Scrum Development Team
> Cross-functional (e.g., includes members with testing skills, and often others not traditionally called developers: business analysts, domain experts, etc.) Self-organizing / self-managing, without externally assigned roles
> Negotiates commitments with the Product Owner, one Sprint at a time
> Has autonomy regarding how to reach commitments
> Intensely collaborative
> Most successful when located in one team room, particularly for the first few Sprints

ISBN 978-85-87406-94-1

> Most successful with long-term, full-time membership. Scrum moves work to a flexible learning team and avoids moving people or splitting them between teams.
> 3-9 members (originally 7 ± 2 members). (JAMES, 2014, online).

3.4. Scrum master.

O *SCRUM Master* é responsável por gerir a equipe de desenvolvimento e fazer a ponte entre *product owner* e equipe, facilita os processos de *SCRUM* como *daily*, *sprints*, priorização, e outros processos *SCRUM*, ajuda resolver impedimentos, cria um ambiente produtivo, protege a equipe de distrações e interferências, promove praticas de engenharia melhorada, assim como demonstra *Michael James* em seu *reference card* online: *Scrum Master.*

> Facilitates the Scrum process
> Helps resolve impediments
> Creates an environment conducive to team self-organization
> Captures empirical data to adjust forecasts
> Shields the team from external interference and distractions to keep it in group flow (a.k.a. the zone)
> Enforces timeboxes
> Keeps Scrum artifacts visible
> Promotes improved engineering practices
> Has no management authority over the team (anyone with authority over the team is by definition not its ScrumMaster) (JAMES, 2014, online).

3.5. Elementos do *Scrum.*

A metodologia de gerência e desenvolvimento de softwares *Scrum* é composta por alguns elementos ágeis que tornam este procedimento melhor e mais eficiente para algumas situações e operações buscando melhorar o desempenho da equipe com entregas em parcelas, objetivos bem definidos, e após o final do projeto ou produto, incremento do produto.

3.6. Product backlog.

Durante esta etapa do *Scrum*, ocorrem às definições de objetivos primários e secundários, ou oque deve ser prioritário ou menor prioridade, porem todos serão realizados com o decorrer do projeto.

Nesta etapa, também é definido a quantidade de tempo que será gasto para cada pedaço do projeto, equipes que serão encarregas em realizar estas

ISBN 978-85-87406-94-1

tarefas e como as mesmas serão realizadas, porem o *Product backlog* pode ser alterado a qualquer momento, mas para que isso ocorra à equipe precisa ser reunida novamente e todos precisam estar informados dessa decisão.

3.7. Sprint Backlog.

Uma *Sprint* trata de o tempo de desenvolvimento de uma tarefa que já foi definida no *Product backlog*, ou seja, a Sprint é a etapa em que as equipes de desenvolvimento trabalham para produzir o produto.

Uma *Sprint* tem tempo limitado, definido pelas equipes de desenvolvimento e o *Scrum Master*, e no final da Sprint, é realizada uma revisão da Sprint para que a equipe possa rever todo o progresso que foi feito, como foi realizado, e fornecer para o *Scrum Master* uma opinião precisa e então, adaptar a equipe para a próxima *Sprint* visando manter um nível de eficiência crescente adiante o fim do projeto.

3.8. Definição de Pronto.

A definição de pronto precisa surgir entre a equipe de desenvolvimento e o *product owner* porem o *Scrum master* pode auxiliar o estabelecimento do mesmo. Esta definição precisa ser um conceito balanceado entre as equipes, pois assim que uma etapa do projeto for definida como pronta nenhuma das equipes deve voltar a gastar tempo com aquela etapa novamente, já que ela esta pronta e estar pronto significam, dependendo de como for definida, testado, homologado e pronto para *deploy*.

3.9. Incremento do produto.

Durante esta etapa, as equipes realizam o trabalho de desenvolvimento do produto depois que ele já foi totalmente desenvolvido e lançado para o cliente, pode ser tratado como trabalho de pós-lançamento ou então como *post launch job*, tratando das exigências do cliente ou do *product owner* que podem surgir após o lançamento do produto e também tratando de manutenções futuras caso forem necessárias e caso a mesmas equipe for contratada para tais tarefas.

ISBN 978-85-87406-94-1

3.10. Ocorrências do *Scrum.*

3.10.1. A Sprint.

As *Sprints*, ou corridas, são as definições de tempos em que as equipes devem executar tarefas e atividades para efetuar a entrega do pacote daquele projeto referente à prioridade que foi previamente definida pelo *backlog*. Para que as *sprints* ocorram de maneira eficiente, recomenda-se que sua duração seja entre 2 a 4 semanas já que neste período de tempo as equipes trabalham de maneira intensa para realizar as entregas e os pacotes a serem entregues precisam passar por testes e homologações antes de se juntarem ao projeto maior, ou ser entregue ao cliente.

> No Scrum, os projetos são divididos em ciclos baseados em uma série de intera-ções, chamados de Sprint. O Sprint representa um Time Box dentro do qual um con-junto de atividades deve ser executado, e o qual se recomenda durar entre 2 a 4 semanas. Uma nova Sprint inicia imediatamente após a conclusão da Sprint anterior. (Roberto, 2015, online).

Durante as *Sprints* são realizadas reuniões diárias chamadas de *daily's* onde é revisto todo o trabalho que já foi realizado por cada membro da equipe, o que ainda será feito naquele dia ou período de tempo e se existe algum impedimento ou problema afetando a equipe para que o *Scrum Master* possa intervir de forma a resolver o problema porem visando manter a eficiência da equipe.

> Os *Sprints* são compostos por diversas reuniões além do desenvolvimento propria-mente dito, como *Sprint Planning, Daily Sprint, Sprint Review* e *Sprint Retrospective.* Todos estes eventos estão dentro do *timebox* do *Sprint.* (Roberto, 2015, online).

3.11. O Cancelamento de uma Sprint.

Uma *Sprint* pode ser cancelada caso exista o consenso de que esta etapa ou projeto não vá gerar renda ou benefícios para a empresa, porem existe uma necessidade de haver uma reunião com os devidos membros da equipe e com o *Product Owner* para que então uma próxima etapa seja realizada ou ate mesmo realizar uma *Sprint Review* onde é revisto e reorganizado o *Backlog*.

ISBN 978-85-87406-94-1

> Os *Sprints* são compostos por diversas reuniões além do desenvolvimento propria-mente dito, como *Sprint Planning, Daily Sprint, Sprint Review* e *Sprint Retrospective.* Todos estes eventos estão dentro do *timebox* do *Sprint.* (Roberto, 2015, online).

3.12. Encontro de Planejamento de Sprint, ou Sprint Planningmeeting.

O *Sprint Planning Meeting* trata-se de uma reunião ou encontro entre o time e o *Product Owner*, onde durante esta reunião ele descreve para a equipe os itens de maior prioridade e a equipe monta as *Sprints* de acordo com estas preferencias, construindo um *Sprint Backlog* que serve como planejamento de desenvolvimento para a equipe, porem que atinge as exigências do cliente agradando ambos os lados, já que é uma maneira transparente de planejamento onde o cliente tem visão do que a equipe de desenvolvimento irá fazer e como ela vai tratar suas exigências. Durante estes encontros o *Scrum Master* serve como facilitador ou mediador entre ambos os lados, fornecendo ajuda mantendo a comunicação fluindo no nível técnico e social.

> O *Sprint Planning Meeting* é uma reunião entre o time e o *Product Owner,* no qual o *Scrum Master* atua como um facilitador. A reunião tem por objetivo planejar o ciclo de desenvolvimento (*Sprint*) que se inicia. (Roberto, 2015, online).

3.13. Os Encontros Diários, ou Daily Scrum.

Os encontros diários presentes na metodologia do *SCRUM* são chamados de *Daily's*, e durante estas reuniões cada membro da equipe precisa reportar como esta a sua situação no projeto, porem seguindo algumas regras do *SCRUM* e contando com a presença do *SCRUM Master* como mediador durante estas reuniões diárias para que elas sigam algumas das regras fundamentais para que as mesmas não se tornem exaustivas e ineficientes.

Estas reuniões são curtas, diárias e contam com a participação de toda a equipe de desenvolvimento e o *SCRUM Master*, durante a *Daily* as seguintes perguntas devem ser realizadas e respondidas, como apresenta o autor *Roberto*:

> "O que você fez ontem?
> O que você fará hoje?
> Existe algum impedimento no seu caminho?". (Roberto, 2015, online).

ISBN 978-85-87406-94-1

Durante estas reuniões os gerentes e membros da equipe de desenvolvimento conseguem ter ciência de todas as atividades que os participantes do grupo atual estão realizando e se existe alguma dependência ou problema no caminho do progresso do projeto.

3.14. Revendo a Sprint em Sprint Review.

Trata-se de um encontro realizado no final de toda *Sprint*, quando o produto incrementável, testado e com valor visível ao cliente já esta concretizado, de forma a reunir o time inteiro para analisar o produto e ver se a mesmo esta como foi pensado e conta com processos como inspeção e adaptação.

Conta com a presença do *Scrum Master*, como facilitador e toda a equipe de desenvolvimento, e do *Product Owner* para que o mesmo aprove todo o trabalho realizado e entregue até o momento e inspecionando tudo que já foi feito.

> A primeira reunião é chamada de *Sprint Review*, onde é realizada a inspe-ção e adaptação do produto para verificar se o mesmo está como foi pensando e conta com a presença do *Product Owner... (*Roberto*,* 2015*,* online*).*

3.15. Retrospectiva da Sprint em Sprint Retrospective.

Realizado após a *Sprint Review*, esta etapa conta também com a presença de toda a equipe de desenvolvimento e o *Scrum Master*, e também é realizada no final da Sprint após o produto estar testado e possuir valor e retorno financeiro para o cliente, esta fase é onde todos os membros reveem o trabalho já realizado e a forma como ele foi feito, notando tudo que foi bom e ruim durante a execução do Sprint e procura estabelecer pontos de melhoria já tendo em vista o próximo projeto e a próxima Sprint para que essas lições aprendidas tenham valor e sejam utilizadas de forma eficiente, como mostra um trecho do trabalho realizado pelo Roberto em 2015.

> [...] Enquanto a reunião de Sprint Retrospecti-ve, podendo ser chamada também de "lições aprendidas" onde o time levanta tudo de bom e ruim que aconteceu durante a execução do Sprint e procura estabelecer pontos de melhoria. Essas ações são levadas para o próximo Sprint a fim de melho-rar o processo e/ou produto. (Roberto, 2015, online).

ISBN 978-85-87406-94-1

3.16. Como Implantar *Scrum.*

O *SCRUM* se trata de um *framework*, portanto para que sua implantação ocorra de forma mais suave recomenda-se que ela seja apresentada em um curto treinamento para toda a equipe que utilizara a mesma, para que todos os envolvidos possam entender como seus processos funcionam e como aplica-los diariamente em seu trabalho.

Como apresenta *Roberto* em seu trabalho, é importante que a equipe também forneça aos seus gerentes e superiores uma opinião sobre como está o progresso da aplicação e utilização deste *framework*, assim como oque pode ser melhorado e adaptado para que seu uso ocorra com mais eficiência, pois como o *SCRUM* se trata de um *framework*, ele não possui padrões ou processos que devem ser seguidos para que sua implantação ocorra com sucesso, somente um guia de boas práticas, que resultam em eficiência e agilidade, porém que podem ser adaptadas portando não se tratando de regras que não podem ser quebradas ou modificadas.

> “More specifically, Scrum is a simple framework for effective team collaboration on complex projects. Scrum provides a small set of rules that create just
> enough structure for teams to be able to focus their innovation on solving
> what might otherwise be an insurmountable challenge. However, Scrum is
> much more than a simple framework. Scrum supports our need to be human
> at work: to belong, to learn, to do, to create and be creative, to grow, to improve, and to interact with other people. In other words, Scrum leverages the
> innate traits and characteristics in people to allow them to do great things together” (Roberto, 2015, online).

É necessário, após o treinamento, que a equipe seja reunida para montar um *Product Backlog* onde estejam presentes historias e que as mesmas sejam ordenadas de acordo com a visão de prioridades para que seja possível a criação da primeira Sprint, após esta primeira reunião, chamada de *Scrum Planning*, deve-se ser implantando um sistema de acompanhamento de Sprint, uma sugestão, como apresenta *Roberto* em seu trabalho e muitos outros profissionais que fazem uso do *SCRUM* e metodologias ágeis, o *Kanban* que deve estar visível para todo o time e pode estar presente tanto de forma física ou por softwares de auxilio ao progresso de equipes e projetos.

ISBN 978-85-87406-94-1

O próximo passo que a equipe precisa se acostumar é a realização do *Daily Scrum*, que deve ser realizado no inicio do dia de trabalho, visando quais tarefas cada membro realizou, ira realizar e se possui algum impedimento no decorrer de seu trabalho, porem relatando suas atividades para o *Scrum Master* e não ao time. Uma observação importante é que as equipes precisam seguir e se adaptar as restrições de tempo para que esta reunião seja produtiva porem curtas e sem interferências externas que possam afetar a equipe.

Após o encerramento das *Sprint* devem ser realizadas reuniões chamadas de *Sprint Review* e *Sprint Retrospective* sucessivamente.

Com o uso do *Framework*, é comum que os resultados sejam monitorados no decorrer das primeiras *Sprint* e a partir destes, as equipes podem avaliar quais melhorias podem ser feitas para que a fase de implantação ocorra com maior suavidade.

> Como os resultados vão aparecendo e sendo aprimorados no decorrer das primeiras
> *Sprints*, é importante que se tenha paciência na fase de implantação e que não se desista nos primeiros erros. (Roberto, 2015, online).

4. TABULAÇÃO DOS DADOS E QUESTIONÁRIO

Esta etapa do trabalho é responsável por apresentar o questionário, explicar suas questões e expor os dados que foram coletados através do mesmo para que uma tabulação e quantificação destas informações possam ser realizadas.

O questionário foi desenvolvido de forma a atingir o máximo de pessoas que trabalham na área de desenvolvimento de software e que possuem conhecimento ou já ouviram falar de metodologias de desenvolvimento, portanto este questionário alcança também pessoas que não utilizam ou não conhecem SCRUM para que a maior quantidade de dados sobre as metodologias de desenvolvimento de software e gerência pudessem ser coletadas, através de perguntas optativas e seções adaptativas que dependem das respostas anteriores do individuo, mostrando perguntas diferentes.

O questionário conta também com perguntas lineares que medem níveis de satisfação do individuo referente à metodologia. O Questionário possui a

ISBN 978-85-87406-94-1

opção de ser anônimo para a pessoa ou empresa que ele representa, e abrange perguntas sobre a empresa como tamanho e tempo que a empresa ou pessoa utiliza a metodologia.

4.1. Explicando o Questionário e suas Questões

Questão 1: Qual o seu nome e/ou empresa que você esta representando? (Opcional).

Esta pergunta trata de identificar as pessoas e ou empresas que estão respondendo o questionário, porém ela é opcional já que algumas pessoas podem sentir-se incomodadas ou não gostariam de serem identificados ao fornecer outras informações mesmo se tratando de empresa que podem ou não desejam responder este tipo de questão, portanto ela possibilita a omissão da identificação do individuo ou empresa caso o mesmo deseje.

Resultado: de 22 questionários respondidos, 12 pessoas ou empresas se identificaram enquanto isso 10 outros continuaram anônimos.

Questão 2: A sua empresa utiliza SCRUM?

Esta pergunta verifica se a empresa em que a pessoa trabalha ou representa utiliza ou não a metodologia de desenvolvimento e gerência de software SCRUM.

Resultado: de 22 questionários respondidos, 8 pessoas ou empresas utilizam *SCRUM*, porém 14 outras não utilizam *SCRUM*.

Questão 3: Todos os passos do SCRUM são seguidos na empresa, ou o uso é adaptado (Daily, Sprint, etc..) ?

Esta pergunta se localiza em uma seção separada para que somente as pessoas ou empresas que responderam que utilizam *SCRUM* possam responder as perguntas desta seção. Esta pergunta em especifico trata de verificar o quanto dos passos do *SCRUM* está sendo utilizados, e trata-se de uma questão linear, portanto a resposta 1 sinaliza que o individuo ou empresa utiliza poucos passos do SCRUM diariamente em seu trabalho enquanto a resposta 3 significa que todos os passos do SCRUM estão sendo utilizados.

ISBN 978-85-87406-94-1

Resultado: de 8 respostas obtivemos duas respostas 1 (Utilizamos poucos passos do *SCRUM*), duas respostas 2 (pressupõe-se que se utiliza uma quantidade media de passos do *SCRUM*) e quatro respostas 3 (Utilizamos todos os passos do *SCRUM*).

Questão 4: Selecione abaixo os passo do SCRUM que a sua empresa utiliza (Selecione todas as utilizadas)

Nesta pergunta podemos medir quais os passos de *SCRUM* que a empresa ou pessoa utilizam em suas tarefas ou organização, trata-se de uma questão onde as respostas são em formato de *check box* ou caixa de seleção para que mais de uma opção possa ser selecionada ou nenhuma.

Respostas: de 8 respostas obtidas, os oito utilizam Daily Scrum, seis utilizam *Product Backlog*, cinco utilizam *Product Owner*, cinco utilizam *Release Burndown*, sete utilizam *Scrum Master*, sete utilizam *Scrum Team*, cinco utilizam *Sprint Backlog*, cinco utilizam *Sprint Planning Meeting*, quatro utilizam *Sprint Retrospective*, quatro utilizam *Sprint Review Meeting*, cinco utilizam *Kanban*.

Questao 5: Qual metodologia sua empresa usa?

Esta pergunta esta em uma seção diferente pois a mesma esta destinada somente as pessoas ou empresas que não utilizam o SCRUM, portanto buscando saber quais as alternativas que estão sendo utilizadas.

Respostas: de 14 respostas, somente uma resposta utiliza Extreme Programming (XP), sete utilizam Cascata (tradicional), uma das respostas não utiliza nenhum método, uma das respostas utiliza cada analista responsável por um sistema, seis participantes utilizam prototipações, uma resposta utiliza ITIL, uma resposta utiliza Rapid Aplication Development (RAD), e por fim, uma resposta utiliza Programação em pares.

Você já ouviu falar de SCRUM?

Esta questão procura saber se mesmo sem utilizar o SCRUM, a pessoa ou empressa conhece ou já ouviu falar desta metodologia para que possamos levantar dados.

Respostas: de 14 respostas obtidas, obtivemos doze respostas sim e somente duas respostas não.

ISBN 978-85-87406-94-1

Você está satisfeito com esta metodologia na empresa?

Esta questão esta em uma seção separada e final onde tanto as pessoas que não utilizam SCRUM quanto as que utilizam respondem por fim. Esta pergunta em si trata de medir o nível de satisfação da pessoa ou da empresa com a metodologia que ela selecionou nas questões anteriores, realizando esta medida em uma escala linear com respostas de 1 a 3 onde 1 é o mínimo e 3 é o máximo de satisfação.

Respostas: de 22 respostas, foram obtidos duas respostas 1 (Insatisfeito), quinze respostas 2 (satisfeito) e cinco respostas 3 (muito satisfeito).

Existe algum especialista ou responsável por gerenciar essa metodologia na sua empresa?

A intensão desta pergunta foi verificar se na empresa onde a pessoa trabalha ou representa existe um especialista certificado por gerenciar e aplicar a metodologia na organização.

Respostas: foram obtidas dez respostas sim, de 22 respostas totais e doze respostas não, do total de 22 respostas.

Esta mesma pessoa ocupa um cargo diferente na empresa, ao mesmo tempo que gerencia a metodologia (ex: Programador)?

Esta pergunta foi responsável por reforçar e verificar a perguntar anterior, porém com a diferença de verificar se esse especialista ou pessoa que aplica e gerência esta metodologia também exerce uma função alternativa.

Respostas: foram obtidas treze respostas sim, de 22 questões e nove respostas não, do total de 22 questões.

Qual o tamanho da sua empresa?

Com esta pergunta, o objetivo foi medir o tamanho da empresa em números de funcionários, realizando as medidas entre um valor mínimo e um valor máximo, como por exemplo, de 1 funcionário (mínimo), até 19 (máximo), sendo que estas medidas e padrões foram baseadas no site oficial da empresa SEBRAE utilizando a classificação industrial.

Respostas: de 1 até 19 funcionários: onze respostas.

De 20 até 99 funcionários: nove respostas.

ISBN 978-85-87406-94-1

De 100 até 499 funcionários: duas respostas.

Mais de 500 funcionários: zero resposta.

A quanto tempo a sua empresa utiliza esta metodologia de desenvolvimento?

Com esta pergunta foi possível medir o tempo em que as empresas ou indivíduos que respondem este questionário utilizam a metodologia selecionada, possibilitando quantificarmos o tempo de uso destas metodologias.

Respostas: Menos de 1 ano: seis respostas.

De 1 a 3 anos: 9 respostas.

Mais de 3 anos: 8 respostas.

5. CRONOGRAMA

Durante este período tivemos pesquisas bibliográficas, desenvolvimento e aplicação de um questionário, definição de requisitos, coleta dos dados, escrita dos resultados e analise dos mesmos, preparação da apresentação e por fim apresentação do projeto.

Tabela 3. Cronograma do projeto

Atividades:	08 e 09/2015	10 e 11/2015	12/2015 e 01/2016	02 e 03/2016	04 e 05/2016	06 e 07/2016
Levantamento bibliográfico de referencial teórico e trabalhos relacionados.	**xX**	**xX**	**xX**	**xX**	**xX**	**xX**
Criação de um questionário.	**x**	**x**			**xX**	**x**
Aplicação de um questionário nas empresas de Franca e Região.			**x**		**xX**	**xX**
Analise dos dados levantados pelo questionário.				**x**		**xX**
Verificação dos dados dos questionários com dados dos periódicos levantados até então.					**xX**	**xX**
Conclusão dos dados dos questionários e da pesquisa de iniciação cientifica.						**xX**

Fonte: Elaborado pelos Autores

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

JAMES, Michael. **Scrum Reference Card**. Disponível em: <http://scrumreferencecard.com/scrum-reference-card/#comment-228 >. Acesso em: 21 jun. 2015.

ROBERTO, Salmo. SCRUM: UM GUIA PRÁTICO NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação e Gestão Tecnológica, Franca SP, v.5,n.1, ano 2015, <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/resiget/issue/view/124> Acesso em: 14 julho 2015.

ROUSE, Margaret. **SCRUM**. Disponível em: < http://searchsoftwarequality.techtarget.com/definition/Scrum >. Acesso em: 08 jun. 2015.

Wyse, Susan. **What is the difference between qualitative research and quantitative research?**. Disponível em? < http://www.snapsurveys.com/blog/what-is-the-difference-between-qualitative-research-and-quantitative-research/ >. Acesso em: 10 Abril 2016.

ANEXO

ISBN 978-85-87406-94-1

Questionário Página 1

Questionário de metodologias

Por favor responda estas perguntas de forma imparcial, independentes de suas opiniões em relação a empresa ou à metodologia em si, para podermos coletar dados corretos que ajudarão em nossa pesquisa científica do Uni-FACEF.

* Required

1. **Qual o seu nome e/ou empresa que você esta representando? (Opcional)**

2. **A sua empresa utiliza SCRUM?** *
   Mark only one oval.
   - ◯ Sim *Skip to question 3.*
   - ◯ Não *Skip to question 5.*

Questionário de metodologias

Por favor responda estas perguntas de forma imparcial, independentes de suas opiniões em relação a empresa ou à metodologia em si, para podermos coletar dados corretos que ajudarão em nossa pesquisa científica do Uni-FACEF.

3. **Todos os passos do SCRUM são seguidos na empresa, ou o uso é adaptado (Daily, Sprint, etc..) ?** *
   Mark only one oval.

	1	2	3	
Utilizamos poucos passos do SCRUM	◯	◯	◯	Utilizamos todos os passos do SCRUM

4. **Selecione abaixo os passo do SCRUM que a sua empresa utiliza (Selecione todas as utilizadas)**
   Check all that apply.
   - ☐ Daily Scrum
   - ☐ Product Backlog
   - ☐ Product Owner
   - ☐ Release Burndown
   - ☐ Scrum Master
   - ☐ Scrum Team
   - ☐ Sprint Backlog
   - ☐ Sprint Planning Meeting
   - ☐ Sprint Retrospective
   - ☐ Sprint Review Meeting
   - ☐ Kanban

ISBN 978-85-87406-94-1

Questionário Página 2

Skip to question 7.

Questionário de metodologia

Por favor responda estas perguntas de forma imparcial, independentes de suas opiniões em relação a empresa ou à metodologia em si, para podermos coletar dados corretos que ajudarão em nossa pesquisa científica do Uni-FACEF.

5. **Qual metodologia sua empresa usa?** *
   Check all that apply.

   - [ ] Extreme Programming (XP)
   - [ ] Cascata (Tradicional)
   - [ ] Espiral
   - [ ] Lean Development
   - [ ] Rapid Aplication Development (RAD)
   - [ ] Prototipação
   - [ ] Other: .....

6. **Você já ouviu falar de SCRUM?** *
   Mark only one oval.

   - ◯ Sim
   - ◯ Não

Skip to question 7.

Questionário de metodologias

Por favor responda estas perguntas de forma imparcial, independentes de suas opiniões em relação a empresa ou à metodologia em si, para podermos coletar dados corretos que ajudarão em nossa pesquisa científica do Uni-FACEF.

7. **Você está satisfeito com esta metodologia na empresa?** *
   Mark only one oval.

	1	2	3	
Insatisfeito	◯	◯	◯	Muito satisfeito

8. **Existe algum especialista ou responsável por gerenciar essa metodologia na sua empresa?** *
   Mark only one oval.

   - ◯ Sim
   - ◯ Não

9. **Esta mesma pessoa ocupa um cargo diferente na empresa, ao mesmo tempo que gerencia a metodologia (ex: Programador)?** *
   Mark only one oval.

   - ◯ Sim
   - ◯ Não

ISBN 978-85-87406-94-1

Questionário Página 3

10. **Qual o tamanho da sua empresa?** *
Mark only one oval.

- 1 até 19 funcionarios
- 20 até 99 funcionarios
- 100 até 499 funcionarios
- Mais de 500 funcionarios

11. **A quanto tempo a sua empresa utiliza esta metodologia de desenvolvimento?** *
Mark only one oval.

- Menos de 1 ano
- De 1 a 3 anos
- Mais de 3 anos

Powered by
Google Forms

Resultados do Questionário Página 1

Questão 1:	Questão 2:	Questão 3:
Rafael Silveira - Magazine Luiza	Sim	3
Alysson Matheus	Sim	2
Leandro Borges	Sim	3
Murilo Maldonado Mendes	Não	vazio
Silas da Silva Gomes	Não	vazio
vazio	Sim	1
Edi P. Silva	Não	vazio
vazio	Não	vazio
vazio	Não	vazio
vazio	Não	vazio
vazio	Não	vazio
André	Não	vazio
vazio	Não	vazio
vazio	Sim	1
vazio	Sim	2
vazio	Não	vazio
Hospital Allan Kardec	Não	vazio
Rise W3	Não	vazio
vazio	Não	vazio
Diego Rignel	Sim	3
Uni-FACEF	Não	vazio
F ISAAC DATABASE SOLUTIONS	Sim	3

ISBN 978-85-87406-94-1

Resultados do Questionário Página 2

Questão 4:
Daily Scrum, Product Backlog, Product Owner, Release Burndown, Scrum Master, Scrum Team, Sprint Backlog, Sp
Daily Scrum, Scrum Master, Scrum Team
Daily Scrum, Product Backlog, Product Owner, Release Burndown, Scrum Master, Scrum Team, Sprint Backlog, Sp
vazio
vazio
Daily Scrum, Release Burndown, Sprint Backlog, Sprint Planning Meeting
vazio
vazio
vazio
vazio
vazio
vazio
vazio
Daily Scrum, Product Backlog, Product Owner, Scrum Master, Scrum Team, Kanban
Daily Scrum, Product Backlog, Product Owner, Scrum Master, Scrum Team, Kanban
vazio
vazio
vazio
vazio
Daily Scrum, Product Backlog, Product Owner, Release Burndown, Scrum Master, Scrum Team, Sprint Backlog, Sp
vazio
Daily Scrum, Product Backlog, Product Owner, Release Burndown, Scrum Master, Scrum Team, Sprint Backlog, Sp

Resultados do Questionário Página 3

Questão 8:	Questão 9:	Questão 10:	Questão 11:
Sim	Não	Mais de 500 funcionarios	De 1 a 3 anos
Sim	Sim	20 até 99 funcionarios	Mais de 3 anos
Sim	Sim	20 até 99 funcionarios	De 1 a 3 anos
Sim	Sim	1 até 19 funcionarios	De 1 a 3 anos
Sim	Sim	100 até 499 funcionarios	Mais de 3 anos
Sim	Sim	20 até 99 funcionarios	De 1 a 3 anos
Não	Não	1 até 19 funcionarios	Mais de 3 anos
Sim	Sim	1 até 19 funcionarios	Mais de 3 anos
Sim	Sim	1 até 19 funcionarios	Mais de 3 anos
Não	Não	1 até 19 funcionarios	Menos de 1 ano
Não	Não	20 até 99 funcionarios	Menos de 1 ano
Sim	Sim	20 até 99 funcionarios	De 1 a 3 anos
Não	Sim	20 até 99 funcionarios	Menos de 1 ano
Não	Sim	20 até 99 funcionarios	De 1 a 3 anos
Não	Não	20 até 99 funcionarios	De 1 a 3 anos
Não	Não	1 até 19 funcionarios	Mais de 3 anos
Não	Não	100 até 499 funcionarios	Mais de 3 anos
Não	Sim	1 até 19 funcionarios	Menos de 1 ano
Sim	Sim	1 até 19 funcionarios	De 1 a 3 anos
Não	Não	20 até 99 funcionarios	Mais de 3 anos
Não	Não	1 até 19 funcionarios	De 1 a 3 anos
Não	Sim	1 até 19 funcionarios	Menos de 1 ano

ISBN 978-85-87406-94-1

Resultados do Questionário Página 4

Questão 5:	Questão 6:	Questão 7:
rint Planning Meeting, Sprint Retrospective, Sprint Review Meeting, Kanban	vazio	3
	vazio	2
rint Planning Meeting, Sprint Retrospective, Sprint Review Meeting	vazio	3
Extreme Programming (XP)	Sim	2
Cascata (Tradicional)	Sim	2
	vazio	1
Nenhuma	Sim	1
Cada analista responsável por um sistema	Sim	2
Cascata (Tradicional)	Não	2
Prototipação	Não	3
Lean Development, Prototipação	Sim	2
Cascata (Tradicional)	Sim	2
Cascata (Tradicional), Prototipação	Sim	2
	vazio	2
	vazio	2
Cascata (Tradicional), ITIL	Sim	2
Cascata (Tradicional), Rapid Aplication Development (RAD)	Sim	2
Prototipação	Sim	2
Prototipação	Sim	2
rint Planning Meeting, Sprint Retrospective, Sprint Review Meeting, Kanban	vazio	3
Cascata (Tradicional), Prototipação, Programaçã em pares	Sim	2
rint Planning Meeting, Sprint Retrospective, Sprint Review Meeting, Kanban		3

ISBN 978-85-87406-94-1

MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO em sala de aula

Gabriela Barros Ferreira[44] (Uni-FACEF)
Monica de Oliveira Faleiros (Uni-FACEF)
Rafaela Dara Sousa (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos apresentar o projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o poeta português Mário de Sá-Carneiro, que será desenvolvido ao longo deste ano de 2016.

Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo elaborar uma sequência didática, sobre Sá-Carneiro e seus trabalhos. Essa sequência didática será aplicada em salas de aulas de terceiro ano do Ensino Médio, com o intuito de observar a capacidade dos estudantes em analisar a linguagem literária e os aspectos temáticos presentes nos textos que serão trabalhados na sala de aula. Também, analisaremos o nível de apreensão formal e de conteúdo dos alunos.

Ainda, é parte de nossos objetivos estudar, tanto a maneira como esse autor se insere no Modernismo, como a sua vida e obra, com o propósito de analisar os recursos estilísticos e poéticos e os temas mais recorrentes em sua obra, tais como a fragmentação do eu e a busca pela identidade. Assim o *corpus* desta pesquisa são os poemas, “Dispersão” e “Escavação”.

O interesse por esse tema surgiu devido aos atuais questionamentos sobre ensinar ou não a literatura portuguesa nas escolas, por esse motivo, escolhemos trabalhar em sala de aula um poeta português não tão conhecido pelos estudantes.

Assim, essa pesquisa se justifica pela necessidade de constatar quais os benefícios do ensino-aprendizagem da literatura portuguesa e quais poderiam ser os impactos causados na educação, caso haja a decisão de retirar a literatura portuguesa da grade curricular das escolas brasileiras.

Para atingirmos os objetivos propostos, partiremos de uma pesquisa bibliográfica acerca do contexto histórico e das características presentes no Modernismo, para isso utilizaremos as ideias de Reis (1990; 2003) e Moisés (1985;

[44] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

2004). Também faremos uma pesquisa teórica sobre a vida e obra de Sá-Carneiro, em que nos fundamentaremos nos estudos de Berardinelli (2005; 2015) e Moisés (1999).

Além disso, faremos uma pesquisa de campo, em que elaboraremos e aplicaremos uma sequência didática sobre o poeta e suas obras, no terceiro ano do Ensino Médio. E, por fim, analisaremos os resultados dos níveis de apreensão dos estudantes.

2. O MODERNISMO EM PORTUGAL E A OBRA DE MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO

2.1. Modernismo em Portugal

De acordo com Reis (2003), o Modernismo é um período de difícil caracterização devido, não só, à sua abrangência cronológica, mas, também, pela sua dispersão geo cultural e suas contradições internas, constituindo um conceito amplo. Dessa maneira, o Modernismo é o movimento de renovação do saber e da cultura e, em termos literários, tem um alcance muito abrangente.

Os modernistas são guiados por um “sentimento contemporâneo”, em que a história de sua atualidade é a fonte de significação, visto isso, observa-se que a modernidade é a nova consciência e condição do espírito humano, condição esta que a arte moderna explorou.

Tendo em vista, todos esses aspectos mencionados, tentaremos fixar alguns limites cronológicos do Modernismo português. Para Reis (2003), o surgimento e maturação do Modernismo estão relacionados com a relevância cultural assumida por algumas revistas e pelos autores que nela colaboravam. Entre essas publicações, uma das mais significativas foi a revista *Orpheu,* que teve dois números publicados em 1915.

Conforme Reis (1990), o grupo de artista e poetas, conhecidos como geração do Orpheu, buscavam, chocar, escandalizar e desestabilizar a massa “lepidóptera [45] ” para cumprir os seus objetivos terroristas. Assim, os órficos

[45] Expressão utilizada para se referir à diversidade.

ISBN 978-85-87406-94-1

organizavam excentricidades capazes de agitar e renovar o país sério e estreito em que viviam, por esse motivo, os seus autores foram apelidados de loucos.

De acordo com Moisés, (2004), entre os autores que contribuíram com a revista de *Orpheu,* podemos citar Fernando Pessoa, um dos principais dessa geração, seguido por Mário de Sá-Carneiro, Alfredo Pedro Guisado, Santa Rita Pintor, Armando Cortes-Rodrigues e Almada Negueiros.

Contudo, neste trabalho focaremos em Sá-Carneiro e, em alguns momentos, Pessoa, devido sua representatividade dentro do Modernismo. Os dois poetas modernos tinham uma forte amizade e frequentemente trocavam correspondência que "constitui um imprescindível documento para o estudo da estética modernista portuguesa" (REIS, 1990, p.168), desse modo, as cartas trocadas, entre outubro de 1912 e abril de 1916, são, não só um importante testemunho da amizade entre os escritores, mas, também, uma fonte que viabilizou a definição e consolidação dos gostos estéticos e dos critérios que culminaram na década de 1920.

Como afirma Reis (1990), Fernando Pessoa foi o autor que teve mais destaque, do ponto de vista da iniciativa teórica do modernismo e das forças que tentaram ultrapassar o inédito, isto é, foi a partir das ideias e obras desenvolvidas por esse autor que começaram a ser estabelecidos os critérios da tendência moderna e, ainda, temos que ressaltar que ele foi uma inspiração para muitos escritores, tanto os de sua época, quanto os contemporâneos a ele.

Na mesma época, além de Pessoa, devemos mencionar a significância de Sá-Carneiro, pois tanto a publicação do primeiro livro de contos desse autor – *Princípio* – como a composição de *Dispersão* foram um marco simbólico inicial para Modernismo.

Para Reis (2003), os modernistas multiplicaram uma série de tendências, que revelam certa crise ideológica do sujeito, a qual chega a assumir contornos de paroxismo ou provocação, sendo expressiva a capacidade inovadora e experimental desse período. Assim, surgem várias tendências como o Ultraísmo, o Criacionismo, o Imaginismo, o Vorticismo, o Construtivismo, o Expressionismo, o Cubismo, o Interseccionismo e o Futurismo – sendo que neste trabalho voltaremos nossa atenção para os dois últimos ismos.

ISBN 978-85-87406-94-1

O Interseccionismo português ilustra a preocupação dos poetas modernistas, que se voltavam para a percepção e representação do real, ambas em função do olhar e das sensações do indivíduo que se relaciona com essa realidade. Essa relação entre o homem, o espaço e o tempo é regida por um dinamismo, que anuncia o tema fundamental do Modernismo: o da crise da unidade do sujeito.

Um dos mais sugestivos poemas que nos revela o Interseccionismo é o "Chuva Oblíqua" de Fernando Pessoa, devido ao fato de haver, simultaneamente, a presença do real e do imaginário, como podemos observar ao ler o fragmento a seguir:

> Atravessa essa paisagem o meu sonho dum porto infinito
> E a cor das flores é transparente de as velas de grandes navios
> Que largam do cais arrastando nas águas por sombra
> Os vultos ao sol daquelas árvores antigas...
>
> O porto que sonho é sombrio e pálido
> E esta paisagem é cheia de sol deste dia é porto sombrio
> E os navios que são do porto são essas árvores ao sol... (PESSOA, 2005, p. 81)

Nesse trecho do poema, observamos que, para o poeta, é possível olhar a paisagem atravessada/interseccionada pelo sonho. No entanto, o cenário imaginado não anula a paisagem real, pelo contrário, há a convivência simultânea entre ambas, isto é, o mundo exterior se mescla ao mundo interior.

Ainda de acordo com Reis (2003), o fato do Interseccionismo e, especificadamente, o poema "Chuva Oblíqua" ter sido relacionado ao Cubismo, revela o intenso diálogo cultural que caracterizou esse período literário, pois a pluralidade de "ismos" presentes no Modernismo determinam a interação de linguagens entre as artes plásticas, literatura, publicidade, cinema, etc., se interagiam e se complementavam. Um exemplo disso é o poema intitulado "Manucure", de Mário de Sá-Caneiro, o qual incorpora textos publicitários ao texto literário.

Devemos salientar, ainda, que a presença do Cubismo se projeta na literatura através da decomposição do modelo, isto é, o "que os cubistas realizam é intelectualizado pelos órficos, ou seja, ao ser transferido da pintura para a literatura, é recriada em termos que julgam ser [...] *não as coisas, mas as nossas sensações das coisas"* (REIS, 1990, p. 174). Essa é a vertente central dos sensacionistas, pois

ISBN 978-85-87406-94-1

para eles a única realidade é a consciência das múltiplas sensações, que, nas pinturas, podem ser demonstradas através da presença das formas geométricas.

Assim, Reis afirma que “a complexa e diversificada produção cultural que, nos inícios do século XX, se projeta sobre o Modernismo, condiciona indirectamente as suas linguagens artísticas e os seus temas dominantes” (REIS, 2003, p. 460-461), dessa maneira não podemos ignorar nesse contexto a relevância da psicanálise freudiana e da psicologia de William James, pois elas permitem o acesso profundo à psique humana e difundem o conceito de corrente de consciência, o que favorece a tematização literária de universos psicológicos complexos, instáveis e passageiros. Portanto, notamos que “o Modernismo incorpora e potencia valores que estimulam a reinterpretação da pessoa feita personagem” (REIS, 2003, p. 461).

Desse modo, para compreendermos a diversificada produção dessa época, temos que compreender os valores e atitudes dos poetas da geração de Orpheu, os quais, de acordo com Reis (1990), tinham um desejo de universalidade, que impunha a superação das fronteiras portuguesas, ao mesmo tempo que almejava uma ruptura com a literatura do passado, além disso, havia a exigência da originalidade, misturados a um patriotismo especial.

Assim, o Modernismo representava uma importante afirmação transnacionalista que continha um aspecto “futurante”, renovador e agressivo, em que se reivindicava a renovação da literatura nacional através de um novo espírito liberto de qualquer sentimento de inferioridade em relação ao estrangeiro. Por esse motivo, a estética desse período era acessível a tudo que se mostrava diferente e exótico, em que a única regra era a experiência da pluralidade.

Em suma, os órficos buscavam a libertação do ser e do artista e foram responsáveis por consolidar os valores e atitudes da modernidade, em que se procuravam novos padrões para a civilização em curso e, nesse sentido, “o Modernismo procede a uma espécie de reinvenção da linguagem ao nível da forma da expressão” (Reis, 2003, p. 469).

ISBN 978-85-87406-94-1

2.2. O Poeta Enquanto Pessoa

Conforme Moisés (1999), Mário de Sá-Carneiro nasceu no dia 19 de maio de 1890 em Lisboa, era filho único e perdeu sua mãe aos dois anos de idade. Foi criado por uma ama, pois tinha uma relação distante com seu pai e sua avó paterna. Ao decorrer dos anos, o escritor mostrou, através de sua poesia, uma aparente dor e revolta.

De acordo com Berardinelli (2015), quando adulto, o poeta mudou-se para Paris, com intuito de estudar na faculdade de Direito, pois era vontade de seu pai que o filho se tornasse um advogado bem sucedido. Dessa maneira, ele o ajudava financeiramente. Um pouco mais tarde, Sá-Carneiro troca a faculdade por uma vida boêmia, dedicada integralmente à sua literatura.

Ainda, com base nessa estudiosa, a princípio, o escritor se considerava apenas como um prosador, mas através de seu amigo, e também escritor modernista, Fernando Pessoa, descobre que era também um grande poeta, pois de acordo com Reis (1990), o autor seguiu sugestões e conselhos de seu amigo, deixando sua obra com um aspecto de originalidade. Apesar da influência de Pessoa na vida e carreira de Sá-Carneiro, a estética desses dois autores é de natureza distinta.

De acordo com os estudos de Moisés (2004), Mário, descreveu um percurso oposto ao do amigo Pessoa, pois ao invés de “multiplicar-se como fez o outro, dispersou-se no labirinto do próprio eu e acabou por desintegra-se e desintegrá-lo” (p. 465), esse aspecto conduziu o poeta para a fragmentação do *ego*, o que pode ser visto nos poemas presentes na obra *Dispersão.*

Ainda conforme esse estudioso, na lírica de Sá-Carneiro, o racionalismo não tem grande presença, deixando a emoção reinar, o que o encaminhou para os profundos abismos do “eu”, resultando, no plano civil, o suicídio, que mergulhou quando ainda era adolescente; entretanto, no plano literário, é uma poesia como raras em Língua Portuguesa, pois proporcionou novos horizontes ao lirismo português, dotando-o de temas e fórmulas expressivas, as quais fizeram dele um grande alquimista verbal moderno.

Anos depois, de regresso à Paris, uma crise financeira afetou seu pai e, consequentemente, a ele também e, por esse motivo, ele tem que deixar Paris e

ISBN 978-85-87406-94-1

retornar à sua cidade natal, Lisboa. Após retornar a Lisboa, o escritor entrou em uma profunda depressão e passou a ter uma instabilidade emocional, que o arrasta ao suicídio no dia 26 de abril de 1916.

Como afirma Moisés (1999), o poeta iniciou sua trajetória na literatura com a peça de teatro *Amizade* e *Princípio*, que foi escrita em parceira com o colega Tomás Cabreira Jr., o qual se matou no ano seguinte. Entre os vinte e vinte dois anos, lançou um volume de contos considerado como sua obra juvenil, dividida em quatro partes.

Posteriormente ele escreveu a narrativa *A confissão de Lúcio* e *Céu em fogo,* ambas foram escritas na sua fase adulta, e revelam um amadurecimento do poeta, que, provavelmente, foi decorrente das experiências vivenciadas durante a escrita de suas obras.

De acordo com Moisés (1999), apesar de Sá-Carneiro ter escrito várias narrativas, contos e peças teatrais, ele é considerado um poeta, pois é por meio de sua poesia que ele consegue transpor, através do eu-lírico, os seus sentimentos e conflitos internos com o seu próprio “eu”, como veremos na citação a seguir:

> Poeta sempre, poeta na totalidade da sua obra, Mário de Sá-Carneiro tinha plena consciência de que as várias facetas do seu universo poético determinavam o emprego de adequado e específico instrumental linguístico. Pondo-se de parte o teatro, a atividade ocasional na sua carreira, sobressai a poesia (em versos), que se enfeixa no volume *Poesias,* e a poesia (em prosa) de *Céu e Fogo.* As duas configurações expressivas radicam numa peculiar visão do mundo: o "eu" é o palco onde se desenrola a batalha da elucidação do fenômeno existencial, do "estar-aqui", ou o palanque de onde se descortina a equivalente guerra que os "eus" alheios travam no desvelamento da realidade circundante e inscrita imageticamente no seu mundo interior (MOISÉS, 1975, p. 166).

A partir dessa passagem, percebemos que esse crítico menciona a existência de conflito entre o "eu" interior do poeta, em que o "eu" é ao mesmo tempo espectador e ator, ele ainda diz que, esse embate se revela na poesia de Mário, o que podemos constatar ao ver uma passagem do poema “Dispersão”.

> Perdi-me dentro de mim
> Porque eu era labirinto,
> E hoje, quando me sinto,
> É com saudade de mim
>
> Passei pela minha vida
> Um astro doido a sonhar.
> Na ânsia de ultrapassar,
> Nem dei pela minha vida... (SÁ-CARNEIRO, 2006, p.10)

ISBN 978-85-87406-94-1

Nesse fragmento, observamos que a relação do sujeito poético com a realidade resulta, simultaneamente, em imagens do interior do eu-lírico e do universo exterior. Esse aspecto presente no poema nos revela a busca pelo seu próprio ser, que está perdido dentro de si mesmo. Isto é, o eu-lírico está vivenciando um conflito interno, por não saber mais quem ele é.

A busca pelo eu é uma característica frequente nos textos modernos, o que nos revela a fragmentação do sujeito que se relaciona com o “espírito do tempo” da modernidade, em que os autores revelavam então seus sentimentos e angústias por meio da literatura.

Assim, a busca pelo seu próprio ser é um tema recorrente na lírica desse autor, pois assim como ocorre no poema “Dispersão”, outros poemas nos mostram a maneira que o eu-lírico vaga dentro de si mesmo a procurando encontrar a sua essência. Podemos notar isso no poema “Escavação”:

> Numa ânsia de ter alguma cousa,
> Divago por mim mesmo a procurar,
> Desço-me todo, em vão, sem nada achar
> E a minh’alma perdida não repousa
>
> Nada tendo, decido-me a criar:
> Brando a espada: sou luz harmoniosa
> E chama genial que tudo ouve
> Unicamente à força de sonhar...
>
> Mas a vitória fulva esvai-se logo...
> E cinzas, cinzas só, em vez de fogo...
> _Onde existo que não existo em mim? (SÁ-CARNEIRO, 2006, p.4)

De acordo com Prado (2000), o próprio nome do poema já nos indica que o eu lírico escava sua mente em busca de respostas significativas para o seu "eu" interior, porém não as encontra.

Além disso, de acordo com Moisés (1999), podemos notar o diálogo conflituoso entre o "eu" interior do poeta, no qual há a existência do “outro” fora do “eu”, em que o “eu” age simultaneamente como ator e narrador e o "outro" como um espectador. E nesse momento o “outro” passa a ser um indivíduo dotado pela sua identidade "natural", protagonizando os dramas que antes pareciam ser do "eu", descobrindo, dessa maneira, o "outro" por uma força centrífuga.

ISBN 978-85-87406-94-1

Assim, esse crítico afirma que nas poesias da obra *Dispersão* o "eu" se autodesvenda, procurando recapturar sua identidade interna, equiparando o "outro" sem se comprometer a possível autonomia. Neste caso, conforme apresentado nas poesias acima, podemos ver a bipolaridade e a concepção de mundo de Mário de Sá-Carneiro, que nos revela uma desilusão com a vida, fazendo o com que o eu-lírico tenha a alma tomada por angústias, desespero, dor e tormento.

Portanto, para esse escritor, a atividade literária não era uma mera profissão e nem um simples instrumento de distração, mas sim, o ideal de sua vida, o qual colocava acima de tudo, por isso observa-se a influência de sua vida pessoal e de seus sentimentos refletidos em suas obras.

3. PERCURSO DO TRABALHO

Este artigo, por se tratar de um projeto de pesquisa que está em andamento, foi dividido em duas etapas, sendo a primeira de cunho bibliográfico, a que já está sendo realizada e ainda será ampliada ao longo deste ano de 2016. Na segunda fase, realizaremos uma pesquisa de campo, com alunos do terceiro ano do Ensino Médio.

Durante esta primeira etapa, fizemos um estudo sobre o Modernismo português, realizado a partir de Reis (1990; 2003) e Moisés (1985). Também, realizamos uma pesquisa sobre a vida e a obra do autor Mário de Sá-Carneiro, baseada nos estudos de Berardinelli (2005; 2015) e Moisés (1999; 2004). Além disso, iniciamos as investigações sobre os poemas que constituem o nosso *corpus*, a fim de identificar e descrever seus recursos de linguagem especiais e os efeitos de sentido que provocam, portanto foi realizada uma primeira interpretação desses poemas “Dispersão” e “Escavação”.

Após essa pesquisa de cunho bibliográfico, iniciaremos a segunda etapa deste trabalho, que consiste na elaboração de uma sequência didática, baseada nos estudos sobre este poeta português e o momento histórico em que está inserido, e em atividades por meio das quais seja possível conduzir a leitura dos textos por meio da exploração de seu plano de expressão em relação a seu plano de conteúdo, e da relação entre o Modernismo português e o brasileiro, que será aplicada no terceiro ano do Ensino Médio.

ISBN 978-85-87406-94-1

A aplicação da atividade partirá da contextualização sobre as características e momento histórico do Modernismo Português para os alunos, (que, neste momento, já terão estudado o Modernismo no Brasil) e a maneira como o poeta Mário de Sá-Carneiro se insere dentro deste período e como sua obra dialoga com a de outros autores. Em seguida, serão realizadas leituras e análises sobre alguns textos. Por fim, faremos a avaliação, que ocorrerá a partir das discussões e das atividades de análise que serão aplicadas para os estudantes.

Após o término desta etapa, pretendemos analisar os resultados do trabalho, a fim de verificar os níveis de apreensão dos estudantes tanto em relação aos aspectos formais quanto aos do conteúdo dos textos trabalhados, com o objetivo de refletir sobre a relevância do ensino de literatura portuguesa, tendo em vista a vinculação que apresenta em relação à nossa cultura a literatura, e à influência cultural que os escritores brasileiros herdaram dos autores portugueses.

4. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi apresentar o projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que está sendo desenvolvido ao longo deste ano de 2016, cuja proposta, é a de elaborar uma sequência didática sobre o poeta português modernista, Mário de Sá-Carneiro, a fim de que seja aplicada em sala de aula de terceiro ano do Ensino Médio, a fim de verificar a capacidade dos alunos em analisar os aspectos temáticos recorrentes nos textos que serão desenvolvidos e sua relação com a nossa literatura.

Devemos ressaltar que o interesse por esta pesquisa se deu devido ao questionamento sobre ensinar literatura portuguesa nas escolas brasileiras. Contudo, antes de desenvolver as atividades para essa sequência didática, estamos fazendo estudos teóricos sobre o autor e a maneira como ele se insere dentro do Modernismo. E, também, estamos realizando análises dos poemas “Dispersão” e “Escavação”, os quais pertencem à obra *Dispersão,* de Sá-Carneiro, a fim de encontrar os recursos estilísticos e os efeitos de sentido que provocam.

Durante as primeiras análises, notamos que, entre as características desses poemas, podemos observar que a fragmentação do sujeito e a busca pela identidade dos múltiplos “eus” é uma temática recorrente na obra deste autor.

ISBN 978-85-87406-94-1

Ainda, devemos destacar que essa temática é um aspecto presente nos poetas modernistas, pois eles estavam em sintonia com “o espírito do tempo” de modernidade, que se deu devido a essa fragmentação/divisão do ser em vários “eus”, os quais são abordados nos textos literários através do eu-lírico.

Por fim, justificamos a escolha de estudar Mário de Sá-Carneiro em nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), não só por ele se tratar de um poeta não tão conhecido pelos estudantes do Ensino Médio, mas, também, devido a sua representatividade no período Modernista e os temas frequentes de sua obra que tratam sobre a busca da identidade, o que hoje é algo comum entre os adolescentes. Assim, através das atividades em sala de aula, analisaremos, além do nível de apreensão formal e de conteúdo dos alunos, a relevância de se estudar literatura portuguesa na escola de Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BERARDINELLI, Cleonice. **Nossos clássicos:** Mário de Sá-Carneiro. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

BERARDINELLI, Cleonice. **Antologia Mário de Sá-Carneiro.** Rio de Janeiro: Editora de Janeiro, 2015.

CANDIDO, Antônio. **O estudo analítico do poema.** 5. ed. São Paulo: Associação Editoral Humanitas, 2006.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos.** 14. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1985.

_____. **A literatura portuguesa através dos textos.** 29. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

_____. **O Conto Português.** 5. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

PESSOA, Fernando. **O eu profundo e os outros eus.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

PRADO, Márcio Roberto do. O outro, a posse e o quase. *In:*__ **BOLETIM:** Centro de estudos portugueses. Araraquara: UNESP, v.9, n. 17/18, p.157-169, jan/dez 2000.

REIS, Carlos. **Literatura portuguesa moderna e contemporânea.** Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura:** introdução aos estudos literários. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

ISBN 978-85-87406-94-1

SÁ-CARNEIRO, Mário. **Dispersão.** Domínio Público, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/vo000005.pdf>. Acesso em 15 mai. 2016, 16:24:33

ISBN 978-85-87406-94-1

MATURIDADE PARA A ESCOLHA PROFISSIONAL DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO

Letícia Pizzamiglio[46] (Uni-FACEF)
Maria Luisa Casillo Jardim Maran (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

A adolescência constituiu-se como uma fase do desenvolvimento que se inicia na infância, aproximadamente, aos 10 anos e termina e aos 20 anos. Este período é composto por mudanças cognitivas, psicossociais, físicas e afetivas. Portanto é uma fase de transições e mutações (SOARES, 2002; ALVIM, 2011).

Trata-se de um período de grandes transformações, marcado por algumas crises comuns ao desenvolvimento. O jovem passa por modificações biológicas, como a puberdade, que se caracteriza por transformações fisiológicas e corporais. Ocorrem também mudanças psicológicas, com o aparecimento de alterações emocionais e a busca pela identidade (ALMEIDA; PINHO, 2008).

A puberdade tem duração curta, ocorrendo aproximadamente dos 10 aos 14 anos, período o qual se inicia a capacidade reprodutiva do ser humano. As modificações contidas nesse período são comuns a todos os indivíduos, no entanto questões como o próprio indivíduo ou fatores externos (climático, socioeconômicos e nutricionais), podem interferira idade com que cada adolescente entre na puberdade (LOURENÇO, QUEIROZ, 2010).

Neste período também ocorrem modificações nas características do pensamento, o mesmo passa a ser relativo, o jovem começa a ter noção de causalidade e raciocínio lógico, ou seja, atribuiu a mente características adultas sem perder de forma total as infantis. Ocorre a transição do pensamento lógico concreto para o abstrato, dando ao jovem a possibilidade de manipular suas ideias (TIBA, 1986).

Em nosso contexto sociocultural a adolescência também é marcada pelo fato de que o indivíduo se torna responsável pelos seus atos. Só

[46] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

após essa aquisição o mesmo pode ser considerado um adulto. Neste período, existe a necessidade de se escolher uma profissão, situação que pode potencializar as ansiedades e angústias vividas nessa fase de transformação (CORLATTI, 2009; ALMEIDA, PINHO, 2008).

> A adolescência é uma fase do ciclo de vida na qual o indivíduo passa por transições que acarretam grandes mudanças em seu desenvolvimento. Este é um período de consolidação da identidade, em que o jovem se depara com uma série de escolhas que definirão seu futuro, dentre elas a escolha profissional (ALMEIDA; PINHO, p.173, 2008).

O jovem deseja se sentir livre, buscando autonomia e independência, porém, ainda é dependente financeiramente e emocionalmente, vivenciando, desta maneira, um distanciamento entre seus desejos e a realidade (CORLATTI, 2009).

Faz-se presente o desejo de conquistar sua independência econômica, mas ao mesmo tempo não possui possibilidades de se sustentar sozinho e se vê dependente dos seus pais.

Nesta fase de transição entre o infantil e o adulto ocorre uma ruptura e, desta forma, o mesmo passa por um processo de luto, decorrente das mudanças físicas e psicológicas para que posteriormente o indivíduo passe a ser visto como um adulto permeado de responsabilidades (ALMEIDA; PINHO, 2008).

Esse processo de adaptação e de desenvolvimento não é algo fácil. Neste período o adolescente passa a buscar novos modelos de identificação fora da família, se ligando a grupo de amigos, colegas e ídolos. Estas identificações se fazem necessárias, pois nesta fase o jovem se vê na necessidade de possuir parâmetros de comportamento e de pensamento para formação de sua identidade (ALMEIDA, PINHO, 2008).

A formação da identidade é influenciada pelo contexto social, trata-se de um processo dinâmico, resultado de assimilações e rejeições de identificações feitas ao longo da vida. No contexto de formação de identidade e resolução da crise da adolescência, o jovem se depara com a necessidade de realizar uma escolha para seu futuro educacional e profissional. As escolhas acompanham o homem durante toda vida, sendo que toda escolha implica em

ISBN 978-85-87406-94-1

abandonar outras opções. Ao realizá-la, o adolescente precisa refletir que a decisão tomada não se restringe apenas a um curso ou atividade de trabalho, mas também a um estilo de vida, a um ambiente do qual irá fazer parte, ou seja, decide não só o que fazer, mas também quem deseja ser (ALMEIDA; PINHO,2008).

Diante da importância da escolha uma profissão surge nesta fase ansiedades e conflitos, além do luto a ser elaborado pelo adolescente, uma vez que à escolha de um curso técnico ou de graduação implica em renunciar a outras opções (ALMEIDA; PINHO, 2008).

> No processo de tomada de decisão profissional por parte do adolescente estão envolvidas, além das características individuais (incluindo-se a personalidade e a maturidade para a escolha), suas convicções políticas e religiosas, seus valores, seu contexto familiar. Para além desses aspectos, há que se considerar a própria situação político-econômica do país (CORLATTI,p.29, 2009).

A prática profissional é algo muito importante na vida do indivíduo, mas é na adolescência, momento marcado por instabilidades, mudanças cognitivas, sociais e físicas, que o sujeito é atordoado com um maior número de questionamentos sobre o seu futuro e as questões profissionais. Trata-se de um momento do desenvolvimento relacionado à entrada no mundo adulto (AMBIEL, NORONHA, 2006; ARAÚJO, LARA, LINDERet al.,2005).

É comum encontrar jovens realizando escolhas de maneira imatura, sem levar em consideração aspectos pessoais e o da profissão em si, o que ocorre devido à pressão para que se tome uma decisão imediata em relação a seu futuro profissional, fazendo com que a escolha possa ser feita de maneira equivocada (ARAÚJO, LARA, LINDER, et al.,2005).

O ato de realizar uma escolha é um ponto muito importante na vida do individuo. Quando realizada, de maneira adequada traz benefícios pessoais e sociais ao sujeito. Com isso se faz necessário que o adolescente leve em consideração suas características pessoais e as relacione com as profissões. A escolha deve contemplar anseios pessoais, mas não desconsiderando as realidades do mercado (BIGBETTI; MOGGI; MUNHOZ 2000.)

ISBN 978-85-87406-94-1

Com a globalização, o mercado de trabalho está em constante modificação e com isso novas profissões estão surgindo, enquanto outras são extintas, fazendo com que seja necessário planejar-se profissionalmente. Consequentemente, realizar uma escolha se tornou algo mais complexo do que alguns anos atrás, surgindo à necessidade de que o indivíduo passe a se orientar quanto à escolha profissional.

Com isso, a Orientação Profissional tem como objetivo auxiliar o jovem a realizar uma escolha da melhor maneira possível, ou seja, o ajudando a realizar uma escolha mais esclarecida, sendo feita uma reflexão sobre o que está por trás desta escolha, podendo, assim, reconhecer as influências do ambiente (ALMEIDA; PINHO, 2008).

Sob esta visão, a mesma vem com o intuito de realizar no sujeito um autoconhecimento e reflexão sobre todos os aspectos que envolvem o momento da escolha, com o objetivo fazer o mesmo se conhecer melhor fazendo com que a escolha seja realizada da melhor forma possível, trazendo ao sujeito um numero maior de benefícios.

O orientador possui como função minimizar as dificuldades relacionadas à decisão profissional, auxiliando o adolescente a realizar uma escolha adequada (NEPOMUCENO; WITTER, 2010).

> Neste sentido, a orientação profissional pode auxiliar o adolescente a realizar uma escolha mais esclarecida se reconhecer as influências que sofre, que estão relacionadas ao ambiente em que ele se desenvolveu: a família, a escola, o meio social e econômico, a religião e mesmo as questões psicológicas. Ou seja, a intervenção em orientação profissional deve proporcionar ao jovem orientando um momento de reflexão, especialmente acerca do que está por trás da sua escolha (ALMEIDA; PINHO,p.8, 2008).

A princípio a Orientação Profissional era um processo fortemente diretivo. O orientador tinha como seu papel realizar um diagnóstico e prognóstico e com isso indicar ocupações e profissões apropriadas. Na década de 40 surgiu a Terapia Centrada no Cliente, na qual a participação do sujeito era valorizada e o processo deixou de ser diretivo, passando a ser visto como um Aconselhamento Psicológico. Na década de 50 começaram a surgir diversas teorias sobre a escolha profissional, dando continuidade às mudanças que ocorreram na década anterior. Mais tarde foi publicada a Teoria do

ISBN 978-85-87406-94-1

Desenvolvimento Vocacional de Donald Super, o qual pontuava a escolha profissional como um processo que ocorria ao longo da vida do indivíduo (SPARTA, 2003).

Estágios de maturidade vocacional foram definidos por Super em seus estudos relacionados à escolha profissional. Estes estágios ocorrem ao longo da vida e estão relacionados com um ciclo de desenvolvimento. Para Super a maturidade para a escolha profissional está relacionada ao autoconceito. A formação do autoconceito tem seu inicio na infância estendendo-se por toda a vida do indivíduo (PESSÔA, 2011).

Segundo Super (1975), a maturidade vocacional é um fator que facilita o indivíduo a realizar uma escolha profissional. De maneira geral, os sujeitos indecisos possuem como característica pouca iniciativa de exploração a opções ocupacionais, fazendo com o que o sujeito tome atitudes impulsivas, baseando-se em uma dinâmica de erros e acertos, não possuindo perspectivas para o futuro e dificuldades na formação do autoconceito. Pontua o quanto a orientação profissional tem a contribuir no momento da escolha, a qual pode afetar tanto de forma positiva quanto negativa na vida do sujeito (MAGALÃES, REDIVO, s/n).

Sendo assim, um dos objetivos do processo de Orientação Profissional é incrementar o desenvolvimento vocacional, o qual pode ser medido pela maturidade vocacional, que nada mais é do que um local ocupado pelo indivíduo dentro de um contínuo desenvolvimento vocacional. Super considera que o indivíduo atingiu a maturidade vocacional quando está apto a tomar decisões (SPARTA, 2003).

Uma escolha realizada com maturidade traz consigo um número maior de realizações pessoais, fazendo com que o sujeito se sinta capaz e competente o que permite ao mesmo expressar sua criatividade, buscando seu melhor desempenho e conseqüentemente possuindo um melhor convívio social (ARAÚJO, LARA, LINDER, et al.,2005).

As relações do indivíduo no contexto educacional e familiar influenciam no desenvolvimento da maturidade vocacional. E dificuldades como falta de preparo, motivação, falta de informações, indecisões, expectativas que

ISBN 978-85-87406-94-1

não são compatíveis com a realidade do sujeito, conflitos internos e externos podem tornar o processo de escolha ainda mais difícil (PRIMI; BIGBETTI; MOGGI, 2000)

Primi, Bigbetti e Moggi (2008) em pesquisa realizada com adolescentes observaram diferenças de interesses entre estudantes de escola pública e particular. Os resultados mostraram que os alunos da rede pública. valorizam mais o prestigio social e a remuneração, comparados a estudantes do ensino privado.

Esteves, Miranda e Neiva (2005), em pesquisa com 956 alunos de Curitiba, sendo 60% deles de escola particular e 39,1% de escola pública observaram que existem diferenças significativas entre alunos da rede pública e particular, em todas as sub-escalas da Escala de Maturidade para a escolha profissional (EMEP). Alunos de escola particular obtiveram uma maior média, com isso, uma maior maturidade vocacional, quando comparada com os alunos da escola pública.

> Este resultado poderia estar associado a diferenças em relação ao nível de ensino destas escolas e ao nível socioeconômico e cultural dos estudantes que as frequentam. Em geral, as escolas particulares brasileiras têm um nível de ensino superior aos das escolas públicas e são frequentadas por alunos com nível socioeconômico e cultural mais alto. Sendo assim, os estudantes de escolas particulares têm mais oportunidade de discutir sobre a escolha profissional, mais acesso a informações profissionais e mais independência com relação aos fatores socioeconômicos que afetam esta escolha (ESTEVES, MIRANDA, NEIVA, p.11, 2005).

Diante das considerações nota-se também que o contexto social e econômico influencia de forma ativa o desenvolvimento da maturidade vocacional.

2. METODOLOGIA

2.1. Participantes

Considerando-se os objetivos propostos foram convidados a colaborar na pesquisa 80 adolescentes, distribuídos equitativamente em relação à origem escolar, estudantes do 3° ano do Ensino Médio.

ISBN 978-85-87406-94-1

2.2. Instrumentos

Para alcançar os objetivos pretendidos, para a realização da coleta dos dados foram utilizados os seguintes instrumentos:

a) Carta de apresentação da pesquisa
b) Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a ser assinado pelos estudantes voluntários e seus respectivos pais ou responsáveis, autorizando a realização deste trabalho.
c) Questionário sobre história pessoal e familiar
d) Escala de Maturidade para a escolha profissional (NEIVA, 2014).

A versão atual do instrumento é constituída por 45 afirmações que estão subdivididas em cinco sub-escalas: Determinação (definição e segurança com relação à escolha profissional), Responsabilidade (engajamento no processo de escolha e empreendimento de ações para sua efetivação), Independência (grau de influência externa na escolha profissional), Autoconhecimento (conhecimento das próprias características, habilidades, interesses, valores) e Conhecimento da Realidade Educativa e Sócio profissional (conhecimento sobre as profissões existentes, o mercado de trabalho, os níveis salariais, os cursos, as instituições de ensino). As três primeiras subescalas fazem parte da dimensão Atitude e as duas últimas, da dimensão Conhecimento (NEIVA, 2014).

2.3. Procedimentos

2.3.1. Coleta de Dados

Inicialmente o projeto foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Franca e, somente após a obtenção de um parecer favorável, deu-se início à coleta dos dados.

Realizou-se um levantamento das escolas públicas e particulares da cidade de Orlândia (SP) que possuem alunos no terceiro ano do ensino médio, selecionando-se as escolas que potencialmente poderão colaborar com a pesquisa por possuírem número razoável de alunos nas condições pleiteadas

ISBN 978-85-87406-94-1

por este estudo. Com isso a pesquisadora entrou em contato com as escolas selecionadas para apresentar os objetivos da pesquisa, forma de coleta dos dados e importância da sua colaboração, entregando nesse momento a Carta de Apresentação da Pesquisa.

O primeiro contato foi feito diretamente com os diretores das instituições, que posteriormente encaminharam para os coordenadores do ensino médio das instituições, no primeiro semestre de 2016. Os dados foram coletados em três escolas particulares e em uma pública para atingir número equivalente de alunos. Nas três escolas foram explicados os objetivos da pesquisa, quais atividades seriam realizadas e a importância da participação da instituição dos alunos. Na escola pública não foi observada nenhuma dificuldade, tendo sido necessário apenas que a solicitação fosse transmitida ao Conselho da escola. Já em uma das escolas particulares houve certa dificuldade devido à preocupação da escola com a perda de parte da aula pelos estudantes, embora tenha autorizado.

Após a autorização das instituições foi realizado o primeiro contato com os alunos, durante uma das aulas, com o objetivo de explicar o projeto a ser realizado e entregar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Questionário sobre histórico de vida àqueles alunos que demonstraram interesse em participar da pesquisa e agendada a data da aplicação do instrumento. Em uma das escolas particulares, devido a uma maior restrição, a diretora realizou a explicação da pesquisa e a entrega do termo de consentimento e, dessa forma, a pesquisadora entrou em contato com os alunos apenas na data da aplicação.

Na data da aplicação os alunos entregaram o termo de consentimento assinado e o questionário preenchido. A aplicação foi realizada em sala de aula, de forma coletiva, no horário de aula dos adolescentes.Alguns alunos não trouxeram o questionário, mas somente aqueles que não trouxeram o termo de consentimento assinado foram impedidos de participar.

ISBN 978-85-87406-94-1

3. ANÁLISE DE DADOS

Considerando-se o objetivo geral proposto, será realizada a codificação dos dados da EMEP elaborada pela pesquisadora, a partir do aplicativo computacional *Excel*, uma forma computadorizada para sistematização dos resultados individuais. Serão inseridas as respostas dos estudantes frente a cada um dos itens da escala, buscando visualizar os resultados brutos e percentis, tanto das sub-escalas quanto do resultado total da EMEP. Os resultados nesta escala serão analisados segundo as normas vigentes para a população estudada (estudantes do Ensino médio), presentes no manual da EMEP (NEIVA, 1999).

Os resultados do instrumento e de suas sub-escalas serão tratados de modo descritivo (média, desvio-padrão e mediana). A partir dessas análises, será possível se o fato do adolescente frequentar uma escola pública ou particular de ensino influencia o nível de maturidade para a escolha profissional, identificada a partir dos resultados da EMEP, tanto em relação às subescalas quanto sobre o resultado total.

4. CONCLUSÃO

Na sociedade atual é possível perceber que a adolescência é vivida de maneira diferente por cada sujeito, podendo ser mais longa ou mais curta de pendendo da situação econômica (LEVISKY, 2009).

Pode-se concluir com base em pesquisas bibliográficas, que a maneira como cada sujeito vivencia a adolescência possui grande influencia na formação da maturidade vocacional, pelo fato de que o jovem no momento da escolha não é apenas influenciado pelos aspectos internos, mas também pelos externos, ou seja, pelo meio em que vive.

O ato de escolher uma profissão já vem sendo estudado por uma diversidade de autores. A carreira é considerada algo fundamental, tanto quanto o lazer e a família na vida do sujeito, podendo contribuir ou não para seu equilíbrio emocional, muitas vezes, fazendo-se necessária a realização de

ISBN 978-85-87406-94-1

uma orientação vocacional (ESTEVES, MIRANDA, NEIVA, et al. 2005; COLETA, GUIMARÃES, OLIVEIRA, 2006).

Pode-se constatar através da literatura, que como desenvolvimento da orientação profissional, a mesma deixou de ser algo que direciona o que o sujeito deve fazer, passando de um modelo simples de encaixe (chave-fechadura) entre as habilidades do sujeito e as características da profissão, tornando-se um processo menos diretivo e com enfoque nos desejos do sujeito.

Sendo assim, para que se torne possível chegar a uma escolha plena é importante que o indivíduo tenha o conhecimento sobre si mesmo, e sobre as influencias que sofre, quais são seus desejos, vontades e ambições e até mesmo ter sabedoria sobre quais são seus pontos francos, ou seja, que já tenha adquirido uma certa maturidade vocacional,o que para Donald Super é fundamental

Com isso, o trabalho em questão tem como objetivo avaliar o nível de maturidade vocacional dos alunos de escolas públicas e particulares, verificando-se possíveis diferenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.E.G.G; PINHO, L.V. **Adolescência, Família e Escolhas:** implicações na orientação profissional. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, vol.20, n.2, p.173-184, 2008.

ALVIM, Joselene Lopes. **O papel da escola na orientação profissional:** uma análise contemporânea da dimensão teórica e prática na cidade de Presidente Prudente-SP. 2011. 183 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96502>.

AMBIEL, R.A.M; NORONA, A.P.P. **Orientação Profissional e Vocacional:**análise da produção científica. Psico-USF, v.11, n.1, o.75-84, jan/jun. 2006.

ARAÚJO,M.C.S; LARA, L.D.; LINDNER, V et al.**O Adolescente e a Escolha Profissional:** compreendendo: compreendendo o processo de decisão. *Arq. Ciênc. Saúde Unipar, Umuarama, 9(1), jan./abr*. p.57-61, 2005

ISBN 978-85-87406-94-1

BIGBETTI, C.A.; MOGGI, M.A.; MUNHOZ, A.M.H.et al. **Desenvolvimento de um Inventário de Levantamento das Dificuldades da Decisão Profissional.**Psicologia: Reflexão e Crítica, 13(3), pp.451-463. Itatiba- SP, 2000.

CORLATTI, C.T. **Maturidade Para Escolha e Experiência Profissional na Adolescência**. Ribeirão Preto, 2009.

LOURENÇO, B. QUEIROZ, L.B. **Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência.** Rev Med (São Paulo). 2010 abr.-jun.;89(2):0-5.

ESTEVES,C.; MIRANDA,V.R.; NEIVA, M.B.et al. **Um Estudo Sobre a Maturidade para Escolha Profissional de Alunos do Ensino Médio.** Revista Brasileira de Orientação profissional, pp.1-14, São Paulo, 2005.

MAGALHÃES, M. REDIVO, A. **Rê-opção de Curso e Maturidade Vocacional.**Núcleo de Orientação Educacional da ULBRA.

NEIVA, K. M. C. **Escala de Maturidade para a Escolha Profissional (EMEP): manual**.São Paulo: Vetor, 2014.

NEPOMUCENO, R.F; WITTER, G.P. **Influência da família na decisão profissional:**opinião de adolescentes. São Paulo; Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Volume 14, numero 1. Janeiro/Junho de 2010: 15-22.

PESSÔA, R.C. **Maturidade de Carreira e Desempenho Acadêmico em Estudantes do Ensino Fundamental.** Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia- IPsi, Bahia Agosto,2011)

SPARTA, Mônica. **O Desenvolvimento da Orientação Profissional no Brasil.** Rio Grande do Sul; Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2003.4 (1\2). pp1-11.

SOARES, D. H. P. **A Escolha Profissional**, do jovem ao adulto. São Paulo. Summus, 2002.

SUPER, D.E. **Determinantes Psíquicas de Escolha Profissional.** Arquivo brasileiro de Psicologia aplicada, Rio de Janeiro, Vol. 27 (2), pp. 3-17. Abr./jun. 1975.

TIBA,I. **Puberdade e Adolescência:** desenvolvimento biopsicossocial. São Paulo: Agora, 1986.

ISBN 978-85-87406-94-1

MULTIFRACTAIS NO DIAGNÓSTICO MÉDICO

Carolina Fernanda de Sousa[47] (Uni-FACEF)
Antônio Carlos da Silva Filho (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Uma série de trabalhos realizados por um grupo formado por pesquisadores da USP e o orientador deste projeto, aqui do Uni-FACEF, usou parâmetros de dinâmica não linear para realizar diagnósticos diferenciais em medicina (SILVA et al.,2005; 2014; SILVA FILHO et al.,2010). Este trabalho se encaixa nesta mesma linha de pesquisa e vai verificar a viabilidade de outros parâmetros não utilizados anteriormente (parâmetros de multifractalidade), bem como avaliar se alguns dos que aqui serão testados fornecem resultados iguais ou superiores aos já estudados nestes outros trabalhos.

O diagnóstico diferencial é o protocolo padrão da clínica médica. Pode ser feito de múltiplas maneiras, dependendo da enfermidade: pela anamnese, pelo uso de exames clínicos e laboratoriais, pelo uso de imagens, por fatos epidemiológicos, etc. Nos últimos anos, tem crescido a utilização de parâmetros oriundos da dinâmica não linear, como a Dimensão de Correlação, Entropia de Kolmogorov, Entropia de Shannon e os Expoentes de Hurst na realização destes diagnósticos. Outros tipos de parâmetros, como os oriundos da análise das séries temporais em seres humanos (como as obtidas através dos eletrocardiogramas ou dos eletroencefalogramas) já são clássicos, como a análise no domínio do tempo e a análise no domínio das frequências. Neste trabalho, o problema fundamental a ser atacado está na utilização de parâmetros advindos da análise multifractal (KANTERLHARDT et.al., 2002) de séries temporais cardíacas (IVANOV et al.,1999) - as séries RR - para dois conjuntos de indivíduos: 24 portadores de Doença de Chagas e 21 saudáveis, usados como controle, a fim de verificar se estes parâmetros conseguem discriminar estas duas populações. Um trabalho prévio (SILVA et. al., 2014) mostrou a viabilidade do parâmetro a ser testado nesta pesquisa.

[47] Bolsista IC – Uni-FACEF

ISBN 978-85-87406-94-1

2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os objetos geométricos conhecidos como Fractais (MANDELBROT, 1977) foram descobertos na década de 1980. O Matemático e origem polonesa Benoit Mandelbrot assim os chamou porque sua dimensionalidade não é um número inteiro. Existem várias definições de dimensão na literatura matemática e elas, usualmente, fornecem números diferentes para uma dada situação. Não se pode dizer que há uma definição melhor do que as outras, infelizmente. Assim, vamos apenas elencar algumas das mais usadas:

(i) Dimensão Euclidiana;

(ii) Dimensão Topológica;

(iii) Dimensão de Semelhança;

(iv) Dimensão de Caixa (ou Dimensão de Capacidade);

(v) Dimensão de Hausdorff-Besicovich;

(vi) Dimensão de Informação;

(vii) Dimensão de Correlação;

Por quê os fractais são importantes em Dinâmica Não Linear ? Porque, em Dinâmica Não Linear as soluções dos sistemas dinâmicos usualmente convergem para uma região do espaço de fases (chamada de atrator) e, nesta região, exibem determinadas geometrias, que podem ser exemplos de fractais.

As várias dimensões mencionadas acima são, normalmente, médias calculadas sobre estes atratores.

Mas ocorre, no mais das vezes, um fenômeno: diferentes partes do atrator são, em geral, diferentes entre si e estas diferenças são perdidas quando se fazem cálculos sobre médias. A fim de caracterizar a complexidade das geometrias destes atratores introduziu-se o conceito de Dimensões Generalizadas, que é o que nos interessa aqui. O propósito destas Dimensões é exatamente o de fornecer informação mais detalhada sobre a geometria do atrator.

Um exemplo da importância de se distinguir comportamentos médios é o estudo do comportamento de determinadas classes em certa escola. Pode ser que duas turmas do mesmo ano e nível tenham a mesma média geral numa dada

ISBN 978-85-87406-94-1

disciplina. Mas uma avaliação mais detalhada pode mostrar que, por exemplo, numa turma todos os alunos tiraram “cinco” (numa escala de zero a dez) e, na outra, metade tirou “zero” e a outra metade tirou “dez”. A média é a mesma, mas a informação mais detalhada revela comportamentos completamente diferentes.

A pergunta então, é: “Como podemos distinguir entre estas duas distribuições supondo que não as conhecemos em detalhe?”. Em Estatística, é comum o uso dos Momentos da Distribuição, “M_q”, que nada mais são do que a média das potências (em algum grau “q”) das diferenças entre os valores reais e o valor médio:

$$M_q = \frac{1}{N}\sum_{i=1}^{N}(x_i - \bar{x})^q$$

onde $\bar{x}$ é a média dos “x” valores. Os vários momentos dão uma maneira de, quantitativamente, especificar as diferenças entre as distribuições. Por exemplo, já com M2, que é a variância, podemos distinguir o comportamento entre as duas classes do exemplo acima: a dispersão na segunda é bem maior do que na primeira.

Um procedimento semelhante pode ser usado para caracterizar a geometria de um atrator. Usando a abordagem das caixas para o cálculo da dimensão (KANTERLHARDT et. al., 2002), suponhamos ter N pontos da trajetória de um atrator. No passo seguinte, dividimos o atrator em células de tamanho “R”, rotuladas como i = 1, 2, 3, ... , n(R), onde geralmente, N ≠ n(R).

Naturalmente, o número de células, n(R), depende de R. Chamamos de Ni o número de pontos na i-ésima células, n(R), definimos a probabilidade de se alcançar esta célula como sendo $p_i = N_i /N$. A Dimensão de Caixa Generalizada (ou de Capacidade), D_q , é, então, definida como:

$$D_q = \lim_{R \to 0} \frac{1}{q-1} \frac{ln\left(\sum_{i=1}^{n(R)} {p_i}^q\right)}{\ln(R)}$$

ISBN 978-85-87406-94-1

Aqui, “q” pode ser qualquer número real (não precisa ser um inteiro não negativo). Colocando q = 0 obtemos D_0, que é a Dimensão de Caixa usual.

Se q = 1 não podemos encontrar D_1, mas podemos encontrar o limite de D_q quando q → 1. Obtemos:

$$D_1 = \lim_{R \to 0} \frac{\sum_i p_i \ln(p_i)}{\ln(R)}$$

D_1 é chamada de Dimensão de Informação, por causa dos termos p ln(p), associados com a definição usual de “informação” para uma distribuição de probabilidade. Já D_2 vem a ser a usual Dimensão de Correlação. Todas são exemplos de dimensões fractais.

Como dissemos acima, diferentes partes do atrator podem ter diferentes propriedades. Assim, podem ter, por exemplo, diferentes dimensões fractais.

Como nas médias das notas para as classes, dois atratores diferentes podem apresentar a mesma dimensão fractal (seja a definição qual for) e, não obstante, diferir bastante na sua aparência. Um objeto com uma multiplicidade de dimensões fractais é chamado de “Multifractal”. Podemos tentar visualizá-lo como a superposição de vários objetos fractais, cada qual com sua própria dimensão.

A questão que surge, estão é: “Quantas regiões têm um particular valor (ou intervalo de valores) da dimensão fractal?”. Para responder a esta questão, desenvolveu-se um esquema que usa uma função de distribuição – usualmente chamada de f(α) – que dá a distribuição dos “expoentes de escala”, rotulados por “α”. Neste esquema, cobrimos o objeto geométrico real com células de tamanho “R” e perguntamos qual a fração da massa do objeto (para a qual usamos a mesma notação: p_i) que fica confinada à célula i.

Para este fim, assume-se que pi(Ri) satisfaz uma Relação de Escala (KANTERLHARDT et. al., 2002):

ISBN 978-85-87406-94-1

$$p_i(R_i) = k\, R_i^{\alpha_i}$$

onde “k” é uma constante (sem importância) de proporcionalidade e R_i é o tamanho da i-ésima célula. O número “α_i” é chamado de “índice de escala” para a célula “i”. Chamaremos, a seguir, o número de células que têm o índice α no intervalo entre α e α + dα de n(α)dα . A hipótese crucial é a de que esperamos que este número escalone com o tamanho das células com um determinado expoente característico, o qual denotaremos aqui – como acima – por f(α). Este expoente característico é definido formalmente como:

$$n(\alpha) = K\, R^{-f(\alpha)}$$

onde f(α) encontra-se no papel da dimensão fractal. Assim, podemos interpretar f(α) como a dimensão fractal do conjunto de pontos com índice de escala α.

Se colocarmos num gráfico f(α) em função de α, obteremos, para um multifractal, uma curva semelhante a uma parábola com concavidade voltada para baixo. O valor máximo de α para esta curva corresponde ao valor (médio) da Dimensão de Caixa. A diferença entre o maior e o menor valor de α, que chamaremos de Δα, é o parâmetro multifractal a ser aqui analisado como possível discriminador entre as duas populações estudadas.

3. OBJETIVOS

Encontrar um parâmetro não usual para a análise de séries temporais cardíacas e que seja útil para o diagnóstico diferencial em medicina.

4. METODOLOGIA

Este é um trabalho de natureza interdisciplinar, mas a pesquisa é eminentemente matemática, com o estudo de Sistemas Dinâmicos Não Lineares (MONTEIRO, 2002) e Fractais e Multifractais (MANDELBROT, 1982; KANTELHARDT, 2002). Portanto, vale-se do método lógico-dedutivo característico

ISBN 978-85-87406-94-1

da matemática, pois foca-se no desenvolvimento matemático nas áreas acima. Ainda assim, tem uma natureza também exploratória, feita através de simulações no computador usando dados reais obtidos anteriormente.

5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

As séries temporais cardíacas foram analisadas matematicamente através da dinâmica multifractal subjacente e na análise exploratória – que foi realizada através de simulações computacionais- usando dados reais. Um dos parâmetros de multifractaliddade usado é conhecido como “hq” e sua amplitude, conhecida como “deltahq” tem se mostrado útil para diferenciar indivíduos saudáveis de indivíduos com certas patologias. Analisamos o parâmetro “hq” (usado com dez componentes: hq(1) a hq(10)), a fim diferenciar duas populações de interesse médico: uma, formada por 21 indivíduos saudáveis e outra, formada por 24 indivíduos portadores da Doença de Chagas.

Tabela 1. Parâmetros hq

hq	P - valor	5%	1%
1	0,80326	0	0
2	0,862292	0	0
3	0,97385	0	0
4	0,608119	0	0
5	0,153461	0	0
6	0,029558	1	0
7	0,330677	0	0
8	0,815977	0	0
9	0,992894	0	0
10	0,961889	0	0

Os valores desta variável (hq) foram calculados para os indivíduos das duas populações. Os resultados para relativos à diferenciação entre ambas resultaram significativos no parâmetro hq(6) para um nível de confiança de 5% com um p-valor de 0,029558- sendo não significantes a este nível nos demais - segundo um t-teste realizado.

ISBN 978-85-87406-94-1

6. CONCLUSÃO

Os Expoentes de Hurst Generalizados são parâmetros dinâmicos advindos da análise multifractal e, ao nível de 5%, conseguem distinguir duas populações de indivíduos: uma de pessoas saudáveis e outra de pessoas com a doença de Chagas, revelando a sua potencialidade de virem a ser importantes para o diagnóstico médico. É a matemática ajudando a medicina a ser cada vez mais não invasiva.

REFERÊNCIAS

GLEICK, J. *Caos – A Criação de uma Nova Ciência*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. 310 p.

HANSELMAN, D.; LITTLEFIELD, B. Matlab 6 – *Curso Completo*. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 676 p.

IVANOV, P. C. H. et al. Multifractality in human heartbeat dynamics. *Nature*, v. 399, p. 461-5, 1999.

KANTELHARDT, J. W. et al. Multifractal detrended fluctuation analysis of nonstationary time series**.** *Physica A*, v. 316, p. 87-114, 2002.

MANDELBROT, B. B., *The Fractal Geometry of Nature*, New York: Freeman, 1977.
MONTEIRO, Luiz Henrique Alves. *Sistemas Dinâmicos*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2002. 527 p.

SILVA, F. M. H. S. P. et al. Identification of anaerobic threshold during dynamics exercise in healthy man using Kolmogorov-Sinai entropy. *Computers in Cardiology*, v. 32, p. 731-734, 2005.

SILVA, F. M. H. S. P. et al. The Loss of Multifractality as Evidence of Impaired Left Ventricular Ejection Fraction in Patientes after Acute Myocardial Infarction. *Computing in Cardiology*, v. 41, p. 413-416, 2014.

SILVA FILHO, A. C. et al. A New Parameter in the Nonlinear Dynamics of the Heart: The Higher Reconstruction Step. *Computers in Cardiology*, v. 37, p. 959-962, 2010.
STEWART, I. *Será que Deus Joga Dados?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. 336 p.

ISBN 978-85-87406-94-1

NIETZSCHE VISITA LACAN

Rodrigo Neiva (Uni-FACEF)
Antônio Cezar Peron(Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

A historia da humanidade esta intimamente ligada a exploração de outros estados de consciência que vão desde a ingestão de plantas alucinógenas por varias civilizações antigas, o uso do álcool etílico até brincadeiras ingênuas como por exemplo rodar ate ficar tonto. As substancias psicoativas são uma destas formas que o homem utiliza para alterar o estado de consciência.

Usar tais substancias associadas à fuga de algum problema e/ou mesmo como forma de enfrentamento é um comportamento bastante corriqueiro e ligado ao sentido de vida ,escolhas e modus operandi.

Isso nos leva a entender que Independentemente da classe econômica do indivíduo, seu nível intelectual e cultural, o fenômeno da dependência química cresce a níveis alarmantes em nossa época não pela simples ingestão destes psicoativos e sim por eles estarem sendo usados e de forma crescente ano a ano e também como forma paliativa de enfrentamento frente as dores e angustias necessárias ao crescimento a autonomia do individuo.

Se pegarmos como exemplo a questão dos antidepressivos fica ainda mais evidente que o problema que atinge a sociedade é de um ordem filosófico/existencial. Apesar de serem de uso controlado, os antidepressivos e ansiolíticos estão entre os medicamentos mais consumidos no país nos últimos anos. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), esses estes medicamentos que agem no sistema nervoso central têm sido mais utilizados no Brasil do que muitos medicamentos que não exigem receitas médicas.

Responsável por fiscalizar a produção e a comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, a Anvisa divulgou que de acordo com o Boletim do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, desde 2007 os ansiolíticos feitos a partir de substâncias como o clonazepam, bromazepam e alprazolam são os mais consumidos entre os 166 princípios ativos listados na Portaria SVS/MS nº 344, que inclui também as substâncias usadas em outros medicamentos de uso controlado, como emagrecedores e reguladores do sono.

ISBN 978-85-87406-94-1

De acordo com a Anvisa, a venda legal de Rivotril – nome com o qual é comercializado o ansiolítico produzido a partir do clonazepam chegou a 10,59 milhões de unidades em 2010. A Anvisa estima que só em 2015 os brasileiros gastaram ao menos R$ 94 milhões com Rivotril.

Entre os ansiolíticos, o segundo mais comercializado, o Lexotan (bromazepan), vendeu, em 2010, 4,4 milhões de unidades. Já o Frontal (alprazolam) registrou 4,3 milhões de unidades.

Com base nesses dados o que tentamos buscar aqui como objetivo é uma reflexão acerca das bases psicofilosoficas da angustia entendendo historicamente os conceitos de homem e de angustia através dos tempos e propondo uma visita de Nietzsche a Lacan como enredo à ressignificação do próprio modelo de homem do autor .

2. NIETZSCHE E A FILOSOFIA DO CORPO

A filosofia de Nietzsche é uma filosofia dos afetos, das paixões e desejos, que contempla o individualismo, a força, a abundância e os instintos de vida. Para ele filosofar não era uma atitude teórica e contemplativa, mas uma atitude prática que se enraíza na vida, um ato de libertação de toda subjugação, de toda moral, de toda deformação e de tudo aquilo que nos prende a religiões, grupos e ideologias.

Em “Crepúscolo dos Idolos” Nietzsche afirma que o homem livre é um guerreiro. “Pois o que é a liberdade? Ter a vontade de responsabilidade própria. Manter firme a distância que nos separa.

Tornar-se indiferente a cansaço, dureza, privação, e mesmo à vida. Estar pronto a sacrificar à sua causa seres humanos, sem excluir a si próprio. Liberdade significa que os instintos viris, que se alegram com a guerra e a vitória, têm domínio sobre outros instintos, por exemplo, sobre o da ‘felicidade’.

O homem livre é um guerreiro.” (Nietzsche, 1974, p.348-9)

A filosofia como libertação se personifica em um dos seus personagens Zarathustra é aquele que nos ensina o caminho da liberdade, ensina-nos como devemos ser senhor de si mesmo. Publicado entre 1883 e 1885, “Assim falou

ISBN 978-85-87406-94-1

Zarathustra", é considerado um dos seus principais livros. Neste livro, de forma poética, está condensado toda sua filosofia.

Através de Zarathustra Nietzsche criticou os valores morais de sua época, desconstruiu a metafísica, denunciou o atraso da educação e cultura alemã, criticou o estado e a política. Mas o que nos interessa em Zarathustra são seus ensinamentos. Ele nos ensina que a dor e o sofrimento é parte integral da vida e que viver é um processo contínuo de libertação. É sobre este personagem que trataremos.

Afinal, o que Zarathustra nos ensina?

Zarathustra é o além do homem (Übermensch), pois ele viu muitas coisas, sofreu muito, amou, odiou, foi guerreiro, experimentou a morte, comemorou a vida. Em seu caminho cheio de pedras ele superou a si mesmo. Em sua Odisséia ele superou muitos monstros, muitos dragões até tornar-se ele próprio, até tornar-se Zarathustra. O que Zarathustra nos ensina é tornar-se "si mesmo".

Essa é sua principal sabedoria. É isso que devemos aprender com ele, devemos aprender a ser nós mesmos. Não devemos seguir ninguém, não devemos seguir ídolos, nem mesmo a Zarathustra .

Foi muito difícil a Zarathustra tornar-se si mesmo, foi preciso muita coragem, foi preciso engolir muito sal. Ele soube reconhecer seu destino. Ele soube viver sua vida. A maior parte dos homens não vive sua vida, não cumpre seu destino. Temos que aprender a coisa mais difícil desse mundo: aprender a viver. Viver é saber qual é o nosso destino.

O destino não pode ser imposto de fora, ele deve ser puro como o mais fino brilhante, ele vem de dentro de nossos corações, devemos identificá-lo. Quem reconheceu seu destino quer cumpri-lo. Quem deseja amar, que ame. Quem deseja a liberdade, que se liberte.

No destino há dor, mas também há esperança. É na dor que aprendemos qual é o nosso destino. A dor nos ensina a viver. Devemos respeitá-la e amá-la como algo necessário. Muitos indivíduos não respeitam sua dor, não aprendem nada com ela. Estão sempre se lamentando e maldizendo a vida. Muitos

ISBN 978-85-87406-94-1

nem ao menos sabem por que sofrem. Acham que a dor é causada pela falta de dinheiro, falta de amor, falta de emprego.

Se tentassem entender a dor, tudo seria mais fácil. Perceberiam que ela não é causada pelo mundo, mas é uma dor pessoal causada pela insatisfação, causada pelo desejo de viver, causada pelo desejo de liberdade. Não percebem que é seu destino que reclama dentro de seus corações. Os homens sufocam seu destino e é na dor que o destino grita por socorro. É o destino em nossos corações que reclama à vida

Zarathustra nos ensina que falta obstinação ao homem. F Temos que viver conforme o nosso coração. Temos que deixar de ser gregários. Temos que adquirir perspectivas pessoais. Temos que ser frios e corajosos. Tudo que existe possui um destino. O destino do pássaro é voar.

O destino do peixe é nadar. O destino do homem é realizar seu sentido interno. Temos que descobrir o nosso sentido interno, a nossa natureza. Só assim nos tornamos um espírito livre.

Temos que voltar a sermos crianças, pois “a criança é a inocência, e o esquecimento, um novo começar, um brinquedo, uma roda que gira sobre si, um movimento, uma santa afirmação” (Nietzsche, 2004, p.36) A criança é um espírito livre. Ela segue seu sentido interno.

Ela é pura espontaneidade, necessidade, liberdade, não sente culpa, não tem malicia, é inocência e sua vida consiste em brincar. Já o adulto é consciente de seus atos, sabe que para viver em sociedade deve abandonar uma grande parte de seus sonhos e desejos, pois deve se adaptar as exigência da vida social. O homem civilizado vive uma vida inautêntica. É um ser não-livre, moral, que sente culpa e remorso pelos seus atos.

Para Zarathustra o destino do homem é crescer enquanto indivíduo. O sentido interno do homem está ligado a sua vontade de potência, a sua vontade de crescimento. O que importa é a nossa força interna, a força vital. O importante é cumprir o nosso destino individual. Enquanto seres gregários não temos individualidade.

ISBN 978-85-87406-94-1

A individualidade é algo que temos que adquirir através do nosso destino pessoal. Temos que viver autenticamente a vida. Temos que ser nós mesmos. O indivíduo só se torna o que se é por suas próprias forças, ou seja, por sua vontade de potência. “E onde há sacrifício, serviço e olhar de amor há também vontade de ser senhor.

Por caminhos secretos desliza o mais fraco até a fortaleza, e até mesmo ao coração do mais poderoso, para roubar o poder. E a própria vida me confiou este segredo. ‘Olha – disse – eu sou o que deve ser superior a si mesmo’”.(Nietzsche, 2004,p.96-7) O que Zarathustra nos ensina é ser senhor de si mesmo, pois aquele que é senhor de si mesmo é senhor do mundo.

3. SARTRE E A FILOSOFIA DA ANGUSTIA PELA ESCOLHA

Sartre afirma que a angustia surge da consciência de nossa liberdade, da responsabilidade por nossos atos. “É na angústia que o homem toma consciência de sua liberdade (…) na angústia que a liberdade está em seu ser colocando-se a si mesmo em questão”. (SARTRE, 2002, p.72). Dessa forma, a angústia resulta da revelação da nossa própria liberdade , limitada apenas por si mesma, fonte absoluta de todo sentido.

Sartre diagnosticou em nossa época que a maior parte dos seres humanos preferem não serem livres. O homem prefere a não-liberdade do que sentir a angústia de escolher sua própria liberdade. Alguns homens prendem-se a riquezas, outros a fama. Uns levam o peso de seu orgulho, outros o peso da solidão. Uns prende-se ao casamento, outros a religião.

Um curva a cabeça ao seu chefe, outro a família. Só para exemplificar, hoje em dia nós vemos uma grande parte dos casais vivendo juntos sem amor, apenas se suportando. Isso por causa dos filhos, por causa dos bens ou mesmo por dependência psíquica em relação ao outro. A vida torna-se insuportável.

O resultado são as brigas, as traições, a ansiedade, as compulsões e as neuroses. Também há profissionais que fazem a mesma atividade e odeiam o que fazem, são incapazes de mudar de vida. Ficam na mesma profissão por anos a fio, mesmo odiando o que fazem. É um desperdício das capacidades físicas, intelectuais e da criatividade.

ISBN 978-85-87406-94-1

A explicação de Sartre para estes problemas está na angústia da escolha. O homem tem medo da liberdade. Para muitos seres humanos a liberdade gera a angústia. Muitos não suportam esta angústia e para não assumir a liberdade, fogem dela. São incapazes de escolher. São homens da má-fé. A má-fé é a atitude característica do homem que não é capaz de escolher.

Este tipo de homem aceita passivamente sua situação, pensa que sua vida é assim porque Deus quis e que não pode mudar seu destino. Ele aceita os valores, normas e regras da tradição passivamente sem nunca refletir sobre elas. Ele engana a si mesmo e pensa que é dono de seus atos.

Quando não temos convicção sobre o que realmente desejamos e sentimos, somos levados a desejar e a querer o que a sociedade ou grupos nos inculcam. A ambição e as metas que temos não são nossas, mas aprendemos e a adquirimos de outros. Lutar pelo êxito financeiro, procurar ser um profissional bem sucedido, ter fama ou poder para sermos amados e admirados torna-se uma ilusão. O resultado disso é a ansiedade, o vazio interior e a solidão.

Quando os verdadeiros sentimentos e desejos se perdem surge a apatia e a resignação. A vida torna-se fútil, sem emoções e os sonhos perdem sua importância. Esse medo e incapacidade de escolher nos leva ao vazio.

O vazio vem do sentimento do nada que experimentamos. A pior coisa que pode acontecer a um homem é o nada. O nada é o não-ser, o não se realizar, o não querer mais, é o cansaço e a impotência. Vivemos numa época de incerteza, de insegurança e de superficialidade.

Temos dificuldade em entender nossa própria experiência social e não conseguimos nos dar conta da relação que há entre nossas vidas e as forças que nos subjugam. Não percebemos que nossos dramas, conflitos, medos, frustrações são em grande parte causados pelos valores de nossa sociedade ou pelas estruturas sociais que nos governam. Por causa disso, não temos uma experiência bem definida das nossas próprias necessidades, não sabemos o que sentimos ou o que verdadeiramente queremos.

Todos os dias os indivíduos acordam cedo, vão para o trabalho, almoçam com os mesmos colegas, compartilham as mesmas experiências. Quando voltam do trabalho para casa, conversam sobre os mesmos assuntos, fazem as

ISBN 978-85-87406-94-1

mesmas atividades e assistem aos mesmos programas de televisão. Aos finais de semana buscam as mesmas agitações e divertimentos.

Eles são incapazes de perceber que possuem uma vida fragmentada, muitas vezes degradada pelo cotidiano da labuta, das transformações econômicas e do consumo. Estão sempre em movimento, em busca de um objetivo ou desejo insuflado pela sociedade. Apegam-se a verdades, valores ou regras externas, que não escolheram conscientemente.

Como se o mundo tivesse um sentido ou um significado dado apriori. São seres despersonalizados pela cultura. Seguem padrões. Vivem numa Matrix, incapazes de separar a consciência da realidade. São incapazes de contemplar seu mundo interior. São incapazes de reconhecer o Nada e darem sentido a suas próprias vidas. Como diz Montaigne “meditar sobre a finitude é meditar sobre a liberdade”.

A angústia é uma característica fundamental da existência humana. Quando o homem desperta para a consciência da vida, percebe que ela não tem sentido ou uma finalidade. É na angústia que percebemos o nada como essa sombra que paira sobre todas as coisas.

O nada que tudo aniquila, está por sobre e além de nós. Na angústia todas as coisas se nivelam. Tudo se torna efêmero, tudo se torna igual. O mundo perde sua cor. Tudo caminha para seu ocaso. Tudo caminha para seu fim e decadência. Na angústia percebemos que somos um ser para morte. É a morte que retira todo o sentido da vida. Como afirma Heidegger, “o mundo surge diante do homem aniquilando todas as coisas particulares que o rodeiam e, portanto, apontando para o nada” (HEIDDEGER Apud CHAUÍ, 1996. p. 9).

Nesse sentido o homem é o único ente que pode compreender o traço constitutivo de seu ser no mundo. A totalidade do ser da existência humana, segundo Heidegger, nós experimentamos na angústia.

O homem é condicionado por suas condições geográficas, históricas, sociais e econômicas. Ele percebe o mundo como submissão, como facticidade, uma vez que é determinado pelas contingências e circunstâncias da vida. Contudo, o homem não é apenas facticidade, mas é também transcendência. Ele sempre busca algo além de suas circunstâncias, algo além de si mesmo.

ISBN 978-85-87406-94-1

Ele busca no devir sua realização. O que todo ser humano busca é a felicidade aqui na terra. A vida autêntica surge, portanto, quando somos capazes de dar sentido a nossa vida, preenchendo o nada que nós próprios somos. A vida não tem um sentido. A vida é um eterno vazio. Somos nós que devemos preenchê-la, norteá-la.

O sentido para a vida será dado por nossas escolhas. Através de nossas escolhas vamos preenchendo esse nada que somos, vamos criando uma biografia, uma história, um sentido para nossa vida. "A angústia é, dentre todos os sentimentos e modos da existência humana, aquele que pode reconduzir o homem ao encontro de sua totalidade como ser e juntar os pedaços a que é reduzido pela imersão na monotonia e na indiferenciação da vida cotidiana.

A angústia faria o homem elevar-se da traição cometida contra si mesmo, quando se deixa dominar pelas mesquinharias do dia-a-dia, até o autoconhecimento em sua dimensão mais profunda" (CHAUÍ, 1996 p.8-9).

Contudo, alguns homens fogem da angustia, procuram preencher seu vazio de modo impessoal, vivem uma vida inautêntica. Buscam preencher seu vazio na banalidade da vida cotidiana. A impessoalidade torna a vida mais segura e monótona. Fazer o que os outros fazem torna a vida mais fácil. Nos dias atuais muitos preenchem seu vazio em divertimentos e no consumo. Os indivíduos buscam ainda cargos, poder, dinheiro, sexo para fugir da angústia e da responsabilidade por sua vida.

O mal de tudo isso é que buscam as agitações da vida como se a posse das coisas que buscam devesse torná-los verdadeiramente felizes. O problema é que não os tornam, nunca estão satisfeitos com nada. A grande consequência disso é que abandonam seu projeto essencial. As preocupações da vida constantemente os distraem e o perturbam. "O ser-humano, em sua vida cotidiana, seria promiscuamente público e reduziria sua vida à vida com os outros e para os outros, alienando-se totalmente da principal tarefa que seria o tornar-se si mesmo" (CHAUÍ, 1996 p.8).

ISBN 978-85-87406-94-1

4. LACAN E A TEORIA MODERNA DA ANGUSTIA

Lacan (2005) dedica o Seminário de 1962-1963 à angústia. Toma a experiência analítica como referência essencial. Sua consideração não é com a compilação da diferença entre Angst e anxiety; ele não se detém na história e natureza das palavras, não entra no debate filológico.

Os conceitos em psicanálise só servem em relação a uma prática. Lacan não faz uma teoria geral dos afetos para chegar à angústia. Em sua investigação sobre a angústia, ele procura localizar pontos privilegiados em que ela emerge, com seus relevos, elaborando uma verdadeira orografia da angústia. “A angústia é um afeto” (p. 28). Apresenta a angústia como algo certeiro: “A angústia não é a dúvida, a angústia é a causa da dúvida" (p. 88). Distingue-se do sentimento por não mentir, enquanto que quem sente, mente (senti ment).

“A angústia é isto que não engana” (p. 88). Ela tem um valor de verdade. Esta afirmação decorre de uma tradição existencialista. Kierkegaard e Heidegger localizam a angústia como a experiência do nada, própria do humano numa relação com o nada; não está ligada a nenhum objeto específico, no que, para esses autores, a angústia se diferencia do medo e do desejo. Consideram-na como a experiência de uma negatividade originária. Assim, vai além da experiência.

Lacan retoma a obra de Kierkegaard – O conceito de angústia, em que essa experiência precede a do pecado. Portanto, podendo ser fundante da culpabilidade. E coloca a angústia como experiência de liberdade, já que não é determinada empiricamente. É o que Lacan vem dizer como experiência de ex-sistência, fora de sua experiência animal. Kierkegaard fornece uma fenomenologia da angústia, comparando-a à vertigem, vertigem da liberdade.

E a angústia passa a ser considerada como a falta-a-ser do sujeito. É a angústia que coloca o homem como um ser fora do mundo. Da angústia de liberdade se introduz a culpa, a culpa do pecado original. Esse autor faz uma reflexão sobre o tipo de causalidade em jogo no pecado original. Lacan considera, tal como Kierkegaard, que este pecado é, de início, feminino e que a mulher é mais angustiada do que o homem. Talvez por ser insatisfeita, já que a angústia provém da relação com o desejo do Outro. Desejo enquanto desejo de desejo (Lacan, 2005, p.360). Lacan parte da lei e a substitui pela causa.

ISBN 978-85-87406-94-1

Para Freud, em 1907, lembra François Leguil (2001) “tudo que é neurótico é um equivalente da angústia, pois todos os sintomas provêm da libido e a libido pode se transformar em angústia”. “Em 1916, continua Leguil, ele diz que angústia e neurose são a mesma coisa. Mas se debruça no fato de que há neuroses sem angústia. Para ele a angústia não vem do medo, mas é o medo que vem da angústia.”

A angústia não é passível de descrição, o que se pode é narrá-la, uma a uma, pois ela não se desprende do particular. Freud diz da psicose, em que a angústia, por não poder ser cercada, é interpretada pelo psicótico como proveniente da má intenção do Outro gozador.

Em Inibição, sintoma e angústia, Freud (1926) coloca a inibição na dimensão do movimento, paralização do movimento, mas se restringe à locomoção. Lacan prefere a palavra impedimento e considera que estar impedido é um sintoma, ser inibido é um sintoma.

O impedimento não é do movimento, mas do sujeito, o que nos aproxima da angústia. Lacan coloca impedimento na mesma coluna do sintoma. E introduz um terceiro termo, embaraço, que diz do sujeito revestido da barra. Embaraço é o máximo da dificuldade. No sentido do movimento, Lacan coloca inibição, emoção e efusão. O que é angústia? Não é uma emoção, é um afeto. O afeto não é recalcado. Os significantes que o amarram é que são recalcados. Lacan se pergunta quanto a como falar da angústia quando nela são juntadas experiências muito diversificadas.

5. DESEJO DO OUTRO

Che vuoi? A angústia coloca um enigma: O que o Outro quer de mim? “Introduzi a angústia como a manifestação do desejo do Outro.” O desejo do Outro é sinal, o sujeito é avisado de alguma coisa que o questiona – na raiz, na causa de seu desejo e não quanto ao objeto –, que o anula “para que o Outro se encontre aí. Isso é que é a angústia.” É uma dimensão temporal de antecedência. (Lacan, 2005, p. 169) Evocando a música de Chico, Pedaço de mim, Forbes (2004-2005) diz que a angústia não tem a ver com a castração, mas com os pedaços de mim que vou continuar te dando para um dia você dizer que também me ama. Que objeto a eu sou para o Outro me desejar? É a angústia como falta no Outro (A barrado). É a

ISBN 978-85-87406-94-1

tentativa de reparar o Outro. Lacan diz que o desejo intervém no amor, mas não diz respeito ao objeto amado. Inserindo a pergunta quanto ao desejo do analista, Lacan diz que é preciso partir da experiência do amor.

A articulação que Lacan faz sobre o desejo é diferente da de Hegel. “Em Hegel, o Outro é aquele que me vê. ... “Esse Outro (A), antes de saber o que quer dizer minha relação com seu desejo quando estou angustiado... O desejo do homem é o desejo do Outro.” Lacan rompe com Hegel à medida em que este autor coloca o desejo como desejo de reconhecimento pelo Outro. Em Hegel “lido com o Outro da maneira mais segura e mais articulada como consciência.

O Outro é aquele que me vê. ... é nesse plano que meu desejo está implicado. Para Lacan, porque Lacan é analista, o Outro existe como inconsciência constituída como tal. O Outro concerne a meu desejo na medida do que lhe falta e de que ele não sabe.” Não é através de um objeto qualquer que se tem acesso ao desejo e à sustentação do desejo, a não ser atando-o ao sujeito barrado. Daí a dependência do sujeito em relação ao Outro. Trata-se do Outro como lugar do significante e do Outro da diferença singular. (Lacan, 2005, p. 33)

No Seminário X A Angústia, Lacan desenvolve uma práxis baseada no desejo (erotologia que se contrapõe à psicologia) e no afeto - angústia.

A angústia não é sem objeto. Se em Freud (1926) – Inibição, sintoma e angústia – a angústia se dava pela falta do objeto, em Lacan se dá pela presença do objeto, o objeto a, reserva de gozo e causa do desejo, que tenho de suportar. Não se trata do objeto visado, mas do objeto causa do desejo. Isso não falta. (Lacan, 2005, p. 64)

O acesso à angústia, Lacan o situa entre três temas: o gozo do Outro; a demanda do Outro; e desejo do analista.

A incidência do real no simbólico é a angústia, o que não engana. Só há superação da angústia quando o Outro é nomeado. Só existe amor por um nome ... O que faz de uma psicanálise uma aventura singular é a busca do agalma no campo do Outro. (Lacan, 2005, p. 366) É o que é levar uma análise às últimas conseqüências, ultrapassar o ponto de angústia e poder nomear o estranho. O analista só opera na condição de ter que responder ele mesmo à estrutura do estranho.

ISBN 978-85-87406-94-1

6. UNHEIMLICH - ESTRANHO

"O artigo de Freud Unheimlichkeit... é o eixo indispensável para abordar a questão da angústia." (Lacan, 2005, p. 51) Unheimlichkeit aparece no lugar da falta. Tudo começa com a castração imaginária. Como não existe imagem da falta, quando aparece algo ali é porque a falta falta. Não são necessariamente as anomalias que nos angustiam. Se faltar a norma – o que constitui tanto a anomalia como a falta – e esta, então, não faltar, é aí que começa a angústia.

Sobre esta matriz da angústia, diz Forbes (2004-2005), o analista vai incomodar, dar ao analisante a experiência do estranho. Aparece a angústia como perda da identidade; você se vê como aquilo que teme ser. Unheimlich ocupa a função da causa como inconceptualizável. O objeto estranho, no real, está ligado ao gozo.

6.1. Psicanálise e Psiquiatria

Não fazemos epistemologia da psicanálise. O sujeito da psicanálise é inclassificável e está além dos cálculos científicos. O chiste, a dúvida, os ciúmes, o medo e a angústia não são questão da ciência. O clínico se pergunta sobre o real e busca localizar o sintoma entre a inibição e a angústia. Leguil (2001), na aula que deu no Seminário de Jacques-Alain Miller faz uma crítica aos DSM III e DSM IV, que eliminam a angústia, diluindo-a na ansiedade, e que eliminam a subjetividade do clínico nos diagnósticos, que acaba se restringindo às normas.

Em contraponto à posição tradicional da psiquiatria, que concebe a angústia como um transtorno ou um disfuncionamento e que, portanto, se propõe como tarefa desangustiar, a psicanálise vê nela um importante indicador da proximidade do sujeito com a causa de seu desejo (o famoso objeto a) e via de acesso ao mais singular do sujeito. Nesse mesmo seminário, Leguil afirma que "O único remédio contra a angústia é o desejo, pois só o desejo, na medida em que ele introduz a falta, pode acalmar as relações do sujeito com o surgimento do objeto" (p. 169).

A psicanálise não exclui, mas encampa a angústia. Ela possibilita o circuito da palavra com o corpo. Palavra que não passa pelo sentido, mas que ressoa, toca o corpo. Lacan considera a angústia como signo do desejo e índice do real - não é

ISBN 978-85-87406-94-1

considerada uma emoção, mas, como mencionado, um afeto que não engana. Envolve a dimensão ética, já que envolve o sujeito com seu gozo. Trata-se da clínica do caso a caso.

6.2. Corpo

"Angústia é um afeto." (Lacan, 2005, p. 28) O corpo é afetado. O interessante é que tem manifestação biológica, mas a causa dessa afetação do corpo não tem uma realidade palpável, mas ligada a representações do sujeito. "A angústia é a verdade da sexualidade." (p. 311) Aparece cada vez que seu fluxo se retira e mostra a castração. A castração é o preço desta estrutura.

O ponto de angústia é o ponto orientador que vem substituir o falo. Ao incluir o corpo e o gozo, Lacan inventa o parlêtre, que vem substituir o sujeito do inconsciente e está preparando a segunda clínica.

7. MOTOR DA ANÁLISE

A angústia lacaniana é uma angústia produtora – produz o objeto-causa. (Miller, 2007, p. 92) É o motor da análise e cabe ao analista manejar sua rotação. "O analista é um radar de angústia", diz Forbes (2004-2005). Com efeito, Lacan a toma como termômetro a ser utilizado pelos psicanalistas: "Sentir o que o sujeito pode suportar de angústia os põe à prova a todo instante." (Lacan, 2005, p. 13) Seu propósito é a justa maneira de trabalhar a angústia para que ela não se acomode, "...a este real como tal, é de não se ligar a nada. Pelo menos é assim que eu concebo o real" (p. 123). Sem lei, desconectado, arriscado. Lacan mostra em ato a clínica como real enquanto o impossível de suportar.

REFERENCIAS

CHAUÍ, Marilena. Heidegger, vida e obra. In: Prefácio. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Giacóia , O. Nietzsche. Publifolha, 2000 (Folha explica)

Nietzsche, F. Assim Falou Zarathustra. Martin Claret: São Paulo, 2004

ISBN 978-85-87406-94-1

Nietzsche, F. Crepúsculo dos idolos. In: Os Pensadores.

SARTRE, J. P. O Ser e o Nada: Ensaio de ontologia fenomenológica, trad. Paulo Perdigão Petrópolis: Vozes, 2002.

FORBES, J. Sobre a angústia. Módulo de Pesquisa, Projeto Análise, 2004-2005. FORBES, J. “A psicanálise do homem desbussolado – as reações ao futuro e o seu tratamento”,

Opção Lacaniana – Revista Internacional de Psicanálise, São Paulo, n. 42, p. 30-33, 2005a. FREUD, S. Inibição, Sintoma e Angústia, Edição Standard das Obras Completas, vol. XX, Imago: Rio de Janeiro, 1974.

LACAN, J. O Seminário livro 10 – A angústia (1962-1963). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

LACAN, J. (1973) “Televisão”, Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 508- 543.

LEGUIL, F. Angústia – 13a. aula no Curso Le lieu et le lien, 2001. MILLER, J.-A. La angustia lacaniana, Buenos Aires: Paidós, 2007. MILLER, J.-A. Le lieu et le lien – Curso no.13, 2001.

ISBN 978-85-87406-94-1

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: queda de fronteiras e o avanço do profissional contábil

Amanda Cristina Torralbo Pugliesi[48] (Uni-FACEF)
Laís Lima de Almeida (Uni-FACEF)
Márcia Roberta Mércuri (Uni-FACEF)
Patrícia Sandri Amaral (Uni-FACEF)
Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade internacional surgiu com a necessidade de harmonizar os padrões de contabilidade entre os países, isto posto com o objetivo de concretizar a contabilidade como linguagem de negócios, independente da posição geográfica das empresas e investidores. A adoção das normas internacionais de contabilidade, por mais de 130 países, inclusive pelo Brasil, insere ao contexto econômico um grande avanço da credibilidade e transparência das Demonstrações Contábeis para tomada de decisões dos diversos stakeholders espalhados globalmente. No Brasil, a adoção foi concretizada pela emissão dos CPCs equivalentes ás normas internacionais respondendo aos vários aspectos contábeis necessários à gestão, principalmente, de grandes empresas. Para tanto o profissional contábil deve estar preparado para suprir a demanda profissional do mercado. Os cursos de Ciências Contábeis devem estar com seus planos pedagógicos atualizados adequadamente para suprir o mercado com profissionais preparados para a demanda do mercado e engrandecimento do papel da contabilidade.

Diante disso surgi a questão: “As Instituições de Ensino Superior estão preparando os discentes dos Cursos de Ciências Contábeis para um mercado de trabalho globalizado?” Esta pergunta será respondida no desenvolvimento da pesquisa.

Neste contexto, busca-se conhecer a dinâmica dos cursos de Ciências Contábeis frente a quase uma década da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil em relação à demanda do mercado.

Para atingir o objetivo do estudo, tem-se como objetivos específicos: apontar e refletir os conhecimentos específicos nas áreas que mais tiveram a necessidade de adequação ás normas internacionais; averiguar como estes

[48] Bolsista IC – Uni-FACEF

ISBN 978-85-87406-94-1

conhecimentos específicos estão sendo discutidos pelos Cursos de Ciências Contábeis para a formação do discente de acordo com os conhecimentos exigidos pelo mercado de trabalho; analisar as disciplinas que podem abranger conteúdos da Contabilidade Internacional e apontar a qualificação que o mercado de trabalho procura e espera de um profissional na área da Contabilidade Internacional.

O *corpus* deste trabalho é constituído por 4 matrizes curriculares, sendo elas: de uma faculdade municipal Centro Universitário Municipal de Franca Uni-Facef, uma estadual Universidade Estadual de Londrina - UEL, uma federal Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ e uma particular Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – Unicerp. Além das matrizes analisaremos o mercado de trabalho para o futuro profissional com conhecimentos na área de Contabilidade Internacional.

A metodologia deste trabalho tende a ser bibliográfica e documental, pois todas as informações sobre as IES serão retiradas de seus respectivos sites. Serão feitas análises das grades curriculares das Instituições de Ensino Superior que foram selecionadas para a pesquisa. As análises partirão de disciplinas que tenham como conteúdo a contabilidade internacional contemplada conforme o conhecimento necessário que o mercado de trabalho exige retirados de noticiários e pesquisas na internet.

A primeira seção deste trabalho representa a parte teórica que foi fragmentada em alguns itens para sua melhor compreensão. Primeiramente, no item 1 apresentaremos um pouco da história da contabilidade como e quando ela surgiu. No item 1.1 a chegada da contabilidade no Brasil e como começou a ser aplicada no nosso país. O item 1.2 relata o histórico e adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. No item 1.3 relata as alterações na Contabilidade Brasileira após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

A segunda seção é dedicado a relevância da Contabilidade Internacional nas IES como disciplina ou mesmo parte de uma outra disciplina para formação do discente de maneira atualizada, tornando-o um profissional competente e eficiente. No item 2.1 será exposta a definição de matriz curricular e com base em que ela é elaborada de acordo com o Ministério da Educação e a proposta de disciplinas feita pelo Conselho Federal de Contabilidade para os Cursos de Ciências

ISBN 978-85-87406-94-1

Contábeis. No item 2.1.1 será feita a analise da matriz curricular do Centro Universitário Municipal de Franca Uni-Facef. No item 2.1.2 a analise da matriz curricular da Universidade Estadual de Londrina – UEL. No item 2.1.3 a analise da matriz da Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ e no item 2.1.4 a analise da matriz do Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – Unicerp.

Na terceira seção será exposto sobre o mercado de trabalho para o profissional contábil e sobre o futuro estudo de caso a ser desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso.

Após essas três seções, podemos encontrar as considerações finais, as referências e os anexos.

Desta maneira após expormos como será desenvolvida a pesquisa, podemos dar continuidade ao desenvolvimento deste trabalho.

2. HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A contabilidade é uma das ciências mais antigas, que surgiu com a necessidade dos primitivos em registrar suas riquezas, diante disso foi considerada uma ciência social.

Na era medieval em torno de 1202 a 1494 surgi o método das Partidas Dobradas do Frei Luca Paciolo que é universalmente aceito, e se resume na implicação de que há sempre um débito numa ou mais contas correspondente a um crédito equivalente, de forma que a soma dos valores debitados seja sempre igual à soma dos valores creditados. Sendo assim não há débito (s) sem crédito (s) correspondente(s), este método enfatiza que a teoria contábil do débito e crédito corresponde à teoria de números positivos e negativos, esta obra contribuiu para inserir a contabilidade na área de humanas.

A obra de Frei Luca Paciolo marca o inicio da fase moderna da Contabilidade, dando também oportunidades para a escrita de outras obras sobre o assunto.

Sendo as cidades italianas os principais interpostos do comércio mundial é compreensível que a formalização da Contabilidade tenha ocorrido na Itália.

ISBN 978-85-87406-94-1

A partir de 1840 até os dias de hoje a contabilidade é conhecida como a contabilidade do mundo científico.

2.1. Contabilidade no Brasil

> No século XVIII, em 1770 foi criada a primeira regulamentação da profissão contábil no Brasil, expedida por Dom José, rei de Portugal, onde exigia obrigatoriamente o registro de matricula daqueles que trabalhavam na área. Nesta época o profissional contábil tinha o nome de guarda-livros. Em 1870, é realizada a primeira regulamentação do Brasil para a profissão contábil, através do Decreto Imperial n°4.475 (Portal da Educação, 2014).

Segundo o Portal da Educação (2014) em 1924 acontece o 1° Congresso Brasileiro de Contabilidade, onde são difundidas campanhas para a regulamentação de contador e a reforma do ensino comercial no país.

Em 1976, o ministro da Fazenda Mario Henrique Simonsen encaminhou um projeto de lei que, aprovando naquele ano, recebeu o número 6.404. Sendo depois alterada pela lei 11.638/2007 integrando a economia brasileira aos mercados internacionais

2.2. Histórico e Adoção das Normas Internacionais no Brasil

Com a globalização, as empresas multinacionais e principalmente as de capital aberto surgiu à necessidade de uma convergência contábil mundial, a prova disso é que mais de 130 países já adotaram as IFRS (International Financial Reporting Standards - Normas Internacionais de Contabilidade) um padrão contábil que tende a ser aceito mundialmente. As normas são publicadas pelo Iasb (International Accounting Standards Board – Comitê Internacional das Normas Internacionais de Contabilidade) de forma clara, detalhada e bem definida.

Mas isto não é novidade, segundo o board da IASB Amaro Luiz de Oliveira Gomes em entrevista ao CRC-SP Online em novembro/2011 “O conceito das IFRS surgiu após a 2ª Guerra Mundial. Nesse período surgiu também o embrião da proposta do que hoje é o IASB (International Accounting Standards Board – Comitê Internacional de Contabilidade), em decorrência da revisão financeira internacional”.

ISBN 978-85-87406-94-1

A efetiva adoção das normas internacionais no Brasil foi após a lei 11.638/2007, contudo essas normas já eram discutidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) criado pela resolução 1.055/2005.

> Resumidamente, o CPC emite os pronunciamentos contábeis baseados nos IFRS e órgãos reguladores do Brasil – tais como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil (Bacen), além de outros setoriais, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – adotam, ou não, esses pronunciamentos, que passam a vigorar como norma contábil. (ARMOND; MÁRCIO CASTELLAN. AVELINO; BRUNA CAMARGOS. NASCIMENTO; EDUARDO MENDES, 2014, pág. 4)

Com a adoção das normas o Brasil está se igualando as principais economias do mundo como Estados Unidos, Alemanha, França, entre outras, trazendo assim mais credibilidade e confiabilidade às demonstrações contábeis das empresas brasileiras.

> Nesse sentido, Andrade (2002) argumenta que a harmonização, em primeiro lugar, abre o mercado brasileiro aos investidores internacionais, além de tornar o mercado de capitais e o sistema financeiro brasileiro mais transparentes para as agências internacionais, melhorando assim o nosso relacionamento e a nossa imagem com esses organismos internacionais, além de reduzir o risco país. (SANTOS; SCHMIDT E FERNANDES, 2006, p11)

2.3. Mudanças na Contabilidade do Brasil

As práticas Contábeis brasileiras mudaram com a introdução da Lei nº 11.638/2007, como já dito anteriormente, porém o país adotou as normas Internacionais de Contabilidade, mais conhecida como as IFRS, a partir de 2008, com a promulgação da Lei.

Essa lei trouxe importantes mudanças nos conceitos contábeis de uma forma que os países como Estados Unidos e outros países da Europa estivessem alinhados no direito societário, aumentando uma uniformidade entre as empresas. Segundo Sá, 2011 “Trata-se, pois de uma combinação de regras e formas adaptadas e aceitas de registro e comunicação de informação contábil que no caso é de origem estadunidense”.

Essas mudanças foram significativas na contabilidade brasileira, principalmente em contemplar os princípios contábeis e a separação da contabilidade societária da contabilidade tributária. O inicio da vigência da Lei não

ISBN 978-85-87406-94-1

significa a adoção imediata das IFRS no Brasil, mas foi o primeiro passo para permitir a convergência e adequação aos padrões contábeis Internacionais. Além disso, Portela (2011) explica que dentro de poucos anos, as expressões contabilidade internacional e contabilidade societária significarão a mesma coisa.

As mudanças são estudadas e interpretadas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) para alinhar as alterações trazidas por essa lei

> [...] o CPC tem como objetivo ″o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais" (CPC).

Foi Divulgado em 30 de outubro de 2009, o Pronunciamento Técnico CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, com o objetivo de garantir que as primeiras demonstrações contábeis de uma entidade sejam de acordo com a as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB.

Essas mudanças são baseadas em princípios, e tem como foco o usuário dessas informações de forma a melhorar a compreensão de todos de uma forma universal, melhorando a qualidade dessas informações.

> De acordo com Marion et al (2008), “a lei tem como principais objetivos adequar a parte contábil da lei de forma a proporcionar maior transparência e qualidade às informações contábeis, harmonizar a lei com as melhores práticas contábeis internacionais, eliminar ou diminuir as dificuldades de interpretação e de aceitação das informações contábeis brasileiras e reduzir o custo (taxa de risco) provocado por essas dificuldades de interpretação e aceitação.” (SOUZA, Alessandra Silveiro de, 2008, p. 5)

Na Convergência Contábil das Normas Brasileiras as Internacionais sempre houve uma harmonização de forma a resguardar as particularidades do país para melhorar a troca das informações e interpretações das normas.

> A grande quantidade de mudanças resultantes da adoção dos padrões contábeis internacionais (essência sobre a forma, cálculo de valor de uso, classificação de instrumentos financeiros, teste de recuperabilidade, subjetivismo responsável, etc.) exige alto grau de conhecimento e busca por atualização por parte dos docentes (FERNANDES et al., 2011, p.20).

ISBN 978-85-87406-94-1

Abaixo seguem as principais alterações na contabilidade feitas pela Lei 11.638/07.

> Dentre as principais alterações promovidas pela Lei 11.638/07, destacam-se:
> • A substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
> • A obrigatoriedade para as companhias abertas da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
> • A criação de novo subgrupo de conta, denominado Intangível, no Ativo Permanente, separando desta forma os bens materiais, registrados no imobilizado, dos bens imateriais, registrados no intangível;
> • A proibição de realização de novas reavaliações de ativos imobilizados;
> • A extinção da conta Lucros Acumulados do Patrimônio Líquido;
> • A criação do subgrupo Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, para registro das contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo em decorrência de sua avaliação a preço de mercado. (Congresso USP – Fipecafi, p.4)

A atualização da legislação societária brasileira por meio da promulgação da Lei 11.638/07 foi o passo inicial para o processo de convergência das práticas contábeis brasileiras com as normas IFRS - International Financial Reporting Standards.

As modificações prevaleceram à essência sobre a forma, deixando para trás as “regras” e deu inicio aos “princípios” de forma a proporcionar a divulgação real da situação das empresas tanto financeiramente quanto economicamente.

Essas mudanças são de grande importância para o Brasil pois possibilita uma grande valorização da contabilidade

A Lei nº. 11.638/2007 trouxe mudanças significativas para a Contabilidade Brasileira, como podemos citar: separação entre a contabilidade fiscal e societária, aperfeiçoamento da classificação das contas no balanço e do mecanismo de correção monetária, implantação da reavaliação a valor de mercado e do método de equivalência patrimonial e origem da reserva de lucros, harmonização das normas, Criação da “Demonstração dos Fluxos de Caixa” substituindo a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, criação da Demonstração do Valor Adicionado (obrigatória apenas para as Companhias Abertas), criação do Subgrupo “Intangível” no Permanente, desdobrado do subgrupo

ISBN 978-85-87406-94-1

Imobilizado, extinção da possibilidade de reavaliação dos bens do Ativo Imobilizado e consequentemente, eliminação das Reservas de Reavaliação, eliminação da conta "Lucros ou Prejuízos Acumulados" mantendo somente a conta prejuízos acumulados.

3. IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA CONTABILIDADE INTERNACIONAL NAS IES

A partir da década de 70 a contabilidade deixou de ter influências da escola italiana e começou a ser influenciada pela escola norte-americana que aprovou a Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, sendo atualizada pela Lei 11.638/07, que unificou as normas contábeis no Brasil com as Normas Internacionais. Segundo Niyama (2005) contabilidade é considerada como "linguagem dos negócios" que proporciona aos usuários informações para desenvolvimento empresarial e possibilitando a tomada de decisões em nível internacional.

Em virtude da globalização a formação do profissional contábil apto para atuar com os novos padrões de contabilidade internacional tem sido um desafio, visto que é essencial manter contadores qualificados para elaboração das demonstrações de acordo com os padrões contábeis internacionais. A atualização do profissional contábil está relacionada com a qualidade do ensino em que recebe da Instituição de Ensino Superior, sendo necessário que contemple as exigências do mercado atual.

> A grande quantidade de mudanças resultantes da adoção dos padrões contábeis internacionais (essência sobre a forma, cálculo de valor de uso, classificação de instrumentos financeiros, teste de recuperabilidade, subjetivismo responsável, etc.) exige alto grau de conhecimento e busca por atualização por parte dos docentes (FERNANDES et al., 2011, p.20).

De acordo com a Resolução n°. 10/2004 da Câmara de Educação Superior – CES, do CNE - Conselho Nacional de Educação e do MEC – Ministério da Educação e Cultura é necessário a inserção da disciplina de Contabilidade Internacional nas matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis.

> Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a: I -

ISBN 978-85-87406-94-1

> compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização (...) - MEC 10/2004.

O conhecimento dos profissionais na área tem sido uma preocupação constante dos órgãos regulamentadores internacionais, são eles: IFAC – International Federation of Accountants, IASB – International Accounting Standards Board, bem como a ONU - Organização das Nações Unidas por meio do ISAR – International Standards of Accounting and Reporting e UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. Os órgãos regulamentadores ISAR/ UNCTAD/ ONU criaram uma proposta que contém a estrutura conceitual ideal de conhecimentos a serem ministrados pela IES em suas matrizes curriculares de contabilidade, abordando a harmonização das normas contábeis mundiais. O objetivo do ISAR é manter a profissão contábil capaz de prestar serviços fora do país de origem, visando à profissionalização e capacitação técnica do contador local. Para que haja alinhamento na qualificação do profissional contábil em todos os países o ISAR através do Currículo Global de Contabilidade construído em 1998 sugere os seguintes componentes: Educação geral e habilidades; educação profissional; determinação de competência profissional; experiência; educação continuada e certificação.

> O papel acadêmico de contabilidade neste esforço global é: educar os futuros profissionais da contabilidade e professores com capacidade de desenvolver e ajudar a profissão contábil de várias maneiras. Talvez a ajuda mais importante seja para racionalizar e harmonizar a grande quantidade de práticas de contabilidade existentes (HOLZER et al, 1984).

3.1. Análise das Matrizes Curriculares

Entende-se por Matriz Curricular:

> “o conjunto de atividades disciplinares expressas em diferentes elementos curriculares, tais como: disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas, estágio, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e atividades complementares, que se reportam ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Projeto Pedagógico de cada curso (PPC) e expressam o objetivo do curso e o perfil desejado para o egresso”. (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA, 2008).

De acordo com artigo 2º da Resolução CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004 declara que é necessária a organização curricular por meio

ISBN 978-85-87406-94-1

do Projeto Pedagógico em todas as Instituições de Ensino Superior, seguindo alguns aspectos:

- o perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- os componentes curriculares integrantes;
- os sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- o estágio curricular supervisionado;
- as atividades complementares;
- a monografia, o projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – por exemplo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- o regime acadêmico de oferta.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade para a formação profissional são propostas as disciplinas abaixo:

Quadro 1 – Conteúdo de Formação Profissional

Código	Título	Carga Horária
	CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
2001	Contabilidade Básica	120
2002	Estrutura das Demonstrações Contábeis	90
2003	Contabilidade Societária	120
2004	Teoria Geral da Contabilidade	60
2005	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60
2006	Contabilidade Avançada	120
2007	Contabilidade de Custos	60
2008	Apuração e Análise de Custos	60
2009	Auditoria	90
2010	Controladoria	60
2011	Gestão de Finanças Públicas	60
2012	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120
2013	Planejamento e Contabilidade Tributária	60
2014	Contabilidade Internacional	60
2015	Responsabilidade Social	60
2016	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60
2017	Análise das Demonstrações Contábeis	60
2018	Empreendedorismo	60
2019	Mercado de Capitais	60
2020	Finanças Empresariais	60
2021	Sistemas de Informação Gerencial	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	SUBTOTAL	**1.680**

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, 2009, p. 20.

ISBN 978-85-87406-94-1

Serão feitas análises das matrizes curriculares das Instituições de Ensino Superior sendo: uma autarquia municipal, estadual, federal e particular, que foram selecionadas para a pesquisa. As análises partirão das disciplinas: contabilidade avançada, legislação societária e auditoria que tenham como conteúdo a contabilidade internacional.

3.1.1. Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-Facef

O Centro Universitário Municipal de Franca Uni-Facef é uma autarquia municipal, localizada na cidade de Franca-SP a 400 km da capital paulista. Contempla em sua Instituição o curso de Ciências Contábeis que deu inicio no ano de 1981.

Em virtude da adequação dos profissionais as Normas Internacionais de Contabilidade, o Uni-Facef adaptou sua matriz curricular adotando o critério de cada disciplina abranger conteúdos aplicados aos padrões internacionais em suas devidas áreas como é o caso das disciplinas: Legislação Societária, Auditoria e Contabilidade Avançada, porém a disciplina Contabilidade Avançada ainda não possui ementa, pois até este momento não foi lecionado no curso, devido a matriz ter sido atualizada para ingressantes em 2016.

Na disciplina Legislação Societária de acordo com o conteúdo programático a Contabilidade Internacional foi inserida no plano de ensino através da normatização feita pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis que tratam:

- Critérios de Avaliação de Ativos e Passivos
- Extinção da Reserva de Reavaliação
- Arrendamento Mercantil
- Método do Custo e Método da Equivalência Patrimonial (MEP);
- Valor de Recuperação de Ativos (teste de impairment);

Nas disciplinas Auditoria I e II é evidente o conteúdo de Contabilidade Internacional através da regulamentação feita pelo IFAC - Federação internacional de Contadores que emite pronunciamentos através da Comissão de Normas

ISBN 978-85-87406-94-1

Internacionais de Auditoria, as quais contêm orientações aos países-membros daquele órgão.

3.1.2. Universidade Estadual de Londrina – UEL

A Universidade Estadual de Londrina é uma instituição publica e gratuita, localizada na cidade de Londrina - PR contempla o curso de Ciências Contábeis desde 1972.

A instituição aplica o conteúdo relacionado à Contabilidade Internacional nas áreas destacadas: Contabilidade Societária e Auditoria

A disciplina da Contabilidade Societária adere os conteúdos de Contabilidade Internacional de acordo e tem como objetivo de estudo avaliar investimentos, ajustes e conversões para moeda estrangeira.

A disciplina de Auditoria também possui conteúdos de Contabilidade Internacional por ser regulamentada pelo IFAC.

.

3.1.3. Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ

A Universidade Federal de São João del Rei é uma Instituição de Ensino Superior Federal, localizada na cidade de São João del Rei – MG. Contempla o curso de Ciências Contábeis no Campus de Tancredo Neves deu inicio no ano de 2004.

A matriz curricular aplica conteúdos relacionados a Contabilidade Internacional nas disciplinas Contabilidade Avançada e Auditoria, porém não nos foi disponibilizada a ementa da disciplina de Contabilidade Avançada, e a disciplina de Auditoria como já explicado anteriormente tem suas normas regulamentadas pelo IFAC.

3.1.4. Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – Unicerp

O Centro Universitário do Cerrado Patrocínio é Instituição de Ensino Superior, localizada na cidade de Patrocínio - MG. Contempla em sua matriz curricular o curso de Ciências Contábeis desde o ano de 2002.

ISBN 978-85-87406-94-1

A disciplina Contabilidade Internacional está como uma disciplina optativa, porém também possui a disciplina de Auditoria e Contabilidade Avançada que contemplam conteúdos da Contabilidade Internacional.

Os conteúdos de Contabilidade Internacional são evidente nas disciplinas Auditoria Contábil que também é regulamentada pelo IFAC e Contabilidade Avançada abordando conteúdos como: aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários e outros ativos, métodos de avaliação de investimentos e consolidação das demonstrações contábeis.

4. MERCADO DE TRABALHO PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL

O aluno recém-formado deve sair do curso de graduação apto para o mercado de trabalho, porém com a grande evolução tecnológica e a globalização isso não se torna tarefa fácil, pois é evidente a necessidade do profissional estar atualizado perante o mercado nacional e internacional.

Com isso várias Instituições de Ensino Superior vem se adequando a nova realidade do mercado, para preparar seus discentes nesta corrida para o sucesso profissional.

A partir do estudo iniciado neste artigo e no decorrer do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada uma pesquisa nos sites de agências de empregos e em uma empresa de grande porte da cidade de Franca-SP para averiguação do perfil e habilidades requeridas para o exercício da profissão contábil em contextos atuais e a partir do resultado será feito uma análise do nível de adequação das grades curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis em compasso com a dinâmica da contabilidade internacional e as necessidades do mercado de trabalho

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de um estudo a ser finalizado no ano de 2016. O artigo foi baseado em dados secundários retirados a partir de livros, artigos, TCC's entre outros. Esse artigo é fruto do TCC "NORMAS INTERNACIONAIS DE

ISBN 978-85-87406-94-1

CONTABILIDADE**:** queda de fronteiras e o avanço do profissional contábil", que será apresentado em breve.

A proposta deste estudo foi conhecer a dinâmica dos cursos de Ciências Contábeis frente a quase uma década da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil em relação à demanda do mercado.

Para isso verificou-se inicialmente como ocorreu à adoção das Normas Internacionais no Brasil, as mudanças que ocorreram na contabilidade brasileira após a adoção com a lei 11.638/2007e a proposta de disciplinas feita pelo CFC para a formação do futuro profissional contábil.

A partir dos dados pesquisados, percebe-se que a Contabilidade Internacional torna-se essencial como parte do conteúdo de disciplinas que tenham a influência do mercado nacional e internacional como é o caso das disciplinas de Auditoria, Legislação Societária e Contabilidade Avançada para a formação de um profissional capacitado, com grande envolvimento e compreensão das mudanças introduzidas. Para isso é exigido um auto grau de conhecimento e atualização por parte dos docentes devido as mudanças após a adoção dos padrões contábeis internacionais, sendo destacado: essência sobre a forma, calcula de valor de uso, classificação de instrumentos financeiros, subjetivismo responsável entre outros.

O resultado obtido até o presente momento é que todas as IES analisadas contemplam os conteúdos de Contabilidade Internacional seja como uma única disciplina ou difundindo seu conteúdo em outras como as já citadas anteriormente, demonstrando a relevância de manterem atualizadas suas matrizes, ementas, referências bibliografias e propostas pedagógicas.

O objetivo deste estudo será totalmente alcançado através da pesquisa de campo que será feita no TCC com uma empresa multinacional calçadista de cidade de Franca – SP e em sites de agências de emprego, expondo o perfil do profissional contábil que ela busca no mercado de trabalho para a área de contabilidade internacional em sua empresa.

Houve algumas limitações no estudo, como o caso de algumas IES não ter referências bibliográficas publicadas em seu site e o pouco conteúdo disponível em relação ao mercado de trabalho na área de contabilidade internacional.

ISBN 978-85-87406-94-1

Com o presente trabalho, espera-se contribuir com os estudos e discussões acadêmicas da relevância da evolução da contabilidade estar sempre presente nas atualizações das grades curriculares para ascensão e sustentabilidade da carreira do profissional contábil.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Carla; CARVALHO, Joziane Teresinha de. **A evolução da contabilidade: seus avanços no Brasil e a harmonização com as normas internacionais.** Disponível em: <http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_producao_cientifica/arquivos/revista1/artigos/Artigo_Carla_Joziane.pdf >. Acesso em 07 de março de 2016.

ARMOND, Márcio Castellan. AVELINO, Bruna Camargos. NASCIMENTO, Eduardo Mendes. **A Percepção de Estudantes de Cursos de Ciências Contábeis em Relação ao Ensino da Disciplina Contabilidade Internacional e à Adoção das Normas Internacionais no Brasil**. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos142014/38.pdf>. Acesso em 09 de março de 2016.

BRASIL, **Código Civil**. Lei n°11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre as** sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em 09 de março de 2016.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Conheça o CPC.** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>. Acesso em 15 de abril de 2016.
CONGRESSO USP Fipecafi. **A Relevância da Informação Contábil Antes e Após a Promulgação da Lei 11.638/07.** Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos122012/456.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2016.

Conselho nacional de educação câmara de educação superior. RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em 10 de março de 2016.

CUNHA, Fabiano de Menezes; NASCIMENTO, Farley Lopes do; NASCIMENTO, Rafael Santos. TIOSSI, Fabiano M. **A Internacionalização da contabilidade no Brasil.** Disponível em: <http://www.facfama.edu.br/revista/index.php/ROS/article/view/102> Acesso em 29 de março de 2016.

FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos; LIMA, Diogo Henrique Silva de; VIEIRA, Eduardo Tadeu; NIYAMA, Jorge Katsumi. **Análise da percepção dos docentes dos cursos de Graduação em Ciências Contábeis do Brasil quanto ao**

ISBN 978-85-87406-94-1

processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas no Brasil. Revista de Contabilidade e Controladoria. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 3, n.3, p 24-50, set./dez. 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rcc/article/view/22049/16570>. Acesso em 13 de março de 2016.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 121 p.
LAMBERTI, José Renato de Paula; SPERANDIO, Olirio. **Teoria da Contabilidade.** Disponível em: <http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/lib/ead/arquivosApostilas/1503.pdf>. Acesso em 07 de março de 2016.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 8. ed. São Paulo: Atlas,2008. 186 p.
MOURA. Iraildo José Lopes de; SILVA, Marcus Vinícius Peixoto. **Perspectiva da profissão contábil no Brasil.** Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/artigos/perspectiva-da-profissao-contabil-no-brasil>. Acesso em 10 de março de 2016.

NAKANE, Paula Mayumi; PEREZ, Gilberto. **A adoção da inovação definida pelas Normas Internacionais da Contabilidade (IFRS) pelo profissional da área contábil no Brasil.** Disponível em: <http://www.mackenzie.br/portal/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/1236 - 13/04/2016> . Acesso em 14 de abril de 2016.

PASINI , Adriana Kurtz. **As Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS: Adoção no Brasil.** Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/view/20396/19159> . Acesso em 14 de abril de 2016.

Portal da Educação. **História da Contabilidade no Brasil.** Disponível em <http://www.portaleducacao.com.br/contabilidade/artigos/53412/historia-da-contabilidade-no-brasil>. Acesso em 12 de março de 2016.

SGS Excellence in Solution. **IFRS – Histórico de sua criação.** Disponível em: <http://www.sgsauditores.com.br/tendencias_irfs_historico_criacao.php>. Acesso em 12 de março de 2016.

SOUZA, Alessandra Silveiro de. **Cotejamento entre o registro e os reflexos de um fato contábil informado pela lei nº 6.404/1976 e pela lei nº 1.638/2007, no que tange o ativo permanente.** Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfTXcAL/contabeis291518?part=5>. Acesso em 10 de março de 2016.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. 2006 – **Contabilidade Internacional Avançada**. São Paulo: Atlas, 2006. 490p.
UEL – Universidade Estadual de Londrina. Matriz curricular e ementas. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/?content=catalogo-cursos/catalogo_2015/cursos/c_contabeis.html>. Acesso em 10 de abril de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

UFSJ - Universidade Federal de São João del Rei. Matriz curricular e ementas. Disponível em <http://www.ufsj.edu.br/cocic/>. Acesso em 03 de março de 2016.

Unicerp – Centro Universitário do Cerrado. Matriz curricular e ementas. Disponível em: <http://www.unicerp.edu.br/cursos/graduacao/ciencias-contabeis>. Acesso em 03 de março de 2016.

Uni – Facef Centro Universitário Municipal de Franca. Matriz Curricular. Disponível em: <http://site.unifacef.com.br/graduacao/cursos/ciencias-contabeis/matriz-curricular/>. Acesso em 03 de março de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

O CONTROLE SOCIAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Laís Caroline Neves[49] (Unesp – Franca)
Mariko Hánashiro (Unesp – Franca)
Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni (Unesp – Franca)

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe discutir a política de assistência social do Brasil, dando ênfase aos Conselhos de Assistência Social enquanto instâncias participativas e deliberativas. Tais reflexões fundamentam-se nas análises de uma pesquisa que está sendo realizada, intitulada “Os conselhos de políticas públicas da saúde e da assistência social na cidade de Franca: estudo sobre os assistentes sociais que atuam como conselheiros”, que recebe fomento do programa de iniciação científica (PIBIC), em consonância com o projeto de extensão “Participação social, Direitos e Cidadania”.

O artigo está estruturado a partir de três seções, sendo a primeira um panorama geral da constituição histórica da política de assistência social no Brasil até os dias de hoje, sendo respaldado pelo marco da Constituição de 1988 e nas legislações subsequentes – Lei Orgânica da Assistência, Lei de criação do conselho municipal de Franca.

A segunda seção faz uma análise da constituição de um espaço de participação democrática na cidade de Franca através da constituição e estruturação do Conselho municipal de Assistência Social.

A terceira seção traz uma reflexão a respeito dos avanços e retrocessos da consolidação do espaço democrático no planejamento, estruturação e aplicação das políticas públicas no município.

2. A CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: DA CARIDADE AO DIREITO.

Historicamente, no Brasil, a assistência social esteve sempre atrelada à benevolência, solidariedade, filantropia e a caridade, sendo exercida

[49] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

principalmente por grupos religiosos. Segundo Carvalho (2008), a pobreza, muitas vezes, foi entendida como doença ou disfunção do indivíduo, e o pobre como incapaz, carente e necessitado da benevolência dos mais abastados da sociedade, sendo o pobre responsabilizado pela sua condição.

A partir do final do século XIX, com a intensificação da industrialização no país, a expansão do capital, a precarização do trabalho e a intensificação da imigração europeia, os trabalhadores passam a se organizar para reivindicar melhores condições de trabalho influenciados pelas ideias europeias. Por conta do acirramento das lutas de classes, algumas concessões são feitas pela classe dominante para a manutenção da ordem social. Dentre estas, pode-se pontuar o surgimento das Caixas de Aposentadorias e Pensões em 1923, as leis trabalhistas e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sendo a última (BRASIL, 1942).

Esta última foi criada com o objetivo de atender as famílias dos soldados que foram enviados para a segunda guerra, sendo administrada pela primeira dama da época, Sra. Darcy Vargas tendo um caráter assistencialista e clientelista. Posteriormente a LBA passa a atender também as crianças e buscava legitimar o Estado aos pobres.

Anteriormente a isso, surge também o Serviço Social no Brasil, sendo implantadas as primeiras escolas na década de 1930, sendo estas extremamente moralistas e buscando adequar o indivíduo a ordem social e em 1938 é criado o Conselho Nacional de Serviço Social que estaria atrelado ao Ministério de Educação e Saúde. Segundo Carvalho (2008, p.16) este tinha “como funções primordiais a elaboração de inquéritos sociais, a análise das adequações de entidades sociais e de seus pedidos de subvenções e isenções, além de dizer das demandas dos mais desfavorecidos”. Os usuários, por sua vez, não tinham espaço de voz ou de participação.

É válido pontuar também, que a assistência social, aliada a outras políticas públicas por muito tempo não abrangeram os trabalhadores do campo, que representava a maior parte da população brasileira, estando esta então desassistida pelo Estado até a década de 1970 quando é criado o Fundo Rural.

A assistência social somente deixará de ter caráter caritativo e conservador e o usuário deixará de ser um sujeito passivo, tornando-se um ser

ISBN 978-85-87406-94-1

participante da construção, execução e avaliação desta a partir da constituição de 1988, quando a assistência social passará a ser vista como direito e a pobreza como uma expressão da questão social.

3. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO BRASIL PÓS 1988.

A política de assistência social no Brasil é instituída como direito social na Constituição de 1988, estando esta inserida no Sistema de Seguridade Social Brasileira junto da previdência e da saúde, sendo assegurado na legislação a diversidade da base de financiamento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e principalmente o caráter democrático e descentralizado mediante a gestão quadripartite.

Segundo a Constituição de 1988, a Assistência é prestada e destinada a quem precisar, independente de contribuição prévia e tem como objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo as crianças e adolescentes carentes, a promoção de integração ao mercado de trabalho, a habitação e habilitação das pessoas com deficiência e visando promover a integração destes à vida comunitária, garantindo um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que não possuam meios de manter a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências visa definir e pontuar os objetivos da legislação, discriminando seus princípios e diretrizes, estabelecendo as bases da organização e da gestão da assistência, discriminando acerca dos benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social e discutindo sobre o financiamento da política. Desta forma, respaldado no artigo 4 e 5 desta Lei, temos:

> A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:
> I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
> II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
> III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

ISBN 978-85-87406-94-1

> IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
> V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.
> Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:
> I – descentralização político-administrativa para os estados, o Distrito Federal e os municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
> II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
> III – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (BRASIL, 1993)

Observa-se então, a garantia e o incentivo da participação da população na formulação das políticas e como meio de controle das ações, como diretriz da política de assistência social. A legislação prediz um sistema único, descentralizado, participativo, de gestão compartilhada, definindo as diferentes responsabilidades e níveis de gestão, buscando uma gestão integrada de serviços e benefícios, integrando a rede pública e privada de programas, projetos e benefícios e assegurando a garantia de direitos. Além disso, discrimina os diferentes tipos de proteção (básica e especial), especificando as responsabilidades e o público a ser atendido.

Nos artigos 16 a 18 do Capítulo III é discutido acerca da participação popular como sujeito ativo na construção da política, através dos conselhos. Estes, por sua vez, tem caráter permanente e paritário, estando presentes nas instâncias municipais, estaduais e federais.

O Conselho Nacional de Assistência Social é composto por 18 membros e seus suplentes, sendo nove representantes do Governo e nove representantes da sociedade civil, tendo como responsabilidade aprovar a Política Nacional de Assistência Social, normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza público e privada no campo da assistência social, acompanhar e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, zelar pela efetivação de um sistema descentralizado e participativo, convocar uma Conferência Nacional de Assistência Social a cada quatro anos, apreciar e aprovar a proposta orçamentária e transferência de recursos, acompanhando e avaliando a gestão destes, apreciar e aprovar os programas do Fundo Nacional de Assistência Social, indicar um representante para o Conselho Nacional de Seguridade Social e elaborar

ISBN 978-85-87406-94-1

e aprovar seu regimento interno. Os Conselhos Estaduais e municipais são regulamentados a partir de leis próprias de criação e através de seus respectivos regimentos internos

4. O PROCESSO DE INSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O processo de construção da democracia participativa, por meio dos conselhos de políticas públicas, em especial o conselho municipal de assistência Social, implementado pós Constituição Federal de 1988 trouxe o reconhecimento dos direitos sociais com vistas ao exercício pleno da cidadania, posicionando o Estado como gestor das políticas públicas. Assim a Constituição Federal dispõe sobre a regulamentação dos Conselhos de políticas públicas, bem como traz a concepção de controle social.

> O controle social no Brasil tem seu grande marco estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que, pautando-se pelos princípios da descentralização e da participação popular, criou instrumentos para que a sociedade possa exercer o seu papel de participante e controladora das ações do Estado na busca do bem comum e do interesse público. (TCU, 2007, p.5)

A Constituição de 1988 dispõe na seção IV da assistência social sobre a "participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas e controle da assistência social, em todos os níveis- União, Estado, Distrito Federal e Municípios" (art. 204, inciso II, CF/1988). Assim, a Constituição de 1988 demarcou o início do processo de descentralização e participação popular.

Como forma de atender as exigências da Constituição a Lei Orgânica da Assistência Social 8.742 de 07 de dezembro de 1993 reforça no artigo 5° os princípios de participação social, descentralização e controle social já elucidado na Constituição Federal de 1988. Os Conselhos de políticas públicas são:

> Espaços de articulação entre a sociedade civil e o Estado que discutem, definem e/ou deliberam acerca das políticas públicas. Trata-se de um padrão que se difere tanto dos 'Conselhos Comunitários' implementados a partir dos anos 1950 em toda América Latina nos marcos da ideologia desenvolvimentista, caracterizados pela subordinação político-estatal, como também se difere das experiências de 'Conselhos Populares' que caracterizaram de forma mais aguda a atuação de determinados movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 e 1980 à luz de uma

ISBN 978-85-87406-94-1

> ideologia oposicionista aos ditames e regras da democracia liberal. (LÜCHMANN, 2002, p. 84).

Assim os Conselhos são responsáveis pela formulação e controle de políticas públicas em âmbito (municipal, estadual e federal), exercendo a fiscalização das ações do Estado. A participação social e o controle social são efetuados por meio dos conselhos de políticas públicas, que devem ser organizados de acordo com os níveis de descentralização, a fim de fomentar a participação da população e exercer o controle sobre as ações do Estado.

O objetivo dos conselhos de políticas públicas é exercer o controle social. Dentre as competências dos Conselhos está a tarefa de elaboração e execução orçamentária dos recursos arrecadados, a fiscalização e a prestação de contas, desse modo, por meio de discussões e debates objetivam alcançar deliberações em conformidade com os interesses do coletivo, visando o bem-estar do todo. Os Conselhos de Assistência Social devem exercer a orientação e o controle dos fundos de assistência social, bem como inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social. (TCU, 2007, p.15)

Os conselhos municipais de assistência social necessitam de uma regulamentação específica, que pressupõe a composição, as atribuições e as competências a serem executados. Assim, todos os Conselhos devem possuir regimento interno e lei de criação. As secretarias municipais de assistência social devem dar o respaldo administrativo.

Segundo Cunha (2007) os conselhos são formados por um número limitado de representantes tanto governamentais quanto da sociedade civil, tendo seu funcionamento baseado em reuniões ordinárias mensais abertas e públicas em que os conselheiros têm voz e voto.

A composição dos conselhos deve ser paritária, com 50% de representantes da sociedade civil e 50% de representantes do poder público. A medida que os conselhos de políticas públicas assumem a característica de ser paritário se configuram como "[...] instâncias em que se refratam interesses contraditórios e, portanto, espaços de lutas e disputas políticas" (IAMAMOTO, 2009, p. 360).

ISBN 978-85-87406-94-1

Assim os conselhos são espaços essencialmente políticos, cujos interesses antagônicos propiciam o embate e fortalece o processo democrático, uma vez que ambos possuem uma participação equitativa nas deliberações.

Os Conselhos de assistência social são extremamente significativos, pois nada se realiza em um município em âmbito social sem o funcionamento do Conselho de Assistência, uma vez que o requisito central para o repasse da verba do Fundo Nacional de Assistência Social é ter uma organização no plano de assistência social, desse modo todos os municípios devem possuir um Conselho Municipal de Assistência e um Fundo Municipal de Assistência social.

> [...] o repasse de recursos a estados e municípios está na dependência da criação dos Conselhos de Assistência Social, da elaboração de Planos e regulamentação dos Fundos de Assistência Social, processo que se encontra em andamento em todo país e que tem gerado, ao lado da constatação da sua importância, a preocupação com o cumprimento “a toque de caixa” das exigências, como ritual meramente formal, apenas para viabilizar o recebimento dos recursos. (RAICHELIS, 2005, p. 195).

Nesse sentido, Raichelis (2005) traz a reflexão acerca da obrigatoriedade dos Conselhos Municipais para o repasse de verbas, pois a autora considera que tais espaços participativos podem perder o real sentido de fomentar a participação democrática, fazendo dos Conselhos uma mera execução de tarefas formais e obrigatórias desqualificando o processo democrático e participativo.

O dinheiro do Fundo Nacional de Assistência Social recebido pelos estados, municípios ou Distrito Federal, é aplicado em tais instâncias conforme as prioridades estabelecidas nos planos de assistência social deliberadas pelos respectivos conselhos. Para o recebimento do Fundo Nacional de Assistência é colocada algumas condições:

> Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de:
> I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
> II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;
> III - Plano de Assistência Social. (BRASIL, 1993)

O Conselho Nacional de Assistência Social instituído pela Lei Orgânica da Assistência social constitui o “[...] órgão superior de deliberação colegiada,

ISBN 978-85-87406-94-1

vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social ” (BRASIL, 1993).

As principais competências do Conselho Nacional de Assistência Social são: aprovar a Política Nacional de Assistência Social; normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social; zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social; convocar ordinariamente a Conferência Nacional de Assistência Social; apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social; divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos. (BRASIL, 1993)

Conforme a Lei 8742 de 1993, art 18, dentre as principais atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social estão: Exercer o controle e a orientação do fundo municipal, aprovar e elaborar a política municipal de assistência social, acompanhar e controlar a execução da política municipal de assistência social, aprovar o plano de assistência social, buscar a efetivação do SUAS, aprovar a proposta orçamentária, acompanhar a execução orçamentária e anual dos recursos, aprovar o relatório anual de gestão, fiscalizar as entidades e organizações da assistência social no âmbito municipal, elaborar e publicar seu regimento interno. No exercício de suas atribuições de fiscalizar os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e as entidades e organizações de assistência social, o Conselho Municipal de Assistência Social observará se a equipe de referência para a prestação de serviços e execução das ações é composta conforme a estrutura proposta na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS). (TCU,2007,p.25)

Assim, considerando as relevantes competências de um Conselho de Assistência Social é possível evidenciar que estes são fundamentais para os três níveis de federação, no que diz respeito à formulação das políticas de assistência social, propiciando um controle da política, e estabelecendo uma relação com as demais políticas e programas que compõe a rede socioassistencial. Assim os Conselhos municipais de Assistência são vistos como:

ISBN 978-85-87406-94-1

> [...] espaços de construção social das relações políticas de suas respectivas comunidades. Assim, o que se pretende é a transformação das práticas políticas. Para tanto, devem abrir espaço para a interlocução e a negociação entre as várias tendências presentes, prática necessária para o aprofundamento da experiência democrática que possa explicitar, sem constrangimentos, ideias e intencionalidades sobre as matérias que são objetos de deliberação (BIDARRA, 2005, p.102).

Os conselhos constituem o mecanismo fundamental que propicia a democracia participativa, fomentando a efetivação e o acesso aos direitos sociais. Todavia, é importante ressaltar que não basta apenas assegurar mediante regulamentação a participação social, é preciso compreender a qualidade e a forma como essa participação se desenvolve.

5. IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS NA CIDADE DE FRANCA

Na cidade de Franca encontram-se vinte conselhos, sendo os Conselhos de Habitação e de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra como os conselhos mais antigos na cidade, criados na década de 1980. Seguindo pelos Conselhos Tutelares e dos direitos da criança e do adolescente, o Conselho de Saúde, Educação, Alimentação Escolar, Desenvolvimento Sustentável, Terceira Idade, Assistência Social e Desenvolvimento Rural, criados na década de 1990 e os Conselhos de Segurança, Segurança Alimentar, Anti Drogas, Condição Feminina, Juventude, Pessoa com Deficiência, FUNDEB, Turismo e Proteção aos animais os últimos a serem criados, após a virada do milênio. Dentre estes, doze sofreram alterações em sua legislação inicial sendo eles: o Conselho anti-drogas, de Pessoa com Deficiência, de Desenvolvimento Sustentável, de Alimentação Escolar, Habitação, Educação, FUNDEB, Desenvolvimento Rural, Saúde, Assistência Social, Terceira Idade, Conselhos Tutelares e dos direitos da Criança e do Adolescente e Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra. É válido constatar que não foi encontrado registros acerca da Lei de Criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Turístico. Desta forma, o Conselho Municipal de Assistência Social encontra-se como um dos mais antigos da cidade.

A lei que regulamenta a criação do Conselho Municipal de Assistência Social em Franca é a lei 4799 de 09 de dezembro de 1996, sendo alterada pela Lei nº 5.491, de 24 de abril de 2001. Esta legislação cria o conselho de municipal de

ISBN 978-85-87406-94-1

Assistência de Franca, sendo este um órgão deliberativo, permanente e municipal conforme exige as diretrizes da Lei Federal nº 8.742/93 e tem como finalidade garantir a implantação, execução e acompanhar a política municipal de assistência social. Este tem como diretrizes básicas realizar a assistência social de forma descentralizada, incentivar e permitir a participação popular, através do controle social[50] e articular a efetivação da assistência social de forma integrada com outras políticas.

O Conselho Municipal de Assistência Social, sendo este órgão gestor do Fundo Municipal de Assistência, tem como responsabilidade estabelecer prioridades a serem atendidas, fixando critérios técnicos e diretrizes para destinar e liberar recursos para programas e projetos aprovados pelo Conselho e deve prestar contas anualmente a população a respeito dos gastos do Fundo Municipal de Assistência Social. Aquele está submetido à coordenação executiva da Secretaria Municipal de Promoção Social, tendo sessões plenárias mensalmente e extraordinariamente quando for requerido pelo presidente ou por maioria simples dos membros. As reuniões devem ser abertas ao público e deverá haver divulgação do calendário e suas realizações.

O Conselho é composto por 26 cadeiras, sendo elas ocupadas paritariamente entre o poder público e representantes da sociedade civil, tendo dois anos de mandato, de caráter não remunerativo, tendo direito a voz e a voto.

Na Lei de Criação, consta também a regulamentação do Plano Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. O primeiro constitui-se como instrumento de intervenção na realidade sociopolítica e econômica no município mediante diagnóstico da realidade e buscando criar uma rede descentralizada de amparo proteção e promoção de direitos individuais, sociais e coletivas, estabelecendo objetivos de curto, médio e longo prazo. Devendo também criar indicadores de avaliação e controle executivo, estabelecendo padrões de medida de avaliação, estabelecer medidas dos desempenhos apresentados, estabelecer comparação do realizado com o previsto e definir ação corretiva ou formulação dos serviços. O segundo regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social, regulamentado os meios de captação e aplicação dos recursos.

[50] Controle Social é o exercício de participação e fiscalização da sociedade sobre as ações do Estado

ISBN 978-85-87406-94-1

A partir da modificação da Lei de criação em 2001 (Lei nº 5.491 de 24 de abril), o conselho passa a ter dezoito cadeiras, sendo nove representantes do Poder Público e nove representantes da sociedade civil, altera-se também a forma de renovação dos conselheiros, sendo na primeira eleição renovada 2/3 dos conselheiros e na segunda renovada 1/3 destes. É criada a Junta Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social e estabelecida suas funções.

Outra documentação fundamental para regulamentação do conselho é o Regimento Interno, sendo este organizado em disposições gerais, competências, composições, organização e funcionamento (onde são regulamentadas as eleições, os cargos e as funções exercidas em cada cargo, as comissões, grupos de trabalho, as reuniões e a publicação das atas), as disposições finais e transitórias, estando em conformidade com as especificações da Lei de Criação.

Através da pesquisa documental, foi constatada também a publicização das atas através do site da prefeitura municipal de Franca, junto de diversas informação a respeito do Conselho, estando então em consonância ao que está previsto na Lei de Criação e no Regimento Interno.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos considerar o avanço que os Conselhos Municipais de Assistência Social representam, pois além de se apresentarem como um espaço de controle social permitem a descentralização das políticas públicas e propicia que as pautas de discussões e deliberações estejam direcionadas de acordo com as demandas da população local.

Apesar dos avanços sabemos dos muitos desafios a serem transpostos como: a falta de divulgação dos espaços participativos, ausência de uma educação que qualifique a população para participação social efetiva, os conflitos políticos que se desenvolvem no interior das instâncias participativas.

Todavia, os Conselhos Municipais de Assistência Social ampliam o conceito de democracia instituindo uma nova cultura participativa no âmbito das políticas públicas.

ISBN 978-85-87406-94-1

Vê-se os avanços e a consolidação da política de assistência social no município de Franca através da implementação do Conselho de Assistência Social, sendo este um reflexo da Lei Federal de Assistência Social, da Lei de Criação do Conselho e do Regimento Interno, sendo o conselho um espaço de discussão, controle e deliberação a respeito da Assistência Social em Franca composto pelo poder público e pela sociedade civil. Apesar disso, ainda são necessários mais estudos com base nas atas publicadas das reuniões, na análise formativa dos conselheiros e na participação da sociedade civil nas discussões, verificando se o trabalho vem sendo realizado para ampliar a conquista de direitos provocando um tensionamento com o Estado, ou se estes, apesar de representarem a sociedade civil tem votado em consonância com os interesses do Estado.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Mariana Furtado. **Participação, controle e Serviço Social na política municipal de assistência social de Uberaba/MG**: tensão entre a radicalização democrática e as estratégias de reprodução do capital. 2010. 168f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil** de 5 out 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 07 dez 2015.

_____.DECRETO-LEI Nº 4.830, DE 15 DE OUTUBRO DE 1942. **Rio de Janeiro, 15 de out. 1942. Disponível em:<**http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4830.htm> Acessado em: 20 de abr. 2016.

_____. Tribunal de Contas da União. **Orientações para Conselheiros da Área de Assistência Social** / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei n. 8.742,de 7 de dezembro de 1993a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 07 dez. 2015.

BIDARRA, Zelimar Soares. **Os conselhos gestores de políticas públicas e a construção de processos democrático-participativos.** *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2, 2005, Cascavel. *Anais*... Cascavel: Unioeste, 2005.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**: DA CARIDADE AO DIREITO. PUC Rio de Janeiro 2008. Disponível em:

ISBN 978-85-87406-94-1

<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF> Acessado em: 20 de abr. 2016.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **O potencial de conselhos de políticas e Orçamentos Participativos para o aprofundamento democrático.** In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

FRANCA. LEI N° 4.799, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1996. Dispõe sobre a criação do conselho municipal de assistência social de Franca. Franca, 09 de dez. 1996. Disponível em:<http://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-ndeg-4799-de-09-de-dezembro-de-1996> Acessado em: 17 de mai. 2016.

_____. LEI Nº 5.491, DE 24 DE ABRIL DE 2001. Altera a redação da Lei nº 4.799, de 09 de dezembro de 1996, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social de Franca e dá outras providências.Franca, 24 de abr. 2001. Disponível em: <http://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-no-5491-de-24-de-abril-de-2001> Acessado em: 20 de abr. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela.**Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. *In*: CFESS-ABEPSS. *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do assistente social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. Brasília: Cfess/Abepss, 2009, p. 341-376.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Possibilidades e Limites da Democracia Deliberativa**: A Experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Tese de doutorado, IFCH - Unicamp, 2002.

RACHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ISBN 978-85-87406-94-1

O DUMPING SOCIAL E O DANO SOCIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Pamela Pereira Santos (UNESP)
Camila Martinelli Sabongi (UNESP)
Victor Hugo de Almeida (UNESP)

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal pátria, em seu art. 1º, inclui os valores sociais do trabalho como um dos vetores para a efetivação da dignidade da pessoa humana que, por sua vez, é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

De acordo com Paulo Bonavides (2003), a dignidade da pessoa humana é o princípio supremo dentro da hierarquia de normas, possuindo importância máxima e influindo em todos os ângulos éticos da personalidade. É, portanto, um direito pré-estatal e inerente a todos os valores, servindo como arcabouço jurídico para as demais normas do ordenamento jurídico pátrio, incluindo as normas trabalhistas.

Nessa direção, aponta a Constituição Federal, em seu art. 170, que a ordem econômica tem como um de seus fundamentos a valorização do trabalho e a garantia de uma existência digna, evidenciando a importância das relações de trabalho, não só para a subsistência do ser humano, mas para sua inclusão social e garantia de sua dignidade (ALMEIDA; COSTA; GONÇALVES, 2013).

O termo dumping social teve sua gênese no Direito comercial inglês com o escopo e definir a prática injustificada de comercialização de produtos e serviços com preços inferiores ao de custo, visando à eliminação de concorrência (TEIXEIRA; FLANKLIN, 2014).

Já no Brasil, o instituto é relativamente novo, constatando-se os primeiros usos do termo na seara do Direito Empresarial para designar práticas comerciais de eliminação de concorrência e aumento de quotas de mercado (PINTO, 2011). No âmbito do Direito do Trabalho, por sua vez, o dumping social passou a ser utilizado como referência às praticas de exploração do trabalho, precarizando as condições de trabalho, a fim de se obter maior competitividade no mercado (TEIXEIRA; FLANKLIN, 2014).

ISBN 978-85-87406-94-1

A 1ª Jornada de Direito Material e Processual da Justiça do Trabalho, realizada em 2007 no Tribunal Superior do Trabalho, atenta ao mandamento constitucional insculpido no inciso XXII do art. 7º da Constituição Federal, aprovou o Enunciado nº 4 sobre o tema, caracterizando o dumping social como “agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas” (ANAMATRA, 2007; DUARTE, 2014, p. 73). Desta feita, reconheceu-se que tais práticas geram dano à sociedade, tornando-se imperiosa uma reação do Judiciário para corrigir tal conduta. Conquanto não possuam força vinculativa, tal enunciado atua como doutrina perante o ordenamento jurídico (DUARTE, 2014).

Nessa esteira, convém lembrar que o inciso XXII, do mencionado art. 7º da Lei Maior, garante ao trabalhador o direito à redução de todos os riscos labor-ambientais, sejam eles físicos, químicos, biológicos, fisiológicos ou psíquicos (ALMEIDA; COSTA; GONÇALVES, 2013). Ignorar tal determinação configura um evidente desrespeito à legislação trabalhista. Portanto, a prática do dumping social, constituída pelo desrespeito reiterado desses direitos, acarreta mal a toda sociedade, gerando um dano transindividual difuso (DUARTE, 2014).

De acordo com a Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (ANAMATRA), a prática do dumping social desconsidera a estrutura do Estado social e até mesmo do próprio modelo capitalista na busca de vantagem perante a concorrência (ANAMATRA, 2007). Trata-se, portanto, de um fenômeno sócio trabalhista derivado da conjuntura de globalização contemporânea, em que o empregador, perseguindo a maximização de seus lucros e a minimização dos custos da produção, descumpre de forma inescusável e reincidente as obrigações legais trabalhistas.

Importante apontar, também, que por se tratar de um instituto relativamente recente no cenário jurídico brasileiro sua caracterização e abordagem ainda estão em processo de delimitação pela doutrina e pela jurisprudência, por vezes, de forma conflitante. E, justamente, por ser discussão recente no âmbito jurídico brasileiro, aponta a doutrina a necessidade de formulação de uma teoria consistente acerca do instituto, visando à solidez de sua aplicação (DUARTE, 2014).

Diante de tal cenário e das repercussões de ordem socioeconômica geradas pelo dumping social, a relevância do estudo que ora se propõe pauta-se na ideia de que o Direito do Trabalho não pode se deixar conduzir por um contexto

ISBN 978-85-87406-94-1

marcado pela indeterminação, capaz de acentuar a precarização de direitos e garantias basilares conquistados ao longo da história do trabalho.

Nessa senda, o presente artigo tem como objetivo analisar o dumping social no âmbito juslaboral, por meio do exame de sua definição e de seus elementos constitutivos predominantemente adotados pela doutrina, apresentando, ainda, um recorte jurisprudencial com o propósito de exemplificar sua aplicação na prática trabalhista. Adicionalmente, busca-se analisar a relação entre dumping social e dano social, com o intuito de verificar se o primeiro, uma vez caracterizado, pode culminar no segundo instituto jurídico.

Para o alcance dos objetivos propostos, adotou-se, como método de procedimento, o levantamento por meio da técnica de pesquisa bibliográfica em materiais já publicados (doutrinas, legislação, artigos, dissertações, teses, jurisprudência, conteúdos disponibilizados em sítios eletrônicos, etc.) e, como método de abordagem, o dedutivo, visando à obtenção de conclusões a partir das premissas suscitadas quanto à caracterização do instituto em questão e a possibilidade de o dumping social gerar dano social.

2. A ORIGEM DO TERMO “DUMPING SOCIAL” E SUA EVOLUÇÃO: PANORAMA INTERNACIONAL

Na acepção clássica, utilizada estritamente no contexto das relações internacionais, o termo “dumping” é caracterizado pela venda de produtos no mercado externo a preços inferiores aos praticados no mercado interno, visando anular a concorrência. A expressão consta no Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), de 1947, e desde então a prática tem sido controlada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) através de sanções previstas em acordos internacionais (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

Já a expressão “dumping social” passou a ser utilizada para designar práticas de concorrência desleal entre países no âmbito internacional, verificadas a partir do rebaixamento dos direitos dos trabalhadores adotado em determinado país, em comparação com outros países que os mantinham em níveis de maior proteção (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

ISBN 978-85-87406-94-1

Os primeiros registros da expressão “dumping social” remontam a 1788, quando o banqueiro e ministro francês Jaques Necker considerava a possibilidade de se obter vantagens em relação a outros países através da abolição do descanso semanal dos trabalhadores. Para evitar essa concorrência desleal, já no século XIX, vários países europeus se atentaram para a necessidade de adoção de padrões internacionais de trabalho (SILVA apud SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

O dumping social ocorria, então, quando a ausência de regulamentação das condições de trabalho de um Estado criava vantagens para que empresários (locais ou de outros países) explorassem a sua mão de obra, concorrendo de forma desleal com empresas estabelecidas em outros Estados, cujo patamar de proteção era superior.

Neste panorama internacional, passaram a surgir pressões para que medidas protetivas fossem criadas tanto para os trabalhadores como para o comércio internacional e, também, para que fossem integradas às legislações de cada país (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

Em tal contexto surgiu a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada pelo Tratado de Versalhes em 1919, incentivando muitos países a adotarem normas protetivas e regulatórias, visando à instituição de um patamar mínimo civilizatório. Desta feita, tal Organização se tornou um empecilho aos lucros obtidos através da prática do dumping social à época, pautados na superexploração do trabalhador através de legislações precárias (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

Com o fenômeno da adoção de normas internacionais regulatórias das relações de trabalho por muitos países, algumas empresas deixaram de ser assistidas pelas legislações internas e passaram a minar os padrões civilizatórios trabalhistas através do método de chantagem conhecido como *race the botton* (corrida ladeira a baixo) ou efeito de contaminação. Trata-se de prática caracterizada pela pressão exercida sobre os governos, visando à redução ou flexibilização de direitos trabalhistas, sob pena das empresas migrarem para países com padrões mais baixos de proteção aos trabalhadores (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014). De acordo com Jorge Luiz Souto Maior, Ranulio Mendes e Valdete Souto Severo (2014), um exemplo claro dos efeitos de tais

ISBN 978-85-87406-94-1

pressões na legislação trabalhista brasileira pode ser observada na Lei nº 9.601/98, que distorce o conceito de compensação de jornada.

Deste modo, a "evolução" da prática do dumping social se iniciou através da ausência de legislação interna em alguns países, impulsionando a exploração intensa e perversa do trabalho. Após a adoção de barreiras legislativas por grande parcela de países, algumas empresas passaram a recorrer à "chantagem de efeito de contaminação" (*race de bottom*) e, ainda, ao desrespeito à legislação vigente, infringindo normas trabalhistas internas (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

3. ELEMENTOS CARACTERIZADORES DO DUMPING SOCIAL

Para Jorge Luiz Souto Maior (2014), na atualidade, o dumping social não decorre mais do aproveitamento de uma legislação branda, mas principalmente do desrespeito às normas trabalhistas internas que estabelecem um patamar civilizatório mínimo.

Entende-se que o dumping social é uma das formas de violação aos fundamentos da valorização do trabalho e da garantia de uma existência digna, que se caracteriza pela adoção de práticas precárias de trabalho pelo empregador, visando à redução dos custos de produção e, consequentemente, ao aumento dos lucros.

É, portanto, a prática reiterada e reincidente de empresas em descumprir as normas trabalhistas, com vistas a majorar os lucros e obter vantagens sobre a concorrência (ANAMATRA, 2007).

Segundo Gustavo Trierweiler (2009), o dumping social é a supervalorização do progresso econômico em detrimento do bem estar social, manifestada por meio do descumprimento reiterado de direitos trabalhistas, capaz de caracterizar ato ilícito e gerar graves danos à sociedade.

De acordo com Marcelo Barroso Kümel (2001), é a redução do custo do trabalho por meio do desrespeito de normas mínimas, acarretando a diminuição do preço final do produto; quanto aos efeitos no âmbito econômico, o dumping social gera uma competitividade artificial, já que é obtida mediante a

ISBN 978-85-87406-94-1

afronta a direitos trabalhistas fundamentais, albergados pela Constituição Federal de 1988, especificamente pelo art. 7º.

A empresa que adota tal conduta, ao se utilizar de mão de obra sem o adimplemento dos respectivos encargos, estará atuando em condições de desigualdade com as demais, praticando, portanto, a concorrência desleal (BARRAL, 2000). De acordo com esse entendimento, quando uma empresa desrespeita – de forma deliberada, reiterada e institucionalizada – os direitos trabalhistas garantidos constitucionalmente ao trabalhador, não estará ela atingindo somente a esfera patrimonial e pessoal daquele empregado, mas também a ordem econômica projetada pela Constituição, que garantiu os direitos desrespeitados.

Diferentemente da prática do dumping empresarial, analisado pela ótica dos tratados internacionais por envolver empresas multinacionais e relações comerciais entre diversos países, o dumping social pode ser identificado na adoção de práticas ilegais dentro do mercado interno, o que, de acordo com Jorge Luiz Souto Maior, caracteriza a interiorização do dumping social (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

Ainda, elucida Jorge Luiz Souto Maior (2014), que o termo “dumping social” é próprio para se referir às práticas econômicas tensionadas à supressão da concorrência também no mercado interno, uma vez identificado o contumaz e reiterado desrespeito aos direitos trabalhistas. Isso porque essa violação é intrinsecamente relacionada ao rebaixamento das bases sociais, ou seja, o desprezo dos custos necessários para se efetivar os direitos trabalhistas e previdenciários.

À guisa de exemplo, caracteriza dumping social a inobservância de normas de saúde e proteção do trabalhador, a supressão de intervalo para refeição e descanso, a imposição de horas extraordinárias habituais além do permissivo legal e a inadimplência dessas horas ou de outras verbas decorrentes da relação de emprego – por exemplo, depósito do FGTS, quitação de verbas rescisórias, entre outras (ARAÚJO, 2011). Por meio desses subterfúgios, empregadores deixam de pagar aos seus empregados o que lhes é devido consoante ao que determina a legislação trabalhista, a fim de comercializarem

ISBN 978-85-87406-94-1

seus produtos a um preço menor para enfrentar a concorrência e majorar seus lucros (PINTO, 2011).

A Lei nº 12.529/11, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, que por ela são caracterizados por atos que, independente de culpa, possam “limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa” ou “aumentar arbitrariamente os lucros” (BRASIL, 2011). Isto posto, resta evidente que o desrespeito à legislação trabalhista, nos moldes da prática do dumping social, pode constituir infração à ordem econômica (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

Na seara laboral, o dumping social pode ser entendido como a precarização do contrato individual de trabalho em prol do lucro do empregador, à custa da renúncia aos direitos devidos ao empregado. Todavia, apesar de atingir indiretamente as empresas concorrentes, o intuito de quem exerce tal prática não é a eliminação das empresas adversárias (DUARTE, 2014), mas, simplesmente, a obtenção de lucro através da exploração abusiva da mão de obra.

Ademais, a adoção da teoria do dumping social pelo Direito do Trabalho justifica-se pela necessidade de se produzir uma problematização jurídico-teórica, ao passo que o direito é um dado cultural que se constrói evolutivamente à medida das valorações que se atribuem aos fatos sociais. A partir de uma problematização específica, o direito é chamado a conferir uma resposta corretiva dos efeitos sociais nocivos identificados (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

No caso do dumping social, o fato social e econômico é a prática de algumas empresas em descumprir sistemática e reiteradamente a legislação trabalhista, como forma de potencializar os lucros e suprimir a concorrência. Identificados os graves efeitos deste fato social, faz-se necessária a incidência do direito sobre o problema, buscando os meios para as correções necessárias (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

Conclui-se, portanto, que o dumping social, na esfera trabalhista, é o rebaixamento do nível e da qualidade de vida dos trabalhadores advindo da prática de conduta socialmente reprovável do empregador, caracterizada pelo

ISBN 978-85-87406-94-1

desrespeito reiterado e inescusável dos direitos trabalhistas. Tal prática gera ao empregador o efeito potencial, que pode ser atingido ou não, de obter vantagem econômica sobre empresas concorrentes que cumpram as obrigações trabalhistas, incentivando, consequentemente, a concorrência desleal (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

4. O DUMPING SOCIAL NA CASUÍSTICA

Conforme já esclarecido, trata-se o dumping social de instituto relativamente recente no cenário jurídico brasileiro. Diante disso, sua caracterização e abordagem ainda estão em processo de delimitação pela doutrina e pela jurisprudência, evidenciando-se, portanto, a importância de se examinar como os tribunais trabalhistas têm se ativado na aplicação desse instituto, cuja proposta pode contribuir para a sua consolidação.

No plano concreto, não são raros os casos de condenação de empresas em decorrência da prática de dumping social. Como exemplo, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em decisão proferida nos autos do processo nº 0078200-58.2009.5.04.0005, determinou que as empresas prestadora e tomadora de serviços de *call center* indenizassem a sociedade pela constante violação aos direitos trabalhistas de seus empregados. No caso em questão, a empresa prestadora possuía cerca de 1,5 mil processos ativos somente no Foro Trabalhista de Porto Alegre e praticamente todas as ações envolviam inadimplemento de horas extras e distorções salariais significativas, cumuladas com o descaso das empresas, que nada faziam para sanar a situação, pois obtinha vantagens financeiras ao competir em desigualdade de condições no mercado (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

No mesmo sentido, em decisão proferida nos autos do processo nº 0001993-11.2011.5.15.0015, a rede varejista Magazine Luiza S.A foi condenada em Primeira Instância ao pagamento de R$ 1,5 milhão pela prática de dumping social, cujo valor, no entendimento do magistrado, atendia ao caráter punitivo-pedagógico da indenização (DUARTE, 2014).

Jorge Luiz Souto Maior, pautado na ideia de que o desrespeito deliberado da ordem jurídica trabalhista gera um dano à sociedade e transcende o

ISBN 978-85-87406-94-1

dano individual, defende que deve o julgador, mesmo *ex officio*, proferir condenação que vise à reparação do dano social nas reclamações trabalhistas em que agressões reincidentes ou ações deliberadas e inescusáveis forem constatadas (DUARTE, 2014).

Observa-se, pois, o evidente desacordo jurisprudencial a respeito do tema, relacionado à inexatidão conceitual e legal que o cercam, conforme a seguir se demonstra.

Verifica-se, a seguir, no recorte do julgado proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais), nos autos do processo nº 0289800-42.2009.5.03.0063, o afastamento da caracterização do dumping social, com fundamento na ausência de previsão legal pelo ordenamento jurídico brasileiro:

> EXCESSO DE JORNADA. PENALIDADE ADMINISTRATIVA. INDENIZAÇÃO POR DUMPING SOCIAL. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. A extrapolação da jornada máxima permitida por lei (art. 59/CLT) configura infração administrativa, atraindo, em consequência, a competência das Delegacias Regionais do Trabalho, para a aplicação das penalidades cabíveis, não sendo crível, nesse contexto, falar-se em indenização por dumping social, por absoluta ausência de previsão legal. (TRT 3ª Região. RO 0289800-42.2009.5.03.0063. 8ª Turma. Relator: Paulo Roberto Sifuentes Costa. Julgamento: 19/05/2010. Publicação: 07/06/2010).

Ao se analisar a ementa acima colacionada, resta evidente a infração aos limites legais da duração do trabalho, ou seja, o desrespeito às normas trabalhistas, de modo a causar dano ao trabalhador em razão da estrutura organizacional do trabalho, cuja responsabilidade, por força do art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, compete ao empregador.

No mesmo sentido, encontra-se o julgado prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª região (Minas Gerais), nos autos do processo nº 2834509 00886-2009-063-03-00-4, que certificou a ocorrência de violação dos limites legais da duração da jornada de trabalho, porém, afastou a pretensão indenizatória calcada no instituto do dumping social:

> EXCESSO DE JORNADA - PENALIDADE ADMINISTRATIVA - INDENIZAÇÃO POR "DUMPING" SOCIAL - FALTA DE PREVISÃO LEGAL. A extrapolação da jornada máxima permitida ("caput" artigo 59 CLT) é matéria que pertine à fiscalização do trabalho, encarregada de aplicar as penalidades administrativas previstas em lei (artigo 75 CLT). Não cabe indenização por "dumping social" a esse título,

ISBN 978-85-87406-94-1

> porque as penalidades legalmente previstas para as infrações denunciadas nesta ação reclamatória são de natureza administrativa. Incidem os princípios da reserva legal (inciso II artigo 5o. da Constituição Federal) e o da restrição das penas (parte final do inciso XXXIX artigo 5º da Constituição Federal). (TRT 3ª Região. RO 2834509 00886-2009-063-03-00-4. 2ª Turma. Relator: Jales Valadão Cardoso. 2ª Turma. Julgamento: 13/10/2009. Publicação: 16/10/2009).

Observa-se, pois, que o principal fundamento adotado nos julgados apresentados para o indeferimento da pretensão indenizatória por dumping social é a ausência de previsão legal acerca de sua caracterização e das sanções cabíveis. Diante disso, resta evidente a indispensabilidade de estudos sobre o tema, visando à lapidação do instituto do dumping social, contextualizado na seara laboral, para que se confira, inclusive, maior segurança jurídica aos jurisdicionados.

Importa ressaltar que atualmente tramita perante a Câmara dos Deputados do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.6015/11, de autoria do deputado Carlos Bezerra, cujo texto propõe, além da caracterização do dumping social, a imposição de indenização a ser paga não só ao trabalhador, mas também à empresa concorrente que poderia ser prejudicada por essa prática danosa e perversa. Apesar de a mencionada proposta ser controversa em alguns pontos, há quem defenda a necessidade de regulamentação do dumping social como medida de amparo legal às decisões judiciais, que, por vezes, denegam pedidos indenizatórios sob o fundamento da inexistência de previsão legal e definição precisa (DUARTE, 2014), como demonstrado neste estudo.

5. DUMPING SOCIAL E DANO SOCIAL NO CONTEXTO LABORAL

O trabalhador lesado pela prática sucessiva de desrespeito aos seus direitos pode buscar, na tutela jurisdicional, a configuração do fato como gerador de um dano pessoal, pleiteando indenização por dano individual. Ainda, por meio do conjunto identificado de empregados da empresa que efetuou a prática lesiva, também é possível constatar a ocorrência de um dano coletivo (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014). Todavia, o dano em questão não se confunde com outras modalidades danosas, por se tratar o dano social de um meio eficaz de proteção do direito difuso (PEREIRA, 2012).

ISBN 978-85-87406-94-1

Para Antônio Junqueira de Azevedo (2004), o dano social importa em lesões que afetam a sociedade no seu nível de vida, rebaixando o seu patrimônio moral ou reduzindo sua qualidade de vida (AZEVEDO, 2004).

Constata-se, assim, que, por se tratar da sociedade como um todo, a vítima do dano social é indeterminável ou indeterminada. Dessa forma, a indenização pleiteada a título de dano social não deve ser direcionada à vítima particularmente, como ocorre nos casos de dano individual, ou a uma coletividade de vítimas, como é observado nos casos de dano coletivo. Deve, portanto, ser recolhida a um fundo de proteção consumerista, ambiental ou trabalhista, ou para uma instituição de caridade, visando à reparação da lesão social (PEREIRA, 2012).

Nessa senda, preleciona Flávio Tartuce (2013) tratar-se o dano coletivo do ressarcimento dos danos causados aos direitos coletivos e individuais homogêneos, que são determinados ou determináveis; por sua vez, o dano social abarca também os direitos difusos, que não podem ser tutelados pela primeira modalidade, ante a sua indivisibilidade. Repousaria aqui, segundo o autor, a principal distinção entre as duas espécies de dano (TARTUCE, 2013).

Contextualizando o dano social no cenário do dumping social, observa-se que, ao desrespeitar de forma deliberada, reiterada e institucionalizada os direitos trabalhistas garantidos pela Constituição, a empresa não atinge apenas a esfera patrimonial de determinado empregado, mas, também, compromete a própria ordem econômica (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014).

O dano social gerado pelo dumping social torna-se evidente quando se verifica, em um mesmo estado ou região, uma elevada quantidade de ações intentadas em face de uma mesma sociedade empresária, denunciando a macrolesão causada pela reiterada violação da ordem jurídica trabalhista, cujo prejuízo também atinge as empresas concorrentes (SOUTO MAIOR; MENDES; SEVERO, 2014). Nesse sentido, colhe-se o seguinte entendimento jurisprudencial:

> INDENIZAÇÃO POR DANO SOCIAL (DUMPING SOCIAL). As demandadas têm praticado, de forma deliberada, desrespeito à ordem jurídica trabalhista, o que tem culminado com número significativo de ações nesta Justiça Especializada, devendo o julgador

ISBN 978-85-87406-94-1

> proferir condenação que objetive a reparação específica pertinente ao dano social perpetrado, ainda que fixada de ofício pelo titular da sentença, para proteção da coletividade e da ordem jurídica, em virtude de seu compromisso ético com a proteção da dignidade da pessoa humana e do trabalho. Recurso não provido. (TRT 4ª Região. RO 0000983-94.2012.5.04.0663. 3ª Turma. Relatora: Maria Madalena Telesco. Julgamento: 20/11/2013. Publicação: 29/11/2013).

No julgado relacionado, decidiu-se pela indenização por dano social em razão da ocorrência de dumping social, uma vez que o número significativo de ações na Justiça do Trabalho em face da mesma empresa empregadora evidenciava a prática deliberada e constante de desrespeito às normas trabalhistas. Entendeu-se, portanto, que tal ação culmina em lesão não apenas aos trabalhadores, mas ao trabalho digno e à ordem econômica, justificando-se a aplicação do dano social.

A inexistência de regulação jurídica sobre o dumping social não impede que suas consequências sejam experimentadas na realidade laboral brasileira, ao passo que suas sequelas danosas, decorrentes da concorrência desleal e do abuso de direito, têm atingido gravemente a sociedade (TEIXEIRA; FLANKLIN, 2014). Trata-se de prática que atinge negativamente todo o sistema econômico, importando em consideráveis prejuízos para toda a sociedade. Através dessa conduta, a empresa perde a própria legitimidade para atuar no mercado, violando o preceito constitucional da função social da propriedade, disposto no art. 170 da Constituição Federal.

Jorge Luiz Souto Maior (2014) explica que o dumping social pode ser considerado uma forma de dano social, pois contraria a previsão constitucional que estabelece as condições mínimas de proteção ao trabalho e a melhoria da conjuntura social dos trabalhadores. Acrescenta que a utilização de institutos jurídicos com o objetivo de precarizar as condições de trabalho, através de fraudes à aplicação de preceitos de ordem pública que protegem os trabalhadores, é o que gera o dano social, ferindo os princípios do Estado Democrático de Direito Social, a função social da propriedade, do contrato, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho.

No mesmo sentido, o Enunciado nº 4, aprovado pela 1ª Jornada de Direito Material e Processual da Justiça do Trabalho, enfatiza que a prática do dumping social gera um dano à sociedade por exercício abusivo do direito e

ISBN 978-85-87406-94-1

define que tal prática configura um ato ilícito, atraindo a aplicação dos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil.

Insta salientar que, os artigos 927 e 404, parágrafo único, do Diploma Civil, corroboram com tal entendimento, fornecendo o fundamento de ordem positiva para aplicar ao agressor contumaz uma indenização suplementar, através da previsão da obrigação de reparar o ato ilícito cometido. Por fim, os artigos 652, “d”, e 832, parágrafo 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, demonstram a competência das Varas do Trabalho para julgar e aplicar tal sanção.

Destarte, resta evidente que o ordenamento jurídico pátrio dispõe de previsão legal para fundamentar a pretensão indenizatória em decorrência de dano social na seara juslaboral, de forma a garantir a efetiva reparação às vítimas de dumping social, entendido como uma grave lesão à sociedade, à ordem econômica e ao trabalho digno.

6. CONCLUSÃO

Cabe ao empregador observar, espontaneamente, as normas trabalhistas, incluindo a obrigação de não lesar o trabalhador na sua esfera biopsicossocial. Caso contrário, caberá ao Estado intervir nessa relação jurídica privada, visando à manutenção do equilíbrio da relação entre empregado e empregado.

Nessa perspectiva, considera-se o dumping social uma das formas de infração à legislação constitucional e infraconstitucional, traduzindo-se em um delito perpetrado contra a dignidade da pessoa humana, o trabalho digno, a ordem econômica e outros direitos inerentes à condição humana. No contexto laboral, trata-se de violação decorrente da prática reiterada e inescusável de infrações aos direitos trabalhistas, visando ao aumento dos lucros em detrimento do bem estar dos trabalhadores; quanto aos resultados, importa em diversos danos, dentre eles o dano social.

Cabe ao judiciário trabalhista coibir tal prática, ofertando respostas efetivas a sociedade por meio da devida reparação do dano social, observando o caráter punitivo e pedagógico da condenação. Diante disso, através do Enunciado nº 4, contempla a ANAMATRA a gravidade da prática do dumping social, razão pela

ISBN 978-85-87406-94-1

qual encoraja a condenação de empresas que se utilizam dessa perversa prática ao pagamento de indenização por ato ilícito.

Todavia, mesmo sendo evidente a necessidade de punição quando verificada a prática de dumping social e, ainda, mesmo diante da existência de conteúdo jurisprudencial nesse sentido, a repressão ainda encontra óbice na ausência de legislação que regulamente o tema.

Diante disso, conclui-se que, para que se uniformize a jurisprudência dos tribunais trabalhistas, nos moldes apregoados pelo art. 926 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), torna-se recomendável a edição de previsão legal específica que contemple a pena a ser aplicada às empresas que aderirem a práticas de dumping social em detrimento dos direitos e garantias de seus trabalhadores, da ordem econômica, da dignidade humana e da valorização social do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Victor Hugo de; COSTA, Aline Moreira da; GONÇALVES, Leandro Krebs. Meio ambiente do trabalho e proteção jurídica do trabalhador: (re) significando paradigmas sob a perspectiva constitucional. In: FELICIANO, Guilherme Guimarães; URIAS, João (Org.). **Direito ambiental do trabalho**: Apontamentos para uma Teoria Geral. São Paulo: LTr, 2013.

ANAMATRA, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Enunciados aprovados na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho. Brasília, DF, 6 dez. 2007. Disponível em: <http://www.anamatra.org.br/jornada>. Acesso em: 7 fev. 2016.

ARAÚJO, Aline de Farias. A necessária repressão da justiça do trabalho aos casos de dumping social. **Revista da ESMAT13 – Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Paraíba**, João Pessoa, ano 4, n. 4, p. 22-23, 2011. Disponível em: <http://www.amatra13.org.br/arquivos/revista/REVISTA%20DA%20ESMAT%2013%20ANO%204%20N%204%20OUT%202011[PARA%20IMPRESS%C3%83O%20COM%20302%20PAGINAS].pdf>. Acesso em: 7 fev. 2016.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social. In: FILOMENO, José Geraldo Brito; WAGNER JÚNIOR, Luiz Guilherme da Costa; GONÇALVES, Renato Afonso (Coord.). **O Código Civil e sua interdisciplinaridade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 376.

BARRAL, Webber. **Dumping e comércio internacional**: a regulamentação antidumping após a tomada Uruguai. São Paulo: Forense, 2000.

ISBN 978-85-87406-94-1

BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa**. São Paulo: Malheiros, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. **Planalto**, Brasília, DF, 30 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm>. Acesso em: 7 fev. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **A Justiça em número**. Ano-base 2014. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/09/4c715b2994da3187c127bd1b10011f07.swf>. Acesso em: 5 jan. 2016.

DUARTE, Camila Rufato. Dumping social e flexibilização dos direitos trabalhistas: a dignidade da pessoa humana como balizadora dos institutos. **Revista de Direito**, Viçosa, UFV, v.6, n.1, 2014.

KÜMEL, Marcelo Barroso. **As convenções da OIT e o Mercosul**. São Paulo: LTr, 2001.

PEREIRA, Ricardo Diego Nunes. Os novos danos: danos morais coletivos, danos sociais e danos por perda de uma chance. In**: Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11307>. Acesso em: 10 maio 2016.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Dumping social ou delinquência patronal na relação de emprego? **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 77, n. 3, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O dano social e sua reparação. **Revista LTr**, São Paulo, v. 71, n. 11, p. 71-11/1317, 2007. Disponível em: <http://www.calvo.pro.br/media/file/colaboradores/jorge_luiz_souto_maior/jorge_luiz_souto_maior_o_dano_moral.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2016.

_____; MENDES, Ranulio; SEVERO, Valdete Souto. **Dumping Social nas Relações de Trabalho**. 2. Ed. São Paulo: LTr, 2014.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil:** direito das obrigações e responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

TEIXEIRA, Carolina de Souza Novaes Gomes; FRANKLIN, Giselle. O papel do juiz ativo no combate ao dano social na justiça do trabalho. **Sinapse múltipla**, Minas Gerais, v.3(2), dez., 112-128, 2014.

TRIERWEILER, Gustavo F. As relações de trabalho, o dumping e a crise econômica. **Revista IOB trabalhista e previdenciária**, São Paulo, v. 21, n. 242, 2009.

ISBN 978-85-87406-94-1

O EMPREENDEDORISMO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: UMA REFLEXÃO TEORICA

Ana Luísa Neves Pimenta[51] (Uni-FACEF)
Melissa Franchini Cavalcanti-Bandos (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o empreendedorismo vem despertando a atenção de pesquisadores nas discussões contemporâneas, contudo, foi o século XVIII, o marco para os primeiros estudos sobre o empreendedor. É fato que o empreendedorismo está inserido em vários contextos, contudo é foco desse artigo o empreendedorismo inserido em um ambiente universitário como forma de estimulo ao jovem.

A universidade é um local que permite ao estudante adquirir conhecimentos e abranger sua intelectualidade. Esse meio apresenta muitas possibilidades e permite enxergar caminhos a serem percorridos. Autores como Nassif et al (2012) e Ilzuka e Moraes (2014) afirmam que a universidade é o local em que o aluno receberá influência e motivação para empreender em um negócio e pode-se ir além, abordando que o aluno poderá empreender em outros campos. Cabe, portanto, à Instituição de Ensino Superior (IES) promover o ambiente em que o estudante tenha possibilidade de alçar grandes vôos em sua carreira por meio do empreendedorismo.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão teórica dos principais conceitos relacionados ao empreendedorismo junto ao público universitário. Trata-se de uma pesquisa resultado da Iniciação Científica que está sendo desenvolvida no Programa IC-Uni-FACEF com o título "*OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS NO MUNDO DO EMPREENDEDORISMO"*, entre os meses de agosto de 2015 a julho de 2016.

Dessa forma, propõe-se apresentar reflexões a partir de autores como Chiavenato (2012); Degen (1989); Dolabela (2005 e 2008); Dornelas (2001); Drucker (2003), entre outros. Além de discussões sobre o empreendedorismo junto ao jovem universitário apresentadas por Nassif et al (2012) e Ilzuka e Moraes (2014).

[51] Bolsista IC – Uni-FACEF

ISBN 978-85-87406-94-1

Para tanto, o artigo foi escrito a partir de uma pesquisa exploratória, baseada exclusivamente em dados secundários, retirados de livros, artigos científicos e sites da internet.

Nesse sentido, o artigo encontra-se dividido, por essa introdução, na sequência, um referencial teórico que aborda os temas: empreendedorismo e empreendedorismo entre jovens universitários. Após, os procedimentos metodológicos, em seguida, a reflexão apresentada, as considerações finais e as referências.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

O referencial teórico propõe-se a apresentar os temas empreendedorismo e empreendedorismo entre jovens universitários. Ao tratar do empreendedorismo focar-se-á no histórico do empreendedorismo, em seguida na origem e definição do termo empreendedorismo, o perfil e as características do empreendedor e por fim o papel do empreendedorismo na sociedade. Na sequência, ao tratar do empreendedorismo entre jovens universitários será apresentado, o ambiente universitário em relação ao empreendedorismo, perfil e características do empreendedor universitário e o empreendedorismo, universidade e sociedade.

2.1 Empreendedorismo

2.1.1 Histórico, Origem e Definição

Na tentativa de apresentar um histórico do empreendedorismo, constata-se que desde os primórdios da humanidade existem pessoas que se destacam, inovando suas atividades ou produtos. Para essas práticas inovadoras deu-se, posteriormente, o nome de empreendedorismo.

Assim, por exemplo, verifica-se que entre 1271 e 1295, Marco Polo pode ser considerado empreendedor, por ter assumido riscos e se aventurado no Oriente (BRITO et al, 2013).

> O ato de empreender nasceu de um risco que Marco Polo, viajante mercador, resolveu correr ao associar-se a um capitalista e negociar

ISBN 978-85-87406-94-1

> suas mercadorias. Entre 1271 e 1295, ele tentou desenvolver uma rota comercial para o Oriente e, numa iniciativa empreendedora, firmou um contrato com um capitalista a fim de comercializar seus produtos. Suas viagens e ações caracterizaram a pessoa que pratica empreendedorismo, ou seja, uma pessoa empreendedora que assume riscos físicos e emocionais a fim de atingir seus objetivos. (BRITOet al, 2013, p.17).

Dessa forma, não se deve colocar o empreendedorismo como um modismo atual, pois é antiga a data de quando se teve notícia da primeira ação humana inovadora, com o objetivo de aprimorar as relações do homem com os outros e com a natureza, pode-se identificar um comportamento empreendedor do homem (DOLABELA, 2008).

Ao buscar a origem do termo empreendedor, autores como Dolabela (2005), Maximiano (2006) e Britto et al (2013) atribuem aos economistas Cantillon, Say e Schumpeter os estudos iniciais sobre os empreendedores.

Assim, Richard Cantillon, no sec XVIII, em seu livro *EssaisurlaNatureduCommerceenGénéral* (Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral), publicado em 1755, conhecido amplamente como *Essai,* identificou inicialmente o empreendedor (DOLABELA, 2005; MAXIMIANO, 2006). Britto el al (2013, p. 13) destacaram que Cantillon “foi umdos primeiros a distinguir o empreendedor (pessoa que assume riscos) docapitalista (fornecedor de capital).”

Após esse período, no século XIX, o economista francês Say, no livro Tratado de Economia Política (1888), volta a falar dos empreendedores como aquelesque

> São capazes de alterar os recursos econômicos de uma área de baixa produtividade, transformando-a em uma área de produtividade e lucratividade elevadas. Os empreendedores criam valor, ao explorar algumas formas de variação ou novidades em áreas como tecnologia, materiais e preços. (MAXIMIANO, 2006, p339).

Em seguida, em 1942, Schumpeter no livro Capitalismo, Socialismo e Democracia introduziu o conceito da “destruição criativa”. Para esse economista, o empreendedor inova pela inserção de “novos meios de produção, novos produtos e novas formas de organização [...] O empreendedor promove a destruição criativa, tornando obsoletos os recursos existentes e tornando necessária a sua renovação” (MAXIMIANO, 2006, p.340)

ISBN 978-85-87406-94-1

Verifica-se, portanto, ao procurar uma definição para o termo empreendedorismo, os autores Dolabela (2008) e Dornelas (2001) relacionam o termo principalmente à inovação.

> O empreendedorismo envolve o processo de criação de algo novo, de valor. Em segundo, o empreendedorismo requer a devoção, o comprometimento de tempo e o esforço necessário para fazer a empresa crescer. E em terceiro, o empreendedorismo requer ousadia, que se assumam riscos calculados, que se tomem decisões críticas e que não se desanime com as falhas e erros. (DORNELAS, 2001, p. 38).

Chiavenato (2012) define empreendedorismo como a ação de uma pessoa que inaugura e/ou atua em um negócio com o intuito de concretizar um desejo profissional ou projeto pessoal atuando de forma inovadora e assumindo riscos. Maximiano (2006) explica que o empreendedorismo pode estar relacionado a diversas áreas da atividade humana, contudo esclarece que, no sentido restrito da palavra, “designa a pessoa que cria uma empresa – uma organização de negócios” (MAXIMIANO, 2006, p. 338).

De acordo com Hisriche Peters (2014), o essencial no empreendedorismo é a geração de valor de um produto ou serviço, sendo ou não inovador. O principal é que o empreendedor saiba enxergar as habilidades e os recursos necessários.

Deve-se esclarecer, finalmente, que a palavra ‘empreendedor’ vem do latim *imprendere,* significando realizar tarefa difícil ou colocar algo em execução, tendo o mesmo significado da palavra em francês *entrepreneur*(MAXIMIANO, 2006,p.338).

Após essa discussão sobre o histórico, origem e definição do termo empreendedor, na sequencia será abordado o perfil e as características do empreendedor.

2.1.2 Perfil e Características do Empreendedor

Para Dornelas (2001), as principais características do empreendedor são: ter visão de futuro, saber tomar decisões, saber explorar oportunidades, ser determinado e dinâmico, dedicado e principalmente planejar muito.

ISBN 978-85-87406-94-1

De acordo com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas) algumas características importantes do perfil empreendedor são: automotivação, organização e senso crítico.

Dolabela (2008), ao abordar do empreendedor, considera que existem dois tipos: os voluntários, isto é, os que têm vontade e motivação para empreender e os involuntários, isto é, os que são levados a esse caminho por motivos alheios a sua vontade, como por exemplo: desempregados, imigrantes, etc. O autor alerta, contudo, ao tratar do empreendedor, que o fato de uma pessoa ser empreendedora não deve ser atribuído a uma herança genética. Em outra nomenclatura, existem os empreendedores por oportunidade (voluntários) e os empreendedores por necessidade (involuntários).

Além disso, Dolabela (2008) esclarece que o empreendedor é protagonista e autor de si mesmo e da comunidade em que vive. O autor afirma que empreendedores estão em praticamente todos os ramos, podendo ser: o pesquisador, o funcionário público, o empregado de empresas, bem como os políticos e governantes, o artista, o escritor, o poeta, os empreendedores sociais (presentes nas ONGs). E esse conceito vai ao encontro da ampla definição outrora estabelecida de queo empreendedorismo pode estar relacionado a diversas áreas da atividade humana, não apenas a atividade em uma empresa.

Por fim, além das características citadas acima, conclui-se com a visão de Dolabela (2008), que o empreendedor exerce com mais intensidade seu papel quando é motivado pelo meio em que vive, por isso o foco deste artigo estar situado no empreendedor universitário e na IES. Acredita-se que o perfil e suas características poderão ser potencializados pelo ambiente, como se verá a seguir.

2.1.3 O Papel do Empreendedorismo na Sociedade

Conforme citado anteriormente, a motivação oriunda do ambiente pode exercer um papel importante no psicológico do ser humano, levando o empreendedor a ter resultados grandiosos de seu trabalho, a partir dos estímulos das pessoas que o cercam, direcionando-o a buscar seu sonho.

Percebe-se, portanto, uma via de mão dupla, ou seja, o ambiente potencializa o empreendedor e o empreendedor potencializa o ambiente. Nesse

ISBN 978-85-87406-94-1

sentido, Dolabela (2005) afirmou que o empreendedorismo conduz ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo bens e benefícios para a sociedade. Um exemplo claro desse desenvolvimento gerado é o grande percentual de empregos gerados pelas pequenas e médias empresas, fruto de idéias empreendedoras (HISRICH; PETERS, 2014). Constata-se que o empreendedorismo é de grande importância no Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Dolabela (2008) aponta que cada comunidade tem o empreendedor que merece, porque cabe a ela criar o ambiente propício. É grande a influência do meio social nas atitudes do empreendedor. Ele destaca: “Se uma pessoa viver em um ambiente em que ser empreendedor é visto como algo positivo, terá motivação para criar seu próprio negócio.” (DOLABELA; 2008, p. 23).

Além disso, Dolabela (2008) esclarece que a atuação do empreendedor como gerador de conhecimento incorpora os centros de pesquisa, universidades e escolas ao setor produtivo, ou seja, influenciam diretamente na forma de pensar da sociedade.

Nesse contexto, conclui-se que o empreendedorismo atua como um facilitador para a sociedade, analisando as necessidades dos clientes e por meio da inovação e dos novos negócios que vão surgindo, vai suprindo as necessidades específicas. Assim, a empresa que já atua em determinado ramo do mercado, possivelmente irá permanecer no mesmo e talvez não se atente à determinada melhoria que poderia ser feita em seus produtos ou serviços, contudo, o empreendedor, irá justamente a busca da inovação para seu consumidor, um repensar do *status quo*.

Quando o assunto é inserido dentro do ambiente universitário, amplia-se a discussão, encontrando-se na IES um facilitador e potencializador desse empreendedorismo, que será abordado na seqüência.

ISBN 978-85-87406-94-1

2.2 EMPREENDEDORISMO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS

2.3

2.3.1 O Ambiente Universitário e o Empreendedorismo

Campelliet al (2011, p. 142) ao abordarem o empreendedorismo educacional explicam:

> Uma instituição de ensino empreendedora não é somente aquela que inclui em seu projeto pedagógico disciplinas ou cursos de empreendedorismo, mas sobretudo, aquela que adota como instituição, um novo paradigma educacional, tornando-se, ela mesma, uma instituição empreendedora.

Ao se referir ao ambiente universitário brasileiro, é necessário mencionar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que define a universidade como uma

> Instituição pluridisciplinar que forma quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. É caracterizada pela produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional (BRASIL,LDB, CAPÍTULO IV, 1996.)

Dessa forma, o meio universitário propicia aos alunos conhecimento profissional aprofundado que será utilizado em suas futuras carreiras, bem como o desenvolvimento de outras habilidades, a partir da convivência com outros estudantes, proporcionando aprendizado mútuo.

Nesse sentido, entende-se que é na universidade o local em que o aluno receberá influência e motivação para empreender em um negócio, cabe, portanto, à IES a tarefa de promover o ambiente em que o estudante tenha possibilidade de alçar grandes vôos em sua carreira através do empreendedorismo.

Existem, hoje em dia, IES que tem em sua grade curricular a matéria empreendedorismo, porém nem todas praticam os métodos indicados pelos autores no ensino. De acordo com Dolabela (2005),empreendedorismo não é uma matéria convencional. Para ele, o ideal é que a matéria seja transmitida de maneira em que os próprios alunos determinam o andamento das aulas, ou seja, de acordo com as próprias conclusões e dúvidas que são trazidas pelos estudantes, as quais são o que compõe as aulas. Dessa forma, com o ensino específico de acordo com as

ISBN 978-85-87406-94-1

necessidades dos universitários, o ensino de empreendedorismo seria mais focado na prática do que na teoria. Fazem parte desse aprendizado também, o estudo de casos, que se trata de um recurso pedagógico, é visto como uma maneira para se gerar 'insights' exploratórios.

Ilzuka e Moraes (2014) afirmam que dentro das universidades, além da matéria fornecida em sala de aula, os estudantes podem ter contato com o empreendedorismo em trabalhos de conclusão de curso, em projetos de iniciação cientifica, e em trabalhos em geral através da busca pelos saberes relacionados ao assunto, porém, tão essencial quanto conhecimentos teóricos, são as atividades de extensão universitária, que de acordo com o MEC se tratam de p*ráticas acadêmicas que interligam a universidade e a comunidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa.*

Então, o empreendedorismo está relacionado diretamente às atividades de extensão desenvolvidas nas IES.

> As atividades de extensão, desenvolvidas no âmbito das incubadoras de empresas, empresas juniores, diretórios, centros acadêmicos, atléticas e outras organizações estudantis, são alternativas relevantes para que os estudantes coloquem em prática seus conhecimentos e exercitem o empreendedorismo. Além disso, palestras, eventos, workshops, oficinas e cursos de curta duração, entre outras, são atividades relacionadas à extensão universitária e favorecem a constituição de um ambiente mais propício ao empreendedorismo. (ILZUKA; MORAES, 2014, p. 600).

A IES, portanto, é uma formadora de opinião e meio pela qual o universitário encontrará caminhos, nas palavras de Ilzuka e Moraes (2014), trata-se do ambiente empreendedor, onde fará descobertas e abrangerá seus conhecimentos para decisão do seguimento ou não de sua carreira como empreendedor. O fato é que no ensino superior brasileiro ainda faltam possibilidades disponíveis para que o espírito do empreendedorismo seja despertado nos estudantes.

2.3.2 Perfil e Características Do Empreendedor Universitário

Nesse tópico, buscar-se-á traçar um perfil para o empreendedor universitário. A questão que se coloca é: seriam as mesmas características do empreendedor não universitário? Em geral, sim. Mas existem diferenças pelo potencial do ambiente que o jovem está inserido.

ISBN 978-85-87406-94-1

A fase universitária apresenta muitas possibilidades e permite enxergar à distancia tantos caminhos a serem percorridos. Apesar da imaturidade, a vontade de crescimento e ascensão profissional impulsionam o universitário fazendo com que ele tenha disposição parar ir atrás de seu empreendimento. O desejo de realização prevalece.

Por meio da compilação de dados feita por Ilzuka e Moraes (2014), têm-se características do empreendedor universitário seguidas de explicação, na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Perfil Indicador do Empreendedor Universitário

Perfil Empreendedor – Indicadores	**Explicação dos indicadores**
Ser empreendedor implicaria grande satisfação para mim – Necessidade de realização e Inovador.	Ser empreendedor é uma opção. Quanto maior a satisfação do estudante em ser empreendedor, aumenta-se a tendência para que o aluno seja empreendedor.
Creio que tenho uma boa habilidade em detectar oportunidades de negocio no mercado – Detecta oportunidades.	O fato de o aluno ter facilidade em detectar oportunidades de negócio aumenta as chances que ele se torne empreendedor.
Conheço várias pessoas que poderiam me auxiliar profissionalmente, caso eu precisasse – Sociável e Rede de contatos.	Quanto maior e melhor for a rede de contatos profissionais, melhores chances para empreender com apoio de pessoas com as quais mantém contato.
Iniciar uma empresa e mantê-la funcionando seria fácil para mim – Auto-eficaz e Autoconfiança.	A autoconfiança para iniciar um negócio e possuir os conhecimentos práticos para abrir e gerir uma empresa indicam que o estudante tem mais chances para empreender.
Eu conheço os detalhes práticos necessários para criar uma empresa - Auto-eficaz e Autoconfiança.	A autoconfiança para iniciar um negócio e possuir os conhecimentos práticos para abrir e gerir uma empresa indicam que o estudante tem mais chances para empreender.
Nas atividades que executo, normalmente influencio a opinião de outras pessoas a respeito de um determinado assunto – Liderança e Persuasão.	A capacidade de liderança, praticada por meio da persuasão e influencia sobre as pessoas, é um dos indicadores de que a pessoa tem melhores possibilidades para empreender.

ISBN 978-85-87406-94-1

Freqüentemente as pessoas pedem minha opinião sobre os assuntos de trabalho – Liderança e Persuasão.	A capacidade de liderança, praticada por meio da persuasão e influencia sobre as pessoas, é um dos indicadores de que a pessoa tem melhores possibilidades para empreender.
Profissionalmente, me considero uma pessoa muito mais persistente do que as demais – Persistência.	Persistir diante dos problemas e desafios profissionais indica que o estudante possui mais condições para empreender.
No meu trabalho e/ou estudo, sempre planejo muito bem tudo o que faço – Planejador.	As limitações diversas (tempo, recurso, acesso às pessoas, entre outras) impõem a necessidade de planejamento. Quanto mais o estudante planeja suas atividades, melhores são suas chances de empreender.
Eu assumiria uma dívida de longo prazo, acreditando nas vantagens que uma oportunidade de negócios me traria – Assume riscos calculados.	Empreender envolve riscos e quanto maior for o interesse em assumi-los tende-se a indicar um perfil mais empreendedor.
Relaciono-me muito facilmente com as pessoas – Sociável.	O grau de facilidade em se relacionar com as pessoas é um elemento que aumentam as chances para empreender.
Tenho a firme intenção em criar uma empresa em breve – Necessidade de Realização e Auto-eficaz.	O fato de o aluno querer concretizar suas ideias indica que ele possui um conceito positivo de eficácia sobre si próprio e de que busca concretizar seus planos e quanto maior for a intenção em abrir uma empresa, mais empreendedor é o estudante.

Fonte: Ilzukae Moraes (2014, p. 606-607, apud com base em Hecke (2011) e Bohnenberg; Schidmit e Freitas (2007).

Após leitura a Tabela 1 pode-se sintetizar as seguintes características do empreendedor universitário:

- Busca por satisfação pessoal;
- Empreendedorismo por oportunidade (voluntário);
- Capacidade de detectar oportunidades;
- Autoconfiança;
- Conhecimento teórico sobre empresa;
- Liderança;

ISBN 978-85-87406-94-1

- Persuasão;
- Persistência;
- Planejador,
- Capacidade de assumir riscos calculados;
- Possuir rede de contatos e ser sociável.

Conclui-se, portanto, que as tendências empreendedoras dos universitários são demonstradas a partir de atitudes cotidianas, ou seja, como o aluno agiria em determinada situação e tais escolhas exercem forte influência na personalidade e refletem na forma como irão lidar na vida profissional empreendedora.

2.3.3 Empreendedorismo, Universidade e Sociedade

Para compor o presente tópico foram consideradas duas pesquisas sobre empreendedorismo em ambiente universitário realizadas com diferentes públicos. Ilzuka e Moraes (2014) investigaram 166 alunos do curso de administração, e Nassif et al (2012) investigaram 65 participantes, entre eles diretores, coordenadores e professores pertencentes ao ambiente acadêmico.

Ilzuka e Moraes abordaram principalmente os aspectos relacionados ao estudante de administração, seu potencial e perfil empreendedor e o ambiente universitário. Nassif et al (2012) discutiram o desenvolvimento das competências empreendedoras e as práticas de ensino em uma universidade brasileira.

Os dados de Ilzuka e Moraes (2014) revelam que 15% dos alunos já tiveram negócio próprio anteriormente ao ingresso na universidade, 10% nunca trabalharam e 75% trabalham em empresas de terceiros ou familiares.

De acordo com a pesquisa, 70% dos alunos têm algum parente que já empreendeu, ou seja, seu potencial empreendedor pode ter sido fruto da influência familiar.

Parentes com próprio negócio, a postura da mãe quanto às ideias empreendedoras e atividades na área anteriormente ao ingresso na universidade, são considerados componentes do potencial empreendedor antecedentes à universidade (ILZUKA; MORAES, 2014).

ISBN 978-85-87406-94-1

Constatou-se que 70% dos alunos graduandos do último ano teriam satisfação em empreender, apresentando assim potencial empreendedor, que é intensificado na universidade. Portanto, é importante o fortalecimento nas ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao empreendedorismo, visto o interesse manifestado pelos estudantes. (ILZUKA; MORAES, 2014).

Os dados obtidos revelam que os estudantes em estágio mais avançado no curso tem maior capacidade para abertura de uma empresa e para realizar ações relacionadas à mesma.

Aliando empreendedorismo e universidade, obteve-se uma visão positiva do ambiente universitário por parte dos alunos. 75% afirmaram que o curso ofereceu suporte para empreender, 62% declaram que o ambiente universitário foi favorável ao empreendedorismo. Contudo, apenas 25% dos estudantes participaram das atividades extracurriculares oferecidas pela universidade, o que revela um desinteresse por parte da maioria dos alunos em estar envolvido com as atividades fora de sala de aula, que, quando aliadas à teoria, são as maneiras mais eficazes para o aprendizado do empreendedorismo, conforme citado anteriormente.

A satisfação quanto ao ambiente universitário varia de acordo com o interesse e as necessidades de cada aluno. Deve-se levar em consideração os estudantes sem vontade de empreender, os quais apresentam diferentes objetivos profissionais. Portanto, é desafio da Instituição de Ensino Superior conceder um ambiente universitário plural e flexível. (NASSIF et al, 2012).

O empreendedor deve ser reconhecido como um ser social inovador. Responsáveis pelas mudanças qualitativas na sociedade, não se limitam a reprodução do que já se conhece. (NASSIF et al, 2012).

A influência da opinião do universitário no meio em que vive foi colocada em pauta. Os estudantes revelaram que familiares e amigos questionam a sua visão sobre assuntos de trabalho, o que confirma a importância e aumenta a responsabilidade da universidade na formação do aluno, que atua como formadora de opinião na vida do indivíduo, que consequentemente atuará na sociedade, este meio será um reflexo da educação oferecida pela Instituição Educacional.

O universitário inserido na sociedade poderá contribuir com o conhecimento obtido. Tratam-se das principais competências empreendedoras: a

ISBN 978-85-87406-94-1

acadêmica, que se trata do conhecimento teórico; a técnica-tecnológica, a qual promove a interação com sistemas e tecnologia; e a competência emocional, que se trata da busca do equilíbrio entre o mundo pessoal e o profissional. Quando aliadas, as competências promovem um melhor desempenho do indivíduo. (NASSIF et al, 2012).

Percebe-se o empreendedor como um ser sociologicamente distinto por suas características inovadoras, porém, desconhecem-se instrumentos que permitam mapear as competências dos alunos (NASSIF et al, 2012). Fato que vai em objeção com a hipótese de Resende (2000), que tem sistematizado um instrumento capaz de mapear competências. (RESENDE apud NASSIF et al 2012).

Nassif et al (2012) colocam atividades meio que levarão a atividades fim, ou seja, a gestão de recursos humanos e os materiais na universidade que irão refletir na atuação do aluno no mercado de trabalho.

Compreende-se, portanto, a relação existente entre o empreendedorismo, a universidade e a sociedade. A Instituição de Ensino Superior, inserida na sociedade, atua como uma facilitadora do empreendedorismo, influenciando-a.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao propor esta reflexão teórica a partir da discussão sobre o empreendedorismo entre jovens universitários buscou-se na pesquisa exploratória apoio para desenvolver este artigo. Assim, inicialmente, foi realizado um levantamento teórico sobre o assunto, baseando-se exclusivamente em dados secundários, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o tema escolhido.

Destaca-se como objetivo desta pesquisa apresentar uma reflexão teórica dos principais conceitos relacionados ao empreendedorismo junto ao publico universitário.

A escolha pela pesquisa exploratória proporcionou às pesquisadoras maior proximidade com o problema em estudo, buscando torná-lo mais claro, permitindo a construção de hipóteses mais adequadas (VIEIRA, 2002).

ISBN 978-85-87406-94-1

Deve-se esclarecer que esse artigo é fruto da pesquisa que faz parte do Programa IC-Uni-FACEF com o título "*OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS NO MUNDO DO EMPREENDEDORISMO"* que está sendo desenvolvida entre os meses de agosto de 2015 a julho de 2016.

É importante esclarecer que faz parte da pesquisa de Iniciação Científica uma coleta de dados primários junto ao público universitário de uma IES e os resultados dessa análise serão objeto de futuras publicações.

4. REFLEXÃO TEÓRICA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo apresenta uma vastidão de aspectos a serem explorados. Relatou-se que a motivação proveniente do meio de convivência pode exercer um papel importante no psicológico do ser humano, levando o empreendedor a ter resultados grandiosos de seu trabalho, a partir dos estímulos das pessoas que o cercam, direcionando-o a buscar seu sonho.

A partir de uma compreensão mais a fundo, será possível chegar à conclusão de que cada comunidade tem o empreendedor que merece, porque cabe a ela criar o ambiente propício para a atuação do mesmo, o empreendedor deseja inovar, portanto o incentivo melhora o seu desempenho.

Constatou-se que o perfil empreendedor envolve: ter visão de futuro, senso crítico e automotivação, saber tomar decisões e explorar oportunidades, planejar, ser determinado, dinâmico, dedicado, organização.

Têm-se, portanto uma via de mão dupla, onde o ambiente potencializa o empreendedor e o empreendedor potencializa o ambiente – Ambiente Empreendedor (NASSIF et al, 2012).

Partindo da teoria de que cabe a IES proporcionar o ambiente empreendedor, propõe-se um novo paradigma educacional, onde ela mesma se torne uma instituição empreendedora.

Considerando a individualidade de cada estudante, existem aqueles que não apresentam interesse em empreender e tem diferentes objetivos profissionais. O que representa um desafio para a Instituição de Ensino Superior conceder um ambiente universitário plural e flexível. (NASSIF et al, 2012)

ISBN 978-85-87406-94-1

Existem, hoje em dia, IES que tem em sua grade curricular a matéria empreendedorismo, porém nem todas praticam os métodos indicados pelos autores. O empreendedorismo não deve ser uma matéria convencional, e sim algo inovador que envolva os estudantes em sua plenitude. Faz-se necessário, portanto a superação do modelo de ensino tradicional onde o professor atua como transmissor de informações e o aluno como ouvinte passivo.

Propõe-se, então, o envolvimento do aluno em atividades de extensão acadêmica, como em projetos de iniciação cientifica, participação em empresa Junior, diretórios, atléticas, palestras, eventos, workshops e oficinas que complementarmente atuam no envolvimento dos estudantes com o empreendedorismo (ILZUKA; MORAES, 2014).

Em síntese, as características do empreendedor que se obteve até esse momento da pesquisa são:

- Busca por satisfação pessoal;
- Empreendedorismo por oportunidade (voluntário);
- Capacidade de detectar oportunidades;
- Autoconfiança;
- Conhecimento teórico sobre empresa;
- Liderança;
- Persuasão;
- Persistência;
- Planejador,
- Capacidade de assumir riscos calculados;
- Possuir rede de contatos e ser sociável.

A partir das pesquisas conclui-se que poucos universitários já tiveram seus próprios negócios, a maioria trabalha em empresa de terceiros ou da família. Além disso, observou-se que o potencial empreendedor do universitário pode ser proveniente da influência familiar e muitos alunos afirmaram que terão satisfação ao empreender em uma empresa. A universidade exerce papel fundamental no direcionamento ao empreendedorismo, verificou-se que os alunos de último ano apresentam maior potencial empreendedor, o que nos remete à importância

ISBN 978-85-87406-94-1

atividades acadêmicas que o levaram os estudantes a optar por esse caminho, que é o empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Presidência da República da Casa Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 14/02/2016.

BRITO, Andréia Matos; PEREIRA, Pedro Silvino; LINARD, Ângela Patrícia.Empreendedorismo.Juazeiro do Norte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, 2013.

CAMPELLI, Magali GeovanaRamlow; CASAROTTI FILHO, Nelson; BARBEJAT, Myriam E. Ramalho Prata; MORTIZ, Gilberto de Oliveira. Empreendedorismo no Brasil: situação e tendências. Revista Ciências da Administração, v.13, n.29, p. 133-151, jan/abr, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2012.

DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: fundamentos de iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw- Hill, 1989.

DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor. São Paulo: Editora de cultura, 2005.

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa – uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Editora Cultura, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor: Prática e princípios.São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; Shepherd.Empreendedorismo.AMGH Editora, 2014.

ILZUKA, Edson Sadão; MORAES, Gustavo H. S. Marcondes de. Análise do Potencial e Perfil Empreendedor do Estudante de Administração e o Ambiente Universitário: Reflexões para Instituições de Ensino. Revista: Administração – Ensino e Pesquisa. Rio de Janeiro,v.15, n3, p593-630, jul/ago/set, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

NASSIF, Vânia Maria Jorge; AMARAL, Derly Jardim do; PRANDO, Rodrigo Augusto. A Universidade desenvolve competências empreendedoras? Um Mapeamento das

ISBN 978-85-87406-94-1

Práticas de Ensino numa Universidade Brasileira. Revista: Administração – Ensino e Pesquisa.Rio de Janeiro v.13, no.3, p.597-628, julho/ago/set, 2012.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas). Disponível em<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/tipoconteudo/empreendedorismo?codTema=2> Acesso em: 05/11/2015.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de Marketing.Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.1, p.61-70, jan./abr. 2002.

ISBN 978-85-87406-94-1

"O ESPELHO", DE MACHADO DE ASSIS: o jogo de vozes narrativas na construção do sentido

Giulia Martins Fontanezi (Uni-FACEF)
Leticia Fernanda Alves (Uni-FACEF)
Monica de Oliveira Faleiros (Uni-FACEF)
Thainá Oliveira Matos (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Machado de Assis é um autor de indiscutível relevância no campo dos Estudos Literários por muitos motivos, entre eles pela forma como aborda os conflitos do homem consigo e com a sociedade, em uma dimensão universal, revelando, assim, não só aspectos da sociedade e da cultura brasileira, mas também do ser humano. Assim, o objetivo dessa pesquisa é o de estudar e analisar como se organiza e constrói o discurso narrativo do conto "O Espelho" a partir da investigação sobre o modo (distância, perspectiva e focalização) e voz (tempo de narração, níveis narrativos e posição do narrador), bem como seus efeitos de sentido, a partir do desdobramento do personagem principal: o narrador maduro — Jacobina, que conta os fatos que se passaram projetando a si mesmo como personagem: o alferes e, tudo isso, dentro do discurso de um narrador heterodiegético.

Além disso, pretendemos apresentar o percurso da obra de Machado de Assis, inserindo *Papéis Avulsos* no contexto de sua "segunda fase" e ainda apresentar o livro de contos, de forma geral. Esta pesquisa tem caráter bibliográfico e será fundamentada nos estudos críticos de Bosi (2004; 2007) Candido (2004) e Brayner (1980) sobre Machado de Assis e na proposta teórica sobre o discurso da narrativa de Genette (*apud* Reis; Lopes, 2002).

Para isso, partimos do estudo sobre o autor e sua obra situando-os no contexto da passagem do Romantismo para o Realismo na Literatura Brasileira, para entender como a obra de Machado de Assis não só se relaciona a esse período, mas também o transcende. Desse estudo contextual, seguiremos para a abordagem da obra em que se insere o conto "O Espelho", *corpus* desta pesquisa, mobilizados pelos seguintes questionamentos: Qual a distância e posição do narrador que introduz a história narrada? Como se combinam as vozes narrativas

ISBN 978-85-87406-94-1

bem como na estruturação do conto e que efeitos de sentido cria? Sua posição relativa ao tempo da enunciação e da história na construção do discurso narrativo?

A fim de responder a esses questionamentos, iniciamos esta pesquisa com o estudo sobre Machado de Assis e da obra *Papéis Avulsos*, e, para a resolução dessas questões, apresentamos um estudo dos conceitos de distância, focalização, intrusão do narrador heterodiegético, homodiegético e autodiegético, além do estudo sobre o tempo da narração, a partir da teoria de Genette lida por meio do *Dicionário de Narratologia*, de Reis e Lopes (2002).Temos, ainda como objetivo, apresentar uma leitura interpretativa do conto "O Espelho", em momento posterior, visto que o que se descreve neste artigo é um projeto de pesquisa ainda em andamento.

2. MACHADO DE ASSIS: PERCURSO DA OBRA E ALGUMA FORTUNA CRÍTICA

Machado de Assis nasceu em 18 de junho de 1839, no Morro do Livramento, no Rio de Janeiro. De acordo com Bosi (1970), aos dezesseis anos começou a trabalhar como tipógrafo e, aos dezoito, compôs seus primeiros versos para a revistinha *A Marmota Fluminense* na editora Paula Brito, e, pouco tempo depois foi admitido à redação do *Correio Mercantil* onde teve contato com outros escritores.

Quintino Bocaiúva o introduziu, nos anos 60, no *Diário do Rio de Janeiro.* Aos trinta anos, casou-se com a portuguesa Carolina Xavier de Novais, que lhe inspirou a figura de Dona Carmo, personagem da obra *Memorial de Aires.* Morreu em 1908, aos 69 anos, vítima de uma úlcera cancerosa.

De 1855 a 1906, publicou seu primeiro poema *Ela* (55), *Desencantos* e *Queda Que As Mulheres Tem Para Os Tolos* (61), *O Protocolo e O Caminho Da Porta (63) Crisálidas* (64), *Contos Fluminenses* (70), *Ressurreição* (72), *Histórias da Meia-Noite* (73), *A Mão e a Luva* (74), *Helena* (76), *Iaiá Garcia (78), Memórias Póstumas de Brás Cubas (81), Papéis Avulsos (82)*, *Casa Velha, Histórias sem data (84)*, *(85), Quincas Borba (91), Várias histórias (97)*, *Dom Casmurro (99), Páginas recolhidas (99) Esáu e Jacó (1904), Relíquias de casa velha (1906)*, *Memorial de*

ISBN 978-85-87406-94-1

Aires (1908). O autor escreveu mais de duzentos contos que foram publicados, inicialmente, em jornais e revistas, e depois reunidos e publicados em livros.

Machado de Assis teve sua carreira admirada e apoiada desde cedo e aos 50 anos foi considerado o maior romancista brasileiro. De acordo com Bosi (2004), sua obra é dividida em duas fases, a primeira com características românticas contendo prosa elegante e discreta utilizando de técnicas como: dramatização, afeição pelo diálogo, tom humorístico e as mais desmedidas surpresas, conforme seu caráter folhetinesco. Esta prosa inicial, segundo Bosi (2004), alargou a perspectiva do melhor Alencar urbano, no sentido de encarecer o relevo do papel social na formação do "eu", assim esses romances da primeira experiência desenvolveram a "[...] linha de análise das máscaras que o homem afivela á consciência tá firmemente que acaba por identificar-se com elas" (p. 197-198)

Já as obras *Memórias Póstumas de Brás Cubas (1881)* e *Papéis Avulsos* (1882) marcam sua fase madura, "realista" e o início da segunda fase de sua carreira, em que o autor ultrapassa rótulos transcendendo o Realismo, pois Machado escrevia com estilo moderno, em que a variedade formal e humor são marcas sua produção. Alfredo Bosi (2004) usa o termo "salto qualitativo" para se referir a essa "mudança de fase" e conquista da maturidade em suas obras: " O salto qualitativo das *Memórias Póstumas* foi lastreado entre 1878 e 1880, verdadeiro introito à prosa desmistificante do defunto-autor..." (2004, p.178)

Aos 40 anos, Machado possuía, segundo Antonio Candido (2004),

> Ironia fina, estilo refinado, evocando as noções de ponta aguda e penetrante, de delicadeza e força juntamente. [...] recobria seus livros com a cutícula do respeito humano e das boas maneiras para poder, debaixo dela, desmascarar, investigar, experimentar, descobrir o mundo da alma, rir da sociedade, expor algumas das componentes mais esquisitas da personalidade. (p.18)

Já para Brayner (1980), sua obra foi "[...] inicialmente imperfeita, dominada por um sentimentalismo romântico, sem a concisão, destreza comunicativa, variedade formal e humor que serão a marca de sua produção posterior" (p. 9). Para esta autora, em sua fase realista, o autor faz uso de aspectos psíquicos, ironia, e os textos adquirem um caráter reflexivo e digressivo.

Dentre as obras pertencentes a essa fase madura do escritor, encontra-se *Papéis Avulsos* (1882), cujo título, remete às situações casuais que

ISBN 978-85-87406-94-1

promovem, mas é importante evidenciar que o autor afirma na “Advertência”, espécie de prologo da obra, que, por mais que os contos sejam independentes entre si, estão unidos por um mesmo tema.

Assim, essas histórias não estão interligadas entre si, mas possuem temas que tratam dos conflitos do homem consigo (ser x parecer, humor x pessimismo) e com a sociedade (relativização por interesses sociais e hipocrisia), sempre causando ao leitor o desejo de desvendar o que ocorre em toda a história e em seu final.

A obra *Papéis Avulsos*, compõe-se de 12 contos, que são: “O Alienista”, “Teoria do medalhão”, “A chinela turca”, “Na arca”, “D. Benedita”, “O segredo do Bonzo”, “O anel de Polícrates”, “O empréstimo”, “A sereníssima república”, “O espelho”, “Uma visita de Alcibíades” e “Verba Testamentária”.

O conto “O Espelho”, *corpus* desta pesquisa, tem como personagem Jacobina, que foi um alferes. Ao início da narrativa, um narrador de terceira pessoa situa-o em uma casa no morro de Santa Teresa, em que, de início, ocorre uma descrição do espaço situando o personagem em uma reunião com quatro ou cinco amigos, “Quatro ou cinco cavalheiros debatiam, uma noite, várias questões de transcendência...” (ASSIS,2005, p.219) e, diante de dúvidas sobre “essas questões”, Jacobina afirma que o ser humano tem duas almas: “[...] uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro [...]” (ASSIS,2005, p.221)

Adiante da configuração inicial da cena narrativa, o narrador heterodiegetico passa a palavra a Jacobina, que conta o que viveu aos 25 anos, quando foi nomeado alferes da guarda nacional, o que trouxe consequências, pois as pessoas que viviam ao seu redor passaram a tratá-lo de um modo diferente. Uma de suas tias, D. Marcolina, que vivia em um sítio longe dali, pediu-lhe que a fosse visitar e levasse sua farda. Lá, todos passam a chamá-lo de “senhor alferes”, desde a tia até os escravos. D. Marcolina mandou colocar no quarto de Jacobina um grande espelho com moldura de ouro, comido, em parte, pelo tempo, e todos esses paparicos realizaram uma transformação no personagem, transformação essa expressa pela frase “o alferes eliminou o homem” (ASSIS,2005 p.225)

Tudo caminha bem até que a tia recebeu a notícia de que uma de suas filhas se encontrava muito doente, então precisou ausentar-se e pediu ao sobrinho

ISBN 978-85-87406-94-1

para tomar conta do sítio. Depois da saída da tia, os escravos fugiram e levaram todos os animais que havia ali. Ao se ver sozinho, o personagem é tomado por uma solidão arrebatadora e consequente perda de sua "alma exterior" o que o deixa desesperado, fazendo com que o tempo não passasse, só se acalmava ao dormir porque, assim, se encontrava por um momento no descanso com sua alma exterior. Quando resolve ir embora, no momento em que começa a se vestir, se vê no espelho, Jacobina diz que a imagem era uma difusão de linhas, a mesma decomposição de contornos, no momento lhe passa a ideia de vestir a farda de alferes. Quando vestido, colocou-se em de frente ao espelho e, finalmente, viu sua figura integral, enfim havia reencontrado a alma exterior. Logo após o relato de Jacobina, a narrativa é retomada pelo narrador heterodiegético que conta que, ao terminar a narração, os amigos de Jacobina caem em si enquanto ele desce as escadas.

3. O CONTO "O ESPELHO" E SUA ARQUITETURA NARRATIVA

A arquitetura narrativa do conto "*O Espelho*" chama a atenção e intriga o leitor devido ao fato de haver, no processo de enunciação/narração da história duas vozes narrativas. Para Genette (*apud* Reis; Lopes, 2002), a voz narrativa pode ser classificada como heterodiegética, homodiegética e autodiegética, conforme seu envolvimento, presença/ausência como personagem na diegese.

Para realizar a análise do discurso da narrativa do conto "O espelho" de Machado de Assis, é necessário fazer uma apresentação da definição de cada narrador que pode se fazer presente durante o enredo. Dessa forma, iniciaremos a apresentação teórica escrevendo sobre o conceito de narrador, que, segundo Reis & Lopes (2002).

> deve partir da distinção inequívoca relativamente ao conceito de autor [...] O narrador será entendido fundamentalmente como autor textual, entidade fictícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o discurso, como protagonista da comunicação narrativa.

Após isso, destacamos a definição de narrador heterodiegético que faz parte do enredo do conto:

ISBN 978-85-87406-94-1

> A expressão narrador heterodiegético, introduzida no domínio da narratologia por Genette,designa um particular relação narrativa: aquela em que o narrador relata uma história à qual é estranho, uma vez que não integra nem integrou, como personagem, o universo diegético em questão. Assim se distingue o narrador heterodiegético do narrador homodiegético. (REIS & LOPES,2002,p. 262)

Portanto, o narrador heterodiegético narra um enredo do qual não participa como personagem e é estranho a diegese.

É importante evidenciar a definição do narrador homodiegético:

> De acordo com a terminologia proposta por Genette, narrador homodiegético é a entidade que vincula informações advindas da sua própria experiência diegética; quer isto dizer que, tendo vivido a história como personagem, o narrador retirou dai as informações de que carece para construir o seu relato, assim se distinguindo do narrador heterodiegético.(REIS & LOPES,2002, p. 265)

O narrador homodiegético participa e vincula informações adquiridas por sua experiência na diegese, porém não é o personagem central do enredo. Por isso também se faz importante o uso da definição de narrador autodiégetico que faz parte do enredo que será analisado neste:

> A expressão narrador autodiegético, introduzida nos estudos narratológicos por Genette, designa entidade responsável por uma situação ou atitude narrativa especifica: aquela em que o narrador da história relata as suas próprias experiências como personagem central dessa história.(REIS & LOPES,2002, p. 259).

O narrador autodiegético é o personagem central da história que relata suas experiências. Além disso, para um melhor entendimento do discurso narrativo, é preciso dominar também os conceitos de narração: “processo de enunciação narrativa” (REIS & LOPES, 2002, p 247), o ato de contar a diegese e a forma como esse processo se dá na narração ulterior que é o : “acto narrativo que se situa numa posição de inequívoca posterioridade em relação à história” (p. 247) o ato de narrar algo que ocorreu no passado.

Além disso, a posição do narrador diante do enredo, também tem grande importância para nossa análise, por isso buscamos a definição de distância: “posicionamento do sujeito da enunciação em relação a história” (REIS & LOPES, 2002, p. 113).

ISBN 978-85-87406-94-1

Já a focalização “refere-se ao conceito identificado também por meio de expressões como ponto de vista, visão, restrição de campo e foco narrativo” (REIS & LOPES, 2002, p. 165), ou seja, refere-se ao foco tomado pelo narrador, a posição que ele escolhe para narrar os fatos do enredo. Existem três tipos de focalização: a externa, interna e omnisciente. Reis & Lopes (2002) descrevem a externa como: “constituída pela estrita representação das características superficiais e materialmente observáveis de uma personagem, de um espaço ou de certas acções...’’ (p. 168), ou seja, o narrador tenta se referir de modo objetivo aos eventos e personagens que integram a história.

A focalização interna: “corresponde à instituição do ponto de vista de uma personagem inserida na ficção, o que normalmente resulta na restrição dos elementos informativos a relatar, em função da capacidade de conhecimento dessa personagem” (REIS & LOPES, 2002, p 170) a diegese é contada através do foco de uma personagem podendo assim deixar passar detalhes do enredo.

E, por último, a focalização omnisciente: “excedendo o limitado âmbito de conhecimento de uma personagem da história e o ainda mais restrito domínio do exterior observado em focalização externa.” (REIS & LOPES, 2002, p. 174).

É preciso dar atenção também às intrusões do narrador: “toda a manifestação da subjectividade do narrador projectada no enunciado, manifestação que pode revestir-se de feições muito diversas e explicar-se por diferentes motivos.” (REIS & LOPES, 2002, p. 207) portanto, é preciso estar atento a toda manifestação do narrador, pois uma frase que possa parecer sem sentido pode carregar uma importante mensagem.

Faz-se importante também saber que o tempo da narração pode “[...] determinar a distância temporal que se encontra esse ato produtivo (e também o narrador que o protagoniza, bem como aquilo que o envolve) relativamente à historia que nele se relata.” (REIS & LOPES, 2002, p. 251) ou seja, este determina a distância entre tempo em que se encontra o ato produtivo e a história nele relatada. Todos esses conceitos são importantes, pois a leitura proposta acontece a partir do entendimento da investigação de como se organiza o discurso narrativo.

ISBN 978-85-87406-94-1

4. CONCLUSÃO

Como dissemos anteriormente, o propósito deste artigo é o de apresentar o projeto de pesquisa em andamento, cujo objetivo é estudar e analisar como se organiza e constrói o discurso narrativo do conto “O Espelho” a partir da investigação sobre o modo (distância, perspectiva e focalização) e voz (tempo de narração, níveis narrativos e posição do narrador), bem como seus efeitos de sentido, a partir do desdobramento do personagem principal: o narrador maduro — Jacobina, que conta os fatos que se passaram projetando a si mesmo como personagem: o alferes e, tudo isso, dentro do discurso de um narrador heterodiegético.

Neste trabalho, procuramos apresentar nossos estudos iniciais sobre o percurso da obra de Machado de Assis, inserindo *Papéis Avulsos* no contexto de sua “segunda fase” e o livro de contos, de forma geral e, além disso, nossas investigações teóricas sobre o discurso da narrativa, sobre que deverá ser fundamentada a proposta de leitura que elaboraremos ao término desta pesquisa.

REFERÊNCIAS:

ASSIS, José Maria Machado de. **Papéis Avulsos**: edição preparada por Ivan Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

BRAYNER, Sônia. O conto de Machado de Assis. In: _____. (Org.) **O conto de Machado de Assis*:* antologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL., 1980.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: _____. **Vários Escritos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Narratologia**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

ISBN 978-85-87406-94-1

O GÊNERO EPISTOLAR NA POÉTICA CLARICEANA

Murilo Carlos Gomes[52] (Uni-FACEF)
Maria Eloísa de Souza Ivan (Uni-FACEF)
PIBIC

1. INTRODUÇÃO

Nascida em Tchechelnik, uma pequena aldeia da Ucrânia, a pequena Haia e sua família, fugindo à perseguição aos judeus após a revolução Bolchevique (1917), desembarcam no Brasil em 1922, na cidade de Alagoas. Ainda muito jovem, Clarice Lispector descobre o mundo da literatura e em seus textos já se percebiam traços que, posteriormente, se tornariam recorrentes, pois ao contrário das crianças de mesma idade, Lispector falava sobre sensações, pensamentos, ou, ainda, coisas aparentemente sem clareza, o que era motivo de rejeição a tais textos e a não publicação deles.

Gotlib (2013) comenta que o primeiro texto de Lispector, “O Triunfo”, foi publicado no periódico *Pan*, no Rio de Janeiro, em maio de 1940. A escritora, ainda muito jovem, apresenta a narrativa com naturalidade, em linguagem simples e bem medida, notando-se um esmero da estreante em organizar com clareza a sequência dos fatos. No conto, há o rompimento com a uniformidade de um “estado de ser convencional”, tanto da personagem quanto da própria narrativa. É possível perceber a sutileza de Lispector em representar pormenores da experiência interior da personagem, estilo este que acompanhará a escritora por outras obras.

Em 1943, já casada com Maury Gurgel Valente, Lispector publica seu primeiro romance, intitulado *Perto do coração selvagem*. Na narrativa, a jovem escritora constrói a personagem Joana, acompanhando-a desde a sua infância até a maturidade, focalizando-a sempre a partir de uma procura de verdade interior, de uma identidade de mulher e de ser na sua completude.

De acordo com Gotlib (2013), Lispector afirma que o romance inaugural foi escrito com muita dificuldade, devido a sua “incapacidade” de registrar no dia seguinte as ideias que lhe surgiam no dia anterior. A escritora afirma, em um de seus depoimentos, ter levado cerca de cinco anos para escrever o romance.

[52] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

Inserida na terceira fase do Modernismo Brasileiro, a obra de Lispector surge num contexto em que se publicam os romances regionalistas, comprometidos com a denúncia político-social. Materializando uma escrita de cunho existencialista e introspecção psicológica, a obra de estreia de Lispector provoca um verdadeiro choque nos críticos de então, que ora a aplaudem, ora a "rejeitam", justamente pela novidade de estilo apresentada pela autora.

Contudo, logo após a publicação de sua obra de estreia, o romance *Perto do coração selvagem*, de 1943, Lispector mudou-se do Brasil, permanecendo quinze anos fora do país. A artista estabelece moradia em países como a Itália, Suíça e Estados Unidos da América. Durante esse período, Lispector continua produzindo suas obras e conta com o apoio constante de amigos e familiares para publicá-las. É dessa época a maior parte das correspondências trocadas entre Clarice, as irmãs Elisa e Tânia, os amigos Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Fernando Sabino e, ainda, Lúcio Cardoso.

Montero (2002) comenta que Lispector manteve uma rica e frutuosa correspondência com inúmeras pessoas importantes de seu convívio pessoal, e acrescenta que nestes dias em que as cartas não chegam mais pelo correio, entrar na intimidade da artista nos faz retomar o ritmo das respostas lentas e esperadas.

Desse modo, a problematização apresentada por esta pesquisa é a leitura analítica e interpretativa de algumas dessas cartas, que materializam o gênero epistolar na poética clariceana, destacando-se uma discussão em torno do estilo; busca-se comprovar se o estilo da autora se manifesta, ou não nesses escritos. Parte-se da hipótese de que apesar dos inúmeros trabalhos publicados periodicamente sobre a obra de Lispector, o tema aqui proposto é ainda bem pouco explorado, carecendo de um olhar mais atento do pesquisador. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar as investigações até aqui realizadas em nossa pesquisa de Iniciação Científica a ser concluída no mês de julho deste ano letivo, acerca das correspondências trocadas entre Clarice Lispector e seus familiares, bem como alguns de seus amigos.

A fim de alcançar o objetivo proposto, adotamos, como procedimento metodológico, uma pesquisa de abordagem bibliográfica, que privilegia uma discussão em torno do gênero epistolar, destacando-se a correspondência lispectoriana, que revela uma outra face de sua escrita. Para melhor

ISBN 978-85-87406-94-1

compreendermos a estrutura do gênero epistolar, será apresentado um estudo dos gêneros literários a discursivos, enfatizando-se o gênero epistolar, dentro de um processo de tradição e renovação.

A fundamentação teórica de nossa pesquisa parte da leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Angelides (2001), Tin (2005), não apenas para falar da evolução do gênero epistolar, como também para as análises das cartas de Clarice Lispector. Acerca da vida e obra da autora, nos utilizaremos das reflexões de estudiosos da obra clariceana, a saber, Candido (1977), Gotlib (2010), Ivan (2001; 2005; 2008; 2015), Montero (2002; 2007), Moser (2011), Nunes (1995), Rosenbaum (2002), entre outras fontes. Enfim, para a conceituação de estilo, interdiscursividade e intertextualidade Brait (2005) e Fiorin (1994; 2006; 2006ª) direcionam nossos estudos.

Para tanto, faremos, na sequência, um percurso histórico pela evolução dos gêneros literários.

2. A EVOLUÇÃO DOS GÊNEROS LITERÁRIOS: UM PERCURSO HISTÓRICO

De acordo com Soares (2004), a caracterização dos gêneros os quais a obra pode apresentar, total ou em predominância, vem diferenciando-se a cada época. Em defesa da universalidade da literatura, alguns estudiosos valorizam a obra pela sua obediência a leis fixas de estruturação, pela sua “pureza”. Entretanto, há outros que defendem o hibridismo dos gêneros, uma vez que o trabalho artístico resulta da liberdade criadora, procurando mostrar que cada obra apresenta diferentes combinações de características dos diversos gêneros. Independentemente da abordagem, há um consenso que a divisão tripartida, apresentada por Platão e Aristóteles na Antiguidade clássica, não daria conta da pluralidade de gêneros que compõem os textos literários da contemporaneidade. Seja como for, para se falar de gêneros, é preciso destacar, ainda que suscintamente, alguns momentos significativos do seu percurso histórico.

Platão (cerca de 428 a. C. – cerca de 347 a.C.), no livro III da *República* (394 a.C.), nos deixou a primeira referência, no pensamento ocidental, aos gêneros literários: a comédia e a tragédia se constroem inteiramente por

ISBN 978-85-87406-94-1

imitação, os ditirambos apenas pela exposição do poeta e a epopeia pela combinação dos dois processos.

Como Platão atribuísse às artes uma função moralizante, a classificação das obras literárias através de seu conceito de imitação (o poeta, como o pintor, operava um terceiro grau de imitação, pois imitava a obra do artesão que, por sua vez, já era imitação das formas singulares, imperecíveis e imutáveis, que compunham o Mundo das Ideias) serviria de base à condenação que fez aos poetas que, ao concederem autonomia à voz das personagens, em nada contribuíam para o projeto político de edificação de uma *pólis* ideal.

Ao guiar-se por preocupações de ordem estética, Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) recusa a hierarquia platônica, apresentando na *Poética* uma nova percepção do processo: a *mímesis* artística. E, embora o conceito de *mímesis* não tenha sido por ele claramente formulado, ao marcar a diferença no modo de recepção da realidade e da arte, remete-nos para o fato de que o prazer decorrente dessa *mímesis* não se explica pelo que se sente em relação ao mundo empírico.

Soares (2004, p. 10) comenta que:

> [...] a ênfase na diferença entre o mundo empírico e a realidade da arte leva o filósofo a valorizar o trabalho poético e a se voltar para o estudo de seus modos de constituição, a fim de detectar as diferentes modalidades ou gêneros de poesia.

A ensaísta afirma que a ênfase na diferença entre o mundo empírico e a realidade da arte leva o filósofo a valorizar o estudo poético e a se voltar para o estudo de seus modos de constituição.

Dando um salto para a Idade Média, os gêneros seriam dotados de novos conteúdos, fato decorrente da ruptura com tradição clássica, Soares (2004, p. 11) afirma que:

> Sistematizações rigorosas se voltam para a poesia trovadoresca, mas uma referência importante aos gêneros é feita por Dante Alighieri (célebre entre nós, pela sua *Divina comédia*) que, na *Epistla a Can Grande Della Scala*, classifica o estilo em nobre, médio e humilde, situando-se no primeiro a epopeia e a tragédia, no segundo a comédia (também diferenciada da tragédia pelo seu final feliz) e no último a elegia.

Considerando que os antigos teriam realizado a arte de forma inigualável, o século XVI os toma como modelos ideais. Desse modo, o que se tem é

ISBN 978-85-87406-94-1

uma concepção imutável dos gêneros, em perfeito acordo com a defesa da universalidade da arte, da sua essência supra-histórica.

É na segunda metade do século XVIII, com o movimento pré-romântico alemão *"Sturm und Drang"*, que as ideias de historicidade e consequentemente variabilidade dos gêneros ganham força maior.

A concepção do poeta como um gênio, de cuja interioridade irrompe intempestivamente a poesia, conduz à valorização da individualidade e da autonomia de cada obra, com o que se vê condenado todo tipo de classificação da literatura.

Soares (2004) comenta que a liberdade de criação permanece como bandeira dos românticos. Haveria, então, um cuidado entre a autonomia do escritor com a estrutura de sua obra e a teoria dos gêneros, fato este que levou Friedrich Schlegel, grande filósofo do Romantismo, a observar que da fantasia do poeta não podiam resultar obras caóticas, ou seja, embora mantendo características particulares do autor, as obras deveriam constituir-se de acordo com o gênero pertencente.

Surgem, então, já no século XIX, os primeiros atos de rebeldia contra as classificações clássicas do gênero literário. O "Prefácio" de *Cromwell* (1827), de Victor Hugo, apresenta uma defesa do hibridismo dos gêneros, motivado pela observação de que na vida se misturam o belo e o feio, o riso e a dor, o grotesco e o sublime, sendo artificial separar a tragédia da comédia. A ensaísta destaca que, ao contrário, a diversidade e os contrastes deviam estar juntos em nova forma, o drama, que, havendo uma miscigenação com outros gêneros, aparece então como gênero dos gêneros.

Tynianov, representante do grupo formalista, caracteriza a literatura levando em conta o seu tempo, ou seja, a sua variação histórica. Dessa forma, ele defende a ideia de gênero como variável e não constante, um fenômeno dinâmico em incessante mudança. Outro membro do grupo formalista, Tomachevshi, também mostra que as dimensões dos gêneros são históricas e por isso é impossível pensar em uma classificação fechada e lógica para os mesmos.

Entre essas e tantas outras contribuições que vários estudiosos trouxeram para a teoria dos gêneros, ressaltamos também a de Emil Staiger, em seu

ISBN 978-85-87406-94-1

livro *Conceitos fundamentais da poética* (1946), em que o estudioso se afasta da herança clássica e deixa evidente que nenhuma obra é totalmente lírica, épica ou dramática, não só por não apresentar características de um único gênero, mas também porque essas características não se manifestam sempre da mesma maneira na linguagem.

Já para Rosenfeld (2008), a teoria dos gêneros, apesar de ter sido combatida, se mantém, na sua essência, inabalada, pois ela continua orientando os estudos dos gêneros até hoje, apesar de se mostrar um pouco artificial como toda conceituação científica. Estabelece um esquema a que a realidade literária multiforme nem sempre corresponde. No entanto, essa teoria não deve ser entendida como um conjunto de regras e normas a serem seguidas, a fim de produzirem obras essencialmente puras, pois, ainda, conforme Rosenfeld (2008) ressalta, a pureza, em literatura, não é necessariamente um valor positivo, já que não existe pureza de gêneros em sentido absoluto.

Assim, orientando-se pelas reflexões de Bakhtin, Machado (2005) comenta que os gêneros lírico, épico e dramático teriam se perpetuado se não tivesse surgido a prosa comunicativa.

Os estudos que o filósofo russo Mikhail Bakhtin desenvolveu foram de grande importância para a compreensão da evolução dos gêneros, pois revisitando a proposta clássica, Bakhtin propõe o dialogismo a partir da prosificação da cultura, (MACHADO, 2005). O filósofo russo não considera a classificação de espécie, mas o dialogismo presente no processo comunicativo, mostrando que as relações interativas são processos produtivos da linguagem. Dessa forma, os discursos e gêneros passam a ser focalizados como esferas do uso da linguagem verbal e da comunicação fundada na palavra.

Ainda de acordo com Machado (2005), Bakhtin destaca o grande objeto da sua paixão crítica, o romance. Ele valoriza o romance entre todos os outros gêneros, não porque acredita que este seja um gênero maior da cultura letrada, mas porque para o pensador russo o romance é o gênero que melhor representa a voz do homem e suas atividades.

Para Machado (2005), diferentemente dos gêneros clássicos, que são marcados pela sua fixidez, hierarquia e até por uma certa noção de purismo, os

ISBN 978-85-87406-94-1

gêneros da prosas são marcados por contaminações de formas pluriestilísticas: paródia, estilização, linguagem carnavalizada, heteroglossia.

Assim, se antes tínhamos apenas a designação de gêneros literários, Bakhtin propõe os gêneros discursivos manifestados no diálogo, evidenciando-se um fenômeno de mediação, que age por contaminações, migrando de uma dimensão a outra.

Com esse rápido percurso por diferentes caminhos teóricos, podemos perceber que, ao longo do tempo, vários estudiosos mostraram que os gêneros estão em constante evolução e não podem ser avaliados nem por sua pureza, nem por características fixas, mas sim pelas mobilidades que os revelam em constante interação discursiva, como as que se evidenciam no gênero epistolar.

Para tanto, direcionamos nossas reflexões para o estudo desse gênero, o epistolar, destacando-o dentro de um percurso de tradição e renovação, a fim de demonstrar a correspondência lispectoriana trocada entre a autora, familiares e amigos e que revela uma outra face de sua escrita.

2.1 O gênero Epistolar

De acordo com Moisés (2004), epistola, do grego *epistolê*, e em latim *epistula,* além do vocábulo vulgar de carta, reveste-se de outras conotações. Epístolas denominavam-se os escritos endereçados pelos apóstolos bíblicos a um grupo social, como a *Epístola aos Coríntios,* de São Paulo. Significava, entre os romanos da Antiguidade, uma composição poética destinada a um amigo ou mecenas, vazada em linguagem cotidiana, tratando variados assuntos, literários, filosóficos, políticos, morais, sentimentais, amorosos, etc.

Para o ensaísta, a moda da epístola, olvidada do decurso da Idade Média, retornou à circulação com a Renascença. Petrarca, Ariosto, Garcilaso, Saint-Gelais, Jean Morot, Clément Marot, Antônio Ferreira, Sá de Miranda, e outros aderiram a ela. Nas duas centúrias seguintes, em especial no século XVIII, a epístola poética continuou a ser cultivada por Voltaire, Rousseau, Shelley, Byron, Filinto Elísio, Castilho, Musset, Victor Hugo, Mallarmé e outros. No século XX, foi esporadicamente praticada.

ISBN 978-85-87406-94-1

A epístola literária em prosa, ou carta, é apreciada desde a Antiguidade. Todavia, alcançou o auge a partir do século XVII, à medida que se desenvolviam os serviços postais. Nem sempre endereçada a um destinatário real, manifestava intenção literária não só no recorte da frase, desejadamente escorreita e límpida, como nos temas versados.

Ainda conforme Moisés (2004), dentre os seus vários êmulos, salienta-se Rousseau, autor de duas mil e quinhentas missivas, e Voltaire com dez mil cartas. Portugal também não fugiu à onda epistolográfica, que lá também alcançou o apogeu no século XVII. Entre os correspondentes portugueses de maior destaque estão: Francisco Manuel de Melo, Antônio Vieira e Sóror Mariana Alcoforado.

Já no século XX, a carta literária saiu de cena, dando lugar à missiva real entre escritores, redigida com intuito estético ou não, contendo valiosos documentos pessoais entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel, as cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, as de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa e, claro, as de Clarice Lispector a Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Cardoso e também a Manuel Bandeira, essas objeto de estudo de nossa pesquisa.

Partiremos de estudos realizados por pesquisadores como Emerson Tin (2005) e Sophia Angelides (2001), que, de modo amplo, perpassaram por inúmeros postulados desde a antiguidade até as referências epistolares mais recentes, como, por exemplo, na correspondência entre Tchékhov e Górki, no final do século XIX e início do século XX.

2.1.1 Referências do Gênero Epistolar na Antiguidade

Segundo Tin (2005), a carta foi o meio de comunicação utilizado por mais de dois mil anos. Dizia-se, assim, que a carta tornava presente os ausentes. Para tanto, o estudioso afirma que a Antiguidade não concebeu nenhum tratado de epistolografia autônomo, pois as poucas regras sobre a escrita de cartas, que restaram, ficaram dispersas nas correspondências do período, ou integram tratados de retórica.

ISBN 978-85-87406-94-1

> Num período que cobre cerca de cinco séculos – desde o século I a.C. até o século IV d.C. –, menções a cartas aparecem nas obras de Demétrio, Filóstrato de Lemnos e Caio Júlio Victor, além das dispersas nas epístolas de Cícero, de Sêneca e de Gregório Nazianzeno. O interesse dessas referências antigas é patente, uma vez que são as primeiras teorizações sobre epistolografia de que se tem notícia e documentação. Especificamente quanto às epístolas de Cícero e de Sêneca, o interesse reside também no fato de terem sido eleitas como modelos de escrita epistolar, sobretudo durante o Renascimento, nos séculos XV e XVI (TIN, 2005, p. 18).

Para Tin (2005), alguns traços comuns parecem unir todas as concepções epistolares da Antiguidade. A carta é definida como um diálogo entre amigos e, sendo assim, deve apresentar um diálogo breve e claro, empregando o estilo mais apropriado, de acordo com o destinatário.

Seguindo os passos de Tin (2005) em *A arte de escrever cartas*: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio, apresentamos as reflexões de alguns autores destacados pelo ensaísta que contribuíram para a teorização da arte de escrever cartas.

O estudioso inicia seu estudo apresentando Demétrio (354 a.C. – 283 a. C.) e afirma que não há menção precisa sobre a data de publicação de sua obra, porém, é provável que tenha sido escrita entre os séculos I a.C. e I d.C. É comum, na abordagem de Demétrio, sobre a escrita de cartas, afirmações de que deve ser algo mais elaborado que o diálogo. Ainda que em um estilo simples, a correspondência deve se aproximar do estilo da conversa entre amigos.

A carta deve ser uma exposição breve de um sentimento amistoso e a exposição de um tema simples com termos simples. Para tanto, quando a carta for direcionada ao Estado e a pessoas reais, devem adotar um tom elevado, considerando-se a pessoa a quem se escreve.

Tin (2005) conclui a explanação acerca de Demétrio dizendo que, em geral, a carta, quanto ao seu modo de elocução, deve mesclar estilos mais graciosos e simples, assemelhando-se a uma das partes do diálogo.

No que se refere a Cícero, Tin (2005) afirma que o filósofo romano não postulou nenhum tratado de epistolografia e nem sistematizou o seu estudo em seus tratados de retórica. No entanto, sua importância para a epistolografia está na recuperação de suas cartas no Renascimento, tendo sido elegido como modelo absoluto para a escrita de cartas.

ISBN 978-85-87406-94-1

A carta, para Cícero, manifesta o caráter de quem a escreve e deve adaptar-se às circunstâncias e ao temperamento do destinatário, devendo ser escritas no estilo mais apropriado, que pode ser o das conversas cotidianas, mas, sempre atentos aos gracejos.

Sêneca também não teorizou sobre a escrita de cartas, mas, de acordo com Tin (2005), foram encontradas algumas de suas reflexões a respeito do ato de escrever cartas.

Para Sêneca, a carta tem o poder de tornar presente a pessoa do destinatário:

> Agradeço-te a frequência com que me escreves, pois é o único meio que dispões para vires à minha presença. Nunca recebo uma carta tua sem que, imediatamente, fiquemos na companhia um do outro. Se nós gostamos de comtemplar os retratos de amigos ausentes como forma de renovar saudosas recordações, como consolação ainda que ilusória e fugaz, como não havemos de gostar de receber uma correspondência que nos traz a marca autêntica, a escrita pessoal de um amigo ausente? A mão de um amigo gravada na folha da carta permite-nos quase sentir a sua presença – aquilo, afinal, que sobretudo nos interessa no encontro directo (SÊNECA, *apud* TIN, 2005, p. 24).

As cartas devem adotar um tom coloquial, como em uma conversa entre amigos, entretanto, o tom coloquial não deve ser entendido como completo despojamento do estilo epistolar, mas como a expressão do que se pretende transmitir.

Tin (2005) relata que Filóstrato dirige seu pequeno tratado a Aspasius de Ravena, numa espécie de crítica pelo fato de este não saber empregar um estilo adequado para a escrita de cartas. As cartas mais breves devem fazer uso de períodos sentenciosos, que, nesse caso, são admissíveis em razão da brevidade. Mas, caso a carta seja longa, os tais períodos devem ser eliminados, por serem eloquentes para uma carta. Caso seja necessário, o período sentencioso pode ser incluído em forma de citação do que foi dito, ou para concluir um pensamento.

Já para Gregório Nazianzeno, uma carta deve ter três qualidades: concisão, sendo que o que determina a extensão das cartas é a necessidade do objetivo a que se destinam, pois não se deve escrever muito quando a matéria é limitada, nem ser mesquinho com as palavras quando há muito a dizer; clareza, pois, para Nazianzeno, a mais bela carta é a persuasiva, tanto ao ignorante quanto

ISBN 978-85-87406-94-1

ao sábio; e, por fim, graça, que deve ser preservada a fim de evitar a completa aridez e suavizar o discurso (TIN, 2005, p. 28).

Em sua pesquisa, Tin (2005) destaca, também, a seção sobre Caio Júlio Victor, em que é postulado sua obra: *Ars rhetorica*. Victor dedica um capítulo de sua obra à escritura de cartas e divide as diretrizes em dois tipos de cartas: as de negócio e as familiares.

As cartas de negócio são oficiais e sérias, e caracterizam-se pelas sentenças severas, pela objetividade e clareza do discurso, e o constante esforço pelo uso de uma expressão concisa. Já para as cartas familiares, brevidade e clareza são fundamentais. O texto pode até admitir cortes, desde que não haja omissão de fatos, a não ser que objetivasse o segredo.

Victor conclui afirmando que:

> Uma carta escrita a um superior não deve ser jocosa; a um igual, não deve ser descortês; a um inferior, não deve ser soberba. A carta a um culto não deve ser descuidadamente escrita, nem a carta a um inculto deve ser indiferentemente composta, nem deve ser escrita negligentemente a um amigo íntimo, nem menos cordial a um não amigo. Seja profuso em congratular alguém em seu sucesso de tal modo a aumentar a sua alegria, mas console alguém que está sofrendo com poucas palavras, pois uma ferida sangra quando tocada por uma mão pesada. Quando escrever alegre as suas cartas pessoais, conte com a possibilidade de que elas possam ser relidas em tempos mais tristes. Nunca dispute, menos ainda numa carta (VICTOR, *apud* TIN, 2005, p. 30).

Feita essa abordagem introdutória, o ensaísta divide a obra em três partes, as quais justificam, cada uma, o subtítulo do livro, apresentando três dos principais modelos da tradição ocidental. São eles: *Rationes dictandi* (1135), de Anônimo de Bolonha; *Brevissima formula* (1520), conhecido como primeiro dos três tratados de Erasmo de Rotterdam sobre *art dictaminis*; e *Epistolica intitutio* (1590), de Justo Lípsio.

O modelo de Anônimo de Bolonha divide-se em cinco partes, a saber: *salutatio*, que é definida como uma expressão de cortesia que transmite um sentimento amistoso compatível com a ordem social das pessoas envolvidas; *captatio benevolentinae* determina certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário; *narratio* é a enumeração ordenada dos fatos sob discussão, ou melhor, uma apresentação dos fatos de um modo que parecem eles próprios apresentar e tem como característica a brevidade e a clareza; *petitio* é a

ISBN 978-85-87406-94-1

parte na qual se tenta pedir alguma coisa; e, por último, a *conclusio*, que é a passagem pela qual uma carta é terminada.

Erasmo de Rotterdam escreveu três tratados sobre a escrita de cartas: *Brevissima maximeque compendiaria conficiendarum epistolarum formula*, *Libellus de conscribendis epistolis* e *Opus de conscribendis epistolis*. Segundo Erasmo, o caráter definitivo da carta está em sua diversidade infinitiva. Aponta como princípio único o *docorum*, descartando como estéril toda a discussão sobre os estilos ático, ródio e asiático. Compara a carta a um polvo, que toma cor do terreno sobre o qual está localizado, pela sua infinita capacidade de mudança. A carta deve se adaptar aos momentos e às pessoas, tomando com um tom diferente segundo o seu destinatário. Por exemplo: A um velho ou a um jovem, a uma pessoa sombria e severa ou a outra naturalmente bem-humorada; a um cortesão ou a um filósofo; a um familiar ou a um desconhecido; a alguém que viva despreocupadamente ou a um homem muito ocupado; a um companheiro sincero ou a um falso amigo que “nada de bom vos deseja”.

Ainda conforme o estudioso, a *Epistolica institutio*, publicada em 1590, Justo Lípsio ressalta que, embora apresente os costumes dos antigos quanto aos nomes e as saudações, tais usos devem ser ajustados ao tempo em que se escreve. Para Lípsio, a carta deve ter brevidade, clareza, simplicidade, elegância e decoro. A brevidade é a primeira virtude do estilo epistolar, pois, tal como na conversação ou na narração, assim na carta é odiosa a tagarelice. A clareza é observada a partir de três condições: se as palavras são adequadas, se são correntes e se são coerentes. A simplicidade da carta é exigida tanto no estilo quanto no pensamento. Já a elegância trata do talento e o decoro do juízo e ambos dispensam os laços de regras. As orientações de Justo Lípsio são finalizadas destacando-se, ainda, questões relativas à linguagem e ao estilo e é com a abordagem feita pelo filósofo que Emerson Tin (2005) encerra seu estudo.

Já Angelides (2001) traz a público seu estudo sobre a correspondência entre Tchékhov e Górki, ambos escritores russos do fim século XIX, início do século XX. Há, no ensaio da pesquisadora, a tradução da correspondência entre os dois amigos durante vários anos, no qual se estabelece, inicialmente, um diálogo epistolar em que Tchékhov examina as primeiras produções de Górki. Para a

ISBN 978-85-87406-94-1

ensaísta, as cartas de Tchékhov demonstram a sensibilidade de um artista que dispõe a contribuir para a formação do novo escritor.

> Se, de um modo geral, as cartas de um escritor constituem fragmentos valiosos que refletem a personalidade do seu autor, o seu ambiente e as circunstâncias que envolveram seu trabalho criativo, a correspondência entre escritores pode adquirir uma dimensão especial, porque nela se realiza um tipo de diálogo em que dois autores, dois estilos se confrontam e, com frequência, são discutidos problemas diretamente ligados à criação literária (ANGELIDES, 2001, p. 13).

Houve época, na história da literatura, em que a prosa epistolar adquiriu a configuração de gênero literário independente. Na Rússia, essa situação se evidencia a partir da segunda metade do século XVIII até a metade do século XIX, sendo especialmente importante, do ponto de vista literário, a correspondência dos poetas no período de 1815 a 1830. Como um dos fatores para a expansão da epistolografia na Rússia, Alekséiev aponta a pressão exercida pela censura na publicação de livros. Sendo assim, quanto mais forte era a censura, maior divulgação tinham as cartas nos meios intelectuais (ANGELIDES, 2001).

De acordo com Angelides (2001), para exemplificar a dinâmica do fato literário, Tinianov destaca a correspondência epistolar na Rússia, que, na primeira metade do século XVIII, pertencia à vida social. Fazia empréstimos ao estilo literário, mas não era um fato literário. A ode grandiloquente era o gênero predominante, corrente esta que se desgasta e surge o interesse pela prosa e pelos gêneros menores. A fragmentação e a forma familiar da carta motivam a introdução de minúcias e de procedimentos estilísticos contrapostos aos modelos grandiosos da primeira metade do século XVIII. A carta, antes documento, desloca-se para o próprio centro da literatura.

A estudiosa traz, em seu ensaio, a contribuição de Kate Hamburguer a qual observa que um enunciado de realidade não é determinado pelo objeto, mas sim pelo sujeito-de-enunciação., que é um sujeito-de-enunciação histórico, portanto, para ela, e carta é sempre um documento histórico que testemunha sobre uma pessoa individual. Para Hamburguer, mesmo que se trate de uma carta impregnada de valores líricos, seu sujeito-de-enunciação será histórico e não lírico.

Já na abordagem atribuída a Roman Jakobson o que se acentua é a instabilidade dos limites que separam uma obra poética de uma não-poética. Por

ISBN 978-85-87406-94-1

exemplo: a reportagem, que, na década de 1920, muitos poetas afirmavam ser uma obra em que a arte estava mais presente do que no romance ou na novela; ou as cartas íntimas da escritora tcheca Bozena Nëmcová, que, segundo o linguista, se revelam como uma obra poética magistral, enquanto seus escritos literários mais conhecidos já não suscitam nenhum entusiasmo. O artista finge quando anuncia que vai escrever verdade em lugar de poesia, ou quando afirma que determinada obra é pura invenção (ANGELIDES, 2001, p. 19-20).

Enfim, a ensaísta comenta que a correspondência de um escritor deixa algumas dúvidas, sendo elas: que tipo de leitura ela propõe? A carta pode ser lida e usufruída como obra de literatura, ou se constitui apenas um material auxiliar para conhecimento de seu autor, de problemas relacionados com sua obra, de suas concepções e de seu ambiente social?

Observando-se os questionamentos propostos por Angelides (2001), acreditamos que um elemento fundamental no discurso epistolar é o destinatário, pois este orienta o grau de literariedade, de fragmentação, de espontaneidade e, também, o tom do discurso. Os questionamentos postulados pela ensaísta vão ao encontro daqueles que nos propusemos a tentar esclarecer, no que se refere às correspondências trocadas entre Lispector e alguns destinatários específicos, as quais foram por nós selecionadas, e que, em momento oportuno, serão analisadas.

Faz-se necessário dizer que a publicação de cartas entre pessoas conhecidas é sempre motivo de interesse para historiadores e leitores comuns. No Brasil, já foram publicadas obras que reúnem correspondência de Drummond e Mário de Andrade, Clarice Lispector e Fernando Sabino, entre outros. Essas obras que reúnem correspondências entre autores conhecidos também são importantes, pois a partir delas o leitor consegue compreender melhor o processo de criação do artista, uma vez que se tornam objetos de estudo.

É interessante ressaltar a diferença entre a correspondência e a Epístola, visto que esta defende um ponto de vista e vai além de uma carta simples, pois ela pode, inclusive, criar questões ideológicas a partir das concepções presentes nos escritos. Existem muitos autores que possuem suas epístolas reunidas, podendo torná-las públicas de acordo com a sua importância nacional, seu mérito histórico, estético ou literário.

ISBN 978-85-87406-94-1

Bettio (2012) comenta que:

> A reunião destas em um único volume é comumente chamada Correspondências, e no decorrer da obra aparece comentários a respeito de tais, para esclarecer questões como época e ambiente que se passam as situações expostas. No âmbito da pesquisa literária, essas cartas são bastante importantes, visto que muitos autores consagrados pela crítica literária comunicavam-se através desse meio. Além desse aparecimento na literatura em forma de conjuntos de escritos, uma outra função literária existente, e recorrente, transformou-se em um estilo de escrita, do qual muitos escritores usufruem como introdução a uma obra, apresentação de uma personagem, justificação de seus escritos. Eliminado, aqui, a epistolografia funcionando como correspondência. Vale lembrar que a partir do século XXI, a epístola, no meio da propagação dos meios de comunicação, principalmente eletrônicos, parece seguir uma tendência de readaptação a essas novas vertentes de expressão.

Diante do exposto, partiremos, na sequência, para a contextualização da autora, destacando-se o período em que Lispector residiu no exterior, mantendo profícua correspondência com familiares e amigos.

3. NOTÍCIAS DO EXTERIOR

De acordo com Rosenbaum (2002), o surgimento de Clarice Lispector no cenário literário brasileiro dos anos 40 representou um verdadeiro choque para críticos e leitores da época.

Em várias cartas, entrevistas e depoimentos, Lispector insistia em preservar-se, mas ilustrava as expectativas de que fosse uma personalidade misteriosa ou exótica. Mesmo tendo evitado expor sua intimidade ao público, Clarice Lispector fez de seus textos um vasto itinerário de uma identidade inquieta e turbulenta, inadaptável às expectativas sociais, obsessiva na captura de si mesma e do outro, desmascarando, sob o verniz do cotidiano, um mundo de desejos e fantasias. Ainda de acordo com Rosenbaum (2002), se é verdade que a vida da escritora não primou por aventuras espetaculares, os seus textos fizeram dessa contingência a maior marca.

Gotlib (2010) destaca que logo após a publicação de sua obra inaugural, o romance *Perto do coração selvagem*, em 1943, Lispector e o marido Maury Gurgel Valente, diplomata, iniciam nova fase de vida com a mudança para Belém. Em seguida, Lispector segue viagem para a Europa, uma semana após o

ISBN 978-85-87406-94-1

marido ter partido para a Itália a fim de servir como vice-cônsul em Nápoles. Lispector chega a Nápoles em final de agosto de 1944.

Iniciado o período de quase dezesseis anos no exterior, em que a artista estabelece moradia em países como a Itália, Suíça, Inglaterra e Estados Unidos da América, Lispector continua produzindo suas obras e, por meio de cartas, principal meio de comunicação da época, conta com o apoio constante de amigos e familiares para publicar suas obras.

É desse período, morando no exterior, a maior parte de das correspondências trocadas entre Clarice e as irmãs Tânia Kaufmann e Elisa Lispector, os amigos Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Fernando Sabino e, ainda, Lúcio Cardoso. Em períodos em que o marido seguia viagem em missões diplomáticas, também eram constantes as correspondências entre o casal.

Montero (2002) comenta que Clarice Lispector preservou sua correspondência pessoal em detrimento dos originais dos romances e contos, o que revela a preocupação da artista em guardar a memória de um tempo em que viveu longe do Brasil, cujo registro só poderia ser feito por meio de cartas e fotos.

Segundo Montero (2002), a ideia de publicar as correspondências de Lispector foi uma iniciativa da família, com o intuito de atender ao desejo de estudiosos e leitores, já que somente algumas dessas cartas haviam sido publicadas de forma avulsa e, em geral, fragmentadas. Montero organizou as coletâneas *Correspondências*, publicada em 2002 e *Minhas queridas*, publicada em 2007. O primeiro reúne 129 cartas no total, de um lado a sua correspondência pessoal ativa: 70 cartas, de outro a correspondência pessoal passiva, recebida de familiares e amigos: 59 cartas. Já no volume *Minhas queridas* (2007), a organizadora traz 120 cartas trocadas entre as irmãs Lispector. A estudiosa comenta que um dos aspectos mais importantes a ser observado nesta coletânea é mostrar a história do “amor e da ternura entre irmãs”. Nessas correspondências é possível perceber não apenas o contexto no qual a família Lispector-Gurgel Valente transitava, mas também o quanto a dolorosa distância era amenizada pela chegada de uma nova carta.

Compreender os efeitos de sentido revelados por esse discurso epistolar, comprovando-se se o estilo da autora se manifesta, ou não nesses escritos são os próximos passos a serem seguidos por esta pesquisa. Essa leitura,

ISBN 978-85-87406-94-1

bem como o desenvolvimento da seção quatro, que compõe o embasamento teórico de sustentação de leitura, ainda se encontram em fase de elaboração e serão demonstrados oportunamente.

REFERÊNCIAS

ANGELIDES, Sophia. **Carta e Literatura:** Correspondência entre Tchékhov e Górki. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BETTIO, Maíra Althoff de. **Gênero textual***:* Carta gênero epistolar. Disponível em: <http://litviva.blogspot.com.br/2011/03/genero-textual-carta-genero-textual.html>. Acesso em 18 maio 2016.

BORELLI, Olga. **Clarice Lispector:** esboço para um possível retrato. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin:** Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

CANDIDO, A; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira:** Modernismo história e antologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

CANDIDO, A. No raiar de Clarice Lispector. In:_____. **Vários escritos**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas cidades, 1977.

_____. No começo era de fato o verbo. In:_____. LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H.** Edição crítica, coord. Benedito Nunes. 2. ed. São Paulo: Allca XX, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. Polifonia textual e discursiva. In:_____. BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: EDUSP, 1994. Ensaios de Cultura, 7.

GOTLIB, Nádia B. **Clarice:** uma vida que se conta. 6. ed. São Paulo: Ática, 2010.

IVAN, Maria Eloísa de Souza. **Um narrador e sua criatura:** uma leitura do duplo em *Um sopro de vida*, de Clarice Lispector. São Paulo, 2015. Tese de Doutorado em Letras. Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo/SP.

ISBN 978-85-87406-94-1

_____. **A crônica como arena de debate na poética clariceana**. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/download/anaiseventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/008/MARIA_IVAN.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2015.

_____. O leitor e o texto: o diálogo possível. In:_____. **Revista científica da Fundação Educacional de Ituverava**. Ituverava, NUCLEUS. 2005, p. 103-112.

_____. **A hora da estrela:** uma narrativa especular. Araraquara, 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Araraquara/SP.

LISPECTOR, Clarice. **Correspondências**. Org. de Teresa Montero. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____. **Minhas queridas**. Org. de Teresa Montero. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LISPECTOR, Clarice. SABINO, Fernando. **Cartas perto do coração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MONT' ALVERNE, Rosane. **Correspondências do Cárcere**: um estudo sobre a linguagem de prisioneiros. FaE/UFMG. Disponível em: <http://www.aletria.com.br/pagina.asp> Acesso em: 1° de julho de 2012.

MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia**. Tradução de José Geraldo Couto. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

NUNES, Benedito. **O drama da linguagem**: uma leitura de Clarice Lispector. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. **Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos**: compilação e discussão das normas da ABNT. 4. ed. Franca: Uni-FACEF, 2013.

ROSENBAUM, Yudith. **Clarice Lispector**. São Paulo: Publifolha, 2002.

ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SANT'ANNA, Afonso R. **Análise estrutural de romances brasileiros**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1990.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2004.

TELLES, Gilberto Mendonça. **Modernismo brasileiro**: os futuristas e vanguardas européias. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

ISBN 978-85-87406-94-1

TIN, Emerson (Org.). **A arte de escrever cartas**: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

WALDMAN, Berta. **A paixão segundo C. L**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Escuta, 1992.

ISBN 978-85-87406-94-1

O MENINO E SUA NARRATIVA: uma leitura de "Galinha ao molho pardo" de Fernando Sabino

Monica de Oliveira Faleiros (Uni-FACEF)
Laura Izabela de Lelis (Uni-FACEF)
Kamila de Oliveira[53] (Uni-FACEF)
Kelli Cristina de Souza Silvestre (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho vincula-se ao projeto de Leitura de Literatura, do subprojeto de Letras (Pibid /Capes – Uni-FACEF), desenvolvido junto aos alunos dos sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental das Escolas Estaduais Profa. Lydia Rocha, Prof. Mário D'Elia e Prof. Dante Guedine, atendidas por esse programa, que tem como intenção principal desenvolver competências e habilidades para a leitura de textos literários. Assim, o objetivo deste artigo é descrever uma atividade aplicada em sala de aula a partir da obra de Fernando Sabino, *O menino no espelho* (1982), mais especificamente de seu primeiro capítulo, cujo título é ''Galinha ao molho pardo''.

As atividades iniciaram-se com a apresentação do autor e da obra em que se insere o capítulo para, em seguida, passar a evidenciar a construção de sentidos da narrativa, a partir, principalmente, do tempo da narração, uma vez que se trata de uma narração ulterior, ou seja, o tempo de enunciação é diferente do tempo dos fatos, em que um narrador autodiegético revela passagens e memórias de sua infância com humor e leveza.

Após o trabalho de exploração do capítulo, apresentamos uma proposta de produção de texto com a finalidade de levar os alunos a empregar, em suas próprias produções, os recursos estudados na narrativa de Fernando Sabino. Para a elaboração deste artigo, adotamos a abordagem de caráter bibliográfico, destacando o estudo do foco narrativo como elemento estruturante da narrativa, a partir da teoria de Genette (*apud* Reis; Lopes, 2002); já para abordar os tempos verbais como elementos coesivos do texto narrativo, utilizamos a proposta de Weinrich, descrita por Koch (1984); outros aspectos, como a estruturação dodiscurso direto e indireto e a abordagem de recursos de humor fundamentam-se, respectivamente, a partir de Cunha e Cintra (2001) e Pavis (2005).

[53] Bolsistas PIBID/Capes

ISBN 978-85-87406-94-1

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Para a aplicação desta atividade, iniciamos nosso trabalho com a apresentação da biografia do escritor Fernando Sabino,e do livro *O menino no espelho,* com o propósito de aproximar as crianças do universo do autor e da obra.Assim, por meio de slides, foram apresentadas as seguintes informações, obtidas através de pesquisas em websites.

De acordo com Nogueira Jr. (2016),Fernando Tavares Sabino era filho do procurador de partes e representante comercial Domingos Sabino, e de Odete Tavares Sabino, tendo nascido no dia 12 de outubro de 1923, em Belo Horizonte.

Após aprender a ler com sua mãe, em 1930 ingressou no curso primário do grupo Escolar Afonso Pena, e, desde então, tornou-se leitor compulsivo,e, além disso, apresentava inclinação para a música, ouvindo atentamente sua irmã e o pai ao piano. Com 12 anos tornou-se locutor do programa infantil ‘’Gurilândia’’ da *Rádio Guarani* de Belo Horizonte, frequentou o curso Admissão de D. Benvinda de Carvalho Azevedo, no qual adquire conhecimentos de gramática que mais tarde lhe são muito úteis na profissão. Suas primeiras tentativas literárias sofrem influências dos livros de aventuras que vivia lendo, e por iniciativa do irmão Gerson, tem seu primeiro conto policial publicado na revista *Argus*, órgão da Secretaria de Segurança de Minas Gerais, que acarreta mais tarde um desapontamento, pois o nome do autor na revista consta como sendo Fernando Tavares ‘’Sobrinho’’. Mais tarde acaba participando de concursos de crônicas sobre rádio e de contos, obtendo diversos prêmios.

Foi exímio nadador e bateu vários recordes no nada de costas, sua especialidade. Competiu e ganhou inúmeras medalhas em campeonatos. Participou também de uma maratona de Português e Gramática Histórica, recebendo então o segundo lugar em Minas Gerais e em todo o Brasil.

Começou a ler com veemência os clássicos portugueses aos 17 anos, quando então decidiuser gramático. Mais tarde, o escritor ingressou na Faculdade de Direito de Minas Gerais e passou a conviver com grandes escritores e, porindicação de um amigo, iniciou um trabalho de jornalismo como redator na *Folha de Minas.*Seus primeiros contos foram reunidos no livro *Os grilos não cantam,*orientado por Marques Rabelo.

ISBN 978-85-87406-94-1

Em 1942, foi admitido como funcionário da Secretaria de Finanças de Minas Gerais e passou a dar aulas, nas horas vagas, de Português no *Instituto Padre Machado*. Conheceu pessoalmente o poeta Carlos Drummond de Andrade, dele se tornando amigo através de correspondência e, mais tarde, no Rio, de convivência.

Em 1957 passou a viver exclusivamente de sua produção intelectual, como escritor e jornalista e passou a escrever crônica diária para o *Jornal do Brasil*, além de contribuir mensalmente para a revista *Senhor*.

Dentre a vasta produção literária do autor foi escolhida a obra *O menino no espelho* (1982), mais especificamente o primeiro capítulo, cujo título é "Galinha ao molho pardo" para a realização da atividade aqui tratada. *O menino no espelho*é o terceiro romance de Fernando Sabino.

Nesta obra, o autor relata sua infância em Belo Horizonte, através da prosa simples, com o uso da linguagem coloquial, além de muitas vezes apresentar-se nas falas do garoto uma linguagem infantil. O narrador é personagem da história, mas projeta a si mesmo como personagem - o Fernando, ainda criança é quem vive as aventuras narradas já há uma distância temporal. A narrativa é bem fantasiosa e simples, revelando todo o mundo imaginário da criança que fora.

Assim, o menino relata como aprendeu a voar como os pássaros, como ensinou uma galinha a falar para salvá-la de ser servida ao molho pardo no almoço de domingo, e até atribui a ela seu próprio nome no gênero femininoFernanda; fala também sobre suas brincadeiras com a amiguinha Mariana, sobre seu cachorro Hidenburgo e seu coelho Pastoof. O menino Fernando, através de várias de suas travessuras, realiza os sonhos de seu fértil imaginário com a vivacidade e a pureza próprias das crianças.

Uma de suas aventuras relatadas no livro é a de Odnanref, sua identidade secreta que quer dizer Fernando ao contrário, a brincadeira se inicia com o Fernando conversando com o seu espelho, e percebe que aos poucos o seu reflexo vai tomando forma e vida, e acaba tornando-se seu amigo, companheiro ou até mesmo fazendo suas tarefas mais chatas, como ir a escola ou tomar remédio, participando, assim, de todas as suas aventuras, até que seu irmão descobre seu

ISBN 978-85-87406-94-1

segredo e seu duplo é obrigado a retornar ao seu mundo, o do espelho, de onde jamais sairia novamente.

A obra tem caráter memorialístico, suas histórias tratam de prováveis episódios acontecidos em sua infância, porém repletos de uma boa dose de ficção, dando vida a algumas fantasias de sua imaginação, o que acaba dando ao livro um certo caráter de maravilhoso.

Assim, após todo esse trabalho de apresentação e contextualização, a atividade realizada com os alunos foi a da experiência lúdica baseada na aventura relatada na parte do livro de que provém o título da obra. Pensamos então, com o objetivo de sensibilizar e motivar as crianças, em trabalhar com palavras escritas de forma espelhada e, então fizemos a apresentação do nosso nome espelhado, ou seja,escrito de trás para frente, afim de despertar nas crianças a curiosidade, para que então eles também pudessem fazer o mesmo.

Tendo em vista, ainda, a atividade lúdica do espelhamento das palavras, a brincadeira poética, levamos a letra e a música Gabriel o Pensador, “Gualín”, em que o compositor faz uma inversão espelhada das sílabas das palavras e, após isso, trabalhamos com um exercício paródico, por exemplo, na música tem-se: “Oi, tudo legal? Oi, dotú gal-lê?/ Meu nome é Gabriel, meu menô é Elbrigá” e, na paráfrase, os alunos tiveram que completar lacunas do texto parodiado, que levamos, exemplo: Oi, tudo legal? Oi, dotú gal-lê? Meu nome é_____, meu menô é_____” e assim por diante.

Acreditamos que, com essas atividades iniciais, pudemos mobilizar a curiosidade e o interesse das crianças para o trabalho de exploração do texto, o capítulo “Galinha ao molho pardo”, que passamos a descrever.

3. EXPLORANDO O TEXTO

Por se tratar de uma narrativa de caráter memorialístico, iniciamos a análise do texto a partir dos recursos de linguagem e da construção do discurso narrativo mobilizados no texto para se criar este efeito de sentido: o distanciamento entre o momento da enunciação (narração) e o dos fatos, que se passam quando o narrador era uma criança, o que permite a intervenção comentadora, reflexiva do narrador.

ISBN 978-85-87406-94-1

Partindo da leitura dramatizada deste capítulo, passamos à abordagem dos tempos verbais presentes na narrativa empregados como elementos de coesão. a fim de explorar o texto destacando as expressões indicativas tempo para que os alunos compreendessem a diferença do uso do pretérito perfeito e do imperfeito na narrativa.

Para tanto, fundamentamo-nos nos estudos de Koch (1984) acerca da teoria de Weinrich sobre o funcionamento dos tempos verbais no discurso, em que são descritas várias situações comunicativas que se repartem claramente em "dois mundos", em que predomina um dos grupos temporais, assim se estabelece a distinção entre o "mundo narrado" e o "mundo comentado", dessa forma:

> Quando o falante emprega os tempos do mundo narrado, o ouvinte sabe que deve receber a informação como relato, mas nada existe que o obrigue a relacioná-lo obrigatoriamente com o tempo passado: o mundo narrado é indiferente ao Tempo cronológico, podendo estar ligado ao passado, por meio, por exemplo, de uma data, ou então, ao presente ou ao futuro, por meio de outros dados. Citem-se, a título de exemplo, os romances de ficção científica. Enquanto o presente constitui o tempo zero (sem perspectivas) do mundo comentado, o imperfeito e o perfeito simples constituem ambos os tempos zero do mundo narrado (...). (KOCH, 1984, p.40)

É possível, então, a partir disso, entender como se dá a distinção entre o mundo narrado e o mundo comentado, sobretudo, as situações de uso do imperfeito e perfeito. Ainda para Koch (1984), a diferenciação entre imperfeito e passado simples se estabelece com base na noção de relevo narrativo: o passado simples é, no relato, o tempo do primeiro plano, constituindo o imperfeito o tempo do segundo plano. Assim, enquanto o perfeito marca todas as unidades de ação da narrativa, o imperfeito fornece o pano de fundo, que se constitui de descrições e comentários, por exemplo.

Acreditamos que chamar a atenção das crianças para o modo como se organiza o texto narrativo do ponto de vista de sua arquitetura de linguagem permite que se desenvolvam, no ato da leitura, percepções que permitam a mobilização desses recursos para a escrita dos próprios textos. As atividades, por meio das quais pretendíamos trabalhar essas questões são as seguintes:

> Após a leitura e discussão do texto com seus professores, releia o fragmento abaixo e responda às questões a seguir:
> Ao chegar da escola, dei com a, novidade: uma galinha no quintal.
> O quintal de nossa casa era grande, mas não tinha galinheiro, como quase toda casa de Belo Horizonte naquele tempo. Tinha era uma

ISBN 978-85-87406-94-1

> porção de árvores: um pé de manga sapatinho, outro de manga coração-de-boi, um pé de gabiroba, um de goiaba branca, outro de goiaba vermelha, um pé de abacate e até um pé de fruta-de-conde. No fundo, junto do muro, um bambuzal. De um lado, o barracão como o quarto da Alzira cozinheira e um quartinho de despejo. Do outro lado, uma caixinha de madeira grande como um canteiro, cheia de areia que papai botou lá para nós brincarmos. Eu brincava de fazer túnel, de guerra com soldadinhos de chumbo, trincheira e tudo. (SABINO, 2006, p. 19)
>
> 1) Destaque, com uma caneta colorida, as expressões que indicam tempo,no fragmento acima.
>
> 2) A expressão ‘’naquele tempo’’ mostra que os fatos narrados aconteceram com o narrador quando era criança ou adulto? Por quê?
>
> 3) O narrador apresenta o ambiente descrevendo o quintal da casa. Grife os verbos que são usados nessa descrição.
>
> 4) No trecho acima, identifique o fato que leva à narração da história e transcreva abaixo:[54]

Além disso, outro recurso trabalhado quanto à construção narrativa diz respeito à presença de um narrador autodiegético, que, de acordo com Genette (apud REIS; LOPES, 2002), é uma entidade responsável por uma situação narrativa específica, que relata suas próprias experiências como personagem central da história:

> A situação narrativa instaurada pelo narrador autodiegético condiciona também o recurso ao código das focalizações, por força dessa oposição de ulterioridade em que normalmente decorre a narração. A opção por uma focalização interna ou por uma focalização onisciente relaciona-se, pois, com uma certa imagem privilegiada pelo narrador; privilegiando a imagem da personagem, o narrador reconstitui artificialmente o tempo da experiência, os ritmos em que ela decorreu e as atitudes cognitivas que regeram, ao mesmo tempo que abdica da prematura revelação de eventos posteriores a esse tempo de experiência em decurso.(GENETTE, apud REIS; LOPES, 1988, p.118).

Na obra *O menino no espelho* (1982) é possível perceber a presença desses recursos linguísticos aqui tratados, e foi a partir disso que as atividades foram desenvolvidas a fim de trabalhar com os alunos os recursos empregados na narrativa, mais especificamente na narrativa ulterior e de primeira pessoa, para que pudessem compreender como dissemos anteriormente, a presença de duas personagens e de dois momentos: o narrador no momento de enunciação e o narrador ainda criança, personagem da história.

[54]O trecho citado é parte integrante da atividade aplicada em classe, que integra a sequência didática que estamos descrevendo. Todas essas atividades foram elaboradas pelas autoras deste trabalho e ainda não foram publicadas.

ISBN 978-85-87406-94-1

Com o intuito de trabalhar com os alunos esses recursos e mostrar a presença de duas personagens e os dois momentos presentes na narrativa, propusemos a eles a seguinte questão: ‘’A expressão “naquele tempo” mostra que os fatos narrados aconteceram com o narrador quando era criança ou adulto? Por quê?’’Através desse exercício,os alunos puderam observar que na narrativa há o desdobramento dapersonagem do narrador: o que efetivamente faz a narração e o menino, que vivencia os fatos da história, o que permite o comentário das experiências do menino pelo narrador distanciado no tempo.

Outro elemento característico do discurso narrativo – o registro da voz das personagens – também foi objeto de reflexão na exploração que fizemos do texto. Por meio da identificação no texto de Sabino do registro das vozes das personagens em discurso direto e indireto, e, a partir daí, apresentamos, técnicas e a definição desses registros, bem como o uso dos verbos *dicendi*, pois um enunciado em discurso direto é marcado pela presença de verbos como dizer, perguntar, replicar, etc. Esses verbos podem introduzir, finalizar ou inserir-se no discurso; ou, ainda,na falta de um verbo *dicendi,* cabe ao contexto e a recursos gráficos a função de indicar a fala da personagem. No plano expressivo, segundo Cunha e Cintra:

> A força do DISCURSO DIRETO provém essencialmente de sua capacidade de atualizar o episódio, fazendo emergir da situação a personagem, tornando-a vida para o ouvinte, à maneira de uma cena teatral, em que o narrador desempenha a mera função de indicador das falas. Estas na reprodução direta, ganham naturalidade e vivacidade, enriquecidas por elementos linguísticos tais como exclamações, interrogações, interjeições, vocativos e imperativos, que costumam impregnar de emotividade a expressão oral.
> Observe-se, também, que a variedade de verbos introdutores oferecida pela língua portuguesa aos seus usuários permite a quem se sirva do DISCURSO DIRETO caracterizar, com precisão e colorido, a atitude da personagem cuja fala vai ser textualmente reproduzida.(2011, p. 637)

Quanto ao discurso indireto, é necessário dizer que o narrador incorpora, ao seu próprio falar uma informação da personagem, contentando-se em transmitir ao leitor apenas o conteúdo, sem expressar a forma como realmente foi emitida, a estrutura do discurso indireto é caracterizada pela presença de um verbo declarativo que introduz a fala da personagem de forma indireta. Assim, no plano expressivo:

> O emprego do DISCRUSO INDIRETO pressupõe um tipo de relato de caráter predominantemente informativo e intelectivo, sem a feição

ISBN 978-85-87406-94-1

> teatral e atualizadora do DISCURSO DIRETO. [...] todas as formas do discurso direto de primeira ou de segunda pessoa se apresentam em terceira pessoa, dá-se em geral um esvaecimento das realidades concretas de tempo e lugar a que as pessoas e coisas referidas estariam vinculadas.
> Em síntese, no DISCURSO INDIRETO, o narrador subordina a si e a personagem, com retirar-lhe a forma própria efetivamente matizada da expressão. Mas não se conclua daí que ta modalidade de discurso seja uma construção estética pobre. O seu uso ressalta o pensamento, a essência significativa do enunciado reproduzido, deixando em segundo plano as circunstâncias e os detalhes acessórios que o envolvem.
> É na verdade, do emprego sabiamente dosado de um e de outro tipo de discurso que os bons escritores extraem da narrativa os mais variados efeitos artísticos, em consonância com as intenções expressivas que só a análise em profundidade de uma dada obra pode revelar (CUNHA;CINTRA,2001, p.638-639).

Usamos, como dissemos, para trabalhar os diferentes discursos, trechos da narrativa, proporcionando a discussão e compreensão da estrutura e significação do texto a partir dos diferentes recursos empregados. As questões/ propostas de trabalho que incorporam a atividade, por meio das quais trabalhamos esses recursos foram as seguintes:

> Como se pode perceber, ao longo da leitura, o texto apresenta muitos diálogos entre as personagens. Em uma narrativa, existem duas formas de registrar as falas das personagens: pelo discurso direto e discurso indireto.
> 5) Agora volte ao texto “Galinha ao molho pardo”, e grife de vermelho os exemplos que encontrar de discurso direto e de verde os de discurso indireto.
> Observe o trecho abaixo:
> “- Você sabe o que eles estão querendo fazer com você, Fernanda?
> Ela mexia a cabecinha para os lados, dizendo que não.
> - Pois nem queira saber. Cuidado com a Alzira, aquela magrela de pernas compridas. É a nossa cozinheira. Ruim que só ela. Não deixa a Alzira nem chegar perto de você.”
> 6) Copie o trecho transformando em discurso indireto o direto e vice-versa.

Outro aspecto do texto quefoi trabalhado, por meio desta sequência didática, foi a presença de ditados e expressões populares que ocorrem no texto e que revelam o universo da personagem. Assim, essas expressões foram destacadas do texto, discutidas e interpretadas, como por exemplo ‘’dormir com as galinhas’’, ‘’ar de cachorro que quebrou a panela’’, entre outras e, em seguida foi proposta a escrita de mais duas expressões que conhecessem, mas que não estavam presentes no texto.

Há ainda o fato de o texto ter um tom de humor e trazer diversas passagens engraçadas, nas quais se encontra o uso do quiproquó, que, de acordo

ISBN 978-85-87406-94-1

com Patrice Pavis (2005), é uma expressão que define o humor causado pela troca de interpretação de sentidos e que tem sua origem nos roteiros de *commedia dell'arte*, e mais tarde, vem a se caracterizar especificamente como recurso cômico consequente de equívocos que podem nascer de situações muito engraçadas. A parte da atividade por meio de que trabalhamos com esses recursos foi esta:

> Você percebeu, durante a leitura, que o texto apresenta diversas passagens engraçadas, referentes às atitudes de Fernando. Isso ocorre também porque foi empregado um recurso de humor chamado *quiproquó*:
>
> Quiproquó:
>
> Expressão latina (*qui pro quo* = uma coisa pela outra), que, em português, significa "equívoco","troca de uma coisa por outra", "confusão" ou "situação cômica".
> A confusão consiste em entender uma coisa no lugar da outra, é a interpretação errada de algo que causa um equívoco.
>
> Agora que você entendeu como se dá o humor na história, grife no texto as falas das personagens em que acontece essa situação de confusão. Em seguida, explique com suas palavras por que o trecho destacado por você provoca o riso.

Além disso, foi trabalhado com os alunos o valor das expressões e dos sentidos produzidos através do texto, como, por exemplo, o fato da galinha se chamar Fernanda, mesmo nome da personagem principal, retomando, então, reflexões acerca do espelhamento e dos vínculos da afetividade e da ingenuidade das vivências da infância. Assim, propusemos as questões:

> O que significa a galinha se chamar Fernanda? Por que o menino escolheu esse nome?
> Após a leitura e reflexões feitas, escreva, abaixo, qual foi a intenção de Alzira ao utilizar a frase: "Para mim, a gente anda precisando de cortar as asas é desse menino"?

4. PRODUÇÃO DE TEXTO

A partir da compreensão das aventuras de Fernando e das discussões feitas, foi proposta uma produção de um texto que descrevesse alguma experiência vivenciada pelo aluno em sua infância. Na produção da narrativa, as crianças deveriam mobilizar os recursos utilizados pelo autor, contando então as sensações, o que essa passagem é capaz de revelar sobre a sua personalidade, empregar linguagem coloquial, recursos de humor e o registro dos discursos de personagens. Na proposta em questão, solicitamos que os alunos escrevessem sobre uma experiência vivida ou fictícia, utilizando os recursos acima tratados, a fim de

ISBN 978-85-87406-94-1

que,pudessem, a partir da produção do texto, assimilar todo o conteúdo aprendido durante as discussões e reflexões feitas em sala de aula:

> Agora, está na hora de alçar vôo com as asas da sua imaginação e escrever a sua própria história! Assim como o autor, produza um texto sobre alguma experiência (com amigos, familiares, animais, etc.) que você tenha vivenciado quando era criança e que foi de grande importância em sua vida.
> Não se esqueça de utilizar o discurso direto, de escrever como você se sentiu e, também, o que essa passagem de sua infância é capaz de revelar sobre a sua personalidade.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho, vinculado ao projeto de Leitura de Literatura, do subprojeto de Letras (Pibid /Capes – Uni-FACEF), foi desenvolvido junto aos alunos do sétimo e oitavo ano do Ensino Fundamental das Escolas Estaduais Profa. Lydia Rocha, Prof. Mário D'Elia e Prof. Dante Guedine com a intenção principal desenvolver competências e habilidades para a leitura de textos literários. O trabalho em questão foi desenvolvido a fim de descrever uma atividade aplicada em sala de aula que introduziu o estudo sobre textos literários como a obra de Fernando Sabino, *O menino no espelho* (1982), mais especificamente de seu primeiro capítulo, cujo título é ''Galinha ao molho pardo'',

Foram trabalhadas as características presentes na narrativa memorialística, através do capítulo"A galinha ao molho pardo",em atividades interpretativas e reflexivas, abordando questões sobre a infância e recursos de linguagem com o intuito de propor aos alunos uma reflexão sobre a infância e a pré-adolescência a partir de textos sobre o tema, e com isso explorartambém o uso de verbos no passado para a compreensão da narrativa ulterior e reflexão sobre autor e personagem. A partir da obra ''*O menino no espelho"* (1982), foi possível trabalhar todos esses aspectos e ainda propor novas leituras e discussões aos alunos, que demonstraram grande interesse pela obra e autor. Dessa forma, a partir da apreensão dos temas e das características da narrativa, sobretudo da narrativa ulterior, os alunos foram capazes de assimilar através da feitura das atividades e da produção de textos todos os conhecimentos mediados e adquiridos através das reflexões e discussões propostas.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso & Cintra, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.

KOCH, I.G.V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

NOGUEIRA JR., Arnaldo. **Releituras:** resumo biográfico e bibliográfico. Fernando Sabino.Disponível em:<http://www.releituras.com/fsabino_bio.asp>Acesso em: 20 maio, 2016.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de narratologia**. Coimbra: Almedina, 2002.

SABINO, Fernando. **O menino no espelho**. 76. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ISBN 978-85-87406-94-1

O PAPEL DA INDÚSTRIA DE BASE E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DO SETOR CALÇADISTA: Um estudo da indústria de máquinas de Franca-SP e sua influência nas empresas calçadistas da região

Matheus Borges Carneiro (Uni-FACEF)
June Tabah (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo compreender as relações diretas das indústrias calçadistas para suas respectivas indústrias fornecedoras – mais especificamente, as indústrias de máquinas e equipamentos da cidade de Franca-SP. Além disso, busca-se uma análise direta da importância das máquinas e equipamentos das indústrias de base para o desenvolvimento econômico das indústrias calçadistas do Arranjo Produtivo Local (APL) de Franca.

Tendo como objeto de estudo o arranjo produtivo local calçadista de Franca-SP, foi possível efetuar a análise entre as indústrias de máquinas e equipamentos e as empresas calçadistas de Franca-SP.

Este artigo é essencial para que se note a importância da indústria de base para a indústria calçadista, de modo que a segunda não consegue prosperar sem o aprimoramento e desenvolvimento da primeira.

A partir de sua realização, foi possível verificar que o setor de máquinas é fortemente afetado pela crise no setor de calçados, e que para o setor calçadista de Franca-SP se faz necessário o constante aprimoramento do setor de máquinas.

2. METODOLOGIA

De acordo com Prodanov (2013), método científico é a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa, onde o método pode ser descrito como a forma de se pensar para se atingir à natureza de um determinado problema, e a pesquisa nada mais é do que o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.

A primeira parte do artigo embasou-se em uma revisão de literatura, partindo-se da leitura de Slack (2009) e Peinado (2007) para abordagem teórica

ISBN 978-85-87406-94-1

administrativa acerca do tema; Guidolin (2010), Braga Filho (2000) e Corrêa (2001) para aprimoramento de conhecimentos à respeito do arranjo produtivo local de Franca-SP e Silva (2007) para se especializar acerca do tema proposto. Além destes, utilizou-se também dados da ABIMaq e do SINDIFRANCA para fomentar a base estatística para este artigo.

A partir desta leitura, seguiu-se uma análise do artigo a ser desenvolvido em busca do método que mais se relacionasse com seus objetivos. Para tanto, este artigo baseou-se em uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, seguindo-se o método procedimental de um estudo de campo, isto é, com a realização de um questionário para empresas de máquinas da região para melhor interpretar e compreender o tema.

3. CENÁRIO PRODUTIVO DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA-SP

De acordo com Engler (2009), o contato do município de Franca com a indústria calçadista se deu por volta de 1909, quando Carlos Pacheco de Macedo e seus sócios decidem ampliar a produção de calçados, inserindo a utilização de máquinas para acelerar e aumentar a produção. Já em 1940 a indústria calçadista francana era conhecida e independente, sendo sustentada principalmente por grandes grupos, como a Samello e a Amazonas.

Segundo Braga Filho (2000, p.110), “ao final da década de 70, a indústria de calçados de Franca já atingia uma produção física extremamente significativa, isto é, produzia o equivalente a 8% da economia brasileira que era de 323,8 milhões de pares”.

Em 1994, a influência do plano real afetou diretamente a situação da indústria calçadista, e a situação mundial também não a favorecia. Contudo, Braga Filho (2000) comenta que as indústrias calçadistas de Franca, já a partir de 1990, buscaram uma reorganização industrial essencial a se promover uma vantagem competitiva. Vantagem esta que seria o diferencial para a superação da crise.

Uma importante característica adotada por esta reorganização industrial da década de 90, comenta Braga Filho (2000), que as indústrias de médio e grande

ISBN 978-85-87406-94-1

portes passaram a transferir algumas etapas de sua produção às indústrias de micro e pequeno portes, constituindo assim um processo de terceirização.

A terceirização foi uma das diversas alternativas adotadas na reorganização industrial da década de 90, que possibilitou maior empregabilidade, devido ao aumento exponencial de indústrias.

Atualmente, sabe-se que o polo calçadista francano se faz cada vez mais presente para o mercado nacional. De acordo com Corrêa (2001), a cidade de Franca – especializada em calçados masculinos – corresponde ao segundo maior polo produtor de calçados no país, sendo superado apenas pelo Vale dos Sinos, localizado no Rio Grande do Sul.

Das empresas calçadistas de Franca, 467 atuam como produtoras de calçados e artigos de viagens, enquanto 265 atuam como prestadoras de serviços às produtoras. Juntas, elas somam 732 empresas (SINDIFRANCA, 2015).

Destas atuais 467 indústrias de calçados, 212 são de micro porte, 195 de pequeno porte, 54 de médio porte e 06 de grande porte (SINDIFRANCA, 2015). Estes dados confirmam que as teorias desenvolvidas pela reorganização industrial da década de 90 ainda são utilizadas no município de Franca.

3.1. Sistemas de Produção e Operações Industriais

A indústria calçadista, de acordo com Peinado (2007), pode ser classificada como uma organização manufatureira do setor secundário, cuja produção divide-se em diversos processos. Um processo pode ser definido como uma forma sistemática de fazer as coisas que podem ser utilizados em maior ou menor escala.

De acordo com Slack (2009), qualquer operação produz bens ou serviços por um processo de transformação. A transformação é definida por ele como o processo necessário para se transformar *inputs*, os recursos, em *outputs*, bens ou serviços.

O polo calçadista de Franca passou por um processo de reorganização industrial a partir da década de 1990, buscando superar a competitividade e melhorar suas etapas de produção. Slack (2009) também afirma que o desempenho

ISBN 978-85-87406-94-1

da produção deve sempre ser melhorado, buscando sempre a melhoria dos seus processos ou operações.

Neste quesito de melhoria das operações, o polo calçadista de Franca passou a desenvolver as indústrias de base para atender à nova demanda calçadista. De acordo com Slack (2009), as indústrias devem atender a cinco objetivos de desempenho. São eles: qualidade, rapidez, confiabilidade, flexibilidade e custo. Para serem concretizados, estes cincos objetivos de desempenho devem ser seguidos tanto pelas indústrias calçadistas como pelas indústrias de base.

Segundo Mantovani (2011, p. 25-26), a "configuração da cadeia produtiva de couro e calçados tem início na atividade pecuária com diferentes formas de obtenção do couro, passando pelos frigoríficos e chegando aos curtumes [...], os quais são passados às empresas nacionais ou exportados". Estes são os *inputs* para a produção calçadista.

As etapas de produção na fabricação do calçado de couro são, sequencialmente: a modelagem, onde confecciona-se os moldes de peças que irão compor o modelo idealizado; o corte; a costura ou pesponto, a união de peças do cabedal via máquinas de costura; a montagem e o acabamento (MANTOVANI, 2011).

Sobre as etapas descritas acima, nota-se que são etapas da produção realizada diretamente pelas indústrias calçadistas e, em muitas delas, é essencial a existência de máquinas para a produção; em outras, a utilização de máquinas se faz opcional, sendo geralmente, a opção mais viável a ser utilizada.

A partir destes processos, o calçado, pronto, é enviado aos mais diversos canais de distribuição, onde ele será vendido. As vendas de calçados ocorrem nos mais variados canais de distribuição. Na tabela 1 estão apresentados os principais canais de distribuição utilizados por Franca em 2009.

ISBN 978-85-87406-94-1

Tabela 1 – Principais Canais de Distribuição Utilizados no APL de Franca/SP

Canais de Distribuição	Valor (%)
Varejos especializados	75,1
Varejo não especializado	9,5
Comércio atacadista	0,3
Lojas de pronta-entrega	1,7
Outros	1,3
Exportação	12,0

Fonte: Adaptado de CARMO *et al* (2012).

3.2. Arranjo Produtivo Local de Franca-SP

Franca se constitui como o segundo maior arranjo produtivo calçadista local do Brasil. Arranjo produtivo local pode ser definido como:

> Concentração geográfica de empresas, sobretudo pequenas e médias, e outras instituições que se relacionam em um setor ou cadeia produtiva particular e tem sua existência definida a partir de vantagens competitivas locacionais (BNDES *apud* LEMOS, 2009, p.4).

Vale lembrar que, além de arranjo produtivo local, os APLs também podem ser chamados de *clusters* ou aglomerações de empresas, sendo este último menos utilizado que os demais.

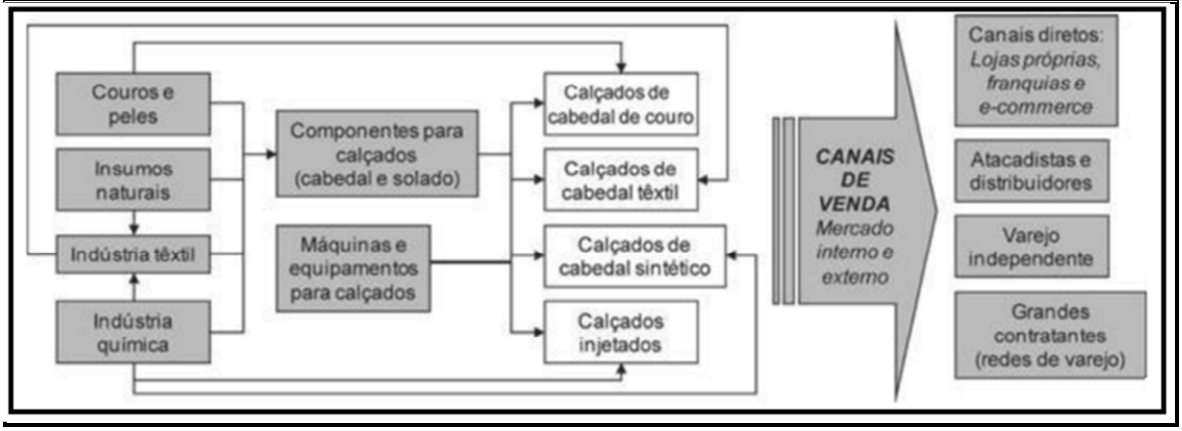
A partir da definição de *cluster*, pode-se compreender a visão de MANTOVANI acerca do APL francano.

> Considerando a grande concentração de empresas produtoras de calçados masculinos; a coexistência de várias empresas que executam atividades ligadas à produção de calçados [...] e a presença de instituições de apoio ao desenvolvimento tecnológico e gerencial, o polo calçadista de Franca pode ser considerado um cluster com elevado poder de produção e negociação (GORINI apud MANTOVANI, 2011, p. 32).

Independente do segmento industrial, um APL, para se tornar mais forte, necessita de todos os segmentos industriais daquele determinado produto. O APL francano conta com todos os segmentos da indústria calçadista. A figura 1 demonstra claramente a gama industrial envolvida direta ou indiretamente na fabricação de calçados.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 1 – Cadeia da Indústria de Calçados



Fonte: Adaptado de Guidolin *et al* (2010, p. 150).

É neste quesito que se faz necessário a existência de indústrias de máquinas e equipamentos. Esta indústria não só disponibiliza um aumento na produção, como também, em alguns casos, é o diferencial no quesito da competitividade internacional.

O fato do Brasil investir neste setor para aprimorar suas indústrias calçadistas gera um aumento no Produto Interno Bruto (PIB), visto que a quantidade de empregos será aumentada, bem como o número de indústrias fornecedoras.

4. PANORAMA DAS INDÚSTRIAS DE MÁQUINAS PARA CALÇADOS NO BRASIL

De acordo com Mantovani (2011, p. 25), o segmento de componentes para couro e calçado é composto por diversas indústrias, caracterizado por empresas de grupos: têxteis, metais e acessórios de plásticos, máquinas, produtos químicos, outros acessórios e não-tecidos.

As indústrias de base se fazem presentes na produção do calçado, tanto antes quanto depois do couro ingressar nas indústrias calçadistas. As indústrias de máquinas por sua vez, atuam em ambas as situações, este é um dos motivos de sua importância neste setor industrial.

Estas indústrias, consideradas como base para as indústrias que fabricam os calçados, são essenciais para sua formação e produção. Segundo MANTOVANI (2011, p. 26), “O setor de calçados inclui empresas de diferentes

ISBN 978-85-87406-94-1

portes operando em diferentes nichos de mercado, cujas diferenças de relações e estrutura de coordenação são dependentes das características da organização".

Como o objeto de estudo desta pesquisa é a relação das indústrias de máquinas e equipamentos com a indústria de calçados, será tratado majoritariamente o fornecimento de máquinas e equipamentos para a produção calçadista.

A origem do setor de máquinas nos dois principais polos de produção de calçados (Vale dos Sinos e Franca) pode ser explicado pelo surgimento de oficinas de manutenção de equipamentos para atender à expansão das atividades de curtume e de produção de calçados a partir dos anos 40 (Vargas *apud* Silva, 2007, p. 166 – 177).

Neste sentido, acrescenta Silva (2007, p. 177), "até o final dos anos 80, a mecanização do setor era realizada principalmente por meio da importação de máquinas". Observa-se então, que não haviam necessariamente indústrias de fabricação de máquinas neste período, logo a única tarefa destas indústrias era prestar manutenção às máquinas importadas, na maior parte oriundas da Itália.

Sabe-se que essa importação impedia o crescimento econômico brasileiro em duas vertentes: primeiro, as indústrias de base não se desenvolveriam suficientemente a ponto de competir com o mercado externo; segundo, a indústria calçadista estaria condicionada a sofrer com as oscilações cambiais que dificultariam sua capacidade de aquisição destas máquinas e equipamentos.

Na década de 90, com a reorganização industrial, as indústrias de máquinas e equipamentos enfrentavam ainda maior dificuldade para se desenvolverem. De acordo com Silva (2007), elas encontraram três soluções para esse problema: acordos e parcerias com algumas empresas, interações com usuários do mercado interno e participação em feiras e eventos.

Estas três estratégias ainda estão sendo utilizadas, de modo que as indústrias de base possam continuar atuando no mercado e fornecendo máquinas eficientes às indústrias calçadistas. A falta de união dos APLs faz com que estas medidas se permaneçam e, em certas situações, são essenciais para que estas empresas consigam enfrentar a competitividade – tanto nacional quanto internacional.

ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo Silva (2007, p. 124), até o final do século XX “as empresas de máquinas para o setor de calçados apresentavam um baixo grau de modernização no que se refere à incorporação de tecnologias”.

Este baixo grau era o fator limitante das indústrias de máquinas brasileiras, que não apenas as impedia de competir com as empresas internacionais, como também impedia àquelas que dependiam de seu fornecimento.

Atualmente, porém:

> A indústria de máquinas tem demonstrado capacidade para realizar o atendimento de demandas específicas da indústria de calçados e, a partir desse atendimento, tem incorporado melhorias aos seus modelos de máquinas, o que tem representado um elemento de proteção dessa indústria frente aos seus concorrentes internacionais, especialmente italianos (SILVA, 2007, p. 125).

O desenvolvimento dos modelos de máquinas, como dito acima, facilita o enfrentamento desta indústria de base frente as concorrentes – especialmente as indústrias italianas. Além disso, com máquinas mais potentes, os calçados são feitos com maior velocidade, o que diminui custo de produção. Com menor custo, o preço final abaixa, o que também facilita a competição das indústrias calçadistas brasileiras para com as internacionais.

Um ponto positivo das indústrias de máquinas, de acordo com Silva e Garcia (2008), é que elas apresentam flexibilidade e habilidades que facilitem a incorporação de melhorias e a resolução de problemas em empresas calçadistas.

4.1. Fornecimento de Máquinas para o Município de Franca-SP

O Brasil conta com um total de 111 empresas de máquinas e equipamentos para os setores do couro, calçados e afins (ABIMAQ). Franca conta com 50 destas empresas, o que corresponde a 45,04% da quantidade nacional destas empresas. Os dois maiores APL’s calçadistas – Vale dos Sinos (RS) e Franca (SP) – concentram aproximadamente 95% do total das empresas de máquinas para calçados no Brasil (PREFEITURA DE FRANCA, 2015).

Após contatar cada uma das 50 empresas de máquinas para couro, calçados e afins, pôde-se verificar que apenas 03 delas realmente fabricavam

ISBN 978-85-87406-94-1

máquinas para indústrias de calçados. As empresas receberam um questionário estruturado com questões abertas e fechadas, feita a partir da revisão de literatura.

Realizou-se, então, uma leitura dos questionários preenchidos pelas empresas de máquinas. O primeiro a se constar é que todas as empresas afirmaram fornecerem máquinas às empresas de Franca, mas nada superior a 30% da produção mensal. O percentual de produção para o polo francano por empresa era inversamente proporcional ao seu porte, isto é, quanto menor o porte da empresa, maior sua produção de máquinas para as indústrias de calçados de Franca-SP.

Além disso, todas elas também fornecem máquinas à outras regiões do Brasil, desde as mais próximas de Franca, como Birigui e Jaú, até as mais distantes, como a do Vale dos Sinos, na região Sul. Neste caso, pode-se observar que quanto maior o porte da empresa, maior sua produção de máquinas e equipamentos para outros polos calçadistas do Brasil, e também maior a quantidade de polos para se exportar. Ou seja, neste caso o porte da empresa é diretamente proporcional à sua produção de máquinas aos outros polos calçadistas do Brasil.

Em relação ao fornecimento às indústrias calçadistas internacionais, constatou-se a mesma relação que a dos outros polos calçadistas do Brasil, onde o porte da empresa é diretamente proporcional ao seu percentual de produção.

Quanto às necessidades do setor calçadista francano, duas das empresas de máquinas afirmaram que estas dependem mais de novas máquinas, enquanto a outra afirmou que elas dependem mais dela para a manutenção de máquinas que eles já possuem.

Todas as empresas confirmaram que as indústrias calçadistas que buscam fornecimento de máquinas com elas demandam melhoria e busca por inovação tecnológica. E afirmaram que participam de eventos, tanto nacionais quanto internacionais, para buscarem novas melhorias e inovações tecnológicas. Duas das empresas disseram proporcionar qualificação aos seus funcionários, por meio de cursos técnicos ou participação em congressos e eventos.

Em relação às vendas, todas as três vendem mais que 60% de seus produtos para empresas calçadistas brasileiras. E confirmaram serem altamente prejudicadas quando o polo calçadista francano encontra-se em crise econômica.

ISBN 978-85-87406-94-1

4.2. Reflexo da Crise Econômica Calçadista no Setor de Máquinas

De modo geral, a situação econômica brasileira encontra-se em um período de baixa produtividade, aumento do desemprego e queda no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em crises econômicas, a diminuição da produtividade ocorre ciclicamente em diferentes setores.

No caso do setor calçadista, a situação não se sucedeu de outra maneira. A tabela a seguir mostra claramente a produção, em milhões de pares de calçados, das indústrias calçadistas do APL francano.

Tabela 2 – Produção Anual de Calçados em Franca-SP (em milhões de pares)

Ano	Pares
2000	32,5
2001	32,5
2002	29,3
2003	28,6
2004	35,5
2005	35,3
2006	33,8
2007	35,0
2008	34,8
2009	32,2
2010	36,0
2011	37,2
2012	37,8
2013	39,5
2014	37,1
2015	34,4

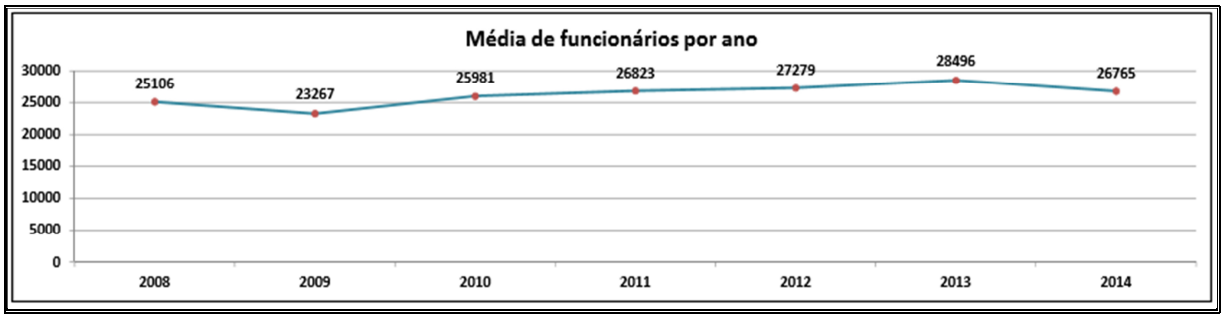
Fonte: Adaptado de SINDIFRANCA. (2015, p. 7).

Na tabela acima, pode-se observar uma queda na produtividade do setor entre 2013 e 2014, e outra queda entre 2014 e 2015. Entre 2013 e 2015, houve uma queda de aproximadamente 5,1 milhões de pares de calçados produzidos.

Para que a produção seja diminuída, se faz necessário um corte de funcionários. A queda de funcionários pode ser evidenciada no gráfico 1, onde compara-se a queda de funcionários com a queda da produção na tabela 2.

Gráfico 1 – Média de Funcionários em Indústrias Calçadistas de Franca-SP

ISBN 978-85-87406-94-1

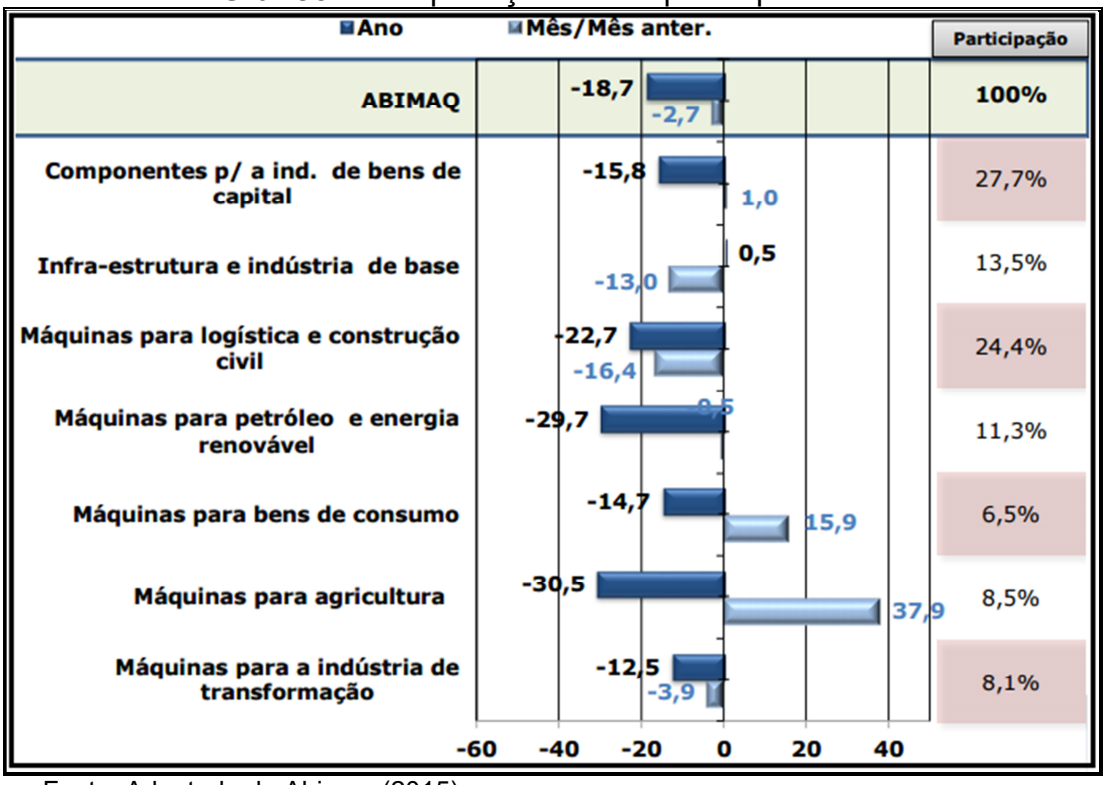


Fonte: Adaptado de SINDIFRANCA (2015, p. 4).

Entre 2013 e 2015, observa-se uma grande queda na produtividade, que impossibilitou a consistência de funcionários e obrigou às indústrias calçadistas a diminuírem a quantidade de funcionários. Os dados de 2015 ainda não estão confirmados, pois a média é realizada no mês de dezembro de cada ano, mas as estimativas propõem uma diminuição de funcionários no setor (SINDIFRANCA, 2015).

Como a crise funciona de modo cíclico, pode-se inferir que, com a queda na produção de calçados, todas as indústrias de base também diminuem suas vendas e, sofrem com a crise igualmente às demais. O gráfico 2 evidencia os efeitos da crise econômica na exportação de máquinas por setor.

Gráfico 2 – Exportação de Máquinas por Setor



Fonte: Adaptado de Abimaq (2015).

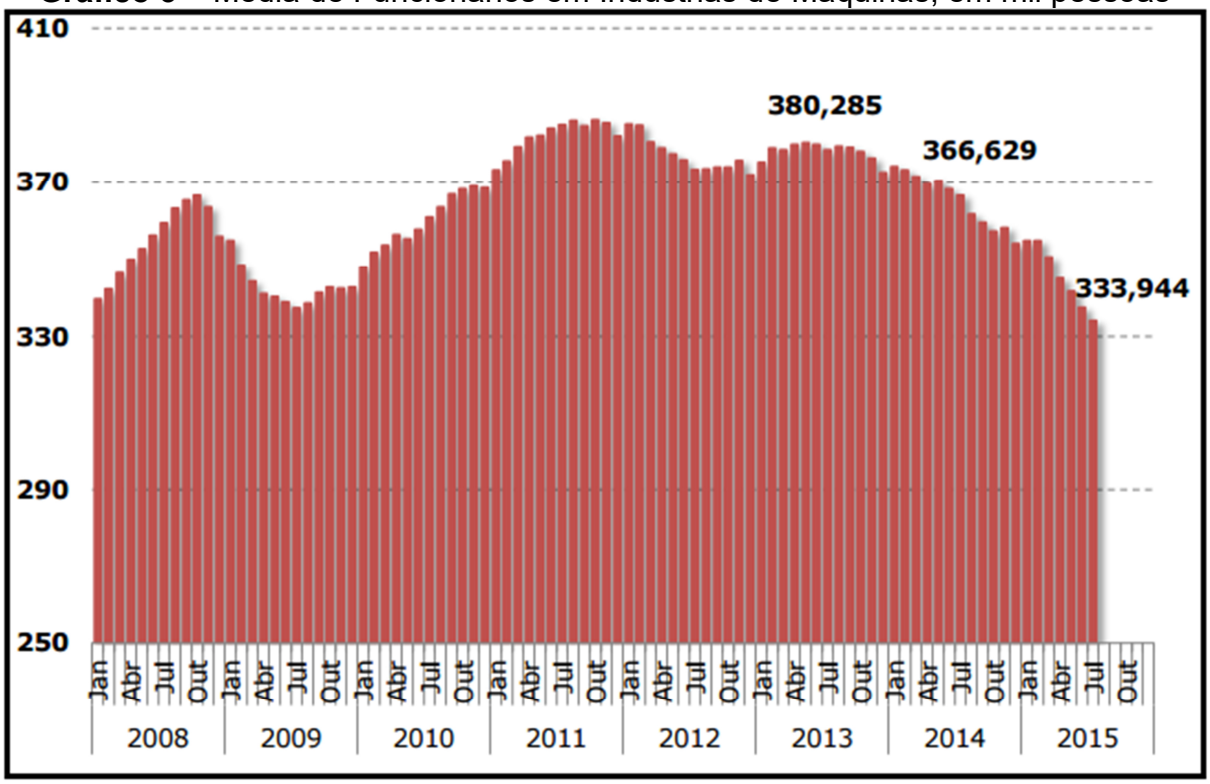
ISBN 978-85-87406-94-1

As máquinas utilizadas para fabricação de calçados estão localizadas no setor de máquinas para bens de consumo. Pode-se observar que elas sofreram uma queda de 14,7% na produtividade em relação ao ano de 2014. Juntas, elas representam 6,5% no total de exportação de máquinas do Brasil.

Vale ressaltar que quase todos os segmentos de máquinas apresentaram uma queda de produtividade com o ano anterior, exceto o setor de Infraestrutura e indústria de base.

Com esta queda de produção, se faz necessário o corte de gastos, neste caso, a demissão de funcionários. Diferente das indústrias calçadistas, que conseguiram manter a equipe de funcionários por anos, as indústrias de máquinas foram obrigadas a cortar a quantidade de funcionários à medida que seu faturamento anual caía. O gráfico 3 exibe a média de funcionários em indústrias de máquinas por ano.

Gráfico 3 – Média de Funcionários em Indústrias de Máquinas, em mil pessoas



Fonte: Adaptado de Abimaq. (2015).

ISBN 978-85-87406-94-1

A partir dos gráficos analisados, pode-se afirmar que o setor de máquinas é mais instável que o setor calçadista, visto que as máquinas dependem de outros setores para produzirem, e, quanto maior a crise nestes setores, maior seu efeito no setor de base, neste caso o de máquinas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo teórico, foi possível identificar a importância do APL calçadista de Franca para sua economia, que só em 2014 gerou cerca de 83 milhões de dólares, e para sua empregabilidade, que, em 2014, contratou 26.765 mil funcionários.

Também pode-se observar uma forte dependência do setor calçadista com outros setores industriais, como o de máquinas, tema de estudo deste artigo. Por causa desta dependência, o APL francano possui todas as indústrias de base fornecedoras para a fabricação do calçado.

Sobre o setor de máquinas, vale ressaltar que, mesmo com a grande quantidade de empresas calçadistas no Brasil, sua maior fonte de recursos origina-se da exportação. Isso ocorre desde a reorganização industrial da década de 1990, que incentivou às indústrias de máquinas a exportarem seus produtos.

Outro fato relacionado à exportação do setor de máquinas relaciona-se com as crises cíclicas que ocorrem. Quando a crise atinge o setor de calçados, as pequenas e microempresas auxiliam as médias e grandes, assegurando a permanência delas neste período.

Com as empresas de máquinas não se verificou esta união. Logo, para se permanecerem neste período necessitam de outros mercados, neste caso o internacional. Os maiores polos cujo setor de máquinas exporta são: a América Latina, a Europa e os Estados Unidos. Em relação à média de funcionários, a queda foi muito maior que a do setor de calçados no período entre 2009-2015.

A partir do estudo teórico e do preenchimento do questionário pelas empresas de máquinas para calçados de Franca-SP, pôde-se observar que o setor de máquinas é fortemente afetado pela crise no setor de calçados. Ademais disso, verificou-se que o desenvolvimento do setor calçadista está condicionado à busca

ISBN 978-85-87406-94-1

do setor de máquinas por inovações tecnológicas e aprimoramento de seus serviços fornecidos.

REFERÊNCIAS

ABIMAQ: Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br>. Acessado em 08 Nov. 2015.

BRAGA FILHO, H. **A reorganização da indústria de calçados de Franca**. Franca: Uni-FACEF, 2000.

CARMO, J. de A. do. **O Comércio no Arranjo Produtivo Local Calçadista de Franca (SP)**. Rio Claro: Unesp, 2012.

CORRÊA, A.R. **O complexo coureiro-calçadista brasileiro.** BNDES Setorial, n. 14. Rio de Janeiro: set. 2001.

ENGLER, H.B.R. **Mentalidades e Trabalho:** *do Local ao Global, Panorama do Calçado Francano*. Franca: Unesp, 2009.

GUIDOLIN, S.M.; COSTA, A.C.R. da; ROCHA, R.P. da. **Indústria calçadista e estratégias de fortalecimento da competitividade**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 31, 2010.

LEMOS, M.E.; MENDES, A.A (Orient.). **Análise Crítica do Arranjo Produtivo Calçadista de Franca/SP e de suas Crises Cíclicas**. Rio Claro: Janeiro, 2009.

MANTOVANI, A. **Procedimentos e modelos para previsão de vendas e determinação de quotas na indústria calçadista:** *proposta e estudo de caso.* São Carlos: Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2011.

PEINADO, J.; GRAEML, A.R. **Administração da Produção (Operações Industriais e de Serviços)**. 1ª edição. Curitiba: UnicenP, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA-SP. **Lista do IPTU das empresas de Franca-SP**. 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** *métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. Recurso eletrônico. 2ª edição. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

SILVA, A. de O.; GARCIA, R. de C (Orient.). **Relações usuário-produtor e aprendizado inovativo em sistemas locais de produção:** *uma análise de interações na indústria de máquinas para calçados e seus usuários*. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2007.

ISBN 978-85-87406-94-1

SILVA, A. de O.; GARCIA, R. de C. **Aprendizado organizacional e criação de competências dinâmicas em empresas de máquinas para calçados**. Rio de Janeiro: XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. São Carlos: ENEGEP, 2008.

*SINDIFRANCA – **Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca** – Mapeamento da Cadeia Produtiva Coureiro Calçadista de Franca e região, 2011. Disponível em: <http://www.sindifranca.org.br/mapeamentodosetor.asp>. Acessado em: 14 Out 2015.*

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; HARLAND, C.; HARRISSON, A.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção.** 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ISBN 978-85-87406-94-1

O PAPEL DO EMPREENDEDOR NO DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA DO COMÉRCIO ATACADISTA

Cecy de Sousa Lucas (Uni-FACEF)
Silvia Alonso y Alonso Bittar Cunha (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos séculos estamos passando por diversas transformações, que vem afetando o mercado de trabalho, provocando alterações na maneira de fazer negócios e com isso veio surgir então o intuito de entender o empreendedor.

O empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor.

O empreendedor é aquele que identifica oportunidades acrescentando os riscos calculados, a iniciativa, a paixão pelo que fazem e a capacidade de maximizar os recursos disponíveis de forma criativa.

Em todo o mundo, o interesse pelo empreendedorismo se estende além das ações dos governos nacionais, atraindo também a atenção de muitas organizações multinacionais.

No Brasil, o empreendedorismo iniciou-se na década de 20 com as novas indústrias que detinham o aval do governo, mas foi em meados da década de 90, que o movimento do empreendedorismo começou a tomar forma.

Em 1950, o setor atacadista/distribuidor foi introduzido por portugueses imigrantes que aqui chegaram.

Atualmente, o comércio atacadista é a unidade empresarial que compra e vende mercadorias para varejistas ou usuários industriais, institucionais e comerciais. Atende mais de um milhão de pontos de venda em todo o país.

Está constantemente passando por transformações sejam elas tecnológicas, econômicas, sociais, políticas, operacionais que podem gerar diversas oportunidades de valor econômico, surgindo à oportunidade do empreendedor e da atividade empreendedora.

ISBN 978-85-87406-94-1

O objetivo do artigo é compreender o conceito de empreendedorismo e sua evolução, discorrer sobre o empreendedor, identificar as principais características comportamentais e atitudes do empreendedor e abordar sobre o comércio atacadista no Brasil como oportunidade empreendedora.

A metodologia aplicada no artigo, de acordo com proposto por Vergara (2000), será quanto aos fins, uma pesquisa explicativa e descritiva, e quanto aos meios será uma pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Serão expostas algumas características de uma população, conceitos de empreendedorismo, além disso, é um estudo sistematizado baseado em livros, artigos, que utilizará de documentos privados de uma empresa na qual será feita um estudo de caso.O estudo de caso foi realizado mediante entrevista com o empreendedor Sebastião, proprietário da empresa Perfranca.

O artigo está estruturado em oito partes da seguinte forma: na primeira parte é abordado sobre a origem do empreendedorismo, e na segunda parte relata o conceito de empreendedorismo. Já na terceira parte e quarta parte abordam sobre o empreendedorismo global e empreendedorismo no Brasil, respectivamente. Na quinta parte, vem tratar das características do empreendedor, na sequência aborda o comércio varejista como oportunidade empreendedora. Posteriormente, tem-se a metodologia do trabalho e o estudo de caso. Nas considerações finais, são discutidos os assuntos abordados.

2. ORIGEM DO EMPREENDEDORISMO

O mundo há muitos séculos, passa por diversas transformações, e isto acontece em períodos curtos de tempo, muitas delas ocorreram no século XX quando muitas invenções modificaram o estilo de vida das pessoas (RONCOLETA, 2011).

As invenções são frutos de inovação, de algo inédito ou de uma nova visão de coisas já existentes, mas que ninguém nunca antes olhou. Existem pessoas ou equipes de pessoas com características especiais que são visionárias, questionam, arriscam, querem algo diferente, fazem acontecer e empreendem (RONCOLETA, 2011).

ISBN 978-85-87406-94-1

Estas mudanças afetaram o mercado de trabalho, provocando alterações na maneira de fazer negócios e surgiu então o intuito de entender o empreendedor (DORNELAS, 2010).

O termo empreendedor já existe de longa data. Desde o final do século XVI, surgiram os primeiros estudos sobre empreendedorismo e foram de pensadores de outras áreas do conhecimento que não a Administração, começou a ser desenvolvido por um grande número de economistas. Foi Cantillon em 1755, que fez a primeira definição de empreendedorismo, definindo como empreendedor alguém que compra um produto por um preço e revende - o por um preço maior, não definido, incerto (FILION, 1999). Ao longo dos anos, foram várias definições feitas a respeito de empreendedorismo.

Ainda hoje não existe uma definição ou um modelo do que o empreendedor vem a ser ou que faz que seja de aceitação geral.

3. CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é uma tradução do termo *entrepreneurship,* de origem francesa quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo (CHIAVENATO, 2007). Foi utilizada a primeira vez com exemplo do Marco Polo, que tentou estabelecer uma rota comercial para o Oriente. Ele assumindo papel de empreendedor assinou um contrato como um homem que tinha dinheiro para vender as mercadorias, correndo riscos físicos e mentais de forma ativa (DORNELAS, 2010).

Para Dolabela (1999), o empreendedorismo é originado da tradução da palavra *entrepreneurship*, palavra francesa utilizada no início do século XII e que designava aquele que incentiva brigas. Para ele, a partir do século 18, essa palavra passou a indicar o indivíduo que criava e conduzia projetos e empreendimentos, significando, hoje os estudos referentes ao empreendedor, ao seu perfil, os seus sistemas de atividades e seu universo de atuação.

Segundo Dornelas (2010), empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor. Além disso, requer a devoção, o comprometimento de tempo e o esforço necessário para

ISBN 978-85-87406-94-1

fazer a empresa crescer e que sejam assumidos os riscos e decisões, apesar de erros e falhas. Ele aplica-se a uma variedade de organizações em seus vários estágios de desenvolvimento.

Schumpeter (1949) *apud* DORNELAS (2010, p.37) fez a primeira definição clássica de empreendedorismo, que diz: “O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”.

De acordo com Drucker (2008), o *entrepreneurship* não é uma arte nem ciência, mas uma prática e uma disciplina.

4. EMPREENDEDORISMO GLOBAL

O empreendedorismo, na maioria dos países, tem sido o centro das políticas públicas. Ele é um fenômeno global por ser foco de interesse de agências internacionais de desenvolvimento, grupos de investimentos, governos centrais e regionais, universidades e instituições empenhadas em desenvolver novas atividades, negócios (BOM ANGELO, 2003). Pode ser observado o crescimento do empreendedorismo nas ações desenvolvidas relacionadas ao tema.

No ano de 2013, a GEM fez uma comparação com relação a mentalidade da população adulta no Brasil com de outros países, com diferentes níveis de desenvolvimento, baseando no Índice Global de competividade que nos mostra que a Alemanha e EUA tem as economias impulsionadas pela inovação, que a China e o México bem como o Brasil são impulsionadas pela eficiência, e por fim a Índia a economia é impulsionada por fatores (GEM,2013).

Outra comparação também realizada entre o Brasil e outros países, é em relação aos potenciais empreendedores, o Brasil mostra-se mais propenso à atividade empreendedora (29,4%) do que os outros países, tendo a Índia (25,5%) e o México (23,5%) chegado mais próximo do percentual brasileiro. E quanto à praticabilidade, embora 50% da população brasileira perceba boas oportunidades na região onde vive e considere que tenha aptidão para explorá-las (52,1%), a propensão ao risco (57,3%) é em geral inferior à da população dos outros países

ISBN 978-85-87406-94-1

(China, EUA, México, Índia) inferior à relatada na pesquisa GEM de 2012 (64,5%), de acordo com GEM,2013.

De acordo com a pesquisa da GEM (2013), o número de empreendedores iniciais brasileiros com alta expectativa de crescimento (5,1%) é um pouco superior aos indianos (3,2%) e aos mexicanos (3,6%), mas bem inferior aos empreendedores da Alemanha (16,4%), da China (15,6%) e dos Estados Unidos (23,3%), no caso dos empreendedores já estabelecidos essas diferenças quase não aparecem. Agora, com relação à expectativa dos empreendedores em gerar empregos esta diferença é menor.

Com relação ao potencial inovador, em 98,8% dos casos o produto não é novo para ninguém, em 99,5% a tecnologia existe há mais de cinco anos. Na Alemanha, por exemplo, em apenas 59% dos casos o produto não é novo para ninguém e, no México, 65% (GEM, 2013).

Em todo o mundo, o interesse pelo empreendedorismo se estende além das ações dos governos nacionais, atraindo também a atenção de muitas organizações multinacionais. A explicação para a focalização desses países no empreendedorismo pode ser obtida ao se analisar o que ocorre nos Estados Unidos (DORNELAS, 2010).

Os Estados Unidos são considerados o maior exemplo de compromisso nacional com o empreendedorismo e o progresso econômico, por que além de centenas de iniciativas dos governos locais e de organizações privadas para encorajar e apoiar o empreendedorismo, o governo gasta centenas de milhões de dólares anualmente em programas de apoio ao empreendedorismo (DORNELAS, 2010).

Hoje são vistos como modelos por outros países, do Canadá à Rússia, do Chile à China que enfatizam a necessidade de empreender para crescer, produzir, comercializar e viver melhor e que visam a aumentar o nível de sua atividade empresarial (BOM ANGELO, 2003). Isso ocorreu com o Reino Unido, que criou em 1999 a Agência de Serviços para Pequenas Empresas, nos moldes do SBA (*Small Business Administration*) americano (DORNELAS, 2010).

ISBN 978-85-87406-94-1

5. EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

O empreendedorismo no Brasil iniciou-se na década de 20, com o surgimento de mais de 4000 indústrias que detinham o aval do governo, com destaque para indústrias dos irmãos Jafet, de Nicolas Scarpa de Rodolfo Crespi e Francesco Matarazzo (FRANÇA, 2006).

Surge na década de 80, com essa expansão industrial no Brasil, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, por iniciativa do professor Ronald Degen a disciplina que se chamava “Novos Negócios”, sendo uma das pioneiras no ensino de empreendedorismo. Neste período o Brasil não tinha informações ou suporte para os empreendedores (DOLABELA, 1999).

Na década de 1990, o movimento do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma, quando entidades como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) foram criadas por que antes disso, praticamente não se falava em empreendedorismo e em criação de pequenas empresas (DORNELAS, 2010).

O SEBRAE tem como finalidade informar e dar suporte necessário para a abertura de uma empresa, bem como acompanhar através de consultorias seu andamento, solucionando pequenos problemas do negócio (FRANÇA, 2006).

A SOFTEX foi criada para ampliar o mercado das empresas de software através da exportação e incentivar a produção nacional, para isso foram desenvolvidos projetos para a capacitação em gestão e tecnologia dos empresários de informática (FRANÇA, 2006).

Em 1999, com crescente ênfase para pesquisas relacionadas ao empreendedorismo no meio acadêmico, despertou discussões a respeito do tema no país também a criação de programas específicos voltados ao público empreendedor, como foi o caso do programa Brasil Empreendedor do Governo Federal, teve como meta inicial a capacitação de mais de um milhão de empreendedores brasileiros na elaboração de planos de negócios, visando à captação de recursos junto aos agentes financeiros do programa (DORNELAS, 2010).

No período de 1990 a 1999, dados do SEBRAE mostram que foram constituídas no Brasil 4,9 milhões de empresas, dentre as quais 2,7 milhões são

ISBN 978-85-87406-94-1

microempresas. Ou seja, mais de 55% das empresas criadas nesse período são microempresas (DORNELAS, 2010).

No Brasil e no mundo, um fato que chamou a atenção dos envolvidos com o movimento de empreendedorismo foi o resultado do relatório executivo de 2000 do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2000), onde o Brasil apareceu como o país que possuía a melhor relação entre o número de habitantes adultos que começam um novo negócio e o total dessa população: 1 em cada 8 adultos (FRANÇA,2006).

No relatório Endeavor Brasil (2013) constam os resultados da pesquisa sobre a atividade empreendedora no Brasil, que evidenciam a percepção do brasileiro sobre empreendedorismo e empreendedores como positiva e otimista. Cerca de 90% dos brasileiros acreditam, por exemplo, que “empreendedores são geradores de emprego”, no entanto, a possibilidade de falência ocupa segundo lugar no que se refere à opinião dos brasileiros sobre principais riscos da decisão de abrir negócio próprio.

Segundo o relatório GEM (2013), a Taxa Total de Empreendedores envolvidos com algum tipo de empreendimento, seja ele, nascente, novo ou estabelecido correspondeu a 32,3%, o que significa que cerca de 40 milhões de brasileiros estavam empreendendo no período pesquisado.

A pesquisa GEM (2013) foi voltada para a população de 18 a 64 anos, foram avaliadas na pesquisa condições que afetam o empreendedorismo, ela atribui como fatores favoráveis: acesso ao mercado 32,1%, normas culturais e sociais 44,4%; e políticas governamentais 29,6%, sendo que normas culturais e sociais são consideradas relativamente mais importantes no Sudeste e no Sul. Por outro lado, como fatores limitantes, a pesquisa GEM apontou políticas governamentais 80,2%, apoio financeiro 44,4%, e, educação e capacitação 40,7%.

Nota-se que as políticas governamentais aparecem tanto como fator favorável quanto limitante. No entanto, o percentual deste fator como limitante (80,2%) é significantemente maior do que quando é apontado como fator favorável (29,6%). Os especialistas quando indicam esse fator como favorável, abordam principalmente as leis e estruturas criadas pelo governo para as micro e pequenas

ISBN 978-85-87406-94-1

empresas. Quando indicam como limitante, estão falando de impostos, burocracia e complexidade dos processos (GEM, 2013).

6. EMPREENDEDOR

O conceito de empreendedor veio evoluindo com o passar dos anos, acompanhando as transformações econômicas. Sua definição passa por diversos aspectos, dependendo da abordagem conceitual adotada (MINELLO, 2012).

Para Filion (1999), o empreendedor é uma pessoa criativa, que tem capacidade de delimitar e atingir objetivos e que está sempre atento as oportunidades do ambiente e toma decisões moderadamente.

Dornelas (2010) no conceito de empreendedor, ele evidencia a identificação de oportunidades acrescentando os riscos calculados, a iniciativa, a paixão pelo que fazem e a capacidade de maximizar os recursos disponíveis de forma criativa.

De acordo com Hisrich (2008), é considerado o empreendedor aquele indivíduo que alia sua experiência ao seu conhecimento, buscando otimizar os recursos existentes para transformar ou inovar uma situação prática, aceitando as consequências de suas ações e assumindo os riscos necessários.

Para Chiavenato (2007), o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente. É a pessoa que tem tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. São aqueles que fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico. Essa definição não é para apenas os fundadores de empresas, mas para os membros da segunda ou terceira geração de empresas familiares e os gerentes-proprietários, que compram empresas já existentes de seus fundadores.

Schumpeter *apud* DORNELAS (2010, p. 37) diz que “O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”.

ISBN 978-85-87406-94-1

Várias definições existem para o termo empreendedorismo, e alguns aspectos sempre estarão presentes em todas elas, principalmente no que diz referentes ao empreendedor (MENDES, 2012):

- iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz;
- utilização de recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico;
- saber correr riscos calculados e a possibilidade de fracassar.

Para Mendes (2012), o empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização.

Drucker (2008) cita que qualquer pessoa que tenha uma decisão a tomar pode aprender a ser um empreendedor e ser comportador empreededorialmente. O empreendedor, ou seja, o espírito empreendedor não é um traço de personalidade e sim um comportamento, e suas bases são a teoria e os conceitos, e não a intuição.

7. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDEDOR

Atualmente, não existe, um consenso sobre o perfil do empreendedor e suas características comportamentais.

Chiavenato (2007) cita que de acordo com o McClelland para ser um empreendedor bem-sucedido, deve possuir ou desenvolver as seguintes características: ter iniciativa, ser perseverante, ter comprometimento, buscar qualidade e eficiência, buscar oportunidades, ter coragem para assumir riscos, ser versátil, ser autoconfiante, independente, inteligente e perceptível.

Além disso, para ser bem sucedido Chiavenato comenta que o empreendedor precisa ter vontade de trabalhar, facilidade de comunicar, ser organizado, gostar daquilo que faz, deve ter boas relações interpessoais, deve assumir responsabilidades e deve tomar decisões.

Segundo Morais (2000), alguns nascem empreendedores, outros têm que se esforçar, mas nem todos os que se esforçam conseguem chegar lá. Algumas qualidades e valores acompanham um empreendedor durante toda sua vida, outros são adquiridos com a experiência.

ISBN 978-85-87406-94-1

Para Dornelas (2010), as características do empreendedor consideradas como próprias são qualidades do administrador e outras são acrescidas a fatores sociais e ambientais, e elas dão suporte para criar um novo negócio. O autor cita que além das características dos administradores, os empreendedores devem ser visionários; tomar decisões, fazer a diferença; saber explorar ao máximo as oportunidades; ser determinados e ter dinamismo; terem dedicação; serem otimistas e ter paixão pelo que fazem; independência e construir o próprio destino; ficar rico; líder e formador de equipes; ser bem relacionado; organizado; planejamento; possuir conhecimento, saber assumir riscos calculados e criar valor para a sociedade (SOUZA, 2013).

Para Chiavenato (2007) existem três características básicas identificam o espírito empreendedor:

Necessidade de realização: as pessoas apresentam diferenças individuais quanto à necessidade de realização. Os empreendedores apresentam elevada necessidade de realização em relação às pessoas da população em geral. Em muitos casos, o impulso empreendedor torna-se evidente desde cedo, até mesmo na infância.

Disposição para assumir riscos: o empreendedor assume variados riscos ao iniciar seu próprio negócio: riscos financeiros decorrentes do investimento do próprio; riscos familiares ao envolver a família no negócio; riscos psicológicos pela possibilidade de fracassar em negócios arriscados. McClelland verificou que as pessoas com alta necessidade de realização também têm moderadas propensões para assumir riscos. A preferência pelo risco moderado reflete a autoconfiança do empreendedor.

Autoconfiança: quem possui autoconfiança sente que pode enfrentar os desafios que existem ao seu redor e tem domínio sobre os problemas que enfrenta. As pesquisas mostram que os empreendedores de sucesso são pessoas independentes que enxergam os problemas inerentes a um novo negócio, mas acreditam em suas habilidades pessoais para superar tais problemas.

O comportamento empreendedor, segundo Dornelas (2010) “está intimamente ligado com uma orientação para a ação, pensando de forma diferente, buscando incessantemente novas oportunidades para o negócio, criando algo novo

ISBN 978-85-87406-94-1

e entendendo como essas novas oportunidades poderão trazer lucros para a organização".

Segundo Drucker (2008), os empreendedores precisam buscar as fontes de inovação, as mudanças e seus sintomas que indicam oportunidades para que a inovação tenha sucesso e para isso os empreendedores têm que terem conhecimento profundo sobre os princípios da inovação.

8. COMÉRCIO ATACADISTA E A OPORTUNIDADE DE EMPREENDEDORISMO

Em meados da década de 1950, o setor atacadista/distribuidor foi introduzido no Brasil, por portugueses imigrantes que aqui chegaram. Inicialmente, os imigrantes exerciam suas vendas em caixas de madeira (caixeiro-viajante) vendendo de porta em porta, ou apenas em pequeno varejo, posteriormente surgiu o atacado de balcão (estabelecimentos com equipes de vendedores internos preparados para atender os clientes), no qual o cliente varejista ou mesmo atacadista regional se abastecia dos produtos necessários para sua região (ABAD - Revista de Distribuição, 2014).

Os agentes de distribuição, como estavam espalhados por todo o país, atuando sob os mais variados modelos de negócios, levavam crescimento a todas as regiões, abastecendo desde grandes capitais até os mais distantes vilarejos (ABAD - Revista de Distribuição, 2014).

Entre 1956 e 1960, com crescimento do Brasil e com o surgimento de cidades cada vez mais distantes das capitais, percebeu-se a oportunidade de um nicho de mercado, onde muitos atacadistas saíram de trás do balcão e passaram a atender o varejista em seu ponto de venda. Partindo de um único veículo carregado com mercadorias à constituição de uma frota de caminhões (ABAD - Revista de Distribuição, 2014).

Este modelo pré-venda foi ganhando espaço e alguns avanços, os vendedores visitam os clientes, anotam os pedidos, posteriormente serão entregues, com a maior agilidade. O modelo existe até hoje só que atualmente os profissionais é mais que um vendedor, é um verdadeiro consultor do cliente varejista (ABAD - Revista de Distribuição 2014).

ISBN 978-85-87406-94-1

As primeiras grandes empresas do setor surgiram nas principais capitais brasileiras que, apesar de atuarem basicamente na forma de balcão, já possuíam vendedores cobrindo o interior do país, realizando negócios e enviando as mercadorias aos seus clientes por meio de transporte ferroviário (ABAD - Revista de Distribuição, 2014).

Na década de 80, as empresas do setor atacadista/distribuidora possuíam grandes frotas e estavam presentes em todo o Brasil e faturavam mais. Porém faltava organização, algum órgão que representasse o setor, foi assim que surgiu a ABAD (Associação Brasileira de Distribuição) quando um grupo de empresários do setor atacadista resolveu somar forças para dar origem à sua entidade de classe (ABAD - Revista de Distribuição, 2014).

A ABAD se dedica ao aperfeiçoamento da relação entre agentes de distribuição, indústria e varejo, o tripé sobre o qual se mantém o sistema nacional de abastecimento de produtos industrializados. Tem como princípios atuar nacionalmente e fomentar a criação de entidades regionais, representando e defendendo os interesses das empresas atacadistas e distribuidoras; buscar o desenvolvimento e aperfeiçoamento do setor; envolver-se ativamente nas discussões importantes para os associados; e atuar para estreitar as relações entre indústria, agentes de distribuição e varejo. A ABAD está presente nos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal (ABAD - Revista de Distribuição, 2014).

Para Barrizzelli, o setor passou por três fases distintas em relação às vendas. Com a estabilidade econômica, teve-se a necessidade de mudanças nos procedimentos de trabalho, assim o atacadista passou a ser um prestador de serviços de distribuição. Hoje o objetivo das empresas não é mais armazenar mercadorias, e lucrar com vendas de produtos, mas sim, agregar serviço e distribuição (ABAD - Revista de Distribuição, 2014).

O setor atacadista/distribuidor é composto por empresas que percorrem o país e abastecem a população, e constantemente enfrentam desafios e dificuldades, tais como: as estradas precárias, riscos de assaltos e roubo de cargas, manutenção de frotas, perdas, altos custos operacionais, créditos restritos e o eterno peso da carga tributária entre outros (TUPY, 2006).

ISBN 978-85-87406-94-1

As empresas atacadistas/distribuidoras para atenderem as necessidades do pequeno varejo, adotaram novos e modernos procedimentos no processo de compra e venda de mercadorias: investindo em tecnologia, valorizando informações para atender a evolução do mercado, possibilitando a diversificação de produtos adequados, preparando o pequeno varejista para o mercado competitivo e oferecendo diferentes condições de financiamento, entre outros serviços (TUPY, 2006).

Para Associação Brasileira Distribuidora - ABAD a indústria sempre busca a evolução dos seus atacadistas, ou seja, que além de distribuir seus produtos, sejam capazes de realizar trocas de produtos, que façam ponto de venda e avalie o mix do varejista; porém se o atacadista assim o fizer além de, vender, distribuir, adicionar serviços de troca de mercadorias e arrumação de gôndola, vai se transformar gradativamente em distribuidor, que só atende um número limitado de fabricantes (TUPY, 2006).

As empresas atacadistas/distribuidoras têm como meta sempre atender a um aumento da demanda e vender mais, com investimentos em novas áreas de armazenagem, melhorando o desempenho no atendimento aos pequenos varejistas (XAVIER, 2010).

O setor atende, hoje, a mais de um milhão de pontos de venda em todo o País. O pequeno varejo independente é o principal cliente do segmento. De acordo com a consultoria Nielsen, 95% desses estabelecimentos são abastecidos por empresas atacadistas e distribuidoras, assim como 40% do médio varejo (ABAD - Revista de Distribuição, 2014).

Há nove anos consecutivos, o setor atacadista e distribuidor são responsáveis pelo abastecimento de mais 50% do mercado brasileiro, o que equivale a 5% do PIB nacional. O setor também vem crescendo, de forma consistente, a taxas acima do PIB (ABAD - Revista de Distribuição, 2014).

O setor atacadista possui diversas funções no canal de distribuição, podemos citar: fornecer cobertura do mercado, fazer o contato de vendas, manter os estoques, fracionar a quantidade de produtos, distribuir os produtos, oferecer suporte ao cliente, aumentar a eficiência do canal e dar crédito e auxílio financeiro (HSIEN, 2011).

ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo Kotler (1999) atacadista é a unidade empresarial que compra e vende mercadorias para varejistas ou usuários industriais, institucionais e comerciais.

De acordo com Hsien (2011), o atacadista é uma instituição que compra e revende mercadorias a varejistas e a outros comerciantes e/ou estabelecimentos industriais, mas que não vende, em pequenas quantidades, a consumidores finais. Churchill e Peter (2000) complementam, ainda, que os atacadistas criam valores para fornecedores e para clientes, realizando funções de distribuição. Por isso, os atacadistas também são chamados de distribuidores (HSIEN, 2011).

Existem, no Brasil, três categorias de comércio de atacado, segundo ABAD:

- O atacado distribuidor, que entrega a mercadoria diretamente no estabelecimento do varejista, através de estrutura logística que lhe confere vantagens em relação à própria indústria, quando se trata de atender a clientela de pequenos varejistas regionalmente dispersam.
- O atacado de auto-serviço, que funciona como um hipermercado para os pequenos varejistas; e
- O atacado de balcão, a modalidade mais tradicional, que vem perdendo fortemente espaço, tanto no Brasil quanto em outros países.

O setor atacadista é considerado o principal canal de abastecimento do pequeno varejo. É o canal de acesso para a população de baixa renda consumir algo, e também é o canal para locais que não há interesse por parte das empresas do setor. Por isso, as empresas atacadistas têm uma importância no processo de distribuição, principalmente aos bens de consumo de alimentação, higiene e limpeza, entre outros (XAVIER, 2010).

A atividade atacadista passou por uma reestruturação nas últimas duas décadas, redefinindo vínculos na cadeia de suprimentos, organizando lugares e regiões de atuação da atividade, redefinindo as redes e fluxos no território nacional (XAVIER, 2010). Ela pretende viabiliza uma distribuição mais capilar ao atingir inúmeros pequenos pontos de venda varejista, através de sistema mais eficaz (XAVIER, 2010).

O segmento hoje, responde, pelo abastecimento de mais de um milhão de pontos de venda em todo o Brasil, com faturamento de acordo com o Ranking

ISBN 978-85-87406-94-1

ABAD/Nielsen 2014 (ano base 2013) de fazer inveja ao orçamento de muitos municípios brasileiros. Com alta real de 4,4% ou, 2,1% acima do PIB nacional, no ano passado, o setor atacadista distribuidor faturou nada menos do que R$ 197,3 bilhões. Indica que o setor atacadista distribuidor responde por 52% do mercado mercearil nacional. É no mercado mercearil que se encontram os produtos de uso comum das famílias, como alimentos, bebidas e itens de limpeza, higiene e cuidados pessoais (ABAD - Revista de Distribuição, 2014).

A cidade de Uberlândia (MG) tem se destacado como um pólo atacadista distribuidor de âmbito nacional. Em 2005, era sede de seis dos 10 maiores atacadistas do país, destacando Martins, a ARCOM e Megaforte (XAVIER, 2010).

A cidade de Anapólis (GO) é outro exemplo, fica localizada entre Goiânia e o Distrito Federal, tem como foco a especialização produtiva voltada a logística de distribuição de produtos industrializados (XAVIER,2010).

Outros pólos tendem se formar a partir de ações conjuntas do poder público, empresas privadas, entre outros (XAVIER, 2010).

Atualmente, as empresas que já estão estabelecidas saem melhor na exploração de uma oportunidade do que as novas empresas. Por elas estarem a algum tempo, desenvolvem diversas vantagens sobre as novas, podemos citar algumas: vantagem da curva de aprendizagem, que aumenta a sua capacidade de introduzir novos produtos ou serviços, conquistar novos mercados, de organizar de maneira diferente, além disso, tem reputação, favorecendo fazer negócios com clientes e fornecedores. Têm acesso a recursos complementares na comercialização e na distribuição, que são necessários para explorar oportunidades (BARON, 2007).

9. METODOLOGIA

A pesquisa realizada nesse trabalho, tendo em vista os objetivos almejados e os processos realizados, caracteriza-se, segundo citações apresentadas por Vergara (2000), quanto aos fins: uma pesquisa descritiva, que irá expor algumas características de determinada população no caso o empreendedor, e explicativa que tem como principal objetivo esclarece os fatores que contribuem através de realização de entrevista com empresário do setor atacadista.

ISBN 978-85-87406-94-1

Quanto aos meios: será uma pesquisa bibliográfica que é um estudo sistematizado baseado em livros, artigos; e será documental que utilizará de documentos privados de uma empresa na qual será feita um estudo de caso.

Essa metodologia consiste em um importante recurso prático baseada em evidências. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário conforme Apêndice A. A entrevista teve como objetivo obter informações de um empreendedor, e conhecer suas características e peculiaridades na condução do seu negócio.

9.1. Coleta de Dados

No mês de maio de 2015, foi realizada uma entrevista com Sebastião empreendedor na área de comércio de comércio atacadista da cidade de Franca/SP, possui Ensino Médio Incompleto, já trabalhou como balconista em farmácia, vendedor em comércio atacadista em São Paulo. Atualmente tem como parceiros no negócio os filhos e o genro.

10. ESTUDO DE CASO

A empresa Perfranca, situada na cidade de Franca/SP, atua como comércio atacadista de cosméticos, perfumaria e artigos farmacêuticos. Foi fundada na década de 90, pelo empreendedor Sebastião, onde começou a trabalhar na sua residência sem ajuda de ninguém.

O empreendedor Sebastião, nascido e criado no interior de Minas Gerais, pode ser considerado como um empreendedor típico. Ele quase não teve estudo, fez até o 4º ano do Ensino Fundamental, não concluindo os estudos até o Ensino Médio.

Desde cedo, começou a trabalhar, por muitos anos no balcão de farmácia como atendente. Posteriormente na década de 1978, foi trabalhar na Casa Leal em São Paulo, uma distribuidora, exercendo o cargo de vendedor, onde vendia cosméticos e acessórios farmacêuticos.Trabalhou neste segmento por mais de 15 anos, adquirindo experiência no ramo, mas devido a falência da empresa, o empreendedor ficou desempregado.

ISBN 978-85-87406-94-1

A partir do desemprego, surgiu a necessidade de trabalhar em algo, e veio a ideia de desenvolver o próprio negócio visto que ele já tinha um pouco de experiência no ramo e viu que não tinha nada deste segmento na cidade de Franca/SP, depois abriram-se outros que vieram de fora.

Nos anos 90, o empreendedor Sebastião com a necessidade que ele tinha mais a força de vontade e coragem – ele abriu o seu próprio negócio que era no fundo da própria residência e ele fazia tudo sozinho não tinha auxiliares.

No início, ele buscava mercadorias em São Paulo e ia vendendo de porta em porta nas farmácias, que sempre foi seu foco principal. Ele carregava seu automóvel de mercadorias e saia vendendo pela cidade, esse procedimento durou algum tempo.

Com o decorrer dos meses e com a evolução do atendimento, ou seja, foi aumentando o número de clientes. A partir disso, ele iniciou as compras diretamente com os fornecedores, visto que ele já tinha contato com os mesmos, por conta de sua experiência anterior.

Durante o decorrer dos anos, sua filha veio ajudar no negócio e logo depois veio o outro filho. Após 10 anos aproximadamente, a empresa transferiu-se para um barracão de propriedade do empreendedor, onde está até os dias atuais.

Tudo que o empreendedor obteve para construir o barracão e mesmo iniciar o negócio foi graças ao período em que ele trabalhou em São Paulo onde ele pode fazer uma espécie de reserva para que no futuro próximo pudesse adquirir algum bem necessário, no caso ele adquiriu terreno, construiu o local para a empresa vir a funcionar, e mesmo no início foi com esta reserva que comprava mercadorias.

Atendendo inicialmente poucos clientes, a empresa conta hoje com uma média de 200 clientes/mês, entre eles grandes redes – esta operando com 3 funcionários, fora o dono do negócio, sendo que todos fazem um pouco de tudo, exceto financeiro e compras.

O empreendedor desde o início não utilizou uma estrutura de planejamento estratégico ou um plano de negócios.Grande parte dos negócios relacionados a finanças, compras e administração no geral fica sob responsabilidade dele, sem compartilhar com as demais pessoas da organização.

ISBN 978-85-87406-94-1

Do início até os dias atuais, podemos dizer que apresentou uma evolução com relação ao número de clientes, mesmo em variedades de produtos, e até mesmo na parte de tecnologia da empresa, que antes fazia tudo manualmente e agora de uns anos para cá houve implantação de computadores– favorecendo alguns controles internos.

A atividade empreendedora ocorre em várias etapas tais como: identificar e avaliar a oportunidade; desenvolver o plano de negócios; determinar e captar os recursos necessários e gerenciar a empresa criada, segundo Dornelas (2010). Embora essas etapas sejam sequenciais não importa se uma não for concluída para que a outra comece. De acordo com o empreendedor Sebastião, ele passou por elas identificando a oportunidade na cidade de Franca para abrir a empresa, captou os recursos necessários e atualmente ele gerencia o negócio, sendo que o plano de negócios não foi desenvolvido.

Com relação ao planejamento estratégico futuro, o empreendedor relatou que devido a forte concorrência no mercado esta sendo muito forte, isso faz com que ele não tenha ânimo para crescer, não tenha vontade de empreender. Para ele a maneira como a empresa está e devido ao fator idade, ele argumenta que a situação da empresa esta dando para sobreviver, quitar as contas e manter a família, no entanto existe a possibilidade de sucessão.

O empresário relata a necessidade de só gastar o que tem, investir quando o dinheiro estiver realmente disponível e procurar pautar-se por um comportamento moderado.

Quando se fala em sucessão da empresa para os próximos, ele espera que os filhos e mesmo o genro possam dar continuidade no segmento da empresa, mas que não tem nenhum plano futuro para o crescimento do mesmo.

Uma das grandes razões por ele indicadas como responsável para seu começo como empreendedor foi a necessidade que surgiu em decorrência do desemprego.

De acordo com a GEM (2013), os empreendedores por necessidade são aqueles que iniciam um procedimento autônomo por não possuírem melhores opções de ocupação, abrindo um negócio a fim de gerar renda para si e suas famílias. Já os empreendedores por oportunidade são os que identificaram uma

ISBN 978-85-87406-94-1

chance de negócio e decidiram empreender, mesmo possuindo alternativas de emprego e renda. No caso do empreendedor Sebastião, foi o empreendedorismo por necessidade visto que ele ficou desempregado e precisava sustentar uma família, gerar renda e através dessa necessidade ele identificou uma oportunidade.

No Brasil, nos últimos anos de acordo com a GEM (2013) o perfil do empreendedor tem se alterado significativamente. O país vem passando por uma transição de um número maior de empreendedores por necessidade para uma maioria de empreendedores que encontra oportunidades de negócio antes de iniciar um empreendimento.

Em 2013, a proporção de empreendedores por oportunidade no Brasil foi de 71,3%, um percentual expressivo. Em termos gerais, observa-se que a proporção de empreendedores por oportunidade na composição da TEA do Brasil vem apresentando pequenas variações de 2010 a 2014. O empreendedorismo por oportunidade continua sendo uma alternativa para milhões de brasileiros (GEM,2013).

A atividade empreendedora pode-se manifestar em períodos muitos diferentes da vida de uma pessoa, dependendo não só de uma situação econômica, mas também do grau de amadurecimento do indivíduo, do surgimento de boas oportunidades ou simplesmente da união da ousadia com vontade de crescer.

Sua experiência mostra como uma boa ideia, partindo basicamente de observação e aprendizado dos próprios erros, acabou inovando o conceito de comercialização de artigos farmacêuticos, no interior do estado de São Paulo, na cidade de Franca.

Quando se fala em empreendedorismo, temos que citar sobre a importância de uma boa gestão empreendedora bem como o processo de inovação, o quão é importante estes assuntos no princípio de continuidade de uma empresa.

Como já foi argumentado, o empreendedor é aquela pessoa que inicia ou que desenvolve o negócio e que se arrisca a perder o capital nele aplicado, e os anos de intenso esforço, e isto vem gerar dúvidas de como enfrentar e iniciar o novo negócio (CHIAVENATO,2007). Como foi o caso do empresário Sebastião que investiu todo o seu capital no negócio e que no caso foi bem sucedido, só que isso atualmente gera um pouco de receio quando se fala em ampliar o negócio.

ISBN 978-85-87406-94-1

Daí vem a importância de ter um plano de negócios e um planejamento estratégico para prever os cenários futuros e possíveis problemas e soluções, proporcionar condições racionais para que a empresa seja organizada e dirigida com base em certas hipóteses a respeito da realidade atual e futura (CHIAVENATO,2007). Além disso, um dos principais fundamentos do processo de formação de empreendedores é o desenvolvimento de longo prazo (LENZI,2009). Baseado no empresário pode-se dizer que trata-se de um empreendedor com perfil conservador, ou seja, ele não faz planejamento a longo prazo como a teoria propõe, o empresário trabalha para obter resultados para o curto prazo e nada a longo prazo.

Só que os empreendedores tendem a negligenciar o estágio de planejamento, seja por pressa para iniciar o novo negócio, ou mesmo pela descrença no instrumento ou mesmo falta de informação sobre como elaborar um plano de negócios, foi o caso do empresário Sebastião que às vezes por falta de informação ou mesmo descrença a respeito nunca quis utilizar (CHIAVENATO,2007). O plano de negócio permite melhores condições para planejar, organizar, dirigir, avaliar e controlar o negócio.

O empreendedor de visão deverá esta constantemente se renovando em todos os aspectos de negócios, visto que os mercados estão em constantes mudanças e numa velocidade muito rápida, estão acelerados e a tendência é a de que passem a ocorrer com um intervalo cada vez menor. Por isso, cabe o empreendedor ficar sempre atento ao que acontece diariamente e buscar um planejamento estratégico, para que consiga obter o maior número possível de cenários para que não haja surpresas desagradáveis ao longo da trajetória da empresa (LENZI,2009).

O empresário Sebastião vem observando todas essas mudanças, as evoluções tanto positivas quanto negativas, mas por ter um perfil conservador, ele comenta que é melhor trabalhar da maneira que esta sem arriscar muito, prefere ficar mais centrado.

O empreendedor só terá sucesso se tiver uma visão de mercado realmente diferenciada, por que os que ainda pensam como no passado são muito passivos e esperam os acontecimentos do mercado para tomar alguma decisão

ISBN 978-85-87406-94-1

posteriormente (LENZI, 2009), como é o caso do empresário que tem os princípios e valores voltados para o passado.

Só que para lidar com essa nova mudança, os empresários e mesmo os empreendedores que tem uma cultura diferente dessa é mais difícil operar mudanças em curto espaço de tempo.Portanto, no caso do empresário que esta a frente da empresa deve esta pensando nessa nova visão para manter a empresa competitiva e dentro das exigências de mercado com uma visão de longo prazo (LENZI,2009), que não é o caso do Sebastião que vê o futuro próximo, mas trabalha pensando em resultados a curto prazo.

Além disso, a empresa precisa estar constantemente aberta e atenta ao que acontece ao seu redor, para poder perceber e interpretar as mudanças que ocorrem em seu ambiente, particularmente no ambiente de tarefa (CHIAVENATO,2007), ter a cabeça voltada para o novo e com visão de futuro (LENZI,2009).

Chiavenato (2007), relata que empreendedorismo não trata apenas a criação de novos produtos ou serviços, mas, sim, inovações em todos os âmbitos do negócio – enfim, uma grande variedade de aplicações inovadoras. Que o empreendedorismo e a inovação são importantes para pequenas e grandes empresas, bem como para investimentos iniciais, quando elas competirem no cenário competitivo do século XXI.

De acordo com Drucker (2008), a inovação é a função específica do empreendedorismo, seja em um negócio existente, em uma instituição pública, ou em um novo empreendimento iniciado por um único indivíduo e que ela é o meio pelo qual o empreendedor cria novos recursos produtores de riqueza ou dota recursos existentes com um maior potencial para criar riqueza.

Pode-se dizer que o empresário Sebastião empreendeu com inovação e dinamismo no negócio, no entanto, nos dias atuais ele não vem dando prioridade para estes processos, porém é importante observar que para uma empresa que tem sucessão é fundamental que ela mantenha-se proativa e viva.

Sem a visão empreendedora, provavelmente, a empresa não conseguirá sobreviver ou dar continuidade para liderar os novos processos de mudança no mercado, pois o dilema do crescimento sempre existiu e continuará a

ISBN 978-85-87406-94-1

fazer parte do dia-a-dia das organizações, e isso irá pressionar ainda mais as organizações na busca de melhores resultados (LENZI,2009).

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo menciona diversos conceitos sobre o empreendedorismo abordando a origem e sua evolução no mundo e no Brasil, bem como sobre o empreendedor e suas características focando na oportunidade do empreendedorismo no comércio atacadista.

Observa-se que o empreendedorismo possui raízes importantes em diversas áreas, sendo uma delas área de negócios, onde busca entender como as oportunidades para criar novos produtos ou serviços surgem e são descobertas ou criadas por pessoas especificas, e que o empreendedor tem o papel importante de reconhecer uma oportunidade para desenvolver um novo mercado, criar algo inovador.

Além disso, que o comércio atacadista esta constantemente passando por transformações sejam elas tecnológicas, econômicas, sociais, políticas, operacionais e isso pode gerar diversas oportunidades de valor econômico. Oportunidades que são vistas como favoráveis pela sociedade. A novidade é, perceber os fatores que estão em constante mudanças, que estão gerando novas oportunidades, e pode uni-los para criar uma ideia de algo novo.

Porém, as empresas de hoje, especialmente as grandes, estão com muitas dificuldades de sobreviver neste período de rápidas mudanças e inovação, por não terem uma competência empreendedora, vindo surgir a necessidade e oportunidade do empreendedor.

Através do estudo de caso pode-se dizer que o empresário Sebastião é um empreendedor por apresentar vontade de trabalhar a todo momento desde a sua adolescência até os dias atuais, pois um empreendedor de sucesso nunca se acomoda, mantém sempre dinâmico.

Além disso, tem facilidade de comunicar, gosta daquilo que faz, toma as decisões de acordo com seus princípios e valores, assumir responsabilidades e desafios. E o mais importante o empreendedor é aquele que transforma idéias em

ISBN 978-85-87406-94-1

realidade e faz as coisas acontecerem e foi isso que ele fez quando identificou a oportunidade do negócio e soube correr riscos e teve persistência.

Com isso, pode-se concluir que o empreendedor com todo o seu potencial é de fundamental importância dentro do comércio atacadista, tanto para o crescimento e aprimorando, como para as inovações da empresa.

O empreendedor com todo o seu potencial de criar algo novo, de reconhecer a oportunidade poderá esta ajudando no desenvolvimento de novos mercados, novos processos de produção, bem como novas formas de organizar as tecnologias existentes e as pré – existentes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO – ABAD. Disponível em: <www.abad.com.br>. Acesso em: 27 de março de 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO – ABAD- Revista Distribuição, Ranking 2014. Acesso em: 27 de março de 2015.

BARON, Robert A.; SCOTT A. Shane. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BOM ANGELO, Eduardo. **Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença.** 2. ed. Rio de janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. 6. ed. São Paulo: Cultura, 1999. 280 p.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios.** 7 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

FILION, Louis Jacques. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abril/jul.1999.

FRANÇA, Cleber Alves; SILVA, Dauria Bezerra. **Análise das principais características dos empreendedores de sucesso no Brasil.** 2006,44 f.(Trabalho Interdisciplinar -MBA GESTÃO EMPRESARIAL – LATU SENSU). Universidade Cruzeiro do Sul / Mercatus, São Paulo, 2006.

ISBN 978-85-87406-94-1

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**.Relatório global.Pesquisa GEM no Brasil. 2013.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo.** 7ª Ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

HSIEN, Huang Wen, Matheus A. Cônsoli e Antônio C. Giulian. **Aspectos sobre a decisão de Canais no Pequeno Varejo: A Escolha entre o Atacado e o Atacarejo.** Rev. Administração. UFSM, Santa Maria, v. 4, n.1, p. 91-104, jan./abr. 2011.

KOTLER, P. **Administração de marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LENZI, Fernando C. Marcio D. Kiesel, organizadores. **O empreendedor de visão**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
MENDES, Edilainte *et al*. Processo Empreendedor: Um modelo de sucesso no setor da construção civil. Comunicação & Mercado/UNIGRAN, Dourados - MS, v. 1, n. 3, p. 43-52, jul/dez. 2012.

MINELLO, Italo Fernando; ALVES, Leticia da Costa; SCHERER, Laura Alves. **Competências do empreendedor frente ao insucesso empresarial**. Revista de Negócios, Blumenau, v.17, n.4, p. 74- 90, out./dez. 2012.

MORAIS, C.**Atitudes de empreendedores**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2000.

RONCOLETTA, Karen C. V. dos Santos.**Atitude e comportamento empreendedor: atributos para uma cultura intraempreendedora nas pequenas empresas.** 2011. Dissertação (Mestrado no Programa de Administração de Micro e Pequenas Empresas). Faculdade de Campo Limpo Paulista, Campo Limpo Paulista, 2011.

SOUZA, Elnivan M. de. *et al*. **Comportamento empreendedor e crescimento de Empresas: uma análise comparativa**.Revista SCIENTIA. Faculdade Luciano Feijão, Ano 1, 2 ed., p. 192 - 395, nov. 2012/jun.2013.

TUPY, Oscar e Ana Paula Souza. **Eficiência Produtiva do Setor Atacadista/Distribuidor no Brasil**. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA RURAL*, 44, 2006, Fortaleza, Anais... Fortaleza: SOBER: UNIFOR, 2006. Disponível em: <https://www.embrapa.br/pecuaria-sudeste/busca-de-publicacoes/-/publicacao/47500/eficiencia-produtiva-do-setor-atacadista--distribuidor-no-brasil>. Acesso em: 27 de março de 2015.

VERGARA, Sylvia H. Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

XAVIER, M. &CASTILLO, R. **As novas formas organizacionais do setor atacadista distribuidor e a logística no território brasileiro**. *GEOSUL*, Florianópolis, v. 25, n. 50, p. 39- 58, jul./dez. 2010.

ISBN 978-85-87406-94-1

APÊNDICE A

ANEXO I

QUESTIONÁRIO

1. Como surgiu o negócio?
2. Qual o ano de fundação?
3. Com quantos funcionários iniciou?
4. Como foi a evolução da empresa?
5. Tem sucessor para o negócio?
6. Qual o projeto de sucessão de crescimento?
7. Quando montou a empresa fez algum plano de negócio estruturado?
8. Qual foi a inovação para entrar no mercado?
9. Usou planejamento estratégico para gerenciar o negócio?
10. Já tinha experiência ao montar o negócio?
11. Como descobriu a oportunidade?
12. Você gosta do que faz?
13. O que fez montar a empresa?
14. Como foi a estratégia para entrar no mercado?
15. Tem planejamento futuro?

ISBN 978-85-87406-94-1

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP E O TRABALHO PRECOCE NAS BANCAS DE PESPONTO EM CALÇADOS

Bianca Barbosa do Vale[55] (UNESP- Franca/SP)
Edvânia Ângela de Souza Lourenço (UNESP- Franca/SP)

1. INTRODUÇÂO E DESENVOLVIMENTO

Este artigo discute os principais fenômenos que interatuam com a problemática do trabalho precoce em um lócus determinado, qual seja: o setor calçadista do município de Franca. Trata-se de analisar a reestruturação produtiva e os impactos para a organização do trabalho, sobretudo, o trabalho informal realizado comumente nas residências dos próprios trabalhadores e aquele que ocorre nas bancas de pesponto em calçados.

As reflexões sob uma perspectiva crítica buscam compreender o problema a partir da totalidade social, por isso, optou-se pelo método materialista histórico dialético. Ou seja, apesar de realizar um recorte espacial-temporal para o aprofundamento do tema em foco, o estudo deverá realizar a análise considerando a realidade macroestrutural e suas implicações para a realidade em foco. A metodologia baseia-se em estudos bibliográficos, conforme projeto de pesquisa em andamento.

Para refletir o tema em foco, propõe-se estudar as mudanças do mundo do trabalho e da economia com enfoque para a realidade do setor calçadista em Franca/SP. Esse movimento se faz necessário para compreender a dinâmica de acumulação capitalista refletindo sob uma perspectiva de totalidade, elementos como a organização do trabalho sob o modo de produção capitalista, os modelos produtivos, a adoção de métodos de tecnologia e gestão marcando o processo de flexibilização e terceirização da produção, o processo de reestruturação produtiva subjacente ao receituário neoliberal e ao desmonte das políticas públicas sociais.

Antunes (2004) destaca a imanência do trabalho ao ser humano, sem ele não seria possível a reprodução da vida cotidiana, contudo, o autor enfatiza o duplo sentido do trabalho. Uma relação um tanto quanto paradoxal, pois, se por um lado precisamos do trabalho e de seu potencial emancipador, por outro sob a ótica

[55] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

do capital há uma conversão, o trabalho fundamental para a reprodução da vida humana passa a ser árduo, penoso, podendo ora libertar, emancipar, ora escravizar, alienar e subordinar.

Com o desenvolvimento dos sistemas de comércio e do aparato institucional criam-se novas exigências de precisão nos prazos, metas e de qualidade dos produtos. O sentido estritamente técnico de conceber a organização do trabalho foi incorporado pelo modo de produção capitalista em que o "O cerne essencial e finalidade intrínseca da ordem de reprodução social metabólica do capital é a *produção de mais-valia*" (ALVES, 2007 P.16). Esses apontamentos são preponderantes para entendermos os modelos de organização da produção.

Ao final do século XIX Federick Taylor ficou conhecido como "pai" da administração científica do trabalho. Segundo Pinto (2013) Taylor tinha a convicção de que quanto maior a produtividade maior seriam os lucros e para ele se houvesse uma subdivisão das atividades produtivas, o resultado seria o tempo "real" gasto para realizar as operações. A ideia central dessa organização é a chamada divisão técnica do trabalho, uma especialização de determinada função, uma forma de otimização da produção. O Fordismo, formulado por Henry Ford mescla-se com o Taylorismo. A ideia básica era padronizar os produtos e a fabricação em larga escala, ou seja, a produção em série. Segundo Pinto (2013) a linha de montagem fordista constituía-se de dois subsídios essenciais: um mecanismo de transferência com trilhos ou esteiras, e um conjunto de postos de trabalho lado a lado com mecanismos que permitisse o acesso as ferramentas.

A ideia fundamental no sistema taylorista/fordista é a elevação da especialização das atividades de trabalho, em um processo cuja intervenção criativa dos trabalhadores é praticamente nula. De outro lado, essas transformações no mundo do trabalho possibilitaram uma produtividade altíssima que teve rebatimentos aliados a outros fatores na Crise Internacional de 1929[56].

[56] Período que ficou conhecido como a grande depressão, uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano com a queda da Bolsa de Nova York. A crise alastrou-se tendo rebatimentos em todo o mundo. Segundo Behring (2011) esta crise antes de tudo precisa ser compreendida dentro dos longos ciclos de expansão e depressão, há assim uma estagnação do emprego e da produtividade, o que impulsiona uma forte capacidade ociosa na indústria. (BEHRING. 2011, p.69-70).

ISBN 978-85-87406-94-1

A partir dos anos de 1970 tem-se a necessidade de repensar as estruturas organizacionais e de escoamento de produção, todo processo de ordem econômica para Pinto (2013) instaura a reestruturação produtiva. Ou seja, passa a vigorar um conjunto de ações flexibilizadoras que teve rebatimentos econômicos, sociais e principalmente no desmonte das políticas públicas sociais. No que se refere aos trabalhadores há um processo de derruição das regulações protetoras de direitos básicos.

O mais polêmico e ousado sistema de organização do trabalho para Pinto (2013) é o Toyotismo, que tem como alicerce o que se chama de empresa 'enxuta', ou seja, opera com um número reduzido de trabalhadores, sendo que aqueles que continuam trabalhando passam a exercer várias funções, operam várias máquinas o que caracteriza a chamada polivalência. Para Alves (1999) no toyotismo há "[…] um novo tipo de captura da subjetividade operária pela produção do capital que consideramos como o nexo essencial da série de protocolos organizacionais do toyotismo, tais como a "autonomação" e "auto –ativação", *just-in-time*/ *kanban*, etc." (ALVES. 1999, p.103). É importante salientar que a adoção do toyotismo pelas empresas brasileiras vem ocorrendo de forma bastante diferenciada, como demonstra Navarro (2006).

Observa-se também que essas mudanças no mundo do trabalho tiveram rebatimentos em Franca/SP, em específico para o setor calçadista, que a partir da reestruturação produtiva, ocorrida nos anos de 1990, reconfigurou o tamanho das fábricas de calçados transportando para a casa dos trabalhadores uma parte do processo produtivo.

Em meio ao processo de reestruturação produtiva, segundo Navarro (2006), a partir dos anos de 1990 há uma descentralização da produção conhecida como terceirização. Em Franca/SP, as fábricas de sapatos tem transferido parte da sua produção para as residências dos trabalhadores, onde foram se formando as chamadas bancas de pesponto que, muitas vezes são "empresas familiares" levadas para dentro do espaço doméstico, onde, geralmente, se perde a separação formal entre ambiente familiar e ambiente de trabalho.

Desde então, os trabalhadores inseridos nas bancas de pesponto convivem com a informalidade, com a ausência de direitos básicos como o acesso à Previdência Social e estão expostos às condições de trabalho precárias. Há uma

ISBN 978-85-87406-94-1

perda dos vínculos empregatícios quando se leva o trabalho para dentro de suas residências, havendo também compartilhamento com os membros da família, amigos, vizinhos. O pagamento em sua maioria é de acordo com a quantidade produzida, fator este que também conduz a um aumento da precarização, e da exploração, pois, na tentativa de melhorar seu rendimento mensal o trabalhador estende e intensifica sua jornada de trabalho como já demonstrado por Lourenço (2014).

Ao ocorrer essa transferência de parte do processo produtivo para bairros periféricos e transportar o trabalho para o ambiente doméstico, é transferido concomitantemente a responsabilidade do empregador frente aos direitos trabalhistas preconizados por lei, somado a carga dos custos de trabalho, dos materiais necessários para a realização desse trabalho, e das taxas e impostos necessários para formalizar o empreendimento. Em sua maioria, as bancas funcionam nas próprias residências dos trabalhadores, sendo, difícil uma fiscalização nestes ambientes (LOURENÇO, 2014).

A relação trabalho e saúde possuem questões que nem sempre podem ser mensuráveis, mas que tem rebatimentos profundos no que se refere aos agravos à saúde, com um ambiente que não se separa tempo de trabalho e tempo de lazer, que tem odores, instalações precárias, ruídos, movimentos exaustivos e repetitivos das tarefas, exigências de produtividade, entre tantos outros fatores, e se tais condições impactam na vida de qualquer trabalhador, imagina-se então como estes elementos refletem na criança e no adolescente inserido nessa ótica. Lourenço (2014) destaca que é importante discutir a questão da família e das condições de pobreza nesses ambientes, porém é necessário compreendê-las a partir de um movimento mais amplo e inserindo tais acontecimentos na dinâmica do capitalismo, o qual por sua vez se aproveita das condições de precariedade das famílias com intuito de obter maior acumulação de capital.

A incorporação de crianças e adolescentes nesse sentido ora reaparece como apoio financeiro para complemento de renda da família com baixo status salarial e profissional, ora ressurge como aporte cultural em que o trabalho enobrece e na atual conjuntura é uma forma de impedir que a criança e/ou adolescente tenha uma atitude criminal, ou seja, “antes trabalhar do que roubar”. Segundo a Organização Internacional do trabalho – OIT “Outro argumento presente

ISBN 978-85-87406-94-1

na sociedade é o de que o ”trabalho é um bom substituto para a educação”. É usado principalmente no caso de crianças com dificuldades no desempenho escolar.” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2001 p.16).

Simões (2014) realiza um resgate histórico a fim de compreendermos a dinâmica dos processos constitucionais, o autor destaca que no Brasil Colonial e Imperial a assistência era atribuída a entidades filantrópicas, à Igreja e a irmandades de caráter benemérito. No período que compreende os séculos XVI e XIX os milhões de escravos e crianças que acompanhavam suas famílias eram separados e levados para trabalhar no campo, na produção de cana-de-açúcar, tabaco, café entre outros. Esse cenário segundo Simões (2014) impulsionou a realização de algumas medidas, pois a Igreja não conseguia mais atender todo o contingente de crianças abandonadas, sobretudo negros, o que contribuiu para a formulação da Lei do “Ventre Livre” em 1871, que passou a considerar os ingênuos (filhos dos escravos) nascidos a partir desta data em pessoas livres considerados livres e a Lei dos “Sexagenários” (1885) que concedia liberdade aos escravos mais velhos.

Padilha (2005) salienta em sua tese de doutorado questões extremamente importantes para a compressão do trabalho precoce e do processo de formação natural com o qual precisamos vivenciar.Em princípio é preciso distinguir o trabalho precoce, condenável, que castra quase que irreversivelmente as possibilidades do desenvolvimento humano, daquele trabalho considerado parte natural dos deveres da vida em família e na comunidade (PADILHA, 2005 p.169).

O trabalho natural que Padilha (2005) menciona é justamente aquele que possibilita um aprendizado, como conviver em sociedade, trabalhos gratuitos, sem imposições no âmbito produtivo. O autor coloca como exemplo a partilha das tarefas domésticas, trabalhos com a comunidade ou com a horta da escola, entre outros. Para se compreender e a distinção entre trabalho precoce e trabalho natural (termo utilizado pelo autor) é preciso a priori entender que quando alguma atividade laborativa transfere-se para o âmbito proibitivo, ela passe a ser inserida na dinâmica de exploração do capital precocemente.

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador salienta diversas questões acerca do trabalho infantil, colocando-o como um fenômeno presente ao longo de toda a história do Brasil desde as crianças de origem indígena e africana que foram submetidas à

ISBN 978-85-87406-94-1

escravidão junto aos seus familiares. Com o processo de industrialização do país, houve também a incorporação de grandes contingentes de crianças às atividades fabris de diversos setores, bem como em atividades do setor terciário, tal como ocorrera nos países pioneiros da Revolução Industrial. Embora a exploração da mão de obra infantil nas fábricas tenha sido denunciada e com tantos avanços nesse sentido, ainda sim se convive com uma prática brutal de violação de direitos preconizados por lei. (BRASIL, 2011).

> A submissão de crianças e adolescentes ao trabalho infantil e do adolescente situa-se como uma das expressões da questão social, cujas nódoas culturais tendem a reforçar a sua permanência ao longo dos tempos. Se por um largo período histórico o trabalho foi o centro de formação e de educação para meninos e meninas, a partir do sistema capitalista o significado educativo do labor cede lugar para o salário, tornando-se apenas uma alternativa de sobrevivência, cujo resultado é o aprofundamento da subordinação ou da subsunção do ser social ao capital e suas relações subjacentes (LOURENÇO, 2013 p.120).

Se as condições atuais podem conduzir à desumanização, deformação, com alto nível de exploração, privação na vida pessoal, social e à alienação, a inserção de crianças na atual conjuntura só pode refletir negativamente em sua construção psíquica e social. Sendo assim, o trabalho de crianças e adolescentes sob a ótica do Serviço Social se constitui como uma expressão da questão social[57] que atinge os direitos sociais e o próprio direito à infância e à vida, preconizadas na lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e que evidencia em seu Art 60º a proibição do trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Em relação à erradicação do trabalho infantil Simões (2014) pontua que o Decreto n. 3597 de 2000 promulgou no Brasil a Convenção n.182 de 1999 e a recomendação n.190 da Organização Internacional do trabalho – OIT em torno da proibição e erradicação das piores formas de trabalho infantil.

Em 1996 foi criado com a ação do Governo Federal e com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ocorreu a integração do PETI com o Programa Bolsa Família a partir da proposta de unificação dos programas de transferência de renda, segundo a Portaria n. 666, de 28 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), o que

[57]A questão social é colocada no seu terreno especifico o do antagonismo entre o capital e o trabalho, nos confrontos entre seus representantes, é objeto de intervenção dos agentes sociais. (NETTO. 2001, p.59).

ISBN 978-85-87406-94-1

trouxe mudanças significativas para o aprimoramento da gestão da transferência de renda. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015) em 2011, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), compreendendo assim as transferências de renda, o trabalho social com famílias. (BRASIL, 2005).

Segundo Lourenço (2013), os dados parciais de sua pesquisa revelaram que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) tem grandes desafios a serem enfrentados, entre eles estão o valor irrisório da bolsa mensal, a problemática das políticas sociais que se encontram cada vez mais segmentadas sem um caráter universalizante, as interrupções das atividades socioeducativas, e em horários contrários ao período escolar, sendo que a descontinuidade dessas atividades estão vinculadas aos cortes orçamentários dentro do projeto de governo neoliberal.

Sob a ótica do Serviço Social o trabalho precoce, entendido como a participação de crianças e adolescentes no processo produtivo se constitui como uma das manifestações da questão social. É preciso também compreender que a inserção precoce no mundo do trabalho possui uma relação com as características econômicas, estando presente em famílias com baixo status profissional e profissional constituindo-se como um mecanismo de aumento de renda. Ou seja, é preponderante entender a relação do trabalho precoce sob a égide dos interesses econômicos a fim de extrair ao máximo mais-valia e exonerar os gastos com o capital variável[58]. Engels salienta que: “A situação da classe operaria é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente a expressão máxima e mais visível manifestação de nossa miséria social” (ENGELS, 2008 p.41).

Todo esse cenário no município de Franca/SP contribuiu e contribui para que o trabalho em domicílio incorporasse também o trabalho infantil. “O

58 O conceito de capital variável refere-se ao custo com a mão de obra, nesse sentido a tentativa do capital é sempre exonerar o capital variável assim pode-se compreender que o trabalho precoce também se configura como uma forma de maximização de lucro, uma vez que a força de trabalho de crianças e adolescentes que são inseridas precocemente no mercado produtivo informal em sua maioria recebe (quando recebem) uma remuneração inferior ao salário de adultos. *Vide* **O leitor de Marx**. José Paulo Netto (organização) 2012 p. 356.

ISBN 978-85-87406-94-1

controle desse tipo de exploração do trabalho é extremamente difícil, dado que sua distribuição geográfica é pulverizada na malha urbana e pelo fato de essa exploração se dar no interior das residências, em que o acesso à fiscalização é difícil (NAVARRO, 2010 p.121).”

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O adensamento teórico em torno das mudanças do mundo do trabalho e da economia se faz necessário para compreender algumas medidas adotadas a fim de maximizar as estratégias de acumulação do capital que incidem também na perpetuação do poder de determinado segmento da sociedade.

O processo de reestruturação produtiva deve ser apreendido sob a perspectiva de totalidade, elementos como a organização do trabalho, os modelos produtivos, a adoção de métodos de tecnologia e gestão marcando o processo de flexibilização e terceirização da produção subjacente ao receituário neoliberal e ao desmonte das políticas públicas sociais são fatores de extrema importância para compreender os retrocessos e as violações de direitos como a exploração do trabalho precoce (entendido nesse artigo como o trabalho exercido por crianças e adolescentes). A par dos estudos bibliográficos preliminares é possível compreender que o trabalho no setor calçadista não foi extinto, pelo contrário, esse ganha cada vez mais força, porém como vem sendo, em grande parte, transferido para os espaços domésticos, perde-se a sua visibilidade. Mas o trabalho permanece vivo, embora esteja situado na informalidade, sob a qual prevalece a ausência de direitos trabalhistas e um distanciamento sindical (LOURENÇO, 2014).

Como já salientado anteriormente, a organização do trabalho sob o modo de produção capitalista possui em seu cerne um alto nível de exploração que tem como finalidade mover o processo de acumulação em detrimento daqueles que vendem sua força de trabalho. Assim, a informalidade acaba por promover a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho, sobretudo, aquele realizado em casa. Acredita-se que o trabalho precoce tem sérios rebatimentos para a pessoa em desenvolvimento, em especial, para o seu processo formativo e impacta negativamente no seu desenvolvimento biopsiquíco.

ISBN 978-85-87406-94-1

O Projeto de Lei 4.330/2004 de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO) dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrente[59] vem sendo discutido há mais de dez anos e ganhou força recentemente a partir de um amplo processo de cooptação da classe que vive do trabalho por meio de mecanismos ideológicos fazendo com que a terceirização seja vista como uma maneira de formalizar os trabalhadores terceirizados. Em meio ao processo de reestruturação produtiva, como já exposto por Navarro (2006), a partir dos anos de 1990 há uma descentralização da produção (terceirização) no município de Franca/SP o repasse de parte do processo produtivo para as unidades produtivas, em sua maioria localizada nos próprios ambientes domésticos ou em barracões sem infraestrutura adequada, se tornou uma pratica recorrente. Ou seja, a terceirização em Franca/SP assim como em outros lugares do país já ocorre e não trouxe ganhos para a classe trabalhadora, pelo contrário o que há atualmente são trabalhadores que nem sequer tiveram experiências do trabalho formalizado e coletivo, tampouco acesso ao sindicato (LOURENÇO; FILHO. 2015).

Segundo Rizzini (2008) a elite não tem interesse em estimular a classe trabalhadora à tomada de consciência crítica acerca de seus direitos, pois tal fato implicaria no mínimo em uma dificuldade de controle e coerção social dos trabalhadores. Assim podemos perceber que inserir precocemente crianças e adolescentes nessa dinâmica de exploração faz parte também de um processo de "moldagem", de discipliná-los desde cedo para que eles não tenham contato com o trabalho formalizado e se adaptem facilmente à lógica exploratória dada, sem a consolidação do processo político-ideológico de resistência e de luta por melhores condições de vida, saúde e trabalho, a tendência é aceitar aquilo que está posto, visto que é a única realidade que passam a conhecer.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2ª Ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

[59] Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841> Acesso em: 22 de Março de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

_____.**Trabalho e MundializaçãodoCapitalA Nova Degradação do Trabalho naEra da Globalização2º Edição**Praxis Londrina 1999.

ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete.**Política social**: fundamentos e historia. 9ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei n.8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em 09 de Set. de 2015.

_____.**Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador**. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed.– Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

_____.**Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** Portaria n. 666,de 28 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União (DOU). 251.ed. 2005.

_____.Câmara.**Projeto de Lei 4.330/04**, 2004. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841> Acesso em 22 de Mar. De 2016

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Reestruturação produtiva, trabalho informal e invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes**. Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 118, abr/jun. 2014, p. 249-317.

_____.Trabalho de crianças e adolescentes: desafios para o programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) e para o trabalho profissional do Serviço Social. **Temporalis**– Revista da Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social. Brasília (DF), ano 13, n. 26, jul./dez. 2013, p. 119-151.

_____. FILHO, Marcos AntônioLimonti. **A reestruturação produtiva e a domicialização do trabalho no setor calçadista:** um olhar para a realidade do processo de trabalho e saúde nas bancas de pespontos em calçados, no município de Franca/SP. In: IX Seminário de Saúde do Trabalhador. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS- UNESP-Franca, SP. Anais: CDROM. ISSN 21784817; 2015.

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústriacalçadista de Franca (SP)**: das origens artesanais a reestruturação produtiva. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ISBN 978-85-87406-94-1

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PADILHA, Miriam Damasceno. **Criança não deve trabalhar**: a análise sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e repercussão na sociabilidade das famílias participantes. Recife: Editora da UFPE, 2005.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX:** taylorismo, fordismo e toyotismo. 3ªed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas publicas para infância no Brasil. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2014.

ISBN 978-85-87406-94-1

O PROJETO DE EXTENSÃO INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA: REFLEXÕES ACERCA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Bianca Barbosa do Vale[60] (UNESP)
Isadora Thomaz Ribeiro (UNESP)
Juliana Presotto Pereira Netto (UNESP)
Victória Lopes Iori (UNESP)

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir em torno do projeto de extensão “Inclusão Previdenciária” que se encontra em andamento e que tem como objetivo informar os novos ingressantes no mercado - em linhas gerais com os alunos de escolas públicas do ensino médio-, bem como as demais pessoas que já estão inseridas no mundo do trabalho. A discussão perpassa a importância da Previdência Social e da contribuição, além de realizar um debate crítico em torno das reformas de cunho neoliberal que estão sendo realizadas que tem rebatimentos profundos para a população.

Assim, busca-se discutir nas escolas públicas do município de Franca/SP e com alguns profissionais sobre a questão previdenciária, realizando esclarecimentos acerca dos auxílios, aposentadoria, os benefícios de maneira geral e suas especificidades no que diz respeito às carências. O estudo referido conta com o apoio de estudantes do curso de Direito e de Serviço Social que realizam estágio supervisionado na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social – UACJS, bem como com o apoio e a supervisão da equipe técnica que compõe a unidade. Além da extensão, o projeto visa também compreender e refletir a questão previdenciária na atual sociabilidade, dando subsídios para estudos na temática referida e incentivando a pesquisa, ou seja, o projeto “Inclusão Previdenciária” busca também contemplar o tripé universitário ensino-pesquisa-extensão.

Considerando o exposto, o artigo divide-se em dois momentos de reflexão, o primeiro corresponde a um breve contexto histórico em torno da construção das políticas social, em especial do modelo de seguro social e o modelo de seguridade social, em um segundo momento, pretende-se discutir a extensão

[60] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

universitária e a importância do projeto “Inclusão Previdenciária” junto a profissionais e às escolas públicas de Franca/SP.

2. PROTEÇÃO SOCIAL: UMA REFLEXÃO EM TORNO DA GÊNESE DO SEGURO SOCIAL E DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Segundo Iamamoto e Carvalho (1985) As Leis Sociais surgem em um contexto de revoltas, greves e de intensa consolidação industrial, para responder aos movimentos sociais que lutavam pela efetivação de direitos e pela cidadania. É em 1919 que se tem implantada a primeira lei responsabilizando as empresas por acidentes de trabalho, mas que, nas realidades fáticas, não modifica a situação de trabalhadoras e trabalhadores.

Diversos movimentos são elementos dinâmicos das profundas transformações na sociedade, que culminam em determinadas mudanças, tanto na consolidação do pólo industrial, quanto nas forças emanadas pelo Estado. A igreja Católica possui um papel de destaque no desenvolvimento da prática social e na conjuntura do capitalismo emergente, pois ate então ela era exercida por voluntários. Ou seja, historicamente a Igreja ficava responsável por atenuar a pobreza alicerçada por um ideário de compaixão e amor ao próximo.

As chamadas Poor Laws ou Lei dos Pobres foram as primeiras regulações assumidas pelo Estado no século XIV a fim controlar os trabalhadores. A Igreja, por não mais conseguir atender às demandas da população, vê-se intervinda pelo Estado, que age através dessas primeiras regulações sociais, cujas características eram fortemente voltadas para o controle social sob a perspectiva Durkheiminiana.

Segundo Pereira (2009), a primeira Poor Laws foi promulgada em 1388, e de cujo objetivo era tentar controlar o deslocamento dos trabalhadores a fim de estabelecer que cada paróquia pagasse determinado valor. Pressupunha-se surras e mutilações àqueles que se deslocassem e praticassem a mendicância. Uma série de Leis dos Pobres foi criada, e, em suma, inauguram uma “proteção social” por parte do Estado, mas de cujas principais características eram o controle social e a punição.

ISBN 978-85-87406-94-1

Desde a idade média até o século XIV, as atividades de atenuar a pobreza eram realizadas somente pela Igreja, esta por sua vez era sustentada por donativos advindos de membros da família real e da aristocracia. As leis dos pobres constituíram um conjunto de medidas que, por meio do Estado, controlava-se o aumento da pobreza e a população de possíveis movimentos sociais reivindicatórios.

O final do século XIX, meados dos anos de 1880, é um marco, de acordo com Pereira (2009), de uma segunda fase de proteção social. Bismarck (1815-1898) era um liberal que, ao refletir acerca do ambiente de trabalho e seus impactos na capacidade laborativa dos trabalhadores, propõe o Seguro Social cujo intuito era proteger os trabalhadores de algumas incontinências causadas pelo ambiente de trabalho e preservá-lo para que continuasse a vender sua força de trabalho.

O economista liberal Beveridge (1879-1963) desenvolveu um estudo em trinta países acerca dos programas de assistência. A partir deste, em 1942 é lançado o chamado “Plano Beveridge”, relatório que propôs uma inovação no sistema de proteção social que deveria atender às necessidades básicas das famílias, que fora intitulado como Seguridade Social. Tanto o seguro social como a seguridade social respaldam o sistema de proteção social, porém cada país tem suas particularidades e vão aderir de forma diferente esses sistemas.

Segundo Pereira (2009), a seguridade social enquanto sistema de proteção social forneceu as bases para o *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, porém o Brasil aderiu de forma tardia a esse sistema, diferente de outros países. A Seguridade Social brasileira contempla, portanto, políticas contributivas e não contributivas, entre elas estão: a Previdência social, a Assistência Social e a Saúde.

> Em 1923, a Lei Elói Chaves (Lei nº. 4682 de 24/01/1923) criava a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os funcionários. Antes de 1930, duas outras categorias já estavam inclusas no modelo de seguro social, eram eles, os portuários, os marítimos, os telegráficos e os radiotelegráficos. Assim, a lei promulgada em 1923, pelo deputado Eloi Chaves, instituiu a Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP’s), em que os trabalhadores operários urbanos, como os ferroviários, por exemplo, foram contemplados inicialmente por fazerem

ISBN 978-85-87406-94-1

parte de uma categoria profissional de interesse das classes dominantes, visto que aqueles trabalhavam nas estradas de ferro por onde o café e as sacas da elite brasileira eram transportados.

Houve algumas mudanças, mas somente no governo de Getúlio Vargas, em 1933, que as CAP's foram unificadas e modificadas para IAP's (Institutos de Aposentadorias e Pensões), contemplando os trabalhadores operariados e urbanos e não apenas aqueles que pertenciam a um determinado segmento. Mesmo havendo maior incorporação de outras categorias profissionais, ainda existia certo corporativismo:

> Surge, inicialmente, a necessidade de triagem da população que demanda a instituição.Tem por sentido eliminar aqueles que não tem vinculação com o aparelho produtivo e encaminhar para outra instituição de seguro aqueles não vinculados ao setor de atividade própria daquela instituição em particular. (IAMAMOTO, 2006, p. 304).

Na década de 1940, segundo Boschetti (2006), com a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, em 1943, é que se tem a criação da Previdência Social como um dispositivo de seguro social, ou seja, sistema que visa subsidiar proteção social aos trabalhadores segurados. Pereira (2009) enfatiza que esse movimento se deu de forma tardia no Brasil, de modo que não vivenciou-se experiências de maior provisão pública frente aos direitos sociais sob um referencial keynesiano, ou seja, o Brasil não passou por um Estado de Bem Estar Social e aderiu ao sistema beverigiano de seguridade social de forma tardia, diferente dos países escandinavos e de capitalismo central.

3. DO TRIPÉ UNIVERSITÁRIO: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Prevista na legislação brasileira, a dizer pelas Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96[61] -, pela Constituição Federal de 1988[62] e

[61] Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

ISBN 978-85-87406-94-1

pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, PNExt[63], elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Brasil em conjunto com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, a atividade de extensão é um dos pilares que sustentam a existência das unviersidades públicas, em conjunto com o ensino e a pesquisa.

São por meio de programas, projetos, cursos, eventos, assistência, etc., que a universidade manifesta-se diante a sociedade, como parte desta. Segundo art. 2º do PNExt, a *Extensão é considerada como atividade acadêmica que articula o Ensino e a Pesquisa e viabiliza a relação entre universidade e sociedade,* e relação essa de cujas diretrizes vê-se a inserção da extensão na formação de estudantes e na construção do conhecimento; o engajamento da universidade com a sociedade por uma relação de mútuo desenvolvimento; a criação de estruturas públicas de financiamento e fomento à extensão; o comprometimento da universidade com o espaço em que atua e a ampliação do espaço acadêmico para além dos muros da universidade.

Enquanto estratégias topificadas no Plano Nacional de Extensão Universitária do período de 2011 a 2020, vê-se que o estimulo do reconhecimento da extensão em sua dimensão pedagógica e como elemento de construção do conhecimento é essencial para que, daquela, se descole a ideia de “terceira função”, de desigual importância à pesquisa e ao ensino, e para que a dimensione, a prática da extensão, como ação políticofilosófica de cuja metodologia horizontal possibilita recíproca troca de conhecimento e desenvolvimento pessoal e de cujos objetivos buscam soluções, por meio da pesquisa articulada com as demandas externalizadas e observadas no momento da extensão, que retroalimentam o processo ensino-aprendizagem.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

[62] Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

63 Art. 1º Fica instituído o Plano Nacional de Extensão Universitária – PNExt constante deste Decreto, com o objetivo de **promover** a política de Extensão Universitária, na vigência do PNE 2011-2020.

Parágrafo único. O PNExt pauta-se na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, respeitada a autonomia universitária, nos termos do art.207 da Constituição Federal do Brasil e arts. 43, VII, 44, IV,

52, caput, 53, III e 77, §2°, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

ISBN 978-85-87406-94-1

Importante ressaltar que é de previsão legal que advém as várias estratégias definidas no PNExt, entretanto, é pela falta de financiamento público, inexistência de politicas das universidades voltadas à sua insitucionalização e ao seu real desenvolvimento e baixa legitimidade acadêmica que muitas linhas de extensão têm sua existência e poder de alcance na sociedade bastante limitados. Segundo o PNExt, metas como criação de estrutura de financiamento das ações de extensão baseada nos Planos Plurianuais do Governo Federal, nos editais e nos orçamentos autônomos das universidades, bem como o destino de, no mínimo, 10% dos recursos às atividades acadêmicas das universidades federais voltado à extensão e a garantia de, até 2020, 100% dos estudantes das universidades públicas de nível de graduação tenham em seus currículos programas e projetos de extensão estão pautadas e, portanto, previstas, mas de cujas incorporações às práticas reais das universidades públicas, que dizem-se compromissadas às mudanças sociais, vê-se parcial e incompleta.

Porque de ser indissociável ao ensino e à pesquisa, vê-se a extensão como indispensável para a formação de estudantes, que tornam-se protagonistas de suas formações técnicas e, sobretudo, humana, mas também para a consecução do compromisso social da universidade publica, a dizer o que busca interligar as demandas da sociedade às suas atividades, de modo a, de fato, terem garantidos valores democráticos, como o de igualdade e de desenvolvimento social a partir da interação dialógica academia-sociedade.

Apenas quando trabalhados em conjunto, os pilares do tripé universitário formam uma rede de articulação verdadeira e efetivamente transformadora entre o trabalho realizado na Universidade e a demanda social. É pelo conhecimento dessa que tem-se elementos a serem trabalhados pela pesquisa e ensino, este último não mais visto como obtido unicamente em salas de aula, mas antes, por todo o conjunto de experiências tidas dentro e fora da universidade, abarcando portanto conteúdos emaranhados multi, inter e transdisciplinarmente, em decorrência da própria prática relacional entre humanos no momento da extensão.

ISBN 978-85-87406-94-1

4. A PRÁTICA Do PROJETO DE EXTENSÃO INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA

Como discorrido anteriormente, a prática da extensão encontra obstáculos em sua execução. Nem todos os lugares abrem as portas para o trabalho de extensionistas, ou quando abrem, o próprio ambiente não é adequado ao diálogo em moldes horizontais. Nas palavras de Paulo Freire:

> O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento "experiencial"), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la. (2014, p. 34)

O ensino médio do sistema público de educação foi escolhido como público alvo para nossas oficinas por entendermos que, devido à vulnerabilidade social, esses adolescentes tendem a se inserir no mercado de trabalho precocemente, sem a formação pessoal e educacional necessária, sem saber seus direitos enquanto cidadãos. Assuntos essenciais para o trabalhador e a trabalhadora, no âmbito de direitos e deveres, não são parte do currículo escolar e, portanto, são distantes da realidade da população. Entre esses assuntos, está a seguridade social.

O sistema da Previdência Social é complexo e sofre mudanças frequentes, causando desconhecimento sobre seu funcionamento e distanciamento ainda maior de seus beneficiários. Aliás, paute-se, é recente sua inclusão nos currículos obrigatórios dos cursos de Direito no país. Pensando nisso, as oficinas são preparadas de maneira a serem leves, com a intenção de levar os conceitos mais básicos e essenciais sobre a seguridade social no Brasil, com enfoque na Previdência e seus benefícios.

Fala-se sobre a natureza contributiva da Previdência, em oposição à Assistência Social e à Saúde Pública, que também fazem parte do sistema da Seguridade Social. A importância desse sistema de solidariedade que garante ao contribuinte a transferência de renda caso se torne incapaz para o trabalho, seja por doença, acidente, maternidade, reclusão, entre outros é explicada, assim como são citadas as categorias de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social, suas especificidades e onde cada profissão se encaixa.

ISBN 978-85-87406-94-1

Os conceitos legislativos de dependentes, carência, tempo de graça, etc., também foram esclarecidos, assim como as quatro aposentadorias, três auxílios, dois salários, uma pensão, abono anual e benefício assistencial existentes. Para cada benefício usou-se exemplos reais, que foram vivenciados na prática do estágio na UACJS, com a assistência sóciojurídica gratuita na área.

Descobriu-se que, apesar de inicialmente lhes ter parecido um assunto distante, logo os adolescentes se identificaram com a relevância da temática e trouxeram suas vivências para a oficina. Diversas situações foram relatadas, desde familiares presos até a dificuldade de se conseguir uma carteira de trabalho registrada. Grande parte deles já estão dentro do mundo do trabalho, mas nem todos com registro e, consequentemente, sem contribuição à Previdência. As professoras e professores que cederam o período de aula para que as oficinas ocorrecemm também assistiram e participaram. Disso, teve-se a oportunidade de dialogar com três perspectivas: a extensionista e universitária, a de alunos e a de professores. Partindo das ideias de Paulo Freire, isso é fundamental:

> Repetimos que o conhecimento não se *estende* do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. (2014, p. 22)

Questões polêmicas foram discutidas, que mostraram a consciência dos alunos a respeito dos preconceitos e estigmas da sociedade em torno de alguns benefícios previdenciários, como o auxílio-reclusão e a aposentadoria antecipada em 5 anos (de idade ou tempo de contribuição) da mulher.

Ao final de cada oficina, foi sugerida uma conversa sobre a Universidade Pública, que resultou muito produtiva. Diversas dúvidas foram levantadas e conversadas a respeito da experiência universitária. A partir delas, verificou-se a já sabida fragilidade da educação pública, vários alunos não sabiam da gratuidade da universidade ou das políticas de permanência, a dizer as bolsas-auxílio, a moradia estudantil, etc. Muitas vezes, a ideia de cursar ensino superior nem era cogitada, pois seu acesso é considerado muito difícil. O vestibular funciona como uma peneira e deixa de fora quem não teve o preparo oferecido para aqueles com condições de custear a educação privada. Destacou-se a importância das cotas e das políticas de permanência para a inclusão efetiva de todos.

ISBN 978-85-87406-94-1

O comentário, nos inícios das oficinas, de que o assunto tratado poderia ser desinteressante foi seguindo de “qualquer coisa para sair da sala de aula”. Isso é simbólico e emblemático quando de fato, enquanto extensionistas, admite-se que majoritária parte do conhecimento não é produzida ou absorvida em sala de aula, mas no além destas. Então por que insiste-se nesse método? A resposta é estrutural, e seria irreal, portanto, um plano mediato de solução.

> Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão. (FREIRE, 2014, p. 21)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se, portanto, que a prática da extensão diz respeito a certa socialização do conhecimento, bem como a própria formação e desenvolvimento deste. É pelo conhecimento da realidade da comunidade na qual a universidade está inserida que há possibilidade de diagnóstico e observância de problemas sociais, então elementos para possível debate e confecção de soluções. Há, na prática da extensão, ganhos de todos os lados: a comunidade que passa a ver e sentir, positivamente, os efeitos de seus impostos ao Estado, bem como o próprio corpo universitário, que passa a ter uma formação mais autônoma, completa, humanizada, crítica e dialógica para com a sociedade, não apenas para consigo.

No que diz respeito ao momento das oficinas, método pelo qual interage-se academia-sociedade no Projeto Inclusão Previdenciária, vê-se que suas dinamicidades vêm do próprio público com quem se conversa, das alunas e alunos, suas angústias e dúvidas para com a vida que se segue depois do ensino médio, seja na universidade ou no mundo do trabalho. Para ambos caminhos, carece-se de diálogos horinzontais e abertos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ISBN 978-85-87406-94-1

BRASIL. **Decreto nº 6495, de 30 de junho de 2008.** Institui o Programa de Extensão Universitária – PROEXT. Brasília, DF, 30 de junho de 2008.

BRASIL. **Lei n.° 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez., 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária. Institui o Plano Nacional de Extensão Universitária– PNExt.** Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjXwKrr3OvMAhUDIZAKHaL6CgsQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fpdi.ufabc.edu.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2011%2F09%2FPlano-Nacional-de-Extens%25C3%25A3o-Universit%25C3%25A1ria-2011-2020.pdf&usg=AFQjCNEYfpLkNQYoELSIq_dSDpoRdToSGQ&cad=rja>. Acesso em 21 de maio de 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho**: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras livres, 2006.
FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Editora Paz e Terra, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela . CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma Interpretação histórico-metodológica. 13ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

*SILVA, Oberdan Dias da. **O que é extensão universitária?** Out. 1996. Disponível em: <http://www.ecientificocultural.com/ECC3/oberdan9.htm>. Acesso em 21 de maio de 2016.*

TELES, José Andreey Almeida. **Extensão Universitária: Um Pé Importante do Tripé**. Jul. 2012. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/15071/extensao-universitaria-um-pe-importante-do-tripe#ixzz49JUZrKYI>. Acesso em 21 de maio de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

O SÓLIDO SE ESFUMAÇOU: análise econômica dos anos 2008 a 2015

Adnan Kalil Jebailey Junior (Uni-FACEF)
Pedro Henrique Nascimento (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Diante da ascensão e queda da economia no entretempo dos anos de 2008 a 2015, e os diversos fatores que estão em debate como centrais a essas mudanças, nos propomos a analisar os condicionantes econômicos substanciais deste período, tentando assim, explanar os motivos que levaram o Brasil a esta "montanha-russa econômica". Portanto, este artigo acadêmico tem como objetivo analisar a economia brasileira no período dos anos de 2008 a 2015, sendo que tal objetivo será alcançado sob análise de diversos aspectos divididos em quatro seções.

Na primeira seção, faremos um breve estudo sobre a crise econômica de 2008 apreciando a queda de fatores econômicos em nível mundial. Com tal análise, poderemos comparar a influência econômica do cenário externo na economia brasileira. Assim, o intento de explicar a crise que se instalou no Brasil será mais proficiente.

A segunda seção terá enfoque exclusivo no ano de 2010, quando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro alcançou a marca de 7,5%. Os elementos *sine qua non* deste período serão analisados, principalmente, o tripé emprego-renda-crédito.

Fatores (produção, Selic, desemprego, entre outros) mensuráveis de uma desestabilização econômica que se instalava no Brasil, serão analisados na terceira seção deste artigo. Os anos de 2012 a 2015 são basilares desta análise, portanto, daremos uma ênfase a esta seção, sendo ela medular para nosso artigo.

Na quarta e última seção, exploraremos o ano de 2015 em consonância com o ano de 2010, pois assim, teremos medida do retrocesso da economia brasileira no período que é cerne deste artigo.

Enfim, a atual conjuntura da economia brasileira, nos instiga a pesquisar, se houve erros, e se sim, donde se localizam. Para isso é importante uma análise econômica preliminar e todos os cenários que a ela circundam.

ISBN 978-85-87406-94-1

2. UMA ERA, UMA UNIÃO E UM COMPANHEIRO: A CRISE DE 2008 E O BRASIL

Ainda sob o governo da Era Bush, os Estados Unidos sofrem uma de suas maiores crises econômicas e, que logo, afetará os mercados financeiros globais. Tal crise advinda dos desequilíbrios do mercado imobiliário, e do mercado de crédito em geral, tiveram influência da regulamentação, ou melhor, desregulamentação do governo.

> Este processo resulta da desregulamentação do setor bancário, iniciada pela administração Clinton nos anos 1990, incluindo a extinção posterior de leis elaboradas na Grande Depressão de 1929 como a Lei Glass-Steagal (1933), que foi revogada em 1999. (PECEQUILO, 2012, p. 80)

De acordo com a lei:

> Os bancos comerciais, que recebem os depósitos das famílias e empresas e fazem empréstimos convencionais, estiveram separados dos bancos de investimento, que ajudam as empresas a emitir novos títulos e ações. Em outras palavras, a mesma empresa não poderia emprestar dinheiro e vender títulos imobiliários. (PECEQUILO apud STIGLITZ, 2003, p. 178)

O grande problema envolvendo a questão dos bancos e seus empréstimos, é que estes bancos aprenderam a burlar a regulamentação. Comenta Pecequilo apud Stiglitz (2003, p.180), “revogar a lei não traria nenhuma consequência, porque, de qualquer modo, os bancos haviam aprendido a burlá-la”.

Os empréstimos sem garantais ao público foram se alastrando pelo mercado financeiro dos Estados Unidos, e diante disso, os empréstimos eram concedidos a consumidores com taxas de elevado risco, e que, não conseguiram arcar com a contratação destes empréstimos.

Assim, os bancos começaram a vender entre si empréstimos como lastro, instalando-se aí, a grande inquirição. “A grande questão é que estas dívidas dos consumidores eram repassadas a outros, utilizando a dívida existente como lastro. Ou seja, o lastro do empréstimo era a capacidade de pagamento do devedor” (PECEQUILO, 2012, p.81)

Como em um “efeito dominó”, a inadimplência começou a se tornar foco do lastro do empréstimo, dando origem assim, a chamada crise do *subprime*.

ISBN 978-85-87406-94-1

A quebra do banco de investimentos *Lehman Brothers*, em 2008, foi o marco inicial para o processo que ficou conhecido mundialmente como a “crise de 2008”. “A crise assumiu caráter sistêmico após a quebra do quinto maior banco de investimentos norte-americano, quando seus efeitos passaram a ser percebidos na economia brasileira” (FERRAZ, 2013, p. 8)

A crise econômica afetou diretamente os Estados Unidos, que tiveram que resgatar empresas, além de estatizar empresas de seguro. Conforme afirma Pecequilo:

> O problema se agravou, com a desvalorização e falência de empresas, que levou à crise na bolsa de valores, o aumento do desemprego e esvaziamento dos fundos de pensão. Empresas tradicionais do setor automobilístico como General Motors e Chrysler decretaram falência em um cenário similar ao da Grande Depressão de 1929 (PECEQUILO, 2012, p.81).

Vale salientar que as medidas de combate a crise de 2008, foram paradoxais entre os Estados Unidos e a União Europeia.

> Deve-se destacar que desde o início da crise a saída norte-americana baseou-se em princípios diferentes dos europeus: enquanto na Europa, a opção recaiu sobre o corte de gastos públicos e investimentos, nos EUA, os pacotes tinham como alvo o estímulo à atividade econômica (PECEQUILO, 2012, p.81).

No Brasil, assim como nos EUA, os pacotes de medidas econômicas “[...] foi sustentado em políticas de inspiração keynesiana, para a geração de empregos, investimentos em infraestrutura e proteção social (Estado de Bem-Estar) ” (PECEQUILO, 2012, p.82)

O Brasil, ainda sob gestão do Ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, logo sofreu com os impactos da crise econômica internacional. A forte retração do PIB, evidencia isto. “Os efeitos da crise foram mais severos no quarto trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, quando o PIB acumulou queda de 4,3%” (CARVALHO, 2015, p. 182).

Apesar do forte impacto sofrido pela economia brasileira, o Brasil se recuperou ligeiramente das mazelas da crise.

> Esse fato se deve – em grande medida – pela implementação de políticas de incentivo à demanda por parte do governo, que, ao longo de todo o período em questão contribuíram para a manutenção de

ISBN 978-85-87406-94-1

> bons fundamentos para o consumo interno, sustentados no tripé emprego-renda-crédito (CARVALHO, 2015, p. 180).

Portanto, com as medidas tomadas pelo ex-presidente, o Brasil teve uma forte aceleração do seu crescimento, conseguindo em 2012, alcançar a marca de 7,5% do crescimento do PIB.

3. Ó ADMIRÁVEL MUNDO NOVO[64]: O BIÊNIO 2009-2010

Aos anos seguintes a crise se esperava a tragédia, que a *Hybris*[65] provocada pelo *subprime* e a então crise econômica de 2008 ocasionara nas economias globais. Entretanto, depois da Tempestade o que se viu, foi um admirável Brasil novo, onde os índices econômicos, tiveram resultados favoráveis.

O primeiro fator que devemos dar atenção, é a relação entre a arrecadação federal e os investimentos do governo no período que arremata o ano 2008 e inicia o ano 2009.

Conforme dados fornecidos pela Receita Federal e Tesouro Nacional, obtemos a seguinte tabela:

Tabela 1 – Arrecadação Federal *versus* Investimento do Governo

Ano	Arrecadação Federal (em Milhões de Reais)	Investimentos do Governo (em milhões de Reais)
2008	685.677	28.105
2009	698.414	34.008

Fonte: Receita Federal/Tesouro Nacional 2016

O crescimento da arrecadação federal no biênio de 2008 e 2009, foi de 1,9%, enquanto o crescimento dos investimentos do governo no mesmo período, foi de 21%. Sendo assim, percebe-se que houve um aumento do investimento não proporcional ao aumento da arrecadação, o que demonstra que o governo estava fomentando a economia para o crescimento do ano de 2010.

[64] SHAKESPEARE, William. A Tempestade, Ato V. eBooksBrasil.org, 2002. Disponível em: < file:///C:/Users/A/Downloads/A%20Tempestade%20-%20William%20Shakespeare.pdf>. Acesso em 19 mar. 2016, 17:45

[65] A **húbris** ou **hybris** (em grego ὕβρις, *"hýbris"*) é um conceito grego que pode ser traduzido como "tudo que passa da medida; descomedimento" e que atualmente alude a uma confiança excessiva [...]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%BAbris>. Acesso em 20 mar. 2016, 12:33

ISBN 978-85-87406-94-1

Ainda no ano de 2009, algumas medidas governamentais foram de essencial importância para ajustar a economia brasileira de volta ao crescimento. Um exemplo claro, foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a linha branca (eletrodomésticos). “O imposto sobre geladeiras, atualmente de 15%, vai cair para 5%; no caso dos fogões, o IPI era de 5% e vai passar para zero; para as máquinas de lavar, o imposto cairá de 20% para 10%; e para tanquinhos, de 10% para zero” (SCHELLER, 2009).

Essas medidas tiveram impacto direto sobre a arrecadação dos estados e municípios:

> A nova redução do IPI terá impacto na arrecadação de estados e municípios, que dividem o bolo da arrecadação do tributo. As perdas das prefeituras são estimadas em R$ 650 milhões, dinheiro que, segundo o ministro Mantega, deve ser compensado com recursos orçamentários (SCHELLER, 2009).

Com medidas iguais ou correlatas ao da redução do IPI, o governo continuou sua empreitada para ajustar a economia nos trilhos do crescimento, e assim, os índices econômicos logo responderam.

> Respondendo a uma série de medidas de políticas adotadas pelo governo – redução do nível de juros, e do compulsório, diminuição de impostos, ampliação dos programas de transferência de renda, aumento do salário mínimo, etc -, o consumo das famílias voltou a avançar já no primeiro trimestre de 2009, o que fez com que a economia interrompesse o círculo vicioso que ameaçava instaurar-se. (CARVALHO, 2015, p182).

Segundo dados fornecidos pelo IBGE[66], o Consumo (Médio) das Famílias em variação de volume no de 2009 foi de 4,5%, já no ano de 2010, este volume subiu para 6,1%.

O crescimento de programas de transferência de renda, que vinham sendo alavancado desde o ano 1999, constitui outro fator determinante para o crescimento do consumo e, assim, o crescimento da economia no ano 2010. Diante disso, vale elencar dois pontos:

> O primeiro mostra que os programas de transferência de renda de Pedro para João (INSS, bolsa-família, seguro-desemprego, abono salarial e LOAS) explicam 80% do crescimento da despesa não

[66] Consumo das Famílias em Variação de Volume. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=2&vcodigo=ST25&t=despesa-consumo-familias-brvariacao-volume-brtaxa> Acesso em 20 mar. 2016, 13:09

ISBN 978-85-87406-94-1

> financeira do Governo Central de 1999 a 2013. As demais despesas (pessoal, investimento, custeio de saúde e educação, etc) explicariam os outros 20% (ALMEIDA, 2014).

A queda nos termos de troca contribuíram para o crescimento do Brasil. O aumento do preço das commodities e a diminuição do preço de produtos manufaturados foram elementares.

> O mundo que saiu da crise de 2009 foi um de preço de commodities elevados e crescentes e de preços de produtos manufaturados em queda. Como o Brasil é um grande exportador de commodities e grande importador de manufaturados nós fomos beneficiados: cada US$ 1 exportado pelo Brasil passou a comprar 30% a mais de importações (ALMEIDA, 2015).

Em face ao grande crescimento do consumo proporcionado diretamente pela fomentação do governo federal, o Brasil se viu diante do impasse de um provável descontrole da taxa de inflação. Com o dólar em baixa, e a preocupação da competitividade do mercado brasileiro, o governo decidiu aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

> Além do risco de descontrole das taxas de inflação – associadas a um crescimento acelerado do mercado de crédito -, o governo preocupava-se na época com o nível considerado excessivamente apreciado da taxa de câmbio, o que contribuía para reduzir a competitividade da indústria brasileira. Em virtude disto, em outubro de 2010, o Imposto sobre Operação Financeira (IOF) foi elevado de 2% para 6% - no caso de aplicações de renda fixa e empréstimos externos de até dois anos – e para 2% - no caso de ações (CARVALHO, 2015, p. 185)

As medidas do governo logo surtiram efeito na economia brasileira, "[...] ao final do ano de 2010, expansão de 7,5%, a maior em toda a série histórica do IBGE, iniciada em 1996" (CARVALHO, 2015, p.184).

4. DESPESA É VIDA[67]: A ECONOMIA E O GOVERNO BRASILEIRO

Em relação ao grande crescimento do país no ano de 2010, os anos subsequentes cresceram em menor proporção. Todavia, ainda sim, era um

[67] Entrevista, da então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao Jornal Estado de São Paulo, no dia 09 de novembro de 2005. "Aliás, essa história de que investimento é bom e despesa é vida: ou você proíbe o povo de nascer, de morrer, de comer ou de adoecer ou vai ter despesas correntes. " Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/a-economia-no-novo-governo/?p=63> Acesso em 20 mar. 2016, 19:37

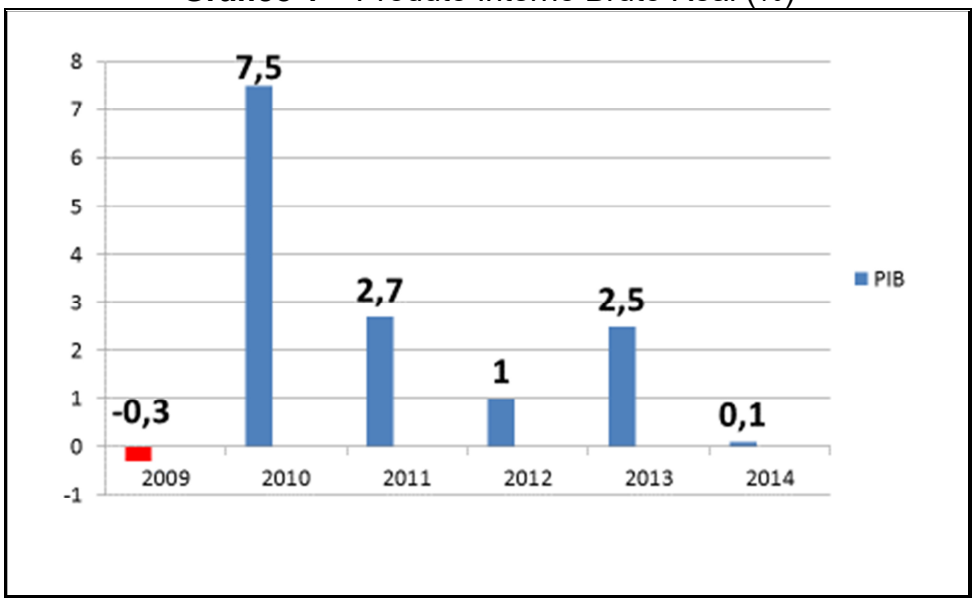
ISBN 978-85-87406-94-1

crescimento considerável, estimulado pelo governo. Nesta seção vamos analisar os seguintes itens:

- O Produto Interno Bruto Real e sua desaceleração entre os anos de 2009 e 2013, pois assim, teremos uma visão ampla da economia brasileira no período definido para esta seção;
- O "tripé industrial", será analisado sobre a égide da Produção Industrial, Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e a Taxa de Desemprego.
- O estimulo ao crédito através da diminuição da Taxa Selic e;
- Os Gastos Diretos do Governo;

Para iniciarmos a analise, é de grande valia analisar o PIB brasileiro entre os anos de 2008 a 2013:

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto Real (%)



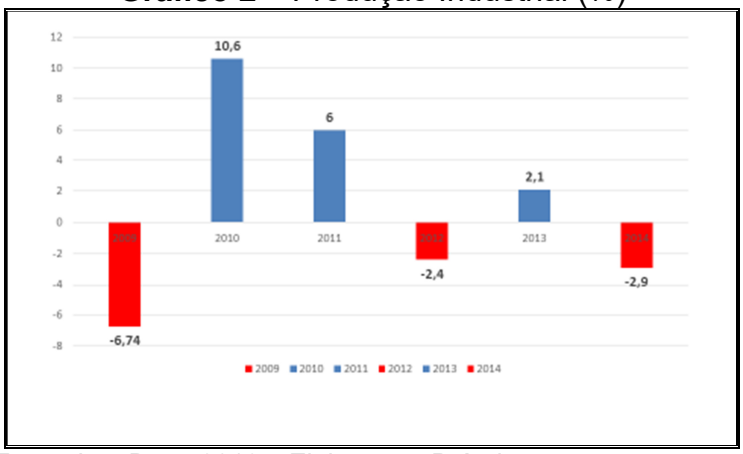
Fonte: IPEAData, 2016 – Elaboração Própria

Mantendo a matriz econômica adotada para o crescimento no ano de 2010, o Brasil preservou o crescimento do PIB nos anos que seguiram o *boom* da economia brasileira. Entretanto vale salientar alguns fatores que demonstram a instabilidade da indústria e da economia.

A instabilidade da produção industrial é um destes fatores. Vejamos:

ISBN 978-85-87406-94-1

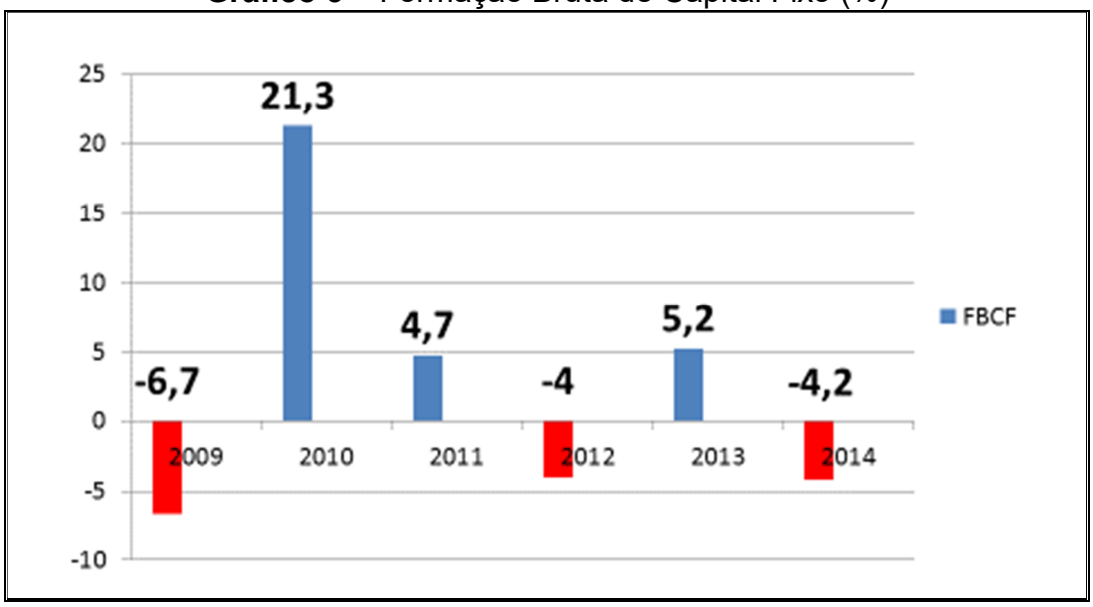
Gráfico 2 – Produção Industrial (%)



Fonte: IpeaData, 2016 – Elaboração Própria

Com a finalidade de compararmos os dados do Gráfico 2, observaremos a seguir as variáveis referentes ao FBCF brasileiro:

Gráfico 3 – Formação Bruta de Capital Fixo (%)

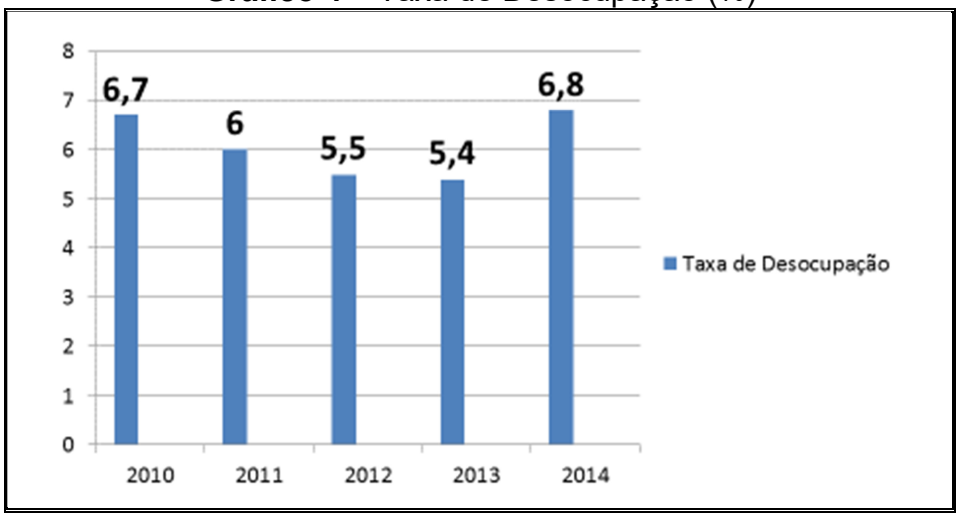


Fonte: IPEADATA, 2016 – Elaboração Própria

Portanto, é possível observar a correlação entre os investimentos do governo e a produção industrial. Entretanto, apesar da instabilidade da indústria e da forte queda da produção no ano 2012, alguns níveis que se convergem com a atividade industrial, permaneceram em queda constante no mesmo período.

ISBN 978-85-87406-94-1

Gráfico 4 – Taxa de Desocupação (%)



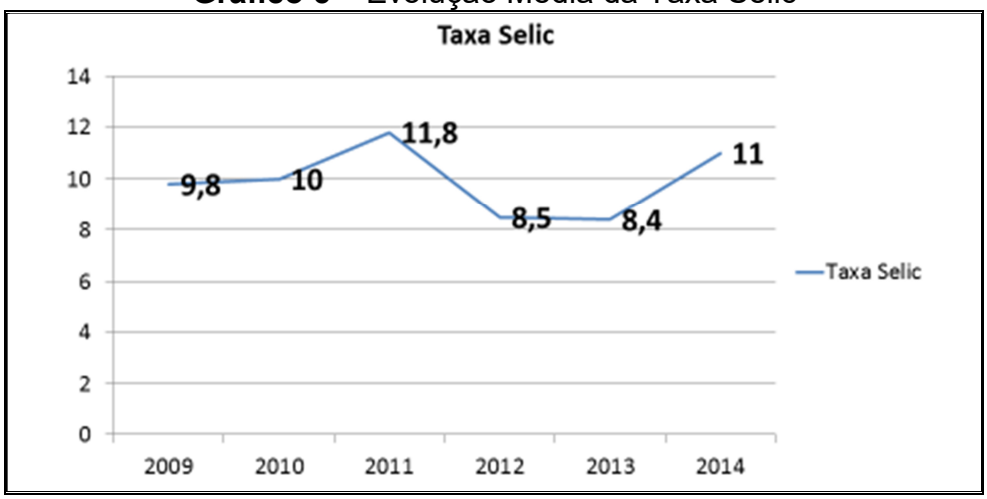
Fonte: IBGE, 2016 – Elaboração Própria

Vemos no Gráfico 4, uma diminuição da taxa percentual de desemprego, mesmo diante de uma forte oscilação na produção industrial brasileira.

> Grande parte desse comportamento esteve associado a resiliência apresentada pelo emprego industrial, a despeito da queda de produção. Dois fatores ajudaram a explicar esse fenômeno, denominado de retenção de trabalho *(labor hoarding).* Um destes foi o crescimento da formalização, que – ao elevar os custos associados a possíveis demissões conferia inércia maior aos movimentos da população ocupada. O segundo fator estava ligado à escassez de mão-de-obra qualificada em vários setores da indústria, o que teria levado as empresas a investir mais no treinamento de novos funcionários, e aumentar, assim, sua importância no processo produtivo (CARVALHO, 2015, p. 188).

Se por um lado a produção industrial oscilava, por outro a manutenção do emprego ainda sim nutria o consumo. Fato que respaldava este consumo será o tema no próximo gráfico:

Gráfico 5 – Evolução Média da Taxa Selic



Fonte: BCB, 2016 – Elaboração Própria

ISBN 978-85-87406-94-1

Segundo Carvalho, a queda da Taxa Média Selic de 11,8%, para 8,5% se deve:

> A percepção de que o ritmo de crescimento da economia brasileira estava sendo negativamente afetado por um grupo diverso de fatores – tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda – provocou mudança de direção na política monetária conduzida pelo BCB e deu início a um forte ciclo de redução da taxa de juros ao final de agosto de 2011, assim como à reversão de algumas medidas macroprudenciais adotadas em dezembro de 2010 (CARVALHO, 2015, p. 190).

Dessa maneira o governo inicia seu estimulo para a aceleração da economia. Com o a baixa da taxa básica de juros e o encorajamento ao crédito, o aumento da inadimplência se tornou axiomático.

> Entre 2009 e 2013, o saldo das operações de crédito como proporção do PIB elevou-se de 42,1% para 54,7%. Este fato representou importante instrumento de inserção, na medida em que possibilitou a uma parcela importante da sociedade o acesso ao mercado de bens. Por sua vez, implicou também aumento dos níveis de inadimplência e endividamento por parte dos consumidores (CARVALHO, 2015, p. 194).

Sem embargo, diante da instabilidade que se instalava na economia brasileira, os Gastos Diretos do Governo cresciam de forma imponente. Assim, terminamos esta seção fundamentando o título da mesma, com a Tabela a seguir:

Tabela 2 – Gastos Diretos do Governo (2009 – 2014)

Ano	Gastos Diretos do Governo (em Milhões de reais)
2009	1.101.075
2010	1.044.954
2011	1.286.987
2012	1.395.266
2013	1.466.525
2014	1.860.961

Fonte: CGU, 2016 – Elaboração Própria

ISBN 978-85-87406-94-1

Destarte, entre os anos de 2009 e 2014 houve um aumento de 69% dos Gastos Diretos do Governo.

5. TUDO QUE ERA SÓLIDO E ESTÁVEL SE ESFUMA[68]: O ANO 2015

O ano que antecede a derrocada da economia brasileira, é um ano de acirrada disputa eleitoral, de exaltação do que fora feito e do quão longe poderíamos chegar. Entretanto, o cenário econômico que começava a se desenhar no ano 2015, levou o governo petista a uma guinada em sua política econômica.

Contudo, é essencial destacar, que o governo levou algum tempo para reconhecer a crise econômica que se instalava. “Na ocasião, o programa do PT sustentava as políticas implantadas no primeiro governo de Dilma, rejeitando o estigma do fracasso e apontando para a manutenção do emprego como principal métrica validadora” (MARTINS, 2015, p.18)

Com o intuito de analisarmos o ano 2015, nos pautaremos nos seguintes indicadores:

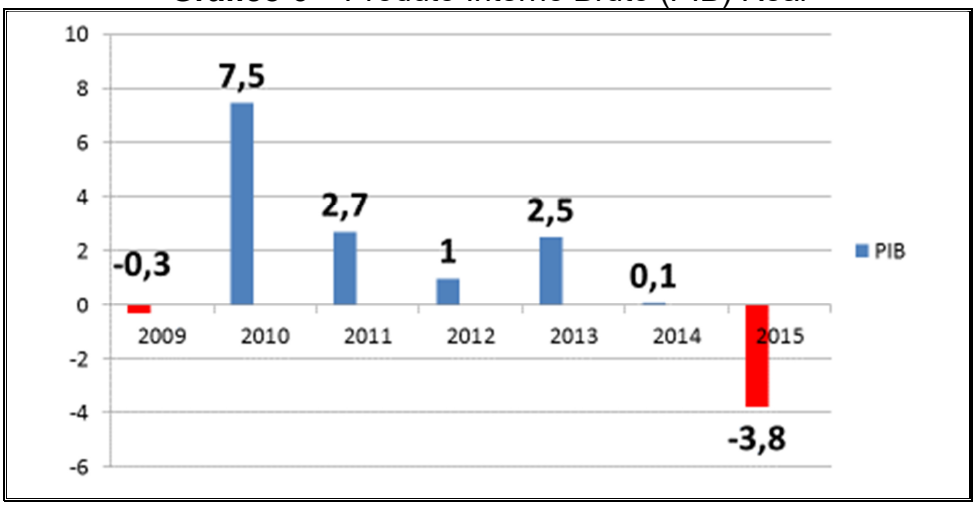
- Produto Interno Bruto (PIB) Real;
- Taxa Selic;
- Taxa de Desemprego;

Estes três indicadores, nos possibilitará medir o talante das medidas impetradas pelo governo.

[68] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 1. ed. São Paulo: L&PM, 2014. 7 p.

ISBN 978-85-87406-94-1

Gráfico 6 – Produto Interno Bruto (PIB) Real



Fonte: IPEADATA, 2016 – Elaboração Própria

No ano 2015, o PIB brasileiro sofre uma forte queda que é acentuada pela crise política que se instala no país, assim como a perca da credibilidade do governo diante das denúncias da famosa *contabilidade criativa*, fato que se desenrola no início do ano. “A deterioração das contas públicas pariu a quimera da contabilidade criativa, essa que corroeu o que restava de credibilidade ao governo” (MARTINS apud BOLLE, 2015, p.15)

A crise política que se instalou no país neste período é fato *sine qua non* para entendermos o estoicismo que se instalou nas atitudes do governo na direção de tentar superar a crise. “Segundo esta interpretação, foi posta em xeque a institucionalidade da política fiscal, consubstanciada na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas ações para atingir as metas de superávit primário” (MARTINS, 2015, p.16).

Observando que o fomento do consumo não iria produzir os efeitos desejados, o governo neste período optou por uma política de ajustes.

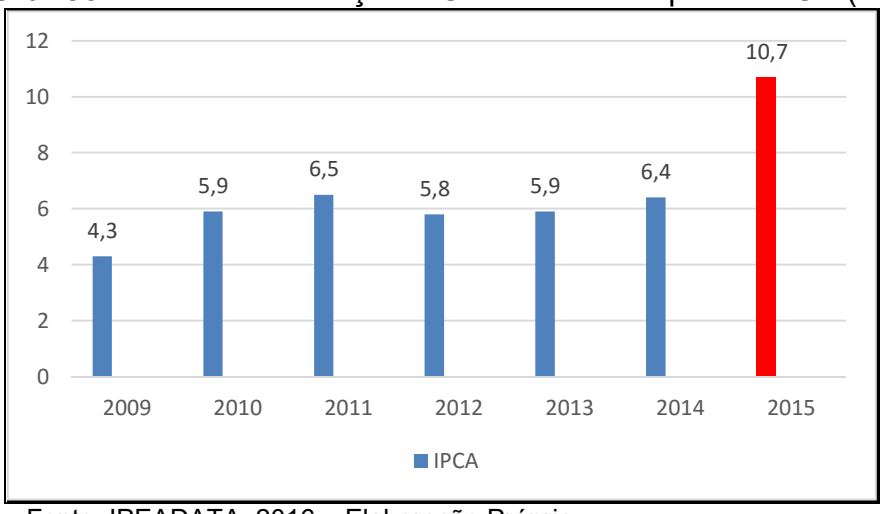
> À guisa de síntese, podemos caracterizar a primeira “ofensiva” fiscal a partir da conjunção de suas quatro linhas de ação: buscou-se promover um “choque de credibilidade”, houve uma redefinição de alguns direitos sociais, eliminou-se as desonerações tributárias antes promovidas e promoveu-se uma contração dos investimentos públicos (MARTINS, 2015, p. 27)

Entretanto, apesar das soluções providencias dentro do próprio governo para contornar a difícil situação econômica do país, desavenças entre

ISBN 978-85-87406-94-1

Legislativo e Executivo foram logo postas de lado, já que o espectro da inflação rondava o Brasil.

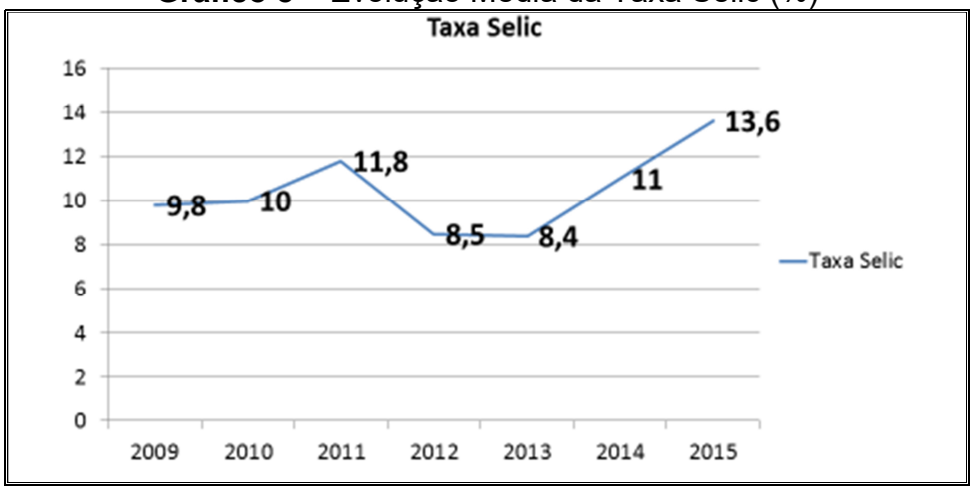
Gráfico 7 – Índice de Preço ao Consumidor Ampliado IPCA (%)



Fonte: IPEADATA, 2016 – Elaboração Própria

Como solução deste problema que já rodeava o país deste o ano eleitoral (2014), o governo optou pelo aumento da taxa SELIC.

Gráfico 8 – Evolução Média da Taxa Selic (%)



Fonte: IPEADATA, 2016 – Elaboração Própria

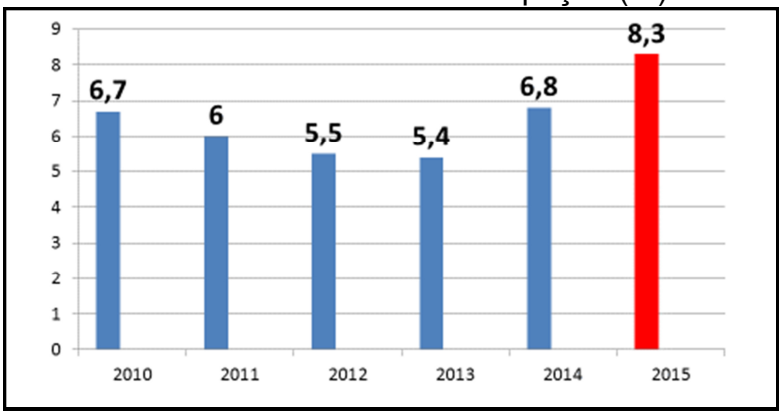
Segundo Martins (2015, p. 36) “coincidiu com o período pós-eleitoral a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de optar por aumentos sucessivos

ISBN 978-85-87406-94-1

da meta para a taxa Selic, refletindo uma preocupação maior com a dinâmica inflacionária".

Não obstante, as medidas econômicas não surtiram os efeitos esperados. Para mensurarmos esta ideia, passamos a analisar a taxa de desocupação no país:

Gráfico 9 – Taxa de Desocupação (%)



Fonte: IBGE, 2016 – Elaboração Própria

Portanto, como observa Martins (2015, p. 29) "de qualquer forma, a hipótese inicial que o ajuste fiscal iria produzir efeitos positivos sobre o crescimento (e, em última instância sobre o emprego) está longe de ser validada pelos resultados de curto prazo".

6. CONCLUSÃO – *WAR NAM NIHADAN*[69]

Diante das observações realizadas entre o período de 2008 e 2015, é factível dizer que os descalabros da economia brasileira têm como seu ápice as medidas de fomento do consumo para manter a economia em viés de crescimento por um longo período – ou seja, mais do que a economia podia suportar – fazendo com que o Brasil se encaixasse analogamente na Lei dos Rendimentos Decrescentes de David Ricardo.

É possível dizer ainda, que a perca de credibilidade do governo brasileiro diante das *pedaladas fiscais* foi fator determinante para que, mesmo diante

[69] "A língua persa tem uma ótima expressão, *war nam nihadan*, que quer dizer "matar uma pessoa, enterrar o corpo e plantar flores sobre a cova para escondê-la" ZIZEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente.* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. 12p.

ISBN 978-85-87406-94-1

do fato da troca de matriz econômica no ano 2015, as políticas impetradas não surtissem o efeito desejado, pelo menos, a curto prazo.

Portanto, há um somatório de decisões equivocadas quanto as medidas entre o período 2011 e 2014, mais o ano eleitoral, e a perca de credibilidade do governo no início de 2015 devido a desobediência da LDO. Todos esses fatores que somados dão como resultado a crise econômica brasileira em que submergimos, e sobretudo, o estoicismo das atitudes do governo, que não geram efeitos de curto prazo, gerando assim uma crise política que é expoente dos resultados econômicos atuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mansueto. **A queda nos termos de troca.** *Blog do Mansueto*. Disponível em: https://mansueto.wordpress.com/2015/11/22/a-queda-nos-termos-de-troca/ Acesso em 21. mar. 2016.

ALMEIDA, Mansueto. **Crescimento e Política Social.** *Blog do Mansueto.* Disponível em: https://mansueto.wordpress.com/2014/02/08/crescimento-e-politica-social/ Acesso em 21. mar. 2016

FERRAZ, Fernando Cardoso. **Crise Financeira Global: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados.** 2013. (Dissertação em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, Norberto Montani. **Ensaio sobre a nova travessia.** *Instituto de Economia – UFRJ*. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2015/TD_IE_021_2015_MARTINS-v.fin.pdf Acesso em 21 mar. 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Internacional.** 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

RIBEIRO, Fernando José de S. P. (Org.); CARVALHO, Leonardo Mello de. **Economia brasileira no período 1987 – 2013: relatos e interpretações da análise de conjuntura no Ipea.** 1. ed. Brasília: IPEA, 2015.

SCHELLER, Fernando. **Governo anuncia redução do IPI de eletrodomésticos.** *G1.* Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1089103-9356,00-GOVERNO+ANUNCIA+REDUCAO+DO+IPI+DE+ELETRODOMESTICOS.html Acesso em 21 mar. 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

O USO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS ENTRE ESTUDANTES: a perspectiva da Psicologia enquanto atuação docente.

Maria Carolina Gimenes (Uni-FACEF)
Marina de Paula Lopes Lemos (Uni-FACEF)
Aniely Cristina Romualdino[70] (Uni-FACEF)
Magaly Gomes Melo (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da Educação Básica pública brasileira. É desenvolvido pelo Ministério da Educação e tem como intuito apoiar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura nas universidades brasileiras com o fortalecimento da sua formação para o trabalho nas escolas públicas.

Em cursos de graduação em psicologia que possuem titulação em licenciatura existe a possibilidade da inserção do psicólogo em um viés docente. Esta atuação pode ocorrer em escolas de ensino fundamental e médio, o que abre espaço para um contato próximo com a realidade escolar atual.

Diferente da atuação do psicólogo escolar o psicólogo docente está imerso na sala de aula, tendo conteúdos programáticos a cumprir, relações de hierarquia a obedecer e certa restrição para a realização de um trabalho de forma sistêmica.

Na sala de aula, no universo estudantil, há várias temáticas a serem abordadas que suscitam da demanda interna e grupal dos adolescentes em estado de transição. Entre os assuntos de maior interesse dos alunos estão drogas, sexualidade, autoestima e identidade, sendo “drogas” o tema mais evidenciado entre os adolescentes, ao mesmo passo em que, é o mais desconhecido no que diz respeito ao seu efeito no organismo e as consequências do uso indiscriminado.

[70] Bolsistas PIBID/Capes

ISBN 978-85-87406-94-1

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo a realização de um estudo exploratório para a verificação do uso de drogas lícitas e ilícitas entre os estudantes, abordando, além disto, questões como a proximidade destes com as drogas e as consequências diretas ou indiretas geradas através da utilização de entorpecentes.

1.1 O USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES

O uso de drogas é frequente desde as populações mais primitivas. Entretanto, na atualidade, percebe-se cada vez mais o envolvimento direto ou indireto dos adolescentes com entorpecentes.

> Consumir drogas é uma prática humana, milenar e universal. Não existe sociedade que não tenha recorrido ao seu uso, em todos os tempos, com finalidades as mais diversas. A partir dos anos 60, o consumo de drogas transformou-se em uma preocupação mundial, particularmente nos países industrializados, em função de sua alta freqüência e dos riscos que pode acarretar à saúde. A adolescência é uma etapa do desenvolvimento que grandes preocupações suscita quanto ao consumo de drogas, pois os anos adolescentes constituem uma época de exposição e vulnerabilidade a elas. (TAVARES; BÉRIA; LIMA, 2001, p. 151)

No Brasil, o uso de drogas lícitas e ilícitas entre adolescentes estudantes do nono ano em escola pública demonstra elevados índices, o que aumenta a percepção da realidade do país e faz atentar para estas questões.

Segundo dados do IBGE obtidos na Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (2012), o índice de alunos do nono ano em escola pública que já experimentaram bebida alcoólica uma vez, no Brasil, é de 68,2%. Nesta mesma pesquisa calculada na região sudeste do País, constatou-se que esse índice aparece na referida população com a porcentagem 73,4%.

Os índices de utilização de cigarro entre a população nacional de estudantes do nono ano em escola pública é em escala menor à de utilização de bebidas alcoólicas, aparecendo em 23% dos alunos pesquisados. Na região sudeste, este valo rapresenta-se em 24,8%. (IBGE, 2012)

Estudando esta mesma população, percebe-se que embora apenas 23% já tenham feito uso de cigarro, em nível nacional, 62,6% destes estiveram na presença de pessoas que fizeram uso de cigarro em um intervalo de sete dias até o

ISBN 978-85-87406-94-1

momento da pesquisa. No sudeste, o índice é de 24,8% de usuários e 61,4% de observadores.

Sobre a experimentação de drogas ilícitas o número de brasileiros na faixa etária apresentada, aparece com 9,6%, e, na região sudeste, este número cresce para 13,2%. Especificamente elencando o uso de maconha em um período máximo de trinta dias antes do estudo, o número de usuários da população brasileira é de 3,8% e de 6,1% sudestinos, enquanto que o uso de crack nas mesmas condições aparece em nível nacional com 3,0% e no sudeste com 4,0%.

Tais dados fazem compreender que o contato de adolescentes com a drogadicção é real e muito presente no cotidiano dos alunos de escolas públicas e os índices de utilização de drogas lícitas ou ilícitas é alarmante dada a faixa etária desta população, o que, exige intervenções pontuais sobre esta temática nas escolas, com um intuito preventivo e também de resgate.

1.2 A VISÃO DO PSICOLOGO NO AMBIENTE ESCOLAR

As referencias técnicas para atuação do psicólogo na educação básica (2013) trazem a importância da junção da psicologia e educação, que se fundamenta no entendimento da dimensão subjetiva do processo ensino-aprendizagem. Temáticas como desenvolvimento, relações afetivas, prazeres e sofrimentos, comportamentos, ideias e sentimentos, motivação e interesse, aprendizagem, socialização, significados, sentidos e identificações contribuem para valorizar os sujeitos envolvidos nas relações escolares.

O psicólogo, dentro da instituição de ensino, atuando como docente tem um papel maior que simplesmente "dar aulas", pois além da prática docente, o psicólogo também tem um olhar subjetivo, buscando trabalhar com base nas relações e nos vínculos estabelecidos dentro da sala de aula. Por isso, pode-se dizer que o foco do psicólogo escolar é mover padrões institucionais, pois é necessário flexibilizar as queixas e os estigmas para investigar todas as relações que permeiam a escola.

É fundamental que a educação atue no processo de humanização, contribuindo para a apropriação dos conhecimentos produzidos na sociedade. A educação não transforma diretamente a estrutura social. Para que isso aconteça é

ISBN 978-85-87406-94-1

imprescindível a transformação das consciências dos que passam pela escola. Para transformar consciências é necessário buscar uma metodologia e uma lógica que deem conta de apreender o movimento real com todas as contradições presentes.

Em relação à intervenção da psicologia no processo ensino-aprendizagem, as referências (2013) apontam que o resultado do processo ensino e aprendizagem em uma perspectiva critica, é entendido como decorrente das praticas sociais e escolares que o produzem. Nessa ótica, a psicologia avança na compreensão desse processo quando o analisa a partir de condições histórico-sociais determinadas. Sua superação depende de ação que envolva os diferentes aspectos do processo de escolarização: relações familiares, grupos de amigos, práticas institucionais e contexto social.

2. METODOLOGIA

2.1 Sujeitos

Os sujeitos participantes foram trinta e um alunos com idades entre treze e quinze anos, regularmente matriculados no nono ano do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Franca-SP.

2.2 Instrumentos

Como instrumento de estudo foi utilizada a técnica da sociometria. A Sociometria é um método desenvolvido pelo médico romeno Jacob Levy Moreno no início do século XX e é comumente utilizado em pesquisas de cunho qualitativo ou quantitativo por seu caráter de aplicação simples. Conforme o próprio autor (1972) a sociometria se trata de uma técnica que possibilita uma investigação sistemática de grupos, bem como dos indivíduos que a compõe.

Aqui utilizada de forma mais superficial, a técnica permite mensurar os interesses particulares dos indivíduos, suas atrações e repulsas dentro do grupo, possibilitando assim uma compreensão mais clara da estrutura grupal (XAVIER, 1990).

ISBN 978-85-87406-94-1

2.3 Procedimentos

A pesquisa foi realizada em sala de aula visando um estudo exploratório dos alunos para iniciar a abordagem do tema “drogas”. Os alunos foram questionados sobre ações e situações envolvendo a temática e se dividiram conforme a resposta dada a cada pergunta. Em geral, as questões envolviam aspectos dicotômicos que proporcionavam respostas entre “sim” e “não”.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foi observado um número alarmante referente à proximidade dos estudantes com usuários de drogas lícitas e/ou ilícitas no contexto social: 100% dos adolescentes que participaram da pesquisa já estiveram em ambientes sociais em que pessoas faziam uso de substância, sendo ela lícita ou ilícita, e 67% já presenciaram o uso de drogas ilícitas no mesmo tipo de ambiente.

No que diz respeito ao convívio com usuários, 96,7% afirmaram conviver com pessoas usuárias de drogas lícitas e/ou ilícitas. Desse número, foi verificado que 53,3% têm relação próxima com indivíduos que fazem uso de substâncias ilícitas.

Quando questionados sobre a utilização de drogas lícitas e ilícitas por amigos próximos, pouco mais da metade (56,6%) dos adolescentes responderam afirmativamente e destes, 64% já tiveram a oferta de drogas ilícitas por parte destes mesmos amigos.

No que se refere ao contexto familiar o resultado também foi alarmante, visto que 60% dos que afirmaram ter convívio com usuários, os tem como parentes de primeiro grau (pai, mãe, irmãos). E infelizmente, 43% da amostra sofre ou já sofreu alguma consequência advinda do uso de drogas por familiares, sendo eles: violência física e verbal, falta de comida em casa pelo usuário fazer mau uso do dinheiro.

Ao ressaltar a pouca idade dos adolescentes em questão (entre 13 e 15 anos) observa-se que 80% que já fizeram uso de drogas lícitas, sendo que 64% ingeriram álcool e 36% álcool e tabaco. Também foi verificado que

ISBN 978-85-87406-94-1

aproximadamente 19% já fizeram uso de drogas ilícitas e desses, 66% fazem uso semanal.

Dos que nunca experimentaram, verifica-se que 77% afirmam ter curiosidade de experimentar algum tipo de droga e desses, 83% referem-se às drogas ilícitas. Verificou-se ainda que dos que tem a curiosidade, 25% pretende fazer uso desta um dia. Um número preocupante visto a falta de informação e instrução sobre as propriedades das substâncias e suas consequências fisiológicas, psicológicas e sociais.

4. CONCLUSÃO

Diante o exposto, percebe-se que o número de adolescentes que convivem direta ou indiretamente com usuários de drogas lícitas ou ilícitas é alarmante e demonstra o quão imersos neste contexto estão estes indivíduos em formação. A fase da adolescência é um período de transição em que o jovem se vê a frente de importantes escolhas que afetarão os aspectos corporais, psicológicos e sociais. Deste modo, considera-se os indivíduos dessa faixa etária como uma população vulnerável, e em especial no Brasil, carente de informações a respeito das questões que aqui são tabu, entre elas, a droga.

Com os dados obtidos na pesquisa, pode-se perceber a discrepância existente em nosso país entre o nível de exposição dos adolescentes em ambientes de risco e a quantidade de informação fornecida sobre o tema em questão.

Deste modo, é de suma importância que a escola seja um ambiente que ofereça aos alunos um espaço em que os temas socialmente censurados sejam discutidos e esclarecidos, proporcionando momentos de reflexão, partilha e orientação.

Neste sentido, o olhar do psicólogo enquanto docente contribui grandemente na abordagem destes temas, pois ele possui conhecimentos teóricos e práticos que viabilizam uma intervenção preventiva de caráter transformador.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo**. Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar,** 2012.

Moreno, Jacob Levy. **Fundamentos de la sociometría**. Buenos Aires: Paidós, 1972.

RAMOS, Nara Vieira e WIEBUSCH, Andressa. **As repercussões do PIBID na formação inicial de professores.** Seminário de pesquisa em educação da região sul. 2012. Disponivel em <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Formacao_de_Professores/Trabalho/05_40_51_1584-6928-1-PB.pdf>. Acesso em 21 de Maio de 2015.

REFERENCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Brasília. março/2013.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**.** Universidade Estadual de Campinas. 2008. Disponivel e m <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em 21 de Maio de 2015.

TAVARES, Beatriz Franck; BERIA, Jorge Umberto; LIMA, Maurício Silva de. **Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes.** Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 35, n. 2, p. 150-158, Abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102001000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de maio de 2016.

XAVIER, Odiva Silva. **A sociometria na administração de recursos humanos**. Rev. adm. empres., São Paulo , v. 30, n. 1, p. 45-54, Mar. 1990 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901990000100005&lng=en&nrm=isoAcesso em 18 de Maio de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

OFICINA DA FAMÍLIA FRANCANA: uma análise interdisciplinar sobre a efetivação dos direitos dos idosos

Dayana Moura Dezena (Unesp Franca)
Bento Sakatuala Salgado (Unesp Franca)
Guilherme Jorge da Silva Gravatin (Unesp Franca)
Kelly Cristina Canela (Unesp Franca)

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, ao tratar da Ordem Social, concede tutela jurídica à família, à criança, ao adolescente e também ao idoso, mas o faz de modo bastante tímido, especialmente com relação aos direitos e garantias da pessoa idosa. Como regra geral, a Lei 10.741/03 estabelece a idade igual ou superior a 60 anos para determinar quem será considerado idoso, refletindo uma tendência de países emergentes, cuja expectativa de vida é menor.

O presente trabalho se propõe a abordar os principais direitos e garantias conferidos à pessoa idosa pelo ordenamento jurídico brasileiro, bem como a analisar, a luz do princípio da manutenção dos vínculos familiares, o que é ser idoso e sua relação com a sociedade e com a família.

A partir dessa perspectiva teórica e crítica, em conjunto com a Assistência Social e a Psicologia, o projeto de extensão “Oficina da Família Francana” visa, em linhas gerais, fomentar a conscientização das novas gerações, das pessoas idosas e suas famílias sobre os direitos dos idosos e os meios para efetivá-los, bem como oferecer orientações psicossociojurídicas. Dessa forma, é possível fomentar discussões acerca da realidade da pessoa idosa e estimular o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

2. O IDOSO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

2.1 Evolução Histórica dos Direitos dos Idosos

O contingente de população idosa no Brasil vem crescendo e isso deve ser objeto de atenção por parte do Poder Público e da sociedade. Uma vez que a população que adentra essa faixa etária aumenta e que a expectativa de vida é

ISBN 978-85-87406-94-1

prolongada, as medidas de proteção dos idosos, bem como as políticas públicas precisam ser reforçadas e, por vezes, expandidas para que haja uma verdadeira efetivação de direitos.

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2004 contabilizou cerca de 17 milhões de idosos e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a partir do Censo 2010, aponta para 20 milhões de idosos no país, o que representa 11% da população.[71]

Há uma expectativa de que o Brasil se torne um dos países com maior população idosa do mundo. Diante dessa realidade, que tende a se avolumar a cada dia, o direito, a psicologia e a assistência social, bem como os demais ramos do conhecimento e da ciência, não podem estar alheios às necessidades e demandas próprias dessa população.

No que diz respeito ao direito, as leis e dispositivos legais voltados para proteção dos idosos até pouco tempo não eram tão vastas. No âmbito constitucional, só com o advento da Constituição de 1934 o termo idoso foi mencionado ao prever obrigação de previdência social do trabalhador.[72] A normatização do tema continua escassa até 1994, ano que é promulgada a Lei 8.842 que instituí a Política Nacional do Idoso. A lei foi criada com o intuito de garantir direitos sociais aos idosos, em busca de autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, aspectos que norteiam até hoje as leis que visam a pessoa idosa.

Uma das legislações específicas mais importantes entrou em vigor apenas em 2004 com a Lei 10.741, o Estatuto do Idoso. O Estatuto, como expõe Maria Berenice Dias:

> [...]constitui-se em um microssistema e consagra uma série de prerrogativas e direitos às pessoas de mais de 60 anos. Os maiores de 65 anos são merecedores de cuidados mais significativos. Não se trata de um conjunto de regras de caráter programático, pois são normas definidoras de direitos e garantias fundamentais de aplicação imediata (CF 5 . 0 § 1 .º).[73]

[71] FREITAS JR., Roberto Mendes de. **Direitos e Garantia do Idoso: doutrina jurisprudência e legislação**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p.1.
[72] Ibidem, p.2.
[73] DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 51

ISBN 978-85-87406-94-1

Em outras palavras o Estatuto consolida os direitos e garantias dos idosos, uma vez que se destina especificamente a regular matérias de direito material e processual em consonância à particular condição do idoso na sociedade.

2.2 Princípios Norteadores dos Direitos dos Idosos

A aplicação dos princípios constitucionais em matéria de direito dos idosos é imprescindível, afinal os idosos, em diversos casos, podem se encontrar em situações de vulnerabilidade e hipossuficiência, do ponto de vista econômico, social, físico ou psicológico. Há destaque para o princípio da dignidade da pessoa humana, assegurado constitucionalmente no art.1º, inciso III da Constituição Federal[74], princípio fundamental de todo ordenamento jurídico. A concretização da dignidade da pessoa idosa, portanto, deve ser a base das legislações e atuações voltadas para os idosos.

Entre outros princípios, destacam-se o princípio da solidariedade social que é a base do dever de todo cidadão de respeitar os direitos dos idosos; o princípio da manutenção dos vínculos familiares, presente nos arts. 226 e 230 da Constituição, art. 3°,V, Estatuto do Idoso.

2.3 Conceito de Idoso

O conceito de idoso não é consenso na doutrina e a legislação, até pouco tempo, não trazia um conceito legal. Definir quem são aqueles que compõem a terceira idade não é simples, pois envolve aspectos de ordem biológica e psicológica. Alguns definem pelo estrito critério biológico de idade. Outros atribuem critérios biopsicológicos a esse conceito. Wladimir Novaes Martinez aponta diversos critérios: cronológico temporal; psicobiológico; econômico-financeiro; social; legal.[75] O critério psicobiológico, por exemplo, determinada o idoso de acordo com condições físicas e intelectuais. Na perspectiva econômica financeira, o idoso é hipossuficiente economicamente o que justifica a maior proteção. Contudo, não é

[74] BRASIL. **Constituição**, 1988.
[75] MARTINEZ, Wladimir Novaes, 2005, apud DINIZ, Fernanda Paula. **Direitos dos Idosos na perspectiva civil-constitucional**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011, p.5.

ISBN 978-85-87406-94-1

possível generalizar a hipossuficiência econômica, já que nem todo idoso é desfavorecido economicamente.

O conceito legal é biológico e define pessoa idosa como aquele que tenha idade igual ou superior a 60 anos. Isso significa que todos aqueles que tenham 60 anos ou mais são tutelados pelas leis que visam aos idosos, independentemente se suas condições físicas e mentais. Não obstante a fixação de 60 para consideração da qualidade de idoso, a legislação atribuí diferentes direitos conforme a faixa etária. O benefício assistencial referido pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) é garantido aos idosos acima de 65 anos, bem como a gratuidade nos transportes públicos, como dispõe o art. 39 da Lei 10.741/2003.

2.4 Direitos Fundamentais dos Idosos

2.4.1. Direito à Vida

Proteção do idoso é um direito social e, portanto, indisponível.[76] Direito fundamental à vida, envolve direito à vida social e digna, ou seja, não basta garantir condições ínfimas de sobrevivência. O idoso tem direito a uma vida digna, assegurada com qualidade. Tanto Estado quanto sociedade possuem o dever e o compromisso de garantir ao idoso o direito à vida.

2.4.2. Direito à Liberdade

Esse direito visa a liberdade de agir, realizar-se e conviver e está previsto no art. 10 do Estatuto do Idoso. A liberdade assegura a faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais. (art. 5°, CF); o direito de opinião e expressão, bem como a liberdade de crença e de culto religioso; a prática de esportes e diversões (art. 217 CF), Lei Municipal 5.565/2000; a participação na vida familiar e comunitária (art. 230 C); a participação na vida política; e a faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

[76] FREITAS JR, Roberto Mendes. Op. cit, p.44.

ISBN 978-85-87406-94-1

2.4.3. Direito ao Respeito

O direito ao respeito também é previsto pelo Estatuto no art. 10, par. 2° e, assim como os direitos supramencionados, dele derivam diversos direitos tais como a inviolabilidade da imagem, da identidade, da autonomia, das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

Quando se fala em respeito, a forma como a sociedade enxerga o idoso é preponderante. Há uma discussão acerca da visão pejorativa de idoso, enquanto alguém fraco e derrotado, como alerta Roberto Mendes de quem já fez e produziu muito pela sociedade.[77] Determinadas visões e estereótipos podem levar ao tratamento discriminatório do idoso e, em termos mais severos, até a sua exclusão social e afetiva.

O ponto chave do respeito aos idosos vai além de reconhecer suas limitações e necessidades específicas, tangendo, sobretudo, atuações e posturas inclusivas que possibilitem a integração saudável do idoso no contexto social e familiar. A família enquanto uma das entidades responsáveis possui esse dever. O Estado, através de programas e políticas, pode promover a conscientização acerca do direito dos idosos ao respeito, a exemplo do programa de valorização do idoso "Vovó Sabe Tudo", implementado na cidade de Santos pela Lei Municipal 1.663/98, com a proposta "respeitar o Idoso é respeitar a si mesmo".[78]

2.4.4. Direito à Saúde

O Estatuto dispõe de um capítulo que assegura direitos dos idosos na saúde (art. 15 ao art. 19). Mais precisamente no parágrafo 1° do art. 15, a lei traz os meios de prevenção e manutenção da saúde do idoso, quais sejam: efetivar cadastros da população idoso, fundamentados em seus locais de residência; implementar atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios públicos; proceder à criação de unidades de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia; atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive

[77] FREITAS JR, Roberto Mendes. Op. cit, p.53.
[78] BRASIL. **Lei Municipal n° 1.663/98** de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://direitodoidoso.braslink.com/05/1663-98_santos.html>.

ISBN 978-85-87406-94-1

para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural; reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.

O direito dos idosos à saúde merece especial proteção e atenção prioritária, como afirma Marcos Ramayana:

> O Estatuto do Idoso autorizado pela norma constitucional exige atenção especial às doenças das pessoas idosas diante das peculiaridades das condições físicas e psíquicas. Significa, a nosso pensar, que o direito à saúde do idoso é de dimensão diferenciada e prefere as demais faixas etárias, com exceção do direito à saúde da criança e do adolescente cujas ponderações de interesses são isonômicas.[79]

Em sequência, o parágrafo 2° do artigo 15 do Estatuto dispõe o dever do Poder Público de fornecer medicamentos, próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação e reabilitação aos idosos de forma gratuita. Apesar dessa importante previsão que visa garantir um acesso integral ao serviço público de saúde, em termos práticos o Poder Público nem sempre é capaz de atender a demanda. Mesmo que a lei não estipule nenhum requisito de renda para obtenção gratuita de medicamentos e outros recursos, tendo em vista a realidade social do Brasil, especialmente a de muitos idosos, a demanda e a necessidade em obter gratuitamente medicamentos e outros recursos é grande. Essa quadro obriga muitos idosos a recorrerem à judicialização de suas demandas envolvendo saúde, o que causa o fenômeno da judicialização da saúde.

2.4.5. Alimentos

Conforme exposição já realizada, o Estado é um dos responsáveis pela proteção e efetivação do direito dos idosos, contudo ele não é o único. As relações de parentesco e a solidariedade familiar também geram obrigações, inclusive obrigação alimentar.[80]

[79] RAMAYANA, Marcos**. Estatuto do idoso comentado**. São Paulo: Roma Victor, 2004, p.36 apud FREITAS JR, Roberto Mendes, Op. cit, p.55.
[80] FREITAS JR, Op. cit, p. 80.

ISBN 978-85-87406-94-1

O Código Civil[81] em seu art. 1.695 prevê que os alimentos são devidos quando o alimentado não possui condições de manter a sua própria sobrevivência. É possível visualizar situações em que o idoso, já incapacitado para o trabalho, não tenha bens suficientes para manter-se sozinho. Além da necessidade do alimentado, outro elemento que compõe o binômio da obrigação alimentar é a possibilidade do alimentante em arcar com os alimentos.

Os chamados alimentos civis, segundo a doutrina, devem ser interpretador de forma ampla, incluindo todos os valores indispensáveis á subsistência do alimentado.[82] Yussef Said Cahali completa:

> Adotada no direito para designar o conteúdo de uma pretensão ou de uma obrigação, a **palavra "alimentos" vem a significar tudo o que é necessário para satisfazer as necessidades vitais de quem não pode provê-la por si;** mais amplamente, é a contribuição periódica assegurada a alguém, por um título de direito, para exigi-la de outrem, como necessário a sua manutenção.[83] (grifo nosso).

A respeito dos alimentos naturais (art. 1.694, par. 2°), eles são cabíveis em situações que o alimentado, agindo com culpa, causou a sua própria situação de necessidade. Um idoso que liquidou todo seu patrimônio, perdeu seus bens ou endividou-se, por exemplo, ainda por pleitear alimentos, todavia estes serão fixados num valor mínimo necessário para subsistência.

O Estatuto do Idoso prevê inclusive sanções em caso de descumprimento de obrigação alimentar, nos termos do dispositivo *in verbis*:

> Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou **privando-o de alimentos** e cuidados indispensáveis, **quando obrigado a fazê-lo**, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:
>
> Pena – **detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa**.
>
> § 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:
>
> Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
>
> § 2º **Se resulta a morte**:
>
> Pena – **reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos**. (grifo nosso)

[81] BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
[82] FREITAS JR, Roberto Mendes. Op. cit, p. 80.
[83] CAHALI, Yussef Said**. Dos Alimentos**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p.16 apud FREITAS JR, Roberto Mendes. Op. cit, p.80.

ISBN 978-85-87406-94-1

2.4.6. Previdência e Assistência Social

O sistema da Seguridade Social, previsto constitucionalmente, engloba a Previdência e a Assistência Social. Cabe ressaltar que a Previdência Social fornece direitos aos benefícios para aqueles que são ou foram contribuintes, ou seja, segurados da Previdência. Portanto, é inegável seu caráter contributivo e não assistencial. Essa noção é primordial, pois ao falar de aposentadoria e outros benefícios previdenciários, não basta ser idoso ou ser necessitado, é preciso preenchimento de requisitos objetivos definidos em leis tais como tempo de contribuição, qualidade de segurado, entre outros.

A Lei 10.741/2003 refere-se ao Regime Geral da Previdência Social, prevendo condições sobre os critérios de cálculo dos benefícios, correção monetária em caso de atraso por culpa da previdência e outras disposições.

Em se tratando de Assistência Social, o critério de contribuição não é exigido, como manda o art. 203 da Constituição Federal. O viés pretendido é justamente amparar econômica e socialmente aqueles que vivem em situações de miséria e pobreza. O marco jurídico histórico da necessidade de estabelecer assistência social em busca de garantir segurança social ao idoso se deu com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas.[84]

O art. 33 do Estatuto do Idoso reforça que a assistência social deve ser prestada conforme as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Sendo assim, o art. 20 da referida lei, com fulcro no art. 203, inciso V da Constituição Federal e art. 34 do Estatuto do Idoso, dispõe que idoso, com idade igual ou superior a 65 anos e com renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo, tem direito ao Benefício de Prestação Continuada.

O propósito é assistir idosos em situação de hipossuficiência que tem sua vida digna arriscada em face de condições de miserabilidade. Por conseguinte, não é necessária qualquer contribuição com a previdência e todos aqueles que preenchem os requisitos legais fazem jus ao benefício assistencial e o Estado tem a obrigação de pagá-lo.

[84] FREITAS JR, Roberto Mendes. Op cit, p.108.

ISBN 978-85-87406-94-1

2.4.7. Direito à Habitação, Cultura, Lazer, Educação

A gama de direitos que devem ser assegurados aos idosos é vasta. Para além dos direitos já abordados, cabe citar o direito a habitação, com previsão nos arts. 37 e 38 do Estatuto do Idoso, que todo o idoso possui de uma moradia digna. A prioridade que deve ser dada a ele não é apenas no âmbito da saúde, os programas habitacionais de aquisição de casa própria também devem priorizá-los.

Pensando na integração do idoso na sociedade, é preciso atentar para os direitos de educação, cultura e lazer. Dentre as medidas que podem ser tomadas pelo Poder Público, destacam-se: inserção, nos currículos mínimos, nos diversos níveis de ensino, de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, na busca por conscientização e eliminação de preconceitos; geriatria e gerontologia como disciplinas nos cursos superiores; desenvolvimento de programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, buscando informar a população sobre o processo de envelhecimento; desenvolvimento de programas de ensino a distância, voltados à pessoa idosa; apoio para a criação de universidades destinadas à terceira idade; incentivo à leitura adequada à pessoa idosa, tendo em vista suas limitações. Todavia, muitas dessas medidas não possuem incidência prática.

3. EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E DA PROTEÇÃO DOS IDOSOS E MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Com base no exposto, na análise do Estatuto do Idoso e através da observação de entrevistas realizadas pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), é possível apontar alguns indicadores que sinalizam o descompasso entre o que está assegurado no Estatuto e as necessidades enfrentadas pelos idosos de baixa renda, tais como: dificuldades de acesso a serviços básicos de saúde (com as imensas filas do SUS); transporte (com o desrespeito de motoristas e passageiros ao cumprimento da lei que garante passe livre e assento para as pessoas acima de 60 anos); lazer, uma vez que o acesso às áreas de ‘divertimento’ se torna restrito pela falta de recursos.

Semelhante ao ocorre com a legislação de proteção à infância e juventude, também o estatuto do idoso prevê medidas de proteção. Estas medidas são aplicáveis quando houver ameaça (tutela preventiva) ou lesão (tutela repressiva)

ISBN 978-85-87406-94-1

aos direitos previstos no estatuto por. Algumas dessas medidas são: encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;

Às vésperas do Dia Internacional do Idoso, celebrado em 1º de outubro, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), entidade filiada à Associação Médica Brasileira (AMB), que congrega mais de 2 mil membros associados, distribuídos em 18 seções estaduais, divulga Carta Aberta à População Brasileira, na qual traz à reflexão quanto ao cenário atual do envelhecimento e saúde do idoso no país, seus avanços e fragilidades.[85]

O Estatuto do Idoso, responsável por instituir uma política nacional que prevê, entre outros aspectos, direitos e deveres relativos a esta população, a realidade revela que na prática muito ainda há de se avançar, conforme avalia a SBGG.

Estabelecer uma rede integrada de atenção ao idoso, no qual seja promovida a integração entre todos os níveis de atenção à saúde – primária, secundária e terciária – bem como promover a formação e capacitação de profissionais qualificados para atender à crescente demanda de maneira integral às demandas dos idosos em suas diferentes esferas de saúde, educação e sociais são alguns dos aspectos retratados no documento.

Para se ter ideia, enquanto o número de idosos aumenta ano a ano, existem apenas 1000 geriatras no Brasil, uma média de apenas um geriatra para cada 20 mil idosos, conforme dados recentes do Conselho Federal de Medicina (CFM).[86]

4. PRINCÍPIO DA MANUTENÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES

O indivíduo pós-moderno não é preparado para envelhecer. Essa premissa, aparentemente comum, traz um significado monumental em se tratando de organização da sociedade. Toda a cultura criada em relação à beleza,

[85] CEPAL-Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento. Brasília: Cepal, dezembro, 2007
[86] SILVA, M. do R. de F. e. As necessidades da população idosa e as políticas de proteção social na realidade brasileira

ISBN 978-85-87406-94-1

prosperidade, sucesso, etc, está vinculada a um modelo de produção que não possui, na sua constituição, espaço para o envelhecimento. Os indicadores dessa realidade estão escancarados no cotidiano de todos. A indústria da beleza, cada vez mais, mobiliza investimentos para o desenvolvimento de produtos que melhoram a estética e retardam a aparência envelhecida; é comum que comerciais de produtos estejam vinculados à imagem de modelos novos.

A opção por negligenciar a velhice, como se ela fosse indigna de atenção, traz consequências prejudiciais para aquelas pessoas que se encontram nesse estágio da vida. Esse processo de negligência é tão inconsequente que não sopesa a realidade global: todos irão envelhecer. Houve, com o passar do tempo, a inversão do tratamento do idoso na sociedade ocidental que culminou com a atual desvalorização do idoso. O papel deste dentro do lar ou mesmo fora dele, recebia, outrora, outra valoração.

Em se falando de sociedade ocidental, é possível estabelecer o ponto de referência para as bases filosóficas e políticas da Grécia e Roma da antiguidade. Mais do que uma simples figura anciã, o idoso era considerado o precursor de toda organização familiar. Digno de respeito e gratidão, era protagonista do processo de consolidação das famílias gregas e romanas. Analisando o processo de sucessão até os primórdios dos primeiros clãs, o antepassado comum era aquele que havia constituído a própria organização da cidade. O fundador de Roma. Adorado por todos, era titular do direito de ser cultuado:

> O fundador era o homem que realizava o ato religioso sem o qual a urbe não poderia existir. Era o fundador quem assentava o lar e onde devia brilhar, eternamente, o fogo sagrado. Era ele quem, com suas preces e ritos, convoca os deuses e os fixava para sempre na urbe.
> É possível fazer ideia do respeito tributado a esse homem sagrado. Durante a sua vida, os homens viam nele o autor do culto e o pai da cidade; morto, tornava-se em antepassado comum para todas as gerações que se sucediam; era, para cidade, aquilo que o primeiro antepassado fora para a família, um lar família. A sua memória perpetua-se como o fogo do lar por ele ascendido. Votavam-lhe culto, julgavam-no deus, e a urbe adorava-o como sua providência.[87]

Na cultura oriental, o idoso sempre teve outro status. Geralmente com posição de destaque dentro da família. O ancestral, seja na cultura hindu, chinesa, japonesa entre outras, sempre possuiu poderes de decisão sendo consultados

[87] COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. 2. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. p. 154

ISBN 978-85-87406-94-1

quando algum membro mais novo da família necessitava de algum aconselhamento. O idoso sempre representou, na história dessas culturas, um acumulador de sabedoria. Aquele que tinha o domínio de experiências vivenciadas ao longo dos anos e que possuía grande capacidade de contribuir com ensinamentos para os mais jovens. Segundo Silvia Masc da Universidade Federal de Juiz de Fora sobre o idoso no Japão e na China:

> A cultura dessas sociedades tem como tradição cuidar bem, glorificar e reverenciar seus idosos, resultado de uma educação milenar de dignidade e respeito.Os japoneses consultam seus anciãos antes de qualquer grande decisão, por considerarem seus conselhos sábios e experientes.
> Em outros grupos das sociedades antigas, o ancião sempre ocupava uma posição digna e era sinônimo de forte aspiração perante todos. Os idosos têm intensa atuação nas decisões importantes de seus grupos sociais, especialmente nos destinos políticos.
> Na antiga China, o filósofo Confúcio (que viveu entre os anos 551–479 a.C) já apregoava que as famílias deveriam obedecer e respeitar ao individuo mais idoso.[88]

Com o passar do tempo e assimilação dos valores de rápida utilização e descarte dos diferentes produtos e mercadorias existentes, é possível evidenciar uma tendência de desprezo aos mais velhos; como se, assim como uma mercadoria, tivessem sofrido um processo de obsolência e de nada servissem dentro da dinâmica atual. As diferentes situações da pós-modernidade nas quais os indivíduos estão inseridos, contribuem para a inserção dos mesmos em estilos de vida onde a praticidade é altamente cultuada. A figura do idoso que representa a tradição, vivência e necessita de tempo de cuidado, passa a se tornar um entrave na dinâmica acelerada.

Como consequência iníqua do não enquadramento do idoso nessas situações, acontecem diariamente no Brasil, casos de maus tratos aos idosos, que ferem gravemente a dignidade da pessoa humana, protegida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim como propriamente os direitos dos idosos presentes no Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003.

> Um idoso de 84 anos foi resgatado nesta segunda-feira (11) após denúncias anônimas de que ele era vítima de maus-tratos, em Goiânia. Ele morava com a filha, de 59 anos. Fotos divulgadas pela polícia mostram que o idoso estava muito magro e com feridas roxas na pele, que aparecem quando a pessoa fica muito tempo em uma mesma posição na cama.[...]

[88] UFJF. **O olhar ao idoso no Japão e na China**. Disponível em:<http://www.ufjf.br/ladem/2013/06/28/o-olhar-ao-idoso-no-japao-e-na-china-por-silvia-masc/>. Acesso em: 10 mai. 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

> [...] Segundo a delegada Silvana Nunes, o idoso passou a morar com a filha após sofrer uma queda e quebrar o fêmur em dezembro do ano passado e não conseguir mais andar. De acordo com as denúncias, ele sofria maus-tratos e a família daria calmantes para que ele dormisse a maior parte do tempo.[89]

Analisando o exemplo de maus-tratos supracitado e outros, a relação entre a depreciação do status dos idosos e os direitos dos mesmos aparecem como uma questão fundamental a ser pensada. Houve na história constitucional do Brasil uma indiferença do legislador no que diz respeito aos direitos dos idosos. Na constituição de 1988, não houve uma expressiva menção dos idosos nos seus artigos. Alguns doutrinadores defendem a interpretação extensiva de que qualquer violação à dignidade da pessoa humana, por consequência seria uma violação dos direitos dos idosos. Isso é fácil de concluir, segundo Roberto Mendes de Freitas Junior:

> Com base no disposto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, portanto, todos os direitos da pessoa idosa estão garantidos constitucionalmente, uma vez que qualquer violação dos direitos fundamentais da pessoa idosa, invariavelmente, a dignidade da pessoa idosa.[...]
> [...] Pode-se concluir, dessa forma, que a utilização da interpretação extensiva do disposto no artigo 1º, inciso III, e art. 2º, ambos da Constituição Federal, seria suficiente para garantir aos idosos todos os direitos concedidos aos demais cidadãos, sendo prescindível a promulgação de qualquer outro texto Legislativo.[90]

Do ponto de vista principiológico, sabe-se que existem inúmeros princípios que norteiam os direitos dos idosos. Principio da dignidade da pessoa humana, da solidariedade social, entre outros. Porém, é importante notar, em situações onde os maus-tratos acontecem vertiginosamente, que o princípio da manutenção dos vínculos familiares se mostra mister na inclusão social do idoso. Não apenas a manutenção de um vincula, mas o amparo familiar também é fundamenta. O apoio da família acaba sendo o principal suporte na concretização e acesso aos direitos dos idosos. Nesse sentido é possível afirmar que a aqueles que se encontram em idade avançada e posição de fragilidade, têm na presença e cuidado familiar uma chance de superar as barreiras sociais e sair do esquecimento.

---

[89] G1. **Polícia resgata idoso de 84 anos vítima de maus-tratos em Goiânia**. Disponível em:< http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/05/policia-resgata-idoso-de-84-anos-vitima-de-maus-tratos-em-goiania.html>. Acesso em: 12 mai. 2016.
[90] FREISTAS JUNIOR, Roberto Mendes de. **Direitos e garantias do idoso: doutrina, jurisprudência e legislação**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 4

ISBN 978-85-87406-94-1

Não seria prudente apontar que todos os idosos estão em posição de fragilidade; a própria definição legal de idoso, presente na Lei nº 10.741/2003, que adota a concepção biológica definindo idoso como sendo a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, não faz uma seleção realista das limitações físicas e dependência emocional e psicológica dos mesmos; é comum, com a evolução da sociedade e medicina que os indivíduos vivam mais tempo e com saúde e autonomia por mais tempo. Em outras palavras, existe uma infinidade de pessoas consideradas idosas que possuem completa autonomia em relação à família, trabalham e vivem suas vidas da mesma maneira que um indivíduo mais novo.

A principal preocupação das políticas públicas e das famílias não são aquelas pessoas com mais de 60 anos e que possuem uma vida ativa e independente; são aqueles que necessitam de amparo familiar. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no capítulo VII, do título VIII, traz no seu art. 229 e 230, a obrigação da família e sociedade no amparo do idoso:

> Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
> Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.[91]

A valorização do idoso não aparece apenas como uma maneira subjetiva com que os membros da família demonstram afeto ao longevo; deve ser encarada como a mínima expressão de gratidão pela esplêndida oportunidade de existência usufruída pelos mais jovens. Os princípios desempenham o papel de devolver o valor do ancião que historicamente perdeu-se nas sociedades ocidentais, com o exemplo do Brasil. Revestidos de carga altamente valorativa e possuindo normatividade legitimada pelo ordenamento jurídico brasileiro, mostram-se como ferramentais indispensáveis em momentos de esvaziamento de significação.

4.1. Proposta do Projeto de Extensão

A proposta do atual projeto de extensão, que tem o idoso como objeto de estudo, é o aprofundamento da análise relativa a efetivação dos direitos dos

[91] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

ISBN 978-85-87406-94-1

mesmos. De forma mais específica, essa atuação relaciona-se com a carga principiológica retratada neste trabalho, no que tange a fundamentação teórica de todo o estudo produzido. O grupo procura uma aproximação direta com o público idoso, dentro das oficinas desenvolvidas durante o ano, efetivando a aproximação e estudo empírico fundamentado na pesquisa bibliográfica legislativa.

Em momentos pretéritos foram traçados planos de trabalho com os idosos da comunidade francana, trabalhando questões, muitas vezes, tratadas como tabus por toda a sociedade quando relacionadas à imagem do idoso. Como por exemplo a sexualidade. As futuras oficinas que serão concretizadas pelo grupo também possuem o escopo de discutir assuntos que são esquecidos pela sociedade e que contribuem para o esquecimento do próprio idoso, como os vínculos familiares conflitivos, a própria sexualidade que já foi anteriormente trabalhada, a relação com a morte e com as limitações de ordem física sofridas com o avanço da idade.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, nota-se que a lei traz um rol de situações em que deve haver tratamento prioritário ao idoso, tais como: atendimento preferencial junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção ao idoso; a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações; priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento de atendimento em asilo, que deve ser reservado apenas para os casos em que o idoso não possui família e careça de condições de manter sua própria sobrevivência; capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos.

O acesso à justiça permite que uma vez lesados, ameaçados ou não efetivados os direitos dos idosos possam ser pleiteados e cumpridos, nos moldes da legislação constitucional, civil e previdenciária e demais legislações aplicáveis. A lei determina, ainda, a prioridade na tramitação de processos e procedimentos e na execução de atos e diligências judiciais em que figure como parte o idoso ou interveniente neste, em qualquer instância.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

ARGOLO, Diêgo Edington; FURTADO, Natália Maria Reis Oliveira. Os direitos dos idosos no Brasil: uma investigação dos planos fático E legislativo. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 112, maio 2013. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13217&revista_caderno=27>. Acesso em 10 de maio 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, Fernanda Paula. **Direitos dos Idosos na perspectiva civil-constitucional**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011.

FREITAS JR., Roberto Mendes de. **Direitos e Garantia do Idoso: doutrina jurisprudência e legislação**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, M. do R. de F. e. **As necessidades da população idosa e as políticas de proteção social na realidade brasileira**.
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
CEPAL-Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe**. Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento. Brasília**: Cepal, dezembro, 2007.

ISBN 978-85-87406-94-1

Os ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NOS SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: fatores que interatuam nas relações de trabalho e saúde

Aline Cristina Pereira da Silva (UNESP- Franca/SP)
Bianca Barbosa do Vale[92] (UNESP- Franca/SP)
Edvânia Ângela de Souza Lourenço (UNESP- Franca/SP)
Tamara dos Santos Oliveira (UNESP- Franca/SP)

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado é fruto de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo conhecer e analisar as relações sociais de trabalho das/dos assistentes sociais que atuam nos serviços de Seguridade Social no Brasil, identificando os possíveis fatores que interatuam no processo de trabalho e na saúde destes profissionais. A discussão perpassa as relações que subordinam os trabalhadores públicos, em específico, os de Serviço Social, que a partir das políticas neoliberais vigentes tornam as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social mercadorias e interferem na efetivação do trabalho e o exercício pleno do trabalhador.

Assim, busca-se discutir o trabalho das/dos assistentes sociais, sob as condições do Estado neoliberal, com vistas a compreender as possibilidades e os limites no cotidiano deste profissional, especificamente aqueles que podem, de alguma forma, atuarem como determinantes para as suas condições de saúde. O objetivo geral é conhecer e analisar as relações sociais de trabalho das assistentes sociais que atuam na Seguridade Social identificando os possíveis rebatimentos para a saúde destes profissionais. Trata-se de um estudo que, empiricamente, deverá se valer da abordagem quantitativa e qualitativa.

O estudo referido conta com o apoio de questionários semiestruturados, e a pesquisa deverá compreender amostras obtidas por meio da auto aplicação dos questionários[93], que estarão disponíveis em um sítio específico a partir do *google docs* para o seu preenchimento *on line*. Para tanto deverá realizar também entrevistas coletivas por meio de grupos focais, por meio das quais buscar-se-á

[92] Bolsista PIBIC/CNPq
[93] O referido questionário *on line* está hospedado no site da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) UNESP- Franca, como se pode visualizar no endereço: <http://www.franca.unesp.br/#!/pesquisaprocessodetrabalho>.

ISBN 978-85-87406-94-1

aprofundar o conhecimento acerca da relação trabalho e saúde das/dos assistentes sociais que atuam na Seguridade Social, ou seja, na saúde, na previdência social e na assistência social.

A seguridade social segundo Pereira (2009) enquanto sistema de proteção social forneceu as bases para o *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, porém o Brasil aderiu de forma tardia esse sistema, diferente de alguns países. Antes de 1930 no Brasil algumas categorias já estavam inclusas no modelo de seguro social, eram eles, os portuários, os marítimos, os telegráficos e os radiotelegráficos. Assim a Lei nº. 4682 de 24/01/1923 promulgada em 1923, pelo deputado Eloi Chaves, instituiu a Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP's) cujo qual os trabalhadores operários urbanos como os ferroviários, por exemplo, foram contemplados inicialmente por fazerem parte de uma categoria profissional de interesse das classes dominantes, visto que esses trabalhavam nas estradas de ferro por onde o café e as sacas da elite brasileira eram transportados.

Houve algumas mudanças, mas somente no governo de Getúlio Vargas, em 1933 que as CAP's foram unificadas e modificadas para IAP's (Institutos de Aposentadorias e Pensões) contemplando os trabalhadores operariados e urbanos e não apenas aqueles que pertenciam a um determinado segmento de trabalhadores. Mesmo havendo maior incorporação de outras categorias profissionais, ainda havia um certo corporativismo:

> Surge, inicialmente, a necessidade de triagem da população que demanda a instituição. Tem por sentido eliminar aqueles que não tem vinculação com o aparelho produtivo e encaminhar para outra instituição de seguro aqueles não vinculados ao setor de atividade própria daquela instituição em particular. (IAMAMOTO, 2006 p. 304).

Na década de 1940 segundo Boschetti (2006) com a Consolidação das leis de trabalho - CLT é que houve a criação da Previdência Social como um dispositivo de seguro social, ou seja, com intuito de subsidiar uma proteção social aos trabalhadores contribuintes. Pereira (2009) enfatiza que esse movimento se deu de forma tardia, e o Brasil não vivenciou experiências de maior provisão publica frente aos direitos sociais sob um referencial keynesiano, ou seja, o Brasil não passou por um Estado de Bem Estar Social e aderiu ao sistema beverigiano de seguridade social de forma tardia, diferente dos países escandinavos e de capitalismo central.

ISBN 978-85-87406-94-1

A Constituição brasileira de 1988 aparelhou no âmbito da legislação a organização das políticas sociais e reconheceu os direitos sociais, assim, ficou conhecida como Carta Cidadã por resgatar o cerne do Estado Democrático de Direito e estipular o conceito de Seguridade Social. É importante compreender que os direitos sociais contidos na referida Constituição são constitutivos de fortes movimentos e lutas sociais que demandavam a redemocratização do Estado, a ruptura com os regimes militares e a criação de políticas sociais de caráter universal e com a participação política dos trabalhadores e representantes da sociedade civil.

A partir dos anos de 1970 tem-se a necessidade de repensar as estruturas organizacionais e de escoamento de produção e com esse processo de ordem econômica para Pinto (2013) instaura-se a reestruturação produtiva. Ou seja, passa a vigorar um conjunto de ações flexibilizadoras que teve rebatimentos econômicos, sociais e principalmente no desmonte das políticas sociais. No que se refere aos trabalhadores há um processo de cerceamento das regulações protetoras de direitos básicos e fundamentais. “A proposta neoliberal global resume-se em exigir cada vez mais um maior mercado com um menor Estado” (Novelo, 2002 p.68), assim o Estado segundo o autor passa a exercer a função única de regulamentador e administrador. É nesse momento que a ideologia da "globalização" subjacente às políticas neoliberais e as ações de austeridade são colocadas como norteadoras do capital com vistas a “sair” da crise da década de 1970/80.

Segundo Alves (2007), essas medidas foram conjugadas, numa clara relação de interdependência entre o modelo de Estado e o modelo de produção: a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Elaboraram-se, entre outros, os ajustes econômicos, os cortes dos benefícios sociais e as reformas das políticas sociais, transformando direitos em ações do mercado e o Estado Social em Estado mínimo, voltado para as necessidades do mercado.

Diante esse cenário é possível compreender a importância em se discutir o trabalho profissional do Serviço Social, tendo em vista que este se configura enquanto uma das profissões que compõe os quadros de trabalhadores dos vários serviços afeitos à Seguridade Social, situa-se entre o atendimento às necessidades postas pelas expressões da questão social, as quais se tornaram

ISBN 978-85-87406-94-1

mais agudas e a restrição do acesso a estas políticas, garantidas em lei, mas, na realidade, quase sempre inexistentes.

Considerando o exposto o artigo divide-se em três momentos de reflexão, o primeiro tem como objetivo discutir a previdência social e algumas informações obtidas através da pesquisa, em segundo momento objetiva-se debater sobre a saúde no Brasil enquanto uma política publica universal que compõe a seguridade social e em ultimo momento busca-se refletir em torno da assistência social.

2. A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Previdência Social no Brasil constitui-se a partir da criação do fundo de provisão criado pelos trabalhadores urbanos e tornado público nas teias da história política brasileira. No início do século XX, nascia as primeiras organizações previdenciárias autônomas dos novos empregados urbanos, as Caixas de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários (CAPs) em 1923.

As organizações previdenciárias nasceram então a partir da necessidade dos trabalhadores que estavam inseridos na nova organização da produção industrial de garantir bases solidárias para o provimento de sua segurança futura. É a partir de 1923, com a Lei Elói Chaves que se passa a regulamentar pela primeira vez as Caixas de Aposentadoria e Pensões dos trabalhadores, as premissas deste Decreto estavam calcadas na previsão dos benefícios de aposentadoria por invalidez, a ordinária (equivalente à aposentadoria por tempo de serviço), pensão por morte e assistência médica. A princípio este Decreto era voltado para os empregados vinculados às empresas de construção e manutenção das estradas de ferro existentes à época e seus familiares, que passaram a ter direito a assistência médica, a medicamentos por preços especiais, aposentadoria e pensões. Estas caixas foram organizadas pelos empresários, mas muitas vezes, não atingiam um número de segurados necessários com capacidade de contribuição suficiente para permitir e garantir o pagamento dos benefícios em longo prazo.

Apenas no governo de Getúlio Vargas, em 1933 que as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP'S) foram unificadas e alteradas para IAP's

ISBN 978-85-87406-94-1

(Institutos de Aposentadorias e Pensões) contemplando assim os trabalhadores operários e urbanos . Com a Era Vargas a Previdência se tornou semi-universal e não mais restrito a um seleto grupo.

Em 1960, é finalmente promulgada a primeira Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) que passou a uniformizar os direitos dos segurados pelo teto dos melhores institutos e em 1969 houve a ampliação da cobertura previdenciária contemplando assim os empregados domésticos, trabalhadores rurais e profissionais autônomos.

Com a elaboração da Constituição de 1988, a Previdência Social brasileira que antes era contributiva, através do recolhimento com os fundos de pensão e aposentadoria, torna-se universalizada, ou seja, passa a contemplar a todos os trabalhadores e/ou qualquer indivíduo, mas desde que haja uma contribuição mensal. A partir disso a Seguridade Social passa a ser composta pela política da Assistência Social, Saúde e a Previdência Social, sendo a Previdência a única de caráter contributivo.

2.1 O processo de Trabalho das (os) Assistentes Sociais na Previdência Social.

O Serviço Social na Previdência tem seu marco legal em 06 de setembro de 1944 que cria o serviço na estrutura da instituição. A trajetória do Serviço Social na Previdência mistura-se com a história da própria política previdenciária e da seguridade social brasileira, sendo portanto, marcada por vários acontecimentos, avanços e retrocessos, decorrentes das modificações e contextos vivenciados pela instituição, sociedade e pela própria profissão. No primeiro momento de sua criação na Previdência, o Serviço Social teve sua atuação marcada pelo discurso de humanização das grandes máquinas burocráticas, e neste contexto os objetivos profissionais identificavam-se com os objetivos institucionais. Com a unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's) em 1966, o momento foi de legitimação da profissão. A prática de atuação do Serviço Social tinha como diretriz básica, desenvolver programas de assistência social adequada aos “serviços de bem-estar social”. Em 1977, houve a extinção dos Centros de Serviço Social, sendo que este fato representou perda de espaço e trouxe a perspectiva de

ISBN 978-85-87406-94-1

exclusão do Serviço Social da Previdência, com a passagem para a área de Assistência Social – LBA.

Já nas décadas de 1980 e 1990, em meio ao processo de reconceituação do Serviço Social, da redemocratização do país e da ampliação dos direitos sociais, o Serviço Social, no âmbito da Previdência, tem a redefinição de suas competências . A partir de então, passa ser o foco da atuação o esclarecimento dos direitos sociais, dos meios de exercê-los e do estabelecimento conjunto com os beneficiários quanto à solução de problemas. Neste contexto, o Serviço Social da Previdência, reestrutura sua prática profissional, buscando ampliar o acesso dos usuários aos benefícios e serviços previdenciários; e contribuir para uma consciência de proteção ao trabalho, estimulando os usuários a participar da implementação da política previdenciária. Emerge, dessa discussão e da orientação do projeto ético-político, do código de ética de 1993, o novo paradigma do Serviço Social no INSS, definido no documento “Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social” (1994). A matriz é construída no intuito de reafirmar a opção clara e fundamentada pelos princípios democráticos, pelo resgate do exercício da cidadania, do direito e a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Em fevereiro de 1999, houve novamente a proposta de extinção do Serviço Social, a então Divisão de Serviço Social em Brasília, órgão responsável pela coordenação das ações do Serviço Social no Brasil foi extinta, perdendo sua autonomia, instância normativa e o gerenciamento de suas ações específicas. O Serviço Social permanece apenas como atividade auxiliar, perdendo seus status de “Serviço”. Em 2003, a Divisão de Serviço Social foi incluída na estrutura da Coordenadoria de Benefícios por Incapacidade, em Brasília. Muito embora, tenha se conseguido garantir a permanência na estrutura institucional, o Serviço Social perde espaço e muitos assistentes sociais são alocados para outras áreas dentro do INSS. Considerando que, embora sendo um benefício da assistência social, a operacionalização do BPC esteve historicamente a cargo do INSS, esta modificação motivou realização de concurso público em 2009 que culminou com a contratação de 1350 assistentes sociais. O novo concurso para o Serviço Social da Previdência, representou uma grande conquista e permitiu ao INSS avançar na implementação dos direitos previdenciários e assistenciais, possibilitando assim o fortalecimento da categoria profissional dentro da instituição.

ISBN 978-85-87406-94-1

3. O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) ENQUANTO COMPONENTE DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Antes da implantação do Sistema Único de Saúde - SUS e dos planos de saúde, as denominações utilizadas eram “medicina dos ricos” e “medicina dos pobres”. Elas consistiam na busca por aprendizados e maiores pesquisas na saúde, pois estudantes e médicos utilizavam-se de indigentes para aprenderem medicina e desenvolverem ainda mais seus conhecimentos para conseguirem atuar de maneira eficaz naqueles que pagariam pelos seus serviços, pagamentos estes que recebiam o nome de honorários. Desta forma: *“os indigentes [...] eram atendidos por caridade ou por interesse de ensino e pesquisa.”* (PAIM, 2009, p.71). Já em relação à assistência médica existente anteriormente ao SUS era destinada somente aos trabalhadores com carteira assinada (PAIM, 2009, p.71).

O Sistema Único de Saúde (SUS) surge então a partir da Constituição Federal de 1988 - esta que é considerada como “Constituição Cidadã” em decorrência de ser centralizada no princípio de dignidade da pessoa humana, *“isso significa que a dignidade da pessoa humana deve anteceder quaisquer questões na sociedade brasileira, sejam econômicas, políticas ou ideológicas*” (PAIM, 2009, p.51).

O acesso universal ora pontuado no Art 196 refere-se a um serviço destinado para todos, sem haver distinção étnica, econômica, social, cultural, ou quaisquer outras que signifiquem barreiras ao acesso à saúde, pois esta enquanto direito social destina-se a todos os brasileiros e brasileiras. Acesso universal, repetindo, é para todos – ricos e pobres, homens e mulheres, velhos e crianças, nordestinos e sulistas, negros e brancos, moradores da cidade e do campo, índios e quilombolas, analfabetos e letrados, independente de raça, etnia ou opção sexual. (PAIM, 2009, p.45)

Já o acesso igualitário à saúde diz respeito a não discriminação ou preconceito, ou seja, todas as pessoas enquanto usuárias dos serviços de saúde públicos devem ser atendidas de maneira igualitária, independente da classe social a qual fazem parte, ou situação econômica em que estão inseridas, nada justifica a ocorrência de exclusão ou não atendimento de determinadas parcelas de pessoas.

ISBN 978-85-87406-94-1

De acordo com a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90) complementada pela lei 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990, a saúde está relacionada também com as condições de vida dos indivíduos e da coletividade, vai além do biológico, adentrando espaços políticos e econômicos, como colocado no Art 3º:

> Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990).

Desta forma, para conseguir mudanças no que se refere à saúde, são necessárias medidas que ajam também sobre a estrutura política e econômica do país, pois a saúde vincula-se a uma dimensão social, permeada por particularidades que ao inter-relacionarem-se formam a perspectiva de totalidade.

A política de saúde vem sofrendo profundas reformas gerenciais, a partir do discurso que se o Estado transfere à iniciativa privada a administração indireta, a prestação dos serviços ganharia em qualidade e eficiência no atendimento às demandas existentes e em recursos. Assim, o Serviço Social, enquanto profissional que atua nos serviços de Seguridade Social brasileira, lida diariamente com o aumento da demanda e com a restrição do acesso aos direitos sociais.

A contra-reforma do Estado dissemina profundas mudanças na gestão de recursos humanos, como a desregulamentação dos concursos públicos, afetando diretamente as relações contratuais das assistentes sociais[94]. Dessa forma, os direitos conquistados pela categoria de Serviço Social, por exemplo, a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem a redução do salário, tem sido duramente criticada, quando não desrespeitada.

[94] O CFESS (2005, *on line*) esclarece que o vínculo empregatício estatutário corresponde à parcela de 55,68%, seguido de 27,24% de vínculo celetista e 9,41% de vínculos com contrato temporário. O índice de profissionais no setor público é maior que o número de profissionais estatutários, o que significa que existem outras formas de contratação, dentro da própria área pública.

ISBN 978-85-87406-94-1

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENTRE A POLÍTICA E O ASSISTENCIALISMO

A Política de Assistência Social brasileira está posta no artigo 203 da Constituição Federal. Este artigo prevê que: “A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar independente de contribuição á Seguridade Social”.

Mas para que a Assistência chegasse á condição de direito houve um longo caminho sobreposto sob a luta política da sociedade e que prevalece até hoje como um desafio para que essa Política seja de fato reconhecida como uma Política de direito. A luta que levou á assistência social ao reconhecimento de Política Pública partícipe do tríduo da Seguridade Social, que tem a Saúde e a Previdência Social como componentes é uma luta para se desvincular do teor caritativo que lhe fora atribuído.

A Assistência Social no Brasil ficou restrita até certo momento, entre as décadas de 1930 e meados de 1940(período em que foi mais taxativo a associação á filantropia) ao primeiro damismo; e isso se “enraizou” na visão geral da população e até nos próprios órgãos públicos onde ela se efetivava e se efetiva . Sendo assim, é recorrente no espaço da assistência social, até mesmo entre aqueles que a conduz, o interesse em não conhecer a política como de fato está posta, e assim, impõe a execução dela em acordo ao assistencialismo, o que prejudica o trabalho do/as assistentes sociais.

> Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas (COUTO , YAZBEK, RAICHELIS,2010).

A Constituição de 1988 objetivou o acesso á direitos no reconhecimento da cidadania. È uma Constituição que propõe respaldar á população brasileira no atendimento as elementares necessidades humanas no que tangencia os direitos sociais. A assistência social, como as demais políticas sociais, levadas á esta condição pela Constituição, foram atacadas por uma impossibilidade de concretização comanda pelo neoliberalismo.

No Brasil, o neoliberalismo obteve espaço nos anos 1990, no governo de Fernando Collor de Melo e seus sucessores, com maior ênfase no governo Fernando Henrique Cardoso. A previsão da garantia dos direitos sociais sob a

ISBN 978-85-87406-94-1

vigência do Estado, como determina a Carta Constitucional (1988) foi solapada por esta teoria econômica.

> Pois, se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impactos das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social (COUTO ET AL, 2010).

4.1. A Luta pela Consolidação da Política de Assistência Social

Em 2003 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), n° 8.742, que regulamenta a assistência social na Seguridade Social brasileira e estabelece normas e critérios. Com a LOAS é implementada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), decretada em 15 de outubro de 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) , instituído em 2005, na competência da gestão da assistência social, esse eixo se respalda no “objetivo da implantação da rede de proteção e promoção social que consolide a assistência social como Política de Estado”.

Implicando á essa ordenação política está a necessidade da materialização de melhores condições de trabalho profissional, o que também possibilita a materialização de melhores resultados desse trabalho.

> A implantação de uma política de reconhecimento e valorização do (a) trabalhador (a) é a concretização da NOB/RH/SUAS/, com a implementação do Plano de Cargos/ Carreiras e Salários (PCCS), aprovada em 2007, são imprescindíveis para assegurar as condições de materialização do trabalho dos (as) profissionais que atuam no SUAS (CFESS,2009, p.31).

Esse reforço para a Política de assistência social, se centra em um espaço de luta, a possibilidade de concretização de um Estado democrático de direito é adversa realidade de Estado que temos, e isso dificulta exponencialmente a consolidação do SUAS, ainda que as provisões são debatidas nota-se lentidão e descompromisso para de fato de concretizá-las.

ISBN 978-85-87406-94-1

4.2. O Trabalho do Assistente Social no SUAS na Atual Configuração do Mundo do Trabalho.

No Brasil o mundo do trabalho está estruturado pelo modelo de organização fordista/taylorista e toyotista e pelo Estado neoliberal.

O maior empregador de assistentes sociais é o Estado, a assistência, elevada á condição de Política Social propiciou maior empregabilidade á estes profissionais, precisamente no início dos anos 2000, quando é levantada a rede de promoção social (LOAS, PNAS e SUAS). Entretanto, nesse ínterim se firma mais uma correlação de forças da profissão no duo Estado – Classe Trabalhadora, pois, o Código de Ètica Profissional e a Lei de Regulamentação da profissão (1993) subsidiada pelo Projeto Ètico Político, estabelece um compromisso profissional na luta pela garantia de direitos sociais, pela justiça e igualdade social.

O Estado tensiona a práxis do Serviço Social na contenção de recursos para a política de assistência social e as demais políticas, a intenção, é expor que essa dificuldade para a efetivação dos serviços não prejudica apenas os cidadãos que precisam da política, mas também prejudicam o/a profissional, pois este é parte da classe trabalhadora e profissionalmente tem um compromisso ético - político - social com ela. Conforme Iamamoto:

> Os assistentes sociais realizam assim uma ação de cunho socieducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos meios de exercê-los, contribuindo para que a necessidade e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais. Afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais. (IAMAMOTO,p.6).

Essa conjuntura sobreposta ao exercício profissional é um considerável indicativo de que há um possível quadro de adoecimento entre os/as profissionais, que se conjuga ás condições de trabalho, (essa indicação será apresentada na descrição de relatos de profissionais da Assistência no próximo subitem).

Há focos distintos na concretização do trabalho profissional, e nesta discussão é pertinente abordar a tese da função pedagógica do serviço social. A configuração do mundo do trabalho para Abreu (2002) representa uma organização cultural que tem como propósito a negação dos direitos das classes subalternas em detrimento da prevalência da precarização da vida e trabalho das mesmas. O mundo

ISBN 978-85-87406-94-1

do trabalho Keynesiano/Fordista foi configurado como uma organização cultural que tinha no trabalho fabril as respostas para o bem estar da nação.

Intermitente á crise dos anos 1970 surgiu o toyotismo, nessa mesma racionalização, de cultuar o bem-estar da nação e ocultar os verdadeiros interesses das nações dominantes, especificamente a norte-americana, que deseja consolidar o seu “americanismo” nas economias mundiais periféricas.

Posto isso, é interessante refletir que o compromisso do Serviço Social vai além da aparência na qual é capturado, esse compromisso pedagógico tem a finalidade de confrontar essa organização do trabalho, a organização político - econômica, enfim, essa sociabilidade burguesa, conscientizando a classe trabalhadora sobre a finalidade real dessa conjuntura.

Trazer à classe trabalhadora essa reflexão, e se manter amparado pelo referencial teórico marxiano é o caminho. È através das mudanças políticas econômicas que o Serviço Social se reconhece e se fortalece como profissão e reconhece por essas mudanças a urgência de outra ordem político- econômica-social, em que o ser humano seja valorizado em sua totalidade. Sobre o significado das transformações no mundo do trabalho para o serviço social, Abreu (2002) subsidiada em Mota e Amaral (1998) o avalia em dois planos:

> um mal visível e imediato relaciona-se com questões que afetam diretamente o exercício profissional como é o caso das alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho profissional, o outro mais amplo e complexo refere-se tanto ao surgimento de novas problemáticas que podem ser mobilizadoras de competências profissionais estratégicas como a elaboração de proposições teóricas , políticas, éticas e técnicas que se apresentam como respostas qualificadoras ao enfrentamento das questões que lhes são postas (MOTA & AMARAL, 1998: apud ABREU, 2002,p.166).

A pesquisa reúne grupos focais com os profissionais da assistência, da saúde e da previdência na intenção de ouvir as avaliações destes profissionais sobre as suas condições de trabalho e saúde e aplica um formulário a estes profissionais para a mesma avaliação. A seguir apresenta-se algumas considerações de assistentes sociais que trabalham na Política de assistência social, as colocações serão feitas de maneira textual, sem identificação de instituição e de profissionais.

ISBN 978-85-87406-94-1

4.3. Assistentes Sociais na Análise do Trabalho Profissional no SUAS

As Assistentes Sociais entrevistadas disseram que vêem avanço na Política de assistência, a implantação do SUAS é exemplo disso, “a formação de uma equipe multiprofissional está acontecendo e isso remete à esse avanço, mas o trabalho na assistência é uma luta, porque ela ainda é vista como assistencialismo.” Quanto ao cofinanciamento federal, colocaram que os recursos são passados com o estabelecimento de um piso para a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial e o município passa para esses recursos para os serviços das proteções.

Sobre a questão salarial, alegaram que a remuneração é muito baixo e isso é desmotivante., “há concursos para nível médio que pagam mais do que para assistente social.” O primeiro damismo ainda é muito presente no espaço de trabalho e isso acaba dificultando o trabalho profissional, “ mesmo que as primeiras damas hoje estejam fazendo o curso de serviço social, isso acontece com interesse em legitimar o seu trabalho, a gente não vê compromisso com a Política de assistência, elas são uma figura política.”

Sobre a garantia dos direitos sociais, a visão é de que melhorou, essa reorganização na Política levou á uma melhora no alcance de direitos. O Estado não da suporte para a formação continuada no âmbito da Política, se o profissional tem esse interesse ele tem que subsidiá-lo.

Quanto ao Projeto Ètico Político disseram não ver divergência entre o que está no Projeto e o que defendem na Política de assistência, agora o que não vêem é o direito profissional ser garantido por todo o contexto de organização do Estado. A visão sobre o sentimento de realização profissional é de que pela ampla demanda, o trabalhador fica sobrecarregado por não encontrar solução o que gera muita angústia, o desvio de funções, as dificuldades materiais de realização do trabalho, o profissional não ter as mínimas condições de realização de trabalho tudo isso geram um sentimento de impotência.

Quanto ao adoecimento no trabalho disseram que há profissionais afastando com diagnóstico de depressão e síndrome do pânico e isso é associado ao trabalho. “A falta de condições mínimas de trabalho leva á isso, é muita cobrança para pouco recurso.

ISBN 978-85-87406-94-1

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações feitas sobre o processo de constituição da Previdência Social, Saúde e Assistência Social no Brasil, analisa-se que o trabalho do assistente social sempre foi intimamente ligado aos processos de luta, juntamente com a classe trabalhadora. A respeito da pesquisa até agora foram respondidos 302 questionários, onde observa-se uma predominância de profissionais do Serviço Social atuando na área da Assistência Social, sendo que a essa área é onde há a predominância dos mais baixos salários, ao contrário da Previdência Social, onde os salários são mais elevados. A pesquisa encontra-se ainda em fase de andamento.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.M. **Serviço Social e a Organização da Cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional – 2 ed – São Paulo: Cortez, 2008.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome: LOAS Anotada.
Conselho Federal de Serviço Social – CFESS - PNAS – SUAS (2008-2011).

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2ª Ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho**: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras livres, 2006.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Artigos 196 a 200. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/14cns/docs/constituicaofederal.pdf>. Acesso em: 25/11/2015

BRASIL. Decreto-lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 04/11/2015

COUTO,R.B; YAZBEK, C.M; SILVA, S. O. M; RAICHELIS, R. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento (2010) 4.ed São Paulo : Cortez , 2014.

CRESS-SC 9 Região. **A trajetória da seguridade social no Brasil - 70 anos do serviço social na previdência social.** Disponível em: http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/08/70-Anos-SS-Previdencia.pdf acesso em 19/05/2016

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Cena Contemporânea: Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais.

ISBN 978-85-87406-94-1

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 4ªed. São Paulo Cortez 1985.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3ªed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Previdência Social no Brasil:** (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização. 1º Ed. São Paulo. Cortez 2012

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 7º Ed. São Paulo. 2014.

ISBN 978-85-87406-94-1

OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS: o dito e os fatos de Dilma no biênio 2014-15 - sob a perspectiva de Maquiavel

Adnan Kalil Jebailey Junior (Uni-FACEF)
Hélio Braga Filho (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Ante os acontecimentos que permearam a disputa eleitoral no ano 2014, e as decisões e fatos que se seguiram no ano 2015, este artigo tem como objetivo explorar as manobras políticas da presidenta (afastada)[95] Dilma Rousseff em sua campanha eleitoral do ano 2014, assim como, suas decisões quando já empossada na presidência. Para isto utilizaremos a obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel, escrita em 1532.

Dessa maneira, empregaremos reportagens publicadas no jornal Folha de São Paulo e também, na revista Veja. O período de análise destas publicações será entre o mês de junho de 2014 e março de 2015.

Para dissertar sobre o assunto e relacionar os fatos aos mandamentos do *Príncipe*, serão utilizadas quatro seções. Na primeira, iremos fazer um breve resumo sobre a vida e a obra máxima de Maquiavel, pois conhecendo o trabalho do florentino, assim como seu contexto histórico, serão mais transparentes as analogias entre política contemporânea e obra renascentista.

Na segunda seção, observaremos exclusivamente as promessas eleitorais da então candidata Dilma Rousseff, do mesmo modo, que seus artifícios para angariar votos. Tudo isto, correlacionado aos mandamentos da obra maquiaveliana.

A terceira seção será dedicada a análise das decisões da já presidenta (afastada) Dilma, depois de sua vitória nas apertadas eleições. Desta seção, surgiráos efeitos positivos e negativos da política de Dilma em virtude da obra de Nicolau Maquiavel.

[95] Dilma Rousseff foi afastada de suas funções no Executivo por até 180 dias, no dia 12/05/2016, em decorrência do processo de Impeachment, aprovado no Senado e que agora deverá ser julgado segundo ordens de trâmite elaboradas pelo Supremo Tribunal Federal, portanto, neste artigo o termo “afastada” será usado para designar a atual posição de Dilma Rousseff.

ISBN 978-85-87406-94-1

Por fim, na quarta e última seção será dada a conclusão do quão análogo foram os ditos e os fatos da presidente (afastada) em relação a obra *O Príncipe*.

2. NICOLAU *MAQUIAVÉLICO*: MAU HOMEM OU GOVERNANTE DO MAL?

Nicolau Maquiavel passou para a história como um homem que pregava o mal, daí surge o adjetivo *Maquiavélico*, que segundo o dicionário Aurélio quer dizer; *que tem, ou em que há perfídia, má-fé.*

Maquiavel, ou *Niccolò Machiavelli* (em italiano), nasceu em Florença no ano 1469. Serviu boa parte de sua vida ao sistema político como diplomata. “Quanto a observação da política da época, Nicolau Maquiavel se valeu de sua privilegiada posição de funcionário público da Republica de Florença para analisar como agiam os governantes de então” (PIMENTA, 2015, p. 15).

Além de arguto em suas observações, Maquiavel colecionava algumas outras virtudes:

> Suas tarefas burocráticas e de assessoria política, desempenhadas com grande tino e empenho, bem como as diversas missões diplomáticas que cumpriu, granjearam-lhe a fama de intelectual respeitado e de arguto conselheiro. Seus relatórios demonstravam as excepcionais qualidades de lucidez, agudeza, concisão verbal e lógica de argumentação que caracterizaram suas análises políticas posteriores (MEGALE, 1993, p. 8).

Sua obra, *O Príncipe*, publicado de forma póstuma em 1532, já que Maquiavel falece no ano de 1527, é tema de discussão ainda hoje no meio político e acadêmico. Alguns pensadores ligam Maquiavel à uma forma espúria de governar, já que alguns mandamentos do autor causam espanto devido ao seu referencial se pautar fora de qualquer diretriz moral, ou ética. Entretanto, valer lembrar o contexto histórico que Nicolau está inserido.

Como aponta Megale (1993, p. 14) “a força militar na Itália era, na época composta de mercenários, o que tornava mais instável a conquista e a manutenção de qualquer principado”.

Além disso, vale lembrar algumas posturas comuns à época:

> A Itália estava dividida em ducados, repúblicas e principados, todos rivais entre si, muitos sem exércitos nacionais, lutando com forças

ISBN 978-85-87406-94-1

> mercenárias. Nessa luta a traição, a astúcia, os assassinatos são frequentes, mesmo por parte dos adeptos do poder papal. Este é o cenário da realidade social, estudada *in vivo* por Maquiavel e retratada em *O Príncipe* (MEGALE, 1993, p. 15).

Independente do contexto histórico que estava arraigado em Florença no século XV, alguns conceitos discorridos por Maquiavel, são atualíssimos, e influenciaram pessoas de notoriedade pública ao longo dos séculos.

Alguns conceitos são basilares na obra de Maquiavel, sendo o primeiro deles, um conceito que irá subsidiar nossa compreensão durante a análise do governo de Dilma Rousseff.

2.1. Da *Fortuna*

A *Fortuna* tratado por Maquiavel se refere a sorte, ou mesmo acaso. Este conceito ligado ao que se chama em filosofia de contingência [96] é central a concepção da realidade última, ou seja, aquilo que não podemos mudar. Dito de uma forma prosaica, não importa o que se faça, a última palavra é sempre dada pela contingência (sorte, acaso).

Entretanto, para Maquiavel, a *fortuna* pode ser mudada por homens virtuosos, uma vez que, nem tudo está na mão da sorte. “Conclui-se que se a sorte varia e os homens permanecem no mesmo caminho, só terão êxito aqueles cujos métodos se ajustam às circunstâncias” (MEGALE, 1993, p. 39).

Vale salientar que para Maquiavel há o rompimento entre a metafísica e a política, dado que, o homem vive sob o império da *Fortuna*, portanto, a hermenêutica nos deixa deduzir, que o mesmo não vive sob o império da providência Divina. “Embora difundida e bastante aceita, a fatalidade de nossos atos ou a nossa fraqueza e impotência para decidir por nós mesmos diante de Deus, da divina providência, do destino e do acaso, não é total ou completa” (MEGALE, 1993, p. 39).

[96] O latim imperial registra o uso de *contingens,* particípio presente de *contingere*, que significa “tocar, atingir”. Daí resvalou para “acontecer por acaso”. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a07.pdf Acesso em 20 mai. 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

2.2. Da *Virtù*

Em contraposição ao princípio da *Fortuna* que está espalhada pelo Renascimento, Maquiavel levanta o imperativo da *Virtù* ou *Virtude.* Conforme nos expõem Megale, (1993, p. 51):

> Esta palavra italiana tem em Maquiavel, o significado de energia, decisão, capacidade, empenho, vontade dirigida para um objetivo. Gerando o significado etimológico latino de força (*vir* = homem), mas não inclui o sentido cristão de *virtus* (virtude), embora ambas tenham a mesma etimologia.

Para Nicolau Maquiavel, o conceito de *virtù* é essencial para um governante. Tomar decisões utilizando sua *virtù* fará com que o agente político não fique à mercê da *fortuna*.

> Enfim, o êxito do agente político, seja ele um príncipe ou o conjunto dos cidadãos, vai depender de sua *virtù*, ou seja, de sua disposição de adequar as suas estratégias de ação às particularidades do momento, alterando a sua conduta de acordo com as circunstâncias e adaptando o seu comportamento às exigências de cada situação. (BARROS, 2012, p. 91)

Portanto, para Maquiavel um bom governante deve possuir algumas virtudes, virtudes essas:

> Na avaliação de Maquiavel, nem todo homem tem a capacidade de ser um bom governante. Para tal, ele precisa contar com uma série de qualidades específicas (*virtù)*. Figuram entre elas, por um lado, a liderança, a autoridade, a ambição, a ousadia, a dissimulação e a agressividade e, por outro lado, a capacidade de observação, a prudência, a previdência, a flexibilidade e a diplomacia (PIMENTA, 2015, p. 14).

Esta *virtù* preconizada por Maquiavel, nos leva a discussão de até que ponto a moral se pauta na política. “Maquiavel foi o primeiro a separar a ética da política e a estudar a sociedade através da vida concreta, a tratar da realidade social vivida, cujo eixo de ação ou estrutura de poder está no Estado” (MEGALE, 1993, p. 43).

Assim, Maquiavel não está tratando de afastar a moral, ou sequer, perturbar a ética imposta na relação cotidiana, mas sim, afirmar que a política é uma arte que se apoia em seus próprios valores. Conforme afirma Barros (2012, p. 90):

> Não se trata de retirar a moralidade da política, mas de reconhecer que a política tem seu próprio sistema normativo fundado em valores próprios. A ação política não estaria, então, isenta de deveres, mas

ISBN 978-85-87406-94-1

> os critérios para estipulá-los não poderiam ser estranhos a sua finalidade, que é a preservação do bem comum e da ordem pública, representadas em *O Príncipe* pela conquista e manutenção do poder.

3. DILMA ROUSSEFF, SUA CAMPANHA, SEUS DITOS E SEUS MANDOS.

O ano 2014 foi prioritariamente voltado para a campanha eleitoral de reeleição da então candidata Dilma Rousseff. “A campanha presidencial de 2014 foi particularmente acirrada. No primeiro turno, Dilma Rousseff e Marina Silva (PSB) chegaram a aparecer empatadas nas pesquisas de opinião em mais de uma ocasião (PIMENTA, 2015, p. 22).

Já no segundo turno, como comenta Pimenta (2015, p. 22) “as sondagens mostraram a Dilma e Aécio Neves (PSDB) empatados o tempo todo”.

No mês de junho, em convenção, o Partido dos Trabalhadores lançou Dilma como candidata à reeleição. Reconhecendo que a campanha seria dura, a candidata, criticou o governo antecessor a Era PT:

> Antes, o Brasil se defendia das crises de uma forma extremamente perversa, arrochando o salário dos trabalhadores, aumentando as taxas de juros a níveis estratosféricos, aumentando o desemprego, diminuindo inteiramente o crescimento e vendendo o patrimônio público[97]

Aproveitando a ocasião e, diante de seu grande peso político no Partido, o Ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva afirmou seu apoio a Dilma alegando: “É possível criador e criatura viverem juntos em harmonia”.[98]

O apoio de Lula nas eleições de 2014, se fazia tão importante quanto seu apoio nas eleições de 2010. A dependência política, bem como de articulação da candidata Dilma, demonstrava uma fraqueza política, segundo o mandamento de Maquiavel:

> [Mandamento X] Ao examinar a qualidade destes principados, convém fazer uma outra consideração: a saber, se um príncipe tem tanto poder que, em caso de necessidade, seja autossuficiente ou se precisa sempre da proteção de outrem (MAQUIAVEL, 2012, p. 97)

Se emparelharmos aos conceitos supracitados, é possível associarmos a dependência da candidata ao ex-presidente. Segundo Megale (1993, p. 28):

[97] CASTRO, Gabriel. PT lança Dilma, reconhece que campanha será dura e multiplica ataques a oposição. *Veja*. 21 jun. 2014. Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pt-lanca-dilma-reconhece-que-campanha-sera-dura-e-multiplica-ataques-a-oposicao Acesso em 15 abr. 2016.
[98] Idem.

ISBN 978-85-87406-94-1

> Quem chegar ao poder exclusivamente pela sorte, encontrará dificuldades para mantê-lo. Se não encontrar obstáculos para alcançar o objetivo, estes surgirão quando lá chegar. Depender de outrem é um fardo permanente.

Além do apoio de Lula, a então candidata Dilma aproveitou a influência dos programas sociais desenvolvidos durante a Era PT para angariar votos. Em reportagem publicada na revista *Veja* de 2014, os jornalistas Gabriel Castro e Laryssa Borges dão atenção ao assunto.

> Mas, na disputa deste ano, também está em jogo um "colégio eleitoral" muito mais poderoso – e leal: o dos beneficiados pelo Bolsa Família. São 14,2 milhões de famílias contempladas pelo programa. Mas estudiosos do programa, como o economista José Matias Pereira, especialista em gestão pública e professor da Universidade de Brasília, estima que pelo menos 40 milhões de eleitores sejam afetados pelo programa.[99]

Em virtude desta manobra, recorrente nas últimas eleições do Partido dos Trabalhados, a candidata Dilma se valeu das máximas do Mandamento IX, de *O Príncipe*. "E, pois, um príncipe sábio deve pensar num modo pelo qual seus cidadãos tenham sempre e em qualquer tempo, necessidade do estado e dele; e, depois, lhe serão sempre fiéis" (MAQUIAVEL, 2012, p. 96).

Diante desta articulação política impetrada por Dilma e Lula na campanha de 2014, os candidatos Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB) tiveram de afirmar e reafirmar inúmeras vezes, o compromisso com os Programas Sociais.

Conforme publicado na Revista *Veja*, Marina Silva, reforçava seu compromisso com o Bolsa Família. "Em agenda de campanha em Fortaleza, a candidata à Presidência da República pelo PSB, Marina Silva, concentrou seu discurso na promessa de que não acabará com o programa Bolsa Família caso seja eleita".[100]

[99] CASTRO, Gabriel; BORGES, Laryssa. Bolsa Família, o maior colégio eleitoral do Brasil. *Veja*. 19 ago. 2014. Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bolsa-familia-o-maior-colegio-eleitoral-do-brasil Acesso em 15 abr. 2016

[100] FERNANDES, Talita. No Ceará, Marina reforça compromisso com Bolsa Família. 12 set. 2014. Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/no-ceara-marina-diz-se-sentir-em-casa-e-reforca-compromisso-com-bolsa-familia Acesso em 15 abr. 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

Em face disto, a campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores, foi em grande parte, pautada pela defesa de políticas implantada em gestões anteriores.

> As seguintes vitórias eleitorais de Lula, em 2006, e de Dilma, em 2010 e 2014, deram-se sob o insistente argumento de que as conquistas sociais que o Brasil obtiverá durante o governo do PT se perderiam caso qualquer adversário vencesse. Em mais de uma ocasião, em 2014, os candidatos Aécio Neves e Marina Silva tiveram que prometer publicamente que não extinguiriam o Bolsa Família (PIMENTA, 2015, p. 29).

Assim, em consonância com as medidas políticas e, manobras, executadas em sua campanha. Dilma Rousseff se reelegeu em outubro de 2014 para mais um mandato como Presidente da República Federativa do Brasil.

Dado isto, era o momento de começar a governar, e o primeiro passo, foi montar o ministério.

> No final de 2014, a Presidente Dilma Rousseff deu início à montagem da equipe ministerial de seu segundo mandato. O principal desafio foi contemplar na partilha, os partidos de coalizão que lhe garantiam a vitória eleitoral. Dos 39 ministérios e secretarias com status ministerial, 14 couberam ao PT (PIMENTA, 2015, p. 39)

Neste caso, o Partido dos Trabalhadores ficou com menos da metade dos ministérios, mas o fato redundante desta ação da presidente, se dá no seguinte:

> Como consequência de ter delegado aos partidos da coalizão a responsabilidade de indicar alguns dos nomes, a presidente não nomeou um gabinete composto por políticos verdadeiramente entrosados com os colegas nem com o próprio governo. Durante a escolha, aparentemente, cada partido viu apenas seus próprios interesses. A presidente, ao contrário, teria podido enxergar o governo como um todo ao decidir como montar a equipe ministerial (PIMENTA, 2015, p.42).

Portanto, a presidente Dilma deixou de seguir o mandamento indicado pelo florentino do século XVI.

> [Mandamento XII] Não é de pouca importância, para um príncipe, a escolha dos ministros; os quais são bons ou não, segundo a prudência do príncipe. E a primeira conjetura que se faz sobre a inteligência de um senhor é ver os homens que ele tem ao seu redor; quando são capazes e leais, pode ser sempre reputado sábio, porque soube reconhece-los como capazes e leais. Mas, quando não o são, não se pode fazer bom juízo do príncipe; porque seu primeiro erro foi esta escolha (MAQUIAVEL, 2012, p. 159).

ISBN 978-85-87406-94-1

Esta decisão foi catártica para o funcionamento da gestão de Dilma Rousseff. É importante se pautar sob a análise de Januário Megale (1993, p. 37-38) a respeito do Mandamento XII de Maquiavel:

> Pelos ministros pode-se conhecer o príncipe. Serão bons ou maus de acordo com a prudência do príncipe. Entre os três tipos de inteligência, os ministros devem estar nos dois primeiros tipos: a) compreende as coisas sem ajuda; b) compreende as coisas demonstradas por outrem; c) nada compreende, nem por si mesmo, nem com a ajuda alheia. Nesta ação recíproca, príncipe e ministros dependem um do outro, caso contrário, o resultado será sempre prejudicial para um deles (MEGALE, 1993, p. 38)

4. A REALIDADE ÚLTIMA DO GOVERNO DILMA

A realidade última do governo da recém-eleita presidente (afastada) Dilma Rousseff, começou a ser tangível já no final de outubro de 2014.

> Conquistada a reeleição no final de outubro, as primeiras medidas anunciadas pelo governo Dilma mostraram que as promessas haviam sido, na realidade, puramente eleitorais: reajuste da gasolina e das contas de luz, fim de incentivos tributários dados a bens de consumo como carros, aumento da taxa básica de juros e de uma série de impostos e endurecimento das exigências feitas às pessoas que solicitam abono-salarial, seguro-desemprego, auxílio-doença, seguro-defeso e pensão por morte (PIMENTA, 2015, p. 23).

Dilma renegou todas as suas promessas, dando uma guinada em sua matriz política. Sob à luz de Maquiavel, o ato executado pela presidente Dilma logo após a eleição se constitui no seguinte mandamento:

> [Mandamento XVIII] Não pode, portanto, um senhor prudente, nem deve observar a fidelidade, qual tal observância lhe seja prejudicial e que tenham desaparecido as razões que o fizeram prometer algo. E se os homens fossem bons, este preceito não seria bom; mas porque são maus, e não o observariam com relação a ti, tu tampouco deves observá-los com relação a eles (MAQUIAVEL, 2012, p. 132).

A presidente, se libertou do maniqueísmo galgando ao jogo estritamente político, assim como, a doutrina maquiaveliana.

> O líder deve sempre manter a palavra dada. Entretanto, não deve hesitar em descumpri-la se isso for necessário para a sua manutenção no poder. O governante também precisa agir conforme a lei. Da mesma maneira, ele deve ignorar a lei e usar outros métodos, inclusive a força, se sua posição de comando estiver em risco (PIMENTA, 2015, p. 17).

ISBN 978-85-87406-94-1

À medida que a economia começou a sofrer fortes impactos, Dilma foi obrigada a tomar medidas mais enérgicas. Com a ajuda de sua nova equipe econômica, formada pelo Ministro da Fazenda Joaquim Levy e pelo Ministro do Planejamento Nelson Barbosa, alguns ajustes foram feitos.

Entretanto, as medidas tomadas pela presidente ocorreram tardiamente. E, quando a Chefe de Estado tentou iniciar as medidas de uma forma abrupta, o paciente já estava praticamente morto. Vejamos um dos mandamentos do Nicolau Maquiavel:

> [Mandamento III] Pois os romanos fizeram, neste caso, o que todos os príncipes sábios devem fazer: não somente se preocupar com os obstáculos presentes, mas também com os futuros, e ir ao encontro deles com todos os recursos; pois, previsto de longe, podem ser facilmente remediados; mas, se esperar que se aproximem de ti, o remédio não resolve, porque a doença se tornou incurável. É como a tísica, que, no princípio, segundo os médicos, é fácil de curar e difícil de reconhecer, mas, com o passar do tempo, não a tendo sido medicada precocemente, torna-se fácil de reconhecer, mas difícil de curar (MAQUIAVEL, 2012, p. 57-58)

Este foi um dos problemas cruciais enfrentados pela presidente. Descumprindo o mandamento de Maquiavel (2012, p. 61) que diz: “não se deve nunca permitir a continuidade de um distúrbio para evitar uma guerra; pois esta não se evita, mas se adia em seu detrimento”.

O problema econômico enfrentado pelo Executivo brasileiro, levou Dilma a ter que tomar medidas impopulares em todas as esferas sociais do Brasil. Conforme mostra o título de uma matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo: “Não é só a classe A que está insatisfeita, diz leitor sobre governo”.[101]

Os problemas econômicos fizeram que a presidente tomasse medidas que atingiu os ministérios e principalmente a educação.

> Em janeiro, Dilma editou um decreto bloqueando gastos administrativos dos ministérios. O Ministério da Educação, em valores absolutos, foi o mais prejudicado. Em fevereiro, veio a público a notícia que o governo não pagava desde outubro a 500 escolas privadas conveniadas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Em março, o Ministério da Educação anunciou que passaria a limitar a quantidade de benefícios do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Em junho, soube-se que o Brasil vinha atrasando o pagamento de mensalidades e taxas à

[101] NÃO é só a classe A que está insatisfeita, diz leitor sobre governo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 mar. 2015. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/03/1601539-nao-e-so-a-classe-a-que-esta-insatisfeita-diz-leitor-sobre-governo.shtml Acesso em 17 abr. 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

> Universidades dos Estados Unidos que recebiam estudantes brasileiros por meio do programa Ciência sem Fronteiras (PIMENTA, 2015, p. 23).

Todos esses fatos ocorridos desde a eleição da presidente até o começo do ano de 2015, fizeram com que o índice de popularidade da mesma fosse caindo. “A reprovação ao governo da presidente Dilma Rousseff (PT) oscilou de 62% em março para 60%, o que indica uma avaliação negativa estável em um patamar elevado”.[102]

Na obra *O Príncipe,* Maquiavel já advertia sobre a tempestade que poderia se aproximar diante de tais atitudes.

> [Mandamento VI] E que se considere que não há coisa mais difícil de lidar, nem de sucesso mais duvidoso, nem mais perigosa de manejar do que a introdução de novas ordens; pois seu introdutor terá como inimigos todos os que se beneficiavam das antigas ordens e como tímidos defensores os que se beneficiarão das novas ordens (MAQUIAVEL, 2012, p. 74)

Maquiavel (2012, p. 74) completa, dizendo neste mesmo Mandamento que “a natureza dos povos é variável e é fácil persuadi-los de uma coisa, mas bem difícil mantê-los naquela persuasão”.

O governo de Dilma começava a perde sua credibilidade, em meio a um vendaval da economia e uma desconfiança que se instalava de forma perene no país. Assim como ocorrerá com Frei Jerônimo Savossarola, citado por Maquiavel (2012, p. 74-75) “que se arruinou em sua nova ordem, quando a multidão começou a não acreditar nele; e ele não tinha como manter firme os que haviam acreditado, nem como fazer crer os descrentes”.

Em meio as inúmeras adversidades que se encontravam no caminho do Executivo, a desobediência a regra de Maquiavel sobre a escolha dos Ministros, logo surtiu efeito no governo. O então Ministro da Educação, Cid Gomes, chamou os deputados de “achacadores”, e logo, a Câmara reagiu, conforme publicado em notícia da Revista *Veja:*

> A Câmara dos Deputados reagiu nesta quarta-feira à controversa declaração do ministro da Educação, Cid Gomes, que afirmou que a

[102] DATAFOLHA Instituto de Pesquisas. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1615892-reprovacao-a-dilma-para-de-subir-mas-maioria-ainda-rejeita-seu-governo.shtml Acesso em 17 abr. 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

> Casa “tem uns 400, 300 deputados achacadores” durante a visita à Universidade Federal do Pará na última sexta-feira.[103]

Com isso, o governo de Dilma Rousseff estava cada vez mais atolado em suas decisões, não podendo retroceder, e sua evolução ficava cada vez mais difícil. Logo iniciaram as manifestações, que foram significativas em número.

Conforme aponta a reportagem da Revista *Veja*:

> O governo de Dilma Rousseff foi alvo neste domingo da maior manifestação espontânea já feita no Brasil contra um presidente da República. Vestidos de verde e amarelo, os brasileiros foram às ruas em todos os estados e no Distrito Federal para protestar contra a presidente e o Partido dos Trabalhadores. Ao menos 1,8 milhão de pessoas tomaram praças e percorreram avenidas, segundo estimativas das Polícias Militares nos Estados.[104]

Em uma simples conclusão, Maquiavel (2012 p. 94) diz “concluo apenas que um príncipe precisa de um povo amigo; caso contrário, nas adversidades, não conseguirá governar”. E prossegue, “deve, portanto, quem tornar príncipe mediante favor do povo, manter sua amizade”.

5. CONCLUSÃO: *ARS LONGA VITA BREVIS*[105]

Em conclusão podemos deduzir que Dilma Rousseff pecou inúmeras vezes na arte política, e quando tentou acertar, acabou errando segundo os meios que dispunha.

A comparação com Maquiavel, apesar do anacronismo, é bastante relevante, até mesmo porque, a obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel é um clássico que tem algo a dizer a todos os tempos.

Muito longe de fazer uma apologia a didática de Maquiavel como a solução dos problemas políticos que se instalam em nosso país, é essencial a análise dessa obra para que possamos dissociar a política, como uma ciência

[103] MATTOS, Marcela. Cid Gomes é convocado por chamar deputados de “achacadores”. *Veja*. 04 mar. 2015. Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cid-gomes-e-convocado-pela-camara-por-chamar-deputados-de-achacadores Acesso em 17 abr. 2016.

[104] DILMA enfrenta o maior protesto popular da história democrática. *Veja*. 15 mar. 2015. Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-enfrenta-o-maior-protesto-popular-ja-feito-contra-um-presidente Acesso em 17. abr. 2016.

[105] A citação mais completa de Hipócrates: “A vida é curta, a arte é longa; a ocasião fugaz; a experiência ilusória, o juízo difícil”.

ISBN 978-85-87406-94-1

redentora do mundo, onde há um bem e um mal (maniqueísmo). Na Ciência Política, não existe o bem para além da boa gestão, confundir estes conceitos, quase sempre nos leva a percepção errada de nossos fatos contemporâneos.

A política é a arte de organizar as coisas, e sua função última é possibilitar a ordem, equidade, e sobretudo, que as pessoas que vivam sob um governo, tenham a possibilidade de viver uma vida estável, contínua e perene.

Por isso, termino minha conclusão, sob a égide da análise feita por Januário Megale. “Em política não se tem o direito de fracassar, e para isso, quando em jogo o interesse nacional, todos os meios são válidos” (MEGALE, 1993, p. 60).

REFERÊNCIAS

BARROS, Alberto Roberto Gonçalves de. **Manual de Filosofia Política.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Martin Claret, 2012.

MEGALE, Januário. **O Príncipe: Roteiro de Leitura.** 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

PIMENTA, Ricardo Moraes Westin. **De Florença a Brasília: a atualidade de Nicolau Maquiavel na política de Dilma Rousseff e Eduardo Cunha.** 2015, (Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização *latu sensu* em Ciência Política). Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Brasília, 2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

OS SUBSISTEMAS DA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (RH) VISTOS A PARTIR DO CONCEITO DE SOCIEDADE DISCIPLINAR DE MICHEL FOUCAULT

Verônica Cardoso Massarolo (Unesp-Bauru)
Mário Lázaro Camargo (Unesp-Bauru)

1. INTRODUÇÃO

Uma das lições aprendidas rotineiramente na sociedade é que ser humano significa também ser falho, ou seja, possuir tanto limites quanto potencialidades. Outra lição inescapável é a de que conceitos considerados como verdadeiros hoje, podem não ser verdadeiros ou válidos por todo o seu tempo de existência, e que paradigmas são quebrados e substituídos por novos que um dia não foram aceitos, posto que se reformulam de acordo com o ambiente social e histórico daquele espaço “x” ou tempo “y”, trazendo à tona novas verdades, que um dia poderão, e muito possivelmente serão, substituídas também.

Uma das práxis que define o ser humano, embora, às vezes, as pessoas não se deem conta disso, é o trabalho, que, por seu turno, também se configura como uma das esferas socais cujas forma, conteúdo e dinâmica de funcionamento estão constantemente se modificando.

A palavra “trabalho”, vem do latim *tripalium*, que significa “instrumento de tortura” e, por muito tempo, o trabalho possuiu mesmo uma conotação de sofrimento para a vida dos sujeitos, sendo considerado uma obrigação e realmente uma tortura (o trabalho escravo, por exemplo), em especial em nossa sociedade, adotante do sistema capitalista enquanto modelo econômico e mediador das outras dimensões sociais, como a política, a cultura, o lazer, etc.

Contudo, assim como boa parte do que era entendido como verdade, este conceito foi se reformulando; a observação e registro de doenças surgidas quando o ser humano estava desempregado ou aposentando, mostraram quão importante para a vida das pessoas é o trabalho, a ponto de sua falta trazer malefícios ao processo de existir, sobretudo no que diz respeito à dimensão saúde-doença. Trabalhar, entre outras coisas, proporciona um sentimento de estar incluído socialmente, de ser ajustado na sociedade. Esta atividade, provedora de significados

ISBN 978-85-87406-94-1

e sentidos, atua no psiquismo do sujeito, que desenvolve reações diversas, podendo-lhe ser satisfatórias e insatisfatórias também.

Assim sendo, a Psicologia, uma ciência e profissão definida como o estudo do ser humano em suas relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo, não teve como se distanciar ou se omitir de estudar esta dimensão – a relação ser humano-trabalho – de fundamental importância na e para vida do indivíduo, e promovendo, à medida que melhor compreendia seu objeto de estudo, intervenções pró melhorias, buscando garantir saúde, qualidade de vida, etc.

Este trabalho visa, portanto, realizar uma revisão bibliográfica dos autores considerados clássicos na área da Administração de Recursos Humanos (doravante ARH) e Gestão de Pessoas (doravante GP), demonstrando a existência de um nexo relacional entre os mesmos e a atuação da Psicologia nos contextos organizacionais de trabalho; e mais do que isso, refletindo sobre uma preocupação apresentada mediante a constatação de que os tais modelos implicam num sistema, denunciado por Michel Foucault, que atua sobre a constituição das subjetividades dos trabalhadores, tornando-os dóceis, passivos, adestrados, para a realização de um trabalho alienado, desprovido de sentido e significados e que, portanto, compromete o desenvolvimento de sua autonomia, liberdade e qualidade de vida no trabalho.

Desta forma, o trabalho aqui apresentado, divide-se claramente em três partes, a saber. Na primeira parte apresentamos, analisamos e refletimos de forma crítica a atuação dos modelos de ARH e GP – espaços multiprofissionais onde, na maioria das vezes, está presente o Psicólogo Organizacional e do Trabalho – onde se tem atuando os chamados subsistemas de provisionamento, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoramento de pessoas no trabalho.

Posteriormente, e na segunda parte, portanto, o texto explora alguns conceitos clássicos trazidos por Michel Foucault sobre as chamadas práticas disciplinares, compreendidas por ele como dispositivos de poder: a arte das distribuições, o controle das atividades, a organização das gêneses e a composição das forças. Tais métodos foram aperfeiçoados no século XVIII e ainda são utilizados em muitos espaços, inclusive, e como demonstraremos, na ARH e GP.

ISBN 978-85-87406-94-1

Por fim, analisa-se de forma crítica as estratégias organizacionais e a relação dos sujeitos com o trabalho, questionando as relações de poder presentificadas neste contexto e, principalmente, refletindo sobre o que ela causa no trabalhador ali presente. Ao mesmo tempo, reflete-se sobre o papel da Psicologia em meio às organizações, as relações dentro do espaço organizacional e, principalmente, salientando a importância da presença e o papel ético do Psicólogo Organizacional e do Trabalho inserido neste contexto, posto que se verifica uma estreita relação entre os modelos praticados nos processos de ARH e GP nas organizações de trabalho, com o apresentado por Foucault como sendo os dispositivos disciplinares, com o objetivo de docilizar corpos ou, noutras palavras, disciplinar os trabalhadores a uma relação com o trabalho e com a organização de forma passiva e alienada, o que não se coaduna com os propósitos da Psicologia Organizacional e do Trabalho.

2. OS SUBSISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS/GESTÃO DE PESSOAS

A ARH e GP passou por importantes mudanças ao longo do século XX, tendo três períodos organizacionais distintos, chamados por Chiavenato (2010) de: Era Industrial Clássica, Era Industrial Néoclássica e Era da Informação. Cada era teve marcações distintas, envolvidas em contextos históricos que nortearam as práticas de gestão das organizações.

Na Era Industrial Clássica, pós Revolução Francesa, as características definidoras eram organizações burocráticas quanto aos procedimentos, centralizadoras de informações, posições hierárquicas fechadas a mudanças, e, no geral, bastante conservadoras; os trabalhadores eram vistos como recursos a serem utilizados, e as práticas das indústrias eram voltadas ao aumento da produtividade (CHIAVENATO, 2010).

A Era Industrial Neoclássica, que surge após a Segunda Guerra Mundial, representa um momento mais suscetível a mudanças, o que afetou também as estruturas encontradas nas organizações, que já estavam ultrapassadas. Como relembra Chiavenato (2010), as condições culminaram num maior dinamismo

ISBN 978-85-87406-94-1

organizacional, um sistema mais flexível a mudanças e num organograma menos vertical se comparado ao da Era Industrial Clássica.

Apesar das melhoras adquiridas na Era Industrial Neoclássica, ainda assim, era difícil atrelar mudanças com as estruturas organizacionais antigas das organizações, e após o período dos anos 1990, temos a Era da Informação, período marcado por mecanismos que facilitam a comunicação entre os sujeitos – como internet, por exemplo. Neste período as informações são adquiridas rapidamente, o que influencia também nos comportamentos organizacionais, com organogramas de desenho orgânico, interdependência entre as equipes, organizações ágeis, cargos flexíveis e, principalmente, ênfase na mudança (CHIAVENATO, 2010).

As práticas de ARH (ou seja, pessoas/trabalhadores) passaram a receber, as contribuições da Psicologia, da Sociologia, da Administração de Empresas, da Economia e, num crescente processo de sistematização, com inclusive, significativo rigor científico, constituiu-se sob a forma de subsistemas.

Nas palavras de Chiavenato (2009) a ARH, modernamente chamada de Gestão de Pessoas – GP, assim pode ser pensada: envolvem os processos de **provisão** (recrutamento e seleção de pessoas), **aplicação** (o que tange a descrição e análise de cargos, integração de novos indivíduos ao contexto de trabalho e organizacional, avaliação de desempenho), **manutenção** (políticas salariais, administração de benefícios que podem manter o trabalhador vinculado a organização, além de convênios, cuidados com higiene e segurança no trabalho, serviços sociais, entre outros), **desenvolvimento** (treinamento e capacitação do trabalhador visando seu amplo desempenho e produtividade) e **monitoração** (sistemas de controle sobre o trabalhador, frequência, desempenho de produção, etc.), como se vê na Figura 1.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 1: Os subsistemas da Gestão de Pessoas



Fonte: Chiavenato (2010)

Vejamos agora o que, de forma mais específica e detalhada, cada subsistema desse representa de fato no processo de ARH ou GP.

O subsistema de **provisão**, também chamado por Chiavenato (2010) de processo de agregar pessoas, consiste no recrutamento e na seleção de novos trabalhadores para atender demandas da organização, isto é, representa a porta de entrada a sujeitos que foram identificados como possuidores de competências profissionais e características pessoais que possam contribuir com a manutenção e desenvolvimento da organização.

Recrutar envolve uma filtragem das características pessoais, selecionar as pessoas representa “a busca de adequação entre aquilo que a organização pretende e aquilo que as pessoas oferecem” (CHIAVENATO, 2010, p. 100). Corresponde a atração de candidatos às vagas da organização de trabalho, envolve o processo de comunicar a vaga, selecionar o público de interesse, definir se o recrutamento será interno ou externo à organização de trabalho, e o objetivo principal, é que sejam atraídos mais candidatos bons do que o número de vagas, de acordo com Spector (2006).

ISBN 978-85-87406-94-1

Ainda sobre o recrutamento, vale dizer que há diferenças metodológicas, ou seja, o recrutamento interno é direcionado aos trabalhadores de dentro da organização, enquanto que o externo, busca candidatos no mercado de mão-de-obra (país, estado, cidade ou comunidade onde está inserida a organização).

Para Spector (2006), a seleção dos candidatos deveria ter base em alguns pilares fundamentais: conhecimento, habilidades, aptidão e em outras características pessoais, ou como chamados dentro da Psicologia Organizacional e do Trabalho e da Administração de Empresas, de CHA (Conhecimentos, Habilidades e Aptidões). Estes pilares servem como critérios e filtros, a partir dos quais pode-se selecionar aqueles indivíduos que são mais adequados do que os outros, além de que, selecionar com base nos CHA aumenta a eficiência na contratação (SPECTOR, 2006).

A seleção de pessoas busca aumentar ou manter “a eficiência e o desempenho humano” na organização, segundo Chiavenato (2010, p. 133). O autor ainda salienta que a seleção apenas existe por conta das pessoas serem diferentes umas das outras, agirem de formas distintas e, portanto, terem desempenhos desiguais. O processo seletivo completo é aquele que não só diagnostica o presente, mas, principalmente, forma um prognóstico da situação, ou seja, ele analisa e formula hipóteses a longo prazo através das variáveis trazidas pelo próprio candidato (CHIAVENATO, 2010), e assim ganha uma conotação de agir estratégico, posto que busca colocar como novo trabalhador de um determinado cargo, não só o sujeito com qualidades positivas e adequação àquele cargo, mas com potencial de desenvolvimento e colaboração às outras possíveis demandas organizacionais.

Após o processo de provisão de pessoas, de acordo com a nomenclatura trazida por Chiavenato (2010), temos o subsistema da **aplicação**, que envolve o desenho do cargo, a descrição, análise, orientação e a avaliação de desempenho do cargo. Em suma, podemos dizer que as organizações são sistemas que funcionam através de papéis a serem seguidos e elas funcionam se todos agirem de acordo com o seu papel dentro deste sistema. A lógica é muito simples, cada cargo exige suas especificidades, mensuradas através da avaliação de desempenho, cujo objetivo é apontar desvios, para que os mesmos possam ser corrigidos. Para que o trabalhador cumpra seu papel adequadamente, o processo de

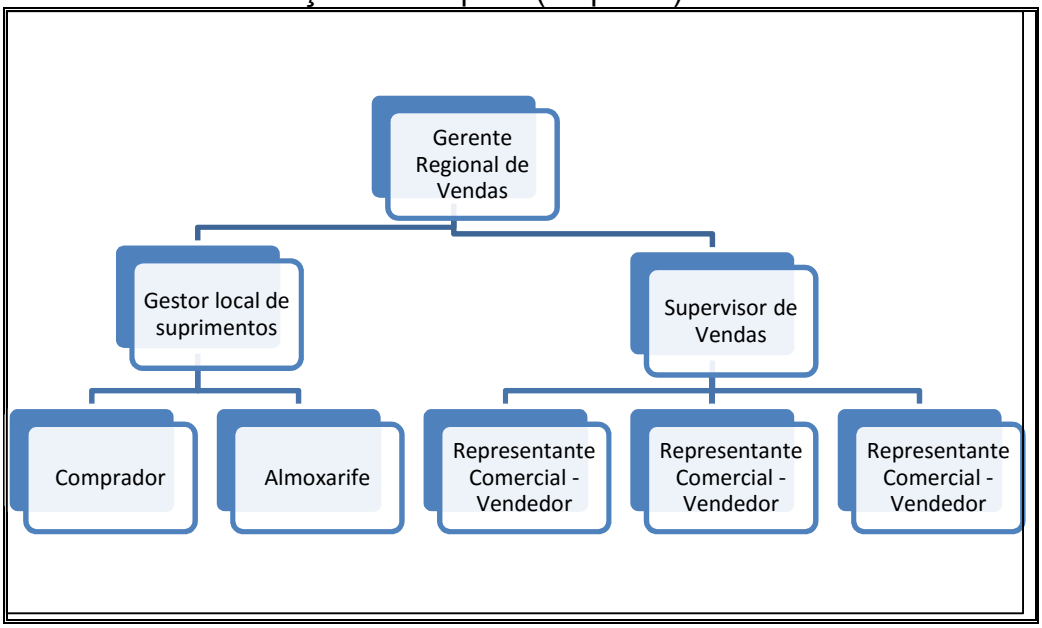
ISBN 978-85-87406-94-1

agregar pessoas deve ter sido realizado em sua melhor forma, onde o sujeito se sinta representado no cargo em que ocupa, cumprindo com suas responsabilidades e deveres exigidos pela organização (CHIAVENATO, 2010).

As organizações agem de formas muito distintas no subsistema de aplicar pessoas, algumas com modelos mais burocráticos e rigorosos, em que o trabalhador deva seguir rotinas e procedimentos já instaurados, outras utilizam de processos sofisticados e refinados, baseados em visões mais abrangentes; varia muito de acordo com a missão, visão e os valores da organização, e principalmente, da cultura organizacional.

A estrutura de cargos é feita com base no desenho organizacional; dentro do desenho ainda temos a definição de cargos, o que consiste na descrição das ações que devem ser realizadas. Normalmente os setores são divididos com base nos cargos a exemplo da Figura 2.

Figura 2: Exemplo de Estrutura Organizacional Representada pelo Organograma, onde se Observa a Conexão entre os Diferentes Departamentos, Cargos e Também a Relação Hierárquica (de poder) Existente.



Fonte: *in loco*.

Chiavenato (2009) salienta que a descrição do conteúdo do cargo deve referir: o que seu ocupante faz, quando faz, como faz, onde faz e por que faz, em outras palavras, quais são os objetivos do cargo a serem cumpridos, metas e resultados a atingir.

ISBN 978-85-87406-94-1

Cargo e função são conceitos que diferem entre si, para Lacombe e Heilborn (2008), o primeiro consiste em um conjunto de funções que possuem um mesmo sentido, níveis de dificuldade semelhantes, objetivos em comum. Já a função, representa uma posição hierárquica ocupada naquela estrutura organizacional, ou seja, descreve um conjunto de responsabilidades e relacionamentos coerentes às suas responsabilidades.

Orientar pessoas é uma das funções do subsistema aplicação, que consiste em posicionar da maneira mais adequada possível o trabalhador a sua atribuição. O mais importante ao orientar é que a organização tenha bem definido onde quer chegar, para que ela possa traçar o caminho a ser feito, a curto, médio e longo prazo, e as estratégias para atingir tais metas.

A análise dos cargos consiste em, a partir da descrição dos mesmos, precisar quais são as condições físicas e mentais que o ocupante deve ter, quais são as responsabilidades que este terá e as circunstâncias ambientais em que o trabalho deve se dar (CHIAVENATO, 2010).

A aplicação da análise de cargos vem ganhando visibilidade nos últimos anos, pois, além dela envolver a organização em questões legais, se relaciona com as atividades essenciais da ARH/GP, que, para Ivancevich (2008), são diretamente vinculadas com o: recrutamento e a seleção, afinal, para contratar o ocupante ideal do cargo, é necessário ter bem descritas as exigências do trabalho; treinamento e desenvolvimento de carreira, pois, deve-se saber quais são as qualificações necessárias ao cargo para poder elaborar um programa eficaz de treinamento; se relaciona com a compensação (política de reconhecimento e recompensa pelo trabalho), por ser necessário saber quais são as responsabilidades do cargo ao analisar os benefícios e remuneração, e finalmente, a análise de cargos relaciona-se também com o planejamento estratégico da organização, por ser uma importante ferramenta que deve estar constantemente atualizada, posto que através destes dados é possível refletir sobre funções que devem ser reformuladas, ou, de forma geral, reestruturadas.

Avaliar o desempenho do trabalhador consiste na utilização do registro do rendimento deste para poder-se elaborar alguma ação dentro da organização, seja reforçar o trabalhador, puni-lo, ou também, utilizar para diagnósticos organizacionais e planejamento de futuras estratégias. Para Ivancevich (2008), a

ISBN 978-85-87406-94-1

avaliação de desempenho consiste num método que tem como finalidade determinar o grau de eficácia do serviço executado pelo trabalhador. As avaliações podem existir formalmente, por meio de um sistema implantado na organização, e informalmente, através de falas do gestor a respeito de seu desempenho no trabalho, ou seja, pode seguir uma metodologia bem sistematizada e cientificamente fundamentada ou ocorrer de forma não sistemática e via senso comum; a diferença entre estas duas formas de aplicação da avaliação de desempenho também depende das condições da organização, em especial de sua cultura e políticas de gestão.

Segundo Lacombe e Heilborn (2008), as avaliações têm como objetivo a melhoria do desempenho dos trabalhadores nas atividades que os mesmos executam. Para os autores, a função do gestor é de vincular os resultados avaliativos com as metas da organização e o *feedback* é imprescindível ao avaliado.

As consequências das avaliações variam, as punições podem envolver pequenas orientações da liderança, a mudança de cargo e/ou desligamento do trabalhador; enquanto que as recompensas incluem *feedbacks* positivos, promoções e aumento de salário (SPECTOR, 2006) e, até mesmo, premiações. É muito importante que as lideranças saibam como utilizar a avaliação de desempenho para que esta não se torne uma ferramenta unicamente punitiva, em outras palavras, os trabalhadores precisam saber quando seu desempenho é favorável, de forma que possam mantê-lo em nível satisfatório ou aprimorarem-se; da mesma forma com que, caso o desempenho esteja decaindo, o sujeito possa ter a oportunidade de mudar seus métodos de trabalho, aprimorando-os.

O subsistema que trata de assuntos referentes a remuneração, chamado por alguns autores, como Chiavenato (2010), de **recompensando** pessoas, ou também, chamado pelo mesmo autor de *manutenção* de recursos humanos, envolve práticas com finalidade de motivar e incentivar o trabalhador. Recompensar é uma forma de legitimar a importância do trabalho realizado, de valorizar e reconhecer o trabalhador, que é seu autor. Como acentua Chiavenato (2009), a organização não só deve captar recursos humanos, como também, conseguir mantê-los na organização.

Existem muitas formas de recompensar pessoas, cada organização possui diferentes programas que servem para demonstrar isto, algumas tem

ISBN 978-85-87406-94-1

esquemas rígidos e outros possuem modelos mais complexos. Nas mais tradicionais, considera-se que o ser humano apenas se motive com base na remuneração e/ou recompensas materiais; nas mais modernas, as políticas supõem que a motivação advém de uma variedade de incentivos e fatores, como clima organizacional saudável, qualidade de vida no trabalho, planos de carreira, estabilidade e segurança no trabalho, autorrealização, objetivos e metas a serem atingidas, o que não exclui o fator material/financeiro como motivante.

Pensando nesta questão do incentivo ao trabalhador, Spector (2006) disserta sobre as consequências da pressão dentro do grupo. Havendo esta, é possível que os efeitos de benefícios através do salário sejam minimizados, e inclusive, que a produção do trabalhador seja reduzida pela metade.

Ainda, segundo Spector (2006), para que o sistema de incentivo seja eficaz, é necessário que três fatores estejam bem articulados: 1) os trabalhadores devem saber de que forma podem aumentar a produção, isto é, existem métodos mais eficazes que possam auxiliar na melhoria do desempenho ou eles já estão no limite de produção?; 2) os trabalhadores devem ter interesse em receber os incentivos, portanto, a organização deve conhecer o sujeito para saber se o incentivo é de interesse do mesmo, e também, 3) o sistema de incentivo deve estar ciente das condições do trabalho e das necessidades que o trabalho envolve, para que não seja pedido algo que impossível de ser realizado; por exemplo; se uma crise econômica se apresenta ao contexto social local, produzindo dificuldade para manutenção do básico às famílias, isto afetará as vendas das lojas, pois o número de compradores será reduzido.

Existem outras formas de classificarmos as compensações. Para Chiavenato (2009) elas podem ser divididas entre financeiras e não financeiras. Financeira está relacionada com o pagamento ao trabalhador, é a retribuição pelo serviço que foi prestado durante determinado período de tempo. Quanto as não-financeiras, citamos alguns fatores como orgulho, segurança, sentimento de valorização do trabalhador dentro da organização e o senso de reconhecimento pelo trabalho realizado.

Chiavenato (2010) também conceitua os três componentes da remuneração: a remuneração básica, que é o pagamento regular do trabalhador, a remuneração total, que inclui os benefícios que ele recebe da organização e, por fim,

ISBN 978-85-87406-94-1

os benefícios (vale-alimentação, vale transporte, etc.), também chamados de remuneração indireta.

É interessante acentuar, como apontam Lacombe e Heilborn (2006), a importância que possuem as atividades realizadas regularmente na ARH/GP, como o pagamento dos salários, por exemplo. Qualquer falha ou atraso na execução de tais atividades são comprometedoras do papel da GP, capazes de reduzir os esforços de treinamentos, palestras, ou outras práticas de reconhecimento e recompensa que tenham como objetivo mostrar a importância do trabalhador para a organização, por exemplo.

Também se engloba neste subsistema, para alguns autores, como Chiavenato (2010), temas como os de higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho, porque diz respeito ao ato de cuidar dos trabalhadores, mantê-los na organização em condições adequadas, e também, à prevenção contínua dentro das organizações (sobretudo de acidentes e do adoecimento de trabalhadores, o que, por sua vez, estas práticas representam um melhor e sistemático controle relacionado aos índices de absenteísmo e rotatividade).

O tempo que as pessoas passam na organização é muito longo e o ambiente organizacional tem suas condições físicas e materiais muito peculiares, que em longa exposição, podem trazer alguns danos à saúde de quem ali se encontra ou a elas é exposto. É responsabilidade da organização assegurar um ambiente que tenha os menores riscos à saúde do trabalhador, e com as melhores condições possíveis que não provoquem danos à saúde física e mental do mesmo. Portanto, esta parte do subsistema trata do que diz respeito ao cuidado da higiene e segurança, chamados de H&S, da saúde ocupacional, e, principalmente, da qualidade de vida no trabalho, também conhecida pela sigla QVT (CHIAVENATO, 2010).

A QVT, refere-se à preocupação com o bem-estar, aspectos físicos, ambientais e psíquicos, do trabalhador na atuação profissional. As organizações têm dado mais espaço para programas voltados a estes temas, pois, como afirma Chiavenato (2010), investir no trabalhador, é investir diretamente no ser humano com potencial de desenvolvimento, portanto, atualmente, é mais difundido o saber de que um trabalhador satisfeito tem a probabilidade de exercer sua atividade muito melhor do que se estivesse sob estresse contínuo.

ISBN 978-85-87406-94-1

A prevenção de acidentes vem gerando grande mobilização nas organizações, não só pelo possível dano ao trabalhador, mas também, pelo custo que isto pode gerar a organização (SPECTOR, 2006).

A higiene no trabalho relaciona-se com as condições do ambiente organizacional, envolve detalhes da rotina, como ruídos, temperatura, ventilação e qualidade do ar, luminosidade, enfim, um bom ambiente para se trabalhar é aquele que possui condições que são benéficas a todos os nossos sentidos (CHIAVENATO, 2010). Ambientes de trabalho que possuem aspectos nocivos à saúde, que podem acarretar danos a longo prazo, são chamados ambientes insalubres. A periculosidade diz respeito a aspectos do ambiente que podem causar lesões ao trabalhador, como por exemplo, máquinas, ferramentas, substâncias químicas, entre outros (IVANCEVICH, 2010).

Quanto aos acidentes de trabalho, Ivancevich (2010), propõe três razões principais para o acontecimento destes: a natureza do trabalho, as condições organizacionais e os hábitos ocupacionais do trabalhador. Às vezes, o trabalhador está num limite de horas, sobrecarregada, estressada com o trabalho, passou por algum conflito em nível de relações interpessoais ou mesmo com a liderança da organização, enfim, são muitas variáveis influentes.

A segurança no trabalho, de acordo com as proposições de Chiavenato (2010), envolve a prevenção de acidentes, prevenção de incêndios e de roubos. Quanto a prevenção de acidentes, possuem três elementos-chave: o agente, a parte do agente e a condição insegura. O agente é o objeto que relaciona-se com a lesão, a parte do agente que se relaciona é a área em específico, e a condição insegura é a condição física que leva a ocorrência do acidente.

A prevenção de acidentes é feita, de acordo com Chiavenato (2010) através de um mapeamento das áreas de risco, análise profunda dos acidentes, apoio da alta administração (por isso ressalta-se a importância do programa de prevenção), redução das condições inseguras, processo de seleção de pessoal (é importante saber como é a pessoa que está sendo contratada, saber se ela possui alguma deficiência motora ou visual, por exemplo), comunicação interna eficaz (para divulgar as formas de prevenção) e treinamentos de segurança (informar, por exemplo, como ter bom desempenho sem arriscar-se). Os acidentes são classificados em “sem afastamento do trabalho”, “com afastamento do trabalho” e

ISBN 978-85-87406-94-1

“morte”. Devido aos altos custos dos acidentes (substituição de trabalhador, seguro, custos trabalhistas, etc.), o autor acentua a importância de cuidar da H&S.

O subsistema de **treinamento, desenvolvimento e educação**, também chamado de T, D & E, engloba processos que atuam na capacitação, compreensão das metas e valores da organização, abordam o trabalhador e investem no mesmo, para que ele mantenha seu comportamento ali dentro como sendo eficaz (IVANCEVICH, 2008). Acentuamos a importância do treinamento não só aos novos trabalhadores, como aos antigos também, pois é favorável que sempre estejam atualizados quanto ao seu ramo de atuação profissional. O aprendizado é contínuo e dinâmico, e não deve ser cessado por conta de algum grau de escolaridade que a pessoa obtenha (SPECTOR, 2006).

Existe o treinamento interno e o externo, o primeiro se dá quando o treinamento é realizado no próprio ambiente organizacional, normalmente, por alguém ali da organização; o segundo, refere-se aos treinamentos feitos fora da organização, ou por meio da contratação de alguma terceira organização especializada, como por exemplo, algumas cuja modalidade é a de consultoria.

Algumas organizações também associam o T, D & E, com a avaliação de desempenho, onde o trabalhador com baixo desempenho é selecionado para aprimorar-se no ambiente de trabalho. Segundo Lacombe e Heilborn (2008), as organizações bem administradas sobrevivem através dos treinamentos, e treinar, não é algo esporádico, “cada vez que você mostra a uma pessoa como ela deve fazer o trabalho, dá uma orientação ou discute um procedimento, você está treinando” (p. 270). Para os autores o treinamento consiste em uma atividade que visa tornar uma pessoa apta a exercer sua função, melhorar seu desempenho ou prepará-la para novas situações. Já para Chiavenato (2009), o treinamento foca no curto prazo, onde as pessoas são capacitadas em funções de objetivos bem mais pontuais (treinamento operacional).

De acordo com Ivancevich (2008), o treinamento é um processo que visa atingir as metas organizacionais, avalia e desenvolve habilidades e competências do trabalhador e tem como foco o aprimoramento, a educação continuada.

ISBN 978-85-87406-94-1

O último subsistema a ser descrito, classificado por Chiavenato (2010), é o de **monitorar** pessoas. Monitorar, como instrui o autor, significa no contexto organizacional “seguir, acompanhar, orientar e manter o comportamento das pessoas dentro de determinados limites de variação” (p. 498). O monitoramento acontece para que os processos ocorram da forma como devem e foram previamente planejadas, e, existem algumas formas das organizações lidarem com isto.

O sistema de controle (ou monitoração) do trabalhador atua de diversas maneiras, uma delas, é o banco de dados, normalmente localizado no setor ARH. Neste, encontramos um acúmulo de informações sobre cada pessoa que está na organização; através dos dados, tem se um histórico do trabalhador para cada problema que tiver de ser resolvido (cada trabalhador deve ter seu prontuário, ou seja, um histórico de registros de ocorrências acerca de sua condição de trabalho, relação com a organização, atestados de saúde e afastamentos, avaliação de desempenho, advertências, etc.). Como retoma Chiavenato (2010), “dados isolados não são significativos e não constituem informação” (p. 505), no entanto, eles não ficam tão isolados. Os dados são analisados, processados e arquivados; se forem organizados da melhor forma, facilitam o acesso de quem o precisar e também, na tomada de decisões. No banco de dados, como aponta Chiavenato (2010), encontramos: cadastro de pessoal, cadastro de cargos, cadastro de seções (sobre cada setor, ou departamento diferente), cadastro de remunerações (dados relativos ao salário), cadastro de benefícios (dados sobre benefícios e serviços sociais), cadastro de treinamento (todos em que a pessoa participou), cadastro de candidatos, cadastro médico.

O subsistema de monitoração, tem como objetivo manter o comportamento das pessoas de forma articulada e de acordo com o que a organização espera. Chiavenato (2009), utiliza deste conceito e o define como sendo uma forma de acompanhar e avaliar o que foi previsto, planejado; avaliar o trabalho e ainda corrigir o trabalhador no que for preciso. O controle também, segundo o autor, pode ser um meio de regulação para manter a organização dentro do esperado, ou seja, a organização tem um andamento, e ir muito adiante ou muito devagar nela, seria um desvio – as organizações prezam por um certo grau de

ISBN 978-85-87406-94-1

constância no ritmo. Os desvios exigem atenção, quando um dado diverge muito é orientado que o gestor se atente àquilo.

Os processos de controle possuem 4 etapas: estabelecer o padrão esperado, monitorar o desempenho, comparar o desempenho com os padrões desejados, e finalmente, a ação corretiva. O estabelecimento de padrões são critérios que serão seguidos para o controle; a monitoração é o que mede o desempenho, ela deve primeiramente ter propriedade do que está medindo, das condições e das variáveis que influenciam na tarefa; a comparação do desempenho com os padrões esperados é a comparação que será feita da atividade humana no trabalho, toda comparação exige uma tolerância, que ainda é o nível aceitável, o que for um desvio fica em destaque, isto pode ser elaborado por meio de relatórios, por exemplo; a ação corretiva é a busca da organização pela constância, visa padronizar a organização, colocar a atividade humana dentro da expectativa dos gestores (CHIAVENATO, 2009).

Todas essas áreas ou práticas formam os subsistemas da grande área intitulada ARH/GP e possuem uma dinâmica integrada e interdependente, ou seja, um subsistema não funciona da mesma forma na ausência do outro e sofre influências positivas ou negativas relativas à situação de funcionamento positivo ou negativo dos demais subsistemas, é uma relação de interdependência.

Chiavenato (2009) conceitua a ARH/GP como tendo seu desenvolvimento de maneira situacional ou contingencial, agindo de acordo com a cultura organizacional do ambiente, dependendo de variáveis muito específicas. Portanto, as maneiras de atuação nos processos de GP – expressão modernamente utilizada – podem ser muito distintas, ou seja, uma atividade pode ser muito bem avaliada num dado espaço organizacional, e pode, às vezes, não servir em outro que tenha características semelhantes.

A ARH/GP não é uma área de atuação exclusiva do Psicólogo, nem tampouco é domínio exclusivo, ou pretende ser, da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Esta é uma área de atuação multiprofissional e interdisciplinar – embora nem sempre tenha sido assim na história de seu desenvolvimento. Contudo, postulamos que a presença do Psicólogo Organizacional e do Trabalho na ARH/GP, deve promover em sua dinâmica uma mudança significativa, marcada por uma atuação diferenciada e com foco na promoção da qualidade de vida no trabalho e da

ISBN 978-85-87406-94-1

saúde do trabalhador, contribuindo, a seu modo, para a desconstrução do paradigma ainda vigente, a saber: de uma atuação que, por conta de sua história ou tradição, ou por conta de uma vulnerabilidade constitutiva às forças do contexto (histórico, social, econômico e cultural), em se tratando de exercício profissional ou de posicionamento político e ético, não cumpriu seu papel de transformação, vindo a representar, portanto, mais um complexo dispositivo de manutenção ou reprodução do *status quo*, no sentido de permitir a sobreposição dos direitos e interesses das organizações sobre os direitos e interesses dos trabalhadores, do que a construção de um espaço relacional – ser humano-trabalho-organização – constituído pela equidade e justiça, ou, noutras palavras, espaço de crescimento mútuo.

3. A SOCIEDADE DISCIPLINAR E O CORPO DÓCIL DE MICHEL FOUCAULT

A sociedade disciplinar e os dispositivos disciplinares, para Foucault, surgem concomitante a arte do corpo humano. A arte do corpo humano diz respeito ao momento histórico em que as capacidades do sujeito podem ser reguladas. Segundo o autor, “forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2002, p. 120). Portanto, o corpo relaciona-se com disciplina, e quanto mais obediente, mais útil, e logo, quanto menos obediente, menos útil.

O corpo passa a ser alvo do poder, não só é um fenômeno social, como político também. Afinal, se exerce o poder sobre o corpo para que ele se mantenha no nível esperado, quase que num nível mecânico. Além do domínio sobre o corpo, esta ideia da obediência vai mais além, sendo um corpo docilizado aquele que é submisso, moldável, aperfeiçoado, adestrado. A disciplina e o aperfeiçoamento do corpo aumentam a força bruta e a produção também, ainda que, reduza o domínio que aquele indivíduo tem sobre ele mesmo, quanto mais obediente e disciplinado, mais passivo e menos ativo politicamente (FOUCAULT, 2002).

Alguns métodos vão sendo aperfeiçoados no século XVIII para disciplinar os corpos, como a escala de controle, por exemplo, uma forma em que o indivíduo continua trabalhando e gradativamente seus movimentos vão sendo mais

ISBN 978-85-87406-94-1

cobrados, aproximando-se de ações mecânicas, em que predominam a constância e a eficiência, formas minuciosas de controlar o corpo. Foucault aponta que é necessário enxergar o corpo como se fosse uma ferramenta, este deve ser cuidado e deve-se impor movimentos sobre ele, de forma com que, mesmo sozinho, ele reproduza os movimentos ou o trabalho necessário (FOUCAULT, 2002).

Portanto, estes métodos que foram aperfeiçoados, são classificados por Foucault (2002) como dispositivos de poder: a arte das distribuições, o controle das atividades, a organização das gêneses e a composição das forças.

A **arte das distribuições**, diz respeito a importância no planejamento do espaço arquitetônico e a consequência ao indivíduo que participa da cena. Refletimos, por exemplo, as distribuições hierárquicas que percebemos de acordo com a disposição espacial do ambiente, como uma sala de aula em que o aluno fica no piso inferior e o professor fica a cima, ou também, a disposição numa fábrica, em que os operários ficam longe uns dos outros para não se comunicarem, todos sendo vistos pelo seu patrão, em posição superior. Salienta-se que quando o patrão se coloca acima do subordinado, cria-se uma “super-visão”. Por conta deste sujeito em posição superior ter o privilégio de enxergar os subordinados por meio de todos os ângulos, culminou no surgimento da função do supervisor, que existe em diversos espaços, como nas organizações de trabalho, instituições educacionais e penitenciárias, por exemplo.

Bem, a arte das distribuições diz respeito a estes detalhes espaciais, tornam o espaço e o tempo mais eficazes para a produção do corpo dócil.

O **controle das atividades**, que seria a inserção do tempo, ritmo, regulação das atividades, no cotidiano do trabalho, é uma forma de se distanciar do ócio, se aproximar da produção. O controle por meio dos relógios vem para extrair o máximo das horas, impõe perfeição, comparação de produção, melhoras no desempenho, é preciso que o indivíduo trabalhe mais num curto período de tempo. Segundo Foucault (1979):

> define-se uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento. O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra no corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder (p. 129).

ISBN 978-85-87406-94-1

Portanto, as atividades são monitoradas, de forma que elas tenham a melhor relação entre o gesto e o corpo, o corpo disciplinado é capaz de fazer gestos mais eficazes e, portanto, tornarem-se mais produtivos.

A **organização das gêneses**, diz respeito ao processo de formação do corpo dócil, ou seja, as etapas que o sujeito percorre para ser considerado um indivíduo disciplinado. Por exemplo, podemos pensar a evolução das crianças nas salas de aula (1ª série, 2ª série...) e a divisão de salas de acordo com a meritocracia (sala a – melhores notas, sala b – notas medianas, sala c – notas abaixo do esperado); são métodos que a escola possui de moldar o aluno até sua formação. O corpo submetido tornar-se disciplinado possui um percurso até ser de tal forma, que envolve um desenvolvimento, crescimento, uma evolução, até que se torne docilizado.

Por fim, temos a **composição das forças**, que diz respeito a moldar o corpo humano, a regular as forças produtivas através de treinamentos. Como afirma Foucault (1979, p. 138): “a disciplina não é mais uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho diferente”. O corpo treinado não deve pensar, o corpo, dominado minuciosamente pelo poder, deve produzir.

3.1 Dispositivos Disciplinares

A maioria das sociedades, de acordo com Foucault, tem o poder essencialmente ligado aos corpos. O corpo tornou-se alvo do controle da sociedade, pois, ele é transformável, maleável e passível de tal controle (FOUCAULT, 1997).

Foucault (2002) então descreve, que para ser realizado o bom adestramento, é necessária a existência dos dispositivos de poder, que, aos olhos do autor, são instrumentos simples, elencados por ele em: vigilância hierárquica, sanção normalizadora e exame. Portanto, “a disciplina fabrica indivíduos; ela é técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2002, p. 143).

Segundo Foucault (2002, p. 118), “o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”. A disciplina, portanto, busca normalizar o indivíduo, em função de padrões e normas já

ISBN 978-85-87406-94-1

estabelecidas, a disciplina permite medir e observar os indivíduos, dentre os que possuem o perfil e os que não se adequam, chamados de *anormais*.

4.2. Vigilância Hierárquica

A vigilância vinha sendo utilizada como forma de observar o comportamento do outro, por escolas, acampamentos, fortalezas, hospitais, presídios. O olhar pode ser considerado um gesto universal de poder. A arquitetura, muitas vezes, entregava isto, onde quem devia ser controlado era dominado por quem era considerado seu superior. A disciplina é cobrada através do olhar hierárquico, exercida por este poder discreto, que torna possível a obediência, mesmo que às escuras, pelo fato de que o sujeito, minuciosamente, está permanentemente sendo visto. Aos olhos de Foucault (2002), o olhar hierárquico

> organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; esta rede 'sustenta' o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados (p. 148).

O poder por meio da vigilância viabiliza a existência do controle contínuo e constante, não importa quantos sujeitos ou trabalhadores existam, à medida que este número cresce, o controle cresce também. É permanente e silencioso.

4.3. Sanção Normalizadora

Relaciona-se com uma micropenalidade, seja por conta de tempo (atrasos, faltas, etc.), atividade (desatenção, por exemplo), forma de se comportar e agir (ter atitudes rudes), discursar (falar muito, falar alto) e do corpo (vestir-se de forma inadequada, hipersexualizar-se). Todas estas formas, consideradas errôneas, no agir, passarão por correções, ou seja, formas de mostrar ao indivíduo que ele não agiu dentro da norma, que ele está tendo sua conduta desviante (em relação a uma norma estabelecida). São formas de adestrar o indivíduo, ensiná-lo a obedecer. Existem punições que seguem os modelos judiciários, que são as multas e as

ISBN 978-85-87406-94-1

prisões, por exemplo, são dispositivos de poder que visam o exercício, o indivíduo muitas vezes tem que repetir o erro para que consiga obter seu efeito corretivo. É importante que as correções tenham como objetivo educar o indivíduo quanto ao que ele deve fazer, para que, as correções não tenham como consequência aos sujeitos unicamente o medo de errar, e sim, a vontade de acertar, o que só poderá ser realizado, caso o indivíduo tenha tido uma orientação pedagógica.

Foucault (2002), complementa, ainda: “A punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção” (p.150). Portanto, é ressaltada a importância da recompensa ao indivíduo para que a aprendizagem seja efetivada de maneira eficaz, não utilizando unicamente o castigo para correção.

Existem ainda as diferenças qualitativas e quantitativas das micropenalidades. A classificação vem para separar o normal, ou seja, daquele que está dentro da *norma*, do anormal, o indivíduo que está em *desvio* de conduta. Este sistema de classificação serve como forma punitiva e como recompensadora também; de forma com que aqueles que estão tornando as micropenalidades frequentes, tornem-se um grupo dos desajustados, e os dentro da norma, tenham um grupo também. Novamente, podemos pensar nas escolas, onde as salas são dividas de acordo com os maiores desempenhos escolares dos alunos – é recompensador para quem tira a nota boa, e prejudicial ao grupo considerado como o “mau exemplo”. Sobre este tema, complementa Foucault (2002):

> em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir (p. 152).

Portanto, as punições existem quando temos uma escala a ser seguida, ainda que os indivíduos sejam singulares, existe o desempenho mínimo, médio e o alto; e estes valores hierarquizados definem quem são os indivíduos e qual é o gesto a ser tomado com eles.

ISBN 978-85-87406-94-1

4.4. Exame

Esta etapa funciona como um controle da norma, serve para avaliar e classificar o indivíduo, e ainda, permite que o resultado de sua avaliação tome a forma de uma recompensa ou punição. Normalmente, o exame vem acompanhado de alguma cerimônia ou ritual, que serve para que o indivíduo possa demonstrar o que foi aprendido e para que isto seja avaliado, como suficiente ou insuficiente.

A escola é, novamente, exemplo de instituição em que o aluno deve passar por exames regularmente, para demonstrar que ele se apropriou dos saberes. Acentuamos que o exame permite ainda que o superior daquele avaliado guarde um histórico do aluno, de seu desempenho escolar, uma forma de guardar os saberes dos alunos e deixá-lo reservado ao professor. Além das escolas, observamos o exame sendo utilizado em organizações de trabalho também, na chamada “avaliação de desempenho”, fenômeno que serve para medir os esforços do trabalhador, e, assim como nas escolas, cada avaliação é guardada e utilizada no dossiê do avaliado (prontuário), que será utilizado quando for preciso.

O exame é a produção do indivíduo. Produção (ou registro o sistemático produção) a partir da qual é possível captar alguns fatores importantes, como 1) a capacidade daquele sujeito – melhores desempenhos e piores, 2) permite que o grupo conheça mais do individual, de forma que, seja possível comparar os desempenhos distintos, desempenho médio do grupo, ou também saber quem não está se adequando a norma e 3) permite que cada indivíduo tenha um dossiê, onde é possível analisar o sujeito à longo prazo.

4.5. O Panóptico

Foucault faz alusão a um modelo arquitetônico, introduzido pelo profissional e arquiteto Jeremy Bentham, que é a idealização da forma como funciona o sistema de poder, o panóptico. Este, define-se como sendo um

> espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde os menores acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos (FOUCAULT, 2002, p. 163).

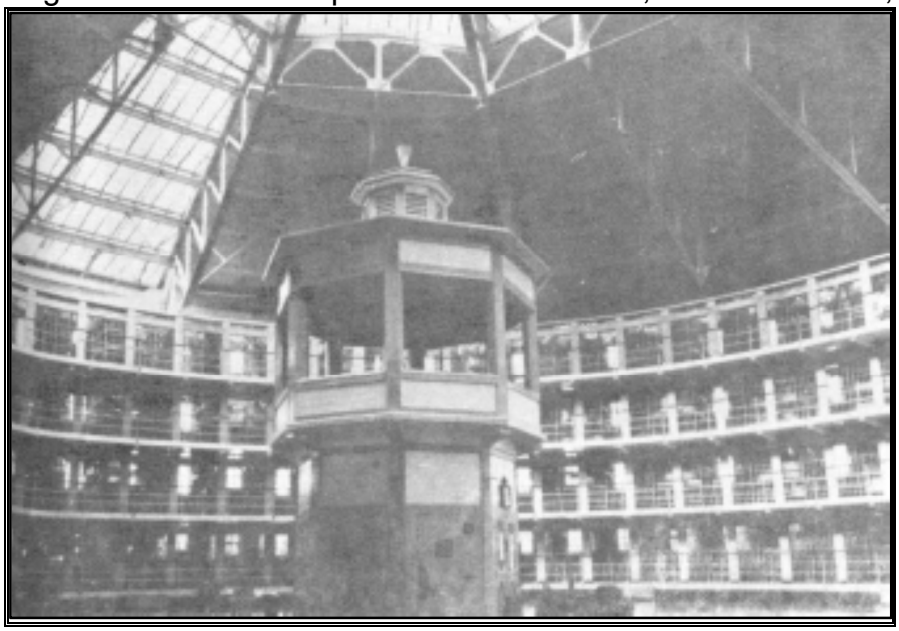
ISBN 978-85-87406-94-1

O panóptico é o desenho das relações de poder; ele consegue expressar a relação entre o corpo, docilização, disciplina, poder e a instituição, além de expressar o medo de sair da ordem também, pois se você é vigiado, você também será punido.

O panóptico é a expressão de como funciona o controle e de como o mesmo deve ser interiorizado nos sujeitos, uma forma de estar sempre sendo observado e controlado. Exemplos de panópticos são as arquiteturas dos presídios, construções onde os detentos são vistos por todos, interiorizando neles mesmos este olhar vigilante, em que permanentemente o detento é pormenorizado nesta hierarquia de poder. Nesse sentido o panóptico, por sua constituição e efeitos, constitui, uma subjetividade, ou seja, é interiorizado pelo sujeito docilizando-o.

A arquitetura panóptica é uma forma constante de manutenção da disciplina amplamente utilizado no século XVIII, tinha como objetivo tornar o olhar uma ferramenta de controle e tornar o vigiado cada vez mais submisso a este olhar invisível, que tudo vê e tudo controla. Portanto, o panóptico (Figura 3) exerce esta função controladora, auxilia no processo de docilização dos corpos. A disciplina transforma os indivíduos, de forma que muitas vezes o próprio sujeito perde-se de si mesmo, tornando-se cada vez mais próximo do conceito de corpo dócil; interiorizando este corpo que não lhe pertence, mas que existe para servir.

Figura 3: Imagem de um sistema prisional em Stateville, Estados Unidos, século XX.



Fonte: Foucault (2002).

ISBN 978-85-87406-94-1

5. GESTÃO DE PESSOAS: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA

A GP enraíza em sua forma de agir os modos de produção e a ideologia que norteia seu espaço de presença e constituição, que na atualidade se denomina capitalista. No capitalismo, as organizações sobrevivem com os lucros ganhos num número maior do que os gastos, o que pode ser alcançado dependendo da mão de obra que a organização dispõe e das ferramentas que ela fornece aos trabalhadores. Podemos dizer, então, que a maioria das organizações possuem norteadores muito comuns entre si: buscam obter sucesso em sua atuação, excelência por parte dos profissionais que nela estão, metas e desempenhos cada vez maiores atingidos. Para que os objetivos se cumpram, as organizações ao longo de seu desenvolvimento criaram estratégias organizacionais para disciplinar o trabalhador aos seus moldes, ou seja, as organizações também são espaços onde o poder permeia e rege corpos e, portanto, são ambientes que utilizam como prática o exercício da disciplina.

Michel Foucault nos traz em suas obras diversas reflexões acerca do poder, sendo este em si, uma força subjetiva produtora de verdades e, portanto, constituinte de subjetividades. Um conceito explorado pelo autor é o panóptico, um dispositivo de poder que visa produção de disciplina. Está presente quando falamos nas organizações, pois, estas possuem diversas estratégias para mostrar um olhar constante ao trabalhador, por meio de câmeras, relógios de ponto, avaliações de desempenho, testes psicológicos – todos exemplos que demonstram formas das organizações de controlar o sujeito que habita aquele corpo e extrair o máximo de sua força (produtiva) possível. O ideal a uma organização é um trabalhador submisso, adestrado, docilizado e que, portanto, sirva, que se comprometa e interiorize os ideais organizacionais (missão, visão, valores, cultura organizacional), de forma que ele seja o trabalhador “exemplo” (“vista a camisa”) e talvez tenha algum ganho por tais méritos, seja um aumento em seu salário, seja apenas o alívio de não ter sido avaliado como abaixo da média e/ou ser punido (advertido). O trabalhador ideal é aquele que interioriza a vigilância, assim como o corpo docilizado descrito por Foucault.

Inclusive, importa aqui pontuar, analisando a figura do panóptico (Figuras 2 e 3) e aquela utilizada para representar o sistema ARH/GP (Figura 1),

ISBN 978-85-87406-94-1

podemos perceber algumas semelhanças gráficas e ideológicas que podem trazer elementos suficientes a outras reflexões, se tomadas à luz do referencial teórico até aqui apresentado. O funcionamento das organizações de trabalho não se distancia tanto do que eram as funções do panóptico, posto que os trabalhadores – como os detentos das instituições prisionais – são ainda vigiados, examinados, avaliados e recompensados e/ou punidos quando considerado necessário, segundo avaliação do supervisor que, por sua vez, segue critérios definidos pela cultura organizacional.

Analisando as práticas de ARH/GP com um viés foucaultiano, percebemos que os processos de provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoração são todas estratégias que possuem, ou implicam em, manobras de poderes implícitos, se assemelham com os métodos citados por Foucault (2002) e nomeados como dispositivos de poder: a arte das distribuições, o controle das atividades, a organização das gêneses e a composição de forças. Como afirma o referido autor, todo poder permeia um saber e cria verdades, que servem para sustentá-lo; as organizações precisam de pessoas que as sustentem, que partilhem daquelas crenças, visões e valores, em síntese, precisam de trabalhadores docilizados.

Começando pelo subsistema de provisão, ele filtra os sujeitos de acordo com as características que a organização busca, selecionando o público alvo e fazendo os processos de recrutamento e de seleção, que consistem em formas de selecionar os corpos que são úteis à organização daqueles que não são, então, por exemplo, organizações com estruturas mais rígidas e fechadas tendem a buscar trabalhadores mais experientes, e portanto, muitas vezes com uma faixa etária mais velha, por terem a crença de que estes trabalhadores estão mais adequados (ou se adequarão mais facilmente) à cultura organizacional, e consequentemente, com um perfil que pareça mais alinhado a esta organização.

O subsistema de aplicação envolve o desenho do cargo e o que especificamente a função faz. Pode-se dizer, resumidamente, que o objetivo desta área é o de aproveitar o pessoal – certificar-se que o trabalhador está cumprindo o que deve ali e saber se esta média está acima ou abaixo do esperado. Observamos que este subsistema se aprimora quanto mais as atividades sejam reguladas, ou seja, com números precisos que traduzam uma realidade produtiva.

ISBN 978-85-87406-94-1

Dentro deste subsistema temos a avaliação de desempenho, que é uma forma da organização ter um histórico quantitativo e qualitativo da atividade de um trabalhador, um exemplo muito claro de controle quanto ao corpo e sua capacidade produtiva, e, principalmente, de um dispositivo disciplinar. O trabalhador deve se adequar aos padrões e às normas que já estão estabelecidas na organização, seguindo um ritmo que não necessariamente seja dele, e sim, é imposto a ele. A avaliação de desempenho também se assemelha com uma sanção normalizadora, pois, aqueles sujeitos que se desviarem da norma estabelecida pela organização poderão sofrer penalidades, que possuem o intuito de adestrar, disciplinar, corrigir.

Avaliar o desempenho do indivíduo e compará-lo ao do grupo; dependendo de como isso é feito, e de suas consequências para o indivíduo, pode ser definido como ferramenta de punição, tanto quanto como instrumento de exclusão. Como toda avaliação, não podemos deixar de classificá-la como uma técnica de exame, à luz do referencial foucaultiano, sendo, portanto, este instrumento, aquele que possui como intuito captar a capacidade do sujeito, permitindo à organização ter maior conhecimento de seu pessoal e ainda auxiliando na criação do dossiê dos mesmos (prontuário, histórico, relatórios de produção, etc.) – que serão, ou poderão ser, usados para diversas circunstâncias, seja num momento em que a organização tiver que decidir sobre o corte de trabalhadores - e aí aqueles com baixo rendimento serão demitidos, seja num momento em que haja um remanejamento interno – e aí aqueles com desempenhos mais altos serão beneficiados de alguma forma.

Temos também o subsistema recompensando pessoas (CHIAVENATO, 2010), ou também chamado de manutenção de recursos humanos. Ele diz respeito às formas utilizadas pela organização para valorizar e recompensar os trabalhadores, e, nesse sentido é um subsistema muito importante para a manutenção sa mão de obra vinculada à mesma.

O subsistema treinamento e desenvolvimento, é a forma da organização investir em seus trabalhadores, sejam eles antigos ou novos. É um mecanismo disciplinar com vistas a moldar a composição de forças produtivas da organização, em outras palavras, de transformar o trabalhador de forma que contribua com os interesses organizacionais, além de auxiliar no processo de tornar

ISBN 978-85-87406-94-1

o corpo gradativamente mais disciplinado e dócil, parecido também com a descrição de Foucault da organização das gêneses, que conceitua que há um caminho a ser percorrido até que o sujeito seja docilizado; docilizar o corpo é um processo, e como todo processo, exige etapas a serem percorridas.

O subsistema de monitorar pessoas, diz respeito a todas as formas de controle e vigilância da organização para com o trabalhador. Desde o ponto biométrico, às câmeras de monitoramento, vigilâncias por meio de superiores (líderes ou supervisores), metas a serem batidas com prazos estabelecidos – são todas medidas cujo objetivo é a obediência e a constância no trabalho. Pensando de forma mais específica no dispositivo de vigilância, acentua-se que muitas vezes a arquitetura das organizações contribui para isso, com ambientes que se assemelhem ao panóptico, de Foucault (2002), um modelo que privilegia o olhar disciplinante. De acordo com o autor, ainda,

> a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar (FOUCAULT, 2002, p.147).

Como aborda Foucault, o dispositivo de vigilância torna-se uma peça que as organizações incorporaram como forma de agir constante, o que acaba sendo percebido aos olhos do trabalhador, e contribui com a existência de uma obediência, muitas vezes até, calada, silenciosa, pois, todos se vigiam, se fiscalizam – o olhar hierárquico permeia os ambientes organizacionais, e não precisam vir apenas de superiores, mas estes perpassam a verticalidade da pirâmide organizacional afetando também os colegas de trabalho no sentido horizontal, por todos os lados os trabalhadores são monitorados, vigiados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além das análises foucaultianas dos subsistemas de ARH/GP, aqui já realizadas, podemos analisar a organização como um todo, afinal, esta reproduz uma ideologia capitalista, atuante em prol da existência, sobrevivência e desenvolvimento do mercado. Atuar desta forma representa uma maneira de obedecer ao capital e priorizar sua sobrevivência financeira, o que demonstra que a organização interiorizou seus valores, sendo capaz de, portanto, buscar várias

ISBN 978-85-87406-94-1

estratégias que possuem como objetivos os valores descritos já anteriormente, a saber: o sucesso e o lucro.

Então, percebemos que há uma certa obediência envolvida, relacionada a outras relações de poder que estão acima da organização, o que nos permite afirmar que as organizações, em sua grande maioria, estão docilizadas também. As organizações possuem práticas disciplinares a partir das quais os trabalhadores se tornam docilizados, da mesma forma com que estas já estão quando o sujeito começa a exercer ali sua profissão ou função.

Se a organização se comporta como um corpo dócil, no sentido de que ela é uma micro representação da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2002) é muito mais provável que seu ambiente organizacional seja desprovido de alguns fatores que distanciariam ou evitariam o adoecimento do trabalhador. Afinal, o trabalho, como sendo um dos pilares da vida do sujeito, é um criador de sentido e de subjetividades, e a ausência destes ou seu significado punitivo, pode causar sofrimento.

Para Foucault (1979), o poder emana não somente de um único lugar, e sim, de múltiplos, sendo inerente às relações e não sendo possível “subtraí-lo”, este existe e permeia relações, onde se pode tentar identificar quem é detentor do poder ou de onde este foi originado. Sendo assim, o poder não é uma questão, e sim, uma força constante e existente. Foucault (1979) acentua a importância da ética, como uma forma de repensar o poder e norteá-lo, limitá-lo, talvez, pois a ética envolve um cuidado que deve existir nas relações de poder, envolve o sujeito voltar-se para si e analisar-se, tentar distanciar-se de seu eu, e perceber com qual propósito ele quer utilizar daquela relação de poder e para qual lado ele quer que esta atuação vá. Então, por exemplo, nos casos das organizações, há uma força explícita entre o líder e o liderado, logo, é possível que o líder avalie de que forma ele utiliza de seu poder, se é coagindo o liderado, se é de forma abusiva, enfim, a ética existe para relembrar o sujeito do seu papel ativo em mudanças que ocorrem.

Diante de todo esse contexto no mundo do trabalho, valoriza-se mais ainda o papel do Psicólogo dentro das organizações. Segundo o Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005) que norteia o exercício da profissão, o Psicólogo possui como princípios fundamentais basear seu trabalho apoiado em valores transmitidos

ISBN 978-85-87406-94-1

pelos Direitos Humanos, e há um princípio, em específico, que podemos utilizar e contextualizar – não exclusivamente – para as organizações de trabalho:

> VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código (CFP, 2005).

Portanto, a Psicologia também possui sua dimensão numa atuação política, pois, as relações de poder são embasadas em saberes, valores ideológicos. Valores que muitas vezes prejudicam a saúde do ser humano por detrás de sua força produtiva. Como afirma Foucault (2002), quanto mais o trabalhador tem sua força produtiva sendo explorada, mais este sujeito reduz o domínio de sua autonomia, e cada vez mais torna-se passivo politicamente.

Assim, salienta-se a importância de a Psicologia atuar, acima de tudo, com uma conduta ética, cuidando e se atentando com a relação sujeito-trabalho-organização; para que todas as partes desta relação cresçam mutuamente. Não são apenas corpos docilizados que trabalham com excelência, esta atividade vital do ser humano pode ser realizada em relações que não tenham como base a vigilância e o controle disciplinar.

Infelizmente, a teoria ainda se distancia muito da prática, mas é muito nítido que as melhorias ocorrem paulatinamente, afinal, o Psicólogo na Era Industrial Clássica atuava com o único objetivo de extrair mais recursos da mão de obra, e na Era da Informação, os objetivos são inúmeros, sendo um dos pilares a preocupação com a qualidade de vida no trabalho (QVT). Tendo em vista tais características, acentuamos o dever da Psicologia de atuar gradativamente nas organizações, levando seus saberes a equipes multiprofissionais e suas críticas também, com uma prática, descrita por Zanelli e Bastos (2004), sendo em: nível técnico, através de procedimentos já elaborados e prontos, como testes; a nível estratégico, que é a possibilidade de auxílio a situações específicas (às vezes a uma situação com um grupo de trabalho); e, finalmente, em nível político global da organização, na formulação dos ideais e das metas organizacionais, podendo influenciar e questionar as formas da organização olhar o trabalhador e pensar em mudanças a curto, médio e longo prazo.

ISBN 978-85-87406-94-1

Ainda, Zanelli e Bastos (2004), colocam como sendo tarefa central da Psicologia Organizacional e do Trabalho,

> explorar, analisar e compreender como interagem as múltiplas dimensões que caracterizam a vida das pessoas, dos grupos e das organizações, em um mundo crescentemente complexo e em transformação. Tem a finalidade de construir estratégias e procedimentos que possam promover, preservar e restabelecer a qualidade de vida e bem-estar das pessoas (p. 490).

O Psicólogo, portanto, deseja promover dinâmicas que sejam significativas, que tornem sua atuação e sua presença ali como sendo diferenciada, que sejam capazes de auxiliar o trabalhador a dar sentido a seu trabalho, e que transforme a organização paulatinamente, para que esta também almeje ser um espaço provedor de significados e de subjetividades positivas e saudáveis.

REFERÊNCIAS

BORGES-ANDRADE, J. E. et al. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. C**ódigo de ética profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**: O Capital Humano das Organizações. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Resumo de Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

IVANCEVICH, J. M. **Gestão de recursos humanos**. 10. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. **Administração**: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas Organizações**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ISBN 978-85-87406-94-1

ZANELLI, J. C.; Bastos, A. V. B. Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: J. C. Zanelli; J. E. Borges-Andrade; A. V. B. Bastos (Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 466-491.

ISBN XXXXXXXXXX

OS TRIBUTOS E A SUA INCIDÊNCIA SOBRE AS EMPRESAS NA ÓTICA JURÍDICA

Matheus Barcelos de Sousa (Uni-FACEF)
Edna Maria Campanhol (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Nesse período de turbulências que o País vem passando desde o ano de 2014, muito se tem falado sobre a alta carga tributária que vigora no Brasil, principalmente naqueles tributos que incidem sobre as atividades produtivas.

Como se não bastasse a alta carga de impostos e a sua consequente complexidade, que exige dias de trabalho onerando as empresas somente para cumprir as obrigações com o fisco, estamos de novo discutindo nos meios governamentais e políticos sobre a necessidade de mais aumento nos tributos.

No Brasil temos muitas pessoas dispostas e empreender, mas muitas perdem o ânimo assim que descobrem quão desafiador é possuir seu próprio negócio. Esses potenciais empreendedores às vezes podem pensar que em relação aos tributos, os governantes majoram ou os diminuem de acordo com as conveniências dos governos. No entanto, não é dessa forma que ocorre. Os impostos estão não só previstos na legislação complementar, mas também estão implícitos na Constituição Federal, e seguem vários princípios, procedimentos e regramentos para que possa ser criado ou majorado os tributos. O objetivo desse artigo é analisar a questão tributária no Brasil e qual seria a melhor forma para as empresas se encaixarem nos regimes tributários. Para tanto, na primeira seção explicita-se sobre a Constituição e o Sistema Tributário Nacional, na segunda seção aborda-se sobre o regime tributário para as empresas. A pesquisa foi essencialmente feita em base bibliográfica.

2. A CONSTITUIÇÃO E O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.

As disposições acerca do regime tributário brasileiro vêm expressas na Constituição promulgada em 1988. De acordo com Moraes (2011)

> *A Constituição Federal de 1988 consagrou o Sistema Tributário Nacional como a principal diretriz do Direito Tributário, estabelecendo regras básicas regentes da relação do Estado/Fisco com o particular/contribuinte e*

ISBN 978-85-87406-94-1

> *definindo as espécies de tributos, as limitações do poder de tributar, a distribuição de competências tributarias e a repartição das receitas tributarias, caracterizando-se, pois, pela rigidez e complexidade.*

Pelo exposto, acima fica claro o quão são complexos, dispendiosos e burocráticos as matérias tributárias.

O Sistema Tributário Nacional está previsto no Titulo VI – Da Tributação e do Orçamento, no Capitulo I – Do Sistema tributário nacional, e que são ao todo 24 artigos, indo do artigo 145 aos 169, com diversos parágrafos e incisos, da Constituição. Não apenas a Carta Magna prevê as disposições tributarias, mas também em nosso ordenamento jurídico temos a Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 que instituiu o Código Tributário Nacional e que foi recepcionado pela atual Constituição, pois sua edição foi anterior a Carta Democrática.

A Constituição em seu artigo 145 dispõe que:

> *A União, os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:*
> *I- Impostos;*
> *II- Taxas, em razão do exercício do poder de policia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;*
> *III- Contribuição de melhoria, decorrente de obras publicas.*

É importante frisar que no paragrafo 1º desse mesmo artigo, prevê:

> *Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado a administração tributaria, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.*

A definição de tributo vem expressa no artigo 3º do CTN que aduz: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Sabbag (2014) assim examina sobre a definição de tributo:

> *O tributo é prestação pecuniária, isto é, a obrigação de prestar dinheiro ao Estado. O tributo é prestação compulsória, logo não contratual, não voluntaria ou não facultativa. A prestação pecuniária é dotada de compulsoriedade, ou seja, de coercibilidade, não dando azo à autonomia de vontade. O tributo não é multa e a multa não é tributo. A multa é reação do Direito ao comportamento devido que não tenha sido realizado. Trata-se de penalidade cobrada pelo descumprimento de uma obrigação tributaria, possuindo nítido caráter punitivo ou de sanção. O tributo é prestação instituída por meio de lei, sendo, portanto obrigação ex lege. E o tributo*

ISBN XXXXXXXXXX

> *consuma-se em ato documental de cobrança, por meio do qual se pode quantificar (...) e qualificar (...) a obrigação tributaria que lhe é preexistente.*

Feita as considerações acerca de tributos, os impostos que serão o objeto de nosso estudo, vêm conceituado no artigo 16 também do CTN que assim dispõe: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal especifica, relativa ao contribuinte”.

Sobre a definição de impostos Kiyoshi Harada (2009) esclarece:

> *Impostos são exações desvinculadas de qualquer atuação estatal, decretadas exclusivamente em função do jus imperii do Estado. Seu fato gerador é sempre uma situação independente de qualquer atividade estatal especifica relativa ao contribuinte. O imposto sempre representa uma retirada da parcela de riqueza do particular, respeitada a capacidade contributiva deste.*
> *A doutrina costuma classificar os impostos em diretos e indiretos. Imposto direto seria aquele em que não há repercussão econômica do encargo tributário, isto é, aquela pessoa que praticou o fato tipificado na lei suporta o respectivo ônus fiscal. O imposto indireto seria aquele em que o ônus financeiro do tributo é transferido ao consumidor final, por meio do fenômeno da repercussão econômica.*

Por os tributos se tratarem de um tema complexo e que incidem sobre os contribuintes pessoas físicas e jurídicas, os agentes políticos não podem aumentar ou criar um imposto sem seguir um roteiro burocrático inclusive tendo que respeitar só dois os princípios que também estão implícitos na Carta Magna.

Para Alexandre (2010) quanto ao princípio da irretroatividade discorre: “Nos termos constitucionais, é vedado aos entes tributantes cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do inicio da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado (CF, art. 150,III,a).” Ou seja, não é possível cobrar impostos antes do inicio em vigor da lei que os houver criado ou majorado.

Quanto ao Principio da anterioridade do exercício financeiro Alexandre (2010) aduz:

> *(...), a Constituição Federal de 1988 veda União, Estados, Distrito Federal e Municípios cobrar tributos “no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou”(CF, art. 150, III, b))”*
> *Em suma, a ideia fundamental do principio é proteger o contribuinte contra a imediata aplicação de normas que aumentem a carga tributaria a que ele já está sujeito.*

Nesse principio é importante dizer que para que o contribuinte não seja “pego” de surpresa e sem ao menos ter se planejado para a incidência ou majoração

ISBN 978-85-87406-94-1

de tributo o legislador quis protege-los ao não permitir que no mesmo exercício se tenha a incidência do novo imposto ou a majoração dos existentes.

Ainda dentro do princípio da anterioridade temos principio da anterioridade nonagesimal ou noventena, que nada mais é que para que o imposto ou sua majoração tenha incidência sobre o contribuinte há que se passar 90 dias. Melhor explicando Ricardo Alexandre (2010) diz: “(...), instituído ou majorado o tributo, a respectiva cobrança só pode ser realizada após transcorrer de, no mínimo, noventa dias da data da publicação da lei instituidora/majoradora e desde que já atingido o inicio do exercício subsequente.”.

A CF também proíbe que seja aprovado tributo com efeito de confisco, sobre esse tema elucida Machado (2010):

> *A constituição Federal estabelece que é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributos com efeito de confisco. Não obstante seja problemático o entendimento do que seja um tributo com efeito de confisco, certo é que o dispositivo constitucional pode ser invocado sempre que o contribuinte entender que o tributo, no caso, lhe está confiscando os bens.*
> *O caráter confiscatório do tributo há de ser avaliado em função do sistema, vale dizer, em face da carga tributária resultante dos tributos em conjunto.*
> *A vedação do confisco é atinente ao tributo. Não à penalidade pecuniária, vale dizer, à multa. O regime jurídico do tributo não se aplica à multa, porque tributo e multa são essencialmente distintos. O ilícito é pressuposto essencial desta, e não daquele.*

Pelo exposto, não se permite que haja tributo que onere tão gravemente o contribuinte que faça com que ele fique sem bens ou recursos financeiros; mas cabe destacar que isso não se aplica às multas, pois essas são derivadas de atos ilícitos e servem como punição, o que não ocorre no caso da tributação legal.

Há apenas uma exceção prevista no artigo 153 § 2º da Constituição que faculta ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos seguintes impostos: II, IE, IPI e IOF.

O sistema tributário brasileiro é complexo e, portanto merece muita análise.

Os impostos de competência da União, dos Estados e Municípios impactam diretamente na atividade produtiva do País e para todos aqueles que querem empreender.

ISBN XXXXXXXXXX

A Carta Maior dividiu a competência de legislar e instituir impostos entre os três entes da federação que são: União, Estados e Municípios. Como no presente artigo nos interessa apenas aqueles que têm incidência diretamente sobre as empresas e a atividade produtiva citaremos apenas esses tributos correlatos.

O artigo 153 da CF dispõe:

> *Compete a União instituir impostos sobre:*
> *I- Importação de produtos estrangeiros*
> *II- Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;*
> *III- Renda e proventos de qualquer natureza;*
> *IV- Produtos industrializados*
> *V- Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a tributos ou valores mobiliários.*

No artigo 155 do mesmo diploma:

> *Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*
> *II- operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.*

Por fim no artigo 156 da CF: “Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

III- serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art 155, II, definidos em lei complementar.”

Analisaremos respectivamente os tributos acima elencados.

Machado (2010) acerca do Imposto de Importação dispõe:

> *Predominante, no imposto de importação, é sua função extrafiscal. Ele é muito mais importante como instrumento de proteção da indústria nacional do que como instrumento de arrecadação de recursos financeiros para o tesouro público.*
> *Se não existisse o imposto de importação, a maioria dos produtos industrializados no Brasil não teria condições de competir o mercado com seus similares produzidos em países economicamente mais desenvolvidos, onde o custo industrial é reduzido graças aos processos de racionalização da produção e ao desenvolvimento tecnológico de um modo geral.*

O fato gerador desse imposto vem expresso no CTN em seu artigo 19 que diz: “o imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no Território Nacional.” Ou seja, o imposto incide assim que o produto tem entrada no País.

Existem dois tipos de alíquota no imposto de importação sobre esse tema o mesmo autor mencionado acima diz:

ISBN 978-85-87406-94-1

> *Uma é a chamada alíquota específica, que é expressa por uma quantia determinada, em função da unidade de quantificação dos bens importados. Assim, diz-se que o imposto corresponderá a tantos reais por cada metro, ou quilo, ou outra unidade qualquer de medida do produto. A outra é ad valorem, indicada em porcentagem a ser calculada sobre o valor do bem.*

A base de cálculo do Imposto de importação vem expressa no artigo 20 do CTN e seus incisos. E o contribuinte o CTN também indica em seu artigo 22.

Sobre o contribuinte Machado (2010) explica:

> *Geralmente o importador é um pessoa jurídica, regularmente estabelecida, mas, para os fins do imposto, é considerada importador qualquer pessoa, seja natural ou jurídica, regularmente estabelecida ou não, que realize a introdução da mercadoria no território nacional.*

Uma observação que deve ser mencionada é que o artigo 153 § 1 da CF diz que: “é facultado ao poder executivo atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I,II,IV e V”.

Esses incisos mencionados no artigo antecedente são respectivamente os seguintes impostos de competência da União: Imposto de importação, Imposto de exportação, Imposto de produto industrializado e Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários. Isso ocorre devido principalmente para fins de interesse econômico ou devido às conjunturas da economia nacional.

Sobre o tributo de exportação Sabbag (2014) elucida: “O imposto de exportação foi instituído no Brasil por alvará em 1818. É imposto de competência da União, sendo marcadamente caracterizado por sua função econômica ou extrafiscal. Incide sobre a exportação de produtos nacionais ou nacionalizados.”.

No artigo 27 do CTN vem expresso quem é o contribuinte desse imposto: “Contribuinte do imposto é o exportador ou quem a lei a ele equiparar”.

O fato gerador é a saída do produto do território nacional para o exterior. Elucidando melhor esse tema Sabbag (2014) diz:

> *O fato gerador do Imposto de Exportação é a saída do território nacional para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, cabendo ao interprete assimilar o elemento temporal do fato gerador como o momento da liberação pela autoridade aduaneira ou a data de embarque ou saída constante da declaração de exportação. Portanto, o fato gerado é a saída do território, mas o momento (ficção jurídica) em que se materializa é o da*

ISBN XXXXXXXXXX

> *expedição da guia de exportação ou documento equivalente, podendo sua exigibilidade acontecer mesmo antes que se opere a saída do produto, a critério da Receita Federal, nos termos do art. 1º, § 1º. Do Decreto-lei n. 1578/77.*

O imposto de renda se constitui como imposto de maior importância pelo seu viés arrecadatório e que incide sobre todo tipo de rendimento seja de pessoa física ou pessoa jurídica. É um imposto progressivo, ou seja, quanto maior o rendimento mais será a alíquota incidente do imposto de renda.

No paragrafo segundo da do artigo 153 da CF dispõe: "§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;"

Alexandre (2010) explica o mencionado inciso da seguinte forma:

> *A determinação constitucional decorre dos princípios da isonomia e da capacidade contributiva, pois é a necessidade de se tratar de maneira semelhante as pessoas que se encontrem em situação equivalente (sentido horizontal da isonomia), de forma a impor que todas as pessoas (generalidade) e todas as rendas e proventos (universalidade) estejam sujeitos à incidência do IR. Da mesma forma, é a exigência de tratar de maneira diferenciada as pessoas que se encontrem em situações desiguais, na proporção das desigualdades entre elas havidas (sentido vertical da isonomia), impondo que as alíquotas do imposto sejam maiores para os rendimentos ou proventos mais elevados (progressividade).*

Por fim o mencionado autor esclarece*:* "(...), relembre-se que o IR não esta sujeito ao principio da noventena, de forma que sua majoração pode gerar efeitos partir do primeiro dia do exercício subsequente, independente de qualquer prazo mínimo".

O fato gerador do IR vem explicito no artigo 43 do CTN:

> *Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:*
> *I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;*
> *II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.*

A base de calculo é montante real, arbitrado ou presumido conforme se verifica do artigo 44 do Código Tributário.

Sobre a base de cálculo Alexandre (2010) de forma didática explica:

ISBN 978-85-87406-94-1

> *Na sistemática do lucro real, o contribuinte efetivamente, calcula seu lucro, abatendo do faturamento as despesas legalmente autorizadas.*
>
> *No lucro presumido (opção possível para alguns contribuintes), o sujeito passivo aplica um percentual legal sobre o valor de sua receita bruta, obtendo como resultado um montante que se presume ser seu lucro.*
>
> *A sistemática do lucro arbitrado é aplicada quando não é possível o calculo preciso real e o contribuinte não cumpre os requisitos para a tributação com base no lucro presumido.*

O imposto sobre produtos industrializados é de competência privativa da união. Ele incide sobre todo e qualquer tipo de produto que for industrializado e sua alíquota é variável de acordo com a essencialidade do produto, ou seja, produtos essenciais para o consumidor terá baixa incidência da alíquota desse imposto, produtos considerados supérfluos terão alíquota maior.

Tratando sobre o tema P.B Tavares Paes apud Ives Gandra da Silva Martins e Edvaldo Brito (2011) ensina:

> *O IPI é um imposto indireto e real: o seu ônus é transladado à pessoa do consumidor, o contribuinte de fato; em sua incidência só se leva em linha de conta o produto tributado, abstraindo-se do contribuinte, de sua capacidade econômica.*
> *O imposto em tela é seletivo, em função da essencialidade dos produtos quer dizer, quanto mais o artigo for necessário à vida, à sobrevivência, alimentação, vestuário, tanto menores devem ser as alíquotas.*
> *Por outro lado, o IPI incide sobre o valor agregado: o imposto é não cumulativo e o contribuinte tem o direito ao abatimento do imposto já pago pelos componentes do produto acabado.*

Sobre o cálculo do imposto o citado autor continua:

> *O imposto que incide sobre produto nacional será calculado aplicando-se as alíquotas constantes da tabela anexa ao Regulamento do IPI, sobre o valor dos mesmos, com a inclusão de todas as despesas acessórias debitadas ao comprador, ou destinatário, com exceção das de frete, carreto e de utilização de porto e seguro; se estas vierem escrituradas em reparado nas notas fiscais.*

Quanto ao IOF tecendo breves comentários Sabbag (2014) esclarece:

> *O IOF ou "imposto sobre operações financeiras", como é conhecido em sua forma resumida é sucessor do antigo imposto do selo, substituindo-o com o advento da Emenda Constitucional n. 18/65. Tem função predominantemente extrafiscal (controle de politica monetária), embora seja bastante significativa a sua função fiscal, ensejando o recolhimento de somas consideráveis.*
>
> *Sua arrecadação ocorre nas operações realizadas por instituições financeiras, como os bancos, Caixas Econômicas, corretoras, lojas de cambio, empresas de seguros privados etc.*

ISBN XXXXXXXXXX

A sua regulamentação é feita através do decreto nº 6.306/2007, juntamente com o Código Tributário nacional.

Quanto aos impostos estaduais, o de maior relevância e complexidade é sem duvida o ICMS. Sobre o tema Hugo de Brito Machado (2010) ensina:

> *O ICMS é tributo de função predominantemente fiscal. É fonte de receita bastante expressiva para os Estados e para o Distrito Federal.*
> *A concessão de isenção do ICMS para atrair investimentos novos tem sido denominada guerra fiscal. Cuida-se de denominação pejorativa, com a qual os Estados desenvolvidos combatem o uso do incentivo fiscal pelos Estados pobres.*
> *O fato gerador do ICMS é descrito na lei que o institui, vale dizer, na lei do Estado ou do Distrito Federal.*

A Lei Complementar nº 87/96 que dispõe sobre o ICMS, denominada Lei Kandir é que diz sobre quais operações que ele incide ou não incide entre diversas outras normas.

A base de cálculo do ICMS de acordo com Machado (2010): “(...) como regra geral, é o valor da operação relativa à circulação da mercadoria, ou o preço do serviço respectivo. A lei Complementar nº 87/1996, todavia estabelece varias normas para situações especificas.”

O contribuinte desse imposto também consta na referida lei complementar citada acima em seus artigos 4º, 5º e 6º.

O ICMS também é um imposto não cumulativo por expressa disposição constitucional que diz no art. 155:

> *“§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:*
> *I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.”*

Ou seja, se esse imposto já foi cobrado uma vez em algum Estado ele não poderá ser cobrado novamente, por isso que ocorre essa compensação.

O imposto sobre serviço é de competência dos municípios e do Distrito Federal.

Oliveira (2008) de maneira bem simples resume esse imposto da seguinte forma.

> *O ISS é um tributo indireto de competência dos Municípios incidente sobre serviços de qualquer natureza. Esse imposto tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem*

ISBN 978-85-87406-94-1

> *estabelecimento fixo, de serviço constante da lista da Lei complementar nº 116 de 31 de julho de 2003.*
> *Não são contribuintes do ISS aqueles que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivos ou fiscal de sociedades.*
> *Assim, toda pessoa (profissional autônomo ou empresa) que prestar atividade denominada serviço será sujeito passivo do imposto.*

Alexandre (2010) ensina que o a base de calculo desse tributo é:" o preço do serviço, conforme definido pelo art 7º da LC 116/2003.".

E o contribuinte conforme a lei complementar citada é o prestador do serviço.

3. O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E AS OPÇÕES DE REGIME TRIBUTÁRIO.

Encerrando a ótica jurídica da tributação, questiona-se qual a melhor forma de o empreendedor fazer o seu planejamento tributário de forma a maximizar seus resultados. Nesse ponto o legislador editou algumas leis que facilitam o regime tributário das empresas e entre eles está o SUPERSIMPLES que passa a ser objeto de analise.

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte está previsto na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

É uma lei que traz tratamento diferenciado e favorecido as pequenas e micro empresas no tocante ao recolhimento de impostos e contribuições, cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias e acesso ao crédito disponível no mercado, tudo isso como forma de estimular os empreendimentos e os pequenos empresários, que tanto contribuem para a geração empregos como recolhimento de impostos para governo, conforme previsão no artigo 1º da lei.

Para que se consiga obter os benéficos dessa lei, é necessário se enquadrar em alguns requisitos e o principal deles é o tamanho do faturamento do negócio. A lei complementar no seu art 3º e inciso aduz que são considerados:

> *I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e*
> *II - no caso da empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);*

ISBN XXXXXXXXXX

Ou seja, saindo desses limites de faturamento a empresa deixa de gozar dos benefícios concedidos por essa lei. Cabe ressaltar, que há alguns impedimentos estabelecidos pela legislação que não permite usufruir desse regime, essas restrições constam do art. 3º § 4º incisos I a XI, da lei do SUPERSIMPLES.

Silva (2015) explica:

> *Considera-se receita bruta anual, para fins de enquadramento acima, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionados concedidos. No caso de inicio de atividade no próprio ano-calendário, o limite acima será proporcional ao numero de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, inclusive as frações de meses, dessa forma:*
> *- No caso de ME = $ 30.000 mês ou fração;*
> *- No caso de EPP = $ 300.000,00 mês ou fração.*
> *Nessa modalidade de tributação, a legislação unificou o recolhimento de diversos tributos em uma guia única.*

Com isso, verificamos que para facilitar o ambiente de tributação o legislador procurou formas de simplificar a complexidade tributaria do país.

De forma a se organizar para recolhimento de impostos há também três formas distintas do empreendedor realizar o planejamento tributário que são: o lucro presumido, lucro real e o lucro presumido.

Silva (2015) discorre sobre o tema:

> *O lucro presumido é uma forma de tributação que leva em consideração o percentual de presunção estabelecido pelo governo federal sobre o faturamento, somado as demais receitas e ganhos de capital. É uma forma de tributação simplificada, utilizada para a determinação da base de cálculo da CSLL e do IRPJ das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real.*

Quanto o lucro real o mesmo autor citado acima narra:

> *É uma forma complexa de apuração do IRPJ e da CSLL.*
> *O artigo 247 do RIR/1999 conceitua o lucro real como sendo:*
> *"O lucro liquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pelo Regulamento do Imposto de Renda (RIR)."*
> A determinação do lucro real será precedida de apuração do lucro liquido de cada período de apuração com observância das disposições das leis comerciais. A ECF (Escrituração Contábil e Fiscal) é o livro de apuração do Lucro Real.

Quanto ao lucro arbitrado pode-se dizer que essa seria a pior forma de se sofrer a tributação, isso por que é uma prerrogativa do fisco como leciona Fabrretti (2006): "O lucro arbitrado é uma prerrogativa do Fisco. Este poderá arbitrar

ISBN 978-85-87406-94-1

o lucro, na forma da lei, nas hipóteses em que a escrituração contábil e fiscal do contribuinte for desclassificada."

As hipóteses para o lucro arbitrado está previsto no RIR/99 artigo 530 e normalmente ocorre quando há fraudes ou indícios de fraudes do contribuinte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pelo exposto pode-se concluir que o ambiente tributário no Brasil é de alta complexidade e de grande burocracia, o que faz com que aqueles que são empresários ou querem empreender tenham em mente do dispêndio do tempo e principalmente de capital que terão que fazer para ficar em dia com os impostos cobrados, mas também em contrapartida não é simples fazer uma modificação tributaria pelos governos e governantes sendo que eles também têm que seguir a legislação para que não cometam nenhuma ilegalidade para com o contribuinte.

Cabe às empresas fazerem o melhor planejamento tributário para o enquadramento correto em um dos regimes tributários legais.

REFERÊNCIAS

Direito tributário: impostos federais/ Ives Gandra da Silva Martins, Edvaldo Pereira de Brito organizadores. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. – (Coleção doutrinas essenciais; v.3).

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário** 7ª ed- São Paulo: Saraiva, 2015.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário esquematizado** – 4ª ed – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

MACHADO, Hudo de Brito. **Curso de direito tributário** – 31ª ed – São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2010.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário** – 18º ed – São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional** – 27ª ed – São Paulo: Atlas, 2011.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária** – 10ª ed – São Paulo: Atlas 2006.

ISBN XXXXXXXXXX

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 2ª ed rev e ampliada – São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, Lourivaldo Lopes da. **Contabilidade geral e tributária** – 9ª ed – São Paulo: IOB Folhamatic EBS – SAGE, 2015.

BRASIL, Constituição da República Federativa do.

BRASIL, Código Tributário Nacional.

BRASIL, Lei Complementar 87/1996.

BRASIL, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

ISBN 978-85-87406-94-1

PARA UMA POÉTICA CLARICEANA: Perto do coração selvagem e o fazer literário

Andréia Nascimento Marques (Uni-FACEF)
Murilo Carlos Gomes[106] (Uni-FACEF)
Maria Eloísa de Souza Ivan (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar o projeto de pesquisa, bem como as investigações preliminares de nosso trabalho de conclusão de curso, TCC, sobre a obra *Perto do coração Selvagem*, de Clarice Lispector.

O romance *Perto do coração selvagem,* de 1943*,* é a obra inaugural de Clarice Lispector, embora antes dele a autora já tivesse publicado contos na imprensa nacional. A obra surge num contexto em que se publicam os romances regionalistas, comprometidos com a denúncia político-social. Materializando uma escrita de cunho existencialista e introspecção psicológica, a obra de estreia de Lispector provoca um verdadeiro choque nos críticos de então, que ora a aplaudem, ora a "rejeitam", justamente pela novidade de estilo apresentado pela autora.

Para Gotlib (2010), o leitor é provocado desde a estrutura, quando a autora apresenta os títulos da primeira parte do livro colocados antes, entre ou após reticências, até o conteúdo, com capítulos que se seguem alternando tempo presente e passado na construção da personagem Joana, da infância até a maturidade, sem, contudo, apresentar uma narrativa linear. Rompendo diques da logicidade, as sílabas soltas são lançadas, em contínuo fluxo, revelando a linguagem sob a luz da inspiração. O mundo surge dividido entre palavras que criam, ou não criam, uma realidade, ou seja, entre as que detêm ou não o circuito da comunicação para si mesmas. É, então, logo no primeiro capítulo desta primeira obra que se desenha uma poética do narrar clariceano.

Diante do exposto, dizemos que a problematização apresentada por esta pesquisa é a leitura analítica e interpretativa do romance *Perto do coração selvagem,* de 1943*,* obra inaugural de Clarice Lispector, destacando-se uma discussão em torno do estilo, do fazer literário da artista, comprovando-se se o estilo

[106] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN XXXXXXXXXX

inaugural da autora permanece como traço fundamental ao longo de sua trajetória literária.

A fim de alcançar o objetivo proposto, adotamos, como procedimento metodológico, uma pesquisa de abordagem bibliográfica que privilegia uma discussão em torno do fazer literário clariceano. A fundamentação teórica desta pesquisa parte da leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Candido (1977), Gotlib (2013) e Sá (2000; 2004) para falar da recepção crítica acerca da poética inaugural de Clarice Lispector. Borelli (1982), Gotlib (2013), Ivan (2001; 2005; 2008; 2015), Nunes (1995) e Rosenbaum (2002), para abordagens acerca da vida e obra da autora, bem como da construção poética clariceana. Finalmente, para tratar da conceituação de estilo, intertextualidade, interdiscursividade e intratextualidade serão utilizadas as reflexões de Brait (2005) e Fiorin (1994; 2006; 2006ª).

2. A AUTORA E SUA OBRA

No decorrer da graduação, nos aproximamos da escrita de Clarice Lispector com a produção do projeto de pesquisa apresentado no primeiro ano cujo artigo foi finalizado no segundo ano do curso. Por inúmeras vezes, nos referenciamos ao romance de estreia de Lispector na Literatura Brasileira, o romance *Perto do coração selvagem* (1943), uma vez que foi um grande acontecimento na vida da jovem escritora, e que, posteriormente, rendeu inúmeros estudos, abordando as mais variadas temáticas. Diante da recorrente menção à obra, nos foi provocado o desejo de aprofundar nossas reflexões em torno desta para melhor compreender a poética clariceana e seu fazer literário, observando-se, inclusive, a recepção crítica do romance de estreia e seus efeitos de sentido na trajetória da artista.

Clarice Lispector surge no cenário literário brasileiro impactando a crítica com seu discurso existencialista e de introspecção psicológica, diferenciando-se da vertente regionalista abordado até então. Autora de uma vasta obra, Lispector produziu uma diversidade de gêneros: romances, contos, novela, crônicas, entrevistas, os infantis, entre outros; todos eles resistindo às tentativas de classificações e definições. Contudo, a grande inovação de Lispector está na

ISBN 978-85-87406-94-1

materialização do discurso narrativo. Utilizando-se de um discurso altamente poético em que os recursos estruturais do gênero lírico se fazem constantemente presentes, a obra clariceana é nomeada pela crítica de “prosa-poética”.

De acordo com Gotlib (2013), Lispector afirma que o romance inaugural foi escrito com muita dificuldade, devido a sua incapacidade de registrar no dia seguinte as ideias que lhe surgiam no dia anterior. A escritora afirma, em um de seus depoimentos, ter levado cerca de cinco anos para escrever o romance.

A ensaísta afirma que a poética inaugural de Lispector reúne títulos da primeira parte colocados antes, entre ou após reticências, e capítulos que se seguem alternando tempo presente e passado na construção da personagem Joana, desde a sua infância até a maturidade; personagem esta que provoca e incomoda o leitor, focalizando-a sempre a partir de uma procura de verdade interior, ou seja, de uma identidade de mulher e de ser na sua complexidade.

Ainda conforme Gotlib (2013), a obra *Perto do coração selvagem* guarda, na sua configuração narrativa, a marca do fragmento, já que os capítulos destacam, cada um, partes dessa vida flagrada ora no presente ora no passado. Tais fatias de uma experiência densa e diversificada são construídas pelo movimento de várias “vozes”, com as quais a narradora vai por vezes se confundindo.

Para Rosenbaum (2002), embora a narração seja em terceira pessoa, o mundo interno da personagem é trazido para o leitor como se fosse revelado pela própria protagonista, pois o narrador não se distancia do que mostra; ele acompanha em detalhes as menores oscilações do olhar infantil de Joana.

Segundo Gotlib (2013), o romance de Lispector foi recebido pela crítica de diferentes maneiras. Sergio Milliet publica um artigo, em janeiro de 1944, em que manifesta sua satisfação em fazer esta “descoberta”, que considera rara. Já Álvaro Lins faz uma crítica negativa do romance, por ele considerado uma “experiência incompleta”. Antonio Candido faz um balanço positivo acerca da obra, afirma que teve “um verdadeiro choque ao ler o romance diferente que é *Perto do coração selvagem”,* em que a escritora soube criar o estilo conveniente para o que tinha a dizer.

ISBN XXXXXXXXXX

Neste sentido, aprofundaremos nossas reflexões acerca da recepção crítica ao referido romance, destacando-se, ainda, uma discussão em torno do estilo do fazer literário da artista, comprovando-se se o estilo inaugural da autora permanece como traço fundamental ao longo de sua trajetória literária.

Diante do aqui exposto, acreditamos que a relevância do tema a ser apresentado nesta pesquisa está em ampliar a discussão em torno da poética clariceana, principalmente, no que se refere à recepção crítica da obra inaugural de Lispector, o romance *Perto do coração selvagem*, publicada em 1943. Este trabalho orienta-se por uma pesquisa bibliográfica e documental, cuja metodologia utilizada será apresentada na sequência dos objetivos.

3. OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é verificar, por meio de uma leitura analítica, quais os efeitos de sentido criados pelo discurso clariceano, mais especificamente na obra *Perto do coração selvagem* (1943), *corpus* desta pesquisa. Para tanto, privilegia-se um estudo acerca da recepção crítica à obra, observando-se se o estilo inaugural de Clarice Lispector permanece, ou não, ao longo de sua trajetória literária.

Parte-se da hipótese de que apesar dos inúmeros trabalhos publicados periodicamente sobre a obra de Lispector, há, ainda, muito a se dizer já que a poética da autora pode ser vista como atemporal, universal, que reflete os questionamentos do homem de todos os tempos e lugares, continuando a provocar o leitor, possibilitando-lhe um alargamento de horizonte de expectativa e um novo olhar sobre si mesmo e o mundo que o cerca. A fim de melhor compreendermos a estrutura do romance inaugural, bem como a autora e seu percurso literário, será apresentado, de modo sucinto, um estudo acerca da estrutura do romance como forma literária que se compõe dentro de um contexto de tradição e renovação. Também uma contextualização da autora, bem como de sua poética, enfatizando-se a obra aqui apresentada, completam nossa pesquisa.

Assim, por meio de uma leitura analítica e interpretativa, objetiva-se uma análise textual, em que se verificam os efeitos de sentido criados pelo discurso clariceano no romance *Perto do coração selvagem* (1943), evidenciando-se a

ISBN 978-85-87406-94-1

recepção crítica do romance de estreia e seus efeitos de sentido na trajetória da artista. Para tanto, será utilizado o método dedutivo, posto que se parte de noções gerais para se chegar a resultados específicos.

4. METODOLOGIA

A abordagem desta pesquisa é teórica e encontra-se na área de Literatura Brasileira, cujo respaldo teórico provém de pesquisa bibliográfica, tanto no que diz respeito à contextualização da autora Clarice Lispector e sua obra, principalmente no romance *Perto de coração selvagem, corpus* desta pesquisa.

Acreditando-se, então, na possibilidade de oferecermos um novo olhar para os estudos da poética clariceana, considerando o romance inaugural como objeto desta pesquisa, busca-se responder os seguintes questionamentos:

1) Como se constitui a estrutura romanesca como forma literária que se compõe dentro de um contexto de tradição e renovação?
2) Como se dera a recepção crítica à obra *Perto do coração selvagem*, 1943, obra inaugural de Clarice Lispector?
3) Quais os mecanismos de construção da poética clariceana, mais especificamente aqueles presentes em *Perto do coração selvagem* (1943)?
4) Segundo a crítica literária, o estilo inaugural de Clarice Lispector se mantém ao longo de sua trajetória literária, ou seja, os temas e as figuras se repetem na poética da artista?

A fundamentação teórica desta pesquisa parte da leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Candido (1977), Gotlib (2013) e Sá (2000; 2004) para falar da recepção crítica acerca da poética inaugural de Clarice Lispector. Borelli (1982), Gotlib (2013), Ivan (2001; 2005; 2008; 2015), Nunes (1995) e Rosenbaum (2002), para abordagens acerca da vida e obra da autora, bem como da construção poética clariceana. Finalmente, para tratar da conceituação de estilo, intertextualidade, interdiscursividade e intratextualidade serão utilizadas as reflexões de Brait (2005) e Fiorin (1994; 2006; 2006ª).

ISBN XXXXXXXXXX

REFERÊNCIAS

BORELLI, Olga. **Clarice Lispector**: esboço para um possível retrato. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin:** Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

CANDIDO, A; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira**: Modernismo história e antologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

CANDIDO, A. No raiar de Clarice Lispector. In:_____. **Vários escritos**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas cidades, 1977.

_____. No começo era de fato o verbo. In:_____. LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H. Edição crítica**. Coord. Benedito Nunes. 2. ed. São Paulo: Allca XX, 1996.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Ática, 2006.

_____. Polifonia textual e discursiva. In_____: BARROS, D.L.P & FIORIN, J.L. (org.) **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade em torno de Bakhtin.** Edusp, 1994.

GOTLIB, Nádia B. **Clarice**: uma vida que se conta. 6. ed. São Paulo: Ática, 2010.

IVAN, Maria Eloísa de Souza. **Um narrador e sua criatura**: uma leitura do duplo em **Um sopro de vida**, de Clarice Lispector. São Paulo, 2015. Tese de Doutorado em Letras. Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo/SP.

_____. **A crônica como arena de debate na poética clariceana**. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/download/anaiseventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/008/MARIA_IVAN.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2015.

_____. O leitor e o texto: o diálogo possível. In:_____. **Revista científica da Fundação Educacional de Ituverava**. Ituverava, NUCLEUS. 2005, p. 103-112.

_____. **A hora da estrela***:* uma narrativa especular. Araraquara, 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Araraquara/SP.

LISPECTOR, Clarice. **Perto do coração selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia**. Tradução de José Geraldo Couto. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ISBN 978-85-87406-94-1

NUNES, Benedito. **O drama da linguagem**: uma leitura de Clarice Lispector. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. **Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos**: compilação e discussão das normas da ABNT. 4. ed. Franca: Uni-FACEF, 2013.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. Tradução de Angela Bergamini *et al.* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
ROSENBAUM, Yudith. **Clarice Lispector**. São Paulo: Publifolha, 2002.

ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SÁ, Olga de. **A escritura de Clarice Lispector**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Clarice Lispector**: a travessia do oposto. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

SANT'ANNA, Afonso R. **Análise estrutural de romances brasileiros**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1990.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2004.

TELLES, Gilberto Mendonça. **Modernismo brasileiro**: os futuristas e vanguardas européias. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

ISBN XXXXXXXXXX

PARTICIPAÇÃO E POLÍTICA EXTERNA: um olhar sobre o caso brasileiro

Regina Claudia Laisner (UNESP/Franca)
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira (PPGRI San Tiago Dantas)
Níkolas Carneiro dos Santos (UNESP/Franca)
Priscila Freires Rosso (UNESP/Franca)

1. INTRODUÇÃO

O fortalecimento das instâncias de participação nos mais variados âmbitos do governo é um importante componente do debate político contemporâneo no Brasil. Certamente, os avanços no processo de democratização fez emergir a necessidade de ampliação do acesso dos diferentes grupos sociais a todas as dinâmicas que envolvem a atuação do Estado.

Tal processo reverbera, também, no campo da formulação da política externa. A Política Externa Brasileira (PEB) foi, em larga medida, utilizada como instrumento para a implementação do projeto de desenvolvimento nacional. Essa integração, entre política externa e objetivos domésticos, sobretudo a partir dos anos 1990, somada a uma maior integração da economia mundial, suscitou a percepção de que a PEB é uma política pública estratégica para o desenvolvimento do país e que, portanto, deve estar sujeita ao controle social (MILANI; PINHEIRO, 2013; SCHUTTE, 2013).

Contudo, o debate acerca da participação na formulação da PEB é embrionário. Por um lado, devido ao baixo interesse da opinião pública, que não enxerga na PEB a mesma importância das demais políticas públicas, o que acaba colocando o debate em um nível secundário na imprensa e nas campanhas eleitorais; por outro, em virtude do histórico afastamento do Itamaraty, órgão central na formulação e na execução da PEB, que frequentemente tem se colocado numa posição de insulamento.

Não obstante, as últimas duas décadas trouxeram importantes avanços nesse campo, mormente no que se refere aos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, os quais constituem os objetos de análise deste trabalho. A escolha deste recorte foi feita com base na revisão de bibliografia relevante sobre Análise de Política Externa, que indicam a existência de avanços na

ISBN 978-85-87406-94-1

temática da participação na Política Externa nesse período e também considerando os avanços no processo de consolidação da democracia pelos quais o país passou.

Nosso objetivo é, nesse sentido, o entendimento das mudanças que ocorreram no processo de formulação da PEB e seus impactos na atuação internacional brasileira. O pressuposto é de que, sendo a PEB uma política pública, é preciso entenda-la a partir da interação dos diversos atores sociais, em suas mais diversas formas de participação (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Para tal fim, este artigo está dividido em quatro partes, sendo a primeira uma breve reflexão sobre a área de Análise de Política Externa e a necessidade de se considerar a Política Externa como uma Política Pública, seguida de uma seção sobre as características, avanços e continuidades do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, bem como uma terceira seção sobre as posturas adotadas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, por fim, as conclusões alcançadas nesse exercício.

2. BREVE REFLEXÃO SOBRE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

A análise de política externa surgiu, enquanto campo de pesquisa dentro da disciplina de Relações Internacionais (RI), da necessidade de entender como se dava a tomada de decisão do Estado. Os trabalhos de Rosenau (1967) e de Allison (1971) ilustram tal empreitada. De uma maneira geral, o que esses atores propunham era o estudo da formulação da política externa a partir do seu processo de tomada de decisão, isto é, da análise burocrática. Em outras palavras, os modelos desenvolvidos pretendiam compreender como a interação entre os constrangimentos e possibilidades externas e a dinâmica do processo decisório doméstico, determinava a atuação internacional do Estado.

Com a publicação do trabalho de Keneth Waltz – *Theory of International Politics* – em 1979, o paradigma realista consolidou-se como *mainstream* da disciplina de RI, resgatando o modelo teórico que entendia o Estado como ator unitário e, consequentemente, provocando o abandono das analises que tentavam compreender a atuação do Estado a partir das relações entre o externo e o doméstico (MILANI; PINHEIRO, 2013). A partir do prisma realista e Estado-cêntrico,

ISBN XXXXXXXXXX

proposto por Morgenthau[107], o Estado passou a ser entendido como um ator dotado de racionalidade instrumental, de autonomia com relação às suas respectivas sociedades nacionais e com a capacidade de agir de forma racional com respeito a outros Estados (LIMA, 2010).

Tal concepção implica no tratamento do Estado com um ator unitário, sem conflitos ou divisões internas, em que interesse nacional e interesse do estado são sinônimos. A política externa, dessa forma, é entendida enquanto instrumento para a persecução de fins e objetivos fixos – sobrevivência, segurança e soberania - e para a maximização do interesse nacional frente aos demais Estados, sendo uma resposta, de acordo com as capacidades do Estado e a partir de um cálculo racional, aos estímulos do Sistema Internacional (SI).

O fim da Guerra Fria, a acentuação do processo de globalização econômica e financeira, o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e as novas interações sociais, levaram a uma relativização do protagonismo do Estado, dando espaço para o surgimento de novos atores na arena internacional, permitindo que a agenda, predominantemente dominada pelas questões de defesa e segurança, passasse a ser composta por diversas temáticas ligadas ao âmbito econômico e social. Produzindo, assim, uma mudança na percepção de qual deveria ser o papel do Estado diante dos desafios impostos pela nova agenda internacional (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Tal processo acarretou, ainda, num enfraquecimento da diferenciação entre política doméstica e política externa, alterando o *policy making* do Estado, que passou a estar permeado por novos atores e dinâmicas (MESQUITA, 2012). Impôs, dessa forma, novas possibilidades e constrangimentos à atuação internacional dos Estados, num contexto em que o limite entre o internacional e o doméstico não era passível de uma fácil distinção:

> Esse diagnóstico complexo e paradoxal decorre da constatação de que as relações internacionais, na atualidade, não apenas englobam um leque mais amplo de questões (meio ambiente, direitos humanos, migrações, pobreza, internacionalização da educação, da saúde e da cultura, cooperação para o desenvolvimento etc.) que demandam conhecimentos e

[107] Hans Margenthau foi o primeiro autor a consolidar as premissas das análises realista nas Relações Internacionais, com a publicação de sua obra *Politics Aming Nations*, em 1948. De uma maneira geral, defende que os Estados são os atores centrais da política mundial, dotados de racionalidade e que atuam num sistema internacional anárquico, em que a luta pelo poder e as questões da alta política – defesa, conflitos e guerras – são predominantes.

ISBN 978-85-87406-94-1

> *expertises* particulares, como também implicam, de forma cada vez mais densa e institucionalizada, uma diversidade de atores agora envolvidos em inúmeros assuntos internacionais. Empresas, organizações não governamentais, mídia, movimentos sociais, igrejas, organismos públicos municipais ou estaduais, por exemplo, passaram a atuar internacionalmente de maneira mais orgânica e articulada, agindo em muitas ocasiões à revelia do próprio Estado, em nome de interesses privados ou ainda na defesa de causas políticas das mais diversas. Disso tudo resulta o reconhecimento da inegável conexão entre problemas internacionais e temas domésticos (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 15).

Neste novo contexto ganharam vitalidade as análises baseadas nas teorias liberais. Diante da nova realidade, em que os tomadores de decisões em política externa estavam submetidos, cada vez mais, a grandes pressões e influências dos atores domésticos, resgatou-se o protagonismo das interações entre instituições e atores nacionais no estudo da política externa. Vale destacar aqui o modelo do "jogo de dois níveis" proposto por Putnam (1988): A ideia de que existem duas mesas de negociações simultâneas, uma em que o negociador interage com os grupos domésticos (congresso, elites, grupos de pressões, etc.) e outra, onde as negociações internacionais são realizadas.

É diante desse novo quadro, portanto, que surge a necessidade da análise da política externa como uma política pública, o que implica pensá-la a partir da definição básica de política pública: o Estado e o governo em ação. Ainda que, conforme nos lembram Milani e Pinheiro (2013), seja preciso continuar diferenciando política externa de política internacional, o argumento é de que a chancela da política externa não está mais monopolizada pelo Ministério das Relações Exteriores. Nesse sentido, as ações organizadas do Estado, por meio todas as suas estruturas de governo, fazem parte da política externa.

Ademais, a ampliação da percepção dos impactos da política externa no ambiente doméstico, característico da conjuntura já exposta, aumentou o sentimento de que, assim como qualquer outra política pública, a política externa deve buscar satisfazer os interesses do governo e dos grupos nacionais. Logo, é preciso compreendê-la como objeto de discussão e disputa entre os mais diversos atores políticos, reconhecendo que sua formulação e implementação estão sujeitas às dinâmicas dos governos. Afinal, é legitimo e esperado que num Estado democrático o interesse nacional seja interpretado conforme as conveniências e interesses do governo e dos grupos que o elegeram (SCHUTTE, 2013).

ISBN XXXXXXXXXX

Em suma, nossa proposta é de análise da política externa a partir do que nos destaca Milani e Pinheiro (2013): a diferenciação entre política externa e a eventual atuação internacional de atores não-estatais nacionais; a percepção de que a política externa não é monopólio do Ministério de Relações Exteriores e, por consequência, está associada a alguma forma de autorização e controle social; e a constatação de que a política externa está inserida na dinâmica governamental e, portanto, sujeita a barganha, disputas, acordos, coalizões e demais práticas próprias da vida política:

> Estamos, portanto, despindo a política externa das características geralmente atribuídas ao que se chama de política de Estado, que nos levava a lhe imputar uma condição de extrema singularidade frente às demais políticas públicas do governo. [...] Estudar a política externa como política pública implica, teórica e metodologicamente, portanto, procurar "entender como e por que os governos optam por determinadas ações" (SOUZA, 2006, p.22 *apud* MILANI; PINHEIRO, 2013, p.24), concedendo-lhe deste modo a prerrogativa da efemeridade, da transitoriedade (MILANI; PINHEIRO, 2013, p.24).

3. POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

Até os últimos anos da década de 1980, os moldes tradicionais da política externa brasileira (PEB) seguiam a lógica da "autonomia pela distância" (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), que resultava em políticas protecionistas; tal pensamento está ligado ao processo de industrialização, vivido pelo país, de substituição de importações. Já as configurações do governo Collor apontam para uma mudança, com maior abertura para o mercado, processo que é melhor modelado e aprofundado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Após o término da Guerra Fria e da preponderância do ideário liberal no mundo, a PEB passa por um processo de mudanças e adaptações com os governos FHC, havendo uma mudança de agenda reativa (autonomia pela distância) para uma agenda proativa, que ficou conhecida pela lógica da autonomia pela integração. Tal lógica resultaria no alinhamento do interesse nacional às tendências recém-consolidadas no mundo, fazendo coincidir nesses mandatos a identidade nacional aos valores universalmente predominantes. Segundo Vigevani e Oliveira (2005, p.18):

ISBN 978-85-87406-94-1

> é por meio da participação ativa na organização e na regulamentação das relações internacionais, nas mais diversas áreas, que a diplomacia brasileira poderá contribuir para o estabelecimentos de um *environment* de convívio favorável à realização do principal objetivo do país, ou seja, garantir o seu desenvolvimento econômico.

A política externa brasileira na década de noventa manteve as linhas norteadoras tradicionais de pragmatismo, respeito ao direito internacional, autodeterminação, pacifismo e não intervenção. Mas se adaptou no que concerne aos chamados novos temas da agenda internacional: não proliferação nuclear, integração regional na América do Sul (Mercosul), meio ambiente, respeito à democracia e direitos humanos. Bem como foi impactada, para melhor no entendimento do governo, pelas reformas econômicas de cunho neoliberal, como, por exemplo, liberalização (cambial, de importações e de investimentos), abertura econômica e privatizações.

No campo das instituições e relação assimétrica de poder o país sul americano atuou de duas maneiras distintas: favorável e resistente a uma maior institucionalização e perca de soberania.

O primeiro caso se configura em um ambiente em nível mundial, onde o país encontra-se com menor poder de negociação e barganha, assim convinha ao Brasil um maior grau de institucionalização, de regimes e normas do direito internacional. Nesse sentido, os governos FHC buscaram multiplicar sua atuação nos foros internacionais, que seria “o melhor tabuleiro para gerar poder pela ação conjunta, permitindo ao país exercitar a sua competência na defesa dos interesses nacionais.” (LAFER, 2000, p.265 apud OLIVEIRA; VIGEVANI, 2004). Nisso estava contida a ideia de usar os foros multilaterais para evitar os custos excessivos e de que uma vez realizados os concertos internacionais, os países mais poderosos deveriam, também, respeitá-los.

O segundo caso concerne ao tema de integração regional, o Mercosul. Nesse contexto a perspectiva difere da anterior, pois há uma relação de poder mais favorável, sendo vista como útil para ajudar o país a alçar-se como um *global player e global trader*. Esse fato contribuiu para o comportamento brasileiro não institucionalista no âmbito mercosulino, pois entendia que sendo o Brasil um *global trader*, o país teria interesses globais, assumindo posições e agendas diversas, procurando outros mercados, não se vinculando a um único parceiro. Podendo ser

ISBN XXXXXXXXXX

explicado pelo modelo dos dois degraus da piscina. Entrar na piscina (parte com menor profundidade) seriam os acordos específicos, o que serviria de preparo para seguir para a parte mais profunda da piscina. Em outras palavras, Fernando Henrique bem como seus antecessores Collor de Mello e Itamar Franco, entendiam a América do Sul, no caso do governo FHC o Mercosul, como prioridade desde que nos moldes de regionalismo aberto, sem exclusão de outros parceiros, sendo por tanto apenas uma plataforma brasileira a propósitos maiores.

O exposto a cima explica o comportamento pendular desse período, não buscando maior institucionalização no Mercosul, que seria apenas uma plataforma ao mercado mundial e, ao mesmo tempo, buscando uma maior institucionalização nas organizações mundiais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo Oliveira e Vigevani (2004) em perspectiva histórica esse comportamento resultou no aumento da vulnerabilidade brasileira.

4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

A participação social na política externa brasileira sempre foi um ponto defasado fruto dos processos de insulamento burocrático do Itamaraty e de formação do Estado brasileiro.

No que concerne ao insulamento do Itamaraty encontra-se explicações nos fatos da constituição brasileira conceder grande autonomia ao poder executivo e de historicamente o legislativo do país concordar que a PEB é de responsabilidade do executivo, de o modelo de substituição de importações ter gerado uma introversão no processo político-econômico do Estado, da atuação diplomática não conflitiva e da profissionalização do corpo diplomático brasileiro (FARIA, 2008 *apud* MESQUITA, 2012, p.285). Enquanto que sobre a formação do Estado brasileiro este teve caráter centralizador e foi privilegiado na condução das políticas, mas sempre foi regido por uma elite descolada em interesses e visão do restante do corpo social (FAORO, 2004; VIANNA, 1999; COSER, 2008 *apud* MESQUITA, 2012, p.285).

A partir da redemocratização brasileira que houve os primeiros indícios de aproximação do universo da política externa brasileira com a sociedade civil. No

ISBN 978-85-87406-94-1

governo Collor de Mello, em 1992, foi autorizada a abertura do arquivo histórico do Itamaraty. Enquanto que no governo Itamar Franco foram promovidos seminários com membros da sociedade civil para discussão de política externa. Nesses encontros foram produzidos documentos com propostas contundentes, a ver:

> A primeira seria a criação de um mecanismo institucionalizado de interlocução continuada entre os *stakeholders* da PEB, o qual assumiria as formas – complementares entre si – de: (a) uma espécie de grande conselho para exposição e debate das linhas gerais da PEB; (b) foros de discussão mais restritos, em que se buscasse ouvir segmentos específicos da sociedade sobre áreas de interesse mais delimitadas ; e (c) articulação *ad hoc* mais intensa a respeito das medidas que o Estado brasileiro deveria tomar nas principais reuniões internacionais. Essa aproximação da PEB com o público seria conduzida de forma descentralizada, pelas várias secretarias e subsecretarias dos ministérios e demais órgãos burocráticos do Estado brasileiro. (LOPES, 2011 *apud* MESQUITA, 2012, 286 e 287).

Somado a essa herança, o governo Fernando Henrique Cardoso é atravessado por duas variáveis importantes, a primeira é a pressão da ONU por maior participação da sociedade civil, a qual incentivava abertamente não somente o Brasil como os demais países. Bem como pelas características de sua política interna e externa que amalgamou a ideologia dominante (neoliberal) com a identidade nacional, de modo que agir de acordo com as novas normas ou novos imperativos fazia parte do modelo de ação do governo em questão. Assim os governos FHC apresentaram mudanças institucionais no processo de formulação da PEB como a criação de conselhos empresariais (bi ou multilaterais), canais de diálogo entre empresários e governos subnacionais e a formulação do interesse nacional; e da possibilidade de criação de órgãos *ad hoc* ao MRE.

Somado ao relatado a cima o Itamaraty começou a realizar conferências e debates com a sociedade civil, predominantemente em temáticas relacionadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Mas foi na política comercial onde a abertura da política externa se fez mais presente, pois a atuação da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) foi ampliada, assim o Itamaraty já não teria mais a exclusividade de realizar política comercial. Vale lembrar que essa abertura na área comercial resultou em uma maior participação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Central única dos Trabalhadores (CUT).

Contudo, apesar de os governos de Fernando Henrique apresentarem uma maior abertura da política externa não se pode dizer que foi uma grande abertura, como ocorreu nos governos de Lula da Silva. A abertura esteve fortemente

ISBN XXXXXXXXXX

relacionada com pressões do modelo liberal e assimilador do pensamento preponderante na época, em outras palavras, abriu-se espaço ao corpo empresarial através da CAMEX e de grupos muito específicos no que concernia as temáticas relacionadas à ONU devido a pressão da mesma.

5. GOVERNO LULA: MUDANÇAS E CONTINUIDADES

Embora alguns autores defendam que a Política Externa é sempre marcada por grandes continuidades (SALES, 2007) e, nesse sentido, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não teria sido tão inovador, há também aqueles que entendem que este período foi marcado por diversas e importantes mudanças (LIMA; HIRST, 2006). Há inclusive aqueles que entendem que esse foi o campo de atuação que mais se aproximou da agenda clássica do Partido dos Trabalhadores - PT (ALMEIDA, 2004 apud SALES, 2007).

Nesse sentido, para Vigevani e Cepaluni (2007) houve uma mudança de estratégia, isto é, uma alternância entre duas das três estratégias para a política externa brasileira que consideram existir: a autonomia pela distância, a autonomia pela participação e a autonomia pela diversificação. A primeira é marcada pela não aceitação automática dos regimes internacionais, a partir da adoção de uma postura de oposição a alguns aspectos da agenda das grandes potências, enquanto a segunda, característica do governo FHC, busca a influenciar a formulação de princípios e regras que regem o cenário internacional com base na adesão aos regimes internacionais, sempre tendo o cuidado de não perder a gestão da política externa. Por fim, a autonomia pela diversificação, postura adotada pelo governo Lula (2003-2010), busca reduzir as assimetrias nas relações com os países centrais a partir de alianças Sul-Sul, aumentando a capacidade de negociação, sem deixar de aderir aos regimes e princípios internacionais.

A despeito das grandes categorias propostas pelos autores supracitados, o fato é que a presidência de Lula estabeleceu, a partir de nomes fortes como Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, uma política externa marcada pela busca de uma inserção internacional do Brasil de forma autônoma, com parceiros e opções estratégicas diversificados, articulada e ancorada no projeto de política interna, sobretudo em torno do combate à fome e à

ISBN 978-85-87406-94-1

pobreza extrema. Também deu continuidade ao uso da diplomacia presidencial iniciado no governo FHC, embora tenha devolvido do Itamaraty grande parte das atribuições que haviam sido retiradas nos oito anos anteriores, quando Cardoso tentou mitigar a resistência nacional-desenvolvimentista que nele residia.

Vizentini (2005) desenvolve essas características ao propor que as relações internacionais do governo Lula se assentaram em três dimensões, quais sejam, (I) uma diplomacia econômica (realista), (II) outra política (resistência) e (III) um programa social (política propositiva). Assim, por um lado, era necessário ter canais de comunicação com os países ricos, principalmente em matéria econômica, buscando a obtenção de recursos (inclusive tecnologia), a negociação da dívida externa e deixando visível o desejo do governo de cumprir seus compromissos internacionais.

Por outro lado, a segunda dimensão buscou reafirmar os interesses nacionais através de uma diplomacia ativa e afirmativa que colocasse o Brasil em uma posição condizente com o seu status (entre as dez maiores economias do mundo), deixando para trás a ideia de país atrasado, o que, de acordo com o autor, teria encerrado uma fase de estagnação e esvaziamento. Por fim, a adoção de uma agenda social no plano interno também reverberou no externo, de forma que o país se engajou em tentar corrigir as distorções criadas pela globalização e pelo neoliberalismo, apoiando iniciativas como a *Tobin tax*, tentativas de erradicação da fome e a solidariedade com a África. Além disso, houve forte valorização do mercado interno, o que também teve consequências na forma com o que a diplomacia brasileira se desenvolveu.

É notável que, para atingir esses objetivos, o Brasil fortaleceu as suas relações com países do mesmo patamar (Índia, China, África do Sul, dentre outros), além de ter dado importância fulcral aos projetos de integração da América do Sul, especialmente ao Mercosul. Ou seja, ao invés de buscar inserção em mercados saturados ou de se colocar como aliado apenas de países que veem o Brasil como segundo plano, o governo Lula buscou inserção em novos espaços, mercados emergentes, e a inserção junto aos seus vizinhos, promovendo maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural, entre outros (VIZENTINI, 2005). Segundo Lima e Hirst (2006) e Vigevani e Cepaluni (2007), essa cooperação Sul-Sul, baseada na ideia de solidariedade e no fortalecimento de relações bilaterais e

ISBN XXXXXXXXXX

multilaterais, buscava aumentar o poder de negociação do país, o que pode ser comprovado pela própria escolha da Argentina como parceira estratégica de negociação.

Desse enfoque mais ao Sul nasceram importantes iniciativas, como o Foro Trilateral Índia, Brasil e África do Sul, conhecido como IBAS e relevante principalmente na área da Saúde, e a concepção da importância de desenvolver a infraestrutura, mormente no Cone Sul, através da construção de estradas, usinas geradoras de energia, etc., o que já se materializava na IIRSA – Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana – desde 2000. Também o G-20, criado durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún, que luta pela redução das barreiras protecionistas e pela eliminação dos subsídios agrícolas, que penalizam exportadores em desenvolvimento (AMORIM, 2004), é fruto desse paradigma.

Ainda nas palavras do chanceler Celso Amorim, então Ministro das Relações Exteriores,

> A ação diplomática do Governo Lula é concebida como instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do País. Mas ela possui, também, uma dimensão humanista, que se projeta na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz. Está profundamente enraizada nos interesses e esperanças do povo brasileiro. É nacional, sem deixar de ser internacionalista AMORIM, 2004, p.41).

Ademais, no tocante aos atores participantes do processo de formulação da PEB houve, também, uma inflexão. Mesquita (2012) aponta que nas relações entre Estado e Sociedade civil, antes limitadas às interações entre o governo e as Organizações Não Governamentais (ONGs), a gestão de Lula incorporou os movimentos sociais, o empresariado, o movimento sindical e intelectuais, inclusive com representantes nas delegações enviadas para negociações internacionais (MESQUITA, 2012). Isto é, além de diversificar a seara das consultas dentro da Sociedade, também criou a possibilidade de influir nas agendas adotadas.

De acordo com Vizentini (2003, n.p.), o próprio interesse da população pela temática aumentou, pois “uma negociação, com a visão brasileira sendo encaminhada através de parâmetros técnicos, gera seriedade e desperta a opinião pública nacional para questões que antes eram decididas por um pequeno grupo de burocratas”.

ISBN 978-85-87406-94-1

Temos como exemplo desses processos a criação do Conselho Brasileiro do MERCOSUL Social, um foro de diálogo permanente entre o governo e a sociedade civil, por meio do qual as organizações podem acompanhar os trabalhos do Mercosul e propor modificações. O Conselho é composto por representantes dos Ministérios que atuam no Mercosul e por lideranças sociais, de setores como agricultura familiar, pequenas e médias empresas, mulheres, meio ambiente, juventude, trabalhadores urbanos e do campo, direitos humanos, economia solidária, saúde, educação, cooperativismo, cultura e povos indígenas, dentre outros (MESQUITA, 2012). Ademais, o Conselho possibilitou a participação de membros da Sociedade Civil durante as reuniões presidenciais (Rio de Janeiro 2007; Costa do Sauípe 2008 e Assunción 2009), o que representa um ganho significativo de espaço.

Por fim, é importante destacar que boas iniciativas como o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS), incorporado a agenda depois de discussões em 2006, e o Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento, cujo objetivo é ajudar a reduzir as assimetrias regionais, surgiram do Conselho, o que reforça a importância da participação social nessa instância como forma de apontar problemas sociais e contribuir para a *agenda setting* do bloco.

Além disso, a criação do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos, em 2005, junto a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e que opera como um mecanismo de participação democrática e controle do legislativo sobre a PEB, sobretudo como uma iniciativa de consolidar os Direitos Humanos como traço permanente da política externa brasileira, também é uma iniciativa importante no sentido de fortalecer a participação social e de inserir temas caros à população na agenda. Outrossim, é preciso ressaltar os encontros e debates permanentes realizados com a sociedade civil e a academia pela Secretaria geral da Presidência, através da Assessoria para Assuntos Internacionais. Uma das mais relevantes pode ser considerada a que foi chamada para debater temas relacionados ao G-20, especialmente a soberania e a segurança alimentar, pois a presença de organizações civis ajudou a contrabalancear o peso do agronegócio.

Em suma, novos espaços para a participação social foram abertos desde o início do governo Lula, corroborando a existência de sua agenda humanista na Política Externa. No entanto, a criação desses espaços por si só não garante

ISBN XXXXXXXXXX

uma inserção de qualidade, é preciso que as sugestões da Sociedade Civil sejam ouvidas e debatidas para que possam ser incorporadas, especialmente porque o Conselho e o Comitê foram criados pelo Executivo e pelo Legislativo, não junto ao Itamaraty.

É claro que a conjunção de fatores como o avanço democrático no país e a pressão exercida por grupos sociais descontentes com o insulamento do Itamaraty foram essenciais para a abertura realizada, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para que realmente haja participação na formulação da PEB e, quem sabe, controle social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado, é fato que a formulação da política externa brasileira esteve, antes dos anos 1990, altamente centralizada no Itamaraty, uma estrutura institucional forte e com um poder burocrático relativamente autônomo.

O fim da Guerra Fria e a globalização econômica e financeira somados, no caso brasileiro, ao processo de redemocratização implicaram num questionamento a esse modelo, levando ao início de um processo de abertura da política externa para os diversos atores sociais.

No governo de Fernando Henrique Cardoso é possível notar que tal processo de abertura se deu com relação aos demais órgãos do governo, sobretudo os Ministérios relacionados à temática do comércio internacional, num contexto em que a liberalização e a internacionalização da economia brasileira eram as prioridades. Ainda que tenha havido consultas à sociedade civil, como à FIESP e à CUT, tais iniciativas se limitaram a reuniões e conferências *ad hoc*, inexistindo um canal de participação direta sobre a agenda da política externa.

Com o governo Lula, os movimentos sociais, o empresariado, a academia e diversos outros setores sociais foram incorporados ao processo. Atuaram tanto como atores diretos da política externa, como atores indiretos que, por meio da Assessoria para Assuntos Internacionais da Secretaria Geral da Presidência, influenciaram a agenda e o debate sobre a condução da política externa.

ISBN 978-85-87406-94-1

Assim, ainda que o processo de descentralização da formulação da política externa seja embrionário e o Itamaraty ainda ocupe lugar expressivo, seus avanços se mostraram positivos na medida em que as posições brasileiras passaram a ser compostas por uma melhor capacidade técnica e dotadas, em alguma medida, de legitimidade nacional.

REFERÊNCIAS

ALLISON, GrahamT .**Essence of Decision**: Explaining the Cuban Missile Crisis. Boston: Little Brown & Co., 1971.

AMORIM, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula. **Diplomacia, Estratégia e Política.** Ano 1º, nº 1, out-dez, p. 41-48, 2004.

LIMA, Maria Regina Soares. Instituições democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 265-303, 2010.

LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Monica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006.

MESQUITA, Lucas Ribeiro. Sociedade civil e Política Externa Brasileira: os espaços participativos na PEB contemporânea. **Oikos**, v. 11, n. 2, p. 281-301, 2012.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013.

PINHEIRO, Letícia. Autores y Actores de la política exterior brasileña. **Foreign Affairs Latinoamérica**, v. 9, n. 2, p. 14-24, 2009.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, vol. 42, summer, pp. 427-461, 1988.

ROSENAU, James (Org.). **Domestic Sources of Foreign Policy**. Londres:Collier-Macmillan Limited, 1967.

SALES, Camila Maria Risso. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil nos governos FHC e Lula**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado, 2007. Acervo Digital.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Política externa brasileira como política pública. In: MARCHETTI, Vitor (org.). **Políticas públicas em debate.** São Bernardo do Campo: MP Editora, 2013.

ISBN XXXXXXXXXX

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa do Governo Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, v. 30, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. A política externa brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 1-44, jan. 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Brasil: a diplomacia *high profile* do governo Lula. **Nova Ordem Global.** 22 set 2003. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_131.htm>. Acesso em 21/05/2016.

_____. De FHC a Lula: uma década de Política Externa (1995-2005). **Civitas – Revista de Ciências Sociais,** vol. 5, n.2, jul-dez, p. 381-397, 2005.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading, Massachusetts, 1979.

ISBN 978-85-87406-94-1

PERSPECTIVAS DE VIDA DE UMA PROFISSIONAL DO SEXO: ampliando olhares sobre a prostituição a partir de um estudo de caso

Beatriz Cintra Storti[108] (Uni_FACEF)
Maria Cherubina de Lima Alves (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

"Entregar-se ao uso do sexo para obter dinheiro ou vantagens"; "mulher que tem relações sexuais para ganhar dinheiro" (BIDERMAN, 1992, p. 760 apud GUIMARÃES, 2007, p. 33). São essas as definições encontradas na literatura para a caracterização daquela que é tida como a profissão mais antiga do mundo: a prostituição. Contextualizada de acordo com as normas e valores vigentes em cada sociedade, a prostituição e as prostitutas já foram vistas sob diversos olhares: desde as mulheres mais instruídas da antiga civilização grega, reconhecidas por sua inteligência e competência (CECCARELLI, 2008); até se tornarem, por volta do século XIX e início do XX, alvo de repressão e estigma em quase todo o mundo, sendo responsabilizadas pela disseminação das doenças sexualmente transmissíveis (GUIMARÃES, 2007).

Atualmente o estigma atrelado à prostituição ainda se faz presente, o que resulta, muitas vezes, numa condição de exclusão social em que essas mulheres são marginalizadas e têm muitos de seus direitos destituídos (OLIVEIRA, 2004). Diniz (2009 apud CORRÊA; HOLANDA, 2012) afirma que muitas vezes o exercício da prostituição é visto por suas praticantes como um meio de sobrevivência frente às adversidades das condições socioeconômicas com que vivem. Ainda que para muitas a profissão seja vista como uma atividade de cunho temporário, o dinheiro que ganham abruptamente e em grande quantidade, é o atrativo que as fazem permanecer neste ramo.

Neste sentido, apesar de atribuírem ao dinheiro o principal motivo de permanência na prostituição, junto do conforto e da estabilidade financeira que este lhes traz, pode-se perceber a partir de um estudo realizado com uma profissional do sexo, também feito pela presente pesquisadora, que o que se ganha não recompensa as consequências que a prostituição traz à vida pessoal de quem a pratica, já que esta interfere e prejudica também outros aspectos tais como o

[108] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN XXXXXXXXXX

relacionamento familiar e com os amigos, a vivência da própria sexualidade, os reflexos desta prática na personalidade da profissional, entre outros fatores do cotidiano, segundo as palavras da participante entrevistada.

A partir dessas constatações obtidas através do referido estudo, o presente projeto de pesquisa visou, então, identificar as perspectivas de vida desta mesma participante, abarcando, também, aspectos interligados à prostituição, tais como: o cotidiano na prostituição, a interferência da prostituição na relação familiar, e a relação da profissional do sexo com seus clientes.

2. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA PROSTITUIÇÃO COMO PROFISSÃO

Segundo Holanda (1986), o verbo prostituir deriva do latim *prostituere,* significa entregar à devassidão, expor publicamente, desmoralizar, corromper. Daí vem, então, o termo prostituição, que Holanda (1986) faz referência ao ato ou efeito de prostituir-se, ao comércio habitual ou profissional do amor sexual. Para que se exista essa prática, faz-se necessária a presença da prostituta, que é entendida também por Nascentes (1976 apud GUIMARÃES, 2007) como a mulher que tem relações sexuais para ganhar dinheiro.

Segundo Silva (2003), o exercício da prostituição nasceu, cresceu e se multiplicou junto com a humanidade e há, inclusive, registros desta atividade na história de povos antigos como gregos e romanos, por exemplo. Durante muito tempo a mulher teve seu lugar no centro de toda a sociedade devido a associação que lhe era feita entre a fecundidade da mulher e a fecundidade dos campos, configurando, assim, um período predominantemente matriarcal. Roberts (1998 apud GUIMARÃES, 2007) contribui ao dizer que havia encontros sexuais entre homens e mulheres em festas religiosas; festas estas em que era cultuada a Deusa da Fertilidade com rituais que promoviam relações sexuais entre pessoas diferentes e que não se conheciam, necessariamente, para a perpetuação da espécie.

Tempos mais tarde, por volta de 3.000 a.C, tribos guerreiras masculinas da antiga Mesopotâmia e do antigo Oriente invadiram os territórios matriarcais, submetendo-os às suas regras (ROBERTS, 1998 apud GUIMARÃES, 2007) principalmente devido ao fato de terem tomado consciência de seus papeis

ISBN 978-85-87406-94-1

fundamentais para a procriação. Dessa maneira, a descendência patrilinear substituiu a matrilinear, e o homem começou a elaborar as leis de acordo com as suas novas crenças, instaurando-se, então, o patriarcado, devido a essa dominação dos homens sobre as mulheres.

Já no período Clássico, entre os séculos VI e IV a.C, a prostituição quando era realizada fora dos templos era considerada profana. Essas mulheres não eram autorizadas a andarem em tipo algum de veículo e, por lei, prescrevia-se que suas vestes as distinguissem das outras mulheres. Além disso, elas não tinham direito à cidadania, bem como seus filhos, eram proibidas de se misturar à sociedade, e não podiam entrar em templos, nem mesmo em cerimônias religiosas (QUALLS-COBERTT, 1990). Neste contexto, os ganhos das prostitutas eram controlados pelo Estado que não repassava os valores a elas, mas a um funcionário dos bordéis. Assim, o pagamento raramente chegava a essas mulheres, configurando, assim, o primeiro tipo de cafetinagem de mulheres registrado na história (AFONSO; SCOPINHO, 2013).

Com o passar do tempo a prostituição se formalizou enquanto profissão e foi regulamentada, tornando-se uma profissão natural e aceita. As prostitutas eram obrigadas a se registrarem, pagar impostos devido às suas atividades e proibidas de vestirem determinados tipos de roupas. Neste contexto, a prostituição não era uma prática ilícita ou estigmatizada, e com todas as regulamentações impostas, o Estado ainda lucrava com ela através dos impostos cobrados (AFONSO; SCOPINHO, 2013). Para Roberts (1998 apud GUIMARÃES, 2007), na Idade Média, entre os séculos V e XV, a prostituição era vista como um “mal necessário” uma vez que havia tanto o combate a ela – onde a Igreja, inclusive, excomungava as mulheres prostitutas – como também certa tolerância à mesma já que através dessas mulheres os homens poderiam descarregar seus efluentes sexuais que lhes afastavam de Deus.

Com a queda do Império Romano e a ascensão do Cristianismo, a prostituição passou a ser totalmente repreendida e, no século XII, a Igreja começou a perseguir as mulheres que se prostituíam na tentativa de “salvá-las” embasados na figura de Maria Madalena, como a “prostituta arrependida” que teria sido perdoada por Deus (AFONSO; SCOPINHO, 2013). Todavia, por mais que a Igreja cristã tenha tentado extinguir a prostituição, a sociedade que era levada pelo “amor

ISBN XXXXXXXXXX

cortês", de casamentos arranjados movidos por interesses exteriores, acabava por favorecer o exercício desta atividade (MOTA, 2008) já que o sexo dentro do casamento deveria ser restrito à reprodução, o que proibia as esposas de manterem relações sexuais com seus maridos.

Ao final da Idade das Trevas, com a emersão do Feudalismo, e depois, na época das Cruzadas, muitas mulheres se viram sem saída frente às novas configurações da sociedade, e diante disso, encontraram na prostituição uma maneira de sobreviver. Apesar das tentativas por parte das autoridades a fim de desencorajar a prática da prostituição, elas ficavam em suas casas e bordéis e algum tempo depois foi permitida essa prática com algumas restrições. Uma delas era a de que as profissionais do sexo respeitassem as áreas criadas para a prática da prostituição para que isto não lhes implicasse qualquer penalidade (ROBERTS, 1998 apud GUIMARÃES, 2007).

No início da Idade Moderna, por volta do século XVI, na Itália, a sociedade passou a se centrar muito na figura masculina, em seu poder político e dos negócios, enquanto as mulheres casadas com estes homens tinham de ser obedientes e confinadas aos seus maridos e só saíam de casa quando acompanhadas dos mesmos para irem à Igreja (MOTA, 2008). Todavia, em contraposição a esta reclusão, estavam nas ruas, acompanhando estes homens casados, as chamadas *Cortegiane* – as profissionais do sexo de alta classe; mulheres instruídas, ricas, independentes, e especialistas em realizar as necessidades sexuais de seus acompanhantes (ROBERTS, 1998 apud GUIMARÃES, 2007).

Foi também no século XVI que se deu a Reforma religiosa, a qual desencadeou a nova imagem protestante do homem e da sociedade e fez emergir uma moralidade sexual muito mais repressiva do que a da Igreja inicial. Dentro destes novos moldes propostos pela Reforma, a prostituição passou a ser, então, completamente rechaçada. Isto fez com que inúmeros prostíbulos fossem fechados, deixando muitas mulheres sem emprego e sem dinheiro. Como consequência da Reforma, em vários países europeus as prostitutas passaram a receber tratamentos cruéis com castigos, punições e até espancamentos.

Ao final do século XVIII, época da Revolução Industrial, a miséria se fez presente no cenário europeu e as mulheres foram muito afetadas pelas então

ISBN 978-85-87406-94-1

atuais condições da cidade. Poucas trabalhavam nas fábricas, por salários muito baixos, enquanto outras nem mesmo trabalho tinham. Essas condições precárias de vida dessas mulheres levaram muitas delas à prostituição em busca de algum tipo de renda, o que culminou, neste período, numa expansão considerável da prática da prostituição (GUIMARÃES, 2007).

No Brasil do século XIX, a maioria das prostitutas da Corte Imperial era constituída por escravas negras, sendo que para elas esta prática se misturava a uma variedade de serviços domésticos. O auge da prostituição aqui foi na década de 1930, com destaque ao Rio de Janeiro, por se tratar, nesta época, da capital do país, onde estava concentrada grande parte da população. Em São Paulo, entre o final do século XIX e início do XX, surgiu a Zona de Meretrício por influência de uma concepção higienista que segregou a prática da prostituição (RAGO, 1991 apud AFONSO; SCOPINHO, 2013).

A partir do século XX, então, alguns países do Ocidente procuraram formas de legalizar o meretrício a fim de acabar com o crime organizado em torno da prostituição. Mais recentemente, em 1987, aconteceu no Brasil o I Encontro Nacional de Prostitutas que desencadeou na criação da Rede Brasileira de Prostitutas – a qual requer o reconhecimento legal dessa prática como profissão (OLIVEIRA, 2008 apud AFONSO; SCOPINHO, 2013).

De acordo com Rago (2011 apud AFONSO; SCOPINHO, 2013), a sociedade incorporou e ressignificou alguns aspectos da figura da prostituta e, assim como essa prática foi se transformando ao longo das décadas, a sociedade também mudou sua maneira de enxergá-la. Existem no mundo três sistemas legais sobre a prostituição: o abolicionismo, o regulamentarismo e o proibicionismo. O Brasil, desde 1942, adota o “abolicionismo”. Este sistema defende que “[...] a prostituta é vítima de certas condições sociais e exerce sua atividade muitas vezes pela exploração/coação de um terceiro (o “cafetão”) que recebe parte de seus lucros” (AFONSO; SCOPINHO, 2013, p. 8). A legislação abolicionista criminaliza o incitamento à prostituição, punindo os cafetões e donos de prostíbulos, mas não as prostitutas em si.

Como se pode notar, a muito tempo a prostituição vem sendo praticada com os mais diversos significados, interesses e necessidades, sempre relacionados às condições e ao contexto de cada época e em troca de remunerações e/ou

ISBN XXXXXXXXXX

benefícios por parte de seus clientes que lhes acompanhavam e desfrutavam de seus serviços, o que configura, claramente, uma forma de trabalho das prostitutas – a venda de seus serviços sexuais. Neste sentido, o tema a ser abordado no capítulo seguinte retrata exatamente esta problemática: as concepções de trabalho e as profissionais do sexo, trazendo uma discussão que possibilitará a compreensão das complexidades relacionadas à inserção dessas mulheres no mercado de trabalho na contemporaneidade.

3. CONCEPÇÕES DE TRABALHO E PERSPECTIVAS DE VIDA PARA AS PROFISSIONAIS DO SEXO

Originada do latim vulgar, *tripalium,* a palavra que hoje conhecemos por trabalho e possui o referido significado, por muito tempo esteve associada à punição, sofrimento e experiências dolorosas. Isto, porque o *tripalium* era um instrumento desenvolvido e utilizado no período da Inquisição, por volta dos séculos XII e XIII, feito de ferro, estruturado com três pontas entrecruzadas, que, ao ser colocado no pescoço de alguém, servia como um meio de tortura (CORTELLA, 2009).

Apesar da nomenclatura do trabalho ter se configurado em decorrência deste instrumento, ao longo da história da humanidade esta atividade abarcou as mais diversas concepções. No contexto da Antiguidade, o trabalho na terra possuía valor e prestígio, uma vez que estabelecia um elo com a divindade, que rege a fertilidade da terra e os ciclos naturais (SIQUEIRA; ALENCAR; AQUINO, 2012). Na Idade Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, em meio ao contexto da Revolução Industrial, o trabalho se tornou uma atividade compulsiva e incessante em que o tempo livre praticamente inexistia. Isto fez com que passassem despercebidos pelos os homens os mais variados aspectos de suas vidas e eles se preocupassem em buscar apenas as atividades e oportunidades que pudessem lhes render algum tipo de lucro (WOLECK, 2002).

Refletindo sobre as concepções e os sistemas de trabalho verifica-se que a prostituição também pode ser analisada a partir deste contexto, sendo possível concluir que esta atividade também se configura como uma forma de trabalho. Considerando o sistema capitalista, que configurou a sociedade

ISBN 978-85-87406-94-1

contemporânea dentro de um sistema de classes, onde uma classe depende da outra para sobreviver, muitas vezes o fator motivador da entrada de mulheres na prática da prostituição se justifica pela baixa condição econômica com que elas vivem (GASPAR, 1985).

Devido, então, a uma das fortes justificativas para a inserção no meio da prostituição se dar pela falta de dinheiro, é possível identificar a postura dessas mulheres em suas atuações enquanto prostitutas a partir de Bruns e Gomes Júnior (1996), que concluíram que a prostituta faz de seu corpo o seu material de trabalho, transformando-o num objeto que fornece sua troca pelo dinheiro. Nessa perspectiva, é feita uma cisão entre corpo e mente e isto faz com que as prostitutas estabeleçam um distanciamento consigo mesmas entre o *ser mulher* e a prostituta, tornando-se seres não unificados em seus diferentes papéis sociais.

Por se tratar de uma prática que perpassou pelos mais antigos períodos e contextos, e que ainda hoje perdura apesar de todos os estigmas e repressões sofridos por quem a pratica, diversos movimentos, leis e políticas públicas foram desenvolvidas em favor desta população e alteraram este cenário, possibilitando, atualmente, o exercício desta profissão sem tamanha repreensão que por tempos a acompanhou. A primeira grande mobilização por direitos envolvendo prostitutas no Brasil datou de 1979, quando foi promovida uma passeata a fim de denunciar as arbitrariedades da polícia que repreendia veementemente esta prática. Dentre os organizadores desse movimento estava Gabriela Leite, principal liderança do movimento no país e que, em julho de 1987, articulou no Rio de Janeiro o I Encontro Nacional das Prostitutas (REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS; DAVIDA, 2010).

Em 1987, foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas que assessora a formação e capacitação de associações de prostitutas, apoia e promove encontros e eventos da categoria, formula políticas públicas em parceria com órgãos governamentais e luta para obter o reconhecimento legal da profissão (REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS, [s.d]). Com este advento, foram organizadas também associações regionais em todo o país com o intuito de defender a formalização das relações de trabalho na prostituição, o combate às formas de violência que as prostitutas vivenciam e a crítica ao estigma que lhes é conferido.

ISBN XXXXXXXXXX

Ao final da década de 1990, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), incluiu a ocupação “profissionais do sexo” que, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2002, s/p) é descrita como a profissão das pessoas que *“buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade.”*

Desta forma, todo este trajeto percorrido até hoje pelas profissionais do sexo mostra que mesmo com tantos avanços e conquistas que visaram lhes tornar menos alheias à sociedade, estamos nos referindo, ainda hoje, a mulheres que continuam vivendo à margem da sociedade. Isto se torna um paradoxo se partirmos do princípio de que, ao mesmo tempo em que elas continuam sendo procuradas por seus serviços, são também rechaçadas pelo mesmo motivo. Tendo isto em vista, olhar para as perspectivas dessas mulheres frente a esta atividade e a representação que fazem dessa profissão, pode nos fazer compreender a postura adotada por elas enquanto profissionais, bem como identificar o que elas vislumbram de suas vidas a partir do exercício da prostituição.

Um estudo realizado por Lopes, Rabelo e Pimenta (2007) constatou que as profissionais do sexo entrevistadas por eles não vivenciam nenhum tipo de conflito psicológico por terem a prostituição como a sua profissão. Além disto, os autores revelaram que as profissionais do sexo entrevistadas se consideram necessárias para a manutenção da instituição familiar, uma vez que, ao serem procuradas por homens casados, elas são benéficas às relações alheias, pois seus clientes suprem suas necessidades sexuais exteriores ao casamento sem qualquer maior envolvimento afetivo.

Quanto à discriminação por parte da sociedade, as mesmas entrevistadas disseram não se incomodar com o fato, e afirmaram também que recusam o papel de vítima atribuído a cada profissional, pois, apesar de terem iniciado na prostituição por condições adversas de suas vidas, elas reconhecem que tiveram consciência de suas escolhas, sobre as quais ponderaram perdas e ganhos advindos desta profissão (LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007).

Uma vez que as participantes desta pesquisa citaram o ingresso na prostituição como uma escolha, caracterizando, assim, outras possibilidades de inserção neste meio que não fosse unicamente a necessidade financeira, Guimarães (2007) revela que muitas mulheres sentem prazer na prática da prostituição. Um

ISBN 978-85-87406-94-1

desses motivos se justifica pelo fato de elas estabelecerem uma relação não apenas comercial com seus clientes, abrangendo também a possibilidade de contatos afetuosos com os mesmos. Além deste aspecto, o autor pôde afirmar também que outro tipo de prazer encontrado pelas profissionais do sexo neste trabalho está relacionado à independência que este lhes possibilita, provinda do ganho de dinheiro relativamente alto e rápido que elas têm com esta prática.

Colocando em foco a questão dos prazeres existentes dentro da vida na prostituição, é possível perceber, então, que há divergências e contradições entre as próprias profissionais do sexo acerca de sentimentos e percepções sobre a prática desta atividade, já que há estudos que comprovam o reconhecimento de pontos positivos por algumas delas frente à profissão, mesmo que diante do sofrimento que esta ainda possa lhes causar, revelando, assim, a impossibilidade de uma generalização capaz de caracterizar todos os aspectos e todas as pessoas envolvidas neste contexto.

Burbulhan, Guimarães e Bruns (2012), afirmam que embora as garotas de programa consigam sustentar os filhos e terem uma vida melhor a partir da prostituição, esta atividade não é exatamente o que as profissionais do sexo gostam de fazer. Essas mulheres relataram que são insatisfeitas com essa profissão, mas ainda assim demonstraram certo sentimento de acomodação e conformismo com esse destino e com os frutos que a atividade lhes traz, em especial o financeiro. Essa insatisfação com a prostituição que é tão presente no discurso de profissionais do sexo em diversas pesquisas, faz com que as mesmas visem novas ocupações para suas vidas no futuro, com o objetivo de sair desta profissão.

Torres, Davim e Costa (1999) realizaram um estudo que buscou identificar as perspectivas de futuro de dez jovens garotas de programa. Como resultado, viram que essas mulheres almejam uma outra profissão em que possam trabalhar e receber uma renda fixa. Além disso, notaram também que elas encaram a prostituição como uma atividade temporária, que não fará parte de suas vidas para sempre. Deste ramo, elas esperam apenas conseguir juntar algum dinheiro que as possibilite ter seu próprio empreendimento até que possam se desvincular desta prática.

Tendo em vista todas essas configurações acerca da vida dentro da prática da prostituição, não há como generalizar motivos, percepções, sentimentos e

ISBN XXXXXXXXXX

razões de profissionais do sexo quando buscamos entender quais são as perspectivas de vida dessas mulheres frente a esta atividade como sendo suas profissões, já que, embora algumas histórias de vida se assemelhem, cada contexto e cada pessoa são únicos para a tomada de decisões sobre suas vidas e da representação que ela venha a fazer das mesmas.

4. A PROSTITUIÇÃO SOB OUTRAS ÓTICAS: DO COTIDIANO PROFISSIONAL AO CONTEXTO FAMILIAR

Há um vasto misto de aspectos que envolvem a prostituição e suas profissionais, os quais vão desde a organização de suas rotinas de trabalho até alguns quesitos da vida pessoal de cada uma delas. Partindo do cotidiano profissional dentro da prostituição, as mulheres que se prostituem estão expostas a diversas situações que podem nos fazer compreender melhor a realidade dessa profissão. De acordo com Andrade et al. (2013), o cotidiano de trabalho das profissionais do sexo, assim como o das mais diversas profissões, é repleto de regras, horários, prazeres, ganhos e abdicações, sendo esses os aspectos inerentes a qualquer trabalho.

Dentre os fatores de maior visibilidade no contexto da prostituição está a relação que a profissional estabelece com o dinheiro que ganha. Sabe-se que o dinheiro ganho rapidamente e em grande quantidade com a prostituição, é um dos fortes atrativos para que as garotas adentrem e permaneçam nessa prática, pois a quantia em dinheiro que os programas lhes trazem é suficiente não apenas para o seu próprio sustento e de sua família, como elas buscam, mas também para a aquisição de bens materiais que lhes conferem a ascensão social muitas vezes desejada. Russo (2007) defende que o valor é um dos componentes das relações de prostituição e, da mesma forma que o dinheiro adquire valor na troca, os serviços que ele mede também recebem valor através dessa troca, como ocorre na prostituição. Assim, o valor conseguido na negociação com o cliente está diretamente ligado ao valor social da mulher, pois, quanto maior a quantia paga para adquirir o serviço oferecido pela profissional do sexo, mais ela se afasta do estereótipo social ligado à figura da prostituta, que na maioria das vezes é pejorativo (SIMMEL, 1983 apud RUSSO, 2007).

ISBN 978-85-87406-94-1

Pensando, então, no dinheiro como a porta de entrada para as relações de prostituição, uma vez que esta só ocorre diante do pagamento de seu cliente, a mulher que se submete a esta prática se coloca frente a outras circunstâncias que permeiam este meio, tal como a vulnerabilidade à violência, por exemplo. O fato de a prostituição ser uma profissão socialmente e moralmente reprovável expõe as garotas de programa a um grande risco de sofrerem algum tipo de violência em seus dias, principalmente àquelas que trabalham nas ruas e estão sujeitas às agressões de agenciadores, da arbitrariedade de policiais, e dos clientes. Isto, porque a profissional não escolhe, nem tampouco conhece seus clientes, que muitas vezes oprime as garotas de programa, seja pelo acerto do programa, pelo uso da camisinha, e também por, eventualmente e ilusoriamente, acreditarem que o fato de terem pagado pelos serviços da profissional do sexo lhes dá direito de abusar da mesma, seja física, sexual ou psicologicamente. (MOREIRA; MONTEIRO, 2012).

Frente a essas adversidades e diante do peso que, eventualmente, pode se tornar o dia a dia de uma profissional do sexo, muitas delas partem para o uso de drogas na expectativa de que estas amenizem os sentimentos, as dores e as pressões de seu cotidiano relacionadas aos programas. Dourado et al. (2013) afirma que, de modo geral, o consumo de drogas no contexto da prostituição é justificado pelas prostitutas como algo que contribui para lidar com a ansiedade, a fadiga física e o enfretamento das dificuldades cotidianas da profissão, já que a droga tem um efeito desinibidor que as auxilia nessas situações (DOURADO et al., 2013).

Tendo em vista todos esses eventos passíveis de existirem no âmbito profissional da prostituição, é possível relacioná-los também à personalidade da profissional do sexo, no sentido da influência que o exercício dessa atividade traz à constituição da subjetividade dessas mulheres e, consequentemente, à maneira de viver e perceber a própria personalidade. Nesse sentido, é possível checar essa hipótese de que existe uma transformação na personalidade de profissionais do sexo, verificada através do estudo prévio, que deu origem a este, o qual verificou, segundo relatos da própria participante da pesquisa, que sua vivência na prostituição a transformou em uma pessoa mais triste, e que apesar de sorrir, não se

ISBN XXXXXXXXXX

vê alegria em seu olhar (STORTI; ALVES, 2015)[109]. Frente a este assunto, Storti e Alves (2015) perceberam a partir de um estudo de caso, que a prática da prostituição pode interferir em alguns aspectos da personalidade de profissionais do sexo. Um dos motivos que levam a essas possíveis e prováveis alterações no modo de ser e de responder aos estímulos trazidos pela profissão, deve-se ao fato de a mesma implicar em práticas que estão diretamente relacionadas aos aspectos pessoais de suas vidas, mas que devem ser colocados em segundo plano para a execução da prostituição, tais como seus valores, sua relação com a família e com seus relacionamentos afetivos, seus ideais e conceitos, e a reelaboração de determinados conceitos, no intuito de fazer prevalecer sua disposição para a manutenção dos programas que lhes sustentam.

O ato de se prostituir também pode interferir diretamente no relacionamento que essas mulheres têm com seus familiares. Levando em consideração o papel da família na construção do indivíduo e colocando em evidência a representação que se faz da prostituição em grande parte da sociedade, não é difícil imaginar o quanto pode vir a ser conflituosa a presença de uma profissional do sexo no âmbito familiar como um de seus membros. Vivemos na sociedade ocidental, uma cultura predominantemente cristã entre as famílias, cujos valores relacionados à atividade sexual, cultivados ao decorrer da história, são basicamente calcados na restrição desta prática exclusivamente ao matrimônio, conforme exposto em capítulos anteriores. Sendo assim, sob esta ótica, o perfil sexual desregrado que caracteriza a prostituição pode ameaçar a manutenção desses valores e morais acreditados dentro da grande maioria das instituições familiares, e é nesse desencontro de condutas que se dá abertura à instauração de conflitos entre a garota de programa e sua família.

Frente a esta problemática, a profissional do sexo ao se deparar com a rejeição e os conflitos familiares justificados pela prostituição, indiretamente se coloca e é colocada a margem do núcleo familiar. E daí emerge um sentimento de não pertencimento àquele meio, o que leva a um forte anseio de procura para pertencer a um grupo, já que esta não mais se enquadra em suas relações (BOTELHO; FERRIANI, 2004). Como consequência, o distanciamento cada vez

[109] Informação encontrada na pesquisa de Iniciação Científica, realizada com o fomento do PIBIC/CNPq, “A PROSTITUIÇÃO ENQUANTO PROFISSÃO: representações e perspectivas de vida de profissionais do sexo frente a este ofício”, no ano de 2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

maior entre a garota e a família decorrente dessas desigualdades, pode vir a culminar também na ausência de diálogo entre as partes. Nessa escassez de comunicação, vai-se o carinho, o respeito e a aproximação entre a família, afastando a possibilidade de um elo maior entre os envolvidos na situação (BOTELHO; FERRIANI, 2004), e prejudicando ainda mais esta relação já não tão bem sedimentada.

No entanto, há um fato curioso nesse embate. A atividade que muitas vezes é rejeitada pela família por inúmeras razões, por vezes é também o meio através do qual a mesma se sustenta. A partir dessa dicotomia acerca da prostituição, expressa pela dificuldade de sua aceitação e o sustento que ela traz à praticante e muitas vezes à sua família, com frequência muitas mulheres escondem das pessoas ao seu redor a sua prática nessa atividade. Um estudo que abarcou a relação de profissionais do sexo com seus filhos constatou que as mulheres entrevistadas não deixam claro em seus relatos como são suas relações com os mesmos, indicando apenas que eles não sabem a respeito dos programas. Os autores acreditam que esta opção por não revelar a prostituição aos filhos deve-se à insegurança frente à aceitação dos mesmos sobre essa profissão, e por isso a preferência por poupá-los de tal verdade (PAIVA et al., 2013).

Pensando sobre todas essas outras questões que direta ou indiretamente envolvem a prática da prostituição, mas nem sempre são discutidas em profundidade, a presente pesquisa irá analisar, a partir de então, os discursos da profissional do sexo participante dessa pesquisa a fim de compreender o contexto de sua vida nos mais diversos aspectos, abrangendo, para isto, desde questões cotidianas de sua profissão, até explorar como são suas vivências e relações no contexto familiar e também seu relacionamento com os clientes. Deste modo será possível compreender de maneira mais ampla e profunda as perspectivas de vida desta mulher, alcançando o objetivo proposto pelo presente estudo.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, mais especificamente como um estudo de caso. Segundo Minayo (1999) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode

ISBN XXXXXXXXXX

ser quantificado, trabalhando com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A participante deste estudo, apresentada como Maria Fernanda, tem trinta e três anos de idade e trabalha na prostituição há cerca de onze anos. Em sua trajetória nesta profissão, Maria Fernanda já trabalhou em boates de diversas cidades e atualmente, a garota recebe seus clientes em sua casa, que chegam até ela através de um site onde ela divulga sua imagem e contato para maiores informações.

Em função de a pesquisa envolver o contato com seres humanos, foram ponderados os cuidados éticos necessários, tal como recomenda a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Assim, este estudo fez uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido visando, sobretudo, o respeito à participante da pesquisa tratando-a em sua dignidade, e garantindo em sua autonomia. Foram respeitados também os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos das mesmas, bem como seus hábitos e costumes envolvidos.

A pesquisa de campo foi realizada através de três etapas com sessões de entrevistas individuais com a participante, sendo que cada etapa foi conduzida em um dia diferente. Foram apresentadas à entrevistada imagens às quais ele deveria responder com suas percepções. As imagens iniciais eram relacionadas com os seguintes temas: o primeiro contato com o cliente; a relação com o dinheiro; os sentimentos e reações para com os clientes; o ambiente de trabalho; a aparência e os cuidados em geral; lidar com fetiches; as drogas neste meio; a suscetibilidade à violência; a vulnerabilidade às autoridades e o envelhecer nesta profissão. .

No segundo encontro, as imagens referiam-se ao futuro na profissão: ter o próprio negócio; conseguir um emprego registrado; constituir uma família e voltar a estudar. No terceiro e último encontro, a participante da pesquisa passou por uma entrevista temática semiestruturada que permitiu à pesquisadora maiores considerações acerca dos relatos expostos. A entrevista semiestruturada possibilita, com maior riqueza de detalhes, o alcance dos objetivos específicos do projeto, uma vez que, por ser temática, aborda os conteúdos estipulados e ainda permite que outras falas que enviesem este contexto sejam acrescentadas, colaborando para sua análise e discussão.

ISBN 978-85-87406-94-1

6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise das entrevistas, foram formuladas três categorias, sendo elas: 1) o cotidiano na prostituição; 2) a interferência da prostituição na relação familiar e; 3) a relação da profissional do sexo com seus clientes.

6.1. O Cotidiano na Prostituição

Há dez anos na prostituição, Maria Fernanda adentrou a esta profissão motivada pelo desejo de ganhar dinheiro na quantidade que a prática oferece, e é também por este motivo que ela permanece ainda na área (STORTI; ALVES, 2015). A participante relatou durante as entrevistas que *"a única coisa tentadora nessa profissão é o dinheiro. Não tem mais nada a não ser o dinheiro."* E ainda acrescentou que apesar do conforto decorrente deste dinheiro, o mesmo não lhe traz felicidade.

Com o depoimento de Maria Fernanda, nota-se que apesar de a garota não conseguir enxergar outro motivo que a faça permanecer nessa profissão senão pelo benefício exclusivo do dinheiro que ganha, ainda assim a prostituição é para ela a solução frente às suas necessidades, e continuará sendo sua opção de sustento enquanto puder exercê-la. Isto mostra o quanto as mulheres que partem para este ramo podem se acomodar aos ganhos financeiros da profissão, ainda que em detrimento das adversidades que elas perpassam para alcançá-lo (BURBULHAN; GUIMARÃES E BRUNS, 2012); e por esse benefício único, elas permanecem na prática apesar de muitos outros diversos aspectos de suas vidas em que essa profissão vem a interferir, como a relação com a família, o isolamento e o estigma social, a perda de amizades, dentre outros.

Segundo a literatura, as drogas também fazem parte do contexto da prostituição. De acordo com Dourado (2013), elas são vistas como um agente amenizador, pois contribuem para a profissional lidar com a ansiedade, a fadiga física e o enfretamento das dificuldades cotidianas da profissão, devido ao seu efeito desinibidor característico. Pelos relatos de Maria Fernanda, viu-se que a garota nunca fez uso dessas substâncias, nem mesmo utilizando a profissão como motivo para tal ato, mas ela alegou que esse fato ocorre com frequência na prostituição, principalmente nas boates, corroborando com a teoria encontrada.

ISBN XXXXXXXXXX

Além das drogas, uma garota de programa ainda pode estar diariamente exposta a outro tipo de vulnerabilidade como a violência, principalmente aquelas que trabalham e abordam seus clientes nas ruas. No decorrer das entrevistas, Maria Fernanda foi enfática ao dizer que não se colocaria diante desta situação devido aos riscos que ela pode oferecer à profissional.

Ao ser questionada sobre seus sentimentos quanto à possibilidade de sofrer algum tipo de violência no exercício de sua profissão, a entrevistada relatou que nunca lhe aparecera algum cliente violento, transparecendo certa segurança em seu discurso, a qual foi justificada, em grande parte, pelo tipo de público que a procura: o de homens casados. Estes vão até ela em segredo e por isso, segundo as percepções da entrevistada, não teriam interesse em causar algum conflito que pudesse prejudicar seu anonimato e, consequentemente, sua imagem e sua vida em sociedade.

Os fetiches e fantasias sexuais que os clientes levam até Maria Fernanda também compõem parte de seu cotidiano na prostituição. Sobre a frequência com que aparecem em sua casa, a entrevistada prontamente responde que *"isso é quase todo dia"* e admite certo estranhamento, inclusive, diante de algumas situações que lhe aparecem no dia a dia. O espanto de Maria Fernanda com determinadas situações que lhe aparecem cotidianamente, revela, através de suas próprias palavras, uma espécie de preconceito com aquilo que os clientes lhe pedem.

Apesar de realizar quase todos os fetiches que lhe aparecem, fica claro, novamente, no discurso da entrevistada, o que Bruns e Gomes Júnior (1996) relatam a respeito da cisão feita pelas profissionais do sexo e coloca, ao mesmo tempo, uma nova perspectiva sobre as ideias dos autores. Ou seja, quando Maria Fernanda realiza tais fantasias, ela coloca à margem suas ideias e convicções pessoais a fim de concretizar tal feito por um motivo meramente profissional, configurando e reafirmando, assim, a teoria de Bruns e Gomes Júnior (1996). Porém, por outro lado, quando ela diz que *"eu não imagino eu casada e o meu marido me pedindo isso"*, Maria Fernanda, calcada em seus princípios, valores e ideais pessoais, expõe nessa fala uma espécie de preconceito com aquilo que ela mesma faz, permitindo a reflexão de que possivelmente ela, por vezes, reprove as próprias atitudes que a prostituição exige que ela cumpra, abrindo espaço para mais

ISBN 978-85-87406-94-1

um possível conflito em sua subjetividade, perante o embate de seus aspectos pessoais e profissionais.

6.2. A Interferência da Prostituição na Relação Familiar

Maria Fernanda nasceu em uma família de seis irmãos. Filha de pais humildes, ela relata que desde cedo teve que trabalhar para ajudar nas despesas de casa (STORTI; ALVES, 2015). Com pouco mais de vinte anos, a garota se mudou para U., onde depois de trabalhar em outros ramos passou a atender em boates como garota de programa e, a partir de então, a relação que tinha com sua família foi em grande parte interferida pela prática de sua prostituição.

A entrevistada relatou que seus familiares sabem sobre a execução de seus programas e hoje, dez anos depois de ter ingressado nesse meio, já não falam nada a respeito do assunto para ela, não julgam nem criticam sua escolha, mas também não a apoiam. No entanto, apesar de este não ser um assunto abordado em sua família, presumiu-se, a partir dos relatos da entrevistada, que esta profissão não é agradável aos seus pais. Com isto, foi possível identificar nas palavras da entrevistada a configuração da ideia de uma dicotomia que existe no contexto da prostituição e em sua vida, em que a atividade que frequentemente é rejeitada pelos familiares, muitas vezes é também o meio através do qual eles se sustentam.

Corrêa e Holanda (2012) e Paiva et al. (2013) consolidam essa dualidade acerca do mesmo assunto ao dizerem que não raras as vezes, um forte argumento das mulheres para se prostituírem é o de que permanecem nessa prática a fim de sustentar a si e à sua família, em virtude da autorresponsabilização pela manutenção do grupo doméstico. Sob este prisma, verifica-se que na vida de Maria Fernanda essa realidade se repetiu, visto que o dinheiro ganho por ela em seus programas, enquanto serviu como auxílio à renda de sua família, era bem vindo. No entanto, a partir do momento em que a garota optou por não mais ajudá-los financeiramente, a representação de seus familiares acerca da garota e de sua profissão foi em grande parte reconstruída, e seu papel frente aos demais também se modificou, uma vez que ela passou a ser vista sob um olhar pejorativo por seus familiares como ela mesma relatou acima.

ISBN XXXXXXXXXX

Sob esta ótica, nota-se o caráter contraditório entre ambas as ideias levantadas para o ato da prostituição; e pode-se colocar em questão o que verdadeiramente esses familiares pensam e acreditam a respeito da mesma. Ou seja, até que ponto é genuíno o discurso que vai contra o exercício dessa prática por um ente familiar devido às incongruências dos valores e princípios da família em relação ao perfil da profissão, até que um fator que seja favorável a eles, como o dinheiro e os benefícios que ele traz também aos familiares, se mostrem superiores a essa rejeição, corrompendo argumentos que primeiramente pareciam indiscutíveis.

Maria Fernanda demonstra que em virtude de sua escolha pela prostituição, não recebe de seus familiares o mesmo carinho e afeto que gostaria, o que fica claro quando ela declara que *"de anjo eu virei o capeta"* para eles. Devido a esse modo de a família lidar com a profissão da garota, houve um afastamento entre ambas as partes que acabou por diminuir os laços afetivos que tinham, abrindo espaço para uma relação fria entre os familiares e ela.

Em decorrência dessa cena de um conflito explícito em seu relacionamento com seus familiares, essa frieza caracterizada pela entrevistada pode sugerir que Maria Fernanda muitas vezes esteja à margem desse núcleo. Deste modo, segundo Botelho (2003), é possível que ocorra nesse meio um processo de exclusão diante da realidade de uma prostituta no âmbito familiar, em que a garota deixa de pertencer a este meio, ocasionando, inclusive, na ruptura nas relações de confiança, respeito e afeto.

O fato de a relação de Maria Fernanda com sua família ter se fragilizado em decorrência de sua profissão fez com que a garota deixasse claro o quanto ela sente, internamente, principalmente a ausência de sua mãe até os dias de hoje. A falta de posicionamento da mãe contra a opção de Maria Fernanda pela prostituição, fez com que ela levasse a diante essa escolha e permanecesse neste meio, embora sua vontade fosse justamente contrária a esta. Deste modo, o pensamento de certa forma até infantilizado de que determinado comportamento é aceitável caso não haja a proibição dos pais, parece ter se feito presente na postura de Maria Fernanda, mesmo que inconscientemente, talvez, já que a não proibição da mãe frente à sua prostituição fez com que ela se mantivesse na mesma, ainda que este não fosse seu verdadeiro anseio.

ISBN 978-85-87406-94-1

Além disso, quando Botelho (2003) complementa sua ideia dizendo que, então essas mulheres encontram em outras pessoas o que procuram e necessitam, pode ser possível identificar tais pessoas através dos clientes da garota. Isto, porque são eles quem procuram por Maria Fernanda e almejam sua companhia - muitas vezes para além do sexo, inclusive. Nesse sentido, o fato de os clientes desejarem a presença de Maria Fernanda pode fazer existir nela o sentimento de que, de alguma forma, ao menos, eles querem estar ao seu lado, enquanto sua família e mais especificamente seus pais, que deveriam ser grandes interessados na qualidade de vida da filha, sequer telefonam para saber como ela está, segundo relatos da própria entrevistada.

De todos os seus familiares, a única pessoa mais próxima de Maria Fernanda é sua irmã mais nova. Embora elas já tenham tido conflitos por discordarem em determinados aspectos que envolvem sua família, sempre tiveram um bom relacionamento e é isso que Maria Fernanda diz querer preservar. A amizade entre Maria Fernanda e sua irmã mais nova parece ser o único laço de afeto e harmonia na vida da garota que ainda persiste e resiste frente a todos os conflitos que ela vive dentro de sua família, e talvez não seja difícil de cogitar a ideia de que é exatamente por esse motivo que ela tanto preza por esse relacionamento. De acordo com Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), em alguns casos, principalmente se as figuras parentais são deficitárias em seus papéis, os irmãos podem se constituir em importantes objetos de identificação e, em caso de falta dos pais, eles podem vir a se constituir ainda em uma rede de apoio uns para os outros.

6.3. A Relação da Profissional do Sexo com seus Clientes

Maria Fernanda declara que na vida dentro da prostituição, todos os dias são como surpresas, pois ela nunca sabe com o que vai se deparar ao passar das horas. Inclusive, a incógnita dos dias de Maria Fernanda também se faz presente em relação aos seus clientes. A garota pontua a vivência do inesperado em seus dias quando diz que: *"Nunca é fácil, até que você chega e fala desse jeito 'ai, ele tá vindo, ele tá vindo' ai até que ele aparece"* pressupondo, assim, certa ansiedade que lhe toma até que os clientes batam em sua porta e ela veja, então, a quem irá atender.

ISBN XXXXXXXXXX

Quando Maria Fernanda relata, ao ver que seu cliente, que ele não é *"um daquele que você tem que mandar embora"*, sua fala mostra o quanto a profissional do sexo está exposta aos mais diversos tipos de clientes que possam lhe procurar, e que na maioria das vezes ela irá atender em razão da remuneração que ele traz. Esse aspecto retoma os estudos de Burbulhan; Guimarães e Bruns (2012) quando os autores identificaram que para as profissionais do sexo, não existem critérios a partir da aparência física para o atendimento aos clientes, visto que *"o dinheiro dos clientes é o mesmo"* (BURBULHAN; GUIMARÃES; BRUNS, 2012, p.674).

No entanto, pode-se considerar uma espécie de desconforto sentida por Maria Fernanda quando a mesma se vê diante dessa situação, pois o fato de a garota relatar no trecho acima que, mesmo depois de anos de programa, ainda é muito difícil de lidar com o primeiro cliente do dia, permite que nos remetamos à ideia de que, para ela, a profissão não se tornou tão mecânica quanto consideram outras profissionais do sexo. Pode-se afirmar tal fato, pois é possível perceber que Maria Fernanda não se submete a todo e qualquer cliente que lhe procure, pois preza por condições mínimas de higiene no mesmo para que possa realizar o programa, inclusive inventando desculpas, se for preciso, para não atender algum cliente que não lhe pareça "limpo".

Ainda refletindo sobre esse aspecto, há de se considerar a hipótese de que, não seja, então, tão bem delimitada por Maria Fernanda, especificamente, a distinção entre a mulher que ela é dentro e fora dos programas, se tomarmos como referência as palavras de Lopes; Rabelo e Pimenta (2007). Ou seja, existe a possibilidade de uma fusão em sua subjetividade, que confunde a profissional da pessoa de Maria Fernanda. Com isto, Lopes; Rabelo e Pimenta (2007, p. 75) querem dizer que "em algum momento de suas vidas, essas duas identidades fundem-se em uma única, fazendo com que elas tenham que se deparar com dolorosos conflitos psicológicos que vêm à tona".

Todavia, quando o assunto abordado é a clientela de Maria Fernanda, a entrevistada conta que, de modo geral, tem uma boa relação com os mesmos, e que inclusive já chegou a se envolver sentimentalmente com alguns deles, que vieram a ser dois de seus namorados. O fato de a garota ter se relacionado com clientes para além dos fins profissionais, contrapõe o que Bruns e Gomes Júnior

ISBN 978-85-87406-94-1

(1996) encontraram em uma pesquisa, onde concluíram que existe uma impessoalidade nas relações de prostituição que parece indicar a necessidade de a prostituta se proteger de qualquer envolvimento emocional com os clientes. Sob esta ideia, a prostituta, ao se tornar o objeto do próprio trabalho, seria totalmente superficial ao contato que estabelece com eles e, portanto, imune a qualquer espécie de envolvimento afetivo (BRUNS; GOMES JÚNIOR, 1996).

Todavia, o relacionamento de Maria Fernanda com aqueles que a princípio eram apenas seus clientes, não significa que a garota tenha se deixado envolver com todos os homens que a procuram, mas abre espaço para um novo olhar acerca da relação que uma profissional do sexo pode vir a ter com os mesmos. Nesse sentido, a vivência de Maria Fernanda vai de encontro aos dizeres de Guimarães (2007) quando o autor pontua que na prática da prostituição, a profissional pode vir a estabelecer uma relação não apenas comercial com seus clientes, oportunizando também contatos afetuosos com eles, que vão além do interesse lucrativo, permitindo também uma troca de carinho e de amizade entre ambos, assim como ocorreu com Maria Fernanda no momento em que veio a se relacionar com esses clientes.

Maria Fernanda relata que os clientes que chegam até ela muitas vezes buscam carinho, atenção e alguém para conversar. Segundo Pasini (2005), a procura por relações sexuais, embora seja um dos motivos, não é o principal dentre as inúmeras razões que levam os homens a procurarem por garotas de programa. Para Cavour (2011), muitos homens acabam procurando essas mulheres para conversar sobre seus problemas, por se sentirem confortáveis em confessar seus segredos em razão da distância social que há entre eles e as prostitutas, acreditando que elas nada farão com as confissões dos clientes. A respeito dessas afirmações, Maria Fernanda endossou o que foi dito pelos autores ao dizer que *"a gente quer saber do dinheiro e eles quer (sic) saber de uma companhia, pra conversar, eles querem contar tudo que acontece na vida deles."*

Desta forma, com todas as exposições feitas a partir desta análise é possível perceber o quanto a relação da garota de programa com seus clientes pode variar de acordo com cada profissional, como foi possível constatar através dos estudos colocados e das palavras de Maria Fernanda que, ora foram de encontro aos estudos anteriores, ora se diferenciaram daquilo que já fora visto. Assim, pode-

ISBN XXXXXXXXXX

se novamente afirmar as peculiaridades existentes em cada profissional do sexo, ressaltando a individualidade de cada uma que, apesar de convergirem na profissão que exercem, podem divergir-se em pensamentos, posturas e crenças, tornando-se únicas enquanto pessoas e em sua subjetividade

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, é possível concluir, então, que, ao longo dos encontros com a participante, pode-se perceber que a prostituição nunca foi, de fato, uma profissão que a agradasse, e essa insatisfação com a prática foi refletida em diversos momentos durante as entrevistas, em que a garota se emocionou e chegou a chorar muitas vezes entristecida, relembrando determinados eventos marcantes de sua vida que se deram em virtude da prostituição. Porém, apesar desses malefícios advindos de sua atividade, o dinheiro rápido e em considerável quantidade que a prostituição traz fizeram com que a garota se mantivesse na mesma, adquirindo até certo grau de comodismo e conformismo com sua situação já que esta é capaz de suprir suas principais necessidades de sobrevivência, permitindo-a certa estabilidade, além do acesso a bens materiais que sem a prostituição ela provavelmente não teria, e uma postura que ao mesmo tempo em que protela a mudança para fora da prostituição, também reflete e percebe a necessidade dessa ação devido ao avanço de sua idade.

Como consequência dessa constância na prática, nota-se que a participante tem de lidar também com a marginalização social construída, em partes, por ela mesma que aos poucos foi se afastando de sua família e de seus amigos pela dificuldade de manter tais relacionamentos devido ao preconceito e ao estigma sustentado sobre a prostituição, e também preservado por toda uma sociedade que culturalmente ainda reprime a profissão, e coloca a profissional do sexo alheia à vida em sociedade. Com essa vulnerabilidade ao tratamento dos demais, o que pode gerar atos de violência, agressão e discriminação, muitas vezes uma profissional do sexo chega a internalizar essa repressão e passar a ter uma visão distorcida de si própria, incorporando nela mesma a crença de ser inferior aos demais em razão de sua profissão.

ISBN 978-85-87406-94-1

Todas estas questões mostram que ainda na contemporaneidade, mesmo depois de tantas transformações, conquistas e avanços em termos de direitos, liberdade entre os sexos e liberdade sexual da mulher, prevalece a cultura patriarcal que exalta o perfil caracterizado pela mulher de séculos atrás: cuidadora do lar e da prole, cuja sexualidade deveria estar restrita ao matrimônio. Este estigma relacionado ao gênero feminino mantém-se ativo em detrimento da independência sexual de uma profissional do sexo, por exemplo, que é responsável por seu corpo e pela forma como o vivencia, sendo muitas vezes rechaçada por esta postura.

No entanto, é possível perceber que há uma lacuna entre o juízo que se faz em sociedade sobre a prostituição e a real conduta que se tem frente a ela. Ou seja, nesse sentido, pode-se supor a existência de uma falsa moral pregada em sociedade, a qual repele a prática da prostituição, mas simultaneamente a mantém em vigor, pois o fato de ainda existirem as prostitutas e de estas terem seus clientes, inclusive os casados, coloca em questão o repúdio atribuído a elas, o qual perpassou os mais diversos contextos históricos e ainda hoje se faz presente ao lado de sua manutenção - sempre secreta e silenciosa.

Com todos esses levantamentos, torna-se evidente a complexidade do tema abordado neste trabalho, cuja temática necessita de novos questionamentos e aprofundamentos por estudos futuros, a fim de que seja repensada a maneira como muitas vezes a prostituição é representada em sociedade, ainda que esta se trate de uma atividade que abarca tantas concepções onde ficam implícitos valores pessoais, morais, éticos, religiosos e sociais que levam as pessoas a encará-la e, muitas vezes a julgá-la, de acordo com a sua única realidade, segregando pessoas por um único rótulo que, na verdade, apenas estampa um ser humano repleto de histórias, sentimentos e experiências por detrás de sua máscara social.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L; SCOPINHO, R. A. Prostituição: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** – Desafios atuais do feminismo. Florianópolis, set. 2013. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386705646_ARQUIVO_MarianaLucianoAfonso.pdf>. Acesso em: maio, 2014.

ANDRADE, B. P; NEVES, T. R; OLIVEIRA, L; FERRAREZE, R. B; GUIMARÃES, R. S. **O Cotidiano de Trabalho das Profissionais do Sexo: uma questão**

ISBN XXXXXXXXXX

interdisciplinar. 2013. Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão. UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Disponível em <http://www.siiepe.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/10/D-Andrade.pdf> Acesso em 26/10/2015.

BOTELHO, S. M. N; FERRIANI, M. G. C. **Prostituição na adolescência: interfaces com a instituição familiar.** *Rev. bras. enferm.* 2004, vol.57, n.2.

BRUNS, M.A.T; GOMES JR. **Prostituição:** o discurso de quem se vende e o silêncio de seu comprador. Jornal Brasileiro de doenças sexualmente transmissíveis. v.8, nº4: 4-13. Niteroi, dez. 1996.

BRUNS, M. A. T; GUIMARÃES, R; BURBULHAN, F. **Dinheiro, afeto, sexualidade:** a relação de prostitutas com seus clientes. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 17, n. 4 p. 669-677, out./dez. 2012

CECCARELLI, P. R. Prostituição: corpo como mercadoria. **Mente & Cérebro** – Sexo, v. 4, dez, 2008.

CORRÊA, W. H.; HOLANDA, A. F. Prostituição e sentido de vida: relações de significado. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v.17, n.3, p. 427-435, set./dez/ 2012.

CORTELLA, M.S. **Qual é a tua obra?**: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DANTAS, J. B. **Um ensaio sobre o culto ao corpo na contemporaneidade.** Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. v. 11, n. 3, 2011.

DAVIDA; REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS. **Direitos humanos e prostituição feminina**, [s.d]. Acesso em: março, 2015. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org/wp-content/uploads/2010/07/livreto-prostitutas-1.pdf>

DOURADO, G. O. L; MELO, B. M. S; JUNIOR, F. J. G. S; OLIVEIRA, A. L. C. B; MONTEIRO, C. F. S; ARAÚJO, O. D. **Prostituição e sua relação com o uso de substâncias psicoativas e a violência:** revisão integrativa. Rev enferm UFPE on line., Recife, 7(esp):4138-43, maio., 2013.

GASPAR. M. D. **Garotas de programa:** prostituição e identidade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
GUIMARÃES, R. M. **Prostituição:** patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas, 2007, 297p. Dissertação de mestrado em Psicologia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Ribeirão Preto.

HOLANDA, A. B. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
LOPES, C; RABELO,I; PIMENTA, R. **A bela adormecida:** estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia. Universidade Paulista, 2007. Psicologia & Sociedade, jan/abr. p. 69-76

ISBN 978-85-87406-94-1

MINAYO, M. C. S (Org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOREIRA, I. C. C. C; MONTEIRO, C. F. S. **A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades.** *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2012, vol.20, n.5.

MOTA, K. A. G. **Intervenção do estado como agente regulador e fiscalizador da atividade econômica:** prostituição. Dissertação ao Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília. Marília, 2008. Disponível em: < http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/51a0b60d1dfe0a675ba1f104512bdbfb.pdf> Acesso em: outubro, 2014.

PAIVA, L. L.; ARAÚJO, J. L.; NASCIMENTO, E. G. C.; ALCHIERI, J. C. **A vivência das profissionais do sexo**. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, jul/set 2013.

PASINI, E. **Prostituição e a liberdade do corpo**. In. CLAM-AMB, 2005 – p-1-7. Disponível em: < http://www.clam.org.br/pdf/Elisiane.pdf> Acesso em: 02/2015.

QUALLS-CORBETT, N. Q. **A prostituta sagrada:** a face eterna do feminino. São Paulo: Paulus, 1990.

RIBEIRO, F. M. V. **Casas de prostituição e o circuito sexual das prostitutas de luxo no Nordeste.** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Ago, 2011. Disponível em <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308365778_ARQUIVO_artigoconlab.pdf>. Acesso em: 20/10/2015.

RUSSO, G. **NO LABIRINTO DA PROSTITUIÇÃO: o dinheiro e seus aspectos simbólicos** Caderno CRH, vol. 20, núm. 51, set-dez, 2007. Universidade Federal da Bahia. Salvador. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/3476/347632173009.pdf>. Acesso em: 25/10/2015.

SILVA, E. C. **Estas mulheres:** série de reportagens sobre a prostituição na Ladeira da Montanha. Universidade Federal da Bahia. Salvador, novembro de 2003.
SIQUEIRA, L; ALENCAR, O; AQUINO, C. **Atividade humana:** Compreendendo a trajetória do trabalho na contemporaneidade. Revista de Psicologia. Vol. III, n. 1, 7p. Ceará, 2012.

TORRES, G. V.; DAVIM; R. M. B; COSTA, T. N. A. Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v.7, n.3, p. 9-15, julho 1999.
WOLECK, A . **O Trabalho, a ocupação e o emprego.** Uma perspectiva Histórica. Revista de Divulgação Tecnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação, p. 33 - 39, 01 jan. 2002.

ISBN XXXXXXXXXX

PESQUISA BIOÉTICA E REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: Os dilemas encontrados frente as diretrizes éticas atuais na região de Franca-SP

Rafaella Gregori Perduca (Uni-FACEF)
Frederico Alonso Sabino de Freitas (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A Reprodução Humana Assistida (RHA) é entendida como um conjunto de procedimentos e técnicas laboratoriais que visam obter uma gestação, substituindo ou facilitando uma etapa deficiente no processo reprodutivo, sendo este um método de foco subsidiário, e não alternativo, de reprodução.

O interesse no que representava a restrição à capacidade de procriar, iniciou-se no século XVII, quando Antoine van Leeuwenhoek desenvolveu o microscópio e, pela primeira vez, visualizou os próprios espermatozoides. Lázaro Spallanzani, no final do século XVII, obteve sucesso ao realizar a fecundação de uma cadela, a partir da coleta do sêmen de um cachorro. A técnica então, de inseminação artificial, passou a ser aplicada em 1790, quando o médico Inglês, John Hunter realizou esse procedimento em uma mulher.

Colaborando com a ideia da dissipação do até então, novo modelo de reprodução, existem relatos mais antigos, originados na Espanha, que fazem referências à técnica de inseminação artificial na família real espanhola. Até então, o óvulo permanecia a ser fecundando dentro do corpo das mulheres.

Essa fronteira foi ultrapassada em 1978, na Inglaterra, quando nasceu o primeiro bebê de proveta: Louise Brown. Desde então, várias outras técnicas e tecnologias de fertilização in vitro foram desenvolvidas para facilitar e tornar mais segura a reprodução fora do corpo humano. No Brasil, o primeiro bebê a nascer sob as mesmas circunstâncias de Brown, nasceu em outubro de 1984.

Em decorrência dos avanços científico-tecnológicos que marcaram sobremaneira os campos da Biologia e da Medicina a partir dos anos 60, é possível assim, compreender um dos grandes fatores que motivou o despertar e a elucidação da Biótica.

Sendo introduzida como disciplina na década de 1970, Van Rensselaer Potter fez a primeira citação publicada em livro sobre o neologismo, retomando

ISBN 978-85-87406-94-1

aspectos humanísticos na formação e ação da prática médica, ao mesmo tempo ampliando a discussão para além dos temas cotidianos; introduziu temas emergenciais como a sustentabilidade do planeta, as possibilidades científicas e tecnológicas que deveriam ser melhor avaliadas quanto a seu uso e as consequências daí advindas (GIACOIA et al. 2015).

Mais recentemente, a Bioética pode ser compreendida como a procura de um comportamento responsável de parte daquelas pessoas que devem decidir tipos de tratamento e de pesquisa com relação à humanidade. Tendo descartado em nome da objetividade qualquer forma de subjetividade, sentimentos ou mitos. (BERLINGUER, 1993).

O surgimento e a interferência de um terceiro elemento, o médico, em um campo até então estritamente íntimo e limitado a atuação de um casal, trouxe discussões de ordem moral e ética, anteriormente inexistentes.

Embora os motivos relacionados as disfunções fisiológicas, seja a principal razão pela procura das novas técnicas de procriação, o interesse pelas tecnologias relacionadas a RHA, tem evoluído principalmente pelos seguintes motivos: a emancipação feminina, a participação crescente no mercado de trabalho, bem como o desejo de postergar a maternidade para depois dos 40 anos, período no qual as chances de procriar um filho naturalmente, diminui a cada ciclo menstrual. Diante desse panorama, o número de clínicas de RHA no Brasil, tem aumentado significativamente junto aos grandes centros médicos.

A normatização ética e jurídica, da reprodução humana assistida no Brasil faz-se por meio de poucos instrumentos, existindo apenas opções como a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) n° 2.121, de 24 de Setembro de 2015, que veio revogar a regulação de 2013, que amplia a possibilidade de casais homoafetivos a usufruírem das técnicas com fins de reprodução, diferentemente de casais heteroafetivos que devem utiliza-la com objetivo subsidiário.

Não obstante, uma resolução não pode modificar originariamente a ordem jurídica. As resoluções do CFM não originam o Direito, mas regulam o exercício dos profissionais da área médica. Independente da legislação não contemplar o assunto pertinente, as resoluções do Conselho Federal de Medicina servem como dispositivo interpretativo para o Direito. Além do mais, as técnicas

ISBN XXXXXXXXXX

estão cada vez mais presentes e a evolução da Medicina vem tornando-se impactante no Direito, obrigando-o a refletir sobre a abrangência e os limites das novas situações e configurações familiares.

Com os novos rearranjos familiares, caracterizados por composições familiares pós-modernas ou pluralistas, reconhecidos pela Constituição e pelo Código Civil Brasileiro, os casais com configuração de um único sexo e as pessoas solteiras ganham acesso à RHA, que, diante disso, transforma-se de uma técnica voltada àqueles que têm dificuldades reprodutivas, para uma inovação na formação de novas estruturas familiares.

Em 2012, o SisEmbrio – Sistema Nacional de Produção de Embriões publicou o seu sexto relatório, na qual informa que o número de embriões congelados no Brasil foi de 32.181, e que a maior parte dos embriões congelados está no estado de São Paulo, na qual reúne 42,2% de todos os congelamentos no país. O relatório revela ainda que desde a publicação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05), 3.900 embriões foram destinados para pesquisa no Brasil (ANVISA, 2013).

A Lei n. 11105/2005 (Lei de Biossegurança) estabelece normas e mecanismos de fiscalização, na qual autoriza através do Artigo 5º (único dispositivo que se refere ao debate acerca da reprodução humana assistida), a utilização de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa e terapia (BRASIL, 2005). Este aparelho legal determina as condições que estabelecem a disponibilidade de embriões congelados e embriões inviáveis.

Uma vez ressaltado o vácuo legislativo, a interpretação da Resolução CFM n. 2.121/2015, pode-se destacar algumas questões que geram dilemas éticos, tais como: limitação da idade da gestante, sigilo do doador de gametas, doação compartilhada de oócitos, descarte de embriões, gestação de substituição, status moral do embrião, diagnóstico pre-implantacional, inseminação artificial em casais com HIV, doação póstuma de espermatozóides, entre outras.

Os dilemas elencados serão abordados em detalhe, a fim de se apresentar as considerações mais relevantes, dos principais autores sobre os temas.

ISBN 978-85-87406-94-1

2. LIMITAÇÃO DE IDADE DA GESTANTE

A Resolução CFM n. 2013/2013 publicada em 9 de Maio de 2013 e revogada pela Resolução CFM nº 2.121/2015 de 24 de Setembro de 2015, preceitua que as técnicas de RA podem ser utilizadas desde que exista probabilidade efetiva de sucesso e não se incorra em risco grave de saúde para a paciente ou o possível descendente, e a idade máxima das candidatas à gestação de RA é de 50 anos. (BRASIL, 2015)

A colocação de norma geral e abstrata desconhece as particularidades do caso médico. Se as partes, com pleno discernimento, consentirem no procedimento, e os exames indicarem possibilidade efetiva de sucesso do tratamento (CUNHA et al. 2013), não há porque negar às partes o direito fundamental da procriação humana, que indiscutivelmente é um direito do ser humano. Tanto assim, que o próprio termo procriar, que provém do latim *procreare*, significa engendrar, multiplicar a espécie, que se traduz em propagar a própria espécie (DELLAQUA, 2008).

Diante disso, no Brasil, o questionamento acerca do risco que essa criança detém de torna-se órfã devido à idade já avançada dos pais, bem como a discussão sobre o direito da medicina em permitir que essas mulheres se exponham aos riscos existentes em uma gestação tardia, em nome de concretizar o desejo de ser mãe, torna-se real.

3. SIGILO DO DOADOR DE GAMETAS

No que tange a inseminação artificial heteróloga, o debate reside quanto ao direito ao anonimato assegurado ao doador de material genético, visando o sigilo de seus dados ante o caráter exclusivamente filantrópico existente em sua ação, não estando o doador com intuito de manter qualquer vínculo com a criança originada a partir de seu material genético. Noutro giro, encontra-se o direito da criança em conhecer suas origens genéticas, seja por mera curiosidade e satisfação pessoal em saber sua herança genética, ou mesmo visando à manutenção de sua saúde em busca de possíveis doenças hereditárias. Nota-se, pois, um embate de direitos e princípios (SANTOS et al.) em relação ao direito à identidade genética em contraposição ao direito ao anonimato.

ISBN XXXXXXXXXX

O sigilo está prescrito na CFM nº 2.121/2015, no item 4 do Capítulo IV, destinado à doação de gametas ou embriões: será mantido, obrigatoriamente, o sigilo sobre a identidade dos doadores de gametas e embriões, bem como dos receptores (BRASIL, 2015).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 48 e com posterior redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009, trata da possibilidade de o adotado conhecer sua origem biológica, sem que isso implique em reconhecimento de filiação: o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos. (BRASIL, 1990). Se o consentimento existe para o adotado, por que não existiria para a pessoa nascida em razão de Reprodução Assistida a partir da doação de gametas?

Ultimamente o anonimato é um assunto muito debatido e sua discussão baseia-se no fato de que todo ser humano tem direito de conhecer sua origem, e, além disso, a construção da identidade pessoal está altamente relacionada com o conhecimento das origens. O direito de conhecer a origem biológica não seria apenas o direito de cada pessoa conhecer a sua ancestralidade e sua genética, mas também o direito de saber a sua própria história, sua etnia, a memória familiar dos seus antepassados de modo a fechar o ciclo do seu autoconhecimento e prevenir e combater doenças (MATOS et al.).

4. DOAÇÃO COMPARTILHADA DE OÓCITOS

No caso dos óvulos femininos, o processo para retirada dos mesmos é muito mais complicado do que a obtenção de gametas masculinos, exigindo injeções de hormônio e medicamentos, além da necessidade de uma punção (procedimento cirúrgico) para retirada dos oócitos. Neste viés, torna-se muito mais difícil a doação espontânea dos óvulos, fazendo com que se tenha uma demanda muito baixa de gametas femininos no mercado (PASSOS et al. 2015).

A Resolução CFM n 2.121/2015, que atualiza as normas éticas para o emprego das técnicas de RHA, em seu capítulo IV, ao tratar sobre a Doação de Gametas ou Embriões e ao apresentar a figura da doação compartilhada de oócitos: é permitida a doação voluntária de gametas, bem como a situação identificada como

ISBN 978-85-87406-94-1

doação compartilhada de oócitos em RA, onde doadora e receptora, participando como portadoras de problemas de reprodução compartilham tanto o material biológico, quanto dos custos financeiros que envolvem o procedimento de RA. A doadora tem preferência sobre o material biológico que será produzido (BRASIL, 2015).

É comum mulheres com idade mais avançada precisarem de doação de gametas, e não é incomum mulheres novas precisarem do recurso da técnica em razão de problemas com o parceiro, por exemplo. A questão é: prevendo a Resolução que a doação nunca terá caráter lucrativo ou comercial, é possível que a receptora arque ou compartilhe – expressão utilizada na norma deontológica em questão – dos custos financeiros que envolvam o procedimento. Poder-se-ia questionar então: o fato de compartilhar dos custos traria para a situação a figura de um contrato de compra e venda ou de prestação de serviços? (NAVES et al. 2015).

5. DESCARTE DE EMBRIÕES

Uma das maiores discussões e também uma das maiores consequências da RHA, são os embriões excedentes e posteriormente passíveis de serem eliminados. Os grandes questionamentos acerca do tema são: qual deveria ser o destino ideal para esses embriões? Diante da hiperestimulação hormonal, onde se obtém a ovulação numerosa e de acordo com a Resolução CFM nº 2.121/2015 de 24 de Setembro de 20015, o número máximo de oócitos e embriões a serem transferidos para a receptora não pode ser superior a quatro (BRASIL, 2015). O que deve ser feito os com excedentes? Podem eles ser, criopreservados, doados ou utilizados para fins de pesquisas?

A Resolução regula em partes essas ações, ao prescrever que as clínicas, centros ou serviços podem criopreservar espermatozoides, óvulos, embriões e tecidos gonádicos; o número total de embriões gerados em laboratório será comunicado aos pacientes para que decidam quantos embriões serão transferidos a fresco; no momento da criopreservação, os pacientes devem expressar sua vontade, por escrito, quanto ao destino a ser dado aos embriões criopreservados em caso de divórcio, doenças graves ou falecimento, de um deles ou de ambos, e quando desejam doá-los; os embriões criopreservados com mais de

ISBN XXXXXXXXXX

cinco anos poderão ser descartados se esta for à vontade dos pacientes. A utilização dos embriões em pesquisas de células-tronco não é obrigatória, conforme previsto na Lei de Biossegurança (BRASIL, 2015).

Ao regular essas ações em resposta ao potencial descarte de embriões, abre-se espaço para novos dilemas como, por exemplo, em relação a criopreservação, onde existe problemas de duas ordens, o primeiro diz respeito aos riscos a que está sujeito o próprio embrião, não pela criopreservação em si, mas pela manipulação técnica a que se é submetido. O segundo, de fundo ético-moral, porquanto por meio da referida técnica torna-se possível manter o embrião vivo indefinidamente, mesmo fora do organismo materno. Essa manutenção, se por um lado ressalta a autonomia vital de o novo ser (eis que sobrevivente fora do corpo materno), por outro lado, evidencia a sua vulnerabilidade, possível que está o embrião congelado a uma sobrevida indefinida ou à imediata destruição (MEIRELES, 2000).

6. DOAÇÃO TEMPORÁRIA DE ÚTERO.

O procedimento da gestação de substituição pode abranger várias técnicas de reprodução, considerando-se que a três possibilidades mais comuns da doação temporária são: (a) A ‘maternidade de substituição’, que envolve o embrião resultante de óvulo e de espermatozoide do casal, com sua implantação no corpo de outra mulher que não aquela que deseja a maternidade e forneceu seu óvulo; (b) A ‘maternidade de substituição’ que se relaciona ao óvulo e à gravidez da mulher que não quer ser mãe da criança, mas empresta seu corpo gratuitamente para gestar o embrião, e se compromete a entregar a criança ao casal solicitante, sendo que o sêmen utilizado na procriação foi o do marido que resolveu, juntamente com sua esposa, efetivar o projeto parental; (c) A ‘maternidade de substituição’ que consiste no embrião formado a partir da união de óvulo da própria mulher que engravida e de espermatozoide de doador, com o compromisso da mulher de entregar a criança ao casal que não contribuiu, por sua vez, com material fecundante (GAMA, 2008).

No Brasil, apesar de haver inúmeros projetos de lei que visam regulamentar as novas tecnologias reprodutivas, inexiste algo concreto que dê suporte jurídico para sua utilização (MEIRELLES, 2008). Sendo que atualmente,

ISBN 978-85-87406-94-1

obtém-se apenas uma única norma que trata o tema, a Resolução CFM nº 2.121/2015, prescreve-se acerca da doação temporária de útero que: as clínicas, centros ou serviços de reprodução assistida podem usar técnicas de RA para criarem a situação identificada como gestação de substituição, desde que exista um problema médico que impeça ou contraindique a gestação na doadora genética ou em caso de união homoafetiva; as doadoras temporárias do útero devem pertencer à família de um dos parceiros em parentesco consanguíneo até o quarto grau; a doação temporária do útero não poderá ter caráter lucrativo ou comercial. (BRASIL, 2015)

Do ponto de vista ético, os questionamentos sobre o assunto, abrangem discussões como a presença de um terceiro elemento na relação conjugal, as questões ligadas à seleção da doadora, à exploração comercial do uso temporário do útero, sem contar que pode haver disputa pela criança ou o abandono da mesma (BADALOTTI).

7. STATUS MORAL DO EMBRIÃO

O status moral do embrião está profundamente interligado com as discussões de quando se inicia a vida humana e com a definição de pessoa, sendo esse um aspecto importante para o debate ético.

É controverso se o embrião é um ser humano desde o momento da fertilização. Para os que pensam que a vida humana começa no momento da fertilização, o embrião tem os mesmos direitos que uma pessoa, é merecedor de todo respeito e deve ser protegido como tal. Dois argumentos sustentam este raciocínio: o primeiro é que o embrião tem o potencial de tornar-se uma pessoa, e o segundo é que o mesmo está vivo e tem direito à vida (CALLAHAN, 1995). Os que consideram o embrião apenas como um conjunto de células julgam que ele não merece nenhuma diferença de tratamento que qualquer outro grupo celular. Há ainda quem se posicione de forma intermediária, defendendo que o embrião tem status especial, mas que não se justifica protegê-lo como a uma pessoa (MCLACHLAN, 2002).

ISBN XXXXXXXXXX

8. A SELEÇÃO DE EMBRIÕES – O DIAGNÓSTICO PRÉ-IMPLANTACIONAL

O diagnóstico genético pré-implantacional (PGD) é uma metodologia de indicação precoce, que visa à transferência seletiva de pré-embriões livres de doenças genéticas para os cromossomos genes estudados (FRAGOULI, 2007). O PGD também poderia ser utilizado para seleção de embriões com determinada característica imunológica, que venha a ser útil a algum ser humano já nascido (BADALOTTI).

Os defensores da técnica argumentam que é preferível que seja feito diagnóstico pré-implantacional e que não sejam transferidos os embriões comprometidos ou indesejados do que ser feito diagnóstico pré-natal e interromper a gravidez por malformação fetal. Outro aspecto colocado é que a técnica reduziria abortamentos e infanticídios cometidos em função do sexo da criança. Apesar de a avaliação genética oferecer vantagens ao casal com risco de doença genética, existem claras objeções éticas em relação ao uso desta técnica, que recaem sobre duas categorias principais. Uma seria diretamente relacionada ao ato, uma vez que a manipulação dos embriões pode acarretar lesões e morte embrionária. A outra recai sobre o problema ético maior, o da seleção genética (eugenia), pois caso fossem constatadas anomalias, os embriões "defeituosos" seriam eliminados. No caso de seleção imunológica, o questionamento ético básico é que o embrião seria usado como um meio, e não como um fim em si mesmo.

No território brasileiro, a Regulação CFM nº 2.121/2015 prescreve que: o consentimento livre e esclarecido informado será obrigatório para todos os pacientes submetidos às técnicas de reprodução assistida (BRASIL, 2015), inclui-se então o PGD, na qual a valorização no oferecimento do consentimento informada a esses pacientes, respeita o direito à verdade, logo respeitando o princípio da autonomia.

9. A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM CASAIS COM VÍRUS HIV

As terapias antirretrovirais atuais têm ofertado uma maior abrangência no controle da infecção, o que permite considerar que os portadores do vírus da imunodeficiência humana, sofram de uma doença crônica. A melhora na tecnologia desenvolvida para tal ocasiona o aumento na vontade de tornar-se pai ou mãe, por

ISBN 978-85-87406-94-1

parte daqueles casais infectados com o HIV e, consequentemente, elevam a procura por técnicas de reprodução assistida que viabilizem a procriação com menores riscos de transmissão viral.

Diante disso, muitos casais procuram as técnicas de RHS com o objetivo de evitar o contágio do parceiro, sendo então indicada a inseminação artificial, onde serão depositados os espermatozoides manipulados em laboratório, na cavidade uterina. Em situações que o homem é soropositivo, os métodos utilizados tornam a carga viral a níveis inexpressivos, garantindo a eliminação do contágio para a parceira. Por outro lado, quando a mulher é portadora do vírus, a partir da IA, a não transmissão ao parceiro é garantida, entretendo o risco de contágio fetal é expressiva, não podendo ser eliminada.

Em ambas as situações existem o confronto do direito reprodutivo do casal com o da não maleficência da criança. Negar o uso da RA a esses indivíduos poderia ser uma forma de discriminação. Em relação à criança, no caso de qualquer um dos pais estarem contaminados há risco da orfandade precoce, uma vez que ainda não há cura para a AIDS. Porém, com o uso de novas terapias, pacientes portadores de HIV podem viver por muitos anos, e até sem nunca desenvolver a doença. O maior problema no que tange à criança é o do risco de contágio no caso de a mãe ser portadora do vírus, ainda que pequeno e incontestável (BADALOTTI).

10. A DOAÇÃO PÓSTUMA DE ESPERMATOZOIDES

Em relação à reprodução assistida post mortem, a técnica gera grandes discussões por torna-se possível, em detrimento das novas técnicas de criopreservação do material genético do marido ou do companheiro, mesmo após o seu falecimento, permitindo a sua esposa ou companheira gerar um filho a partir da inseminação do sêmen.

No Brasil, embora inexista uma lei específica que trata do tema, a Resolução CFM nº 2.121/2015, mesmo não caracterizando uma força normativa, serve como paradigma ético para sua utilização, na qual prescreve: é permitida a reprodução assistida post-mortem desde que haja autorização prévia específica do (a) falecido (a) para o uso do material biológico criopreservado, de acordo com a legislação vigente (BRASIL, 2015).

ISBN XXXXXXXXXX

A partir do exposto, surge um questionamento: existe direito à reprodução após a morte? Esta possibilidade deve ser confrontada com a problemática da concepção/nascimento de uma criança sem pai ou sem mãe. Se for desejo de o casal ter filhos e se o procedimento é “pró-vida”, parece eticamente aceitável. Porém, estando à criança fadada a nascer órfã de pai, isso não feriria o princípio da não maleficência? Outro aspecto é que, se a motivação do cônjuge restante em gerar essa criança for para preencher o espaço deixado pelo parceiro ou por motivos financeiros relacionados à herança, o filho está sendo buscado como um meio e não um fim, o que fere a dignidade do ser humano (BADALOTTI).

Diante do exposto, a presente pesquisa justifica-se, pois, a bioética é matéria de suma importância na formação do jovem médico, para que ele tenha uma visão crítica de situações que encontrará em sua pratica diária, considerando os avanços científico-tecnológicos no campo da medicina.

Ainda, justifica-se pela importância do fomento do tema bioética nas escolas de medicina, por meio da pesquisa acadêmica nesta área, a fim de complementar e contribuir com a melhoria do ensino nas escolas médicas do Estado de São Paulo e do Brasil.

11. OBJETIVO E METODOLOGIA

Realizar pesquisa qualitativa, através de questionário semi-estruturado, dirigido a diretores técnicos de clínicas de reprodução assistida na região de Franca e Ribeirão Preto, com o objetivo especifico de discutir a ocorrência e a relevância dos principais aspectos bioéticos vividos nestes locais, tendo em vista a doutrina ética e legislação vigentes.

11.1. Plano de Trabalho

1. Pesquisa bibliográfica referente ao assunto com objetivo de proporcionar embasamento teórico sobre o tema central.
2. Envio ao Comitê de Ética em Pesquisa (COMEP) da Instituição de Ensino Superior (IES).
3. Consentimento do *lócus* da pesquisa.

ISBN 978-85-87406-94-1

4. Pesquisa de campo: questionário com os diretores técnicos das clínicas de RHA.
5. Definição dos principais dilemas bioéticos encontrados.
6. Redação do trabalho.
7.

11.2. Cronograma de Execução

O presente projeto prevê 10 meses para a sua execução. Prevê-se, também, a elaboração de relatórios parciais para o acompanhamento da evolução do projeto, conforme exigência do CREMESP. O estudo deverá ser desenvolvido de acordo com o seguinte cronograma:

Quadro 1 – Cronograma de Trabalho

Abril 2016 Pesquisa Bibliográfica	**Setembro 2016** Análise das informações coletadas.
Maio 2016 Elaboração e teste-piloto do questionário de entrevista / ajustes	**Outubro 2016** Análise das informações coletadas e confecção do capítulo de resultados
Junho 2016 Realização da fase exploratória da pesquisa: visitas prévias às clínicas de reprodução assistida em Franca e cidades da região	**Novembro 2016** Confecção do capítulo de resultados. Elaboração de relatório final para o CREMESP
Julho 2016 Execução da fase focalizada da pesquisa: realização das entrevistas semi-estruturadas	**Dezembro 2016** Ajustes finais e entrega da pesquisa
Agosto 2016 Execução da fase focalizada da pesquisa: realização das entrevistas semi-estruturadas Elaboração de relatório parcial para o CREMESP	

Fonte: Elaborado pelos autores

ISBN XXXXXXXXXX

11.3. Material e Métodos

A pesquisa está fundamentada na abordagem qualitativa. Para Goldenberg (1997) “os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado”. Da mesma maneira para Diehl e Tatim (2004), os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema e possibilitam o entendimento das particularidades dos indivíduos.

Na presente pesquisa, a coleta dos dados se dará por meio de entrevista de profundidade, com a aplicação de questionário na sua forma semi-estruturada. Para Ruiz (1985), a entrevista de profundidade consiste em um diálogo que visa coletar de determinada fonte, dados relevantes para uma pesquisa, considerando-se que não apenas as questões devem ser selecionadas, mas também os informantes. A entrevista de profundidade se mostra adequada à metodologia qualitativa adotada por valorizar a presença do investigador e, ao mesmo tempo, oferecer todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (COMEP) do Uni-FACEF.

As informações serão coletadas pela própria pesquisadora, que será, portanto, a responsável pela obtenção e análise dos dados, sendo que o instrumento para a coleta dos dados será um questionário composto por dez perguntas objetivas relacionadas ao assunto, conforme segue:

Quadro 2 – Questionário Dirigido aos Diretores Técnicos de Centros de Reprodução Humana

1.	Durante a prática diária da sua profissão na clínica de reprodução humana assistida, qual o principal dilema bioético que você se depara?
2.	Qual a sua opinião sobre as mulheres acima de 50 anos que estão em plena condição de procriar, mas que são impedidas ao direito de gerar?
3.	Qual o seu ponto de vista em relação ao direito do anonimato do doador, previsto na normatização do CFM contrapondo a existência do direito da criança e dos adolescentes em conhecer sua origem garantido pelo ECA, que por sua vez não abrange crianças geradas através da reprodução assistida?

ISBN 978-85-87406-94-1

4. Qual a sua opinião quanto a relação de futuras doenças que podem acometer a criança gerada devido histórico familiar, opondo-se ao direito do sigilo do doador?
5. Diante do princípio bioético da autonomia e da capacidade de autodeterminação, qual o seu posicionamento perante a transposição desse direito no momento em que um casal age sobre a decisão do descarte do embrião negando a possibilidade de agregar as pesquisas permitidas pela Lei de Biossegurança?
6. Tendo em vista a opção da gestação de substituição e a presença do consentimento livre e esclarecido informado que assegura o princípio da autonomia, qual a sua opinião sobre a influência deste na disposição da mulher que se posiciona a uma maternidade de substituição?
7. Ao que diz respeito ao diagnóstico pré-implantacional: embora por motivos relacionados ao risco de doenças, qual a sua opinião sobre a possibilidade da caracterização de eugenia através da reprodução humana?
8. Qual a sua opinião sobre o status moral do embrião?
9. A inseminação artificial em um casal, na qual ocorreu o contágio do vírus da imunodeficiência humana, não elimina o direito reprodutivo, porém com o risco efetivo da transmissão ao embrião, qual a sua opinião sobre o respeito da não maleficência a essa futura criança?
10. Sobre a doação póstuma de espermatozoides: estando a criança fadada a nascer órfã de pai, você avalia como uma ação que feriria o princípio da não maleficência?

As entrevistas serão gravadas para posterior análise de conteúdo.

12. FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os relatos obtidos nos questionários durante as entrevistas serão transcritos na íntegra, separados e classificados, e passarão por uma análise de conteúdo. A análise de conteúdo, de acordo com Berelson (1952), é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. A partir da análise do conteúdo das entrevistas transcritas, será possível avaliar a ocorrência e a relevância dos dilemas éticos presentes nas clinicas de reprodução que participaram da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária - 6º Relatório do Sistema Nacional de Produção de Embriões**. 2013.

ISBN XXXXXXXXXX

BADALOTTI, M. Bioética e reprodução assistida. **Programa de Pós-Graduação em Medicina e Odontologia - Bioética**.

BERELSON, B. Content analysis in communication research. Glence: Free Press, 1952.
BERLINGUER, G. **Questões de vida – ética, ciência, saúde**. São Paulo: APCE/ Hucitec/CEBES.1993. 218 p.

BRASIL. **Lei Nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 - O Estatuto da Criança e do Adolescente**.1990. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005**. 2005. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5591.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BRASIL. **Lei de Biossegurança, Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005**. 2005. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BRASIL. **Resolução CFM nº 2.121/2015 - 24 de Setembro de 2015**. 2015. Disponivel em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2015/2121_2015.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CALLAHAN, D. The puzzle of profound respect. **Hastings Center Report**, v. 25, p. 39-40, 1995.

CUNHA, L. R.; DOMINGOS, T. DE O. Reprodução humana assistida: a Resolução 2013/13 do Conselho Federal de Medicina (CFM). **Revista de Direito Brasileira**, v. 6, p. 273-290, set.-dez 2013.

DELLAQUA, M. **Avances y retrocesos legislativos de la fertilización assistida. In:** ARRIBÈRE,Roberto (Dir.) Bioética y Derecho. Dilemas y paradigmas en el Siglo XXI. Buenos Aires: Cathedra Jurídica, 2008. 235-241 p.

DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FRAGOULI, E. Preimplantation genetic diagnosis: present and future. **Journal of Assisted Reproduction Genetics**, v. 24, n. 6, p. 201-207, 2007.

GAMA, G. C. N. D. **Direito Civil - família**. São Paulo: Atlas, 2008. 374 p.

GIACOIA, O. J.; RAMIRO, C.H. L.;RICCI, L. A. L. **Reesponsabilidade e futuro:** bioética, biopolítica, biopoder e os desafios para a reflexão e ação. 1. ed. São Paulo: LiberArs, 2015. 16-30 p.

ISBN 978-85-87406-94-1

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa emCiências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Human Fertilisation and Embriology Authority. Disponível em <**www.hfea.gov.uk>**. Acesso em: 22 jan. 2016.

MATOS, L. H. O. B.;ARAUJO, L. M. M. A. Identidade Pessoal em Questão: o direito de conhecer a origem biológica frente o mercado internacional de gametas e embriões humanos.

MCLACHLAN, H. Bodies, persons and research on human embryos. **Human Reproduction and Genetic Ethics**, v. 8, n. 1, p. 4-6, 2002.

MEIRELES, J. M. L. D. **A vida humana embrionária e sua proteção jurídica.** Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 22-23 p.

MEIRELLES, J. M. L. D. **Biodireito em discussão**. Curitiba: Juruá, 2008. 25 p.

NAVES, B. T. O.;SÁ, M. F. F. Panorama bioético e jurídico da reprodução humana assistida no Brasil. **Revista de Bioética y Derecho**, v. 34, p. 64-80, 2015.

PASSOS, M. G.;PITHAN, L. G. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988.:

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1985.

SANTOS, J. A. L.; FERREIRA, G. L.; CORTA, I. H. C. **Reprodução Assistida Heteróloga: o direito em desvendar ás origens genéticas.**

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ISBN XXXXXXXXXX

PESQUISA-INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR PÚBLICO

Natasha Pereira Barbosa[110] (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Atualmente vive-se na escola pública um clima de mal-estar e tensão e muitas crianças ainda fracassam nesse contexto. Segundo Guzzo (2007), experienciar o cotidiano da escola tem sido um processo de adequação e domesticação das crianças em relação ao mundo. Pouco se conhece sobre as crianças que frequentam a escola e pouco se é feito para que transformações coletivas e individuais aconteçam, “enfim tem-se a visão de um imenso espaço onde as pessoas não aparecem como sujeitos e, portanto, não podem-se transformar” (GUZZO, 2007, p.19).

A literatura aponta que a pesquisa-intervenção com crianças com queixas escolares é um recurso metodológico que possibilita resultados relevantes, como por exemplo, melhoria nos níveis relacionais, afetivos e cognitivos das crianças, por intermédio de oficinas grupais e lúdicas. Em uma pesquisa-intervenção realizada por Silva (2004) em uma escola pública da cidade de Uberlândia, com crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem, utilizou-se como metodologia observações das crianças em sala de aula; entrevistas com professoras e também com pais ou responsáveis; atividades grupais com as crianças, envolvendo leitura, escrita, desenho e jogos; e entrevistas devolutivas. A partir desse estudo a autora ressalta que a história dessas crianças, pais, mães e docentes são relevantes para seguir um outro caminho, mais emancipatório no contexto escolar. Assim procurou-se conhecer as crianças em suas relações no contexto escolar, na família e em situações propostas no processo de pesquisa. O objetivo do estudo foi auxiliar as crianças a reverterem a situação de fracasso escolar, buscando parcerias com os pais das crianças e professoras (SILVA, 2004).

Nessa mesma perspectiva, a atual pesquisa tem natureza interventiva, pressupondo que ao mesmo tempo em que os dados vão sendo coletados, a realidade se transforma, no próprio processo de pesquisa que, ao solicitar reflexões

[110] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

sobre o cotidiano, necessariamente o transforma, pois, todo ato de pensar livremente, trazendo em cena situações imanentes, abre novas perspectivas. Para que se possa investigar situações cotidianas, optou-se pelo sociodrama como modo de condução grupal e instrumento de pesquisa, pois o projeto socionômico de Jacob Levy Moreno pressupõe a co-participação dos atores sociais nos processos de pesquisa. Vários autores realizaram estudos nessa perspectiva, por exemplo, RIBEIRO, 2004; COLARES, 2009; NERY, COSTA E CONCEIÇÃO, 2006.

2. O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Na área da psicologia escolar há práticas profissionais que discriminam, rotulam, reduzem os sujeitos a índices e números, reproduzem relações de desigualdade, de poder, com uso indiscriminado de avaliações psicológicas que desconsideram o funcionamento social e institucional, também como responsáveis pela produção do fracasso escolar. Assim, é fundamental questionar sobre esses perigos presentes na atuação do psicólogo escolar, refletir e buscar estratégias sobre outras possíveis práticas. A busca por estratégias requer a compreensão de que a intervenção e a investigação caminham juntas (MACHADO, 2014).

Nesta direção, os documentos que regulamentam a profissão sugerem que os psicólogos que atuam no contexto escolar devem exercer a profissão de acordo com uma postura crítica, buscando estratégias para potencializar novos caminhos e favorecer flexibilização do que se encontra cristalizado, visando potencializar as relações escolares (MACHADO, 2014).

De acordo com as Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos na Educação Básica (2013), as práticas do psicólogo escolar não devem estar baseadas na quantidade de respostas bem-sucedidas que ele tem para resolver problemas, mas sim no que pode contribuir para manter em exercício redes de atenção à vida que salientem as potencialidades dos indivíduos. O psicólogo escolar não deve aceitar o papel de “dar soluções para os problemas da escola”, assim deve desocupar o lugar da eficiência das soluções para o lugar de problematizar, envolvendo toda a escola em um trabalho coletivo nesta busca de alternativas.

Segundo o mesmo documento:

ISBN XXXXXXXXXX

> A Psicologia Escolar e Educacional almeja um projeto educacional que vise coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos, que lute pela valorização do trabalho do professor e constitua relações escolares democráticas, que enfrente os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, P.32).

As atuações do psicólogo escolar devem considerar: a compreensão das práticas cotidianas que constroem a rotina escolar; a escola como um lugar privilegiado de convivência e inserção social; a complexidade social pedagógica e institucional em que são produzidas as problemáticas; os professores como agentes principais no processo educacional; a produção inventiva dos estudantes e professores; as estratégias ético-político-pedagógicas que são utilizadas na escola (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

3. OS MÉTODOS LÚDICOS: O PSICODRAMA COMO ESTRATÉGIA DE POTENCIALIZAÇÃO

Pensando em recursos lúdicos, o psicodrama aplicado à educação se constitui como um valioso instrumento, pois favorece a ação sem despertar a competitividade, desenvolve senso de responsabilidade e cooperação, criatividade e permite a tomada de decisões. O psicodrama também é um processo onde as pessoas podem buscar a espontaneidade e criatividade, por meio do conhecimento e a consciência crítica de si próprio e do lugar que ocupa no mundo (LEPSCH, 2014).

Moreno foi o criador do psicodrama, cuja totalidade da obra chama-se socionomia, que teve como método inicial de investigação uma modalidade de teatro, o teatro do improviso ou da espontaneidade, denominado posteriormente de teatro espontâneo e mais adiante teatro terapêutico. O psicodrama proporciona técnicas de objetivação da subjetividade e seus conflitos, promove a socialização, o compartilhamento e a reflexão de situações e valores presentes no dia-a-dia, explicitando conflitos relacionados aos grupos sociais, promovendo o questionamento e a construção de novos conhecimentos e sentidos, como possíveis versões (LEPSCH, 2014).

ISBN 978-85-87406-94-1

Ramos (2011) afirma que atividades lúdicas e sociodramáticas facilitam o desenvolvimento dos vínculos entre as pessoas no contexto escolar. Esta foi a conclusão de um estudo realizado pela autora com estudantes do ensino fundamental de uma escola pública estadual, em Salvador/BA por meio do sociodrama pedagógico, também uma contribuição de Moreno, sendo um método de ação profunda que trata das relações interpessoais e ideologias coletivas. A autora realizou uma pesquisa-intervenção, de natureza qualitativa, com o objetivo de compreender a importância do vínculo para a aprendizagem e convivência. Esse tipo de pesquisa foi escolhido devido à possibilidade de promover a intervenção com pessoas no contexto escolar e que no cotidiano expressaram seus conflitos, medos, saberes, ódios, amores. Na realidade dos vínculos estabelecidos e no drama vivido novas possibilidades foram construídas. “A pesquisa teve uma abordagem pedagógica e não terapêutica, cuja diferenciação decorreu nos objetivos e não nas técnicas psicodramáticas” (RAMOS, 2011, p.80).

No estudo de Ramos (2011), na fase inicial da intervenção foram utilizados questionários, entrevistas e teste sociométrico, sendo que os resultados desses instrumentos indicavam que a relação entre os estudantes estava ruim, a turma era caracterizada com problemas de aprendizagem, indisciplina e tinha o rótulo de “turma dos repetentes”. Após essa investigação, a intervenção foi realizada em três etapas: o aquecimento, feito com jogos e brincadeiras, o desenvolvimento com dramatizações de temas trazidos pelos alunos e, em seguida o compartilhar, com trocas de ideias, opiniões sobre os sentimentos e conteúdos vivenciados.

Os resultados obtidos neste trabalho foram que os alunos considerados indiferentes aos colegas, no início da pesquisa, se integraram ao grupo, houve maior união e cooperação entre os estudantes, criando condições para um espaço relacional em um campo relaxado, propicio à aprendizagem (RAMOS, 2011).

Em outra pesquisa-intervenção realizada por Silva (2004) em uma escola pública da cidade de Uberlândia, com crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem, utilizou-se como metodologia observações das crianças em sala de aula; entrevistas com professoras e também com pais ou responsáveis; atividades grupais com as crianças, envolvendo leitura, escrita, desenho e jogos; e entrevistas devolutivas. A partir desse estudo a autora ressalta que a história dessas crianças, pais, mães e docentes são relevantes para seguir um

ISBN XXXXXXXXXX

outro caminho, mais emancipatório no contexto escolar. Assim procurou-se conhecer as crianças em suas relações no contexto escolar, na família e em situações propostas no processo de pesquisa. O objetivo do estudo foi auxiliar as crianças a reverterem a situação de fracasso escolar, buscando parcerias com os pais das crianças e professoras, as quais poderiam romper os discursos e as práticas preconceituosas e marginalizantes.

Como recursos metodológicos foram utilizados videogravações dos encontros com as crianças e algumas gravações em áudio das entrevistas com professoras e pais. Também foram escritos diários de campo, envolvendo percepções, sentimentos e pensamentos dos encontros grupais com as crianças e das entrevistas realizadas com os pais e professoras. Para a análise dos dados foi utilizado o enfoque microgenético, procurando abordar minuciosamente mudanças qualitativas da ação do sujeito. Assim a partir do material obtido foram analisadas falas, gestos, ações, olhares e palavras tendo em vista a constatação de modificações geradas na pesquisa (SILVA, 2004).

Dutra, Peixoto, Silva e Albergaria (2014) também confirmaram a importância do da promoção de ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e da aprendizagem por intermédio de oficinas grupais e lúdicas. Elas realizaram uma pesquisa-intervenção com nove alunos do 1° ao 4° ano do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de São João Del Rey, indicados pela escola com queixa de dificuldade de aprendizagem, e tiveram como objetivo buscar o entendimento das relações vivenciadas pelos alunos. Assim, foram realizadas atividades com as crianças em oficinas grupais e lúdicas que foram escolhidas por propiciar prazer, despertar a expressão da criatividade e espontaneidade, favorecendo a superação de pequenos desafios e a simbolização de experiências cotidianas e dificuldades escolares.

Durante as primeiras oficinas grupais os autores do estudo procuraram conhecer os alunos, observar os seus interesses e necessidades, identificar seus conhecimentos e habilidades, assim como obter informações acerca do processo de aprendizagem e das relações estabelecidas na escola, família e comunidade (DUTRA, PEIXOTO, SILVA e ALBERGARIA, 2014).

Foram realizadas oito intervenções que favoreceram a ressignificação do ponto de vista dos próprios educandos sobre possíveis dificuldades vivenciadas

ISBN 978-85-87406-94-1

no processo de escolarização tornando-os sujeitos mais interessados pelo processo de aprendizagem, além da acentuação das capacidades afetivo-cognitivas, a promoção da melhor interação com seus pares e intimidade com os conhecimentos escolares. Também foram realizados encontros e conversas informais com os professores, equipe pedagógica e familiares dos alunos, com o intuito de obter informações sobre como os alunos estavam se comportando e relacionando no ambiente escolar (DUTRA, PEIXOTO, SILVA e ALBERGARIA, 2014).

Para Lima (2010), o contexto educacional configura-se como um campo tenso de exercícios de poder e modos de subjetivação. Assim a metodologia psicodramática pode ser utilizada como um dispositivo de investigação, utilizando recursos cênicos e dramáticos como ferramentas de objetivação de subjetividades possibilitando a multiplicação dos sentidos e significados possíveis. Desse modo, o espaço lúdico também auxilia as crianças a identificarem suas potencialidades, valorizarem e buscarem suas estratégias para aprender, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e da aprendizagem.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Compreender um processo grupal sociodramático vivido por crianças de uma escola pública e verificar possíveis modificações no universo das crianças.

4.2. Objetivos Específicos

a) Mapear as queixas da escola e da família em relação às crianças.

b) Verificar as mudanças ocorridas durante o processo de intervenção.

c) Levantar com as crianças suas opiniões concernentes ao trabalho realizado e as mudanças percebidas por elas.

5. METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa-intervenção de natureza qualitativa.

ISBN XXXXXXXXXX

Segundo Minayo (1994) a pesquisa qualitativa é caracterizada pela tentativa de entender e compreender os significados nas ações e comportamentos dos sujeitos que participam do estudo respondendo a questões muito particulares. Ou seja, a pesquisa qualitativa trabalha com o "universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 1994, p.22).

A pesquisa-intervenção caracteriza-se pela existência de um plano de ação, "plano este que baseia-se em objetivos, em um processo de acompanhamento da ação planejada e no relato concomitante desse processo" (ANDRÉ, 2007,p.33). Visando implementar alguma ação que ocasione uma melhoria para os participantes da pesquisa, geralmente, pertencentes às classes economicamente desfavorecidas havendo assim, um sentido político nessa concepção de pesquisa, por isso, a pesquisa-intervenção também permite o comprometimento do pesquisador com a transformação social (CASTRO, 2008).

5.1. Participantes

A presente pesquisa contou com a participação de 35 crianças com idade entre 6 e 10 anos que estavam cursando o Ensino Fundamental, ou seja, do 1° ao 5° ano em escola municipal localizada na periferia da cidade de Franca-SP e que foram atendidas no estágio específico em psicologia escolar por 21 alunos do 4° ano do curso de Psicologia do Uni-FACEF.

5.2. Coleta de dados

Foram realizadas observações participantes na escola, na sala de aula e nas residências das crianças. Ainda, foram realizadas conversas informais com pais e professores, buscando compreender a visão que possuem sobre as crianças atendidas, constituindo assim, as queixas escolares, que deverão ser desconstruídas ao longo do processo.

Os graduandos juntamente com a pesquisadora realizaram oficinas grupais e lúdicas com as crianças dentro da proposta sociodramática. Foram

ISBN 978-85-87406-94-1

realizadas 10 sessões, de 1h30 de duração, semanalmente. As crianças foram agrupadas de acordo com a série escolar, idade e sexo, constituindo-se grupos mistos de ambos os sexos.

Cada sessão foi realizada em três etapas: o aquecimento, feito com jogos e brincadeiras, o desenvolvimento com dramatizações e jogos lúdicos. Em seguida, no compartilhar foram realizadas trocas de ideias, opiniões sobre os sentimentos e conteúdos vivenciados. Em algumas sessões foram pré-estabelecidos temas que permitiram conhecer as crianças em suas relações no contexto escolar e familiar. A última sessão foi caracterizada como uma sessão de avaliação, para o levantamento das opiniões das crianças concernente ao trabalho realizado e as mudanças percebidas por elas.

As sessões foram descritas pelos estudantes de psicologia em diários de campo envolvendo percepções, sentimentos e pensamentos dos encontros grupais com as crianças. Também foram escritos diários de campo das conversas realizadas com os e professoras e com os familiares. Durante a pesquisa, os estudantes de psicologia foram supervisionados pela orientadora deste estudo.

As intervenções ocorreram em uma escola de arte vizinha a escola, sendo que este espaço foi escolhido para realização das intervenções devido ao fato de ser apropriado para o trabalho com as 35 crianças simultaneamente.

5.3. Análise dos dados

Os diários de campo das sessões foram analisados por meio de análise sociométrica e de conteúdo, segundo sugerido por Ribeiro (2004) e Minayo (1994).

6. RESULTADOS PARCIAIS

Será apresentada a descrição e análise de um dos 6 grupos que passaram pela intervenção.

O quadro a seguir apresenta a descrição das queixas familiares e da escola em relação as crianças participantes deste grupo:

ISBN XXXXXXXXXX

Quadro1: Queixa das Famílias e Escola em Relação as Crianças

Aluno	Idade	Queixa família	Queixa escola
Tatiana	5	Timidez	Desatenção
Gabriela	5	Não apresenta queixa	Tristeza
Vinicius	5	Agitação	Indisciplina
Danilo	5	Agressividade	Ansiedade
Gustavo	5	Insegurança	Insegurança
Rafael	5	Não apresenta queixa	Indisciplina
Wiliam	5	Indisciplina	Indisciplina

Pode-se observar que a maioria das queixas sobre as crianças na família e na escola foram semelhantes. Em relação a queixa das famílias sobre as crianças pode-se observar a presença de três queixas de dificuldades emocionais (timidez, agressividade e insegurança) e duas queixas de indisciplina/agitação. Concernente a queixa da escola sobre as crianças observa-se a presença três queixas de indisciplina, três de dificuldades emocionais (tristeza, insegurança e ansiedade) e uma queixa de desatenção.

A criança Gabriela não apresentou queixa de acordo com a família, já na escola ela apresentou a queixa de aparentar uma “criança triste”. Tatiana apresentou a queixa de timidez de acordo com a família e na escola a queixa apresentada é desatenção. De acordo com a família, Vinicius apresentou a queixa de agitação semelhante com a visão da escola, pois queixa apresentada é indisciplina. Danilo apresentou a queixa de agressividade segundo a família e de acordo com a escola a queixa é ansiedade. Gustavo apresentou a queixa de ser inseguro tanto na família quanto na escola. Rafael segundo a família não possui nenhuma queixa, já na escola ele apresentou a queixa de indisciplina. Wiliam apresentou a queixa de indisciplina tanto na família quanto na escola.

O quadro a seguir descreve as atividades realizadas pelo Grupo 1 em cada sessão:

ISBN 978-85-87406-94-1

Quadro2: Descrição das Oficinas Grupais e Lúdicas

GRUPO 1 - Descrição das oficinais grupais e lúdicas realizadas com as crianças no segundo semestre 2015		
Sessão	**Tema**	**Atividades**
1	Eu no mundo	Reconhecimento da natureza e de onde vivemos. Plantação de sementes para favorecer a criação de vínculos entre as crianças e os estagiários e para simbolizar seu próprio plantio naquele lugar/grupo.
2	Eu no mundo	A primeira atividade foi a realização de desenhos livres em cartolinas. As crianças estavam com dificuldades de ficar no grupo por isso a segunda atividade realizada foi sair andando com as crianças formando uma centopeia e passeassem pelo local.
3	Eu no mundo	A atividade inicial foi a realização de desenhos livres. Após atividade foi “pular-corda”. A terceira atividade foi cantar músicas infantis.
4	Eu na escola	A primeira atividade foi cantar música em roda. Posteriormente a atividade foi a criação de personagens por meio da confecção de máscaras.
5	Eu na escola	As atividades foram a realização de desenhos e conversa sobre o que as crianças gostam e não gostam na escola.
6	Dia das crianças	A atividade inicial foi que todas as crianças desenhassem em um pedaço de papel pardo grande como elas gostariam que tivesse sido o dia das crianças. A segunda atividade foi a brincadeira “tiro ao alvo”. A terceira atividade foi a brincadeira “elefante colorido”.
7	Natureza	A atividade inicial foi “jogo pula macaco”. A segunda atividade foi a realização de desenhos a partir do que as crianças vissem no local e chamassem a atenção delas.
8	Natal e natureza	A primeira atividade foi uma conversa com as crianças sobre o sentido do Natal. Posteriormente as crianças andaram pelo o local e observaram a natureza e desenharam o que elas observaram.
9	Proteção	Na atividade inicial as crianças deveriam passar dentro de um túnel de pano e após saírem do túnel eles teriam que usar a imaginação e desenhar o que “viram” lá dentro. A segunda atividade foi uma dramatização, sendo que cada criança criou seu personagem. O tema da dramatização foi que uma princesa precisava ser protegida de um grupo “do mal” que queria “capturá-la”, sendo que também havia um outro grupo do “bem” que protegeram a princesa.
10	Encerramento	Foi feito uma retrospectiva junto com as crianças de tudo que elas vivenciaram durantes as sessões. Em seguida foi feito um encerramento com todas as crianças participantes da intervenção.

ISBN XXXXXXXXXX

Análise do Processo Grupal

1) Situação Inicial

Pôde-se observar que a nas duas primeiras sessões o clima predominante no grupo era a desorganização, devido à dificuldade de chegar a um acordo com as crianças em relação às atividades e brincadeiras que poderiam ser feitas naquela sessão. Havia também uma dificuldade de todas as crianças permanecerem junto ao grupo no mesmo local "*Vinicius e Rafael corriam juntos para longe de onde estava o grupo. Não conseguimos mantê-los atentos a nós por muito tempo, pois todos corriam muito exceto Gustavo e Gabriela".*

Observa-se que nas duas sessões iniciais não havia vínculos entre as crianças do grupo e entre as crianças e os estagiários, mesmo sendo realizadas atividades com intuito de fortalecer os vínculos. Uma das crianças agredia os estagiários e os colegas quando queria algo e não era atendida ou quando algo a desagradava. O grupo não conseguia resolver os conflitos.

2) Desenvolvimento/situação Vivida

A partir da terceira sessão os vínculos começaram a ser estabelecidos, tanto entre as crianças quanto entre as crianças e os estagiários, o que favoreceu a integração do grupo. *"Apesar da agitação de Vinicius e Wiliam, nós conseguimos estabelecer um maior vinculo com eles. Adotamos a técnica de fazer com que eles nos olhem nos olhos, para que possamos estabelecer um diálogo com eles".* Os combinados começaram a ser seguidos e as atividades começaram a fluir mais, mesmo havendo algumas dificuldades com alguns integrantes que ainda tinha dificuldades de permanecer no grupo, em determinados dias e situações. O grupo começou a resolver os conflitos que surgiam.

3) Situação Final

No encerramento das sessões percebeu-se que as regras básicas de convivência começaram a ser aprendidas pelas crianças, notou-se que as crianças passaram a parar para ouvir outro colega ou os estagiários, elas começaram a permanecer mais tempo no local onde estava o grupo, as crianças começam a dizer

ISBN 978-85-87406-94-1

“por favor” e “obrigado” quando queriam algo. Percebeu-se isso, pelo fato de que as crianças ao descobrirem algo novo chamavam o grupo para compartilhar com todos a sua descoberta. Uma das crianças quando estava insatisfeita com algo substitui o hábito de agredir pelo ato de falar sobre o que ele estava sentindo. No final o grupo já conseguia resolver alguns conflitos e o grupo também demostrava mais suas opiniões e interesses.

7. CONSIDERAÇÃOES PARCIAIS

A partir da análise parcial dos resultados do atual estudo, verificou-se mudanças no universo de um dos grupos das crianças participantes da intervenção. Pode-se observar modificações relacionais e afetivas das crianças, como, maior socialização e aumento das expressões verbais. Verificou-se também que as atividades com as crianças em oficinas grupais e lúdicas propiciaram a expressão da criatividade e espontaneidade, favorecendo a superação de desafios e a reflexão das experiências cotidianas. Ainda, possibilitou que as crianças questionassem e construíssem outro modo de convivência, pautado no respeito e cooperação com os colegas.

Na área da psicologia escolar há práticas profissionais que discriminam, rotulam, reduzem os sujeitos a índices e números, reproduzem relações de desigualdade, que desconsideram o funcionamento social e institucional, também como responsáveis pela produção do fracasso escolar. Desse modo, ressalta-se a relevância de uma pesquisa-intervenção em psicologia escolar que considere não somente os alunos, mas também todos os envolvidos no processo educacional, como os professores, gestores da escola e os familiares, buscando potencializar singularizações nos modos de subjetivação que favoreçam novas formas de existência, atuando em uma perspectiva crítica.

Ressalta-se também, a importância dos recursos grupais lúdicos na coleta de dados, principalmente com as crianças, com intuito de promover espaços de mudanças e reflexões no contexto escolar, pois são instrumentos que favorecem a cooperação grupal e podem promover melhorias nas relações escolares e nos processos de aprendizagem, potencializando o sucesso escolar.

ISBN XXXXXXXXXX

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. 13. ed. Campinas: Papirus,2007.

CASTRO, L.R.**Conhecer transformar(-se) e aprender:** pesquisando com crianças e jovens.In: CASTRO, L. R.; BESSET, V.L (Org.). Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Nau, 2008.

COLARES, M.F.A. Atividades grupais reflexivas com estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, n.1, p. 101-114, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Referências Técnicas para Atuação do Psicólogo na Educação Básica, Brasília**, 2013.

DUTRA, N. S; PEIXOTO, K. M; SILVA, D. L; ALBERGARIA, M.T.A. Oficinas lúdicas e o resgate do sucesso escolar. **Revista Ciência em Extensão**, v.10, n.2, p.84-94, 2014. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/971>. Acesso em 14 de mai. 2015.

GUZZO, R.S. L. **Escola amordaçada:** compromisso do psicólogo com este contexto. In: MARTÍNEZ, A. M. (Org.). Psicologia escolar e compromisso social. Campinas: Alínea, 2007. cap. 1, p.17-29.

LEPSCH, M.P. A escola como agente facilitador da espontaneidade: como a socionomia pode contribuir na preservação do sujeito que inicia a sociabilização. **Outras Palavras**.v.10, n.2, p 126-145, 2014. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao5/article/view/440>. Acesso em 9 mai.2015.

LIMA, N.S.T. Educação, psicodrama e inclusão. **Revista Ciências da educação**. n.23, p. 235-247. 2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3P4Fbp3LwasJ:revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/download/68/131+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 24 mai. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.(Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade Petrópolis, RJ: Vozes,1994.

NERY, M.P; COSTA, L.F; CONCEIÇÃO, M.I.G. O sociodrama como método de pesquisa qualitativa. **Paidéia**. v. 16, n. 35, p. 305-313. 2006.

RAMOS, A.L.L. Vínculo na prática educativa escolar: um estudo com base na ludicidade e no sociodrama. Revista brasileira de psicodrama, v.19, n.18, p. 73-84. 2011.

RIBEIRO, D. F. Os bastidores da relação família-escola. Tese defendida no PPGP da FFCLPR- USP, 2004.

SILVA, S.M.C. Arte e educação: na confluência das áreas, a formação do psicólogo escolar. **Pro-Posições**, v.15, n.2, p. 187-199, 2004. Disponível em:

ISBN 978-85-87406-94-1

<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/44-artigos-cintradasilvasm.pdf>. Acesso em 17 de mai.2015.

.

ISBN XXXXXXXXXX

PREVISÃO DO VALOR EXPORTADO TOTAL DO BRASIL PARA CHINA: uma análise econométrica utilizando modelos univariados

Alex Eugênio Altrão de Morais (Uni-FACEF)
Pedro Henrique Nascimento (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

A discussão de variação dos montantes exportados de produtos brasileiros para todos os países do mundo na situação em que se encontra o país nos anos de 2015 e início de 2016, vem refletindo as ideias de muitos estudiosos, sendo o bastante para propor um estudo econométrico de previsões futuras do resultado.

Desta forma, é importante relembrar que a situação dos cenários econômicos encontrados nos acordos governamentais de comércio exteriror entre o Brasil e a República Popular da China vem ganhando ainda maior destaques nos estudos de propenção ao crescimento dos valores exportados para esta nação.

Em uma breve análise histórica de comércio, de um lado encontra-se o Brasil, país que diante de sua história social, econômica e política representa ciclos produtivos voltados apenas ao setor primário da produção, ou seja, a pecuária e a agricultura, utilizando principalmente a mão-de-obra escrevista mediante a colonização portuguesa em questão, posteriormente passa por um processo de industrialização aperfeiçoando uma parcela de produtos para os de alta tecnologia e valor agregado, contudo, não é o bastante para superação do primeiro momento.

Já por outro lado, tem-se a República Popular da China, que frente ao povo mais antigo do mundo, se tornou capaz de superar vários conflitos e deslizes governamentais. Mas diante de suas revoluções internas, o país passou por um processo de transformação econômica, social e produtiva gerando elevação da renda e do bem estar de sua população. Atualmente se caracteriza como distribuidor principal de produtos tecnologicamente eficazes e de baixo valor de custo em relação a todo o mundo, passando a ser o responsável imediato ao crescimento econômico de varios países subdesenvolvidos.

Este artigo tem o objetivo de apresentar um estudo que preveja a proporção de aumentos dos valores exportados de produtos saindo do Brasil em

ISBN 978-85-87406-94-1

direção a China, fincado no modelo de estudo econométrico denominado Box-Jenkins com estudos de variáveis univariadas.

A primeira seção precipita na ideia rápida de passagem histórica entre os dois países em questão, tratando principalmente das questões econômicas e de origem ao que se encontra hoje em cada um deles, posteriormente a segunda seção versa sobre o momento único das questões diplomáticas entre o Brasil e a China e um pouco sobre a definição dos produtos comercializados entre ambos.

Já a terceira seção se enquadra nos métodos utilizados para a realização do estudo como um todo, seguido pela seção seguinte que explicita os dados e a fonte utilização para obter a série temporal. Mais adinte, as duas últimas seções podem ser representadas pelo resumo completo dos passos seguidos no estudo, com os gráficos e tabelas de etapas do processo que envolve o estudo mediante a metodologia Box-Jenkins, juntamente com os resultados previstos para o final de 2015 e início de 2016, passando a analísar e comparar os dados previstos com os reias divulgados oficialmente pela instituição publicadora da mesma série.

E finaliza-se com um argumento do autor, mediante aos resultados e explicações resumidamente de todo o artigo.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

A primeira sessão deste artigo representa uma história condensada dos Estados da República Federativa do Brasil e a República Popular da China, traçando passos importantes para o comércio internacional de ambos os país.,

2.1 Brasil, um País Continental

Ao longo da história, a nação brasileira vivenciou vários ciclos econômicos, nos quais um setor em especial foi privilegiado, o primário. Contudo, é importante mencionar que todos os ciclos foram marcados por sistemas de extração e retirada de recursos naturais de forma precária e exorbitante deixando sequelas na fauna e flora nacional.

Segundo Prado (2006), em 22 de abril de 1500 o Brasil foi descoberto por expedições portuguesas comandadas por Pedro Alvares Cabral, que via em

ISBN XXXXXXXXXX

potencial nas terras, apenas os recursos naturais que apresentavam-se na parcela litorânea próximo ao oceano Atlântico.

Desta forma, inicia-se o primeiro ciclo econômico e produtivo do país, o ciclo colônial de extração da madeira pau-brasil, o qual passou por turbulências constantes, seguindo de contínuas invasões de outros povos e piratas do mundo. Após este período e juntamente com a queda do comércio internacional português, estabelece-se o passo para a real colonização devastadora e extrativa do território compreendido hoje pela extensão do Estado Brasileiro.

Em 1532, o português Martin Afonso de Souza, comanda a primeira produção recursos naturais vindouros da Inha da Madeira (Ilha do sudoeste da costa portuguesa), a cana-de-açucar. Como a produção deste produto resultaria em grandes gastos ao governo português, o mesmo se associou a holandeses como forma de financiar as construções de engenhos açucareiros, com a troca da exclusividade da distribuição ao comércio internacional.

Com o caminho aberto as descobertas produtoras do açucar na região nordeste pelos holandeses passaram a mencionar a produção própria de forma a conquistar o concorrência com os parceiros e causando o declinio do ciclo açucareiro no país (Padro, 2006).

Desde então, os ciclos dão brechas à conquista de exploração territorial, a qual busca pedras preciosas, dando indícios a chegada de um novo ciclo econômico no país, este denominado ciclo do ouro em meados dos séculos XVI e XVII, o queal conquistou a extração de minério causando a riqueza momentânea para os portuguêses.

Quando o produto entra em declínio em meados do século XIX, ocorre o surgimento do ciclo do café nacional, focalizado principalmente na região sudeste do território. Apartir deste momento o Estado conquista o território internacional como produtor de café, bem como supera em alguns momentos outros países produtores (FURTADO, 2007).

> Desde 1820, o café aparece entre os principais produtos de exportação do Brasil (ao lado, por exemplo do açucar e do algodão). De 1840 até 1970, por mais de séculos, portanto, o café respondeu por mais de 40% do valor total das exportações brasileiras, chegando, em certos anos a atingir 80% do seu total. BACHA;GREENHILL apud GREMAUD, SAES, TONETO JUNIOR (1997,p.45)

ISBN 978-85-87406-94-1

Do passo em diante, o Brasil se industrializou e abriu totalmente sua produção ao comércio exterior, contudo, vale ressaltar que a produção do país continua em situação de calamidade no decorrer dos anos até a atualidade, sua especialização continuou se estabelecendoem produtos de baixo valor agregado, sendo muitos deles pertencentes ao primeiro setor produtivo, como o agrícola e da pecuária, mesmo ainda propondo inovações contínuas nos setores de transformação e tecnologias próprias.

Portanto, cabe mencionar, a “sorte” grande nos últimos anos – com o chamado *boom* de *commodities* – , no qual o Brasil se tornou um país chave na economia internacional acabou se concretizando mais em função de um bom momento externo da economia do que em virtude de seus próprios potenciais. Isso deixa nítida a dependência constante do país para com outras grandes economias que possam, de alguma forma, sustentar o crescimento econômico por meio das negociações internacionais, além do papelfundamental que essas nações possuem para a estabilidade política e econômico do Brasil.

2.2 O Grande Dragão Chinês

A história chinesa apresenta-se extensa e complexa, visto que perpetua em grande período de tempo passando por aproximadamente quatro milênios caracterizada como a civilização mais antiga da história da humanidade. O país é representado por dinastias e conflitos intensos que condionam a caráter quase que infinito dos chineses no mundo.

Segundo Portela e Mamigoniam (2002) a China em seus primordios era considerada como economicamente agricola e dependente da exploração de terras e recursos naturais, ou seja, nada muito diferente da grande maioria dos países subdesenvolvidos do mudo. Os chineses plantavam em suas terras o arroz, trigo, cevada, soja, painço, algodão, chá e tabaco, também contava com grandes reservas de carvão, ferro, cobre, chumbo e outros minerais extrativos.

Devido sua existência perplexa de mais de quatro mil anos, a civilização chinesa foi responsável pro grandes descobertas e invensões mundiais, tais como papel, impressão, e pólvora.

ISBN XXXXXXXXXX

Segundo a instituição Câmara Brasil-China (CCIBC)[111], a história chinesa passa por alguns período exclusivos de sua natureza, começando pelo processo da China Imperial dividida em três eras, sendo elas iniciadas pela dinastia Quin Han, a qual representou a primeira era imperial, a qual consolidou grande parte do território atual do país e garantiu a produção agricola, de artesanato e comércio principalemnte da seda.

Já a segunda era imperial, referem-se as dinastias Sui e Tang, que foram caracterizadas pela expansão territórial e reorganização política, social e economica. Seguida da terceira era imperial, passando pelas dinastias de Yuan, Ming e com termino na dinastia Qing, passando por conflitos de dominação pelo povo mongol, pelo desenvolvimento primário tecnológico, bem como a definição da capital Pequim por volta de 1368 e a estipulação de impostos sobre donos de terras, e desenvolvimento da fundição de ferro e extração de cobre.

Após estes períodos, a última dinastia, Qing, perpetua-se por mais 268 anos sobre o comando do governo Chinês. Em meio a este período, o território passa por problemas graves como a guerra do ópio e sucessivos acordos de abertura de portos ao comercio internacional – posto que até o momento o país apresentava-se pela economia fechada – e, finalmente por conseguintes independências das Coreias, de Taiwan, e de Hong Kong. Em 1911, o governo de Qing entra em colápso devido aos sucessivos fracassos, dando oportunidades para que Sun Yat-Sen assuma o poder de forma provisória da República da China. Após a sua breve renúncia, o governo é assumido por YaunShin-Kai, o qual mais uma vez fracassa e reitera o sofrimento do povo da China.

Mais adiante em 1949, ocorre na capital (Pequim) com Mao Tsé-Tung na tribuna presidêncial, a proclamação da República Popular da China. Com esse novo marco na história chinesa, dá-se ênfase a uma reestruturação econômica e social do país com a construção de indústrias de base e transformações sociais, de ações preventivas e imprescindíveis para a indústria nacional.

[111] A Câmara Brasil-China (CCIBC) é uma organização independente, sem fins lucrativos, fundada em 1986 em São Paulo. Criada a partir do pedido do ex vice primeiro ministro da China, Sr. Wu Xueqian. Fonte: http://www.camarabrasilchina.com.br/, acesso em 24 de jan. de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

Em meio a conturbações vividas no modo chinês, ocorrem entre 1956 e 1966 a Revolução Cultural, seguido do Programa de Perspectiva de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia de 1956 a 1967.

Após reformas feitas durante o governo de Deng Xiaoping em 1978, a República Popular da China, se depara com vários índices de desenvolvimentos econômicos e socias crescentes, tais como redução da pobreza, aumento de Produto Interno Bruto, aumento da urbanização e das de taxas de escolarida, renda *per capita,* longevidade e saniamento básico crescente, assim como crescimento gradual das exportações e importações.

Esses tributos impulsionaram o avanço repentino da economia perante aos outros países e concretizou na aproximação crescente do impulso desenvolvimentista em outros países subdesenvolvidos, tais como Rússia, Brasil, Malásia, Coreia do Sul, Cingapura, dentre outros.

3. A EXPORTAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA

Desde o final do século XIX, o governo brasileiro e o governo chinês mativeram os primeiros contatos de aproximações diplomáticas. Com o fim da escravidão precendida pelo índios brasileiros, a busca na China por mão-de-obra fez ocasionar a divergência estrutural provinda de desavenças governamentais, principalmente pelo governo asiático por espressar a insegurança vinda da proposta brasileira.

Assim com o passar do período da Ditatura Militar, por volta de 1974, os governos dos dois países, sancionam um acordo comercial de exportações e importações de produtos próprios para conciliar a aceitação da entrada de produtos em ambos os países.

É notório ressaltar que a situação comercial de ambos os países se resume à exportação de produtos *in natura* e *commodities* por parte do governo brasileiros, enquanto que para a importação dos produtos chineses, se enquadram aqueles que apresentam grande valor agregado embutido de tecnologias avançadas e de baixo custo de produção.

ISBN XXXXXXXXXX

Essa situação acabou se estabelecendo em outras localidades. Algo que reflete a necessidade da averiguação do mercado mundial invadido pelos produtos chineses e não diferente se encontra na economia brasileira. Desta forma, é relevante apontar que os produtos brasileiros em quase todos os seus consumidores do passado vem perdendo espaço ao longo do tempo para os produtos chineses.

4. ESTUDO ECONOMÉTRICO

O estudo em questão revela uma análise econométrica que expressa em meios de previsões, os valores totais consecutivos de determinadoperíodo. É importante mensionar que a análise parte de um modelo de séries temporais univariadas, focando apenas nos dados passados das vendas brasileiras para a nação do oriente.

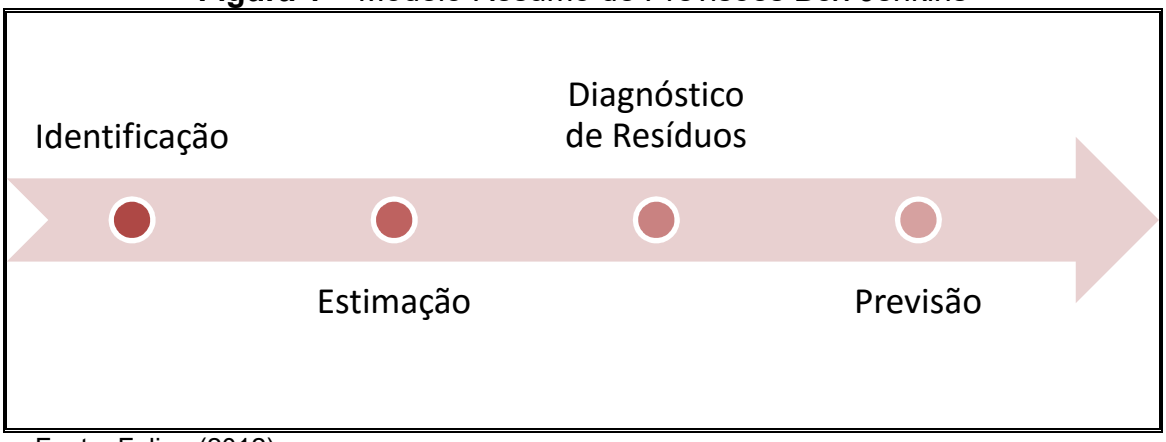
Conforme Werner e Ribeiro (2003), citando Morretin e Toloi (1987),uma série temporalé um conjunto sequenciado de dados ordenados e regulares impreterivelmente em meio a uma linha de tempo. Desta forma estipula-se a composição dessas séries por meio a quatro elemenentos, sendo eles: (1) Tendência, ao verificar os sentidos e deslocamentos pertinentes da série ao longo do período; (2) Ciclo, oscilações pertinentes a série; (3) Sazonalidade, movimentos ondulatórios de curta duração e repetitivos em uma média comum; e, o (4) Ruído aleatório, dados que não podem ser modelados durante os estudos da série.

4.1 Metodologia

Aplica-se ao estudo a metodologia Box-Jenkins, popularmente conhecida pelos identificação de modelos ARIMA (auto-regressivo integrado de média movel). Este modelo de estudo é descrita pelos estatísticos George Box e Gwilym Jenkins desde 1976, e consiste no estudo mediante a quatro fases distintas a serem descritas a seguir:

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 1 – Modelo Resumo de Previsões Box-Jenkins



Fonte: Felipe (2012)

Para Sousas (2006), a fase de identificação, consiste impreterivelemnte na determinação dos tipos exclusivos de modelos a serem usados na previsão. A diferença clara dos modelos se iniciam em filtros conjulgais das relevantes expressões propostas por Box-Jenkins. Logo há nestas determinações os modelos: AR (auto-regressivos), ARI (auto-regressivos integrados), MA (médias móveis), IMA (integrado de médias míveis), ARMA (auto-regressivos de médias móveis) e o último nomeando o modelo em questão ARIMA (auto-regressivo integrado de médias móveis.

De forma a idenficar os modelos, a exigência comum para o estudo, são séries temporais que compreendam mais de 50 dados temporais, e estacionariedade. A ultima característica representa de longe a questão mais difícil para o estudo, poís a estacionáriedade representa as convergências oscilosas gráficas em uma média comum.

Ainda segundo Souza (2006), na fase de identificação, há a necessidade da utilização de instrumentos de funções de autocorrelações para determinar a composição da série e as ordens em questão. Diante disso, houve a criação da Função de Autocorrelação e a Função de Autocorrelação Parcial, sendo FAC e FACP respectivamente. Dependendo de sua declinação o pesquisador poderá identificar os filtros prováveis da relação, deixando a critério da estimação (próxima fase) a determinação correta.

> Para identificar um modelo são empregadas as chamadas funções de autocorrelação (FAC) e autocorrelação parciais (FACP) estimadas a partir da amostra disponível. Através da comparação gráfica destas funções com os comportamentos esperados teóricos, chega -se a uma conclusão sobre a

ISBN XXXXXXXXXX

> ordem do modelo a ser utilizado. Ressalta-se que, como pré-requisito indispensável para o traçado das funções FAC e FACP, tem-se a condição de estacionariedade. Em outras palavras, a determinação dos gráficos FAC e FACP deve ser feita sobre séries cujos momentos estatísticos (média e variância) sejam invariantes no tempo. Por esse motivo, as amostras precisam passar por uma análise prévia e, se for o caso, por transformações numéricas para torna-las estacionárias. DETZEL et al. (2011, p.2)

Ainda para a identificação do melhor modelo, usa-se outro método de estudo os critérios de Informação Akaike (AIC) e o de Bayes (BIC), concretizando mediante a modelos matemáticos, o qual reprisa o menor valor para o modelo mais viável a ser levados as próximas fases de previsões pelo modelo Box-Jenkins.

A segunsa fase do estudo é denominada de Estimação, nessa fase conclui realmente qual filtro a ser usado no modelo, também é expressa por determinar ordens reais para a realização da previsão. Desta forma, a determinação do modelo real parte do pressuposto de atingir os valores de “p,q,d”, os quais cada identifica a ordem de uma parcela do modelo.

Como já dito o modelo ARIMA se divide em três vertentes, os AR (auto-regressivos) representado na estimação pelo valor da ordem “p”, os I (integrados) na estimação de “q”, e por fim os MA (médias moveis) na ordem “d”. É notório expressar que o uso da parcela dos integrados ocorrerá mediante a séries não-estacionárias de origem.

Também segundo Souza (2006), existe a fase de verificação, esta fase é denominada de diagnóstico de resíduos, pois consiste na varificação dos modelos apontados nas fases anteriores como possíveis e oportunos para previsões e uma análise pertinente aos resíduos, obtendo o resultante de ruído branco, ou seja, o resíduo significativo ou o erro zero.

E para finalizar, institui a quarta e última fase da metodologia de Box-Jenkins, a previsão. A previsão consiste na estipulação de valores condizentes com o período posterior ao tempo estudado, geralmente há a necessidade de descobrir os dados, poís ao longo do processo das fases anteriores como forma de estabilizar a série caso necessário há as modificações relevantes para tais séries, tais como: diferenciação, modificar os dados para logaritimo, ou exponencial.

ISBN 978-85-87406-94-1

5. OBTENÇÃO DE DADOS

Os dados utilizados para o estudo fazem parte do arcabouço númérico de séries temporais do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), disponíbilizado ao público brasileiro pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Compreendem nos valores estipulados em dolares correntes o montante total de produtos exportados para a República Popular da China, a série temporal apresenta-se com o código no sistema 3122, nomeada de Exportações (Fob) – China, com dados desde janeiro de 1989 a novembro de 2015[112]. Contudo o relevante a este trabalho são dados que se inicial em janeiro de 2010 e finalizam em junho de 2015, compreendendo em exatamente no total de 66 dados mensais.

Como diz Barufatti (2006), os dados mensais obtidos no sistema disponível pelo BACEN, de exportação e importação, dentre outros modelos expressam-se por meios de sazonalidades temporais compreendidas consecultivas de modos disturbiantes em relação ao calendário e feriados retetitivos garantidos no Brasil.

> A sazonalidade é o movimento intra-anual sistemático, embora não necessariamenteregular, causado por variações do tempo ou das estações, como na produção de behida e vestuários.Variações do calendário (feriados), também da ocasião de tomadas de decisãode eonsurno e produção pelos agentes econômicos. É comum ainda, perceber a existênciada sazonalidade em produtos agropecuários, que é associada ao próprio cido do produto (safras e entressafras).BARUFATTI (2006, p.7)

O presente trabalho trabalha com dados gerais de desazonalização mediante so estudos tradicionais da irregularidade nos modelos obtidos ARIMA, o qual expressa a provável existencia anual do efeito conturbado, dando indícios pertinentes a 12 o tempo de renovação a sazonalidade.

6. O ESTUDO

O estudo inicia na espectativa absolvida pelo *software*R, um sistema gratuito para a obtenção de estudos econométricos. O mesmo apresenta um recurso disponível pela Universidade do Paraná da região sul do Brasil, em conjunto de

[112] Dados coexistentes no SGS pesquisados no dia 23 de janeiro de 2016. É importante mencionar que representam dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), pelas portarias da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

ISBN XXXXXXXXXX

pacotes de dados necessários para estudo deste tipo de trabalho. Os pacotes são necessários para estimar o trabalho, os quais são desenvolvidos por estudiosos que estipulam as parcelas dos estudos transformando-o numa completa análise para previsão.

O primeiro passo, consiste na identificação dos 66 dados do montante de exportação do Brasil com a China, utilizando a visualização gráfica para decifrar a primeira fase do Método Box-Jenkis ou modelo ARIMA. A figura 2 representa a trajetória de possível sazonalidade da série, seguidas das FACe FACP (fig.3) como mostra de representação eficiente de modelos sazonais.

Figura 2 – Gráfico da Trajetória Real da Série

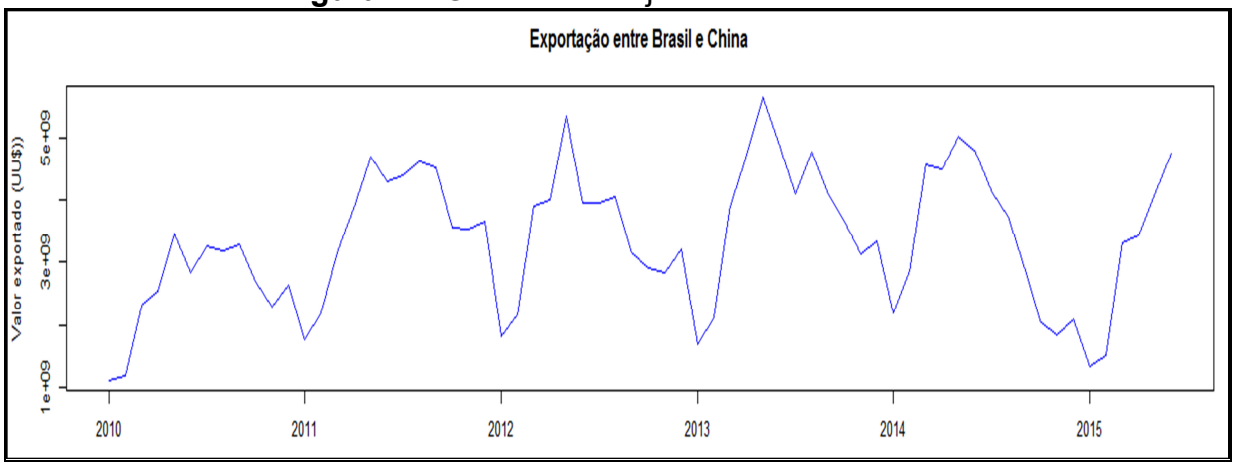
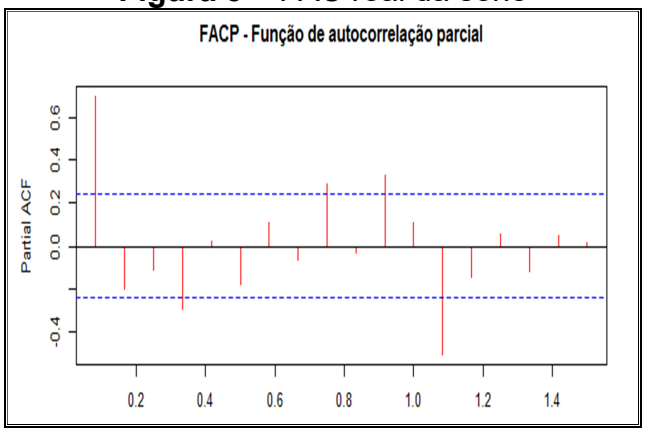
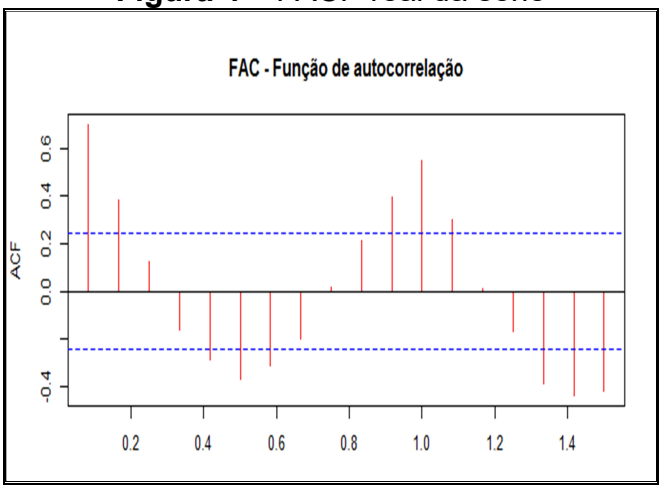


Figura 3 – FAC real da série



ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 4 – FACP real da série



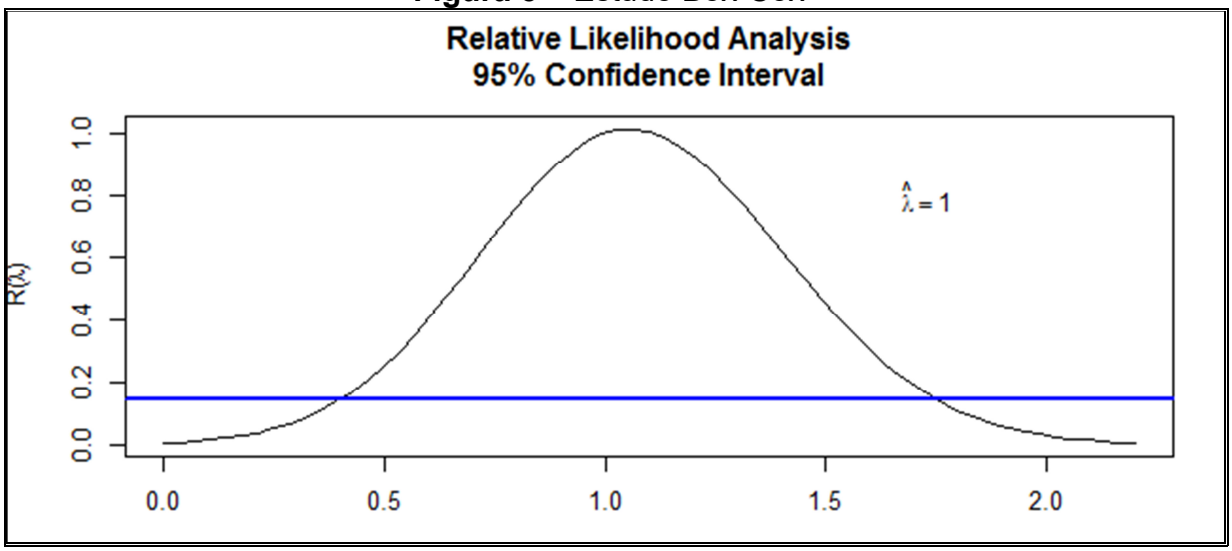
Mediante a análise primária dos gráficos acima e a pressuposição de sazonalidade da série, foi analisado a existência de obter modificações da série como forma de transforma-lá para melhor estipular o modelo eficaz para realizar a previsão pretendida.

Com a ajuda dos estudos do tipo Box-Cox, desenvolvido pelos estatisticos George Box e David Cox em 1964, analisa-se a existência da necessidade de obter a modificação da série e tentar concluir se a série é estacionária ou não. Assim se o resultado da análise for próximo a zero a modificação será com logaritimo, já de o resultado for de meio a modificação uma raiz quadrada nos dados e finalmente se o resultado do Box-Cox for um não necessitará de modificações estruturais e a série esta boa para obter os modelos bons.

No caso das exportações brasileiras o resultado foi um no estudo Box-Cox, portanto, não há mudanças estruturais na série estando parcialmente pronta para a previsão.

ISBN XXXXXXXXXX

Figura 5 – Estudo Box-Cox



No entanto ainda segundo padrões do modelo ARIMA, existe uma possibilidade da série ainda não ser tão boa como o teste Box-Cox mostra. Com isso realiza-se o teste Dickey Fuller Aumentado (ADF), teste desenvolvido por David Dickey e Wayne Fuller em 1979, para verificar a necessidade de realizar a diferença da série, com termos econométricos, se a série possui uma raiz unitária na sua parcela sazonal ou não.

Após o teste ADF realizado para o série de exportação para a China, o valor resultante ou chamado de valor teste, apresenta-se maior que o valor crítico do teste, este cenário no estudo dos criadores do ADF apresenta que seria viável considerar o uso da raiz unitária, ou seja, diferenciar a série utilizada. Logo o autor optou por realizar a diferença da parte sazonal da série, baseado no argumento do Barufatti (2006), em relação a sazonalidade a diferença inicia-se após o 12º dado, partindo de uma pressuposição de sazonalidade contínua e ciclica mediante ao tempo decorrido nos anos.

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 5 – Primeira diferença da sazonalidade

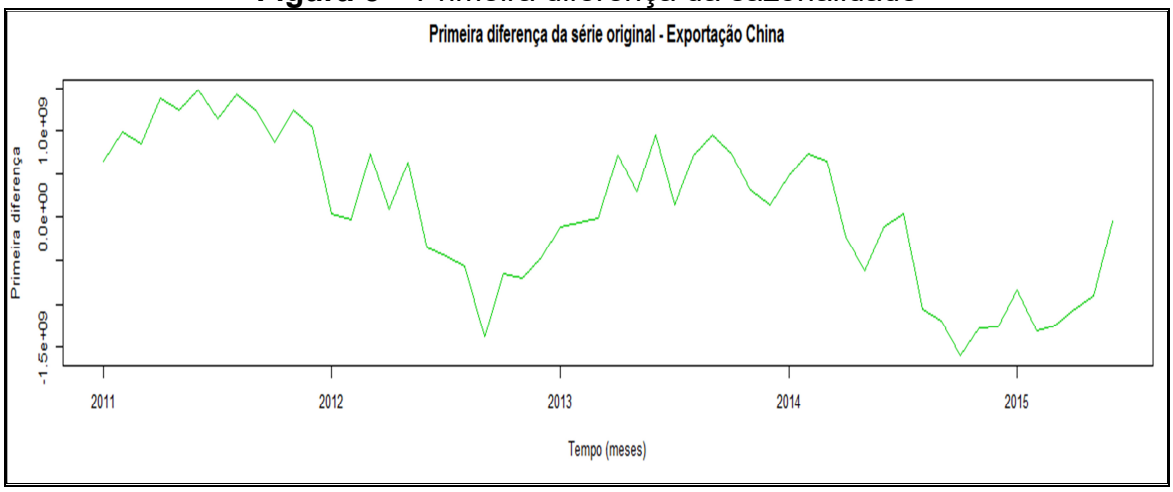


Figura 7 – FACP da primeira diferença

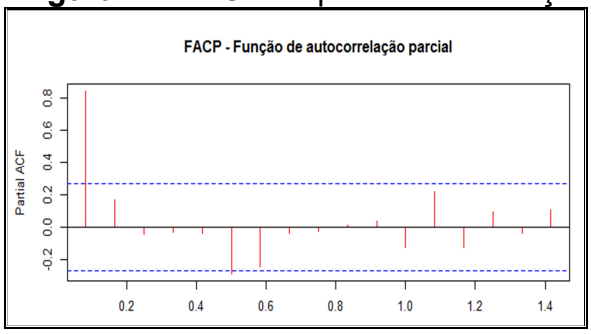
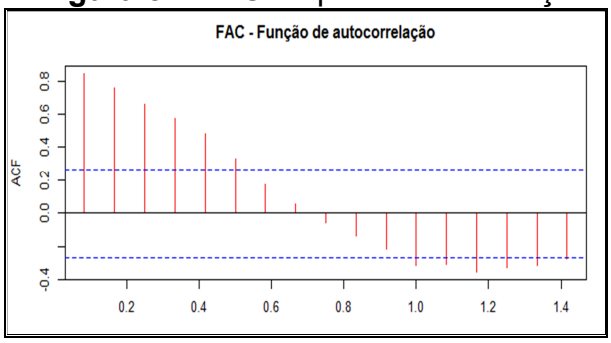


Figura 8 – FAC da primeira diferença



O proximo passo do modelo Box-Jenkins vem a ser a estimação dos modelos eficazes para expressar as previsões corretamente. É notório apontar a que a identificação será baseada na classe geral de modelos Autorregressivos Integrados de Médias Moveis Sazonais, ou simplesmente, SARIMA., definido por ordens em primeiro grau de (p,q,d) e a parte sazonal por (P,Q,D).

O autor optou por testar como possíveis candidatos ao modelo bom, cerca de 60 candidatos mesclado a posição das ordens variando de 0 a 3 na parcela representada por p,q,d e variando de 0 a 1 na parte sazonal nos P,Q,D.

ISBN XXXXXXXXXX

Na primeira seleção de candidato, precavia os testes de significâncias explorados por grau total de 5% total de significancia, ou realizando o teste do valor com o erro padrão ou p-valor dando o resultado de 1,96, comumente utilizado o arredondamento de 2.

Perante a estes moldes, resumiu os candidatos no total de 11, excluindo desde já aqueles que não apresentavam o nível de significância. Ainda optou-se pelos modelos que compactuassem mediante estes significativos 4 com menor AIC e BIC para submeter a novos testes. Os quais denominam-se Ljung-Box, Shapiro-test e Jarque-bera test, é importante frisar que os valores em superação destes testes são os mesmos cabendo o valor ser maior que 0,05. Ressalva aqui que os testes analisam os resíduos cabendo a terceira fase do Box-Jenkins.

Mediante a estas análises encontrou-se 4 bons candidatos sendo eles: SARIMA(1,0,0)(1,1,0); SARIMA (1,0,0)(0,1,1); SARIMA (0,0,2)(1,1,0); e, SARIMA (0,0,3)(1,1,0). Contudo, entre estes bons modelos, foram excluindo aqueles que deixavam por acoso algum teste de lado. Resultando no bom candidato real para a previsão final o modelo:SARIMA (0,0,3)(1,1,0).

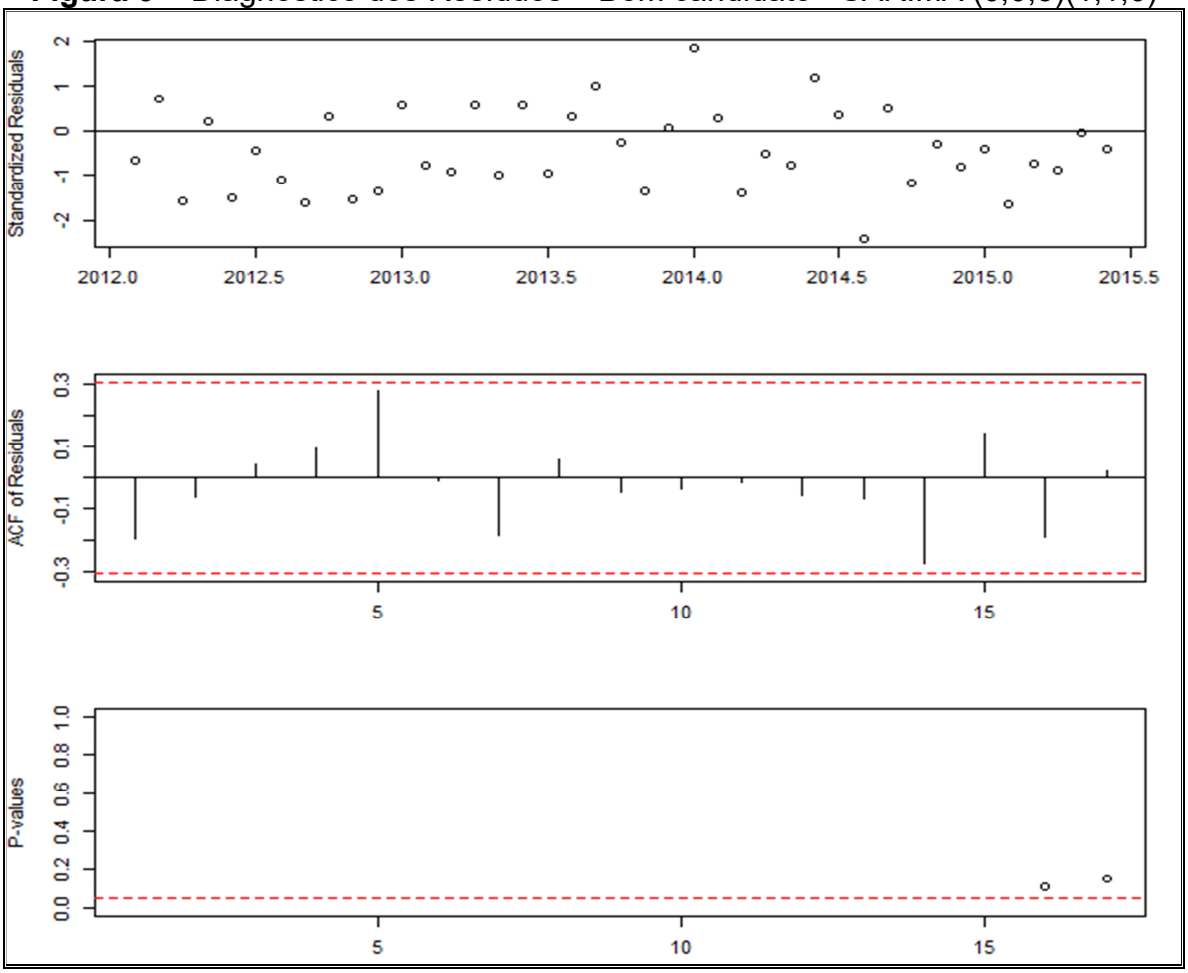
Quadro 1 – Resumo dos Testes Ljung-Box, Shapiro-test e jarque bera test

Coeficientes	SARIMA (1,0,0)(1,1,0)	SARIMA (1,0,0)(0,1,1)	SARIMA (0,0,2)(1,1,0)	SARIMA (0,0,3)(1,1,0)
AR (1)	0,7953 (0,0938)	0,8517 (0,0830)	-	-
MA (1)	-	-	0,5761 (0,1163)	0,7877 (0,1534)
MA (2)	-	-	0,6072 (0,1683)	0,7147 (0,1786)
MA (3)	-	-	-	0,2919 (0,1374)
SAR (1)	-0,7179 (0,1009)	-0,9983 0,4844	-0,7429 0,1006	-0,7308 (0,1018)
AIC	1820,76	1824,64	1830,44	1828,24
LJUNG- BOX				
Q (4)	0,4467	0,3633	0,2153	0,6412
Q (8)	0,0772	0,2501	0,05045	0,2647
Q (12)	0,1758	0,2202	0,1039	0,4733
Q (16)	0,03364	0,04375	0,002475	0,09618
Q(24)	0,06786	0,1682	0,003118	0,1555
SHAPIRO TEST	0,4879	0,222	0,3344	0,5006
JARQUE BERA TEST	0,6977	0,6312	0,9862	0,9947

Elaboração: o Autor

ISBN 978-85-87406-94-1

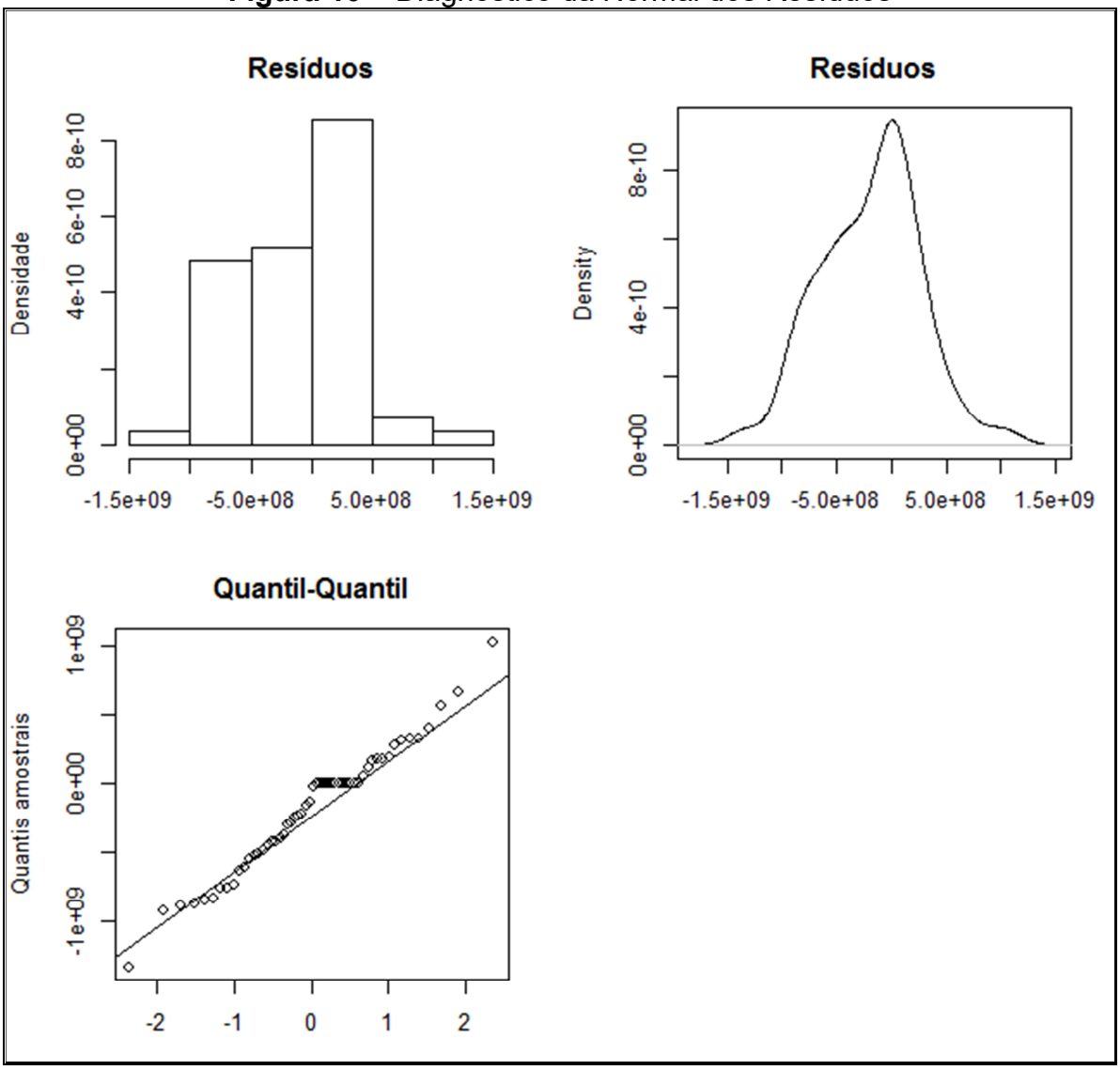
Figura 9 – Diagnóstico dos Resíduos – Bom candidato - SARIMA (0,0,3)(1,1,0)



Mediante ao próprio estudo vem a segunda etapa do diagnóstico dos resíduos para analisar se estão próprios de uma normal boa. Apesar do modelo normal não estão condizente relmente com os ideais de padrão, o modelo passou por todos os testes que pudessem exclui-lo mediante a regras dos criadores do estudo, desta forma será usado para a previsão.

ISBN XXXXXXXXXX

Figura 10 – Diagnóstico da Normal dos Resíduos



Após a identificação de todos os processos possíveis para obtenção de um bom candidato vem a definição do que realmente a modelagem Box-Jenkins se propôs a realizar, a previsão. Por meio de modelos univariados de conclusões preponderantemente acima da ultima data em questão o modelo bom se enquadra no SARIMA (0,0,3)(1,1,0), modelo pelo qual se resume a próxima seção desse trabalho.

7. RESULTADOS DO ESTUDO

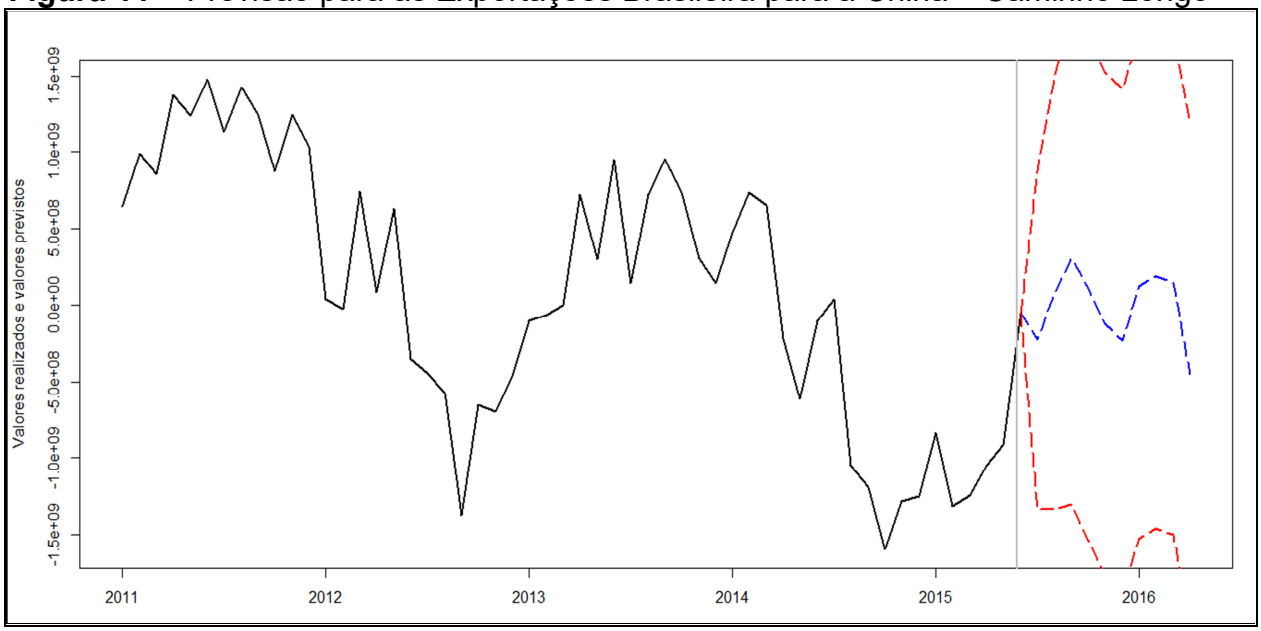
O estudo mostrou que as previsões seriam viáveis mediante a composição do modelo que resume as médias moveis sazonais. É relevante expor

ISBN 978-85-87406-94-1

que as médias moveis se trata de choques repentinos na série como forma de causualidade das oscilações e assim garantir o fator sazonal em questão.

Desta forma, realizou-se as previsões de junho de 2015 a abril de 2016, esperando realizar mediante a dados da própra séria no BACEN a comparação dos moldes essenciais da questão. É notório que a questão sazonal continuou em meio a previsão como observa-se na figura que segue.

Figura 11 – Previsão para as Exportações Brasileira para a China – Caminho Longo



O grafico acima reflete a previsão adicional mediante a série modificada, desta forma ainda resulta ao autor a identificação dos montantes reais apartir do dados apontados pelo *Software* R. Desta forma as tabelas abaixo resultam os valores encontrados pelo estudo, com médias ponderaveis como forma real do termo e também reflete dois seguimentos abrindo um leque de pontos para possível consideração de erros.

Nas tabelas de previsões do final de 2015 e início de 2016, representam o leque significativo para os dados já comparados até o momento do final deste estudo em janeiro de 2016, contudo o almanaque de dúvidas da economia Brasil e juntamente com a poderosa Chinesa não reflete codidianamente prestigios para tal pesquisa se equelibrar certamente da previsão.

ISBN XXXXXXXXXX

Figura 12 – Tabela de previsões para o final do ano de 2015

	2015						
	Previsão Superiorem Valor UU$	Previsãoem Valor UU$	Previsão Inferiror em Valor UU$	Valor Real BACEN	Previsão Superior da Diferença	Previsão da diferença	Previsão Inferior da Diferença
Janeiro	-	-	-	R$ 1.344.635.515,00	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	R$ 1.532.461.013,00	-	-	-
Março	-	-	-	R$ 3.312.672.966,00	-	-	-
Abril	-	-	-	R$ 3.435.459.523,00	-	-	-
Maio	-	-	-	R$ 4.108.960.626,00	-	-	-
Junho	R$ 4.059.065.812,00	R$ 4.059.065.812,00	R$ 4.059.065.812,00	R$ 4.741.232.068,00	-49894814	-49894814	-49894814
Julho	R$ 5.615.299.700,00	R$ 4.511.370.657,00	R$ 3.407.441.614,00	R$ 4.100.716.583,00	874067632	-229861411	-1333790454
Agosto	R$ 5.577.371.460,00	R$ 4.172.072.415,00	R$ 2.766.773.370,00	R$ 2.918.000.059,00	1476654877	71355832	-1333943213
Setembro	R$ 4.837.664.632,00	R$ 3.226.048.376,00	R$ 1.614.432.121,00	R$ 3.407.273.331,00	1919664573	308048317	-1303567938
Outubro	R$ 5.157.660.177,00	R$ 3.514.135.023,00	R$ 1.870.609.869,00	R$ 2.461.102.035,00	1750386846	106861692	-1536663462
Novembro	R$ 3.981.606.148,00	R$ 2.338.080.994,00	R$ 694.555.840,00	R$ 2.060.521.931,00	1520504113	-123021041	-1766546195
Dezembro	R$ 3.470.838.536,00	R$ 1.827.313.382,00	R$ 183.788.228,00	R$ 2.184.487.962,00	1410316605	-233208549	-1876733703

Figura 13 – Tabela de previsões para o início do ano de 2016

	2016						
	Previsão Superiorem Valor UU$	Previsãoem Valor UU$	Previsão Inferiror em Valor UU$	Valor Real BACEN	Previsão Superior da Diferença	Previsão da diferença	Previsão Inferior da Diferença
Janeiro	R$ 3.949.638.513,00	R$ 2.306.113.359,00	R$ 662.588.205,00	R$ 1.390.949.244,00	1765150551	121625397	-1521899757
Fevereiro	R$ 3.220.115.886,00	R$ 1.576.590.732,00	-R$ 66.934.422,00	R$ 1.822.283.819,00	1829166642	185641488	-1457883666
Março	R$ 3.607.367.585,00	R$ 1.963.842.431,00	R$ 320.317.277,00	R$ 3.752.246.175,00	1785083766	141558612	-1501966542
Abril	R$ 4.948.517.772,00	R$ 3.304.992.618,00	R$ 1.661.467.464,00	-	1196271597	-447253557	-2090778711
Maio	-	-	-	-	-	-	-
Junho	-	-	-	-	-	-	-
Julho	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	-	-	-	-	-	-	-
Setembro	-	-	-	-	-	-	-
Outubro	-	-	-	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro	-	-	-	-	-	-	-

É importante destacar que para o estudo no software R, necessita-se de funções específicas do programa, essas funções são chamadas de pacotes para estudo, os quais neste estudo foram usados: Urca, Tseries, Forecast, FitAR, FinTS, TSA, Tsoutliers e MASS.

8. CONCLUSÃO

Os resultados do estudo apontam para a continuação das oscilações constantes existentes no montante total de produção brasileira que é exportado a República Popular da China. É importante ainda mencionar que a principal cesta de produtos que embarcam em navios ao rumo da República Chinesa se enquadra a produtos agrícolas e pecuários, todos ou a grande maioria pertencentes ao grupo do primeiro setor de produção, com baixo valor agregado.

Não obstante ao cenário atual, as premissas condizem com a necessidade brasileira da devastadora potência produtiva chinesa para garantir meios de desenvolvimento e crescimento econômico, bem como sobreviver as

ISBN 978-85-87406-94-1

extremas conclusões advindas das crises política e econômica em que o país esta passando em meios ao fim do ano de 2015 e início de 2016.

É considerável ressaltar o caráter de baixos salários pagos os trabalhadores chineses. Embora, este gere um processo insatisfatório de alguns estudiosos, a política mista do comunismo com o capitalismo promulgado no Estado totalitário chinês, impulsionou o crescimento mundial que até então estava estagnado e relevante a economias desenvolvidas.

Há ainda a notoriedade de que mesmo o montante oscilado dos valores mensais, permite ao Brasil obter uma representação de aproximadamente 1% o resultado da exportação em relação ao PIB nacional. Bem como, estipular a necessidade de aprimoramento aos produtos nacionais para conquistar em maior alcance o mercado internacional transformando o país relevante e mais competittivo em comparação a outros Estados internacionais.

Pressupõe-se a veracidade do estudo em questão, pois o cenário pesquisado se prepara a uma oscilação de quedas e altas constantes, muito em função também da variação verificada na taxa de câmbio brasileira (que não foi considerada no estudo), como o ocorrido nos resultados totais do estudo da exportação de produtos do Brasil à China.

Embora no final da previsão em meio ao mês de março, o valor efetivado seja pouco superior ao limite máximo previsto, a modelo programático estipulado por este estudo obteve em praticamente toda a sua análise,uma referida eficácia do modelo ARIMA escolhido para representar as previsões de possíveis valores totais da exportação de produtos e serviços do Brasil à República Popular da China.

Vale destacar que a luz do ocorrido no mês de Março – onde a crise política do país se agravou – favoreceram o aparecimento das oscilações nas taxas de câmbio no Brasil, as quais podem ter prejudicado o ajustamento previsto pelo modelo. Haja vista que quando ocorre a desvalorização da moeda nacional perante a estrangeira, a tendência econômica resulta nos aumentos dos valores exportados e a queda dos valores importados. Contudo, este processo não afirma um aumento em quantidade, mas apenas em valores monetários, já que são mensurados via taxa de câmbio, agora mais desvalorizada nominalmente.

ISBN XXXXXXXXXX

REFERÊNCIAS

BARUFATTI, Klaus Ribeiro Soares Saad. **Modelos de Sazonalidade Aplicados paraSéries de Comércio Exterior no Brasil.** Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000379477>. Acesso em: 24 de jan. de 2016.

DETZEL, Daniel Henrique Marco; MINE, Miriam Rita Moro; SANTOS, Adriano Balduino dos; THOMSEN, Luiza Sarah. **Caderno FAC e FACP.**Curitiba:Instituto de tecnologia para o desenvolvimento, 2011. Disponível em: <http://www.dhs.ufpr.br/pesquisas/Projeto%20PHOENIX/Relat%F3rios%20T%E9cnicos/Caderno%20FAC%20e%20FACP.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2016.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flavio Azevedo Marques de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1997.

LANDEIRO, Victor Lemes. **Introdução ao uso do programa R.** Manaus (AM):Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2010. Disponível em: <http://amazonpire.org/documents/Introducao_ao_R.pdf>. Acesso em: 24 de jan. de 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 47 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006

SOUZA,Francisca Mendonça. **Modelos box&jenkins aplicados a previsão de demanda de leitos hospitalares.** Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria, 2006. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/adriano/mon/fm.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

WERNER, Liane; RIBEIRO, José Luís Duarte. **Previsão de demanda: uma aplicação dos modelos Box-Jenkins na área de assistência técnica de computadores pessoais.**Gest. Prod.,São Carlos , v. 10, n. 1, p. 47-67, Apr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v10n1/a05v10n1>. Acesso em: 23 de jan. de 2016.

ISBN 978-85-87406-94-1

PROJETO DE ORIENTAÇÃO SÓCIO-JURÍDICA ITINERANTE

Ana Gabriela Mendes Braga (Unesp)
Marcela Helena Petroni Pinca (Unesp)
Mariangela Santos de Oliveira
Nicole Gouveia Martins Rodrigues
Tiago Fernando Guedes de Carvalho (Unesp)

9. INTRODUÇÃO

A criação do Centro Jurídico Social da Universidade Estadual Paulista- UNESP, *campus* de Franca-SP, é datado de 1990 e é inicialmente amparada com fulcro na consideração do acesso à justiça como sendo um direito fundamental. Tal direito positiva-se em nosso ordenamento jurídico com a Lei 1060 de 1950 e é ratificado pela Constituição Federal de 1988.

Bobbio (2004) em seu "A era dos Direitos" busca revelar a construção dos Direitos Humanos como um produto histórico. Dessa forma, em um primeiro momento, logo após a Revolução Francesa de 1789, é criada a Carta de Direitos do Homem e do Cidadão, buscando dar maior relevo aos Direitos Humanos como a Liberdade e a Igualdade; ressalta Bobbio que nesse momento o papel do Estado em relação a tais direitos restringe-se a prestações negativas, ou seja, a não atuação do Estado na esfera privada. Contudo, com a falência do conjunto ideológico liberal preponderante nesse momento, notadoriamente marcado pelo pauperismo e péssimas condições de trabalho que tomou conta da Europa, os Direitos Humanos passam a buscar uma nova roupagem histórica e cobrando do Estado um conjunto de medidas de prestações positivas que garantam a Liberdade e Igualdade de forma não apenas formal, como no primeiro momento, mas sim, com elementos materias, efetivados com a prestação positiva do Estado, ou seja, sua interferência, ou em melhores vocábulos, com sua integração como ente posto pela sociedade civil.[113] A consolidação histórica desses direitos dar-se-á presente na Constituição de Weimar (1919) e na Mexicana (1917), contudo, seu ápice pode ser localizado no período pós-guerras, e será melhor

[113]Trata-se da discussão entre Hegel e Kant a cerca do Estado e da sociedade Civil, para este o Estado estaria posto antes da sociedade civil, e portanto, seria um ator social supre-social, já para aquele, o Estado seria um produto da Sociedade Civil e portanto, um ator típico de qualquer interação social, nao compactuando, portanto, com o termo interferência.

ISBN XXXXXXXXXX

representado pela Carta da ONU de 1945 e por toda corrente do neo-constitucionalismo marcada desde então.

É importante salientar que, o termo *Justiça* exposto no decorrer de tal artigo, é desconexo de reflexos éticos e morais, e será usado para designar o acesso a um órgão jurisdicional competente para decidir diante das demandas apresentadas. Considera-se, portanto, para efeitos práticos e de certa forma até ingênua, que o órgão jurisdicional é agente axiologicamente neutro, capaz de julgar, por meio de seus juízes, de forma imparcial

Assim, o projeto da Unidade Auxliar Centro Juridico Social – UACJS tem a proposta fornecer aos usuários atendidos um acesso ao provimento jurisdicional do Estado, por meio de profissionais e estagiários, além do acesso as políticas públicas e sociais que visam promover o "bem-estar social"[114] e o acesso a direitos, estes que por sua vez sob a ótica capitalista são cerceados e atacados pela ofensiva neoliberal e pela própria condição de exploração (inerente ao sistema e que afeta diretamente as classes subalternas). Dessa forma, há a necessidade de uma atuação coordenada entre os profissionais do Direito e do Serviço Social.

Como é de observar-se, o projeto tem o intento de minorar as dificuldades que a maior parte da população encontra em conseguir acessar o judiciário e os seus direitos. Nesse mesmo intuito (o de diminuir as barreiras) é que nasce na UACJS, o projeto e grupo de extensão OSJI- Orientação Sócio Jurídica Itinerante. Tal projeto visa levar o trabalho já desenvolvido na unidade, aos bairros da cidade, diminuindo as barreiras físicas e materiais para a população que tem dificuldade deslocar-se no espaço urbano ou que não conhecem previamente sobre os serviços oferecidos.

Considerando o exposto, o artigo divide-se em três momentos de reflexão. Em um primeiro momento pretende-se abordar o aspecto teórico a cerca do acesso à justiça; em um segundo momento, refletir acerca da integração sócio-jurídica e dos aspectos práticos do projeto desenvolvido na

[114] Termo exposto entre aspas considerando que historicamente no Brasil não houve um "Estado de Bem-Estar Social", e como algo que, visto o receituário neoliberal e suas políticas públicas e sociais focalistas, possui grandes barreiras para uma possível existência na ordem econômica, política e social vigente.

ISBN 978-85-87406-94-1

tentativa de efetivação de direitos, da cidadania; e por fim as considerações finais de tal artigo e reflexões em torno do projeto OSJI que busca firmar o tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão).

10. O ACESSO À JUSTIÇA

A justiça, considerada no conceito já citado, é fruto de um desenvolvimento histórico, pois que a princípio os conflitos eram resolvidos pelas próprias partes perante um soberano ou por meio da autotutela, o que nem sempre resultava na forma mais justa de resolução. Com desenvolvimento do Estado- Moderno a estrutura jurídica torna-se imprescindível para a sedimentação da soberania, elemento essencial a constituição dos Estados- Nações, portanto, o Estado toma para si o *jus-puniendi*, com forma de monopólio de aplicação da jurisdição penal, mas que reverbera em todo provimento jurisdicional.

O acesso à justiça, portanto, deve ocorrer primeiramente através da informação da população quanto ao que lhe é direito e a procura por órgãos que possam representar essas pessoas perante o judiciário. Por sinal, ação feita pela UACJS e expandida a outros bairros de Franca (SP) pelo Projeto de Orientação Sócio Jurídico Itinerante (OSJI): facilitar esse processo para os cidadãos vulneráveis econômica e socialmente, por meio da assistência jurídica gratuita.

Importante frisar que acesso à justiça deve visar à eficácia, sendo que desemboca em duas funções básicas do próprio sistema jurídico, qual seja, ”[...] o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e\ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos.” (TAVARES, 2013, p.584)

O Estado possui a função de tutela jurisdicional, mas esta só é colocada em prática quando acionada, já que inerte até fato que enseje a obrigação de agir por parte do Estado. Há toda uma burocracia para que o direito seja arguido, e é nessa fase que a unidade e o grupo de extensão atua: ao possibilitar que o órgão estatal seja acionado por uma pessoa que procura

ISBN XXXXXXXXXX

resolver um conflito por meio do direito do acesso à justiça. Este direito é assegurado pelo artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988 que preceitua:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:XXXV a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Tal prerrogativa é tão importante que está consagrada não só como garantia constitucional, mas como inerente ao respeito aos Direitos Humanos, a qual foi abarcada pela 1º Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos de São José da Costa Rica de 1969, em seu art.8º cujos escritos o Brasil é signatário.

> Art. 8º. Toda pessoa tem direito de ser ouvida, com as garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer natureza.

Vemos que, o direito ao acesso a justiça fundamenta-se na necessária prestação positiva por parte do Estado. A raiz mais próxima do que podemos considerar como uma política pública para o alcance a esse direito encontra-se na Inglaterra de 1942 e no ambiente nacional a Lei 1060 de 1950.

O acesso à justiça, portanto, é um princípio essencial para a justiça e que está em constante interação com outros princípios constitucionais como a igualdade, a liberdade, a legalidade, a isonomia e a ampla defesa; e que como muitos outros não são efetivados para todos. Assim sendo, o Estado desenvolveu a criação de diversos órgãos para melhorar tal objetivo, em vista disso podemos citar o Ministério Público e a Defensoria Pública. Nessa linha, foi que a UNESP Franca criou a UACJS, oferecendo o atendimento gratuito e interdisciplinar entre os cursos de Direito, Serviço Social e Psicologia para possibilitar o acesso daqueles que necessitarem de assistência judiciária gratuita.

ISBN 978-85-87406-94-1

Para facilitar e abranger tal oportunidade de acesso àqueles que possuem não só a barreira da falta de acesso à informação, mas que por toda uma sociedade capitalista e suas inerentes falhas, são colocados à margem sem acesso à locomoção, o grupo OSJI, que é uma extensão da UACJS, busca se locomover até bairros mais distantes, onde presta orientações jurídicas e sociais, e assume casos cíveis (Direito de Família divórcio; alimentos, execuções de alimentos; investigação de paternidade, alvarás e outros) e previdenciários (aposentadoria, auxílios, pensões por morte).

O acesso à justiça exposto no presente artigo possui um viés principalmente de acesso ao Judiciário, pois que a efetividade e a eficácia estão intimamente atreladas à satisfação do direito almejado, o qual compete a celeridade processual e a dinâmicas do poder estatal da própria estrutura que dificultam o alcance da justiça, ainda que atrelado ao fator ter meios de acionar o Estado e de permanecer em defesa de.

10.1 O Projeto (OSJI), a Integração Sócio-jurídica e a Tentativa de Efetivação de Direitos e Cidadania

O trabalho do projeto de Orientação Sócio- Jurídica Itinerante – OSJI, se desenvolve a partir da atuação interdisciplinar, integrando os conhecimentos de Serviço Social e Direito, por estagiários de ambos os cursos, além da Psicologia, que caracteriza ainda um atendimento “psicossociojuridico”[115]; supervisionados pela Equipe Técnica da UACJS – composta por advogados, psicólogos e assistentes sociais, que buscam promover acesso às políticas públicas/sociais e ao poder judiciário, visando assegurar a defesa e reivindicação dos direitos dos usuários atendidos.

Assim, através da articulação, atualmente, com o centro comunitário do bairro Aeroporto (Franca-SP), a equipe do projeto composta por sete estagiários (quatro deles do curso de Direito e três deles do curso de Serviço Social) realiza visitas quinzenais ao bairro, que ocorrem nas quintas feiras das 8h às 11h, nos meses de fevereiro a dezembro; para realização de

[115] Termo elaborado pela Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social- UACJS por meio de reflexões, estudos e pesquisas , com vistas a caracterizar a proposta interdisciplinar da unidade Psicologia/Serviço Social/Direito.

ISBN XXXXXXXXXX

atendimento às demandas jurídicas, sociais que emergem, e se necessário psicológicas, além de orientações e propagação de informações. Ambos estudantes, e respectivamente estagiários da UACJS, realizam as atividades de 1º atendimento do usuário, com vistas a identificar a (as) demanda (as) deste, além de todo o acompanhameno conjuntamente do processo e das ações tomadas para além deste.

Porém, como um trabalho interdisciplinar é também coexistentemente multiprofissional, cada estagiário e profissão possui atividades especificas em que: o Serviço Social como profissão que trabalha com demandas sociais, busca identificar expressões da questão social[116] e por meio de atendimentos e entrevistas sociais, preenchendo a ficha social[117] constitutiva do prontuário [118] do usuário, redigem os relatórios sociais, desenvolve estudos socioeconômicos dos usuários e fazem encaminhamentos destes a serviços da comunidade/município, quanto a demandas sociais emergentes e identificadas, além de quando necessário, realizar visitas domiciliares aos usuários; o Direito, por sua vez, focaliza-se em pleitear judicialmente por meio da propositura das devidas ações, além de realizar regularmente o acompanhamento processual e comparecimento em audiências, e, em dadas situações elaborar termos de acordos extrajudiciais; e a Psicologia, quando identificada a demanda psicológica do usuário, realiza atendimento e acompanhamento psicológico individualizado.

O trabalho do OSJI está intimamente ligado ao acesso a determinado direito (Justiça), e /ou política social, além de realizar uma analise

[116]Segundo Netto (2001) a questão social é um elemento constitutivo do capitalismo e pode ser compreendida pelo embate capital-trabalho, ou seja, ela encontra-se no bojo das desigualdades sociais e nas contradições que o próprio modo de produção capitalista fomenta, se expressando no cotidiano. E que para Iamamoto (**Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Celats/Cortez, 2001, p.16-17) "[...] expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade cível e o poder estatal.".

[117] A Ficha Social é um instrumento do Serviço Social utilizado para identificação do usuário e para preenchimento de dados referentes a situação socioeconômica deste, base para os estudos socioeconômicos.

[118] Cada usuário atendido na unidade tem um prontuário constituído por documentações e instrumentos do Serviço Social e do Direito. Em relação ao Serviço Social constam no prontuário a ficha social e o relatório social

ISBN 978-85-87406-94-1

crítica em torno da ordem vigente, com vistas a viabilizar o acesso e compreender as barreiras para a efetivação e consolidação de aspectos fundamentais em torno da cidadania. Enquanto que na acepção política e formal ("na letra") o conceito de cidadania é único para os integrantes do Estado, é clara a existência de grupos vulneráveis excluídos, que são, em vários aspectos, afastados do convívio das "castas privilegiadas"[119] e assim dos direitos.

Se a sociedade é o conjunto das relações horizontais dos indivíduos e grupos, conforme leciona Patricia Anivez (1991), a exclusão de parcelas da sociedade significa excluir também suas possibilidades de exercer a cidadania.

Segundo Bonavides, Miranda e Agra (2009, p.7):

> "O conceito contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva na qual cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquela pessoa que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa. Portanto, cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego) que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático".

Ainda, Douglas Bueno (2016) conceitua cidadania:

> Nesse contexto, pode-se entender *cidadania* como o conjunto de normas e de regras de condutas individuais que se projetam para a boa e harmônica convivência em sociedade, considerada a harmonia não somente em relação às relações interpessoais, mas também em face do ambiente saudável. Essas normas e regras poderão advir de instituições ou dos costumes do povo da terra.

Enquanto que a Constituição Federal garante a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III), e objetiva construir uma sociedade justa, reduzir desigualdades sociais, além de promover o bem sem qualquer discriminação (art. 3º), perduram grupos excluídos, com dificuldade de acesso à condições que lhes permitam vivência bem estabelecida e exercício dos seus direitos como cidadãos (BUENO, 2016).

[119] Termo de Douglas Aparecido Bueno (O Conceito de Cidadania e as Relações Jurídicas Sócio-culturais.Disponívelem:<ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10570&revista_caderno=15>. Acesso em 12 de maio de 2016.)

ISBN XXXXXXXXXX

A dignidade, garantida pela Constituição, é o primeiro fundamento do direito constitucional, sendo direito fundamental do indivíduo. Ela, embora de difícil definição semântica, está claramente ligada às noções de cidadania, e acordo com Rizzatto Nunes (2004), sofre constantes violações. Violações estas que acabam por perpetuar o afastamento de classes vulneráveis das possibilidades de exercer a cidadania.

Nesse sentido:

> Os direitos humanos têm potencial emancipatório se transformados em discurso e prática para um projeto cosmopolita, numa luta contra exclusão e discriminação sociais e destruição ambiental produzidas pela globalização hegemônica, numa iniciativa ou movimento do subalterno em luta contra sua subalternização.(KAKIMURA,2002,p.8)

Marcadamente, a construção dos Direitos Humanos e sua positivação como Direitos Fundamentais é de suma importância, se não para efetivação da cidadania, pelo menos para sua consolidação em patamares minimamente aceitáveis. Uma vez que, assim como os Direitos Humanos a Cidadania é construida historicamente.

Mesmo que não se coadune com as posições da judicialização ou do ativismo judicial, não há de imaginar-se que na realidade nacional quaisquer dos elementos como educação, salários, etc., sejam efetivados sem presença do judiciário, tornando dessa forma o acesso a justiça não apenas um Direito Humano ontologicamente fechado em si, mas também, de uma duplicidade de dimensões, umas vez que é um instrumento para promoção de outros direitos e para a promoção, e reitero, mesmo que limitada, da cidadania.

Ações de projetos e políticas sociais que alcançam grupos desfavorecidos ajudam a resgatar valores e direitos dos indivíduos que os compõem. A prática do atendimento integrado e interdisciplinar permite a utilização de duas frentes com o objetivo comum: auxílio e defesa da população vulnerável.

Tal abordagem possibilita a visão do usuário atendido de forma mais completa e ampla do que se daria com apenas um dos profissionais. Unir

ISBN 978-85-87406-94-1

conhecimentos de diferentes áreas vai contra a tradição que tende a dar preferência à visões fragmentadas. No atendimento do projeto OSJI, o usuário não é mero local de intervenções, mas sujeito de personalidade, com vivências e necessidades múltiplas, como traz Kakimura (2002).

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto da UACJS em seus 24 anos de atuação, concomitante com a existência do OSJI desde 2005, vem cumprindo um papel fundamental para a população local.

Os meios para o acesso a justiça fornecidos, por meios de profissionais qualificados torna-se de extrema importância para a efetivação dos direitos humanos, frente a realidade nacional, na qual a litigância, tanto em relação as custas processuais, quanto o acesso a profissionais qualificados é de alto custo, ou seja não seria acessível a maior parte da população sem o comprometimento da própria subsistência.

Em analise e avaliação crítica reflexiva do Projeto Orientação Sócio-Jurídica Itinerante- OSJI, foi percebida a necessidade de ampliar o caráter de extensão do projeto visando, para além dos serviços burocráticos prestados, uma assessoria judiciária “popular” que firme contemplar o tripé universitário (ensino-pesquisa-extensão), levando conhecimentos e orientações em torno de direitos da população previstos na legislação brasileira por meio de oficinas temáticas horizontais.

A extensão, como instrumento de relação universidade/comunidade é uma experiência que possibilita uma formação profissional pautada da realidade concreta e cotidiana das demandas da população, e que assim também materializa a democratização do conhecimento contemplando a “função social” da universidade, levando à produção de conhecimentos significativos para a superação das desigualdades sociais existentes a partir do momento em que realidade se articula com o ensino e a pesquisa, não permitindo que estes fiquem pautados em idealismos. Como bem coloca Toaldo (1997. apud. CUNHA, 2011) a Universidade sai de seu comodismo para ir ao encontro da população,

ISBN XXXXXXXXXX

ampliando sua área de penetração e envolvendo a comunidade; realizando um movimento dialético, por meio do qual dá e recebe, proporcionando à comunidade o conhecimento cientifico e consciência social.

Busca-se assim, a expansão do projeto para Centros de Referencia de Assistência Social (CRAS) e para outras instituições como centros comunitários de outros bairros da cidade de Franca (SP); para fortificar tal intercâmbio e caráter, construindo conhecimentos em conjunto, visto que o usuário é também sujeito que possui vivencias. Pois que, para que se chegue a uma efetivação de direitos e do exercício da cidadania, como mesmo coloca José Filho (2002) é preciso que a pessoa esteja ciente de seus direitos e deveres, reivindicando, participando, usufruindo e exercendo estes para seu reconhecimento enquanto trabalhador e cidadão que contribui para o crescimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANIVEZ, Patrice. ***Educar o cidadão?*** (trad. Estela dos Santos Abreu, Cláudio Santoro). Campinas : Papirus, 1991.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. São Paulo: Campus, 2004.

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. ***Comentários à Constituição Federal de 1988***. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.Texto de José Luis Quadros de Magalhães.

BUENO, Douglas Aparecido. **O Conceito de Cidadania e as Relações Jurídicas Sócio culturais**. Disponível em:<ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10570&revista_caderno=15>. Acesso em 12 de maio de 2016.

CUNHA, Alana Michael. **A Extensão Universitária:** o projeto de extensão, o Serviço Social e o atendimento sociojuridico no escritório modelo de direito da UNIJUÍ/IJUÍ. Trabalho de Conclusão de Curso- UNIJUI, Campus IJUÍ (RS).2011. Disponível em: < http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/633/TCC%20alana.pdf?sequence=1> Acesso em 23 de maio de 2016.

JOSÉ FILHO, Mário, Pe. **A família como espaço privilegiado para construção da cidadania/Mário José Filho**- Franca: UNESP-FHDSS, 2002

KAKIMURA, Akemi. **Linguagem e Efetivação dos Direitos Humanos: O desafio do Direito no atencimento interdisciplinar a vítimas de violência**.

ISBN 978-85-87406-94-1

Revista Urutágua, Nº 7, p. 8, Apud SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4a ed., São Paulo: Cortez Editora, 2002.

RIZZATTO NUNES, Luiz Antonio. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo : Saraiva, 2004.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**, 11 ed.rev. e atual. São Paulo:Saraiva,2013.

ISBN XXXXXXXXXX

PROJETO POLÍTICA PARA JOVENS

Sarah Ribeiro Paschoal (UNESP/Franca)
Isabella Greco (UNESP/Franca)
Rita de Cássia Biason (UNESP/Franca)

1. INTRODUÇÃO

O Projeto “Política para Jovens” surgiu no ano de 2010 pela iniciativa de discentes dos cursos de Direito, Relações Internacionais e História da Faculdade de Ciência Humanas e Sociais – UNESP Franca, a partir da percepção dos mesmos sobre a importância que a educação política de qualidade exerce sobre jovens que estão iniciando suas vidas políticas, mostrando-lhes a importância do voto consciente e com responsabilidade.

Historicamente o Brasil tem a pratica da corrupção enraizada em sua cultura e naturalizada ao longo dos séculos. No século XVI, período de colonização, funcionários da corte portuguesa já contrabandeavam produtos brasileiros como especiarias, tabaco, pau-brasil entre outros. Posteriormente no século XIX durante o Império, mesmo após a revogação da Lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico negreiro no país, o governo mantinha-se conivente e tolerante com políticos que burlavam a lei e ainda sim traficavam escravos, muitas vezes em troca de propina. Com a Proclamação da República no final do século XIX, as oligarquias regionais mantinham-se no poder através do voto de cabresto, no qual o coronel impunha a seus dependentes o voto em quem desejava nos chamados “curral eleitoral”. A venda de votos também era comum na época.

Na segunda metade do século XX, com a instauração da ditadura, o pais passou por 21 longos anos de governo militar, marcado pela censura, atos institucionais e pela falta de representatividade civil, retomada em 1985 pelo processo de redemocratização, marcado pelo Movimento popular “Diretas Já”.

Nossa democracia é ainda recente, bem como o acesso à informação política, que possibilitou à população como um todo, obter o conhecimento da máquina pública, enxergando como a mesma funciona e como se dão seus escândalos envolvendo corrupção e irregularidades.

Embora atualmente tenhamos conhecimento sobre escândalos de corrupção e ilegalidades em cargos públicos, o alto grau de impunidade permeado

ISBN 978-85-87406-94-1

ao longo dos anos deixou a população brasileira com um teor de desconfiança popular, ocasionando descrédito e pouca confiança no órgão público.

Com base no cenário político brasileiro, surge o projeto com o intuito de tentar desvincular da mentalidade dos jovens a ideia de que política é automaticamente atrelada à corrupção, mostrando-lhes as várias esferas da política e o quão importante a presença desta se faz na vida dos indivíduos, não apenas na administração pública ou órgãos políticos.

2. PROJETO

O projeto ‘’Política Para Jovens’’ surge, então, com o intuito de conscientizar alunos de ensino médio de escolas públicas situadas no município de Franca e região acerca das características, das particularidades e dos problemas da política brasileira, contribuindo, dessa maneira, para que jovens que estão iniciando sua vida política entendam melhor seus direitos, seus deveres e o funcionamento do sistema político brasileiro.

O desenvolvimento do projeto estrutura-se em duas partes principais: a do estudo e desenvolvimento de conteúdo; e a da aplicação do projeto através das aulas. No primeiro semestre dos anos, os alunos universitários que compõem o grupo analisam e debatem conteúdos relacionados à política, corrupção e sistema governamental brasileiro; buscam por novos e mais efetivos meios para a abordagem dos conteúdos em sala de aula; e estabelecem parcerias com as escolas, programando a aplicação do projeto na grade dos alunos. Já no segundo semestre, são ministradas aulas, as quais são pautadas em exemplos concretos e teoricamente fundamentadas no trabalho de autores como Antônio Octávio Cintra; Cecília Olivieri; Lúcia Avelar; entre outros.

As aulas são organizadas e divididas em cinco temáticas principais: Política e Corrupção, na qual o objetivo principal é desconstruir a visão política como um sinônimo de corrupção e despertar interesse do jovem pela temática através da apresentação de conteúdo, de artifícios de mídia e do debate; Três Poderes, em qual ocorre a explicação das estruturas e atribuições dos cargos políticos; Sistema Partidário, no qual busca-se esclarecer as características dos partidos políticos, sua formação e o sistema no qual são incorporados; Sistema Eleitoral, no qual ocorre a

ISBN XXXXXXXXXX

explicação sobre os sistemas de votação proporcional e majoritário; e Estado Democrático de Direito, no qual é apresentado o histórico sobre a evolução política da democracia no Brasil, e também são apresentados os possíveis meios de fiscalização das ações dos políticos e todas as formas de participação popular direta. A proposta é que cada temática seja abordada em uma aula, totalizando cinco aulas de exposição. Porém, o cronograma pode ser tanto expandido quanto compactado – desde que sem comprometimento da qualidade do conteúdo e do trabalho com os alunos – de acordo com a disponibilidade das escolas.

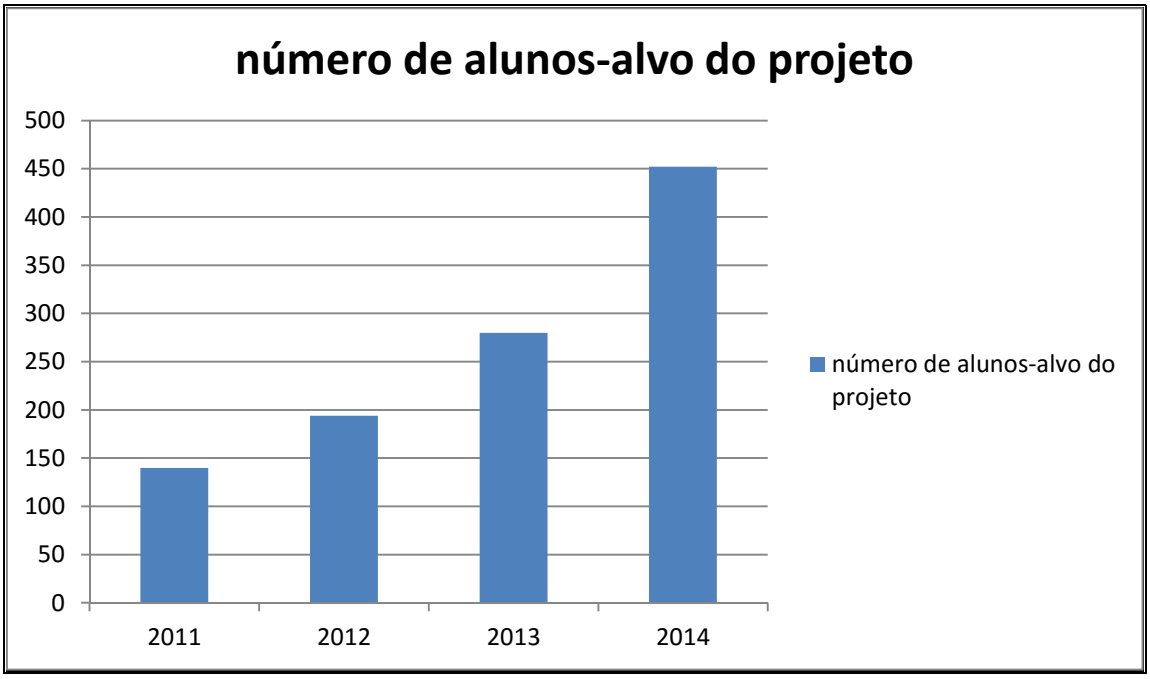
Em vista do notável desinteresse da população brasileira para com assuntos relacionados à política, o desenvolvimento das aulas não é meramente expositivo, pois busca o engajamento e participação ativa dos alunos para despertar nestes o interesse por assuntos acerca da política e do exercício da cidadania. Para isto, busca-se sempre incluir dinâmicas e exemplos práticos nas aulas, além da utilização de uma linguagem simples e da explicação dos termos políticos abordados. A utilização de artifícios como slides, músicas, exercícios, vídeos e imagens são essenciais para o desenvolvimento do conteúdo abordado em sala de aula. Além disso, o projeto conta com uma apostila didática que é entregue aos alunos para que estes possam acompanhar as aulas de maneira mais estruturada e aprofundar-se nos assuntos abordados; conta com o site do projeto, divulgando informações relacionadas à atividade de extensão dos integrantes universitários; e também conta com pagina em rede social (facebook) atualizada semanalmente com divulgação das atividades desenvolvidas nas escolas, e com noticias e dicas acerca da política brasileira.

Pretende-se com o projeto, fazer com que jovens entendam melhor o funcionamento e a estruturação da política brasileira, e fomentar seu interesse e credibilidade na política do Brasil, levando-os a uma participação mais efetiva na vida política de seu país, estado, cidade e região. Dessa maneira, os integrantes do grupo esperam que os alunos não olhem para a política como algo sem solução e problemático, mas sim como um instrumento de melhoria social. Sendo assim, espera-se que após as aulas os jovens criem consciência sobre a necessidade de uma política correta e ética e, assim, possam exercer sua cidadania de maneira consciente e responsável, contribuindo para toda a sociedade.

ISBN 978-85-87406-94-1

Desde sua criação em 2010, o projeto ‘’Política Para Jovens’’ vem expandindo sua atuação na cidade de Franca e região, tendo atingido mais de mil jovens-alvo até o momento. Ao final de cada aplicação do projeto, é notável o crescimento do interesse dos jovens pelo funcionamento da maquina política brasileira e o maior esclarecimento dos alunos a respeito da política e do exercício da cidadania no Brasil. A evolução do número de estudantes atingidos pelas aulas do projeto pode ser visualizada no gráfico a baixo.

Gráfico 1



3. CONCLUSÃO

Portanto, como mencionado anteriormente, o projeto tem por finalidade levar educação política para jovens que estão iniciando sua vida política, mostrando-lhes a importância que a população de modo geral tem no exercício da democracia, bem como o valor significativo do voto consciente na construção de um futuro político próspero e com menores índices de corrupção e práticas irregulares na máquina pública. Com o decorrer das aulas, o grupo de universitários consegue difundir a ideia de que a prática da corrupção não é exclusiva aos governantes ou às pessoas públicas, mas que está presente no cotidiano de todos os ambitos da sociedade. Sendo assim, ressalta-se a importância de uma educação política para

ISBN XXXXXXXXXX

que os indivíduos entendam o funcionamento da política no Brasil e possam, dessa maneira, identificar e controlar a corrupção, na esfera – não apenas, mas principalmente – política, bem como exercer sua cidadania de maneira plena.

Um dos nossos maiores interesses como extensão universitária, é levar e difundir informação, tendo conhecimento da suma importância que o acesso a esta tem no poder de mudança social. O projeto busca, portanto, informar e despertar o interesse dos jovens acerca da política brasileira. O “Politica para Jovens” muito mais que dar aulas e passar informação, espera transformar e conscientizar os jovens do papel que os mesmo exercem dentro da sociedade e o poder que têm nas mãos de mudar a realidade, bem como cobrar de seus governantes por algo que já é de direito.

REFERÊNCIAS

BIASON, Rita de Cássia. **Breve história da Corrupção no Brasil**. São Paulo: disponível em <http://www.contracorrupcao.org/2013/10/breve-historia-da-corrupcao-no-brasil.html > acesso em 21\05\2016

ISBN 978-85-87406-94-1

Projeto Social do Hemocentro de Franca: desenvolvimento de uma cultura de doação de sangue

Ana Claudia Cleto Paiva (Unesp)
Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina (Unesp)

1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos e Extensão em Marketing Internacional da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), do campus Franca, apresenta este projeto, concebido à luz das teorias e práticas do Marketing, como uma inciativa social que visa oferecer orientações baseadas em estudos e pesquisas prévias para a otimização do Hemocentro de Franca – instituição já consolidada e encarregada pela distribuição de bolsas de sangue para 22 cidades e 12 hospitais localizados na região – e da difusão da necessidade de doação de sangue.

A decisão pela realização desse projeto social surgiu do reconhecimento da grande demanda existente por sangue e hemoderivados[120] e, portanto, da urgência de captação de novos doadores, principalmente em vista de serem o grupo com o maior potencial de doação, e da fidelização deste público em questão. Vale ressaltar que há três tipos de doadores na América Latina: os doadores de reposição, os doadores voluntários e os doadores remunerados. Ademais, em uma pesquisa realizada em 2000, depreendeu-se que apenas 2,6%[121] das doações são provenientes de ações voluntárias e, em adição, evidencia-se que no Brasil, é proibida a comercialização do sangue. Dessa forma, nota-se a importância de incentivar o sentimento altruísta nas pessoas para que doem sangue voluntariamente.

[120] A grande demanda por doações de sangue é verificada com o uso das mídias locais, pelo Hemocentro de Franca, para destacar o estoque baixo no banco de sangue, nesse sentido, canais de comunicação como o Jornal do Clube e a GCN são utilizadas para expor a necessidade de ajuda. (GCN. Com estoque baixo, Hemocentro de Franca pede ajuda. Disponível em: <http://gcn.net.br/noticia/252604/franca/2014/06/com-estoque-baixo-hemocentro-de-franca-pede-ajuda>. Acesso em: 22 de abr. de 2015; JORNAL DO CLUBE. Hemocentro de Franca está com estoque abaixo da capacidade. Disponível em: < http://www.jornaldaclube.com.br/videos/12649/hemocentro-de-franca-est%C3%81-com-o-estoque-abaixo-da-capacidade>. Acesso em: 22 de abr. de 2015.

[121] Informação extraída do artigo de Rodrigues e Reibnitz. RODRIGUES, ROSANE SUELY MAY; REIBNITZ, KENYA SCHMIDT. Estratégias de captação de doadores de sangue: uma revisão integrativa da literatura. Scielo. Texto contexto - enferm. vol.20 no.2 Florianópolis Abr./Jun 2011.

ISBN XXXXXXXXXX

A partir destas observações, o presente plano de marketing procura explorar a análise situacional que se encontra o Hemocentro - identificar e expor mais a fundo o perfil do doador de sangue, atribuindo ênfase nos motivos pela doação ou não doação de sangue, e discernir quais estilos e veículos de campanha são as mais eficazes - com o intento de propor uma estratégia que aponte soluções aos desafios encontrados na Análise SWOT e ações capazes de difundir o do hábito de doar sangue.

1.1. Objetivo

O Grupo de Estudos e Extensão em Marketing Internacional, através de seus conhecimentos em marketing, elaborou este relatório com o intuito de auxiliar o Hemocentro de Franca nas questões relativas ao estudo aprofundado do campo de doação de sangue e no consequente desenvolvimento de métodos que aperfeiçoem todos os pontos deficientes apontados no projeto. Esses conhecimentos permitiram ao grupo produzir orientações quanto à publicidade e às estratégias referentes tanto aos doadores e não doadores de sangue. Assim, o objetivo principal do trabalho é a conscientização e motivação da população francana em relação à doação de sangue e à necessidade deste ato, motivação esta que preza por tornar o ato de doar em uma atividade costumeira, rumo a uma cultura de doação, e também de torná-lo menos invasivo e desconfortável, desmistificando certas crenças da população em geral. Além disso, este projeto foi de grande importância para o desenvolvimento do aprendizado dos integrantes do MKI em relação à elaboração de projetos sociais, pois o presente projeto inaugura-se como o primeiro trabalho produzido pelo grupo no citado campo.

1.2. Metodologia

A elaboração deste projeto exigiu pesquisas em periódicos, artigos acadêmicos, materiais disponíveis na internet, documentos oficiais do governo e de organizações, entre outros. Os dados acolhidos serviram, primariamente, para a contextualização e para uma maior interação dos membros acerca do assunto proposto.

ISBN 978-85-87406-94-1

Em segundo lugar, a pesquisa direcionou-se para um caminho mais restrito e específico, convergindo para a própria instituição (Hemocentro de Franca) e para a cidade e população de Franca. Nesta etapa foi realizada uma pesquisa de público, com foco na população da cidade de franca entre 20 a 35 anos, elaborada e executada pelos membros do grupo. Dessa forma, a partir dos dados extraídos do IBGE acerca do Censo Demográfico de Franca e pela Fórmula de Barbetta, calculou-se quantas pessoas deveriam ser entrevistadas para se obter uma baixa margem de erro, mais especificamente, de 5%. E, para atingir esta quantidade, todos os membros do grupo se mobilizaram para realizar tal pesquisa.

E, por fim, após a análise dos resultados obtidos, a pesquisa foi explorada através da análise SWOT que, por sua vez, delineou os perfis dos doadores e não doadores de sangue na cidade de Franca. Posteriormente, o projeto orientou-se para a busca de alternativas para as questões evidenciadas através da pesquisa de público, que levaram em consideração todos os fatores do porvir, de custo-benefício e de viabilidade. Nesse sentido, pôde-se finalizar o presente plano de marketing, que desenvolveu, através das habilidades de marketing do grupo, estratégias eficazes para a implantação de ações, técnicas, condutas e experimentos que podem atrair novos doadores e estimular a população, principalmente a mais jovem, para a incorporação de uma cultura de doação de sangue.

2. PLANO DE MARKETING

1. Sumário Executivo

O presente plano de marketing tem o intuito de apresentar uma rota coordenada de ações visando incentivar a cultura de doação voluntária de sangue e a incorporação desta nos hábitos da população de 20 a 35 anos de Franca – cidade no interior do estado de São Paulo (Brasil). Tendo em vista o objetivo principal, foi realizado, primeiramente, a pesquisa de público a fim de traçar o perfil geral do público que se pretende atingir; em segundo lugar, prosseguiu-se com a análise SWOT, tendo como base os dados da pesquisa, para se obter o diagnóstico do estado da arte da doação de sangue na cidade de Franca e do

ISBN XXXXXXXXXX

Núcleo de Hemoterapia local e, por fim, elaborou-se estratégias baseando-se nas informações e conclusões oriundas das etapas anteriores.

2. Pesquisa de Público

A pesquisa de Público fora utilizada, primariamente, como instrumento de refino do público-alvo e utilizada para desenhar um perfil do doador de sangue na cidade de Franca, seus hábitos de doação, suas preferências, seus confortos e desconfortos no ato de doar e, principalmente, os pontos a serem incrementados em toda a experiência como paciente e dessa forma, delineia-se as principais características e informações que serão essenciais para germinar uma cultura de doação de sangue na cidade. Ademais, não menos importante, foram coletados dados também de não doadores, para se entender o motivo da não doação e o que seria possível fazer para torná-los futuros doadores, de modo a obter um mapeamento dos não doadores para que seja desenvolvida, a partir deste, uma campanha eficaz e de maior alcance entre as camadas populacionais que menos participam da doação sanguínea.

A pesquisa de público foi realizada na cidade de Franca pelos membros do MKI e, com a finalidade de diversificar os resultados obtidos, as pesquisas foram feitas em diferentes pontos da cidade, de modo a acolher todas as preferências e todos os costumes distintos de cada público da população envolvida.

2.1. Definição do Público-Alvo

O público-alvo da pesquisa de público, definido pelo grupo, foi a faixa etária correspondente aos jovens de 20 a 35 anos, homens e mulheres. Apesar dos jovens se apresentarem como o segmento da população que mais doa sangue – segundo as informações disponibilizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a população de 20 a 24 anos correspondem a 23,17% dos doadores no Brasil, o segmento de 25 a 29 anos são 18,18% e a população de 30 a 39 anos correspondem a 28,25% do total[122] – a decisão por este intervalo foi em

[122] AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Perfil do doador brasileiro. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/doador_sangue/pdsbfiles/analise.htm>. Acesso em 21 de abril de 2015.

ISBN 978-85-87406-94-1

razão do objetivo de aumentar a quantidade de doações de pessoas que apresentam maior probabilidade de estarem saudáveis, ou seja, a população jovem. Dessa forma, o presente projeto buscará potencializar a cultura de doação de sangue dentro dessa faixa etária.

2.2. Metodologia Utilizada

A pesquisa foi realizada através do método quantitativo. O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário aplicado na cidade de Franca - SP, através da entrevista pessoal. A técnica para a escolha da amostra foi de natureza probabilística. A amostragem consiste em uma etapa fundamental da pesquisa de mercado, corresponde à extração de um conjunto de elementos de outro conjunto maior, do qual o investigador generaliza ou descreve as conclusões e resultados, melhor dizendo, trata-se de uma técnica para obtenção de informações sobre uma particular realidade. Nesse caso, o cálculo da amostragem é essencial para delinear uma dimensão da população de Franca pertinentes ao projeto em questão: indivíduos de 20 a 35 anos, residentes em Franca. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Franca apresenta 318.640 habitantes (2010), dos quais 40.064 são homens de 20 a 34 anos e 40.904, mulheres da mesma faixa etária[123]. Logo, o cálculo da amostragem pode ser conseguido por meio da fórmula de Barbetta (2004):

3. FÓRMULA DE BARBETTA

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad n = \frac{N.n_0}{N + n_0}$$

N: tamanho da população

n: tamanho da amostra

[123] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Franca: infográficos: evolução populacional e pirâmide etária. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=351620&search=sao-paulo|franca|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>. Acesso em: 18 mar 2015.

ISBN XXXXXXXXXX

n0: primeira aproximação do tamanho da amostra

E0: erro amostral tolerável definido pelo estudo ou autor

Sendo assim, definido o erro amostral (E0) em 5%, n0 possui valor de 400 de acordo com a fórmula. N, representando a quantidade de homens e mulheres de 20 a 35 anos residentes em Franca, tem o valor de 80.968. Portanto, o tamanho da amostra fica definido em 398 (≈398,033) pessoas. Depreende-se então que, no mínimo, 398 pessoas teriam de ser entrevistadas para que o erro de amostra fosse o mais diminuto possível dentre as condições presentes.

O questionário foi elaborado incluindo questões demográficas e pessoais, para que, posteriormente, fossem desenvolvidas questões de refino de público. Tais questões foram, então, suscitadas de modo a conseguir traçar um perfil do doador de sangue do público-alvo selecionado, e dos seus conhecimentos acerca dos métodos de publicidade que melhor aprazem o público local, além de questões relacionadas ao conforto e desconfortos no ato da doação e de razões que levam as pessoas a não doarem sangue. A pesquisa conta com 26 questões, sendo 22 de múltipla escolha e 4 abertas. O número de pessoas abordadas na pesquisa foram de 398. A mesma ainda tivera sua criação acompanhada e refinada pela orientadora do grupo, Profa. Dra. Paula Pavarina.

A pesquisa de público foi realizada por um grupo de 30 membros do MKI, em média, separados em pares. Cada par faria uma média de 16 entrevistas, em caso de erro na deliberação dos resultados ou em erros decorrentes da entrevista em si. Para a aplicação da pesquisa foram escolhidos pontos estratégicos da cidade, levando sempre em conta a presença do recorte etário pré-estabelecido (18 a 35 anos). A aplicação se deu: no centro comercial de Franca; no terminal central de ônibus da cidade; Franca Shopping; terminal rodoviário; Shopping do Calçado e nas universidades de Franca. Cada entrevista teve duração de cerca de dez minutos e as questões foram verbalizadas pelos entrevistadores.

3.1. Resultado da Pesquisa de Público

Gênero do entrevistado: ( ) Feminino (≈55,3%) ( ) Masculino (≈43%)

ISBN 978-85-87406-94-1

1) Quantos anos você tem? _____

2) Você é estudante? ( ) SIM (≈52,8%) ( ) NÃO (≈47%)

3) Qual o seu nível de formação?

a) ( ) Fundamental (≈7,3%)

b) ( ) Médio (≈28,4%)

c) ( ) Superior Incompleto (50,75%)

d) ( ) Superior Completo (≈13,3%)

A maioria dos entrevistados nas pesquisas de público são do sexo feminino (≈55,3%) em detrimento do masculino (≈43%) e ≈1,8% mostrou-se em branco. E como a idade dos entrevistados foi definida entre 20 e 35 anos, ou seja, um público mais jovem, nota-se que a maioria (≈52,8%) afirmou ser estudante, enquanto que ≈47% afirmou não ser e 0,25% não responderam à pergunta (em branco). Fato que também justifica 50,75% do público ter ensino superior incompleto (não finalizado), ≈28,4% ter ensino médio, ≈13,3% ter ensino superior completo e ≈7,3% ter ensino fundamental.

4) Você já doou sangue? ( ) Sim (≈21,4%) ( ) Não (≈78,6%)

Nesta pergunta, cerca de 21,4% (85 pessoas em um total de 398) responderam “sim” e em torno de 78,6% (313 pessoas em um total de 398) dentre os entrevistados responderam “não”.

5) Qual foi a motivação?

( ) Doação Voluntária (≈71%)

( ) Amigo/Parente Necessitado (≈15,4%)

( ) Motivação de campanhas (≈10,5%)

ISBN XXXXXXXXXX

( ) Outro motivo (3,5%)

Esta pergunta foi destinada somente àqueles que responderam “sim” na questão anterior, ou seja, somente 85 pessoas (21,4%). Dentre estas, a opção “voluntária” apresentou a porcentagem de ≈71%; a opção “campanhas” apresentou ≈15,4%; a opção “necessitado” apresentou ≈10,5%; “outro” apresentou 3,5%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, apresentou ≈1%.

6) Quantas vezes você já doou? Quantas vezes você doa por ano?

Quantas vezes já doou:

1 (≈36,4%)	4 (≈4,6%)	10 (≈1,1%)
2 (≈31,7%)	5 (≈4,6%)	12 (≈1,1%)
3 (≈14%)	6 (≈4,6%)	20 (≈2,3%)

Quantas vezes doa por ano:

1 (≈4,6%)	3 (≈3,5%)
2 (≈6%)	4 (≈3,5%)

Esta pergunta é dissertativa (não há alternativas) e também foi destinada somente àqueles que responderam sim na questão 4. Referente às vezes que a pessoa já doou, apresentaram-se as seguintes respostas: a resposta “1” obteve ≈36,4%; a resposta “2” obteve ≈31,7%; a resposta “3” obteve ≈14%; a resposta “4” obteve ≈4,6%; a resposta “5” obteve ≈4,6%; a resposta “6” obteve ≈4,6%; a resposta “10” obteve ≈1,1%; a resposta “12” obteve ≈1,1%; a resposta “20” obteve ≈2,3%.

Referente às vezes que a pessoa doa por ano, apresentaram-se as seguintes respostas: a resposta “1” obteve ≈4,6%; a resposta “2” obteve ≈6%; a resposta “3” obteve ≈3,5%; a resposta “4” obteve ≈3,5%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, apresentou ≈84,5%.

7) Caso já tenha doado, doaria de novo?

( ) Sim (≈96,2%) ( ) Não (≈4,6%)

ISBN 978-85-87406-94-1

Esta pergunta foi destinada às pessoas que responderam “sim” na questão 4. A alternativa “sim” apresentou a porcentagem de ≈96,2%; a alternativa “não” apresentou ≈4,6%; e o branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada apresentou ≈1,1%.

8) Se sim, por qual motivo doaria de novo?

( ) Gostei de ter doado e gostaria de repetir (≈10,9%)

( ) Doação Voluntária (≈74%)

( ) Amigo/Parente Necessitado (≈8,5%)

( ) Motivação de campanhas (≈4,8%)

( ) Outro motivo (≈1,2%)

Esta pergunta foi destinada às pessoas que responderam “sim” na questão 4 e na questão 7 também. A opção “gostei de ter doado” apresentou ≈10,9%; a “doação voluntária” apresentou ≈74%; a “amigo/parente necessitado” apresentou ≈8,5%; a “motivação de campanhas” apresentou ≈4,8%; “outro” apresentou ≈1,2%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, apresentou ≈2,4%.

9) Se não, por quê não doaria novamente?

( ) Por medo (0,25%)

( ) Falta de motivação / interesse (0%)

( ) Outro (0,5%)

Esta pergunta foi destinada às pessoas que responderam “sim” na questão 4 e “não” na questão 7. A opção “por medo” apresentou 0,25%; a “falta de motivação interesse” apresentou 0%, ou seja, não foi assinalada nenhuma vez; “outro” apresentou 0,5%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, apresentou 0,25%.

10) Você já incentivou alguém a doar sangue? ( ) Sim (≈76,7%) ( ) Não (≈29,1%)

ISBN XXXXXXXXXX

Esta pergunta foi destinada às pessoas que responderam “sim” na questão 4. A alternativa “sim” apresentou ≈76,7% e a alternativa “não”, ≈29,1%.

11) Caso já tenha incentivado, tem algum motivo que o levou a fazer isso?

Por solidariedade (≈40%)

Para alguém que esteja necessitando (≈12,6%)

Por um ato voluntário (≈14,3%)

Porque é importante doar (≈22,1%)

Sem justificativa (≈12,6%)

Esta pergunta é dissertativa (não há alternativas) e foi destinada às pessoas que responderam “sim” na questão 4 e na questão 10. A resposta “por solidariedade” apresentou ≈40%; a “para alguém que esteja necessitando” apresentou ≈12,6%; a “por um ato voluntário” apresentou ≈14,3%, a “porque é importante doar” apresentou ≈22,1%; a “sem justificativa” apresentou ≈12,6%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, apresentou ≈4,7%.

12) Não tendo feito a doação, qual foi o motivo?

( ) Por medo (≈21,1%)

( ) Falta de motivação / interesse (≈35,5%)

( ) Outro (≈43,1%)

Esta pergunta foi destinada às pessoas que responderam “não” na questão 4, pois refere-se às pessoas que não doaram sangue. A opção “por medo” apresentou ≈21,1%; a “falta de motivação/interesse” apresentou ≈35,5%; “outro” apresentou ≈43,1%, sendo a resposta relacionada à impossibilidade de doar sangue pelos motivos de restrição quanto à doação; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, apresentou 0,31%.

13) Algo te levaria a doar?

Por solidariedade (≈35%)

ISBN 978-85-87406-94-1

Para alguém que esteja necessitando (≈44%)

Resposta “sim”, sem justificativa (≈45%)

Para perder o medo (≈4%)

Doaria se pudesse (≈14%)

Doaria se tivesse tempo (≈2,5%)

Esta pergunta é dissertativa (não há alternativas) e foi destinada às pessoas que responderam “não” na questão 4, pois refere-se às pessoas que não doaram sangue. Dentre as pessoas que responderam “sim” e justificaram, apresentou-se os seguintes resultados: a resposta “por solidariedade” apresentou ≈35%; a “para alguém que esteja necessitando” apresentou ≈44%; a resposta “sim, sem justificativa” apresentou ≈45%; a “para perder o medo” apresentou ≈4%; a “doaria se pudesse” apresentou ≈14%; a “doaria se tivesse tempo” apresentou ≈2,5%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, apresentou ≈3,5%.

14) Na sua família ou em seu círculo de amigos próximos existe alguém que doa sangue regularmente? ( ) Sim (≈58,3%) ( ) Não (40,7%)

Esta pergunta foi destinada às todas pessoas entrevistadas na pesquisa. A resposta “sim” obteve ≈58,3%; “não” obteve 40,7%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, obteve ≈1%.

15) Você doaria sangue somente com a intenção de verificar sua saúde através dos exames realizados? ( ) Sim (19,6%) b) ( ) Não (≈78,4%)

Esta pergunta foi destinada às todas pessoas entrevistadas na pesquisa. A resposta “sim” obteve 19,6%; “não” obteve ≈78,4%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, obteve ≈2%.

16) Você se lembra de alguma campanha sobre doação de sangue?

( ) Sim (60,8%) ( ) Não (≈38,9%)

ISBN XXXXXXXXXX

Esta pergunta foi destinada às todas pessoas entrevistadas na pesquisa. A resposta “sim” obteve 60,8%; “não” obteve ≈38,9%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, obteve 0,25%.

17) Qual campanha sobre doação de sangue você se recorda?

Campanha dos bombeiros “Sangue Bom” (≈16%)

Trote Solidário – universidades[124] (≈11,2%)

Campanha no Carnaval (≈2,4%)

Campanha do Hemocentro (≈10,3%)

Campanha do Hospital (≈2,1%)

Campanha “Ana Laura” (≈1,2%)

Campanha “Carolina” (≈0,8%)

Campanha “Doe Sangue, Doe Vida” (≈2%)

Campanha da Facef (≈4,1%)

Campanha da Igreja (≈1,2%)

O entrevistado não especificou a campanha (≈40%)

Esta pergunta é dissertativa (não há alternativas) e foi destinada às pessoas que responderam “sim” na questão 16, pois refere-se às pessoas que se lembram de alguma campanha de doação de sangue. A resposta “Campanha dos bombeiros “Sangue Bom” apresentou 16%; a “Trote Solidário” apresentou ≈11,2%; a resposta “Campanha no Carnaval” apresentou ≈2,4%; a “Campanha do Hemocentro” apresentou ≈10,3%; a “Campanha do Hospital” apresentou ≈2,1%; a “Campanha “Ana Laura” apresentou ≈1,2%; e a “Campanha “Carolina” apresentou ≈0,8%; a resposta “Doe Sangue, Doe Vida” apresentou ≈2%; a “Campanha da Facef” apresentou ≈4,1%; a resposta “Campanha da Igreja” apresentou ≈1,2%; a “O entrevistado não especificou a campanha” apresentou ≈40%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, apresentou ≈9%.

[124] Campanha que ocorre nas universidades para estimular os calouros a doarem sangue

ISBN 978-85-87406-94-1

18) Esta campanha utilizou qual veículo?

( ) TV (≈46%) ( ) Internet (≈14,8%) ( ) Outdoor (≈5,4%) ( ) Revista (≈1,2%) ( ) Outro (≈30%)

Esta pergunta foi destinada às pessoas que responderam “sim” na questão 16, pois refere-se às pessoas que se lembram de alguma campanha de doação de sangue. A opção “TV” obteve ≈46%; a “Internet” obteve 14,8%; a “outdoor” obteve ≈5,4%; a “revista” obteve ≈1,2%; “outro” obteve ≈30%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, obteve ≈2,4%.

19) Você se lembra quem fez a campanha? ( ) Sim (≈67%) ( ) Não (≈31%)

Esta pergunta foi destinada às pessoas que responderam “sim” na questão 16, pois refere-se às pessoas que se lembram de alguma campanha de doação de sangue. A resposta “sim” obteve ≈67%; “não” obteve ≈31%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, obteve ≈2%.

20) Você se lembra de alguma campanha do Ministério da Saúde? Qual?

Sim, sem especificar (≈29,3%)

Não (≈67,3%)

Esta pergunta é dissertativa (não há alternativas) e foi destinada às pessoas que responderam “sim” na questão 16, pois refere-se às pessoas que se lembram de alguma campanha de doação de sangue. A resposta “sim, sem especificar” apresentou ≈29,3%; a “não” apresentou ≈67,3%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, apresentou ≈4,1%.

21) Na sua opinião qual o veículo mais eficaz de publicidade?

( ) TV (≈41,45%) ( ) Internet (39,2%) ( ) Outdoor (≈2,75%) ( ) Revista (0%) ( ) Outro (≈6%)

Esta pergunta foi destinada a todas as pessoas entrevistadas na pesquisa. A opção “TV” obteve ≈41,45%; a “Internet” obteve 39,2%; a “outdoor” obteve ≈2,75%; a “revista” obteve 0%; “outro” obteve ≈6%; e em branco, ou seja,

ISBN XXXXXXXXXX

nenhuma das alternativas assinalada, obteve 0,25%. É importante ressaltar que uma grande parte das pessoas assinalaram duas alternativas, sendo estas a “TV” e a “Internet”, representando 10,3%.

22) Você já teve contato direto (escola/universidade/trabalho/comunidade) com alguma

ação de doação de sangue? ( ) Sim (34,17%) ( ) Não (65,33%)

Esta pergunta foi destinada a todas as pessoas entrevistadas na pesquisa. A resposta “sim” obteve 34,17%; a resposta “não” obteve 65,33%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, obteve 0,5%

23) Você tem conhecimento dos procedimentos de doação de sangue?

a) ( ) Sim (40,2%) b) ( ) Não (≈38,4%) c) ( ) Parcial (20,85%)

Esta pergunta foi destinada a todas as pessoas entrevistadas na pesquisa. A resposta “sim” obteve 40,2%; a resposta “não” obteve ≈38,4%; a resposta “parcial” obteve 20,85%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada, obteve 0,5%

24) Após doar sangue, existe um período no qual o indivíduo não pode doar novamente,

em um espaço de alguns meses. Caso já tenha doado sangue, você gostaria de ser

contatado pelo Hemocentro para relembrar que você está apto a doar novamente?

( ) Sim (≈77,5%) ( ) Não (≈18,7%)

Esta pergunta foi destinada a todas as pessoas entrevistadas na pesquisa. A alternativa “sim” apresentou a porcentagem de ≈77,5%; a alternativa “não” apresentou ≈18,7%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada apresentou ≈5,8%.

25) Você conhece o Hemocentro de Franca? ( ) Sim (59,55%) ( ) Não (40,45%)

ISBN 978-85-87406-94-1

Esta pergunta foi destinada a todas as pessoas entrevistadas na pesquisa. A resposta “sim” obteve 59,55%; a resposta “não” obteve 40,45%.

26) Se sim, como você avalia o esforço da propaganda local do Hemocentro? (Em uma

escala de 1 a 5, sendo 1 inexistente e 5 eficaz) Justifique a resposta.

( ) 1 (≈18,5%) ( ) 2 (≈22,3%) ( ) 3 (≈29%) ( ) 4 (≈16,1%) ( ) 5 (≈12,6%)

Justificativa:

Muito bom (≈11,7%)

Pouca divulgação (≈48,5%)

Há propagandas boas (≈4,2%)

Há propagandas ruins (≈7,9%)

Esta pergunta foi destinada somente às pessoas que responderam “sim” na questão 25, pois refere-se às pessoas que conhecem o Hemocentro de Franca. A opção “1” obteve ≈18,5%; a “2” obteve ≈22,3%; a “3” obteve ≈29%; a “4” obteve ≈16,1%; a “5” obteve ≈12,6%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada apresentou ≈1,25%.

Parte dessa pergunta é dissertativa e as respostas foram apresentadas em relação à nota atribuída, foram: “muito bom” com ≈11,7%; “pouca divulgação” com ≈48,5%; “há propagandas boas” com ≈4,2%; “propagandas ruins” com ≈7,9%; e em branco, ou seja, nenhuma das alternativas assinalada apresentou ≈35,4%.

4. ANÁLISE SITUACIONAL

Com o intuito de examinar os aspectos dos fatores da doação e da não doação, utilizou-se a análise SWOT para analisar os resultados da pesquisa de público.

4.1. Definição de Análise SWOT

ISBN XXXXXXXXXX

SWOT é a sigla dos termos ingleses *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) e consiste em um instrumento utilizado para examinar o estado da arte, sendo tal metodologia a base da gestão e do planejamento estratégico numa empresa ou instituição. Graças à sua simplicidade, pode ser usada em qualquer tipo de análise, independente do cenário.

Strengths (forças) correspondem às vantagens internas da empresa em relação aos concorrentes. Já *Weaknesses* (fraquezas) são as desvantagens internas da organização quando comparada aos concorrentes. *Opportunities* (oportunidades) se relacionam com os aspectos externos positivos que podem potenciar as vantagens competitivas da instituição. Por fim, *Threats* (ameaças) dizem respeito as características externas negativas que podem colocar em risco a vantagem competitiva da instituição.

4.2. Forças

A maior motivação para a realização da doação é pelo ato voluntário em detrimento de outras razões. Em adição, um considerável número de entrevistados (≈78,4%) afirmou que não doariam sangue somente com a intenção de verificar a saúde. Percebe-se também que as pessoas entrevistadas que já doaram sangue possuem uma frequência satisfatória, pois a pesquisa aponta que a maioria doa duas vezes ao ano, considerando-se que as mulheres podem doar três vezes ao ano e os homens quatro. Identifica-se como uma força também o fato de que as pessoas que já doaram, a maioria (≈96,2%) das mesmas doariam novamente e pelo motivo da doação voluntária (≈74%). Ademais, a partir da pesquisa, depreendeu-se que grande parte (≈76,7%) das pessoas que doaram já incentivaram alguém a doar, majoritariamente em vista do propósito solidário, e pode inferir-se que tal iniciativa pode ter afetado a família e os amigos destas pessoas, já que a questão acerca da doação regular de amigos e família foi bastante positiva, visto que a maioria (≈58,3%) afirmou ter alguma pessoa próxima que doa sangue regularmente. Outra força é a vontade da maioria dos entrevistados em serem contatados pelo Hemocentro para o aviso de que estão aptos para doarem novamente, procedimento que já é realizado pela unidade de Franca.

ISBN 978-85-87406-94-1

Evidencia-se como força também, a relevância das campanhas de doação de sangue, pois a maioria dos entrevistados (60,8%) se recordavam de pelo menos uma . É valido ressaltar também que as campanhas mais eficazes são as regionais, que possuem maior contato e intimidade com a população, pois na pesquisa de público observou-se que as campanhas mais destacadas pelos entrevistados foram as realizadas na cidade de Franca. Vale mencionar que um dos veículos de publicidade mais eficazes na opinião dos entrevistados é a internet, apenas perdendo para televisão, e, nesse sentido, encontra-se outra força, em virtude da internet ser um meio relativamente mais vantajoso em questão de financiamento de campanhas e propagandas.

4.3. Fraquezas

Pela análise da pesquisa de público observa-se que a cultura de doação de sangue na população de 20 a 35 anos na cidade de Franca não é muito difundida, sendo que cerca de ≈79% dos indivíduos contidos na amostra nunca doaram sangue e do restante entrevistado, (≈21%), grande parte respondeu que somente doou uma única vez na vida. Nessa direção, é válido apontar que das pessoas que já doaram uma pequena parcela (≈4,6%) rejeita a ideia de uma nova doação; isto posto, os motivos para a não doação não foram claramente especificados, já que a opção “outro” na questão 9 - o qual questiona o porquê das pessoas não quererem repetir a experiência - foi a mais marcada, seguida pela alternativa “por medo”. Tal dado permite a inferência de que motivos como o uso de ilícitos, questões religiosas, falta de tempo, mal-estar, saúde, restrições clínicas e o medo (adquirido após a doação) são aspectos, em certo grau, intransigentes que interferem negativamente na decisão de repetir a doação, sendo assim, fraquezas difíceis de serem superadas para a promoção de cultura de doação de sangue. Convém salientar que o Hemocentro de Franca não possui um psicólogo no local e isto mostra-se como uma debilidade na medida em que há uma carência de suporte para estas pessoas que sofrem algum trauma (não biológico) durante o processo de entrevista ou de coleta sanguínea. Ademais, a questão de falta de tempo chama atenção para a delonga do processo de doação de sangue, principalmente em dias de campanha em que, muitas vezes, a instituição não consegue lidar com o grande

ISBN XXXXXXXXXX

número de doadores e também para a falta de estacionamento próprio do Hemocentro de Franca que pode dificultar a atração de doadores.

Sobre a parcela que não doou, tem-se que, embora haja considerável disposição para a doação, os motivos pelos quais não a fizeram são, em sua maioria, indefinidos (opção “outro”); sendo a opção "falta de motivação/interesse" a segunda alternativa mais assinalada por esse grupo. Ademais, em uma pergunta (questão 23) que abrangeu toda a amostra percebe-se que as pessoas que apresentam conhecimento acerca dos procedimentos de doação de sangue correspondem à cerca de 40%, enquanto os indivíduos que os desconhecem totalmente são 38% e parcialmente, 21%. Portanto, analisando-se a questão sobre as razões desconhecidas para a não doação em paralelo com a parcela considerável que desconhece os procedimentos, e salientando-se que não se tem o conhecimento se o número de pessoas clinicamente inaptas para doarem é expressivo ou não, pois o Hemocentro não permite a sua divulgação, é possível pressupor que além da falta de motivação, somada à impossibilidade de doar sangue em virtude das restrições quanto à doação e a desinformação sobre os procedimentos podem ser também as principais causas para a falta de doação.

Referente às perguntas relacionadas às campanhas de doação de sangue passadas, conclui-se que cerca de 61% da amostra se recorda de alguma, não obstante, a maioria dos entrevistados não especificaram nenhuma campanha, de maneira que tal resposta põe em xeque a eficácia das estratégias de marketing pela cultura de doação utilizadas até o presente momento, sobretudo aquelas realizadas pelo Ministério de Saúde. Nesse ponto, sublinha-se que a Campanha Bombeiros Sangue Bom de julho de 2013 constituiu-se um evento marcante para os a população francana, sendo lembrada pela sua propaganda na televisão, e pelo sucesso comprovado através da obtenção de saldo superior a mil doadores durante o mês em que esteve vigente. É interessante notar que tal campanha, que objetiva promover a conscientização das pessoas para se tornarem doadores frequentes, também ocorre anualmente em outras cidades no mês de julho; em São Carlos, por exemplo, segundo os dados disponibilizados pela prefeitura da cidade, graças à campanha houve o crescimento no número de doadores a cada ano durante o período em que esteve vigente.

ISBN 978-85-87406-94-1

Da questão 13, destinada aos que nunca doaram sangue, observa-se que apesar de grande parte dos entrevistados responder positivamente sobre se algo os levariam a doar, é imprescindível salientar que a segunda alternativa preponderante, “para alguém que esteja necessitando”, pode constituir-se como fraqueza, posto que a doação torna-se prática direcionada ou limitada por demandas pontuais. Outro fator negativo é a doação realizada com a intenção de verificar a saúde do possível doador, conduta prejudicial ao hemocentro visto que o indivíduo com pretensões não legítimas gasta os recursos limitados das instituições envolvidas na coleta, teste e distribuições das doações, além de não contribuir com a cultura de doação de sangue.

A próxima fraqueza a ser discutida concerne aos meios midiáticos utilizados nas campanhas, pelos dados da pesquisa a televisão é veículo mais eficaz de publicidade, entretanto, os custos por essa via são mais onerosas.

Sobre as fraquezas concernentes ao Hemocentro de Franca, averígua-se que existe o reconhecimento do trabalho realizado pela instituição, entretanto, seus esforços de propaganda local precisam ser aprimorados, uma vez que o local não apresenta indicações claras quanto à sua posição geográfica. E, por fim, indica-se como outra fraqueza - revelada através da pesquisa pela internet - o incipiente marketing digital do Hemocentro, de modo que, em meios eletrônicos, não há um site próprio da instituição, e somente verifica-se a divulgação do endereço, horário de atendimento, telefone e e-mail em outros endereços eletrônicos - e.g. Fundação Pró-Sangue. Ademais, a página do Facebook mantida pelo Hemocentro mostra-se bastante debilitada devido às escassas postagens e, em adição, a periodicidade entre estas é grande. Logo, aponta-se como fraqueza os baixos investimentos nas mídias sociais que trazem como consequências: a diminuição da eficácia das campanhas; a inexistência de maior contato com possíveis doadores na internet, salientando que esta constitui a segunda mídia mais eficaz, segundo a pesquisa de público; a não possibilidade de agendamento para doação de sangue por essa via; e, finalmente, a falta de informações que poderiam sanar as dúvidas quanto ao processo de doação dos possíveis doadores

ISBN XXXXXXXXXX

4.4. Oportunidades

Tendo-se em vista as forças e fraquezas identificadas pela pesquisa de público, a conjuntura atual em relação à doação de sangue em Franca e a situação do Hemocentro da cidade, identifica-se algumas oportunidades que poderiam ser aproveitadas para o aumento da captação de doadores. Nessa direção, as oportunidades para superar o medo encontram-se na melhora da divulgação acerca do processo de doação de sangue - como a disponibilidade do conduíte opaco para as pessoas que são visualmente sensíveis ao sangue, a quantidade de sangue que é retirado, quais precauções se deve ter antes e após a doação, dentre outros. As oportunidades para superar a falta de motivação e interesse das pessoas em doar podem ser encontradas no desenvolvimento de uma cultura de doação de sangue e em campanhas de motivação ou conscientização acerca da importância da doação direcionadas tanto para aqueles que nunca doaram como para os indivíduos que já doaram sangue, pois a maioria desse grupo está disposta a repetir a prática, motivados principalmente pela "doação voluntária", além de incentivar outros a fazer o mesmo em prol da solidariedade, o que apresenta-se como um ótimo método para a captação de doadores. Esse dado mostra que o desenvolvimento de projetos com o intuito de estimular a cultura de doação de sangue é uma proposta promissora em Franca, de modo que a potencialização do sentimento de solidariedade culminaria em bons resultados na doação.

Como exemplificado pelo sucesso da Campanha Bombeiro Sangue Bom[1], observa-se que a televisão, seguida da internet, consistem nos veículos mais eficazes de publicidade em Franca, de acordo com a pesquisa de público. De maneira que trata-se de uma oportunidade o investimento de campanhas e de transmissão de informações por esses meios midiáticos e que busquem por maior envolvimento da população nas atividades relacionadas à doação de sangue, visto o sucesso das campanhas locais.

4.5. Ameaças

Da pesquisa de público realizada com a população de Franca e dos problemas que são inerentes ao próprio processo de doação de sangue, infere-se que as ameaças, isto é, os aspectos negativos externos do qual o Hemocentro está

ISBN 978-85-87406-94-1

sujeito, são: a curta durabilidade do sangue; a considerável falta de motivação e de interesse da população em doar sangue; o pouco contato entre as atividades do Hemocentro com a comunidade local; e a carência de apoio de instituições e empresas tanto financeiro quanto em relação às ações e campanhas de doação de sangue.

5. VARIÁVEIS ESTRATÉGICAS

5.1. Produto

O presente plano de marketing considera como produto a adesão a um determinado comportamento: a incorporação da cultura de doação de sangue por parte do público alvo, de modo a buscar também um maior grau de voluntariado na comunidade. Nesse sentido, aponta-se que doar sangue consiste em um procedimento simples e seguro, de grande importância e valor, pois o sangue constitui-se um elemento indispensável durante as cirurgias e os numerosos procedimentos médicos. Convém sublinhar que, além da proibição da comercialização do sangue no Brasil, inexiste um substituto sintético para o sangue, de forma que as transfusões dependem diretamente da boa vontade dos voluntários.

Tendo em vista esse quadro, também deve-se considerar que o sangue doado possui prazo de validade; após o processo de doação, separa-se os componentes do sangue, sendo que cada elemento apresenta uma específica validade: um concentrado de hemácias conserva-se de 35 a 42 dias; o de plaquetas tem apenas a validade de cinco dias; enquanto o concentrado de plasma varia de um a cinco anos[125]. Portanto, requere-se doações constantes para que se possa repor as bolsas que se tornam inutilizáveis por conta da validade e, também, as que são utilizadas para transfusões.

[125] PRÓ SANGUE. Hemocentro de São Paulo. Curiosidades sobre sangue e transfusão. Disponível em: <http://www.prosangue.sp.gov.br/artigos/curiosidades>. Acesso em: 01 de abr. de 2015.

ISBN XXXXXXXXXX

5.2. Preço do Produto

No caso de marketings sociais, o preço do produto não se refere ao custo monetário, mas sim ao esforço da mudança ou da adesão de determinada conduta; portanto, identifica-se como o preço da doação de sangue o medo de doar e de identificar doenças quando o indivíduo se submete aos procedimentos clínicos da doação; ao desconforto físico durante o processo; ao risco psicológico; aos riscos de vertigem e tontura após a doação; aos problemas em estacionar o carro; e ao tempo dispensado devido à possível demora no atendimento, principalmente em dias de campanha. As questões de desconfortos durante o processo de doação podem ser superadas através de uma maior divulgação do do fio branco de transferência de sangue e dos procedimentos de doação, pois dessa forma, os doadores possam se preparar antecipadamente. Além disso, o problema do medo da agulha pode ser superado através da capacitação dos funcionários para a punção da veia.

Em relação às complicações psicológicas, advoga-se a presença de um psicólogo no estabelecimento para prestar suporte aos pacientes necessitados em primeira instância e, posteriormente, oferecer um possível encaminhamento a outros profissionais da área. A solicitação desse psicólogo pode ser realizado através das universidades, que oferecem à comunidade serviços gratuitos de atendimento psicológico, como a Clínica Escola de Psicologia do Uni-FACEF[126]. Já o problema relativo ao estacionamento, poderia ser solucionado através de parcerias e convênios com estacionamentos próximos, pois a dificuldade de locomoção mostra-se como um empecilho para iniciativa de doação.

Seria interessante também disponibilizar – na recepção do local de doação de sangue – quadros com as informações sobre as questões que podem impedir o indivíduo de doar sangue, principalmente, questões mais específicas que a maioria da população não tem conhecimento, como por exemplo, a questão das tatuagens e dos *piercings*, entre outros. Esse quadro seria eficaz, pois pouparia o tempo tanto do doador como do atendente, caso a pessoa ficasse restrita a alguma dessas condições.

[126] Informações da própria iniciativa, da localização e do contato no seguinte site: <http://site.unifacef.com.br/graduacao/cursos/psicologia/laboratorios>.

ISBN 978-85-87406-94-1

5.3. Distribuição

A doação de sangue em Franca ocorre no Núcleo de Hemoterapia da cidade, devido às causas estruturais, essa variável estratégica apresenta pouca flexibilidade, de modo que é dificilmente possível alterar ou remodelar os canais de distribuição para a maior captação de doadores de sangue. Entretanto, em uma pesquisa[127], constatou-se que lugares que apresentam-se como pontos de acesso fácil à doação, como supermercados e igrejas, conseguiram mobilizar mais pessoas a doarem sangue. Portanto recomenda-se ações esporádicas nesses locais para adquirir mais doações quando necessário.

Como apontado pela análise situacional, o Hemocentro de Franca carece de indicações claras quanto à sua localização geográfica, isso decorre principalmente pela falta de placas indicando a sua posição e um letreiro mais visível. Assim sendo, recomenda-se uma maior divulgação das imagens da instituição pelas mídias sociais e nos sites governamentais, a instalação de um letreiro mais chamativo e voltado para ruas mais movimentadas, particularmente, para a rotatória que se encontra adjunto ao Hemocentro.

5.4. Comunicação

Levando-se em consideração os resultados da pesquisa de público, destaca-se a necessidade de divulgação mais intensa e abrangente acerca das restrições e prescrições para a doação com o propósito de esclarecer eventuais dúvidas ou enganos quanto à aptidão clínica para ser doador. Além disso é importante difundir conhecimento sobre os efeitos para o próprio corpo após submeter-se ao processo de doação, a fim de minar o medo presente quanto ao processo de doação.

Nessa toada, visando a ações mais eficazes, o presente projeto advoga por: melhoria nas relações públicas - e.g. envio de notas de imprensa aos órgãos de comunicação locais (revistas, jornais, televisão, etc); distribuição de folhetos informativos em locais movimentados (escolas, universidades, shoppings e igrejas) e apelo aos comércios para a distribuição dos mesmos; uso intensivo de

[127] Pesquisa contida no artigo de Rodrigues e Reibnitz. RODRIGUES, ROSANE SUELY MAY; REIBNITZ, KENYA SCHMIDT. Estratégias de captação de doadores de sangue: uma revisão integrativa da literatura. Scielo. Texto contexto - enferm. vol.20 no.2 Florianópolis Abr./Jun 2011.

ISBN XXXXXXXXXX

marketing digital, utilizando-se das mídias sociais como ferramentas de divulgação da causa, de mobilização para campanhas, de agendamento para a doação, e de esclarecimento de dúvidas e perguntas frequentes; o Facebook, sendo uma mídia bastante eficaz, poderia ser utilizado para a divulgação de informações acerca do agendamento, dos procedimentos e das restrições através de postagens, além disso, é interessante a divulgação de curiosidades e informações sobre a necessidade de doação de sangue, pois são questões que mais chamam a atenção do internauta; e planos de marketing periódicos e sentimentais - com o intuito de sensibilizar a população sobre a necessidade do ato -, que disponham principalmente dos dois veículos com maior poder de alcance, a televisão e a internet (como apontado pela pesquisa de público), com a finalidade de produzir maior envolvimento da população nas ações de doação de sangue e para o incentivo e desenvolvimento de uma cultura de doação na comunidade francana.

Sugere-se também o reforço e estabelecimento de parcerias com escolas, universidades, outras organizações do terceiro setor, empresas e entidades públicas; destarte, tal relação será consolidada através da motivação solidária; do incentivo ao reconhecimento por ações sociais iniciadas pelas empresas e organizações; dos incentivos por ganhos mútuos, como: maior publicidade, compartilhamento de recursos e outros interesses em comum.

Outro aspecto que seria válido desenvolver é uma apresentação acerca da doação de sangue. Nesta apresentação, poderiam ser abordadas diversas questões da doação, desde normas técnicas, até a sensibilização do doador. Poderia ser eficiente realizar essa apresentação com frequência para tirar dúvidas da população quanto ao processo de doação, como por exemplo, quanto às restrições e em relação ao próprio funcionamento e organização do hemocentro. Nessa direção, para evitar maiores custos e levando-se em conta a disponibilidade de tempo dos funcionários, poderiam ser realizadas inscrições prévias e, caso os requisitos fossem atendidos, a apresentação então, poderia ser realizada.

ISBN 978-85-87406-94-1

6. CAMPANHAS REALIZADAS PELO GRUPO DE ESTUDOS E EXTENSÃO EM MARKETING INTERNACIONAL (MKI)

Para uma análise mais aprofundada do estado da arte da doação de sangue na cidade de Franca, buscar-se-á descrever as duas campanhas realizadas pelo. Nessa direção, o presente trabalho identifica os meios mais efetivos de divulgação e, simultaneamente, almeja apontar as contribuições oriundas do movimento. Convém salientar que o principal propósito das campanhas consiste no aumento do número de doadores entre os jovens da UNESP do campus de Franca.

O Grupo de Estudos e Extensão de Marketing Internacional (MKI), com o intuito de oferecer apoio ao Hemocentro de Franca, organizou duas campanhas na UNESP para incentivar a doação de sangue. A primeira refere-se ao Projeto Doa UNESP,–realizada através de uma parceria entre o MKI, a Liga InterUnesp de Esportes Universitários e a Associação Atlética Acadêmica VI de Junho, além disso, contou com o apoio–do Clube 25 - Cruz Vermelha. Esta campanha é composta de duas fases, a primeira consistiu na conscientização dos estudantes acerca da importância de doar sangue, dessa forma, no dia 26 de abril de 2014, durante as partidas masculina e feminina de futsal na Copa UNESP, os atletas apoiaram o projeto e divulgaram cartazes com frases incentivando a doação antes do início das partidas.

A segunda fase do projeto consistiu na divulgação da campanha, pelos integrantes do projeto, dentro do campus da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (campus Franca), tendo-se como objetivo mobilizar os alunos a doarem sangue, visando uma maior conscientização acerca da importância desta ação. Os integrantes também auxiliaram no transporte dos alunos até o Hemocentro disponibilizando caronas rotativas durante o dia.

A campanha procurou atender ao maior número de estudantes aptos para a doação, incentivando e esclarecendo possíveis dúvidas sobre os requisitos básicos e o processo em si da retirada do sangue. Como propósito subjacente, a campanha procurou estimular a cultura de doação de sangue - tornar os estudantes doadores regulares, enfatizando a importância de não apenas uma ação específica de doação, mas de uma continuidade de doações, uma vez que durante feriados, principalmente a do carnaval, exige-se um maior número de bolsas de sangue disponíveis.

ISBN XXXXXXXXXX

Após a campanha, o Hemocentro de Franca forneceu os dados que continham a quantidade de estudantes da UNESP Franca que doaram sangue durante a vigência da campanha. Por meio destes, foi possível obter conhecimentos detalhados acerca da população doadora - e.g a proporção dos doadores integrantes de cada curso em nosso campus, bem como o seu sexo. Ao total, obteve-se um resultado de 38 estudantes e em relação ao número total de estudantes do campus de Franca, ou seja, aproximadamente pouco mais de 1400 alunos, pode-se observar que a quantidade de pessoas aptas e que se disponibilizaram a doar foi bastante modesto. Não obstante, é válido apontar que tal quantidade refere-se somente àqueles que se submeteram à doação de sangue, de maneira que os dados e número de indivíduos clinicamente inaptos para a doação não foram e não são divulgados pelo hemocentro por questão de confidencialidade. Portanto, percebe-se que a campanha foi relativamente efetiva considerando-se que foi realizada num curto período de tempo e para um público relativamente limitado. Nessa toada, é imperativo observar que, muitas vezes, as pessoas não doam sangue por não se adequarem aos critérios estipulados pelo Hemocentro, e não apenas por não se prontificarem a doar ou por não serem atingidos pelas campanhas.

A segunda campanha, realizada apenas pelo MKI, também buscou conscientizar os jovens da UNESP acerca da importância da doação de sangue. Ela foi realizada no dia 29 de fevereiro de 2015, dentro do campus da faculdade e consistiu numa intervenção, através da marketing de guerrilha, em que foram espalhadas grandes caixas de presente enfeitadas pela faculdade, para chamar a atenção das pessoas, e um cartaz explicativo próximo a elas indicando a importância da doação como um “presente” essencial àqueles que necessitam. Ademais, na tentativa de evitar a presença de indivíduos inaptos para a doação, também estava contido no cartaz informações sobre as restrições e regras para a doação de sangue com o intuito de antecipá-los.

A utilização das caixas de presentes foi uma inferência ao Natal, data comemorativa em que o sentimento de solidariedade é forte na comunidade. Em adição, a campanha foi realizada poucos meses após essa data, facilitando a analogia e aproveitando a inércia desse sentimento. E, em paralelo, esta também foi realizada próxima à outro período comemorativo: o carnaval, época em que se

ISBN 978-85-87406-94-1

necessita mais doações, pois estas diminuem consideravelmente neste período. Além disso, para a melhor divulgação da campanha, o grupo utilizou também um dos veículos mais eficazes, como advogado neste projeto, - a internet. Criou-se um evento na mídia social “Facebook”, ferramenta muito eficaz para a divulgação, pois o evento envia uma notificação para as pessoas convidadas quando a data está próxima, para lembrá-las. Além disso, há a possibilidade de as pessoas convidarem outras para o evento e, dessa maneira, aumentam-se as chances de mais indivíduos serem atingidas pela campanha. O evento continha a descrição do mesmo, os dias em que a campanha ocorreria e as restrições mais importantes do ato de doação de sangue.

A campanha convidou os jovens a comparecerem no Hemocentro nos dias 05 e 06 de março de 2015 para a realização de doações. Como o grupo não foi responsável pelo transporte das pessoas, o Hemocentro não pôde fornecer o número exato relativo à quantidade de pessoas que conseguiram comparecer ao estabelecimento e doar sangue. Entretanto, pode-se notar que foi uma campanha bem sucedida e obteve grande impacto nos jovens presentes no campus. Portanto, a campanha conseguiu realizar seu objetivo principal - a conscientização dos estudantes quanto à importância de doar sangue.

REFERÊNCIAS

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

CAMPANHA “BOMBEIRO SANGUE BOM 2014” TEM INÍCIO EM JULHO. Prefeitura Municipal de São Carlos. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2014/166423-campanha-bombeiro-sangue-bom-2014-tem-inicio-em-julho.html>. Acesso em: 17 de mar. de 2015.

CORREIO BRAZILIENSE. OMS alerta e diz que a demanda por sangue e derivados é cada vez maior. Disponível em: < http://wwwo.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2012/06/14/interna_brasil,307234/oms-alerta-e-diz-que-demanda-por-sangue-e-derivados-e-cada-vez-maior.shtml>. Acesso em: 31 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Franca: infográficos: evolução populacional e pirâmide etária. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=351620&search=s

ISBN XXXXXXXXXX

ao-paulo|franca|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>. Acesso em: 18 mar 2015.

LEAL, Carmo. Estratégias de Marketing Social. Curso de Estratégias de Marketing Social, programa eQualificação. Disponível em: <http://www.dueceira.pt/docs/publicacoes/69_EstrategiasMkSocialManual.pdf>. Acesso em 2 de abr. de 2015.

PRÓ SANGUE. Hemocentro de São Paulo. Curiosidades sobre sangue e transfusão. Disponível em: <http://www.prosangue.sp.gov.br/artigos/curiosidades>. Acesso em: 1 de abr. de 2015.

ROCHA,Sibila; GHISLENI; Taís Steffenello; ARIZAGA; Nanthala Betancourt. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 20, p. 117-132 janeiro/junho 2009.

RODRIGUES, ROSANE SUELY MAY; REIBNITZ, KENYA SCHMIDT. Estratégias de captação de doadores de sangue: uma revisão integrativa da literatura. Scielo. Texto contexto - enferm. vol.20 no.2 Florianópolis Abr./Jun 2011.

ANEXO 1

PESQUISA DE PÚBLICO

PESQUISA DE PÚBLICO – HEMOCENTRO DE FRANCA

Entrevistadores:

Data:

Local:

Gênero do entrevistado: ( ) Feminino ( ) Masculino

1) Quantos anos você tem? _____

2) Você é estudante? ( ) SIM ( ) NÃO

3) Qual o seu nível de formação?

ISBN 978-85-87406-94-1

a) ( ) Fundamental

b) ( ) Médio

c) ( ) Superior Incompleto

d) ( ) Superior Completo

4) Você já doou sangue? ( ) Sim ( ) Não (Caso não, vá para a pergunta 12)

5) Qual foi a motivação?

( ) Doação Voluntária ( ) Amigo/Parente Necessitado

( ) Motivação de campanhas ( ) Outro motivo: _____

6) Quantas vezes você já doou? Quantas vezes você doa por ano?

_____

7) Caso já tenha doado, doaria de novo? ( ) Sim ( ) Não

8) Se sim, por qual motivo doaria de novo?

( ) Gostei de ter doado e gostaria de repetir

( ) Doação Voluntária ( ) Amigo/Parente Necessitado

( ) Motivação de campanhas ( ) Outro motivo: _____

9) Se não, por quê não doaria novamente?

( ) Por medo ( ) Falta de motivação / interesse

( ) Outro:_____

ISBN XXXXXXXXXX

10) Você já incentivou alguém a doar sangue? ( ) Sim ( ) Não

11) Caso já tenha incentivado, tem algum motivo que o levou a fazer isso?

_____

_____

12) Não tendo feito a doação, qual foi o motivo?

( ) Por medo ( ) Falta de motivação / interesse

( ) Outro:_____

13) Algo te levaria a doar?

_____

14) Na sua família ou em seu círculo de amigos próximos existe alguém que doa sangue

regularmente? ( ) Sim ( ) Não

15) Você doaria sangue somente com a intenção de verificar sua saúde através dos

exames realizados? ( ) Sim b) ( ) Não

16) Você se lembra de alguma campanha sobre doação de sangue? ( ) Sim ( ) Não

(Caso não, vá para a pergunta 21)

17) Qual campanha sobre doação de sangue você se recorda?

_____

ISBN 978-85-87406-94-1

_____

18) Esta campanha utilizou qual veículo?

( ) TV ( ) Internet ( ) Outdoor ( ) Revista ( ) Outro: _____

19) Você se lembra quem fez a campanha? ( ) Sim ( ) Não

20) Você se lembra de alguma campanha do Ministério da Saúde? Qual?

_____

_____

21) Na sua opinião qual o veículo mais eficaz de publicidade?

( ) TV ( ) Internet ( ) Outdoor ( ) Revista ( ) Outro

22) Você já teve contato direto (escola/universidade/trabalho/comunidade) com alguma

ação de doação de sangue? ( ) Sim ( ) Não

23) Você tem conhecimento dos procedimentos de doação de sangue?

a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Parcial

24) Após doar sangue, existe um período no qual o indivíduo não pode doar novamente,

em um espaço de alguns meses. Caso já tenha doado sangue, você gostaria de ser

contatado pelo Hemocentro para relembrar que você está apto a doar novamente?

( ) Sim ( ) Não

ISBN XXXXXXXXXX

25) Você conhece o Hemocentro de Franca? ( ) Sim ( ) Não

26) Se sim, como você avalia o esforço da propaganda local do Hemocentro? (Em uma

escala de 1 a 5, sendo 1 inexistente e 5 eficaz) Justifique a resposta.

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

_____

_____

_____

_____

ISBN 978-85-87406-94-1

PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS: proposta de modelo para o setor imobiliário da cidade de Franca no período de 2016-2020

Adilson Ramon de Souza[128] (Uni-FACEF)
Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Entre 2005 e 2013, observou-se na cidade de Franca-SP, um aumento acentuado nos preços dos imóveis e, mesmo assim, um elevado número de transações de compra e vendas. Esse *boom* no setor imobiliário pode estar associado às facilidades do financiamento imobiliário de longo prazo, com juros baixos, que decorre de inflação dentro da meta estabelecida pelo governo, PIB positivo, desemprego em baixa e rendimento real em alta.

O preço de um imóvel pode estar relacionado a vários fatores, como características intrínsecas que possam diferenciá-los, como o seu tamanho, se é novo ou usado, bem como as características extrínsecas, por exemplo, sua localização. Desse modo, é de extrema complexidade ser mensurado o aumento do preço dos imóveis por se tratar de um mercado heterogênico, no entanto, a situação econômica tem forte influência sobre o crédito imobiliário que pode impulsionar o setor, bem como influenciar nos preços dos imóveis.

Mas nos últimos anos, 2014 e 2015, o mercado imobiliário entrou em retração, o que pode ter acontecido devido a restrições ao crédito para financiamento imobiliário decorrente das condições macroeconômicas adversas do Brasil, entre elas, o aumento da taxa de juros e aumento da inflação, deixando os empresários da construção civil e investidores do setor em alerta. Assim, observa-se uma ruptura de tendência no setor imobiliário.

Uma das atividades mais complicadas para um gestor é saber como administrar as quebras de tendências (rupturas) que acontecem em uma empresa ou setor, já que as técnicas de previsão não atendem à necessidade de se antever o futuro. Desse modo, a prospecção de cenários, além de possibilitar a antevisão de prováveis rupturas, ajudam os tomadores de decisões a se prepararem para as ameaças e oportunidades que o mercado possa oferecer.

A prospecção de cenários é uma ferramenta fundamental para se adaptar e enfrentar os desafios de um ambiente de incertezas. As constantes

[128] Bolsista Uni-FACEF

ISBN XXXXXXXXXX

mudanças no cenário político, econômico, social, ambiental e tecnológico, exigem de um gestor a identificação das ameaças e oportunidades para o setor, bem como, a elaboração de estratégias que possam transformar as tendências dos possíveis cenários para construção de um futuro melhor.

O objetivo deste artigo é a construção de cenários futuros para o setor imobiliário na cidade de Franca–SP para os próximos cinco anos (2016-2020), através de opiniões de especialistas da área, observando as tendências para que se possa analisar como o setor se comportará neste período.

A metodologia aplicada para a construção dos cenários foi a desenvolvida por Blanning e Reinig (1998), que consiste em efetuar o levantamento junto a especialistas da área, de uma série de possíveis eventos que possam vir a impactar o setor no horizonte temporal considerado. Foi realizado, também, um levantamento das prováveis forças motrizes do setor, com a utilização do Método dos Impactos Cruzados. Esta abordagem analítica, segundo Marcial e Grumbach (2002), visa estimar a interação das variáveis de interesse, de forma quantitativa, permitindo verificar até que ponto a ocorrência de um determinado evento exerce influência sobre as probabilidades de ocorrência de outros.

Nessa perspectiva, o trabalho pretende investigar o problema de pesquisa, identificando através do método proposto, como as variáveis econômicas se comportarão e influenciarão o crédito imobiliário e qual o impacto que representará para o setor, com foco nos imóveis residências, para que assim, possa ser elaboradas estratégias para os possíveis cenários identificados.

A pesquisa, além desta introdução, está dividida em seis capítulos.

O primeiro capítulo apresenta um contexto histórico e atual do setor imobiliário no Brasil, retratando como era e como está este mercado, bem como as medidas de crédito que foram implementadas desde os anos 90.

O segundo capítulo descreve as principais linhas de créditos para financiamento imobiliário e de onde os recursos são originados.

O terceiro capítulo apresenta um pouco da teoria sobre quebras de tendências (rupturas).

O quarto capítulo analisa a prospecção de cenários e como esta ferramenta pode auxiliar o processo de tomada de decisões e as estratégias futuras para setor.

ISBN 978-85-87406-94-1

No quinto capítulo é apresentada a metodologia utilizada para pesquisa.

O sexto e último capítulo, ainda não concluído, por se tratar de uma pesquisa em elaboração com previsão de apresentação em 2016, deverão ser apresentados os resultados da pesquisa.

Em seguida deverão ser expostas as considerações finais. Pelo fato da pesquisa ainda não ter sido concluída, apresenta-se uma inferência das pesquisas realizadas até este momento.

2. CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAL DO SETOR IMOBILIÁRIO

Segundo o boletim do Banco Central do Brasil (2014), antes do Plano Real estabelecido em 1994, em um cenário de elevadas taxas de inflação e de desemprego, bem como, de fragilidade das garantias para o crédito, o espaço para concessão de financiamento imobiliário era limitado, mesmo com a demanda por imóveis sendo muito maior do que a oferta. O setor só voltou a crescer a partir de meados dos anos noventa, período em que a estabilidade macroeconômica, o aumento da renda e a introdução de novo marco legal, impulsionaram as operações no segmento de crédito imobiliário. As principais medidas encontram-se sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais Medidas no Segmento do Crédito Imobiliário

1997	Lei 9.514 – Criação do Sistema de Financiamento Imobiliário. Lei 9.514 – Criação da Alienação Fiduciária, dando maiores garantias para os credores.
2001	Criação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), que adquiriu frações inadimplentes das carteiras de financiamento imobiliário (que chegavam a quase 20% do total), liberando recursos para novos empréstimos
2004	Lei 10.931 – Criação do Patrimônio de Afetação. Cada empreendimento da construtora tem tratamento individualizado, não afetando os demais negócios. Lei 10.931 – Consolidação da Alienação Fiduciária.
2005	Lei 11.196 – Viabilização do Patrimônio de Afetação. Lei 11.196 – Medidas fiscais de incentivo ao mercado imobiliário (isenção de imposto de renda sobre ganho de capital na compra de outro imóvel em até 180 dias) Teto do valor do imóvel para a utilização do FGTS e enquadramento no SFH passam de R$300 mil para R$350 mil e o máximo valor financiado de R$150 mil para R$245 mil
2009	Teto do valor do imóvel para a utilização do FGTS e enquadramento no SFH sobe para R$500 mil em São Paulo e financiamento para R$450 mil.
2013	Teto do valor do imóvel para a utilização do FGTS e enquadramento no SFH sobe para R$750 mil em São Paulo e financiamento para R$600 mil.

Fonte: Banco Central do Brasil (2014)

ISBN XXXXXXXXXX

Ainda segundo o boletim do Banco Central do Brasil (2014), com a criação da alienação fiduciária, houve um avanço expressivo em termos de segurança jurídica. Nesse sentido, a oferta de recursos destinados a financiamentos imobiliários aumentou e passou a evoluir mais em linha com o crescimento da demanda. Entre outros fatores, houve recuo nas taxas de juros e aumento real da renda, consequentemente, as operações de crédito imobiliário passaram a aumentar acentuadamente a partir de 2005. No Estado de São Paulo, o número de financiamentos de imóveis residenciais aumentou de 39 mil, em 2004, para 129 mil, em 2012. Em valores, as concessões aumentaram de R$1,4 bilhão para R$23,5 bilhões, no mesmo período.

Em outra perspectiva, o boletim do Banco Central do Brasil (2014), mostra que o número de financiamentos para construção de imóveis residenciais no Estado de São Paulo passou de 27 mil, em 2006, para 146 mil, em 2012, e o valor total financiado aumentou de R$2,9 bilhões para R$17,5 bilhões, no período.

O aquecimento do mercado imobiliário teve como contrapartida elevações nos custos da construção civil superiores à inflação. De fato, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), da Fundação Getúlio Vargas, apresentou variações médias de 7,5% de 2004 a 2013, enquanto que o IPCA registou variações médias anuais de 5,5%, no mesmo período.

A comparação entre a evolução do Índice de Valores de Garantia de Imóveis Residenciais Financiados (IVG-R), indicador que registra o valor das garantias dos empréstimos nas concessões de imóveis, mostrando como evoluiu o preço dessas garantias, e do INCC, sugere que o aumento nos preços dos imóveis se deveu, em especial, a descasamento entre a oferta e a demanda. Assim, após variarem em média 9,6% e 11,3%, de 2002 a 2005, os indicadores mencionados aumentaram, em média, 20,3% e 6,9% de 2006 a 2011, respectivamente. No biênio encerrado em 2013, os indicadores registraram evolução mais próxima (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

De acordo com os relatórios das construtoras de capital aberto divulgados na imprensa e disponibilizados no site da Associação Brasileira de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), as vendas de imóveis de janeiro a setembro de 2014 foram de 58.863 unidades e de janeiro a setembro de 2015, de 40.575 unidades, uma queda de 32%, que, segundo a Abecip (2016), ocorreu devido a Condições econômicas adversas e queda na confiança do consumidor e, por

ISBN 978-85-87406-94-1

conseguinte, houve uma redução 32,4% de lançamentos de imóveis no mesmo período.

3. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

> Os financiamentos viabilizam a aquisição de imóvel, pois o valor financiado é, em geral, parte substancial do preço do imóvel adquirido. São operações de prazo longo e juros módicos, com prestações mensais compatíveis com a renda familiar dos adquirentes. Na aquisição de imóvel em construção e vinculado a uma incorporação imobiliária, o financiamento da obra por uma instituição de crédito imobiliário garante os recursos necessários à sua conclusão, desde que cumprido o cronograma da obra. O contrato do financiamento é feito juntamente com a venda e compra do imóvel, por instrumento particular com força de escritura pública. O instrumento particular não precisa ser lavrado em cartório, evitando o desembolso de emolumentos. E o Imposto de Transmissão (ITBI) é reduzido à metade na parcela financiada do preço do imóvel. (ABECIPE, 2016).

As fontes dos recursos utilizados pelas instituições financeiras (*funding*) para o financiamento habitacional são provenientes, basicamente, de três tipos:

- **Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo** (SBPE), que são os recursos das aplicações da caderneta de poupança dos próprios clientes dos bancos. Cada banco deverá utilizar 65% dos recursos do montante da caderneta de poupança para crédito imobiliário;
- **Recursos livres das aplicações financeiras ligadas a imóveis**, que no Brasil, as principais são as **Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)** e as **Letras Hipotéticas (LHs),** que são investimentos de pessoas com o intuito de auferir rendimentos, que vão para o financiamento da casa própria.
- **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),** recolhido mensalmente do salário dos trabalhadores contratados com carteira assinada. Os empregadores ou tomadores de serviços recolhem 8% sobre a remuneração paga. Já em caso dos menores aprendizes, essa alíquota é de 2%. É importante não confundir esse tipo de recurso com a utilização do FGTS individual para dar de entrada em um financiamento (ABECIPE, 2016).

Segundo a cartilha de crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal, através desses recursos foram criadas algumas linhas de créditos, ou seja, um conjunto de regras para a utilização dos recursos, dependendo das condições da pessoa que compra e do próprio imóvel. As principais linhas de financiamento são:

ISBN XXXXXXXXXX

- **Sistema Financeiro Habitacional (SFH),** na qual as condições para o crédito imobiliário são regulamentadas pelo Governo Federal, como taxa de juros, cotas e prazos. Os *funding* utilizados nesse sistema podem ser provenientes do FGTS ou do SBPE.
- **Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI),** que são créditos de livre negociação entre as partes.

4. QUEBRA DE TENDÊNCIAS (RUPTURAS)

Uma das atividades mais complicadas para um gestor é saber como administrar as quebras de tendências (rupturas) que surgem para a empresa ou setor, já que as técnicas de previsão não atendem à necessidade de se antecipar ao futuro. Desse modo, a prospecção de cenários além de identificar as rupturas, ajudam as organizações a se prepararem para as ameaças e oportunidades do mercado.

Kotler e Caslione (2009, p.42) afirmam que:

> Depois de rever os principais fatores que provocam mudanças e turbulências, as empresas devem reconhecer que já não podem operar como no passado, com um repertório para mercados normais e prósperos e outro para mercados atípicos e recessivos. Hoje, as empresas e todos os mercados devem ser capazes de praticar a gestão e de comercializar seus produtos e serviços em ambientes expostos a algum nível de turbulência. Hoje, precisa–se de um novo referencial estratégico para operar sob a ameaça de possível aumento da turbulência.

Desde a década de 70, Peter Drucker (1970), sinalizava as rupturas de tendências em diversos setores da economia. A globalização, com o crescimento e o surgimento de empresas multinacionais, e a evolução de novas tecnologias faria com que ocorressem descontinuidades em diversas áreas.

Segundo Strebel (1993) as mudanças descontinuadas podem redefinir a atuação das empresas no mercado, desde que estejam preparadas para aproveitar as oportunidades que o ambiente oferece. O autor explica que as rápidas e constantes mudanças, conhecidas como *break points* (pontos de ruptura), exigem novas estratégias em uma empresa. Dessa forma, a empresa só obterá sucesso se conseguir se antecipar às novas diretrizes do mercado.

É fundamental saber, a princípio, administrar as mudanças do ambiente para que se possam enfrentar os desafios de administrar uma empresa.

ISBN 978-85-87406-94-1

Pois, dessa forma, colocará a empresa em melhor situação frente à concorrência (CHIAVENATO, 2000).

Neste contexto, nota-se a importância de observar as quebras de tendências, para que assim, possa elaborar de forma correta a prospecção de cenários.

5. PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS

A prospecção de cenários é uma ferramenta fundamental para se adaptar e enfrentar os desafios de um ambiente de incertezas. As constantes mudanças no cenário político, econômico, social, ambiental e tecnológico, exigem de um gestor a identificação das ameaças e oportunidades para o setor, bem como, a elaboração de estratégias que possam transformar as tendências dos possíveis cenários para construção de um futuro melhor.

Schwartz (2000, p.18) afirma que:

> Os cenários aparecem pela primeira vez logo após a Segunda Guerra Mundial, como um método de planejamento militar. A Força Aérea dos EUA tentou imaginar o que o seu oponente tentaria fazer, e prepara estratégias alternativas. Nos anos 60, Herman Kahn, que fizera parte do grupo da Força Aérea, aprimorou os cenários como ferramenta para o uso comercial.

A técnica de cenários é uma descrição de possíveis situações futuras através de uma análise de cada variável explicativa em seus possíveis comportamentos ou estados futuros segundo as estratégias dos atores.

Godet afirma que: “[...] um cenário não é a realidade futura, mas um meio de representá-la, com o objetivo de nortear a ação presente, à luz dos futuros possíveis e desejáveis” (GODET apud MARCIAL; GRUMBACH, 2002, p. 44).

Para Porter (1992) as incertezas relacionadas a qualquer uma das cinco forças competitivas (a entrada de novos concorrentes no mercado; as ameaças de produtos substitutos; o poder de negociação dos compradores; o poder de negociação dos fornecedores; e, a rivalidade entre os concorrentes) constituem a base conceitual para a construção de cenários industriais.

Devido às mudanças tão rápidas que ocorrem no ambiente, as organizações sentem-se cada vez mais pressionadas a se anteciparem e a se prepararem para essas mudanças (ANGELONI; MUSSI, 2008).

Para Kahane (2013), a elaboração de cenários não serve apenas para antecipar os possíveis problemas do futuro, mas, também através de uma equipe de

ISBN XXXXXXXXXX

pessoas influentes, a priori com ideias diferentes, no entanto afetadas pela mesma situação, possam enfrentar os desafios para entrarem em consonância e, com o poder de suas influências, produzir ações para transformar todo ambiente e, com isso, proporcionar um futuro melhor para todos. Ainda segundo o autor, tais ações podem ser de vários tipos, como campanhas, reuniões, movimentações, publicações, políticas, iniciativas, instituição ou legislação; podem ser públicas ou privadas; de curto e de longo prazo.

Observa-se que os métodos antigos de previsões para o futuro não são eficazes, principalmente, em ambientes que estão em constantes mudanças. E, com a necessidade de se preparar para o futuro, a prospecção de cenários contribui para o processo de tomada de decisões e criação estratégias.

6. METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, explicativa, exploratória, bibliográfica e estudo de caso. A análise dos dados foi realizada de forma quanti-qualitativa.

O primeiro passo da pesquisa foi elaborar uma lista de eventos através de especialistas do setor (analistas) com a utilização do Método Delphi. Tal método envolve o questionamento a um grupo de peritos com sucessivos questionários, sendo que após a análise ser efetuada, é reapresentado ao mesmo grupo de peritos para que possam reconsiderar suas opiniões em até no máximo seis vezes. É importante, também, que seja preservado o anonimato entre os respondentes. Portanto há a atuação de dois grupos de trabalho: os peritos, responsáveis pela elaboração das estimativas e os analistas, aos quais cabe a interpretação e análise das respostas (MARCIAL; GRUMBACH, 2002).

A metodologia aplicada para a construção dos cenários será a fornecida por Blanning e Reinig (1998), que consiste em efetuar o levantamento de uma série de eventos que poderão impactar o setor ou a empresa objeto do estudo, a partir das consultas aos especialistas. Posteriormente, em novas consultas, são levantadas as possibilidades de ocorrência de cada um dos eventos e, ocorrendo ou não, se serão favoráveis ou desfavoráveis para a empresa. A partir destas informações é possível a construção de três cenários (favorável, desfavorável e mais provável de ocorrer), que servirão de base para o planejamento estratégico do setor.

ISBN 978-85-87406-94-1

Foi utilizado, ainda, o Método dos Impactos Cruzados, abordagem analítica que, segundo Marcial e Grumbach (2002), visa estimar a interação das variáveis de interesse, de forma quantitativa, permitindo verificar até que ponto a ocorrência de um determinado evento exerce influência sobre as probabilidades de ocorrência de outros. Essa análise permitirá identificar as forças motrizes do sistema, ou seja, os eventos que deverão ter uma maior atenção por parte dos analistas e dos gestores do setor, nas tomadas de decisões e na formulação das estratégias.

7. RESULTADO DA PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa em elaboração, com previsão de apresentação em 2016, não se apresenta, ainda, o resultado da pesquisa.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, como as condições macroeconômicas são fundamentais para o crédito imobiliário e, este, é parte substancial para fomentar o setor, enquanto as condições macroeconômicas estiverem adversas, o setor ficará retraído, no entanto, nessa perspectiva, por ora, podem-se inferir dois possíveis cenários opostos para o setor: Uma redução mais significativa de lançamentos de imóveis pelas incorporadoras e uma estabilidade nos preços ou, uma forte redução nos preços dos imóveis e uma estabilidade nos lançamentos.

Outro possível cenário seria, dentro do horizonte temporal proposto, a retomada do crescimento da economia e um aumento significativo da confiança do consumidor, e, por conseguinte, o aquecimento do setor com aumento da oferta e demanda. Consequentemente, os imóveis teriam uma valorização em seus preços acima da inflação, o que seria mais atrativo para os investidores.

REFERÊNCIAS

ABECIPE. Disponível em: https://www.abecip.org.br/contato/perguntas-frequentes. Acesso em: 26 fev. 2016

ANGELONI, M. T.; MUSSI, C. C (Orgs.). **Estratégia:** formulação, implementação e avaliação. São Paulo: Saraiva, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim regional do Banco Central do Brasil**, abr. 2014. disponível em:

ISBN XXXXXXXXXX

http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2014/04/br201404b3p.pdf. Acesso em 20 out. 2015.

BLANNING, R. W.; REINIG, B. A. **Building scenários for Hong Kong using EMS**. **Long Rang Planing**, v. 31, iss. 6, p. 900-910, 1998.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**. Cartilha do crédito imobiliário.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-documentos-gerais/Cartilha_Credito_Imobiliario.pdf>. Acesso em: 02 maio 2016

CHIAVENATO, Idalberto. **Os novos paradigmas:** como as mudanças estão mexendo com as empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DRUCKER, F. Peter. **Uma era de descontinuidade**. Tradução de William Heinemann. 1. ed. São Paulo: Zahar, 1970.

KAHANE, Adam. **Planejamento de cenários transformadores:** trabalhando juntos para mudar o futuro. Tradução de Marcelo Michelsohn. São Paulo: Senac, 2013.

KOTLER, Philip, CASLIONE, John A. **Vencer no Caos**: lições do guru de administração e marketing para uma gestão eficaz em tempos de turbulência. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MARCIAL, Elaine Coutinho, GRUMBACH, Raul José dos Santos. **Cenários prospectivos**: como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva:** técnicas para análise de indústrias e da concorrência**.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

SCHWARTZ, Peter. **A arte da visão de longo prazo:** planejando o futuro em um mundo de incertezas**.** São Paulo: Best Seller, 2000.

STREBEL, Paul. **Break points**: como as empresas exploram mudanças radicais nos negócios. Tradução de Vidal Varella Filho. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

ISBN 978-85-87406-94-1

QUALIDADE DE VIDA E APOSENTADORIA EM MULHERES

Heloisa Silvestre Chiarelo; (Uni-FACEF)
Maria Luísa Casillo Jardim Maran (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa será realizada na cidade de Franca - SP, em um núcleo do Hospital Regional chamado Medicina Preventiva. Será realizado com dois grupos de mulheres aposentadas: por tempo de serviço e/ou idade ou em decorrência de um quadro de depressão.

O processo de aposentadoria, por mais que não seja por invalidez e sim por tempo de serviço e/ou idade pode vir acompanhado de um quadro depressivo, ocorrido pelo fato da desvinculação do trabalhador com o trabalho prestado.

Segundo a legislação brasileira, a aposentadoria para mulheres se dá aos 60 anos de idade, porém, existe o segurado especial, que caso seja um agricultor, pescador artesanal, indígena, entre outros profissionais, a idade é reduzida em cinco anos.

> A aposentadoria por idade é um benefício devido ao trabalhador que comprovar o mínimo de 180 meses de trabalho, além da idade mínima de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher. Para o "segurado especial" (agricultor familiar, pescador artesanal, indígena, etc), a idade mínima é reduzida em cinco anos (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA, 2015).

Já com relação à aposentadoria por tempo de contribuição, existe um novo calculo que se dá pela Lei 13.183, levando em conta a soma da idade e o tempo de contribuição da pessoa. O mesmo leva em consideração o número de pontos que a pessoa alcança somando a idade e o tempo de contribuição – este cálculo é denominado "Regra 85/95 Progressiva". Além dessa soma de pontos, deve-se cumprir a carência que corresponde a 180 meses de contribuição para aposentadoria. Nesta situação o aposentado poderá receber o beneficio integral, sem que seja aplicado o fator previdenciário.

A aposentadoria por tempo de serviço pode ser vivida de diferentes formas dependendo do processo de envelhecimento e de características pessoais.

ISBN XXXXXXXXXX

Há três teorias clássicas da Gerontologia que são complementares para uma explicação maior com relação aos aspectos vivenciados pelo processo de aposentadoria, sendo essas: A Teoria do Desengajamento, a Teoria da Atividade e a Teoria da Continuidade. As três concepções fundamentais são a retirada, a atividade e a continuidade.

> A Teoria do Desengajamento se refere a mudanças que acontecem durante o processo de envelhecimento. Enquanto isso, as duas outras teorias, a Teoria da Atividade e a Teoria da Continuidade, destacam aspectos de continuidade durante o processo de envelhecimento, seja pelo viés de manter-se ativo, que continua dando satisfação às pessoas idosas (Teoria da Atividade), seja pela busca da manutenção de estruturas internas e externas (Teoria da Continuidade) (DOLL; FONTURA; OLIVEIRA, 2015, p. 55).

A Teoria do Desengajamento se dá quando indivíduo passa de trabalhador para aposentado, ocorrendo uma separação/afastamento das relações pessoais com os membros da sociedade, bem como das atividades sociais. Este acontecimento é inevitável, ou seja, faz parte do processo de aposentadoria. Anteriormente o seu foco era o trabalho e após essa mudança o seu foco muda para a atenção/preocupação para si. Enfim, nessa fase o indivíduo se desliga do mundo do trabalho (DOLL; FONTOURA; OLIVEIRA, 2015).

Já na Teoria da Atividade o indivíduo se ajusta ao mundo devido às mudanças. Essas mudanças se dão devido ao indivíduo não exercer e não fazer mais uma atividade como a que ele trabalhava profissionalmente. Então ele se dedicará a sair para viajar, sair com colegas, encontrar centros de atividades, que possibilitem fazer artesanatos, jogar, cuidar da saúde, para um bem-estar. Surgindo o interesse em fazer atividades que preencham o vazio deixado pela falta de algo a fazer durante parte do dia. Então a Teoria da Atividade busca explicar como o individuo se ajusta às mudanças de sua nova idade, de sua nova fase (DOLL; FONTOURA; OLIVEIRA, 2015).

Por fim, na Teoria da Continuidade surgem estratégias adaptativas que o indivíduo irá utilizar, tendo relação com a Teoria da Atividade, onde a pessoa vai se adaptando com a situação de ser aposentado e busca uma atividade para realizar. Então ele vai em busca do que sente bem fazendo, o indivíduo não abandona seus relacionamentos com a sociedade e seu interesse pela vida continua

ISBN 978-85-87406-94-1

da mesma forma que estava antes da aposentadoria (DOLL; FONTOURA; OLIVEIRA, 2015)

Já entre as mulheres aposentadas por conta do quadro de depressão, esta situação ocorre devido ao fato da mesma ser considerada uma doença mental, que possibilita a aposentadoria por invalidez. De acordo com a Classificação Internacional das Doenças (CID-10), em quadros de depressão:

> O individuo sofre de humor deprimido, perda de interesse e prazer e energia reduzida levando a uma fatigabilidade aumentada e atividade diminuída. Cansaço marcante após esforços apenas leves é comum. Outros sintomas comuns são: concentração e atenção reduzida; autoestima e autoconfiança reduzidas; ideias de culpa e inutilidade; visões desoladas e pessimistas do futuro; ideias ou atos autolesivos ou suicídio; sono perturbado; apetite diminuído (CID-10, 1993, p.120).

O indivíduo que apresenta esse quadro de depressão não sente ânimo e nem vontade de fazer coisas, sair de casa e ter uma vida relativamente prazerosa, ou seja, essas pessoas apresentam dificuldades para se concentrar em atividades devido a sua falta de interesse e concentração.

Com a aposentadoria, muitas vezes, o indivíduo perde seu sentido de vida ao se distanciar do mundo do trabalho, no qual se sentia útil e contribuía para a sociedade. Por outro lado, o indivíduo também pode se sentir livre para fazer o que lá atrás não pôde realizar por conta do tempo dedicado ao trabalho.

Dessa forma, as pessoas que se aposentam por adoecimento ou outras circunstâncias podem recorrer a Programas que as orientem para uma melhor qualidade de vida. Como exemplo desse tipo de programa há um trabalho desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina denominado Aposentação, que oferece orientação para pessoas que estão próximas a aposentar-se e para pessoas que se aposentaram recentemente.

> “Aposent-ação” significa “aposentadoria para ação”. Seu objetivo é auxiliar as pessoas a deixarem de lado a ideia de que irão, se aposentar e ficar sem fazer nada. O objetivo é auxiliá-las a abandonarem o estereótipo de aposentado como um velhinho de pijama na frente da televisão e, especialmente, poder imaginar novos projetos para esta fase da vida, usufruindo o lado bom da aposentadoria. (COSTA; SOARES, 2011, p.112)

Segundo Ayabe et al. (2005), em algumas civilizações a velhice é sinal de sabedoria, de experiência e do saber acumulado, o que indica que a pessoa já

ISBN XXXXXXXXXX

viveu mais e tem um conhecimento maior. Porém, também ao aposentar-se podemos perceber o quanto o que trabalhamos durante nossa vida, faz sermos quem somos, e a partir do momento que ocorre essa mudança de fase, e a aposentadoria chega, é como se o individuo perdesse a sua essência. É como se o corpo fosse se desagregando conforme a memória vai se tornando cada vez mais viva. A autora ainda afirma que na sociedade em que vivemos, sendo esta capitalista, que idolatra a produção, alienando o trabalhador ao processo de produzir. Devido a essas questões o processo de aposentadoria pode gerar uma maior ansiedade quando não há planejamento.

Para que o indivíduo esteja realizado nessa nova fase, que é a aposentadoria, o mesmo deve estar ciente desde o início de sua carreira profissional de que um dia esse processo de aposentadoria irá chegar, só assim evitará que cause possíveis angústias e conflitos, por conta do término de sua carreira profissional.

O aposentado deve reconstruir uma nova identidade para si, após esse processo, e após essa nova fase, indo em busca de novos objetivos e estabelecer novos pontos de referências.

De acordo com Ayabe et al. (2005), a qualidade de vida se dá devido a maneira com que o individuo expõe sua subjetividade e individualidade com o mundo externo, ou seja, como ele influencia e é influenciado pelas pessoas. Existe um equilíbrio de condições de vida, sendo estes, subjetivas (afeto, segurança), e objetivas (renda, emprego), quando ambos estão em equilíbrio ocorre essa qualidade de vida, caso ocorra um desequilíbrio gera uma ansiedade, quadro depressivo e infelicidades, pois aquilo não lhe proporciona o prazer desejado. Ocasionando em dias difíceis de serem vividos, de fazer atividades difíceis de serem realizadas.

Quando as pessoas não se sentem bem fazendo o serviço proposto, infelizmente terá passado uma parte de sua vida sem sentido. No caso de pessoas com depressão isso se torna mais prejudicial.

Deve-se dar atenção também nos casos de pessoas que se aposentam por tempo de serviço e /ou idade, pois o processo de aposentadoria pode gerar quadros depressivos, sendo este, devido a falta da atividade profissional, e da falta

ISBN 978-85-87406-94-1

da ocupação de seu tempo. Porem existem escolhas que esses indivíduos podem fazer durante esse processo, que é buscar centros de apoio, que provem atividades, onde os mesmos podem exercer atividades e assim viver melhor esse período de vida, se sentindo ativos e fazendo algo que lhe de prazer.

Enfim para que haja uma melhor compreensão sobre os aspectos vivencias por essas aposentadas, será realizada nessa pesquisa a aplicação questionário SF-36, trazendo este, questões a respeito de como esta a saúde desses aposentados, se o mesmo é capaz de fazer atividade de vida diária, no caso de aposentados por conta do quadro de depressão, esse estado estará diferente dos que não aposentaram pelo mesmo propósito e assim podemos comparar os dados dos dois tipos de aposentadoria e de como estão se sentido perante a essa nova fase.

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral:

Conhecer e comparar a vivência da aposentadoria em dois grupos de mulheres a partir de duas situações distintas, a saber: aposentadoria por idade e/ou tempo de serviço ou por afastamento em decorrência de um quadro depressivo.

2.2 Objetivos específicos:

1. Conhecer aspectos da identidade pessoal e profissional das aposentadas;
2. Compreender o significado do trabalho e da aposentadoria para cada uma;
3. Avaliar a qualidade de vida das mulheres a partir dos resultados do Questionário de Qualidade de Vida (SF-36);

ISBN XXXXXXXXXX

3. METODOLOGIA

3.1. Participantes

A pesquisa será realizada com dois grupos de mulheres aposentadas, sendo três delas aposentadas por tempo de serviço e/ou idade e as outras três em decorrência de um quadro de depressão.

Será realizada uma pesquisa nos prontuários de mulheres aposentadas que participam de um Núcleo do Hospital Regional de Franca denominado “Medicina Preventiva” com o objetivo de realizar a seleção daquelas pessoas que se aposentaram por idade e/ou tempo de serviço ou em decorrência de um quadro depressivo.

As mesmas deverão ter domínio de leitura e escrita que permita a aplicação do Questionário de qualidade de vida SF-36.

3.2. Coleta de Dados

Inicialmente o projeto deverá ser avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Franca e, somente após a obtenção de um parecer favorável, dar-se-á início à coleta dos dados.

A coleta de dados será realizada na cidade de Franca, interior do estado de São Paulo, em um núcleo do Hospital Regional denominado “Medicina Preventiva”, após consentimento formal da unidade hospitalar. Este núcleo oferece um trabalho gratuito, tendo como propósito orientar e acompanhar vários tipos de doenças e também idosos com atividades e educação preventiva.

Para realizar a coleta de dados serão utilizados um roteiro de entrevista semiestruturado e o Questionário de qualidade de vida (SF-36).

Inicialmente será realizado o rapport, posteriormente a realização da entrevista e aplicação do Questionário de qualidade de vida (SF-36).

O SF-36 é composto por 11 questões e 36 itens que englobam oito componentes (domínios ou dimensões), representados por capacidade funcional (dez itens), aspectos físicos (quatro itens), dor (dois itens), estado geral da saúde

ISBN 978-85-87406-94-1

(cinco itens), vitalidade (quatro itens), aspectos sociais (dois itens), aspectos emocionais (três itens), saúde mental (cinco itens) e uma questão comparativa sobre a percepção atual da saúde e há um ano. O indivíduo recebe um escore em cada domínio, que varia de 0 a 100, sendo 0 o pior escore e 100 o melhor.

3.3. Análise de Dados

Com relação aos dados obtidos com o Questionário (SF-36) será realizado um cálculo de cada um dos domínios (capacidade funcional, aspectos físicos, dor, estado geral da saúde, vitalidade, aspectos sociais, aspectos emocionais e saúde mental) e a soma dos pontos obtidos em cada item relativo ao domínio correspondente, para cada aposentado.

Posteriormente será realizada a comparação destes resultados entre as mulheres aposentadas por idade/tempo de serviço ou por depressão, com o objetivo de verificar possíveis diferenças na qualidade de vida dessas mulheres.

Com relação aos relatos das mesmas, obtidos através das entrevistas, será realizada a análise qualitativa do material baseada na proposta de Alves e Silva (1992), buscando-se conhecer possíveis peculiaridades na vivência da aposentadoria pelos dois grupos de mulheres.

3.4. Aspectos Éticos

O presente projeto de pesquisa, por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, deverá ser inserido na Plataforma Brasil e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Franca para análise e aprovação, para que então se dê início à coleta dos dados.

Para a realização das entrevistas e do Questionário de qualidade de vida (SF-36), será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) às aposentadas participantes, as quais terão esclarecimento acerca do anonimato e sigilo das informações obtidas, dos objetivos da pesquisa, da possibilidade de não continuarem a participação se houver necessidade, bem como que os dados coletados serão usados para a realização de um trabalho científico.

ISBN XXXXXXXXXX

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá ser assinado em duas vias, ficando uma com a participante e a outra com a pesquisadora.

3.5. Cronograma de Execução da Pesquisa

Atividade	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Levantamento Bibliográfico	■	■	■			
Coleta de dados (Entrevista e aplicação do SF 36)		■	■			
Análise dos dados				■	■	
Conclusão					■	■

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. F. C.; COELHO, O. T.; PIMENTA, P. A. F.; REZENDE, A. N.; REZENDE, F. C.; SIMIL, F. F.; TORRES, G. O. Avaliação da qualidade de vida de aposentados com a utilização do questionário SF-36. **Rev. Assoc. Med. Bras.** Belo Horizonte, v.54, n. 1, p.55-60, 2008.

ALAMEIDA, S.T.; DOLL, J.; GOMES, A.; HOLLERWEGER, L.; PECOITS, R. M. **Atividade, desengajamento, modernização: teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento**, Porto Alegre – RS, 2007, p.7-33.

AYABE, N. H.; CANÊA, C. L.; LUNARDELLI, F.C.M.; RODRIGUES, M. A preparação para a aposentadoria: o papel do psicólogo frente a essa Questão. **Revista Brasileira de Orientação Profissional,** v.6, n.1, p.53-62, 2005.

Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clinicas e Diretrizes Diagnósticas – Coord. Organiz. Mund. da Saúde; trad. Dorgival Caetano – Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CICONELLI, R. M.; FERRAZ, M. B.; SANTOS, W.; MEINÃO, L. QUARESMA M. R. Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). **Rev. Bras. Reumatol.** 39:143-150, 1999.

COSTA, A.B.; SOARES, D. H. P. **Aposentação: aposentadoria para ação**. São Paulo: Vetor, 2011.

DOLL, J.; FONTOURA, S. D.; OLIVEIRA, N. S. Educação e Realidade: O Desafio de Aposentar-se no Mundo Contemporâneo. Porto Alegre – RS, V. 40, n.1, p.53-79,

ISBN 978-85-87406-94-1

2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100053&lang=pt>. Acesso: 29/11/2015.

MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL. Aposentadoria por idade. 08 Jan. 2015. Disponível em : <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/aposentadoria-por-idade/>. Acesso em: 17 Fev. 2016.

MINISTÉRIO DA PRECIDENCIA SOCIAL. Novas regras para aposentadoria por tempo de contribuição. 18 Jun. 2015. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2015/06/servico-novas-regras-para-aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao-ja-estao-em-vigor/>. Acesso em : 17 fev. 2016.

ANEXOS

Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Heloisa Silvestre Chiarelo, sou aluna do curso de Psicologia do Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) e estou fazendo uma pesquisa em Franca, São Paulo. Este trabalho, intitulado “Qualidade de vida e aposentadoria em mulheres”, orientado pela professora Drª. Maria Luisa Casillo Jardim Maran pretende investigar o processo da aposentadoria e a qualidade de vida em mulheres aposentadas que completaram o ensino fundamental. Essa pesquisa estudará cerca de 6 aposentadas, por tempo de serviço e por adoecimento, da cidade de Franca, São Paulo. Sua participação voluntária será responder a uma entrevista e a um questionário de qualidade de vida e suas respostas serão gravadas para que possamos analisá-las posteriormente. Todas as informações desta pesquisa são confidenciais e somente serão utilizadas para investigação científica, sem nenhuma identificação das pessoas que as forneceram, devendo ser publicadas futuramente como trabalhos científicos. Não há risco significativo na participação das atividades desta pesquisa, bem como qualquer pessoa tem a liberdade de se recusar a dela participar, bem como retirar o seu consentimento para este trabalho, em qualquer fase da pesquisa, sem sofrer qualquer prejuízo pessoal ou penalidade. Caso você aceite participar da pesquisa será solicitado que assine o termo de consentimento para documentar sua decisão. A sua cooperação será muito valiosa e necessária

ISBN XXXXXXXXXX

para tornar possível esta pesquisa. Desde já, agradecemos sua colaboração e estaremos disponíveis para outras informações, caso necessário.

Heloisa Silvestre Chiarelo **Maria Luisa Casillo Jardim Maran**

Eu,_____RG_____ declaro ter recebido os esclarecimentos acima descritos. Estou de acordo com a participação como voluntária no projeto de pesquisa "Qualidade de vida e aposentadoria em mulheres" sob responsabilidade da aluna Heloisa Silvestre Chiarelo e da orientadora Maria Luisa Casillo Jardim Maran, assim como estou ciente de que os registros relativos a esse trabalho serão utilizados como material de trabalho científico e poderão ser divulgados em congressos, bem como publicados em revistas ou livros especializados, resguardando-se o devido sigilo quanto à minha identificação. Entendo que receberei uma cópia deste termo assinado pela pesquisadora.

Assinatura do participante: _____

Franca, _____ de _____ de 2016.

Contatos:

Profª. Drª. Maria Luisa Casillo Jardim Maran; email: mluisajmaran@gmail.com; tel.: (16) 37134688

Heloisa Silvestre Chiarelo; email: heloisachiarelopsico@hotmail.com; tel.: (16) 99162-5484

ISBN 978-85-87406-94-1

Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Estamos desenvolvendo uma pesquisa em Franca (SP), cujo título é "**A qualidade de vida e aposentadoria em mulheres**". Esta pesquisa tem como objetivo investigar o processo da aposentadoria e a qualidade de vida em mulheres aposentadas que completaram o ensino fundamental.

O trabalho será desenvolvido sob responsabilidade da Profa. Maria Luisa Casillo Jardim Maran, docente do curso de Psicologia do UNIFACEF – Centro Universitário de Franca e da estudante Heloisa Silvestre Chiarelo aluna de Psicologia desta mesma instituição.

Essa pesquisa procurará compreender, portanto, como é vivenciado o processo da aposentadoria e a qualidade de vida das mesmas. Sendo assim, gostaríamos de contar com a sua colaboração, autorizando nossa inserção nesta instituição sob sua responsabilidade.

A atuação na Instituição dar-se-á da seguinte forma: a pesquisadora visitará a instituição e apresentará a pesquisa para as aposentadas, bem como distribuirá o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a autorização da mesma. Apenas após a formalização do consentimento destes será realizada a pesquisa, que compreenderá a aplicação de um questionário sobre história pessoal e familiar e um questionário com o objetivo de avaliar como esta a saúde dessas mulheres. A pesquisa será realizada com 6 mulheres aposentadas, 3 devido a aposentadoria por invalidez, devido ao quadro de depressão e 3 devido a aposentadoria por tempo e/ou idade, com duração de uma hora e não implicam em riscos ou prejuízos para as aposentadas, sendo que estas podem se recusar a participar em qualquer momento da pesquisa.

Todas as informações relatadas são confidenciais e somente serão utilizadas para investigação científica, sem nenhuma identificação das pessoas que as forneceram. A cooperação de seu estabelecimento será muito valiosa e

ISBN XXXXXXXXXX

imprescindível para que os objetivos desse estudo sejam alcançados. A participação neste trabalho será voluntária e nenhum participante receberá pagamento por colaborar nesta pesquisa. Auxiliar neste projeto de pesquisa representa contribuir para uma melhor compreensão do processo da aposentadoria com relação a qualidade de vida, buscando-se aprimorar o atendimento psicológico a essa população. Desde já, agradecemos a atenção dispensada.

Atenciosamente,

Heloisa Silvestre Chiarelo **Maria Luisa Casillo Jardim Maran**

ROTEIRO DE ENTREVISTA*

Dados pessoais:

1- Nome:

2- Idade:

3- Naturalidade:

4- Escolaridade:

5- Estado Civil:

6- Tem filhos?

7- Aposentado há quanto tempo?

8- E o companheiro (a) é aposentado?

Dados relativos à vida e à trajetória de trabalho:

1- Entre os membros de sua família (avós, tios, pais) qual profissão você admirava mais?

2- Seus pais comentavam se tinham projeto de vida para você?

ISBN 978-85-87406-94-1

3- Quando você começou a trabalhar, foi você quem escolheu sua profissão ou precisou trabalhar em alguma ocupação por necessidade? Como se sentiu?

4- O que gosta de fazer nas horas vagas?

5- Conte-me brevemente sobre sua trajetória profissional.

6- Qual o significado da palavra trabalho para você?

7- Sempre atuou na mesma área profissional ou teve outras experiências?

8- Durante sua trajetória de trabalho, o que foi mais marcante para você?

9- Se tivesse oportunidade, você teria mudado de profissão? Por quê? Qual você escolheria?

Questões relativas à aposentadoria:

1- Qual o motivo da sua aposentadoria?

2- O que significa para você estar aposentado?

3- Quais são seus planos para o futuro?

4- Como seus familiares lidaram com a sua aposentadoria?

5- Pratica atividades de lazer? E a saúde, o que tem feito para ser uma pessoa saudável?

6- Como ficaram suas relações sociais após a aposentadoria?

7- Quais os aspectos negativos da aposentadoria?

*O roteiro de entrevista, foi retirado do livro: “Aposentação, aposentadoria para a ação” de SOARES e COSTA (2011).

ISBN XXXXXXXXXX

SAÚDE MENTAL: uma reflexão acerca do processo de adoecimento no mundo do trabalho

Alessandra Ferreira Figueiredo (UNESP)
Cássia Regina Rosa (UNESP)
Edvânia de Souza Lourenço (UNESP)
Éica Batista dos Santos (UNESP)
Tamara dos Santos Oliveira (UNESP)

1. INTRODUÇÃO

Este estudo busca contextualizar como as relações sociais de trabalho contemporâneas levam ao adoecimento mental do trabalhador no sistema capitalista. Dessa forma, este artigo se baseia em fontes bibliográficas acerca da temática referida, diante do estudo foi possível apreender que ao longo da história o sofrimento mental foi visto dissociado do social, sendo compreendido somente em seu aspecto biológico desconsiderando as relações de trabalho. O modo como o trabalho está organizado, na atualidade, faz com que este afete a saúde mental do trabalhador. Neste sentido, toma por base o estudo de Dejours (2005) para compreender como o trabalho leva ao adoecimento e a loucura. Não se trata de um fenômeno novo, mas que vem sendo aprofundado a partir da nova gestão do trabalho sob a perspectiva do capital, que tem como premissa a exploração da força de trabalho submetendo os trabalhadores a condições precárias de trabalho, afetando a vida e a saúde destes. Considerando que a saúde é uma área de atuação do Serviço Social e que possui um posicionamento ético-político, a profissão visa resistir ao processo de afastamento do Estado das políticas sociais públicas, manter e ampliar as conquistas históricas do projeto de Reforma Sanitária, contrapondo-se também à atuação pulverizada e fragmentada da questão social, bem como se orienta pelo Código de Ética da/o Assistente Social com vistas à garantia e ampliação dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras. É neste contexto que se insere a intervenção do profissional na saúde mental. Nesse sentido destaco a importância de se refletir a saúde mental do trabalhador na atual organização do trabalho para evitar novas formas de adoecimento mental advindas das vivências de sofrimento em decorrência da condição de trabalho que está posto.

ISBN 978-85-87406-94-1

2. BREVE CARACTERÍSTICA DOS SISTEMAS FORDISTA E TAYLORISTA NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A necessidade de aperfeiçoar um novo tipo de trabalhador fez com que o empresário norte- americano Henry Ford criasse para a sua indústria de automóvel um sistema baseado numa linha de montagem, o qual ficou conhecido como o movimento *Fordismo*. Este sistema consistia na fabricação em massa, e para a instauração desse sistema era necessário iniciar uma fase de adaptação psicofísica do trabalhador à nova estrutura industrial.

Segundo Gramsci (1976) o Fordismo desenvolveu-se no século XX, no qual sua principal função era diminuir ao máximo os custos de produção e consequentemente abaixar o preço do produto, possibilitando, assim um aumento no número de compradores. No sistema Fordismo o mecanismo essencial para a realização do trabalho, era a esteira rolante, esta conduzia o produto e ao passar pelo funcionário, este executava uma pequena etapa do processo de produção, não precisando, assim, possuir capacitação para a realização do trabalho. Nesse sentido, os trabalhadores permaneciam no mesmo local de trabalho, e a produção teria uma maior velocidade.

Gramsci ressalta ainda, que o sistema *Fordismo* influenciou a vida dos trabalhadores, pois a rotina na indústria exigia um aprendizado geral, um processo de adaptação tanto física quanto psicológica para a execução de determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc.

As mudanças no modo de ser e viver são alcançadas através da imposição desumana, do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade, ou seja, o domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. A “educação” do homem capaz de se adaptar aos novos tipos de civilização, as novas formas de produção e de organização do trabalho foram realizadas com o emprego de brutalidades espantosas. O período de desenvolvimento civilizatório foi marcado por crises.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial houve uma profunda crise nos costumes da sociedade, o que fez com que surgisse a necessidade de se

ISBN XXXXXXXXXX

criar novos hábitos frente à nova forma de trabalho que acabara de emergir. Um novo método de trabalho vinha se afirmando fazendo com que a crise fosse ainda mais violenta.

O novo método, o *Taylorismo* criado pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor em 1911, exigia uma rígida disciplina e controle sexual, o reforçamento da "família" em sentido amplo, a regulamentação e a estabilidade das relações sexuais. A forma de produção Taylorista exige do homem-trabalhador a abnegação de qualquer ato que coloque seu bom desempenho no trabalho em risco. O *Taylorismo* estabeleceu uma maneira de viver, pensar e de sentir a vida. Algumas empresas criaram os inquéritos de inspeção para poder controlar a "moralidade" dos seus operários, surgindo, assim, um novo tipo de trabalhador e de homem.

O objetivo de Taylor era desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexo psicofísico de trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal.

O industrial americano preocupou-se em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular nervosa para que assim obtenha um quadro de trabalhadores estáveis. O trabalhador coletivo de uma empresa é uma máquina que não deve ser desmontada com frequência e ter suas peças renovadas constantemente sem grandes perdas.

3. UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

Após as incursões acima acerca de como o trabalho se organizou no século XX, assentado na abnegação da esfera privada da vida, a fim de se desenvolver as forças produtivas de forma a potencializar a produção, o que ao longo deste processo culminará na exploração

O capitalismo alcança sua expressão clássica a partir da Revolução Industrial, segundo os estudos de Marx (1985), sua base fundamental

ISBN 978-85-87406-94-1

se assenta na exploração do trabalho como fundamento principal para alcançar a acumulação de capital. Esta acumulação ocorre por meio da produção da “mais valia”, esta, por sua vez representa o trabalho dispensado e não pago, que acaba por gerar lucro ao detentor do capital.

Dentro da lógica do capital, o trabalhador é considerado exclusivamente um instrumento para produção, não é visto como ser humano com seus sofrimentos e sentimentos, questão esta que é denominada de coisificação, ou seja o homem não é visto como um ser com pensamentos, vontades e direitos, mas sim como coisa, coisa que pode produzir, consumir, um homem coisificado que apenas é importante enquanto for capaz de contribuir para esse sistema que se alimenta da sua vida através de sua força de trabalho (MARX, 1985).

Dentro deste processo e para a continuação deste, a alienação do trabalhador é algo importante para o detentor do capital, para que esse sistema seja mantido e perpetuado.

A alienação acontece na medida em que os trabalhadores produzem objetos sem qualquer controle sobre estes e em larga escala, sem pensar sobre o processo produtivo, e mais ainda, o que é produzido não é reconhecido pelo trabalhador, pelo contrário, o seu trabalho e seus produtos se apresentam como algo estranho e até hostil ao criador, dado que não lhe proporcionam se não miséria, sofrimento, insegurança e desigualdade social e econômica, visto que o seu produtor não se apropria do que é produzido, tampouco tem suas necessidades satisfeitas pelo trabalho dispensado. A apropriação privada dos meios de produção, máquinas e equipamentos, a distribuição desigual da terra, tornou possível o agravamento da desigualdade, este antagonismo entre ricos e pobres, em outras palavras; detentores e não detentores do capital.

Christophe Dejours, um especialista em estudos acerca da saúde mental no e pelo trabalho, realiza importante reflexão, a partir do questionamento: O que fazermos para tolerar a sorte reservada aos desempregados e aos novos pobres cujo número não para de aumentar? E como conseguiremos, ao mesmo tempo, aceitar sem protestos as pressões no

ISBN XXXXXXXXXX

trabalho, que são cada vez maiores e chegam a por em risco nossa integridade mental e física?

Para Dejours a origem desse consentimento, está no medo, depois na vergonha. Para funcionar a máquina neoliberal (que prega a lógica do mercado e sustenta o capital), acabamos por cometer atos que, todavia, reprovamos. Diante da situação de guerra econômica se utilizam métodos cruéis contra os cidadãos no mundo trabalho, a fim de excluir aqueles que não estão aptos para combater nessa guerra. E esta implica em sacrifícios individuais e coletivos em nome da razão econômica, uma guerra sem equipamentos militares e com competitividade. Por vezes há quem “cochiche” que é uma “guerra sã”. Antes de tudo, pela saúde das empresas. Metáforas como: “Arrumar a casa”, “Enxugar os quadros” e “Fazer uma faxina” são recorrentes para justificar as decisões de remanejamento, rebaixamento, marginalização ou dispensas. As demissões causam às pessoas sofrimentos, aflições e crises de que são testemunhas compulsórias assistentes sociais e psiquiatras (DEJOURS, 2005).

Esta é também uma questão política crucial (sobre a qual não aprofundaremos aqui) na qual a maquinaria continua a mostrar seu poderio por intermédio do sofrimento no trabalho, este aumenta porque os trabalhadores vão perdendo gradualmente a esperança de que a condição, que lhes é dada, possa melhorar, além de muitas vezes se submeterem às situações degradantes de trabalho em virtude das suas necessidades, que embora não são atendidas pelo trabalho, lhes proporciona condição de subsistência. A relação com o trabalho vai se dissociando, paulatinamente, da promessa de felicidade e segurança, compartilhadas para si mesmo, colegas e os próprios filhos. Há o sofrimento dos que trabalham por suas condições de trabalho (condições estas que não satisfazem suas necessidades) e dos que não têm emprego.

Segundo Dejours (2000), acreditava-se que a mecanização tenderia a livrar a “pele de asno” do seu traje mal cheiroso para proporcionar um destino de “princesa de vestido prateado”. Infelizmente, tudo isso não passa de clichê. Por trás da vitrina há o sofrimento dos que trabalham. Dos que, aliás, pretensamente passam a não existir, perdem suas identidades.

ISBN 978-85-87406-94-1

Vejamos por exemplo um trabalhador rural, de nome João, sai de sua casa João e retorna “Bóia-fria”, recebe um rótulo e também uma desfiguração física pelo trabalho desgastante que exerce.

O neoliberalismo reforça o sofrimento na medida que não apenas permite o desmonte dos direitos do trabalho, mas também provoca ampla redução dos direitos sociais implicando no endurecimento das condições de vida da população como um todo, mas, especialmente, dos trabalhadores. Com a reestruturação produtiva e política neoliberal, o homem precisa se adaptar às condições postas pelo mundo do trabalho, é necessário ser polivalente, assumindo inúmeras tarefas arriscadas para a saúde e em condições pouco diferentes, daquelas do início da Revolução Industrial e, por vezes, agravadas por frequentes infrações de leis trabalhistas, tais como a flexibilização da produção, das horas trabalhadas e das funções, além da terceirização do trabalho.

Diante da lógica competitiva e exigente da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, no mundo do trabalho contemporâneo, reina o medo dos que temem não satisfazer, não estar a altura das disposições da organização como horário, ritmo, formação, informação, nível de instrução, experiência, rapidez, entre outros. Estudos revelam que, por trás das vitrinas do progresso, há um mundo de sofrimento que, às vezes, nos deixa incrédulos (DEJOURS, 2005).

Em situações de trabalhos comuns é frequente a ocorrência de acidentes e de incidentes de trabalho, em tais situações, muitas vezes, os trabalhadores são apontados falhos, incompetentes e muitas mortes são justificadas pelas falhas ou “anomalias” do sistema técnico. Diante da situação, os trabalhadores tomam a forma do medo e de serem incapazes de enfrentar situações incomuns ou incertas.

Até mesmo quando o trabalhador sabe o que deve fazer, não pode fazê- lo, porque o impedem as pressões sociais do trabalho, a burocracia lhe impede. Outro fator posto pela condição do mundo do trabalho hoje é o constrangimento por executar uma tarefa que não atende as expectativas do empregador ou ser constrangido por uma instituição ou

ISBN XXXXXXXXXX

qualquer outro órgão empregador a executar mal a sua tarefa, deixando o executor numa situação psicológica, extremamente, penosa, conflitante com os valores do trabalho bem feito, o senso de responsabilidade e a ética profissional (DEJOURS, 2005).

Dejours (2005) destaca o papel do reconhecimento no trabalho para a estrutura da esfera mental, portanto, para o não sofrimento. Em sua maioria os que trabalham, se esforçam por fazer o melhor, pondo nisso muita energia, paixão. É justo que essa contribuição seja reconhecida. Quando ela passa despercebida, em meio à indiferença geral, ou é negada pelos outros, isso acarreta um sofrimento que é muito perigoso para a saúde mental. Quando a qualidade do trabalho é reconhecida, também são reconhecidos os esforços, as angústias, dúvidas, as decepções e os desânimos adquirem sentidos. Portanto, todo esse sofrimento não foi em vão (DEJOURS, 2005). Não podendo gozar os benefícios do reconhecimento, nem alcançar assim o sentido de sua relação para com o trabalho, o sujeito se vê reconduzido ao sofrimento e, somente, a ele. Sofrimento este, que num círculo vicioso é capaz de desestabilizar a identidade e a personalidade, levando ao adoecimento mental. (DEJOURS, 2005).

Se a hoje a principal fonte de injustiça e sofrimento, na sociedade, é o desemprego, o grande palco do sofrimento é, certamente, o trabalho. Tanto para os que dele se achavam excluídos tanto para os que dele permanecem. (LINHART, 1978).

A configuração do trabalho hoje se alimenta da super exploração, extraída pelo medo, ameaça de demissões, por vezes, permitem obter dos empregados, mais trabalho, melhor desempenho e mais lucro ao detentor do capital (DEJOURS, 2005), o trabalho se torna, pouco a pouco, um infortúnio. Após a decepção com o trabalho, o trabalhador sente que este está lhe retirando sua substância vital, mesmo, seu sangue, passa a perceber que estão sendo “consumidos”, “espoliados” e “sugados” (DEJOURS, 2005).

A lógica cruel da gestão do trabalho, causa os sentimentos descritos e também se expressa no fato que as possibilidades de resistência vão sendo transformadas em possibilidades de ganhos do capital e, portanto,

ISBN 978-85-87406-94-1

de aumento do sofrimento, proposto pelos grandes gestores a fim de extrair mais trabalho dos trabalhadores (DEJOURS, 2005). Isso nos levar a questionar acerca das formas do sofrimento mental contemporâneo.

As discussões em torno deste tema avançaram e diversos tratados e documentos internacionais apontam para os males provenientes do trabalho e a necessário atenção que garanta o trabalho digno e também o tratamento e atenção garantidores de dignidade humana.

Neste contexto de super exploraçção da força de trabalho, fruto do neoliberalismo, o mesmo propõe o recrudescimento das políticas sociais, que se tornaram altamente seletivas e um mercado de trabalho também seletivo, desregulamentado, flexibilizado e excludente, surgem novos problemas de saúde. Assim, o destaque, neste estudo, é para a Saúde Mental Relacionada ao Trabalho.

> Nas intersecções entre processo de trabalho e processo saúde-doença, determinações de ordem sociopolítica e econômica passam a atuar. Nas situações de trabalho dominado, a desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados se configura como *desgaste* (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 136).

Segundo Seligmann-Silva (2011) é necessário conhecer os constrangimentos causados pelo trabalho, sobretudo o trabalho alienado, referindo que “[...] há no trabalho alienado uma utilização deformada e deformante das potencialidades psíquicas, assim como do próprio corpo” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 135, grifos da autora).

Como já discutido por Dejours (2005) a transformação da realização no e pelo trabalho em carga de negatividade, pressão e sofrimento geram profundos constrangimentos para a esfera mental.

Seligmann-Silva (2011) também discute o Sofrimento Mental Relacionado ao Trabalho na atualidade e aborda o seu caráter deformante do trabalho devido ao desgastes que os trabalhadores estão sujeitos.

Seligmann-Silva (2011) explicita que no processo de Sofrimento Mental Relacionado ao Trabalho, sobressaem a fadiga física, mas

ISBN XXXXXXXXXX

essencialmente a mental, o que predispõem os sujeitos aos acidentes de trabalho e aos agravos à saúde mental.

E o que o Serviço Social tem a ver com isso?

Faz-se importante salientar que partiremos do entendimento da saúde mental como particularidade da questão social, sendo este objeto de trabalho da/o assistente social, esta apreensão por parte da/o profissional de Serviço Social é fundamental, pois é uma particularidade que compõe as singularidades expressas no cotidiano profissional e que são expressões da questão social.

Iamamoto (2001) ao discutir a questão social aponta que esta possui sua gênese vinculada à emergência do sistema capitalista, o qual coloca abertamente as contradições geradas por esse modo de produção, da relação entre capital e trabalho, determinando o surgimento de novas demandas sociais requeridas pela classe trabalhadora.

Muito embora na contemporaneidade a política social não seja apenas redistributiva (BEHRING apud LOURENÇO 2009) de reprodução da força de trabalho e, tampouco, capaz de sanar os problemas gerados no antagonismo da acumulação capitalista, não se pode perder de vista que os direitos sociais e as políticas sociais se configuram em espaços de conquista de direitos e de luta para a sua manutenção e ampliação. Portanto não se pode desconsiderar as forças sociais e movimentos, pois segundo Bravo (2014), a organização dos trabalhadores sempre foi um polo de oposição contra- hegemônico importante.

São estes movimentos contra hegemônicos que irão levar no ano de 2001, após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, a Lei “Paulo Delgado”, a qual é sancionada no país, por meio da Lei Federal 10.216, que redireciona a assistência em saúde mental, cujo oferecimento de tratamento passa a ter base em serviços de caráter comunitário. Esta Lei dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas algum sofrimento mental, apesar de não instituir mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios

ISBN 978-85-87406-94-1

representa um avanço, pois impõe novo impulso e novo ritmo para o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Neste mesmo período, o processo de desinstitucionalização de pessoas que estiveram por anos internadas é impulsionado, com a criação do Programa “De Volta para Casa”. No âmbito da política de atenção, apoio e tratamento para a questão do álcool e de outras drogas, incorporando a estratégia de redução de danos.

A apreensão acerca da saúde mental, bem como seus processos, é fundamental por parte do profissional de Serviço Social, pois os individuos, muitas vezes, fruto dos rebatimentos macro econômicos, políticos apresentam- se singularmente no cotidiano profissional das/os assistentes sociais.

De acordo com estudos de Pereira e Guimarães (2013), os profissionais do Serviço Social já trabalharam nos hospitais psiquiátricos, atuando de forma subordinada aos médicos em ações de levantamentos de dados sociais e familiares dos pacientes, em contatos com familiares para preparação de alta, na confecção de atestados sociais. Dessa forma, tratava-se de um fazer subalterno, burocrático, assistencialista e acrítico (VASCONCELOS, 2010, apud PEREIRA; GUIMARÃES, 2013).

Esse agir subalterno constitui-se uma marca fundamental dos primórdios da profissão, como afirma Martinelli (2005), desde cedo, os assistentes sociais foram imprimindo a profissão uma marca do agir imediato, da ação rápida, alienada e alienante, que acabava por reproduzir práticas que expressavam os interesses da classe dominante.

A Reforma Psiquiátrica e a Reforma Sanitária, sucedidas a partir do final da década de 1970, trouxeram a ampliação do conceito de saúde que passa a considerar os determinantes sociais, ou seja, considerando o modo de vida como um todo. E traz importantes questões para a atuação do assistente social, principalmente no que se refere ao aspecto político da assistência social e psiquiátrica.

Assim sendo, a Reforma Psiquiátrica supõe uma extensa necessidade de saberes, inaugura a necessidade da interdisciplinaridade, dos

ISBN XXXXXXXXXX

saberes sociais e políticos e ocupa-se em promover uma abertura muito grande para a atuação do Serviço Social na saúde mental, devido a formação social e política desse profissional (BISNETO, 2009 apud PEREIRA; GUIMARÃES, 2013).

A partir das ressignificações alcançadas na profissão, bem como a maturidade teórica e crítica, o Serviço Social passa a adotar uma atitude mais comprometida e menos subalterna à disciplina médica na área de Saúde Mental, buscando consolidar os ideais da Reforma Sanitária, ou seja, a defesa da universalização das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais e da Reforma Psiquiátrica. Contudo, o Serviço Social encontra-se inserido numa realidade contraditória, ao mesmo tempo, que avançam as proposições do movimento de Reforma Psiquiátrica, materializando em leis e novos serviços assentados nos ideais defendidos por aquele movimiento; passaram a ocorrer importantes mudanças na forma de gerir os serviços públicos, que na área da saúde segue o mote da privatização e dos cortes de investimento público.

Acompanha esse processo as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, as quais geram contratos flexíveis, terceirizados, sem direitos trabalhistas e aumentam o desemprego e os subempregos. Tudo isso aumenta as agruras da vida e repercute no cotidiano do assistente social, que se vê diante da ampliação da demanda de pessoas que recorrem ao serviço social para terem seus direitos minimamente garantidos em um contexto de maiores dificuldades para garanti- los haja vista as políticas neoliberais que reduzem os gastos com as políticas sociais e implanta políticas focais como o retorno da caridade, propensão a refilantropização no agir profissional na área, assim como o estado passa a investir cada vez menos no setor de saúde mental (BISNETO, 2009, PEREIRA; GUIMARÃES, 2013).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a falta de recursos financeiros e de profissionais capacitados é ainda mais grave em países de baixa e média renda – a maioria deles destina menos de 2% do orçamento para a área de saúde mental.

> O plano de reforma de Estado apresenta a substituição da administração direta por entidades de direito privado como melhor forma de gestão para os recursos financeiros e humanos da *saúde pública.* Os defensores deste modo de gestão alegam que o regime

ISBN 978-85-87406-94-1

> privado de contratação de profissionais, de bens e serviços possibilita mais eficiência na assistência à saúde da população. [...] contudo a maioria dos profissionais e usuários argumenta que o regime público é imprescindível para a garantia da qualidade e do acesso à prestação dos serviços (Bravo, 2014-p.25)

Neste sentido cabe salientar que o adoecimento mental, embora possua seus fatores biológicos, se nutre não apenas das injustiças sociais advindas da negação dos direitos elementares, mas dos custos da política neoliberal. Neste sentido, há a precarização das políticas sociais oferecidas, em virtude da política macroeconômica adotada, política esta que opta pelos ajustes e cortes nas políticas sociais para fazer funcionar a máquina neoliberal, assim sendo há o agravamento da questão social e perduram suas expressões, dentre elas; o adoecimento mental.

A questão social é objeto de trabalho do assistente social, portanto esta necessita ser considerada “sob os olhos” do projeto ético-político da profissão e dentro dos preceitos éticos profissionais materializados no Código de Ética profissional, que tem em dois de seus princípios; o reconhecimento da liberdade como valor ético- central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; bem como a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, princípios estes que devem ser levadas a cabo no que diz respeito a Saúde Mental e no tratamento dispensado às pessoas com algum sofrimento psíquico, haja vista os abusos e violências sofridas e expostas aqui neste trabalho.

O serviço Social é uma profissão que já possui sua maioridade intelectual, sua atuação não se dá exclusivamente sobre questões subjetivas vividas pelos usuários, a ação do assistente Social na saúde mental deve se dar na busca criativa e incessante da incorporação do conhecimento articulado ao projeto de Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica e na defesa e busca da efetivação do projeto ético-político.

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais.

ISBN XXXXXXXXXX

Valores e práticas até então colocados em segundo plano (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando elenco de reivindicações da cidadania.

Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência alocou o Serviço Social do seu compromisso ético-político. No decorrer do processo histórico, nas décadas de 1970/80 no contexto de redemocratização do país, tensionamentos sociais, as análises tecnicistas já não davam conta de uma sociedade tão complexa, com uma multiplicidade de grupos sociais como: mulheres, movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais), movimento campesino entre outros e um cenário estrangeiro de convulsões sociais, o Serviço Social se aproxima da teoria social crítica, firmando a recusa e crítica ao conservadorismo. Passa a se embasar nos conteúdos do pensamento de Marx, inserindo-os na formação profissional. A profissão se posiciona a favor da classe trabalhadora, quebrando a ideia de imparcialidade e evidencia que a profissão, sua prática e seus métodos possuem um carácter político que atende aos interesses de uma classe de um projeto de sociedade, portanto, o Serviço social se orienta ética e politicamente em defesa dos interesses e projetos de sociedade da classe trabalhadora na busca de uma outra ordem societária que seja mais justa e sem nenhuma forma de opressão, passa a considerar a constante construção histórica bem como seu movimento e também reconhece o sujeito, como sujeito histórico.

Outrossim, os estudos de Lukács (1981) direciona suas análises também neste sentido, na busca de compreender o ser como sujeito social, sujeito este, fruto de sua história e que possui uma forma de constituir-se enquanto sujeito dos processos históricos, uma forma de constituir-se que por vezes não está visível, de pronto, ainda que os processos que compõe o homem independam da sua consciência sobre eles, é real, material, histórico – é ontológico.

Todas estas contribuições sociológicas, exerceram grande influência no posicionamento do projeto ético-político da profissão de Serviço Social a materialização dos preceitos expressos no Código de ética de 1993,

ISBN 978-85-87406-94-1

pois estes colocam o ser social enquanto fruto de sua história, ainda que muitas vezes desconhecida pelos mesmos, mas materializada em sua vida cotidiana.

Também este Projeto ético-político que compreende o homem enquanto sujeito histórico, estando este no bojo das disputas políticas e de classe reiteradas aqui, esta compreensão faz com que o trabalho profissional do Serviço Social não seja pensada de forma isolada. Segundo os estudos de Barroco (2005) o trabalho profissional é pensado a partir do âmbito das correlações de forças existentes na sociedade, força a categoria profissional a pensar que sua atuação tem uma direção ética e política, ou seja, se a ética e o direcionamento da atuação profissional que está sendo viabilizado, não é aquele pelo qual a categoria se posicionou, qual será esta outra ética que está sendo viabilizada no lugar?

A reflexão da normatização ética materializada no Código de Ética profissional orienta contra a "ética da neutralidade", e está vinculado a um projeto profissional vinculado a um projeto social democrático, e com compromisso com os interesses históricos das/os trabalhadoras/es. Portanto, a visão expressa hoje através do código de ética de 1993 e do projeto ético político construído/e em construção histórica desde 1979 rejeita o conservadorismo expresso nos códigos de ética anteriores.

Além do exposto, o Código de Ética da/o Assistente Social traz em seus pressupostos a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo em seu item II e no terceiro conclama a "ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras, portanto, diria que a defesa da efetivação dos preceitos da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica fazem parte, além da defesa do direito à uma saúde pública, de qualidade e 100% estatal. É importante relembrar aqui o princípio terceiro do Código de Ética, o qual se refere a garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora, portanto é uma questão ética e também a defesa de uma política de saúde assentada no direito Universal, que não viole os direitos humanos – além do que - verifica-se emergência de realizar a defesa do SUS (Sistema Único de Saúde)

ISBN XXXXXXXXXX

e de tratamentos e políticas que viabilizem a proteção, respeito à identidade, história e aos direitos humanos, cabendo assim uma ação articulada com outros segmentos na defesa e aprofundamento do Sistema Único de Saúde(SUS) que rejeita ideais que veem a saúde como um mercado rentável.

REFERÊNCIAS:

AMARANTE, PDC. **Psiquiatria sem Hospício**. 2ª Ed. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 2000.

_____**Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil.** Rio de Janeiro:Fiocruz; 1995.143 páginas.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Política Nacional de Saúde mental:** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: < http://www.cress-pa.org.br /files/u4/11_Pol_SaudeMental.pdf>. Acesso em: 10, mar, 2015.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas “Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

BRAVO, Maria Inês; MENEZES, Juliana Souza Bravo de - **A Saúde nos Governos do Partido dos Trabalhadores e as Lutas Sociais Contra A Privatização**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014. 98 p.

CRESS 6ª região - Conselho Regional de Minas Gerais – BH – **Palestra com Maria Lucia silva Barroco. Palestra Professora Maria Lucia Barroco - O tema do evento foi "Serviço Social e Ética: Fundamentos Ontológicos".** A atividade aconteceu em Bel Horizonte, em agosto de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Gv8nGXzukF4

DEJOURS, C**. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez/OBORÉ, 1992.

_____. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Americanismo e fordismo**. In. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 2a ed. RJ: Civilização Brasileira, 1976.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 11.ed. São Paulo, Cortez: 2000.

ISBN 978-85-87406-94-1

_____A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

LOURENÇO, E. A. S. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca/SP** [tese] Franca: UNESP, 2009.

LUKÀCS, Georg: Sociologia, Org. - **Grandes Cientistas Sociais**-Ed. Ática, 1981. 208p.

LUCHMANN, LHH; RODRIGUES, J**. O movimento antimanicomial no Brasil** - Ciência & Saúde Coletiva, 12(2), 2007, p. 399-407.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** São Paulo:Cortez, 2005 165p.

MARX, K. **O Capital.** v. 1, 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - **(OIT)** site : http://www.ilo.org/brasilia/lang--pt/index.htm

PEREIRA, S L B.; GUIMARÃES, S J **– Os processos de trabalho do assistente social na saúde mental –** CBAS (Congresso Brasileiro de Assistente Sociais) 2013.

SELIGMANN-SILVA, Edith**. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez, 2011.

ISBN XXXXXXXXXX

SISTEMAS INTEGRADOS EM SAÚDE: UM ESTUDO COM OS USUÁRIOS DE UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO

Larissa Aparecida Malta Pereira[129] (Umi-FACEF)
Daniel Facciolo Pires (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O constante desenvolvimento dos sistemas de informação possibilitou a abertura para um cenário em que ferramentas tecnológicas tornaram-se peças fundamentais para colaborar com imensuráveis áreas profissionais, a fim de obter automatização de processos e especialização em resultados

Os Sistemas Integrados de Gestão Empresarial são um exemplo de *software* que surgiu da necessidade em unificar diversos setores dentro de uma organização, a fim de conseguir ampliar a automação de processos administrativos, atualizando e controlando simultaneamente diversas áreas em um único banco de dados.

O ERP decorre de uma evolução de sistemas em que o primeiro foi nomeado como MRP (*Material Requirement Planning*) e teve larga utilização na década de 70. Na década seguinte, a necessidade de ampliação no gerenciamento de informações possibilitou um aperfeiçoamento no sistema e, surgiu o MRP || (*Manunfacturing Resource Planning*).

O sistema atual que consegue apoiar a decisão do gestor empresarial emergiu na década de 90, oferecendo recursos necessários para auxiliarem a projeção de uma visão sistêmica da organização.

Dessa forma, o ERP promove uma atualização constante das atividades internas de cada departamento e se transforma em um facilitador para a organização adaptar-se as exigências em face das rápidas mudanças que ocorrem, uma vez que tanto mercado consumidor quanto órgãos reguladores de qualidade e demais grupos de interesse, reclamam observação com o propósito de que essa consiga ajustar-se e permanecer como uma organização diferenciada.

É necessário, entretanto, ressaltar que não será apenas a incorporação da tecnologia que promoverá resultados positivos para uma empresa, independentemente de sua constituição ou localização geográfica, e sim uma

[129] Bolsista PIBITI/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

análise que forneça informações, acerca de um conjunto de práticas que a direcionem a encontrar a melhor estratégia e, a partir disso, consigam descobrir em um sistema integrado o método que irá auxiliar o desenvolvimento na área escolhida.

Diante do exposto, o objetivo dessa pesquisa é discutir as características e conceitos sobre ERP - *Enterprise Resources Planning*, conhecido como Sistemas Integrados de Gestão apresentando os principais benefícios envolvidos na aplicação do *software* focando no segmento hospitalar.

Para tanto, o embasamento teórico está fundamentado em estudos de Cordeiro e Moli (2015), Baptista e Cunha (2007), Bezerra (2009), entre outros.

No que se refere ao método de pesquisa, este estudo se apresenta em duas partes. Na primeira, é realizada uma pesquisa bibliográfica que discorre sobre os princípios fundamentais do ERP e alguns benefícios para organizações hospitalares. No que concerne à segunda parte, esta pesquisa apresenta um relatório contendo informações gerais acerca do ERP e do hospital, além de apresentar também entrevistas sobre o impacto gerado por sua utilização e sua satisfação em um hospital situado na região de Franca/São Paulo.

Posterior à introdução, na seção 5 são apresentados os conceitos fundamentais de sistemas de informação em saúde. Na seção 6, são expostos os aspectos de não aderência do ERP.

Já na divisão 7, é apresentado o método de pesquisa utilizado sobre o sistema na área hospitalar.

Por fim, a subdivisão 8 se ocupa em mostrar os resultados adquiridos através de um conjunto de entrevistas com múltiplos chefes de setores do hospital.

2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

A presente seção tem por foco exibir conceitos gerais a cerca de ERP voltado para a área da saúde.

ISBN XXXXXXXXXX

2.1 Contextualização

Desde a década de 50, os sistemas de informação posicionam-se como facilitadores no auxílio ao desenvolvimento do ser humano, reduzindo tempo de processamento manual e maximizando resultados precisos.

Contudo, na época sua aplicação era circunscrita, na medida em que transformava dados em conhecimento relacionados apenas ao nível gerencial de uma empresa.

De acordo com Cavalcante, Silva, Ferreira (2011, p. 293):

> No entanto, esses sistemas de informação eram aplicados apenas no nível gerencial e definidos como sendo um instrumento tecnológico capaz de transformar os dados coletados em informações que poderiam ser utilizadas no processo decisório da empresa, proporcionando, assim, uma sustentação para o planejamento administrativo, visando ao alcance das metas traçadas. No contexto das instituições de saúde, o objetivo era usar os sistemas de informação gerenciais para apoiar a contabilização das folhas de pagamentos, o controle de inventários e o desenvolvimento da estatística médica.

A evolução da tecnologia ao longo das décadas possibilitou, posteriormente, que a informatização de setores diferentes surgisse de forma mais efetiva, como para o campo hospitalar.

No Brasil, entretanto, a informatização surgiu tardiamente e acompanhando o modelo empresarial promovendo, por consequência, sistemas instalados com o objetivo de controlar áreas do tipo financeira e administrativa, mesmo em uma instituição hospitalar (CAVALCANTE, SILVA, FERREIRA, 2011, p. 293).

Apenas na década de 90 houve a implantação de sistemas de informação voltados para a assistência aos pacientes. Atualmente, os sistemas de informação hospitalar têm sido criados com o objetivo de instrumentalizar a gerência e a assistência aos pacientes, pressupondo o suporte ao cuidado de qualidade e auxiliando a promover acesso a informações que realmente fundamentem o processo de tomada de decisão do gestor e corpo assistencial (CAVALCANTE, SILVA, FERREIRA, 2011, p. 294).

Em síntese, tais sistemas surgiram da necessidade de informatizar agendas, controle de leitos, registros de procedimentos, laudos, faturamentos, entre

ISBN 978-85-87406-94-1

outras atividades vinculadas ao âmbito hospitalar, de forma a auxiliar continuamente o paciente e corpo clínico.

De acordo com Cavalcante, Silva e Ferreira (2011, apud Marin, Massad, 2003):

> Nesta perspectiva, os sistemas de informação têm apoiado a organização administrativa e clínica das consultas, a coleta de dados, o armazenamento, o processamento das informações dos pacientes, o auxílio ao diagnóstico, a prescrição dos medicamentos e cuidados adequados a cada situação em que o paciente está acometido. Estes sistemas estão sendo inseridos em diversos setores, tais como: clínica médica, pronto-socorro, bloco cirúrgico, centro de tratamento intensivo, em centros de atenção básica à saúde e vários outros, podendo as informações, estarem organizadas no prontuário eletrônico do paciente.

Nesse aspecto, o cerne de todo o desenvolvimento tecnológico é a promoção do bem-estar do paciente, buscando instrumentos e análises mais precisos e eficientes.

A fim de conseguir aperfeiçoar o tratamento do paciente, obstáculos necessitam serem ultrapassados como: custo de implantação de novas tecnologias, manutenção, resistência ao desconhecido, segurança de dados, entre outras.

O uso da tecnologia ainda sofre a resistência provocada muitas vezes pelo desconhecimento dos usuários sobre as potencialidades e facilidades envolvidas no uso de tais elementos.

“O desconhecimento da tecnologia como um instrumento de trabalho pode ser considerado um fator primordial para o desencadeamento da resistência entre os profissionais de saúde.” (CAVALCANTE, SILVA, FERREIRA, 2011, p. 296).

Outro aspecto significativo é a segurança de dados, uma vez que o sistema deve lidar com grande volume de dados particulares ao paciente, sendo imperioso manter a integridade da informação e discrição em sua manipulação.

> Os sistemas devem permitir o acesso de um usuário somente aos módulos relacionados ao seu perfil cadastrado, ou seja, é imprescindível que as informações disponíveis aos usuários sejam apenas aquelas relativas às suas necessidades de trabalho. (CAVALCANTE, SILVA, FERREIRA, 2011, p. 296 apud GUIMARÃES, ÉVORA, 2004).

Diante do cenário construído, torna-se imprescindível realizar alterações e construir novas ferramentas, de maneira a auxiliar o desenvolvimento dos sistemas de informação em saúde, uma vez que são facilitadores do trabalho

ISBN XXXXXXXXXX

realizado pelo corpo clínico, cuja responsabilidade é aprimorar o diagnóstico, minimizando e solucionando problemas que inviabilizam o bem-estar particular de cada pessoa.

2.2 Sistemas de Informação Laboratoriais

Cada vez mais se exige que resultados laboratoriais sejam detalhados a ponto de apresentarem de maneira específica os resultados de exames e rápida com o intuito de abordar o tratamento de forma precoce, auxiliando e solução de múltiplas enfermidades.

“A evolução da ciência médica trouxe consigo a necessidade de métodos diagnósticos cada vez mais sensíveis, mais precisos e que trazem consigo quase sempre um maior custo” (MUGNOL, FERRAZ, 2006, p. 95).

Diante das inumeráveis transformações ocorridas nas últimas décadas, os sistemas de informação laboratoriais também integram o conjunto de instituições que sofrem as mudanças em nível econômico e tecnológico, ações que são realizadas por grupos de interesse e sua resposta também precisa ser rápida o suficiente para acompanhar e manter-se atualizada.

Para isso, torna-se necessária automação de processos e informatização, uma vez que tornam o funcionamento mais rápido e organizado através da primeira e exibem resultados com mais exatidão e detalhes pela segunda.

> Automação e informatização, portanto, são fatores que por si só alteraram o ambiente laboratorial, tornando-o mais produtivo, mais eficiente, mais controlado. Cresce também a necessidade de empregá-los para um maior conhecimento dos custos envolvidos no processo produtivo, mais pontualmente, do custo dos exames. (MUGNOL, FERRAZ, 2006, p. 96)

Outro elemento indispensável para um efetivo desenvolvimento dos sistemas de informação laboratorial é a interoperabilidade, que em síntese é a capacidade de um sistema comunicar-se com outro sistema de maneira transparente, visto que possibilita um melhor gerenciamento de informações, evitando equívocos e duplicações, por exemplo.

ISBN 978-85-87406-94-1

Interoperabilidade é um conceito aplicado há muito tempo, mesmo sem o uso de tecnologia para isso.

Segundo a Sociedade Brasileira de Patologia Clínica (2014, p. 12, online):

> Desde os primeiros sistemas de informação laboratorial (LIS), que começaram a ser usados no Brasil em 1971, ficou demonstrada a necessidade de comunicação com outros aparatos e de troca de dados. [...] Em todo esse processo, tínhamos troca de informações entre setores, entre pessoas e entre amostras e documentos. Isso quer dizer que já existia plena interoperabilidade no laboratório. Havia, então, funcionamento de uma troca de informações entre essas partes, ou seja, um processo de mapeamento de dados, regras, protocolos e até mesmo de rastreabilidade.

Existem diversos processos e procedimentos relacionados à sua aplicação e certificação de qualidade, assim como: testes, homologação, etc.

> Além do processo inicial, teremos muitas outras etapas críticas que incluem desenvolvimento de software para implementar uma comunicação com outros sistemas, testes, homologação, treinamento/capacitação e acompanhamento de funcionamento em produção. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGIA CLÍNICA, 2014, p. 13, online)

2.3 ERP e o Campo Hospitalar

É imensurável o progresso encontrado quando a tecnologia torna-se alicerce do campo voltado à solução de problemas que inviabilizam o bem-estar humano. Múltiplas ferramentas que são construídas para essa esfera auxiliam no desenvolvimento da sociedade.

Um ponto visceral reside na utilização da tecnologia como instrumento nessa esfera, ampliando a possibilidade de troca de conhecimento e experiência entre profissionais da saúde, com o intuito de atualização constante e desenvolvimento em atendimento e diagnóstico de pacientes.

Segundo Bezerra (2009, p.75):

> Os avanços da tecnologia contribuem, ainda, para o desenvolvimento dos sistemas de informação das organizações de Saúde (públicas ou privadas), possibilitando no Brasil, em futuro próximo, a criação de redes interligadas, permitindo o acesso à história do paciente por profissionais autorizados em qualquer lugar do mundo, através da Internet, exigindo links com alto grau de segurança, preservando o sigilo médico exigido legalmente.

Entretanto, nesse assunto o panorama brasileiro é por vezes pontuado por falhas técnicas ou uso de equipamentos obsoletos, situações e componentes que desencadeiam condições complexas de serem resolvidas.

ISBN XXXXXXXXXX

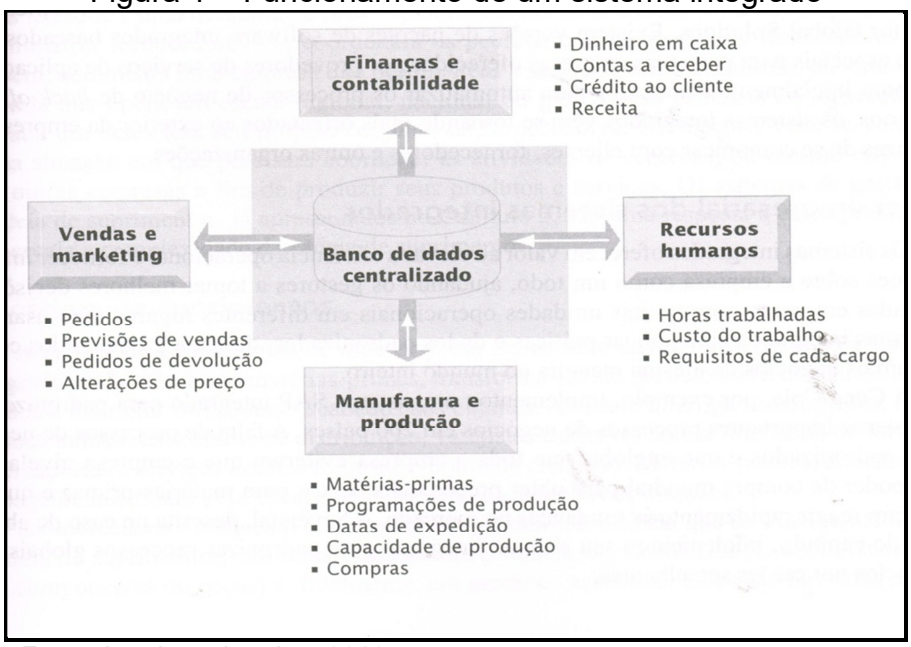
Como apontam Souza, Viseli e Sugahara (2006, p.10):

> Os problemas técnicos mais comuns que essas tecnologias desatualizadas podem apresentar são: a) arquivos corrompidos que geram re-trabalho e desperdício de tempo; b) parada de funcionamento dos setores dependentes do sistema, o que causa atraso de serviços; c) travamento de telas; d) perda de dado e de tabelas não restauradas perdendo-se todo o trabalho de um dia; e) necessidade de reiniciar o servidor gerando atraso e custo operacional; f) estresse de funcionários e g) demora no atendimento de clientes.

Percebe-se assim, a necessidade da comunicação integrada entre setores, característica explorada pela ferramenta ERP, já que ao integrar múltiplas áreas da organização, o ERP relaciona diversas funções departamentais em um único banco de dados.

Envolvido pelo conceito sistêmico, o sistema integrado em questão exibe um gerenciamento de dados unificando múltiplas áreas dentro da empresa, facilitando assim, a inserção de dados, visto que sua entrada é realizada uma única vez, e o processamento desta da mesma forma porque “a informação, anteriormente fragmentada em sistemas distintos, é armazenada em um único repositório de dados a partir do qual pode ser utilizada por muitas partes da empresa” (Laudon e Laudon, 2010, p.49).

Figura 1 – Funcionamento de um sistema integrado



Fonte: Laudon e Laudon, 2010.

De acordo com Zwicker e Souza (2000, p.48):

ISBN 978-85-87406-94-1

> Normalmente as funções correspondentes a uma mesma divisão departamental (vendas, finanças, produção, planejamento da produção) são reunidas constituindo módulos. Os módulos são os menores conjuntos de funções que podem ser adquiridos e implementados separadamente em um sistema ERP.

Tal característica auxilia no compartilhamento de informações necessárias aos módulos em comum, automatizando atividades, promovendo emissão de relatórios consistentes e permitindo ao gestor maior quantidade de tempo para confeccionar novos planos e realizar alterações precisas.

Todo sistema inserido em uma organização desse segmento, necessita seguir normas e procedimentos claros e anteriormente planejados, visto que trabalham com manipulação de dados intrinsecamente relacionados à existência do ser humano, sendo inevitável adotar padrões recomendados por órgãos responsáveis e legislações.

Conforme explicita Bezerra (2009, p.76):

> Os sistemas de informatização das Unidades Hospitalares devem obedecer às Normas da Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS), sendo submetidos a critérios de segurança da informação com *software* e *hardware* adequados aos perfis de cada Unidade Hospitalar.

Além disso, apresentam-se diversos resultados positivos quando se é construído um planejamento no qual existam opiniões de pessoas cujo impacto na manipulação de dados do paciente é direto e ou cotidiano, pelo motivo de compreenderem na prática o que carece de desenvolvimento ou alterações. De acordo com Bezerra (2009, p.76):

> [...] é fundamental que, no início do processo de informatização de uma Unidade Hospitalar, haja um planejamento envolvendo os profissionais de Saúde, Administrativos, Técnicos de Informática, enfim, todos aqueles que trabalham em setores-chave na coleta de dados dos pacientes. Nesta ocasião, é importante que seja observado e avaliado todo o processo de registro dos eventos realizado durante os atendimentos médicos ou internações dos pacientes. A padronização dos formulários, o estabelecimento dos fluxos do processo da informação médica, o treinamento de todos envolvidos e o controle e avaliação dos resultados são passos relevantes que devem ser considerados.

Outro aspecto importante mostra-se no fato de que a organização voltada para a saúde naturalmente diferencia-se tanto pela estrutura quanto pelas regras de negócio que influenciam o processo interno desse tipo de segmento.

ISBN XXXXXXXXXX

Segundo Nunes, Alves e Pinto (2012, p.2):

> O entendimento sobre as regras de negócios do cliente e a boa comunicação entre os *stakeholders* é essencial para estabelecer as necessidades do cliente em relação às adaptações necessárias no ERP, uma vez que hospital é um domínio crítico pela existência de processos específicos definidos por cada hospital.

Um sistema integrado de gestão apresenta particularidades direcionadas ao campo hospitalar, uma vez que traz questões relacionadas à legislação brasileira sobre saúde, entre outros pontos relevantes.

De acordo com Nunes, Alves e Pinto (2012, p.4):

> O ERP hospitalar guia os usuários para execução de processos dentro das questões legais determinadas pelo Ministério da Saúde e pela ANS (Agência Nacional de Saúde). Tal sistema controla processos especialistas e críticos como prescrição médica e controle dos atendimentos aos pacientes, entre muitos processos específicos da área hospitalar, executando rotinas automáticas e integradas baseadas em regras de negócios.

O ERP voltado ao campo da saúde é, portanto, um sistema essencial para o gerenciamento de dados não apenas relativos ao paciente, como para toda a coordenação setorial e sua efetiva comunicação, uma vez que a rapidez e a coordenação nas respostas imprescindíveis tanto ao meio externo como interno de organizações são baseadas no relacionamento entre as áreas presentes em um hospital.

2.4 Prontuário Eletrônico do Paciente – PEP

O ERP que é adotado em hospitais possui, naturalmente, características específicas para essa segmentação. É comumente incorporado nesse sistema integrado, o prontuário eletrônico do paciente (PEP).

“O PEP deve contemplar todos os atendimentos e internações, inclusive os de emergência, permitindo o acompanhamento de cada evento com uma visão detalhada da história e da evolução clínica dos pacientes.” (Bezerra, 2009, p.75).

Em síntese, o PEP é um conjunto de registros sobre o paciente, assinalando desde atendimentos comuns até casos emergenciais, armazenando enfim, dados minuciosos sobre o indivíduo que passa pelos diversos tipos de

ISBN 978-85-87406-94-1

passagens hospitalares, mas que são essenciais para a construção de uma avaliação crítica e realista por profissionais da saúde.

Segundo Bezerra (2009, p.78):

> O PEP permite o compartilhamento de informações entre diferentes profissionais de saúde, como base legal para as ações médicas, fonte de pesquisas clínicas, estudos epidemiológicos, avaliações da qualidade do cuidado do paciente, vigilância a reações adversas de drogas e, também, como fonte de educação e reciclagem médica continuada.

Assim visto, o prontuário eletrônico do paciente possibilita troca e expansão do conhecimento entre clínicos, consequentemente desenvolvendo a área da saúde e também auxiliando o armazenamento de dados relativos à saúde do paciente, sendo arquivadas nesse espaço histórico, imagens, medicamentos receitados que tiveram avaliação positiva ou não, entre outros valores fundamentais para a posterior análise dos médicos.

Entre os aspectos legais, destaca Bezerra (2009, p.78):

> A Resolução CFM nº 1.639/2002 (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2002b), em seu Artigo 4°, estabelece que o prazo mínimo a partir do último registro para a preservação dos prontuários médicos em suporte de papel é de 20 anos. O tempo de guarda do prontuário em papel é um fator desestimulante para as Unidades Hospitalares, que precisam investir em dois modos de armazenamento: papel e sistema digital.

A fim de que exista fidelidade dos dados com o decorrer dos anos, o sistema necessita seguir normas técnicas, tais como manter integridade de informação, cópia de segurança diária para evitar perdas, auditoria, entre outros.

> Integridade da Informação e qualidade do Serviço - com métodos fortes de autenticação, do controle do acesso conforme a norma ISO/IEC 15408, para segurança dos processos de sistema.
> Cópia de Segurança – Deverá ser feita a cada 24 horas. O procedimento de *backup* deve seguir as recomendações da norma ISO/IEC 17799.
> Privacidade e Confidencialidade – Garantia do sigilo profissional, com acesso restrito e limitado a cada perfil de usuário, de acordo com a sua função no processo assistencial, com uso de senhas de no mínimo 5 caracteres, compostos por letras e números.
> Autenticação – O sistema de informação deverá ser capaz de identificar cada usuário através de algum método de autenticação. É obrigatória a utilização de senhas com no mínimo 5 caracteres, compostos por letras e números e trocas periódicas no período máximo de 60 (sessenta) dias.
> Auditoria – O sistema de informações deverá possuir registro (*log)* de eventos.
> (Bezerra, 2009, p.78)

ISBN XXXXXXXXXX

Tais regulamentos são construídos de maneira que o conteúdo seja fiel e possua os detalhes indispensáveis para um aperfeiçoamento na tomada de decisão.

A segurança de dados é um fator significativo, uma vez que o sistema lida com informações particulares ao paciente durante um longo período de tempo que devem manter-se íntegras, de forma que não inviabilizem um diagnóstico futuro do paciente.

De acordo com Cavalcante, Silva, Ferreira (2011, p. 295):

> Essa situação é facilmente constatada nos sistemas de informação hospitalar, como, por exemplo, nos prontuários eletrônicos, nos quais o registro e o acesso às informações devem obedecer às normas para registro da assistência prestada ao paciente, ditada pelos ordenamentos básicos da instituição e pelas normas e diretrizes que regulamentam o exercício profissional.

Percorrendo os benefícios que o prontuário eletrônico do paciente possui destaca-se, segundo Salvadori e Filho (2004):

> Inúmeras são as vantagens advindas da utilização do PEP, tais como: acesso mais veloz aos problemas de saúde e intervenções atuais; disponibilidade remota; flexibilidade do *layout* dos dados; uso simultâneo; legibilidade absoluta; eliminação da redundância de dados e pedidos de exames; fim da redigitação de informações; integração com outros sistemas de informação; processamento contínuo dos dados; organização mais sistemática; acesso a conhecimento científico atualizado com conseqüente melhoria do processo de tomada de decisão [...]

Entre as vantagens apresentadas, salienta-se o aumento no fluxo de conhecimento científico coletivo, visto que são dados que podem ser debatidos e analisados por visões diferentes na busca por soluções cada vez mais rápidas e efetivas.

Porém, seu uso necessita ser consciente no intuito de que falhas sejam minimizadas e seu manuseio não traga situações indesejadas.

Segundo Salvadori e Filho (apud Costa, 2003):

> Por outro lado, o PEP possui desvantagens, como: necessidade de grandes investimentos de hardware, softwares e treinamento; resistência dos profissionais da saúde ao uso de sistemas informatizados; demora para se obter reais resultados da implantação do PEP; sujeito a falhas de hardwares, redes e software, deixando o sistema inoperante (COSTA, 2003); seu uso e acesso indevidos podem colocar a questão da confiabilidade e segurança das informações do paciente em risco.

ISBN 978-85-87406-94-1

O uso vigilante do PEP, em suma, proporciona um entrelaçamento entre os responsáveis pela manutenção do bem estar do paciente, iniciando pela redução de trabalhos manuais, e conseguindo construir uma continuidade no histórico do paciente, não o tratando apenas por sintomas ou moléstias muitas vezes momentâneas, mas observando-o de um ponto de vista sistêmico, através de registros de anos ou décadas, proporcionando um efetivo acompanhamento hospitalar.

3. ASPECTOS DE NÃO ADERÊNCIA DO ERP

O foco desta seção é apresentar os principais aspectos de não aderência do ERP a regra de negócio da instituição, nos quais são necessários *softwares* auxiliares para atender os objetivos impostos.

3.1. Sistemas Integrados de Gestão e Insuficiência na Adesão em Organizações

É notável o grande volume na entrada, armazenamento e saída de dados por organizações, sobretudo de médio e grande porte, uma vez que necessitam integrar e gerenciar de maneira a atender os objetivos da instituição.

Apesar das nítidas qualificações envolvidas na adoção de um ERP, devido às características excepcionalmente particulares que as organizações apresentam, nem sempre é possível atender as necessidades e sanar os problemas encontrados, sendo preciso fazer uso de sistemas auxiliares.

Entre os múltiplos efeitos devido à insuficiência de uma total adesão do sistema integrado a regra de negócio da organização, destaca-se a ausência de módulos para determinados setores, necessitando de outro tipo de recurso, como um *software* ou outro tipo de ferramenta.

Permeando o cenário construído, existem outras consequências que derivam do tipo de desenvolvimento de um ERP, ou seja, se o sistema foi construído por uma equipe interna da instituição, ou se foi adquirido de maneira terceirizada.

ISBN XXXXXXXXXX

Organizações de porte significativo frequentemente compram ou alugam um sistema integrado, algo que pede manutenções e até customizações quando não atinge o ideal planejado.

Quando existe um conjunto de profissionais vinculados especialmente à empresa que deseja o sistema em questão, há uma maior possibilidade de que o resultado seja naturalmente o esperado: personalizado para a espécie de necessidade do local.

Contudo, é imprescindível levar em consideração o valor monetário que carrega manter uma equipe dessa procedência, visto que os profissionais responsáveis precisam incumbir-se de atentar a possíveis mudanças na legislação que invariavelmente devem ser inseridas do sistema e eventuais manutenções ao sistema.

Outro ponto a ser observado mostra-se na extensão da regra de negócio, uma vez que necessitará de aumentar a quantidade de pessoas trabalhando para a manutenção do ERP. Além disso, deve-se tomar cuidado para não inserir opções desnecessárias ao sistema, alternativas que solucionam problemas temporários na organização.

Tal procedimento, portanto, é interessante desde que se analisem cautelosamente os efeitos posteriores, evitando o desencadeamento de gastos não idealizados no início do processo.

Além disso, ao analisar o ciclo de vida de pacotes ERP do tipo R/3 da SAP, Souza e Zwicker (2001, p. 256) afirmam:

> Não foram percebidas diferenças fundamentais entre os dois pacotes estrangeiros estudados, nem entre os dois pacotes nacionais estudados. As diferenças mais significativas observada entre os pacotes estrangeiros e os nacionais foram os problemas com a localização, observados nos pacotes estrangeiros, e a maior abrangência funcional dos pacotes nacionais, que incluíam módulos como controle de patrimônio, recursos humanos, tesouraria e controle de exportações. [...] Outro ponto a ser analisado é o de que mesmo pacotes nacionais apresentaram algum grau de inadequação á legislação brasileira, extremamente complexa e com variações regionais, e o fato de que também esses pacotes estão sujeitos as alterações em leis, e, consequentemente a necessidade se serem feitas novas correções ou atualizações nos programas-padrão.

Como completa Otero (2004, p. 100):

ISBN 978-85-87406-94-1

> Obrigando assim as empresas a buscarem outras soluções para atender o modelo de gestão, que podemos denomina-las de sistemas específicos para gestão, para auxiliar na execução das tarefas e melhorar o desempenho da empresa.

Sendo assim, em situações nas quais o ERP não atende solicitações necessárias ao satisfatório funcionamento da organização, é conveniente estudar a inserção de outras escolhas, tais como adoção de sistemas que auxiliem o processo ou customizações no próprio sistema integrado.

Um aspecto interessante constrói-se no uso de sistemas auxiliares, uma vez que podem suavizar incompatibilidades entre o ERP e a regra de negócio da organização, complementando o resultado do sistema integrado.

Por outro lado, a customização é uma opção relevante quando utilizada de maneira ponderada, já que de acordo com Otero (2004, p. 33):

> É importante salientar que apesar de qualquer tipo de customização poder ser feita para adaptar um sistema ERP as necessidades imediatas do cliente, quanto maior for à quantidade de customizações realizadas, mais o sistema utilizado se afasta do modelo de sistema ERP e mais se aproxima do modelo de desenvolvimento interno de aplicações. Os custos de manutenção crescem, pois muitas vezes os fornecedores não dão suporte para rotinas altamente customizadas.

Analisando o projeto de maneira cautelosa, pode-se personalizar o sistema integrado em uso, ajustando-o ao conjunto de parâmetros próprios da organização, tal como: regra de negócio, hábitos, campo de atuação, entre outras opções.

De maneira similar afirmam Nunes, Alves e Pinto (2012, p.2):

> Para garantir o sucesso na implantação de sistemas ERP, a fase de aderência deve analisar as necessidades e processos de negócio específicos de cada organização a fim de definir os pontos de customização necessários. Para acompanhar as decisões e adaptações necessárias ao longo do processo de aderência, é necessário que haja a forte troca de conhecimento e experiência entre as pessoas envolvidas na aderência.

Salienta-se de maneira constante a necessidade de visão dos processos organizacionais e o conhecimento particularizado do sistema, no intuito de que a formação do novo cenário, produto da junção da instituição com o método de negócio já pré-definido no ERP não traga problemas inesperados ou de extensão complexa de alterar.

ISBN XXXXXXXXXX

> A falha na comunicação ocorre quando não há pleno entendimento entre o que o cliente acredita ser sua necessidade de negócio e a necessidade entendida pelo fornecedor. Quando os processos de negócio não estão explícitos torna-se também difícil de estabelecer as necessidades do cliente em relação ao sistema. (Nunes, Alves e Pinto,2012, p.3)

Quando os interesses do fornecedor e do cliente não convergem a um ponto equivalente, o resultado do processo de escolha, parametrização e instalação possivelmente irá apresentar frustrações para um dos envolvidos, uma vez que o sistema integrado escolhido não conseguirá atender visões distintas.

Ao alinhar a rotina existente da instituição com o programa utilizado, naturalmente desenvolve-se um aumento ou estabelecimento de crescimento constante, melhorando a forma e até o volume de produção.

4. QUALIDADE DE *SOFTWARE*

A seção em questão aborda conceitos fundamentais sobre a qualidade de *software*, bem como motivos para sua adoção.

4.1. Motivos para Adoção de Parâmetros de Qualidade de Software

Observa-se que o constante desenvolvimento de áreas em diferentes tipos de prestação de serviços a sociedade, necessita do auxílio de ferramentas tecnológicas para automatizar processos e especificar resultados em um espaço de tempo cada vez mais escasso.

De acordo com Médici (2015, p.22):

> O pagamento por desempenho é uma exigência crescente das organizações modernas e complexas de saúde, como grandes hospitais, redes ambulatoriais e de diagnóstico, porque permite associar os resultados com os incentivos necessários para competir por recursos públicos e pelos pagamentos dos planos de saúde, os quais cada vez mais se baseiam na avaliação feita pelos consumidores quanto aos resultados e ao tratamento recebido pelas unidades de saúde. Mas, como implementar a cadeia necessária de informações para que se possa medir o desempenho, e ao mesmo tempo associá-lo a remuneração dos estabelecimentos e do pessoal de saúde?

Constata-se que inúmeros tipos de *softwares* são desenvolvidos para sanar tais problemas.

ISBN 978-85-87406-94-1

> Os computadores têm sido usados numa variedade de áreas de aplicação cada vez maior e sua correta operação é freqüentemente crítica para o sucesso de negócios e para a segurança humana. Deste modo, desenvolver ou selecionar produtos de software de alta qualidade é de primordial importância. (ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003, p. 2).

Nesse sentido, um ponto excepcional é a qualidade de *software*, uma vez que efetivamente soluciona o problema em questão e adiciona credibilidade a instituição que o utiliza.

“Um produto ou serviço ganha muito mais valor e credibilidade quando é avaliado por autoridades isentas”. (Martins, 2015)

Com o intuito de atingir essa meta, múltiplas instituições tem procurado incluir “boas práticas” ou normas internacionais.

Segundo Martins (2015):

> Além disto, graças à adoção das melhores práticas para obtenção do reconhecimento, as instituições ampliam a melhoria de seus processos de qualidade, com benefícios à segurança do paciente, como a redução da infecção hospitalar e distribuição segura de medicamentos.

Face ao ramo em que se apresenta, hospitais, redes ambulatoriais e outras instituições ligadas ao nicho da saúde, necessitam de cuidados específicos por preocuparem-se com a manutenção da qualidade de vida dos pacientes.

Sendo assim, qualidade de *software* é um tema intrinsecamente relacionado a conceitos que também interferem em uma gestão de qualidade diária em uma instituição de saúde.

[...] “o que, inicialmente, era considerado um diferencial para as empresas, hoje passa a ser termômetro de sua qualidade e da qualidade dos produtos e serviços prestados”. (Pinheiro, Filho e Silva, 2007, p.1)

Contudo, a visão de qualidade de *software* é um assunto que necessita de diretrizes, uma vez que se diferem tais conceitos quando são comparadas opiniões do usuário, desenvolvedor e gerente de projetos, por exemplo.

Nesse ponto, há considerações a serem feitas a cerca da diferença da qualidade de software em percepções heterogenias entre visão de usuário, desenvolvedor e gerente administrativo.

ISBN XXXXXXXXXX

> Qualidade de software é freqüentemente definida em termos da adequação do produto aos propósitos segundo os quais foi desenvolvido. Entretanto, há de se considerar que diferentes usuários têm propósitos diferentes para o mesmo produto. Um usuário principiante esporádico provavelmente estará mais interessado na facilidade de aprendizagem e na tolerância a erros exibidas pelo produto do que na eficiência por este apresentada. Por outro lado, um gerente de redes que planeja incorporar o produto a algum sistema maior, estará mais interessado na capacidade de detecção e de recuperação de falhas que o produto apresenta do que na facilidade de instalação deste. (Queroz, 2005, p.10)

O usuário possui interesse em assuntos que dizem respeito a rapidez, utilização e desempenho. Medidas relacionadas a facilidade de uso, rapidez de entrega e segurança também são aspectos que chamam a sua atenção. (Cortês, 1998)

Nem sempre características especialmente técnicas ou detalhadas recebem a mesma frequência de cuidado.

Difere-se, portanto, da visão do desenvolvedor, que busca conciliar as expectativas do usuário com os requisitos necessários a formação do sistema, além de possuir como preocupação aspectos como: manutenção, portabilidade, eficiência, entre outros.

O gerente analisa a situação como um todo, procura equilibrar a qualidade do produto que o usuário espera com medidas como prazo e custo. (Cortês, 1998)

Observa-se que a qualidade de *software* é relativa a quem deseja, alterando-se também conforme o desenvolvimento econômico, social tecnológico.

> Tais considerações parecem conduzir à conclusão que qualidade de software não é absoluta, mas uma percepção dependente de quem a avalia. Além disso, a qualidade de software é multifacetada, sendo a importância de cada uma de suas facetas dependente do contexto de uso, até mesmo para o mesmo indivíduo. (Queroz, 2005, p.10)

Além disso, em uma organização surgem inúmeros problemas devido a ausência de padronização de qualidade de software.

Múltiplos desenvolvedores utilizam a maior parte do seu tempo de trabalho corrigindo erros e reescrevendo linhas de código, o que causa um expressivo retrabalho quanto estagnação da organização sem conseguir solucionar outros problemas também relevantes.

ISBN 978-85-87406-94-1

A ausência de documentação torna-se outro fator diretamente relacionado a dificuldade de construção de sistemas com qualidade, uma vez que impede o compartilhamento de informações e bloqueia a procura de erros no programa.

Assim, é imprescindível que exista uma regulamentação que forneça bases consistentes de forma a nortear o conceito de qualidade de software e suas implicações.

4.2. ISO 9126

Centralizando a observação na evolução da qualidade de software, nota-se que nem sempre foi um tema em destaque na construção ou escolha do sistema, sendo mais relevante sua funcionalidade.

Com o desenvolvimento de sistemas e o crescimento da necessidade no uso de tecnologia, a qualidade passou a receber mais atenção e parametrizações, a fim de padronizar conceitos e melhorar soluções.

> Os computadores têm sido usados numa variedade de áreas de aplicação cada vez maior e sua correta operação é freqüentemente crítica para o sucesso de negócios e para a segurança humana. Deste modo, desenvolver ou selecionar produtos de software de alta qualidade é de primordial importância. Especificação e avaliação da qualidade do produto de software são fatores chave para garantir qualidade adequada. Isto pode ser alcançado pela definição apropriada das características de qualidade, levando em consideração o uso pretendido do produto de software. É importante que cada característica relevante de qualidade do produto de software seja especificada e avaliada utilizando, quando possível, métricas validadas ou amplamente aceitas. (ABNT – ASSOCIAÇÃO DE NORMAS E TÉCNICAS ELETRÔNICAS, 2003, p.2)

Nesse sentido, foi desenvolvido uma família de normas do tipo ISO/IEC 9126 para padronizar a qualidade do produto.

Esse padrão apresenta um conjunto de regras e recomendações que carregam o intuito de unificar a avaliação da qualidade de *software*.

Tal definição equivale a norma brasileira ABNT BR13596, que foi substituída pela NBR ISO/IEC 9126-1.

De acordo com Queiroz (2005, p. 14):

> O padrão IS09126 – Software product evaluation – Quality characteristics and guidelines for their use [ISO92] recomenda a composição de um

ISBN XXXXXXXXXX

> conjunto básico de seis características independentes para a descrição da qualidade de um produto, com um mínimo de superposição de atributos, as quais constituem o alicerce para posterior otimização da qualidade de software.

Abaixo são exibidas as características da qualidade de software pela ISO 9126.

Quadro 1 – Características da qualidade de software segundo ISO/IEC 9126-1

Característica	Significado	Pergunta Chave
Funcionalidade	Evidencia o conjunto de funções que atendem às necessidades explícitas e implícitas para a finalidade a que se destina o produto	Satisfaz as necessidades?
Confiabilidade	Evidencia a capacidade do produto de manter seu desempenho ao longo do tempo e em condições estabelecidas	É inume a falhas?
Usabilidade	Evidencia a facilidade para a utilização do produto	É fácil de usar?
Eficiência	Evidencia o relacionamento entre o nível de desempenho do produto e a quantidade de recursos utilizados, sob condições estabelecidas	É rápido e "enxuto"?
Manutenibilidade	Evidencia o esforço necessário para realizar modificações ao produto	É fácil de modificar?
Portabilidade	Evidencia a capacidade do produto de ser transferido de um ambiente para outro	É fácil de usar em outro ambiente?

Fonte: Anjos, Moura (2005, p.2).

Cada característica do padrão ISO, possui sub-características de forma a expressar de maneira mais específica e clara, qual a função de cada uma.

Seu uso atinge significativamente todo o processo de produção de *software*, já que norteia os evolvidos sem ambiguidades, desde a apresentação de uma definição requisitos de qualidade de um produto de *software*, a descrição das características e atributos do sistema implementado, até a avaliação do software desenvolvido antes da entrega ao cliente e sua também avaliação do sistema produzido antes da aceitação pelo cliente. (Cortês, 1998, online)

ISBN 978-85-87406-94-1

Figura 1 – Sub-características da qualidade de software segundo ISO/IEC 9126-1

Característica	Subcaracterística	Pergunta chave para a subcaracterística
Funcionalidade	Adequação	Propõe-se a fazer o que é apropriado?
	Acurácia	Faz o que foi proposto de forma correta?
	Interoperabilidade	Interage com os sistemas especificados?
	Conformidade	Está de acordo com as normas, leis etc?
	Segurança de acesso	Evita acesso não autorizado aos dados?
Confiabilidade	Maturidade	Com que freqüência apresenta falhas?
	Tolerância a falhas	Ocorrendo falhas, como ele reage?
	Recuperabilidade	É capaz de recuperar dados em caso de falha?
Usabilidade	Intelegibilidade	É fácil entender o conceito e a aplicação?
	Apreensibilidade	É fácil aprender a usar?
	Operacionalidade	É fácil de operar e controlar?
Eficiência	Tempo	Qual é o tempo de resposta, a velocidade de execução?
	Recursos	Quanto recurso usa? Durante quanto tempo?
Manutenibilidade	Analisabilidade	É fácil de encontrar uma falha, quando ocorre?
	Modificabilidade	É fácil modificar e adaptar?
	Estabilidade	Há grande risco quando se faz alterações?
	Testabilidade	É fácil testar quando faz alterações?
Portabilidade	Adaptabilidade	É fácil adaptar a outros ambientes?
	Capacidade para ser instalado	É fácil instalar em outros ambientes?
	Conformidade	Está de acordo com padrões de portabilidade?
	Capacidade para substituir	É fácil usar para substituir outro?

Fonte: Anjos, Moura (2005, p.3)

A ISO 9126 não apresenta métricas para as seis características de qualidade, apenas propõe que cada instituição desenvolva as suas próprias, considerando tópicos como: confiabilidade, missão particular da organização, o desempenho a ser realizado, usabilidade para usuários que não são especializados, entre outros aspectos. (Cortês, 1998, online).

De acordo com Neto e Vasconcelos (p.22, 2005):

“Estas características visam abranger todos os aspectos de qualidade externa e interna de um software, de maneira que seja possível ser especificado qualquer requisito de qualidade através de uma delas”.

Sobre o modelo de qualidade interna e externa atribuída a ISO 9126, a Associação de Normas e Técnicas Eletrônicas (2003, p.11) explica:

> Uma definição é atribuída para cada característica e para cada subcaracterística do software que influencia a característica de qualidade. A capacidade do software é determinada por um conjunto de atributos internos que podem ser medidos, para cada característica e subcaracterística. Exemplos de métricas internas são dados na ISO/IEC 9126-3. As características e subcaracterísticas podem ser medidas

ISBN XXXXXXXXXX

> externamente pelo grau da capacidade do sistema contendo o software. Exemplos de métricas externas são dados na ISO/IEC 9126-2.

O padrão ISO/IEC 9126 auxilia, por vezes de maneira direta, a compreender eficientemente as ferramentas necessárias para construir um sistema no intuito de satisfazer as necessidades do usuário, gerando múltiplos benefícios para tal, uma vez que simplifica suas tarefas, otimiza seu tempo de trabalho, impacta de forma positiva em seu desempenho e, por fim, cumpre o escopo da qualidade de software.

5. MÉTODO DE PESQUISA

A presente seção ocupa-se em mostrar o procedimento adotado para a construção e realização da pesquisa.

No decorrer da construção do atual projeto, efetuou-se primeiramente uma revisão literária, a fim de entender o conteúdo teórico que se relacionava com o ERP contextualizado ao campo hospitalar e aos sistemas integrados em saúde, e ainda compreender os conceitos relacionados ao prontuário eletrônico do paciente.

Foi utilizada também a pesquisa qualitativa, através de estudo prático em um hospital psiquiátrico na cidade de Franca, uma vez que possibilita a aquisição de informações particulares sobre um assunto, ampliando e desenhando um cenário frutífero em conhecimento.

De acordo com Baptista e Cunha (2007, p. 173):

> A pesquisa qualitativa focaliza a sua atenção nas causas das reações dos usuários da informação e na resolução do problema informacional, ela tende a aplicar um enfoque mais holístico do que o método quantitativo. Além disso, ela dá mais atenção aos aspectos subjetivos da experiência e do comportamento humano.

O questionário qualitativo proporciona resultados significativos para compreender particularidades positivas ou não do *software* em uso, resultados que são relevantes para a garantia de um bom atendimento ao cliente e um gerenciamento eficiente de informações, já que segundo Cordeiro e Moli (2014, p. 1):

> A insatisfação do usuário por sua vez também tem suas conseqüências que vão desde o uso incorreto do software até o mau atendimento aos clientes. [...] Por este motivo, para avaliar a qualidade de software é necessário levar

ISBN 978-85-87406-94-1

> em consideração as opiniões de um grupo de pessoas a respeito do mesmo. Este grupo deve ser constituído por usuários do software, pois essas são as pessoas acostumadas a lidar com o sistema.

Em seguida, foi desenvolvido um questionário quantitativo com perguntas encontradas na ISO 9126 relativamente adaptadas, porém mantendo a consistência ao escopo a ser atingido.

Nesse questionário, para escolha da alternativa adequada, foi adotada a escala Linker, já que, segundo Llauradó (2015):

"Ao contrário das perguntas sim/não, a escala de Likert nos permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do entrevistado com qualquer afirmação proposta".

Além disso, torna-se útil em circunstâncias nas quais necessita-se que o entrevistado apresente especificamente sua opinião. Neste sentido, as categorias de resposta têm o objeto de capturar a intensidade das emoções das pessoas dispostas a responder o questionário (LLAURADÓ, 2015).

6. RESULTADOS

O objetivo desta seção é apresentar os resultados oriundos da pesquisa prática através de entrevistas em chefes de setores em um hospital psiquiátrico.

6.1. Resultados e Discussões

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa qualitativa e quantitativa realizada no hospital psiquiátrico da cidade de Franca/SP. Os usuários escolhidos para entrevista qualitativa foram chefes de cada setor do hospital: Os respondentes leram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE, que informava da livre opção das respostas que as mesmas seriam utilizadas apenas para propósitos científicos e acadêmicos. As entrevistas respondidas por meio do questionário qualitativo foram gravadas posteriormente transcritas e analisadas.

ISBN XXXXXXXXXX

Já os usuários designados para responderem de forma quantitativa foram pessoas que se relacionam diariamente com o sistema ERP Tasy, incluindo também chefes de setor do hospital.

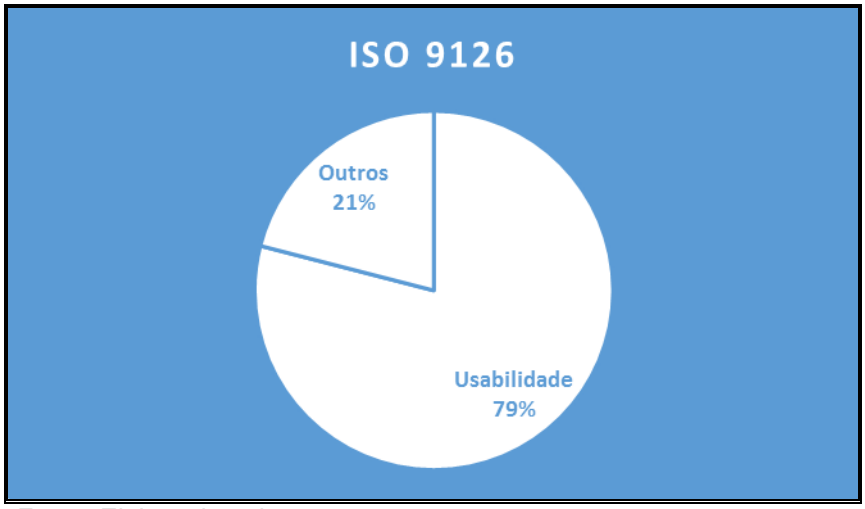
6.2. Entrevista Quantitativa com os Usuários dos Setores Clínico e Administrativo

A entrevista de caráter quantitativo foi realizada com um total de 29 usuários de setores diferentes que utilizam de maneira cotidiana o sistema. Foram inseridos nesse aspecto, portanto, tanto chefes de departamento quanto funcionários.

A pesquisa fazia uso das próprias questões encontradas na ISO 9126. Ressalta-se o aspecto de que algumas foram ligeiramente modificadas a fim de promover uma melhor compreensão das perguntas apresentadas.

Ao percorrer os dados obtidos nos resultados, contata-se que a área de usabilidade se tornou a única em conseguir 79% de satisfação em sua totalidade, ou seja, 23 usuários afirmaram possuir satisfação geral pelo uso do sistema pelo conceito de usabilidade.

Gráfico 1 – Usabilidade

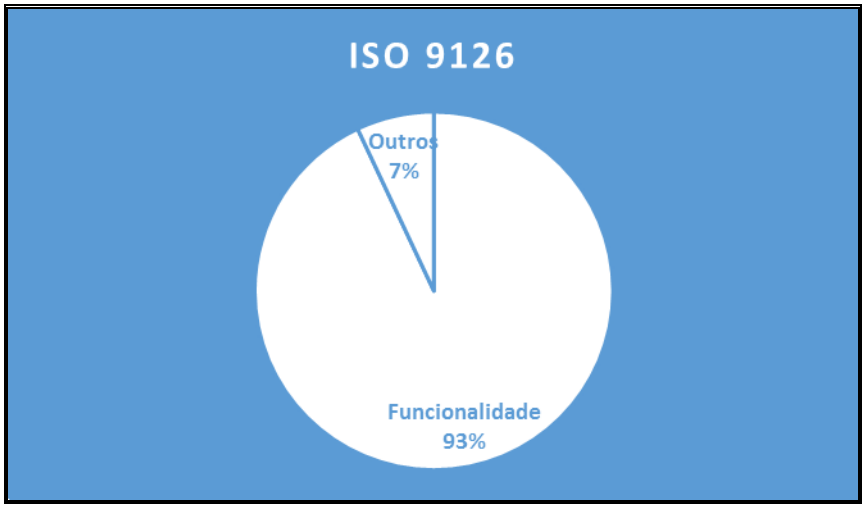


Fonte: Elaborado pelos autores.

Já dentro do conceito de funcionalidade, 93% dos usuários assinalaram as duas primeiras questões de modo a concordar com o funcionamento adequado do sistema.

ISBN 978-85-87406-94-1

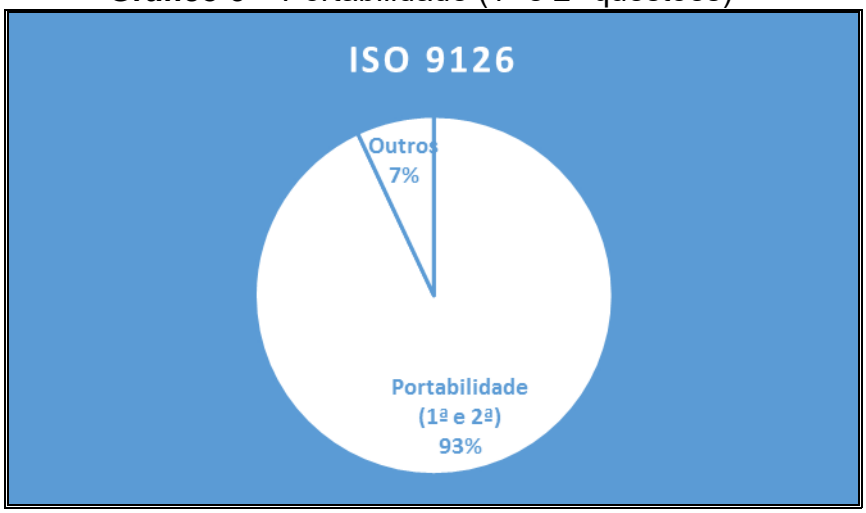
Gráfico 2 – Funcionalidade



Fonte: Elaborado pelos autores

Em portabilidade, obteve-se um padrão de resposta de 93% nos usuários que concordavam com a 1º e 2º questões da ISO 9126. Dentro do mesmo aspecto, 65% discordavam da 3º e 4º questões, uma vez que o sistema não se encontra disponível para outras plataformas e não é facilmente substituído.

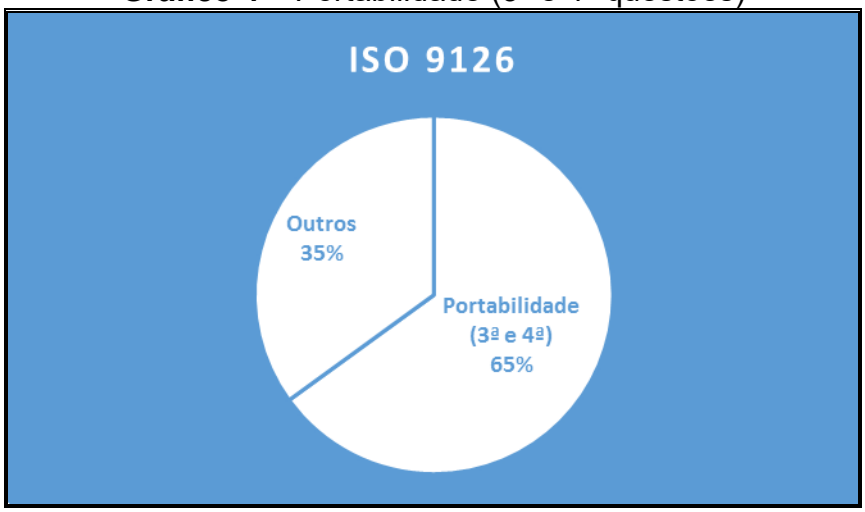
Gráfico 3 – Portabilidade (1ª e 2ª questões)



Fonte: Elaborado pelos autores

ISBN XXXXXXXXXX

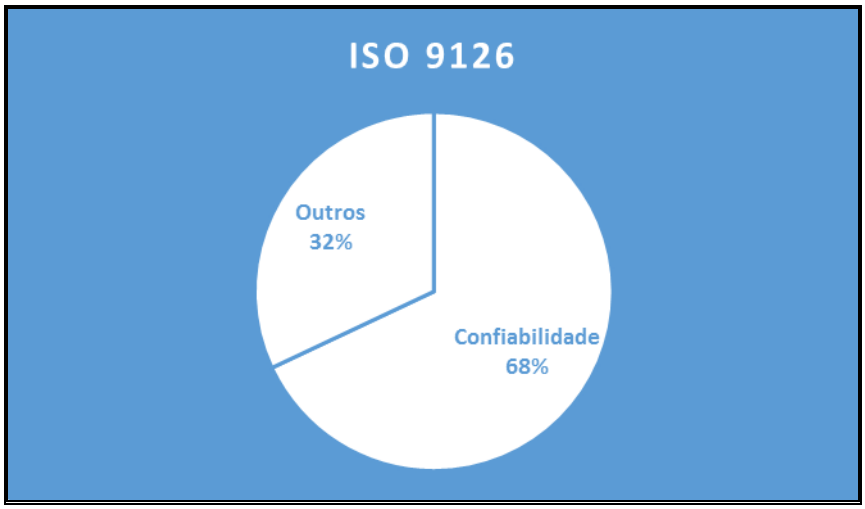
Gráfico 4 – Portabilidade (3ª e 4ª questões)



Fonte: Elaborado pelos autores

Outro parâmetro comum encontrado no campo de confiabilidade foi a quantidade expressiva de usuários a assinalarem concordando com a segunda pergunta, já que 68% dos entrevistados acredita que o sistema ao se deparar com falhas, reage de forma positiva.

Gráfico 5 - Confiabilidade

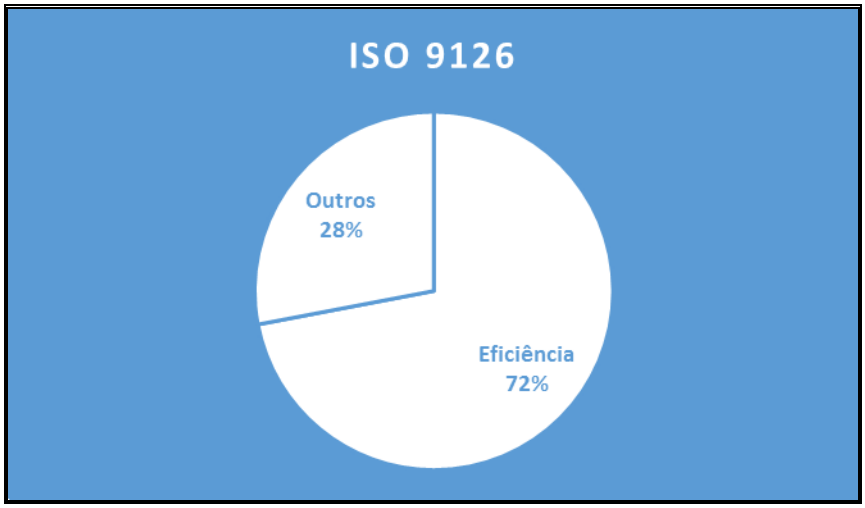


Fonte: Elaborado pelos autores

Em eficiência, 72% consideram um campo bem explorado pelo sistema no geral.

ISBN 978-85-87406-94-1

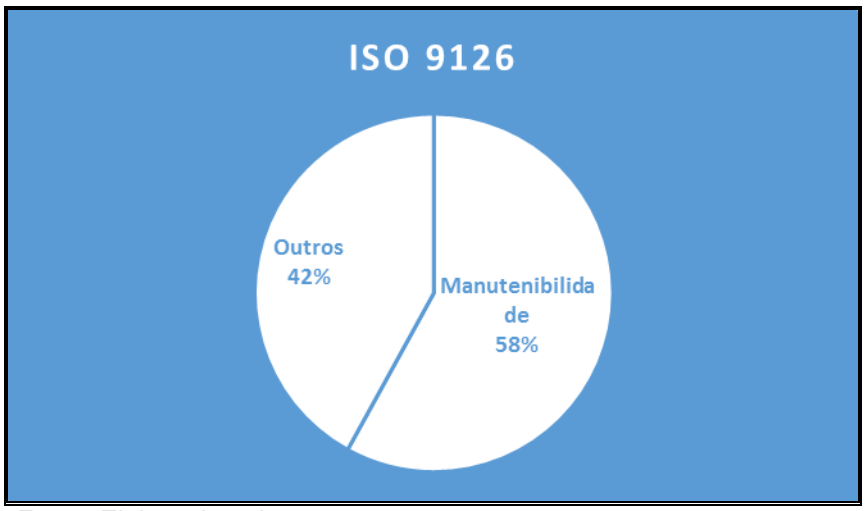
Gráfico 6 – Eficiência



Fonte: Elaborado pelos autores

Por último, no domínio da manutenibilidade, observa-se um padrão de 58% concordando com as duas primeiras questões, afirmando uma determinada facilidade do sistema em encontrar falhas e alterar conforme a necessidade.

Gráfico 7 – Manutenibilidade



Fonte: Elaborado pelos autores

6.3. Entrevista Qualitativa com os Usuários dos Setores Clínico e Administrativo

Em um primeiro momento, foram entrevistados os usuários chefes dos setores de almoxarifado, de psicologia, de psiquiatria, de terapia ocupacional, de fisioterapia, de recepção, de enfermagem, de contabilidade, da livraria, da educação física, da farmácia e da clínica geral. Para todos, fez-se uma simples pergunta sobre qual a opinião do entrevistado com relação à ajuda que o sistema traz a instituição, e para o setor em particular. Parte das respostas está disponível na Tabela 1 a seguir:

ISBN XXXXXXXXXX

Tabela 1 - Trechos de Entrevistas dos Chefes de Departamentos do Hospital

Almoxarifado	Nós implantamos sistema de localização, sistema automático de requisição, que antes era manual. Facilidade no controle melhor no estoque e também no gerenciamento de custo nos setores, que é uma ferramenta que dá para trabalhar calculando certo o que vai para cada setor, tendo os relatórios certos para basear o que está gastando...
Psicologia	agilizando o contato que a gente tem na parte da escrita, que são evoluções, eu já não preciso mais ir a outros setores pra buscar a pasta desse paciente para eu saber dele, posso acessar de onde eu estiver no hospital. Inclusive próximo ao paciente, então isso ficou excelente. Agilidade e a eficiência mesmo...
Psiquiatria	benefício é modernização, do papel para o sistema. Escrever a caneta é uma coisa que já vai ficando para trás mesmo. Então fica muito mais ágil, de rápido acesso, o sistema tem uma interface muito amigável, resumidamente a gente ganha tempo. É o papel da informática pra gente, fazer o serviço grosseiro, repetitivo. Então ele faz isso muito bem. Eu utilizo para fazer as evoluções dos pacientes e as prescrições das receitas, que já sai impressa. Facilita muito, estou me dando muito bem com o programa...
Terapia ocupacional	O tempo que a gente economiza é gigantesco, por exemplo: prontuário, antes tinha que ficar indo em setores, procurar, ver se estava lá, se não tivesse tinha que anotar, lembrar porque tínhamos que fazer. Então, nisso o Tasy facilitou demais. Para fazer pedido para a manutenção, TI, requerimento de material... Às vezes você vai ao setor, a pessoa não está lá, porque aqui o hospital é muito grande. Atualmente, você vê no sistema se o que você solicitou foi executado, se não foi...
Fisioterapia	Bom, o que eu uso nele mais é prontuário eletrônico, pedidos de almoxarifado, comunicação de OS, tanto para a TI quanto para a manutenção. E assim, agilidade, porque no meu setor era um esquema assim: tinha que terminar os atendimentos do dia, o senhor Luiz reservava ali 20 minutos só para buscar prontuário. Ai ele buscava em 20 minutos, porque até pegar todas as pastas, em três setores no mínimo, que era os atendimentos do dia: geriatria, as vezes SUS, agudo masculino, agudo feminino... Onde tivesse paciente ele tinha que buscar prontuário. Ele trazia pra mim, e era mais uma meia hora pra fazer, então você imagina o tempo que eu levava com prontuário todo dia. Esse momento eu tinha que reservar, então era atendimento que eu tirava de paciente, né?...
Recepção	Pra nós foi muito bom, porque a gente consegue colocar muitos dados que antes não tinha capacidade. E com esses dados completos dá para atender todo o hospital: serviço social para falar com a família, psicologia para atender o paciente melhor. Então, para todo o hospital foi bom. E a gente usa no dia a dia mais para cadastro, internação
Enfermagem	Desde que foi implantado o sistema, pra gente a qualidade de serviço aumentou demais, até mesmo pela praticidade de uso. Na questão da enfermagem, que é a minha área, a gente faz a parte de anamnese, de prescrições de enfermagem... Então a forma de trabalho, sua agilidade e a eficiência aumentou muito desde que uma parte a gente fazia escrita e leva-se muito tempo. Com o sistema, o trabalho ficou muito mais rápido. Eu acho que pro hospital foi um ganho muito grande, interligou todos os setores
Contabilidade	Olha, do sistema que a gente usava para o atual o que diferenciou, foi a ferramenta mais abrangente, por exemplo: eu tenho condições de saber relatórios mais apurados, a contabilidade foi mais minuciosa, com a possibilidade de agregar mais informações. Porque o outro era mais simples: apenas débito e crédito. Têm lotes, relatórios... A diferença de um para o outro era fazer a contabilidade de custo, nós não estamos fazendo agora, mas o sistema tem essa ferramenta. Distribuir centro de custo, direcionar setores, qual setor que usou, que momento ele pediu tal produto ou informação de internação.
Livraria	No meu trabalho, uso todas as funções, tudo que eu faço é no sistema. Hoje com as modificações que teve, facilita o controle de estoque, a parte de relatórios, do faturamento facilitou para dar baixa. A questão dos contribuintes, ajudou muito. Antes era tudo manual, hoje o sistema gera tudo sozinho, só controlo entradas, baixas. É ótimo, agora eu tenho tempo para cuidar da editora e outras coisas, como esse aperfeiçoamento que teve, facilitou minha vida.

ISBN 978-85-87406-94-1

Educação Física	um serviço que eu fazia que era a evolução, eu fazia no prontuário do paciente, eu gastava um período. Então se eu for evoluir os pacientes do HD, às vezes eu gastava duas horas para fazer pasta por pasta, manuscrito... Tinha que estar passando, fazendo uma leitura das evoluções anteriores, para saber se a minha evolução estava mais ou menos coerente com a da equipe... Sendo assim, gastava umas duas horas ou mais e as vezes eu não conseguia terminar. Com o Tasy, em trinta minutos eu faço a evolução do HD, porque daqui da minha sala já olho todas as evoluções: da psicóloga, da assistente social, do médico. Aí eu concluí que ele não é um "bicho de sete cabeças", é um facilitador...
Farmácia	Hoje, eu acho que ele é a alma da farmácia, sem ele a gente já entraria em pânico. Porque tudo se baseia nele, nós controlamos o estoque, entrada e saída, recebemos as prescrições por ele. Então não dá pra ficar sem ele. Ele agiliza muito. Eu trabalho com ele direto. Eu controlo estoque, custo, relatório, sabe pra onde vai. Tem noção de quanto gasta, estatística de uso...
Clínico Geral	Ele atende as finalidades a que se propõe, uniformiza as prescrições, grava evoluções, dá para consultar evoluções anteriores, copiar prescrição. E isso pra mim é fantástico, porque tudo que te ajuda a ganhar tempo pra mim é um ponto positivo, então o fato de poder copiar a prescrição, copiar a evolução mudando alguns detalhes é muito mais rápido do que começar do zero todo dia, toda vez que for fazer.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Através da análise de conteúdo das respostas dos entrevistados, verifica-se que os usuários estão satisfeitos com o sistema. Setores como o da psicologia, da terapia ocupacional, da fisioterapia, e da educação física economizam tempo recuperando informações dos outros setores no próprio sistema, sem ter que necessariamente se deslocarem fisicamente.

Já setores como o do almoxarifado, da farmácia e da livraria conseguem se beneficiar de geração de relatórios automáticos por realizarem ações de cadastro digitalmente, ao contrário das anotações em papel antigas, que não permitiam um maior controle e com mais agilidade. No setor de contabilidade percebeu-se a presença das tomadas de decisão apoiadas pelo sistema, de posse de relatórios e controle de centros de custos.

Finalmente, setores médicos como a psiquiatria e a clínica médica beneficiam-se das prescrições e evoluções sendo realizadas uniformemente, e de maneira digital.

6.4. Entrevista com Gerente de TI

O objetivo dessa seção é apresentar alguns pontos significativos no uso de ERP em instituições voltadas ao ramo da saúde. Para tanto, são exibidos os resultados obtidos através de uma entrevista com um gerente de TI em um hospital Alfa em Franca/São Paulo.

ISBN XXXXXXXXXX

Nesse aspecto, a pesquisa qualitativa abordou questões variadas desde a escolha de adoção do ERP Tasy até problemas relacionados à customização, aspectos de não aderência e barreiras impostas pelos próprios usuários.

De acordo com o profissional entrevistado, o sistema integrado de gestão foi selecionado pela facilidade de parametrização, atributo esse que se alinha com o nicho específico do hospital: psiquiatria.

Ressalta-se que nenhum sistema abarcou todas as necessidades encontradas na instituição, porém, sua escolha foi baseada no ponto positivo existente na maior facilidade de adaptação com a regra de negócio local.

Como ponto negativo, apresenta a dificuldade de compreensão da interface para usuários leigos, questão que já está sendo corrigida com mudança de linguagens, por exemplo: o prontuário eletrônico do paciente para HTML5 baseado em pesquisas e experiências dos próprios usuários, sendo assim, médicos, enfermeiros, nutricionistas estão participando de maneira ativa desse projeto.

Nesse ponto, percebe-se também que o prontuário eletrônico do paciente no hospital pesquisado apresentou dificuldades relacionadas à indecisão entre os usuários sobre um possível impacto negativo na sua comunicação com o paciente, temendo que o uso da tecnologia anulasse o contato com o enfermo em uma consulta médica, por exemplo.

Porém, esses conceitos foram dissolvendo-se à medida que os benefícios foram sobrepujando-os, já que o médico ao utilizar o PEP consegue ter acesso ao histórico do paciente, podendo analisá-lo não apenas pelo desajuste atual, mas por um conjunto de antecedentes que completam o diagnóstico final. Percebendo assim, doenças cognitivas no círculo familiar ou simplesmente pessoal, entre outros.

No que diz respeito a não aderência do sistema integrado de gestão, a área destinada à lavanderia e rouparia abrangem esse tema, uma vez que o ERP é desenvolvido para hospitais em geral e a instituição lida com vestes e enxovais que são próprios dos pacientes, compreendendo um volume alto de distribuição e armazenamento. Os pacientes por sofrerem de transtornos mentais, não tem

ISBN 978-85-87406-94-1

discernimento de pertences pessoais, dividindo com outras pessoas e até perdendo-os. Por questões econômicas, ainda não foi adquirido nenhum sistema.

Outros campos no hospital que o sistema não abarca são recursos humanos e departamento pessoal, mas nesse caso foi adquirido um sistema denominado Sênior, que faz folha de pagamento, controle de ponto, módulos de medicina do trabalho, segurança, entre outros. Ressalta-se que, apesar de não auxiliar nesses pontos apresentados, o ERP ajuda com módulo de processamento de custos, *bussines inteligence*.

A customização no ERP é realizada quando é necessário realizar alterações gerais, mas cobram as horas a nível de gratuidade a pagamento. O outro sistema sempre cobra quando há atualização. Entretanto, não existem muitas alterações já que o segmento do hospital é peculiar e em muitos casos o valor é alto.

Segundo o gerente de TI, dificuldade encontrada em integrar áreas que não se encontram informatizadas é a resistência. Aspecto não particular ao hospital, mas muitos usuários temem os efeitos que a mudança possa provocar. Surge assim, a necessidade de quebra de paradigma e um fator que colabora excepcionalmente para isso é a diretoria analisar e aceitar um projeto relacionado à tecnologia, auxiliando seu desenvolvimento.

Quando questionado sobre em que área o ERP poderia oferecer uma maior contribuição, comparando a área clínica com a administrativa, o profissional entrevistado afirma que ambos os setores são beneficiados. Em algumas situações o usuário não se beneficia de maneira ampla das funcionalidades do sistema por desconhecimento, algo que vem sendo alterado com treinamento e reestruturação de projeto.

A equipe de TI do hospital também mantém como meta mostrar aos usuários que a instituição trabalha de maneira sistêmica, em conjunto, e apesar manipularem os dados por um meio eletrônico, a origem dos dados, consequentes equívocos ou acertos não estão diretamente relacionados a TI, mas sim na origem que em os dados foram inseridos. Assim, um paciente que está com médico incorreto, mostra um problema com cadastramento na recepção, entre outros exemplos.

ISBN XXXXXXXXXX

Assim, o gerente de TI considera o ERP ferramenta fundamental para a manutenção e desenvolvimento da instituição, não só para o corpo clínico, como para outras áreas do hospital.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou as opiniões de satisfação usuários profissionais da área administrativa e clínica que fazem uso de um sistema integrado em saúde de uma instituição em saúde na área psiquiátrica da cidade de Franca/SP.

Destacou-se, dentre outros aspectos positivos, a ausência de maiores complicações para usar o sistema e a facilidade de recuperação de dados entre setores diferentes dentro do sistema, o que aumentou significativamente o tempo da presença do usuário com o paciente, pois não mais é necessário o deslocamento para obtenção de documentos físicos em locais distantes na empresa.

Apesar de não citado pelos entrevistados dos setores administrativos e clínicos, mas abordado pelo responsável de TI no hospital, alguns aspectos ainda precisam ser melhorados e merecem atenção. Por exemplo, alguns usuários ainda apresentam dificuldades de compreensão da interface gráfica atual do sistema.

Além disso, alguns usuários ainda resistem e temem os efeitos que a mudança da informatização pode provocar no dia-a-dia dos profissionais. Outro problema citado foi a não aderência do sistema para os setores de lavanderia, rouparia e departamento pessoal. Neste caso, a aderência ou não dos setores depende do reconhecimento das pessoas como corresponsáveis pela gestão do sistema.

Finalmente, este trabalho dará sequência às suas atividades fazendo uso de 6 atributos-chave de qualidade de software propostos pela ISO 9126: funcionalidade, confiabilidade, usabilidade, eficiência, manutenibilidade e portabilidade. Estes atributos serão utilizados para quantificar a satisfação dos usuários do hospital psiquiátrico (Cordeiro e Moli, 2014).

ISBN 978-85-87406-94-1

7.1. Etapas e Cronograma de Execução

Segue abaixo o cronograma das próximas atividades a serem desenvolvidas:

Atividades	01 e 02/2016	03 e 04/2016	04 e 05/2016	06 e 07/2016
Pesquisa Bibliográfica e Documental	X	X	X	
Leitura e atualização da pesquisa bibliográfica	X	X	X	X
Pesquisa sobre nível de satisfação dos usuários do hospital		X	X	X
Elaboração de entrevistas		X	X	
Organização dos dados coletados			X	
Apresentação do resultado final				X

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação brasileira de normas técnicas. **Engenharia de software – qualidade de produto**. Disponível em: <www.abnt.org.br> Acesso em: 20 out. 2015.
BAPTISTA, Galvão Sofia; CUNHA, Murilo Bastos da. **Estudo de usuários: visão global dos métodos de coletas de dados**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.12, n.2, p. 168-184, maio/ago. 2007.

BEZERRA, Maria Selene. **Prontuário eletrônico do paciente: uma ferramenta para aprimorar a qualidade de serviços da saúde**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 73-82, jan./abr. 2009.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; SILVA, Poliana Cavalcante; FERREIRA, Marina Nagata. **Sistemas de informação em saúde: possibilidades e desafios**. Revista de Enfermagem. UFSM, p.290-299, maio/ago. 2011.

CORTÊS, Mario L. **Modelos de qualidade de sw**. Disponível em: <http://www.ic.unicamp.br/~cortes/mc726/cap3.pdf> Acesso em: 29 nov. 2015.
CORDEIRO, Aline Gomes; MOLI, Roberto Nunes. **Pesquisa de Satisfação de Usuários de Software de Gestão Hospitalar Utilizando os Critérios da ISO 9126**. Congresso Brasileiro de Informática em Saúde. 2014.

LAUDON, Henneth; LAUDON, Jane. **Sistemas de informação gerenciais**. Tradução de Luciana do Amaral Teixeira. 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LLAURADÓ, Oriol. **Escala de lickert: o que é e como utilizá-la**. Disponível em: <http://www.netquest.com/blog/br/escala-likert/> Acesso em: 05 abr. 2016.

NETO, Julio Maravitch Maurício; VASCONCELOS, Alexandre M. Lins de. **Um processo para avaliação de produtos de software através de análise de um**

ISBN XXXXXXXXXX

sistema especialista. Dissertação (Graduação em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Pernambuco, Refice, 2005.

NUNES, Ariadne C.LF; ALVES, Carina F; PINTO, Rosa C. **Modelagem de processos no apoio a aderência de implantação de erp hospitalar**. VIII Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação (SBSI 2012).

MÉDICI, André. **Inovações em tics**. Saúde Business.

MUGNOL, Katia Cristina Ugolini; FERRAZ, Marcos Bosi. **Sistema de informação como ferramenta de cálculo e gestão de custos em laboratórios de análises clínicas**. J. Bras. Patol. Med. Lab. vol.42 no.2 Rio de Janeiro Apr. 2006.

MARTINS, Elaine. Acreditação hospitalar x engajamento do corpo clínico. Disponível em: <http://saudebusiness.com/noticias/acreditacao-hospitalar-x-engajamento-do-corpo-clinico/> Acesso em: 14 out. 2015.

OTERO, Jorge Pereira. **Análise do sistema integrado de gestão: erp como sistema de informação de controladoria para a tomada de decisão**. 2004. 183f. Dissertação (mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) - UniFecap - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2004.

PINHEIRO, Luciane Ribeiro Dias; FILHO, Gino Giacomini; SILVA, Ligia Pinheiro da. **Certificação de Qualidade nos Hospitais Públicos da Cidade de São Paulo**. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/169.pdf> Acesso em: 20 out. 2015.

QUEIROZ, Jóse Eustáquio Rangel de. **Considerações sobre a qualidade e usabilidade de software**. Disponível em: <http://www.dsc.ufcg.edu.br/~rangel/ihm/downloads/Capitulo2.pdf > Acesso em: 29 nov. 2015.

SALVADORI, Valéria Farinazzo Martins; FILHO, Flávio Guilherme Vaz de Almeira. **Aspectos éticos e de segurança do prontuário eletrônico do paciente**. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/oicr/pages/arquivos/Valeria_Farinazzo_aspecto_etico.pdf> Acesso em: 02 fev. 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGIA CLÍNICA. **Tecnologia da informação em medicina laboratorial, posicionamento da sbpc/ml**. Disponível em: < http://www.sbpc.org.br/timl/TIML_SBPCML2012.pdf> Acesso em: 01 abr. 2015.

SOUZA, César Alexandre; ZWICKER, Ronaldo. **Sistemas integrados de gestão empresarial: estudos de casos de implementação de sistemas de erp**. 2000 Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – USP - Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **Ciclo de vida de sistemas ERP**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v.1, n. 11, 2000.

ISBN 978-85-87406-94-1

SOUZA, José Henrique; VISELI, Joseani; SUGAHARA, Cibeli. **Sistema de informação gerencial em hospitais**. eGesta – Revista Eletrônica de Gestão de Negócios, v.2, n. 4, p. 73-87, out-dez. 2006.

ANEXOS

ANEXO I

1. Porque a escolha do Tasy?

Na verdade o Tasy foi inserido na empresa em 2006 e eu ainda não estava presente, mas ele foi escolhido pela facilidade de parametrização, porque a gente tem um nicho muito específico aqui que é psiquiatria, que tem algumas particularidades e a maioria dos sistemas são montados mais pra hospitais gerais ou algumas outras especialidades como oncologia, endocrinologia. A psiquiatria em si não tem nenhum sistema ou ERP grande que faça esse tipo de parametrização, já o Tasy não é totalmente apropriado, mas ele é bem mais parametrizável do que algumas outras ferramentas no mercado. Então a gente conseguiu inserir ele e lógico que existem algumas áreas que são comuns com outros hospitais, por exemplo: contábeis, financeira, recepção, mas na parte assistencial com o cliente é bem mais específico e o Tasy tem se mostrado bom nesse ponto.

2. A empresa já havia utilizado outro sistema antes?

A TI do hospital é uma TI nova, o que seria isso? É nova desde 2001, 2002. Nova em termos, quando começou a ascensão de sistemas integrados em hospitais. Vários já tinham desde 1997, 1998. A princípio era um sistema próprio, que foi a pessoa que instalou na época que fazia. Depois foi optada por um sistema mais de gestão, que não dava consistencial, era o sistema JR e posteriormente o Tasy.

3. Quais são os pontos positivos e negativos apresentados pelo ERP?

Bom, o ponto positivo é a questão já falada de parametrização, um sistema que tem uma facilidade de se parametrizar conforme a regra de negócio de cada estabelecimento e atualmente eu já conheço o Tasy há bastante tempo, no começo eu não pensava assim, mas atualmente pela falta de atualizações da desenvolvedora tem se mostrado com pouco de dificuldade em nível de interface

ISBN XXXXXXXXXX

para o usuário final, que não é tão simples para usuários mais leigos, porém está sendo corrigido. O sistema é desenvolvido em Delphi só que os desenvolvedores estão agindo em conjunto e desenvolvendo um sistema em Java, que vai ter uma interface mais amigável e ser um pouco mais rápido.

Em contrapartida, eles também estão desenvolvendo um prontuário eletrônico em HTML 5, que é totalmente analisado por médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, profissionais que realmente utilizam o sistema e sendo desenvolvido em cima do que eles estão passando. Então é uma análise de requisitos das próprias pessoas que usam, baseadas em pesquisas, em experiências que estão fazendo.

4. Quanto tempo leva para implementar o sistema, incluindo treinamento?

Varia, depende de cara área. Quais são as mais difíceis? A área onde a gente tem usuários não muito habituados a utilizar o sistema, médicos, enfermeiros. O sistema a nível de auxílio ao assistencial, ao cliente ainda é subutilizado pelo corpo clínico. Esse paradigma começou a ser quebrado agora, com alguns incentivos do governo, como assinatura digital, a impressão de prescrições, então é ainda bem novo para a maioria dos médicos. É um conceito amadurecido, mas para a maioria dos médicos é muito novo. Pode durar de quinze dias a um mês, no mínimo. Agora outras partes que estão mais habituadas, financeiro, contábil, recepção, farmácia, já é mais tranquilo, porque elas já vêm com certa mentalidade que elas vão usar um sistema computacional para fazer o dia a dia. Hoje, dificilmente você vê uma contabilidade fechando um balancete na mão, fazendo um livro fiscal na mão. A nível administrativo já é bem mais amadurecido isso.

5. Como sistema ERP trabalha com o gerenciamento de internação e consultas?

Todos os pacientes ou clientes que entram aqui é feito uma entrada que utiliza um cadastro único, e esse atendimento fica disponível para todas as áreas: farmácia, corpo clínico, etc. Então ele vai ficar no período que estiver internado com esse atendimento, quando ele tiver alta, finaliza esse procedimento. Outra situação que por ventura o faça voltar a esse atendimento, já vai usar o mesmo cadastro e ser criado um novo atendimento, onde você, através do cadastro de pessoa física possa mapear todo o histórico do paciente no hospital. Já em consultas é nível mais baixo, mas quando se diz de alta é até automática, porque em hospitais gerais o volume de consultas é alto, então não compensa dar alta em todo o paciente, nesse caso a alta

ISBN 978-85-87406-94-1

é automática, é mensurado o tempo médio de um paciente no hospital e depois de três, cinco horas, por exemplo, e estabelecem um período de alta automática.

6. Como o sistema trabalha com o fluxo de pacientes e quais são os recursos que ele disponibiliza para que os setores agilizem seus processos mediante a estadia do paciente?

O sistema, quando você faz a entrada do paciente, divide de acordo com cada setor gerando uma ocupação hospitalar, esse setor é feito a estrutura de ocupação, onde facilita cada profissional que vai buscar o paciente posteriormente a, vamos supor: é o setor de pacientes clínicos vai entrar lá e procurar o paciente em uma gama menor, de 300 pacientes internados, 20 estão no setor geriátrico, 50 no setor SUS de pacientes agudos... Então ele faz distribuição de ocupação hospitalar. Onde todos os setores tem essa estrutura e facilita a busca dos pacientes através disso.

7. Além disso, é utilizado o prontuário eletrônico do paciente? Como isso afeta na relação do hospital com o paciente?

É utilizado. Hoje a grande dificuldade de relação entre paciente e médico é a questão da comunicação mesmo como: entender a prescrição médica pela letra... A princípio havia aquela questão da humanização ser extinta, com a utilização de sistemas integrados em um ERP de saúde, só que é um mito. Porque vem do profissional, ele pode ficar simplesmente olhando para o computador ou dar atenção e simultaneamente ir fazendo o prontuário, então isso é profissional, não do sistema. O contato do profissional com o cliente é o mesmo, o que melhora é o controle de informações, a acessibilidade por parte do médico... Na hora que o paciente entrar na sala, o médico terá todo histórico de saúde dele, o SID anteriores, que é o cadastro internacional de doenças, seus hábitos, alergias, situações que já existem na família, etc. Portanto, ele já tem tudo isso na mão, antes ele tinha que entrar em um depósito, procurar, onde você tem milhões de prontuários, e procurar o do paciente em questão. Então hoje é mais fácil, onde ele tem todo esse histórico, vai conseguir dar um diagnóstico mais apropriado. Vendo que ele tem incidência de esquizofrenia, aponta situações onde pode ser depressivo, ou ter algum transtorno bipolar, enfim, já vai ter no sistema de situações anteriores e vai facilitar o atual diagnóstico dele.

8. ERP contribui mais na área administrativa ou clínica?

ISBN XXXXXXXXXX

Em ambas as partes. Todos os usuários relatam e a gente vê através de estatísticas e índices do sistema que o tempo que é utilizado para fazer cada ação é muito maior com o sistema, então ele auxilia todas as áreas, onde o usuário tenha a competência de estar utilizando também, porque tem algumas áreas que até por desconhecimento, não usam todo o potencial que o sistema pode dar na área, e isso vem sendo tratado com treinamento, com reestruturação de projeto junto cada área. Assim as duas áreas encontram recursos no sistema o auxiliam de maneira muito boa.

9 Existe um PACS na unidade? Existe um Sistema de Auxílio ao Diagnóstico na Unidade?

Não, porque nós somos de nicho específico que é a psiquiatria, então não seria viável economicamente. Por isso, todo paciente que tem um problema clínico, como: fraturou mão ou tem que fazer uma tomografia pulmonar, vai para um hospital clínico, porque aqui seria um investimento de alto.

10 Existe alguma área em que o ERP não conseguiu atender e foi preciso a aquisição de outro sistema?

Nós não adquirimos ainda, mas a área que o sistema não conseguiu atender é a lavanderia e rouparia. No caso do ERP, por ser desenvolvido para hospitais em geral, lida com rouparia e enxoval que é do próprio estabelecimento. Aqui se lava, faz a distribuição e armazenamento de roupas dos pacientes, sendo um volume alto. Os pacientes por terem transtorno mental, comportamental, não tem discernimento no sentido de troca de tênis um com outro, deixando o controle difícil. Você manda um chinelo para o paciente ele volta sem, é bem complicado esse tipo de controle. Nós tínhamos pensado em colocar algo até com RJID, um sistema que fizesse leitura, que colocasse sensores pelo hospital, conseguindo mapear cada peça de roupa, mas é um pouco caro, não alcançamos.

Além disso, recursos humanos e departamento pessoal fogem bastante do escopo de saúde, por isso adquirimos um sistema chamado Sênior que faz folha de pagamento, controle de ponto, módulos de medicina do trabalho, segurança, etc. Foi preciso adquirir isso. Tem outros que o nosso sistema até tem, como: módulo de processamento de custos, *bussines inteligence*, auxilia mas também não é tão

ISBN 978-85-87406-94-1

maduro quanto outras ferramentas *players* do mercado. Então, também procuramos sistemas que façam essa ponte.

11 Qual é a dificuldade em integrar áreas que não se encontram informatizadas?

A primeira dificuldade é a resistência. Hoje não só particularmente aqui, mas em todo lugar a resistência é muito alta. A pessoa que não utiliza o sistema, na hora que você fala que cogita isso, até pela questão de mudança, de controle, é uma quebra de paradigma mesmo. Há essa dificuldade e até esse medo: será que o sistema vai monitorar se você tá fazendo tudo certo? Por isso, primeiramente a diretoria tem que comprar a ideia, aceitar o projeto e encarar junto a TI.

12 Como funciona o suporte técnico do sistema? Você considera eficiente?

É eficiente, mas ultimamente, até pela quantidade de clientes que a nossa fornecedora tem, se mostra um pouco lento e entra em várias filas de prioridade e torna-se um pouco devagar. Nossa estrutura interna consegue dar um suporte muito melhor que o suporte do desenvolvedor. Nós só recorremos ao desenvolvedor quando há alguma coisa que não existe, não tenha sido implementado, em caso de dúvidas.

13 No caso de uma eventual customização é possível fazê-lo diretamente no sistema, ou é necessário à solicitação do suporte técnico?

No caso da desenvolvedora, eles customizam quando a sua solicitação impacta outros clientes, se for em prol de um todo. Se não, eles também fazem, mas cobram as horas em nível de gratuidade e pagamento. Já o outro sistema (Sênior), eles sempre cobram a customização. Mas são poucas customizações que existem, até pela questão do nicho de psiquiatria que eles não aceitaram e o valor para alterações ficou muito alto.

14 O ERP utilizado consegue, de fato, fazer com que as diversas áreas do hospital consigam trabalhar em conjunto de uma forma prática e eficiente?

A gente vem trabalhando muito isso. Hoje as pessoas tem dificuldade de ter uma visão sistêmica da onde que surge a informação, quem a criou, quem a atualiza, alimenta e chegar ao fluxo da informação como um todo. Vamos supor: o paciente entra, faz o atendimento dele, a farmácia dispensa itens na conta, a enfermagem, a psicologia, os médicos lançam itens no prontuário do paciente, o faturamento analisa

ISBN XXXXXXXXXX

a conta... Então há todo um fluxo no atendimento do paciente. Mas muitos colaboradores ainda não conseguem chegar nisso, pensam: quem faz o cadastro? Se ocorrer um erro no cadastro, a quem eu vou recorrer? Na farmácia? Quem cadastra isso?

Então, a gente vem fazendo um trabalho de realmente apontar isso, por exemplo: tem um paciente que está com médico incorreto, quem altera isso? A TI? Não, é a recepção, origem dessa informação. As pessoas pensam que todas as informações vêm da TI, mas é só um suporte, uma implementação, no caso origem de dados é cada setor. Esse é o nosso desafio.

15 O ERP permite que as decisões de gestão e clínicas sejam tomadas de forma mais efetivas? Exemplifique

Permitem, através de indicadores, de relatórios, eles demonstram em números, o auxílio do ERP, porque ele não “fala” o que você tem que fazer, mas auxilia a chegar em um resultado. No caso de médico, no nosso sistema tem algumas escalas onde o médico para obter se o paciente tem alguma patologia mental, vai fazer uma série de perguntas e no final essa escala processa e traz os possíveis resultados, a nível assistencial. Já em nível de administração, você tem toda a saúde financeira da empresa, todo o fluxo de logística, de estoque... Então isso auxilia muito, se não houvesse isso, seria muito mais complexo tomar alguma decisão de investimento, de corte de gastos, de liberação de recursos e tal.

ANEXO II

Entrevista com médico clínico do hospital – Rodolfo.

1) O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

Uso o Tasy há uns quatro anos e uso recursos do sistema como: evolução, prescrição e pedido de exame. No início tive dificuldade em aprender a manusear, como qualquer novidade. A tela era muito cheia, coisas que você nunca usa, até pegar o jeito. Mas o suporte técnico é eficiente. Como pontos negativos, eu acho que é muito detalhe, até você chegar no objetivo final, por exemplo: você quer prescrever uma dipirona de seis em seis horas, até você chegar nisso, tem que

ISBN 978-85-87406-94-1

escrever, clicar, selecionar, mudar... Eu tenho como parâmetro outros sistemas certos? O sistema de outro hospital (que participa) é muito mais rápido. É um sistema que eu particularmente prefiro, por ser mais rápido, porque entre pensar e rescrever o caminho dele é mais curto. Mas aqui pelo volume de dados é mais tranquilo. Já como pontos positivos, ele atende as finalidades a que se propõe, uniformiza as prescrições, grava evoluções, dá para consultar evoluções anteriores, copiar prescrição. E isso pra mim é fantástico, porque tudo que te ajuda a ganhar tempo pra mim é um ponto positivo, então o fato de poder copiar a prescrição, copiar a evolução mudando alguns detalhes é muito mais rápido do que começar do zero todo dia, toda vez que for fazer.

ANEXO III

Entrevista com responsável pelo setor de Farmácia – Renata.

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

Hoje, eu acho que ele é a alma da farmácia, sem ele a gente já entraria em pânico. Porque tudo se baseia nele, nós controlamos o estoque, entrada e saída, recebemos as prescrições por ele. Então não dá pra ficar sem ele. Ele agiliza muito. Eu trabalho com ele direto. Eu controlo estoque, custo, relatório, sabe pra onde vai. Tem noção de quanto gasta, estatística de uso... Tudo isso uso nele. Hoje eu faço ate nele, eu acho isso muito bom. Eu acho que a gente ainda não conseguiu pegar tudo dele. Mas o que ele trouxe de melhoria para o dia a dia nosso e do hospital, é incalculável. Não tem jeito de mensurar de como era antes e agora. Não há como voltar o que era antes.

ANEXO IV

Entrevista realizada com responsável pelo setor de educação física – Cidinha.

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

Eu acredito que melhorou e muito a minha vida, porque antes de vocês da TI, tinha um profissional que passava a ideia que o Tasy era um “bicho de sete cabeças”, que

ISBN XXXXXXXXXX

as pessoas não sabiam lidar, mas eu acho que na verdade elas não tiveram treinamento. Só que o Tasy só funcionava para farmácia, contabilidade e recepção. E depois começou a implantar para o setor de educação física, então um serviço que eu fazia que era a evolução, eu fazia no prontuário do paciente, eu gastava um período. Então se eu for evoluir os pacientes do HD, às vezes eu gastava duas horas para fazer pasta por pasta, manuscrito... Tinha que estar passando, fazendo uma leitura das evoluções anteriores, para saber se a minha evolução estava mais ou menos coerente com a da equipe... Sendo assim, gastava umas duas horas ou mais e as vezes eu não conseguia terminar. Com o Tasy, em trinta minutos eu faço a evolução do HD, porque daqui da minha sala já olho todas as evoluções: da psicóloga, da assistente social, do médico. Aí eu concluí que ele não é um “bicho de sete cabeças”, é um facilitador, pois no final do mês eu fecho e abro uma nova folha de frequência, que era outro serviço que eu fazia manualmente. Então, eu pegava a lista do senso, escrevia nome por nome, em uma folha de frequência que o hospital tinha feito na gráfica, e agora o último serviço que a TI fez pra gente foi essa folha que já sai atualizada, coloco a data que eu quero... Por isso um serviço que nas minhas folgas, entre um atendimento e outro, eu começava na segunda e só finalizava na sexta-feira. Porque era pouco o tempo. Hoje eu chego e em um minuto imprimo esse serviço e é só pegar pronto na impressora. Quando entro na ocupação hospitalar, eu vejo toda a população separada por áreas: clínica masculina e feminina. Quando atualizado meu senso, através dessa folha de frequência que a TI fez, só clico na data de entrada, vejo os últimos que entraram e já coloco na ficha. Ganhei muito tempo, o Tasy é um facilitador da minha vida profissional aqui dentro.

ANEXO V

Entrevista realizada com responsável pelo setor de livraria – Cíntia.

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

No meu trabalho, uso todas as funções, tudo que eu faço é no Tasy. Hoje com as modificações que teve, facilita o controle de estoque, a parte de relatórios, do faturamento facilitou para dar baixa. A questão dos contribuintes, ajudou muito. Antes era tudo manual, hoje o Tasy gera tudo sozinho, só controlo entradas, baixas.

ISBN 978-85-87406-94-1

É ótimo, agora eu tenho tempo para cuidar da editora e outras coisas, como esse aperfeiçoamento que teve, facilitou minha vida.

ANEXO VI

Entrevista realizada com responsável pelo setor de Contabilidade – Xenia

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

Olha, do sistema que a gente usava para o Tasy o que diferenciou, foi a ferramenta mais abrangente, por exemplo: eu tenho condições de saber relatórios mais apurados, a contabilidade foi mais minuciosa, com a possibilidade de agregar mais informações. Porque o outro era mais simples: apenas débito e crédito. Têm lotes, relatórios... A diferença de um para o outro era fazer a contabilidade de custo, nós não estamos fazendo agora, mas o sistema tem essa ferramenta. Distribuir centro de custo, direcionar setores, qual setor que usou, que momento ele pediu tal produto ou informação de internação.

ANEXO VII

Entrevista realizada com responsável pelo setor de enfermagem – Alessandra

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

Desde que foi implantado o Tasy, pra gente a qualidade de serviço aumentou demais, até mesmo pela praticidade de uso. Na questão da enfermagem, que é a minha área, a gente faz a parte de anamnese, de prescrições de enfermagem... Então a forma de trabalho, sua agilidade e a eficiência aumentou muito desde que uma parte a gente fazia escrita e leva-se muito tempo. Com o Tasy, o trabalho ficou muito mais rápido. Eu acho que pro hospital foi um ganho muito grande, interligou todos os setores.

ISBN XXXXXXXXXX

ANEXO VIII

Entrevista realizada com responsável pelo setor de recepção – Carlos

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

Pra nós foi muito bom, porque a gente consegue colocar muitos dados que antes não tinha capacidade. E com esses dados completos dá para atender todo o hospital: serviço social para falar com a família, psicologia para atender o paciente melhor. Então, para todo o hospital foi bom. E a gente usa no dia a dia mais para cadastro, internação.

ANEXO IX

Entrevista realizada com responsável pelo setor de fisioterapia – Elaine

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

Bom, o que eu uso nele mais é prontuário eletrônico, pedidos de almoxarifado, comunicação de OS, tanto para a TI quanto para a manutenção. E assim, agilidade, porque no meu setor era um esquema assim: tinha que terminar os atendimentos do dia, o senhor Luiz reservava ali 20 minutos só para buscar prontuário. Ai ele buscava em 20 minutos, porque até pegar todas as pastas, em três setores no mínimo, que era os atendimentos do dia: geriatria, as vezes SUS, agudo masculino, agudo feminino... Onde tivesse paciente ele tinha que buscar prontuário. Ele trazia para mim, e era mais uma meia hora pra fazer, então você imagina o tempo que eu levava com prontuário todo dia. Esse momento eu tinha que reservar, então era atendimento que eu tirava de paciente, né? Hoje, eu ganhei uma hora de atendimento, porque se não der pra fazer hoje, eu faço amanhã. Eu reservo uma hora por semana, não por dia mais. Por isso, o rateio ali foi muito interessante. Ganhei muito tempo de atendimento, ao invés dele buscar o prontuário, ele busca um paciente pra mim, ou dois ou três juntos. O rendimento de atendimento foi muito bom. Eu tomando cuidado para fazer na data certa para recolhimento para o SUS. Outras funções a gente de vez em quando utiliza, quando precisa, que é para pegar uma lista de pacientes de algum determinado médico, mas é esporádico. Outra

ISBN 978-85-87406-94-1

coisa: para estar olhando diagnóstico, para conhecer o paciente melhor. A única coisa que acho que poderia melhorar e que em particular seria importante seria a foto, principalmente dos particulares. Porque a gente não conhece, e se você já chega sabendo o nome, a aparência dele, já sabe com quem está lidando. Nas reuniões, até lembrar, relacionar o nome do paciente com a sua fisionomia, é complicado. Mas se você já sai com isso gravado o teu atendimento com o paciente também é outro. Porque eu não fico como psicologia o tempo todo com ele, mas se eu busco no Tasy um recolhimento de história eu tenho outra abordagem com o paciente. Ele não vai me enganar, porque eu já sei o tipo de personalidade dele. Usar o Tasy foi um avanço imenso.

ANEXO X

Entrevista realizada com responsável pelo setor de terapia ocupacional – Renata

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

Eu acho que o primeiro benefício importantíssimo foi tempo. Que aqui a gente tem muitas atividades. Igual eu sou coordenadora de setor e atendo os pacientes, a gente não faz só uma função, alia outras funções. O tempo que a gente economiza é gigantesco, por exemplo: prontuário, antes tinha que ficar indo em setores, procurar, ver se estava lá, se não tivesse tinha que anotar, lembrar porque tínhamos que fazer. Então, nisso o Tasy facilitou demais. Para fazer pedido para a manutenção, TI, requerimento de material... Às vezes você vai ao setor, a pessoa não está lá, porque aqui o hospital é muito grande. Atualmente, você vê no sistema se o que você solicitou foi executado, se não foi. Eu poderia utilizar até mais o Tasy, mas eu não uso porque eu não sei algumas coisas, mas em relação a tempo, facilidade e praticidade é um sistema fácil de usar, não é difícil.

ANEXO XI

Entrevista realizada com médico psiquiatra – Ricardo

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

ISBN XXXXXXXXXX

Bom, benefício é modernização, do papel para o sistema. Escrever a caneta é uma coisa que já vai ficando para trás mesmo. Então fica muito mais ágil, de rápido acesso, o Tasy tem uma interface muito amigável, resumidamente a gente ganha tempo. É o papel da informática pra gente, fazer o serviço grosseiro, repetitivo. Então ele faz isso muito bem. Eu utilizo para fazer as evoluções dos pacientes e as prescrições das receitas, que já sai impressa. Facilita muito, estou me dando muito bem com o programa.

ANEXO XII

Entrevista realizada com responsável pelo setor de psicologia – Shirley.

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

Acredito que o Tasy está agilizando o contato que a gente tem na parte da escrita, que são evoluções, eu já não preciso mais ir a outros setores pra buscar a pasta desse paciente para eu saber dele, posso acessar de onde eu estiver no hospital. Inclusive próximo ao paciente, então isso ficou excelente. Para ter contato de pacientes que chegam para o meu atendimento, não preciso ir mais ao setor central que era na intercorrência, já posso ver de onde eu estiver. Também a questão do contexto de histórias, de alguns dados que eu precisava buscar com algum profissional, posso ver através dos dados que são colocados no Tasy. Acho que é isso: agilidade e a eficiência mesmo. Na psicologia também consegue chegar mais rápido a outro profissional as condições desse paciente, condição de risco, as vezes não dá para ver na pasta mas se ele já acessa o sistema, consegue ver isso, cuidado mais rápido.

ANEXO XIII

Entrevista realizada com responsável pelo setor de almoxarifado – Valnei.

O que você acha o Tasy ajuda no seu setor de maneira geral e particularmente? Quais são as funções que você usa?

O Tasy o que ele agregou para a fundação em si foi, vamos dizer a facilidade no controle melhor no estoque e também no gerenciamento de custo nos setores, que é

ISBN 978-85-87406-94-1

uma ferramenta que dá para trabalhar o que está gastando. Para o setor, melhorou e muito, porque através do Tasy, nós calculando certo o que vai para cada setor, tendo os relatórios certos para basear implantamos sistema de localização, sistema automático de requisição, que antes era manual. A partir da implementação do Tasy, já começamos a trabalhar com esses sistemas. E pra mim, pessoalmente é uma excelente ferramenta, porque antes você pensava em fazer algo, você tinha que fazer manuscrito, menos ágil. Agora com o sistema é muito mais prático. E a facilidade maior é que ele se adapta, as vezes quer fazer algo para melhorar ou mudar um processo no estoque, dispensação de material, pode estar adequando o sistema ao que você precisa. Vejo isso como um dos pontos mais positivos do Tasy: a adequação dele no que se precisa no dia a dia.

ANEXO XIV

Assinale a opção que seja compatível com a sua opinião.						
		CT	C	NN	D	DT
Funcionabilidade	Propõe-se a fazer o que é apropriado?					
	Faz o que foi proposto de forma correta?					
	Interage com os sistemas especificados?					
	Está de acordo com as normas, leis, etc?					
	Evita acesso não autorizado aos dados?					
Confiabilidade	Apresenta falhas com muita frequência?					
	Ocorrendo falhas no sistema, ele reage de forma positiva?					
	O sistema perde dados ao falhar?					
Usabilidade	É fácil entender o conceito e sua aplicação?					
	É fácil aprender a usar?					
	É fácil de operar e controlar?					
Eficiência	O sistema é rápido? Executa as funções em tempo hábil?					
	O sistema é leve? Ou seja, é possivel trabalhar com mais softwares simutaneamente?					
Manutenibilidade	É fácil de encontrar uma falha, quando ocorre?					
	É fácil alterar o sistema conforme a necessidade?					
	Há grande risco quando se faz alterações?					
	É fácil testar quando faz alterações?					
Portabilidade	É fácil adaptar a outros ambientes?					
	É fácil instalar em outros ambientes?					
	O sistema está disponível em plataformas como o navegador, celular e etc?					
	É um sistema simples e pode ser facilmente substituido?					

Legenda	
Concordo Totalmente	CT
Concordo	C
Nem Concordo Nem Discordo	NN
Discordo	D
Discordo Totalmente	DT

ISBN XXXXXXXXXX

UM ABRAÇO E SEUS SENTIDOS: uma leitura de “O abraço”, de Lygia Bojunga Nunes

Kamila de Oliveira (Uni-FACEF)
Kelli Cristina de Souza Silvestre (Uni-FACEF)
Lindonete Pereira das Neves de Deus (Uni-FACEF)
Maria Eloísa Souza Ivan (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar as investigações inicias que constituem o projeto de pesquisa de nosso TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, sobre a obra *O abraço* (1995), de Lygia Bojunga Nunes.

Nossa leitura contempla reflexões acerca da construção da personagem Cristina, personagem central da obra acima referenciada, destacando-se a construção da personagem como elemento estruturante desta narrativa, em que, por meio do discurso de Cristina, revela-se uma criança que perde a infância precocemente, por um crime sem perdão, o estupro, passando de Cristina-menina a Cristina-mulher.Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo suporte teórico para compreender a construção da personagem como elemento estruturante desta narrativa sustenta-se, sobretudo, nas reflexões propostas por Candido (2004), Reis e Lopes (1988), bem como Brait (2004). Assim, nosso objetivo é verificar, por meio de uma leitura analítica, quais os efeitos de sentido criados pelo discurso bojunguiano, ao tratar de um tema tão polêmico como o estupro, dentro do contexto da Literatura infantojuvenil.

Para tanto, acreditamos ser necessário, para melhor entendermos os propósitos da autora e sua produção literária, estudarmos o contexto de publicação da obra, ou seja, a Literatura Infantojuvenil Brasileira, a partir dos anos 60/70, que corresponde a uma fase inovadora que se orienta, principalmente, por duas grandes áreas: a do questionamento e a da representação, conceitos os quais serão aprofundados oportunamente.

Desse modo, o artigo que aqui se apresenta expõe a justificativa, os objetivos bem como a metodologia de pesquisa de nosso TCC, permeados pelas leituras teóricas iniciais e até aqui realizadas.

ISBN 978-85-87406-94-1

2. JUSTIFICATIVA

Nelly Novaes Coelho (2000), observa que a expressão “literatura infantil” sugere, de imediato, a ideia de livros coloridos, para a distração e o prazer das crianças em lê-los, folheá-los ou ouvir suas histórias contadas por alguém. Devido a essa função básica, até há pouco tempo, a literatura infantil foi minimizada como criação *literária* e tratada pela cultura oficial como um gênero menor. Contudo, essa visão errônea vem se desfazendo ao longo das últimas décadas e hoje a literatura infantojuvenil é vista, antes de tudo, como arte da palavra.

Neste contexto, podemos dizer que Lygia Bojunga é uma das escritoras mais consagradas da Literatura Infantojuvenil Brasileira, retratando, por meio de suas obras, um universo amplo do imaginário, que materializa as angústias e os questionamentos que incomodam tanto os “grandes” quanto os “pequenos”.

Ao todo, a autora tem vinte e dois livros publicados, sendo: *Os colegas* (1972), *Angélica* (1975), *A bolsa amarela* (1976), *A casa da madrinha* (1978), *Corda bamba* (1979), O sofá estampado (1980), Tchau (1984), O meu amigo pintor (1987), *Nós três* (1987*), Livro - um encontro* (1988), *Fazendo Ana Paz* (1991), *Paisagem* (1992), *Seis vezes Lucas* (1995), *O abraço* (1995), *Feito à mão* (1996), *A cama*(1999), *ORio e eu* (1999), *Retratos de Carolina* (2002), *Aula de inglês* (2006), *Sapato de salto* (2006), *Dos vinte 1* (2007) e *Querida* (2009). Dentre a vasta produção da artista, foi escolhida a obra *O abraço* (1995), para compor o *corpus* de nossa pesquisa.

Assim, escolhemos como tema de nosso TCC, a literatura infantojuvenil, por seu caráter de arte da palavra, que com sua criatividade representa o mundo, o homem, e a vida. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e a sua possível e impossível realização.

Desse modo, este projeto de pesquisa justifica-se como roteiro de leitura a ser seguido na apresentação de nosso trabalho de conclusão de curso, acerca da obra *O abraço* (1995), de Lygia Bojunga Nunes, que aborda, como temática central, o estupro, tema polêmico para o universo infantil, mas abordado de forma sensível e cuidada como é próprio do discurso bojunguiano.

A obra *O abraço* (1995) é o décimo quarto livro da autora e, conforme já dito, traz em seu bojo uma discussão muito instigante, provocativa e até mesmo

ISBN XXXXXXXXXX

fora dos padrões infantis, como já atestado por estudiosos da autora, ao abordar a temática do estupro. A obra se tornou um clássico da literatura infantojuvenil, encontrando-se ali a literariedade de um texto cujo arranjo é proveniente do trabalho com a palavra plurissignificativa, que caracteriza o discurso literário e com o qual a autora é, mais uma vez, reconhecida nacionalmente, recebendo vários prêmios, entre eles: Orígenes Lessa- *Hours Concours*, em 1996 e o Altamente Recomendável, outorgados pela FNLIJ, recebeu também o prêmio Adolfo Aizen, outorgado pela UEB (União Brasileira de Escritores), em 1997, e foi parte integrante doprêmio literário sueco Astrid Lindgren Memorial Award (ALMA), que Lygia destinou paramanter a fundação cultural que criou.

Os estudiosos que consideram a obra como não sendo apropriada ao público infantil destacam, justamente, o fato de se ter um tema polêmico e recorrente na sociedade, observando-se que, muitas vezes, este é tratado com preconceito, evitando-se falar sobre o assunto e, de certo modo, incentivando a vítima a se manter calada. Dessa situação, surgiu o interesse do grupo pela obra enfatizando-se o público com o qual trabalhamos, crianças e adolescentes, estas que muitas vezes vivenciam esse drama e veem na escola uma possibilidade que pode funcionar como uma espécie de janela que se abre e lhe permite falar.

Por vezes, Bojunga prefere ficar na realidade e mostrar, então, o seu olhar sensível e penetrante, de quem busca conhecer a alma humana e compreender suas atitudes, trazendo, assim, questionamentos, ou até mesmo incômodos, angústias, emoções que nos provocam e nos prendem. A autora, no decorrer da narrativa, busca o mais íntimo de sua personagem Cristina para revelar para o leitor uma experiência sexual dolorosa, vivida pela Cristina-menina e refletida na Cristina-mulher. A história de Cristina trata-se da denúncia de um crime sem perdão, o estupro, e mais ainda, o estupro infantil. O abraço ou “um abraço” é obra que nos emociona do primeiro ao último capítulo.

Assim, entendemos que a relevância do tema aqui exposto não está apenas em propor uma discussão acerca da literariedade do texto infantojuvenil de Bojunga, mas está, também, em propor uma reflexão acerca da importância da abordagem desse tema, pois apesar de decorridos vinte anos desde sua primeira edição, o tema ali apresentado ainda é tratado com preconceito e muitas vezes é abafado pela sociedade. Por isso, acreditamos que este estudo nos proporcionará

ISBN 978-85-87406-94-1

um feliz encontro com a poética da autora, ratificando a modernidade de seus textos, os quais continuam provocando o incômodo e o diálogo necessários para o alargamento de horizontes dos leitores de todos os tempos e lugares.

Este trabalho orienta-se por uma pesquisa bibliográfica, cuja metodologia será apresentada na sequência dos objetivos.

3. OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é verificar, por meio de uma leitura interpretativa, os efeitos de sentido criados pelo discurso de Lygia Bojunga, mais especificamente na obra *O abraço* (1995), evidenciando-se não apenas a construção da personagem protagonista, como também a literariedade e modernidade da obra bojunguiana.

A fim de alcançar o objetivo proposto, adotamos, como procedimento metodológico, uma pesquisa de abordagem bibliográfica, destacando-se, conforme dito acima, a construção da personagem como elemento estruturante da narrativa. A partir da construção da personagem Cristina, a autora materializa um discurso que provoca e incomoda o leitor diante dos sentimentos de uma pessoa que passa por uma situação extremamente traumática e dolorosa como o estupro, aponto de emocioná-lo e fazê-lo refletir. A personagem passa por diversas situações e sensações, inclusive pela morte e, na medida em que a figura da morte se concretiza nota-se que há vários tipos de morte, os quais vão muito além da morte física.

Para tanto, apresentaremos um percurso histórico da Literatura Infantojuvenil Brasileira dentro de um contexto de tradição e renovação. No que se refere à teoria e constituição da personagem serão utilizadas, sobretudo, as reflexões de Candido (2004), bem como Brait (2004) e Reis & Lopes (1989). Complementa, ainda, nossa pesquisa, uma contextualização da autora e uma abordagem acerca de sua poética, mais especificamente dos mecanismos de construção da personagem como elemento estruturante da obra *O abraço* (1995), *corpus* destapesquisa.

Assim, por meio de uma leitura interpretativa, objetiva-se uma análise textual, em que se verificam os efeitos de sentido criados pelo discurso da obra *O*

ISBN XXXXXXXXXX

abraço (1995), de Lygia Bojunga Nunes, evidenciando-se um tema polêmico, que é o estupro, abordado no contexto da Literatura Infantojuvenil. Para tanto, será utilizado o método dedutivo, posto que se parte de noções gerais para se chegar a resultados específicos.

4. METODOLOGIA

A abordagem desta pesquisa é teórica e encontra-se na área da Literatura Infantojuvenil Brasileira, cujo respaldo teórico provém de pesquisa bibliográfica e documental, tanto no que diz respeito à contextualização da autora e da obra, quanto aos estudos acerca da Literatura Infantojuvenil Brasileira, dentro de um contexto de tradição e renovação, bem como dos efeitos de sentido revelados na construção do texto.

Partindo do pressuposto de que toda pesquisa aponta questionamentos os quais se propõe a responder, o nosso trabalho apresenta as seguintes indagações:

a) Como se constitui a Literatura Infantojuvenil Brasileira dentro de uma perspectiva de tradição e renovação?

b) Quais são os mecanismos de construção da poética de Lygia Bojunga, mais especificamente na obra *O abraço* (1995), *corpus* de nossa pesquisa?

c) Quais os efeitos de sentido relevados pelo discurso de *O abraço,* enfatizando-se a construção da personagem como elemento estruturante e condutor desta narrativa?

d) O livro *O abraço* pode ser pensado como obra infantojuvenil?

O embasamento teórico está fundamentado em leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Cademartori (1982); Soares (1993); Lajolo & Zilberman (2004); Zilberman (2003) e Coelho (2002) para falar da Literatura infantojuvenil Brasileira. No que se refere aconstrução da personagem serão utilizados os apontamentos feitos por Candido (2004), bem como Brait (2004) e Reis & Lopes (1989). Para falar da autora e da obra destacamos os estudos de Navarro (2008), Scheneider (2014) entre outros.

ISBN 978-85-87406-94-1

REFERÊNCIAS

BOJUNGA, Lygia. **O abraço. .**ed. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 1995.

BRAIT, Beth. **A personagem.** 7.ed. São Paulo: Ática, 2004.

CADEMARTORI, Lígia. **Literatura infantil**: autoritarismo e emancipação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.

CANDIDO, Antonio*et al.***A personagem de ficção**. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CASA Lygia Bojunga. Disponível em <http: WWW.casalygiabojunga.com.br> Acesso em: 28.03.16.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil:** teoria-análise-didática, 1.ed. São Paulo: Moderna, 2000.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira**: História & histórias. 6. ed. São Paulo: Ática, 2004.

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1998.

SALEM, Nazira. **História da literatura infantil**.2.ed. São Paulo: Agir, 1970.

SOARES, Angélica. **Gêneros Literários.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

ISBN XXXXXXXXXX

UM LEVANTAMENTO TEÓRICO SOBRE A GESTÃO ORGANIZACIONAL DE UMA PROPRIEDADE PRODUTORA DE CAFÉ

Walkiria Bonamin Moscardini (Uni-FACEF)
Cyro de Almeida Durigan (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo justifica-se uma vez que o Brasil, país com extensão territorial ampla e diversificada em termos de culturas agrícolas, é responsável por um terço da produção mundial de café, sendo o principal produtor, ficando à frente da soma da produção de países como Vietnã, Indonésia, Colômbia e Etiópia, principais produtores logo após o Brasil. Além disso, o café é a segunda bebida mais consumida no mundo, ficando atrás apenas do consumo mundial da água (ABIC).

O objetivo central do artigo é analisar a importância da gestão organizacional dentro de uma propriedade rural que tem como atividade a produção de café.

Para a realização deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas para mostrar a historia do café e alguns dados sobre a produção cafeeira brasileira; em seguida foi realizada uma reflexão teórica sobre a gestão organizacional, abordando suas principais características e conceitos, para em seguida abordar essa gestão dentro de propriedades produtoras de café; após a pesquisa bibliográfica, foi realizada uma primeira entrevista para o estudo de caso em busca de maior familiarização ao tema proposto, na qual foram abordados assuntos sobre a história da Fazenda Santo Antonio, suas principais características e a administração, além da situação atual da propriedade e seus projetos futuros; e por fim as conclusões e referências.

De acordo com Vergara (2014 p. 43),

> A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material público em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

O autor também aborda o estudo de caso, que utiliza métodos diferenciados de coleta de dados,

ISBN 978-85-87406-94-1

> Sendo este circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo (VERGARA, 2014 p. 45).

Posteriormente será realizada uma pesquisa mais detalhada sobre os temas mencionados no artigo, compondo assim o trabalho final, ou seja, o TCC, a fim de analisar de maneira mais ampla a importância da gestão organizacional dentro de uma propriedade rural que tem como atividade a produção de café, e se necessário realizar uma segunda entrevista com o proprietário e buscar informações sobre os planos futuros, envolvendo ainda o assunto sucessão, tópico a ser abordado no TCC.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História do Café no Brasil

Os grãos de café teriam chegado ao Brasil no ano de 1727, mas existem historiadores que investigam a existência do fruto em datas anteriores, pois em meados do século XVIII os cafeeiros já floresciam em diversos lugares do país, inclusive no Rio de Janeiro, que se tornava a capital federal do café(MOREIRA, 2008).

O rápido crescimento demográfico mundial demandava diversos produtos, contudo a maior parte de tudo que era produzido no Brasil era enviada somente à Metrópole (MOREIRA, 2008, p. 19).

A resistência que os senhores de engenho tinham em cultivar o fruto era enorme, mas o vice-rei precisava que o Brasil cultivasse, pois os mercados, europeu e norte americano eram francos compradores e precisavam aproveitar o ‘Boicote do Chá’(1773), aumentando o consumo de café no mundo. Além do que, o cultivo de café no Brasil não era tão recente assim, pois em 1774, já existiam plantações em sua fase adulta. E é justamente por causa dessas plantações adultas que existe a maior controvérsia entre os historiadores do café(MOREIRA, 2008, p. 21).

ISBN XXXXXXXXXX

Devido às condições climáticas do Brasil, o cultivo de café se espalhou rapidamente, com produção voltada para o mercado doméstico. Em sua trajetória pelo Brasil, o café passou pelos estados de Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Em um espaço de tempo relativamente curto, o café passou de uma posição secundária para a de produto-base da economia brasileira. Desenvolveu-se com total independência, ou seja, apenas com recursos nacionais, sendo, afinal, a primeira realização exclusivamente brasileira que visou à produção de riquezas (BRASITÁLIA, s.d.).

A informação que chegou sobre o café ao Brasil era que tinha alto valor de comercialização, e por conta desse alto valor, não podia deixar de ficar de fora do Rio de Janeiro, principal cidade brasileira. O café chegou até o Rio de Janeiro e São Paulo por conta de uma muda que caiu nas mãos dos frades barbadinhos, atuais capuchinhos (BAYER, 1999).

Foi apenas em 1779, que realmente aconteceu a primeira exportação de café:57 arrobas (pouco mais de 14 sacas), e após 40 anos a exportação já chegava a 540 mil arrobas, o equivalente a 135 mil sacas(BAYER, 1999).

Em 1790, o café chegou ao estado de São Paulo pelo Vale do Paraíba. No inicio do século XIX, conquista a região de Campinas, surgindo assim a Era dos Cafezais Industriais. Cem anos depois, já somava 26 milhões de cafeeiros e 278 fazendas que empregavam aproximadamente 25 mil trabalhadores. O fruto era tão famoso quanto valioso, que virou o símbolo de moedas, brasões e fonte de inspiração para artistas e literatos (BAYER, 1999).

Em condições favoráveis, a cultura se estabeleceu inicialmente no Vale do Rio Paraíba, iniciando em 1825 um novo ciclo econômico no país (BRASITÁLIA, s.d.).

O Brasil já teve o seu ciclo de ouro na produção de café, criando uma aristocracia totalmente alicerçada nesta produção, com grandes propriedades e fazendas espalhadas principalmente pelo Sudeste do país. O estado de São Paulo chegou a produzir 7 milhões de sacas de café em 1983, sendo que duas décadas após constatou a produção de apenas 2,8 milhões de sacas. O alto custo das propriedades no estado de São Paulo é um dos fatores da grande diminuição da produção no estado (LUCCAS, 2009 apud REGO; PAULA, 2012 p. 3).

ISBN 978-85-87406-94-1

No final do século XIX, a riqueza gerada pelo café impulsionava os investimentos. A cidade de Santos investiu em melhorias no porto (BAYER, 1999).

De acordo com Brasitália (s.d., p. 7):

> Por quase um século, o café foi a grande riqueza brasileira, e as divisas geradas pela economia cafeeira aceleraram o desenvolvimento do Brasil e o inseriram nas relações internacionais de comércio. A cultura do café ocupou vales e montanhas, possibilitando o surgimento de cidades e dinamização de importantes centros urbanos por todo o interior do Estado de São Paulo, sul de Minas Gerais e norte do Paraná. Ferrovias foram construídas para permitir o escoamento da produção, substituindo o transporte animal e impulsionando o comércio inter-regional de outras importantes mercadorias. O café trouxe grandes contingentes de imigrantes, consolidou a expansão da classe média, a diversificação de investimentos e até mesmo intensificou movimentos culturais. A partir de então o café e o povo brasileiro passam a ser indissociáveis.

"Em nenhum outro país há um produto tão fortemente ligado às raízes e ao seu cotidiano quanto o cafezinho está para o nosso país" (NETO apud MOREIRA, 2008).

O café continua, hoje, a ser um dos produtos mais importantes para o Brasil e é, sem dúvida, o mais brasileiro de todos. Hoje o país é o primeiro produtor e o segundo consumidor mundial do produto (BRASITÁLIA, s.d.).

Figura 1: Produção Mundial de Café

Países	2015		2014		2013		2012		2011		2010	
	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)	Produção	Part. (%)
*Brasil	43.200	30,13	45.346	31,97	49.152	33,49	50.826	34,44	43.484	31,84	48.095	35,99
Vietnan	27.500	19,18	27.500	19,39	27.500	18,74	25.000	16,94	26.500	19,40	20.000	14,97
Colômbia	13.500	9,41	12.500	8,81	12.124	8,26	9.927	6,73	7.652	5,60	8.523	6,38
Indonésia	11.000	7,67	9.000	6,34	11.667	7,95	13.048	8,84	7.288	5,34	9.129	6,83
Etiópia	6.400	4,46	6.625	4,67	6.527	4,45	6.233	4,22	6.798	4,98	7.500	5,61
Índia	5.800	4,04	5.517	3,89	5.075	3,46	4.977	3,37	4.921	3,60	4.728	3,54
Honduras	5.800	4,04	5.400	3,81	4.568	3,11	4.537	3,07	5.903	4,32	4.331	3,24
México	3.900	2,72	3.900	2,75	3.916	2,67	4.327	2,93	4.563	3,34	4.001	2,99
Uganda	4.800	3,35	3.800	2,68	3.602	2,45	3.878	2,63	3.075	2,25	3.223	2,41
Guatemala	3.400	2,37	3.500	2,47	3.159	2,15	3.743	2,54	3.840	2,81	3.950	2,96
Peru	3.200	2,23	3.400	2,40	4.338	2,96	4.453	3,02	5.373	3,93	4.069	3,04
Costa do Marfim	1.800	1,26	2.175	1,53	1.923	1,31	2.046	1,39	1.886	1,38	982	0,73
Nicaragua	2.000	1,39	2.000	1,41	2.017	1,37	1.890	1,28	2.193	1,61	1.634	1,22
Costa Rica	1.508	1,05	1.508	1,06	1.444	0,98	1.571	1,06	1.462	1,07	1.392	1,04
El Salvador	680	0,47	680	0,48	537	0,37	1.235	0,84	1.152	0,84	1.814	1,36
	134.488		132.851		137.549		137.691		126.090		123.371	
Outros países	8.912	6,21	8.999	6,34	9.196	6,27	9.871	6,69	10.493	7,68	10.260	7,68
TOTAL	143.400	100,00	141.850	100,00	146.745	100,00	147.562	100,00	136.583	100,00	133.631	100,00

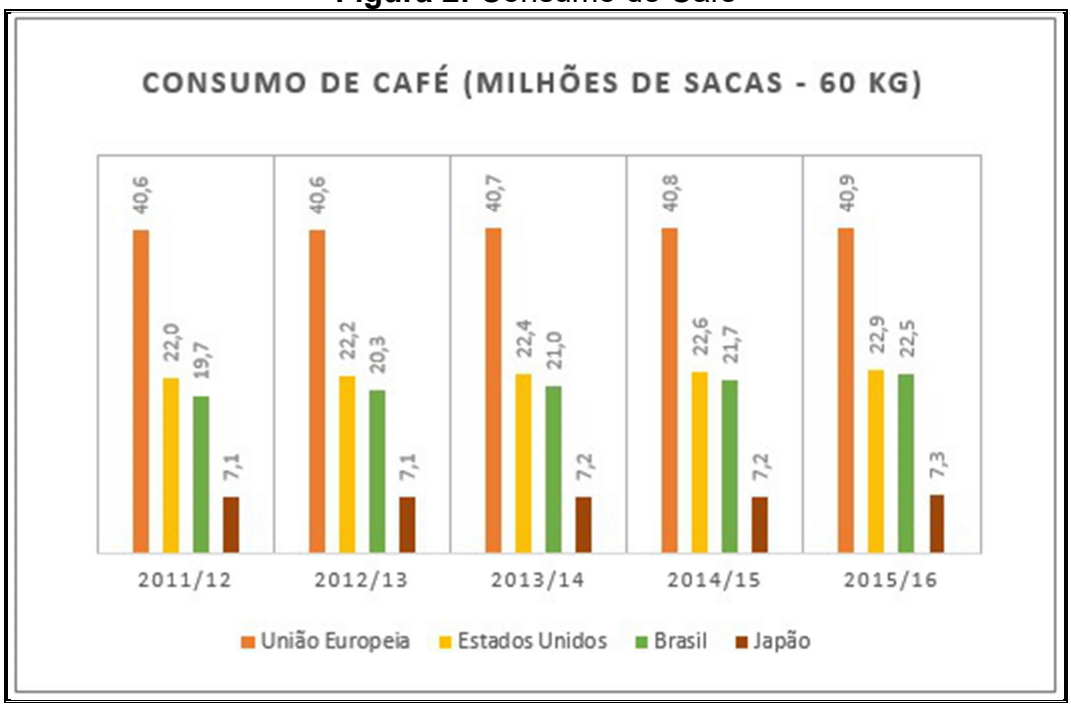
Fonte: *MAPA/SPAE/CONAB, OIC.
* Estimativas

ISBN XXXXXXXXXX

Pode-se observar que a participação do Brasil na produção mundialde café tem diminuído com o passardos anos. Em 2010, sua participação era de 35,99% com 48.095 sacas, em 2015 houve uma redução na participação em 5,86%, o que significa que o Brasil vem perdendo espaço no mercado. Em contrapartida, outros países tem aumentado sua produção.

Entretanto, a cultura do café em áreas com declive acentuado e o total descuido quanto à preservação do solo gerou uma erosão intensa. Por este motivo, as terras se esgotaram rapidamente e a cultura cafeeira migrou para outro local, o oeste da província de São Paulo, centralizando-se em Campinas e estendendo-se até Ribeirão Preto(BRASITÁLIA).

Figura 2: Consumo de Café



Fonte: Organização Internacional do Café (OIC).

Na figura 1, verificou-se que a produção brasileira diminuiu a partir do ano de 2012. Apesar da diminuição do volume de produção brasileira de café, seu consumo interno tem aumentado, mesmo passando por um momento delicado na economia. Esse aumento não é significativo, mas percebe-se ser constante.

A região da Alta Mogiana destaca-se por produzir à espécie Arábica em volume e qualidade na produção. As mudas chegaram à região por volta de

ISBN 978-85-87406-94-1

1825, que logo tomaram conta da região pelo grande volume de produção, além de contar com um clima favorável, redes de escoamento do grão e mão de obra farta (GOMES, 2011 p. 34, apud LOPES, 2014).

3. GESTÃO ORGANIZACIONAL

A palavra gestão tem o sinônimo de administrar ou gerenciar. Dessa forma, a gestão organizacional visa administrar empresas acrescentando melhorias em seu desempenho (DELATORRE; SILVA, 2001 apud SOARES, BANDOS, 2012 p. 217).

De acordo com Bateman e Snell (1998 apud LOURENZANI*et al*, s.d. p. 04):

> A gestão de uma empresa é um processo que busca concretizar objetivos organizacionais, por meio do trabalho com pessoas e recursos. Dentre as suas principais funções a desempenhar estão o planejamento, implementação e controle das atividades. O planejamento tem a função de especificar os objetivos a serem atingidos, bem como decidir as ações adequadas para alcançar esta finalidade. A implementação trata-se da execução das ações previamente identificadas e planejadas, através da coordenação dos recursos disponíveis. Finalmente, a função controle busca assegurar que os objetivos planejados sejam atingidos, por meio do monitoramento das atividades e execução de ações corretivas caso sejam necessárias.

Lourenzani (*et al*, s.d., p. 05) conclui dizendo:

> Tais princípios básicos da Administração, que são aplicados à indústria e ao comércio, em termos gerais, são válidos também para o setor agropecuário. Entretanto, deve-se ressaltar que esta última atividade apresenta determinadas características que a diferencia dos demais segmentos, as quais precisam ser consideradas. A terra, por exemplo, representa para a indústria somente a base para a instalação do imóvel, enquanto para a agricultura é considerada como o principal meio de produção e que precisa ser estudado na sua micro composição, visando à exploração do seu potencial máximo.

A administração bem empregada em qualquer tipo de organização, inclusive no setor agropecuário pode render ‘bons frutos’ para seus sócios, mas essa atividade pede algumas adaptações para que possa chegar ao seu potencial máximo, sempre contando com a ajuda das pessoas envolvidas e recursos disponíveis.

A gestão organizacional visa não só atender às necessidades estruturais de uma empresa, mas também busca estar a par dos aspectos humanos

ISBN XXXXXXXXXX

e sociais dentro dela. Se concentrarem seus esforços nas relações entre aqueles que constituem a realidade empresarial e esquecer as demais variáveis, esquecerão pontos fundamentais no processo de diagnóstico (ARAUJO, 2007).

Atualmente a globalização exige muito das empresas e dos negócios, pois as mudanças são constantes e é preciso estar atento na gestão para que se tenham condições de conviver com as dificuldades encontradas.

Assim como afirmam as autoras a seguir:

> A tamanha globalização exige das organizações certas apropriações, tendo em vista a tecnologia, a busca de produtos e serviços de qualidade, inovação, gestão de pessoas, sustentabilidade, entre outros. A preocupação em apresentar estes e outros pontos, faz com que as empresas saia na frente apresentando destaque em seus negócios, além de estarem preparadas para conviver em um ambiente tão competitivo (SOARES, BANDOS, 2014, p. 02).

3.1 Gestão Organizacional no Campo

Antigamente os processos produtivos eram realizados de forma repetitiva, mas com o passar do tempo e com o desenvolvimento de novas tecnologias e principalmente depois da Revolução Industrial, ocorreram várias mudanças que impulsionaram para o desenvolvimento de um novo sistema de gestão ocasionando melhorias para os trabalhadores e novos desafios para os gestores.

O fato que impulsionou esse crescimento foi que, a partir desse momento, as empresas passaram a produzir em larga escala e com isso começou a ser percebida a necessidade da criação de medidas que fizessem as organizações crescerem dentro do novo contexto em que estavam inseridas.

Segundo Santos e Marion (1996apud LOURENZANI *et al*, s.d. p. 05), os fatores que afetam os resultados econômicos da empresa agrícola podem ser de natureza externa ou interna. Os fatores externos, como os preços dos produtos, o clima, as políticas agrícolas etc., apresentam caráter incontrolável por parte do administrador. Mesmo assim, é preciso conhecê-los para que se possam tomar decisões ajustadas às condições favoráveis ou desfavoráveis.

Dessa maneira, observa-se a importância desde então de uma gestão qualificada, visto que existem vários fatores que devem ser levados em

ISBN 978-85-87406-94-1

consideração, para que decisões sejam tomadas de maneira positiva, através do administrador.

Os fatores internos, por outro lado, são diretamente controlados pelo administrador por meio de procedimentos gerenciais, como aqueles ligados aos recursos humanos, ao planejamento da produção, aos recursos financeiros e ao planejamento de marketing. Quanto maior o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento da unidade e os fatores de produção, maiores serão as chances de melhorar os resultados econômicos (SANTOS, MARION 1996 apud LOURENZANI *et al*, s.d. p. 05).

Ainda de acordo com os autores, neste contexto, pode-se dizer que a gestão de uma empresa rural é:

> Um processo de tomada de decisão que avalia a alocação de recursos escassos em diversas possibilidades produtivas, dentro de um ambiente de riscos e incertezas características do setor agrícola. Independentemente do seu tamanho, o gerenciamento da propriedade rural é um dos fatores indispensáveis para alcançar o desenvolvimento sustentável como um todo (SANTOS, MARION 1996 apud LOURENZANI *et al*, s.d. p. 05).

Para tanto, Santos e Marion (1996apud LOURENZANI *et al*, s.d. p. 05) definem a missão do administrador rural da seguinte maneira:

> O principal papel do administrador rural é planejar, controlar, decidir e avaliar os resultados, visando à maximização dos lucros, à permanente motivação, ao bem-estar social de seus empregados e à satisfação de seus clientes e da comunidade (1996, p. 16).

Lourenzani (et al, s.d. p. 08) aborda que a administração da produção, aliada a uma gestão de qualidade adequada, pode alavancar o sistema produtivo do empreendimento, promovendo sua sustentabilidade e crescimento.

De acordo com Uecker (et al, s.d. p. 06):

> Para o sucesso do empreendimento é fundamental entender o contexto no qual os produtores estão trabalhando, isto é, quais são os potenciais e os limites da infraestrutura local, que são os agentes que interferem na produção agropecuária e como eles agem. Enfim, é recomendável identificar a tendência de evolução da região; verificando se ela aponta para um reforço da agricultura familiar ou, ao contrário, da agricultura patronal e das grandes empresas. Também é importante considerar se os agricultores estão diversificando a produção e mudando suas técnicas e em que direção e como estão atuando os comerciantes e as agroindústrias.
> (...)
> O setor agroindustrial brasileiro é um dos mais antigos e tradicionais. As transformações que vêm ocorrendo em todo o mundo estão sendo incorporadas por muitas empresas agroindustriais nacionais, abrindo

ISBN XXXXXXXXXX

> excelentes perspectivas de negócios ao empreendimento rurais que se capacitarem a operar nestes mercados.
> (...)
> O autor finaliza dizendo que com as muitas mudanças sociais, políticas e financeiras que vêm acontecendo, estabelece-se um quadro de incertezas. O sucesso de um negócio está baseado na criação de valor e de riqueza para as pessoas, o que significa assumir riscos e inovar sempre. Esta é a tarefa a ser realizada pelo setor gerencial.

Assim, fica evidente que dentro de qualquer empresa, inclusive dentro de uma propriedade rural que é responsável pela produção de produtos e\ou serviços, há a necessidade de uma visão ampla do que se passa dentro e fora dela. Com isso, o administrador tem condições suficientes para promover uma gestão qualificada e que visa sempre à busca de bons resultados e inovação.

A partir do momento que a gestão organizacional implantada de maneira correta dentro dessa atividade, as chances de sucessos e de crescimentos são maiores.

Portanto, sua importância é constante e válida, podendo efetivamente apresentar um diferencial através da organização em sua administração.

4. FAZENDA SANTO ANTONIO

Para finalizar o artigo, verificou-se a necessidade de apresentar um contexto histórico e algumas características administrativas da Fazenda Santo Antonio, situada na cidade de Jeriquara (SP), a fim de obter uma análise do que se viu na teoria com a prática.

Portanto, a seguir foram destacados alguns pontos sobre a história da propriedade, a gestão durante sua trajetória e atualmente, e em seguida quais os planos futuros esboçados pelo proprietário através da entrevista.

Para compor esse tópico, ou seja, o estudo de caso, foi realizada uma entrevista semi-estruturada de questões abertas com o atual proprietário da fazenda.

Como já mencionado na introdução, optou-se por uma primeira entrevista abordando de maneira geral questões sobre a propriedade. Posteriormente, para enriquecimento do trabalho final, ou seja, do TCC, fica em aberto a necessidade de uma segunda entrevista que efetive tal análise.

ISBN 978-85-87406-94-1

As questões abordadas para o entrevistado buscaram obter informações gerais sobre a história da fazenda, suas principais características (atividades, funcionários, produtividade, estruturas físicas e financeiras), as formas de administração utilizada desde a aquisição da propriedade, como também a atual gestão, e algumas particularidades como questões societárias.Finalizando, foram abordados temas sobre os planos futuros para a empresa, citando a possibilidade de sucessão.

4.1 Contexto Histórico

A Fazenda Santo Antonio foi adquirida em 1992, por Wilson e seu irmão Celso, com área total de 112 ha. Nessa época a propriedade possuía 34 mil pés de café (20ha) plantados, com toda a estrutura necessária para o beneficiamento de café.

No ano de 1997 foram plantados mais 15 mil pés de café (6,2ha), da qualidade Mundo Novo que, no ano 2000 começaram a produzir café.A produção média anual é de 20 sacas/ha. Atualmente, essa área produz 30sc/ha, devido a melhor tecnologia dos insumos aplicados.

4.1.1 Gestão Organizacional da Propriedade

A administração da propriedade era composta por seu atual proprietário e mais quatro irmãos até o ano de 2006, quando dois irmãos mais novos resolveram seguir seus caminhos sem ajuda dos outros irmãos.

A partir daí, a administração dessa e de outras propriedades ficaram sob-responsabilidade dos três irmãos mais velhos. Nessa sociedade todos fazem de tudo, suas áreas sempre foram separadas, mas na época da colheita, a produção e os gastos eram divididos igualmente.

No ano de 2014, o filho do irmão mais velho decidiu que não queria mais a sociedade do pai com os tios. E, assim, finalizaram a separação total da antiga sociedade dos três irmãos. A divisão foi feita de forma bem tranquila, dividindo apenas o capital que ainda estava em sociedade e os maquinários.

ISBN XXXXXXXXXX

Atualmente, o proprietário administra sozinho,sua área de 20 ha (50 mil pés de café), com a ajuda de um funcionário, e conta com terreiros de 4.000 m², uma máquina de beneficiamento com produtividade média de 17 sc/hr, um secador e todos os implementos e maquinários necessários para possuir um bom aproveitamento do tempo, qualidade e produção.

Segundo o entrevistado, ele conta com o apoio da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec), pois a mesma oferece um agrônomo para acompanhar os produtores, dando todo o suporte necessário.

4.1.2 Planos Futuros

Os planejamentos futuros são de que uma das filhas continue com a propriedade, com maior qualidade nos frutos, buscando uma certificação, preservando o meio ambiente, trabalhando sempre com uma melhoria continua dos processos e uma expansão de área em produção.

Para o ano de 2016, o proprietário espera uma produção média de 60sc/ha, pois esse ano é ano de carga, e no ano de 2015, foi ano de safra zero.

5. CONCLUSÕES

Identificou-se a importância e a necessidade da gestão organizacional dentro da propriedade produtora de café, visto que ela é considerada como uma empresa, que necessita de planejamento, organização, produção, mão de obra capacitada, gestores, resultados, inovações.

Tendo o café como um produto rico no Brasil, verificou-se através do contexto histórico sua chegada ao país e suas principais características durante todos os anos até os dias atuais.

Através das estatísticas apresentadas no artigo, foi possível analisar que participação do Brasil na produção mundial de café tem diminuído com o passar dos anos e que apesar da diminuição do volume de produção brasileira de café, seu consumo interno tem aumentado, mesmo passando por um momento delicado na economia. Esse aumento não é significativo, mas percebe-se ser constante.

ISBN 978-85-87406-94-1

Com o passar do tempo, a produção de café no Brasil se tornou um dos grandes investimentos promovendo assim uma série de questões financeiras e econômicas, caracterizando várias cidades brasileiras.

De fato, observa-se que esse ramo é responsável pelo crescimento local, regional e nacional, além da exportação existente. Sendo assim, é importante a busca efetiva de melhorias nesse setor para que haja bons resultados e eficácia.

Justificando a grandeza do sistema cafeeiro brasileiro, faz-se necessário apresentar uma gestão organizacional qualificada atendendo as necessidades dessa empresa em questão, a partir da boa administração para que se tenham suporte suficiente para manter-se nesse ambiente de negócios e a permanência dessas propriedades juntamente com lucros desejáveis.

Na teoria, ficou claro que no agronegócio, a administração bem trabalhada é capaz de obter maiores resultados vindos de um planejamento adequado, da maneira de visualizar o negócio e tomar as devidas decisões, enfrentar as dificuldades e os problemas com melhor estrutura e inserir inovações que tragam diferenciais para a produção.

Assim, após a realização de um estudo secundário, foi apresentado um estudo prático através de entrevista com o proprietário da Fazenda Santo Antonio.

O estudo de caso da Fazenda Santo Antonio apresentou na prática o que se viu na teoria. Foi possível observar que a administração esteve constantemente nas atividades da propriedade. Foi através dessa organização que iniciaram os negócios com café, que os irmãos trabalharam juntos até certo tempo, que foi possível realizar a separação societária de maneira pacífica, e continuar os negócios até os dias atuais.

No entanto, o proprietário é responsável pela produção e pela administração da Fazenda, contando com a colaboração de apenas um funcionário, esse fato, demonstra a importância do proprietário obter funcionários responsáveis pela produção, e que ele tenha condições de administrar todas as atividades da empresa, a fim de crescimento e melhorias em suas atividades, para obtenção de maiores lucros.

ISBN XXXXXXXXXX

Em relação às inovações, a gestão é bastante exigida, ou seja, existem maquinários e formas de produção diversas, portanto surge a importância do gestor obter conhecimentos para decidir quais as melhores para trabalhar nas produções.

Pensando no futuro, o proprietário aborda para o planejamento futuro é que uma de suas filhas venha a seguir o caminho do pai, para que ela possa tomar conta. Para esse processo de sucessão, existem questões importantes a serem mencionadas em continuidade dessa pesquisa, que dará seguimento no TCC.

REFERÊNCIAS

ABIC. **Produção Mundial de Café** - Principais Países Produtores. Disponível em: < http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>. Acesso em 01 de março de 2016 às 14h.

ARAUJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2007.

BATEMAN, T.S; SNELL, S.A. **Administração:** construindo vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998. 539 p.

BAYER Proteção das Plantas. **A história do café**. Direção geral de Aleksander Horta. São Paulo, Olivideo, 1999. DVD.

BRASITÁLIA Maquinas e Café. **A História do Café:** Origem e Trajetória. Chapecó, s.d.

GRÃO GOURMET. **Consumo de Café.** Disponível em: <http://blograogourmet.com/2014/11/14/consumo-de-cafe-no-mundo/> Acesso em: 04 de março de 2016.

LOPES, Amábile Caroline de Paula. **O mercado cafeeiro no Brasil:** um estudo sobre a influência de políticas governamentais nos produtos e exportadores de café da região da Alta Mogiana. Fórum de Administração 2014. Uni-Facef, Franca.

LOURENZANI, Wagner Luiz; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BÀNKUTI, Ferenc Istvan. **Gestão da empresa rural** – uma abordagem sistêmica. GEPAI – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais – UFSCar. s.d.

MOREIRA, Antonio Carlos. **História do café no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Magma Editora Cultural, 2008. 191 p.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta. **Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos**: compilação e discussão das normas da ABNT. 4° edição revista e ampliada. Franca: Uni-FACEF, 2013. 76 p.

ISBN 978-85-87406-94-1

REGO, Bruna Reis. PAULA, Francisco Oliveira de. **O mercado futuro e a comercialização de café**: Influências, Riscos e Estratégias com o uso de Hedge. Revista do curso de Administração/PUC Minas- Campus Poços de Calda, 2012.

SANTOS, G.J.; MARION, J.C. **Administração de custos na agropecuária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996. 140 p.

SOARES, Larissa. BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti. **A microempresa analisada como um sistema aberto:** uma reflexão teórica. 8º Congresso Brasileiro de Sistemas. PUC Minas – campus Poços de Caldas. Revista Gestão & Conhecimento ISSN 1808-6594 EDIÇÃO ESPECIAL – Nov/2012.

_____.**A visão sistêmica aplicada nas microempresas calçadista de Franca/SP**. 10º Congresso Brasileiro de Sistemas. USP – Ribeirão Preto-SP, 2014.

UECKER, Gelson Luiz; UECKER, Adriane Diemer; BRAUN, Mirian Beatriz Schneider. **A gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias**. UNIPAR. s.d.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. 94f.

ISBN XXXXXXXXXX

UM OLHAR SOCIOLINGUÍSTICO E DISCURSIVO SOBRE OS ARTIGOS DE PASQUALE

Bruna Cristina Silva[130] (Uni-FACEF)
Iago Emanuel Henrique Faleiros (Uni-FACEF)
Lorenna Mayara Fornel (Uni-FACEF)
Viviane Rezende Cardoso (Uni-FACEF)
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de nossa pesquisa que ainda está em andamento e tem por objetivo analisar os artigos do professor Pasquale Cipro Neto, publicados em sua coluna “Opinião” no jornal *Folha de São Paulo*. Diante do que o gramático apresenta em seus textos, buscamos refletir sua concepção de língua ao tratar de erros gramaticais ocorridos nos usos linguísticos. Para tanto, buscamos compreender as finalidades, a relação entre os sujeitos de comunicação e as ideologias veiculadas, além de discutir se o discurso utilizado por ele, ao propor uma correção, pode ser considerado como uma “aula”, devido à abordagem de caráter normativo e purista de língua, lembrando-se que se trata de um artigo de opinião.

A proposta apresentada pelo jornal é de que Pasquale discuta assuntos relacionados ao emprego da língua portuguesa no cotidiano da população brasileira. Os temas são diversos, e os usos discutidos também são variados, seja na escrita ou nas falas formal e informal. Entretanto, ao comentar sobre a língua na fala, o professor discute os “erros” e os corrige, demonstrando uma visão purista e fechada para a norma padrão, também desconsiderando as variações linguísticas propostas pelos estudos sociolinguísticos.

Na tentativa de mostrar o “correto” para a gramática normativa, Pasquale revela um preconceito linguístico para com os falantes citados por ele. Essa constatação mostra que a mídia corrobora para a valorização da norma padrão e descarta os contextos e as circunstâncias de uso, conhecimento de língua, além das questões sociais.

Assim, nesta pesquisa, para a discussão da concepção de língua e suas variantes, “erro” e preconceito linguístico, utilizamos os estudos sociolinguísticos de Bagno (2004) e (2010), Alckmim (2001) e Faraco (2008). Além

[130] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN 978-85-87406-94-1

disso, são utilizadas as reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin sobre os gêneros do discurso, assim como de seus comentadores, entre eles, Fiorin (2006), Brait (2005) e Machado (2005).

A partir desses estudos, é possível discutir a divergência entre a gramática e a estilística numa perspectiva discursiva formulada por Bakhtin, evidenciando o fato de o falante fazer escolhas para se adequar ao contexto e a relação que há entre a esfera do discurso e o gênero identificado. Também analisamos como, por meio da esfera jornalística, o discurso veiculado torna o texto uma aula de gramática que dita ao leitor o que é certo e errado, como um “gênero didático”.

2. O QUE É “CERTO”OU “ERRADO” NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO?

A língua culta brasileira é herança dos colonizadores, pois, a partir da chegada dos portugueses, começou um processo de adaptação da fala pela população residente no Brasil para a criação de sua própria língua. Contudo, a língua utilizada pela elite letrada brasileira no século XIX era uma reprodução da linguagem utilizada pelos escritores românticos portugueses.

A partir de então, surgiu no território brasileiro um problema com a variação que existia entre o português de Portugal e o português que estava sendo falado no Brasil. A elite letrada tinha o propósito de fazer com que a língua aqui falada viesse a tornar o país aos moldes europeus, diante da tentativa de “embranquecer” a população que possuía caráter multirracial. Começaram a surgir as divergências de registros entre as classes sociais, sendo valorizada a fala da elite letrada que carregava características do português conservador.

Essa variação da língua, que deveria ser vista como um fator positivo na representação da diferença de culturas no nosso país, acabou se tornando motivo de discriminação perante os que consideram corretas as formas de língua utilizadas contra aqueles que fazem uso das variantes, sejam elas regionais, de nível de escolaridade ou de diferença de classes sociais.

Faraco (2008) analisa a existência de uma norma culta/comum/standard que é valorizada e utilizada pelos letrados. Ela veio a ser um objeto de registro por ser uma prática da maioria considerada conhecedora da

ISBN XXXXXXXXXX

língua. Segundo ele, a norma culta/comum/standard é a variedade dos letrados utilizada em práticas de fala e escrita mais monitoradas, ou seja, exige cautela na expressão linguística. Trata-se de um hábito, algo “normal” da língua.

Diferentemente, a norma padrão é regida por um caráter abstrato de normatização, de preceitos. Como afirma Faraco (2008, p.75), trata-se de “um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular o processo de uniformização”. A norma padrão trata as outras variações como degradações da língua. Contudo, essa concepção não leva em conta que a variação utilizada por um falante carrega regras e segue uma estrutura. A língua, nesse contexto, não perde seu valor estrutural com as variações, pois uma língua e suas variedades não são dissociadas, pelo contrário, a heterogeneidade é inerente a ela.

Com a publicação do *Curso de linguística geral,* de Ferdinand de Saussure, a linguística foi considerada, a partir de então, a ciência piloto das Ciências Humanas. Daí por diante, os estudos linguísticos passaram a dar importância à língua falada também.

Esse fato fez com que os linguistas dessem início a uma reflexão constante sobre a rigidez normativa e a possibilidade de conceber as variantes linguísticas como outras formas de comunicação entre diferentes falantes de uma língua. Entretanto, os gramáticos ainda defendem que é necessário preservar a língua, impedindo quaisquer mudanças ou variações que desrespeitem a norma padrão. Segundo Bagno (2004, p.18)

> Não se pode usar um único modelo de sapato para calçar toda a população de um país. É preciso, ao contrário, fazer sapatos que caibam confortavelmente no pé das diferentes pessoas, Assim como o sapatinho de cristal de Cinderela, a Gramática Tradicional só cabe no pé de alguns poucos escritores, daqueles que, por opção estética, querem seguir à risca os preceitos tradicionais de uso da língua. Mas os defensores da GT até hoje querem que esse sapatinho de cristal caiba no pé de cada um de nós: se não couber, a gente que corte um pedaço do calcanhar ou a ponta dos dedos para forçar o pé a entrar. Parece (e é) absurdo, mas é assim que a doutrina gramatical vem sendo aplicada desde o século III a,C.!

A gramática tradicional quer manter as regras de uso da língua na escrita e na fala, ou seja, um falante deve utilizar sua língua seguindo o padrão. O que vem ocorrendo é que a gramática, com suas regras e normas, fez com que os

ISBN 978-85-87406-94-1

falantes da língua portuguesa acreditassem que não sabem sua língua materna ou que ela é difícil de ser aprendida.

De fato, a gramática possui, sim, muitas regras e termos que são de difícil memorização, entretanto, um falante, independentemente de saber ou não os termos que classificam as palavras ou as regras para a formação de uma oração, fala sua língua materna e mantém uma comunicação a partir dela. Desde que não haja erro que comprometa o entendimento de uma frase, o falante sabe sua língua e muito bem, pois a partir dela é que se comunica com a sociedade.

O propósito da gramática é manter um padrão, um modelo de como é o "correto". Isso não é errado, desde que não condenem os falantes por não usarem as regras impostas por ela. Até porque o falante cria suas formas e, a partir delas, uma "gramática" que é acessível a ele.

Para contrapor essa imposição da gramática, tem sido estudado a questão da fala de uma língua e suas diversas variações por meio da sociolinguística, uma das vertentes da linguística. Foi a partir de então que se começou a considerar como variações o que a gramática normativa enxerga como erro. O fato de a gramática considerar como erro, muitas vezes, faz com que o falante seja visto como inferior ou como menos conhecedor da sua língua, surgindo, assim, o preconceito linguístico.

O que é ignorado é o fato de a língua ser individual, heterogênea e mutante. Isso pode ser explicado por não usarmos termos de menos de cem anos atrás que não são utilizados hoje. Muitos gramáticos têm colocado a maneira como o falante deve ou não falar e, com isso, a ideia do bom falante tem sido exaltada. Ainda, esses gramáticos têm conseguido o apoio de grande parte da mídia que considera ainda a língua portuguesa arcaica e literária, ignorando as variações que há no Brasil.

Bagno (2004) afirma que a gramática tradicional divide os falantes em dois blocos diferentes - os que conhecem as regras gramaticais e os que as desconhecem. Embora a escrita e a fala sejam códigos diferentes, não significa dizer que não haja interferência e influência entre ambos. A língua falada interfere na escrita, pois a variante principia na fala e, com o decorrer dos anos, modifica a

ISBN XXXXXXXXXX

escrita também. Segundo Bagno (2010, p.80), "a língua voa, a mão se arrasta", ou seja, a fala é mais ágil, por isso sofre frequentes mutações.

Ao se dedicar exclusivamente à língua escrita, a gramática tradicional deixou de fora toda a língua falada, o que não foi uma atitude inteligente. Se analisarmos o nosso dia-a-dia, veremos que falamos muito mais que escrevemos, sem contar que, em pleno século XX, milhões e milhões de pessoas falam, mas não sabem escrever.

Nossos livros escolares de gramática estão repletos de exemplos colhidos a dedo, de antigos escritores, em sua maioria, portugueses. Mas, é esse o falar brasileiro? Não vemos um estudo, dirigido aos alunos, de exemplos tirados da norma culta urbana.

Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos, como: de que existe uma forma "correta" de falar, que a fala de uma região é melhor do que de outras, a fala "correta" é a que se aproxima de língua escrita, o brasileiro fala mal o português, o português é uma língua difícil, é "preciso converter" a fala do aluno para evitar que ele escreva errado (BAGNO, 2004).

Além dos estudos da sociolinquística, as reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin[131] sobre a relação língua e vida e os gêneros discursivos, contribuem para nossas indagações sobre a concepção da língua, em especial, a língua portuguesa. Para Bakhtin (2003)[132], o discurso está atrelado por um fator que todo falante está submetido: o contexto. O ato de falar se altera a partir da necessidade do emissor de fazer com que ocorra a comunicação, de acordo com valores sociais e ideologias, inseridos em um determinado contexto sócio-histórico e, principalmente, em consonância com um gênero discursivo que atende às finalidades de uma esfera de atividades humanas. Segundo Bakhtin (2003, p.261):

> O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua

[131] O Círculo de Mikhail Bakhtin é composto por estudiosos como o próprio Bakhtin, Voloshinov, Medviédev, entre outros.
[132] Daqui por diante, referimo-nos ao Círculo somente por Bakhtin, embora saibamos das discussões sobre autoria das obras pesquisadas.

ISBN 978-85-87406-94-1

> mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciado, os quais denominamos gêneros do discurso.

Assim sendo, para cada gênero discursivo, o falante deve fazer escolhas linguísticas para adequar às finalidades de comunicação. Essas seleções, que fazem parte da esfera estilística, são realizadas levando-se em consideração o contexto e a interação com o ouvinte (BAKHTIN, 2003).

Bakhtin (2003) distingue os gêneros do discurso entre primário e secundário. Os gêneros primários estão relacionados à fala, à comunicação habitual que temos todos os dias, enquanto os secundários estão presentes na escrita e, na maioria das vezes, emprega-se uma linguagem culta, com vocabulário vasto e mais complexo.

Cada gênero segue um estilo e isso faz com que cada enunciado tenha uma finalidade, seja ele primário ou secundário. Além disso, em cada esfera de atividade humana há gêneros que a constituem. Por exemplo, a esfera publicitária tem em seu discurso características dos gêneros publicitários a fim de convencer o leitor, assim como em um documento de caráter jurídico precisa manter um estilo formal por estar inserido em um contexto que exige um trato cerimonioso. Contudo, tratando–se de discurso, o sujeito que o produz carrega suas individualidades (exceto os discursos que necessitam de padrões como os de teor jurídico), ainda que conserve a precisão externa, adquire um caráter interno (BAKHTIN, 2003) devido ser um sujeito que traz consigo suas vivências, conhecimento e visão de mundo.

Na esfera do discurso, o enunciador espera sempre uma réplica do outro, pode ser ela uma crítica, uma reflexão ou uma influência educativa, entre outras respostas. Como vimos, cada enunciado tem uma finalidade discursiva, ou seja, aquele que fala ou escreve baseia-se em sua vontade discursiva, para, a partir disso, escolher um gênero.

ISBN XXXXXXXXXX

O pensador ainda discute a divergência entre a língua e a estilística mostrando como um discurso exprime a intenção do falante e apresenta o estilo, que é uma expressão linguística, diante das escolhas linguísticas:

> Pode-se dizer que a gramática e a estilística convergem e divergem em qualquer fenômeno concreto de linguagem: se o examinarmos apenas no sistema da língua estamos diante de um fenômeno gramatical, mas se o examinamos no conjunto de um enunciado individual ou do gênero discursivo já se trata de fenômeno estilístico. Porque a própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico (BAKHTIN, 2003, p.269).

3. AULAS DE GRAMÁTICA? UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS DE PASQUALE

A mídia colabora para a concepção normativa de língua. Nesse contexto, apresentamos, a seguir, nosso objeto de pesquisa: artigos de Pasquale Cipro Neto, publicados todas às quintas, na sessão Opinião do jornal *Folha de São Paulo*. Segundo o jornal, esses artigos relacionam fatos que ocorrem no dia a dia com o uso da língua portuguesa. Na página, Pasquale é apresentado como “Professor de português desde 1975, é colaborador da Folha desde 1989. É o idealizador do programa ‘Nossa Língua Portuguesa’ e autor de obras didáticas e paradidáticas” (FOLHA DE S. PAULO, online, acesso em 12 out. 2015).

Pasquale, em seus textos, trata a língua por uma visão normativa, criticando os erros gramaticais que as pessoas cometem. Assim, para corrigi-los, praticamente dá uma aula de como usar corretamente a regra em discussão.

A fim de refletirmos sobre essas questões, utilizamos os estudos sociolinguísticos e as reflexões sobre o discurso do Círculo bakhtiniano para analisarmos o artigo "Receitas que advenham...", publicado na coluna de Pasquale. Nesse artigo, afirma que o ministro Joaquim Levy "parece trafegar com tranquilidade no universo culto da linguagem", entretanto cometeu um erro gramatical na conjugação do verbo "intervir" na frase "O país precisa de receitas que advenham...", como podemos verificar a seguir:

> **Receitas que advenham**
> Dia desses, ao dar a enésima explicação sobre o que tenta pôr em prática para "acalmar os mercados" e dar à combalida economia do país o rumo desejado por Aécio, digo, por Dilma, o ministro Joaquim Levy disse algo como "O país precisa de receitas que advenham...".
> Levy parece trafegar com tranquilidade no universo culto da linguagem, apesar de abusar de algumas repetições desagradáveis. Uma delas é o emprego de "você" como indeterminador ("Quando

ISBN 978-85-87406-94-1

> você perde o grau de investimento, você corre o risco de uma debandada dos capitais estrangeiros, aí você precisa tomar medidas mais drásticas do que você desejaria tomar").
> Como se vê, às vezes essa indeterminação não é assim tão indeterminada...
> O uso de "você" com esse valor é comum, documentado, explicado etc. (não só em português), mas, como tudo na vida, torna-se modorrento e enfastiante quando exagerado, e acaba por empobrecer o discurso, justamente pela monotonia na construção desse discurso. Mais comum na linguagem oral, esse "você" ainda não é frequente no texto escrito formal.
> A conversa sobre esse emprego do pronome "você" tem outros importantes ingredientes, que decerto valem uma coluna inteira. Já pus na agenda dos assuntos futuros.
> Mas voltemos ao que disse Levy sobre as tais receitas ("O país precisa de receitas que advenham..."). De que verbo é a forma "advenham"? Não parece difícil deduzir que se trata do verbo "advir", que vem do latim "advenire" ("ad" + "venire") e integra a família de "vir", que, também é bom lembrar, vem de "venire".
> "Advir" significa "vir depois, surgir como efeito de, provir, resultar, ocorrer, suceder" e é conjugado como "vir", o que significa que, para conjugar "advir", basta conjugar "vir" e antepor a todas as formas o prefixo latino "ad-", o mesmo que aparece em inúmeras palavras da nossa língua (adjetivo, adjunto, admirar, advento, administrar, advogado etc.). Assim, se de "vir" temos "veio", de "advir" teremos "adveio" ("A crise adveio de sucessivos e grotescos erros..."); se de "vir" temos "vierem", de "advir" teremos "advierem" ("Se dessa crise advierem desemprego e recessão..."); se de "vir" temos "venham", de "advir" teremos "advenham" ("O país precisa de receitas que advenham...").
> É interessante lembrar algumas particularidades que marcam a família do verbo "vir". Se levarmos em conta a etimologia, ou seja, a origem, poremos no mesmo barco verbos como "vir", "intervir", "provir", "desavir", "convir" e "prevenir", mas...
> O caro leitor certamente notou que "prevenir" parece um estranho no ninho, não? Dos verbos arrolados, é o único que não termina em "vir", embora venha, sim, da mesma família ("prevenir" vem de "praevenire").
> Se levarmos em conta a conjugação, aí sim "prevenir" parecerá de vez um estranho no ninho, já que as suas flexões nada têm que ver com as de "vir" (previno, previne, prevenimos, previnem, preveni, preveniu, preveniram, previna, previnamos, previnam, prevenisse, prevenido).
> Com os demais membros da família de "vir", todo o cuidado é pouco na hora da conjugação, já que é muito comum a flexão desses verbos como se fossem regulares. Não são. No registro culto, nada de "Eu intervi na briga", "O diretor interviu", "Se o governo intervisse", "Se o ministro intervir", "Comprei porque o preço conviu" etc. No padrão culto, as frases citadas se transformam em "Eu intervim na briga", "O diretor interveio", "Se o governo interviesse", "Se o ministro intervier", "... porque o preço conveio". É isso.
> (CIPRO NETO, online, acesso em 12 out. 2015)

Pasquale, no início, já critica a repetição de palavras na fala do Ministro Levy, afirmando que isso empobrece seu discurso. No entanto, para a sociolinguística, não há “erros”, mas diferenças, concepção ignorada por Pasquale, pois critica não só essa repetição, como também a conjugação do verbo “advir”.

ISBN XXXXXXXXXX

O emprego do pronome de tratamento “você” é considerado como uma “repetição desagradável”, visto que, segundo o professor, “como tudo na vida, torna-se modorrento e enfastiante quando exagerado, e acaba por empobrecer o discurso”. Entretanto, por se tratar da fala e, com o intuito discursivo de aproximar-se de seu ouvinte, o uso desse pronome constrói o efeito de sentido de inclusão, provocando, possivelmente, uma atitude responsiva ativa.

O que o gramático dita como erro trata-se do gênero primário com o uso da linguagem cotidiana, habitual. A escolha linguística desse pronome configura o estilo do discurso, levando em conta um conjunto de fatores como o público que ele deseja alcançar, a intenção discursiva e as finalidades que atendem às esferas política e econômica.

Em seguida, inicia a explicação de como deveria ser feita a conjugação do verbo “advir”, dando, nesse momento, uma aula de gramática. Vale lembrar que o artigo está na seção “Opinião”, mas o texto passa a ser pretexto para ensinar uma regra gramatical a ser seguida por seus leitores. Ao final, enuncia “É isso”, levando o leitor a compreender que, caso não siga a regra apresentada, deve mudar seu registro linguístico, pois o que ele diz é o correto e deve ser seguido.

Bakhtin afirma que não aprendemos por meios de manuais, ou seja, não há necessidade de dominar o conteúdo de um dicionário para a relação dialógica, que, por sua vez, é intrínseca à linguagem e necessária para a interação entre os sujeitos da comunicação:

> A língua materna, seu vocabulário e sua estrutura gramatical, não os conhecemos por meio dos dicionários ou manuais de gramática, mas sim graças aos enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos na comunicação discursiva efetiva com as pessoas que nos rodeiam. (BAKHTIN apud MACHADO, 2005, p.15).

O ser humano não é uma máquina que pode decorar todas as regras gramaticais e saber utilizá-las em sua fala cotidiana, mas sim,faz adequações ao ambiente em que se insere; como se trata aqui de uma fala, diante de seu contexto linguístico, não há erro para a sociolinguística.

Além da adequação ao ambiente, o falante utiliza recursos linguísticos, denominados estilo, para alcançar o interesse do ouvinte. Como vimos no artigo de Pasquale, a repetição do termo “você” na fala de Levy aproxima o enunciador do enunciatário. Mesmo o gramático criticando o discurso do Ministro admite que o

ISBN 978-85-87406-94-1

termo “você” é frequente na linguagem informal, mas não na escrita, portanto compreende que o seu discurso está de acordo com o contexto. Machado (2005), em seu ensaio sobre os gêneros discursivos bakhtinianos, afirma que o enunciador leva em conta “a natureza do enunciado”, ou seja, a forma como é produzido de acordo com o contexto em que está inserido. O discurso de Levy produzido oralmente faz parte do gênero primário que está inserido em uma situação que o admite.

Em outro artigo, mais uma vez Pasquale já começa seu texto criticando de forma irônica a fala de mais um dos nossos políticos. Dessa vez, analisa a fala do presidente do Senado, Renan Calheiros, que em uma entrevista, disse: "Jamais consenti, nem consentiria, jamais permiti, nem permitiria que alguém falasse em meu nome":

Jamais consentiria (...) nem permitiria

> A coisa tá feia, tá braba e fica a cada dia mais feia, mais braba. O que também não para de aumentar é a incrível capacidade de tergiversar de muitos dos nossos próceres.
> Na terça-feira, em entrevista concedida depois da retumbante ação da Polícia Federal que atingiu diretamente o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reagiu um tanto atônito à extensão da ação da PF a alguns dos aliados dele. Renam concedeu uma entrevista em que, meio perdido, buscando as palavras, disse algo parecido com isto: "Jamais consenti, nem consentiria, jamais permiti, nem permitiria que alguém falasse em meu nome".
> Quem for a qualquer dicionário e procurar os verbos "consentir" e "permitir" verá que eles aparecem como sinônimos, mas uma análise etimológica dos dois pode revelar informações interessantes, que talvez não sejam perceptíveis imediatamente, mas talvez façam sentido.
> Não é preciso ir muito fundo para perceber que em "consentir" existe a ideia de "sentir junto". Quem procura a etimologia de "consentir" no "Houaiss" encontra isto, depois das informações sobre a origem latina desse verbo: "Ser de igual opinião, sentimento ou conduta; decidir de comum acordo; simpatizar com". Em "permitir", que também tem origem latina, o mesmo dicionário dá este sentido etimológico: "Dirigir para diante, impelir com força; entregar, permitir, autorizar".
> Se levar em conta a etimologia de "consentir", quem gosta de analisar as entrelinhas poderá dizer que a fala do presidente do Senado é reveladora: o sentimento é um só, ou seja, "formamos um grupo, indissolúvel, temos os mesmos 'ideais', mas quem fala por mim sou eu e quem conduz o passo (adiante, com força) também sou eu". Entenda-se "força" como bem se quiser...
> Alguém dirá que a etimologia é só um dos caminhos para que se entenda o sentido de uma palavra, já que, embora literalmente "etimologia" seja "estudo da origem", o seu sentido efetivo é "estudo da origem e da evolução das palavras".
> Por falar em etimologia (e já que citamos o nordestino Renan Calheiros), é sempre bom lembrar que a origem de "forró", que nomeia um ritmo igualmente nordestino, não é a que ainda se

ISBN XXXXXXXXXX

> propaga Brasil afora ("for all", expressão inglesa que significa "para todos" e que nomearia um baile realizado para os empregados de uma obra realizada no Nordeste e gerenciada por uma empresa inglesa ou estadunidense).
> "Forró" é forma reduzida de "forrobodó", que os dicionários dão como equivalente a "baile popular, arrasta-pé, festança" e "confusão, tumulto, balbúrdia". Pensando bem, "forrobodó" (com a sua polissemia)pode muito bem definir a verdadeira quizumba em que estamos todos metidos neste país que de sério parece não ter mesmo nada de nada.
> Para não dizerem que não falei das flores, ou melhor, de um aspecto estritamente gramatical, lembro que o verbo "consentir" é irregular, tal qual "sentir". Na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, troca-se o "e" por "i" ("sinto", "consinto"), consequentemente todas as flexões do presente do subjuntivo terão esse "i" ("que eu sinta/consinta, que tu sintas/consintas, que nós sintamos/consintamos, que eles sintam/consintam").
> Que os deuses do bem consintam em que nos livremos desse espetáculo grotesco, repugnante. É isso.
> (CIPRO NETO, online, acesso em 01 mar. 2016).

Pasquale alega que, em uma entrevista, o presidente do Senado comete um erro gramatical grave: a utilização de dois verbos considerados sinônimos numa mesma frase. O que o professor se esquece é que ele estava analisando a fala de uma pessoa pública, que precisa fazer uso de uma linguagem simples para atingir seu público alvo (a população em geral), assim como, por meio da repetição paralelística “Jamais consenti, nem consentiria, jamais permiti, nem permitiria”, ele busca conquistar a atenção do ouvinte, configurando uma escolha linguística.

Para poder provar que o presidente cometeu um “erro grave”, é feita uma análise etimológica dessas palavras e é dada uma verdadeira aula para se explicar que, de acordo com a Gramática Normativa (tão utilizada por Pasquale para analisar falas do cotidiano e discursos de políticos) os verbos “consentir” e “permitir” (ambos de origem latina) têm o mesmo significado quando são empregados em uma mesma frase.

Pasquale aproveita o assunto sobre etimologia, tema muito valorizado para os puristas da língua, para citar a origem da palavra “forró”, sob o pretexto de Calheiros ser nordestino, produzindo assim mais uma de suas aulas.

Ao citar um enunciado da música de Geraldo Vandré, símbolo da luta contra a ditadura militar - “Pra não dizer que não falei das flores”, além de alterar o coloquialismo “pra” por “para” (mais formal), altera seu sentido original; as flores, nesse contexto, é a gramática, numa valorização positiva da norma padrão.

ISBN 978-85-87406-94-1

Ao encerrar o artigo, Pasquale comenta sua visão em relação ao atual cenário politico “Que os deuses do bem consintam em que nos livremos desse espetáculo grotesco, repugnante”. Entretanto, nota-se a presença de ironia ao usar o verbo “consentir”, uma vez que a crítica principal do artigo está relacionada ao uso deste verbo por um politico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos artigos do professor Pasquale Cipro Neto, é possível refletir sobre sua postura a respeito dos erros gramaticais ocorridos na língua em uso, visto que trata de forma preconceituosa as variações dos falantes. Compreendemos, nesse contexto, que a finalidade de seus artigos é trazer a norma padrão como um modelo a ser seguido expondo as regras como se fossem aulas inseridas em um artigo de opinião.

Podemos também verificar que Pasquale desconsidera a relação entre os sujeitos da comunicação, concebendo a norma padrão como única ideologia possível e considerada correta pela elite. Desse modo, não aceita os postulados da sociolinguística, propondo modelos como se fossem os únicos corretos e os que devem ser seguidos, não compreendendo que há diversas identidades linguísticas.

Como veículo midiático, o jornal é utilizado para convencer o leitor, por meio de um discurso “didático”, que, mesmo no contexto da fala, a única maneira correta de uso da língua é a proposta pela gramática tradicional. Entretanto, sendo a fala individual, é impossível haver uma homogeneidade linguística.

A partir de uma concepção preconceituosa, Pasquale critica por meio da ironia, resultado da concepção de que os falantes não sabem utilizar a sua língua materna. E ainda, pelo fato de os artigos estarem inseridos em uma mídia que abrange um grande número de leitores, é possível concluir que a valorização da língua pura é um discurso partilhado pelo próprio jornal.

Desse modo, podemos verificar que, apesar dos estudos linguísticos, sociolinguísticos e discursivos, o preconceito linguístico e a valorização de uma língua livre de qualquer erro gramatical, continuam perpassando e estão inseridas em veículos que atingem pessoas de diversas classes sociais, de diferentes costumes e graus de conhecimento. Ainda que, tem-se tentado valorizar as

variantes e colocá-las como identidade de cada um a ser contemplada, quando nos deparamos com uma visão preconceituosa de um professor, que é uma pessoa pública, nota-se como devemos ter cautela ao tratar dos usos de nossa língua.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs). **Introdução à linguística:** domínios e fronteiras.São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47. (Vol. 1)

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2004. p. 15-67.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In:_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BRAIT, Beth. Estilo. In:_____(Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 79-102.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística (Parte II). In: MUSSALIM, Fernando; BENTES, Anna Christina (Orgs). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras.São Paulo: Cortez, 2001. p. 49-75. (Vol. 1)

CIPRO NETO, Pasquale. Receitas que advenham. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 06 ago. 2015. Coluna Opinião, p. 24. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pasquale/2015/08/1665098-receitas-que-advenham.shtml>. Acesso em 10 ago. 2015.

CIPRO NETO, Pasquale. Jamais consentiria (...) nem permitiria. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 17 dez 2015. Coluna Opinião, p 24. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pasquale/2015/12/1720042-jamais-consentiria--nem-permitiria.shtml. Acesso em 01 mar. 2016

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008. p. 73-96.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática: 2006.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin***:* conceitos-chaves. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-166.

ISBN 978-85-87406-94-1

UMA LEITURA DE A BELA E A FERA, DE CLARICE LISPECTOR: investigações preliminares

Dayana Paula Cruz (Uni-FACEF)
Luara Ferreira Benedito (Uni-FACEF)
Thainá Rosa Helena Garcia Ferreira (Uni-FACEF)
Maria Eloísa de Souza Ivan (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

Clarice Lispector nasceu em dez de dezembro de 1920, em Tchechelnik, uma aldeia da Ucrânia e veio para o Brasil quando ainda era uma criança de colo. Naturalizada brasileira, se interessou pela literatura logo que aprendeu a ler e a escrever. Contextualizada na terceira geração do Modernismo Brasileiro e materializando uma prosa-poética marcada pela introspecção psicológica, Clarice Lispector é considerada um clássico da Literatura Brasileira.

Aos vinte e três anos, em 1943, Lispector publica seu primeiro romance, *Perto do coração selvagem* Seguiu-se a *Perto do coração selvagem,* uma vasta produção da autora, mas para este estudo foi selecionada a obra *A Bela e a Fera*, publicada em 1979, e na qual estão inseridos os contos ''Obsessão'', da primeira parte, e ''Um dia a menos'', da segunda parte, que formam o *corpus* dessa pesquisa.

A obra, de publicação póstuma, fora organizada pela amiga e secretária Olga Borelli e Paulo Gurgel Valente, filho de Lispector; trata-se de uma coletânea de oito contos divididos em duas partes: na primeira parte, encontram-se seis contos escritos entre os anos 40 e 41, início da produção literária de Lispector e, na segunda parte, foram acrescentados os dois últimos contos escritos pela autora em 1977, pouco tempo antes de morrer (IVAN, 2007).

Assim, o propósito deste trabalho é explanar as investigações iniciais do nosso projeto de pesquisa do artigo a ser concluído no quarto semestre desse ano letivo, acerca da obra *A Bela e a Fera* (1979), de Clarice Lispector. A fim de alcançar o objetivo proposto em nosso projeto, adotamos, como procedimento metodológico, uma pesquisa de abordagem bibliográfica, apresentando uma leitura comparada dos dois contos acima referenciados, destacando-se os temas e as figuras desses dois textos.

ISBN XXXXXXXXXX

A pesquisa busca comprovar se os temas e as figuras do início se mantêm ao longo da produção da artista; enfim, se os escritos finais da autora já estavam, de alguma forma, presentes naqueles primeiros textos escritos por Lispector quando do seu surgimento. Para tanto, será apresentado um panorama do Movimento Modernista Brasileiro, referenciando a terceira geração à qual Lispector pertence; em seguida, para uma melhor compreensão do tema, faz-se necessária uma contextualização da autora e sua obra, enfatizando-se a produção de contos, bem como uma abordagem sobre a poética clariceana, mais especificadamente dos mecanismos de construção discursivos dos dois contos aqui referenciados, estabelecendo-se um paralelo entre o estilo inicial e o derradeiro de LIspector.

A fundamentação teórica deste estudo parte da leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Candido (1977); Gotlib (1995); Ivan (2005; 2007; 2011); Lima (2012); Nogueira (2011), Nunes (1995) e Rosenbaum (2002), que abordam tanto os traços estilísticos, quanto a vida e obra de Clarice Lispector; Brait (2006) e Fiorin (1994; 2006; 2006ª), para a conceituação de estilo, intertextualidade, interdiscursividade e intratextualidade; e, finalmente, Bosi (1994); Candido e Castello (2001), para falar do Modernismo Brasileiro.

2. O MODERNISMO BRASILEIRO E CLARICE LISPECTOR: A AUTORA E SEU TEMPO

O Modernismo Brasileiro foi um movimento datado do início do século XX, responsável por grandes transformações artísticas e literárias, tendo como objetivo a ruptura com os antigos padrões, revelando uma nova literatura que falasse do Brasil para os brasileiros.

De acordo com Bosi (1994), o que a crítica chama de *Modernismo* está condicionado por um *acontecimento*, isto é, por algo datado, público e clamoroso, que se impôs à atenção da nossa inteligência como um divisor de águas: *A Semana de Arte Moderna*, realizada em fevereiro de 1922, na cidade de São Paulo.

Para Candido e Castello (2001), a denominação de Modernismo abrange, em nossa literatura, três fatos intimamente ligados: um movimento, uma estética e um período. O movimento se ramificou pelo país, tendo como finalidade principal superar a literatura vigente, formada pelos restos do Naturalismo, do

ISBN 978-85-87406-94-1

Parnasianismo e do Simbolismo. Correspondeu a ele uma teoria estética, nem sempre claramente delineada, e muito menos unificada, mas que visava sobretudo a orientar e definir uma renovação, formulando em novos termos o conceito de literatura e de escritor. O período se orienta, basicamente, por três datas-chave: 1922,1930 e 1945.

Bosi (1994) comenta que os idealizadores da *Semana* traziam, de fato, ideias estéticas originais em relação às nossas últimas correntes literárias, já em agonia, o Parnasianismo e o Simbolismo, parecendo aos historiadores da cultura brasileira que *modernista* fosse adjetivo bastante para definir o estilo dos novos, e *Modernismo* tudo o que viesse a escrever sob o signo de 22.

O Movimento está fortemente ligado a certas transformações da sociedade da época, estabelecidas, em geral, por fenômenos exteriores, tendo como influência, a 1ºGuerra Mundial de 1914-1918, que condiciona o crescimento da indústria e da economia brasileiras.

Segundo Candido e Castello (2001), não apenas surge uma mentalidade renovadora na educação e nas artes, como se principia a questionar seriamente a legitimidade do sistema político, dominado pela oligarquia rural (p.10).

Para Bosi (1994), o quadro da sociedade brasileira dos fins do século vai se transformando graças a processos de urbanização e a vinda de imigrantes europeus em levas cada vez maiores para o centro-sul. Do quadro, emergem ideologias em conflito: o tradicionalismo agrário ajusta-se mal à mente inquieta dos centros urbanos, permeável aos influxos europeus e norte-americanos na sua faixa burguesa, e rica de fermentos radicais nas suas camadas média e operária. No limite, a situação comportava uma visão de mundo estática quando não saudosista; uma ideologia liberal com traços anarcóides; um complexo mental pequeno-burguês, de classe média, oscilante entre o puro ressentimento e o reformismo; uma atitude revolucionária.

Ainda conforme Bosi (1994), não se deve esquecer, porém, que esse esquema indicativo só funciona quando articulado com a realidade de um Brasil plural, onde os níveis de consciência se manifestam em ritmos diversos. Assim, os conflitos deram-se em tempos e lugares diferentes, não raro parecendo exprimir tensões meramente locais. Seja como for, o intelectual brasileiro dos anos 20 teve

ISBN XXXXXXXXXX

que definir-se em face desse quadro: as suas opções vão colorir ideologicamente a literatura modernista. Falando de um modo genérico, é a sedução do irracionalismo, como atitude existencial e estética, que dá o tom aos novos grupos, ditos modernistas, e lhes infunde aquele tom agressivo com que se põem em campo para demolir as colunas parnasianas e o academismo em geral.

Candido e Castello (2001) completam dizendo que, seja tomado como movimento renovador, seja como nova estética, o Modernismo revela uma adesão profunda aos problemas da nossa terra e da nossa história contemporânea. Para os ensaístas, nenhum outro momento da literatura brasileira foi tão vivo sob este aspecto; nenhum outro refletiu com tamanha fidelidade, e ao mesmo tempo com tanta liberdade criadora, os movimentos da alma nacional.

Dividido em três fases ou gerações, o Movimento Modernista Brasileiro reconhece como primeira fase os anos entre 1922-1930, em que os autores e poetas, influenciados pela *Semana de Arte Moderna,* criam obras inovadoras, há uma busca pela originalidade, uma ruptura com as estruturas vigentes.

A segunda fase delimita-se entre os anos 1930 até 1945, quando estávamos sofrendo os efeitos da crise de 1929, que motivou uma década de depressão; esta fase está fortemente ligada às questões político-sociais, envolvendo os questionamentos da realidade e referindo-se à crítica social.

Já a terceira fase ou geração de 45 é responsável por um intenso período de experimentação estética, enfatizando-se cada vez mais o fazer artístico e

as questões ligadas ao processo de criação das obras de arte. Dentro desse contexto da geração de 45, duas vertentes da prosa desdobram-se em vias complementares: a exploração das potencialidades expressivas do sistema linguístico, presente nas obras de Guimarães Rosa, em que o autor aborda questões inerentes à condição humana a partir da figura do sertanejo brasileiro e de um trabalho inovador com a linguagem; e Clarice Lispector com a expressão do fluxo de pensamento que percorre a interioridade dos indivíduos presente em sua escrita que mergulha na identidade das personagens e na sondagem de sentimentos e reflexões interiores.

De acordo com Rosenbaum (2002), Clarice Lispector nasceu em dez de dezembro de 1920, na cidade de Tchechelnik, em uma aldeia na Ucrânia, quando

ISBN 978-85-87406-94-1

a família emigrava da Rússia para a América, fugindo da perseguição aos judeus após a Revolução Bolchevique. Lispector veio para o Brasil quando ainda era uma criança de colo; naturalizada brasileira, se interessou pela literatura logo que aprendeu a ler e a escrever. Já aos sete anos, começa a escrever contos para a seção infantil do *Diário de Pernambuco*, que nunca os publicou. “As outras crianças eram publicadas e eu não”, relembra Lispector: “logo compreendi por quê: elas contavam histórias, uma anedota, acontecimentos. Ao passo que eu relatava sensações... coisas vagas” (LISPECTOR, *apud* GOTLIB, 1995, p.88).

Para Rosenbaum (2002), é desse assombro constante do ato de narrar diante da realidade, sempre impossível e inatingível pela palavra, que a obra clariceana irá tratar, convulsiva e reiteradamente (p.11). Ainda conforme a ensaísta, não é só a sua escrita que se faz pelo “avesso” - sendo a escuta do que se cala ou a visão do que se oculta -, a identidade de si mesma permanecia-lhe obscura, fugidia, e sua escrita parece ter sido sempre uma tentativa de encontrar-se. “E perder-se novamente”.

Clarice Lispector declara na crônica intitulada “Pertencer”, publicada na obra póstuma *A descoberta do mundo* (1984), que seu nascimento é uma espécie de “solidão de não pertencer”:

> [...]
> Tenho certeza de que no berço a minha primeira vontade foi a de pertencer. Por motivos que aqui não importam, eu de algum modo devia estar sentindo que não pertencia a nada e a ninguém. Nasci de graça.
> [...] Quase consigo me visualizar no berço, quase consigo reproduzir em mim a vaga e no entanto premente sensação de precisar pertencer. Por motivos que nem minha mãe nem meu pai podiam controlar, eu nasci e fiquei apenas nascida.
> No entanto fui preparada para ser dada à luz de um modo tão bonito. Minha mãe já estava doente, e, por superstição bastante espalhada, acreditava-se que ter um filho curava uma mulher de uma doença. Então fui deliberadamente criada: com amor e esperança. Só que não curei minha mãe. E sinto até hoje essa carga de culpa: fizeram-me para uma missão determinada e eu falhei. Como se contassem comigo nas trincheiras de uma guerra e eu tivesse desertado. Sei que meus pais me perdoaram eu ter nascido em vão e tê-los traído na grande esperança. Mas eu, eu não me perdoo. Quereria que simplesmente se tivesse feito um milagre: eu nascer e curar minha mãe. Então, sim: eu teria pertencido ao meu pai e a minha mãe (LISPECTOR, 1999, p.111).

O fragmento destacado, apesar de longo, faz-se necessário como uma forma não apenas de clarear vida e obra da autora, mas também de o leitor melhor compreender esse “avesso” de si revelado por Lispector nessa versão que a própria traz de seu nascimento, pois essa “falha” de origem acompanhará o sentimento de

ISBN XXXXXXXXXX

"não pertença" por sua vida afora. Nascida europeia, criada nordestina, residente carioca a partir dos treze anos e, na condição de esposa de diplomata, habitante de vários países, Clarice Lispector não passaria ilesa por esse nomadismo.

Residindo no Rio de Janeiro desde 1934, Lispector forma-se em Direito, contudo nunca atuou nesta área, iniciando sua carreira intelectual como jornalista a partir de 1940, profissão que seguiu paralelamente ao ato de escrever literatura.

Lima (2001 *apud* Ivan, 2007) afirma que os anos 40 marcaram o início das publicações da autora. A vinda e permanência da família do Recife para o Rio de Janeiro propiciaram uma aproximação de Clarice Lispector com um meio literário e artístico bastante ativo, já no final dos anos 30. Soma-se a isso o fato de Lispector iniciar suas atividades na imprensa ligadas à *Agência Nacional* (1940) e, em seguida, colaborar no *Diário da Noite* (1942), afirmando, assim, seu interesse pela escrita, já evidenciado desde pequena.

Ainda conforme Lima (2001 *apud* Ivan, 2007), Lispector começa, então, a ter um certo trânsito no circuito jornalístico e literário da capital, no qual imprime os passos de seu momento inaugural como escritora, já que em maio de 1940, sai, pela revista *Pan*, dirigida por Américo Facó, o primeiro conto de Clarice Lispector: "Triunfo".

A jovem autora estreante impressiona a crítica desde o seu surgimento. Para Candido (1977), o impacto causado pelo livro de estreia de Lispector, *Perto do coração selvagem,* 1943, se revela como uma agradável surpresa materializada pelo estilo inovador da autora tanto no conteúdo como no plano de expressão. Candido comenta: "tive verdadeiro choque ao ler o romance diferente que é *Perto do coração selvagem*, de Clarice Lispector, escritora até aqui completamente desconhecida para mim" (1977, p.126-127).

Ainda conforme o crítico literário, este romance é uma tentativa impressionante para levar a nossa língua canhestra a domínios pouco explorados, forçando-a a se adaptar a um pensamento cheio de mistério para o qual sentimos que a ficção não é um exercício ou uma aventura afetiva, mas um instrumento real do espírito, capaz de nos fazer penetrar em alguns dos labirintos mais retorcidos da mente. O ensaísta afirma que o ritmo de Lispector é um ritmo de procura, de

ISBN 978-85-87406-94-1

penetração que permite uma tensão psicológica poucas vezes alcançada em nossa literatura contemporânea.

A partir desse romance de estreia, segue-se uma vasta produção literária da autora, composta por romances, contos, crônicas, literatura infantil e outros: *O lustre* (1946); *A cidade sitiada* (1949); *A maçã no escuro* (1961); *A paixão segundo G.H.* (1964); *Uma aprendizagem ou livro dos prazeres* (1969); *Água Viva* (1973); *A hora da estrela* (1977); *Um sopro de vida* (1978), obra de publicação póstuma, escrita simultaneamente à obra *A hora da estrela* (1977). Na Literatura Infantil publicou: *O mistério do coelho pensante* (1967), *A mulher que matou os peixes* (1968), *A vida íntima de Laura* (1974), *Quase de verdade* (1978), e *Como nasceram as estrelas* (1987). A coletânea de crônicas *A descoberta do mundo* (1984), de publicação póstuma, reúne crônicas publicadas no *Jornal do Brasil*, entre os anos de 67 a 73; e, ainda, as seguintes coletâneas de contos: *Alguns contos* (1952); *Laços de família* (1960); *A legião estrangeira* (1964); *Felicidade clandestina* (1971); *A imitação da rosa* (1973); *A via crucis do corpo* (1974); *Onde estivestes de noite?* (1974) e *A Bela e a Fera* (1979), esse último *corpus* de nossa pesquisa e do qual passaremos a falar nessa próxima seção.

3. O CONTO NA POÉTICA CLARICEANA

De acordo com Gotlib (2003), o conto é uma narrativa que pode ser considerada atemporal, pois embora tenha séculos de história, sua estrutura permaneceu preservada, e o que faz com que este tipo de texto esteja sempre atualizado são as técnicas de escrita utilizadas pelos autores.

Soares (1993) comenta que o conto se diferencia do romance e da novela não apenas pelo tamanho, mas por suas características estruturais próprias.

A ensaísta comenta que ao invés de representar o desenvolvimento ou corte na vida das personagens, procurando abranger um total, o conto aparece como uma amostragem, como um flagrante, pelo qual vemos registrado um episódio singular e representativo. Quanto mais concentrado, mais se caracteriza como arte de sugestão, resultante do rigoroso trabalho de seleção e harmonização dos elementos selecionados e de ênfase no essencial.

ISBN XXXXXXXXXX

Clarice Lispector nos faz olhar a questão existencial do mundo, revelando para o leitor não um enredo com complicações narrativas, mas sim personagens as quais materializam questões humanas, os conflitos da existência, do ser diante do mundo.

Segundo Nunes (1995), na forma do conto, como já se tem afirmado, Clarice Lispector respeita as características fundamentais do gênero concentrando num só episódio, que lhe serve de núcleo e que corresponde a determinado momento da experiência interior, criando as possibilidades da narrativa. O ensaísta completa dizendo que, na maioria dos contos da autora, o episódio único que serve de núcleo à narrativa é um momento de tensão conflitiva, isto é, como centro de continuidade épica, tal momento de crise interior aparece diversamente condicionado e qualificado em função do desenvolvimento que a história recebe.

Assim, em certos contos, a tensão conflitiva se declara subitamente e estabelece uma ruptura do personagem com o mundo. Noutros, porém, a crise declarada, que raramente se resolve por meio de um ato, mantém-se do princípio ao fim, seja como aspiração ou devaneio, seja como mal entendido, ou incompatibilidade entre pessoas, tomando a forma de estranheza diante das coisas, de embate dos sentimentos, ou de consciência culposa. Identificar e compreender de que modo essa tensão conflitiva se materializa nos contos “Obsessão” e “Um dia a menos”, *corpus* dessa pesquisa, é propósito a ser explanado na quarta seção desta pesquisa e que ainda se encontra em fase de elaboração.

3.1. *A Bela e a Fera*: um antes e um depois

De acordo com Ivan (2007), *A Bela e a Fera,* de Clarice Lispector, é obra póstuma (1979), organizada por Olga Borelli e Paulo Gurgel Valente, filho de Lispector. Trata-se de uma coletânea de oito contos divididos em duas partes: na primeira parte, encontram-se seis deles escritos entre os anos 40 e 41 e, na segunda parte, foram acrescentados os dois últimos contos escritos por Lispector em 1977, pouco tempo antes de morrer.

A estudiosa comenta que o título da obra nos remete para os “arranques de intertextualidade” ditos por Barthes, sugerindo diálogos que se incorporam aos “espaços vazios” preenchidos pelo repertório de leitura do leitor

ISBN 978-85-87406-94-1

(LOBO, 1992, *apud* IVAN, 2007). A estudiosa comenta, ainda, que não é ao conto de fadas do príncipe e da princesa que somos lançados e, sim, ao grotesco e feio que também formam a vida, tornando-se "um objeto que grita" em contraste com a beleza física exacerbada de Carla, protagonista do conto que faz referência ao título. Dessa obra, destacaremos, para este estudo, os contos "Obsessão" da primeira parte e "Um dia a menos" da segunda parte.

Rosenbaum (2006), no ensaio "Pedagogia Satânica", estudo sobre o conto "Obsessão", comenta que o exercício da crueldade, nos textos de Clarice Lispector, evolui de modo a enredar as personagens e a própria narrativa em jogos perigosos, onde a fruição de prazer se mescla aos movimentos destrutivos do sujeito e da palavra.

Ao se referir aos nomes dos personagens protagonistas desse conto, a ensaísta diz que estes têm raízes bíblicas: Cristina é nome originário do latim *Christus,* e Daniel é nome de profeta. Mas a instrução que ora se inicia não tem nada de santificada, pelo contrário, a vida do casal começa como uma redenção e vai caminhando para a ruína.

O conto "Obsessão", que integra a primeira parte da antologia, é um dos mais longos da autora, chegando a quase quarenta páginas. Nele, temos uma estrutura simples e que pode ser dividida em várias partes. A narrativa é em primeira pessoa, Cristina, personagem central, também é a narradora que relata a sua história, dando-nos a conhecer sua relação com Daniel, o casamento com Jaime, mas, antes, precisa falar de sua origem. Criada nos moldes de uma sociedade patriarcal, para ser uma mulher tradicional, que se submete à imposição de seus pais, ela vive em uma espécie de opressão, pois vive a vida sonhada por eles e não por ela:

> [...]
> Quanto aos meus sonhos, nessa idade tão cheia deles – os de uma jovem qualquer: casar, ter filhos e, finalmente ser feliz, desejo que eu não precisava bem e confusamente enquadrava nos fins dos mil romances que lera, sem me contagiar com seu romanticismo. Eu apenas esperava que tudo corresse bem, embora nunca me tomasse de contentamento se assim sucedia (LISPECTOR, 1999, p.32).

Aos dezenove anos, Cristina conhece Jaime, um rapaz calmo e tranquilo o qual a moça via como um prolongamento de seus pais; como o rapaz era uma pessoa boa para ela, acabam se casando. Passado algum tempo do

ISBN XXXXXXXXXX

casamento, Cristina adoece e faz uma viagem para Belo Horizonte em que o bom clima e o novo ambiente a revigoram. Dentro dessa vida tranquila, conhece Daniel que a desestabilizou por completo, pois era o oposto de Jaime. Daniel causava grande inquietação em Cristina, pois, de certo modo, era algo novo para o mundo em que ela vivia, e esse novo a atraia. Compreender os efeitos de sentido criados pelo discurso dessa escrita dos anos 40 em comparação com a escrita de 1977 é caminho que ainda está em construção.

Já no conto da segunda parte intitulado “Um dia a menos”, temos um narrador de terceira pessoa onisciente, que nos revela Margarida Flores, a personagem principal, que, tomada por uma grande angústia, é conduzida ao suicídio. Como o próprio título sugere “Um dia a menos” na vida de Margarida Flores, uma mulher de trinta anos, solitária, que passa o dia procurando um sentido para a vida. Reconhecendo-se verdadeiramente Sua única amiga é a empregada Augusta, que havia tirado uma licença de um mês para ficar com seu filho. Reconhecendo-se verdadeiramente só, Margarida tem como companhias as notícias do rádio, a televisão e o seu chá da tarde:

> [...]
> O dia começara às quatro da manhã, sempre acordara cedo, já encontrando na pequena copa a garrafa térmica cheia de café. Tomou uma xícara morna e lá ia deixá-la para Augusta lavar, quando se lembrou de que a velha Augusta pedira licença por um mês para ver seu filho (LISPECTOR, 1999, p.89).

Segundo Ormundo (2008 *apud* Bossolani, 2014), um dos aspectos estruturais mais provocativos ao leitor é a constante repetição de palavras em busca da espera pelo “depois”, marcando o tom monótono na narrativa, assim como da vida de sua protagonista: “ [...] Depois. Depois. Depois eram quatro horas. Depois cinco. Seis. Sete: hora do jantar” (LISPECTOR, 1999, P. 92).

Bossolani completa, ainda, dizendo que a personagem é construída pelo exagero, como nos mostra o narrador “era gorda e sua gordura extremamente pálida e flácida” (1999, p. 91), enfatizando a personagem obesa gerando o tom grotesco e cômico em sua composição. E não é somente em sua aparência física que haverá o exagero, uma vez que o campo olfaltivo é exagerado em Margarida, reforçando a ideia de seu sobrenome Flores.

Diante dessa solidão vivenciada por ela, um fato surpreendente acontece, o seu telefone toca e ela o deixa tocar várias vezes, pois ninguém nunca

ISBN 978-85-87406-94-1

ligara para ela. Até que na quarta vez que o telefone toca Margarida diz: - Alô... e do outro lado da linha uma mulher responde.

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As considerações deste artigo preliminar são ainda parciais, posto que não há ainda resultados efetivos a serem demonstrados na leitura analítica e comparativa dos contos que formam nosso *corpus*; até este momento, houve um caminho percorrido o qual procurou responder parte dos questionamentos propostos por esta pesquisa.

Os resultados finais serão apresentados oportunamente.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 42. ed.. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 1994.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

CANDIDO, A. No raiar de Clarice Lispector. In_____: **Vários escritos**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas cidades, 1977.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da Literatura Brasileira**: Modernismo História e Antologia. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Ática, 2006.

_____. Polifonia textual e discursiva. In_____: BARROS, D.L.P & FIORIN, J.L. (org.) **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade em torno de Bakhtin.** Edusp, 1994.

GOTLIB, Nádia B. **Clarice**: uma vida que se conta. São Paulo: Ática, 1995.

IVAN, Maria Eloísa de Souza. A Bela e a Fera: uma leitura para Clarice. **Anais do Encontro Regional da ABRALIC**, São Paulo: USP, 2007.

LIMA, Maria Elenice Costa. **A Bela e a Fera ou a ferida grande demais, de Clarice Lispector:** Considerações sobre o outro feminino. 2012, 110f. (Dissertação de mestrado em Literatura Comparada). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

ISBN XXXXXXXXXX

NOGUEIRA, Vilmário Chaves. **Retratos de narcisos***:* metáforas da identidade cindida na construção de personagens em três contos de Clarice Lispector. 2011,193f. (Dissertação de mestrado em Letras). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2011.

NUNES, Benedito. **O drama da linguagem**: uma leitura de Clarice Lispector. São Paulo: Ática, 1995.

ROSENBAUM, Yudith**. Clarice Lispector**. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____.Pedagogia Satânica. In_____: **Metamorfoses do mal**: uma leitura de Clarice Lispector. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2006.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários.** 2. ed. São Paulo: Ática, 2004

BOSSOLANI, Kelvin Walker. Saída descrita pela porta dos fundos: não relação com o mundo e a morte em Macabéa e Margarida Flores, personagens de Clarice Lispector. **Revista Fafibe *Online***. Bebedouro. 2014.

ISBN 978-85-87406-94-1

VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA: A Moderna concepção de Infância e o despreparo Institucional do Estado Brasileiro

Barbara Oliveira de Carvalho[133] (Unesp)
Genaro Alvarenga Fonseca (Unesp)

1. INTRODUÇÂO

Os estudos da psicologia do desenvolvimento e a teorização acerca da infância apresentam-se com maior intensidade e profundidade qualitativa e quantitativa, a partir da Modernidade histórica, em finais do século XIX e início do século XX. No entanto, faz-se mister ressaltar que não é um conceito uno, globalizado, fixo no espaço tempo, em oposição se mostra flexível e resultante de uma completa conjuntura histórico- econômica, política, social e cultural. A despeito de possuir determinado consenso na área das ciências biológicas em relação as médias de idades considerando as etapas de desenvolvimento psicomotor e emocional, dentro de uma perspectiva sociológica e antropológica, a infância de mostra mutável com a consciência coletiva da sociedade na qual a criança nasce.

O que se explicita quando da análise de estudos de Direito comparado, como na responsabilidade e imputabilidade penal, nos Estados Unidos da América, em seus estados autônomos: “a maioria não possui uma idade mínima para um jovem ser julgado pelo sistema judiciário tradicional [...]. Na prática, eles fazem testes para descobrir se o indivíduo possui ou não capacidade de discernimento”; no Irã: “Pelo Código Penal Islâmico regente no país, as garotas são responsabilizadas pelos crimes a partir dos 9 anos lunares (ou seja, 8 anos e 9 meses) e os meninos, desde os 15 anos lunares (ou 14 anos e 7 meses)” (BELLINI; FERNANDES, 2015); e no caso brasileiro a responsabilidade penal ocorre a partir dos 12 anos com medidas de ressocialização, ligadas a família e sociedade, de acordo com as disposições dos arts. 98 à 102, Das Medidas de Proteção, do Estatuto da Criança e do adolescente, sendo imputáveis penalmente aos 18 anos.

> Na África Subsariana e no Sul da Ásia, os pais frequentemente acreditam estar a preservar a segurança das suas filhas menores ao casá-las com homens com dinheiro ou condição social mais elevada. Nestas regiões, os estupradores não são punidos caso concordem casar com a vítima violada.
> O casamento arranjado de meninas na puberdade, ou até antes, costuma ocorrer com o objectivo de «proteger a virgindade», a

[133] Bolsista PIBIC/CNPq

ISBN XXXXXXXXXX

> «honra da família» ou para aumentar o seu «valor de troca». Os pais podem sentir-se também eles forçados a casarem as suas filhas cedo por temerem pela sua protecção e segurança económica. Nos países nos quais o registo dos recém-nascidos não é efectuado imediatamente em virtude de registo a posteriori, a idade das meninas pode ser fixada arbitrariamente, o que facilita os casamentos precoces, já que as meninas menores de idade podem facilmente ser declaradas como maiores para legitimar casamentos forçados. [...] O casamento infantil tem sido um grande entrave para o progresso em seis dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, promovidos pelas Nações Unidas. As expectativas globais na redução da mortalidade infantil e materna, no combate ao VIH/sida e na educação primária universal são prejudicadas pelo facto de uma em cada sete mulheres (15 por cento) nos países em desenvolvimento se casar antes dos 15 anos. O casamento infantil também frustra as ambições para eliminar a extrema pobreza e a promoção da igualdade de género. (REIS, 2012)

Maior força que o texto legal são os valores culturais propostos de determinada sociedade. À exemplo o casamento de crianças, majoritariamente meninas.

2. A CRIANÇA NA HISTÓRIA

As contradições e questionabilidades, da visão e tratamento dada as crianças não é posta somente a cultura do século atual. A criança medieval é descrita historicamente com pouca ou nenhuma distinção formal dos adultos, mesmo se considerada uma fase diferenciada na formação do ser humano, culturalmente e dentro da área legalista, aquela recebia o mesmo tratamento e detinha as mesmas funções designadas à adultos dentro da vida social.

> As crianças medievais não eram cuidadas com a indulgência e o amparo com que o são hoje. Eram normalmente vestidas como versões em miniatura dos adultos e eram retratadas nas obras de arte trabalhando no campo ou no comércio com os adultos, ou bebendo e farreando como eles em festa. E, exceto por excluir as crianças menores da culpabilidade criminal, as leis medievais geralmente não faziam qualquer distinção entre crimes cometidos por crianças ou adultos (Borstelmann, 1983; Kean, 1937). (SHAFFER, 2005, p. 7)

A forma de tratamento é condizente à ideia da “criança objeto”, contrastante com a ideia de ser provido de dignidade humana, o período da infância seria de posse daqueles considerados seus responsáveis. E como propriedade, além do livre dispor, a criança seria passível de substituição, os altos índices de mortalidade, não permitiam ou impediam a construção de profundo laços afetivos

ISBN 978-85-87406-94-1

entre as famílias e suas crianças. “As pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual” (ARIÉS, 1981, p.22). A falta de voz na sociedade reflete a precariedade de direitos considerando as peculiaridades do desenvolvimento infantil, a ausência de uma distinção concreta e teorizada entre a infância e a vida adulta possibilitou seu tratamento precoce dentro dos lazeres e labores, “a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos [...]. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las”. (ARIÉS, 1981, prefácio – IX). Mas alguns marcos são recorrentes quando relatadas a análise da transição entre a infância medieval retratada e a infância em moldes familiares ao século XXI e a base ideológica da Doutrina de Proteção Integral[134].

> A infância moderna, tendo começado a emergir primeiro no Ocidente nos séculos XVII e XIX, engloba três questões essenciais e inter-relacionadas. A primeira mudança, a essencial, envolve a passagem da infância até então voltada ao trabalho, para a escolaridade [...]. Por outro lado, junto com uma urbanização mais geral que dificultava os cuidados das crianças, estimulava-se o segundo elemento do modelo moderno: a decisão de limitar o tamanho da família a patamares mais baixos do que nunca [...]. A terceira transição fundamental do modelo moderno envolveu uma dramática redução da taxa de mortalidade infantil: tradicionalmente em torno de 30% a 50% das crianças morriam até os 2 anos. (STEARNS, 2006, p. 90-91)

Depreende-se pelo exposto que a violência contra a criança não advém da modernidade, e apesar de correlacionada e agravada pelo sistema econômico capitalista, predominantemente posto, não é apenas resultante deste. As novas tratativas mundiais de proteção à infância são recentes e possuem base relativamente homogêneas. A criança deve não apenas ser protegida, mas possui um desenvolvimento dentro de um ambiente saudável que lhe proporcione bem-estar. Estando a redução da mortalidade infantil posta como um dos oito objetivos do milênio, propostos pela Organização da Nações Unidas (ONU)[135].

[134] Implementada na Constituição Federal de 1988, tem como pressuposto prioridade absoluta na proteção a criança e o adolescente. Estando implícita no art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[135] No ano de 2000, as Nações Unidas convidaram sociedade civil e governos a olhar com atenção alguns desafios que o planeta enfrentava e convidou todas a se engajarem em prol dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: metas a serem atingidas até o ano de 2015. Muitas delas foram alcançadas, outras não e novamente o a sociedade está sendo convidada a se mobilizar para novos desafios a serem acompanhados nos próximos 15 anos. O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, apresentou aos Estados-membros das

ISBN XXXXXXXXXX

3. VIOLÊNCIA: UM CONCEITO MUTÁVEL

Observa-se a priori que os primeiros estudos científicos de teorização do desenvolvimento da infância, que a criança sofre diferente formas de violência. Esta de forma comum destacada como embate físico, como abusos sexuais e agressões, apresenta-se de fato em formas muito mais amplas e discutíveis, como opressão, abuso psicológico e negligência. Desta maneira, o debate acerca do que é violência e suas formas de expressão, é imprescindível para a compreensão, crítica e teorização sobre a infância, além da proposição de objetivos, metas, e meios de combater a violência contra a criança. Primeiramente então, faz-se necessária a conceituação e delimitação da violência, o que já se torna um obstáculo, devido a seu peso semântico: “Uma primeira dificuldade para a elaboração de um conceito definitivo de violência decorre da forma diversa como se percebe suas manifestações ou se reconhece o seu grau de acordo com o grupo social e/ou com o território nacional/cultural” (SILVA; SILVA, 2005, p. 14). A influência cultural possui relevância inquestionável, posto que uma mesma cultura pode ser aceitável em uma cultura e abominável em outra. Assim sendo, delimitar-se-á duas formas de definição, uma objetiva delimitada em espaço-tempo, a dada pela Organização Mundial da Saúde, na qual a violência seria resultante do,

> uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.(OMS, 2002, apud SILVA; SILVA, 2005, p. 15)

Por outra forma considerar-se-á conceitualmente de maneira mais ampla, abrigando o prolongamento em espaço tempo e as relações de dominação, posta como enfrentamento à direitos fundamentais,

> a violência tem uma expressão multifacetada: seria tudo o que se vale da força para ir contra a natureza de um agente social; todo ato de força contra a espontaneidade, vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de transgressão contra o que uma sociedade define como justo e como um direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações

---

Nações Unidas um relatório-síntese sobre o trabalho desenvolvido até agora para a definição e negociação da agenda pós-2015, que inclui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que guiarão o desenvolvimento global. Disponível em: <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>.

ISBN 978-85-87406-94-1

> intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. ((Chauí apud Sallas, 1999:25) apud SILVA; SILVA, 2005, p. 15)

No contexto brasileiro, a violência toma proporções estrondosas, ela é institucionalizada, as relações entre Estado e sujeito de direitos ocorre por meio de repressão e opressão estrutural. Neste sentido, a violência apresenta-se como correlacionada ao sistema jurídico: “A sociedade brasileira está habituada a considerar a violência apenas pelo aspecto da violação/transgressão de regras, normas e leis aceitas por uma coletividade e das quais depende para continuar existindo” (ROURE, 1996, p. 48). O Judiciário apresenta-se como um dos poderes mais fortes, com aval social para suas decisões. Uma sociedade que sofre com a judicialização do cotidiano, além almejar que os representantes daquele possuam poder político. Posto isto, é preciso considerar que: “A mesma sociedade que organiza uma certa ordem supõe como elemento de funcionamento dessa ordem a relação violenta, supõe a violência como elemento estruturador e organizador das relações e da superação dos conflitos sociais” (ADORNO, 1988:04 apud ROURE, 1996, p. 48). O Estado é detentor do “ius puniendi”, o direito de punir, no entanto dentro dos princípios do Direito Penal, este seria a “ultima ratio” a punição dentro de um sistema de pressão e privação de liberdade. Todavia, é posto como meio de resolução coercitiva aos cidadãos. Seu uso desmedido e despótico torna visível a violência institucionalizada exercida.

> Neste sentido, podemos compreender como a sociedade brasileira, apesar de exercer sobre o cidadão uma violência cotidiana através de suas instituições, pune o mesmo cidadão quando este se utiliza da violência transgredindo normas e regras. Utilizando-se de um discurso “contra a violência”, o Estado resguarda-se e procura proteger-se. Isto é o que denominamos de “monopolização da violência pelo Estado. (ROURE, 1996, p. 48)

Esta violência institucionalizada refletiu-se dentro da esfera dos direitos das crianças, posto que as primeiras legislações e políticas brasileiras nas quais estas se colocaram como sujeito de direitos ativos, dizem respeito a esfera penal.

ISBN XXXXXXXXXX

4. EXPOSIÇÃO E SITUAÇÃO IRREGULAR: PRIMEIRAS PREOCUPAÇÕES COM A INFÂNCIA

Considerando o desenvolvimento das preocupações com a violência infantil, tem-se o Código de Menores e a Roda dos Expostos. No caso do código, este surge no início do século XX como consequência do aumento da criminalidade infanto-juvenil.

> Ocorre a conscientização quanto à gravidade das precárias condições de sobrevivência das crianças pobres. Havia epidemias, superstição materna e pátrio poder impermeável às orientações quanto às providências básicas de saúde e higiene. Era elevada a taxa de mortalidade infantil. No caso dos "expostos", entregues às Santas Casas de Misericórdia, o índice chegava a 70%.
> Em 1927 é promulgado o primeiro Código de Menores do Brasil (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927) no qual a criança merecedora de tutela do Estado era o "menor em situação irregular". Silveira (1984, p. 57) entende que este conceito vem a superar, naquele momento histórico, a dicotomia entre menor abandonado e menor delinqüente, numa tentativa de ampliar e melhor explicar as situações que dependiam da intervenção do Estado. O Poder Judiciário cria e regulamenta o Juizado de Menores e todas suas instituições auxiliares. O Estado assume o protagonismo como responsável legal pela tutela da criança órfã e abandonada. A criança desamparada, nesta fase, fica institucionalizada, e recebe orientação e oportunidade para trabalhar. (PAES, 2013)

A Roda dos expostos, de origem anterior e europeia, é marco originário enquanto medida de assistência a criança vulnerável. No Brasil sua implementação se á no período colonial, no século XII, devido a influência portuguesa.

> Instituía a grande legislação, assim, a primeira estrutura de proteção aos menores, com a definição ideal para os Juizados e Conselhos de Assistência, trazendo clara a primeira orientação para que a questão fosse tratada sob enfoque multidisciplinar.
> Quase por um século a roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil [...]. O sistema de rodas dos expostos foi inventado na Europa medieval. Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casas de família, como era o costume na falta de outra opção. (MARCÍLIO, 2009, p. 53-54)

Observa-se que, a primeira sensibilização estatal perante a questão de proteção a infância ocorreu decorrente de pressão social. A criminalidade infanto-juvenil, e os determinados “menores” tornaram-se uma preocupação pública, o que fica explícito no Código de Menores ao dispor que rege sobre os “menores em situação irregular”. Ressalte-se que há, portanto, uma divisão no tratamento das crianças, estas são aquelas provindas dos lares tradicionais, escolarizadas e

ISBN 978-85-87406-94-1

ingênuas. Os menores são os delinquentes, abandonados, renegados, fugidos. E a sociedade buscando isentar de suas responsabilidades em relação a estas crianças, apoiaram-se em medidas repressivas para "tratamento" e a medicina [136] para justificar a criminalidade e violência gerada pelos infantes. Estes as maiores vítimas do sistema falho, que se abstém do seu dever de proteção integral.

> O exercício da violência tem permeado a história das crianças e adolescentes brasileiros. No entanto, devemos ressaltar que esta violência adquiriu, no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, contornos específicos, encontrando formas diferenciadas de apresentação: seja de forma direta através de suas relações de exploração no trabalho; seja através de sua vitimização; seja através dos altos índices de mortes, assaltos, estupros e sequestros dos quais eles têm sido vítimas. Seja através da inexistência das políticas públicas de atendimento a serem viabilizadas pelo Estado. (ROURE, 1996, p. 61)

Denota-se que a violência de apresenta tanto em moldes ativos, pelas relações interpessoais, na esfera privada. Quanto por omissão e negligência estatais. A luta pela afirmação e construção dos direitos da criança é obstaculizada por diferentes fatores, entre eles a ausência de discussão e reflexão acerca da infância e suas peculiaridades quando das tratativas que a sociedade e o Estado devem abordar; ademais o próprio despreparo ou desinteresse daqueles, que têm por base ideológica um discurso de lugar comum, classista e meritocrático, o qual culpabiliza a vítima. Assim sendo, há dois pontos que devem ser observados e debatidos.

> A primeira refere-se à necessidade de compreender com maior precisão a dinâmica de (re)produção da violência segundo as especificidades etárias que definem crianças e adolescentes e sobre como temos concebido projetos de prevenção ou proteção para estes públicos, em suas diferenças e semelhanças. Consideramos nesse sentido, determinadas intervenções sociais que, em sua gênese, partem de princípios estigmatizadores do público que se quer atingir.
> A segunda questão refere-se à distância ainda muito marcada entre o movimento de luta pelos direitos da infância e da adolescência e o senso comum na apreensão e compreensão do fenômeno sobre a violência contra crianças e adolescentes. (SILVA; SILVA, 2005, p. 13)

Em um uma conjuntura político-social de ascensão do conservadorismo, deve-se prezar pela manutenção e proteção dos direitos de minorias e dos setores mais frágeis da população.

[136] A exemplo tem-se a criação do Laboratório de Biologia Infantil do Rio de Janeiro (1934), inspirado no Centro médico-pedagógico de observação em Roma, tinha por objetivo estudar as crianças em situação irregular e encontrar respostas biológicas para as causas de delinquência infantil.

ISBN XXXXXXXXXX

5. A LUTA INFANTO-JUVENIL: ENCARANDO A VIOLÊNCIA

Neste contexto, no qual direitos básicos são questionados, torna função social a responsabilidade por dar voz aqueles que são vulneráveis e não podem/conseguem militar em causa própria. Todavia, a sociedade brasileira apresenta-se apática e em retrocesso dentro de questões emancipatórias e garantistas, e os diretos infanto-juvenis são afetados.

> A existência do hiato entre os militantes dos direitos humanos e a grande parte da população ocorre, entre outras razões, em virtude da luta pelos direitos da infância e da adolescência ser um processo recente no país. Até o final da ditadura militar, as crianças e adolescentes eram praticamente invisíveis no que diz respeito à cidadania civil e política. Assim como já ocorreu com os trabalhadores, as mulheres, os negros, os índios e, em certa medida, ainda se manifesta em relação aos idosos. (SILVA; SILVA, 2005, p. 25)

A princípio deve-se desconstruir o senso-comum acerca da violência contra a infância, para poder propor e refletir medidas é preciso compreender as problemáticas e injustiças impostas as crianças, “a maior parte da sociedade aceita como natural a presença de crianças em situação de rua, embora expresse incômodo ou mesmo indignação com o fenômeno” (SILVA; SILVA, 2005, p. 24-25). Reconhecer a violência privada e os preconceitos e máculas propagadas principalmente contra as crianças pobres e negras. Neste sentido, é vultosa a necessidade de ponderar pela interseccionalidade[137].

> Logo, o emprego de crianças e adolescentes em determinadas redes de exploração de seu trabalho ou de seu corpo revela a existência de um alto grau de heterogeneidade entre os diversos grupos sociais. A probabilidade de uma criança ou adolescente se inserir nas redes criminosas é muito diferenciada de acordo com suas características sociais, familiares e individuais específicas.
> As probabilidades de ingresso nessas redes são maiores, por exemplo, para os atores inseridos em redes sociais nas quais se reproduzem de forma sistemática, diversas formas de violência e/ou violação de direitos. (SILVA; SILVA, 2005, p. 31)

Destarte, alguns dados sobre algumas das formas de violência recorrentes midiaticamente são fundamentais ao entendimento das atuais diretrizes da proteção infanto-juvenil. A preocupação com a mortalidade infantil, demonstra futuros rumos e intenções quanto ao futuro das crianças. Determinada como

[137] Interseccionalidade é um conceito sociológico que estuda as interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder. Então, a Interseccionalidade é a consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação. Ela trata das interseções entre estes diversos fenômenos. Disponível em: <http://www.sociologia.com.br/o-conceito-de-interseccionalidade/>.

ISBN 978-85-87406-94-1

parâmetro para medir o desenvolvimento socioeconômico das nações, pode indicar a deficiência de políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, educação e lazer, para além das questões de moradia e saneamento básico. A exposição das crianças a áreas de risco e a negligência estatal são refletidas pelos dados do censo. No caso brasileiro, a brusca queda na mortalidade é um avanço memorável, e de inegável mérito, no entanto deve-se ressaltar que não é apenas um dever, mas uma obrigação do Estado.

> Apesar do sistema de vacinação exemplar existente no Brasil, que muito contribui para a diminuição da mortalidade infantil, a busca de enfrentamento integrado ao fenômeno, todavia, só começou a ser encaminhada no decorrer da década de 1990. A diferenciação de políticas atesta uma forma de ação pública tradicional nas sociedades do terceiro mundo: problemas que podem atingir os grupos sociais médios e dominantes são priorizados, enquanto aqueles que atingem de forma mais direta setores sociais populares são secundarizados. Estão nesse caso, questões como a fome, o acesso ao saneamento e, a elas vinculadas, a mortalidade infantil. (SILVA; SILVA, 2005, p. 50)

O Brasil conseguiu alcançar a meta do milênio de redução da mortalidade infantil. O que se acredita que ocorra por meio de políticas de inclusão e igualdade sociais. As quais abrangem números majoritários no país: “Em 2013, a ONU creditou o avanço no combate à mortalidade infantil no Brasil a políticas de assistência social como o programa de transferência de renda Bolsa Família” (Portal Brasil, 2015). As políticas de assistência possuem força estrondosa no combate a violência contra as crianças e adolescentes, na medida em que, enquanto à margem da sociedade sofrem com a violência institucionalizada, com uma polícia militarizada, despreparo no atendimento público, superlotado e limitado. Em outras palavras: “Não se reflete sobre as causas da violência, só se enfatizam suas consequências” (ROURE, 1996, p. 106). Combate-se a violência já posta, tipificada, realizada, em detrimento da averiguação de formas para impedir que ocorra.

A marginalidade abriga aqueles que serão determinados “menores”, crianças e adolescentes, que de alguma forma estão em conflito com a lei. E sob o manto do senso-comum, envolto em uma ideologia individualista, é propagado midiaticamente e socialmente o seu extermínio. Abstendo-se o Estado de suas responsabilidades, enquanto a sociedade lava as mãos. “A morte, o assassinato são, neste sentido, concebidos como fato normal e consequência de uma vida ligada à marginalidade” (ROURE, 1996, p. 109).

ISBN XXXXXXXXXX

> O extermínio assim é visto como “natural”, consequência de uma vida de delinquência. A marginalidade é percebida como “profissão”. A criança e o adolescente optam, “naturalmente” por este tipo de vida. A fala deste empresário ainda nos revela, através da expressão “ maior ou menor”, que não existe a percepção da uma idéia de infância, da criança ou do adolescente, que incorpore o respeito pelo seu processo de desenvolvimento. É como se marginal não tivesse idade, com valores e comportamentos correspondentes a esta. (ROURE, 1996, p. 10)

Neste contexto de banalização do extermínio infanto-juvenil, surge nas décadas de 70 e 80, movimentos alternativos para defesa dos direitos das crianças e adolescente. Entre estes o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) DE 1985.

> Com um propósito muito claro de lutar por direitos de cidadania para as crianças e adolescentes o MNMMR começa a denunciar a violência institucionalizada, provocada pela estrutura social caracterizada na omissão completa por parte do estado em relação as políticas sociais básicas, enfatizando, porém, a violência exercida pelos aparatos de repressão e controle do Estado: policiais e delegacias de polícia. (FILHO; HERINGER; JUNIOR, 1991, p. 14)

Contudo, além da institucionalização, faz-se mister ressaltar a culturalização da violência. Sua assimilação pelos cidadãos, naturalizando-a por meio de uma mídia sensacionalista, filmes hollywoodianos extremistas, e até desenho e jogos no qual há o culto a força física e opressão como formas de obtenção de vantagens e meio de alcançar objetivos. Em direção a isto, duas problemáticas se destacam: a influência nas crianças e castigos físico e abusos como meios disciplinadores. Esta violência doméstica, possui determinado grau de aval social, a qual acredita que meios rígidos de criação tornam crianças adultos responsáveis. “As formas com que algumas entidades e órgãos públicos no país sistematizam violações desta magnitude são diversas, não permitindo uma visão quantitativa nacional sobre violência doméstica” (SILVA; SILVA, 2005, p. 53). O que se agrava pela falta de informações, e a dispersão de dados dos órgãos público responsáveis pela manutenção da segurança das crianças.

> Não existe ainda um padrão de coleta regular no espaço e no tempo, havendo apenas o registro pelos Conselhos, em alguns estados do país, e que depois são agrupados e ordenados a partir de eixos temáticos baseados na ideia de violação de direitos, estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. (SILVA; SILVA, 2005, p. 54)

ISBN 978-85-87406-94-1

Os prejuízos são sentidos enquanto pesquisa acadêmica, na qual são dificultosos os meios de obtenção de dados tanto qualitativos, quanto quantitativos. A desorganização, desinteresse e também o sigilo de informações, as quais deveriam ser de acesso público para fomentar o debate das tratativas para/com as crianças, obstaculizam os estudos e mantém o status quo para uma sociedade que se isenta de suas obrigações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Necessário dizer que diversas formas de violência existem e são exercidas diariamente, e não foram abordadas devidos as limitações da pesquisa de iniciação científica. Tópicos como violência sexual, exploração do trabalho, tráfico e outros ficaram excluídos da discussão por necessidade de maiores aprofundamentos. Trágico refletir o despreparo estatal e o desinteresse social nas questões da infância. A falta de informações imparciais e ausência de oportunidades de desconstrução do senso-comum, permanecem permitindo a violação de crianças e adolescentes, privando-os de ingenuidade e imaturidade. Forçosamente culpabilizando as vítimas. Ademais, quando se busca uma compreensão dos estudos, estes são obstaculizados. No caso, na cidade de Franca/SP, a impossibilidade de contato com o Conselho Tutelar, devido a ausência de conselheiros, não retorno de ligações e falta de respostas quando a visita feita ao local.

Mister questionar se de fato se conhece a realidade das crianças brasileiras, suas instituições, não somente socioeducativas como Fundação Casa, mas as próprias escolas, e Conselhos Tutelares. O Estatuto da Criança e do adolescente, é exercido de fato, ou só funciona como letra de lei? E se o que está positivado não funciona, o que a sociedade enquanto protetores da infância e da adolescência devem fazer? Conscientização e responsabilização coletiva, são os primeiros passos para garantia de um bem-estar infanto-juvenil.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ISBN XXXXXXXXXX

BELLINI, P.; FERNANDES, A. L. **Como funciona a maioridade penal em outros países?** Super Interessante, 2015. Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/como-funciona-a-maioridade-penal-em-outros-paises>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

FILHO, R. S.; HERINGER, R. R.; JUNIOR, A. P. **Vidas em Risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 1991.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). **História Social da Infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAES, Janiere Portela Leite. **Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e retrocessos**. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento, maio/2013. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-c%C3%B3digo-de-menores-e-o-estatuto-da-crian%C3%A7a-e-do-adolescente-avan%C3%A7os-e-retrocessos>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

Portal Brasil. **ONU: Brasil cumpre meta de redução da mortalidade infantil.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/09/onu-brasil-cumpre-meta-de-reducao-da-mortalidade-infantil>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

REIS, Carlos. **Casamentos forçados: noivas crianças**. Revista Além-Mar, 2012. Disponível em: <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EFklElFEAlRUCyQiqY>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

ROURE, Glacy Q. de. **Vidas silenciadas: A violência com crianças e adolescentes na sociedade brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SHAFFER, David R. (org). **Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SILVA, H. O; SILVA, J. S. **Análise da Violência contra a Criança e o Adolescente segundo o Ciclo de Vida no Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: Unicef, 2005.

STEARNS, Peter N. **A Infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

ISBN 978-85-87406-94-1

VOZES EM PERSPECTIVA: Uma leitura da obra As meninas, de Lygia Fagundes Telles – investigações preliminares

Laura Izabela de Lelis (Uni-FACEF)
Sabrina Rodrigues Andrade (Uni-FACEF)
Maria Eloísa de Souza Ivan (Uni-FACEF)

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar as investigações inicias que constituem o projeto de pesquisa de nosso TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, sobre a obra *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles.

O romance materializa várias vozes discursivas, em diferentes perspectivas, que revelam as transformações, sobretudo, comportamentais, da década de 1960. Desse modo, nossa leitura contempla reflexões acercada construção dessas diferentes vozes,em perspectivas, materializadas no foco narrativo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem bibliográfica, destacando-se o foco narrativo como elemento estruturante da narrativa acima citada, evidenciando-se as diferentes vozes dentro do texto, bem como o fluxo de consciência e a presença de um narrador heterodiegético onisciente.Para a fundamentação teórica referente à teoria e constituição do foco narrativo, serão utilizadas, sobretudo, as reflexões de Leite (2002), em que se destacam a tipologia apresentada por Norman Friedman, e também as reflexões de Reis e Lopes (2002), que destacam as categorias apresentadas por Genette. Assim, nosso objetivo é verificar, por meio de uma leitura analítica, quais os efeitos de sentido criados pelo discurso de Telles na construção dessas diferentes vozes, em perspectivas, materializadas na obra acima destacada.

Para uma melhor compreensão da poética de Telles, bem como dos seus mecanismos de construção discursiva, sobretudo na obra *As meninas* (1973), nos utilizaremos das reflexões de Lamas (2004); Coelho (1993); Cardoso (1980), e outros. Também uma contextualização da autora, bem como da obra completam nossos propósitos.

Desse modo, o artigo que aqui se apresenta expõe a justificativa, os objetivos, bem como a metodologia de pesquisa de nosso TCC, permeados pelas leituras teóricas iniciais e até aqui realizadas.

ISBN XXXXXXXXXX

2. JUSTIFICATIVA

Lygia Fagundes Telles nasceu em São Paulo, no dia 19 de abril de 1923 e ocupa um importante papel na Literatura Brasileira, sendo membro da Academia Brasileira de Letras desde 1985. A escritora publicou seu primeiro livro de contos, *Porão e sobrado*(1938*),* ainda na adolescência.

Com vinte e cinco livros publicados, entre coletâneas de contos, romances, antologias, além de publicações de crônicas na imprensa, traduções e adaptações, Lygia Fagundes Telles produz uma obra que materializa um discurso literário rico e sensível, da palavra plurissignificativa, que provoca no leitor um encantamento, trazendo significativa contribuição para a Literatura Brasileira. Entre suas obras estão: *Porão e sobrado* (1938), *Praia viva* (1944), *O cacto vermelho* (1949), *Histórias do desencontro* (1958), *Histórias escolhidas* (1964), *Verão no aquário* (1964), *Antes do Baile Verde* (1970), *As meninas* (1973), *Seminário dos Ratos* (1977), *Filhos pródigos* (1978), *A Disciplina do Amor* (1980), *Mistérios* (1981), *Venha ver o pôr-do-sol e outros contos* (1987), *A noite escura e mais eu* (1995), *Oito contos de amor* (1996), *Invenção e Memória* (2000), *Durante aquele estranho chá: perdidos e achados* (2002), *Biruta* (2004), *Conspiração de nuvens* (2007), *Passaporte para a China* (2011) *e O segredo e outras histórias de descoberta* (2012).

Neste contexto, podemos dizer que Lygia Fagundes Telles é uma das escritoras mais importantes da Literatura Brasileira, tendo recebido como principais prêmios literários: Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro (1973), Coelho Neto, da Academia Brasileira de Letras (1974), e Prêmio de ‘’Ficção’’, da Associação Paulista de Críticos da Arte (1974), tendo sido recentemente indicada ao Nobel de Literatura com a obra *As meninas* (1973), obra escolhida como *corpus* desta pesquisa.

A obra é resultado de três anos de trabalho da escritora, que valoriza a palavra literária e mostra o sentido emancipador e restaurador que o texto pode exercer na luta em defesa da liberdade, detalhando o universo das três jovens, que figuram como personagens centrais: Lia, Lorena e Ana Clara.Recortando um momento histórico do contexto brasileiro, aautora produz uma obra que provoca no leitor um encantamento, trazendo significativa contribuição para a Literatura, sendo que com este livro Telles recebe todos os prêmios importantes da literatura no país.

ISBN 978-85-87406-94-1

Pelo discurso de Telles (1973) é possível vislumbrar os conflitos vividos durante a Ditadura Militar, mostrando os problemas que agitaram a juventude daquele período no Brasil. De acordo com Lamas (2004), as transformações do mundo brasileiro do início da década de 70 estão retratadas com crueza e sensibilidade: as perdas, as amarguras, os sofrimentos, as realizações e as conquistas das jovens, envolvendo o leitor nessa odisseia urbana.

Lamas(2004) comenta que é consenso que neste romance aprimora-se a narrativa, que ganha a força da subjetividade, pois enquanto a escritora enfatiza a construção da interioridade das personagens, há, também,bastante destacada,a temática sócio-política, externa a esses mesmos personagens.

Telles, em *As meninas* (1973), propõe uma reflexão do papel da palavra como veículo de luta pela liberdade de expressão e de emancipação, mais especificamente da mulher, por isso acreditamos que o estudo dessa obra nos proporcionará um feliz encontro com a poética da autora, ratificando a modernidade de seus textos, os quais continuam dialogando com os leitores de todos os tempos e lugares.Ana Clara,Lia e Lorena são estudantes moradoras de um internato, e se revelam para o leitor por meio de fluxos de consciência, bem como ações internalizadas, como uma espéciede espelhamento da crise social, política e cultural do país na década de 70; é então a vivência de uma dupla crise: a crise decorrente do autoritarismo patriarcal e da violência da ditadura militar, decorrente da progressiva emancipação político social das mulheres. Estas personagens são narradoras protagonistas, ou seja, relatam suas próprias vivências, mas há ainda a presença de outro narrador heterodiegético, que relata a história a qual não integra como personagem do universo diegético em questão, mas possui onisciência do mesmo.

Desse modo, a relevância do tema aqui exposto está em propor, por meio de uma leitura analítica, reflexões acerca da obra acima referenciada,evidenciando-se não apenas o projeto artístico da autora, como também suas contribuições para o cenário político e cultural do país, destacando-se, ainda, que, apesar da importância da autora dentro do contexto da Literatura Brasileira, suas obras não figuram entre os estudos literários dos cursos de graduação em Letras, principalmente daqueles que se constituem apenas de seis semestres letivos; motivo que ratifica ainda mais aimportância dessa pesquisa,

ISBN XXXXXXXXXX

justamente em um momento em que Lygia Fagundes Telles é indicada para o Nobel de Literatura.

Diante do acima exposto, dizemos que este trabalho orienta-se por uma pesquisa bibliográfica, cuja metodologia será apresentada na sequência dos objetivos.

3. OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é verificar, por meio de uma leitura interpretativa e analítica, os efeitos de sentido criados pelo discurso de Lygia Fagundes Telles na obra *As meninas* (1973), na construção das diferentes vozes, em perspectivas, materializadas no foco narrativo, que se revela como elemento estruturante da narrativa, evidenciando-se, ainda, o valor da palavra como elemento emancipador do ser. A fim de alcançar o objetivo proposto, adotamos, como procedimento metodológico, uma pesquisa de abordagem bibliográfica, em que se destaca o foco narrativo como elemento estruturante e condutor da narrativa, acima citada, uma vez que, por meio dos discursos e fluxos de consciência de Ana Clara, Lia e Lorena, revela-se uma atmosfera de conflitos e ações interiorizadas no micro cosmo que se torna o quarto de Lorena no pensionato, um lugar que serve de refúgio, em busca de conforto, afeto e compreensão.

A fundamentação teórica parte da leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Bosi (1994) e Candido & Castello (2004) para falar do Modernismo Brasileiro, contextualizando-se a autora e sua obra. Para uma melhor compreensão da poética de Telles, bem como dos seus mecanismos de construção discursiva, sobretudo na obra *As meninas* (1973), nos utilizaremos das reflexões de Lamas (2004); Coelho (1993); Cardoso (1980), e outros. Finalmente, no que se refere à teoria e constituição do foco narrativo, serão utilizadas, sobretudo, as reflexões de Leite (2002), em que se destacam a tipologia apresentada por Norman Friedman, e também as reflexões de Reis e Lopes (1998), que destacam as categorias apresentadas por Genette.

Assim, por meio de uma leitura interpretativa, objetiva-se uma análise textual, em que se verificam os efeitos de sentido criados pelo discurso da obra *Asmeninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles, evidenciando-se a literalidade e a

ISBN 978-85-87406-94-1

modernidade do texto desde sua publicação até a contemporaneidade. Para tanto, será utilizado o método dedutivo, posto que se parte de noções gerais para se chegar a resultados específicos.

4. METODOLOGIA

A abordagem desta pesquisa é teórica e encontra-se na área da Literatura Brasileira, cujo respaldo teórico provém de pesquisa bibliográfica e documental, tanto no que diz respeito a contextualização da autora e da obra, quanto aos estudos sobre o gênero narrativo, sobretudo, no que se refere à construção discursiva do romance.

Partindo do pressuposto de que toda pesquisa aponta questionamentos os quais se propõe a responder, o nosso trabalho apresenta as seguintes indagações:

a) Como se organiza o discurso da prosa romanesca dentro de um contexto de tradição e renovação?

b) Quais os mecanismos de construção da poética de Lygia Fagundes Telles, mais especificamente, na obra *As meninas* (1973), *corpus* de nossa pesquisa?

c) Quais os efeitos de sentido revelados pelo discurso de *As meninas* (1973), enfatizando-se o foco narrativo, como elemento estruturante e condutor desta narrativa?

O embasamento teórico está fundamentado em leitura de textos teóricos ou ensaísticos de autores como Soares (1993), Rosenfeld (2008) e Reuter(2004), para falar de gêneros literários, destacando-se a constituição discursiva do romance.No que se refere ao foco narrativo serão utilizados os apontamentos feitos por Leite (2002) em que se destacam a tipologia apresentada por Norman Friedman, e Reis e Lopes (1998) que destacam as categorias apresentadas por Genette. Para a contextualização da autora e de sua obra Bosi (1994) e Candido & Castello (2004) embasam nossas reflexões. No que se refere à compreensão da poética de Telles, bem como da obra a ser estudada nos

ISBN XXXXXXXXXX

utilizaremos das reflexões de Lamas (2004); Coelho (1993); Cardoso (1980) e Oliani (2010), bem como *websites*.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira**: Modernismo histórias e crítica. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LAMAS, Berenice Sica. **O duplo em Lygia Fagundes Telles**: um estudo em Literatura e Psicologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.

OLIANI, N.G. **As representações da mulher em As meninas**, de Lygia Fagundes Telles, 2010.107f. Relatório (Iniciação Científica). Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1998.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. Tradução de Angela Bergamini *et al.* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SANT'ANNA, Afonso R. **Análise estrutural de romances brasileiros**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1990.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2004.

ISBN 978-85-87406-94-1

ÍNDICE

A

Adilson Ramon de Souza, 1187
Adnan Kalil Jebailey Junior, 933, 986
Adriana Aparecida Silvestre Gera Ribeiro, 22, 91
Adriana Regina de Almeida, 136, 330
Agnaldo de Sousa Barbosa, 288
Alessandra Ferreira Figueiredo, 1210
Alex Eugênio Altrão de Morais, 449, 1118
Alfredo José Machado Neto, 411, 1187
Aline Cristina Pereira da Silva, 971
Amanda Cristina Torralbo Pugliesi, 772
Ana Claudia Cleto Paiva, 1155
Ana Gabriela Mendes Braga, 383, 1139
Ana Lúcia Furquim Campos - Toscano, 610
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano, 499, 503, 1292
Ana Luísa Neves Pimenta, 817
Ana Rita Coelho Cavalcante, 530
André Luis Centofante Alves, 490, 510
Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, 789
Andréia Nascimento Marques, 1041
Angélica Gomes, 193
Aniely Cristina Romualdino, 684, 948
Antônio Carlos da Silva Filho, 400, 751
Antônio Cezar Peron, 235, 758
Ariane Guimarães Ricardo, 499
Arthur Emiliano de Queiroz, 703

B

Barbara Oliveira de Carvalho, 1317
Beatriz Cintra Storti, 1063
***Bento Sakatuala Salgado*, 955**
Bettina Menezes dos Santos, 356
Bianca Barbosa do Vale, 343, 912, 923, 971
Bianca Faleiros da Silva, 499
Breno Carrijo, 215
Bruna Cristina da Silva, 594
Bruna Cristina De Freitas, 215
Bruna Cristina Silva, 1292

C

Cairo Freitas Arruda, 490
Camila de Sousa Marques, 499
Camila Martinelli Sabongi, 802
Camila Oliveira Pereira, 215
Carlos Roberto Bitar Neto, 368
Carolina Fernanda de Sousa, 751
Cássia Regina Rosa, 1210
Cecy de Sousa Lucas, 10, 887
Claudia Mazzer Rodrigues Palucci, 684
Cyro de Almeida Durigan, 10, 1278

D

***Daniel Facciolo Pires*, 315, 660, 703, 1226**
Daniela Cristina da Silva, 539
Daniela de Figueiredo Ribeiro, 168, 193, 356, 363, 1104
Dayana Moura Dezena, 288, 955
Dayana Paula Cruz, 1305
Diego Garcia Ferreira, 255
Donaldo de Assis Borges, 392

E

Edna Maria Campanhol, 1028
Eduardo Cervi Taveira, 116
Edvânia Angela de Souza Lourenço, 343
Edvânia Ângela de Souza Lourenço, 912, 971
Edvânia de Souza Lourenço, 1210
Éica Batista dos Santos, 1210
Élica Batista dos Santos, 343
Elizabete Sanches Rocha, 67

F

Fabiano Carvalho, 271
Felipe Souza Gregorutti, 692
Franciely Godoi Hencizo, 539
Frederico Alonso Sabino de Freitas, 1088

G

Gabriela Barros Ferreira, 32, 728
Genaro Alvarenga Fonseca, 1317
Gislaine da S. Fernandes Biagi, 145
Giulia Martins Fontanezi, 834
Glauco Rodrigues Marquete, 610
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira, 1048
***Guilherme Jorge da Silva Gravatin*, 955**

H

Hélio Braga Filho, 449, 986
Heloisa Silvestre Chiarelo, 83, 1197

I

Iago Emanuel Henrique Faleiros, 1292
Igor Mello Gonçalves da Silva, 660
Irma Helena Ferreira Benate Bomfim, 627

ISBN XXXXXXXXXX

Irma Helena Ferreira Benate Bonfim, 83
Isabella Carvalho Oliveira, 330
Isabella Greco, 1150
Isadora Thomaz Ribeiro, 923

J

Jéser Abilio de Souza, 67
João Baptista Comparini, 692
Jordânia Mara Fernandes Faria, 136
***Jorge de Souza Faleiros Filho*, 315**
José Arthur Fernandes Gentile, 383
Júlia Bonattini Martinez, 83
Julia de Andrade Guagneli, 530
Juliana F. Vieira Campos, 145
Juliana Presotto Pereira Netto, 923
June Tabah, 872

K

Kamila de Oliveira, 861, 1272
Kelli Cristina de Souza Silvestre, 861, 1272
Kelly Cristina Canela, 330, 955

L

Laiane Pereira de Aquino, 574
Laís Caroline Neves, 789
Laís Lima de Almeida, 772
Laís Marques Branquinho, 83
Laís Pimenta Ferreira, 168
Larissa Aparecida Malta Pereira, 1226
Larissa Cristina Bedo, 343
LauanyStefaniGadini, 530
Laura Izabela de Lelis, 861, 1329
Lesliê Aparecida Oliveira, 411
Leticia Fernanda Alves, 834
Lindonete Pereira das Neves, 1272
Lívia Costa Piantino, 684
Lorenna Mayara Fornel, 1292
Luara Ferreira Benedito, 1305
Lucas Gomes Freitas, 351
Luciana Souza Montanheri, 477
Luis Fernando Costa Veiga da Silveira, 392

M

Magaly Gomes Melo, 948
Marcela Helena Petroni Pinca, 1139
Márcia Helena Venâncio Faleiros, 477
Márcia Roberta Mércuri, 772
Maria Carolina Gimenes, 652, 948
Maria Cherubina de Lima Alves, 652, 1063
Maria de Fátima Aveiro Colares, 255
Maria Eloísa de Souza Ivan, 145, 539, 842, 1041, 1305, 1329
Maria Eloísa Souza Ivan, 1272
Maria Luisa Casillo Jardim Maran, 351, 740, 1197
Maria Luísa Casillo Jardim Maran, 1197
Mariana Junqueira Munhoz, 510
Mariangela Santos de Oliveira, 1139
Mariko Hánashiro, 789
Marina de Paula Lopes Lemos, 948
Marina Gotardo Ribeiro, 627
Marinês Santana Justo Smith, 99, 772
Mário Lázaro Camargo, 241, 998
Matheus Barcelos de Sousa, 1028
Matheus Borges Carneiro, 872
Matheus Souza de Paula, 392
Mauro José Rodrigues, 99
Melissa Franchini Cavalcanti-Bandos, 817
Monica de Oliveira Faleiros, 215, 503, 530, 728, 834, 861
Murilo Carlos Gomes, 842, 1041
Murilo Fagundes Mendes, 156
Murilo Martins, 271

N

Natasha Pereira Barbosa, 1104
Natyéllen Casimiro de Moraes, 330
Nelyken Alves de Souza Cruvinel, 235
Nicole Gouveia Martins Rodrigues, 1139
Níkolas Carneiro dos Santos, 1048

P

Pamela Pereira Santos, 802
Patrícia Sandri Amaral, 772
Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina, 116, 1155
Paulo de Tarso Oliveira, 574
Pedro Henrique Nascimento, 933, 1118
Priscila Freires Rosso, 1048

R

Rafael Afonso de Paula, 91
Rafaela Dara Sousa, 728
Rafaella Gregori Perduca, 1088
Regina Claudia Laisner, 1048
Rita de Cássia Biason, 1150
Roberta Santos Carvalho, 145
Rodrigo Luís Lopes, 99
Rodrigo Neiva, 758

S

Sabrina Rodrigues Andrade, 1329
Sarah Maria Ferreira, 539
Sarah Ribeiro Paschoal, 1150

ISBN 978-85-87406-94-1

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira, 32, 156, 368, 594
Silvia Alonso y Alonso Bittar Cunha, 887

T

Tahina Tatila Silva, 343
Talisson Luis Alves da Silva, 554
Tamara dos Santos Oliveira, 971, 1210
Tânia Cristina da Silva, 330, 684
Thainá Oliveira Matos, 834
Thainá Rosa Helena Garcia Ferreira, 1305
Thales Jati Gilberto, 554, 586
Tiago Fernando Guedes de Carvalho, 1139

V

Valéria Santiago do Vale, 22
Verônica Cardoso Massarolo, 998
Victor de Souza Lucas, 586
Victor Hugo de Almeida, 271, 802
Victória Lopes Iori, 923
Vinícius de Carvalho Carreira, 241
Viviane Rezende Cardoso, 1292

W

Walkiria Bonamin Moscardini, 1278
Wesley Alves de Melo, 400
Willian Santos de Andrade Carlos, 99

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

0800 940 4688
unifacef.com.br

9 788587 406941